



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2408

Quinta-feira - 14 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Ermo	518	Massaranduba	961
Agronômica	4	Erval Velho	519	Matos Costa	966
Água Doce	33	Flor do Sertão	520	Meleiro	970
Alfredo Wagner	42	Formosa do Sul	533	Modelo	978
Anchieta	49	Forquilha	536	Mondaí	980
Angelina	50	Fraiburgo	539	Morro da Fumaça	982
Anitápolis	52	Frei Rogério	547	Morro Grande	985
Antônio Carlos	53	Garopaba	548	Navegantes	990
Apiuna	61	Garuva	556	Nova Erechim	1023
Arabutã	64	Gaspar	557	Nova Trento	1024
Ascurra	67	Governador Celso Ramos	629	Novo Horizonte	1025
Balneário Piçarras	69	Grão Pará	631	Orleans	1028
Balneário Rincão	70	Guaramirim	646	Palhoça	1032
Barra Bonita	72	Guarujá do Sul	666	Palma Sola	1036
Barra Velha	73	Herval d'Oeste	677	Palmitos	1039
Bela Vista do Toldo	76	Ibiam	696	Papanduva	1041
Belmonte	77	Ibicare	698	Paraíso	1042
Benedito Novo	78	Ibirama	702	Passo de Torres	1067
Biguaçu	84	Ilhota	703	Passos Maia	1068
Blumenau	90	Imarui	705	Paulo Lopes	1071
Bom Jesus do Oeste	104	Imbituba	707	Penha	1072
Botuvera	116	Indaial	712	Peritiba	1074
Braço do Trombudo	117	Ipuacú	716	Pescaria Brava	1080
Brusque	146	Ipumirim	717	Pinheiro Preto	1082
Caçador	163	Iraceminha	724	Piratuba	1091
Caibi	165	Irani	725	Planalto Alegre	1117
Camboriú	169	Irineópolis	727	Pomerode	1119
Campo Alegre	173	Itaiópolis	729	Ponte Alta do Norte	1122
Campo Erê	185	Itapema	730	Ponte Serrada	1123
Campos Novos	192	Itapiranga	731	Porto Belo	1136
Canelinha	213	Itapoá	767	Porto União	1138
Canoinhas	214	Jaborá	770	Pouso Redondo	1170
Capão Alto	220	Jacinto Machado	773	Praia Grande	1172
Capinzal	221	Jaraguá do Sul	775	Presidente Castello Branco	1174
Catanduvas	258	Joaçaba	814	Presidente Nereu	1176
Caxambu do Sul	308	Lages	824	Princesa	1183
Chapadão do Lageado	309	Laguna	826	Rio do Campo	1184
Chapecó	310	Lajeado Grande	856	Rio do Sul	1191
Cocal do Sul	318	Lauro Muller	876	Romelândia	1208
Concórdia	324	Lebon Regis	878	Salto Veloso	1209
Cordilheira Alta	328	Leoberto Leal	879	Santa Terezinha do Progresso	1213
Coronel Freitas	329	Lindóia do Sul	883	São Bento do Sul	1217
Coronel Martins	330	Lontras	884	São Carlos	1226
Correia Pinto	332	Luis Alves	923	São Domingos	1227
Corupá	333	Luzerna	925	São Francisco do Sul	1233
Cunha Porã	339	Mafra	935	São João Batista	1266
Curitibanos	340	Maracajá	940	São João do Oeste	1271
Descanso	371	Maravilha	943	São João do Sul	1272
Dona Emma	515	Marema	944	São Joaquim	1283

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2408

Quinta-feira - 14 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

São José.....	1287	Tangará.....	1381	Urubici.....	1575
São José do Cedro.....	1293	Tigrinhos.....	1384	Urupema.....	1576
São Lourenço do Oeste.....	1311	Tijucas.....	1385	Urussanga.....	1577
São Miguel da Boa Vista.....	1333	Timbé do Sul.....	1393	Vargeão.....	1578
São Miguel do Oeste.....	1334	Timbó.....	1537	Vargem.....	1579
São Pedro de Alcântara.....	1336	Treze Tílias.....	1550	Videira.....	1581
Schroeder.....	1338	Trombudo Central.....	1557	Vitor Meireles.....	1596
Seara.....	1342	Tunápolis.....	1559	Xanxerê.....	1617
Serra Alta.....	1367	Turvo.....	1562	Xavantina.....	1629
Sul Brasil.....	1380	União do Oeste.....	1563	Xaxim.....	1661

Associações

AMREC.....	1662
------------	------

Consórcios

CIGA.....	1663
CIMVI.....	1677
CIS/AMARP.....	1678
CIS/AMOSOC.....	1678
CIS/AMURES.....	1679
CISAM.....	1680
CIAPS.....	1681



Abdon Batista**PREFEITURA****EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 97/2016**

Publicação Nº 1456807

EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 97/2016, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC – E DE OUTRO A EMPRESA GENTE SEGURADORA S/A, PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA COBERTURA TOTAL (COLISÃO, INCENDIO, ROUBO, FURTO E DANOS CAUSADOS A TERCEIROS.) DA FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. VALOR CONTRATADO: R\$ 53.708,42 (cinquenta e três mil setecentos e oito reais e quarenta e dois centavos) dentro do percentual de equilíbrio econômico financeiro previsto nas disposições da Lei Geral de Licitações. BASE LEGAL: fundamenta-se em conformidade com a Lei nº. 8.666/93, art.57, inciso II e demais dispositivos legais atinentes ao tema.

Abdon Batista 13 de dezembro de 2017
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2015

Publicação Nº 1456802

EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2015, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC – E DE OUTRO A EMPRESA INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA CONTROLE DAS SECRETARIAS CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO 01. VALOR CONTRATADO: Fica mantido o valor constante do 1º Termo Aditivo já que o IGPM acumulado no período sofreu apuração negativa.
BASE LEGAL: fundamenta-se em conformidade com a Lei nº. 8.666/93, art.57, inciso II e demais dispositivos legais atinentes ao tema.

Abdon Batista 13 de dezembro de 2017
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014

Publicação Nº 1456806

EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC – E DE OUTRO A EMPRESA RECICLETAR UNIVERSO AMBIENTAL LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO.
PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA SELETIVA DE MATERIAL RECICLAVEL NO PERIMETRO URBANO DE ACORDO COM PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. VALOR CONTRATADO: R\$ 43.902,00 (quarenta e três mil novecentos e dois reais) dentro do percentual de equilíbrio econômico financeiro previsto nas disposições da Lei Geral de Licitações. BASE LEGAL: fundamenta-se em conformidade com a Lei nº. 8.666/93, art.57, inciso II e demais dispositivos legais atinentes ao tema.

Abdon Batista 13 de dezembro de 2017
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

Agrônômica

PREFEITURA

Lei Complementar 119/17 de 14 de dezembro de 2017.

Publicação Nº 1456024

LEI COMPLEMENTAR 119/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 010, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA".

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica, Santa Catarina,

FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Altera o caput e os incisos XII, XVI, XIX e inclui os incisos XXIII, XXIV e XXV e parágrafo §4º do Art. 199 da Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 199 O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIV, quando o imposto será devido no local:

[...]

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

[...]

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços;

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

[...]

XXV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

[...]

§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do Art. 8-A, da Lei Complementar Federal nº 116/2003 o imposto será devido no local

do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado."

Art. 2º – Altera o inciso II e inclui o inciso IX e parágrafos 5º e 6º, ao Art. 205, da Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 205 – ...

[...]

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, subitens do item 12 (exceto o 12.13), 14.14, 16.01, 16.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

[...]

IX – a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º, do Art. 247, desta Lei Complementar.

[...]

§ 5º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço".

Art. 3º – Altera o art. 207 da Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 207. No Município de Agrônômica, o imposto será calculado mediante a aplicação das alíquotas descritas na Tabela constante no Anexo I, deste Código, sendo a alíquota máxima de 5% (cinco por cento) e alíquota mínima de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da Lista de Serviços.

§ 2º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidirá sobre os serviços constantes do item 14.05 da lista de serviços integrante da Lei Complementar Nº 157 recepcionados por esta lei, desde que os objetos, mercadorias ou qualquer outros bens, sejam destinados ao uso ou consumo do encomendante.

Art. 4º – Revoga o art. 212 da Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002.

Art. 5º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, DE 14 DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agrônômica/SC

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

ANEXO I

TABELA DE ALÍQUOTAS DO ISS

LISTA DE SERVIÇOS	Alíquota do ISS
1 – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CONGÊNERES	
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	3,50%
1.02 – Programação.	3,50%
1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3,50%

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3,50%
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3,50%
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	3,50%
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3,50%
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3,50%
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS)	3,50%
2 – SERVIÇOS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE QUALQUER NATUREZA	
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5,00%
3 – SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE LOCAÇÃO, CESSÃO DE DIREITO DE USO E CONGÊNERES	
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5,00%
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5,00%
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5,00%
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5,00%
4 – SERVIÇOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONGÊNERES	
4.01 – Medicina e biomedicina.	3,50%
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3,50%
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, pronto-socorros, ambulatórios e congêneres.	3,50%
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3,50%
4.05 – Acupuntura.	3,50%
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3,50%
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3,50%
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3,50%
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3,50%
4.10 – Nutrição.	3,50%
4.11 – Obstetrícia.	3,50%
4.12 – Odontologia.	3,50%
4.13 – Ortopédia.	3,50%
4.14 – Próteses sob encomenda.	3,50%
4.15 – Psicanálise.	3,50%
4.16 – Psicologia.	3,50%
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3,50%
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3,50%
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3,50%
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3,50%
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3,50%

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5,00%
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5,00%
5 – SERVIÇOS DE MEDICINA E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E CONGÊNERES	
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3,50%
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, pronto-socorros e congêneres, na área veterinária.	3,50%
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	3,50%
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3,50%
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3,50%
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3,50%
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3,50%
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3,50%
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3,50%
6 – SERVIÇOS DE CUIDADOS PESSOAIS, ESTÉTICA, ATIVIDADES FÍSICAS E CONGÊNERES	
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5,00%
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5,00%
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5,00%
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5,00%
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5,00%
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5,00%
7 – SERVIÇOS RELATIVOS A ENGENHARIA, ARQUITETURA, GEOLOGIA, URBANISMO, CONSTRUÇÃO CIVIL, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E CONGÊNERES	
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5,00%
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5,00%
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5,00%
7.04 – Demolição.	5,00%
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5,00%
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5,00%
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5,00%
7.08 – Calafetação.	5,00%
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5,00%

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5,00%
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5,00%
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5,00%
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5,00%
7.16 – Florestamento, reforestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descasamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3,00%
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5,00%
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5,00%
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5,00%
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5,00%
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5,00%
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5,00%
8 – SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO, ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL, INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E AVALIAÇÃO PESSOAL DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA	
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2,00%
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2,00%
9 – SERVIÇOS RELATIVOS A HOSPEDAGEM, TURISMO, VIAGENS E CONGÊNERES	
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5,00%
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5,00%
9.03 – Guias de turismo.	5,00%
10 – SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E CONGÊNERES	
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5,00%
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5,00%
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5,00%
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5,00%
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5,00%
10.06 – Agenciamento marítimo.	5,00%
10.07 – Agenciamento de notícias.	5,00%

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3,50%
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3,50%
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3,50%
11 – SERVIÇOS DE GUARDA, ESTACIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, VIGILÂNCIA E CONGÊNERES	
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5,00%
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5,00%
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5,00%
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5,00%
12 – SERVIÇOS DE DIVERSÕES, LAZER, ENTRETENIMENTO E CONGÊNERES	
12.01 – Espetáculos teatrais.	3,50%
12.02 – Exibições cinematográficas.	3,50%
12.03 – Espetáculos circenses.	3,50%
12.04 – Programas de auditório.	3,50%
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3,50%
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	5,00%
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3,50%
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3,50%
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5,00%
12.10 – Corridas e competições de animais.	5,00%
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3,50%
12.12 – Execução de música.	3,50%
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3,50%
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3,50%
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3,50%
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3,50%
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3,50%
13 – SERVIÇOS RELATIVOS A FONOGRAFIA, FOTOGRAFIA, CINEMATOGRAFIA E REPROGRAFIA	
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5,00%
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres.	5,00%
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5,00%
13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.	5,00%
14 – SERVIÇOS RELATIVOS A BENS DE TERCEIROS	
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,00%
14.02 – Assistência técnica.	5,00%

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,00%
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5,00%
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	2,00%
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5,00%
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	5,00%
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5,00%
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5,00%
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	5,00%
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5,00%
14.12 – Funilaria e lanternagem.	5,00%
14.13 – Carpintaria e serralheria.	5,00%
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento	5,00%
15 – SERVIÇOS RELACIONADOS AO SETOR BANCÁRIO OU FINANCEIRO, INCLUSIVE AQUELES PRESTADOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELA UNIÃO OU POR QUEM DE DIREITO	
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5,00%
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5,00%
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5,00%
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5,00%
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5,00%
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5,00%
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5,00%
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5,00%
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5,00%

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5,00%
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5,00%
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5,00%
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5,00%
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5,00%
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5,00%
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5,00%
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5,00%
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5,00%
16 – SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE NATUREZA MUNICIPAL	
16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3,50%
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal	3,50%
17 – SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, JURÍDICO, CONTÁBIL, COMERCIAL E CONGÊNERES.	
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5,00%
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5,00%
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5,00%
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5,00%
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5,00%
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5,00%
17.08 – Franquia (franchising).	5,00%
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5,00%

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5,00%
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5,00%
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5,00%
17.13 – Leilão e congêneres.	5,00%
17.14 – Advocacia.	5,00%
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5,00%
17.16 – Auditoria.	5,00%
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	5,00%
17.18 – Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5,00%
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5,00%
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5,00%
17.21 – Estatística.	5,00%
17.22 – Cobrança em geral.	5,00%
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5,00%
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5,00%
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita)	5,00%
18 – SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE SINISTROS VINCULADOS A CONTRATOS DE SEGUROS; INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS PARA COBERTURA DE CONTRATOS DE SEGUROS; PREVENÇÃO E GERÊNCIA DE RISCOS SEGURÁVEIS E CONGÊNERES	
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5,00%
19 – SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE BILHETES E DEMAIS PRODUTOS DE LOTERIA, BINGOS, CARTÕES, PULES OU CUPONS DE APOSTAS, SORTEIOS, PRÊMIOS, INCLUSIVE OS DECORRENTES DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E CONGÊNERES	
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5,00%
20 – SERVIÇOS PORTUÁRIOS, AEROPORTUÁRIOS, FERROPORTUÁRIOS, DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS	
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5,00%
21 – SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS	
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5,00%
22 – SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA	
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5,00%
23 – SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL, DESENHO INDUSTRIAL E CONGÊNERES	
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5,00%
24 – SERVIÇOS DE CHAVEIROS, CONFECÇÃO DE CARIMBOS, PLACAS, SINALIZAÇÃO VISUAL, BANNERS, ADESIVOS E CONGÊNERES	
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5,00%
25 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS	

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5,00%
25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5,00%
25.03 – Planos ou convênio funerários.	5,00%
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5,00%
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5,00%
26 – SERVIÇOS DE COLETA, REMESSA OU ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, DOCUMENTOS, OBJETOS, BENS OU VALORES, INCLUSIVE PELOS CORREIOS E SUAS AGÊNCIAS FRANQUEADAS; COURRIER E CONGÊNERES	
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	5,00%
27 – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
27.01 – Serviços de assistência social.	2,00%
28 – SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5,00%
29 – SERVIÇOS DE BIBLIOTECONOMIA	
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	5,00%
30 – SERVIÇOS DE BIOLOGIA, BIOTECNOLOGIA E QUÍMICA	
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5,00%
31 – SERVIÇOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES, ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA, MECÂNICA, TELECOMUNICAÇÕES E CONGÊNERES	
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5,00%
32 – SERVIÇOS DE DESENHOS TÉCNICOS	
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	5,00%
33 – SERVIÇOS DE DESEMPAÇO ADUANEIRO, COMISSÁRIOS, DESPACHANTES E CONGÊNERES	
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5,00%
34 – SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES PARTICULARES, DETETIVES E CONGÊNERES	
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5,00%
35 – SERVIÇOS DE REPORTAGEM, ASSESSORIA DE IMPRENSA, JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5,00%
36 – SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	
36.01 – Serviços de meteorologia.	5,00%
37 – SERVIÇOS DE ARTISTAS, ATLETAS, MODELOS E MANEQUINS	
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5,00%
38 – SERVIÇOS DE MUSEOLOGIA	
38.01 – Serviços de museologia.	5,00%
39 – SERVIÇOS DE OURIVESARIA E LAPIDAÇÃO	
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5,00%
40 – SERVIÇOS RELATIVOS A OBRAS DE ARTE SOB ENCOMENDA	
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	5,00%

Nº545/2017

Publicação Nº 1456002

PORTARIA n.º545/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública;

Considerando a Lei nº8.069 de 13/07/1990 no seu art. 139, §2º que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente ;

Considerando a Lei Municipal nº949/2013 de 23/04/2013 no seu art.3º, §2º e 3º;

Considerando que em 04/10/2015 ocorreu o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no município de Agronômica;

Considerando que a Resolução Conanda nº170/2014 no seu art. 5º, inciso IV diz: "a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha".

RESOLVE:

1-) Ficam empossados para função de Conselheiro Tutelar do município de Agronômica, conforme ordem decrescente de votação:

I – SUPLENTE:

- HILZA GOMES DA SILVA
- ADRIANA H. LEMCKUHL
- CLEBERSON FINARDI
- SCHEILA CRISTINE VOSS
- MARCIA REGINA PONTICELLI
- KARINA SEVEGNANI
- ARIANA FLORIANO DA SILVA
- FRANCIELE COSTA SILVA
- GEUZA FARIAS

2-) O mandato dos Conselheiros Tutelares será de 14 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2020.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 de Dezembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 01/2017 - CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2017

Publicação Nº 1455413

**Prefeitura Municipal de Agronômica**Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 - Centro - 89188-000 - Agronômica/ SC

EDITAL Nº 01/2017- CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017**Dispõe sobre a abertura e regras do Concurso Público do Município de Agronômica - SC.**

O **Município de Agronômica**, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Senhor Cesar Luiz Cunha, no uso de suas atribuições legais, **torna público** que fará realizar **Concurso Público** destinado ao provimento de cargos e empregos públicos dos quadros do Poder Executivo, regido pelas disposições deste Edital e legislação vigente, especialmente o artigo 37 da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar Municipal nº 01/1990 e a Lei Complementar Municipal nº 14/2003 e alterações posteriores, cujas inscrições estarão abertas no período compreendido entre **13/12/2017 e 15/01/2018** por meio da rede mundial de computadores - internet.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso público destina-se ao provimento das vagas existentes na data de sua abertura, conforme quadro abaixo, e de formação de cadastro reserva para provimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso.

1.1.1. São cargos objeto deste concurso, cujo regime jurídico é o estatutário (regime jurídico administrativo), determinado na Lei Complementar Municipal nº 01/1990 e na Lei Complementar Municipal nº 14/2003:

Cód	Cargos	Vagas*	Pré requisitos para posse	Ch**	Vencimento Básico (R\$)***	Inscrição (R\$)
01	Assistente Social	01	Ensino superior na área específica, com registro profissional no órgão fiscalizador competente	20	2.184,89	100,00
02	Psicólogo	01	Ensino superior na área específica, com registro profissional no órgão fiscalizador competente	20	1.637,86	100,00

(*) Haverá formação cadastro de reserva. (**) Carga horária Semanal. (***) Vencimentos em Novembro/2017.

1.1.2. Os servidores serão submetidos ao regime geral de previdência social.

1.2. A aprovação no concurso público não assegura ao candidato a posse imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação e validade do certame.

1.2.1. O candidato nomeado poderá ser realocado para a última posição de classificação do respectivo cargo/emprego, quando houver dois ou mais classificados, se não tomar posse no prazo legal, desde que requeira formalmente mediante requerimento protocolado junto à Secretaria Municipal de Administração. O requerimento tem caráter irrevogável e somente poderá ser realizado na primeira nomeação.

1.3. As características gerais do cargo, quanto aos deveres, atribuições, lotação e outras atinentes à função, são as especificadas pela legislação municipal pertinente.

1.4. Os cargos poderão sofrer alteração em virtude de nova legislação municipal, ao que se dará publicidade, se ocorrer.

1.5. A unidade de lotação será determinada pelo poder público de acordo com sua necessidade.

1.6. A descrição dos cargos e empregos com suas atribuições estão consignadas de forma resumida no Anexo I desse edital. As características completas dos cargos está descrita na legislação municipal.

1.7. A divulgação oficial de todas as etapas referente a este certame se dará em forma de Editais publicados no Quadro Mural Oficial da Prefeitura (localizado na Rua 7 de Setembro, 215, Centro, em Agronômica-SC - CEP 89188-000) e em caráter informativo nos sites <http://www.agronomica.sc.gov.br/> e <http://actio.listaeditais.com.br/>. O presente edital de

Página 1 de 16



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

abertura será publicado na forma de extrato no jornal "Diário do Alto Vale" para amplo conhecimento da população.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2. O candidato, ao se inscrever, estará declarando, sob as penas da lei, que após a habilitação no concurso e no ato da posse do cargo, irá satisfazer todas as condições exigidas na legislação do Município de Agronômica-SC para o exercício do respectivo cargo, sob pena de eliminação do certame.

2.3. No ato da inscrição **não serão solicitados** comprovantes do preenchimento de pré requisitos para o exercício do cargo (item 2.2 deste edital), sendo obrigatória a sua comprovação quando da convocação para ingresso no quadro de servidores públicos municipais, sob pena de desclassificação e eliminação da lista de aprovados do certame, ressalvada a possibilidade de opção prevista no item 1.2.1 deste edital.

2.4. As inscrições ao concurso público serão realizadas por meio da rede mundial de computadores (internet), no período compreendido entre 10:00 horas do dia **13/12/2017** e **15:00 horas do dia 15/01/2018** (horário de Brasília).

2.4.1. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico <http://actio.listaeditais.com.br/> durante o período das inscrições e efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

Para os candidatos já cadastrados no site: Após localizar e clicar no Concurso Público o candidato deverá clicar no botão "Realizar Inscrição". Será redirecionado para a área do candidato. Inserir CPF e clicar em "Validar meu CPF". Digitar a Senha pessoal e pressionar "Entrar no sistema". Ler e declarar a Leitura dos termos e clicar em "Concordo". Selecionar o cargo desejado e clicar em "Prosseguir". Confirme a Inscrição clicando em "SIM". Confira os dados exibidos, responda os dados adicionais e clique em "Confirmar". Exibirá dois botões: um para imprimir o "Comprovante de Inscrição" e outro para imprimir o "Boleto Bancário". O candidato deverá imprimir o boleto e pagar na rede bancária até o dia do vencimento.

Observação: Caso o candidato não lembre sua senha, basta clicar em "Esqueci minha Senha" após ter validado o CPF e seguir os passos na tela. A senha será enviada para o e-mail cadastrado. O candidato que não conseguir efetuar sua inscrição deverá enviar e-mail para actio@actio.srv.br que no prazo máximo de 24 horas buscaremos solucionar.

Para os candidatos que NÃO estão cadastrados no site: Após localizar e clicar no Concurso Público o candidato deverá clicar no botão "Realizar Inscrição". Será redirecionado para a área do candidato. Inserir CPF e clicar em "Validar meu CPF". Preencher os dados pessoais solicitados e pressionar "Salvar Cadastro e Prosseguir". Ler e declarar a Leitura dos termos e clicar em "Concordo". Selecionar o cargo desejado e clicar em "Prosseguir". Confirme a Inscrição clicando em "SIM". Confira os dados exibidos, responda os dados adicionais e clique em "Confirmar". Exibirá dois botões: um para imprimir o "Comprovante de Inscrição" e outro para imprimir o "Boleto Bancário". O candidato deverá imprimir o boleto e pagar na rede bancária até o dia do vencimento.

Observação: Caso o candidato não lembre sua senha, basta clicar em "Esqueci minha Senha" após ter validado o CPF e seguir os passos na tela. A senha será enviada para o email cadastrado. O candidato que não conseguir efetuar sua inscrição deverá enviar e-mail para actio@actio.srv.br que no prazo máximo de 24 horas buscaremos solucionar.

2.4.1.1. Transmitidos os dados pela Internet estará concluído o requerimento de inscrição restando apenas efetuar o pagamento. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o concurso público.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

2.4.1.2. Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição por meio de boleto bancário, a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico da página de inscrições, até a data limite para encerramento das inscrições em 15/01/2018.

2.4.1.3. O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico <http://actio.listaeditais.com.br/>, deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, em qualquer banco do sistema de compensação bancária.

2.4.1.4. O pagamento do valor da inscrição deverá ser efetuado por meio do boleto bancário, em conformidade com as normas do sistema financeiro.

2.4.1.5. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

2.4.1.6. A empresa organizadora do certame e a administração municipal de Agronômica não se responsabilizam por solicitações de inscrição não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.4.2. O candidato poderá realizar apenas uma inscrição para o cargo.

2.5. Não será aceito pedido de devolução do valor da inscrição, ainda que superior ou efetuado em duplicidade.

2.6. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.

2.6.1. A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento do valor da inscrição. Guarde seu comprovante de pagamento, ele é o único documento válido para comprovação do pagamento.

2.6.2. Será cancelada a inscrição com pagamento efetuado por um valor menor do que o estabelecido e a solicitação de inscrição cujo pagamento for efetuado após a data de encerramento das inscrições.

2.7. Ao inscrever-se, o candidato deverá indicar no Formulário de Inscrição a opção de cargo, conforme quadro constante do item 1.1.1 deste Edital.

2.8. É recomendado ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que só poderá concorrer a um cargo.

2.9. O candidato que efetivar mais de uma inscrição terá confirmada apenas a última, sendo as demais canceladas. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas poderão ser canceladas.

2.10. Ao candidato é atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e pagamento.

2.11. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à empresa organizadora do concurso e à administração municipal o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o documento oficial de forma completa e correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

2.12. Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração da opção de cargo, bem como não haverá, em hipótese alguma, devolução da importância paga. Considera-se inscrição efetivada aquela devidamente paga, de acordo com o estabelecido no subitem 2.4.1.2.

2.13. Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

2.14. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, será ela cancelada.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

2.15. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

2.16. A administração municipal e a empresa executora do certame eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas ou realizar qualquer outro ato inerente ao concurso público.

2.17. O candidato **sem** deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la até **10/01/2018**, pessoalmente na Prefeitura Municipal de Agronômica ou via Sedex (À Comissão de Concurso Público – Assunto: Condição especial para realizar a prova - Rua 7 de Setembro, 215, Centro, em Agronômica-SC – CEP 89188-000).

2.17.1. O candidato deverá encaminhar, anexo à sua solicitação de condição especial para realização da prova, Laudo Médico atualizado emitido a menos de 30 (trinta) dias (original ou cópia autenticada) que justifique o atendimento especial solicitado.

2.17.2. O candidato que não o fizer até o dia **10/01/2018**, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição especial atendida.

2.17.3. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

2.18. A lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

2.18.1. A lactante deverá encaminhar sua solicitação via e-mail actio@actio.srv.br, com o assunto Concurso Agronômica-Lactante, até **10/01/2018**, informando a necessidade de amamentar.

2.18.2. No dia da prova, a criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

2.18.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

2.18.4. Nos horários previstos para amamentação a lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

2.18.5. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

2.19. Findo o prazo de inscrições será divulgado o edital das inscrições deferidas e indeferidas contendo nome, cargo e número de inscrição de cada candidato, no Quadro Mural Oficial da Prefeitura, no site <http://www.agronomica.sc.gov.br/> e <http://actio.listaeditais.com.br/>, em **17/01/2018** a partir das 18:00h. **QUEM NÃO TIVER SEU NOME INSERIDO NA LISTA, NÃO PODERÁ REALIZAR QUALQUER PROVA.**

2.19.1. Discordando dos dados relativos à sua inscrição, constante do edital de que trata item 2.19, o candidato terá o prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis para impugná-lo, através do sítio da empresa Actio Assessoria – <http://actio.listaeditais.com.br/>. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

2.19.2. Após a apreciação de eventuais recursos quanto às inscrições, no dia **24/01/2018**, será divulgado no site no Quadro Mural Oficial da Prefeitura, no site <http://www.agronomica.sc.gov.br/> e <http://actio.listaeditais.com.br/> o edital de homologação das inscrições. **SOMENTE ESTARÃO APTOS A REALIZAR A PROVA OS CANDIDATOS CONSTANTES DA REFERIDA HOMOLOGAÇÃO.**

2.20. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, eliminar do certame candidato que se portar de maneira inconveniente e/ou incompatível com o regular desenvolvimento do certame desde que sejam identificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas, documentos ou quaisquer outros atos inerentes ao certame.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

3. DAS REGRAS ESPECÍFICAS DE INSCRIÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas portadoras de deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII, do artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 97, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal de Agronômica, **devem indicar sua intenção no momento do preenchimento do requerimento de inscrição** marcando o campo próprio e descrevendo resumidamente o tipo de deficiência, e enviar a documentação pertinente pelos correios ou entregar na prefeitura, impreterivelmente até o dia **10/01/2018**, sendo-lhes assegurado o direito da inscrição para os cargos em disputa, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.1.1. Os documentos referidos no item 3.1. deverão ser protocolados na Prefeitura de Agronômica junto a Comissão de Concurso na Rua 7 de Setembro, 215, Centro, em Agronômica-SC – CEP 89188-000 ou serem remetidos via Sedex, através dos correios para o mesmo endereço, contendo na parte externa do envelope os seguintes dados: À Comissão de Concurso Público – Assunto: Inscrição de Portador de Deficiência - na Rua 7 de Setembro, 215, Centro, em Agronômica-SC – CEP 89188-000.

a) Quando o envio via ocorrer via SEDEX, o prazo será contado em face da data de postagem.

3.2. O candidato portador de deficiência concorrerá às vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Concurso, por opção de cargo, sendo reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas, conforme previsto no artigo 37, § 1º do Decreto Federal 3.298/98.

3.3. Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.4. As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na legislação, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. O candidato que se declarar, quando da inscrição, ser portador de deficiência, a especificará no requerimento de inscrição, devendo anexar **Laudo Médico original, ou cópia autenticada, expedido e assinado por médico regularmente inscrito no CRM** (cujo nome e número de registro no CRM devem estar legíveis) **no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições**, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência (apresentar exames indicando os índices pertinentes para deficiência auditiva e visual), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de cargo.

3.6. O candidato que tiver sua inscrição deferida como portador de deficiência, uma vez aprovado no concurso, quando convocado, deverá submeter-se a exames e avaliação a ser realizada por profissionais da Prefeitura Municipal de Agronômica - SC, ou por esta indicado, objetivando comprovar a existência da deficiência declarada na inscrição e verificar se o exercício das funções inerentes ao cargo é compatível com a deficiência apresentada.

3.6.1. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, a inexistência de deficiência ou a existência desta em grau ou condição em que a legislação não autorize o seu reconhecimento para fins de ingresso diferenciado no serviço público, o candidato perderá sua condição de portador de deficiência e se submeterá inteiramente às regras aplicáveis aos candidatos em geral.

3.6.2. A qualquer momento em que constada a falsidade dolosa de declarações ou outros atos o candidato será eliminado do certame.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

3.7. Os candidatos que necessitem de condições especiais para realização da prova deverão requerê-las na forma do item 2.17. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

3.8. O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.

4. DAS PROVAS

4.1. O concurso contará com provas escritas objetivas com questões de múltipla escolha contendo 04 (quatro) alternativas, das quais apenas uma será a resposta certa, conforme os quadros a seguir:

Para todos os cargos			
Disciplina	Quantitativo de questões	Valor de cada acerto	Nota máxima
Língua Portuguesa	5	0,30	10,00
Conhecimentos Gerais	10	0,25	
Conhecimentos Específicos	20	0,30	

4.2. As **provas escritas** serão realizadas na **data provável de 04/02/2018**, salvo a ocorrência de fatos supervenientes de modo a impossibilitar a realização nesta data ou se houver número de inscritos superior à capacidade dos locais de prova, caso em que poderá ser designada mais de um período na mesma data ou até mais de uma data para a realização das mesmas.

4.3. A data definitiva para realização das provas será divulgada por ocasião do edital de homologação das inscrições.

4.4. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas.

4.5. Das Provas Escritas:

4.5.1. A prova escrita será realizada em estabelecimento de ensino, localizados no Município de Agronômica - SC.

4.5.1.1. Os locais e endereços definitivos de realização das provas serão divulgados quando da homologação da listagem de inscritos.

4.5.1.2. O fechamento dos portões se dará às 08 horas e 15 min (oito horas e quinze minutos) e na sequência será dado início aos trabalhos de aplicação das provas, salvo se houver necessidade de realização das provas em dois turnos devido ao número de inscritos superar a capacidade dos locais.

4.5.1.3. Na hipótese de se realizarem provas no período vespertino, o fechamento dos portões se dará às 14:00h (quatorze horas), para as provas deste período.

4.5.1.4. Os **candidatos deverão estar presentes** 30 (trinta) minutos antes do horário indicado para fechamento dos portões, para identificação, munidos da ficha de inscrição (acompanhada do comprovante do pagamento da inscrição), **documento de identidade pessoal com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul**. Não será admitida a entrada e realização da prova por candidatos que não apresentarem documento de identidade pessoal com foto.

4.5.1.5. APÓS O FECHAMENTO DOS PORTÕES NÃO SERÁ PERMITIDO A ENTRADA NO RECINTO DE PROVAS DE NENHUM CANDIDATO.

4.5.2. A prova escrita constituir-se-á de questões elaboradas a partir dos programas constantes do Anexo II do presente edital.

4.5.3. O tempo de duração da prova escrita é de 03:00h (três horas) compreendendo a sua resolução e o preenchimento da folha de respostas.

4.5.4. O candidato somente poderá retirar-se da sala após transcorrido 01:00h (uma hora) do início da prova.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

4.5.5. No ato da realização da prova escrita objetiva serão fornecidos o Caderno de Questões e a Folha de Respostas. Esta, pré-identificada com os dados do candidato para aposição da assinatura no campo próprio e **transcrição das respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.**

4.5.6. Na prova escrita objetiva o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas personalizada, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões e na própria Folha de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

4.5.7. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

4.5.8. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.5.9. O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas, com **caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, conforme modelo abaixo (exemplo):

61	A	<input type="checkbox"/>	C	D
62	A	B	C	<input type="checkbox"/>

4.5.10. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

4.5.11. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, bem como qualquer aparelho ou equipamento, seja mecânico, elétrico ou eletrônico.

4.5.11.1. Durante a realização da prova, não será permitida a utilização de nenhum tipo de relógio ou óculos de proteção solar. O fiscal de provas anotará em local visível a todos, a cada 30 minutos, a indicação do tempo de prova decorrido. Nos últimos trinta minutos essa anotação será lançada a cada 10 minutos.

4.5.12. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição e opção de cargo, bem como os dados do Caderno de Questões.

4.5.12.1. O candidato não poderá alegar erro, omissão, falha ou inconsistência da Folha de Respostas ou Caderno de Provas após iniciar a resolução das questões.

4.5.13. Motivará a eliminação do candidato do concurso público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras normas relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções ao candidato e/ou às instruções constantes das provas, bem como o comportamento incorreto e/ou incompatível ou o tratamento grosseiro ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

4.5.14. Poderá ainda ser excluído do Concurso Público o candidato que, em qualquer uma das provas, além das demais hipóteses previstas neste Edital:

- apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- não apresentar documento que bem o identifique;
- ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- ausentar-se do local de provas antes de decorrida uma hora do início das provas;
- fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado no edital ou suas instruções.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

- g) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, ou em desacordo com as normas desse edital;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação ou impresso não permitidos ou qualquer equipamento ou aparelho elétrico ou eletrônico;
- l) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphones ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- m) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou incompatível.

4.5.15. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico como os indicados nas alíneas “k” e “l” deverá desligar o aparelho antes do início das provas, e acondicionar na forma descrita do item 4.5.16.

4.5.16. Os eventuais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, equipamentos eletrônicos como os indicados nas alíneas “k” e “l” do item 4.5.14, deverão ser deixados pelo candidato em local indicado pelos fiscais, antes do início das provas.

4.5.17. Os pertences pessoais serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão permanecer durante todo o período de permanência dos candidatos no local. Os organizadores do certame **não se responsabilizam** por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorrido no local de realização das provas ou fora deles, nem por danos neles causados, **recomendendo por isso, levar para a sala de provas tão somente** documento de identificação, comprovante de inscrição canetas azul ou preta.

4.5.18. Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados e não poderão ser manuseados até a saída do candidato do local de realização das provas.

4.5.19. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

4.5.20. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

4.5.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

4.5.22. Os candidatos, após concluírem suas provas e antes de deixar o recinto, **deverão entregar a folha de respostas.** A folha de respostas é o único meio hábil para correção e na sua falta o candidato terá pontuação zero.

4.5.23. Ao finalizar sua prova o candidato poderá levar consigo apenas o rascunho para anotação das respostas fornecido pela organização do concurso e o caderno de provas.

4.5.24. Após concluir a prova e observado o item 4.5.4, o candidato deverá, obrigatoriamente, deixar o recinto de provas sob pena de eliminação do certame.

5. DOS CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

5.1. A nota final dos candidatos será a pontuação obtida na prova escrita de caráter eliminatório e classificatório, conforme o disposto no item 4.1.

5.1.1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem na prova escrita nota igual ou superior a 5,00 (cinco).



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

5.1.2. Os candidatos que não atingirem a nota mencionada no item 5.1.1 não terão classificação alguma, sendo considerados eliminados do certame.

5.2. A classificação observará a ordem numérica decrescente da nota final individualmente obtida por cada candidato, separada por cargo.

5.3. O resultado final do concurso será divulgado por meio de duas listas, a saber:

a) uma contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, por cargo, inclusive os inscritos como portadores de deficiência;

b) outra lista contendo exclusivamente a classificação dos candidatos habilitados, inscritos como portadores de deficiência.

5.4. Na hipótese de igualdade de nota final, após observância do disposto no Parágrafo Único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), considerada, para esse fim, a data de realização da Prova Objetiva, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

a) obtiver maior número de acertos em Conhecimentos Específicos;

b) obtiver maior número de acertos em Língua Portuguesa;

c) obtiver maior número de acertos em Conhecimentos Gerais;

d) tiver maior idade;

e) sorteio.

6. DOS RECURSOS

6.1. Será admitido recurso quanto:

a) ao presente edital;

b) ao indeferimento de inscrições;

c) à aplicação das provas;

d) às questões das provas escritas e gabaritos preliminares;

e) aos resultados das provas.

6.1.1. O pedido deverá ser realizado através do sítio da empresa Actio Assessoria - <http://actio.listaeditais.com.br/>.

6.1.2. O recurso interposto em desacordo com as regras pertinentes ou fora do respectivo prazo será indeferido liminarmente, não cabendo recursos adicionais.

6.2. O prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial de contagem o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido, ou seja, do primeiro ao segundo dia imediatamente posterior ao evento, salvo se não houver expediente na Prefeitura de Agronômica - SC, caso em que será prorrogado para o primeiro dia em que houver.

6.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no item 6.1 desse edital, devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado. Tratando-se de recursos de questões ou gabaritos, deverão ser formalizados um recurso para cada questão/gabarito.

6.4. A Banca Examinadora e a Comissão do Concurso Público constituem a última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

6.5. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas nesse edital não serão avaliados.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

6.6. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile (fax), telex, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.7. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

6.8. O gabarito poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados ou pela ação ex officio da Banca Examinadora e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

6.9. Na ocorrência do disposto nos itens 6.8 e 6.9 e/ou em caso de provimento de recurso, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

6.10. Os recursos cujo teor desrespeitem a Banca Examinadora e/ou a comissão do Concurso Público não serão conhecidos.

6.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos no sítio eletrônico <http://actio.listaeditais.com.br/>.

7. DO PROVIMENTO DO CARGO

7.1. Os candidatos habilitados serão nomeados a critério da Administração, conforme o número de vagas existentes e seguindo rigorosamente a ordem de classificação final, respeitando-se o percentual das vagas existentes reservado para os candidatos portadores de deficiência.

7.2. O provimento dos cargos se dará a critério da Administração Municipal, observada a conveniência da Administração.

7.3. A convocação dos candidatos aprovados nos respectivos cargos, para os quais prestaram concurso, serão pessoais e/ou publicadas através do órgão de imprensa oficial do município.

7.4. Somente terão posse os candidatos considerados aptos em inspeção de saúde de caráter eliminatório, a ser realizada por profissionais do Quadro de Pessoal do Município Agronômica - SC e/ou instituições especializadas, credenciadas e/ou indicadas pela Administração Municipal, não sendo admitidos, em hipótese alguma, pedidos de reconsideração ou recurso do julgamento obtido na inspeção de saúde, observadas as regras do item 3 e subitens em relação aos portadores de deficiência.

7.5. Por ocasião da convocação, o candidato nomeado somente tomará posse após comprovar/apresentar:

- a) nacionalidade brasileira e idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) Certidão Negativa Criminal comprovando que o candidato não foi condenado por crimes contra o Patrimônio, contra os Costumes, contra a Fé Pública e contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado e Certidão Negativa Cível dando conta de que não foi condenado em processos judiciais pertinentes a privação de seus direitos civis e ou políticos nem condenado por improbidade administrativa, com sentença transitada em julgado ou expedida por órgão judicial colegiado, expedidas pela distribuição do FORUM da Comarca onde for ou esteve domiciliado o candidato nos últimos 05 (cinco) anos, a fim de comprovar o pleno exercício de seus direitos civis e não registrar antecedentes criminais e cíveis antes mencionados;
- c) Declaração negativa de acumulação de cargo/emprego público e de vencimentos e proventos, ressalvados os casos admitidos na Constituição Federal;
- d) Gozar de boa saúde física e mental, comprovada na inspeção de saúde a que se refere o item 7.4, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a ser determinado pelo Serviço Médico do Município;



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

e) Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo/emprego devidamente registrado no MEC ou na Instituição que o expediu, e quando for o caso, registro no respectivo conselho de classe.

f) Título de Eleitor e comprovação de estar em dia com as obrigações eleitorais;

g) Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

h) Cadastro das Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal (CPF);

i) Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

j) Certidão de nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;

k) Carteira de Identidade;

l) Cartão do PIS ou PASEP;

m) 01 (uma) foto (3x4), recente e sem uso prévio.

n) Declaração de Bens e Valores;

o) Declaração de dependentes para imposto de renda;

p) Comprovação da escolaridade exigida.

7.6. Os documentos pessoais deverão ser entregues em cópias reprográficas autenticadas ou acompanhadas do original.

7.7. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

7.8. Ficam desde já advertidos os candidatos de que a não apresentação da documentação exigida para a posse no prazo legal implica na desistência da vaga.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

8.2. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso Público, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser dada, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

8.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar no órgão de publicação oficial do Município e nos sites <http://www.agronomica.sc.gov.br/> e <http://actio.listaeditais.com.br/>, Editais, Avisos, Comunicados e demais publicações referentes a este Concurso Público.

8.4. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

8.5. Todos os cálculos de pontuação referentes ao Julgamento e à Classificação dos candidatos serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

8.6. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

8.7. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

8.8. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do Concurso Público, a qualquer tempo.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

8.9. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone ou e-mail informações relativas ao resultado do Concurso Público.

8.10. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado na mesma forma em que se der a publicação deste edital e disponibilizado no site <http://www.agronomica.sc.gov.br/> e <http://actio.listaeditais.com.br/>.

8.11. Em caso de alteração dos dados pessoais (nome, endereço, telefone, email para contato) constantes no Formulário de Inscrição, o candidato deverá efetuar a atualização dos dados pessoais diretamente na Prefeitura Municipal de Agronômica.

8.12. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, telefone e email atualizados para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não compareça.

8.13. A Administração Municipal e a empresa executora do certame não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato, inclusive se decorrentes de:

- a) endereço residencial e/ou eletrônico não atualizados;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas, inclusive por fornecimento de endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros;
- e) falhas ou incompatibilidades técnicas dos equipamentos e recursos eletrônicos.

8.14. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na remota hipótese de verificarem-se falhas de impressão, a Comissão Examinadora antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os cadernos de questões defeituosos;
- b) em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, poderá ser providenciada cópia de um caderno de questões completo;
- c) se a ocorrência se verificar após o início da prova, a Comissão Examinadora juntamente com a Comissão do Concurso estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

8.15. A Administração Municipal e a empresa executora do certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

8.16. SOMENTE SERÁ ADMITIDO À SALA DE PROVAS O CANDIDATO QUE ESTIVER PORTANDO DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL QUE BEM O IDENTIFIQUE.

8.16.1. São considerados documentos de identidade válidos para efeito desse concurso: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CRM, CREA, CRC etc.; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97).

8.16.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

8.16.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

8.17. A legislação municipal exigível nas provas será disponibilizada a todos na internet, no site <http://www.agronomica.sc.gov.br/> e <http://actio.listaeditais.com.br/>.

8.18. Informações aos candidatos não disponíveis no órgão de divulgação oficial ou nos sites <http://www.agronomica.sc.gov.br/> e <http://actio.listaeditais.com.br/> através de editais, avisos e comunicados poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Recursos Humanos do Município, através do e-mail actio@actio.srv.br ou pelos telefones 473542 0166 ou 47 35210078, em dias úteis.

8.19. O Município de Agronômica - SC delegam à empresa W. L. A. Assessoria Ltda ME (Actio Assessoria) as funções inerentes ao certame decorrentes das obrigações previstas no contrato de prestação de serviços.

8.20. Cabe à comissão do concurso público, nomeada por meio do Decreto nº 090/2017, acompanhar, fiscalizar, supervisionar e praticar os demais atos necessários ao bom andamento do certame.

8.21. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela administração municipal, pela Comissão Executiva do Concurso Público e pela empresa executora do certame, no que a cada um couber.

8.22. Integram o presente o edital:

- a) Anexo I - Descritivo das Atribuições dos Cargos;
- b) Anexo II - Conteúdos Programáticos;
- c) Anexo III - Cronograma (sujeito a alterações).

Agronômica - SC, 12 de dezembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Francisco Alexandre Duarte Neto

Presidente da Comissão do Concurso

Decreto nº 090/2017



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

ANEXO I

EDITAL Nº 01/2017- CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

01. Assistente Social

- Planeja e executa atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas, e outras atividades correlatas.

02. Psicólogo

Estudar, pesquisar e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais emmentais e de adaptação social. Planejar estratégias no contexto de gestão de pessoas. Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

ANEXO II

EDITAL Nº 01/2017- CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ASSISTENTE SOCIAL e PSICÓLOGO

Língua portuguesa: Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossêmia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Figuras de linguagem. Redação Oficial.

Conhecimentos gerais: Análise de assuntos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, esporte, história, turismo, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais do Brasil, Estado Santa Catarina e do município de Agronômica - SC. Constituição Federal: direitos e garantias fundamentais, administração pública, educação, saúde e assistência social. Raciocínio lógico; Informática: Sistemas Operacionais, Conhecimento sobre editores de texto, planilhas eletrônicas, e outros aplicativos, Internet; Antivírus, Hardware, software. Nomenclatura e função dos hardwares e softwares básicos do computador. Redes de computadores e a internet. Lei Orgânica do Município de Agronômica.

Conhecimentos Específicos de Assistente Social: O processo de trabalho do Serviço Social: aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos; instrumentalidade; estratégias de ação do Serviço Social; dimensões da competência profissional - planejamento, execução, pesquisa; a legislação profissional; ética e direitos humanos. As políticas sociais e o Serviço Social: organização e operacionalização das políticas sociais; o trabalho do assistente social com os diferentes segmentos da população em situação de vulnerabilidade social e de pobreza no campo das políticas sociais setoriais e por segmentos; interdisciplinaridade e os novos sujeitos sociais: conselhos de direitos e a rede social. Política Nacional de Assistência Social; SUAS - Sistema Único da Assistência Social, SUS - Sistema Único de Saúde; Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento. Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Conhecimentos Específicos de Psicólogo: Histórico da Psicologia. Área de atuação do psicólogo. Saúde do Idoso, da Mulher, do Adulto, do Homem e Saúde Mental como um todo. Os procedimentos mais usados em Psicologia; Importância da Pesquisa; Observação do comportamento. Fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento humano; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt – Terapia Explicada. Teoria de Personalidade: -Psicanálise –Freud, Melanie Klein, Erickson,; - Reich; - Jung; - Adler; - Sullivan; - Horney; - Fromm; - Rogers; - Teoria Cognitiva de Kelly; - Topologia de Lewin; - A abordagem S = R. Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Entrevista Psicológica. Processos de Mudanças em Psicoterapia. Fatores Sociais na Anormalidade; Princípios do desenvolvimento; Fases do Desenvolvimento. Legislação em saúde mental. Relações Humanas. Ética no serviço público. Qualidade no atendimento ao público. Trabalho em equipe. Avaliação psicológica: fundamentos da medida psicológica, instrumentos de avaliação, avaliação e interpretação de resultados. Ética profissional. Teorias de personalidade. Psicopatologia. Técnicas psicoterápicas. Psicodiagnóstico. Psicoterapia de problemas específicos. Noções de psicologia organizacional. Rotação de pessoal. Absenteísmo. Estrutura organizacional. Gestão de pessoas (recrutamento e seleção na Administração Pública, identificação de talentos, domínio de competências, avaliação e gestão de desempenho). Treinamento e desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Mudança organizacional. Qualidade de vida. Integração de funcionários portadores de necessidades especiais. Equipe e grupos de trabalho. Comunicação, liderança, motivação. Manejo da solução de conflitos. Mediação. Relacionamento interpessoal. Equipes multidisciplinares. Avaliação de desempenho: objetivos, métodos, implantação e acompanhamento. Análise de cargos: objetivo e métodos. Treinamento: levantamento de necessidade, planejamento, execução e avaliação. O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde.



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

ANEXO III

EDITAL Nº 01/2017- CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (sujeito a alterações)

EVENTO	DATA
Divulgação do edital	13/12/2017
Inscrições	Das 10h do dia 13/12/2017 as 15h do dia 15/01/2018
Requerimentos de condição especial para realização de provas, de amamentação e portador de deficiência	10/01/2018
Divulgação da lista de inscritos	17/01/2018
Recurso das inscrições	18 a 22/01/2018
Divulgação da lista final de inscritos (homologação)	24/01/2018
Data provável de realização das provas escritas	04/02/2018
Divulgação dos gabaritos	04/02/2018 as 18h
Recursos das provas escritas e gabaritos	05 a 07/02/2018
Gabaritos definitivos e resultados preliminares das provas escritas	12/02/2018
Recursos dos resultados preliminares das provas escritas	13 a 15/02/2018
Resultado definitivo das provas escritas	19/02/2018

EDITAL Nº 03/2017- PROCESSO SELETIVO Nº 04/2017

Publicação Nº 1455726

**Prefeitura Municipal de Agronômica**Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

EDITAL Nº 03/2017- PROCESSO SELETIVO Nº 04/2017

Homologa inscrições e dá outras providências relativas ao processo seletivo nº 04/2017 do Município de Agronômica/SC

O **Município de Agronômica**, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Senhor Cesar Luiz Cunha, no uso de suas atribuições legais, e a Comissão do Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 089/2017, tendo em vista o disposto no item 2.19.2 do Edital nº 01/2017, e segundo dados remetidos pela empresa responsável pela execução do processo seletivo, e considerando a inexistência de recursos, **torna público a homologação das inscrições**, conforme segue:

1. O **Anexo I** contém a lista geral de inscrições **homologadas** (deferidas) por ordem alfabética dos nomes dos candidatos no cargo. Os candidatos apontados como múltiplas inscrições realizarão as provas conjuntamente no mesmo período e horário, limitada a realização de ambas ao tempo de 4 (quatro) horas de prova;
2. O **Anexo II** contém a lista de requerimentos de inscrições **não homologadas** (indeferidas) por ordem numérica dos respectivos protocolos;
3. Não há requerimentos deferidos de candidatos na condição de **portadores de deficiência**, conforme item 03 do edital;
4. Somente estarão aptos a realizar as provas os candidatos que tiveram sua inscrição **homologada** (deferida) conforme Anexo I (item 2.19.2 do edital 01/2017);
5. As **provas** serão realizadas no dia **17/12/2017**, na **Escola de Educação Básica Maria Regina de Oliveira**, em Agronômica – SC, situada à Rua Angelo Fornazari, sn, Centro:
 - 5.1. Os **portões serão fechados às 08 horas e 15 minutos** (horário oficial de Brasília), momento a partir do qual não será mais permitida a entrada de candidatos para realizar a prova (itens 4.5.1.2 e 4.5.1.5 do edital 01/2017);
 - 5.2. Os candidatos poderão ter acesso às salas de provas a partir das 07 horas e 45 minutos, para proceder à identificação do candidato, devendo portar, obrigatoriamente, documento oficial de identidade com foto (não será admitida a entrada e realização da prova por candidatos que não apresentarem documento de identidade pessoal com foto) e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
6. Todos os candidatos que objetivarem efetuar a entrega de títulos na forma do item 4.6 do edital nº 001/2016, deverão comparecer a sala específica entre as 9 e 13 horas na mesma escola. Os títulos serão apresentados em **cópia simples acompanhado do original** para conferência pela comissão no ato de sua entrega **ou em cópia autenticada por tabelião** acompanhados do requerimento anexo ao edital (anexo IV).

Agronômica/SC, 13 de dezembro de 2017.

Cesar Luiz Cunha
Prefeito Municipal

Danusa Pereira dos Santos Fuchs
Presidente da Comissão do Processo Seletivo
Decreto nº 089/2017

Página 1 de 7



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

ANEXO I

Lista Geral - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

(item 01 do presente edital)

Agente Serviços Gerais

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
757334	Alan Aparecido De Almeida	277.114.368-23
777350	Roseli Florencio	716.067.349-20

Merendeira

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
777378	Angela Souza	951.516.139-87

Auxiliar de Sala

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
765879	Ana Carolina Sevegnani Flausino (múltipla inscrição)	088.946.959-80
776552	Ana Karoline Rudolf	101.023.019-05
772383	Bruna Stedile	012.164.379-47
777099	Catia Aparecida Da Luz	060.798.539-90
771707	Catia Aline Sebold (múltipla inscrição)	072.813.139-00
765062	Cintia Leidiane Buttner	065.257.699-06
756797	Cleids Dos Santos Goncalves	085.031.539-55
773903	CRISTOVAO NOLLI SOBRINHO JUNIOR	091.664.009-45
766464	Danielle Prazeres Leme	053.389.089-64
756142	Debora Andrea Leal dos Santos	086.104.919-51
769342	Debora Parma	105.624.169-19
775575	Djenifer Carolina Lemckulh	105.492.709-06
773578	Djeniffer Sabrina Klaumann	110.680.659-07
777432	Eliane De Fatima Miguel	085.197.549-61
777058	Gabriele Nicoletti	012.164.419-79
768608	Joanna Santos	057.238.895-08
776328	Jucileia Mottin Da Silva	047.966.829-96
776556	Juliana Cachoeira	105.485.329-07
774350	Karine Dias	012.164.249-69
773537	Luana Galvan Albanaz (múltipla inscrição)	073.661.639-02
776500	Maria Alice Tonolli	009.892.099-54
776119	Marivone Fiamoncini Adami (múltipla inscrição)	050.768.939-90
761910	Priscila Gisele Fernandes	094.184.549-47
776518	Priscilla Sales	092.463.569-00
770992	Samara Soares Da Silva (múltipla inscrição)	088.154.269-57
776189	Tamara Karina Theis da Silva (múltipla inscrição)	077.887.589-06
765607	Tauane Feder	103.322.409-08
777101	Thais Fernanda Rosa	090.623.369-06



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

Professor Anos Iniciais - habilitado - 20h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
776942	Franciane Da Silva	060.094.559-60
775731	Roseli Pries De Melo	969.567.989-72
766693	Sheena Carla Parma (múltipla inscrição)	072.869.639-88

Professor Anos Iniciais - habilitado - 40h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
771397	Adriana Leicht Prust (múltipla inscrição)	039.889.389-63
777394	Andreza De Oliveira	018.997.139-80
772217	Carla Korb (múltipla inscrição)	935.654.969-91
773426	Carlane Goede (múltipla inscrição)	003.398.569-39
774209	Elisane Kurtz (múltipla inscrição)	098.090.479-08
776807	Franciele Aparecida De Oliveira	049.382.499-52
775347	Jamile De Oliveira (múltipla inscrição)	049.256.669-08
760106	Juliana Klaumann (múltipla inscrição)	087.055.639-84
755409	Juliana Pintarelli Avi (múltipla inscrição)	048.613.239-08
775594	Nicelani Serafim (múltipla inscrição)	049.481.809-39
766728	Raquel Wiggers (múltipla inscrição)	007.057.349-27
755783	Vanessa Ariany Moik	091.131.799-69

Professor Anos Iniciais - não habilitado - 20h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
762420	Eduarda Karolaine Ronque Woelfer	055.392.599-71

Professor Anos Iniciais - não habilitado - 40h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
773538	Luana Galvan Albanaz (múltipla inscrição)	073.661.639-02
775240	Sandra Pires De Moraes	048.047.929-10

Professor de Artes - habilitado - 20h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
777232	Scheila Cristine Voss	066.287.629-63

Professor de Educação Infantil - habilitado - 40h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
758118	Adriana Leicht Prust (múltipla inscrição)	039.889.389-63
763672	Ariana Floriano (múltipla inscrição)	048.757.289-05
759375	Bernardete Candido Nunes	674.365.529-53
777391	Bruna Cestonaro Do Nascimento	047.400.019-26
764405	Carla Cristiane Alves	058.297.329-55
775538	Carla Fuck Wollinger	056.924.819-10
772218	Carla Korb (múltipla inscrição)	935.654.969-91
773427	Carlane Goede (múltipla inscrição)	003.398.569-39
774654	Caroline Fernanda Butzke Da Silva	090.124.809-65
771713	Claudia Prust Wessner	064.054.789-39
771551	Cristiana Kelly Dos Santos	037.160.029-41
775591	Cristiane Dalmonico Luiz	019.914.799-05



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

761867	Dalvana Regina Tonet	071.538.629-86
776386	Daniela Bonfanti	084.606.159-79
775840	Edineia Rohling florencio	048.941.309-98
775358	Eliane Dos Santos Souza	060.940.149-10
774210	Elisane Kurtz (múltipla inscrição)	098.090.479-08
777224	Eliziani Schaffer Coradini	028.174.839-01
776112	Emanuella Muriel Cunha	070.901.549-63
774337	Fabiana Maria Dalpiaz	038.935.899-10
774230	Franciane Xavier Ferreira	936.175.269-34
776885	Glazeli Araldi Stuepp	064.560.599-92
755715	Iara Maria Kammer	095.178.389-05
775760	Inara Maria Cugnier	052.943.689-27
775348	Jamile De Oliveira (múltipla inscrição)	049.256.669-08
764356	Janaina Sens Eichholz	059.354.359-93
766785	Janete Rodrigues Cardoso Chirolli	814.194.149-68
771333	Jania Carla Dos Santos	897.778.599-53
760107	Juliana Klaumann (múltipla inscrição)	087.055.639-84
755410	Juliana Pintarelli Avi (múltipla inscrição)	048.613.239-08
754854	Karina Dos Santos Varela Belli	044.184.209-75
775744	Katia Regina Jeremias Krambeck	824.413.599-91
757953	Luciana Cardoso	037.583.349-85
777225	Luciara Julia Avi	007.405.149-03
777170	Malize Schreiber	889.999.989-91
769017	Marcia Caetano Avi	988.587.779-72
776804	Marcia Regina Da Silva	004.253.009-19
769024	Meri Terezinha Mantoanelli	675.246.999-72
775093	Monique Novak Vieira	075.114.879-20
775404	Naiany Caroline Borges	094.989.729-90
775595	Nicelani Serafim (múltipla inscrição)	049.481.809-39
772382	Odete Aparecida Pereira	739.570.469-04
763744	Pamela Caroline Fernandes	049.112.769-32
766729	Raquel Wiggers (múltipla inscrição)	007.057.349-27
769536	Roberta Dela Justina	041.703.709-02
770075	Rosemery Lehmkuhl	963.560.659-15
770993	Samara Soares Da Silva (múltipla inscrição)	088.154.269-57
769749	Santilia Dos Anjos	898.453.409-97
761406	Scharlene Da Silva (múltipla inscrição)	036.502.309-41
766694	Sheena Carla Parma (múltipla inscrição)	072.869.639-88
775468	Valdenia Souza Lima Rosa	887.114.123-72
754839	Vanessa Cristina Dos Santos Back	071.033.199-10
761908	Vera Neuber Da Silva	891.493.439-04
757552	Verônica Cabral Da Silva Velho	399.317.338-45

Professor de Educação Infantil - não habilitado - 20h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
765880	Ana Carolina Sevegnani Flausino(múltipla inscrição)	088.946.959-80
771708	Catia Aline Sebold (múltipla inscrição)	072.813.139-00
776120	Marivone Fiamoncini Adami (múltipla inscrição)	050.768.939-90



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

Professor de Educação Infantil - não habilitado - 40h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
776464	Adinara Cristina Da Silva	089.219.349-28
776113	Andressa Giacomozzi	084.836.919-06
776837	Bianca De Souza	095.779.079-11
763100	Daniela Cardozo	025.655.139-17
770700	Katia Odorizzi Boni	046.301.849-45
775785	Lucelia Da Silva	022.678.629-30
776811	Maria Helena Comper Giacomozzi	863.829.009-82
775796	Rosangela Velho	024.658.959-07
776190	Tamara Karina Theis da Silva (múltipla inscrição)	077.887.589-06

Professor II - habilitado - 40h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
765637	Ariana Floriano (múltipla inscrição)	048.757.289-05
774301	Regina Da Silva	891.476.859-72
775504	Scharlene Da Silva (múltipla inscrição)	036.502.309-41

Professor II - não habilitado - 40h

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
765998	Neuza Woisczyk	064.467.079-75



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

ANEXO II

Lista Geral - INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

(item 02 do presente edital)

As inscrições abaixo restaram indeferidas por não atendimento do item 2.4.1.2 e 2.9 do edital nº 01/2017 do Processo Seletivo nº 004/2017:

Agente Serviços Gerais

Nº INSC	CPF
772280	004.913.329-20
776619	009.099.599-60

Merendeira

Nº INSC	CPF
772168	045.583.239-05

Auxiliar de Sala

Nº INSC	CPF
762113	092.563.839-00
763743	049.112.769-32
765031	054.950.429-05
765708	106.342.399-61
767649	906.144.372-53
767839	096.121.109-13
770699	046.301.849-45
771712	064.054.789-39
772766	102.938.299-93
773242	087.095.959-02
773965	102.523.469-39
775636	054.232.259-57
776463	089.219.349-28
776726	098.045.249-02
776780	983.866.709-91

Professor Anos Iniciais - habilitado - 40h

Nº INSC	CPF
772885	970.102.279-34
774336	038.935.899-10
776940	074.312.649-17

Professor Anos Iniciais - não habilitado - 40h

Nº INSC	CPF
756733	102.193.189-64
769124	006.538.039-82

Professor de Educação Infantil - habilitado - 20h



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

Nº INSC	CPF
762285	048.776.649-04
775092	075.114.879-20

Professor de Educação Infantil - habilitado - 40h

Nº INSC	CPF
755237	717.321.879-91
759766	050.150.999-24
762286	048.776.649-04
767043	034.258.719-60
772886	970.102.279-34
776519	092.463.569-00
777076	078.070.759-10

Professor de Educação Infantil - não habilitado - 20h

Nº INSC	CPF
761912	094.184.549-47
776810	863.829.009-82
777201	084.836.919-06

Professor de Educação Infantil - não habilitado - 40h

Nº INSC	CPF
756143	086.104.919-51
767840	096.121.109-13
769125	006.538.039-82
772175	004.029.689-05
774171	089.423.849-35
775559	091.121.089-01
776727	098.045.249-02

Água Doce

PREFEITURA

381/2017

Publicação Nº 1456456

PORTARIA Nº 381/2017 – DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor LUCIANDRO DE LUCA, inscrito no CPF nº 029.331.069-65, efetivo no cargo de Auxiliar de Defesa Civil, no período de 13/12/2017 até 11/01/2018, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora do Dpto Recursos Humanos

382/2017

Publicação Nº 1456490

PORTARIA Nº 382/2017 – DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

"CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que o veículo FIAT DUCATO placa MJG 3029, ficará à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, dias 14 e 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora do Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 176/2017

Publicação Nº 1456580

DECRETO Nº 176/2017 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017
"DENIFE CRITÉRIOS, DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA O BENEFÍCIO EVENTUAL ASSISTENCIAL DO ALUGUEL SOCIAL, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.547/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.547, de 05 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o Benefício Eventual Assistencial de Aluguel Social de que trata a Lei Municipal nº 2.547, de 05 de dezembro de 2017, na forma prescrita no presente Decreto.

Art. 2º. O aluguel social será destinado à concessão de benefício financeiro mensal para pagamento de locação de imóveis de terceiros, integral ou parcial, em favor de famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos nacionais, que se encontram em situação de vulnerabilidade habitacional temporária, as quais possuam apenas um imóvel próprio no município de Água Doce/SC e que não sejam proprietários de nenhum outro imóvel em qualquer outro município.

Parágrafo único. Não será beneficiado com aluguel social o munícipe que já reside em casa alugada.

Art. 3º. Terão direito ao benefício eventual do aluguel social as famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade habitacional temporária, nas seguintes situações:

I - nos casos decorrentes de desocupação de moradias submetidas a riscos insanáveis, iminentes ou de desabamento, vivendo em locais de risco, assim apontado pela Defesa Civil;

II - em situação de emergência e/ou calamidade pública, com a moradia destruída ou interditada, ou em consequência de deslizamento, inundação, incêndio, que impeçam a utilização segura da habitação.

Art. 4º. A concessão do benefício eventual do aluguel social será efetivada mediante as seguintes condicionantes:

§ 1º. Cabe ao beneficiado procurar uma moradia em lugar seguro, assinar o contrato como locatário do imóvel e apresentar, todo mês, o recibo do imóvel que comprove o pagamento do aluguel do mês anterior ao órgão gestor para efetivação do próximo pagamento;

§ 2º. O beneficiado deve arcar com as despesas referentes à água, luz, condomínio, IPTU, entre outras;

§ 3º. Para postular o benefício o interessado deverá apresentar documento de identidade e comprovante de rendimento de todo grupo familiar, exceto quando a família perdeu todos os documentos em razão do evento, oportunidade que terão prazo de 60 dias para apresentação, bem como cópia do contrato de locação com terceiro;

§ 4º. O beneficiário que tiver sua edificação demolida e que receber uma unidade habitacional em Programa Habitacional será automaticamente desligado do Benefício Eventual do Aluguel Social.

Art. 5º. O valor mensal do aluguel social a ser recebido pela família

será de até 10 (dez) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

Art. 6º. O aluguel social será concedido pelo prazo de até 02 (dois) meses ininterruptos para uma mesma família, sendo destinado a qualquer interessado que preencha os critérios estabelecidos no presente Decreto.

Parágrafo único. O prazo disposto no caput desse artigo poderá ser prorrogado uma única vez, pelo período de 01 (um) mês, desde que mantida a necessidade do benefício eventual e havendo disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º. A gestão, concessão e monitoramento do Benefício do Aluguel Social serão realizados pelo órgão gestor da política da Assistência Social do Município.

Parágrafo único. Os casos de vulnerabilidade social serão encaminhados para os serviços da Assistência Social para acompanhamento.

Art. 8º. Ocorrendo demanda superior à capacidade de oferta do benefício eventual do Aluguel Social, a seleção será feita pela equipe de referência da política de assistência social, observadas as seguintes prioridades, na seguinte ordem:

I - Ter entre os membros da família portadores de deficiência, ou que apresentem doenças crônicas degenerativas, mediante a comprovação com laudo médico e/ou idosos e gestantes;

II - Famílias com maior número de dependentes menores de 18 anos;

III - Famílias removidas de áreas que apresentem risco geológico, risco à salubridade, áreas de interesse ambiental ou intervenções urbanas, que estejam em projetos habitacionais, sendo excluídas deste vínculo as que estão em abrigos/alojamentos provisórios, que já pagavam aluguel anteriormente;

IV - Famílias que possuam menor renda per capita;

V - Famílias chefiadas preferencialmente por mulheres.

Art. 9º. O subsídio será extinto ou suspenso pelos seguintes motivos:

I - Requerimento do beneficiário, indicando a sua motivação;

II - Descumprimento das cláusulas constantes do Decreto;

III - Por alteração de dados cadastrais que impliquem em perda das condições de habilitação ao benefício, conforme relatórios que serão realizados pela equipe competente;

IV - Pela extinção das condições que determinaram sua concessão;

V - Quando constatado qualquer vínculo familiar direto ou por afinidade com o proprietário da residência locada;

VI - Quando constatada qualquer tentativa de fraude aos objetivos do presente Decreto.

Art.10. A fraude no recebimento do aluguel social ensejará o cancelamento imediato do benefício, sem prejuízo de outras ações cíveis e criminais cabíveis a espécie.

Art.11. O recebimento do aluguel social não exclui o direito de recebimento de outros benefícios sociais oriundos de qualquer outra política pública assistencial desenvolvida nos demais níveis de poder.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor em 01/01/2018.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce, 07 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 177/2017

Publicação Nº 1456594

DECRETO Nº 177/2017 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.940,00 (dois mil e novecentos e quarenta reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção dos Departamentos.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/115 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	
08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	
4.4.90.00.00.0679/115 Aplicações Diretas	R\$ 2.940,00
TOTAL	R\$ 2.940,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de dezembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 178/2017

Publicação Nº 1456598

DECRETO Nº 178/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.646,22 (Um mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção dos Departamentos.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0061/69 e 3.3.90.00.00.0679/125 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.362.0011.2.027 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR –
ENSINO MÉDIO
3.3.90.00.00.0061/69 Aplicações Diretas R\$ 6,22

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
06.181.0017.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
3.3.90.00.00.0679/125 Aplicações Diretas R\$ 1.640,00
TOTALR\$ 1.646,22

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios e transferências do FNDE – PNATE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 179/2017

Publicação Nº 1456600

DECRETO Nº 179/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica através do presente Decreto homologada a Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, que ESTIMOU A RECEITA E FIXOU A DESPESA PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), no valor de R\$ 31.289.313,52 (trinta e um milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos, para o exercício de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 180/2017

Publicação Nº 1456605

DECRETO Nº 180/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº

2.453 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7,91 (sete reais e noventa e um centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação dos rendimentos dos recursos recebidos do FNDE- PNAE.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0060/47 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.306.0010.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.90.00.00.0060/47 Aplicações Diretas R\$ 7,91
TOTALR\$ 7,91

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica de Transferências do FNDE – PNAE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de dezembro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 181/2017

Publicação Nº 1456608

DECRETO Nº 181/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.549, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 9.357,00 (nove mil e trezentos e cinquenta e sete reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para pagamento de despesas da Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.00.0.1.0002/36 Aplicações Diretas R\$ 9.357,00
TOTAL R\$ 9.357,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0002 – Recursos Taxa da Vigilância e Remuneração Bancária.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 182/12017

Publicação Nº 1456613

DECRETO Nº 182/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.550, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.0.1.0002/7 Aplicações Diretas R\$ 226.000,00
TOTALR\$ 226.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e Transferência da Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 183/2017

Publicação Nº 1456617

DECRETO Nº 183/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.551, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 201.250,00 (duzentos e um mil e duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção das Secretarias.

Art. 2º. Ficam suplementadas no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.20.00.00.0679/31 Transferências a União, 3.1.90.00.00.0679/81, 3.3.90.00.00.0679/85, 3.1.90.00.00.0679/88 3.1.90.00.00.0679/96, 3.1.90.00.00.0679/101, 3.1.90.00.00.0679/120 e 3.3.90.00.00.00679/183, 3.3.90.00.00.0679/184 e 3.3.90.00.00.0679/185 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.20.00.00.0679/31 Transferências a União R\$ 20.000,00

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0679/184 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.0679/185 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00679/183 Aplicações Diretas R\$ 86.350,00

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.00.00.0679/81 Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

3.3.90.00.00.0679/85 Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.1.90.00.00.0679/88 Aplicações Diretas R\$ 4.200,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMERCIO E TURISMO

02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS

23.695.0021.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

3.1.90.00.00.0679/96 Aplicações diretas R\$ 550,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTE E INFRA ESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0019.2.050 MANUT.DA SEC.DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

3.1.90.00.00.0679/101 Aplicações Diretas R\$ 4.650,00

16 DEFESA CIVIL

01 DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DEFESA CIVIL

3.1.90.00.00.0679/120 Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

TOTALR\$ 201.250,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 184/2017

Publicação Nº 1456621

DECRETO Nº 184/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.552, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0679/184 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.0679/185 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0679/183 Aplicações Diretas R\$ 86.500,00

TOTAL R\$ 139.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0086/56 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0086/61 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0086/74 Aplicações Diretas R\$ 86.500,00

TOTAL R\$ 139.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 185/2017

Publicação Nº 1456627

DECRETO Nº 185/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.553, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 14.401,81 (catorze mil e quatrocentos e um reais e oitenta e um centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

3.3.90.00.0.1.0709/23 Aplicações Diretas R\$ 14.401,81

TOTAL R\$ 14.401,81

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0709 – Transf. Média e Alta Complexidade - Apae.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 186/2017

Publicação Nº 1456631

DECRETO Nº 186/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.554, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.00679/104 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE

26.782.0019.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.00.00679/104 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTALR\$ 70.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 187/2017

Publicação Nº 1456635

DECRETO Nº 187/2017- DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.555, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO.PROMOÇÃO SOCIAL	
3.3.90.00.0.1.0610/5 Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
TOTAL	R\$ 8.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto ficam anulados totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0045.1.024 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CRAS	
4.4.90.00.0.1.0610/2 Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4.4.90.00.0.1.0610/4 Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL	
4.4.90.00.0.1.0610/4 Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

08.244.0045.2.061 PROGRAMA BPC – ESCOLA	
3.3.90.00.0.1.0610/7 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$ 8.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 188/2017

Publicação Nº 1456639

DECRETO Nº 188/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – VRF, DEFINE PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, DA TAXA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ISS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e a forma do artigo 445 e seguintes da Lei Complementar nº 026/02 de 26/12/02 e demais normas legais aplicáveis a matéria:

DECRETA:

Art. 1º- O valor do VRF – Valor de Referência Municipal, para o ano de 2018 fica em R\$ 68,90 (sessenta e oito reais e noventa centavos).

Art. 2º - As datas para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU serão as seguintes:

Parcela única: 12/03/2018

1º Parcela: 12/03/2018

2º Parcela: 12/04/2018

Parágrafo único: Para o pagamento em cota única será concedido um desconto de 10% (dez por cento).

Art. 3º - O valor mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2018 será de R\$ 68,90 (sessenta e oito reais e noventa centavos).

Art. 4º - O pagamento da Taxa de Alvará de Funcionamento para o exercício de 2018 terá vencimento em 12/03/2018.

Art. 5º - Para fazer face as despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão usadas dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2018.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.549/2017

Publicação Nº 1456650

LEI Nº 2.549/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 9.357,00 (nove mil e trezentos e cinquenta e sete reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento de despesas da Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.00.0.1.0002/36 Aplicações Diretas R\$ 9.357,00
TOTAL R\$ 9.357,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0002 – Recursos Taxa da Vigilância e Remuneração Bancária.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.550/2017

Publicação Nº 1456655

LEI Nº 2.550/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.0.1.0002/7 Aplicações Diretas R\$ 226.000,00
TOTAL R\$ 226.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e Transferência da Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.551/2017

Publicação Nº 1456657

LEI Nº 2.551/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 201.250,00 (duzentos e um mil e duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das Secretarias.

Art. 2º. Ficam suplementadas no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.20.00.00.0679/31 Transferências a União, 3.1.90.00.00.0679/81, 3.3.90.00.00.0679/85, 3.1.90.00.00.0679/88 3.1.90.00.00.0679/96, 3.1.90.00.00.0679/101, 3.1.90.00.00.0679/120 e 3.3.90.00.00.0679/183, 3.3.90.00.00.0679/184 e 3.3.90.00.00.0679/185 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
3.3.20.00.00.0679/31 Transferências a União R\$ 20.000,00

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.3.90.00.00.0679/184 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.0679/185 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.0679/183 Aplicações Diretas R\$ 86.350,00

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.1.90.00.00.0679/81 Aplicações Diretas R\$ 3.500,00
3.3.90.00.00.0679/85 Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.1.90.00.00.0679/88 Aplicações Diretas R\$ 4.200,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMERCIO E TURISMO
02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.695.0021.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO
3.1.90.00.00.0679/96 Aplicações diretas R\$ 550,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTE E INFRA ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0019.2.050 MANUT.DA SEC.DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
3.1.90.00.00.0679/101 Aplicações Diretas R\$ 4.650,00
.
16 DEFESA CIVIL
01 DEFESA CIVIL
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DEFESA CIVIL
3.1.90.00.00.0679/120 Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
TOTALR\$ 201.250,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.552/2017

Publicação Nº 1456659

LEI Nº 2.552/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.3.90.00.00.0679/184 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.0679/185 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.0679/183 Aplicações Diretas R\$ 86.500,00
TOTAL R\$ 139.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.90.00.00.0086/56 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.1.90.00.00.0086/61 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.0086/74 Aplicações Diretas R\$ 86.500,00
TOTAL R\$ 139.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.553/2017

Publicação Nº 1456661

LEI Nº 2.553/2017 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 14.401,81 (catorze mil e quatrocentos e um reais e oitenta e um centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMA ESTADUAIS E FEDERAIS
3.3.90.00.0.1.0709/23 Aplicações Diretas R\$ 14.401,81
TOTAL R\$ 14.401,81

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0709 – Transf. Média e Alta Complexidade - Apae.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.554/2017

Publicação Nº 1456662

LEI Nº 2.554/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no

valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.00679/104 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
26.782.0019.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.00.0679/104 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
TOTALR\$ 70.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.555/2017

Publicação Nº 1456666

LEI Nº 2.555/2017– DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO.PROMOÇÃO SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0610/5 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a anular totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
08.244.0045.1.024 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CRAS
4.4.90.00.0.1.0610/2 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.0.1.0610/4 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL

4.4.90.00.0.1.0610/4 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

08.244.0045.2.061 PROGRAMA BPC – ESCOLA

3.3.90.00.0.1.0610/7 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Alfredo Wagner

PREFEITURA

315

Publicação Nº 1456347

PORTARIA Nº 315/2017.
PRORROGA A PORTARIA 215/2017 DE 02/08/2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria nº 060/2015 de 24/01/2015, que concedeu licença para tratamento de saúde ao servidora CELOI SEEMANN FORSTER matrícula nº 2032, Agente Comunitário de Saúde, até 31/12/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 22 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

316

Publicação Nº 1456356

PORTARIA Nº 316/2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JULIETA HILLESHEIN SCHROEDER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora JULIETA HILLESIN SCHROEDER matrícula nº 2029, referente ao ano de 03/03/2015 a 02/03/2016, a partir de 01/12/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 22 de novembro 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

317

Publicação Nº 1456357

PORTARIA Nº 317/2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA TATIANE DE FATIMA HASCKEL.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora TATIANE DE FATIMA HASCKEL matrícula nº 2368, dias 21 de novembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data desta publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 27 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

318

Publicação Nº 1456390

PORTARIA Nº 318/2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR ABEL JOSE DA CUNHA JUNIOR.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ABEL JOSE DA CUNHA JUNIOR matrícula nº 2908, dia 21 de novembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 27 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

319

Publicação Nº 1456392

PORTARIA Nº 319/2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR
SERGIO SCHWEITZER SILVESTRI.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SERGIO SCHWEITZER SILVESTRI, dias 13, 27, de novembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 29 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

320

Publicação Nº 1456394

PORTARIA Nº 320/2017.

PRORROGA A PORTARIA 021/2017 DE 01/02/2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria nº 021/2017 de 01/02/2017 Concede Bolsa de Trabalho a estudante TAINARA MEES BLAU, por preencher os requisitos exigidos no Artigo 5º da Lei nº 369/98 de 30/06/98 e suas alterações, no período de 01/01/2018 a 31/01/2018, com vinte horas semanais, com exercício na Secretaria de Assistência Social,

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 29 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

321

Publicação Nº 1456400

PORTARIA Nº 321/2017.

PRORROGA A PORTARIA 033/2017 DE 01/02/2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria nº 021/2017 de 01/02/2017 Concede Bolsa de Trabalho a estudante ELOISA KLOPPPEL, por preencher os requisitos exigidos no Artigo 5º da Lei nº 369/98 de 30/06/98 e suas alterações, no período de 01/01/2018 a 31/01/2018, com vinte horas semanais, com exercício na Secretaria de Assistência Social,

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 29 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

322

Publicação Nº 1456402

PORTARIA Nº 322/2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ANDREI DA CRUZ.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias ao servidor ANDREI DA CRUZ, Vigia, referente ao ano de 09/07/2015 a 08/07/2016, a partir de 01 de dezembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 30 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

323

Publicação Nº 1456404

PORTARIA Nº 323/2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR RODRIGO OSMAR BACK.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidor RODRIGO OSMAR BACK, referente ao período de 02/04/2014 a 01/04/2015, a partir de 01 de dezembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 30 de novembro de

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

324

Publicação Nº 1456406

PORTARIA Nº 324/2017.
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECUNIA A SERVIDORA LUANE DOS SANTOS.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, férias com 1/3 em pecúnia a servidora LUANE DOS SANTOS matrícula nº 3593, referente ao ano de 04/06/2016 a 03/06/2017, a partir de 01 de dezembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 04 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

325

Publicação Nº 1456413

PORTARIA Nº 325/2017.
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECUNIA A SERVIDORA EDUARDA HEIDERSCHIEDT HEINZ.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, férias com 1/3 em pecúnia a servidora EDUARDA HEIDERSCHIEDT HEINZ matrícula nº 3218, referente ao ano de 30/11/2017 a 03/06/2017, a partir de 20 de dezembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 04 de
Dezembro de 2017.
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

326

Publicação Nº 1456417

PORTARIA Nº 326/2017.

PRORROGA A PORTARIA 202/2017 DE 20/08/2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria nº 202/2017 de 20/08/2017, que concedeu licença para tratamento de saúde ao servidora DENISE WERLICH matrícula nº 3364, Agente Comunitário de Saúde, até 04/02/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 06 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

327

Publicação Nº 1456420

PORTARIA Nº 327/2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR WILLY BALDO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias ao servidor WILLY BALDO matrícula nº 3435, Ocupando o cargo de assistente de gabinete, referente ao ano de 02/12/2016 a 01/12/2017, a partir de 01 janeiro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 06 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

328

Publicação Nº 1456427

PORTARIA Nº 328/2017
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR VITOR
VITOR CARLOS CABRAL.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (dois) período de férias ao servidor VITOR CARLOS CABRAL, matrícula N º3142, ocupante do cargo de Assistente de gabinete, com exercício na secretaria municipal de assistência social, referente ao período de 09/07/2015 a 08/07/2016, 09/07/2017 a 08/07/2017 a partir de 01 de dezembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 06 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

329

Publicação Nº 1456440

PORTARIA Nº 329/2017.
CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO AO SERVIDOR IVAN ALBERTO DA SILVA.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 111 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 ((um) mês de licença prêmio ao servidor IVAN ALBERTO DA SILVA, ocupante do cargo de assistente de gabinete na Secretaria da agricultura, referente Ao período de 01/04/2009 a 01/04/2014, a partir de 03/01/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 06 de dezembro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

330

Publicação Nº 1456524

PORTARIA Nº 330/2017.

PRORROGA CONTRATO Nº017/2017 DE 19 DE JUNHO 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar o contrato nº 017/2017 de 19/06/2017 que admitiu em caráter temporário de acordo com a lei municipal nº539/2002 de 26/09/2002 alterada pela lei nº 710/2007, FERNANDA WERLICH COSTA, no cargo de Psicóloga na Unidade básica de saúde do centro, no período de 31/12/2017 a 31/12/2019.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 13 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

331

Publicação Nº 1456564

PORTARIA Nº 331/2017.

PRORROGA A PORTARIA 295/2015 DE 03/08/2015.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria nº 295/2015 de 03/08/2015 que admitiu em caráter temporário de acordo com a lei municipal nº539/2002 de 26/09/2002 alterada pela lei nº 710/2007, ALCEU ALTINO BARBOSA, no cargo de auxiliar de manutenção e conservação na secretaria municipal de infra Estrutura, no período de 31/12/2017 a 31/12/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 13 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

332

Publicação Nº 1456571

PORTARIA Nº 332/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PAMELA CRISTINA DEUCHER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora PAMELA CRISTINA DEUCHER matrícula nº3977 Referente ao ano de 04/05/2016 a 03/05/2017, a partir de 03/01/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 12 de dezembro 2017.

Naudir Antonio Schmitz

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

333

Publicação Nº 1456618

PORTARIA Nº 333/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULAR A SERVIDOR ADENILSON STEINHAUSER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 97 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, Licença para Tratar de Interesses Particular a servidor ADENILSON STEINHAUSER, que Prorrogar a portaria de 11 de dezembro de 2015 a contar a partir de 11/12/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 12 de dezembro 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

334

Publicação Nº 1456626

PORTARIA Nº 334/2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JUAREZ HUGENN SCHUTZ.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidor JUAREZ HUGENN SCHUTZ matrícula nº2970, referente ao período de 01/01/2016 a 31/12/2017, a partir de 19 de dezembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 11 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

335

Publicação Nº 1456630

PORTARIA Nº 335/2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CHRISTINA MACE ALTMAYER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora CHRISTINA MACE ALTMAYER matrícula nº3386 ocupante do cargo de Medica da ESF, com exercício na unidade básica de saúde limeira Referente ao ano de 01/08/2016 a 31/07/2017, a partir de 03/01/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 12 de dezembro 2017.
Naudir Antonio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL
PUBLICADA NESTA DATA

336

Publicação Nº 1456638

PORTARIA Nº 336/2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARTA LUCIA RAMOS MATAURO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias a servidora MARTA LUCIA RAMOS MATAURO matrícula N º 3555, ocupante do cargo em técnico de enfermagem, com exercício no serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU), referente ao período de 01/03/2016 a 30/03/2017, a partir de 16 de janeiro de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 12 de dezembro de 2017.
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

337

Publicação Nº 1456642

PORTARIA Nº 337/2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSUEL ALVES DE JESUS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias ao servidor JOSUEL ALVES DE JESUS matrícula nº 3951, Ocupando o cargo de auxiliar de manutenção e conservação com exercício na secretaria de Infra Estrutura, referente ao ano de 01/03/2016 a 28/02/2017, a partir de 04 dezembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 11 de dezembro de 2017.
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

338

Publicação Nº 1456651

PORTARIA Nº 338/2017

PRORROGA O CONTRATO 016/2017 DE 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar o contrato temporário nº 016/2017 de 2017 que admitiu VANDERLEIA DE SOUZA HILLESHEIN, para desempenhar as funções do cargo de Auxiliar de Serviços gerais na secretaria da assistência social de Alfredo Wagner, no período de 31/12/2017 a 31/01/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com efeitos na data de sua Publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 11 de dezembro de 2017.
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

339

Publicação Nº 1456665

PORTARIA Nº 339/2017

PRORROGA O CONTRATO 004/2017 DE 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar o contrato temporário nº 004/2017 de 2017 que admitiu SIMONE LANZARINI, para desempenhar as funções do cargo de Auxiliar de Serviços gerais na secretaria da assistência social de Alfredo Wagner, no período de 15/12/2017 a 31/01/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com na data da publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 11 de dezembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

396/2017

Publicação Nº 1456236

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 396/2017

PRORROGA PORTARIA Nº 384/2017

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria Nº 384/2017 que concedeu de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV, Seção II, artigo 98, a professora MAIARA HEINZ, no lugar da professora titular Marília Cristina Scheitz Schutz que está de Licença médica, no período de 21/11/2017 à 20/12/2017,

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 21 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

397/2017

Publicação Nº 1456239

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 397/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA SILVIA HEIDERSCHIEDT

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 15 (quinze) dias, a funcionária SILVIA HEIDERSCHIEDT, no período de 20/11/2017 à 04/12/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 20 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

398/2017

Publicação Nº 1456244

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 398/2017

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO A

PROFESSORA CRISTIANE HUNTEMANN DA SILVA

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Admitir em caráter temporário de acordo com o Artigo 2º, Item IV, da Lei nº 539/2002 de 26.09.2002, CRISTIANE HUNTEMANN DA SILVA, para exercer o cargo de professor Nível I, na EB Passo da Limeira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no lugar da professora titular Silvia Heiderscheidt que está de licença médica, no período de 20/11/2017 à 04/12/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 20 de novembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO 082/2017 - PM

Publicação Nº 1457118

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 082/2017

OBJETO: Contrato para ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da 11.107/05.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

VALOR TOTAL R\$: 1.000,00 (Hum Mil Reais)

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: GENÉSIO BRESSIANI.

Anchieta, 13 de novembro de 2017.

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 100/2017

Publicação Nº 1455994

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 0100/17
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:
-----------	---

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.055-0.1.65 - Aplicação Direta	2.285,00
(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.047-0.1.35 - Aplicação Direta	5.000,00
(35) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.047-0.1.65 - Aplicação Direta	89,11
Total da Suplementação	7.374,11

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.
-----------	--

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 12 de dezembro de 2017.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 101/2017

Publicação Nº 1455996

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 101/17
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:
-----------	---

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0.1.38 - Aplicação Direta	127,00

(34) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.042-0.1.67 - Aplicação Direta	552,00
(54) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.039-0.1.38 - Aplicação Direta	1.087,50
(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.031-0038 - Aplicação Direta	4.500,00
(94) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.031-0038 - Aplicação Direta	60.000,00
Total Suplementação	66.266,50

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.
-----------	--

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 12 de dezembro de 2017.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 102/2017

Publicação Nº 1455997

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 102/17

TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:
-----------	---

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.031-0.1.38 - Aplicação Direta	2.329,10
(34) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.042-0.1.67 - Aplicação Direta	444,00
Total Suplementação	2.773,10

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:
-----------	---

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(12) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.031-0.1.38 - Aplicação Direta	2.329,10
(35) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.042-0.1.67 - Aplicação Direta	444,00
Total Suplementação	2.773,10

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 12 de dezembro de 2017.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 103/2017

Publicação Nº 1455999

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA

DECRETO Nº 103/17

TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:
--------------	---

11 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA 11.04 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA	
(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.056-0.1.03- Aplicação Direta	10.000,00
Total Suplementação	10.000,00

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:
--------------	---

11 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA 11.04 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA	
(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.056-0.1.03- Aplicação Direta	10.000,00
Total Suplementação	10.000,00

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
--------------	--

Angelina, 12 de dezembro de 2017.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

CANCELAMENTO PR 044/2017

Publicação Nº 1456153

A Prefeitura Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação PR N.044/2017, tendo por objeto o registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de peças e acessórios para os veículos e máquinas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Anitápolis. Anitápolis, 13/12/2017. Laudir Pedro Coelho - PREFEITO MUNICIPAL.

Antônio Carlos**PREFEITURA****ATO ADMINISTRATIVO 01 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Publicação Nº 1455565

ATO ADMINISTRATIVO 01

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 309/2017, com base no Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria n. 460/2017, com objetivo de apurar infração praticada no exercício de suas funções, atribuídas ao servidor de Matrícula 512, nos termos do art. 149, da Lei Municipal n. 558/1992, torna público que o processo administrativo supra, está instruído com cópia integral dos Termos Circunstanciados n. 0003129-56.2017.8.24.0007 e 0003081-97.2017.8.24.0007, bem como ficha funcional do acusado, sendo designado o dia 21/12/2017 – às 14:00hrs, para audiência inicial e citação do acusado para se ver processar e acompanhar, querendo, por si ou por seu procurador devidamente habilitado no processo.

Caso tenha interesse, nesse ato deverá o indicar as provas que pretende produzir.

Em tempo, nos termos do art. 150, da Lei Municipal n. 558/92, tendo em vista que a Comissão aguardava ao menos a audiência preliminar dos Termos Circunstanciados que se realizou em 04/12/2017, fica desde já prorrogado o prazo de conclusão do processo pelo máximo legal.

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

JUDITE KOCH SCHMITT

Presidente Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2017

Publicação Nº 1456321

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

A Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos torna pública a ALTERAÇÃO DO EDITAL do Processo Licitatório nº 129/2017, Pregão Presencial nº 094/2017, comunicando a todos os interessados que o Anexo I do referido Edital passará a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2017

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

Especificações Técnicas: Os mobiliários a serem adquiridos deverão guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições especificadas neste Termo de Referência:

LOTE 1 – CADEIRAS E LONGARINAS

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	51	POLTRONAS/CADEIRAS MONTADAS SOB LONGARINAS DE 03 LUGARES PARA AUDITÓRIO. Características: Assento e encosto em compensado multilaminado com espessura de 15mm, moldados anatomicamente. Encosto com curvatura tripla e apoio lombar, ligado ao assento através de duas cantoneiras metálicas, formando um monobloco fechado, sendo ambos estofados com espuma de poliuretano injetado com espessura mínima de 60mm e densidade 47kg/m3, revestidos em tecido 100% poliéster na cor Bordô. Acabamento nas bordas em perfil de PVC semi-rígido, do tipo Macho/Fêmea (com largura de 15mm). Contra-capa do encosto em PSPI, moldada através do sistema de vacuum-forming. Estofado fixado à estrutura através de 4 parafusos sextavados e porcas-garras cravadas na madeira. Estrutura com pés horizontal em tubo industrial oblongo 29x58mm recobertos por capa de polipropileno injetada medindo 420mm(comp.) x 60mm(larg.) x 30mm (alt.). Coluna vertical em tubo de aço oblongo 40x77mm e longarina em tubo industrial 20x40mm. Acabamento nas extremidades dos tubos com ponteiros internos de polipropileno. Braços em ambos os lados de cada assento, totalmente injetado em poliuretano (integral skin) com alma de aço. Componentes metálicos são ligados pelo processo de solda MIG, recebendo tratamento por banhos desengraxante, antioxidante, passivador e fosfatizante. Pintura eletrostática das partes metálicas com tinta epóxi-pó com polimerização em estufa a temperatura de 180°C. As poltronas/assentos múltiplos deverão atender os requisitos de: segurança, dimensões, estabilidade e resistência mecânica conforme exigências da norma ABNT NBR 16031:2012, devendo ser apresentado relatório de ensaio de conformidade, emitido por entidade reconhecida pela INMETRO, em nome do Fabricante, constando marca e modelo. Dimensões aproximadas: Assento: 48cm (largura) x 47cm (profundidade); Encosto: 48cm (largura) x 51cm (altura); Largura do apoio superior dos braços: 50mm. Largura total por lugar: 56 cm.	R\$ 410,00	R\$ 20.910,00

1.2	10	POLTRONA GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO COM BRAÇOS, TIPO PRESIDENTE. Características: Assento e encosto em compensado multilaminado com espessura de 14mm, moldados anatomicamente. Encosto com curvatura tripla e apoio lombar, sendo o encosto ligado ao assento através de três cantoneiras metálicas, formando um monobloco fechado, sendo ambos estofados com camadas de espuma de poliuretano com espessura total de 100mm para o assento e 80mm para o encosto, com densidade 30kg/m3. O assento deverá possuir sua borda frontal arredondada, a fim de evitar o estrangulamento da corrente sanguínea das pernas do usuário. No topo do encosto, deverá formar-se uma almofada para apoio da cabeça. Revestimento em couro sintético na cor preta, com espessura mínima de 1,0mm, sendo costurado sob manta acrílica em várias peças, formando faixas verticais, com entrâncias laterais. Acabamento nas bordas em perfil de PVC semi-rígido, do tipo Macho/Fêmea (com largura de 15,5mm). Braços com estrutura em tubo redondo de 1"1/4 com acabamento em cromo brilhante e apoio para braços estofados no mesmo material do revestimento da cadeira. Base giratória de cinco patas em aço tubular em forma oblongo arqueada de 16x40mm e parede 1,5mm com raio de 330mm, com acabamento em cromo brilhante. Base, estrela com 5 patas em alumínio com raio 330mm. Cada pata deverá possuir um rodízio em nylon, com banda de rolagem poliuretano, duplo giro e auto-lubrificante com capa de acabamento em cromo brilhante. Tubo central com pistão pneumático a gás, com elevação mínima de 120mm, com capa telescópica protetora de 3 estágios em polipropileno. Sistema de inclinação por relax, sendo o ajuste de tensão através de manípulo. Plataforma relax construída com chapa de aço de 3mm de espessura estampada um forma de "U" com travamento para a posição de trabalho. Dimensões Mínimas: Assento: 50cm (largura) x 48cm (profundidade) Encosto: 45cm (largura) x 75cm (altura), Largura do apoio superior dos braços: 50mm. Altura assento ao piso: 450mm/570mm	R\$ 1.078,00	R\$ 10.780,00
1.3	26	CADEIRA FIXA SEM BRAÇOS – PARA SALAS/MESAS DE REUNIÃO. Características: Poltrona fixa, tipo interlocutor. Assento e encosto em compensado multilaminado com espessura de 15mm, moldados anatomicamente. Encosto com curvatura tripla e apoio lombar, sendo o encosto ligado ao assento através de três cantoneiras metálicas, formando um monobloco fechado, sendo ambos estofados com camadas de espuma de poliuretano com espessura total de 100mm para o assento e 80mm para o encosto, com densidade 33kg/m3. O assento deverá possuir sua borda frontal arredondada, a fim de evitar o estrangulamento da corrente sanguínea das pernas do usuário. Revestimento em couro sintético preto, com espessura mínima de 1,0mm, sendo costurado sob manta acrílica em várias peças, formando faixas verticais, com entrâncias laterais. Acabamento nas bordas em perfil de PVC semi-rígido, do tipo Macho/Fêmea (com largura de 15mm). Base, Estrutura metálica tipo "S" (com balanço) em tubo contínuo de 1" de diâmetro e parede com espessura mínima de 2,65mm, provida de 4 sapatas deslizadoras. Estofado fixado à estrutura através de 4 parafusos sextavados e porcas-garras cravadas na madeira. Dimensões Mínimas: Assento: 50cm (largura) x 48cm (profundidade), Encosto: 45cm (largura) x 53cm (altura), Largura do apoio superior dos braços: 50mm.	R\$ 558,00	R\$ 14.508,00

Valor total do LOTE 01: R\$ 46.198,00

LOTE 2 – SOFÁS E POLTRONAS

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	02	<p>Sofá de 3 (três) lugares em linhas retas.</p> <p>Almofadas do assento e encosto soltas.</p> <p>Estrutura: Corpo e braços confeccionado em madeira maciça folhosa tratada e chapas de compensado multilaminado de 15mm de espessura, com laterais dos braços e fundo do encosto revestidos por chapa bismark de 1,5mm, todos revestidos por espuma de poliuretano expandido de 10mm e por tecido.</p> <p>A estrutura do assento e encosto com percintas elásticas.</p> <p>Estofamento: Assento estofado com espuma de poliuretano de 80mm de espessura com densidade de 23 Kg/m3 e Encosto estofado com espuma de poliuretano de 80mm de espessura com densidade de 20 Kg/m3.</p> <p>Revestimento em couro sintético com malha mista, composta de 67% poliéster e 33% algodão, com 0,80mm de espessura e gramatura de 380 g/m2.</p> <p>Extremidade das almofadas com fechamento de fecho deslizador que permite a troca da capa quando necessário. Acabamento nas laterais com ilhós para respiração.</p> <p>Para aumentar o conforto do estofado também é utilizado uma camada macia de manta de fibra.</p> <p>Forro de acabamento inferior em TNT grampeado junto à armação.</p> <p>Pés: Quatro pés de alumínio escovado, de formato cilíndrico, com altura de 11cm, com pastilhas de plástico para evitar o riscamento do piso.</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <p>Altura total: 920mm</p> <p>Largura total: 2080mm</p> <p>Profundidade total: 930mm</p> <p>Altura assento ao piso: 460mm</p> <p>Altura do encosto: 480mm</p> <p>Largura do encosto: 1690mm</p> <p>Profundidade do assento: 620mm</p> <p>Largura do assento: 1690mm</p>	R\$ 1.890,00	R\$ 3.780,00

Valor total do LOTE 02: R\$ 3.780,00

LOTE 3 – MESAS

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	01	MESA OBLONGA MEDINDO 3600 x 100 x 740mm COM SAIAS DUPLAS PARA CAIXA DE TOMADAS + 02 CAIXA DE TOMADAS DE SOBREPOR QUADRADA PRATA COM TAMPA ARTICULADA COM 3 TOMADAS ELÉTRICAS 2P+T + CABO AC. Características: Tampo e Laterais confeccionados em chapa de MDF ou MDP contínuo com 25mm de espessura e revestimento em filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces. Laterais recuadas das bordas transversais da mesa para garantir o perfeito ajuste dos tampos na continuidade dos postos de trabalho. Painel Frontal confeccionado em chapa de MDP contínuo com 18mm de espessura e revestimento em filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces. Fita de bordo para o revestimento e acabamento das bordas planas do MDP, confeccionada em fita de PVC com 2mm de espessura para tampo e 1mm para painel frontal, na cor e padrão do revestimento, com resistência a impactos e termicamente estável. Fixada ao substrato pelo processo de colagem com adesivo hotmelt. Sistema de fixação do tampo aos pés laterais por meio de tambor de giro confeccionado em ZAMAK com Ø25mm, parafuso de montagem rápida M6 do mesmo material, e tampas plásticas de acabamento confeccionadas em polietileno Ø30mm. Perfil em U para fixação das sapatas em chapa de aço 1,5mm fixado na parte inferior da lateral por meio de parafusos com pintura epóxi e acabamento liso. Sapatas niveladoras com base confeccionada em polipropileno injetado, medindo aproximadamente 30mm de diâmetro, fixada a estrutura por meio de barra roscada de 5/16" x 1", perfazendo uma altura de 15mm do piso após sua instalação. Acabamento das estruturas de aço em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster. Acompanha também o conjunto 02 Caixas de tomadas de sobrepor quadradas com tampa articulada com 3 tomadas elétrica 2P+T + Plug + cabo AC elétrico para energização das tomadas e ligação com a rede elétrica. Características: Caixa de tomadas de sobrepor ao tampo, confeccionada em alumínio injetado, com 3 (uma) tomada elétrica padrão universal do tipo 2P+T. Tampa em modelo push-pull com amortecedores rotativos e molas que tornam a abertura suave. Condutores de fios confeccionados em cobre eletrolítico, têmpera mole, classe de encordoamento 4, isolamento de composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF, classe térmica 70°C. Cobertura de composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo ST1. Norma aplicável NBR 141362012. Acabamento na cor prata. O móvel, mesa que compõem o conjunto, deverão possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13966:2008, emitido por órgão certificador de produtos acreditado pelo INMETRO, a ser apresentado junto com a proposta. Será aceita variação dimensional de até 5% para mais e para menos nas dimensões. As espessuras especificadas serão as mínimas aceitas. Cor do revestimento das partes de madeira a definir, padrão liso.	R\$ 1.860,00	R\$ 1.860,00
3.2	02	MESA DE REUNIÃO 06 LUGARES, FORMATO ELÍPTICA COM TOMADAS (4 TOMADAS ELÉTRICAS 2P+T). Características: Tampo elíptico confeccionado em chapa de MDF contínuo com 25mm de espessura e revestimento em filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces. Fita de bordo para o revestimento e acabamento das bordas planas da chapa, confeccionada em fita de PVC na cor e padrão do revestimento, com resistência a impactos e termicamente estável. Fixada ao substrato pelo processo de colagem com adesivo hotmelt. Com 2mm de espessura. Sistema de fixação por meio de parafusos auto atarraxantes. Pé central situado no centro do tampo, com 715mm de altura total. Coluna para apoio e sustentação do mesmo, confeccionada em tubo de aço com secção retangular de 20 x 50mm, com 1,2mm de espessura, sendo: travessas superiores em x fixadas no tampo por meio de chapa de aço 1,2mm de espessura e parafusos auto atarraxantes; estrutura vertical, composta por 4 colunas, medindo 600mm e travessas inferiores em x; todas as peças são fixadas entre si por meio de solda MIG. Possui 4 tampas de fechamento confeccionadas em chapa de aço com 1,2mm de espessura fixadas nas colunas por meio de 6 parafusos auto brocantes. O pé central deve possuir 4 tomadas elétricas padrão 2P+T situadas na parte superior da torre acessíveis pela parte superior do tampo. Sapatas niveladoras com base confeccionada em polipropileno injetado, medindo aproximadamente 30mm de diâmetro, fixada à estrutura por meio de barra roscada de 5/16" x 1", perfazendo uma altura de 15mm do piso após sua instalação. Ponteiros plásticos de acabamento na extremidade dos tubos, confeccionadas em polipropileno injetado, fixadas por meio de encaixe. Acabamento das estruturas de aço em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster e espessura mínima final da pintura de 30 micrômetros. Dimensões: 1800 x 1000 x 740mm. O móvel, mesas que compõem o conjunto, deverão possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13966:2008, emitido por órgão certificador de produtos acreditado pelo INMETRO, a ser apresentado junto com a proposta. Será aceita variação dimensional de até 5% para mais e para menos nas dimensões. As espessuras especificadas serão as mínimas aceitas. Cor do revestimento das partes de madeira a definir, padrão liso.	R\$ 7.155,00	R\$ 14.310,00

Valor total do LOTE 03: R\$ 16.170,00

OBSERVAÇÃO/EXIGÊNCIAS:

- No valor cotado deverão estar inclusos os custos relativos ao transporte, montagem e instalação dos mesmos nas câmara de vereadores do município;
- Os itens estão agrupados por lote, sendo todos os itens de cada lote adjudicados a um ÚNICO fornecedor, portanto será obrigatória a apresentação de proposta para TODOS OS ITENS, visando atender o princípio da padronização, nos termos do art. 15, inciso I da Lei 8.666/93;
- AMOSTRA DOS PRODUTOS. A proponente (vencedora) deverá apresentar uma amostra do item que a Administração da Câmara Municipal solicitar no prazo máximo de até 10 dias úteis a partir da solicitação, que será entregue no local a ser definido.

JUNTO COM A HABILITAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADO:

- Ficha técnica ou catálogo do produto ofertado com ilustração contendo suas características, matéria prima utilizada, dimensões, processo de tratamento antiferruginoso da ferragem, processo de soldagem, tipo da madeira utilizada, atendendo a pertinente normatização, assinada pelo fabricante do móvel ou com possibilidade de confirmação via endereço eletrônico;
- Certificado de Garantia do fabricante/licitante dos bens ofertados de 60 (Sessenta) meses para as cadeiras e 24 (Vinte e Quatro Meses) para os demais móveis, assinado pelo fabricante e ou proponente, indicando também a empresa prestadora dos serviços de assistência técnica no Estado de Santa Catarina informando o seu nome, cnpj, endereço, fone/fax, e pessoa responsável;
- Certificado de conformidade com as Normas ABNT/NBR para os itens que solicitem em seu descritivo, emitido por entidade acreditada/reconhecida pelo INMETRO, para esta finalidade em nome da marca/fabricante do produto cotado;
- Para os móveis que possuem em sua composição partes metálicas, deverá também ser apresentando: Relatório de Ensaio de Resistência a Corrosão Exposição à Névoa Salina conforme (ABNT/NBR 8094:1983), Relatório de Ensaio de Resistência a Corrosão Exposição a Umidade Saturada conforme (ABNT/NBR 8095:1983), ambas por no mínimo 240h. Ainda, relatórios de ensaio comprovando o atendimento das normas ABNT NBR 11003:2010 e ABNT NBR 10443:2008. Os relatórios de ensaio deverão ser emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, em nome do fabricante dos móveis, atestando a qualidade do tratamento das partes metálicas (chapa, tubos e outros), assegurando assim a qualidade e durabilidade dos móveis.
- Laudo Técnico emitido por Ergonomista, Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, comprovadamente certificado, comprovando que itens ofertados atende as exigências pertinentes a Norma Regulamentadora NR 17 - Ergonomia, onde conste a descrição do item, marca, modelo dos produtos. O Laudo deverá acompanhar cópia de documento de identidade profissional (CREA ou CRM), que comprove habilitação e especialização em Medicina do Trabalho ou Engenharia de Segurança do Trabalho, para emissão do documento.

JUNTO COM A HABILITAÇÃO:

- Em virtude da fabricação de móveis e demais equipamentos deste certame serem atividades potencialmente poluidora, com orientação da resolução RESOLUÇÃO N. TC-0090/2014, Art. 9º, §3º e §4º, (http://www.tce.sc.gov.br/site/legislacao/arquivos/resolucao_n_90-2014_consolidada.pdf), a empresa participante deverá apresentar Licença de Operação Ambiental do fabricante dos produtos, conforme Lei Federal 6.938/1981, Art. 10 e resolução CONAMA Nº 237/1997, fornecido pelo órgão ambiental do estado de domicílio do fabricante das premiações cotadas.
- Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA que comprove que a empresa fabricante do móvel está devidamente legalizada perante ao órgão conforme Lei Florestal 6938/1981 alterada Lei Federal 10.165/2000, dentro do prazo de validade;
- Para os móveis que possuem em sua composição madeira e seus derivados, apresentar documento de origem da madeira comprovando que o material utilizado pelo fabricante do móvel é oriundo de áreas de florestas nativas com Projetos de Manejo Florestal aprovados pelo IBAMA ou de áreas de reflorestamento. Conforme Instrução Normativa IBAMA 112/2006;

LOTE 4 – MÓVEIS PLANEJADOS PARA O PLENÁRIO

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	01	Moveis em MDF madeirado para plenário da câmara medidas conforme projeto incluindo: - Uma bancada reta com dois pés e painel frisado frontal dividido por coluna de pedra com três gavetas internas abaixo do tampo; - Duas bancadas em formato curvo com dois pés e painel frisado frontal, com três gavetas internas abaixo do tampo - Dois púlpitos/tribuna com dois pés e prateleira inclinada - Paineis retos, engrossados e frisados, instalados no piso e parede num ângulo de 101 graus. - Dois painéis unidos em ângulo de 169 graus, engrossados e frisados, instalados no piso e parede. - Pedras revestindo os moveis do plenário da câmara com medidas conforme projetos + caixa porta-bandeiras para confortar quatro bandeiras.	R\$ 24.040,00	R\$ 24.040,00

Valor total do LOTE 04: R\$ 24.040,00

PROJETO DESCRITIVO DO PLENÁRIO – MÓVEIS PLANEJADOS

1) Prateleira inclinada em MDF Madeirado 18 mm 56 x 33 cm (L x P) 2) Régua frontal em MDF Madeirado 18mm 56 x 5 (L x A) 3) Laterais inclinadas em MDF Madeirado com 5 cm de espessura para a fixação da prateleira 4) Revestimento em granito escuro nas laterais e frente, as extremidades do mesmo deverão estar em meia esquadria, sem corte nas pontas, formando um acabamento arredondado. • Laterais Inclinadas com 120 cm de altura a parte mais alta e 115 cm a parte baixa, com 38 cm de profundidade e espessura de 2 cm • Frente com 120 x 60 cm (A x L) com espessura de 2 cm Obs.: Todas as partes deverão ser revestidas com fita de borda conforme a cor do MDF. QUANTIDADE: 02	1) Porta-Bandeira revestido em granito escuro com 25 x 85 x 15 cm (A x L x P), as extremidades do mesmo deverão estar em meia esquadria, sem corte nas pontas. QUANTIDADE: 01
---	--

	<p>1) 2 Painéis ripado com MDF Madeirado de 18mm , sendo 1 com 104 x 270 cm (L x A) e o outro com 177 x 270cm (L x A), ambos com 10 cm de espessura</p> <ul style="list-style-type: none">• Divididos em pedaços de MDF de 18mm com 14 cm de Largura, e com negativas de 1 cm <p>2) Os dois painéis juntos formarão um ângulo de 169°</p> <p>3) Estrutura de ferro na parte interna dos painéis</p> <p>Obs.: Todas as partes deverão ser revestidas com fita de borda conforme a cor do MDF.</p> <p>QUANTIDADE: 01</p>
	<p>1) Paineel ripado em MDF Madeirado de 18mm, medindo 176 x 270 (L x A) e com 10 cm de espessura.</p> <ul style="list-style-type: none">• Dividido em pedaços de MDF de 18mm com 14 cm de Largura, e com negativas de 1 cm <p>2) O ângulo do paineal com a parede é de 101°</p> <p>3) Estrutura de ferro na parte interna do paineal</p> <p>Obs.: Todas as partes deverão ser revestidas com fita de borda conforme a cor do MDF.</p> <p>QUANTIDADE: 01</p>

VALOR TOTAL DO PREGÃO: R\$ 90.188,00 (NOVENTA MIL CENTO E OITENTA E OITO REAIS).

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

Presidente da Câmara de Vereadores

DECRETO Nº 115/2017

Publicação Nº 1455610

DECRETO Nº 115/17 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 116/2017

Publicação Nº 1456157

DECRETO Nº 116/17 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dotação transferida - entre entidades no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001561/17 de 12 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00-AplicacoesDiretas
30.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotação transferida

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0002.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00-AplicacoesDiretas
8.000,00

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00-AplicacoesDiretas
22.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 117/2017

Publicação Nº 1456241

DECRETO Nº 117/17 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 48.996,13 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0010.0.005-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a
Instituicoes Privadas sem Fins Lu 5.395,00 0

9.01.28.843.0010.0.003-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas
43.601,13

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 5.395,00

Superávit financeiro 43.601,13

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

ERRATA DE PORTARIA N 555/2017

Publicação Nº 1456337

ERRATA DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 555/2017, publicada no DOM no dia 08 de dezembro de 2017, Edição nº. 2404, pg.23;

Onde se lê:

POLIANA DOS SANTOS RIBEIRO DE JESUS	ASSESSOR DE GABINETE	GABINETE DO PREFEITO	02/01/2017 a 01/01/2018	03/02/2018 a 01/02/2018
-------------------------------------	----------------------	----------------------	-------------------------	-------------------------

Leia-se:

POLIANA DOS SANTOS RIBEIRO DE JESUS	ASSESSOR DE GABINETE	GABINETE DO PREFEITO	02/01/2017 a 01/01/2018	03/01/2018 a 01/02/2018
-------------------------------------	----------------------	----------------------	-------------------------	-------------------------

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

ERRATA DE PORTARIA N 558/2017

Publicação Nº 1456338

ERRATA DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 558/2017, publicada no DOM no dia 11 de dezembro de 2017, Edição nº. 2405, pg.26;

Onde se lê:

MARCIO FURTAK	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E ESPORTE	02/01/2016 a 01/01/2017	02/01/2018 a 31/01/2018
---------------	--------------------------------------	--	-------------------------	-------------------------

Leia-se:

MARCIO FURTAK	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E ESPORTE	02/01/2017 a 01/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018
---------------	--------------------------------------	--	-------------------------	-------------------------

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2017

Publicação Nº 1456058

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 163/2017; Origem: Processo Licitatório n. 92/2017, Pregão Presencial n. 66/2017; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP; Objeto: O presente termo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato supra mencionado, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para pavimentação asfáltica, terraplenagem, drenagem e sinalização da Rua 4 de Dezembro, na localidade do Rio Farias, Município de Antônio Carlos, 1ª e 4ª etapa (274,00 metros + 181,459 metros), conforme memorial descritivo, projetos, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos. Prorrogação de Prazo: 60 (sessenta) dias. Novo Vencimento: 11 de fevereiro de 2018.

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1561/2017

Publicação Nº 1455601

LEI Nº 1.561/2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.026 3.3.90.00.00.0.1.02 – Manutenção da Unidade de Saúde
6 – Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

10.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
2.025.3.3.90.00.00.0.1.000 – Manutenção da Secretaria de Planejamento
124 – Aplicações Diretas
R\$ 22.000,00

08.01 – SECRETARIA DE ESPORTE, INDUSTRIA, TURISMO E COMÉRCIO
2.024.3.3.90.00.00.0.1.000 – Incentivo ao Esporte Amador
118 – Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 12 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 566/2017

Publicação Nº 1456336

PORTARIA Nº 566/2017
Dispensa servidores ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, JANAINA MARIA KAMMER e CAMILA RICHARTZ KOERICH, ambas do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir

de 15 de dezembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2015**

Publicação Nº 1456132

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2015 referente a prestação de serviços continuados de tecnologia da Informação e Comunicação.

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

VALOR: Aluguel no valor anual de R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: 01/01/2018 até 31/12/2018.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.05

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista o encerramento do prazo contratual, aplicou-se a cláusula décima nona do Contrato 03/2015, a qual dispõe que "a alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da Lei e expressamente em Termo Aditivo".

EMERSON ROBERTO SCHAPPO
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20//2017

Publicação Nº 1456087

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2017

OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E MÃO DE OBRA DO VEÍCULO DA CÂMARA – PLACA MGE 5954.

CONTRATADO: EDSON PAULI ELETROTÉCNICO EPP – AUTO ELÉTRICA E MECÂNICA JACARÉ – CNPJ: 00.560.506/0001-55

VALOR: R\$ 1.287,00 (Hum mil duzentos e oitenta e sete reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.19.00.00.00

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 21//2017

Publicação Nº 1456091

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2017

OBJETO: MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO AR CONDICIONADO DA CÂMARA – PLACAS MGE5954

CONTRATADO: LAVAÇÃO FARIAS – RICARDO FARIAS – CNPJ:

23.537.289/000188

VALOR: R\$ 830,00 (Oitocentos e trinta reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.19.00.00.00

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 22//2017

Publicação Nº 1456093

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2017

OBJETO: COBERTURA FOTOGRÁFICA DA SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL EM COMEMORAÇÃO 54º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ANTÔNIO CARLOS, COM ALBUM ENCADERNADO – 15 LÂMINAS

CONTRATADO: CINE E FOTO JP – CNPJ: 11.465.669/0001-75

VALOR: R\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.29.00.00.00

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 23//2017

Publicação Nº 1456102

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017

OBJETO: COMPRA DE PLACAS DE INOX E MEDALHAS PARA CONCEDER A HOMENAGEADOS NA SESSÃO SOLENE REALIZADA NO DIA 06/11/2017, NO 54º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SC

CONTRATADO: GL COMUNICAÇÃO VISUAL MEI – CNPJ: 26.933.387/0001-22

VALOR: R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.20.00.00.00

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 2868/2017

Publicação Nº 1456429

DECRETO Nº 2868/2017

De 06/12/2017

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2017 A JANEIRO DE 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando que neste período as atividades burocráticas da administração sofrem decréscimo em razão de inatividade da maioria dos estabelecimentos industriais e comerciais;

Considerando o interesse na redução de despesas, como: energia elétrica, telefone, etc.;

DECRETA:

Art. 1º – O expediente regular nas repartições públicas municipais, exceto para os Profissionais da Educação, fica suspenso no período de 21/12/2017 a 05/01/2018, retornando as atividades normais a partir do dia 08 de janeiro de 2017, autorizado o gozo de recesso ou férias regulares fracionadas.

Parágrafo Único - Os dias entre 21 de Dezembro de 2017 a 05 de Janeiro de 2018, serão considerados no computo das férias, deduzindo-se dos servidores a antecipação de 10 (dez) dias do referido descanso anual.

Art. 2º – O expediente regular, para os Profissionais da Educação, fica suspenso no período de 18/12/2017 a 01/01/2018, autorizado o gozo de recesso ou férias regulares fracionadas.

§ 1º - Os dias entre 18 de Dezembro de 2017 a 01 de Janeiro de 2018 serão considerados no computo das férias, deduzindo-se dos servidores a antecipação de 10 (dez) dias do referido descanso anual.

§ 2º - Aos profissionais de ensino (Professores) a antecipação dos 10 (dez) dias deste período será deduzida do descanso anual de 45 (quarenta e cinco dias) a que possuem direito de acordo com a LDB.

Art. 3º - Excetuam-se deste Decreto os serviços considerados essenciais, ficando atribuída responsabilidade aos Secretários Municipais, para designarem, preferencialmente servidores que não possuam período aquisitivo completo de férias, para serem responsáveis pela manutenção dos serviços essenciais em suas respectivas pastas, durante o período supracitado.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 06 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2872

Publicação Nº 1455987

DECRETO Nº 2872/2017

De 11/12/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna, o valor de R\$ 505.300,00 (Quinhentos e cinco mil e trezentos Reais) da seguinte classificação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
0008.0243.0201.2006	Manutenção das Ações do Conselho Tutelar	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.800,00
	Subtotal	5.800,00
03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Atividade Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf. Fundeb/Fundef (Remuneração Magistério)	125.000,00
	Subtotal	125.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf. Fundeb/Fundef (Outras Despesas de Ensino)	60.000,00
	Subtotal	60.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	

11.800	Transf. Fundeb/Fundef(Re-muneração Magistério)	3.500,00
	Subtotal	3.500,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf. Fundeb/Fundef(Outras Despesas de Ensino)	27.000,00
	Subtotal	27.000,00
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar Ens. Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Recursos de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação	7.000,00
	Subtotal	7.000,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf. Fundeb/Fundef(Re-muneração Magistério)	145.000,00
	Subtotal	145.000,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf. Fundeb/Fundef(Outras Despesas de Ensino)	26.000,00
	Subtotal	26.000,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.000,00
	Subtotal	2.000,00
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	

31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.500,00
	Subtotal	2.500,00
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0001.0002	Pagamento de Inativos	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	64.500,00
	Subtotal	64.500,00
	TOTAL	505.300,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2873

Publicação Nº 1455990

DECRETO Nº 2873/2017

De 11/12/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 13.818 ☐ Incremento Temporário do PAB e suplementado no orçamento vigente da unidade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, o valor de R\$ 455.207,00 (Quatrocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e sete Reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
13.818	Incremento Temporário do PAB	278.500,00
	Subtotal	278.500,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
13.818	Incremento Temporário do PAB	60.557,00
	Subtotal	60.557,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	

10.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos-Saúde	98.000,00
	Subtotal	98.000,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos-Saúde	12.000,00
	Subtotal	12.000,00
0010.0301.0502.2054	Manutenção das Ações do Programa de Saúde Bucal	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos-Saúde	5.600,00
	Subtotal	5.600,00
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações do Programa de Saúde da Família	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos-Saúde	550,00
	Subtotal	550,00
	TOTAL	455.207,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de Dezembro de 2017.
JOSÉ GERSON GONÇALVES
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0506/2017

Publicação Nº 1456228

PORTARIA Nº 0506/2017
 De 07 de dezembro de 2017
 CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,
 RESOLVE

CONVOCAR candidatos aprovados no Concurso Público nº 02/2017:

Candidato	Cargo
Giulia Carrança Dos Santos	Professor de Português

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de dezembro de 2017.
 José Gerson Gonçalves
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0507/2017

Publicação Nº 1456229

PORTARIA Nº 0507/2017
 De 11 de dezembro de 2017
 CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE
 CONCEDER 30 dias de férias para o servidor EGIDIO MARCELO RAIMUNDO, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 à 02/09/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de dezembro de 2017.
 José Gerson Gonçalves
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0508/2017

Publicação Nº 1456230

PORTARIA Nº 0508/2017
 De 11 de dezembro de 2017
 REVOGA PORTARIA Nº 00282/17 DE 28 DE JUNHO DE 2017

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 78/2005 de 08/12/2005,
 RESOLVE

Art. 1º - Revogar portaria nº 00282/17 de 28 de junho de 2017 que designa a servidora PATRICIA BUGMANN VITORIA, ocupante do cargo de Professor, como integrante técnica da Gestão Ambiental do Termo de Delegação de Atribuições entre a Fundação do Meio Ambiente – FATMA e o Município de Apiúna.

Art. 2º - Revogar Função Gratificada VI no valor de R\$ 333,81 da servidora PATRICIA BUGMANN VITORIA.

Art. 3º - Designar a servidora pública efetiva, ANIELISE SANTOS BOEIRA, ocupante do cargo de ENGENHEIRO FLORESTAL, formada em Engenharia Florestal, para integrar a parte técnica da Gestão Ambiental do Termo de Delegação de Atribuições entre a Fundação do Meio Ambiente – FATMA e o Município de Apiúna junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º - Designar a servidora ANIELISE SANTOS BOEIRA como fiscal ambiental em atendimento ao disposto na cláusula terceira do termo de delegação.

Art. 5º - Entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de dezembro de 2017.
 José Gerson Gonçalves
 Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2157

Publicação Nº 1456247

DECRETO Nº 2157, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 35.000,00 no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.078	Serviços Médicos Hospit. Ambul. Especializados e de Diagnóstico		
Modalidade	22	339000000000000000010558	Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL				35.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.1.0558 – SUS/União MAC R\$ 35.000,00
TOTALR\$ 35.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 12 de Dezembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se

Em, 12 de Dezembro de 2017.

Glauca Pottratz

Responsável Pelas Publicações

DECRETO 2158

Publicação Nº 1456249

DECRETO Nº 2158, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do Superávit Financeiro no valor de R\$ 12.000,00 no Orçamento do Município de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	202	339000000000000000030000	Aplicações Diretas	12.000,00
TOTAL				12.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2016

Descrição da Fonte: 0.3.0000 – Superávit Financeiro Recursos Não Vinculados R\$ 12.000,00

TOTALR\$ 12.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 12 de Dezembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se

Em, 12 de Dezembro de 2017.

Glauca Pottratz

Responsável Pelas Publicações

DECRETO 2159

Publicação Nº 1456250

DECRETO Nº 2159, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 3.800,00 no orçamento do Município de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

[illegible]

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

[illegible]

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 12 de Dezembro de 2017.
Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 12 de Dezembro de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

DECRETO 2160

Publicação Nº 1456252

DECRETO Nº 2160, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 47.000,00 no Orçamento da Prefeitura Municipal de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Araribá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras

providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

[illegible]

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.1.0000 – Recursos OrdináriosR\$ 47.000,00
TOTALR\$ 47.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 12 de Dezembro de 2017.
Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 12 de Dezembro de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

NOTIFICAÇÃO 11.2017

Publicação Nº 1456388

Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Arabutã, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Rúbrica	Descrição	Valor
417213302000000	Estratégia de Saúde da Família - ESF	14.462,80
417213303000000	Estratégia de Saúde da Família - ACS	9.937,20
417213306000000	Vig. e Promoção da Saúde (ex-Vig. Epidem.)	50,70
417213307000000	Vigilância Sanitária	1.716,12
417213309000000	Programa de Saúde Bucal - SB	2.230,00
417213310000000	Trasnf Alta e Média Complex - MAC	11.915,16
417213313000000	Vig.em Saúde - PVVS	632,96
417213406000000	Transf. FNS - IGD/BF	1.430,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	15.450,81

417213503010000	PNAE - PNAEC e PNAEP Educação Infantil	3.053,40
417213503020000	PNAE - PNAEF/Ensino Fundamental	2.738,80
417213503030000	FNDE/PNAE - AEE	84,80
417213504010000	PNATE - Educação Infantil	610,00
417213504020000	PNATE - Ensino Fundamental	3.373,67

Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Arabutã, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Diretoria de Administração e Fazenda, na Prefeitura Municipal de Arabutã, situada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã (SC), em 13/12/2017

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã

PORTARIA 374/2017

Publicação Nº 1456118

PORTARIA Nº 374/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARA ESTER KUNZ, inscrita no CP-F-MF sob nº. 018.618.319-43, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 2016 a 02 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 15 de dezembro de 2017 a 13 de janeiro de 2018.

Art.2º Fica reduzido em 12 (doze) dias, o período de férias da mesma em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto, apresentar-se ao serviço a partir do dia 02/01/2018.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de dezembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 7/2016

Publicação Nº 1455867

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 7/2016

Contratante: Município de Ascurra
CNPJ 83.102.772/0001-61
Contratada: Colégio São Paulo
CNPJ nº 84.231.695/0001-02
Dispensa de Licitação n. 7/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVA PARA RENOVAÇÃO OBRIGATÓRIA DO CONTRATO

- Considerando que no início do exercício de 2016 firmou-se contrato com o Colégio São Paulo, com a finalidade de abrigar uma extensão do Centro de Educação Infantil Professora Onorata Zonta Dalfovo, com valor de aluguel estipulado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

- Considerando que o Município precisou realizar diversas reformas no local locado para adequar a instalação da nova extensão do Centro de Educação Infantil, em concordância com a LOCADORA, resultando em um gasto total de R\$ 87.608,89 para o Município conforme relatório de quantitativos elaborado pelo Engenheiro Civil Municipal, amparado com todas as notas fiscais de materiais adquiridos e serviços prestados;

- Considerando que a LOCADORA pagaria estes valores através de compensação em parte do valor do aluguel, conforme avençado no contrato, como se extrai da cláusula 5.4 do contrato:

“5.4 Do valor do aluguel estipulado serão descontados os valores aplicados para reforma com o fim de adequação do espaço para atendimento as crianças – como forma de compensação, sendo que os pagamentos ocorrerão na forma que segue: No decorrer dos primeiros doze (12) meses, o Município pagará o equivalente a um terço (1/3) do valor convencionado de aluguel, sendo que dois terços (2/3) do valor será descontado a título de compensação; no decorrer dos doze (12) meses seguintes, o Município pagará metade do valor estipulado como aluguel, sendo que a outra metade (1/2) será descontado a título de compensação; nos meses que seguirem-se, após a renovação obrigatória, o Município pagará sempre pagará metade (1/2) do valor estipulado como aluguel, sendo que a outra metade (1/2) será descontado a título de compensação, até que se obtenha a compensação integral dos valores investidos pelo Município, nas melhorias que permanecerão imobilizadas e incorporadas ao imóvel pertencente ao Colégio São Paulo.”

- Considerando, portanto, que no primeiro ano de locação deste imóvel foi obtido a título de compensação das obras realizadas o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e no segundo ano o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), chegando-se a um total de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) compensados até o presente momento;

- Considerando que ainda restam R\$ 66.608,89 (sessenta e seis mil seiscentos e oito reais e oitenta e nove centavos) a título de compensação por parte da LOCADORA para com o Município, o qual, devidamente atualizado de acordo com o índice do INPC acumulado no período de 24 (vinte e quatro) meses – 9,27%, soma na presente data o total de R\$ 72.193,47 (setenta e dois mil cento e noventa e três reais e quarenta e sete centavos);

-Considerando que o contrato tem vigência até 31/12/2017,

necessitando, portanto, ser renovado através de termo aditivo;
- Considerando que, de acordo com a cláusula 3.1 do contrato, a renovação do contrato é obrigatória até que haja a completa compensação dos valores investidos pelo Município de Ascurra na reforma das instalações, RESOLVEM AS PARTES:
PRORROGAR o prazo de vigência do contrato n. 7/2016 a contar de 01/01/2018 até 31/12/2018, conforme previsão contratual e vinculação a Lei 8.666/93;

CLAUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE NO VALOR DO ALUGUEL

Fica reajustado o valor do aluguel mensal do contrato para R\$ 1.639,04 (hum mil seiscentos e trinta e nove reais e quatro centavos), com base no índice do INPC de 9,27% (acumulado nos últimos 24 meses - dez/2015 à nov/2017), sendo que o Município pagará metade deste valor à LOCADORA (R\$ 819,52) e a outra metade será descontada a título de compensação, conforme exposto na cláusula primeira deste termo aditivo.

As despesas decorrentes do presente instrumento, relativas ao exercício de 2018, correrão por conta da dotação orçamentária prevista no contrato e aplicável a espécie.

Data da assinatura: 5/12/2017

Lairton Antonio Possamai - Prefeito Municipal

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 11/2016

Publicação Nº 1455889

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 11/2016

Contratante: Município de Ascurra
CNPJ 83.102.772/0001-61
Contratada: Jose Henrique da Silva Junior ME
CNPJ nº 20.676.249/0001-29
Dispensa de Licitação n. 14/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - ATUALIZAÇÃO DO OBJETO

Fica atualizada a tabela prevista no item 1.1 do contrato, para assim dispor:

1.1 As impressoras a serem locadas, bem como o local destino e o toner utilizado por elas, estão elencados abaixo:

- 1) Multifuncional Brother 8480, para a educação (toner TN 580);
- 2) Multifuncional Brother 8480, para o setor de recursos humanos (toner TN 580);
- 3) Multifuncional MFP 3300/X, para o CRAS (Xerox 3300);
- 4) Multifuncional Samsung SCX 4216F, para a recepção (Toner Samsung Pe4216);
- 5) Multifuncional Samsung 4521, para a Secretaria de Saúde Toner Samsung 4521);
- 6) Multifuncional HP 1005, para a Secretaria de Saúde (toner HP 285/435/436);;
- 7) Multifuncional HP M1522N, para a procuradoria (toner HP 285/435/436);
- 8) Multifuncional HP M1132, para o SINE (toner HP 285/435/436);
- 9) Multifuncional Brother 7055, para o setor de contabilidade (toner TN 450).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

O prazo previsto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 11/2016, que teve sua vigência prorrogada até 31/12/2017 através do primeiro termo aditivo contratual, assinado em 14/12/2016, fica por este novo termo aditivo prorrogado a contar de 01/01/2018 até 31/12/2018, conforme previsão contratual e vinculação a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES CONTRATUAIS

A locação das impressoras tem por franquia mínima 8.000 (oito) mil páginas por mês, com valor mensal de R\$ 514,26 (quinhentos e quatorze reais e vinte e seis centavos) e R\$ 0,064 (sessenta e quatro milésimos) por folha excedente as 8.000, incluindo o fornecimento de equipamento, transformador, peças, insumos (toner, cilindro e assistência técnica).

As despesas decorrentes do presente instrumento, relativas ao exercício de 2018, correrão por conta da dotação orçamentária prevista no contrato e aplicável a espécie.

CLAUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 11/2016, firmado em 17 de fevereiro de 2016, em decorrência do Edital de Dispensa de Licitação n. 14/2016, que teve sua vigência prorrogada pelo Primeiro Termo aditivo, firmado em 14/12/2016, com vigência estendida até 31/12/2017.

Data da assinatura: 13/12/2017

Lairton Antonio Possamai - Prefeito Municipal

LEI Nº 1498, de 12/12/2017

Publicação Nº 1455586

LEI Nº 1498, de 12 de dezembro de 2017.

Institui o Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito do Município Ascurra/SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra, que tem por objetivo a realização de despesas de capital que não possam ser absorvidas pelos recursos da programação orçamentária anual.

Art. 2º O Fundo Especial de que trata o artigo 1º desta Lei deverá assegurar recursos para aquisição de terreno e/ou construção de prédio para sede da Câmara Municipal de Ascurra, ou ainda para reforma e adaptação de edificação já existente que seja eventualmente cedida em comodato ou alugada para o mesmo fim, e também para o futuro reaparelhamento necessário ao seu funcionamento.

Art. 3º Constituem recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra a economia das interferências financeiras recebidas do Poder Executivo, dos créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos para o custeio das despesas do exercício nos termos do contido na Constituição Federal, assim como sobras financeiras de exercícios pretéritos devolvidos aos cofres do legislativo municipal em decorrência de sentença judicial transitada em julgado.

§ 1º - Os eventuais valores referentes aos rendimentos de aplicações financeiras não serão repassados ao Poder Executivo, integrando para todos os fins o saldo do referido Fundo.

§ 2º - O valor da economia de recursos utilizados na constituição do Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra será considerado para efeito da verificação do limite de gastos estabelecidos para o Poder Legislativo conforme art. 29-A da Constituição Federal, apenas no exercício do repasse da interferência financeira.

§ 3º - Os recursos financeiros do Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra serão depositados e movimentados em conta corrente bancária específica em instituição financeira oficial.

§ 4º - O fundo especial referido na presente lei não terá natureza executora e será contabilmente centralizado na unidade orçamentária da Câmara Municipal de Ascurra.

§ 5º - Os recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra somente poderão ser utilizados para a realização de despesas inerentes aos objetivos previstos no art. 2º desta Lei.

Art. 4º O Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra terá vigência limitada ao cumprimento dos objetos de sua criação, devolvidos ao Poder Executivo, na ocasião, eventuais sobras de recursos, apuradas em balanço patrimonial.

Art. 5º O Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra terá como representante legal e ordenador das despesas o Presidente da Câmara Municipal de Ascurra, que deverá assinar juntamente com o 1º secretário os atos atinentes.

Art. 6º Para fins do § 1º, do art. 167 da Constituição Federal, os investimentos vinculados ao objeto do Fundo Especial da Câmara Municipal - FEC cuja execução ultrapasse o exercício financeiro ficarão condicionados à compatibilização do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Art. 7º Aplicam-se ao Fundo Especial da Câmara Municipal de Ascurra- FEC a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e a Lei Complementar Federal nº 101, de 5 de maio de 2000.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 12 de dezembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito de Ascurra/SC

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra, 12 de dezembro de 2017.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 020/2017 FMS

Publicação Nº 1456758

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2017 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 04.402.872/0001-37, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para ADQUIRIR LUBRIFICANTES, FILTROS DE AR E DE ÓLEO PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES, PERTENCENTES À FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ALÉM DE OUTROS QUE VIEREM A FAZER PARTE DA FROTA POSTERIORMENTE., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

AUTO MECANICA LLEV EIRELI ME – R\$ 54.519,32

Balneário Piçarras(SC), 13 de dezembro de 2017.

Vinício José dos Santos – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 29/2017 PMBP

Publicação Nº 1456706

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 029/2017 - PMBP DE 27/11/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2017 - PMBP
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017 - PMBP
HOMOLOGADO EM 12/12/2017

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em locar imóveis, localizados na Londrina, nº 140, Bairro Centro, neste Município, imóvel este locado entre os dias 15/12/2017 à 01/04/2018.

MARCO ANTONIO COSTA – R\$ 20.000,00

Balneário Piçarras(SC), 12 de dezembro de 2017.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 053/2017 PMBP

Publicação Nº 1455985

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2017 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017 - PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIPLICIDADES

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para (LICITAÇÃO) REFERENTE A ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS, TENDAS E LONAS INCLUINDO FRETE E MONTAGEM., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

HORIZONTE IND. E COMERCIO DE TENDAS E TOLDOS LTDA EPP – R\$ 32.500,00

TENDAS PARANÁ LTDA – R\$79.950,00

Balneário Piçarras (SC), 13 de Dezembro de 2017

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 096/PMBR/2017

Publicação Nº 1456200

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 096/PMBR/2017

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 29/12/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das Obras de Ampliação e Reforma Parcial da área existente do CEI Sonho Infantil, com área de 358,62m², localizado no Bairro Pedreiras no Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 12 de Dezembro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DECRETO 099/2017

Publicação Nº 1456079

DECRETO/GP/Nº 099/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação, desapropriação, total ou parcial, amigável, área de 3.035,33 m2 constante da Matrícula 13.312 localizada na Comunidade de Barra Velha.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 e inciso V do art. 21 da Lei Orgânica do Município e Decreto-Lei Federal 3.365 de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial área de terra de 3.305 m2 no Imóvel de Matrícula 13.312 com área de 320.000 m2, necessário para implantação de uma passarela que ligará a comunidade de Barra Velha a Orla Marítima, com os seguintes limites e confrontações: NORTE: 07 (sete) segmentos de 110,76m, 29,76m, 121,18 m, 7,47 m, 16,15 m, 15,79m e 47,86 m, com IMOBILIÁRIA BARRA VELHA Matrícula 13.312; LESTE: 04 (quatro) segmentos de 1,10m, 1,96 m, e 2,02 m com IMOBILIÁRIA BARRA VELHA Matrícula 13.312 e 8,00 m com terrenos de marinha; SUL: 07 (sete) segmentos de 110,94 m, 31,39 m, 123,07m, 10,80 m, 16,15 m, 12, 48m e 44,86 m com IMOBILIÁRIA BARRA VELHA Matrícula 13.312 e OESTE: 12,00 m com Rua Birilio Silveira dos Santos e 02 (segmentos) de 1,96 m, 1,93 m com IMOBILIÁRIA BARRA VELHA Matrícula 13.312, com a seguinte descrição perimetral: Partindo do

marco 1, coordenada plana UTM SIRGAS 2000, 6.806.741,4652 m Norte e 668.562,0672 m Leste, deste, confrontando neste trecho com quem é de direito, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 24,0189 m e azimuth plano de 139°53'56" chega-se ao marco 2, deste, confrontando neste trecho com quem é de direito, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 1.968,1138 m e azimuth plano de 228°12'06" chega-se ao marco 3, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 66,0000 m e azimuth plano de 228°10'56" chega-se ao marco 4, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 41,8000 m e azimuth plano de 228°11'28" chega-se ao marco 5, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 30,9196 m e azimuth plano de 226°14'44" chega-se ao marco 6, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 17,3841 m e azimuth plano de 222°14'28" chega-se ao marco 7, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 12,7780 m e azimuth plano de 219°41'06" chega-se ao marco 8, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 15,3212 m e azimuth plano de 217°29'58" chega-se ao marco 9, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 44,0000 m e azimuth plano de 217°00'51" chega-se ao marco 10, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 25,5836 m e azimuth plano de 217°05'37" chega-se ao marco 11, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 19,8460 m e azimuth plano de 217°15'07" chega-se ao marco 12, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 17,8716 m e azimuth plano de 222°34'56" chega-se ao marco 13, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 25,3622 m e azimuth plano de 225°02'22" chega-se ao marco 14, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 47,2589 m e azimuth plano de 228°10'48" chega-se ao marco 15, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 177,9796 m e azimuth plano de 228°34'42" chega-se ao marco 16, deste, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 23,3718 m e azimuth plano de 319°25'51" chega-se ao marco 17, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 138,8232 m e azimuth plano de 48°23'52" chega-se ao marco 18, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 37,4014 m e azimuth plano de 47°55'52" chega-se ao marco 19, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 50,6378 m e azimuth plano de 48°25'17" chega-se ao marco 20, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 55,4342 m e azimuth plano de 41°44'24" chega-se ao marco 21, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 37,3771 m e azimuth plano de 37°28'48" chega-se ao marco 22, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 52,1736 m e azimuth plano de 37°00'50" chega-se ao marco 23, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 31,1384 m e azimuth plano de 41°14'00" chega-se ao marco 24, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 87,7522 m e azimuth plano de 47°24'23" chega-se ao marco 25, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 2.019,6024 m e azimuth plano de 48°12'38" chega-se ao marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro, ponto inicial da descrição deste perímetro, nos termos do Memorial Descritivo e Levantamento Planimétrico elaborado pelo Engenheiro Agrimensor da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Anderson Moreira Douglas, CREA-SC 078108-2

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão – SC, 12 de dezembro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 12 de dezembro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

Barra Bonita

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº100/2017

Publicação Nº 1455718

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2017

OBJETO: Prestação de serviço de limpeza dos estandes e Salão de Eventos da IV Feira da Bezerra.

FORNECEDOR: ASSOC. DOS COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

Endereço: Rua Florianópolis, centro, Bairro São Luiz, CEP:89.900-000, São Miguel do Oeste/SC

CPF: 03.330.999/0001-25

Valor Contratado: R\$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

O fornecedor escolhido deu-se em razão de ter o melhor preço, o qual orçou em R\$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais).

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº101/2017

Publicação Nº 1455728

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2017

OBJETO: Aquisição de projetor multimídia para Secretaria Municipal de Educação.

FORNECEDOR: HD COM. E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA

Endereço: Rua La Salle, 1869, centro, CEP: 89900-000, São Miguel do Oeste/SC

CNPJ: 12.919.652/0001-03

Valor Contratado: R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

O fornecedor escolhido deu-se em razão de ter o melhor preço, o qual orçou em R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais).

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

LEI Nº806

Publicação Nº 1456310

LEI Nº.806, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

RATIFICAR O TERMO DE FILIAÇÃO À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

Faço saber que encaminhei a CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA/SC aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada na íntegra, o Termo de Filiação à Confederação Nacional de Municípios - CNM, a qual é parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC 13 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 392, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456324

PORTARIA Nº 392, de 13 de dezembro de 2017.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao servidor Vanderlei Ferronato,, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº079/2017 e Roteiro de Viagem nº039/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº80/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 13 de dezembro de 2017.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

AD 002/034/2015 FMS

Publicação Nº 1456355

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Contrato nº 2015/034/002
Contratada: MOACIR DE ANTONIO ASSOLARI
Licitação: Proc. Administrativo 028/2015 - DL 010/2015
Objeto: Locação de Imóvel, localizado a Rua Pedro Francisco de Borba Coelho, nº 140, Bairro Centro, neste Município, para funcionamento das atividades do Centro de Reabilitação - Fisioterapia do Município de Barra Velha
Prorroga prazo
Valor do Contrato: R\$: 29.708,04 (vinte e nove mil setecentos e oito reais e quatro centavos)
Data da assinatura: 18/12/2017
Data do vencimento: 18/12/2018
Barra Velha, 18 de dezembro de 2017
MOACIR DE ANTONIO ASSOLARI –
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN -
Prefeito

ATA 001/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456001

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017
Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 3.460,00
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
JORGE HENRIQUE DA SILVA
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 002/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456004

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017
Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24

HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 25.239,25
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
CLEITON ANDRÉ WAGNER
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 003/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456005

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017
Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 4.524,00
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
WILSON DE ANDRADE
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 004/2017 PP 004/2017 FMS

Publicação Nº 1456207

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017
Contratada: ADL COMERCIAL EIRELI Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 7.180,00

Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
ADEMIR LAURINDO
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 005/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456210

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017
Contratada: RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar., conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 13.758,00
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
ROBSON PATRIK SOARES
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 006/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456211

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017
Contratada: OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA EPP Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar., conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 7.851,10
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
LUCIANO ALEXANDRE WADALL
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 007/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456213

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017
Contratada: AGUAMED COMÉCIO DE EQUIPAMENTOS

HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar., conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 9.792,00
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
DJONATA DE PINHO
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 008/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456216

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017
Contratada: CMED SERVIÇOS TECNICOS E DISTRIBUIDORA LTDA ME Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar., conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 31.940,00
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
MAYARA LOPES PEREIRA
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 009/2017 PP 021/2017 FMS

Publicação Nº 1456222

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017
Contratada: ELETROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP Objeto: Aquisição de equipamentos para POLICLINICA E PA 24 HORAS Convenio nº 2017TR001263 Programa Acelera Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE. Equipamentos para as Unidades de Saúde Centro, Itajuba e São Cristóvão Proposta nº 01877.52800/1160-02 Recurso de Emenda Parlamentar. Equipamentos para Unidade de Saúde Sertãozinho Proposta nº 01877.528000/1160-03 Recurso de Emenda Parlamentar., conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: 37.091,90
Data de Assinatura: 28/11/2017
Data de Vencimento: 28/11/2018
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.
EVANDRO DA SILVA
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

PP 073/2017 PMBV

Publicação Nº 1456767

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 105/2017 - Pregão Presencial nº 073/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Contratação de empresa especializada para processo de online de inscrição e gestão da fila de espera para CEIS do Município. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 28/12/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 28/12/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 14 de dezembro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 074/2017 PMBV

Publicação Nº 1456770

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 106/2017 - Pregão Presencial nº 074/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item Contratação de empresa especializada para levantamento topográfico da para reforma da Escola David Pedro Espínola e para pavimentação da Av. Beira Mar, Tabuleiro e José do Patrocínio até Ponte Pênsil Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 28/12/2017 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 28/12/2017 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 14 de dezembro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEILÃO Nº 001/2017

Publicação Nº 1456316

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

O município de BELA VISTA DO TOLDO, SC, com sede na Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.888/0001-86, Telefone (47) 3629 0206, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 10:00 horas do dia 28 de DEZEMBRO de 2017, tendo como local o HOPE LEILÕES, sito a Rua Alberto Tokarski, 11, Centro, Canoinhas, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. ALEX WILLIAN HOPPE, matrícula AARC/285 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites www.hoppeleiloes.com.br ou www.pmbvt.sc.gov.br, ou ainda pelos telefones (47) 3629 0059, na Prefeitura ou (47) 3622-5164 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Bela Vista do Toldo (SC), em 13 de Dezembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 30

Publicação Nº 1455869

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 13/12/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA (TRATOR E PLAINA NIVELADORA DE ARRASTO) CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 1.041.996-68/2017 SIAFIR 844157 – 2ª PUBLICAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

CONTRATADO: DANIEL DELMAR KISSMANN - ME

VALOR: R\$ 23.800,00 (Vinte e Três mil e Oitocentos reais).

CONTRATADO: VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

VALOR: R\$ 158.000,00 (Cento e Cinquenta e Oito mil reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 13 de Dezembro de 2017.

NATANAEL PIRES

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Belmonte

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

Publicação Nº 1456113

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

Objeto: O objeto de que trata o presente é a 01 und serviços na elaboração técnica do relatório ambiental prévio, para fins de licenciamento ambiental para a atividade de conjunto habitacional destinado à população de baixa renda sob código 71.11.05 da resolução consema 98/2017, bem como o acompanhamento do processo junto a certame. valor que não ultrapassa o permissivo Fundação do meio ambiente FATMA, por dispensa de legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 13 de dezembro de 2017.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

Publicação Nº 1457030

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017
Registro de Preços

Objeto: Aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da municipalidade e Polícia Militar com fornecimento para o ano de 2018, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 27/12/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 13 de dezembro de 2017.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 - FMS

Publicação Nº 1457032

MUNICIPIO DE BELMONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017
Registro de Preços

Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos da municipalidade, alocados ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), com fornecimento para o ano de 2018, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:30 horas do dia 27/12/2017, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:30 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 13 de dezembro de 2017.

Volmir José Frozza
Gestor do FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017

Publicação Nº 1457031

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017
Registro de Preços

Objeto: Aquisição de poltrona giratória para os serviços de segurança pública - Polícia Militar, com recursos do convênio multas de trânsito, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09:00 horas do dia 27/12/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 09:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 13 de dezembro de 2017.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 110/2017

Publicação Nº 1456647

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 13/12/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 15:05 horas
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2017
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 110/2017
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 110/2017, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame as empresas IVETE DADAM ME e DISTRIBUIDORA DE GAS TIMBO LTDA EPP. As empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando seus representantes legais EVELIZE DADAM e LARISSA CARINE BUDAG NUNES. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação em cumprimento a exigência do item 3.5 do Edital. Todas as empresas apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados sendo que não houve qualquer manifestação. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preço, sendo as propostas nelas contida disponibilizada aos presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio sendo estas consideradas classificadas, conforme relatório classificatório em anexo a esta ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes presentes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante vencedora IVETE DADAM ME. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação de habilitação apresentada está em conformidade com o exigido no Edital. Sendo assim, a licitante melhor colocada esta HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o item do certame a empresa vencedora. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

IVETE DADAM ME

DISTRIBUIDORA DE GAS TIMBO LTDA EPP

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 108/2017

Publicação Nº 1456680

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 13/12/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2017
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 108/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 108/2017, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame as empresas COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA, JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP, ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, MARLENE MILLNITZ FORMIGARI ME, CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI ME e NEW WAY COMERCIO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO LTDA. As empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando seus representantes legais MAICO GODOFREDO BLAESE MANSILLA, JOSE NEI KOCH, CARLOS ALEXANDRE DE MORAES, ALMIR FORMIGARI, CLEITON DE SOUZA, VENESIO HORNBURG, JANETE APARECIDA ODORIZZI MENESTRINA e MARCOS VINICIUS BANDEIRA. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação em cumprimento a exigência do item 3.5 do Edital. As empresas JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP, ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, MARLENE MILLNITZ FORMIGARI ME, CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI ME e NEW WAY COMERCIO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO LTDA apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A licitante COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA não apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, pontando, somente participara dos itens 25, 121, 122 e 122 onde não se atingiu mínimo de 3 (três) licitantes enquadrados como MEI, ME

ou EPP. Neste caso, entende-se o certame aos demais participantes. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados sendo que não houve qualquer manifestação. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preço, sendo as propostas neles contida disponibilizada aos presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio sendo estas consideradas classificadas, conforme relatório classificatório em anexo a esta ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes presentes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes vencedoras do certame. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação de habilitação está em conformidade com o exigido no Edital. Sendo assim, as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os itens do certame as empresas vencedoras. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA
JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
MARLENE MILLNITZ FORMIGARI ME
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI ME
JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI ME
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO LTDA

ATA DE CREDENCIAMENTO IN 111/2017 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHUTZ LTDA

Publicação Nº 1456713

ATA DE CREDENCIAMENTO – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHUTZ LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2017.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento – 111/2017.

DATA: 13/12/2017 - HORA DE INÍCIO: 16 horas.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017, para a abertura do envelope referente ao Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 111/2017, protocolado tempestivamente pela empresa interessada LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHUTZ LTDA (03.295.188/0002-11).

Na sequência abriu-se o envelope, sendo os documentos neles contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão de Licitações. Da análise dos documentos verificou-se que os mesmos atendem ao exigido no edital, ficando, portanto, a empresa interessada considerada habilitada.

Estando portando, os documentos de acordo com o solicitado no edital, declara-se a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHUTZ LTDA credenciada nos seus respectivos procedimentos escolhidos, conforme relatório em anexo a esta Ata.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 103/2017

Publicação Nº 1456100

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA

DATA: 12/12/2017 - HORA DE INÍCIO: 9:30 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2017.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação – 103/2017 - Chamada Pública nº 103/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -PNAE

No dia e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos, em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº 002/2017, incumbida de dirigir e julgar o procedimento licitatório tipo dispensa nº 103/2017, Chamada Pública, que objetiva a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE. A Chamada Pública foi devidamente publicada na imprensa oficial do Município. O período inicialmente aberto para apresentação dos envelopes contendo a documentação para habilitação e os projetos de venda foi de 16/11/2017 a 12/12/2017. Protocolaram os envelopes necessários para a realização do certame no Setor de Protocolo da Prefeitura até o horário estipulado (9:00 horas do dia 12/12/2017) os Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo: ARNALDO HINSCHING, ADESON KREIDLOW, REINWALD LICKFELD, EDU SCHMIDT, INGO ZIMMER, ALCEMAR ROEDER, PATRICIA GIACOMOZZI GURSKE, JEAN HENRIQUE GAULKE e RENALDO KOEPEL, e, os Grupos Formais da Agricultura

Familiar, detentores de DAP Jurídica: COOPERATIVA MISTA AGRICOLA DE PISCICULTORES – COOMAPEIXE e CASTELINHO DOS PRODUTOS COLONIAIS LTDA ME. Todos os licitantes protocolaram seus envelopes, porém na data prevista para a sessão pública de abertura e julgamento nenhum se fez presente na sessão. Dando início aos trabalhos, o presidente da comissão permanente de licitações procedeu a abertura dos envelopes nº 1, contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo os mesmos analisados e rubricados por todos os presentes. Em seguida, abriram-se os envelopes contendo os projetos de venda, os quais foram analisados e rubricados por todos os presentes. Elaborou-se o quadro a seguir, com os fornecedores credenciados e seus respectivos itens de interesse.

Fornecedor Credenciado	Item - Produto	Qtd/Und	Preço Unitário	Preço Total
Arnaldo Hinsching	01 – Aipim, descascado e congelado [...]	1.500 Kg	4,30	6.450,00
	04 – Batata doce in natura [...]	1.000 Kg	2,73	2.730,00
	05 – Batata inglesa (batatinha) in natura [...]	1.200 Kg	2,63	3.156,00
	TOTAL DA DAP			12.336,00
Adeson Kreidlow	09 - Doce de frutas [...]	150 Kg	7,48	1.122,00
	16 - Melado de cana [...]	150 Kg	8,37	1.255,50
	TOTAL DA DAP			2.377,50
Reinwald Lickfeld	18 - Queijo tipo colonial [...]	600 Kg	20,08	12.048,00
	19 – Ricota, tipo queijinho [...]	150 Kg	13,29	1.993,50
	24 – Nata colonial [...]	300 Und	3,83	1.149,00
	25 – Manteiga, sem sal [...]	300 Und	3,70	1.110,00
	TOTAL DA DAP			16.300,50
Edu Schmidt	15 - Mel de abelha [...]	70 Pt	25,80	1.806,00
	TOTAL DA DAP			1.806,00
Ingo Zimmer	03 - Banana in natura [...]	1.200 Kg	2,36	2.832,00
	TOTAL DA DAP			2.832,00
Alcemar Roeder	06 – Beterraba, in natura [...]	600 Kg	1,76	1.056,00
	08 – Cenoura, in natura [...]	1.000 Kg	2,28	2.280,00
	11 – Biscoito caseiro [...]	500 Pct	20,93	10.465,00
	21 – Morango, in natura [...]	50 Und	10,41	520,50
	TOTAL DA DAP			14.321,50
Patricia Giacomozzi Gurske	12 - Feijão vermelho tipo 1 [...]	500 Kg	7,62	3.810,00
	13 - Feijão preto tipo 1 [...]	500 Kg	5,90	2.950,00
	22 – Alho, in natura [...]	70 Und	6,44	450,80
	23 – Alho, in natura [...]	50 Kg	23,73	1.186,50
	TOTAL DA DAP			8.397,30
Jean Henrique Gaulke	06 – Beterraba, in natura [...]	600 Kg	1,76	1.056,00
	07 – Cebola, in natura [...]	1.000 Kg	2,08	2.080,00
	12 - Feijão vermelho tipo 1 [...]	500 Kg	7,62	3.810,00
	13 - Feijão preto tipo 1 [...]	500 Kg	5,90	2.950,00
	17 – Pepino, in natura [...]	300 Kg	2,27	681,00
	20 – Tomate, in natura [...]	1.000 Kg	4,12	4.120,00
	30 – Brócolis, in natura [...]	100 Und	3,00	300,00
	31 – Couve flor, in natura [...]	100 Und	3,50	350,00
	32 – Repolho, in natura [...]	100 Und	2,21	221,00
	33 – Alface crespa, in natura [...]	100 Und	1,54	154,00
	TOTAL DA DAP			15.722,00
Renaldo Koepsel	02 – Abobrinha verde, in natura [...]	150 Kg	2,64	396,00
	14 – Ovos de galinha [...]	1.000 Dz	4,49	4.490,00
	17 – Pepino, in natura [...]	300 Kg	2,27	681,00
	30 – Brócolis, in natura [...]	100 Und	3,00	300,00
	31 – Couve flor, in natura [...]	100 Und	3,50	350,00
	32 – Repolho, in natura [...]	100 Und	2,21	221,00
	33 – Alface crespa, in natura [...]	100 Und	1,54	154,00
	TOTAL DA DAP			6.592,00
Castelinho dos Produtos Coloniais Ltda ME	26 – Suco de uva tinto integral [...]	200 Und	12,22	2.444,00
	TOTAL DA DAP			2.444,00
Coomapeixe – Coop. Mista Agrícola de Psiscultores	10 - Filé de tilápia [...]	1.000 Kg	28,95	28.950,00
	TOTAL DA DAP			28.950,00
	TOTAL GERAL			112.078,80

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
SÉRGIO DÁRIO PASQUALI
Presidente
MAURICIO STEFFEN
Membro
JOICE APARECIDA COSTA
Membro

HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017

Publicação Nº 1455995

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017
HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES

O Senhor JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes no Anexo I deste ato.
2. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 13 à 14 de dezembro de 2017, nos termos do Edital.

Município de Benedito Novo, 12 de dezembro de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017

ANEXO I
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS
Agente Administrativo A

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	89	Braian Vagner Vandal	11/03/1991	Homologada
2	41	Brenda Tainá Vandal	08/03/1999	Homologada
3	111	Carla Carol Venturi	26/03/1997	Homologada
4	23	Douglas Kaucz	28/12/1996	Homologada
5	85	Emanuel Devigili Langa	02/07/1999	Homologada
6	34	Giovana Milena Koslowski	22/11/1999	Homologada
7	39	Isamara Carolina Mauricens	05/12/1995	Homologada
8	20	Ivalnira Krieser	30/09/1959	Homologada
9	24	Jaine de Quadros	22/06/1997	Homologada
10	7	Jair Zanella Junior	05/05/1999	Homologada
11	52	Jessica Clarice Krieser	07/12/1996	Homologada
12	47	Pablo Luan Santiago	04/09/1995	Homologada
13	116	Priscila Radatz Steuck	01/11/1993	Homologada
14	105	Resonia Kuster Loppnow	05/05/1976	Homologada
15	68	Rosely Bernadete Buzzi Mazzi	09/11/1968	Homologada
16	18	Tainá Laise Andruchechen	19/05/1998	Homologada

Auxiliar de Creche

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	69	Aline Tomelin	29/09/1987	Homologada
2	57	Amanda Kuzava	08/10/1990	Homologada
3	49	Danielle Thaís Felippi	23/04/1999	Homologada
4	44	Danyelee Luiza Vicente Mafra	28/11/1991	Homologada
5	101	Kelly Tatiane Silva da Paz	28/04/1989	Homologada
6	33	Maiara Luiza Bertram	17/03/1999	Homologada
7	100	Schirley Lidiane Teske Pasquali	22/05/1982	Homologada
8	26	Tamires Pacher de Moraes	28/09/1992	Homologada
9	1	Thais Buzzi	14/06/1993	Homologada

Auxiliar de Serviços Gerais I

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	30	Analise Amaral	27/05/1997	Homologada
2	3	Janete Aparecida Ramos	27/08/1970	Homologada
3	59	Marevane de Ramos Bertoldi	13/04/1994	Homologada

Auxiliar de Serviços Gerais II

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	50	Janete Kilin	27/10/1985	Homologada
2	4	Juliana Bloedorn Klitzke	12/06/1986	Homologada
3	43	Leonida Bona	11/07/1961	Homologada
4	2	Marizete Dalcanale Uber	30/06/1964	Homologada
5	91	Rose-Mary Latzke Draeger	05/07/1969	Homologada

Auxiliar Esportivo

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	90	Edemir Draeger	28/03/1968	Homologada
2	40	Francielli Hedler	17/08/1998	Homologada
3	53	Lucas Vagner Alvim	19/03/1995	Homologada
4	16	Marco Antonio Ferreira	22/05/1968	Homologada
5	17	Osnir José Largura	02/12/1962	Homologada

Dentista

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	77	Ewandro Carlos Berretta Filho	21/12/1990	Homologada
2	96	Ivan Sergio Longo	14/06/1974	Homologada
3	70	Naira Vendrami Villagran Peres	15/05/1979	Homologada
4	64	Sabrina Ehmke	16/10/1990	Homologada

Fiscal de Postura

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	104	Alberto Kim Bogo Agostini	09/02/1984	Homologada
2	117	Alexia Micheli Nascimento dos Santos Ramalho	01/04/1996	Homologada
3	29	Bruno Pereira da Silva	21/07/1994	Homologada
4	27	Cristiane Rachadel	07/05/1994	Homologada
5	19	Douglas Petersen	25/12/1992	Homologada
6	15	Flavio Bazzanella Junior	22/05/1982	Homologada
7	97	Gabrieli Luz Brol	31/05/1999	Homologada
8	95	Giovana Karoline Persuhn	01/12/1998	Homologada
9	58	Jacqueline Patricia Kannenberg Ermonge	17/09/1991	Homologada
10	75	Jean Carlo Griten	21/07/1988	Homologada
11	62	Jefferson Reimundo Kirsten	09/01/1979	Homologada
12	56	Jéssica Melissa Martins	01/09/1995	Homologada
13	118	Joana dos Anjos Felipe Roizen Leal	04/05/1974	Homologada
14	93	Josemar Withoeft	22/05/1990	Homologada
15	84	Larissa Voltolini	26/12/1994	Homologada
16	63	Maria Teresa de Souza Wagner	22/06/1963	Homologada
17	28	Marlon Domingos Silva dos Santos	01/07/1982	Homologada
18	25	Neusa Caroline Walker	21/03/1998	Homologada
19	92	Paulo Geovani Negredo	08/06/1983	Homologada
20	102	Rogério Batista Buzzi	14/08/1987	Homologada
21	32	Ronaldo Habitzreuter	06/11/1962	Homologada

Instrutor de Esportes

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	115	Andreia Engel	25/07/1996	Homologada
2	51	Bruno Poeta	05/08/1991	Homologada
3	107	Estevan Augusto Paiffer	14/03/1994	Homologada
4	81	Felipe Afonso Paulo Müller	24/01/1995	Homologada
5	35	Marcos Eduardo Hammermeister	01/12/1996	Homologada
6	103	Paulo Juvencio Hinsching Cardoso	20/04/1990	Homologada

Médico I

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	76	Etevaldo Nogueira Lima Sobrinho	29/09/1987	Homologada
2	73	Marcos Bonmann	08/12/1965	Homologada

Professor I-20

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	82	Aline Schmitt	06/12/1988	Homologada

2	13	Camila Ninow	16/11/1994	Homologada
3	99	Cleonice Aparecida Luz	02/02/1971	Homologada
4	80	Crislaine Leticia Dada	19/01/1993	Homologada
5	72	Fabiane Aline Ewald	26/08/1982	Homologada
6	37	Franciele Kamke	22/07/1992	Homologada
7	12	Greici Luana Rodrigues	11/07/1996	Homologada
8	86	Iduivirgem Devigili Langa	19/05/1967	Homologada
9	5	Jalciria Elisete Martins Zatti	17/05/1971	Homologada
10	88	Jamaica Suellen Bell Saraiva	23/06/1992	Homologada
11	38	Janice Marcarini	23/06/1998	Homologada
12	110	Jurema Cilene Ferreira Rosa	03/07/1978	Homologada
13	21	Lucia Fatima Kisner Moser	25/04/1982	Homologada
14	46	Marcia Becker Mendes	23/10/1968	Homologada
15	61	Mariana Maas Zanella	20/01/1966	Homologada
16	42	Marize Muller Mayer	17/11/1989	Homologada
17	79	Naira Luisa Holdorf Lazzarini	26/06/1986	Homologada
18	109	Neide Girardi Longo	19/06/1975	Homologada
19	6	Noeli Scheffer Cartilho	31/12/1966	Homologada
20	83	Patricia Luana Mayer	01/03/1995	Homologada
21	45	Rafaele Chaiane Gessner Zickuhr	10/05/1995	Homologada
22	9	Rosangela Wolter	20/12/1979	Homologada
23	54	Roseleia Hochsprung Adam	31/05/1984	Homologada
24	71	Roseli Maria Alvize Bona	16/03/1966	Homologada
25	65	Simone Kuester Neves	01/10/1987	Homologada

Professor I-40

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	60	Adriana Simone Koepsel	27/12/1978	Homologada
2	112	Ana Luiza Moccelin Zuffo	07/09/1988	Homologada
3	108	Andressa Caroline Arendt	13/03/1995	Homologada
4	98	Evanilde Silva Freitas	28/04/1973	Homologada
5	36	Gesiele Samantha dos Santos	10/05/1992	Homologada
6	67	Joseane de Oliveira	12/10/1986	Homologada
7	114	Juliana Adam	03/09/1979	Homologada
8	113	Juliana Ouriques	16/10/1996	Homologada
9	66	Jusiele Mirlene Janke Joenck	09/06/1992	Homologada
10	78	Maria Fernandes Belem	14/01/1978	Homologada
11	74	Marileia Trento	30/10/1995	Homologada
12	55	Poliana Sobrinho	06/03/1998	Homologada
13	22	Sandra Regina Schuetze Alves Reis	08/07/1974	Homologada
14	11	Silvana Regina Vargas Erdmann	16/08/1986	Homologada
15	94	Silvia Schussler Persuhn	14/10/1981	Homologada
16	106	Zelia Teresinha Schneider	06/03/1974	Homologada

Servente

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	10	Isabel Natana de Souza	11/01/1992	Homologada
2	14	Joilson Geier Moraes	06/04/1992	Homologada
3	48	Jurema Goreti Girardi Santiago	18/07/1963	Homologada
4	87	Silvia de Souza Pereira	26/05/1973	Homologada

Técnico em Enfermagem

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	31	Cleusa Regina Campestrini	06/07/1977	Homologada

Técnico em Enfermagem - ESF

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	8	Juliana Meira Genske	01/01/1983	Homologada

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 3827/2017

Publicação Nº 1456914

LEI Nº 3827/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o reforço de dotação de crédito especial aberto na Lei Orçamentária Anual de 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar em até R\$ 34.202,00 (Trinta e quatro mil duzentos e dois reais) a dotação de crédito especial aberto na Lei Orçamentária Anual de 2017, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em fonte de recurso, conforme abaixo especificado:

REFORÇO DE DOTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
27	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA	34.202,00
01	Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	34.202,00
26	TRANSPORTE	34.202,00
782	Transporte Rodoviário	34.202,00
0007	Biguaçu, o melhor lugar para o seu negócio	34.202,00
2101	Conservação das Estradas Vicinais	34.202,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	34.202,00
0.1.05.000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	34.202,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3827/2017, de 13/12/2017.

Sancionada em 13/12/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3826/2017

Publicação Nº 1456913

LEI Nº 3826/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o reforço de dotação de crédito especial na Lei Orçamentária Anual de 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar dotação de crédito especial na Lei Orçamentária Anual de 2017 no montante de até R\$ 67.245,83 (Sessenta e sete mil duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), utilizando como fonte de recurso a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26	SECRETARIA DE OBRAS, DESENV. URBA-NO E TRANSPORTE	67.245,83
01	Secretaria de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte	67.245,83
15	Urbanismo	67.245,83
451	Infraestrutura Urbana	67.245,83
0009	Revitalizando a cidade de Biguaçu	67.245,83
1056	Pavimentação de Ruas	67.245,83
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	67.245,83
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	67.245,83
	TOTAL	67.245,83

REFORÇO DE DOTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26	SECRETARIA DE OBRAS, DESENV. URBA-NO E TRANSPORTE	67.245,83
01	Secretaria de Obras, Desenv. Urbano e Transporte	67.245,83
15	URBANISMO	67.245,83
452	Serviços Urbanos	67.245,83
0009	Revitalizando a Cidade de Biguaçu	67.245,83
2106	Manutenção da Secretaria de Obras, Desenv. Urbano e Transporte	67.245,83
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	67.245,83
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	67.245,83

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Lei nº 3826/2017, de 13/12/2017.
Sancionada em 13/12/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 3654/2017

Publicação Nº 1456929

PORTARIA nº 3654 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDECI MARIA MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades

desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal de 30 horas semanais, no período de 01/12/2017 a 18/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3655/2017

Publicação Nº 1456930

PORTARIA nº 3655 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NYA DOS SANTOS LHULLIER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal de 30 horas semanais, no período de 01/12/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3656/2017

Publicação Nº 1456931

PORTARIA nº 3656 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREISA ALVES DA CONCEIÇÃO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/12/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3657/2017

Publicação Nº 1456933

PORTARIA nº 3657 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAGALI RAMOS CURCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 10/12/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 10/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3658/2017

Publicação Nº 1456936

PORTARIA nº 3658 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELI MARIA ANACLETO VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/12/2017 a 14/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3659/2017

Publicação Nº 1456937

PORTARIA nº 3659 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TAMIRIS VADENETE DOS SANTOS LEITE, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/12/2017 a 19/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3660/2017

Publicação Nº 1456940

PORTARIA nº 3660 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARGARETE MARIA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 05/12/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 05/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3661/2017

Publicação Nº 1456943

PORTARIA nº 3661 de 13 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDETE CASTILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 06/12/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 06/12/2017.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0010/2017

Publicação Nº 1456826

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Resolução nº 10/2017 do CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Biguaçu 2018-2027.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A Resolução CONANDA nº 171, de 04 de dezembro de 2014, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013.

- A aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Audiência Pública no dia 17 de novembro de 2017.

- O Decreto Municipal nº 187/2017 que nomeia a Comissão Intersetorial, publicada no DOM em 19 de setembro de 2017.

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 05 de dezembro de 2017.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Biguaçu 2018-2027.

Art. 2º. Definir o CMDCA e a Comissão Intersetorial do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de 2018 a 2027, como responsáveis pelo processo de monitoramento e

avaliação das ações intersetoriais, elencadas neste referido plano.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2017.
Laís dos Santos
Presidente do CMDCA/Biguaçu

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2014

Publicação Nº 1456828

PUBLICAÇÃO LEGAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI

Através do presente ato e em atenção ao disposto no art. 126 e 127, do Decreto 6.514/2008, esta Fundação dá CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCESSO DE N.º 01/2014.

Autuado: Alvino Costa
Local da infração: Rua Julio Teodoro Martins.
Bairro: Fundos, Município de Biguaçu/SC.
Descrição Sumária da Infração: Transformar madeira de Floresta ou vegetação nativa em carvão.
Penalidade: Multa Simples no valor de R\$ 1.200,00(mil e duzentos).

A partir da presente publicação o autuado possuiu o prazo de 20(vinte) dias para apresentação de recurso administrativo. Devidamente cientificado, o Processo Administrativo nº 001/2014 possuiu seu trâmite regular e válido.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 3285-4525.

Biguaçu, 13 de setembro de 2017.
Gabriel Arthur Loeff
SUPERINTENDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2016

Publicação Nº 1456821

PUBLICAÇÃO LEGAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI

Através do presente ato e em atenção ao disposto no art. 70, § 4º, da Lei 9605/98 e do art. 96, § 1º, IV do Decreto 6514/2008, esta Fundação dá CIÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000556.

Processo administrativo nº 045/2016.
Autuado: Claudio Luiz Pereira
Local da infração: Rodovia SC 407, KM 02, SN.
Bairro: Alto Biguaçu, Município de Biguaçu.
Descrição Sumária da Infração: Posto de gasolina desativado, com estrutura comprometida e sem retirada ou lacramento correto dos tanques de combustível e óleo.
Penalidade: Multa

A partir da presente publicação o autuado possuiu o prazo de 20(vinte) dias para apresentação de defesa. Devidamente cientificado, o Processo Administrativo nº 045/2016 possuiu seu trâmite regular e válido.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 3285-4525.

Biguaçu, 21 de novembro de 2017.
Gabriel Arthur Loeff
SUPERINTENDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9656/2017

Publicação Nº 1456818

PUBLICAÇÃO LEGAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI

Através do presente ato e em atenção ao disposto no art. 126 e 127, do Decreto 6.514/2008, esta Fundação dá CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCESSO DE N.º 9656/2017.

Autuado: David Liberth Petry
Local da infração: Rua Geral de Três Riachos.
Bairro: Três Riachos, Município de Biguaçu/SC.
Descrição Sumária da Infração: Descumprimento de condicionantes.
Penalidade: Advertência.

A partir da presente publicação o autuado possuiu o prazo de 20(vinte) dias para apresentação de recurso administrativo. Devidamente cientificado, o Processo Administrativo nº 9656/2017 possuiu seu trâmite regular e válido.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 3285-4525.

Biguaçu, 29 de novembro de 2017.
GABRIEL ARTHUR LOEFF
SUPERINTENDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9798/2017

Publicação Nº 1456814

PUBLICAÇÃO LEGAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI

Através do presente ato e em atenção ao disposto no art. 126 e 127, do Decreto 6.514/2008, esta Fundação dá CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCESSO DE N.º 9798/2017.

Autuado: Moacir Costa de Souza
Local da infração: BR 101 KM 187
Bairro: São Miguel, Município de Biguaçu/SC.
Descrição Sumária da Infração: Ampliação de estrutura sem autorização (área de marinha).
Penalidade: Demolição da estrutura.

A partir da presente publicação o autuado possuiu o prazo de 20(vinte) dias para apresentação de recurso administrativo. Devidamente cientificado, o Processo Administrativo nº 9798/2017 possuiu seu trâmite regular e válido.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 3285-4525.

Biguaçu, 21 de novembro de 2017.
GABRIEL ARTHUR LOEFF
SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 045/2016

Publicação Nº 1456832

PUBLICAÇÃO LEGAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI

Através do presente ato e em atenção ao disposto no art. 70, § 4º, da Lei 9605/98 e do art. 96, § 1º, IV do Decreto 6514/2008, esta Fundação dá CIÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000556.

Processo administrativo nº 045/2016.

Autuado: Claudio Luiz Pereira

Local da infração: Rodovia SC 407, KM 02, SN.

Bairro: Alto Biguaçu, Município de Biguaçu.

Descrição Sumária da Infração: Posto de gasolina desativado, com estrutura comprometida e sem retirada ou lacramento correto dos tanques de combustível e óleo.

Penalidade: Multa

A partir da presente publicação o autuado possuiu o prazo de 20(vinte) dias para apresentação de defesa.

Devidamente cientificado, o Processo Administrativo nº 045/2016 possuiu seu trâmite regular e válido.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 3285-4525.

Biguaçu, 21 de novembro de 2017.

Gabriel Arthur Loeff

SUPERINTENDENTE

REPUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DO PP 16 DO PREGAO PRESENCIAL 12/2017-FMS.

Publicação Nº 1456418

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DO PP 16 DO PREGAO PRESENCIAL 12/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

FORNECEDOR: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM 86 – ATUALIZADO PARA R\$ 1,6537

ITEM 123 – ATUALIZADO PARA R\$ 0,177

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DO PP 19 DO PREGAO PRESENCIAL 12/2017-FMS.

Publicação Nº 1456430

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DO PP 16 DO PREGAO PRESENCIAL 12/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

FORNECEDOR: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM 86 – ATUALIZADO PARA R\$ 1,6537

ITEM 123 – ATUALIZADO PARA R\$ 0,177

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PP 227-2017-PMB

Publicação Nº 1456480

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 227/2017-PMB

O Secretario de Administração, Sr. Daniel César da Luz, por delegação de competência (Portaria nº 002/2017, de 03/01/2017), torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, devido à falta de empresas interessadas em apresentar proposta, do Processo Licitatório PP 227/2017-PMB, que tem por objeto "Aquisição de brinquedos, para distribuição gratuita, nas confraternizações natalinas realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer – SECETUL,".

Biguaçu, 13 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 21/2017

Publicação Nº 1456916

RESOLUÇÃO Nº 21/2017

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NOS ARTIGOS 38, 43 E 44B DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU.

Autoria: Membros da Mesa Diretora e Vereador Salmir da Silva

Art. 1º O artigo 38 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Biguaçu passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38 – As Comissões Permanentes são 08 (oito), compostas de 03 (três) membros, com as seguintes denominações específicas:"

Art. 2º. O inciso V do artigo 38, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Biguaçu passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - Meio Ambiente, Agricultura, Maricultura e Pesca;"

Art. 3º. Acrescenta o inciso VIII ao artigo 38, vigorando com a seguinte redação:

"VIII - Indústria, Comércio, Turismo e Inovação Tecnológica."

Art. 4º O artigo 43 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Biguaçu passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43 - Compete à Comissão de Meio Ambiente, Agricultura, Maricultura e Pesca emitir parecer em proposições acerca de atividades que digam respeito ao Meio Ambiente, Agricultura, Maricultura e Pesca, mesmo que se relacionem com atividades privadas, mas sujeitas a deliberação da Câmara."

Art. 5º Acrescenta o artigo 44B no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Biguaçu, vigorando com a seguinte redação:

"Art. 44B - Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Inovação Tecnológica, emitir parecer em proposições acerca de atividades que digam respeito a sua temática, mesmo que se

relacionem com atividades privadas, mas sujeitas à deliberação da Câmara.”

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2017.

Ângelo Ramos Vieira
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 22/2017

Publicação Nº 1456918

RESOLUÇÃO Nº 22/2017.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ACORDO COM A DECISÃO JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, Senhor Ângelo Ramos Vieira, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º Ficam revogados os cargos de Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Assessoria da Mesa Diretora, Controlador Interno, Assessoria das Comissões, Assessoria de Informática, Coordenador de Setor de Compras, Chefe de Serviços Gerais, existentes no art.1º, inciso I da Resolução n.º 07 de 26.03.2013 e os cargos de Diretor de Recursos Humanos e Assessoria de Cerimonial do art.1º da Resolução n.º 9 de 24.06.2014, conforme determinado na ADIN de n.º 8000108-88.2016.8.24.0000.

Parágrafo Único. O cargo de Procurador previsto na Resolução n.º 07/2013, já foi devidamente alterado para o Cargo de Procurador Geral do Legislativo, através da resolução de n.º 13/2017, adequando suas atribuições aos preceitos constitucionais, não havendo necessidade de extinção através desta.

Artigo 2º Fica alterado as atribuições do cargo de Procurador Geral do Legislativo, antes previsto, na resolução 7/13, tendo agora as atribuições de acordo com a tabela do Anexo I.

Artigo 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos iniciam-se a partir de 01 de janeiro de 2018, conforme decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça, revogando-se as disposições em contrário, prevalecendo esta em caso de conflito.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2017.

Ângelo Ramos Vieira
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 23/2017

Publicação Nº 1456919

RESOLUÇÃO Nº 23/2017.

DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL, COM A CRIAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES À CARGOS EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, Senhor Ângelo Ramos Vieira, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º Fica reorganizado a estrutura administrativa desta casa legislativa com a criação dos seguintes cargos de provimento em comissão com suas determinadas atribuições:

Denominação Cargo	Número Vagas
Secretário Executivo da Escola do Legislativo	01

Coordenador de Serviços Administrativos	01
Coordenador de Pagamento de Pessoal	01
Coordenador de Assuntos Institucionais	01
Gerente de Comunicação Social	01
Gerente de Manutenção	01
Gerente de Compras e Contratos	01
Gerente de Almoxarifado	01
Gerente de Patrimônio	01
Controlador Interno	01

§ 1º O vencimento inicial, a carga horária de trabalho e o nível de formação exigido para provimento do cargo estão previstos no Anexo I e II, integrante desta Lei.

§ 2º A atribuição do servidor da Câmara de Vereadores de Biguaçu, para o cargo estipulado no art.2º, está definida no anexo III desta Resolução.

Artigo 3º Os servidores da Câmara de Vereadores de Biguaçu se sujeitarão ao regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais previsto na Lei Complementar nº 47/2011.

Artigo 4º As despesas decorrentes da implementação desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Artigo 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos iniciam-se a partir de 01 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário, prevalecendo esta em caso de conflito.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2017.

Ângelo Ramos Vieira
Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.580/2017

Publicação Nº 1456486

DECRETO Nº 11.580, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

ATUALIZA MONETARIAMENTE OS TRIBUTOS, OS PREÇOS PÚBLICOS E AS MULTAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no §2º do art. 97, do Código Tributário Nacional e no §1º do art. 388 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, Código Tributário do Município,

DECRETA:

Art. 1º Os tributos, os preços públicos e as multas municipais serão atualizados monetariamente em 1º de janeiro de 2018 pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE), acumulado entre os meses de dezembro de 2016 e novembro de 2017, no percentual de 1,95% (um vírgula noventa e cinco por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.581/2017

Publicação Nº 1456488

DECRETO Nº 11.581, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE BENEFÍCIO FISCAL AOS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA DO MUNICÍPIO – IPTU, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018 E ESTABELECE AS DATAS PARA O SEU PAGAMENTO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea "a", combinado com art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 12, da Lei Complementar nº 61, de 06 de dezembro de 1993 e no art. 237, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, Código Tributário do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos aos contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município – IPTU, relativo ao exercício de 2018, os seguintes descontos:

I – de 2% (dois por cento) para o contribuinte que efetuou o pagamento do IPTU de 2017 dentro do exercício de 2017;

II – de 5% (cinco por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento da cota única, constante do respectivo carnê, até o dia 15 de fevereiro de 2018;

III – de 3% (três por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento da cota única, constante do respectivo carnê, até o dia

15 de março de 2018.

Art. 2º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município – IPTU e taxas correlatas, relativo ao exercício de 2018, poderá ser pago à vista ou em até onze (11) parcelas, de acordo com a tabela

abaixo, obedecido o valor mínimo para cada parcela de R\$ 20,00 (vinte reais):

PARCELA DATA DO VENCIMENTO

Cota única com 5% de desconto 15 de Fevereiro

Cota única com 3% de desconto 13 de Março

1ª Parcela 15 de Fevereiro

2ª Parcela 13 de Março

3ª Parcela 13 de Abril

4ª Parcela 14 de Maio

5ª Parcela 13 de Junho

6ª Parcela 13 de Julho

7ª Parcela 13 de Agosto

8ª Parcela 13 de Setembro

9ª Parcela 15 de Outubro

10ª Parcela 13 de Novembro

11ª Parcela 13 de Dezembro

§1º Se a soma do imposto e das taxas não atingir o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a quantia deverá ser paga em cota única, com os descontos e nas datas previstas nos incisos II e III do art. 1º deste Decreto.

§2º Sendo o número de parcelas inferior a onze, a primeira parcela terá seu vencimento no dia 15 de fevereiro de 2018 e as demais nas datas subseqüentes, de acordo com a tabela a que se refere este artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.582/2017

Publicação Nº 1456493

DECRETO Nº 11.582, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUSPENDE OS PRAZOS DE APLICAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES ÀS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES DE CARÁTER PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 59, combinado com a alínea "o" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensos do dia 26 de dezembro de 2017 a 19 de janeiro de 2018, período de férias coletivas, disciplinado pela Lei nº 8.480, de 05 de outubro de 2017, os prazos de aplicação e de prestação de contas dos recursos financeiros concedidos a título de

contribuições, auxílios e subvenções às instituições e entidades de caráter privado sem fins lucrativos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.583/2017

Publicação Nº 1456496

DECRETO Nº 11.583, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA - SEINFRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência

ao Diretor Administrativo-Financeiro da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, VANDERLI DUTRA, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.438/2017

Publicação Nº 1456499

PORTARIA Nº 21.438, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A REDE MUNICIPAL INTER-SETORIAL E TRANSDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES PARA UMA "BLUMENAU MAIS LEVE", INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 11.475, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei nº 7.183, de 13 de novembro de 2017 e com o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 11.475, de 27 de setembro de 2017 e alterações posteriores, RESOLVE:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para comporem a Rede Municipal Intersetorial e Transdisciplinar para o desenvolvimento de programas e ações para uma "Blumenau Mais Leve", instituída pelo Decreto nº 11.475, de 27 de setembro de 2017, e com as atribuições nele previstas:

ADRIANA STOLLMAIER e FERNANDO BOEGERSHAUSEN DIAS, representantes titular e suplente, respectivamente, da secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

FELIPE POLZIN ELIAS e MARIBEL GONÇALVES, representantes

titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Comunicação Social e Relações Institucionais - SECOM;

ANELIZE TERMANN SCHLOSSER e JACQUELINE KRUEGER DE LIMA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

TIAGO VIRGÍLIO KRUEGER e MÁRCIA MARIA KAYSER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

MARTHA VARGAS SANT'ANNA e ANDERSON ROZANSKI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC;

RICARDO ARTY ECHELMEIER e ÉLSON CAMPOS FERREIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Municipal de Desportos - FMD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.442/2017

Publicação Nº 1456502

PORTARIA Nº 21.442, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GIOVANE LONGHI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO DO CEI "FREI ODORICO DURIEUX".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012, de conformidade com o Memorando nº 438/2017-Gabinete SEMED, de 08/12/2017, RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, a partir de 14 de dezembro de 2017, a servidora pública municipal GIOVANE LONGHI, matrícula nº 219215, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do exercício da função de Direção do CEI "Frei Odorico Durieux", nomeada pela Portaria nº 19.794, de 10/06/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.443/2017

Publicação Nº 1456505

PORTARIA Nº 21.443, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA A COORDENADORA PEDAGÓGICA GRACIANA PEROSSO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO DO CEI FREI ODORICO DURIEUX E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei n. 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando n. 438/2017 - Gabinete SEMED, de 08/12/2017, RESOLVE: NOMEAR, a contar de 15 de dezembro de 2017, a Coordenadora Pedagógica GRACIANA PEROSSO, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função

de Diretor do CEI "Frei Odorico Durieux", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.444/2017

Publicação Nº 1456507

PORTARIA Nº 21.444, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA LUCAS JOSÉ BALDIN PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO, NA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 701, de 29/01/2009, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, e em atenção ao Memorando Gapref – Chefia de Gabinete, nº 160/2017, de 11/12/2017, rESOLVE:

NOMEAR, no dia 12 de dezembro de 2017, LUCAS JOSÉ BALDIN, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização, símbolo CC-4, na Procuradoria-Geral do Município – PROGEM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 45/2017

Publicação Nº 1456675

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 45/2017

ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DA MESA COORDENADORA E DAS COMISSÕES PERMANENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, BIÊNIO 2017-2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2017, conforme Ata nº. 13/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor a Mesa Coordenadora do CMDCA, Biênio 2017-2019, por um período de um ano, a contar de 08/12/2017.

I – Coordenador Geral - Givanildo Trindade, representando Entidade Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE;

II – Vice Coordenadora – Dalva Aparecida Rodrigues da Silva, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

III – Secretário – Marcos Antônio Schmitt, representante da Fundação Municipal de Desportos – FMD.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor as seguintes Comissões:

I – COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E CAPTAÇÃO – CFC:

a) Fundação Municipal do Desporto – FMD representada por:

Titular: Marcos Antônio Schmitt;

Suplente: Élon Campos Ferreira;

b) Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense - Pró-Família representada por:

Titular: Maria Aparecida de Moraes;

Suplente: Eduardo Godrich Krueger;

c) Cruz Azul no Brasil representado por:

Titular: Jean Ricardo Sasse;

Suplente: Fábio Morástico Ramos;

d) Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE representado por:

Titular: Givanildo Trindade;

Suplente: Sérgio Sanches;

II – COMISSÃO DE NORMAS E REGISTRO – CNR:

a) Fundação Cultural de Blumenau – FCB representada por:

Titular: Marlene Teresinha Casas Anuseck;

Suplente: Araci Cristina França de Carvalho;

c) Associação Voluntária de São Roque representada por:

Titular: Leila Patrícia Vieira Nagel

Suplente: Nadir da Silva Ferreira;

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES representada por:

Titular: Dalva Aparecida Rodrigues da Silva;

Suplente: Vanessa Raquel Cardoso;

g) Grupo de Estudos e Apoio à Adoção da Comarca de Blumenau – GEAAAB representado por:

Titular: Angelina Pfau Mandel;

Suplente: Felicitas Maria Lanser;

III – COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA, PLANO E DIAGNÓSTICO – CPPD:

a) a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS representada por:

Titular: Jaéte Catarina Eismann Panocho;

Suplente: Marianna Borsos Mattos;

c) Secretaria Municipal de Educação – SEMED representada por:

Titular: Anelize Termann Schlosser;

Suplente: Rosana Clarice Coelho Wenderlich;

e) Associação Blumenauense de Amparo ao Menor – ABAM representada por:

Titular: Julius Diego de France Santos;

Suplente: Suelen Gabriela Muegge Kalvelage;

g) Associação de Educação Complementar Puro Amor representada por:

Titular: Francieri Beatrice Sabel Wostehoff;

Suplente: Carla Magali da Silva Ramalho;

Art. 3º Fica revogada as Resoluções CMDCA nº. 52 e 53/2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de dezembro de 2017.

Dalva Aparecida Rodrigues da Silva

Vice Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 46/2017

Publicação Nº 1456678

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 46/2017

APROVA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações no Regimento Interno, Deliberação da Plenária extraordinária de 07 de dezembro de 2017, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 12/2017 que aprovou as referidas movimentações financeiras; e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação – CFC, conforme consta no relatório da reunião realizada em 05 de dezembro de 2017 que analisou as movimentações financeiras dos meses de agosto, setembro e outubro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA dos meses de agosto, setembro e outubro de 2017 como segue:

I – Mês de agosto de 2017, com saldo total de R\$ 2.714.166,31 (dois milhões, setecentos e quatorze mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e um centavos) sendo R\$ 773.471,44 (setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/adolescentes e atividades do FIA e saldo livre de R\$ 1.940.694,75 (um milhão, novecentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos);

II – Mês de setembro de 2017, com saldo total de R\$ 1.907.314,88 (um milhão, novecentos e sete mil, trezentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos) sendo R\$ 742.784,27 (setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/adolescentes e atividades do FIA, e saldo livre de R\$ 1.164.530,61 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e um centavos);

III – Mês de outubro de 2017, com saldo total de R\$ 1.875.655,44 (Um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) sendo R\$ 710.060,15

(setecentos e dez mil, sessenta reais e quinze centavos), reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/adolescentes e atividades do FIA, e saldo livre de R\$ 1.165.595,29 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos);

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 07 de dezembro de 2017.

Dalva Rodrigues da Silva

Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2227/2017 - SAMAE

Publicação Nº 1456686

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2227/2017 - Processo Licitação Pregão Presencial 2229/2017

Objeto: Registro de preços - Fornecimento/entrega de lanches, bolos, cucas, mini salgados, pastelão, sanduíches, pães, e outros, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Empresa(s):

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA.CNPJ: 80.413.479/0001-27

Item 01: Valor unitário R\$ 33,35 (trinta e três reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 1.667,50 (um mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Item 02: Valor unitário R\$ 37,00 (trinta e sete reais) e valor total R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) e valor total R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 18,60 (dezoito reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 24,10 (vinte e quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 2.410,00 (dois mil, quatrocentos e dez reais).

Item 06: Valor unitário R\$ 19,10 (dezenove reais e dez centavos) e valor total R\$ 955,00 (novecentos e cinquenta e cinco reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 10,00 (dez reais) e valor total R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 69,00 (sessenta e nove reais) e valor total R\$ 6.900,00 (seis mil, novecentos reais).

Item 09: Valor unitário R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) e valor total R\$ 6.800,00 (seis mil, oitocentos reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Item 11: Valor unitário R\$ 59,95 (cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos) e valor total R\$ 2.997,50 (dois mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Item 12: Valor unitário R\$ 68,60 (sessenta e oito reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 6.860,00 (seis mil, oitocentos e sessenta reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 04 de Dezembro de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2232/2017- SAMAE

Publicação Nº 1456702

PREGÃO PRESENCIAL 06-2232/2017

Objeto: Registro de preço para aquisição de Combustível (gasolina, diesel S-10, diesel comum e reagente arla 32), para a frota veicular do SAMAE, pelo período de 01 (um) ano.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa:

AUTO POSTO EXPRESSO LTDA

CNPJ: 02.050.924/0001-28

Valor total R\$ 1.122.600,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 13/12/2017.

Blumenau (SC), 14/12/2017.

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 659/2017 - FURB

Publicação Nº 1456717

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 659/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

OBJETO: Registro de preços para aquisições futuras de material de expediente para Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 526/2017 e Ata de Registro de Preços nº 340/2017 firmado em 13 de dezembro de 2017.

O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
11	1124	300	Peça	Apagador para quadro de lousa e de fórmica branco / tamanho aproximado 14x5cm.	CARBRINK	1,79	537,00
12	40	20	Peça	Aplicador para cola quente / para uso com bastão fino.	CLASSE	7,23	144,60
13	32089	20	Peça	Aplicador para cola quente / para uso com bastão grosso.	CLASSE	9,99	199,80
41	12119	2.000	Peça	Caixa de arquivo morto de papelão / tamanho 13cm x 25cm x 36cm	DELCRIS	1,45	2.900,00
42	29562	15	Peça	Caixa dupla para correspondência / em acrílico / articulável	CARBRINK	15,00	225,00
45	28497	15	Peça	Caixa para correspondência simples / em acrílico	CARBRINK	9,00	135,00
53	12815	50	Peça	Calculadora grande de mesa / com 12 dígitos e visor grande / tamanho aproximado de 17,5cm x 12,5cm / alimentação bateria	CLASSE	6,50	325,00
82	26595	1.500	Folha	Cartolina branca / gramatura 180g/m² / tamanho 66cm x 96 cm	ALCART	0,49	735,00
96	1214	120	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 2/0 (pequeno) / caixa com 500g	XR	5,91	709,20
97	26981	50	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 4/0 (médio) / caixa com 500g	XR	5,91	295,50
98	1215	60	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 6/0 (grande) / caixa com 500g	XR	5,91	354,60
99	1240	30	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 8/0 (extra grande) / caixa com 500g	XR	5,91	177,30
160	1346	500	Rolo	Fita crepe branca para pintura / tamanho 48mm x 50m	ADELBRAS	4,80	2.400,00
250	1704	200	Resma	Papel sulfite (resma) / tamanho A3 (297mm x 420mm) / gramatura 75g/m²	PRINTPA-PIRO	30,00	6.000,00
263	1285	80	Peça	Pasta catálogo / cor preta com visor / com 100 envelopes plásticos grossos (0,15mm)	ACP	15,00	1.200,00
264	1245	300	Peça	Pasta catálogo / cor preta com visor / com 50 envelopes plásticos grossos (0,15mm)	ACP	8,00	2.400,00
280	25856	10	Peça	Pasta porta CD / capacidade para 200 CD's	IRT	99,17	991,70
281	1254	3.000	Peça	Pasta suspensa	TIMBEL	0,80	2.400,00
283	1421	80	Peça	Perfurador manual de papel / material em metal pintado / capacidade para 12 folhas	JOCAR	4,21	336,80

322	28047	50	Pacote	Refil para cola quente / pacote de 1kg / 11,2mm x 30cm (bastão grosso)	CLASSE	18,99	949,50
323	18324	50	Pacote	Refil para cola quente / pacote de 1kg / 7,5mm x 30cm (bastão fino)	CLASSE	18,99	949,50
335	1304	150	Peça	Régua plástica transparente / tamanho 30cm	WALEU	0,40	60,00
350	1385	200	Peça	Tesoura bolso/escolar em aço inox / sem ponta / com cabo plástico e rebite reforçado em aço inox / tamanho aproximado 13cm	LEO E LEO	0,85	170,00
353	17251	100	Pote	Tinta guache / cores diversas / pote com 250ml (DEFINIR COR)	PIRATI-NINGA	2,22	222,00
Preço Total (em R\$)					24.817,50		
Preço Total (em reais, por extenso)					Vinte e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 13/12/2017

EXTRATO Nº 661/2017 - FURB

Publicação Nº 1456719

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 661/2017

Dispensa de Licitação nº. 602/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, V da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 637/2017/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE AR COMPRIMIDO NO LABORATÓRIO DE HABILIDADES DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE. Contratada: UNITEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO APARELHOS HOSPITALARES LTDA (50.328.590/0001-54). Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega do material e NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais) / 01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.04 (Gás Engarrafados).

Blumenau, 13 de dezembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 662/2017 - FURB

Publicação Nº 1456721

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 662/2017

Dispensa de Licitação nº. 606/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, V da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 639/2017/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BIOLÓGICOS, QUÍMICOS E LABORATORIAIS PARA DIVERSOS SETORES DA FURB. Contratada: DM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP (11.083.646/0001-04), HEKO CIENTÍFICA – PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS EIRELI (15.443.663/0001-58), LABORCLIN PROD. PARA LABORATÓRIOS LIMITADA (76.619.113/0001-31), REAGEN PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA ME (82.075.748/0001-18). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias a contar do recebimento dos materiais e NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 22.110,01 (vinte e dois mil, cento e dez reais e um centavo) / 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas) / 01.15.12.364.0076.2015 (Centro de Ciências Exatas e Naturais) / 01.33.10.302.0078.2033 (Hospital Universitário e Ambulatório) / 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB) / 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração) / 01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.35 (Material Laboratorial) / 3.3.90.30.40 (Material Biológico) / 3.3.90.30.11 (Material Químico).

Blumenau, 13 de dezembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 660/2017 - FURB

Publicação Nº 1456727

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 660/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 610/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL (RESISTÊNCIA DE AQUECIMENTO PARA DESTILADOR OPTIDIST DA MARCA HERZOG REFERÊNCIA 3203-400-001M) PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE COMBUSTÍVEIS - LAC. Contratados: PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (CNPJ:01.382.559/0001-96). Forma de Pagamento: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, I, da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 3.991,26 (três mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos) / 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.35 (Material Laboratorial).

Blumenau, 13 de dezembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB**EXTRATO Nº 609/2017 - FURB**

Publicação Nº 1456733

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 609/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU.
e
INTERATIVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO
CONTRATO Nº. 203/2016 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: serviços de impressão (outsourcing), com técnico residente (runner), incluindo o fornecimento de equipamentos, peças, suprimentos (exceto papel e grampos), manutenção preventiva e corretiva para diversos setores da Universidade".

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 206/2016 e contrato nº. 203/2016.

ALTERAÇÕES:
CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato nº 203/2016 suplementado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 8,0801551% (oito vírgula zero oito zero um cinco cinco um por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 203/2016, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 14/11/2017.

EXTRATO Nº 655/2017 - FURB

Publicação Nº 1456734

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 655/2017

PARTES: Fundação Universidade Regional de Blumenau
e
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/DR/SCADITIVO DE RETIFICAÇÃO DE PRAZO
CONTRATO Nº. 051/2017 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: cessão onerosa de imóveis destinados ao sustento de diversas disciplinas prático laboratoriais do Curso de Engenharia Mecânica da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 077/2017 e contrato nº. 051/2017 firmado em 1º de março de 2017.

Alterações:
CLÁUSULA PRIMEIRA:
Retifica-se o item 2.1 que passa a ter a seguinte redação:
"CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. A presente cessão é feita até a data máxima de 31 de julho do corrente ano, iniciando-se na data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogada através de termo aditivo, a critério da Administração, nas condições ora ajustadas."

CLÁUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 051/2014 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 31/07/2017

EXTRATO Nº 657/2017 - FURB

Publicação Nº 1456737

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 657/2017

PARTES: Fundação Universidade Regional de Blumenau
e
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/DR/SCADITIVO DE PRORROGAÇÃO VIGENCIA CONTRATUAL
CONTRATO Nº. 051/2017 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: cessão onerosa de imóveis destinados ao sustento de diversas disciplinas prático laboratoriais do Curso de Engenharia Mecânica da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 077/2017 e contrato nº. 051/2017 firmado em 1º de março de 2017.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO PRAZO
O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do Contrato nº 051/2017, já retificado através do aditivo nº 01, fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, a contar de 1º de agosto de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: – DO VALOR

3.1. A contrapartida pelo uso dos imóveis será de R\$ 32.381,00 (trinta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais), conforme proposta comercial, constante dos autos, sendo:

R\$ 7.488,00 (sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais) para a locação do Laboratório de Hidráulica e Pneumática; R\$ 9.984,00 (nove mil novecentos e oitenta e quatro reais) para a locação do Laboratório de Metrologia;

R\$ 14.363,00 (quatorze mil, trezentos e sessenta e três reais) para a locação do Laboratório de solda;

R\$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis reais) para a locação do laboratório B-8/C-10.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 051/2014 e aditivo nº 01, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

Blumenau (SC), 31 de julho de 2017.

EXTRATO Nº 658/2017 - FURB

Publicação Nº 1456741

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 658/2017

PARTES: Fundação Universidade Regional de Blumenau e a empresa

Garib Informática e Eletrônica LTDA. - ME

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 160/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 005

OBJETO: Contratação De Empresa Credenciada Pela Microsoft Corporation Para Prestação De Serviços De Consultoria De Licenciamento E Fornecimento De Licenças De Uso De Software Através De Contrato Microsoft Open Value Subscription Education Solutions (Ovs-Es), Contendo Softwares, Unidades De Fte's (Full Time Equivalence), Com Todas As Mídias Para Instalação, Manutenção, Testes E Consultoria Técnica.

FUNDAMENTO LEGAL Pregão Presencial nº. 116/2014 e Contrato Nº. 160/2014, de 03 de outubro de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato nº 160/2014 suplementado em R\$ 10.186,25 (dez mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), motivado pela variação cambial, comprovada nos autos.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 160/2014 e aditivos nºs 01 a 04.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em três (03) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e de justiça.

DATA: 17/11/2017.

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

Publicação Nº 1456764

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO, EM PONTO MÓVEL, DE ALGODÃO DOCE, CACHORRO QUENTE E CHURROS E/OU PIPOCA, PARA O EVENTO DE CELEBRAÇÃO DA VIRADA DE ANO, QUE ACONTECERÁ NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017, NA AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

A Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, fundação de direito público municipal regida pela Lei Complementar n. 10, de 21 de dezembro de 1990, inscrita no CNPJ sob o n. 82.665.001/0001-10, com sede na Rua Alberto Stein, 199, Velha, Blumenau/SC, CEP 89036-900, por seu Presidente, Sr. Ricardo Stodieck, torna público que estará credenciando os interessados na exploração da atividade de COMÉRCIO, EM PONTO MÓVEL, DE ALGODÃO DOCE, CACHORRO QUENTE E CHURROS E/OU PIPOCA, para o evento de celebração da virada de ano, que acontecerá no dia 31 de dezembro de 2017, na Avenida Presidente Castelo Branco, conforme Lei Complementar n. 39, de 20 de novembro de 1992, Lei Complementar n. 1.084, de 15 de dezembro de 2016, Decreto n. 11.472, de 26 de setembro de 2017, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e especificações e condições descritas neste Edital. O credenciamento ocorrerá no período de 14 de dezembro a 19 de dezembro de 2017.

1 – DO OBJETO

Credenciamento para a concessão de autorização especial para a exploração da atividade de COMÉRCIO, EM PONTO MÓVEL, DE ALGODÃO DOCE, CACHORRO QUENTE E CHURROS E/OU PIPOCA, para o evento de celebração da virada de ano, que acontecerá no dia 31 de dezembro de 2017, na Avenida Presidente Castelo Branco.

2 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 – Poderão participar deste Credenciamento pessoas naturais maiores de 18 (dezoito) anos residentes no Município de Blumenau.

2.2 – O participante credenciado deverá atuar única e exclusivamente no ponto autorizado promovendo o comércio de:

2.2.1 – algodão doce;

2.2.2 – cachorro quente;

2.2.3 – churros e/ou pipoca.

2.3 – O participante deverá optar, no ato da inscrição (Anexo I), pelo segmento, dentre os descritos nos subitens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, que pretende atuar.

2.4 – O mapa com a identificação dos pontos encontra-se especificado no Anexo II deste Edital.

2.5 – O alvará de ambulante concedido ao participante credenciado é PESSOAL e INTRANSFERÍVEL, sendo vedados a compra e venda, a cessão ou a locação do ponto, sob pena de cassação.

2.6 – O participante deverá informar, no ato da inscrição, o nome de até 02 (dois) familiares ou auxiliares, que poderão exercer a atividade comercial junto ao titular (pessoa natural credenciada).

2.7 – O alvará de ambulante concedido ao participante credenciado irá indicar as 03 (três) pessoas (participante credenciado e os dois familiares ou auxiliares indicados no formulário de inscrição), que deverão estar presentes no ponto, conjunta ou individualmente, durante todo o período de vigência, sob pena de cassação da autorização.

2.8 – O participante credenciado e, eventualmente, os familiares ou auxiliares indicados na ficha de inscrição, estão obrigados a portar, durante o exercício da atividade, documento de identificação com foto.

2.9 – É vedada a substituição da pessoa natural credenciada ou de qualquer dos familiares ou auxiliares cadastrados no ato da inscrição.

2.10 – Todo participante está sujeito às condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 – DA INSCRIÇÃO

3.1 – O interessado em participar deste Credenciamento deverá inscrever-se junto à Praça do Cidadão, na Praça Victor Konder, 02, Centro, Blumenau/SC, CEP 89010-904, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, durante o período compreendido entre 14 de dezembro a 19 de dezembro de 2017.

3.2 – O participante deverá, no ato da inscrição, preencher o formulário de inscrição constante no Anexo I deste Edital e anexar, ainda que apresentem alguma restrição, os seguintes documentos, sob pena de ser inabilitado:

3.3.1 – documento oficial de identificação com foto;

3.3.2 – cadastro de pessoa física - CPF;

3.3.3 – comprovante de residência, com data não superior a 90 (noventa) dias;

3.3.4 – foto 3 x 4 atual do interessado e, eventualmente, dos demais membros da família ou auxiliares que irão se dedicar à prestação de serviços, com data não superior a 30 (trinta) dias;

3.3.5 – carteira de saúde do interessado e, eventualmente, dos demais membros da família ou auxiliares que irão se dedicar à prestação de serviços;

3.3.6 – prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal de Blumenau.

3.4 – Toda a documentação deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada na forma da lei.

3.5 – A Praça do Cidadão receberá e tramitará o processo de inscrição independentemente de prévia análise acerca da apresentação dos documentos de habilitação, ficando o participante ciente de que o cumprimento das obrigações previstas neste edital, quanto aos documentos obrigatórios, é de sua exclusiva responsabilidade e que a ausência ou imprestabilidade de qualquer deles acarretará a sua inabilitação.

3.6 – Em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, a inscrição será anulada ou, se já emitido, cassado o alvará de ambulante, com a adoção das medidas legais pertinentes, inclusive de natureza penal.

3.7 – A inscrição é pessoal e intransferível.

3.8 – O participante poderá apresentar uma única inscrição, sendo-lhe facultado optar por apenas 01 (um) único segmento de comércio deste Edital de Credenciamento.

3.9 – O participante que apresentar mais de uma inscrição, só concorrerá com a última delas, sendo a(s) demais desconsiderada(s) para qualquer fim.

3.10 – O participante que assinalar mais de um segmento de comércio no formulário de inscrição restará inabilitado.

3.11 – O formulário de inscrição deverá descrever, de maneira legível, os dados do participante (pessoa natural), os dados pessoais dos dois membros da família ou auxiliares que poderão exercer a atividade comercial credenciada e a indicação da atividade para qual o participante deseja concorrer.

3.11.1 – O formulário é considerado documento obrigatório e a ausência de qualquer das informações supra descritas culminará na inabilitação do participante.

3.12 – Não será permitida, sob nenhuma circunstância, a juntada de novos documentos de habilitação após o dia 19 de dezembro de 2017.

3.13 – Não haverá prorrogação do prazo de inscrição.

4 – DAS VEDAÇÕES

É vedada a inscrição de participante, familiar ou auxiliar que seja, para a prática dos atos da vida civil, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e/ou legalmente impedido por efeito de condenação penal e/ou por se tratar de estrangeiro irregular no Brasil.

5 – DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

5.1 – A seleção dos participantes dar-se-á através de sorteio público no dia 20 de dezembro de 2017, às 9h, no auditório da

Fundação Municipal de Desportos – FMD, Rua Alberto Stein, 544, Velha, Blumenau/SC, CEP 89036-200.

5.2 – É facultada a presença dos participantes por ocasião do sorteio e análise documental.

5.3 – Todos os inscritos por segmento participarão do sorteio das vagas previstas neste ato convocatório, sendo analisados os documentos de habilitação, na ordem de classificação, após o sorteio.

5.4 – Serão considerados habilitados os participantes que tiverem apresentado toda a documentação obrigatória indicada neste Edital.

5.5 – Se o sorteado colocado em primeiro lugar na classificação do sorteio desatender às exigências habilitatórias, será examinada a documentação subsequente na ordem de classificação do segmento, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor;

5.6 – As vagas remanescentes decorrentes da inabilitação de todos os participantes ou da falta de participantes deverão ser extintas.

6 – DA HOMOLOGAÇÃO

Uma vez elaborada a lista dos participantes habilitados, o resultado será submetido ao Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB para Homologação do Resultado no dia 20 de dezembro de 2017 e subsequente publicação do ato no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Blumenau.

7 – DOS TRIBUTOS

7.1 – O exercício da atividade comercial objeto deste Credenciamento implica na obrigação de pagamento dos tributos municipais previstos na Lei Complementar n. 632, de 30 de março de 2007 (Código Tributário do Município de Blumenau).

7.2 – Somente poderá exercer a atividade objeto deste Credenciamento o participante credenciado que tiver consigo o Alvará de Ambulante concedido pelo Poder Público Municipal, e que tiver recolhido à Secretaria Municipal de Gestão Financeira – SEGEFI a taxa de R\$40,00/dia, limitada a R\$680,00/ano.

7.3 – A taxa municipal deverá ser recolhida pelo credenciado até o dia 21 de dezembro de 2017.

7.4 – Não serão restituídos valores de taxa após a emissão do Alvará de Ambulante, independentemente de ter o credenciado desistido de exercer a atividade para a qual foi autorizado.

8 – DO PERÍODO DA LICENÇA

8.1 – Os alvarás de ambulante emitidos aos participantes credenciados por este Edital vigorarão das 18h do dia 31 de dezembro de 2017 até às 3h do dia 01 de janeiro de 2018.

8.2 – Não haverá prorrogação do prazo de vigência dos alvarás de ambulante.

8.3 – A retirada do Alvará de Ambulante deverá ocorrer até às 17h do dia 22 de dezembro de 2017 na Praça do Cidadão.

8.4 – Os alvarás de ambulante somente serão liberados mediante a comprovação do recolhimento dos tributos municipais.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA O COMÉRCIO

9.1 – O exercício da atividade objeto da autorização deve observar as seguintes regras:

9.1.1 – Deverão existir profissionais em número suficiente para trabalhar na manipulação dos produtos de forma a manter a organização e a higiene do local além da segurança quanto ao produto;

9.1.2 – Todos os manipuladores de alimentos deverão utilizar luvas descartáveis durante o trabalho de atendimento ao público;

9.1.3 – Os manipuladores de alimentos devem estar devidamente paramentados com uniforme de cor de tom claro (calça comprida, camisa com manga, sapato fechado, rede ou touca nos cabelos);

9.1.4 – Os manipuladores de alimentos não poderão usar adornos (brinco, anel, relógio, pulseiras e etc.) e maquiagens (batom, perfumes e outros);

9.1.5 – Somente poderão ser oferecidos produtos que atendam integralmente a legislação sanitária pertinente;

- 9.1.6 – Todos os produtos devem ser expostos em condições que atendam aos requisitos de conservação e higiene;
- 9.1.7 – Toda a manipulação de alimentos deve ser feita dentro das regras de higiene e segurança do alimento;
- 9.1.8 – Deverá ser providenciada estrutura adequada à produção de alimentação para produção e conservação dos alimentos a serem estocados/armazenados, manipulados, produzidos, acondicionados e servidos;
- 9.1.9 – Durante todo o evento deverá ser mantido o mais rigoroso estado de higiene nas instalações, equipamentos, pessoal, utensílios, local de consumação entre outros;
- 9.1.10 – Deverá existir lixeira com tampa com acionamento por pedal para utilização dos manipuladores de alimentos.

10 – DOS RESÍDUOS

- 10.1 – Toda a atividade desenvolvida deverá estar provida de sacos plásticos para o acondicionamento dos resíduos (lixo) produzidos por si e/ou seus consumidores.
- 10.2 – Toda vez que a lixeira estiver cheia, os resíduos deverão ser acondicionados, amarrados e depositados em ponto adequado para a coleta, conforme indicação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.
- 10.3 – O participante credenciado deverá manter, no raio de pelo menos 20 m (vinte metros) a partir do seu ponto, a área limpa e livre de lixo acumulado.

11 – DAS PENALIDADES

- 11.1 – As irregularidades e infrações cometidas pelos participantes credenciados estarão sujeitas às penalidades previstas pela Lei n. 2.047, de 25 de novembro de 1974 (Código de Posturas do Município de Blumenau) e pela Lei Complementar n. 1.084, de 15 de dezembro de 2016 e pela legislação pertinente.
- 11.2 – O não cumprimento das condições e especificações estabelecidos neste Edital de Credenciamento e o não cumprimento da legislação municipal que dispõe sobre a matéria poderão acarretar em advertência formalizada mediante notificação, multa, suspensão da atividade por 7 (sete) dias e/ou cassação da autorização, dependendo da gravidade da infração, além de apreensão das mercadorias, do equipamento, ou de ambos.
- 11.3 – O alvará encontrado em poder de terceiro, por agente fiscal, será imediatamente recolhido, uma vez que o credenciado deve exercer pessoalmente ou através de seus auxiliares a atividade para o qual foi autorizado.
- 11.4 – As infrações dos dispositivos constantes deste edital, cujos valores não estejam expressamente definidos, serão punidas com multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), sem prejuízo das responsabilidades penal e cível cabíveis.
- 11.5 – Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.
- 11.5.1 – Será considerado reincidente todo aquele que violar novamente um mesmo preceito legal em período inferior a 1 (um) ano após a imposição da penalidade.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 – São autoridades para aplicar as infrações sanitárias e de posturas, respectivamente, os servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de fiscal de serviços em saúde e técnico em vigilância sanitária e saúde ambiental e os designados para exercer as atividades de fiscalização elencadas na Tabela de Pontuação que constitui o Anexo I da Lei Complementar n. 770, de 09 de setembro de 2010, e os servidores ocupantes do cargo de fiscal de obras e posturas, respeitando-se as competências de cada fiscalização, além das atribuições inerentes à fiscalização do PROCON.
- 12.2 – Os participantes credenciados deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos órgãos de saúde Federal, Estadual e Municipal, quando aplicáveis.
- 12.3 – A Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em lei ou por conveniência e oportunidade administrativa, sem que por isso caiba aos

participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

- 12.4 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido, na Praça do Cidadão, direcionado à Diretoria de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, de acordo com os prazos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo dever de o proponente comparecer no protocolo para a obtenção da resposta.
- 12.5 – Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3381-7722 ou pelo e-mail eventos@blumenau.sc.gov.br.
- 12.6 – Este Edital de Credenciamento estará à disposição no site <http://www.blumenau.sc.gov.br>, com cópia para consulta na Diretoria de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB (Rua Alberto Stein, 199, Velha) e na Praça do Cidadão (Praça Victor Konder, 02, Centro), a partir da data da publicação.
- 12.7 – Caberá à Diretoria de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB avaliar e deliberar quanto a todos os casos omissos e situações não prevista neste Edital de Credenciamento.

RICARDO STODIECK,
Presidente da Fundação Promotora
de Exposições de Blumenau - PROEB

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

Publicação Nº 1456768

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO, EM PONTO MÓVEL, DE ALGODÃO DOCE, CACHORRO QUENTE E CHURROS E/OU PIPOCA, PARA O EVENTO DE CELEBRAÇÃO DA VIRADA DE ANO, QUE ACONTECERÁ NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017, NA AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

A Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, fundação de direito público municipal regida pela Lei Complementar n. 10, de 21 de dezembro de 1990, inscrita no CNPJ sob o n. 82.665.001/0001-10, com sede na Rua Alberto Stein, 199, Velha, Blumenau/SC, CEP 89036-900, por seu Presidente, Sr. Ricardo Stodieck, torna público que estará credenciando os interessados na exploração da atividade de COMÉRCIO, EM PONTO MÓVEL, DE ALGODÃO DOCE, CACHORRO QUENTE E CHURROS E/OU PIPOCA, para o evento de celebração da virada de ano, que acontecerá no dia 31 de dezembro de 2017, na Avenida Presidente Castelo Branco, conforme Lei Complementar n. 39, de 20 de novembro de 1992, Lei Complementar n. 1.084, de 15 de dezembro de 2016, Decreto n. 11.472, de 26 de setembro de 2017, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e especificações e condições descritas neste Edital. O credenciamento ocorrerá no período de 14 de dezembro a 19 de dezembro de 2017.

1 – DO OBJETO

Credenciamento para a concessão de autorização especial para a exploração da atividade de COMÉRCIO, EM PONTO MÓVEL, DE ALGODÃO DOCE, CACHORRO QUENTE E CHURROS E/OU PIPOCA, para o evento de celebração da virada de ano, que acontecerá no dia 31 de dezembro de 2017, na Avenida Presidente Castelo Branco.

2 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 – Poderão participar deste Credenciamento pessoas naturais maiores de 18 (dezoito) anos residentes no Município de Blumenau.

2.2 – O participante credenciado deverá atuar única e exclusivamente no ponto autorizado promovendo o comércio de:

2.2.1 – algodão doce;

2.2.2 – cachorro quente;

2.2.3 – churros e/ou pipoca.

2.3 – O participante deverá optar, no ato da inscrição (Anexo I), pelo segmento, dentre os descritos nos subitens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, que pretende atuar.

2.4 – O mapa com a identificação dos pontos encontra-se especificado no Anexo II deste Edital.

2.5 – O alvará de ambulante concedido ao participante credenciado é PESSOAL e INTRANSFERÍVEL, sendo vedados a compra e venda, a cessão ou a locação do ponto, sob pena de cassação.

2.6 – O participante deverá informar, no ato da inscrição, o nome de até 02 (dois) familiares ou auxiliares, que poderão exercer a atividade comercial junto ao titular (pessoa natural credenciada).

2.7 – O alvará de ambulante concedido ao participante credenciado irá indicar as 03 (três) pessoas (participante credenciado e os dois familiares ou auxiliares indicados no formulário de inscrição), que deverão estar presentes no ponto, conjunta ou individualmente, durante todo o período de vigência, sob pena de cassação da autorização.

2.8 – O participante credenciado e, eventualmente, os familiares ou auxiliares indicados na ficha de inscrição, estão obrigados a portar, durante o exercício da atividade, documento de identificação com foto.

2.9 – É vedada a substituição da pessoa natural credenciada ou de qualquer dos familiares ou auxiliares cadastrados no ato da inscrição.

2.10 – Todo participante está sujeito às condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 – DA INSCRIÇÃO

3.1 – O interessado em participar deste Credenciamento deverá inscrever-se junto à Praça do Cidadão, na Praça Victor Konder, 02, Centro, Blumenau/SC, CEP 89010-904, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, durante o período compreendido entre 14 de dezembro a 19 de dezembro de 2017.

3.2 – O participante deverá, no ato da inscrição, preencher o formulário de inscrição constante no Anexo I deste Edital e anexar, ainda que apresentem alguma restrição, os seguintes documentos, sob pena de ser inabilitado:

3.3.1 – documento oficial de identificação com foto;

3.3.2 – cadastro de pessoa física - CPF;

3.3.3 – comprovante de residência, com data não superior a 90 (noventa) dias;

3.3.4 – foto 3 x 4 atual do interessado e, eventualmente, dos demais membros da família ou auxiliares que irão se dedicar à prestação de serviços, com data não superior a 30 (trinta) dias;

3.3.5 – carteira de saúde do interessado e, eventualmente, dos demais membros da família ou auxiliares que irão se dedicar à prestação de serviços;

3.3.6 – prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal de Blumenau.

3.4 – Toda a documentação deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada na forma da lei.

3.5 – A Praça do Cidadão receberá e tramitará o processo de inscrição independentemente de prévia análise acerca da apresentação dos documentos de habilitação, ficando o participante ciente de que o cumprimento das obrigações previstas neste edital, quanto aos documentos obrigatórios, é de sua exclusiva responsabilidade e que a ausência ou imprestabilidade de qualquer deles acarretará a sua inabilitação.

3.6 – Em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, a inscrição será anulada ou, se já emitido, cassado o alvará de ambulante, com a adoção das medidas legais pertinentes, inclusive de natureza penal.

3.7 – A inscrição é pessoal e intransferível.

3.8 – O participante poderá apresentar uma única inscrição,

sendo-lhe facultado optar por apenas 01 (um) único segmento de comércio deste Edital de Credenciamento.

3.9 – O participante que apresentar mais de uma inscrição, só concorrerá com a última delas, sendo a(s) demais desconsiderada(s) para qualquer fim.

3.10 – O participante que assinalar mais de um segmento de comércio no formulário de inscrição restará inabilitado.

3.11 – O formulário de inscrição deverá descrever, de maneira legível, os dados do participante (pessoa natural), os dados pessoais dos dois membros da família ou auxiliares que poderão exercer a atividade comercial credenciada e a indicação da atividade para qual o participante deseja concorrer.

3.11.1 – O formulário é considerado documento obrigatório e a ausência de qualquer das informações supra descritas culminará na inabilitação do participante.

3.12 – Não será permitida, sob nenhuma circunstância, a juntada de novos documentos de habilitação após o dia 19 de dezembro de 2017.

3.13 – Não haverá prorrogação do prazo de inscrição.

4 – DAS VEDAÇÕES

É vedada a inscrição de participante, familiar ou auxiliar que seja, para a prática dos atos da vida civil, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e/ou legalmente impedido por efeito de condenação penal e/ou por se tratar de estrangeiro irregular no Brasil.

5 – DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

5.1 – A seleção dos participantes dar-se-á através de sorteio público no dia 20 de dezembro de 2017, às 9h, no auditório da Fundação Municipal de Desportos – FMD, Rua Alberto Stein, 544, Velha, Blumenau/SC, CEP 89036-200.

5.2 – É facultada a presença dos participantes por ocasião do sorteio e análise documental.

5.3 – Todos os inscritos por segmento participarão do sorteio das vagas previstas neste ato convocatório, sendo analisados os documentos de habilitação, na ordem de classificação, após o sorteio.

5.4 – Serão considerados habilitados os participantes que tiverem apresentado toda a documentação obrigatória indicada neste Edital.

5.5 – Se o sorteado colocado em primeiro lugar na classificação do sorteio desatender às exigências habilitatórias, será examinada a documentação subsequente na ordem de classificação do segmento, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor;

5.6 – As vagas remanescentes decorrentes da inabilitação de todos os participantes ou da falta de participantes deverão ser extintas.

6 – DA HOMOLOGAÇÃO

Uma vez elaborada a lista dos participantes habilitados, o resultado será submetido ao Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB para Homologação do Resultado no dia 20 de dezembro de 2017 e subsequente publicação do ato no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Blumenau.

7 – DOS TRIBUTOS

7.1 – O exercício da atividade comercial objeto deste Credenciamento implica na obrigação de pagamento dos tributos municipais previstos na Lei Complementar n. 632, de 30 de março de 2007 (Código Tributário do Município de Blumenau).

7.2 – Somente poderá exercer a atividade objeto deste Credenciamento o participante credenciado que tiver consigo o Alvará de Ambulante concedido pelo Poder Público Municipal, e que tiver recolhido à Secretaria Municipal de Gestão Financeira – SEGEFI a taxa de R\$40,00/dia, limitada a R\$680,00/ano.

7.3 – A taxa municipal deverá ser recolhida pelo credenciado até o dia 21 de dezembro de 2017.

7.4 – Não serão restituídos valores de taxa após a emissão do Alvará de Ambulante, independentemente de ter o credenciado

desistido de exercer a atividade para a qual foi autorizado.

8 – DO PERÍODO DA LICENÇA

8.1 – Os alvarás de ambulante emitidos aos participantes credenciados por este Edital vigorarão das 18h do dia 31 de dezembro de 2017 até às 3h do dia 01 de janeiro de 2018.

8.2 – Não haverá prorrogação do prazo de vigência dos alvarás de ambulante.

8.3 – A retirada do Alvará de Ambulante deverá ocorrer até às 17h do dia 22 de dezembro de 2017 na Praça do Cidadão.

8.4 – Os alvarás de ambulante somente serão liberados mediante a comprovação do recolhimento dos tributos municipais.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA O COMÉRCIO

9.1 – O exercício da atividade objeto da autorização deve observar as seguintes regras:

9.1.1 – Deverão existir profissionais em número suficiente para trabalhar na manipulação dos produtos de forma a manter a organização e a higiene do local além da segurança quanto ao produto;

9.1.2 – Todos os manipuladores de alimentos deverão utilizar luvas descartáveis durante o trabalho de atendimento ao público;

9.1.3 – Os manipuladores de alimentos devem estar devidamente paramentados com uniforme de cor de tom claro (calça comprida, camisa com manga, sapato fechado, rede ou touca nos cabelos);

9.1.4 – Os manipuladores de alimentos não poderão usar adornos (brinco, anel, relógio, pulseiras e etc.) e maquiagens (batom, perfumes e outros);

9.1.5 – Somente poderão ser oferecidos produtos que atendam integralmente a legislação sanitária pertinente;

9.1.6 – Todos os produtos devem ser expostos em condições que atendam aos requisitos de conservação e higiene;

9.1.7 – Toda a manipulação de alimentos deve ser feita dentro das regras de higiene e segurança do alimento;

9.1.8 – Deverá ser providenciada estrutura adequada à produção de alimentação para produção e conservação dos alimentos a serem estocados/armazenados, manipulados, produzidos, acondicionados e servidos;

9.1.9 – Durante todo o evento deverá ser mantido o mais rigoroso estado de higiene nas instalações, equipamentos, pessoal, utensílios, local de consumação entre outros;

9.1.10 – Deverá existir lixeira com tampa com acionamento por pedal para utilização dos manipuladores de alimentos.

10 – DOS RESÍDUOS

10.1 – Toda a atividade desenvolvida deverá estar provida de sacos plásticos para o acondicionamento dos resíduos (lixo) produzidos por si e/ou seus consumidores.

10.2 – Toda vez que a lixeira estiver cheia, os resíduos deverão ser acondicionados, amarrados e depositados em ponto adequado para a coleta, conforme indicação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

10.3 – O participante credenciado deverá manter, no raio de pelo menos 20 m (vinte metros) a partir do seu ponto, a área limpa e livre de lixo acumulado.

11 – DAS PENALIDADES

11.1 – As irregularidades e infrações cometidas pelos participantes credenciados estarão sujeitas às penalidades previstas pela Lei n. 2.047, de 25 de novembro de 1974 (Código de Posturas do Município de Blumenau) e pela Lei Complementar n. 1.084, de 15 de dezembro de 2016 e pela legislação pertinente.

11.2 – O não cumprimento das condições e especificações estabelecidos neste Edital de Credenciamento e o não cumprimento da legislação municipal que dispõe sobre a matéria poderão acarretar em advertência formalizada mediante notificação, multa, suspensão da atividade por 7 (sete) dias e/ou cassação da autorização, dependendo da gravidade da infração, além de apreensão das mercadorias, do equipamento, ou de ambos.

11.3 – O alvará encontrado em poder de terceiro, por agente fiscal,

será imediatamente recolhido, uma vez que o credenciado deve exercer pessoalmente ou através de seus auxiliares a atividade para o qual foi autorizado.

11.4 – As infrações dos dispositivos constantes deste edital, cujos valores não estejam expressamente definidos, serão punidas com multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), sem prejuízo das responsabilidades penal e cível cabíveis.

11.5 – Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

11.5.1 – Será considerado reincidente todo aquele que violar novamente um mesmo preceito legal em período inferior a 1 (um) ano após a imposição da penalidade.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – São autoridades para aplicar as infrações sanitárias e de posturas, respectivamente, os servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de fiscal de serviços em saúde e técnico em vigilância sanitária e saúde ambiental e os designados para exercer as atividades de fiscalização elencadas na Tabela de Pontuação que constitui o Anexo I da Lei Complementar n. 770, de 09 de setembro de 2010, e os servidores ocupantes do cargo de fiscal de obras e posturas, respeitando-se as competências de cada fiscalização, além das atribuições inerentes à fiscalização do PROCON.

12.2 – Os participantes credenciados deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos órgãos de saúde Federal, Estadual e Municipal, quando aplicáveis.

12.3 – A Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em lei ou por conveniência e oportunidade administrativa, sem que por isso caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.4 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido, na Praça do Cidadão, direcionado à Diretoria de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, de acordo com os prazos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo dever de o proponente comparecer no protocolo para a obtenção da resposta.

12.5 – Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3381-7722 ou pelo e-mail eventos@blumenau.sc.gov.br.

12.6 – Este Edital de Credenciamento estará à disposição no site <http://www.blumenau.sc.gov.br>, com cópia para consulta na Diretoria de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB (Rua Alberto Stein, 199, Velha) e na Praça do Cidadão (Praça Victor Konder, 02, Centro), a partir da data da publicação.

12.7 – Caberá à Diretoria de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB avaliar e deliberar quanto a todos os casos omissos e situações não prevista neste Edital de Credenciamento.

RICARDO STODIECK,
Presidente da Fundação Promotora
de Exposições de Blumenau - PROEB

CÂMARA MUNICIPAL**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1457018

Reunião Extraordinária do dia 05 de dezembro de 2017.
Terça-Feira - 18:30 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Ailton de Souza - Ito	Alexandre Matias
Alexandre Pereira Caminha	Bruno Cunha
Gilson de Souza	Jens Juergen Mantau
Jovino Cardoso Neto	Lenilso Luis da Silva
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.106 (Destino: publique-se, ficando promulgado o Decreto Legislativo nº 963); e dos Projetos de Lei nºs 7.525, 7.552, 7.554, 7.557, 7.568, 7.569 e 7.573. Destino: à sanção do Executivo.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457019

Reunião Extraordinária do dia 07 de dezembro de 2017.
Quinta-Feira - 18:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em 1ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02; 04 a 10; e 12 a 16 ao Projeto de Lei nº 7.489. Destino: ao 2º turno de discussão e votação.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457020

Reunião Ordinária do dia 05 de dezembro de 2017.
Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Ailton de Souza - Ito	Alexandre Matias
Alexandre Pereira Caminha	Bruno Cunha

Gilson de Souza	Jens Juergen Mantau
Jovino Cardoso Neto	Lenilso Luis da Silva
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.479. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.106; e os Projetos de Lei nºs 7.525, 7.552, 7.554, 7.557, 7.568, 7.569 e 7.573. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1.015 e 1.017 (Destino: publique-se., ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 961 e 962, respectivamente) e os Projetos de Lei nºs 7.549 e 7.565. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.568. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1650, 1658 e 1660/2017; e das Moções nºs 163, 165, 166, 167 e 169/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2907, 2908, 2909 e 2910. Destino: comunique-se e publique-se.

Determinado trâmite urgentíssimo aos Projetos de Lei nºs 7.568, 7.569 e 7.573.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei Complementar nº 1.752 e o Projeto de Lei nº 7.560.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.575, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 1º DA LEI Nº 8.416, DE 03 DE MAIO DE 2017".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.576, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CARONA TEATRO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS".

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457021

Reunião Ordinária do dia 07 de dezembro de 2017.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto

Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1665, 1666, 1667 e 1668/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.562. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.753 e os Projetos de Lei nºs 7.498, 7.562, 7.564, 7.567, 7.575

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.470. Destino: ao arquivo.

Retiradas a Emenda nºs 3 e 11 ao Projeto de Lei nº 7.489. Destino: ao arquivo.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.524.

Entrada do Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.742, que "ACRESCENTA SEÇÃO XXI COM ARTIGOS 63-A, 63-B, 63-C, 63-D E 63-E AO CAPÍTULO VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.030, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, PARA REGULAR A UTILIZAÇÃO DE "TELHADO VERDE" NAS EDIFICAÇÕES".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.578, que "DENOMINA DE RUA ALFONSO NICOLÃO BORNHOFEN, RUA BERTHA BORNHOFEN E RUA MARIA HUBERTINA BORNHOFEN, VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO PASSO MANSO".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.579, que "DENOMINA DE RUA KAMP-BORNHOFEN E RUA NILSON DUBINSKI, VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO PASSO MANSO".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.580, que "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA FAMÍLIA, EM BLUMENAU".

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5007/2017

Publicação Nº 1456672

DECRETO Nº 5107/17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.029/16 de 11.11.2016 (LDO), 1.033/16 de 16.11.2016 (LOA) e Lei Municipal nº 1085/17 de 12.12.2017.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, e, no valor de R\$ 240.030,00 (Duzentos e quarenta mil e trinta reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (35).

Valor R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (38).

Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (66).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (519).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (552).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1023).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100301.045 - Construção e Melhoria de Praças e Jardins.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1086).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1137).

Valor R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1164).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200442.032 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1178).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100431.025 – Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1118).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060200382.037 – Manutenção da Inseminação Artificial.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1238).

Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 – Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1264).

Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600371.035 – Distribuição de Sementes, Mudas, Adubo e Calcário.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1308).

Valor R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1970).
Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 03.00 – Recursos Ordinários Superavit de Exercício Anterior.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600361.033 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1971).
Valor R\$ 43.530,00 (Quarenta e três mil, quinhentos e trinta reais).
Fonte de Recursos: 03.00 – Recursos Ordinários Superavit de Exercício Anterior.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.
Proj/Ativ.: 126500132.014 - Manutenção das Atividades do Pré-Escolar.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (271).
Valor R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos – Educação.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (384).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (392).
Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos – Educação.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (605).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.051 - Manutenção das Atividades do Programa PSF.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (746).
Valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.047 - Manutenção dos Profissionais do Magistérios.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (452).
Valor R\$ 17.000,00 (Dezesseis mil reais).
Fonte de Recursos: 01.18 – Transferências FUNDEB 60%.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos

abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 240.030,00 (Duzentos e quarenta mil e trinta reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (60).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto de Finanças, Tributação e Contabilidade.
Proj/Ativ.: 04129000102.011 – Manutenção das Atividades de Tributação e Fiscalização.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (234).
Valor R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto de Finanças, Tributação e Contabilidade.
Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção das Atividades de Planejamento e Orçamentos.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (252).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1230600152.016 - Manutenção da Merenda Escolar.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (323).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (515).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (548).
Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.
Proj/Ativ.: 13339200172.040 - Manutenção da Biblioteca Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (572).
Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (575).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (591).
Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência

Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 - Manutenção das Atividades do Programa Cras.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (963).

Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (971).

Valor R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (1259).

Valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331.031 - Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1799).

Valor R\$ 8.530,00 (Oito mil, quinhentos e trinta reais).

Elemento: 3393 - Aplicações Diretas (1879).

Valor R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Fonte de Recursos: 03.00 - Recursos Ordinários Superavit de Exercício Anterior.

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100451.004 - Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escola Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (456).

Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (467).

Valor R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita e Transferências de Impostos - Educação.

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 4030100231.016 - Contribuição para o Cis Amerios.

Elemento: 3171 - Aplicações Diretas (595).

Valor R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Elemento: 3371 - Aplicações Diretas (599).

Valor R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (650).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (732).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030400232.044 - Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (776).

Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos

Saúde.

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino básico do Município.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (388).

Valor R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.19 - Transferências FUNDEB 40%.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO

Prefeito Municipal em exercício

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 2875/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017

Publicação Nº 1456760

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2875/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2017

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 27 de Dezembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de Empresa para prestar Serviços de Assessoria e Consultoria em Saúde Pública junto a Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus do Oeste, no período de janeiro a dezembro de 2018.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 12 de Dezembro de 2017.

Antonio Nascimento

Prefeito Municipal em Exercício

LEI MUNICIPAL Nº 1083/2017

Publicação Nº 1455888

LEI MUNICIPAL Nº 1083/2017, DE 12 DE DEZEMBRO 2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE -SC, O QUAL CODIFICA E ALTERA NORMAS REFERENTES AO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM INCENTIVOS ESTRUTURAIS PARA EMPRESAS QUE ESTABELEÇAM OU AMPLIEM SUAS ATIVIDADES,

NOS SETORES INDUSTRIAL E PRESTADOR DE SERVIÇOS, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º. Esta Lei cria o "PROGRAMA DESENVOLVE BOM JESUS DO OESTE", objetivando Fomentar a Geração de Emprego, Renda e Desenvolvimento Econômico do Município de Bom Jesus do Oeste" criando normas referentes ao Plano Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico com incentivos estruturais para empresas que estabeleçam ou ampliem suas atividades, nos setores industrial, comercial e prestador de serviços, no município de Bom Jesus do Oeste, constitui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

Art. 2º. O Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, concederá incentivos estruturais e materiais às empresas do ramo industrial, agroindústrias, comerciais, cooperativas e prestadores de serviços que estabeleçam suas atividades no Município, bem como empresas já existentes que ampliem sua capacidade de produção e o mercado de trabalho com a geração de novos empregos, bem como do movimento econômico e faturamento.

Art. 3º. Esta Lei objetiva a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, observando os ditames da Justiça Social.

§ 1º. O Município, no que couber, incentivará a livre concorrência, o cooperativismo, o associativismo, o turismo, a agroindústria, com tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte.

§ 2º. A defesa, a preservação e a recuperação do meio ambiente são condições indispensáveis a qualquer atividade econômica no município.

Art. 4º. O Programa de Geração de Emprego, Renda e Desenvolvimento Econômico do Município de Bom Jesus do Oeste- SC, mediante a concessão de incentivos econômicos e estímulos materiais, abrangerá especialmente as atividades econômicas que gerarem novas oportunidades de trabalho (empregos) e expansão de suas atividades em:

- I. Empreendimentos Industriais;
- II. Empreendimentos Agroindustriais;
- III. Empreendimentos Comerciais e Prestadores de Serviços;
- IV. Cooperativas e Associativistas.

Parágrafo Único. Os incentivos a serem concedidos aos empreendimentos mencionados nos incisos III e IV deverão ser direcionados a empresas que atuam no ramo atacadista.

Art. 5º. A concessão dos incentivos criados nesta Lei, observarão o disposto nesta Lei e na Lei Federal 8.666/93 e demais regulamentação municipal.

CAPÍTULO II

Dos Incentivos

Art. 6º. Para efeitos de concessão de incentivos econômicos e estímulos materiais, poderão ser analisados processos relativos à solicitação de pessoas jurídicas constituídas e que desenvolvam ou manifestem interesse em desenvolver qualquer atividade econômica

com ou sem fins lucrativos, instaladas ou que venham se instalar sua sede ou filial no município de Bom Jesus do Oeste – SC.

Art. 7º. Fica autorizado o Município de Bom Jesus do Oeste a conceder, isolado ou cumulativamente, os seguintes estímulos materiais:

I - Concessão de uso de área de terra, com ou sem benfeitoria, na região compreendida como área industrial do Município pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por mais 03 (três) anos, sendo que as condições serão estabelecidas em regular processo licitatório aberto para esta finalidade;

II – Concessão ou permissão de uso de bens imóveis pertencentes ao município, não utilizados pela administração, ou para este fim adquiridos pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por mais 03 (três) anos, sendo que as condições serão estabelecidas em regular processo licitatório aberto para esta finalidade;

III - Concessão ou permissão de uso de bens móveis (máquinas/equipamentos) pertencentes ao município, não utilizados pela administração, ou para este fim adquiridos, após parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico pelo prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) meses, sendo que as condições serão estabelecidas em regular processo licitatório aberto para esta finalidade.

IV - Pagamento de aluguel pelo período de 12 meses prorrogável por igual período, quando o município não dispuser de imóvel próprio, desde que haja parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, sendo que as condições serão estabelecidas em regular processo licitatório aberto para esta finalidade.

§ 1º. As concessões dos incentivos fiscais e econômicos constantes desta Lei somente serão permitidas se os requisitos previstos no inciso V do § 2º do art. 4º, inciso II do art. 5º e do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, forem plenamente observados.

§ 2º. A empresa cessionária suportará às suas custas todas as despesas de consumo com energia elétrica, água, telefone, demais taxas, especialmente a conservação e manutenção do imóvel, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis (máquinas/equipamentos), devendo serem todos conservados e mantidos em perfeito estado de uso.

§ 3º. Os bens cedidos nos incisos I, II e III, ao término dos prazos estabelecidos, poderão ser transferidos ao beneficiário mediante o justo pagamento do valor de mercado dos referidos bens, deduzidos os valores das benfeitorias realizadas por expressa autorização do Poder Público Municipal, observado o cumprimento dos encargos previstos em contrato.

§ 4º. As benfeitorias porventura realizadas pelos beneficiários com a expressa autorização do Poder Executivo Municipal poderão ser indenizadas pelo município, limitado ao valor máximo de até 5.000 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), podendo ser pago em até 04 (quatro) parcelas, sendo que, para fins de limite máximo, o valor poderá ser atualizado mensalmente pelo IGP-M.

§ 5º. O valor das indenizações previstas nos §§ 3º e 4º, terá por base o preço de mercado, fixados a partir de avaliação efetuada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, sendo que o valor da indenização definido no parágrafo anterior fica limitado ao valor previsto no mesmo.

§ 6º. Para exercer a "OPÇÃO DE COMPRA" o cessionário deverá manifestar sua intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias que antecedem o encerramento do contrato de cessão/permissão.

§ 7º. O Cessionário que exercer a "OPÇÃO DE COMPRA" ao término do prazo da concessão sem requerer a prorrogação poderá

parcelar o valor do bem objeto da concessão em até 96 (noventa e seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo que o saldo devedor deverá ser atualizado mensalmente pelo IGP-M.

§ 8º. O Cessionário que exercer a "OPÇÃO DE COMPRA" ao término do prazo da prorrogação da concessão, poderá parcelar o valor da aquisição em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, sendo que o saldo devedor deverá ser atualizado mensalmente pelo IGP-M.

§ 9º. A transferência definitiva da propriedade somente será realizada quando do pagamento integral do valor da avaliação e seus encargos previstos nos §§ 5º e 7º.

§ 10. Em caso de inadimplência de até 03 (três) parcelas o cessionário perderá o direito da cessão bem como da "OPÇÃO DE COMPRA", devendo restituir o bem ao Município em "Bom" estado de uso e conservação, perdendo qualquer direito sobre este, sendo que os valores pagos reverterem-se em definitivo ao Município a título de ALUGUÉL.

§ 11. Nos casos em que o beneficiário tiver realizado benfeitorias em valores superiores ao previsto no § 4º, mesmo com expressa autorização do Poder Público Municipal, deverá exercer a "OPÇÃO DE COMPRA", sob pena de perda do direito ao ressarcimento dos valores investidos.

Art. 8º. Os incentivos serão concedidos, observando o parecer da comissão especial designada, em etapas, cujos critérios serão estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 9º. Como forma de incentivo o município poderá adquirir ou receber em doação áreas de terras para a implantação na forma da presente Lei.

Parágrafo Único. Na escolha da área de terra será considerada;

- I – Localização adequada às normas do Plano Diretor;
- II – Avaliação do impacto ambiental pelo órgão próprio;
- III – Compatibilidade dos empreendimentos industriais com os interesses do Município.

CAPITULO III

Do Processo de Concessão de Incentivos

Art. 10. A concessão dos incentivos, acima especificados, se dará mediante edital de chamamento de interessados, através do competente processo licitatório, na modalidade de concorrência pública, para se apurar a melhor proposta, condicionada a prévio parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo Único – O Edital de Licitação de que trata o caput deste artigo deverá ser elaborado com a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, obedecidas as normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº 8.429/92, na Lei Federal nº 101/2000 e na presente Lei.

Art. 11. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será composto por 05 (cinco) membros, representando os diversos segmentos da sociedade, nomeado por decreto do Executivo Municipal, que terá por finalidade acompanhar o processo licitatório e dar parecer prévio da viabilidade e do enquadramento do beneficiário, na presente Lei.

Parágrafo Único. A composição do Conselho se dará com representantes das seguintes entidades:

- a) Um representante do Comércio – CDL;
- b) Um representante da Indústria – CDL;
- c) Um representante da Câmara de Vereadores;
- d) Dois representantes do Executivo Municipal;

Art. 12. O Poder Executivo de posse do parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e observada a capacidade orçamentária, homologará o parecer para efeitos legais.

Art. 13. A cedência do bem público municipal se efetivará com a assinatura do instrumento de comodato/cessão/permissão, onde deverão constar os encargos fixados na presente Lei e os estabelecidos no processo licitatório; bem como, o prazo e seu cumprimento e a cláusula de rescisão.

§ 1º. Para efeitos desta Lei serão considerados como encargos:

- I – A utilização do imóvel recebido de acordo com projeto apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- II – O início das atividades da empresa, no prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato de comodato;
- III – Apresentar índice positivo no movimento econômico da empresa, durante o período do comodato;
- IV – Apresentação de relatórios, trimestralmente, sobre o nível de emprego e movimento econômico.
- V – Não dar destinação diversa ao fim a que se destina o móvel/máquina, e/ou imóvel, com ou sem benfeitoria ao constante no contrato de comodato/cessão/permissão.

§ 2º. A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental e de incumbência do beneficiário.

Art. 14. Para que as empresas industriais possam fazer jus aos incentivos da presente Lei, adequando-se aos seus critérios, deverão obedecer às seguintes condições.

- I - Apresentar requerimento destinado ao Prefeito Municipal, solicitando o enquadramento na presente Lei, e por conseguinte os incentivos dela advindos;
- II – Memorial descritivo onde deverá constar:
 - a) Descrição justificada dos estímulos descritos no art. 7º que requer na forma de incentivo ao fomento de seu empreendimento;
 - b) Quantidade de empregos a serem criados pela empresa, já no início da atividade industrial;
 - c) Atividade industrial a ser desenvolvida;
 - d) Matéria-prima utilizada e sua origem;
 - e) Início das atividades;
 - f) Quantidade de metros quadrados de área a ser construída, respeitado o limite mínimo de área a ser construída;
 - g) Cópia do contrato social ou declaração da firma individual devidamente registrada na junta Comercial do Estado;
 - h) Cópia da ata de instituição, em se tratando de sociedade comunitária;
 - i) Declaração do faturamento anual estimado da empresa; e
 - j) Apresentação de Certidão Negativa de débito relativa à fazenda nacional, estadual e municipal referente à empresa, bem como dos seus respectivos sócios;
 - k) Observações gerais que a empresa julgar necessário, notadamente quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais.

Parágrafo único. O requerimento só será analisado mediante à apresentação de todos os documentos que julgar necessários anteriormente exigidos.

Art. 15. O Executivo Municipal, diretamente, ou através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, poderá solicitar outras informações que julgar necessárias para instrução do processo e posterior emissão de parecer.

Art. 16. Para efeito de avaliação dos requerimentos enquadráveis na presente Lei, serão considerados como critério de classificação na seguinte ordem:

- I – Número de empregos novos a serem gerados de forma direta;
- II – Utilização de matéria-prima local;

III – Empresa com ramo de atividade pioneira no Município;

Art. 17. Toda empresa que receber concessão de área de terra obedecerá aos padrões de construção física de barracões aprovados pelo Órgão Oficial de Fiscalização (Crea), aplicando-se no que couber o Plano Diretor, e a Lei de uso e ocupações do solo, que devem ter obrigatoriamente estrutura em pré-moldados ou estrutura metálica e paredes em alvenaria, vedando-se qualquer construção em madeira.

Art. 18. Caberá ao Município e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico designada a fiscalização do cumprimento dos propósitos e fins manifestados na solicitação e contidos no projeto, visando a observância da presente Lei.

Art. 19. O recebimento de qualquer incentivo desta Lei não vincula o Município de Bom Jesus do Oeste – SC a qualquer responsabilidade civil, trabalhista e ou penal, sendo estas de inteira e exclusiva responsabilidade do cessionário.

Art. 20. No julgamento das propostas, para selecionar o melhor proponente, serão observados os seguintes critérios, com a respectiva pontuação:

I – A proposta que apresentar valor adicionado (entende-se como sendo o valor das saídas de mercadorias ou produtos menos o valor das entradas de mercadorias ou produtos), e que deverá ser comprovada semestralmente pelo relatório de faturamento da empresa e anualmente através da DIME Anual/DASN entregue pela empresa aos Órgãos Fiscalizadores, o que corresponderá a no máximo 40% (quarenta por cento) do somatório dos pontos para fins de classificação da proposta vencedora.

II – A proposta que apresentar maior geração de empregos diretos corresponderá a no máximo 40% (quarenta por cento) do somatório dos pontos para fins de classificação da proposta vencedora.

III – Outros critérios, se houverem, a serem estipulados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, de acordo com a natureza do incentivo, corresponderão a no máximo 20% (vinte por cento) do somatório dos pontos para fins de classificação da proposta vencedora.

Art. 21. O julgamento das propostas será realizado pela Comissão Municipal de Licitações, em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, observados os critérios estabelecidos no Edital, atribuindo-se competência para a verificação da veracidade das informações apresentadas pelo proponente.

CAPÍTULO IV

Das Proibições e Reversões

Art. 22. As empresas beneficiadas com os incentivos da presente Lei ficam expressamente vedado:

I – Dar finalidade ou utilização diversa da prevista no Projeto do Empreendimento enquadrado nos benefícios da presente Lei na vigência do prazo fixado no contrato;

II – Aliar os bens imóveis e móveis objeto de cessão/permissão/concessão pelo Poder Público Municipal durante a vigência do contrato de concessão;

III – Oferecer o imóvel em garantia real;

IV – Ceder a terceiros, permutar total ou parcialmente.

V – Realizar ampliações e/ou adequações sem a concordância expressa do Poder Público Municipal, sob pena de reversão do bem, além de não gerar direito a indenização futura.

VI – Em caso de cessão de imóvel com ou sem benfeitoria fica expressamente proibida a destinação residencial do mesmo durante a vigência do contrato, sob pena de reversão do bem, além de não gerar direito a indenização futura.

Parágrafo Único. O desrespeito ao estabelecido no presente artigo, sujeitará as penalidades estabelecidas no contrato.

Art. 23. Reverterão ao Município de Bom Jesus do Oeste, os imóveis e incentivos materiais concedidos a estímulo econômico, quando:

I – Não utilizados em suas finalidades (desvio de finalidade) constantes do Projeto do Empreendimento e do Contrato;

II – Não cumprido os prazos estipulados;

III – Paralisação das atividades por período superior a 03 (três) meses;

IV – Falência e ou extinção da empresa;

V – Transferência do estabelecimento para outro Município;

VI – Má fé na utilização dos incentivos previstos nesta Lei.

Art. 24. A empresa enquadrada em qualquer dos incisos previstos no artigo anterior, deverá desocupar o imóvel, num prazo máximo de 02 (dois) meses, sem o direito à indenização deixando a área como estava na ocasião do recebimento sob pena de retenção as benfeitorias, resguardando ainda o direito do Município de perdas e danos na forma do ordenamento jurídico vigente.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 02 (dois) meses sem que o interessado retire as benfeitorias voluptuárias, necessárias ou úteis que tenha edificado, estas passam a integrar o imóvel para efeitos legais, sem direito de retenção, indenização sob qualquer forma, revertendo-se como patrimônio do Município, inclusive perante o registro imobiliário.

Art. 25. A retomada, por descumprimento desta Lei, se fará independente de notificação judicial e/ou extrajudicial.

Art. 26. As empresas e seus sócios, quando integrantes de outra pessoa jurídica que não cumprir as exigências desta Lei, ficam impedidos de se habilitarem a novos incentivos pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 27. As empresas beneficiadas serão responsáveis perante os órgãos, Municipais, Estaduais e Federais, por obrigações decorrentes de sua atividade industrial, destinação de lixo e resíduos originados da produção e demais instituições legais.

Art. 28. É vedado a construção de moradia na área de terras concedida, por trata-se de área industrial, salvo o abrigo do vigia da empresa.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 29. Fica constituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, composto pelos seguintes cargos, que serão nomeados por Decreto do Poder Executivo Municipal, dentre representantes de entidades constituídas do Município:

- Presidente;

- Vice-Presidente;

- Secretário;

- Membro;

- Membro.

Parágrafo Único – O mandato de membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o cargo.

Art. 30. O Conselho terá por finalidade divulgar, integrar e congregar esforços do Poder Público e da iniciativa privada ligados ao fortalecimento, expansão e modernização do setor industrial e prestador de serviços e, consequentemente, gerar empregos e incrementar as receitas do Município.

Art. 31. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, em caráter consultivo, deliberativo e de aconselhamento:

I – Estudar, debater e propor ações e diretrizes que visem o desenvolvimento industrial no Município de Bom Jesus do Oeste - SC;

II – Fornecer e divulgar, para as empresas que queiram instalar-se no Município ou ampliar e modernizar suas atividades, subsídios específicos, tais como:

- a) Mão-de-obra disponível no Município;
- b) Aspectos sociais, culturais, geográficos e econômicos do Município de Bom Jesus do Oeste - SC;
- c) Incentivos estruturais oferecidos pelo Município;

III – Oferecer diagnóstico e propor medidas que visem a melhoria das empresas locais;

IV – Apreçar, os pedidos dos benefícios instituídos nesta Lei, oferecendo ao Executivo, na forma do artigo 32 desta lei, as deliberações;

V – Fiscalizar as infrações cometidas, a qualquer tempo, ao que dispõe a presente Lei, realizando as diligências necessárias em conjunto com os demais órgãos Municipais, levando a apuração dos fatos ao Chefe do Poder Executivo.

VI – Atribuir valores econômicos a bens e projetos, quando omissos ou necessários, através de avaliações, para efeitos das concessões desta Lei.

VII – Julgar, em conjunto com a Comissão de Licitações do Município, a habilitação e propostas nas licitações de que trata a presente Lei.

Art. 32. As deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, serão tomadas em reunião ordinária ou extraordinária, com aprovação da maioria simples dos membros presentes, por votos consignados em ata na seguinte forma:

I – PARECER, quando tratar-se de consulta do Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – INFORMAÇÃO, quando tratar-se de deliberações que visem esclarecer indagações sobre assunto da área empresarial;

III – RECOMENDAÇÕES, quando tratar-se de opiniões e projetos, programas ou eventos da área empresarial;

IV – JULGAMENTO, quando tratar-se de licitações.

Art. 33. As reuniões ordinárias, serão em número de 01 (uma) por trimestre e as extraordinárias convocadas a qualquer tempo pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

§ 1º - Considerar-se-á número suficiente para início das reuniões, a metade mais um de seus membros integrantes.

§ 2º - Fica assegurado o direito de voto ao Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 34. As consultas e informações do Chefe do Poder Executivo, de que trata o artigo 32 desta Lei, terão como prazo máximo de apreciação 15 (quinze) dias, contados do dia após o recebimento, pelo Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Art. 35. Para todos os efeitos considera-se como sede do Conselho de Desenvolvimento Econômico o prédio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 36. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá contratar, com anuência do Poder Executivo Municipal, técnicos ou empresas para elaborarem laudos e projetos que necessitem de estudos mais detalhados e profundo, que servirão de base para emitir seus pareceres.

Art. 37. O Conselho de Desenvolvimento Econômico, como órgão consultivo, deliberativo e de aconselhamento, estará vinculado ao Poder Executivo Municipal.

Art. 38. O serviço do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre o Município de Bom Jesus do Oeste e seus componentes, incluindo a não geração

de direito ou obrigação social ou trabalhista.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, através de parecer, julgar os pedidos de alteração de projetos.

Art. 40. Todos os processos e demais documentos decorrentes da aplicação desta Lei, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, resguardado, aos interessados, o direito de visitas e certidões, mediante requerimento.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 42. Revogam-se as disposições da Lei Municipal nº 273/2001 e da Lei Municipal nº 1042/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO

Prefeito Municipal em Exercício

LEI MUNICIPAL Nº 1084/2017

Publicação Nº 1455892

LEI MUNICIPAL Nº 1084/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Exercício de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, APRESENTO a Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de Lei para seu devido estudo e após votação pela aprovação:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Bom Jesus do Oeste para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.482.031,94 (Quinze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos).

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento Geral da Prefeitura para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 15.482.031,94 (Quinze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal de Vereadores em R\$ 849.000,00 (Oitocentos e quarenta e nove mil reais), e R\$ 14.633.031,94 Quatorze milhões, seiscentos e trinta e três mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	13.327.100,00

1.1 Receita Tributária	783.700,00
1.2 Receitas de Contribuições	50.000,00
1.3 Receita Patrimonial	114.000,00
1.4 Receitas Agropecuárias	45.000,00
1.6 Receita de Serviços	200.000,00
1.7 Transferências Correntes	12.095.400,00
1.9 Outras Receitas Correntes	39.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.154.931,94
2.1 Operações de Crédito	1.500.000,00
2.2 Liação de Bens	0,00
2.4 Transferências de Capital	654.931,94
T O T A L	15.482.031,94

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - CÂMARA MUNICIPAL	849.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	602.000,00
03 - SECR. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	1.700.000,00
04 - SECR. MUN. DE PLANEJAMENTO	151.000,00
05 - SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE	3.671.971,94
06 - SECR. MUN. SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	3.182.294,00
07 - SECR. MUN. ESTRADAS E RODAGEM	1.438.000,00
08 - SECR. MUN. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	2.662.766,00
09 - SECR. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.215.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	15.482.031,94

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - LEGISLATIVA	849.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.107.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	69.000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	503.000,00
10 - SAÚDE	2.811.294,00
12 - EDUCAÇÃO	3.140.971,94
13 - CULTURA	202.000,00
15 - URBANISMO	2.621.766,00
16 - HABITAÇÃO	27.000,00
18- GESTÃO AMBIENTA	16.000,00
20 - AGRICULTURA	1.188.000,00
24 - COMUNICAÇÕES	25.000,00
26 - TRANSPORTE	1.438.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	304.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	170.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	15.482.031,94

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001 - AÇÃO LEGISLATIVA	849.000,00
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	410.000,00
0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	936.000,00
0004 - FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	115.000,00
0005 - ENCARGOS ESPECIAIS	170.000,00
0007 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	20.000,00
0008 - PROGRAMAS ESPECIAIS	40.000,00
0009 - SEGURANÇA PÚBLICA	69.000,00

0010 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	109.000,00
0011 - CONTROLE INTERNO	85.000,00
0012 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	241.000,00
0013 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	434.000,00
0014 - TRANSPORTE ESCOLAR	434.000,00
0015 - MERENDA ESCOLAR	224.000,00
0016 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	1.298.000,00
0017 - CULTURA	202.000,00
0018 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	151.000,00
0019 - ESPORTE E VIDA	156.000,00
0020 - EDUCAÇÃO E DESPORTO	148.000,00
0021 - EDUCAÇÃO MATERNALEINFANTIL	183.000,00
0023 - QUALIDADE EM SAUDE	2.811.294,00
0024 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	353.000,00
0025 - CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	18.000,00
0026 - ESTRADAS VICINAIS	1.438.000,00
0027 - RETRANSMISSÃO DE SINAIS	25.000,00
0028 - SINALIZAÇÃO DO TRANSITO	5.000,00
0030 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	356.000,00
0031 - ILUMINAÇÃO PUBLICA	146.000,00
0032 - CONSELHO TUTELAR	107.000,00
0033 - URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AV	339.766,00
0035 - DESENVOLVIMENTO RURAL	923.000,00
0036 - MECANIZAÇÃO AGRICOLA	35.000,00
0037 - INSUMOS, SEMENTES E MUDAS	30.000,00
0038 - DESENVOLVIMENTO/MELHORAMENTO GENE-TICO	189.000,00
0040 - REFLORESTAMENTO	10.000,00
0041 - SANEAMENTO RURAL	11.000,00
0043 - INCENTIVO A INDUSTRIA E COMERCIO	1.620.000,00
0044 - LIMPEZA PUBLICA	155.000,00
0045 - TODOS NA ESCOLA	567.971,94
0050 - VIDA - FAUNA E FLORA SAUDAVEL	6.000,00
0052 - ASSISTENCIA AO IDOSO	25.000,00
0053 - MORAR MELHOR E COM QUALIDADE	27.000,00
0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	15.482.031,94

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	12.415.294,00
3.1.71.00 - Transferência a Consórcios Públicos	6.500,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	6.788.794,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	1.000,00
3.3.50.00 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos	148.000,00
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	5.290.208,00
3.3.93.00 - Aplicação Direta em Consórcios públicos	170.792,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.056.737,94
4.4.90.00 - Investimentos	2.858.825,28
4.4.93.00 - Aplicação Direta Consórcio Públicos	196.912,66
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	1.000,00
9.9.99.00 - Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	15.482.031,94

Art. 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE para o exercício de 2018 estima a receita em R\$ 15.482.031,94 (Quinze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos) e as Transferências do Tesouro Municipal em R\$ 849.000,00 (Oitocentos e quarenta e nove mil reais), e fixa as despesas em R\$ 14.633.031,94 (Quatorze milhões, seiscentos e trinta e três mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos.

Art. 4º O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE para o exercício de 2018 estima a receita em R\$ 0,00 () e fixa as despesas em R\$ 849.000,00 (Oitocentos e quarenta e nove mil reais).

§ 1º - A receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos.

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA E FUNDOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Intempéries	5.000,00
2. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	2.500,00
3. Campanhas de Saúde	2.500,00
TOTAL	10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Despesas não orçadas ou orçadas a menor e Campanhas de Saúde, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento " Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizadas por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos desde que não:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.
- IV - Operações de Crédito.
- V - Convênios não previstos.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais

suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º - Os Projetos, Atividade ou Operações Especiais nesta lei com recursos vinculados a destinação oriundas das transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita de Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LR nº 219/2004F e portaria STN.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 9º - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO

Prefeito Municipal em Exercício

LEI MUNICIPAL Nº 1085/2017

Publicação Nº 1455896

LEI MUNICIPAL Nº 1085/17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

, AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, e, no valor de R\$ 250.030,00 (Duzentos e cinquenta mil e trinta reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (35).

Valor R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (38).

Valor r\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (66).
Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (519).
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (552).
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1023).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100301.045 - Construção e Melhoria de Praças e Jardins.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1086).
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1137).
Valor r\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1164).
Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545200442.032 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1178).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100431.025 – Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1118).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060200382.037 – Manutenção da Inseminação Artificial.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1238).
Valor r\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600352.038 – Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1264).
Valor r\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600371.035 – Distribuição de Sementes, Mudanças, Aduco e Calcareo.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1308).
Valor r\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 - Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1970).
Valor r\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 03.00 – Recursos Ordinários Superavit de Exercício Anterior.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600361.033 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1971).
Valor r\$ 43.530,00 (Quarenta e três mil, quinhentos e trinta reais).
Fonte de Recursos: 03.00 – Recursos Ordinários Superavit de Exercício Anterior.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.
Proj/Ativ.: 126500132.014 - Manutenção das Atividades do Pré-Escolar.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (271).
Valor r\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos – Educação.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (384).
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (392).
Valor r\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos – Educação.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (605).
Valor r\$ 12.000,00 (Doze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.051 - Manutenção das Atividades do Programa PSF.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (746).
Valor r\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.047 - Manutenção dos Profissionais do Magistérios.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (452).
Valor r\$ 17.000,00 (Dezesseis mil reais).
Fonte de Recursos: 01.18 – Transferências FUNDEB 60%.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de r\$ 250.030,00 (Duzentos e cinquenta mil e trinta reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (60).
Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto de Finanças, Tributação e Contabilidade.
Proj/Ativ.: 04129000102.011 – Manutenção das Atividades de Tributação e Fiscalização.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (234).
Valor r\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto de Finanças, Tributação e Contabilidade.
Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção das Atividades de Planejamento e Orçamentos.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (252).
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1230600152.016 - Manutenção da Merenda Escolar.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (323).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (515).
Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (548).
Valor r\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.
Proj/Ativ.: 13339200172.040 - Manutenção da Biblioteca Publica Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (572).
Valor r\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (575).
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (591).
Valor r\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.061 - Manutenção das Atividades do Programa Cras.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (963).
Valor r\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (971).
Valor r\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600352.038 – Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1259).
Valor r\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1799).
Valor r\$ 8.530,00 (Oito mil, quinhentos e trinta reais).
Elemento: 3393 – Aplicações Diretas (1879).
Valor r\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).
Fonte de Recursos: 03.00 – Recursos Ordinários Superavit de Exercício Anterior.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100451.004 – Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escola Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (456).
Valor r\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (467).
Valor r\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos – Educação.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 4030100231.016 – Contribuição para o Cis Amerios.
Elemento: 3171 – Aplicações Diretas (595).
Valor r\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).
Elemento: 3371 – Aplicações Diretas (599).
Valor r\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (650).
Valor r\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (732).
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030400232.044 - Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (776).
Valor r\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos Saúde.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino básico do Município.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (388).
Valor r\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).
Fonte de Recursos: 01.19 – Transferências FUNDEB 40%.

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO NASCIMENTO
Prefeito Municipal em exercício

Botuvera**PREFEITURA****EXTRATO ATA SRP69/2017-CLINICA ODONTOLOGICA 19 DE DEZEMBRO**

Publicação Nº 1456183

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 69/2017

Contratante: Município de Botuverá – CNPJ: 83.102.350/0001-96

Empresa: CLINICA ODONTOLÓGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA ME, Rua Maria Madalena, nº 55, Bairro Cachoeira, CEP-83.504-450, Almirante Tamandaré/PR, inscrita no CNPJ:05.395.154/0002-24.

Valor registrado: R\$175.800,00 (cento e setenta e cinco mil e oitocentos reais).

Objeto: Serviços de moldagem, confecção e adaptação de próteses dentárias.

Vigência da Ata: 12(doze) meses.

Fundamento Legal: Lei nº10.520/2002, Processo Licitatório nº63/2017 – Pregão Presencial nº52/2017.

Botuverá, 11 de Dezembro de 2017.

EXTRATO CTR34/2017-TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Publicação Nº 1456177

Extrato de Contrato nº 34/2017

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ: 02.255.187/0001-08, Endereço: Rua General Osório, 311, sala 604, centro, CEP-89.120-000, Timbó/SC, fone (47)3380-2269.

Valor: R\$ 142.706,20 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e seis reais e vinte centavos).

Objeto: LINK DE INTERNET, TRANSPORTE DE DADOS DIGITALIZADOS ENTRE PONTOS (ENDEREÇOS), E SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE VOZ POR MEIO DE PROTOCOLO (IP), FORMA PÓS PAGA, EM FORMA DE PACOTE DE DADOS, MODALIDADE TELEFONIA FIXA.

Vigência: 12(doze) meses (prorrogáveis nos termos do art. 57 da lei 8.666/93).

Fundamento Legal: Processo n.º 62/2017, modalidade: Pregão Presencial Nº 51/2017.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 35/2017 - CIGA

Publicação Nº 1456579

Extrato de Contrato nº 35/2017

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA Valor: R\$ 7.230,00 (sete mil, duzentos e trinta reais)

Objeto: O Objeto do presente contrato é a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Fund.Legal: A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 2009, de 12/04/2013.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 122 2017

Publicação Nº 1455992

DECRETO Nº. 122/2017.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental

(140) – 3.1.90.00.00.00.00 0.3.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

TOTAL R\$ 160.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2016 do recurso 3.0001 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de dezembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 123 2017

Publicação Nº 1455998

DECRETO Nº. 123/2017.

Cria Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(36) – 3.1.90.00.00.00.00 0.3.0002.000000 – Aplicações Diretas R\$ 195.000,00

TOTAL R\$ 195.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2016 do recurso 3.0002 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de dezembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 03/2016 FMS

Publicação Nº 1455980

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 03/2016 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES FEY LTDA

CNPJ nº 06.991.896/0002-85

Sito a Rua Tiradentes, 20 sala 2

Cidade de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina

Objeto: SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS .

Vigência: 31.12.2018

Data da assinatura: 13.12.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53/2015

Publicação Nº 1456107

EXTRATO 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ 08.953.004/0001-04

sito a Avenida Oscar Barcelos, 1731, sala 201, Bairro Santana

Cidade de Rio do Sul -SC

Objeto: Contratação de empresa objetivando a instalação e suporte técnico de um link de acesso a rede mundial de computadores (internet), através de fibra ótica com velocidade de 10MB (dez megabits por segundo), Full duplex, com garantia mínima de 99,8% da banda, acesso ilimitado 24x7, 5 IP's válidos, 01 IP fixo, suporte local 24x7, monitoramento do link on line, na sede da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Vigência até 31.12.2018.

Data da assinatura: 13.12.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2015

Publicação Nº 1456387

EXTRATO 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Regiane Marchese ME

CNPJ 17.743.290/0001-66

Rua Nereu Ramos

Trombudo Central -SC

Objeto: Serviços de transporte de alunos com necessidades especiais, tipo do veículo Van (mínimo de 15 passageiros) ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente.

Vigência até 31.12.2018.

Data da assinatura: 13.12.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2017 FMS

Publicação Nº 1455550

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: MF de Almeida & Cia LTDA ME

Rua Sebastião Furtado Nº 101- Centro

Lages, Estado de Santa Catarina

CNPJ sob o nº 05.021.932/0001-34

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos de acordo com proposta do Ministério de Saúde Nº 114817821160-01 para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC.

RETIFICAÇÃO

Onde se Lê:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ nº 11.481.782/0001-44, localizada à Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa empresa Mf De Almeida & Cia LTDA ME Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua Sebastião Furtado Nº 101- Centro, Cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.021.932/0001-34, neste ato representada por Márcio Freitas de Almeida a seguir denominada Contratada, acordão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 3/2016, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Leia-se:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ nº 11.481.782/0001-44, localizada à Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa empresa Mf De Almeida & Cia LTDA ME Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua Sebastião Furtado Nº 101- Centro, Cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.021.932/0001-34, neste ato representada por Márcio Freitas de Almeida a seguir denominada Contratada, acordão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21

de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 20/2017, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Vigência: 28/02/2018

Data da assinatura: 12/12/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2017 FMS

Publicação Nº 1455594

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Silmes Comércio De Produtos Odontológicos EIRELI EPP

Avenida Oscar Barcelos Nº 380

Rio do Sul, Estado de Santa Catarina

CNPJ sob o nº 04.989.294/0001-87

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos de acordo com proposta do Ministério de Saúde Nº 114817821160-01 para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC.

RETIFICAÇÃO

Onde se Lê:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ nº 11.481.782/0001-44, localizada à Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa Silmes Comércio De Produtos Odontológicos EIRELI EPP Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Avenida Oscar Barcelos Nº 380, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 04.989.294/0001-87, neste ato representada por Aline O. da Silva a seguir denominada Contratada, acordão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 3/2016, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Leia-se:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ nº 11.481.782/0001-44, localizada à Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa Silmes Comércio De Produtos Odontológicos EIRELI EPP Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Avenida Oscar Barcelos Nº 380, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 04.989.294/0001-87, neste ato representada por Aline O. da Silva a seguir denominada Contratada, acordão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 20/2017, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Vigência: 28/02/2018

Data da assinatura: 12/12/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2017 FMS

Publicação Nº 1455627

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2017 FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
CNPJ 11.481.782/0001-44,
Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119, município de Braço do Trombudo – SC.
Contratada: Adelar José Tolfo ME
CNPJ: 17.362.821/0001-70
sito a Rua José Bonifácio, 440, Bela Vista, Município de Ibirama - SC
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria para a Secretaria de Saúde, conforme detalhado no anexo I do Edital (Prestação de serviços de assessoria técnica especializada administrativa nos programas de área da saúde, SCNES, SAI, BPAMAG, FPOMAG, VERSIA, SISREG, SISPRENATAL, WEB, E-SUS, PMAQ, SISMOB, relatório de gestão, plano municipal de saúde, pactuações, convênios e projetos).
Vigência até 31.12.2018.
Data da assinatura: 12.12.2017
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2017 FMS

Publicação Nº 1455871

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2017 FMS
Contratante: Município de Braço do Trombudo
CNPJ 95.952.230/0001-67
Praça da Independência, 25
Braço do Trombudo – SC.
Contratada: CELERE SISTEMAS LTDA
CNPJ: nº 03.263.965/0001-65
Sito a Rua Germano Brandes Senior, sala 11 A,711
Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de gestão da Saúde e Assistência Social para a Secretaria de Saúde e Assistência Social de Braço do Trombudo, conforme detalhado no anexo VII do Edital.
Vigência: 31/12/2018
Data da assinatura: 12/12/2017
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017 FMS

Publicação Nº 1455910

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017 FMS
Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.
Contratada: Ilária Voigt
CPF: nº 936.164.579-04
Sito a Tamandaré, 173
Cidade de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina
Objeto: Locação de imóvel mobiliado com aproximadamente 60 m2, com dois quartos, lavação, banheiro, cozinha e sala, localizado próximo a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC.
Vigência: 31.12.2018
Data da assinatura: 12/12/2017
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016 PMBT

Publicação Nº 1445957

Página: 1/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca	Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu 185/60r 14 (13839)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.	Anaclede	0	12,9090	1		
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)			0	13,0600	2		
2	Conserto pneu Furo interno (Tip Top) pneu 185/60 r14 (13840)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.	Anaclede	0	13,9035	1		
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)			0	13,7200	2		
3	Conserto pneu corte (Vulcanizo) pneu 185/60r 14 (13841)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.	Anaclede	0	37,7380	1		
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)			0	37,5600	2		
4	Balanosamento. (10791)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.	Anaclede	0	9,9311	1		
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)			0	10,4600	2		
5	conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 roda 15 C liso (13842)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.	Anaclede	0	37,7380	1		
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)			0	37,5600	2		
6	Conserto do pneu interno (tip top 225/70 roda 15c liso. (13843)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.	Anaclede	0	14,8966	1		
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)			0	14,7000	2		
7	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14 (13844)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.	Anaclede	0	37,7380	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 2/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
8	Conserto de Pneu Interno (tip top) 185/60 roda 14 (13845)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
9	Conserto de pneu furo externo (tanugo) pneu 175/70 R 14 (13846)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
10	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 175/70 r 14 (13847)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
11	Conserto de pneu corte (Vulcanizado) pneu 175/70 R 14 (13848)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
12	Conserto pneu 185 R 16 (13856)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
13	Conserto pneu 185/60 R 14 (13857)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 3/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Conserto pneu 175/70 R 13 (13858)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
15	Conserto pneu 175/70-R14. (10821)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
16	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu externo 185 R 14 C (13859)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
17	Conserto pneu (tip top) pneu 185 R 14C (17052)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
18	Conserto pneu corte (vulcanizado) pneu 185 R14 C (17096)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
19	Conserto de pneu 215/75 R 17/5 (17054)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	24,8277	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	24,5000	2
20	Conserto de pneu 225/70 R 15 (17055)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 4/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
21	Conserto de pneu interno (tip top 215/75 R17,5 liso) (17056)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	24,8277	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25,1600	2
22	Conserto de pneu corte (vulcanizado 215/75 R 17,5 liso) (17057)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	92,3589	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	91,4600	2
23	Conserto de pneu furo externo (tarugo 215/75 R 17,5 liso) (17058)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	24,8277	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	24,5000	2
24	Conserto de pneu (tip top 225/70R 14) (17059)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
25	Conserto de pneu corte (vulcanizado 225/70 R 14) (17060)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
26	Conserto de pneu furo externo (tarugo 225/70R 14) (17061)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Conserto de pneu interno (tip top 195/65 R15 liso) (17062)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
28	Conserto de pneu corte (vulcanizado 195/65 R15 liso) (17063)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
29	Conserto de pneu furo externo (tarugo 195/65 R15 liso) (17064)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
30	Conserto de pneu 185/60 R 15 interno (tip top) (17063)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
31	Conserto de pneu 185/60 R15 furo externo (tarugo), (17064)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
32	Conserto de pneu corte 185/60 R 15 (vulcanizado) (17065)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
33	Conserto de pneu 195/60 R 15 interno (tip top) (17066)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	13,9035	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 29/2016

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
34	Conserto de pneu 195/60 R15 furo externo (tarugo) (17087)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
35	Conserto de pneu corte 195/60 R 15 (vulcanizado) (17088)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
36	Conserto de pneu corte 195/60 R 16 (vulcanizado) (17089)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2
37	Conserto de pneu 195/60 R 16 Interno (tip top) (17090)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
38	Conserto de pneu 205/60 R 16 furo externo (tarugo) (17091)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
39	Conserto de pneu corte 205/60R 16 (vulcanizado) (17092)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anacleto	0	37,7380	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	37,5600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 7/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Substituição de valvula de ar TR 414 (18938)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
41	Conserto Interno (tip top) pneu 175/65 R14 (18909)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	12,7400	2
42	Conserto interno (tip top) pneu 205/75 R 16 (18910)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	13,9035	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,7200	2
43	Conserto Interno (tip top) pneu 165/70 R 13 (18911)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	12,7400	2
44	Conserto Interno (tip top) pneu 185/65 R14 (18912)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	12,7400	2
45	Conserto (tipo vulcanizto) pneu 175/65 R 14 (18913)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	34,7587	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,3000	2
46	Conserto (tipo vulcanizto) pneu 205 /75 R 16 (18914)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	35,7518	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 8/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	35,9400	2
47	Conserto (tipo Vulcanizco) pneu 165/70 R 13 (18915)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	34,7587	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,3000	2
48	Conserto (tipo Vulcanizco) pneu 185/65 R14 (18916)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	34,7587	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,3000	2
49	Conserto externo (tarugo) pneu 225/70 R15 (18917)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	11,9173	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	12,0800	2
50	Conserto externo (tarugo) pneu 175/65 R14 (18918)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	11,9173	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	12,0800	2
51	Conserto externo (tarugo) pneu 205/75 R 16 (18920)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	12,9104	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
52	Conserto externo (tarugo) pneu 165/70 R13 (18919)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	11,9173	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 9/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Conserto externo (tarugo) pneu 185/65 R 14 (18921)	UND	BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anadlet	0	11,9173	1
			Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,0600	2
54	Conserto pneu 18,4 x30 trator traseiro (13852)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	58,8000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anadlet	0	60,0000	2
55	Conserto de pneu 750x16 dianteiro (13853)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	24,5000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anadlet	0	25,0000	2
56	Conserto pneu 14,9 x 28 trator traseiro (13854)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	58,8000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anadlet	0	60,0000	2
57	Conserto dianteiro de pneu 12,4x24 trator dianteiro (13855)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,3600	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anadlet	0	48,0000	2
58	Tip Top numero 2. (10808)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	16,3400	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anadlet	0	16,0000	2
59	Tip Top numero 3. (10809)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	19,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 10/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anadlet	0	20,0000	2
60	Tip Top numero 4. (10810)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	24,8200	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anadlet	0	25,0000	2
61	Tip Top Numero 5. (10811)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	31,0400	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anadlet	0	31,0000	2
62	Tip Top numero 6. (10812)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	39,2000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anadlet	0	40,0000	2
63	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional. (10813)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	58,8000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anadlet	0	60,0000	2
64	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10814)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	58,8000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anadlet	0	60,0000	2
65	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional. (10815)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	68,6000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anadlet	0	70,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 11/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10817)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,3000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	35,0000	2
67	Conserto de pneu 19,5 x 24 (17051)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	58,8000	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	60,0000	2
68	Conserto pneu 12,5/80-R 18 (13870)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,8400	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	41,0000	2
69	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10822)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	30,0600	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	30,0000	2
70	Conserto de pneu furo externo (larugo), pneu 185 R 14C. (10824)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	30,0600	1
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac.Anacleto	0	30,0000	2
71	Conserto pneu radial 275/60 R 22,5 (18922)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	29,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME (9551)	Borrac-Anadet	0	30,0000	2

Página: 13/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016

PROCESSO Nº 48/2016

(9309) - Altionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

(9551) - BORRACHARIA ANACLETO EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2016 PMBT

Publicação Nº 1445959

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2016

Número do Registro de Preços: 30/2016 Data do Registro: 13/12/2016 Válido até: 13/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Ave (frango) natalina temperada com peso igual ou superior a 3.500 kg (18963)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MACEDO	0	28,1884	1
2			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MACEDO	0	29,0143	2
2	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MINUTINHO	0	11,1219	1
2			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SABOR DO RI	0	11,4559	2
3	Farinha de tipo especial Tipo I. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17322)	PCT	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	PANFACIL	0	9,1276	1
2			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TRES COROA	0	9,4052	2
4	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	ALTO ALEFRE	0	13,2983	1
2			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	DOCE SUCAR	0	13,6938	2
5	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8717)	PCT	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	MIRAMAR	0	0,9300	1
2			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MIRAMAR	0	0,9563	2
6	Macarrão parafuso com ovos, embalagem de 1 KG. (18964)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	NORDESTE	0	3,9022	1
2			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OGLIARI	0	3,9435	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2016

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 30/2016 Data do Registro: 13/12/2016 Válido até: 13/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embarque não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	COAMO	0	2,9243	1
8	Saco plástico para cesta básica (18965)	UND	SUPERMERCADO PORTO LTDA (7802)	DIVERSOS	0	3,1160	1

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

SOYA

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)

2

3,0266

0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 30/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	EMBRAST	0	3,2435	2

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2016

Número do Registro de Preços: 30/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016
PROCESSO Nº 51/2016
 (7802) - SUPERMERCADO PORTO LTDA
 (9401) - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2016.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2017 PMBT

Publicação Nº 1445962

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Número do Registro de Preços: 31/2016 Data do Registro: 13/12/2016 Válido até: 13/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bateria 110 amp (10146)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	440,0000	1
2	Bateria 160 AMP. (10733)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	565,0000	1
3	Bateria 180 AMP. (10734)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	625,0000	1
4	Bateria 60 AMP. (10743)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	300,0000	1
5	Bateria 45 AMP. (10744)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	265,0000	1
6	Motor partida 24 V. (10749)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	2.190,0000	1
7	Motor partida 12 V. (10752)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	1.300,0000	1
8	Alternador 12 v 55 AMP. (10761)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	2.920,0000	1
9	Alternador 24 V 55 AMP. (10762)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	1.700,0000	1
10	Alternador 24 V 90 AMP. (10763)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	1.685,0000	1
11	Estator 12V 55 AMP. (10764)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELLO	0	445,0000	1
12	Rotor 12 V 55 AMP. (10765)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELLO	0	815,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Página: 2/9

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Estator 24 V 55 AMP. (10766)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	1.435.0000	1
14	Rotor 24 V 65 AMP. (10767)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	330.0000	1
15	Porta escova. (10768)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZLG	0	58.5000	1
16	Jogo de Reparo Alternador. (10769)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZLG	0	120.0000	1
17	Jogo de reparo Motor de Partida. (10770)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZLG	0	66.5000	1
18	Kit buchas para motor partida (12807)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZLG	0	33.5000	1
19	Pinhão 101024. (10772)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	88.0000	1
20	Pinhão 1010105. (10773)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	83.5000	1
21	Pinhão 35259938. (10775)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	240.0000	1
22	Bulbina de Campo 12 V. (10777)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	371.0000	1
23	Rolamento 6203 (6097)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VTO	0	46.0000	1
24	Rolamento 62201. (10779)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VTO	0	55.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Automático 12 v. (11645)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	145,5000	1
26	Automático 24 v. (11646)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	243,0000	1
27	Lâmpada H3 12 V. (11647)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	25,5000	1
28	Lâmpada H3 24 v. (11648)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	27,7500	1
29	Lâmpada 1141 12 v. (11649)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	4,5000	1
30	Lâmpada 1141 24 v. (11650)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	4,5000	1
31	Lâmpada 1034 12 v. (11651)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	4,5000	1
32	Lâmpada 1034 24 v. (11652)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	4,5000	1
33	Lâmpada 67 12 v. (11653)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	4,5000	1
34	Lâmpada 67 24 v. (11654)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	4,5000	1
35	Lâmpada H7 64210 NBP. (11655)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	35,0000	1
36	Lâmpada H4 64193 NBP. (11656)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HELLA	0	32,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Rele pisca 12 v. (11657)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	37.5000	1
38	Rele pisca 24 v. (11658)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	40.5000	1
39	Farol F11 v. (11659)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	45.0000	1
40	Farol F 13 v. (11660)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	67.5000	1
41	Farol FV2107. (11661)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	122.5000	1
42	Rele Farol B135. (11662)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	60.0000	1
43	Lanterna 15. (11663)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	56.5000	1
44	Lanterna 106. (11664)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	26.7500	1
45	Lanterna 163R. (11665)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	46.0000	1
46	Lanterna 1748. (11666)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	66.5000	1
47	SERVIÇO MÃO DE OBRA ELETRICA (18639)	HORA	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	XANDE AUTO	0	65.0000	1
48	INDUZIDO PERK A-123 (14831)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	272.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Página: 5/9

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	INDUZIDO 2F 12V A-121 (14832)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	295,0000	1
50	INDUZIDO BOCHINHO A-150 (14833)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	257,5000	1
51	INDUZIDO 2F 24V A-122 (14834)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	330,0000	1
52	SUPORTE ESCOVA PERK (14835)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIPAF	0	53,5000	1
53	SUPORTE ESCOVA GF (14836)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIPAF	0	5,0000	1
54	SUPORTE ESCOVA BOCHINHO (14837)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIPAF	0	65,5000	1
55	REGULADOR 14V (14838)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	IKRO	0	59,0000	1
56	REGULADOR 28V (14839)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	IKRO	0	101,5000	1
57	RELE AUXILIAR 12V (14840)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	33,5000	1
58	RELE AUXILIAR 24V (14841)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	45,0000	1
59	BOTÃO TIC TAC (14842)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MARFLEX	0	13,5000	1
60	BOTÃO BUZINA IM 1036 (14843)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MARFLEX	0	15,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 31/2016

Página: 6/9

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	LENTE GF 173 (14844)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	19,0000	1
62	LENTE GF 163 (14845)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	14,5000	1
63	bateria 70 amp (18924)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	340,0000	1
64	bateria 100 amp (18925)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TRAFFIC	0	370,0000	1
65	palheta flex (18926)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VTO	0	41,5000	1
66	fuzíveis lâmina (18927)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HIKARI	0	1,1500	1
67	buzina (18928)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VTO	0	57,5000	1
68	palheta universal (18929)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VTO	0	48,5000	1
69	sensor freio MBB (18930)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MARFLEX	0	166,5000	1
70	lanterna dianteira sprinter MBB (18931)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HT	0	101,5000	1
71	lanterna traseira sprinter MBB (18932)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	HT	0	272,5000	1
72	interruptor ignição MBB (18933)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MARFLEX	0	332,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Página: 7/9

Número do Registro de Preços: 31/2016 Data do Registro: 13/12/2016 Válido até: 13/12/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	sensor freio GM (18934)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GM	0	74.0000	1
74	vela aquecedora MBB (18935)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MBB	0	191.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Página: 8/9

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	vela ignição (18936)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOCH	0	22,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2016

Número do Registro de Preços: 31/2016		Data do Registro: 13/12/2016		Válido até: 13/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016
PROCESSO Nº 50/2016

(8764) - XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2016.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8069-2017

Publicação Nº 1456797

DECRETO N. 8.069, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui o Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que trata sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS, bem como as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

CONSIDERANDO a Portaria n. 985, de 05 de agosto de 1999, que cria o Centro de Parto Normal no âmbito do SUS, para atendimento à mulher no período gravídico puerperal;

CONSIDERANDO a Portaria n. 569, de 01 de junho de 2000, do Ministério da Saúde, que institui o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS;

CONSIDERANDO o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, lançado em 08 de março de 2004, que visa monitorar a implementação de ações de proteção à saúde da criança e da mulher;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 11.108, de 07 de abril de 2005, que garante às parturientes o direito à presença de acompanhantes durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato no âmbito do SUS;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 11.265, de 03 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos;

CONSIDERANDO a Portaria n. 1.683/GM/MS, de 12 de julho de 2007, que aprova, na forma do anexo, as Normas de Orientação para a implantação do Método Canguru;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá a assistência, no âmbito do SUS;

CONSIDERANDO a Portaria n. 2.669, de 03 de novembro de 2009, do Ministério da Saúde, que estabelece as prioridades, objetivos, metas e indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde, nos componentes pela Vida e de Gestão, entre as quais está a redução da mortalidade materna e infantil;

CONSIDERANDO a Portaria n. 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de

Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS;

CONSIDERANDO a Portaria n. 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Cegonha;

CONSIDERANDO o Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde/SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO a Portaria n. 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define as diretrizes e os objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria n. 1.020, de 29 de maio de 2013, que institui diretrizes para Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco, em conformidade com a Rede Cegonha;

CONSIDERANDO a Portaria n. 1.781, de 26 de agosto de 2013, que aprova os Planos de Ação das demais 13 Regiões de Saúde do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a deliberação CIB 232/2013, que aprova a inclusão da 13 Regiões de Saúde do Estado de Santa Catarina na Rede Cegonha, formalizando a adesão de 100% de SC à Rede Cegonha;

CONSIDERANDO a Portaria n. 1.153/GM/MS, de 22 de maio de 2014, que redefine os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à saúde integral da criança e da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria n. 130/GM/MS, de 05 de agosto de 2015, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO o Decreto n. 8.552, de 13 de novembro de 2015, que regulamenta a Lei n. 11.265, de 03 de janeiro de 2006;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 13.257, 08 de março de 2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas para a primeira infância, e que altera a Lei Federal n. 11.770, de 09 de setembro de 2008, o qual promove o programa da empresa cidadã, e concede ao pai o direito de participar do Pré-natal, o direito de ter acesso ao acompanhamento da gestante no hospital e na maternidade e no acompanhamento da criança de até 06 (seis) anos em consulta médica;

CONSIDERANDO a Portaria n. 2.068, de 21 de outubro de 2016, institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no alojamento conjunto;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas destinadas a assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e nascimento, do puerpério e da assistência à criança no âmbito do município e região de saúde;

CONSIDERANDO que a finalidade da Secretaria Municipal de Saúde,

como parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), é de formular a política municipal de saúde, bem como suas atribuições são: planejar, organizar, controlar, monitorar e avaliar as ações e serviços de interesse para a saúde, norteada pelos princípios deste Sistema, que tem como propósito promover a saúde, priorizando as ações preventivas e democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde; e que Portaria GM/MS n. 1.459, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha no âmbito do SUS, determina a Instituição do Grupo Condutor Municipal da Rede Cegonha, segundo a alínea "c", inciso III, do art. 8º;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC (GCRC-MB), órgão colegiado, normativo, consultivo permanente, com finalidade de planejar, monitorar e avaliar, a referida rede de atenção à saúde, que é composta por um conjunto de ações e medidas para garantir a todas as mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), e seus parceiros o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada na gravidez, parto e puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis até os 24 (vinte e quatro) meses de vida.

Art. 2º O Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC (GCRC-MB) terá as seguintes atribuições, constantes na Portaria n. 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011:

I - mobilizar os dirigentes políticos do SUS em cada fase;

II - apoiar a organização dos processos de trabalho voltados a implantação e implementação da rede;

III - identificar e apoiar a solução de possíveis pontos críticos em cada fase;

IV - monitorar e avaliar o processo de implantação e implementação da rede;

V - responsabilizar-se, no que lhe couber, pelas cinco fases de operacionalização da Rede Cegonha:

a) adesão e diagnóstico;

b) desenho municipal da Rede Cegonha;

c) contratualização dos pontos de atenção;

d) qualificação dos componentes;

e) certificação.

VI - Cumprir e fazer cumprir as normativas do Ministério da Saúde e, na inexistência de normatização específica, expedir ato que instrua as ações e serviços voltados para a assistência a saúde da mulher, parceiros e criança no âmbito do município de Brusque.

Art. 3º O Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC (GCRC-MB) será constituído preferencialmente por servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Brusque, sendo composto por:

I – 02 (dois) representantes da Direção dos Serviços Especializados;

II – 02 (dois) representantes da Clínica da Mulher;

III – 01 (um) representante do Posto de Coleta de Leite Humano – Amamenta Brusque;

IV – 01 (um) articulador do Setor de Educação Permanente em Saúde;

V – 03 (três) representantes da Estratégia de Saúde da Família;
VI – 01 (um) representante da Direção da Atenção Básica;
VII – 01 (um) representante do Serviço de Assistência Especializada – SAE;
VIII – 02 (dois) representante da Vigilância Epidemiológica;
IX – 01 (um) representante Responsável Técnico da Enfermagem;
X – 01 (um) representante Responsável Técnico Médico;
XI – 01 (um) representante do Setor de Odontologia/CEO.

Parágrafo único. O Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC (GCRC-MB) contará também com a representatividade das seguintes instituições:

I – 02 (dois) representantes do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – HACCR (sendo um da área médica e outro da área de enfermagem);

II – 01(um) representante da Agência de Desenvolvimento Regional – Brusque/Atenção Básica;

III – 01(um) representante do Conselho Municipal de Saúde – (COMUSA).

Art. 4º O Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC (GCRC-MB) terá a seguinte estrutura organizacional:

I – Coordenação Geral;

II – Secretária Executiva;

III – Plenária; e

IV – Grupos de Trabalho.

Parágrafo único: a Coordenação Geral do Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC (GCRC-MB) deverá ser representada pela Direção Materno Infantil.

Art. 5º O Grupo Condutor da Rede Cegonha no município de Brusque – SC (GCRC-MB) deve ser compreendido como uma extensão do Grupo Condutor Regional do Médio Vale do Itajaí.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8063-2017

Publicação Nº 1456793

DECRETO Nº. 8.063, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 4.100/2017,

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito

adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 6.347.490,25 (seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa reais e vinte e cinco centavos), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete e Assessoria
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil
0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.300,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
02.004 DGI – Departamento Geral de Infra Estrutura
0015.0451.0220.2330 Diretoria Geral de Infra Estrutura - DGI
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 47.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.300,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
11.00 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
11.001 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026 Manut. Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.500,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
11.002 Depto. da Agricultura e Abastecimento
0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. de Agricultura e Apoio a Agricultura familiar
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 25.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.100,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – Ec 62/2009
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500.000,00
0028.0846.0180.2048 Pases e Outras Obrigações Tributárias
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 350.000,00
15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
15.001 Secretaria de Assistência Social e Habitação
0016.0482.0130.2075 Desenvolv. Ações e Progr. De Habitação
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.34.54 Transf. De Conv. União /Outros
VALOR R\$ 450.000,00
18.00 Controladoria Geral do Município - CGM
18.001 Controladoria Geral do Município - CGM
0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 11.500,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 208.300,00
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de tecnologia da Informação
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 18.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.500,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.500,00
0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 25.000,00
 23.00 Secretaria da Fazenda
 23.001 Secretaria da Fazenda
 0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 25.00 Fundo Municipal de Saúde
 25001 Fundo Municipal de Saúde
 010.122.0220.2276 Manutenção da Secretaria de saúde
 3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais
 0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-saúde
 VALOR R\$ 613.014,26
 3.1.91.00 Aplic. diretas dec.de op. entre órgãos – Despesas Correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 95.000,00
 3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 114.000,00
 010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
 3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos sociais
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 753.988,19
 0.1.38.08 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União - PAB
 VALOR R\$ 127.122,47
 3.1.91.00 Aplic. diretas dec.de op. entre órgãos – Despesas Correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 175.909,33
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
 0.1.38.08 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União - PAB
 VALOR R\$ 77.083,55
 0.1.38.16 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União - PMAQ
 VALOR R\$ 787,41
 010.0302.0280.2273 Média e Alta complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos sociais
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 383.534,13
 3.1.91.00 Aplic. diretas dec.de op. entre órgãos – Despesas Correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 107.175,10
 010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
 00.1.38.17 Transferência do Sistema Único de Saúde - MAC
 VALOR R\$ 8.870,45
 010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)
 3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos sociais
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 13.474,02
 3.1.91.00 Aplic. diretas dec.de op. entre órgãos – Despesas Correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 8.873,60
 3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 18.431,04
 010.0305.0105.2281 Manutenção do Programa DST/AIDS (BLVGS)
 3.1.91.00 Aplic. diretas dec.de op. entre órgãos – Despesas Correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

VALOR R\$ 8.977,45
 3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes
 0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
 VALOR R\$ 3.939,25
 30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 0008.0244.0255.2326 Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 22.000,00
 3.1.91.00 Aplic. diretas dec.de op. entre órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 21.000,00
 3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 21.800,00
 0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade
 3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 111.000,00
 50.00 Instituto Brusquense de Planejamento
 50.001 Instituto Brusquense de Planejamento
 0015.0122.0005.2018 Manut. Ativ. Instituto Brusquense de Planejamento
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.100,00
 70.00 Instituto Brusquense de Previdência
 70.001 Instituto Brusquense de Previdência
 0009.0272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.400.000,00
 75.00 Fundação Municipal do Meio Ambiente
 75.001 Fundação Municipal do Meio Ambiente
 0018.0122.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundema
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 12.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito
 02.001 Gabinete do Prefeito
 0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete e Assessoria
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 0004.0122.0330.2054 Manutenção Conselhos Municipais

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.500,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00
 0008.0244.0330.2077 Manutenção das Atividades do Comad
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.500,00
 03.00 Procuradoria Geral do Município
 03.001 Procuradoria Geral do Município
 0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00
 0014.0422.0005.2313 Manutenção das Ativ. Do Fundo Defesa do Consumidor
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.000,00
 0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 03.002 Fundo Procuradoria Geral do Município
 0004.0062.0005.1195 Manutenção Fundo da Procuradoria
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 0004.0122.0005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 05.00 Secretaria de Comunicação Social
 05.001 Secretaria de Comunicação Social
 0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 15.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 200.000,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0032.0330.2307 Manutenção das Atividades do Conselho de Educação
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 10.00 Secretaria Municipal de Turismo
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 60.000,00
 10.002 Fundo Municipal de Desenvol. Turístico
 0023.0695.0170.2236 Manutenção do Fundo Municipal de Desenvol. Turístico
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.000,00
 11.00 Secretaria Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
 11.001 Secretaria Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
 0022.0122.0165.2026 Manut. Secretaria Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 40.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 200.000,00
 0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 500.000,00
 0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 0015.0451.0330.2249 Programa de Obras Comunitárias – OP
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 80.000,00
 0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 200.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.050.000,00
 0015.0451.0320.1010 Pac Pavimentação
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 750.000,00
 0015.0452.0125.2038 Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.000,00
 14.00 Encargos Gerais do Município
 14.001 Encargos Gerais do Município
 0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna
 3.2.90.00 Aplicações Diretas – Juros e Encargos da Dívida

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.000.000,00
15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
15.001 Secretaria de Assistência Social e Habitação
0008.0243.0108.2231 Manutenção Conselho Tutelar e dos Direitos da Criança
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.000,00
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 34.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0016.0482.0130.2075 Desenvolv. Ações e Progr. De Habitação
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
0.1.34.54 Transf. De Conv. União /Outros
VALOR R\$ 450.000,00
0016.0482.0130.2323 Morar Legal
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
0016.0482.0130.2324 MCMV – Minha Casa Minha Vida
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
18.00 Controladoria Geral do Município
18.001 Controladoria Geral do Município
0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 70.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 22.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 75.000,00
22.00 Fundação Municipal de Esportes
22.001 Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc
3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Lucrativos – Outras Despesas

Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 258.300,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.900,00
25.00 Fundo Municipal de Saúde
25001 Fundo Municipal de Saúde
010.0301.0090.2277 Promoção à saúde (BLGES)
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Trasnfr. Imp-saúde
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Trasnfr. Imp-saúde
VALOR R\$ 4.200,00
010.0301.0340.1171 Construção, Ampl. E reforma de Unidade de Saúde
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
VALOR R\$ 20.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.38.08 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União - PAB
VALOR R\$ 177.083,55
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimento
0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
VALOR R\$ 40.923,90
010.0302.0280.2275 CAPS Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.38.17 Transferência do Sistema Único de Saúde - MAC
VALOR R\$ 8.870,45
010.0301.0090.1162 Aquisição de Equipamentos (BLGEST)
4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos
0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
VALOR R\$ 24.702,47
4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos
0.1.38.08 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União - PAB
VALOR R\$ 27.122,47
4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos
0.1.38.16 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União - PMAQ
VALOR R\$ 787,41
30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2325 Brusque Carinhosa
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 26.000,00
0008.0244.0255.2326 Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 11.000,00
0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 6.000,00
0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.500,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 29.000,00
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

40.001 Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
0018.0541.0160.2253 Manutenção do Laboratório de Reprod. Da Flora e Fauna
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.800,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
0018.0541.0160.2301 Construção e Manutenção de Viveiros
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.600,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
0023.0541.0160.2257 Manutenção e Rest. Área Nutrição
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
0023.0695.0170.2255 Reforma e Manutenção Teleférico
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planejamento
50.001 Instituto Brusquense de Planejamento
0015.0122.0005.2018 Manutenção das Ativ. Do Instituto Brusquense de Planejamento
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 17.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
75.00 Fundação Municipal do Meio Ambiente
75.001 Fundação Municipal do Meio Ambiente
0018.0541.0160.2304 Atividades e Ações de Preservação, Controle
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.200,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500,00
0018.0541.0163.1153 Programa de Educação Ambiental
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00

II – Provável excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp-saúde
Valor Orçado	43.693.645,21
Valor arrecadado até a data de 31/10/2017.	37.766.319,18
Provável arrecadação até a data de 31/12/2017.	9.466.895,32
Provável excesso de arrecadação até a data de 31/12/2017.	3.539.569,29
Valor a Utilizar	3.539.569,29

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29/11/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de novembro de 2017
JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8067-2017

Publicação Nº 1456794

DECRETO Nº. 8.067, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 2.500.919,96 (dois milhões, quinhentos mil, novecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 20.000,00
0012.0306.0040.2049 Manutenção Prog. Alimentação Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.37.04 Outras Transf. Fnde – PNAE/Creches
 VALOR R\$ 56.068,00
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.18.00 Transf. Do Fundeb (Aplic. Profis.)
 VALOR R\$ 683.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.36.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 20.318,00
 0012.0361.0025.2019 Manutenção do Transporte Escolar
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.18.00 Transf. Do Fundeb (Aplic. Profis.)
 VALOR R\$ 1.543.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.01.00 Transf. Do Fundeb (Aplic. Profis.)
 VALOR R\$ 60.000,00
 0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 35.000,00
 0.1.37.61 Outras Transf. FNDE - PNATE
 VALOR R\$ 3.511,88
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.07.00 CIDE
 VALOR R\$ 50.022,08
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
 3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 20.000,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.37.04	Outras Transf. Fnde – PNAE/Creches
Valor Orçado	450.000,00
Valor arrecadado até a data de 06//12/2017.	560.680,00
Excesso de arrecadação até a data de 06/12/2017.	110.680,00
Valor Utilizado Decreto nº 8051/2017	54.612,00
Valor a Utilizar	56.068,00
0.1.01.00	Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
Valor Orçado	26.193.575,34
Valor arrecadado até a data de 30/11/2017.	31.297.872,51
Excesso de arrecadação até a data de 30/11/2017.	5.104.297,17
Valor Utilizado Decreto nº 8062/2017	3.105.000,00
Valor a Utilizar	1.999.297,17
0.1.18.00	Transf. Do Fundeb (Aplic. Profis.)

Valor Orçado	43.550.000,00
Valor arrecadado até a data de 30/11/2017.	44.379.711,28
Excesso de arrecadação até a data de 30/11/2017.	829.711,28
Provável arrecadação até a data de 31/12/2017.	48.279.711,28
Provável excesso de arrecadação até a data de 31/12/2017.	4.729.711,28
Valor Utilizado Decreto nº 8062/2017	1.314.000,00
Valor a Utilizar	3.415.711,28

0.1.37.61	Outras Transf. FNDE - PNATE
Valor Orçado	30.500,00
Valor arrecadado até a data de 06/12/2017.	34.011,88
Excesso de arrecadação até a data de 06/12/2017.	3.511,88
Valor a Utilizar	3.511,88

III - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

23173-8	B. Brasil – C/ Interv. Domínio Econômico	0.1.07.00	48.817,99
		0.3.07.00	1.204,09
TOTAL GERAL			50.022,08

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.07.00/0.3.07.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.07.00/0.3.07.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.07.00/0.3.07.00	0,00
TOTAL	0.1.07.00/0.3.07.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.07.00	50.022,08
Valor a Utilizar	0.3.07.00	50.022,08

21.493-0	B. Brasil Sal. Educação	0.1.36.00	392.212,23
		0.3.36.00	39.283,16
TOTAL GERAL			431.495,39

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	59.904,90
DDO à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	1.272,49
Restos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	0,00
TOTAL	0.1.36.00/0.3.36.00	61.177,39

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.36.00	370.318,00
Valor Utilizado Decreto 7943/2017	0.3.36.00	200.000,00
Valor Utilizado Decreto 7946/2017	0.3.36.00	150.000,00
Valor a Utilizar	0.3.36.00	20.318,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de dezembro de 2017
 JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
 Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8068-2017

Publicação Nº 1456796

DECRETO Nº. 8068, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 4.038 de 16.12.2016, a Lei nº 4.023 de 28.09.2016, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 986.500,00 (novecentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.17 Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC

VALOR R\$ 982.500,00

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos – Outras despesas Correntes

0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB

VALOR R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB

VALOR R\$ 4.000,00

II – Provável excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.17	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC
Valor Orçado	R\$ 19.429.000,00
Valor arrecadado até a data de 07/12/2017	R\$ 19.197.164,41
Provável arrecadação até a data de 31/12/2017	R\$ 20.934.747,73
Provável excesso de arrecadação ate 31/12/2017	R\$ 1.505.747,73

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 07 de dezembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de dezembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
--	---

HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete
---	--

EDITAL Nº 011-2017 - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1456831

EDITAL Nº 011/2017- SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 011/2017

1. A Diretora, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 011/2017, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 011/2017 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 12 de dezembro de 2017, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 011/2017, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 13 de dezembro de 2017.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001-2017 -FUMREBOM

Publicação Nº 1456777

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001-2017 -FUMREBOM

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao contrato nº 001/2017, entre o Município de Brusque e SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, em 08/12/2017. OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato, cujo objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57,II da Lei 8.666/93. ORIGEM: Pregão nº 006/2016. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Hugo Manfrin Dallossi e Jorge Goetten de Lima.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003-2013-FUMREBOM

Publicação Nº 1456779

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003-2013-FUMREBOM

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao contrato nº 003/2013, entre o Município de Brusque VILSON DITTRICH, em 08/12/2017. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS (FUMREBOM)FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57,II da Lei 8.666/93. ORIGEM:TP nº 002/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Hugo Manfrin Dallossi e Vilson Dittrich.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043-2017

Publicação Nº 1456782

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043-2017
ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao contrato nº 043/2017, entre o Município de Brusque e CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, em 08/12/2017. OBJETO: supressão dos serviços, cujo objeto execução de obras de drenagem e pavimentação rua Luiz Machado, Bairro Azambuja, No Município De Brusque FUNDAMENTO LEGAL: 65, §1º, §2º, II e art.58,I, todos da Lei 8.666/93. ORIGEM: Tomada de Preço nº 001/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Andrea Patricia Volkmann e Walney Agílio Raimondi

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117-2013 -PROSUL

Publicação Nº 1456784

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117-2013
ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao contrato nº 117/2013, entre o Município de Brusque e PROSUL PROJETOS SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA, em 01/12/2017. OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato, cujo objeto ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, SUFICIENTES PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, NOS TERMOS DO ART. 6º DA LEI 8.666/93- FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65,II da Lei 8.666/93. ORIGEM: Concorrência nº 019/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Ricardo José de Souza e Wilfredo Brillinger.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002-2013-FUMREBOM

Publicação Nº 1456786

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002-2013-FUMREBOM
ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao contrato nº 002/2013, entre o Município de Brusque e CARLOS HENRIQUE BERNARDI, em 08/12/2017. OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato, cujo objeto Prestação De Serviços Técnico Profissional De Engenharia Para Emissão De Parecer Dos Projetos Preventivos Contra Incêndios Junto A Seção De Atividades Técnicas – Sat, Do Corpo De Bombeiros Militar De Brusque, De Acordo Com As Normas De Segurança Contra Incêndios Do Estado De Santa Catarina (Decreto 4.909/94), Instruções Normativas E Regulamentadoras Do Comando Geral Do Corpo De Bombeiros (Bmsc) E Demais Normas Sobre A Matéria -Fundamento LEGAL: Art. 57,II da Lei 8.666/93. ORIGEM: TP nº 001/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Hugo Manfrin Dalossi e Carlos Henrique Bernardi.

EXTRATO CONTRATO Nº 014-2017

Publicação Nº 1456788

EXTRATO CONTRATO Nº 014-2017

Espécie: Contrato nº 014/2017 entre o Município de Brusque e FUCKNER DOCES E SALGADOS LTDA ME, em 04/11/2017. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO Valor: R\$ 454.503,50. Origem: Pregão n. 113/2017 –. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Simone Krichnski da Cruz e Mariana Martins Resende da Silva.

EXTRATO CONTRATO Nº 032-2017-FMS

Publicação Nº 1456790

EXTRATO CONTRATO Nº 032-2017-FMS

Espécie: Contrato nº 032/2017 entre o Município de Brusque e HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, em 01/11/2017. Objeto: aquisição de entidade hospitalar para o fornecimento de internações em clínica médica, pediátrica, obstétrica e cirúrgica, procedimentos relacionados a urgência e emergência, boletim de atendimento de urgência (bau), serviço de auxílio ao diagnóstico e terapia (sadt), procedimentos de atenção especializada, consultas médicas, sadt ambulatorial, atendimento especializado em ortopedia, plantão e sobreaviso, cirurgias eletivas, serviço de verificação de óbito (svo), com emissão da declaração de óbito para os casos de morte em domicílio sem assistência médica valor: R\$ 23.848.567,19 . Origem: Inexigibilidade n. 005/2017 –. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Humberto Martins Fornari e Pe. Nélio Roberto Schwanke.

EXTRATO CONTRATO Nº 114-2017

Publicação Nº 1456792

EXTRATO CONTRATO Nº 114-2017

Espécie: Contrato nº 114/2017 entre o Município de Brusque e E B F COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA, em 04/11/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO Valor: R\$ 286.000,00. Origem: Pregão n. 112/2017 –. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Ricardo José de Souza e Marcio Luis Salsbrum.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054-2017

Publicação Nº 1456772

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ATA 054-2017

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 054/2017, em 30/11/2017 - OBJETO: Aquisição de combustível – VALOR R\$1.704.440,00 - ORIGEM: Pregão nº 101/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Edena Beatris Censi.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 055-2017

Publicação Nº 1456773

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ATA 055-2017

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 055/2017, em 30/11/2017 - OBJETO: Aquisição de materiais gráficos – VALOR R\$1.703.680,00 - ORIGEM: Pregão nº 108/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Edena Beatris Censi e Willian F. Molina.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 056-2017

Publicação Nº 1456775

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ATA 056-2017

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 056/2017, em 04/12/2017 - OBJETO: Aquisição de colchões e roupas de cama – VALOR R\$259.173,25- ORIGEM: Pregão nº 111/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: José Zancanaro e Alonso Moro Torres.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004-2017 - REVOGAÇÃO

Publicação Nº 1456803

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 004/2017. Pregão n. 003/2017. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 13/12/2017. Signatário: Christiane dos Santos da Silva – Diretora de Licitações e Contratos

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03-2017-SEFAZ

Publicação Nº 1456800

Instrução Normativa SEFAZ 03/2017 de 13 Dezembro 2017

Da Reestruturação da Abertura, Alteração de Empresas sujeitas ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas, Micro Empreendedores Individuais - MEIs e do Pedido de Conversão do Alvará Provisório em Definitivo.

A SECRETÁRIA DA FAZENDA do Município de Brusque, na prerrogativa do uso de suas atribuições que lhe conferem o arts. 11-A da Lei nº 3.248 de 31 de Agosto de 2009 e arts 89 e 91 da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no § 1 do Art. 20 da Lei Complementar Municipal (LCM) 228/14:

Art. 1º Fica dispensada a obrigatoriedade de efetuar presencialmente a abertura de protocolo geral para análise de abertura, alteração e conversão de Alvará Provisório em Definitivo de empresas de que trata essa instrução normativa.

Art. 2º A apresentação dos documentos para a obtenção de Alvará de Localização e Funcionamento na Secretaria da Fazenda será de forma digital a partir de Janeiro/2018.

§ 1º A apresentação dos documentos constantes nos incisos II e III do § 1º do art. 20 da LCM 228/14 será realizada através da aprovação no Registro Integrado (REGIN) ou sistema integrado similar, pelo respectivo órgão responsável pela análise e aprovação;

§ 2º A apresentação dos documentos constantes nos incisos II e III do § 2º do Art. 20 da LCM 228/14 será realizada através de despacho no REGIN, pelo respectivo órgão, com a apresentação do Termo de Ciência e Responsabilidade em cada órgão envolvido nas análises, se for o caso;

§ 3º Fica substituída a apresentação do documento constante no inciso I dos §§ 1º e 2º do Art. 20, da LCM n. 228/14, quando da possibilidade de consulta pelo ente fiscalizador ao sistema de informações disponibilizados pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

§ 4º Os demais documentos constantes no Art. 20 deverão ser digitalizados, nomeados conforme sua denominação disposta na lei e anexados junto a meio eletrônico, disponibilizado pelo Município de Brusque através do Portal do Cidadão, acessível através do site <https://brusque.atende.net>.

§ 5º No caso de empresas não sujeitas ao sistema REGIN, os documentos de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º deverão ser apresentados na forma do § 4º

§ 6º A FAC deverá ser assinada digitalmente pelo responsável contábil, manualmente pelos empresários e anexada como documento, conforme o §4º;

§ 7º A FAC também poderá ser assinada digitalmente pelos

empresários através do e-CPF, dispensando então sua assinatura física;

Art. 3º O acompanhamento do processo de abertura ou alteração de empresas, bem como o despacho de concessão ou alteração de Alvará de Localização e Funcionamento será concedido mediante o deferimento do Protocolo Eletrônico e/ou o encerramento do protocolo no sistema eletrônico da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

§1º Quando ocorrerem incorreções nos documentos apresentados ou, caso seja necessário apresentar documentos adicionais para a análise de concessão de Alvará de Localização e Funcionamento, os motivos da não aprovação da documentação e as solicitações para correção do processo serão informados no campo denominado "Fiscalização Tributária" no protocolo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e/ou no Protocolo Eletrônico de solicitação, ficando a análise e o pedido suspensos enquanto a pendência não for devidamente atendida pela parte interessada.

Art. 4º As solicitações de concessão de Alvará e Alterações Cadastrais deverão ser feitas através da opção Emissão de Protocolo disponibilizada no Portal do Cidadão, através do endereço eletrônico <https://brusque.atende.net>.

§ 1º É obrigatório informar no campo "Assunto" - "Sec. Fazenda – Fiscalização" e no campo "Subassunto" - "FAC – Novo", para abertura de cadastro e "FAC - Alteração" para alterações cadastrais.

§ 2º Deverá ser preenchido no campo "Observações" o Nome Empresarial, CNPJ e FAC. Ex: João da Silva Me – 01.001.001/00001-01 – FAC 01/2017.

§ 3º Serão cancelados: os Protocolos que não observarem o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo; que não enviarem os documentos na sua integralidade, conforme disposto na lei; em desacordo com a Legislação Municipal, ou que tratem de assunto alheio a sua finalidade.

Art. 5º O pedido de Conversão do Alvará Provisório em Definitivo será feito da mesma forma das solicitações de concessão Alvará e Alteração Cadastrais, conforme disposto no Art. 4º, com a correta indicação no campo "Subassunto" a informação: "Conversão de Alvará Provisório em Definitivo".

§ 1º Quando a pendência compreender os documentos constantes nos incisos II e III do § 1º do Art. 20 da LCM 228/14, o órgão competente poderá solicitar a reabertura do protocolo REGIN junto a Junta Comercial e dar despacho de deferimento, substituindo a entrega digital do documento.

§ 2º O despacho de deferimento do Alvará Definitivo será realizado junto ao Protocolo Eletrônico solicitante.

§ 3º Quando ocorrerem incorreções nos documentos apresentados ou, caso seja necessário apresentar documentos adicionais, as solicitações para que se efetue a regularização da conversão para alvará definitivo serão informadas no Protocolo Eletrônico solicitante, ficando a análise e o pedido suspensos enquanto a pendência não for devidamente atendida pela parte interessada.

Art. 6º Os pedidos de reanálise para os casos previstos no § 1º do Art. 3º e § 3º do Art. 5º, deverão ser feitos através do Protocolo Eletrônico, com a correta indicação no campo "Subassunto" - "Reapresentação de Novo", quando se tratar de novo cadastro anteriormente indeferido, ou, "Reapresentação de Alteração", quando se tratar de alterações cadastrais solicitadas anteriormente e indeferidas.

§ 1º Deverá ser preenchido no campo "Observações" com o número do protocolo anteriormente indeferido, o Nome Empresarial, CNPJ e FAC. Ex: PG 01/2017 - João da Silva Me – 01.001.001/00001-01 – FAC 01/2017.

Fluxograma do Processo de Abertura e Alteração

PORTARIA Nº 12258-2017

Publicação Nº 1456836

PORTARIA N. 12.258, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 853/2017/SASH, emitido pela Secretaria de Assistência Social e Habitação,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Fabiana Demétrio, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula 944181-0, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, gratificação de função de confiança no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n. 12.102/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 12259-2017

Publicação Nº 1456837

PORTARIA N. 12.259, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 853/2017/SASH, emitido pela

Secretaria de Assistência Social e Habitação,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Taciana Dalmarco, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula 489476-2, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, gratificação de função de confiança no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n. 12.103/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2017.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 12260-2017

Publicação Nº 1456839

PORTARIA N. 12.260, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 853/2017/SASH, emitido pela Secretaria de Assistência Social e Habitação,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Fatima Ziane Oliveira Machado, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula 801070-0, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, gratificação de função de confiança no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n. 12.100/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 4319 -2017

Publicação Nº 1456808

PORTARIA Nº 4319/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar, em parte, a Portaria nº 3.011/2016 que concedeu progressão à servidora Maria Solaine da Silva Fagundes.

ONDE SE LÊ:

SERVIDOR(A)	Nível do Pedido	Nível Progressão	Mês Progressão
Maria Solaine da Silva Fagundes	B-I	C-II	Outubro/2016

LEIA-SE:

SERVIDOR(A)	Nível do Pedido	Nível Progressão	Mês Progressão
Maria Solaine da Silva Fagundes	B-I	C-I	Outubro/2016

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

José Zancanaro

Secretário da Educação

PORTARIA Nº 3643-2017

Publicação Nº 1456809

Portaria nº 3643/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) EDUARDO SAMUEL HAUBERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 16/10/2017 a 14/11/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/05/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 16/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

PORTARIA Nº 3695-2017

Publicação Nº 1456810

Portaria nº 3695/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) FREDERICO GUIMARÃES MARCHISOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 20/10/2017 a 18/11/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 23/02/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 20/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

PORTARIA Nº 3897-2017

Publicação Nº 1456811

Portaria nº 3897/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) BERNARDETE FELICIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 06/11/2017 a 05/12/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 18/04/2011.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 06/11/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 4078-2017

Publicação Nº 1456813

Portaria nº 4078/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) ROSANE SALLES SILVEIRA XAVIER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 21/11/2017 a 20/12/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 17/04/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 21/11/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de Novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 4079-2017

Publicação Nº 1456815

Portaria nº 4079/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e C/C como Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) LUSANDRA LAURINDO FRANCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 22/11/2017 a 21/12/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2011.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22/11/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

JOSÉ ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 4269-2017

Publicação Nº 1456817

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 4269/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1000005264	1	ANDRE BATSCHAUER PEREIRA	Fundo Municipal de Assistência Social	06/12/2017	15/12/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Dezembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA

Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

PROCESSO LICITATÓRIO 036-2017 - SAMAE

Publicação Nº 1456833

D E C I S Ã O

Processo Licitatório 036/2017

Objeto: Aquisição de Veículos e Motocicletas.

1. DO RELATÓRIO

Vieram a esta Presidência, o Processo Licitatório de nº036/2017, cujo objeto era a aquisição de Veículo e Motocicletas, conforme descrito no referido Edital.

Compulsando o Processo Licitatório, verifica-se que após a realização da Sessão onde foram consideradas vencedoras as empresas S&W Máquinas e Equipamentos Ltda EPP, para o item "01", com o valor global de R\$146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais) e Mega Motos Com. Imp. E Exp. Ltda., para o item "03" com valor global de R\$9.590,00 (nove mil quinhentos e noventa reais), o procedimento Licitatório foi encaminhado para análise da Equipe Técnica desta Autarquia.

Conforme documento emitido pela Equipe Técnica, verifica-se que o item "1" da empresa vencedora S&W Máquinas e Equipamentos Ltda EPP, não atende às exigências técnicas solicitadas no processo Licitatório.

Pela Assessoria Jurídica fora confeccionado Parecer Jurídico no sentido de desclassificar a empresa S&W Máquinas e Equipamentos Ltda EPP, fundamentando-o.

Vieram os autos conclusos para decisão.

É o relatório. Passo a decidir.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O processo em comento visa à aquisição pela Autarquia de Veículos e Motocicletas.

O Parecer Jurídico, manifesta-se no sentido de proceder a desclassificação da empresa S&W Máquinas e Equipamentos Ltda EPP, vencedora no item "1", visto que, conforme atesta que o item "1" não atende às exigências técnicas solicitadas no processo licitatório.

3. CONCLUSÃO

Desta forma, pelo exposto nos autos, bem como regularidade quanto as exigências legais, em cumprimento às normas que norteiam a Administração Pública, pela lisura em todos os atos desta Autarquia, decide-se pela desclassificação da empresa S&W Máquinas e Equipamentos Ltda EPP.

Restituam-se os autos a Comissão Permanente de Licitação.

Brusque-SC, 13 de dezembro de 2017.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034-2017-SAMAE

Publicação Nº 1456834

DESPACHO

No uso das atribuições que me são conferidas por lei, e:

1) CONSIDERANDO que os candidatos estão promovendo o serviço em empreitada, ou seja, um único serviço de limpeza de faixa e poda de árvores em local específico (SEDE Administrativa – Contrato nº 063/2017 e Dom Joaquim/Limeira – Contrato nº 062/2017), especificamente sob linhas de Alta Tensão;

2) CONSIDERANDO que o SAMAE, uma empresa que atua 24 horas, e que requer reparos rápidos frente aos problemas que surgem, a fim de manter a qualidade e a excelência no abastecimento de água no Município;

3) CONSIDERANDO que SAMAE pode necessitar dos mesmos serviços uma segunda vez e, neste caso, como já foi efetuado, dependeria de uma nova licitação;

4) CONSIDERANDO que para uma cobertura segura destes serviços é importante que tenha um período de atendimento durante 01 (um) ano.

DETERMINO que a Licitação deverá ser formulada para atender as limpezas, roçadas, remoções de árvores em qualquer lugar aonde o SAMAE necessitar, inclusive sob linhas de Alta Tensão e para o bom controle este serviço deverá ser mensurado em hora trabalhada.

DECIDO, estando devidamente motivado pelas justificativas acima mencionadas, com base no Art. 78, XII e seguintes da Lei Federal 8.666/93, RESCINDIR por interesse público os Contratos nº 062/2017 e 063/2017, firmados com Biovetor Serviços Especializados Eireli EPP e Bio Sul – Limpeza Urbana Ltda – ME, para tanto determino:

a) A anulação do empenho nº 2038/2017, relativo ao Contrato 062/2017 e do empenho nº 2039/2017 relativo ao Contrato nº 063/2017.

b) Notificar as empresas Biovetor Serviços Especializados Eireli EPP e Bio Sul – Limpeza Urbana Ltda – ME, do presente despacho rescindindo os Contratos 062/2017 e 063/2017 por decisão da administração pública, considerando a motivação exposta, bem como a tudo que consta nos autos do Processo Administrativo.

Publique-se.

Brusque/SC, 13 de dezembro de 2017.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque/SC

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 158-2017 DISPENSA 27-2017 PREFEITURA.

Publicação Nº 1456771

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27 - 2017 – PREFEITURA - O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017.

OBJETO– Locação de barracão para funcionamento do depósito da merenda escolar. CONTRATADO: IMOBILIÁRIA BELLOB LTDA –CNPJ: 85.281.707/0001-76 - VALOR: 73.000,00– Vigência até 14 de dezembro de 2018, nos termos do artigo 24, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 13 de dezembro de 2017.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.397 - ANEXOS

Publicação Nº 1456063

L e i nº 3.369, de 22 de junho de 2017.
Denomina via pública de Rua Maria Madalena Mosconi Brescianini.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua Maria Madalena Mosconi Brescianini, a atual "Rua 05", do Loteamento Nossa Senhora Salete 125 casas, no Bairro Nossa Senhora Salete.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal tomará as providências necessárias para a instalação de placa indicativa e atualização do mapa e registros oficiais do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de junho de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.630

Publicação Nº 1456906

PORTARIA Nº 28.630, de 27 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apurar denúncia encaminhada pela Secretaria de Administração, através do Protocolo nº. 16.240/2017, onde o Setor de Recursos Humanos informou

que teria cometido um erro no chamamento do médico MARCELO DE CARVALHO TAVEIRA, concursado como médico pediatra, através do Concurso Público Edital nº. 02/2015, sendo que o mesmo deveria ter as 20 horas semanais previstas no Edital de Concurso no ANEXO I, código 025, e o setor equivocou-se e fez o Termo de Posse, Portaria de Nomeação (nº. 26.544/2016), e a inclusão no sistema de pagamento por 40 horas/semanais; e, desde a posse em 19/02/2016 o médico teria recebido pagamentos por 40 horas/semanais, mas não cumpria integralmente a carga horária de 40 h/sem, fatos que deverão ser investigados.

Parágrafo Único. A Comissão Processante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreu irregularidades, sob que circunstâncias, se servidor Marcelo Carvalho Taveira sabia que seu concurso junto ao Município de Caçador era para 20 horas semanais, e nada disse ao ser efetivado por 40 horas semanais, contribuindo para a ocorrência da irregularidade por culpa ou dolo; se o médico Marcelo C. Taveira cumpria efetivamente 20 ou 40 horas semanais; e, se não cumpria as 40 horas/semanais, que se apure quais valores devem ser devolvidos pelo recebimento irregular; se esclareça porque a Secretaria de Saúde recebia ponto manual do citado médico, se junto à Secretaria de Saúde o controle de Ponto era biométrico, e porque a Coordenação dos médicos permitia; como ocorreu a irregularidade noticiada no Protocolo nº. 16.240/2017, identificando o servidor responsável e delimitando se houve erro ou dolo, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, com possível infração aos artigos 185 incisos I, II, III, VIII, XIII, XIV, X e art. 186 inciso I, IX, XIV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), podendo ser aplicadas quaisquer das penalidades previstas no art. 197 da Lei Complementar nº. 56/2004, em conformidade com a infração e a responsabilidade apurada de cada servidor.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de Professora, lotada junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, com formação em terceiro grau Licenciatura em Educação Artística e Bacharelado em Direito, WALMIR RIGO, concursado no cargo de Arquiteto, lotado junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, com formação de terceiro grau Bacharelado em Arquitetura, e EDIMAR SCAMBARA, concursado no cargo de Assistente Administrativo, lotado junto à Secretaria de Administração, com formação de terceiro grau Bacharelado em Ciências Contábeis, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº. 04/2017.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros Walmir Rigo e Edimar Scambara, do Processo Administrativo nº. 04/2017, pela execução/colaboração em trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, no valor de R\$ 150,00, a ser pago uma vez ao final do processo, pela colaboração nos trabalhos.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 5º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar do recebimento da portaria pela

Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem em conformidade com o disposto no art. 236 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 6º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório aos indiciados, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Processante.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Caibi

PREFEITURA

DECRETO 220/2017

Publicação Nº 1456583

DECRETO Nº. 220/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro/2016, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

03.00 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – 041220003.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS do Grupo de Natureza da Despesa (68) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes para (66) 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos o valor de R\$ 451,00 da Fonte 0100 Recursos Ordinários.

05.00 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – 05.01 – SETOR DE ESPORTES – 278120023.2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS do Grupo de Natureza da Despesa (385) 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos para (386) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes o valor de R\$ 1.000,00 da Fonte 0100 Recursos Ordinários.

05.00 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – 05.01 – SETOR DE ESPORTES – 278120023.2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS do Grupo de Natureza da Despesa (411) 4.4.90 – Investimentos para (386) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes o valor de R\$ 1.620,00 da Fonte 0100 Recursos Ordinários.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 12 de dezembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO 221/2017

Publicação Nº 1456601

DECRETO Nº. 221/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor

de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 02 – SETOR DE CULTURA

133920012.2.027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1110) Fonte: 0300 Superávit Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

ÓRGÃO 06 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

082420006.2.009 – AUXÍLIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

(1108) Fonte: 0300 Superávit Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016 da fontes 0300 Superávit Recursos Ordinários no valor de R\$ 15.500,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 12 de dezembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

INDIVIDUALIZAÇÃO DE FGTS 002/17

Publicação Nº 1455712

A comissão designada para a elaboração do processo de individualização dos valores do FGTS vinculado aos ex servidores do Município de Caibi, SC, CONVOCA todos os ex servidores que trabalharam para o Município de Caibi, SC, no regime CLT, a partir de 1967, para que compareçam no Setor de Recursos Humanos ou Planejamento da Prefeitura de Caibi, SC.

Endereço : Rua dos imigrantes, 470, CEP- 89888-000, Centro, no prédio da Prefeitura Municipal de Caibi, SC, munidos dos seguintes documentos, Carteira de Identidade (RG), CPF, Carteira de Trabalho e cartão do PIS.

Esta é a oportunidade que os ex servidores do Município de Caibi terão para resgatar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS que tem direito, pois os valores encontram-se depositado na Caixa Econômica Federal e devem ser individualizados.

Todos os ex servidores e servidores do Regime CLT admitidos no período de 01/1967 à 05/2004 deverão comparecer no endereço acima informado, com a documentação solicitada, a partir de 03/01/2018.

Caibi, SC, 13 de dezembro de 2017

ELOI JOSÉ LIBANO

Prefeito Municipal de Caibi

LEI Nº 2.520/2017

Publicação Nº 1455633

LEI Nº. 2.520/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAIBI PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, legalmente conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Caibi para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 20.615.840,00 (vinte milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e quarenta reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 20.615.840,00 (vinte milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e quarenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 20.615.840,00 (vinte milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e quarenta reais), sendo R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais) para o Poder Legislativo e R\$ 19.805.840,00 (Dezenove milhões, oitocentos e cinco mil e oitocentos e quarenta reais) para o Poder Executivo. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017 estima a Receita e Transferências em R\$ 1.772.000,00 (Um milhão, setecentos e setenta e dois mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.872.670,00 (quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta reais).

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	23.468.540,00
1.1. Receita Tributária	1.803.000,00
1.2. Receita de Contribuições	214.500,00
1.3. Receita Patrimonial	159.000,00
1.4. Receita Agropecuária	100,00
1.5. Receita Industrial	100,00
1.6. Receita de Serviços	5.500,00
1.7. Transferências Correntes	21.253.740,00
1.6. Outras Receitas Correntes	32.600,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	116.000,00
2.1. Alienação de Bens	100.000,00
2.2. Amortização de empréstimos	16.000,00
(-) Deduções da receita	2.968.700,00
TOTAL	20.615.840,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.772.000,00
1.2. Receita Corrente	22.000,00
1.4. Transferências Correntes	1.710.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00
2.1. Transferências de Capital	40.000,00
TOTAL	1.772.000,00

§ 2º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	810.000,00
02. Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	499.000,00
03. Secretaria Municipal de Adm. e Planejamento	1.296.018,00
04. Secretaria Mun. de Finanças e Desenv. Economico	858.000,00
05. Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esporte.	5.302.170,00
06. Secretaria Municipal de Assistência Social	1.103.300,00
07. Fundo Municipal de Saúde	4.872.670,00
08. Secretaria Mun. Desenv. Rural, aquicultura e Meio Ambiente	1.993.000,00
09. Secretaria Mun. De Transporte, Obras e Serv. Urbanos	3.572.682,00
08. Encargos Gerais do Município	269.000,00
09. Reserva de Contingencia	40.000,00
TOTAL	20.615.840,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	810.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.484.018,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	60.500,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.215.300,00
10. SAÚDE	4.872.670,00
12. EDUCAÇÃO	4.493.170,00
13. CULTURA	384.000,00
15. URBANISMO	1.494.500,00
16. HABITAÇÃO	37.000,00
17. SANEAMENTO	223.000,00
20. AGRICULTURA	1.993.000,00
26. TRANSPORTE	1.801.682,00
27. DESPORTO E LAZER	438.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	269.000,00
99. RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00
TOTAL	20.615.840,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**PREFEITURA MUNICIPAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	13.021.820,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	6.714.152,00
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	56.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	6.251.668,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	1.871.350,00
4.4.00.00 – Investimentos	1.678.350,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	193.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00
TOTAL	14.933.170,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	4.647.670,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	1.620.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	3.027.670,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	225.000,00

4.4.00.00 – Investimentos	225.000,00
TOTAL	4.872.670,00

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	800.000,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	520.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	280.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	10.000,00
TOTAL	810.000,00

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, através de abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.4º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo Único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (Trinta e cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2018-2021.

§ 1º Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III - O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF, Portaria STN/SOF nº 05/2015 e Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

Art. 7º Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º Durante o exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 11 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 13 de Dezembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração

LEI Nº 2.521/2017

Publicação Nº 1455640

LEI Nº 2.521/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar e pagar despesas com a realização do Festival da canção Municipal Escolar e Livre e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar e pagar despesas com premiação do Festival da Canção Municipal Escolar e Livre a ser realizado no dia 09 de Dezembro de 2017, na Praça Municipal Pedro Antônio Bigaton de Caibi SC.

Parágrafo Único - O valor da premiação em dinheiro será no total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) com pagamento de R\$ 150,00, para o 1º colocado; 100,00 para o 2º colocado e R\$ 50,00 para o 3º colocado de cada uma das 06 (seis) categorias.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC em 13 de Dezembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.301/2017

Publicação Nº 1457017

DECRETO N.º 3.301/2017

Institui a Sala Municipal de Coordenação e Combate para o enfrentamento da dengue (mosquito *Aedes Aegypti*) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que, a teor do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Poder Público, a quem compete garanti-la mediante a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o combate efetivo e eficaz à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, do zika vírus e da febre chikungunya, depende da indispensável mobilização da sociedade e participação da população;

CONSIDERANDO que a criação da Sala Municipal de combate para enfrentamento da dengue deverá definir diretrizes para intensificar a mobilização e o combate ao mosquito *Aedes Aegypti* em todo o território do Município de Camboriú, além de consolidar e divulgar informações sobre as ações e os resultados obtidos, igualmente deverá coordenar ações com a disponibilização de recursos humanos, insumos, equipamentos e apoio técnico e logístico, em articulação com os órgãos estaduais e federais e diante do relevante interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Sala Municipal de Coordenação e Combate para o enfrentamento da dengue (mosquito *Aedes Aegypti*), que funcionará nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Porto Alegre, Centro, das 7h30min às 17h30min e por meio do telefone (47) 3365-9412.

Art. 2º O objetivo da Sala Municipal de Coordenação e Combate é gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, para o enfrentamento da dengue, do vírus chikungunya e do zika vírus.

Art. 3º A Sala Municipal de Coordenação e Combate será composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos da estrutura administrativa do Município, conforme segue abaixo:

I - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) titular: Ronnye Peterson Aparecido Nasser dos Santos;
- b) suplente: Maurício Costa.

II - Secretaria Municipal de Administração:

- a) titular: Leonardo Teixeira
- b) suplente: Josué Bento.

III - Secretaria Municipal de Educação:

- a) titular: Alexandra Maria Vitorassi Rosa;
- b) suplente: Paula Reis.

IV - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

- a) titular: Eliomar Getúlio Pereira;
- b) suplente: Katiane Ajulcéia Dallago.

V - Secretaria Municipal de Agricultura;

- a) titular: Eduardo Melo Rebelo;
- b) suplente: Tanalú Garcia Simões.

VI - Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUCAM):

- a) titular: Liara Rotta Padilha Schetinger;
- b) suplente: Maurício Fernandes.

VII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:

- a) titular: Andréia de Souza Machado;
- b) suplente: Fernanda Amandio.

VIII - Secretaria Municipal de Saneamento Básico – SESB:

- a) titular: Alexandre Teixeira Silveira;
- b) suplente: Mari Lucia Pereira Olegário.

IX - Assessoria de Comunicação Social:

- a) titular: Naiza Comel;
- b) suplente: Sílvia Mendes.

X - Secretaria Municipal de Defesa Civil:

- a) titular: Flávio Geraldo;
- b) suplente: José Augusto Espíndola.

XI - Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN;

- a) titular: Edemir Maister;
- b) suplente: Tiago Hinckel.

Art. 4º A participação dos membros na sala municipal de coordenação e combate não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.302/2017

Publicação Nº 1456953

DECRETO N.º 3.302/2017

Altera o Decreto Municipal n.º 3.226/2017, que designa a Comissão Municipal de Turismo Ecológico Rural.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 3.226/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

(...)”

III - Carlos Moritz Filho.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.305/2017

Publicação Nº 1456961

DECRETO N.º 3.305/2017

Prorroga o prazo de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, instituído pela Lei Municipal n.º 2.998/2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o prazo de 90 (noventa) dias para adesão ao Programa de Pagamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal n.º 2.998/2017, foi prorrogado somente até o dia 15 de dezembro de 2017, por meio do Decreto Municipal n.º 3.287/2017; CONSIDERANDO a necessidade de aumentar a receita pública sem que seja necessário elevar os tributos ou realizar ajustes fiscais; CONSIDERANDO que o § 5º do artigo 5º da Lei Municipal n.º 2.998/2017 dispõe que “O prazo fixado no artigo 3º desta Lei poderá sofrer prorrogações mediante Decreto Municipal do Chefe do Poder Executivo”;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 28 de fevereiro de 2018 o prazo de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, instituído pela Lei Municipal n.º 2.998/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 13 de dezembro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1456082

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Contribuinte: PAULO HENRIQUE PEREIRA MACHADO – CPF: 094.369.649-60 - CMC: 175356

A Diretora da Secretaria de Finanças do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 47, inciso II e III, da Lei Municipal nº: 30/2010), FAZ SABER que o contribuinte acima identificado, em razão de notificação/intimação pessoal frustrada dispõe do PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, corridos e contados a partir da publicação do presente edital, para recolher, em favor do Município de Camboriú, multa por comunicação a destempo de inatividade relativa ao exercício de 2017 no valor de 5 UFM, ou seja, R\$ 160,25 (cento e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e R\$ 33,01 (trinta e três reais e um centavo) relativo à taxa de baixa de inscrição municipal, conforme constam respectivamente do boletim de débitos e do Auto de Infração nº 374/2017.

O pagamento deve ser efetuado através de guia de recolhimento a ser obtida na Secretaria de Finanças, localizada no paço municipal, à Rua Getúlio Vargas, 77, Centro de Camboriú, no horário das 12h às 18h. Findo o prazo sem que seja atendido, o débito será inscrito em dívida ativa para a emissão de certidão para cobrança judicial. E, para que chegue ao conhecimento do contribuinte e seu representante legal, determina-se a expedição do presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO.

Camboriú (SC), 13 de dezembro de 2017.

Marister Rocha
Diretora de Finanças

EXTRATO EDITAL DE ABERTURA N.º 03/2017

Publicação Nº 1456841

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 003/2017

O Município de Camboriú/SC, através de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições destinadas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de Candidatos e formação de Cadastro de Reserva para provimento de vagas em caráter temporário para atendimento de excepcional interesse público, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 003/2017 e seus anexos. As inscrições serão de 14/12/2017 a 22/12/2017 e se efetivará com base em critérios objetivos de pontuação através de análise de currículo e experiência profissional dos candidatos. Os detalhes sobre os cargos, remuneração, carga horária, requisitos e outras determinações constam do inteiro teor do Edital 003/2017, que se encontra divulgado no mural do Paço Municipal e no site <http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br/>.

Camboriú/SC, 13 de dezembro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

LEI N.º 3.016/2017

Publicação Nº 1456973

LEI N.º 3.016/2017

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de Termo de Fomento entre o Município de Camboriú/Fundo Municipal de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, com verbas oriundas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.313.375/0001-18, com sede na Avenida Minas Gerais, n.º 666, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do presente Termo de Fomento consiste na transferência de recursos financeiros do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, proveniente do Governo Federal, que serão destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Associada e Autismo.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 16.589,40 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), dividido

em 06 (seis) parcelas mensais no valor de R\$ 2.764,90 (dois mil setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O Termo de Fomento será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 06 (seis) meses.

Art. 4º O Termo de Fomento poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do Termo de Fomento correrão por conta de dotação constante no orçamento do exercício de 2017 do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.017/2017

Publicação Nº 1456976

LEI N.º 3.017/2017

Denominação de Rua.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "RIO JABOQUE", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças como "SERVIDÃO PÚBLICA C" e sob o código 7711, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.018/2017

Publicação Nº 1456977

LEI N.º 3.018/2017

Institui no Município de Camboriú o "Dia dos Desbravadores" e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Camboriú o Dia Municipal dos Desbravadores a ser comemorado, anualmente, no 3º (terceiro) sábado do mês de setembro.

Art. 2º Neste dia, o Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão realizar atividades relacionadas ao desbravadorismo, objetivando o consagração, valorização e reconhecimento dos serviços prestados por esta classe à sociedade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.019/2017

Publicação Nº 1456978

LEI N.º 3.019/2017

Institui no âmbito do Município de Camboriú a Semana Farroupilha.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Camboriú, a "Semana Farroupilha", que ocorrerá anualmente, na semana que compreende o dia 20 de setembro, visando promover eventos artísticos e culturais e valorizar os hábitos alusivos à tradição gaúcha.

Art. 2º Na Semana Farroupilha o Poder Executivo poderá realizar palestras, eventos culturais e outras atividades educativas, por meio de ações integradas entre as Secretarias competentes ou em conjunto com as organizações da sociedade civil, desenvolvendo uma ampla divulgação dessas atividades a fim de promover a participação de todos os munícipes.

Art. 3º Fica autorizado o Poder executivo a celebrar convênios e parcerias com instituições privadas, organizações não governamentais, visando a plena execução das atividades da "Semana Farroupilha".

Art. 4º O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias após aprovação da presente Lei para sua regulamentação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.020/2017

Publicação Nº 1456982

LEI N.º 3.020/2017

Institui no Município de Camboriú a Semana Municipal da Cultura Católica "Louvor de Verão" e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica através da presente Lei, instituída no Município de Camboriú/SC, A SEMANA MUNICIPAL DA CULTURA CATÓLICA "LOUVOR DE VERÃO", a ser realizada anualmente, preferencialmente na semana do dia 21 de janeiro, data comemorativa do dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Art. 2º Durante a Semana Municipal da Cultura Católica "Louvor de Verão" poderão ser realizadas:

I - apresentações de corais e músicas com arranjos de cantos, louvores;

II - apresentações de peças de teatros e demais encenações de temas bíblicos;

III - celebrações religiosas e manifestações Culturais na religiosidade popular.

Art. 3º Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, especialmente quanto à definição e organização dos eventos e outras questões relativas à matéria.

Art. 4º Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

Publicação Nº 1456358

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017 - FUCAM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado do Chamamento Público foi:

"DESERTO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 13 de Dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017

Publicação Nº 1456362

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2017 - FUCAM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado do Chamamento Público foi:

"DESERTO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 13 de Dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2017

Publicação Nº 1456368

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2017 - FUCAM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado do Chamamento Público foi:

"DESERTO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 13 de Dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

PORTARIA Nº 15.087 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456932

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.087 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao parágrafo IV do artigo 12 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Secretária Municipal de Assistência Social, MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000773, Registro no Sistema sob nº 955391, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Secretária gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.088 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456939

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.088 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, MÁRIO CÉSAR DEUNÍSIO, Matrícula Funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Terapeuta Ocupacional, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017

Publicação Nº 1455975

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias de dezembro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recapagem, consertos e vulcanizos de pneus, para manutenção de caminhões, ônibus e máquinas da frota do município de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FM PNEUS LTDA, CNPJ: 81.374.845/0004-91, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 85/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

AMPLA CONCORRÊNCIA					
LOTE 01 - RECAPAGEM DE PNEUS DE CARGA					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	150	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1000x20, radial, borrachudo	547,35	82.102,50

02	30	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 900x20, radial, borrachudo	518,02	15.540,60
03	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 7.50x16, comum, borrachudo	371,41	2.599,87
04	15	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 215/75R 17.5 radial, borrachudo	390,96	5.864,40
05	300	Serviço	Vulcanização de pneus para caminhões	180,82	54.246,00
06	300	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP", com numeração de 5 a 9. (CAR-GA)	65,49	19.647,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 1				R\$ 180.000,00	

LOTE 03 -RECAPAGEM DE PNEUS DE CARGA

LOTE 03 - COTA EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
16	50	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1000x20, radial, borrachudo	547,35	27.367,50
17	10	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 900x20, radial, borrachudo	518,02	5.180,20
18	3	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 7.50x16, comum, borrachudo	371,41	1.114,23
19	5	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 215/75R 17.5 radial, borrachudo	390,96	1.954,80
20	100	Serviço	Vulcanização de pneus para caminhões	180,82	18.082,00
21	100	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP", com numeração de 5 a 9. (CARGA)	65,49	6.549,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 3				R\$ 60.247,55	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

FM PNEUS LTDA
Eduardo Maldaner
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017

Publicação Nº 1455977

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias de dezembro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recapagem, consertos e vulcanização de pneus, para manutenção de caminhões, ônibus e máquinas da frota do município de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA, CNPJ: 07.564.353/0001-63, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 85/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

AMPLA CONCORRÊNCIA					
LOTE 02 - RECAPAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E AGRÍCOLA					
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
07	113	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1400x24	1.490,22	168.394,86
08	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 17,5x25	1.825,74	38.340,54
09	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.5x80/18	792,43	16.641,03
10	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 19.5x24	1.818,09	38.179,89
11	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 11L=16SL	629,93	4.409,51
12	300	Serviço	Vulcanização de pneus de máquinas agrícolas e terraplenagens	362,28	108.684,00
13	300	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP" com numeração de 5 a 9 (MÁQUINAS)	65,00	19.500,00
14	6	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) borrachudo 18.4 - 30	1.902,21	11.413,26
15	6	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.4 - 24	906,18	5.437,08
VALOR TOTAL PARA O LOTE 2				R\$ 411.000,00	

LOTE 04 - RECAPAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E AGRÍCOLA

LOTE 04 - COTA EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
22	37	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1400x24	1.490,22	55.138,14
23	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 17,5x25	1.825,74	12.780,18
24	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.5x80/18	792,43	5.547,01
25	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 19.5x24	1.818,09	12.726,63

26	3	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 11L=16SL	629,93	1.889,79
27	100	Serviço	Vulcanização de pneus de máquinas agrícolas e terraplenagens	362,28	36.228,00
28	100	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP" com numeração de 5 a 9 (MÁQUINAS)	65,00	6.500,00
29	2	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) borrachudo 18.4 - 30	1.902,21	3.804,42
30	2	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.4 - 24	906,18	1.812,36
VALOR TOTAL PARA O LOTE 4				R\$ 136.426,53	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA
Rogério Jamyr Belotto
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017 FMS

Publicação Nº 1455581

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017 FMS
Processo Licitatório nº 37/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de dezembro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de computadores para informatização das unidades de saúde do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME, CNPJ 20.081.724/0001-14, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 37/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	07	Unidade	Monitor LED 15,6"	341,83	2.392,81
02	07	Unidade	Mouse óptico USB	13,74	96,18
03	07	Unidade	Teclado padrão USB	23,21	162,47
04	07	Unidade	Computador com processador Intel Dual Core J3060 1.6GHz, 4GB RAM, HD de 500GB, teclado e mouse incluso e sistema operacional Windows 10.	878,90	6.152,30
05	07	Unidade	Estabilizador 1000VA bivolt.	159,73	1.118,11
VALOR TOTAL				R\$ 9.921,87	

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
Gislaine Pacher Bilk
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017 FMS

Publicação Nº 1456301

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de dezembro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 81.706.251/0001-98, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de

sua transcrição.

IT	QUATD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
73	5.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	0,1299	649,50
VALOR TOTAL R\$					R\$ 649,50

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 10.951 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456623

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.951 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais), a fim de suplementar Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339014.00.0896 -	Diárias – Civil	R\$ 500,00	
339030.00.0996 -	Material de Consumo	R\$ 65,00	
	Total	R\$ 565,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00	
339039.00.0996 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 65,00	
	Total	R\$ 565,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.952 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456763

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.952 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 02/2017.

CONSIDERANDO que o Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, realizou as provas do Processo Seletivo nº 02/2017, sob o Regime Administrativo Especial (CONTRATO TEMPORÁRIO), destinado a designação e a formação de Cadastro de Reserva do Quadro de Pessoal deste Município;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os princípios e normas aplicáveis aos certames públicos, garantindo a legalidade, impessoalidade e o bom andamento do Processo Seletivo nº 02/2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Homologar o Resultado Final dos Aprovados no Processo Seletivo Municipal nº 02/2017, seguindo a ordem de classificação descrita no Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Os Candidatos aprovados serão requisitados quando da necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

EDITAL DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017.

I - As HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL encontra-se no Anexo I deste Edital.

II - Mais informações poderão ser obtidas nos sites www.sconcursos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br, em caráter meramente informativo.

Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I**PUBLICAÇÃO DAS HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017****Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	724460	20/02/1994	Tais Buba Kotovicz	1,16	0,29	0,87	2,40	1,75	6,47	0,00	5,18
2	735566	18/01/1990	Aline Lurdes Salvador Da Rocha	0,87	0,00	0,58	2,80	2,10	6,35	0,00	5,08
3	721258	02/05/1969	Dinacir Drevek	0,87	0,58	1,16	2,00	1,05	5,66	1,00	4,73
4	727693	22/12/1987	Isolete Tchoke Zoellner	0,58	0,00	0,87	2,40	1,75	5,60	1,00	4,68

5	721052	09/03/1990	Cristiane Thomas Da Silva Veiga	0,87	0,29	0,87	1,60	1,75	5,38	1,00	4,50
6	731351	12/11/1994	Evilane Ferraz Dos Santos	1,16	0,29	1,16	0,40	2,10	5,11	2,00	4,49
7	722241	16/03/1992	Carla Da Silva	0,58	0,58	0,87	1,20	2,10	5,33	1,00	4,46
8	730179	02/04/1988	Maria Nogueira De Lima Silva	0,87	0,00	1,16	1,60	1,40	5,03	2,00	4,42
9	728595	07/07/1993	Franciele Paloma Maiberg	0,58	0,58	1,16	2,00	1,05	5,37	0,00	4,30
10	721191	22/08/1987	Sirlei Libmann De Jesus	1,16	0,29	0,58	1,60	1,75	5,38	0,00	4,30
11	738122	11/06/1984	Josiane De Fatima Leandro Santos Rank	0,29	0,29	1,16	1,60	1,75	5,09	1,00	4,27
12	729513	25/01/1968	Icleia Ignes Duvoisin Vicenzi	0,87	0,58	0,87	1,60	1,40	5,32	0,00	4,26
13	721355	03/02/1983	Raquel Muehlbauer Blodorn	1,16	0,58	0,87	1,60	1,05	5,26	0,00	4,21
14	722596	27/04/1985	Silvane Ramos	0,58	0,87	1,16	1,60	1,05	5,26	0,00	4,21
15	738754	10/03/1981	Fabiane Vicente Belli Greffin	0,87	0,58	1,16	1,20	1,40	5,21	0,00	4,17
16	741547	09/01/1977	Adriana Tascheck Schreiner	0,87	0,29	0,29	1,60	2,10	5,15	0,00	4,12
17	721600	25/03/1989	Fernanda Cubas Hubner	0,87	0,58	1,45	1,20	1,05	5,15	0,00	4,12
18	725509	17/03/1995	Heloisa Train Malinovski	0,58	0,29	0,87	2,00	1,40	5,14	0,00	4,11
19	741768	22/06/1987	Lucieli Batista	1,16	0,00	0,87	1,60	1,40	5,03	0,00	4,02

Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	721933	17/05/1989	Franciele Huwe Wergutz Weiss	0,87	0,29	1,45	2,00	1,75	6,36	6,36
2	735211	12/01/1997	Fabiola Augustin	0,87	0,29	0,87	2,40	1,75	6,18	6,18
3	721143	15/02/1992	Emelyn Ehlke	0,58	0,58	0,87	2,00	1,75	5,78	5,78
4	723541	21/11/1986	Leticia Brunello Reizer	0,87	0,29	0,87	1,60	2,10	5,73	5,73
5	721821	02/12/1999	Gabriele Ferreira	0,58	0,29	1,16	2,40	1,05	5,48	5,48
6	733575	24/01/1997	Carolini Silva	0,58	0,29	0,87	1,60	2,10	5,44	5,44
7	737408	21/12/1997	Maria Machado	1,16	0,29	0,87	2,00	0,70	5,02	5,02

Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	723220	12/05/1967	Marcio Oliveira De Souza	1,16	0,58	0,87	2,40	1,75	6,76	3,00	6,01
2	742285	15/10/1981	Rosemir Franco	0,87	0,58	1,45	2,80	1,75	7,45	0,00	5,96
3	735650	06/08/1970	Gederson Furtado	0,87	0,58	1,16	2,80	1,75	7,16	1,00	5,93
4	740482	23/01/1992	Jessica Cristina Witt	0,58	0,58	1,16	1,60	2,45	6,37	1,00	5,30
5	741870	31/03/1994	Jaison Ferreira	1,16	0,58	1,16	1,60	2,10	6,60	0,00	5,28
6	740528	16/01/1991	Annie Evelyn De Lima	0,87	0,00	1,16	2,00	2,10	6,13	1,00	5,10
7	735417	27/09/1961	Rogério Jorge Scarpim	1,16	0,58	0,58	1,20	2,10	5,62	2,00	4,90
8	728881	11/05/1988	Jonas Da Silva De Sousa	0,87	0,29	0,58	2,80	0,70	5,24	2,00	4,59
9	721931	20/06/1978	Joao Lindomar Batista	1,16	0,29	0,87	2,00	1,05	5,37	0,00	4,30
10	729591	24/07/1987	Lucas De Farias	0,58	0,58	0,87	2,40	0,70	5,13	0,00	4,10

Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	724305	10/10/1997	Thalia Falquevicz	0,87	0,00	0,87	2,00	2,10	5,84	5,84
2	731951	06/06/1999	Mellanie Merie Cunha Zoellner	0,58	0,58	0,29	2,00	2,10	5,55	5,55
3	735610	10/12/1974	Eulalia Gorniack Custodio	0,87	0,00	1,16	2,00	1,40	5,43	5,43

4	727868	19/08/1996	Paulo Fellipe Cipriani	1,16	0,29	0,58	1,60	1,40	5,03	5,03
---	--------	------------	------------------------	------	------	------	------	------	------	------

Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	735664	01/09/1967	Hortencia Maria De Liz	0,87	0,29	0,87	2,00	2,10	6,13	0,00	4,90

Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	721749	20/01/1991	Luana Jaciara De Lima	0,87	0,58	1,16	2,00	2,10	6,71	6,71
2	722925	25/04/1996	Gabriela Luciana Machado	1,16	0,29	0,87	2,00	2,10	6,42	6,42
3	732831	23/04/1994	Dandara Neidert	0,58	0,87	0,58	2,00	1,75	5,78	5,78
4	741208	19/12/1994	Andressa Alves Martins	0,87	0,29	1,45	1,60	1,40	5,61	5,61
5	732972	04/04/1996	Fabiola Rodrigues Vieira	0,58	0,29	0,87	2,40	1,05	5,19	5,19

Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Demais Cargos Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	735374	22/02/1982	Ederson Idalencio	0,87	0,29	0,87	2,00	2,10	6,13	6,13
2	731000	05/04/1987	Clara Fischer Reis	0,87	0,29	0,58	2,40	1,40	5,54	5,54

Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	721809	11/06/1986	Cleiton Jesiel Da Maia	0,87	0,58	1,16	2,00	1,75	6,36	0,00	5,09
2	740279	19/12/1989	Gustavo De Castro Alves Machado	1,16	0,00	1,16	2,40	0,70	5,42	0,00	4,34
3	735120	08/04/1988	Diego Jose Andrade De Oliveira	1,16	0,00	0,87	2,40	0,70	5,13	0,00	4,10
4	741082	01/01/1992	Juliana Piaz Kocan	0,58	0,29	1,16	2,40	0,70	5,13	0,00	4,10

Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	721654	29/07/1980	Josias Geraldo Pinheiro	0,87	0,58	0,87	2,80	1,05	6,17	6,17
2	729204	09/03/1972	Gleice Swirkowsky	0,87	0,58	0,29	2,40	1,05	5,19	5,19

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental – HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	737134	29/03/1984	Rafael De Carvalho	0,87	0,87	1,16	2,40	1,05	6,35	6,35

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	741629	02/09/1990	Tiago Lopes Rodrigues	0,87	1,16	1,16	1,60	1,75	6,54	0,00	5,23
2	735442	14/09/1993	Bruna Zigovski Biaobock	0,58	1,45	1,16	1,60	1,75	6,54	0,00	5,23
3	738162	08/11/1970	Silvana Rhenius Vidal Martins Kubiak	0,87	0,29	0,58	2,00	1,40	5,14	0,00	4,11

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	743713	20/05/1991	Joao Pedro Carvalho Figueiredo	0,58	1,45	0,87	2,00	1,05	5,95	5,95
2	723421	26/02/1990	Cristiano Schneider	0,87	0,87	0,87	1,20	1,75	5,56	5,56

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	740174	01/01/1988	Fabiane Do Rocio Nascimento	0,87	0,29	0,87	2,80	1,75	6,58	0,00	5,26
2	741576	30/08/1992	Jessica Guerreiro Valuthky	0,87	0,00	0,87	2,40	1,40	5,54	0,00	4,43
3	731355	10/06/1995	Alana De Castilho Do Nascimento	0,87	0,00	0,58	2,80	1,05	5,30	0,00	4,24

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	729039	29/03/1994	Tania Kornatzki	0,58	0,29	1,16	3,20	1,75	6,98	0,00	5,58
2	737631	15/09/1994	Claudio Fernando Zeszotko	0,58	0,87	0,87	2,40	1,40	6,12	0,00	4,90

Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	741271	28/10/1981	Margarete Regina Hacke Rohrbacher	1,16	0,29	0,58	2,40	1,75	6,18	6,18

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Não há candidatos aprovados neste cargo

Campo Agre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOSWSKI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.953 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456766

DECRETO Nº 10.953 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito suplementar no valor de R\$ 30.500,00 (trinta mil, quinhentos reais), nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.10 -	Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família		
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família		
300000.00.0511 -	Despesas Correntes		
310000.00.0511 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0511 -	Aplicações Diretas		
319011.00.0511 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 15.500,00	
400000.00.0511 -	Despesas de Capital		
410000.00.0511 -	Investimentos		
419000.00.0511 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0511 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.500,00	
	Total	R\$ 30.500,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.954 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456823

DECRETO Nº 10.954 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito suplementar no Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.0119 -	Despesas Correntes		
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0119 -	Material de Consumo	R\$ 3.500,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
---------	--------------------------	--	--

91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.0119 -	Despesas Correntes		
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
339036.00.0119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
339039.00.0119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00	
339047.00.0119 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 500,00	
	TOTAL	R\$ 3.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.083 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456908

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.083 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CRISTIANE DO ROCIO ODIA, Matrícula Funcional nº 000740, Registro no Sistema sob nº 95266, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.084 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456909

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.084 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, Matrícula Funcional nº 000495, Registro no Sistema sob nº 954517, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo: 15 de janeiro de 2017 a 14 de janeiro de 2018.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de dezembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.085 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456915

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.085 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, JANETE PEREIRA MONNEY, Matrícula Funcional nº 000820, Registro no Sistema sob nº 955489, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.086 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456922

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.086 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, Matrícula Funcional nº 000093, Registro no Sistema sob nº 295720, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.089 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456974

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.089 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, WANDERLÉIA FURTADO, Matrícula Funcional nº 000759, Registro no Sistema sob nº 955362, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de dezembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.090 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456975

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.090 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ZÉLIA MARIA LAVAL, Matrícula Funcional nº 000734, Registro no Sistema sob nº 955251, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2017 a 06 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14766.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de dezembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.091 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456981

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.091 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, Matrícula Funcional nº 000438, Registro no Sistema sob nº 954330, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Processamento de Dados, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a disposição do Foro da Comarca do Município de São Bento do Sul/SC., pela Portaria nº 13.938 de 09 de janeiro de 2017, 01 de janeiro de 2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo de 10 de maio de 2015 a 09 de maio de 2016.

Art. 2º O Servidor gozou as férias no período de 12 de setembro de 2016 a 1º de outubro de 2016, conforme informado pelo ofício nº 108/16 do Poder Judiciário, da Secretaria do Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, expedido em data de 06 de dezembro de 2016, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2016, sob o nº 7105.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em data de 12 de setembro de 2016.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de dezembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 12/2017

Publicação Nº 1456006

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, 473, no Município de Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ nº 04.310.564/0001-81, representada por seu PROCURADOR, Sr. MARCELO FIRMINO VAZ, brasileiro, administrador de empresa, casado, residente e domiciliado na Rua Paulo Ramos, nº 95, Capoeiras, na cidade de Florianópolis - SC, inscrito no CPF nº 888.286.979-20 e RG 2.068.573-4/SSP/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 12/2017, oriundo do Processo Licitatório nº 07/2017 modalidade Dispensa por Justificativa nº 06/2017, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 12/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRE- SA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 13/2017

Publicação Nº 1455956

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, portador da cédula de identidade 942.337 e inscrito no CPF sob o nº 383.850.079-20, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 13/2017, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 13/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLOGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME CNPJ: 86.731.494/0001-08 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 32/2017

Publicação Nº 1455624

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA ELOI TREVISAN CONSULTORIA - ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Bandeirantes, 145, Centro – Campo Erê – SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.307.776/0001-75, neste ato representado por seu Gestor Sr. Gelso Paloschi, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no CPF nº 842.957.249-04 e RG nº 333.155-9/SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ELOI TREVISAN CONSULTORIA - ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 22.087.579/0001-04, com sede na Rua Natal, nº 2520, Bairro Nova Divinéia, Município de Pinhalzinho, representada neste ato, pelo Senhor ELOI TREVISAN, portador da Cédula de Identidade nº 1.831.587 e inscrito no CPF-MF sob o nº 558.866.809-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 032/2017, oriundo do Processo Licitatório nº 103/2017/FMS modalidade Pregão Presencial nº 03/2017/FMS, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 032/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

GELSO PALOSCHI GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATANTE	ELOI TREVISAN CONSULTORIA - ME CNPJ 22.087.579/0001-04 CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 33/2017

Publicação Nº 1455917

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA INTELLIBR SISTEMA LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE LICENÇA PARA USO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa INTELLIBR SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rua Juvenal Pereira, nº 53, casa, kobrasol, São José/SC, inscrita no CNPJ 08.982.125/0001-76, representada neste ato pelo Sr. CESAR MURILO MULLER DE JESUS, CPF nº 667.742.259-34, doravante denominado CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 33/2017, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações, e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A CLÁUSULA I passa a vigorar conforme segue, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

0.1 – O objeto do presente CONTRATO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇA PARA USOS DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO ESCOLAR, conforme especificação e descrição no quadro a seguir:

Item	DESCRIÇÃO	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços de Licença de uso do Sistema de Gerenciamento Escolar, utilizado pela Secretaria da Educação do Município Campo Erê, SC.	8 Meses (março a outubro/2018)	558,75	4.470,00

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o Prazo de vigência do Contrato 33/2017 para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 13 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	INTELLIBR SISTEMAS LTDA CNPJ 08.982.125/0001-76 CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

JULIANE SILVESTRI BELTRAME
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 35/2017

Publicação Nº 1455969

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA TOSS, SAVOLDI & STEIMBACH LTDA ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa TOSS, SAVOLDI & STEIMBACH LTDA ME, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 2284, no Município de Beltrão/PR, inscrita no CNPJ nº 22.767.946/0001-10, representada por seu sócio administrador, Sr(a). Guilherme Toss, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Beltrão/PR, inscrito no CPF nº 073.997.419-05, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 035/2017, oriundo do Processo Licitatório nº 178/2017 modalidade Pregão Presencial nº 07/2017, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 035/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	TOSS, SAVOLDI & STEIMBACH LTDA ME CNPJ: 07.821.359/0001-79 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 36/2017

Publicação Nº 1455620

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA PALUDO E GIACOMETTI LTDA ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Bandeirantes, 145, Centro – Campo Erê – SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.307.776/0001-75, neste ato representado por seu Gestor Sr. Gelso Paloschi, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no CPF nº 842.957.249-04 e RG nº 333.155-9/SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PALUDO E GIACOMETTI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.061.147/0001-30, com sede na Rua Coronel Bertaso, Nº 1869, Centro, Campo Erê - SC, neste ato representado pela sua representante legal SIMONE PALUDO DE GIACOMETTI, brasileira, casada, farmacêutica, portador da cédula de identidade nº 3.456.205, expedida pela SSP/SC, e inscrito(a) no CPF nº 033.017.409-60, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 036/2017, oriundo do Processo Licitatório nº 382/2017/FMS modalidade Inexigibilidade nº 04/2017/FMS, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 036/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

GELSO PALOSCHI GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATANTE	PALUDO E GIACOMETTI LTDA ME CNPJ 07.061.147/0001-30 CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 46/2017

Publicação Nº 1455611

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CAMPO ERÊ - FIA E A EMPRESA RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CAMPO ERÊ – FIA, pessoa jurídica de direito público, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.691.982/0001-33, neste ato representado por seu Gestor Sr. NELSON TRESOLDI, portador da Cédula de Identidade nº 2943937/SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 270.634.960-34, residente e domiciliado no município de Campo Erê-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Rui Barbosa, nº 518-sala 103, Centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, estado de Santa Catarina, CEP 89990-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.955.823/0001-82, neste ato representado por Rafael Silvestre de Vargas, portador da Cédula de Identidade nº 7056005163/SSP/RS e inscrito no CPF-MF sob o nº 353.115.090-15, residente e domiciliado na Av. Brasil, 1131, Apto 08, Centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, estado de Santa Catarina, de ora em diante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 046/2017, oriundo do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 774/2017 na Modalidade de DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N. 737/2017, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 046/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018, com a condição da contratada, até a data de 31/01/2018 regularizar a situação fiscal, conforme declaração anexa, caso contrário, considera rescindido o presente contrato de forma automática sem necessidade de notificação da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

NELSON TRESOLDI GESTOR FIA CONTRATANTE	RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS ME CNPJ 08.955.823/0001-82 CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica
Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 47/2017

Publicação Nº 1455615

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA TATIANE NALIN MEI, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa TATIANE NALIN MEI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Ituporã, nº 919, Centro, na cidade de Campo Erê, estado de Santa Catarina, CEP 89980-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.169.824/0001-92, neste ato representado por Tatiane Nalin, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.250.459-31, residente e domiciliada na cidade de Campo Erê, estado de Santa Catarina, de ora em diante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 047/2017, oriundo do Processo Licitatório nº 697/2017 modalidade Pregão Presencial nº 23/2017, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 047/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	TATIANE NALIN MEI CNPJ: 17.169.824/0001-92 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 55/2017

Publicação Nº 1455637

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA ALVIRA TEREZINHA COMIN MEI, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES ORIUNDAS DOS PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Campo Erê, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Dona Terezinha, 316, Centro – Campo Erê – SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.792.399/0001-70, neste ato representado por sua Gestora Sra. LUCIANE GIACCHINI ANTONIETTI, portadora da Cédula de Identidade nº 2943088/SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 807.714.679-15, residente e domiciliada no município de Campo Erê-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa ALVIRA TEREZINHA COMIN MEI, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 27.397.797/0001-69, com sede na Av Astor Schoeninger, 632, Centro, na cidade de Campo Erê, estado de Santa Catarina, CEP 89980-000 representada neste ato, pela Sra. Alvira Terezinha Comin, portadora da Cédula de Identidade nº 2.647.739/SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 760.986.059-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 055/2017, oriundo do Processo de Licitação Nº 1318/2017 modalidade Pregão Presencial nº 49/2017, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 055/2017, para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 13 de dezembro de 2017.

LUCIANE GIACCHINI ANTONIETTI Gestora Fundo Mun de Assistência Social CONTRATANTE	ALVIRA TEREZINHA COMIN MEI CNPJ 27.397.797/0001-69 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica
Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

4º TERMO ADITIVO CONTRATO FMS 01/2014

Publicação Nº 1455622

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 01/2014

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Bandeirantes, 145, Centro – Campo Erê – SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.307.776/0001-75, neste ato representado por seu Gestor Sr. Gelso Paloschi, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no CPF nº 842.957.249-04 e RG nº 333.155-9/SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS com sede na Rua Antonio Mendes, 959 – Centro, na cidade de Campo Ere - SC, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.898/0001-35, neste ato representada pela sua presidente Sra. Sonaira Paula Dal Piva, RG nº 3.719.824, e CPF nº 050.622.189-00 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato FMS 01/2014, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o Prazo de vigência do Contrato FMS 01/2014 para até 31/12/2018, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 13 de dezembro de 2017.

GELSO PALOSCHI GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATANTE	APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CNPJ 78.510.898/0001-35 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica

Juliane Silvestri Beltrame
Assessora Jurídica
OAB/SC 21.198

EXTRATO CONTRATO 73/2017

Publicação Nº 1456025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 73/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, CNPJ 09.427.503/0001-12. OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da lei 8.666/93, c/atual. VALOR: R\$ R\$ 7.410,00 (sete mil e quatrocentos e dez reais). Campo Erê/SC, em 13/12/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Gilsoni Lunardi Albino pela Contratada.

PREGÃO PRESENCIAL 05-CRESIM

Publicação Nº 1455495

CONSÓRCIO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL – CRESIM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

EXTRATO DE EDITAL

Consórcio da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM, com sede no Município de Campo Ere - SC, através de seu Presidente Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até às 09:00horas do dia 28 de Dezembro de 2017, o Pregoeiro Oficial do Consórcio, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 06/2017 na modalidade de Pregão Presencial Nº 05/2016, para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais para atendimento das demandas do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Microrregional, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS - Rua Bandeirantes, nº 1438, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 13:30hs às 17:30hs, ou pelo e-mail admcresim@gmail.com , Campo Erê - SC, 13 de Dezembro de 2017 – Odilson Vicente de Lima – Presidente do CRESIM

RETIFICA E PRORROGA PRAZO PP 83/2017/FMS

Publicação Nº 1455971

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2269/2017/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017/FMS

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

Retifica o Edital e Prorroga prazo de abertura do:

Processo Licitatório n.º 2269/2017/FMS– PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017/FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Campo Erê - SC, através de seu gestor Sr. Gelso Paloschi, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados que RETIFICA O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017/FMS, cujo objeto é a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, conforme especificado neste Edital, e, DETERMINA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO para o dia 04 de janeiro de 2018 às 08:00horas, onde os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao Pregoeiro Oficial do Município no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Informações pelo site. www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3028. Campo Erê - SC, 13/12/2017. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial / GELSO PALOSCHI – GESTOR DO FMS.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISP. JUST. N. 2166/2017 REPUBLICADO

Publicação Nº 1457139

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 2276/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 2166/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
REPUBLICADO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 2166/2017;

b) Objeto: O presente certame trata da aquisição de bicicletas (cor e características básicas a definir no momento da aquisição) que serão utilizadas como premiação aos alunos do programa "PRO-ERD";

c) Contratadas: MARCOS NIEDERMAIER EPP – FILIAL 02;

d) Valor Global: 7.230,00 (sete mil duzentos e trinta reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 07 de dezembro de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.907/17 DE 08/12/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1456704

DECRETO Nº 7.907/17 de 08/12/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 242.230,82 (Duzentos e quarenta e dois reais, duzentos e trinta reais e oitenta e dois centavos) projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 – DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.004 – Manutenção dos Departamento de tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elementos de despesa: 16- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações DiretasR\$ 407,40

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 05 – DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção do Dep. de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elementos de despesa: 18- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações DiretasR\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 07 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras

Elementos de despesa: 23- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações DiretasR\$ 11.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 – Manutenção do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

Elementos de despesa: 34- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.0000- Aplicações Diretas ...R\$ 1.904,96

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 – DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 – Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil – Pré-Escolar

Elementos de despesa: 45- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações Diretas ...R\$ 18.810,11

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA – GERÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 – Manutenção do Dep. da Agricultura

– Gerência

Elementos de despesa: 81- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações Diretas R\$ 37.414,17

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 – Manutenção do Dep. de Manutenção e Apoio Operacional

Elementos de despesa: 107- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Dep. de Estradas e Rodagem

Elementos de despesa: 116- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações Diretas...R\$ 125.152,21

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Dep. de Esportes

Elementos de despesa: 128- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações Diretas...R\$ 17.913,29

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 28 – DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 – Manutenção do Dep. da Juventude e Lazer

Elementos de despesa: 131- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações Diretas...R\$ 18.128,68

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos dos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 – DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.004 – Manutenção dos Departamento de tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elementos de despesa: 17- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações DiretasR\$ 407,40

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 05 – DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção do Dep. de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elementos de despesa: 19- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações DiretasR\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 07 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras

Elementos de despesa: 24- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000- Aplicações DiretasR\$ 11.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 – Manutenção do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério
Elementos de despesa: 36- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000
00- Aplicações Diretas ...R\$ 1.904,96

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 – DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRÉ ESCOLAR
PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 – Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil – Pré-Escolar
Elementos de despesa: 134- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000
000- Aplicações Diretas ...R\$ 18.810,11

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA – GERÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 – Manutenção do Dep. da Agricultura – Gerência
Elementos de despesa: 82- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
00- Aplicações Diretas R\$ 37.414,17

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 – Manutenção do Dep. de Manutenção e Apoio Operacional
Elementos de despesa: 108- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Dep. de Estradas e Rodagem
Elementos de despesa: 119- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- Aplicações Diretas...R\$ 125.152,21

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Dep. de Esportes
Elementos de despesa: 129- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- Aplicações Diretas...R\$ 17.634,89
Elementos de despesa: 153- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000
000- Aplicações Diretas...R\$ 278,40

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 28 – DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER
PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 – Manutenção do Dep. da Juventude e Lazer
Elementos de despesa: 132- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- Aplicações Diretas...R\$ 18.128,68

Art 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 08 de dezembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

RG 56_17 OLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS PARA VEICULOS DO OBRAS

Publicação Nº 1456688

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 137/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2017

No dia 12 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 91/2017, Processo Licitatório nº. 137/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS PARA DEMANDA DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6065	JOACABA PNEUS LTDA	
10467	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	3, 9, 13
11840	LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES LT	4, 11, 16, 22
11841	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT	
9950	MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME	5, 7, 8, 10, 14, 15, 18, 19, 20, 21
8620	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	1, 2, 6, 12, 17
9775	MECANICA AUTO GIRO ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JOACABA PNEUS LTDA	84.587.245/0010-48	AULEMIR DEBIASI	484.428.369-34
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES LT	22.259.826/0001-02	EDSON JOHNNY SCUCIATO	054.723.909-23
LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT	23.083.960/0001-68	JOELSON CARDOSO	069.543.459-46
MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME	10.291.448/0001-65	MARCOS ANDRE PEREIRA	008.581.899-25
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	80.954.555/0001-01	MARCELO FELSNER	253.012.259-87
MECANICA AUTO GIRO ME	08.753.581/0001-44	PATRICIA APARECIDA MORAIS	032.057.539-09

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS PARA DEMANDA DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8620 - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	DETERGENTE PARA REMOÇÃO DE GRAXAS 200 LTS CONCENTRAÇÃO 1 LITRO EM 10 LITROS DE ÁGUA	UN	LG	5,000	340,0000	1.700,00
2	DETERGENTE SHAMPOO BEM. 200 LTS CONCENTRAÇÃO 01L EM 10L DE ÁGUA	UN	LG	5,000	340,0000	1.700,00
6	OLEO ATF TIPO A	L	MOTOR'S PR	100,000	12,0000	1.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 137/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017

Fornecedor: 8620 - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO PARA MOTORES DIESEL DE ALTA POTENCIA, SUPERALIMENTADOS OU TURBO OPREM EM CONDIÇÕES SEVERAS, CLASSIFICAÇÃO API C14/SL, ACEA E7-04, MERCEDES BENS, VOLVO, CUMMIS, GRAU SAE 15W/40. BALDE 20 LITROS	UN	PETRONAS	120,000	190,0000	22.800,00
17	OLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRAULICOS E DE FREIOS COM APROVAÇÃO DIN 51524, PARTE 2 TIPO HLP SAE 46 BALDE 20 LITROS	UN	PACKBLEND	30,000	179,0000	5.370,00

Fornecedor: 9950 - MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	GRAXA CONSISTENCIAL GRAU NLGI-2 ESPESSATE A BASE DE SABAO DE LITIO CONTENDO BISSULFETO DE MOLIBIDENIO. BALDE 20 LITROS	UN	SUSPENSY	50,000	330,0000	16.500,00
7	OLEO DE MULTIPLAS APLICAÇÕES PARA TRATORES AGRICULAS, PARA SISTEMAS DE TRANSMISSÃO API GL-4, CARTEPILLAR TO-4 E ALISSON C-3, GRAU SAE 30. BALDE 20 LITROS	UN	IPIRANGA	50,000	200,0000	10.000,00
8	OLEO DE MULTIPLAS APLICAÇÕES PARA TRATORES QUE ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES CLASSIFICAÇÃO ALLISON C-4, API GL4, CATERPILLAR TO -2, GRAU SAE 20W/30, BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	30,000	236,0000	7.080,00
10	OLEO DOSI TEMPOS, 500 ML. COR VERMELHA, PONTO INICIAL DE EBULIÇÃO ACIMA DE 150C	UN	IPIRANGA	100,000	7,8500	785,00
14	OLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS PARA ENGRENAGENS HIPOIDES, EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE DIFERENCIAIS EM GERAL, CLASSIFICAÇÃO API GL-5 E MIL L-2105D, GRAU SAE 90. BALDE 20 LITROS	UN	INGRAX	60,000	185,0000	11.100,00
15	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DIESEL COM ASPIRAÇÃO NATURAL E SUPERALIMENTADOS, QUE OPEREM EM CONDIÇÕES SEVERAS, CLASSIFICAÇÃO API CF, ALISSON C-4 GRAU SAE 10W BALDE 20 LITROS	UN	IPIRANGA	70,000	255,0000	17.850,00
18	OLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRAULICOS, CLASSIFICAÇÃO DIN 51524 PARTE 2 CATEGORIA HPL, GRAU ISO 68 BALDE 20 LITROS	UN	INGRAX	140,000	154,0000	21.560,00
19	OLEO MINERAL PARA CAIXA E CAMBIO API GL5 80W/90 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	20,000	189,0000	3.780,00
20	OLEO PARA MOTOR 15W40 EXTRA TURBO BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	35,000	175,0000	6.125,00
21	GRAXA PARA PINOS - BALDE DE 18KG	UN	INGRAX	40,000	145,0000	5.800,00

Fornecedor: 10467 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	FLUIDO PARA FREIO DOT 4 500 ML	UN	RADNAQ	50,000	13,0000	650,00
9	OLEO DE MULTIPLAS APLICAÇÕES PARA TRATORES QUE ATENDEM AS ESPECIFICAÇÕES ALLISON C-4, API GL-4 CATERPILLAR TO-2, GRAU SAE 10W/30. BALDE 20 LITROS	UN	FORT OIL	35,000	245,0000	8.575,00
13	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO DE BASE SINTETICA E ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES A GASOLINA E ALCOOL OU GNV CLASSIFICAÇÃO API, SL GRAU SAE 15W/50	L	PETRONAS	150,000	22,7500	3.412,50

Fornecedor: 11840 - LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES LT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	FLUIDO PARA RADIADORES PRONTO PARA USO COMPOSTO A BASE DE MONOETILENO GLICOL, ISENTO DE AMINAS NITRITOS E FOSFATOS QUE ATENDA AS NORMAS DA ABNT NBR 13705	UN	ORBI	150,000	11,5000	1.725,00
11	OLEO HIDRAULICO TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMATICAS DIREÇÕES HIDRAULICAS GM DETRON III, FORD MERCON, ALLISON C-4, C-4 BALDE 20 LITROS	UN	REPSOL	15,000	485,0000	7.275,00
16	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DIESEL COM ASPIRAÇÃO NATURAL E SUPERALIMENTADOS, QUE OPEREM EM CONDIÇÕES SEVERAS CLASSIFICAÇÃO API CF, ALLISON T0 4, GRAU SAE 50W BALDE DE 20 LITROS	UN	LUBRAX	25,000	240,0000	6.000,00
22	OLEO LUBRIFICANTE 100% SINTETICO PARA MOTORES DIESEL TURBO VW E MAM SAE 10W 40 API CI -04 BALDE DE 20 LITROS	UN	REPSOL	60,000	340,0000	20.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8
Processo Nº.: 137/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 137/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 137/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 137/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 137/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8
Processo N°.: 137/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 91/2017

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 12 de Dezembro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JOACABA PNEUS LTDA	CNPJ: 84.587.245/0010-48	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES LT	CNPJ: 22.259.826/0001-02	_____
LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT	CNPJ: 23.083.960/0001-68	_____
MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME	CNPJ: 10.291.448/0001-65	_____
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	CNPJ: 80.954.555/0001-01	_____
MECANICA AUTO GIRO ME	CNPJ: 08.753.581/0001-44	_____

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS NOVEMBRO/2017

Publicação Nº 1457028

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Novembro

Página: 1/11

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	1.265.534,97D	303.011,67	364.738,51	1.203.808,13D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	814.103,48D	303.011,67	361.141,60	755.973,55D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	761.335,27D	301.606,48	341.770,07	721.171,88D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	761.335,27D	301.606,48	341.770,07	721.171,88D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	761.335,27D	301.606,48	341.770,07	721.171,88D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÊS CONTAS	761.335,27D	301.606,48	341.770,07	721.171,88D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÊS CONTAS	761.335,27D	301.606,48	341.770,07	721.171,88D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	761.335,27D	301.606,48	341.770,07	721.171,88D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	761.335,27D	301.606,48	341.770,07	721.171,88D
1.1.3			DEBÊS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	18.366,34D	1.405,19	19.371,53	400,00D
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	18.366,34D	600,00	18.566,34	400,00D
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	18.366,34D	600,00	18.566,34	400,00D
1.1.3.1.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	18.366,34D	0,00	18.366,34	0,00
1.1.3.1.1.1.1	P	P	13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	18.366,34D	0,00	18.366,34	0,00
1.1.3.1.1.1.1.1	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	600,00	200,00	400,00D
1.1.3.8			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	805,19	805,19	0,00
1.1.3.8.1			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	805,19	805,19	0,00
1.1.3.8.1.08			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	0,00	62,14	62,14	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	0,00	62,14	62,14	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01.00.000001 (47940)	P	F	SALÁRIO-FAMILIA	0,00	62,14	62,14	0,00
1.1.3.8.1.09			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE F	0,00	743,05	743,05	0,00
1.1.3.8.1.09.00.01			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	0,00	743,05	743,05	0,00
1.1.3.8.1.09.00.01.00.000001 (47941)	P	F	SALÁRIO-MATERNIDADE	0,00	743,05	743,05	0,00
1.1.5			ESTOQUES	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6			ALMOXARIFADO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03.00.01 (42388)	P	P	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	32.356,79D	0,00	0,00	32.356,79D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	6.245,99D	0,00	0,00	6.245,99D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	6.245,99D	0,00	0,00	6.245,99D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	26.110,80D	0,00	0,00	26.110,80D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	26.110,80D	0,00	0,00	26.110,80D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	451.431,49D	0,00	3.596,91	447.834,58D
1.2.3			IMOBILIZADO	451.431,49D	0,00	3.596,91	447.834,58D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	292.416,59D	0,00	0,00	292.416,59D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	292.416,59D	0,00	0,00	292.416,59D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	37.819,90D	0,00	0,00	37.819,90D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	35.769,90D	0,00	0,00	35.769,90D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42865)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	35.769,90D	0,00	0,00	35.769,90D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	61.267,10D	0,00	0,00	61.267,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	61.267,10D	0,00	0,00	61.267,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42868)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	61.267,10D	0,00	0,00	61.267,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	79.807,59D	0,00	0,00	79.807,59D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.805,69D	0,00	0,00	2.805,69D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Novembro
Página: 2/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	4.839,90D	0,00	0,00	4.839,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	72.162,00D	0,00	0,00	72.162,00D
1.2.3.1.1.04	P	P	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	15.712,00D	0,00	0,00	15.712,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	15.712,00D	0,00	0,00	15.712,00D
1.2.3.1.1.05	P	P	VEÍCULOS	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.05.03 (42907)	P	P	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.99	P	P	DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2	P	P	BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1	P	P	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	50.157,70C	0,00	3.596,91	53.754,61C
1.2.3.8.1	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOI	50.157,70C	0,00	3.596,91	53.754,61C
1.2.3.8.1.01	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	50.157,70C	0,00	3.596,91	53.754,61C
1.2.3.8.1.01.05 (43013)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	4.462,36C	0,00	1.383,33	5.845,69C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	45.695,34C	0,00	2.213,58	47.908,92C

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Novembro
Página: 3/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	494.063,70C	517.259,06	423.804,27	400.608,91C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	157.562,88C	517.259,06	423.804,27	64.108,09C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	157.029,56C	422.691,21	329.186,35	63.524,70C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	157.029,56C	314.182,72	220.677,86	63.524,70C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	157.029,56C	314.182,72	220.677,86	63.524,70C
2.1.1.1.1.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	157.029,56C	314.182,72	220.677,86	63.524,70C
2.1.1.1.1.01.01			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	197.821,65	197.821,65	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	97.894,49C	116.361,05	19.300,48	833,92C
2.1.1.1.1.01.03	P	P	FÉRIAS	59.135,07C	116.361,05	19.300,48	833,92C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43094)			FÉRIAS	59.135,07C	0,02	3.555,73	62.690,78C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43096)	P	P	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	63.311,30	63.311,30	0,00
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	63.311,30	63.311,30	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	63.311,30	63.311,30	0,00
2.1.1.2.1.01			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	45.197,19	45.197,19	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	45.197,19	45.197,19	0,00
2.1.1.4.3			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	45.197,19	45.197,19	0,00
2.1.1.4.3.01			FONECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	45.197,19	45.197,19	0,00
2.1.1.4.3.01.01			FONECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	45.197,19	45.197,19	0,00
2.1.3			FONECEDORES NACIONAIS	0,00	34.145,26	34.145,26	0,00
2.1.3.1			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	34.145,26	34.145,26	0,00
2.1.3.1.1			FONECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	34.145,26	34.145,26	0,00
2.1.3.1.1.01			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	34.145,26	34.145,26	0,00
2.1.8			VALORES RESTITUIVEIS	533,32C	60.422,59	60.472,66	583,39C
2.1.8.8			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	533,32C	60.422,59	60.472,66	583,39C
2.1.8.8.1			CONSIGNAÇÕES	533,32C	59.057,85	59.107,92	583,39C
2.1.8.8.1.01			INSS	0,00	17.841,92	17.841,92	0,00
2.1.8.8.1.01.02 (43538)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	28.358,88	28.358,88	0,00
2.1.8.8.1.01.04	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	28.358,88	28.358,88	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.03 (47959)			ISS	533,32C	0,00	50,07	583,39C
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	12.857,05	12.857,05	0,00
2.1.8.8.1.01.99			EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	7.711,10	7.711,10	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	SI COOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	4.600,02	4.600,02	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	AGEMED	0,00	454,24	454,24	0,00
2.1.8.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	SINDCAMPOS	0,00	91,69	91,69	0,00
2.1.8.8.1.01.99.08 (50738)	P	F	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	1.364,74	1.364,74	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	1.364,74	1.364,74	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	336.500,82C	0,00	0,00	336.500,82C
2.3			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	RESULTADOS ACUMULADOS	39.878,68D	0,00	0,00	39.878,68D
2.3.7			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	39.878,68D	0,00	0,00	39.878,68D
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	4.386.455,06D	0,00	0,00	4.386.455,06D
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.386.455,06D	0,00	0,00	4.386.455,06D
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P					

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Novembro
Página: 4/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	4.961.623,88C	0,00	0,00	4.961.623,88C
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.961.623,88C	0,00	0,00	4.961.623,88C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	615.047,50D	0,00	0,00	615.047,50D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	615.047,50D	0,00	0,00	615.047,50D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Novembro
 Página: 5/11

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2.248.055,92D	288.648,55	0,00	2.516.704,47D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	1.504.386,20D	199.690,73	0,00	1.704.076,93D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.269.157,15D	154.493,54	0,00	1.423.650,69D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	1.084.843,01D	131.637,33	0,00	1.216.480,34D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	1.084.843,01D	131.637,33	0,00	1.216.480,34D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	1.077.895,47D	131.305,05	0,00	1.209.000,52D
3.1.1.1.1.01(44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	1.077.895,47D	110.356,91	0,00	1.188.052,38D
3.1.1.1.1.01(44218)	P		13. SALÁRIO	0,00	20.948,14	0,00	20.948,14D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	7.147,54D	332,28	0,00	7.479,82D
3.1.1.1.1.02(44236)	P		SERVÇOS EXTRAORDINÁRIOS	7.147,54D	332,28	0,00	7.479,82D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	184.314,14D	22.856,21	0,00	207.170,35D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	184.314,14D	22.856,21	0,00	207.170,35D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	184.314,14D	22.856,21	0,00	207.170,35D
3.1.1.2.1.01(44268)	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	79.253,31D	3.555,73	0,00	82.809,04D
3.1.1.2.1.01(44269)	P		13. SALÁRIO	105.060,83D	19.300,48	0,00	124.361,31D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	235.229,05D	45.197,19	0,00	280.426,24D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	235.229,05D	45.197,19	0,00	280.426,24D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	235.229,05D	45.197,19	0,00	280.426,24D
3.1.2.2.3.01(44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	235.229,05D	45.197,19	0,00	280.426,24D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	310.343,74D	31.655,65	0,00	341.999,39D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	310.343,74D	31.655,65	0,00	341.999,39D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	310.343,74D	31.655,65	0,00	341.999,39D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	310.343,74D	31.655,65	0,00	341.999,39D
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	310.343,74D	31.655,65	0,00	341.999,39D
3.2.1.1.1.01(48290)	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	310.343,74D	31.655,65	0,00	341.999,39D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	433.325,98D	37.302,17	0,00	470.628,15D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	55.437,43D	4.529,08	0,00	59.966,51D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	55.437,43D	4.529,08	0,00	59.966,51D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	5.179,38D	458,33	0,00	5.637,71D
3.3.1.1.1.01(44500)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	855,90D	0,00	0,00	855,90D
3.3.1.1.1.15(44512)	P		MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	4.689,50D	144,90	0,00	4.834,40D
3.3.1.1.1.16(44513)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	450,00D	0,00	0,00	450,00D
3.3.1.1.1.17(44514)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	7.566,67D	912,10	0,00	8.478,77D
3.3.1.1.1.21(44518)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	3.841,01D	763,91	0,00	4.604,92D
3.3.1.1.1.22(44519)	P		UNIFORMES, TECIDOS E AVALIAMENTOS	2.396,00D	0,00	0,00	2.396,00D
3.3.1.1.1.23(44520)	P		MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMOVEIS/INSTALAÇÕES	5.488,65D	0,00	0,00	5.488,65D
3.3.1.1.1.24(44521)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	737,00D	0,00	0,00	737,00D
3.3.1.1.1.25(44522)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	3.705,62D	217,20	0,00	3.922,82D
3.3.1.1.1.26(44523)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1.233,00D	0,00	0,00	1.233,00D
3.3.1.1.1.39(44534)	P		BILHETES DE PASSAGEM	2.054,29D	0,00	0,00	2.054,29D
3.3.1.1.1.49(44543)	P		BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	1.400,00D	0,00	0,00	1.400,00D
3.3.1.1.1.50(44544)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	15.840,41D	2.032,64	0,00	17.873,05D
3.3.1.1.1.99(44556)	P		SERVIÇOS	352.197,05D	29.176,18	0,00	381.373,23D
3.3.2			DIÁRIAS	143.880,00D	11.630,00	0,00	155.510,00D
3.3.2.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	143.880,00D	11.630,00	0,00	155.510,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	143.880,00D	11.630,00	0,00	155.510,00D
3.3.2.1.1.01				143.880,00D	11.630,00	0,00	155.510,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Novembro
Página: 6/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.1.1.01.01 (44572)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	143.880,00	11.630,00	0,00	155.510,00
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	3.303,55D	180,00	0,00	3.483,55D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	3.303,55D	180,00	0,00	3.483,55D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	3.303,55D	180,00	0,00	3.483,55D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	205.013,50D	17.366,18	0,00	222.379,68D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	205.013,50D	17.366,18	0,00	222.379,68D
3.3.2.3.1.04 (44638)	P		COMUNICAÇÃO	7.640,00D	214,00	0,00	7.854,00D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	5.967,50D	770,00	0,00	6.737,50D
3.3.2.3.1.06 (44640)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	3.214,00D	0,00	0,00	3.214,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	14.737,80D	1.522,13	0,00	16.259,73D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	16.701,12D	1.774,00	0,00	18.475,12D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.991,70D	502,00	0,00	7.493,70D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	28.907,73D	1.156,00	0,00	30.063,73D
3.3.2.3.1.40 (44674)	P		SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	386,25D	0,00	0,00	386,25D
3.3.2.3.1.56 (44686)	P		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.484,28D	0,00	0,00	4.484,28D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	115.983,32D	11.428,05	0,00	127.411,37D
3.3.3			DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	25.691,50D	3.596,91	0,00	29.288,41D
3.3.3.1			DEPRECIACÃO	25.691,50D	3.596,91	0,00	29.288,41D
3.3.3.1.1			DEPRECIACÃO - CONSOLIDAÇÃO	25.691,50D	3.596,91	0,00	29.288,41D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIACÃO DE IMOBILIZADO	25.691,50D	3.596,91	0,00	29.288,41D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS	25.691,50D	3.596,91	0,00	29.288,41D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Novembro
Página: 7/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL ALIMENTATIVA	3.019.527,19C	0,00	300.376,50	3.319.903,69C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.002.217,40C	0,00	300.221,74	3.302.439,14C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.002.217,40C	0,00	300.221,74	3.302.439,14C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.002.217,40C	0,00	300.221,74	3.302.439,14C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	3.002.217,40C	0,00	300.221,74	3.302.439,14C
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	17.309,79C	0,00	154,76	17.464,55C
4.9.7			REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	17.309,79C	0,00	154,76	17.464,55C
4.9.7.1			REVERSÃO DE PROVISÕES	17.309,79C	0,00	154,76	17.464,55C
4.9.7.1.1			REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO	17.309,79C	0,00	154,76	17.464,55C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P		REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	17.309,79C	0,00	154,76	17.464,55C

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Novembro
Página: 8/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2.1.1.01 (46205)	O		CRÉDITO INICIAL	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2.1.2			DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	310.000,00D	0,00	0,00	310.000,00D
5.2.2.1.2.01 (46207)	O		CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	310.000,00D	0,00	0,00	310.000,00D
5.2.2.1.9 (46225)	O		CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	310.000,00C	0,00	0,00	310.000,00C

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Novembro
Página: 9/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.602.660,94C	1.190.451,77	1.190.451,77	3.602.660,94C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	3.602.660,94C	1.190.451,77	1.190.451,77	3.602.660,94C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	3.602.660,94C	1.190.451,77	1.190.451,77	3.602.660,94C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	3.602.660,94C	1.190.451,77	1.190.451,77	3.602.660,94C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	1.282.835,89C	338.681,40	72.979,60	1.017.134,09C
6.2.2.1.2			CRÉDITO INDISPONÍVEL	65.991,60C	64.089,60	0,00	1.902,00C
6.2.2.1.2.01 (46263)	O		BLOQUEIO DE CRÉDITO	65.991,60C	64.089,60	0,00	1.902,00C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	2.253.833,45C	787.680,77	1.117.472,17	2.583.624,85C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	12.418,00C	349.345,40	338.701,40	1.774,00C
6.2.2.1.3.02 (46268)	O		CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	0,00	97.839,97	97.839,97	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	340.475,40	340.475,40	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	2.241.415,45C	20,00	340.455,40	2.581.850,85C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	3.212.559,44D	302.186,48	20,00	3.514.725,92D
7.1			ATOS POTENCIAIS	145.539,01D	0,00	0,00	145.539,01D
7.1.2			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	145.539,01D	0,00	0,00	145.539,01D
7.1.2.3			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	145.539,01D	0,00	0,00	145.539,01D
7.1.2.3.1			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	145.539,01D	0,00	0,00	145.539,01D
7.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	145.539,01D	0,00	0,00	145.539,01D
7.1.2.3.1.04.00.00.000001 (50700)	C		CORREA E ROVEALTD. - ME	3.419,00D	0,00	0,00	3.419,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.000002 (50703)	C		MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	4.380,00D	0,00	0,00	4.380,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.000003 (50706)	C		JV COM. DE MATELETRICOS E DECORACOES L	4.332,00D	0,00	0,00	4.332,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.000004 (50709)	C		ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.500,00D	0,00	0,00	4.500,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.000005 (50720)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	45.908,01D	0,00	0,00	45.908,01D
7.1.2.3.1.04.00.00.000006 (50730)	C		AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3.063.716,88D	301.586,48	0,00	3.365.303,36D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	3.063.716,88D	301.586,48	0,00	3.365.303,36D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	3.063.716,88D	301.586,48	0,00	3.365.303,36D
7.9			OUTROS CONTROLES	3.303,55D	600,00	20,00	3.883,55D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.303,55D	600,00	20,00	3.883,55D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.303,55D	600,00	20,00	3.883,55D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	3.303,55D	600,00	20,00	3.883,55D

Balancoete de Verificação - 2017

SANTA CATARINA

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	3.212.559,44C	1.095.438,65	1.397.605,13	3.514.725,92C
8.1			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	145.539,01C	1.774,00	1.774,00	145.539,01C
8.1.2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	145.539,01C	1.774,00	1.774,00	145.539,01C
8.1.2.3			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	145.539,01C	1.774,00	1.774,00	145.539,01C
8.1.2.3.1			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	145.539,01C	1.774,00	1.774,00	145.539,01C
8.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	145.539,01C	1.774,00	1.774,00	145.539,01C
8.1.2.3.1.04.01			A EXECUTAR	37.038,01C	1.774,00	0,00	35.264,01C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000005 (50721)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	37.038,01C	1.774,00	0,00	35.264,01C
8.1.2.3.1.04.02			EXECUTADOS	108.501,00C	0,00	1.774,00	110.275,00C
8.1.2.3.1.04.02.00.00.000001 (50702)	C		CORREA E ROVEA LTDA - ME	3.419,00C	0,00	0,00	3.419,00C
8.1.2.3.1.04.02.00.00.000002 (50705)	C		MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	4.380,00C	0,00	0,00	4.380,00C
8.1.2.3.1.04.02.00.00.000003 (50708)	C		JV COM. DE MATELETRICOS E DECORACOES L	4.332,00C	0,00	0,00	4.332,00C
8.1.2.3.1.04.02.00.00.000004 (50711)	C		ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.500,00C	0,00	0,00	4.500,00C
8.1.2.3.1.04.02.00.00.000005 (50722)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	8.870,00C	0,00	1.774,00	10.644,00C
8.1.2.3.1.04.02.00.00.000006 (50732)	C		AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	83.000,00C	0,00	0,00	83.000,00C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3.063.716,88C	1.093.284,65	1.394.871,13	3.365.303,36C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	3.063.716,88C	1.093.284,65	1.394.871,13	3.365.303,36C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	3.063.716,88C	1.093.284,65	1.394.871,13	3.365.303,36C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	748.383,95C	343.021,26	313.451,69	718.814,29C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONIVEL	748.383,95C	342.216,07	312.646,41	718.814,29C
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - CREDITOS	0,00	805,19	805,19	0,00
8.2.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	12.418,00C	349.345,40	338.701,40	1.774,00C
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	533,32C	400.948,99	400.948,06	583,39C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	340.475,40	340.475,40	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	533,32C	60.422,59	60.472,66	583,39C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	2.302.381,61C	20,00	341.770,07	2.644.131,68C
8.9			OUTROS CONTROLES	3.303,55C	380,00	960,00	3.883,55C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.303,55C	380,00	960,00	3.883,55C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	3.303,55C	380,00	960,00	3.883,55C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	3.303,55C	380,00	960,00	3.883,55C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	0,00	200,00	600,00	400,00C
8.9.1.2.1.02 (46828)	C		ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	180,00	180,00	0,00
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	3.303,55C	0,00	180,00	3.483,55C
TOTAL:				0,00	3.675.996,18	3.676.996,18	0,00C

JOSÉ ADELAR CARPES
PRESIDENTE

JOELMA F. FAE
CONTADORA CRC/SC 40776/O-9

Canelinha

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº125/PMC/17

Publicação Nº 1455473

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA

O Município de Canelinha SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva 1683 – Centro – Canelinha/SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo de Dispensa nº 125/PMC/17

Objeto: Contratação de coral para apresentação artística nas festividades do município pelos 55 anos de emancipação política, com duração de 1h30min, com participação de músicos e cantores. estando incluso no valor, transportes (aproximadamente 60 componentes) e instrumentos.

Contratado: CORAL SANTO ANTONIO DOS ANJOS.

Valor: R\$. 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II, Art.23 inciso I e II, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável.

MOACIR MONTIBELER - PREFEITO DO MUNICIPIO

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 136/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1456344

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 203/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 136/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/01/2018, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA BRITADA Nº 02 E PEDRA BRITADA Nº 04, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE CONVÊNIO, QUE OBJETIVA A RECUPERAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA SC 120. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 03/01/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 15/2017

Publicação Nº 1456863

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 15/2017
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Administrativo n.º FMAS 11/2017
Tomada de preços nº fmas 02/2017

O Prefeito de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público termo de contrato nº FMAS 15/2017. Data do termo: 01/11/2017. Contratada: FELIPE ONISTO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 14.346.094/0001-60. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OFICINAS VOLTADAS A SENSIBILIZAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO, DESTINADAS AO PÚBLICO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO, CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ nº 11.455.005/0001-25. Valor do contrato: R\$ 48.900,00. Vigência: 01/11/2017 à 31/12/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 16/2017

Publicação Nº 1456866

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 16/2017
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Administrativo n.º PMC 63/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 47/2017

O Prefeito de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público termo de contrato nº FMAS 16/2017. Data do termo: 22/11/2017. Contratada: JLM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE AGUA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 26614095000127. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA DE ÁGUA

DESTINADA A COZINHA COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ nº 11.455.005/0001-25. Valor do contrato: R\$ 137,00. Vigência: 22/11/2017 à 31/12/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 17/2017

Publicação Nº 1456867

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 17/2017
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo n.º PMC 57/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 42/2017

O Prefeito de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público termo de contrato nº FMAS 17/2017. Data do termo: 04/12/2017. Contratada: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 14565115000138. Objeto: CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA EM ALVENARIA DE 608,51 M² NO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ nº 11.455.005/0001-25. Valor do contrato: R\$ 4.563,22. Vigência: 04/12/2017 à 31/12/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 48/2017

Publicação Nº 1456861

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 48/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação nº FMS 50/2017
Pregão Eletrônico nº FMS 30/2017

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo o contrato n.º FMS 48/2017. Data do contrato: 29/11/2017. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 APARELHO VENTILADOR ELETRÔNICO PORTÁTIL MICROPROCESSADO, PARA UTILIZAÇÃO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H LOCALIZADA NA RUA TRAVESSA MARIO MUSSI, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Valor do contrato: R\$ 14.000,00. Vigência: 29/11/2017 até 31/12/2017. Contratada: LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04187384000154. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 49/2017

Publicação Nº 1456862

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 49/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação nº FMS 54/2017

Inexigibilidade de licitação nº FMS 19/2017

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo o contrato n.º FMS 49/2017. Data do contrato: 29/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO de EMPRESA(S) OU ENTIDADE(S) ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA, COMO SERVIÇOS DE SOBREAVISO EM SETE ESPECIALIDADES, QUE SÃO EM CLÍNICAS DE ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA, CIRURGIA GERAL, ANESTESIOLOGIA, PEDIATRIA, CLÍNICA MÉDICA, NEUROCIRURGIA E NEUROLÓGICA, PARA PRESTAR SERVIÇOS EM ESCALA DE SOBREAVISO, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA – 24 HORAS E HSCC (HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS).. Valor do contrato: R\$ 235.430,58. Vigência: 29/11/2017 até 31/12/2017. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 116/2017

Publicação Nº 1456875

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 116/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 168/2017

TOMADA DE PREÇO Nº PMC 22/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 116/2017. Data de assinatura: 17/11/2017. Contratada: CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.327.051/0001-89. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A ILUMINAÇÃO NATALINA DO PORTAL DO MUNICÍPIO, DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DOS ARCOS DA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MAO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 30.797,59. Vigência: 17/11/2017 até 08/01/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 117/2017

Publicação Nº 1456877

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 117/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 173/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 116/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 117/2017. Data de assinatura: 27/11/2017. Contratada: GALVANOSUL ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA EPP, Pessoa Jurídica de

Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 79384046000101. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO, 32,25 METROS QUADRADOS DE GRADES DE SEGURANÇA, DESTINADOS A UNIDADE DE APOIO A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - UADAF. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 3.821,63. Vigência: 27/11/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 118/2017

Publicação Nº 1456879

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 118/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 196/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 12/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 118/2017. Data de assinatura: 28/11/2017. Contratada: HIPER OFF LTDA EPP. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME PROJETO BÁSICO. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do repasse para o município: 40%. Vigência: 28/11/2017 até 13/01/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 119/2017

Publicação Nº 1456881

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 119/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 149/2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 119/2017. Data de assinatura: 28/11/2017. Contratada: KNAPP & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76376375000112. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE 8000 M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE ROCHA E CASCALHO, NA PEDREIRA DA LOCALIDADE DE RIO DO PINHO. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. R\$ 103.200,00. Vigência: 28/11/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 122/2017

Publicação Nº 1456882

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 122/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 157/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 122/2017. Data de assinatura: 29/11/2017. Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 89393694915. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA ÁREA DESTINADA AO ESTACIONAMENTO JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES VEREADOR MELQUIADES FERREIRA DA CRUZ. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob nº 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 96.256,36. Vigência: 29/11/2017 até 31/03/2018.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 123/2017

Publicação Nº 1456883

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 123/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 152/2017
PREGÃO ELETRONICO Nº PMC 106/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 123/2017. Data de assinatura: 29/11/2017. Contratada: REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.763.210/0001-02. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE BONECA MENINA NEGRA - VINIL, CONJUNTO DE BOLA - BORRACHA, CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO CEGONHA - PLÁSTICO, CONJUNTO DE TELEFONE - PLÁSTICA, CONJUNTO DE MÁQUINA FOTOGRAFICA - PLÁSTICO, CONJUNTO DE BONECA BEBÊ BRANCA - VINIL, CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO BOMBEIRO - PLÁSTICO, CONJUNTO DE BONECA BEBÊ NEGRA - VINIL, CONJUNTO DE BONECO MENINO NEGRO - VINIL, CONJUNTO DE BONECO MENINO BRANCO - VINIL, CONJUNTO DE FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA, CONJUNTO DE FANTOCHE FOLCLORE, DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE CANOINHAS DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201306540/2013, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob nº 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 3.341,00 . Vigência: 29/11/2017 até 31/12/2017.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 124/2017

Publicação Nº 1456884

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 124/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 152/2017
PREGÃO ELETRONICO Nº PMC 106/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 124/2017. Data de assinatura: 29/11/2017. Contratada: N. T. LUIZE

- EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 93.577.427/0001-38. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE CARRINHO PARA BONECA – METAL, CAONJUNTO DE BONECA MENINA BRANCA – VINIL, CONJUNTO DE BOLA DE BASQUETE – VINIL, CONJUNTO DE BICHO COM FILHOTES – TECIDO E CONJUNTO DE BERÇO PARA BONECAS - METAL, DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE CANOINHAS DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201306540/2013, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob nº 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 2.448,20. Vigência: 29/11/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 125/2017

Publicação Nº 1456886

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 125/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 152/2017
PREGÃO ELETRONICO Nº PMC 106/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 125/2017. Data de assinatura: 29/11/2017. Contratada: MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.353.208/0001-97. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE QUEBRA CABEÇA PROGRESSIVO – PAPELÃO, CONJUNTO DE CAMINHÃO COLETOR DE LIXO – PLÁSTICO, CONJUNTO DE BOLA DE FUTEBOL – VINIL, CONJUNTO DE BOLA COM GUIZO – BORRACHA, CONJUNTO DE BOLA DE VÔLEI - VINIL, DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE CANOINHAS DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201306540/2013, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob nº 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 695,70 . Vigência: 29/11/2017 até 31/12/2017.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 127/2017

Publicação Nº 1456888

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 127/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 164/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 21/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 127/2017. Data de assinatura: 01/12/2017. Contratada: DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.323.692/0001-98. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE KIT DE TRANSPOSIÇÃO METÁLICO ENTREGUE E MONTADO NA LOCALIDADE DE RIO DO TIGRE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO MEMORIAL DESCRITIVO, ANEXO I DO EDITAL. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob nº 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 172.900,00. Vigência: 01/12/2017 até 31/03/2018.
Gilberto dos Passos
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO
N.º PMC 128/2017**

Publicação Nº 1456890

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 128/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 108/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 78/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 128/2017. Data de assinatura: 01/12/2017. Contratada: PRESTES & FRANCO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 18067540000158. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, NO C.E.I. DECKLA PRUST. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 13.615,20. Vigência: 01/12/2017 até 31/12/2017. Gilberto dos Passos
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO
N.º PMC 129/2017**

Publicação Nº 1456892

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 129/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 154/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 107/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 129/2017. Data de assinatura: 01/12/2017. Contratada: KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09079981000189. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE UMA QUANTIDADE DE 192 METROS LINEARES DE MURO PRÉ-FABRICADO COM H=2,05, DESTINADOS AO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL FREI FABIANO. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do contrato: R\$ 17.280,00. Vigência: 01/12/2017 até 31/12/2017. Gilberto dos Passos
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO
N.º PMC 91/2017**

Publicação Nº 1456868

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 91/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 167/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 10/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 91/2017. Data de assinatura: 10/10/2017. Contratada: DENILSON CESAR NIEJELSKI, inscrito no CPF nº 00518959945, E CLARICE APARECIDA NIEJELSKI, inscrita no CPF 01440509948. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 4.069,34. Vigência: 10/10/2017 até 31/12/2017. Gilberto dos Passos
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO
N.º PMC 92/2017**

Publicação Nº 1456869

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 92/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 57/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 42/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 92/2017. Data de assinatura: 19/10/2017. Contratada: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 14565115000138. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE 216,61 DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADO A PINTURA DO ANTIGO IMÓVEL SEDE DO DETRACAN. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 1.624,58. Vigência: 19/10/2017 até 15/12/2017. Gilberto dos Passos
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO
N.º PMC 93/2017**

Publicação Nº 1456870

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 93/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 158/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 18/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 93/2017. Data de assinatura: 27/10/2017. Contratada: SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08230092000108. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DE PONTE NA LOCALIDADE DE RIO DO TIGRE, PARA INSTALAÇÃO DE KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULO, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 57.985,18. Vigência: 27/10/2017 até 31/12/2017. Gilberto dos Passos
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO
N.º PMC 94/2017**

Publicação Nº 1456871

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 94/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 177/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 11/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 94/2017. Data de assinatura: 27/10/2017. Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI, CNPJ nº 03774688001550. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE CURSOS REFERENTE AO PROGRAMA DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL, PARA OS ALUNOS DA REDE DE ESCOLAS MUNICIPAIS. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 53.448,00. Vigência: 27/10/2017 até 15/12/2017. Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 95/2017

Publicação Nº 1456873

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 95/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 159/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 19/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 95/2017. Data de assinatura: 27/10/2017. Contratada: OBJETIVA CONCURSOS LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 008494260001-14. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATUAÇÃO NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, NO ENSINO REGULAR DA REDE MUNICIPAL PARA OS ANOS LETIVOS 2018 E 2019. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 25.980,00. Vigência: 27/10/2017 até 15/12/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 96/2017

Publicação Nº 1456872

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 96/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 180/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 05/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 96/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: COLETIVO SANTA CRUZ LTDA - EPP, CNPJ nº 83.109.308/0001-54. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE, DESTINADOS AOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, CONFORME LEI COMPLEMENTAR N.º 381/2017, DECRETO N.º 1.069 DE 21/02/2017 E DECRETO N.º 3.091 DE 28/04/2005. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 129.096,40. Vigência: 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 97/2017

Publicação Nº 1456874

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 97/2017
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 149/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 97/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: KNAPP & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob

n.º 76376375000112. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA E CASCALHO, (12.000M²) EM PEDREIRAS E CASCALHEIRAS QUE VENHAM A SER OBJETO DE EXPLORAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS,. Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Valor do Contrato: R\$ 154.800,00. Vigência: 31/10/2017 até 30/11/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

RETIFICAÇÃO 001/2017 DO EDITAL 007/2017/SME

Publicação Nº 1456419

RETIFICAÇÃO 001/2017 DO EDITAL 007/2017/SME - PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO LOTADOS EM UNIDADE EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar 0038/2011 e Lei nº 6.109/2017 que altera e dá nova redação a artigos da Lei Complementar nº 0038, faz saber que RETIFICA o edital do processo de LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO para ocupantes de cargo efetivo DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO conforme disposições do presente Edital.

1. RETIFICA-SE o item 7.6 do Edital nº 007/2017/SME, que passa a constar conforme segue:

Onde se lê:

7.6 É vedada a escolha de vagas mediante procuração.

Leia-se:

7.6 É vedada a escolha de vagas mediante procuração, exceto nos casos de parto ou internamento, comprovados através de documento médico.

7.6.1 A procuração deverá ser registrada em cartório.

Canoinhas, 13 de dezembro de 2017.

OSMAR OLESKOVICZ

Secretário Municipal de Educação

Registre-se e publique-se.

RETIFICAÇÃO 001/2017 DO EDITAL 008/2017/SME - PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA REMOÇÃO E ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO LOTADOS EM UNIDADE EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar 0038/2011 e Lei nº 6.109/2017 que altera e dá nova redação a artigos da Lei Complementar nº 0038, faz saber que RETIFICA o edital do processo de LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO para ocupantes de cargo efetivo DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO conforme disposições do presente Edital.

2. RETIFICA-SE o item 7.6 do Edital nº 007/2017/SME, que passa a constar conforme segue:

Onde se lê:

7.5 É vedada a escolha de vagas mediante procuração.

Leia-se:

7.5 É vedada a escolha de vagas mediante procuração, exceto nos casos de parto ou internamento, comprovados através de

documento médico.

7.5.1 A procuração deverá ser registrada em cartório.

Canoinhas, 13 de dezembro de 2017.

OSMAR OLESKOVICZ

Secretário Municipal de Educação

Registre-se e publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 73/2017 - RECOMPOSIÇÃO DAS DIÁRIAS PELA INFLAÇÃO/INPC

Publicação Nº 1455539

PORTARIA Nº 73/2017

RECOMPOSIÇÃO DAS DIÁRIAS PELA INFLAÇÃO/INPC

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 8º da Resolução 825, de 21 de dezembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - Nos termos do Art. 13 da Lei nº 5.147, de 29/07/2013, ficam recompostos os valores das diárias dos agentes públicos legislativos pelo índice do INPC de 8,38% (oito vírgula trinta e oito por cento), vigorando a partir desta data com os seguintes valores:

LOCALIDADES	CIDADES DO INTERIOR	CAPITAIS	DF/EXTERIOR
VEREADORES	416,80	501,71	713,98
FUNCIONÁRIOS	393,65	432,25	656,08

Art.2º Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2017.

Wilmar Sudoski

Presidente

Norma Pereira

1º Secretária

Zenici Dreher

2º Secretária

PORTARIA Nº 74/2017 - RECOMPOSIÇÃO DO COMBUSTIVEL PELA INFLAÇÃO/ANP

Publicação Nº 1455543

PORTARIA Nº 74/2017

RECOMPOSIÇÃO REFERENTE À INDENIZAÇÃO POR QUILOMETRAGEM PERCORRIDA PELA INFLAÇÃO DA ANP

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 8º da Resolução 825, de 21 de dezembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - Nos termos do parágrafo 4º do Art. 6º da Lei nº 5.147, de 29/07/2013, ficam recompostos os valores da indenização por quilometro percorrido, corrigidos pela ANP de 11,97% (onze vírgula noventa e sete por cento), vigorando a partir desta data com o seguinte valor de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos de real), por quilometro rodado.

Art.2º Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2017.

Wilmar Sudoski

Presidente

Norma Pereira

1ª Secretária

Zenici Dreher

2ª Secretária

Capão Alto

PREFEITURA

47/2017

Publicação Nº 1456553

DECRETO Nº 047/2017

De 12 dezembro de 2017.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º-Fica nomeado os membros da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no Município de Capão Alto/SC, passando a ser constituída da seguinte forma:

1. Solange de Lourdes Ribeiro da Silva (Presidente);
2. Franciele Hidelbrando dos Santos (Secretária);
3. Carlos Arruda de Souza (Membro).

Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capão Alto, 12 de dezembro de 2017.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 165/2017

Publicação Nº 1456592

DECRETO No 165, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-079	Aplicações Diretas	1018	00	R\$	500.000,00
	Total			R\$	500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na forma do quadro a seguir.

0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-080	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	500.000,00
	Total			R\$	500.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de dezembro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 166/2017

Publicação Nº 1456599

DECRETO No 166, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0155.2086	MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-022	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	55.000,00
	Total			R\$	55.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0155.2086	MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-021	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	55.000,00
	Total			R\$	55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de dezembro de 2017
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar nº 208/2017

Publicação Nº 1455858

LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Estabelece a readequação da área do Perímetro Urbano do Município de Capinzal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A presente Lei Complementar estabelece a readequação da área do Perímetro Urbano do Município de Capinzal obedecendo às confrontações constantes do Anexo I - Memorial Descritivo, Anexo II - Cálculo Analítico de Área, Distâncias e Azimutes e Anexo III – Planta do Perímetro Urbano, partes integrantes da presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar fica fazendo parte integrante do Plano Físico e Territorial Urbano do Município de Capinzal em atendimento ao parágrafo único do art. 105, da Lei Orgânica do Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Lei Complementar nº 127, de 5 de agosto de 2009.

Capinzal, em 13 de dezembro de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário de Administração e Finanças
ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
IMÓVEL: READEQUAÇÃO DA ÁREA PERIMETRAL
LOCAL: CAPINZAL
MUNICÍPIO: CAPINZAL/SC
ÁREA: 19.648.473,08 m²
PERÍMETRO: 25.735,55 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por montante pelo rio, dividindo-o com o Rio do Peixe; Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 85°55'42" e a distância de 181.56 m até o marco '2' (E=438270.946 m e N=6974338.711 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 73°32'18" e a distância de 220.04 m até o marco '3' (E=438481.968 m e N=6974401.066 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 57°01'30" e a distância de 122.29 m até o marco '4' (E=438584.559 m e N=6974467.626 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 36°27'59" e a distância de 170.27 m até o marco '5' (E=438685.758 m e N=6974604.557 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 25°27'52" e a distância de 165.17 m até o marco '6' (E=438756.772 m e N=6974753.678 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 12°29'51" e a distância de 357.49 m até o marco '7' (E=438834.131 m e N=6975102.693 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 29°23'54" e a distância de 141.67 m até o marco '8' (E=438903.676 m e N=6975226.124 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 45°44'16" e a distância de 194.01 m até o marco '9' (E=439042.616 m e N=6975361.531 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 56°30'11" e a distância de 260.64 m até o marco '10' (E=439259.972 m e N=6975505.379 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 56°30'11" e a distância de 274.17 m até o marco '11' (E=439488.603 m e N=6975656.690 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 56°30'11" e a distância de 133.44 m até o marco '12' (E=439599.883 m e N=6975730.336 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 51°41'49" e a distância de 290.65 m até o marco '13' (E=439827.969 m e N=6975910.488 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 51°41'49" e a distância de 351.76 m até o marco '14' (E=440104.008 m e N=6976128.515 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com

o azimute de 51°41'49" e a distância de 199.35 m até o marco '15' (E=440260.444 m e N=6976252.075 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 44°08'35" e a distância de 158.51 m até o marco '16' (E=440370.836 m e N=6976365.819 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 79°30'58" e a distância de 156.03 m até o marco '17' (E=440524.262 m e N=6976394.210 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 99°25'54" e a distância de 175.96 m até o marco '18' (E=440697.841 m e N=6976365.376 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 103°54'37" e a distância de 119.30 m até o marco '19' (E=440813.642 m e N=6976336.696 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 96°01'19" e a distância de 123.18 m até o marco '20' (E=440936.142 m e N=6976323.774 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 105°20'49" e a distância de 50.95 m até o marco '21' (E=440985.277 m e N=6976310.288 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóveis de propriedade de Nelson Bernardi, Deoclides Helt, Almiro Helt com o azimute de 170°39'56" e a distância de 462.53 m até o marco '22' (E=441060.300 m e N=6975853.880 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóveis de propriedade de Lirio Botari, Ivanor Botari, Olivio Helt, Sergio Helt, Celio Ferrari, Amélio Surdi, Amarildo Dacaz, Enio e Jaime Paggi, Ilo Ribas De Mattos, Gentil Surdi, Alvaro da Silva com o azimute de 156°27'46" e a distância de 3717.68 m até o marco '23' (E=442544.937 m e N=6972445.511 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 67°40'21" e a distância de 84.17 m até o marco '24' (E=442622.800 m e N=6972477.489 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 97°46'01" e a distância de 46.09 m até o marco '25' (E=442668.465 m e N=6972471.261 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 105°35'45" e a distância de 195.18 m até o marco '26' (E=442856.460 m e N=6972418.786 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 111°49'28" e a distância de 130.74 m até o marco '27' (E=442977.828 m e N=6972370.182 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóveis de propriedade de Espólio Dr. Celso Carlos Ribeiro Santos, Espólio Aristocliedes Baratieri, Elizeu Antonio Filipini com o azimute de 162°20'23" e a distância de 1746.70 m até o marco '28' (E=443507.733 m e N=6970705.797 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 67°29'59" e a distância de 57.00 m até o marco '29' (E=443560.397 m e N=6970727.612 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 73°51'21" e a distância de 123.29 m até o marco '30' (E=443678.826 m e N=6970761.893 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 92°31'51" e a distância de 122.88 m até o marco '31' (E=443801.588 m e N=6970756.468 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 113°12'14" e a distância de 81.12 m até o marco '32' (E=443876.144 m e N=6970724.507 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 81°59'23" e a distância de 37.38 m até o marco '33' (E=443913.157 m e N=6970729.715 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 120°04'48" e a distância de 37.44 m até o marco '34' (E=443945.555 m e N=6970710.950 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 117°05'52" e a distância de 83.72 m até o marco '35' (E=444020.085 m e N=6970672.815 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 103°37'24" e a distância de 93.02 m até o marco '36' (E=444110.488 m e N=6970650.905 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 127°41'49" e a distância de 66.87 m até o marco '37' (E=444163.396 m e N=6970610.018 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 124°09'34" e a distância de 70.13 m até o marco '38' (E=444221.425 m e N=6970570.641 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 160°21'41" e a distância de 79.04 m até o marco '39' (E=444247.988 m e N=6970496.202 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 148°39'11" e a distância de 54.98 m até o marco '40' (E=444276.588 m e N=6970449.250 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 117°35'00" e a distância de 159.92 m até o marco '41' (E=444418.331 m e N=6970375.201 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 140°26'58" e a distância de 134.43 m até o marco '42' (E=444503.930 m e N=6970271.548 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 163°28'46" e a distância de 193.70 m até o marco '43' (E=444559.010 m e N=6970085.846 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 203°19'42" e a distância de 319.47 m até o marco '44' (E=444432.500 m e N=6969792.493 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 162°33'03" e a distância de 139.70 m até o marco '45' (E=444474.392 m e N=6969659.217 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 136°41'14" e a distância de 131.46 m até o marco '46' (E=444564.571 m e N=6969563.564 m); Daí segue por linha seca confrontando com A quem de direito com o azimute de 218°17'08" e a distância de 706.18 m até o marco '47' (E=444127.036 m e N=6969009.264 m); Daí segue por linha seca confrontando com Marli da Silva com o azimute de 244°51'43" e a distância de 359.93 m até o marco '48' (E=443801.193 m e N=6968856.364 m); Daí segue por linha seca confrontando com Marli da Silva com o azimute de 157°00'29" e a distância de 149.23 m até o marco '49' (E=443859.484 m e N=6968718.985 m); Daí segue por linha seca confrontando com Luiz Francisco Vagner com o azimute de 245°00'15" e a distância de 507.97 m até o marco '50' (E=443399.088 m e N=6968504.339 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 333°15'42" e a distância de 170.00 m até o marco '51' (E=443322.603 m e N=6968656.161 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 341°41'12" e a distância de 143.68 m até o marco '52' (E=443277.456 m e N=6968792.564 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 350°22'36" e a distância de 154.42 m até o marco '53' (E=443251.642 m e N=6968944.810 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 3°41'26" e a distância de 620.18 m até o marco '54' (E=443291.562 m e N=6969563.701 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 0°33'12" e a distância de 63.52 m até o marco '55' (E=443292.175 m e N=6969627.217 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 352°36'07" e a distância de 61.84 m até o marco '56' (E=443284.213 m e N=6969688.544 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 344°20'25" e a distância de 126.71 m até o marco '57' (E=443250.010 m e N=6969810.552 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 339°08'29" e a distância de 175.30 m até o marco '58' (E=443187.594 m e N=6969974.359 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 347°56'05" e a distância de 349.47 m até o marco '59' (E=443114.546 m e N=6970316.110 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 341°08'53" e a distância de 80.91 m até o marco '60' (E=443088.402 m e N=6970392.679 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 331°29'06" e a distância de 96.92 m até o marco '61' (E=443042.131 m e N=6970477.846 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 317°59'55" e a distância de 111.92 m até o marco '62' (E=442967.242 m e N=6970561.015 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 306°34'44" e a distância de 162.78 m até o marco '63' (E=442836.524 m e N=6970658.020 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 319°16'41" e a distância de 198.53 m até o marco '64' (E=442707.003 m e N=6970808.486 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel da Família Filipini com o azimute de 231°28'58" e a distância de 897.65 m até o marco '65' (E=442004.661 m e N=6970249.473 m); Daí segue por linha seca confrontando com A quem de direito com o azimute de 351°35'42" e a distância de 338.22 m até o marco '66'

(E=441955.223 m e N=6970584.065 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 298°59'18" e a distância de 72.00 m até o marco '67' (E=441892.244 m e N=6970618.958 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 278°08'16" e a distância de 95.51 m até o marco '68' (E=441797.695 m e N=6970632.478 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 295°25'50" e a distância de 55.29 m até o marco '69' (E=441747.766 m e N=6970656.219 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 328°45'22" e a distância de 69.75 m até o marco '70' (E=441711.589 m e N=6970715.850 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 295°13'07" e a distância de 69.98 m até o marco '71' (E=441648.281 m e N=6970745.666 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 309°25'09" e a distância de 92.49 m até o marco '72' (E=441576.833 m e N=6970804.394 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 329°40'18" e a distância de 81.70 m até o marco '73' (E=441535.579 m e N=6970874.912 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 287°25'24" e a distância de 98.90 m até o marco '74' (E=441441.221 m e N=6970904.524 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 259°16'10" e a distância de 40.03 m até o marco '75' (E=441401.896 m e N=6970897.072 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 245°24'51" e a distância de 136.01 m até o marco '76' (E=441278.217 m e N=6970840.484 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 211°47'07" e a distância de 72.47 m até o marco '77' (E=441240.044 m e N=6970778.881 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 196°19'44" e a distância de 46.49 m até o marco '78' (E=441226.973 m e N=6970734.265 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de Espólio de Vitorino e Vitor Almeida com o azimute de 277°03'38" e a distância de 2087.81 m até o marco '79' (E=439154.998 m e N=6970990.893 m); Daí segue por linha seca confrontando com travessia da Rodovia SC - 150 e imóvel da Granja Aurea e Wilson Medeiros com o azimute de 249°26'39" e a distância de 396.72 m até o marco '80' (E=438783.537 m e N=6970851.596 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel da Família Campioni com o azimute de 332°15'04" e a distância de 396.32 m até o marco '81' (E=438599.010 m e N=6971202.342 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de Alcir Toaldo e Celeste Lanhi com o azimute de 42°45'49" e a distância de 1670.14 m até o marco '82' (E=439732.993 m e N=6972428.498 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de Celeste Lanhi, a quem de direito com o azimute de 319°59'07" e a distância de 1291.25 m até o marco '83' (E=438902.742 m e N=6973417.435 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de Zenir Costenaro com o azimute de 301°25'16" e a distância de 508.04 m até o marco '84' (E=438469.203 m e N=6973682.287 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de a Quem de direito com o azimute de 320°21'24" e a distância de 487.41 m até o marco '85' (E=438158.233 m e N=6974057.607 m); Daí segue por jusante pelo sanga confrontando com sanga com o azimute de 345°41'42" e a distância de 276.80 m até o marco '1' (E=438089.842 m e N=6974325.820 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 19.648.473,08 m².

ANEXO II

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: Sirgas-2000 Meridiano Central: 51° WGr

Estação Vante Coord. Norte Coord. Este Azimute Distância Fator Escala Latitude Longitude

```

1 2 6974325.820 438089.842 85°55'42" 181.56 0.99964706 27°21'10.29844" S 51°37'33.44588" W
2 3 6974338.711 438270.946 73°32'18" 220.04 0.99964679 27°21'09.90899" S 51°37'26.85190" W
3 4 6974401.066 438481.968 57°01'30" 122.29 0.99964647 27°21'07.91676" S 51°37'19.16004" W
4 5 6974467.626 438584.559 36°27'59" 170.27 0.99964631 27°21'05.77022" S 51°37'15.41401" W
5 6 6974604.557 438685.758 25°27'52" 165.17 0.99964616 27°21'01.33641" S 51°37'11.70594" W
6 7 6974753.678 438756.772 12°29'51" 357.49 0.99964605 27°20'56.50153" S 51°37'09.09436" W
7 8 6975102.693 438834.131 29°23'54" 141.67 0.99964594 27°20'45.17121" S 51°37'06.21584" W
8 9 6975226.124 438903.676 45°44'16" 194.01 0.99964583 27°20'41.17097" S 51°37'03.66253" W
9 10 6975361.531 439042.616 56°30'11" 260.64 0.99964562 27°20'36.79265" S 51°36'58.58155" W
10 11 6975505.379 439259.972 56°30'11" 274.17 0.99964530 27°20'32.15251" S 51°36'50.64534" W
11 12 6975656.690 439488.603 56°30'11" 133.44 0.99964496 27°20'27.27149" S 51°36'42.29765" W
12 13 6975730.336 439599.883 51°41'49" 290.65 0.99964479 27°20'24.89575" S 51°36'38.23471" W
13 14 6975910.488 439827.969 51°41'49" 351.76 0.99964446 27°20'19.07711" S 51°36'29.90204" W
14 15 6976128.515 440104.008 51°41'49" 199.35 0.99964405 27°20'12.03497" S 51°36'19.81781" W
15 16 6976252.075 440260.444 44°08'35" 158.51 0.99964382 27°20'08.04396" S 51°36'14.10307" W
16 17 6976365.819 440370.836 79°30'58" 156.03 0.99964366 27°20'04.36468" S 51°36'10.06575" W
17 18 6976394.210 440524.262 99°25'54" 175.96 0.99964343 27°20'03.46604" S 51°36'04.47744" W
18 19 6976365.376 440697.841 103°54'37" 119.30 0.99964318 27°20'04.43028" S 51°35'58.16577" W
19 20 6976336.696 440813.642 96°01'19" 123.18 0.99964301 27°20'05.38043" S 51°35'53.95665" W
20 21 6976323.774 440936.142 105°20'49" 50.95 0.99964283 27°20'05.81946" S 51°35'49.50098" W
21 22 6976310.288 440985.277 170°39'56" 462.53 0.99964276 27°20'06.26539" S 51°35'47.71524" W
22 23 6975853.880 441060.300 156°27'46" 3717.68 0.99964265 27°20'21.11013" S 51°35'45.06438" W
23 24 6972445.511 442544.937 67°40'21" 84.17 0.99964053 27°22'12.10839" S 51°34'51.61244" W
24 25 6972477.489 442622.800 97°46'01" 46.09 0.99964042 27°22'11.08090" S 51°34'48.77259" W
25 26 6972471.261 442668.465 105°35'45" 195.18 0.99964036 27°22'11.29025" S 51°34'47.11131" W
26 27 6972418.786 442856.460 111°49'28" 130.74 0.99964009 27°22'13.02401" S 51°34'40.27664" W
27 28 6972370.182 442977.828 162°20'23" 1746.70 0.99963992 27°22'14.62189" S 51°34'35.86667" W
28 29 6970705.797 443507.733 67°29'59" 57.00 0.99963919 27°23'08.79300" S 51°34'16.85435" W
29 30 6970727.612 443560.397 73°51'21" 123.29 0.99963911 27°23'08.09187" S 51°34'14.93332" W
30 31 6970761.893 443678.826 92°31'51" 122.88 0.99963895 27°23'06.99537" S 51°34'10.61586" W
31 32 6970756.468 443801.588 113°12'14" 81.12 0.99963878 27°23'07.18991" S 51°34'06.14725" W
32 33 6970724.507 443876.144 81°59'23" 37.38 0.99963868 27°23'08.23967" S 51°34'03.43813" W

```

33 34 6970729.715 443913.157 120°04'48" 37.44 0.99963862 27°23'08.07590" S 51°34'02.08970" W
34 35 6970710.950 443945.555 117°05'52" 83.72 0.99963858 27°23'08.69054" S 51°34'00.91326" W
35 36 6970672.815 444020.085 103°37'24" 93.02 0.99963848 27°23'09.94093" S 51°33'58.20608" W
36 37 6970650.905 444110.488 127°41'49" 66.87 0.99963835 27°23'10.66634" S 51°33'54.91829" W
37 38 6970610.018 444163.396 124°09'34" 70.13 0.99963828 27°23'12.00298" S 51°33'52.99876" W
38 39 6970570.641 444221.425 160°21'41" 79.04 0.99963820 27°23'13.29123" S 51°33'50.89251" W
39 40 6970496.202 444247.988 148°39'11" 54.98 0.99963816 27°23'15.71438" S 51°33'49.93766" W
40 41 6970449.250 444276.588 117°35'00" 159.92 0.99963813 27°23'17.24450" S 51°33'48.90411" W
41 42 6970375.201 444418.331 140°26'58" 134.43 0.99963793 27°23'19.67188" S 51°33'43.75558" W
42 43 6970271.548 444503.930 163°28'46" 193.70 0.99963782 27°23'23.05311" S 51°33'40.65601" W
43 44 6970085.846 444559.010 203°19'42" 319.47 0.99963774 27°23'29.09641" S 51°33'38.68102" W
44 45 6969792.493 444432.500 162°33'03" 139.70 0.99963791 27°23'38.61171" S 51°33'43.33545" W
45 46 6969659.217 444474.392 136°41'14" 131.46 0.99963786 27°23'42.94926" S 51°33'41.83201" W
46 47 6969563.564 444564.571 218°17'08" 706.18 0.99963773 27°23'46.07115" S 51°33'38.56417" W
47 48 6969009.264 444127.036 244°51'43" 359.93 0.99963833 27°24'04.02134" S 51°33'54.58708" W
48 49 6968856.364 443801.193 157°00'29" 149.23 0.99963878 27°24'08.94230" S 51°34'06.47744" W
49 50 6968718.985 443859.484 245°00'15" 507.97 0.99963870 27°24'13.41569" S 51°34'04.37769" W
50 51 6968504.339 443399.088 333°15'42" 170.00 0.99963934 27°24'20.32302" S 51°34'21.17845" W
51 52 6968656.161 443322.603 341°41'12" 143.68 0.99963944 27°24'15.37745" S 51°34'23.93815" W
52 53 6968792.564 443277.456 350°22'36" 154.42 0.99963951 27°24'10.93767" S 51°34'25.55924" W
53 54 6968944.810 443251.642 3°41'26" 620.18 0.99963954 27°24'05.98590" S 51°34'26.47366" W
54 55 6969563.701 443291.562 0°33'12" 63.52 0.99963949 27°23'45.87825" S 51°34'24.91622" W
55 56 6969627.217 443292.175 352°36'07" 61.84 0.99963948 27°23'43.81411" S 51°34'24.88325" W
56 57 6969688.544 443284.213 344°20'25" 126.71 0.99963950 27°23'41.81982" S 51°34'25.16287" W
57 58 6969810.552 443250.010 339°08'29" 175.30 0.99963954 27°23'37.84950" S 51°34'26.38776" W
58 59 6969974.359 443187.594 347°56'05" 349.47 0.99963963 27°23'32.51650" S 51°34'28.63284" W
59 60 6970316.110 443114.546 341°08'53" 80.91 0.99963973 27°23'21.39881" S 51°34'31.23504" W
60 61 6970392.679 443088.402 331°29'06" 96.92 0.99963977 27°23'18.90643" S 51°34'32.17404" W
61 62 6970477.846 443042.131 317°59'55" 111.92 0.99963983 27°23'16.13159" S 51°34'33.84438" W
62 63 6970561.015 442967.242 306°34'44" 162.78 0.99963994 27°23'13.41738" S 51°34'36.55696" W
63 64 6970658.020 442836.524 319°16'41" 198.53 0.99964012 27°23'10.24507" S 51°34'41.29980" W
64 65 6970808.486 442707.003 231°28'58" 897.65 0.99964030 27°23'05.33547" S 51°34'45.98996" W
65 66 6970249.473 442004.661 351°35'42" 338.22 0.99964130 27°23'23.39622" S 51°35'11.65638" W
66 67 6970584.065 441955.223 298°59'18" 72.00 0.99964137 27°23'12.51460" S 51°35'13.39896" W
67 68 6970618.958 441892.244 278°08'16" 95.51 0.99964146 27°23'11.37094" S 51°35'15.68592" W
68 69 6970632.478 441797.695 295°25'50" 55.29 0.99964159 27°23'10.91704" S 51°35'19.12595" W
69 70 6970656.219 441747.766 328°45'22" 69.75 0.99964166 27°23'10.13780" S 51°35'20.93972" W
70 71 6970715.850 441711.589 295°13'07" 69.98 0.99964172 27°23'08.19426" S 51°35'22.24654" W
71 72 6970745.666 441648.281 309°25'09" 92.49 0.99964181 27°23'07.21552" S 51°35'24.54630" W
72 73 6970804.394 441576.833 329°40'18" 81.70 0.99964191 27°23'05.29588" S 51°35'27.13742" W
73 74 6970874.912 441535.579 287°25'24" 98.90 0.99964197 27°23'02.99773" S 51°35'28.62719" W
74 75 6970904.524 441441.221 259°16'10" 40.03 0.99964210 27°23'02.02078" S 51°35'32.05739" W
75 76 6970897.072 441401.896 245°24'51" 136.01 0.99964216 27°23'02.25689" S 51°35'33.49040" W
76 77 6970840.484 441278.217 211°47'07" 72.47 0.99964234 27°23'04.07682" S 51°35'38.00303" W
77 78 6970778.881 441240.044 196°19'44" 46.49 0.99964239 27°23'06.07297" S 51°35'39.40352" W
78 79 6970734.265 441226.973 277°03'38" 2087.81 0.99964241 27°23'07.52093" S 51°35'39.88715" W
79 80 6970990.893 439154.998 249°26'39" 396.72 0.99964546 27°22'58.85370" S 51°36'55.27677" W
80 81 6970851.596 438783.537 332°15'04" 396.32 0.99964601 27°23'03.32093" S 51°37'08.82569" W
81 82 6971202.342 438599.010 42°45'49" 1670.14 0.99964629 27°22'51.89210" S 51°37'15.48014" W
82 83 6972428.498 439732.993 319°59'07" 1291.25 0.99964460 27°22'12.22482" S 51°36'33.97779" W
83 84 6973417.435 438902.742 301°25'16" 508.04 0.99964583 27°21'39.95215" S 51°37'04.02265" W
84 85 6973682.287 438469.203 320°21'24" 487.41 0.99964649 27°21'31.27456" S 51°37'19.75519" W
85 1 6974057.607 438158.233 345°41'42" 276.80 0.99964696 27°21'19.02637" S 51°37'31.00561" W
=====

Área Total: 19.648.473,08 m²

Capinzal, 29 de Agosto de 2017.

Ana Julia Ungericht de Carvalho
Engenheira Civil
CREA-SC 105.295-8

ANEXO III

Planta do Perímetro Urbano do

Município de Capinzal

Readequação – Agosto/2017

Lei nº 3.274/2017

Publicação Nº 1456604

LEI No 3.274, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

CAPITULO I

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Capinzal para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 99.603.971,25 (noventa e nove milhões, seiscentos e três mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos).

§ 1º Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I – Demonstrativo da receita e da despesa do Município para o exercício a que se refere a proposta e os dois seguintes, a receita realizada nos três últimos exercícios encerrados e a prevista para o ano corrente;

II - Metodologia e premissa de cálculos realizados, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000 (LRF);

III – anexos orçamentários nos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - demonstrativo da receita por fonte e respectiva legislação (inciso III do § 1º do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

V - demonstrativo da receita corrente líquida projetada para 2017 (§ 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, LRF);

VI - demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

VII - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

VIII - demonstrativo da estimativa da compensação e renúncia da receita (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 5º, II);

IX - demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 5º, II);

X - demonstrativo da receita de impostos e das despesas com saúde;

XI - demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XII - demonstrativo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais da LDO, (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 5º, I), contendo:

a) compatibilidade com o resultado primário;

b) compatibilidade com o resultado nominal;

XIII - demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município; e

XIV - demonstrativo dos limites do Poder Legislativo:

a) gastos totais (art. 29-A da Constituição Federal);

b) folha de pagamento (§ 1º do art. 29-A da Constituição Federal);

c) limite individual dos subsídios conforme subsídios dos deputados estaduais (inciso VI do art. 29-A da Constituição Federal);

d) limite de 5% (cinco por cento) da receita com remuneração dos vereadores (inciso VII do art. 20 da Constituição Federal);

XV - descrição sucinta das unidades administrativas e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (Parágrafo Único do art. 22 da Lei 4.320, de 1964); e

XVI - relação de convênios e contratos firmados em execução e com abrangência para 2018, com os respectivos créditos orçamentários;

§ 2º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos à presente Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS – CONSOLIDADO:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECON	R\$	
1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	97.688.621,25
1.1	Receitas Tributárias	R\$	9.305.350,78
1.2	Receita de Contribuições	R\$	1.364.400,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	887.177,18
1.4	Receita Agropecuária	R\$	120.000,00
1.5	Receita Industrial	R\$	500,00

1.6	Receita de Serviços	R\$	8.161.777,60
1.7	Transferências Correntes	R\$	75.955.509,14
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	1.893.906,55
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.915.350,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.900.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	15.350,00
2.3	Transferências de Capital	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	99.603.971,25

§ 3o A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, na forma dos quadros a seguir:

I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO:

I	CLASSIF. POR CATEGORIA ECON E NATUR	R\$	0,00
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	78.646.443,33
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	42.244.215,54
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	280.644,01
319000	Aplicações diretas	R\$	41.963.571,53
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	300.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	300.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	36.102.227,79
333000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	70.000,00
334100	Contribuições a Fundos	R\$	35.000,00
335000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	627.600,00
337100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	272.446,04
339000	Aplicações diretas	R\$	35.075.181,75
339300	Aplicação Decorrente de Operação entre Órgãos	R\$	22.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	20.907.527,92
440000	INVESTIMENTOS	R\$	20.262.527,92
447100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	84.843,04
449000	Aplicações diretas	R\$	20.177.684,88
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	645.000,00
469000	Aplicações diretas	R\$	645.000,00
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	99.603.971,25

II - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		0,00
01	Legislativa	R\$	3.259.000,00
04	Administração	R\$	12.680.772,69
06	Segurança Pública	R\$	1.242.150,00
08	Assistência Social	R\$	3.653.475,00
10	Saúde	R\$	16.036.650,00
12	Educação	R\$	26.622.937,50
13	Cultura	R\$	1.223.950,00
15	Urbanismo	R\$	15.763.500,00
16	Habitação	R\$	1.321.000,00

17	Saneamento	R\$	6.310.055,43
18	Gestão Ambiental	R\$	147.050,00
20	Agricultura	R\$	1.917.750,00
22	Indústria	R\$	210.000,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.173.300,00
24	Comunicações	R\$	133.350,00
26	Transporte	R\$	3.209.000,00
27	Desporto e Lazer	R\$	1.437.500,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.212.530,63
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	99.603.971,25
	Transferências financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	99.603.971,25

III - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

III.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		0,00
01	Câmara de Vereadores	R\$	3.259.000,00
00	Soma – I	R\$	3.259.000,00
02	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.495.146,20
03	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	9.855.500,00
04	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	2.810.250,00
05	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	R\$	31.768.387,50
06	Secretaria da Infraestrutura	R\$	19.277.000,00
07	Secretaria da Saúde	R\$	489.800,00
08	Secretaria de Planejamento	R\$	157.500,00
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
10	Secretaria de Assistência Social	R\$	1.842.750,00
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
00	Soma – II	R\$	69.318.633,70
00	Transferências Financeiras	R\$	0,00
00	Sub-Total (I + II)	R\$	72.577.633,70
11	Fundo Municipal de Saúde	R\$	15.432.650,00
12	Fundo Municipal de Habitação	R\$	1.321.000,00
13	Fundo Municipal do Meio Ambiente	R\$	147.050,00
14	Fundo Munic. Dos Dir. da Criança e do Adolescente	R\$	117.600,00
15	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	1.500.975,00
16	Fundação Municipal de Esportes	R\$	504.000,00
17	Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	R\$	8.003.062,55
00	Soma (III)	R\$	27.026.337,55
	Total Geral (I+II+III)	R\$	99.603.971,25

IV - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0000	Encargos Gerais, Dív. Pub. Previdência a Inat e Penc	R\$	3.132.500,00
0001	Processo Legislativo	R\$	3.259.000,00

0005	Coordenação Superior	R\$	1.137.996,20
0010	Planejamento e Controle	R\$	157.500,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	4.492.500,00
0020	Controle Interno	R\$	52.500,00
0025	Edificações Públicas	R\$	225.000,00
0030	Administração Informatizada	R\$	294.000,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	283.500,00
0040	Comunicação Social	R\$	133.350,00
0045	Ação Rural – PAR	R\$	2.810.250,00
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	147.050,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
0060	Educação Infantil	R\$	6.187.187,50
0065	Educação Fundamental	R\$	22.415.000,00
0070	Ensino Médio	R\$	63.000,00
0075	Ensino Superior	R\$	230.000,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	21.000,00
0085	Educação Especial	R\$	120.750,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	604.000,00
0095	Raízes Culturais	R\$	1.223.950,00
0100	Esporte em Ação	R\$	1.437.500,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	664.000,00
0115	Parques de Lazer	R\$	294.000,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	10.314.000,00
0125	Trânsito Seguro	R\$	249.500,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	2.866.500,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.680.000,00
0140	Habitação Popular	R\$	1.321.000,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	3.209.000,00
0150	Vida e Saúde	R\$	14.151.650,00
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.344.000,00
0160	Infância Saudável	R\$	21.000,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	8.408.862,55
0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	105.000,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	1.482.600,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	26.250,00
0185	Assistência Comunitária, Gestão Política Soc	R\$	1.778.250,00
0190	Segurança do Cidadão	R\$	1.242.150,00
0195	Atenção Integral à Família – PROTEÇÃO	R\$	396.375,00
9999	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	99.603.971,25
	Transferências Financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	99.603.971,25

Seção I
Do Orçamento do Legislativo

Subseção Única
Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 2º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 3.259.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais) e fixa a Despesa no valor de R\$ 3.259.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais).
§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Vereadores será realizada mediante a transferência de recursos financeiros do Tesouro Municipal, conforme discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	0,00
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	0,00
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	0,00
3.	Transferências Financeiras	R\$	3.259.000,00
4.	Total	R\$	3.259.000,00

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	2.879.000,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1.800.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	1.800.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.079.000,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	15.000,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	12.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	1.040.000,00
339300	Aplicação Direta decorrente de operações entre órgãos	R\$	12.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	380.000,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	380.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	380.000,00
	TOTAL	R\$	3.259.000,00
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01	Legislativa	R\$	3.259.000,00
	Total	R\$	3.259.000,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0001	Processo Legislativo	R\$	3.259.000,00
	Total	R\$	3.259.000,00

Seção II
Do Orçamento da Administração Direta

Subseção Única
Do Orçamento da Prefeitura

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 88.009.833,82 (oitenta e oito milhões, nove mil, oitocentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos).

§ 1o A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	86103.633,82
1.1	Receitas Tributárias	R\$	9.198.500,00
1.2	Receita de Contribuições	R\$	1.364.400,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	556.300,00
1.4	Receita Agropecuária	R\$	120.000,00
1.5	Receita Industrial	R\$	500,00
1.6	Receita de Serviços	R\$	890.800,00
1.7	Transferências Correntes	R\$	72.517.834,26
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	1.455.299,56
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.906.200,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.900.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	6.200,00
	TOTAL	R\$	88.009.833,82

§ 2o A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	52.450.978,70
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	31.633.890,00
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	30.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	31.603.890,00
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	300.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	300.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	20.517.088,70
333000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	70.000,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	544.500,00
337000	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	R\$	80.000,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	80.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	19.812.588,70
339300	Aplicação Direta decorrente de Operação Entre Órgãos	R\$	10.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	16.817.655,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	16.172.655,00
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	20.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	16.152.655,00
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	645.000,00
469000	Aplicações diretas	R\$	645.000,00
900000	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	SOMA	R\$	69.318.633,70
	Transferências Financeiras	R\$	18.691.200,12
	TOTAL	R\$	88.009.833,82
II.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – ÓRGÃO		
01	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.495.146,20
02	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	9.855.500,00
03	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	2.810.250,00

04	Secretaria da Educação Cultura e Esportes	R\$	31.768.387,50
05	Secretaria de Infraestrutura	R\$	19.277.000,00
06	Secretaria da Saúde	R\$	489.800,00
07	Secretaria de Planejamento	R\$	157.500,00
08	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
09	Secretaria de Assistência Social	R\$	1.842.750,00
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	69.318.633,70
	Transferências Financeiras	R\$	18.691.200,12
	Total	R\$	88.009.833,82
III.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	10.661.996,20
06	Segurança Pública	R\$	1.242.150,00
08	Assistência Social	R\$	2.034.900,00
10	Saúde	R\$	604.000,00
12	Educação	R\$	26.622.937,50
13	Cultura	R\$	1.223.950,00
15	Urbanismo	R\$	15.763.500,00
17	Saneamento	R\$	405.800,00
20	Agricultura	R\$	1.917.750,00
22	Indústria	R\$	210.000,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.173.300,00
24	Comunicações	R\$	133.350,00
26	Transporte	R\$	3.209.000,00
27	Desporto e Lazer	R\$	933.500,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.132.500,00
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	69.318.633,70
	Transferências financeiras	R\$	18.691.200,12
	Total	R\$	88.009.833,82
IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0000	Encargos Gerais do Município	R\$	3.132.500,00
0005	Coordenação Superior	R\$	1.137.996,20
0010	Planejamento e Controle	R\$	157.500,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	4.492.500,00
0020	Controle Interno	R\$	52.500,00
0025	Edificações Públicas	R\$	225.000,00
0030	Administração Informatizada	R\$	294.000,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	283.500,00
0040	Comunicação Social	R\$	133.350,00
0045	Ação Rural – PAR	R\$	2.810.250,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
0060	Educação Infantil	R\$	6.187.187,50
0065	Ensino Fundamental	R\$	22.415.000,00

0070	Ensino Médio	R\$	63.000,00
0075	Ensino Superior	R\$	230.000,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	21.000,00
0085	Educação Especial	R\$	120.750,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	604.000,00
0095	Raízes Culturais	R\$	1.223.950,00
0100	Esporte em Ação	R\$	933.500,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	664.000,00
0115	Parques de Lazer	R\$	294.000,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	10.314.000,00
0125	Trânsito Seguro	R\$	249.500,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	2.866.500,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.680.000,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	3.209.000,00
0150	Vida e Saúde	R\$	84.000,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	405.800,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	549.150,00
0185	Assistência Comunitária – Gestão Polít Munic Assist Social	R\$	1.620.750,00
0190	Segurança do Cidadão	R\$	1.242.150,00
9999	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	69.318.633,70
	Transferências Financeiras	R\$	18.691.200,12
	Total	R\$	88.009.833,82

Seção III

Do Orçamento dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais

Subseção I

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 15.432.650,00 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais), sendo que deste valor, R\$ 2.957.002,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e dois reais) referem-se à receita própria e R\$ 12.475.648,00 (doze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 15.432.650,00 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do FMS será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	2.955.502,00
1.1	Receita Tributária	R\$	500,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	43.900,00
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	2.909.602,00
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	1.500,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.500,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	1.500,00
3	Transferências Financeiras	R\$	12.475.648,00
	Total	R\$	15.432.650,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
3000000	DESPESAS CORRENTES	R\$	14.871.842,00
3100000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	5.449.500,00
3190000	Aplicações Diretas	R\$	5.449.500,00
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	9.422.342,00
3341000	Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	R\$	35.000,00
3350000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	45.000,00
3390000	Aplicações Diretas	R\$	9.342.342,00
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	560.808,00
4400000	Investimentos	R\$	560.808,00
	TOTAL	R\$	15.432.650,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
10	Saúde	R\$	15.432.650,00
	Total	R\$	15.432.650,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0150	Vida e saúde	R\$	14.067.650,00
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.344.000,00
0160	Infância Saudável	R\$	21.000,00
	Total	R\$	15.432.650,00

Subseção II

Do Orçamento do Fundo Municipal de Habitação – FMH

Art. 5º O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.321.000,00 (um milhão, trezentos e vinte e um mil reais), sendo que deste valor R\$ 8.000,00 (oito mil reais) são de receitas próprias e R\$ 1.313.000,00 (um milhão, trezentos e treze mil reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 1.321.000,00 (um milhão, trezentos e vinte e um mil reais).

§ 1º A Receita do FMH será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	8.000,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	3.000,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	5.000,00
	Soma	R\$	8.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	1.313.000,00
	Total	R\$	1.321.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Habitação será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	376.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	376.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	376.000,00
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	945.000,00
4400000	Investimentos	R\$	945.000,00
	TOTAL	R\$	1.321.000,00
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		

16	Habitação	R\$	1.321.000,00
	Total	R\$	1.321.000,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0140	Habitação Popular	R\$	1.321.000,00
	Total	R\$	1.321.000,00

Subseção III

Do Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA

Art. 6º O Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 147.050,00 (cento e quarenta e sete mil, e cinquenta reais) sendo que deste valor, R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) são de receitas próprias e R\$ 124.050,00 (cento e vinte e quatro mil e cinquenta reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município, e fixa a Despesa no valor de R\$ 147.050,00 (cento e quarenta e sete mil e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do FMMA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	23.000,00
1.1	Receita Tributária	R\$	20.000,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	1.000,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	2.000,00
	Soma	R\$	23.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	124.050,00
	Total	R\$	147.050,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	123.900,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	123.900,00
339000	Aplicações diretas	R\$	123.900,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	23.150,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	23.150,00
449000	Aplicações diretas	R\$	23.150,00
	TOTAL	R\$	147.050,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
18	Gestão Ambiental	R\$	147.050,00
	Total	R\$	147.050,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	147.050,00
	Total	R\$	147.050,00

Subseção IV

Do Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais), sendo que deste valor, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) são de receitas próprias e R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).

§ 1º A Receita do FIA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	60.000,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	30.000,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	25.000,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	5.000,00
	Soma	R\$	60.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	57.600,00
	Total	R\$	117.600,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	105.600,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	105.600,00
339000	Aplicações diretas	R\$	105.600,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	12.000,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	12.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL	R\$	117.600,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	117.600,00
	Total	R\$	117.600,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente, S.C.F.V	R\$	91.350,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	26.250,00
	Total	R\$	117.600,00

Subseção V

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Art. 8o O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.500.975,00 (um milhão, quinhentos mil, novecentos e setenta e cinco reais), sendo que deste valor, R\$ 525.072,88 (quinhentos e vinte e cinco mil, setenta e dois reais e oitenta e oito centavos) referem-se a receitas próprias e R\$ 975.902,12 (novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e dois reais e doze centavos), referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 1.500.975,00 (um milhão, quinhentos mil, novecentos e setenta e cinco reais).

§ 1o A Receita do FMAS será realizada mediante a Transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	525.072,88
1.1	Receita Patrimonial	R\$	22.000,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	503.072,88
	Soma	R\$	525.072,88
2.	Transferências Financeiras	R\$	975.902,12
	Total	R\$	1.500.975,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		0,00
	DESPESAS CORRENTES	R\$	1.271.926,92

310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	248.244,20
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	226.244,20
319000	Aplicações diretas	R\$	22.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.023.682,72
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	23.100,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	148.257,72
339000	Aplicações diretas	R\$	852.325,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	229.048,08
440000	INVESTIMENTOS	R\$	229.048,08
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	62.556,00
449000	Aplicações diretas	R\$	166.492,08
	TOTAL	R\$	1.500.975,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	1.500.975,00
	Total	R\$	1.500.975,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	105.000,00
0175	Rede de Proteção da Criança e do Adolescente	R\$	842.100,00
0185	Assistência Comunitária, Gestão da Polít Munic Assist Social	R\$	157.500,00
0195	Atenção Integral à Família – PAIF	R\$	396.375,00
	Total	R\$	1.500.975,00

Subseção VI

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes – FME

Art. 9º O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais), sendo que deste valor, R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) referem-se a receitas próprias e R\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais).

§ 1º A Receita da FME será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	18.000,00
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	15.000,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	3.000,00
	Soma	R\$	18.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	486.000,00
	Total	R\$	504.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	487.960,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	246.960,00
319000	Aplicações diretas	R\$	246.960,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	241.000,00

339000	Aplicações diretas	R\$	241.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	16.040,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	16.040,00
449000	Aplicações diretas	R\$	16.040,00
	TOTAL	R\$	504.000,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
27	Esporte e Lazer	R\$	504.000,00
	Total	R\$	504.000,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0100	Esporte Amador	R\$	504.000,00
	Total	R\$	504.000,00

Subseção VII

Do Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE

Art. 10. O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.003.062,55 (oito milhões, três mil, sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

§ 1º A Receita do SIMAE será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	7.995.412,55
1.1	Receita Tributária	R\$	86.350,78
1.2	Receita Patrimonial	R\$	215.977,18
1.3	Receita de Serviços	R\$	7.270.977,60
1.4	Outras Receitas Correntes	R\$	422.106,99
2.	RECEITA DE CAPITAL	R\$	7.650,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	7.650,00
	Total	R\$	8.003.062,55

§ 2º A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	6.079.235,71
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	2.865.621,34
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	24.399,81
319000	Aplicações diretas	R\$	2.841.221,53
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	3.213.614,37
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	32.188,32
339000	Aplicações diretas	R\$	3.181.426,05
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.923.826,84
440000	INVESTIMENTOS	R\$	1.923.826,84
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	2.287,04
449000	Aplicações diretas	R\$	1.921.539,80
	TOTAL	R\$	8.003.062,55

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	2.018.776,49
17	Saneamento	R\$	5.904.255,43
28	Encargos Especiais	R\$	80.030,63
	Total	R\$	8.003.062,55

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	8.003.062,55
	Total	R\$	8.003.062,55

CAPITULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única
Da Reserva de Contingência

Art. 11. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPITULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por decreto, dotações de um grupo de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal no 4.320, de 1964, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares:

I - até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para cada orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- a) o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- b) o superávit financeiro do exercício anterior;
- c) o produto de operações de crédito autorizadas pelo Legislativo.

II - até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para cada orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- a) a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;

Parágrafo único. Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 15. Considerar-se-á créditos adicionais especiais, para efeitos desta Lei, e em conformidade com a Portaria no 163, de 2001, art. 6º, da Secretaria do Tesouro Nacional, o crédito orçamentário criado em nível de modalidade de aplicação.

§ 1º. Faz parte integrante do orçamento o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), até o nível de elementos e desdobramentos (§ 3º, art. 10, da Lei no 3.262, de 13 de setembro de 2017).

§ 2º. Cada Poder, no âmbito de sua ação administrativa, poderá, por ato próprio, em relação à sua execução orçamentária, criar, excluir e alterar valores e as destinações e as fontes de recursos em relação aos elementos e desdobramentos do QDD, desde que preservados os valores aprovados em nível de modalidade de aplicação (§§ 1º e 2º, art. 10, da Lei no 3.262, de 13 de setembro de 2017).

Art. 16. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 17. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo, como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 18. Durante o exercício de 2018, o Poder Executivo poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 19. Comprovado o interesse público municipal e, mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Capinzal, 13 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário de Administração e Finanças

Lei nº 3.275/2017

Publicação Nº 1456609

LEI Nº 3.275, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária com a finalidade de auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º A contribuição de que trata esta Lei, de caráter facultativo, pelo prazo indeterminado, objetiva estabelecer um sistema de cooperação financeira e será lançada e arrecadada mensalmente. Aplicar-se-á por economia de unidade consumidora que será através do documento de recolhimento de fatura de água do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e será devida na seguinte proporção:

I – (...);

II – (...).

§ 1º (...).

§ 2º (...).

§ 3º (...).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Capinzal, em 13 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

Lei nº 3.276/2017

Publicação Nº 1456619

LEI Nº 3.276, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo de Capinzal a firmar Convênio (CBMSC e SIMAE) para execução de serviços de bombeiros, institui a cota de contribuição mensal e voluntária e extingue a Lei no 2.121/98.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e

outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º Fica instituída a Contribuição Mensal Voluntária, tendo como objeto fomentar, estimular e potencializar o serviço de combate a incêndios, resgates e salvamentos, ações de defesa civil e capacitação da comunidade, prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal.

§ 1º A cobrança da Contribuição Mensal Voluntária referida no caput deste artigo será lançada no documento de reconhecimento da fatura de água e esgoto, emitida pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE, conforme acordo em convênio específico.

§ 2º Os contribuintes que não desejarem participar da Contribuição mensal Voluntária, durante a vigência desta lei, deverão dirigir-se à sede do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal, munidos da última fatura de água, para preenchimento de formulário próprio para essa finalidade, cujo encaminhamento dar-se-á no mês seguinte.

§ 3º Os Valores da Contribuição Mensal Voluntária, instituídos no caput deste artigo serão classificados da seguinte maneira:

I - Residenciais: 4% da UFRM;

II - Comercial / Industrial: 18% UFRM.

Art. 5º Fica o poder executivo municipal autorizado a celebrar convênio com o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE para proceder o recolhimento da Contribuição Mensal Voluntária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Lei no 2.121, de 26 de novembro de 1998.

Capinzal, 13 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0323/2017

Publicação Nº 1456050

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0323/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME	
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)	
Vigência : Início: 13/12/2017 Término: 31/12/2017	
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0036/2017 Processo_Licitatório.....: 0178 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Contratação de empresa especializada para Fiscalização da Execução da Decoração Natalina 2017, conforme Processo Licitatório nº 0163/2017, Tomada de Preços nº 0010/2017. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 13 de Dezembro de 2017	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0183/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0121/2017

Publicação Nº 1456219

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0183/2017
Pregão Presencial Nº 00121/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis sob medida em MDF (Não modulados), incluindo a entrega e instalação, fabricados de acordo com projeto, para compor mobiliário de salas de escolas, creches e centros municipais de educação infantil, para atender eventual demanda, através da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:25 horas, para abertura da Seção às 08:30 horas do dia 27/12/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 14 de Dezembro de 2017.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0184/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0122/2017

Publicação Nº 1456461

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0184/2017
Pregão Presencial Nº 0122/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades de controle ao Mosquito Borchudo, realizado pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 13:25 horas, para abertura da Seção às 13:30 horas do dia 27/12/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 14 de Dezembro de 2017.

SANDRO LUIZ TOALDO

Secretário de Agricultura Interino

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0185/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0123/2017

Publicação Nº 1456463

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0185/2017
Pregão Presencial Nº 0123/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gás de cozinha para manutenção das diversas atividades desenvolvidas pelas Secretarias e Fundos. Com Recursos Municipais, Estaduais e Federais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:55 horas, para abertura da Seção às 15:00 horas do dia 27/12/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 14 de Dezembro de 2017.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 33**

Publicação Nº 1455628

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER DE REDAÇÃO FINAL**

O Projeto de Lei nº 33, de 2017, de origem do Poder Executivo, estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2018.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 33, de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2018.

**CAPÍTULO I
DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Capinzal para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 99.603.971,25 (noventa e nove milhões, seiscentos e três mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos).

§ 1º Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I – Demonstrativo da receita e da despesa do Município para o exercício a que se refere a proposta e os dois seguintes, a receita realizada nos três últimos exercícios encerrados e a prevista para o ano corrente;

II - Metodologia e premissa de cálculos realizados, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF);

III – anexos orçamentários nos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - demonstrativo da receita por fonte e respectiva legislação (inciso III do § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

V - demonstrativo da receita corrente líquida projetada para 2017 (§ 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, LRF);

VI - demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

VII - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

VIII - demonstrativo da estimativa da compensação e renúncia da receita (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 5º, II);

IX - demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 5º, II);

X - demonstrativo da receita de impostos e das despesas com saúde;

XI - demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XII - demonstrativo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais da LDO, (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 5º, I), contendo:

a) compatibilidade com o resultado primário;

b) compatibilidade com o resultado nominal;

XIII - demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município; e

XIV - demonstrativo dos limites do Poder Legislativo:

a) gastos totais (art. 29-A da Constituição Federal);

b) folha de pagamento (§ 1º do art. 29-A da Constituição Federal);

c) limite individual dos subsídios conforme subsídios dos deputados estaduais (inciso VI do art. 29-A da Constituição Federal);

d) limite de 5% (cinco por cento) da receita com remuneração dos vereadores (inciso VII do art. 20 da Constituição Federal);

XV - descrição sucinta das unidades administrativas e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (Parágrafo Único do art. 22 da Lei 4.320, de 1964); e

XVI - relação de convênios e contratos firmados em execução e com abrangência para 2018, com os respectivos créditos orçamentários;

§ 2º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos à presente Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS – CONSOLIDADO:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECON	R\$	
1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	97.688.621,25
1.1	Receitas Tributárias	R\$	9.305.350,78
1.2	Receita de Contribuições	R\$	1.364.400,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	887.177,18
1.4	Receita Agropecuária	R\$	120.000,00

1.5	Receita Industrial	R\$	500,00
1.6	Receita de Serviços	R\$	8.161.777,60
1.7	Transferências Correntes	R\$	75.955.509,14
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	1.893.906,55
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.915.350,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.900.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	15.350,00
2.3	Transferências de Capital	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	99.603.971,25

§ 3o A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, na forma dos quadros a seguir:

I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO:

I	CLASSIF. POR CATEGORIA ECON E NATUR	R\$	0,00
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	78.646.443,33
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	42.244.215,54
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	280.644,01
319000	Aplicações diretas	R\$	41.963.571,53
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	300.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	300.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	36.102.227,79
333000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	70.000,00
334100	Contribuições a Fundos	R\$	35.000,00
335000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	627.600,00
337100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	272.446,04
339000	Aplicações diretas	R\$	35.075.181,75
339300	Aplicação Decorrente de Operação entre Órgãos	R\$	22.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	20.907.527,92
440000	INVESTIMENTOS	R\$	20.262.527,92
447100	Transferências a Consórcios públicos	R\$	84.843,04
449000	Aplicações diretas	R\$	20.177.684,88
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	645.000,00
469000	Aplicações diretas	R\$	645.000,00
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	99.603.971,25

II - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		0,00
01	Legislativa	R\$	3.259.000,00
04	Administração	R\$	12.680.772,69
06	Segurança Pública	R\$	1.242.150,00
08	Assistência Social	R\$	3.653.475,00
10	Saúde	R\$	16.036.650,00
12	Educação	R\$	26.622.937,50
13	Cultura	R\$	1.223.950,00

15	Urbanismo	R\$	15.763.500,00
16	Habitação	R\$	1.321.000,00
17	Saneamento	R\$	6.310.055,43
18	Gestão Ambiental	R\$	147.050,00
20	Agricultura	R\$	1.917.750,00
22	Indústria	R\$	210.000,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.173.300,00
24	Comunicações	R\$	133.350,00
26	Transporte	R\$	3.209.000,00
27	Desporto e Lazer	R\$	1.437.500,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.212.530,63
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	99.603.971,25
	Transferências financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	99.603.971,25

III - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

III.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		0,00
01	Câmara de Vereadores	R\$	3.259.000,00
00	Soma – I	R\$	3.259.000,00
02	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.495.146,20
03	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	9.855.500,00
04	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	2.810.250,00
05	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	R\$	31.768.387,50
06	Secretaria da Infraestrutura	R\$	19.277.000,00
07	Secretaria da Saúde	R\$	489.800,00
08	Secretaria de Planejamento	R\$	157.500,00
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
10	Secretaria de Assistência Social	R\$	1.842.750,00
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
00	Soma – II	R\$	69.318.633,70
00	Transferências Financeiras	R\$	0,00
00	Sub-Total (I + II)	R\$	72.577.633,70
11	Fundo Municipal de Saúde	R\$	15.432.650,00
12	Fundo Municipal de Habitação	R\$	1.321.000,00
13	Fundo Municipal do Meio Ambiente	R\$	147.050,00
14	Fundo Munic. Dos Dir. da Criança e do Adolescente	R\$	117.600,00
15	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	1.500.975,00
16	Fundação Municipal de Esportes	R\$	504.000,00
17	Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	R\$	8.003.062,55
00	Soma (III)	R\$	27.026.337,55
	Total Geral (I+II+III)	R\$	99.603.971,25

IV - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO – CONSOLIDADO:

IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
-----	-----------------------------	--	------

0000	Encargos Gerais, Dív. Pub. Previdência a Inat e Penc	R\$	3.132.500,00
0001	Processo Legislativo	R\$	3.259.000,00
0005	Coordenação Superior	R\$	1.137.996,20
0010	Planejamento e Controle	R\$	157.500,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	4.492.500,00
0020	Controle Interno	R\$	52.500,00
0025	Edificações Públicas	R\$	225.000,00
0030	Administração Informatizada	R\$	294.000,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	283.500,00
0040	Comunicação Social	R\$	133.350,00
0045	Ação Rural – PAR	R\$	2.810.250,00
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	147.050,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
0060	Educação Infantil	R\$	6.187.187,50
0065	Educação Fundamental	R\$	22.415.000,00
0070	Ensino Médio	R\$	63.000,00
0075	Ensino Superior	R\$	230.000,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	21.000,00
0085	Educação Especial	R\$	120.750,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	604.000,00
0095	Raízes Culturais	R\$	1.223.950,00
0100	Esporte em Ação	R\$	1.437.500,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	664.000,00
0115	Parques de Lazer	R\$	294.000,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	10.314.000,00
0125	Trânsito Seguro	R\$	249.500,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	2.866.500,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.680.000,00
0140	Habitação Popular	R\$	1.321.000,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	3.209.000,00
0150	Vida e Saúde	R\$	14.151.650,00
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.344.000,00
0160	Infância Saudável	R\$	21.000,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	8.408.862,55
0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	105.000,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	1.482.600,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	26.250,00
0185	Assistência Comunitária, Gestão Política Soc	R\$	1.778.250,00
0190	Segurança do Cidadão	R\$	1.242.150,00
0195	Atenção Integral à Família – PROTEÇÃO	R\$	396.375,00
9999	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	99.603.971,25
	Transferências Financeiras	R\$	0,00
	Total	R\$	99.603.971,25

Seção I
Do Orçamento do Legislativo

Subseção Única
Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 2º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 3.259.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais) e fixa a Despesa no valor de R\$ 3.259.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais).
§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Vereadores será realizada mediante a transferência de recursos financeiros do Tesouro Municipal, conforme discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	0,00
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	0,00
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	0,00
3.	Transferências Financeiras	R\$	3.259.000,00
4.	Total	R\$	3.259.000,00

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	2.879.000,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1.800.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	1.800.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.079.000,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	15.000,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	12.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	1.040.000,00
339300	Aplicação Direta decorrente de operações entre órgãos	R\$	12.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	380.000,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	380.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	380.000,00
	TOTAL	R\$	3.259.000,00
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01	Legislativa	R\$	3.259.000,00
	Total	R\$	3.259.000,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0001	Processo Legislativo	R\$	3.259.000,00
	Total	R\$	3.259.000,00

Seção II
Do Orçamento da Administração Direta

Subseção Única
Do Orçamento da Prefeitura

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 88.009.833,82 (oitenta e oito milhões, nove mil, oitocentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos).

§ 1o A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	86103.633,82
1.1	Receitas Tributárias	R\$	9.198.500,00
1.2	Receita de Contribuições	R\$	1.364.400,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	556.300,00
1.4	Receita Agropecuária	R\$	120.000,00
1.5	Receita Industrial	R\$	500,00
1.6	Receita de Serviços	R\$	890.800,00
1.7	Transferências Correntes	R\$	72.517.834,26
1.8	Outras Receitas Correntes	R\$	1.455.299,56
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.906.200,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	1.900.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$	6.200,00
	TOTAL	R\$	88.009.833,82

§ 2o A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	52.450.978,70
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	31.633.890,00
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	30.000,00
319000	Aplicações diretas	R\$	31.603.890,00
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	300.000,00
329000	Aplicações diretas	R\$	300.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	20.517.088,70
333000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$	70.000,00
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	544.500,00
337000	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	R\$	80.000,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	80.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	19.812.588,70
339300	Aplicação Direta decorrente de Operação Entre Órgãos	R\$	10.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	16.817.655,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	16.172.655,00
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	20.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	16.152.655,00
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	645.000,00
469000	Aplicações diretas	R\$	645.000,00
900000	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	SOMA	R\$	69.318.633,70
	Transferências Financeiras	R\$	18.691.200,12
	TOTAL	R\$	88.009.833,82

II.	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – ÓRGÃO		
01	Governo Municipal Gabinete do Prefeito	R\$	1.495.146,20
02	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	9.855.500,00

03	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	2.810.250,00
04	Secretaria da Educação Cultura e Esportes	R\$	31.768.387,50
05	Secretaria de Infraestrutura	R\$	19.277.000,00
06	Secretaria da Saúde	R\$	489.800,00
07	Secretaria de Planejamento	R\$	157.500,00
08	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
09	Secretaria de Assistência Social	R\$	1.842.750,00
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	69.318.633,70
	Transferências Financeiras	R\$	18.691.200,12
	Total	R\$	88.009.833,82

III.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	10.661.996,20
06	Segurança Pública	R\$	1.242.150,00
08	Assistência Social	R\$	2.034.900,00
10	Saúde	R\$	604.000,00
12	Educação	R\$	26.622.937,50
13	Cultura	R\$	1.223.950,00
15	Urbanismo	R\$	15.763.500,00
17	Saneamento	R\$	405.800,00
20	Agricultura	R\$	1.917.750,00
22	Indústria	R\$	210.000,00
23	Comércio e Serviços	R\$	1.173.300,00
24	Comunicações	R\$	133.350,00
26	Transporte	R\$	3.209.000,00
27	Desporto e Lazer	R\$	933.500,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.132.500,00
99	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	69.318.633,70
	Transferências financeiras	R\$	18.691.200,12
	Total	R\$	88.009.833,82

IV.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0000	Encargos Gerais do Município	R\$	3.132.500,00
0005	Coordenação Superior	R\$	1.137.996,20
0010	Planejamento e Controle	R\$	157.500,00
0015	Administração Geral e Financeira	R\$	4.492.500,00
0020	Controle Interno	R\$	52.500,00
0025	Edificações Públicas	R\$	225.000,00
0030	Administração Informatizada	R\$	294.000,00
0035	Fortalecimento do Municipalismo	R\$	283.500,00
0040	Comunicação Social	R\$	133.350,00
0045	Ação Rural – PAR	R\$	2.810.250,00
0055	Desenvolvimento Econômico	R\$	1.572.300,00
0060	Educação Infantil	R\$	6.187.187,50

0065	Ensino Fundamental	R\$	22.415.000,00
0070	Ensino Médio	R\$	63.000,00
0075	Ensino Superior	R\$	230.000,00
0080	Analfabetismo Zero	R\$	21.000,00
0085	Educação Especial	R\$	120.750,00
0090	Alimentação Escolar	R\$	604.000,00
0095	Raízes Culturais	R\$	1.223.950,00
0100	Esporte em Ação	R\$	933.500,00
0110	Desenvolvimento Comunitário	R\$	664.000,00
0115	Parques de Lazer	R\$	294.000,00
0120	Desenvolvimento Urbano	R\$	10.314.000,00
0125	Trânsito Seguro	R\$	249.500,00
0130	Serviços de Utilidade Pública	R\$	2.866.500,00
0135	Transportes Urbanos e Terminais Rodoviários	R\$	1.680.000,00
0145	Estradas Vicinais	R\$	3.209.000,00
0150	Vida e Saúde	R\$	84.000,00
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	405.800,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	549.150,00
0185	Assistência Comunitária – Gestão Polít Munic Assist Social	R\$	1.620.750,00
0190	Segurança do Cidadão	R\$	1.242.150,00
9999	Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
	Soma	R\$	69.318.633,70
	Transferências Financeiras	R\$	18.691.200,12
	Total	R\$	88.009.833,82

Seção III

Do Orçamento dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais

Subseção I

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 15.432.650,00 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais), sendo que deste valor, R\$ 2.957.002,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e dois reais) referem-se à receita própria e R\$ 12.475.648,00 (doze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 15.432.650,00 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do FMS será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	2.955.502,00
1.1	Receita Tributária	R\$	500,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	43.900,00
1.3	Receita de Serviços	R\$	0,00
1.4	Transferências Correntes	R\$	2.909.602,00
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	1.500,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.500,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	1.500,00
3	Transferências Financeiras	R\$	12.475.648,00
	Total	R\$	15.432.650,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
3000000	DESPESAS CORRENTES	R\$	14.871.842,00
3100000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	5.449.500,00
3190000	Aplicações Diretas	R\$	5.449.500,00
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	9.422.342,00
3341000	Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	R\$	35.000,00
3350000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	45.000,00
3390000	Aplicações Diretas	R\$	9.342.342,00
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	560.808,00
4400000	Investimentos	R\$	560.808,00
	TOTAL	R\$	15.432.650,00
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
10	Saúde	R\$	15.432.650,00
	Total	R\$	15.432.650,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0150	Vida e saúde	R\$	14.067.650,00
0155	Estratégia Saúde da Família – ESF	R\$	1.344.000,00
0160	Infância Saudável	R\$	21.000,00
	Total	R\$	15.432.650,00

Subseção II

Do Orçamento do Fundo Municipal de Habitação – FMH

Art. 5o O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.321.000,00 (um milhão, trezentos e vinte e um mil reais), sendo que deste valor R\$ 8.000,00 (oito mil reais) são de receitas próprias e R\$ 1.313.000,00 (um milhão, trezentos e treze mil reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 1.321.000,00 (um milhão, trezentos e vinte e um mil reais).

§ 1o A Receita do FMH será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	8.000,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	3.000,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	0,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	5.000,00
	Soma	R\$	8.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	1.313.000,00
	Total	R\$	1.321.000,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal de Habitação será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	376.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	376.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	376.000,00
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	945.000,00
4400000	Investimentos	R\$	945.000,00
	TOTAL	R\$	1.321.000,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
16	Habitação	R\$	1.321.000,00
	Total	R\$	1.321.000,00
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0140	Habitação Popular	R\$	1.321.000,00
	Total	R\$	1.321.000,00

Subseção III

Do Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA

Art. 6º O Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 147.050,00 (cento e quarenta e sete mil, e cinquenta reais) sendo que deste valor, R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) são de receitas próprias e R\$ 124.050,00 (cento e vinte e quatro mil e cinquenta reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município, e fixa a Despesa no valor de R\$ 147.050,00 (cento e quarenta e sete mil e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do FMMA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	23.000,00
1.1	Receita Tributária	R\$	20.000,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	1.000,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	2.000,00
	Soma	R\$	23.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	124.050,00
	Total	R\$	147.050,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	123.900,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	123.900,00
339000	Aplicações diretas	R\$	123.900,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	23.150,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	23.150,00
449000	Aplicações diretas	R\$	23.150,00
	TOTAL	R\$	147.050,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
18	Gestão Ambiental	R\$	147.050,00
	Total	R\$	147.050,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0050	Proteção do Meio Ambiente	R\$	147.050,00
	Total	R\$	147.050,00

Subseção IV

Do Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais), sendo que deste valor, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) são de receitas próprias e R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).

§ 1º A Receita do FIA será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	60.000,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	30.000,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	25.000,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	5.000,00
	Soma	R\$	60.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	57.600,00
	Total	R\$	117.600,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	105.600,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	105.600,00
339000	Aplicações diretas	R\$	105.600,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	12.000,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	12.000,00
449000	Aplicações diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL	R\$	117.600,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	117.600,00
	Total	R\$	117.600,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente, S.C.F.V	R\$	91.350,00
0180	Prevenção e Combate ao Uso de Drogas	R\$	26.250,00
	Total	R\$	117.600,00

Subseção V

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Art. 8o O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.500.975,00 (um milhão, quinhentos mil, novecentos e setenta e cinco reais), sendo que deste valor, R\$ 525.072,88 (quinhentos e vinte e cinco mil, setenta e dois reais e oitenta e oito centavos) referem-se a receitas próprias e R\$ 975.902,12 (novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e dois reais e doze centavos), referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 1.500.975,00 (um milhão, quinhentos mil, novecentos e setenta e cinco reais).

§ 1o A Receita do FMAS será realizada mediante a Transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	525.072,88
1.1	Receita Patrimonial	R\$	22.000,00
1.2	Transferências Correntes	R\$	503.072,88
	Soma	R\$	525.072,88
2.	Transferências Financeiras	R\$	975.902,12
	Total	R\$	1.500.975,00

§ 2o A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		0,00
	DESPESAS CORRENTES	R\$	1.271.926,92
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	248.244,20
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	226.244,20

319000	Aplicações diretas	R\$	22.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.023.682,72
335000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	R\$	23.100,00
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	148.257,72
339000	Aplicações diretas	R\$	852.325,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	229.048,08
440000	INVESTIMENTOS	R\$	229.048,08
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	62.556,00
449000	Aplicações diretas	R\$	166.492,08
	TOTAL	R\$	1.500.975,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	1.500.975,00
	Total	R\$	1.500.975,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0170	Valorização da Terceira Idade	R\$	105.000,00
0175	Rede de Proteção da Criança e do Adolescente	R\$	842.100,00
0185	Assistência Comunitária, Gestão da Polít Munic Assist Social	R\$	157.500,00
0195	Atenção Integral à Família – PAIF	R\$	396.375,00
	Total	R\$	1.500.975,00

Subseção VI

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes – FME

Art. 9º O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais), sendo que deste valor, R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) referem-se a receitas próprias e R\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil reais) referem-se a Transferências Financeiras do Tesouro do Município e fixa a Despesa no valor de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais).

§ 1º A Receita da FME será realizada mediante a transferência do Tesouro Municipal, a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	18.000,00
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	15.000,00
1.3	Outras Receitas Correntes	R\$	3.000,00
	Soma	R\$	18.000,00
2.	Transferências Financeiras	R\$	486.000,00
	Total	R\$	504.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	487.960,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	246.960,00
319000	Aplicações diretas	R\$	246.960,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	241.000,00
339000	Aplicações diretas	R\$	241.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	16.040,00
440000	INVESTIMENTOS	R\$	16.040,00
449000	Aplicações diretas	R\$	16.040,00
	TOTAL	R\$	504.000,00

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
27	Esporte e Lazer	R\$	504.000,00
	Total	R\$	504.000,00

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0100	Esporte Amador	R\$	504.000,00
	Total	R\$	504.000,00

Subseção VII

Do Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE

Art. 10. O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.003.062,55 (oito milhões, três mil, sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

§ 1o A Receita do SIMAE será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	7.995.412,55
1.1	Receita Tributária	R\$	86.350,78
1.2	Receita Patrimonial	R\$	215.977,18
1.3	Receita de Serviços	R\$	7.270.977,60
1.4	Outras Receitas Correntes	R\$	422.106,99
2.	RECEITA DE CAPITAL	R\$	7.650,00
2.1	Alienação de Bens	R\$	7.650,00
	Total	R\$	8.003.062,55

§ 2o A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos, na forma da Lei no 4.320/64, parte integrante desta Lei, obedecendo à classificação institucional funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I.	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA		
300000	DESPESAS CORRENTES	R\$	6.079.235,71
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	2.865.621,34
317100	Transferências a consórcios públicos	R\$	24.399,81
319000	Aplicações diretas	R\$	2.841.221,53
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	3.213.614,37
337100	Transferências a consórcios públicos	R\$	32.188,32
339000	Aplicações diretas	R\$	3.181.426,05
400000	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.923.826,84
440000	INVESTIMENTOS	R\$	1.923.826,84
447100	Transferências a consórcios públicos	R\$	2.287,04
449000	Aplicações diretas	R\$	1.921.539,80
	TOTAL	R\$	8.003.062,55

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	Administração	R\$	2.018.776,49
17	Saneamento	R\$	5.904.255,43
28	Encargos Especiais	R\$	80.030,63
	Total	R\$	8.003.062,55

III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0165	Água Potável e Saneamento	R\$	8.003.062,55
	Total	R\$	8.003.062,55

CAPITULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única
Da Reserva de Contingência

Art. 11. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPITULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por decreto, dotações de um grupo de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal no 4.320, de 1964, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares:

I - até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para cada orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- a) o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- b) o superávit financeiro do exercício anterior;
- c) o produto de operações de crédito autorizadas pelo Legislativo.

II - até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para cada orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- a) a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;

Parágrafo Único. Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 15. Considerar-se-á créditos adicionais especiais, para efeitos desta Lei, e em conformidade com a Portaria no 163, de 2001, art. 6º, da Secretaria do Tesouro Nacional, o crédito orçamentário criado em nível de modalidade de aplicação.

§ 1º. Faz parte integrante do orçamento o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), até o nível de elementos e desdobramentos (§ 3º, art. 10, da Lei no 3.262, de 13 de setembro de 2017).

§ 2º. Cada Poder, no âmbito de sua ação administrativa, poderá, por ato próprio, em relação à sua execução orçamentária, criar, excluir e alterar valores e as destinações e as fontes de recursos em relação aos elementos e desdobramentos do QDD, desde que preservados os valores aprovados em nível de modalidade de aplicação (§§ 1º e 2º, art. 10, da Lei no 3.262, de 13 de setembro de 2017).

Art. 16. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 17. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo, como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 18. Durante o exercício de 2018, o Poder Executivo poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 19. Comprovado o interesse público municipal e, mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Capinzal (SC), 12 de dezembro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB
Membro Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL PROJETO DE LEI Nº 34, DE 2017**

Publicação Nº 1455630

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 34, de 2017, de origem do Poder Executivo, altera o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 34, de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária, na forma que especifica.

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária com a finalidade de auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º A contribuição de que trata esta Lei, de caráter facultativo, por prazo indeterminado, objetiva estabelecer um sistema de cooperação financeira e será lançada e arrecadada mensalmente. Aplicar-se-á por economia de unidade consumidora através do documento de recolhimento de fatura de água do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e será devida na seguinte proporção:

I – (...);

II – (...).

§ 1º (...).

§ 2º (...).

§ 3º (...).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Capinzal (SC), 12 de dezembro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB
Membro Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL PROJETO DE LEI Nº 35, DE 2017**

Publicação Nº 1455632

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 35, de 2017, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo de Capinzal para firmar Convênio (CBMSC e SIMAE) para execução de serviços de

bombeiros, institui a cota de contribuição mensal e voluntária e extingue a Lei no 2.121/98.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 35, de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 35, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo de Capinzal a firmar Convênio (CBMSC e SIMAE) para execução de serviços de bombeiros, institui a cota de contribuição mensal e voluntária e extingue a Lei no 2.121/98.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º Fica instituída a Contribuição Mensal Voluntária, tendo como objeto fomentar, estimular e potencializar o serviço de combate a incêndios, resgates e salvamentos, ações de defesa civil e capacitação da comunidade, prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal.

§ 1º A cobrança da Contribuição Mensal Voluntária referida no caput deste artigo será lançada no documento de reconhecimento da fatura de água e esgoto, emitida pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE, conforme acordo em convênio específico.

§ 2º Os contribuintes que não desejarem participar da Contribuição mensal Voluntária, durante a vigência desta lei, deverão dirigir-se à sede do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal, munidos da última fatura de água, para preenchimento de formulário próprio para essa finalidade, cujo encaminhamento dar-se-á no mês seguinte.

§ 3º Os Valores da Contribuição Mensal Voluntária, instituídos no caput deste artigo serão classificados da seguinte maneira:

I - Residenciais: 4% da UFRM;

II - Comercial / Industrial: 18% UFRM.

Art. 5º Fica o poder executivo municipal autorizado a celebrar convênio com o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE para proceder o recolhimento da Contribuição Mensal Voluntária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Lei no 2.121, de 26 de novembro de 1998.

Capinzal (SC), 12 de dezembro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB
MembroVereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455623

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
12 DE DEZEMBRO DE 2017

- Aprovada a Ata nº 2.939, de 2017, referente à Sessão Plenária do dia 5/12/2017.
- Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:
 - Emenda Modificativa nº 001, de 2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final sobre o Projeto de Lei nº 034, de 2017.
- Aprovado:
 - Projeto de Lei nº 033, de 2017, que estima a Receita e Fixa a

Despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2018.

- Projeto de Lei nº 034, de 2017, altera o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária, na forma que especifica, com a Emenda Modificativa nº 001, de 2017.
- Projeto de Lei nº 035, de 2017, autoriza o Poder Executivo de Capinzal a firmar Convênio (CBMSC e SIMAE) para execução de serviços de bombeiros, institui a cota de contribuição mensal e voluntária e extingue a Lei nº 2.121/98.
- Requerimento Verbal proposto pelo Vereador Kelvis Borges, solicitando o adiando por até três Sessões da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 011, de 2017, que institui a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos no Município de Capinzal.
 - Conforme art. 149 do Regimento Interno não houve Palavra Livre.
 - Convocação dos Vereadores para a Sessão Plenária no dia 6 de fevereiro de 2018, às 19 horas.
 - O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas" e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.

Câmara de Vereadores, 13 de dezembro de 2017.
Vereador Gilmar Junior da Silveira
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº CAO/01/2017

Publicação Nº 1456365

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº CAO/01/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Define o padrão de proteção de hidrômetro, suas dimensões e características, bem como em quais situações os mesmos são exigidos.

O Diretor do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 115, do Decreto nº 059, de 30 de abril de 2014 (Capinzal) e Decreto nº 189, de 23 de abril de 2014 (Ouro), e

Considerando a necessidade de definir as dimensões e características do padrão de proteção de hidrômetros, bem como as condições em que os mesmos são exigidos,

Considerando a importância do equipamento de medição de água (hidrômetro) estar adequadamente protegido,

Resolve emitir a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º. É obrigatório a confecção/construção do padrão de proteção de hidrômetros, nas seguintes situações:

- a. Ligações novas de água;
- b. Religações de água solicitadas pelo usuário;
- c. Alteração do local da ligação;
- d. Alteração do padrão de ligação, por solicitação do usuário ou pela Autarquia;

Art. 2º. A responsabilidade pela confecção/construção do padrão de proteção do hidrômetro é exclusiva do titular da ligação de água, cabendo a Autarquia, através de seus técnicos, prestar as orientações técnicas necessárias.

Art. 3º. As dimensões e características do padrão de proteção de hidrômetro são as descritas no ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa.

Art. 4º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sidnei Penzo
Diretor Geral

ANEXO ÚNICO
CROQUI DO PADRÃO DE PROTEÇÃO DE HIDRÔMETRO

Tamanho da Caixa Acrílica: 40 x 33 cm

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2017 - PREGÃO Nº 0092/2017

Publicação Nº 1456701

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2017
PREGÃO Nº 0092/2017

Objeto: Prestação de Serviços Médicos em Sistema de Plantão no Pronto Atendimento Médico Urgência e Emergência no Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, visando a manutenção e o desenvolvimento das atividades do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para o ano de 2018.

Dotação Orçamentária:
2.089.3390.00 - 102 - 10/2017 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 15 de janeiro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 13 de dezembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 13 de dezembro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.605/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456885

LEI Nº 2.605/2017, de 13 de dezembro de 2017
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO O VEÍCULO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC, pertencente ao Estado de Santa Catarina, conforme prevê o art. 13 da Lei Orgânica Municipal, o veículo Renault/Sandero Aut 1016V, ano de fabricação 2008, modelo ano 2009, cor branca, de placas nº MGP4049, Renavam nº 121513688 e chassi nº 93YBSR0RH9J111262.

Art. 2º. Uma vez efetivada a doação, o veículo descrito no artigo anterior será incorporado ao patrimônio público do Município de Catanduvas.

Art. 3º. Fica do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as despesas decorrentes da transferência e documentação do veículo recebido em doação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2017.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

BALANCETE FINANCEIRO - NOVEMBRO 2017

Publicação Nº 1456851

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Novembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.622.571,86	ORÇAMENTÁRIAS	1.750.257,61
RECEITA TRIBUTÁRIA	234.179,52	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.257,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	60.473,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.133.426,48
RECEITA PATRIMONIAL	40.338,40	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.640,92
RECEITA DE SERVIÇOS	8.706,20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	433.613,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.219.121,63	INVESTIMENTOS	156.765,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.656,81	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.811,17
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.095,68		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	641.029,97	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	641.029,97
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	641.029,97	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	641.029,97
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.451.826,37	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.820.084,32
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	275.104,46	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	13.471,16
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.890.828,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	279.839,26
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	95.727,52	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.310.300,50
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.190.166,39	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	113.727,52
		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.102.745,88
SALDOS ANTERIORES	8.167.893,63	SALDOS ATUAIS	8.671.949,93
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.903.843,02	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.309.729,38
BANCO C/ MOVIMENTO	254.623,30	BANCO C/ MOVIMENTO	338.799,55
BANCOS C/ VINCULADAS	9.427,31	BANCOS C/ VINCULADAS	23.421,00
TOTAL	15.883.321,83	TOTAL	15.883.321,83

Catanduvás, 12/12/2017

ITAMAR LONGHINI

Contador CRC/SC 021.753/O-1

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

12/12/2017 09:18:48

EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS - DESPESA 2017 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1456857

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 1 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02.01.0	GABINETE DO PREFEITO E VICE		770.000,00	0,00	100.000,00	670.000,00	65.759,67	540.369,07
02.01.0.122	GABINETE DO PREFEITO		770.000,00	0,00	100.000,00	670.000,00	65.759,67	540.369,07
02.01.0.122.004	Administração		770.000,00	0,00	100.000,00	670.000,00	65.759,67	540.369,07
02.01.0.122.004.122	Administração Geral		770.000,00	0,00	100.000,00	670.000,00	65.759,67	540.369,07
02.01.0.122.004.122.0006	GABINETE PREFEITO E VICE-PREFEITO		770.000,00	0,00	100.000,00	670.000,00	65.759,67	540.369,07
04.122.0006.1.180	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS		100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
04.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
04.122.0006.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		670.000,00	0,00	0,00	670.000,00	65.759,67	540.369,07
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	670.000,00	0,00	0,00	670.000,00	65.609,67	513.169,39
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0100	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	54.381,03	421.168,58
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0100	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	47.068,84	413.856,39
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0100	770.000,00	0,00	0,00	770.000,00	7.312,19	7.312,19
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0100	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	11.228,64	92.000,81
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0100	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	11.228,64	92.000,81
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	150,00	27.199,68
3.3.90.14.00.00.00.00	Dienas - Civil	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	22.068,71	22.068,71
3.3.90.14.14.00.00.00	Dienas no País - Civil	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	22.068,71	22.068,71
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	1.641,86	1.641,86
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Audio, Vídeo e Foto	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	30,00	30,00
3.3.90.30.49.00.00.00	Bitnetes de Passagens	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	1.611,86	1.611,86
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	2.261,00	2.261,00
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	1.760,00	1.760,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	501,00	501,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	150,00	1.228,11
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	150,00	1.228,11
03.01.0	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
03.01.0.122	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
03.01.0.122.009	Administração		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
03.01.0.122.009.1.012	CONSERVAÇÃO/REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
04.122.0006.1.102	CONSERVAÇÃO/REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
04.122.0006.1.103	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1.098,00	17.686,28
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1.098,00	17.686,28
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1.098,00	17.686,28
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0100	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	867,00	867,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0100	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1.098,00	16.460,28
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	0100	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	359,00
04.122.0006.2.005	MANUT. ATIVIDADES SECRET/ADMINISTRATIVAS		2.300.000,00	1.248.374,41	0,00	3.548.374,41	130.299,69	2.362.518,15
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	108.435,04	1.079.449,20
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0100	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	86.197,95	856.696,18
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0100	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	86.197,95	856.696,18
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0100	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	2.474,61

12/12/2017 15:36:19

Entidade : MUNICIPIO DE CATANDUVAS

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 2 de 40

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
03.010.0	03 ADMINISTRAÇÃO GERAL								
	03.01.0 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO								
	03.01.04 Administração								
	03.01.04.122 Administração Geral								
	03.01.04.122.0009 ADMINISTRAÇÃO GERAL								
	04.122.0009.2.005 MANUT. ATIVIDADES SECRET. ADMINIST. FINANÇAS								
	3.1.90.13.00.00.00.00 Obrigações Patronais	0100	2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.590,37	2.732.123,44	1.316.250,97
	3.1.90.13.02.00.00.00 Contribuições Previdenciárias - INSS	0100	2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.590,37	2.732.123,44	1.316.250,97
	3.1.90.16.00.00.00.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0100							
	3.1.90.16.44.00.00.00 Serviços Extraordinários	0100							
	3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	0100							
	3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	0300	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	142.590,37	2.732.123,44	1.316.250,97
	3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	0314	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	142.590,37	2.732.123,44	1.316.250,97
	3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	0100	0,00	498.374,41	0,00	498.374,41			
	3.3.90.14.00.00.00.00 Diárias - Civil	0100							
	3.3.90.14.14.00.00.00 Diárias no País - Civil	0100							
	3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo	0100							
	3.3.90.30.01.00.00.00 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0100							
	3.3.90.30.04.00.00.00 Gás Engarrafado	0100							
	3.3.90.30.07.00.00.00 Gêneros de Alimentação	0100							
	3.3.90.30.15.00.00.00 Material para Festividades e Homenagens	0100							
	3.3.90.30.16.00.00.00 Material de Expediente	0100							
	3.3.90.30.17.00.00.00 Material de Processamento de Dados	0100							
	3.3.90.30.21.00.00.00 Material de Copia e Cozinha	0100							
	3.3.90.30.22.00.00.00 Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0100							
	3.3.90.30.23.00.00.00 Uniformes, Tecidos e Acessórios	0100							
	3.3.90.30.24.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Imóveis	0100							
	3.3.90.30.25.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Móveis	0100							
	3.3.90.30.26.00.00.00 Material Elétrico e Eletrônico	0100							
	3.3.90.30.28.00.00.00 Material de Proteção e Segurança	0100							
	3.3.90.30.29.00.00.00 Material para Audio, Vídeo e Foto	0100							
	3.3.90.30.39.00.00.00 Material para Manutenção de Veículos	0100							
	3.3.90.30.44.00.00.00 Material de Sinalização Visual e Áudio	0100							
	3.3.90.30.49.00.00.00 Bilhetes de Passagens	0100							
	3.3.90.30.59.00.00.00 Outros Materiais de Consumo	0100							
	3.3.90.35.00.00.00.00 Outros Serviços de Consultoria	0100							
	3.3.90.35.01.00.00.00 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	0100							
	3.3.90.36.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0100							
	3.3.90.36.06.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais	0100							
	3.3.90.36.07.00.00.00 Estágios	0100							
	3.3.90.36.28.00.00.00 Serviços de Seleção e Treinamento	0100							
	3.3.90.36.96.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0100							
	3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100							
	3.3.90.39.05.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais	0100							
	3.3.90.39.06.00.00.00 Manutenção de Software	0100							
	3.3.90.39.11.00.00.00 Locação de Softwares	0100							
	3.3.90.39.15.00.00.00 Limpeza de Veículos	0100							
	3.3.90.39.16.00.00.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100							

12/12/2017 15:36:19

Entidade : MUNICIPIO DE CATANDUVAS

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 4 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
03.01.0	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
03.01.04	Administração		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
03.01.04.122	Administração Geral		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
03.01.04.122.0009	ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.850.000,00	1.248.374,41	50.000,00	4.048.374,41	142.560,37	2.732.123,44
04.122.0009.2.014	DESPESAS CORRENTE (CONSORCIOS)		85.000,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	49.091,06
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0100	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	37.211,06
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0100					0,00	37.211,06
3.3.71.70.01.00.00.00	Ratão pela Participação em Consórcio Público	0100					0,00	37.211,06
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opções Orçárias	0100	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	11.880,00
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	11.880,00
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	11.880,00
04.122.0009.2.015	DESPESAS DE CAPITAL (CONSORCIOS)		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0100	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	1.000,00
4.4.71.70.00.00.00.00	Ratão pela Participação em Consórcio Público	0100					0,00	1.000,00
4.4.71.70.01.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0100					0,00	1.000,00
04	EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.092.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	7.781.797,97
04.01.0	EDUCAÇÃO		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12	Educação		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12.306	Alimentação e Nutrição		333.000,00	28,62	0,00	333.028,62	38.997,19	288.082,32
04.01.12.306.0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE		333.000,00	28,62	0,00	333.028,62	38.997,19	288.082,32
12.306.0018.2.016	MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		143.000,00	0,00	0,00	143.000,00	24.007,42	120.424,26
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	-30,25	63.841,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10160	63.000,00	0,00	0,00	63.000,00	24.037,67	56.563,07
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					0,00	16.829,62
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	10160					0,00	16.829,62
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100					0,00	16.829,62
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	10160					0,00	16.829,62
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0100					-30,25	47.011,57
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10160					16.199,17	16.199,17
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0100					-30,25	47.011,57
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	10160					16.199,17	16.199,17
12.306.0018.2.179	MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL		190.000,00	28,62	0,00	190.028,62	14.989,77	147.658,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	-7.716,83	77.435,46
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10160	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	22.706,60	70.222,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30176	0,00	28,62	0,00	28,62	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					0,00	18.588,71
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	10160					14.989,80	62.505,80
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100					0,00	16.568,71
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	10160					14.989,80	62.505,80
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0100					-7.716,83	58.846,75
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10160					7.716,80	7.716,80
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0100					-7.716,83	58.846,75
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	10160					7.716,80	7.716,80

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 5 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
04	EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.092.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	3.790.322,78
04.01.0	EDUCAÇÃO		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	3.505.244,71
04.01.12	Ensino Fundamental		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	3.505.244,71
04.01.12.361	Ensino Fundamental		6.754.800,00	861.201,19	290.000,00	7.326.001,19	456.917,56	2.902.794,84
04.01.12.361.0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE		6.754.800,00	861.201,19	290.000,00	7.326.001,19	456.917,56	2.902.794,84
12.361.0018.1.021	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		803.800,00	0,00	0,00	803.800,00	-9.185,00	755.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	-9.185,00	51.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0132	583.800,00	0,00	0,00	583.800,00	0,00	583.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0181	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0101					-9.185,00	48.600,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0101					0,00	1.142,00
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Video e Foto	0101					0,00	6.740,00
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0101					0,00	1.648,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0101					-9.185,00	9.300,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0101					0,00	29.770,00
12.361.0018.1.027	CONSTR.E AMPL. ESPAÇOS EDUCACIONAIS		130.000,00	390.000,00	0,00	520.000,00	0,00	6.070,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	120.000,00	100.000,00	0,00	220.000,00	0,00	6.070,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0132	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0136	0,00	290.000,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0101					0,00	6.070,00
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	0101					0,00	6.070,00
12.361.0018.2.017	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		4.880.000,00	88.759,70	40.000,00	4.928.759,70	410.389,31	1.070.469,97
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	1.300.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00	151.537,47	28.854,59
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0118	3.160.000,00	0,00	40.000,00	3.120.000,00	252.356,71	968.347,36
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30118	0,00	48.759,70	0,00	48.759,70	0,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0101					114.658,05	1.072.084,43
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0118					168.752,73	1.654.688,43
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30118					48.759,70	48.759,70
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0101					114.658,05	1.070.575,14
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0118					168.208,64	1.650.650,02
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	30118					48.759,70	48.759,70
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0101					0,00	1.509,29
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0118					0,00	4.038,41
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0101					544,09	4.038,41
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0118					35.544,09	182.126,38
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0101					83.603,98	466.964,21
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0118					35.544,09	182.126,38
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0101					83.603,98	466.964,21
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	0101					1.335,33	16.934,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101					6.495,13	396.731,98
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	3.288,02
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0101	20.000,00	40.000,00	0,00	60.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0101					367,86	3.174,66
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0101					367,86	190.748,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0101					4.531,27	118.363,79
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	0101					0,00	66,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0101					0,00	2.597,74
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0101					2.885,50	8.039,59

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 6 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
04.01.0 EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO			11.092.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	3.790.322,78
04.01.0 EDUCAÇÃO			9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	3.505.244,71
04.01.12 Educação			9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	3.505.244,71
04.01.12.361 Ensino Fundamental			6.754.800,00	861.201,19	290.000,00	7.326.001,19	456.917,56	2.902.794,84
04.01.12.361.0018 EDUCAÇÃO E QUALIDADE			6.754.800,00	861.201,19	290.000,00	7.326.001,19	456.917,56	2.902.794,84
12.361.0018.2.017 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			4.880.000,00	88.759,70	40.000,00	4.928.759,70	410.389,31	1.070.469,97
3.3.90.30.16.00.00.00 Material de Expediente		0101					0,00	21.524,65
3.3.90.30.17.00.00.00 Material de Processamento de Dados		0101					135,00	7.107,10
3.3.90.30.22.00.00.00 Material de Limpeza e Produção de Higiênização		0101					0,00	16.390,12
3.3.90.30.24.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Imóveis		0101					0,00	1.622,29
3.3.90.30.25.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Móveis		0101					123,00	758,00
3.3.90.30.26.00.00.00 Material Eletrônico		0101					0,00	1.623,54
3.3.90.30.28.00.00.00 Material de Proteção e Segurança		0101					0,00	341,99
3.3.90.30.39.00.00.00 Material para Manutenção de Veículos		0101					1.387,77	7.239,19
3.3.90.30.46.00.00.00 Material Bibliográfico não Imobilizável		0101					0,00	2.850,00
3.3.90.30.99.00.00.00 Outros Materiais de Consumo		0101					2.224,00	2.224,00
3.3.90.36.00.00.00.00 Outros Serviços de Tercários - Pessoa Física		0101					0,00	24.355,50
3.3.90.36.07.00.00.00 Estágios		0101					0,00	22.315,50
3.3.90.36.28.00.00.00 Serviços de Seleção e Treinamento		0101					0,00	2.040,00
3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Tercários - Pessoa Jurídica		0101					1.596,00	114.549,35
3.3.90.39.01.00.00.00 Assinatura de Períodos e Anuidades		0101					0,00	2.400,00
3.3.90.39.10.00.00.00 Locação de Imóveis		0101					0,00	205,00
3.3.90.39.15.00.00.00 Limpeza de Veículos		0101					0,00	13.300,00
3.3.90.39.16.00.00.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		0101					0,00	350,00
3.3.90.39.17.00.00.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip		0101					0,00	795,00
3.3.90.39.19.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos		0101					471,00	7.465,50
3.3.90.39.20.00.00.00 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur		0101					105,00	180,00
3.3.90.39.25.00.00.00 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Alins		0101					0,00	485,00
3.3.90.39.26.00.00.00 Serviços de Transporte Escolar		0101					1.020,00	1.020,00
3.3.90.39.43.00.00.00 Serviços de Energia Elétrica		0101					0,00	81.000,00
3.3.90.39.48.00.00.00 Serviços de Seleção e Treinamento		0101					0,00	2.850,00
3.3.90.39.58.00.00.00 Serviços de Telecomunicações		0101					0,00	510,54
3.3.90.39.63.00.00.00 Serviços Gráficos e Editoriais		0101					0,00	140,00
3.3.90.39.69.00.00.00 seguros em Geral		0101					0,00	538,30
3.3.90.39.83.00.00.00 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos		0101					0,00	1.866,01
3.3.90.39.99.00.00.00 Outros Serviços de Tercários - Pessoa Jurídica		0101					0,00	1.464,00
3.3.90.46.00.00.00.00 Auxílio-Alimentacao		0119					0,00	20.000,00
3.3.90.46.01.00.00.00 Auxílio-Alimentação em Pecúnia		0119					0,00	20.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00 Obrigações Tributárias e Contributivas		0101					0,00	237,75
3.3.90.47.10.00.00.00 Taxes		0101					0,00	237,75
3.3.90.93.00.00.00.00 Indenizações e Restituições		0101					0,00	63.666,72
3.3.90.93.01.00.00.00 Indenizações		0101					0,00	63.666,72
12.361.0018.2.019 MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME			60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	276,00	22.970,00
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0101					276,00	22.970,00
3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo		0101					276,00	276,00
3.3.90.30.16.00.00.00 Material de Expediente		0101					276,00	276,00
3.3.90.32.00.00.00.00 Material de Distribuição Gratuita		0101					0,00	36.754,00
3.3.90.32.99.00.00.00 Outros Materiais de Distribuição Gratuita		0101					0,00	36.754,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 7 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08
Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04.01.0	EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.032.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	7.781.797,97
04.01.12	Educação		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12.361	Ensino Fundamental		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12.361.0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE		6.754.800,00	861.201,19	290.000,00	7.326.001,19	456.917,56	4.423.206,35
12.361.0018.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		6.754.800,00	861.201,19	290.000,00	7.326.001,19	456.917,56	4.423.206,35
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	801.000,00	382.441,49	250.000,00	933.441,49	55.437,25	455.936,17
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0132	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	3.920,67	12.404,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0136	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0162	500.000,00	0,00	250.000,00	250.000,00	16.388,45	71.647,55
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10161	220.000,00	122.136,44	0,00	342.136,44	32.571,68	293.263,27
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30136	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	2.556,45	28.110,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30161	0,00	231.941,81	0,00	231.941,81	0,00	50.509,70
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	0,00	28.363,24	0,00	28.363,24	0,00	4.937,33
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0101					0,00	390,01
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0101					0,00	100,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0101					0,00	4.447,32
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0101					3.841,42	7.388,22
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0136					16.388,45	71.647,55
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0162					32.571,68	293.263,27
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10161					2.556,45	28.110,85
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30136					0,00	50.509,70
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0101					0,00	1.750,00
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	0101					0,00	956,80
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	0136					16.388,45	71.497,55
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	0162					32.571,68	293.163,27
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	10161					2.556,45	28.110,85
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	30136					0,00	38.909,70
3.3.90.39.69.00.00.00	Serviços em Geral	0101					156,82	156,82
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0136					0,00	11.600,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0162					0,00	150,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0101					3.684,60	4.524,60
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0101					79,25	79,25
3.3.90.47.10.00.00.00	taxas	0101					79,25	79,25
12.361.0018.2.028	CONSERVAÇÃO/REFORMA ESP: EDUCACIONAIS/VEICULOS		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	17.280,45
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	17.280,45
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0101					0,00	12.657,45
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0101					0,00	11.447,70
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0101					0,00	1.209,75
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0101					0,00	75,00
3.3.90.36.20.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0101					0,00	75,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0101					0,00	4.548,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0101					0,00	717,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0101					0,00	3.831,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 8 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.032.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	7.781.797,97
04.01.0	EDUCAÇÃO		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12	Educação		9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12.365	Educação Infantil		2.810.000,00	40.000,00	40.000,00	2.810.000,00	253.085,42	2.272.496,43
04.01.12.365.0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE		2.810.000,00	40.000,00	40.000,00	2.810.000,00	253.085,42	2.272.496,43
12.365.0018.1.029	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES/MOBILIÁRIO		65.000,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0119	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0162	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10162	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
12.365.0018.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		2.745.000,00	40.000,00	40.000,00	2.745.000,00	253.085,42	2.272.496,43
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0118	2.370.000,00	0,00	40.000,00	2.330.000,00	217.643,62	1.882.800,30
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0118					144.945,18	1.476.790,73
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0118					144.945,18	1.467.151,91
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0118					0,00	9.638,82
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0118					71.773,86	396.239,52
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0118					71.773,86	396.239,52
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0118					924,58	7.770,05
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	0118					924,58	7.770,05
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0101	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00	26.275,30	336.587,54
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0119	15.000,00	40.000,00	0,00	55.000,00	9.166,50	53.108,59
3.3.90.14.00.00.00.00	Despesas - Civil	0101					912,72	10.255,14
3.3.90.14.14.00.00.00	Despesas no País - Civil	0101					912,72	10.255,14
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0101					8.677,48	115.689,74
3.3.90.30.01.00.00.00	Material de Consumo	0101					0,00	385,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0101					4.415,00	21.910,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0101					0,00	292,40
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0101					2.096,00	9.050,95
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0101					298,80	13.520,94
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0101					188,00	3.713,00
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0101					0,00	4.953,80
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	0101					0,00	32.520,20
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Cozinha	0101					0,00	15.555,25
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiene	0101					118,88	1.422,63
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0101					570,00	3.353,72
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0101					142,00	317,75
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0101					847,80	2.744,71
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0101					0,00	15,06
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0101					0,00	718,73
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	0101					0,00	3.960,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0101					0,00	3.960,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0101					0,00	9.800,85
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0101					9.800,85	26.736,86
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0101					1.142,00	123.346,86
3.3.90.36.07.00.00.00	Estágios	0101					520,00	520,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0101					0,00	17.090,00
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0101					0,00	772,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0101					-40,00	27.402,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0101					0,00	365,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0101						
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0101						

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 9 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04.01.0 EDUCAÇÃO	04 EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.092.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	7.781.797,97
04.01.12 Educação			9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12.365 Educação Infantil			9.897.800,00	901.229,81	330.000,00	10.469.029,81	749.000,17	6.963.785,10
04.01.12.365.0018 EDUCAÇÃO E QUALIDADE			2.810.000,00	40.000,00	40.000,00	2.810.000,00	253.085,42	2.272.496,43
12.365.0018.2.018 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			2.810.000,00	40.000,00	40.000,00	2.810.000,00	253.085,42	2.272.496,43
3.3.90.39.23.00.00.00 Festividades e Homenagens		0101	2.745.000,00	40.000,00	40.000,00	2.745.000,00	253.085,42	2.272.496,43
3.3.90.39.26.00.00.00 Serviços de Transporte Escolar		0101					0,00	2.200,00
3.3.90.39.44.00.00.00 Serviços de Água e Esgoto		0101					612,00	612,00
3.3.90.39.48.00.00.00 Serviços de Seleção e Treinamento		0101					0,00	60.549,11
3.3.90.39.57.00.00.00 Serviços de Processamento de Dados		0101					0,00	2.350,00
3.3.90.39.64.00.00.00 Telefonia Móvel		0101					0,00	99,00
3.3.90.39.78.00.00.00 Limpeza e Conservação		0101					0,00	880,00
3.3.90.39.83.00.00.00 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos		0101					0,00	950,00
3.3.90.39.97.00.00.00 Despesas de Teléprocessamento		0101					0,00	4.500,00
3.3.90.39.99.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0101					0,00	2.228,00
3.3.90.46.00.00.00.00 Auxílio-Alimentação		0101					50,00	2.829,75
3.3.90.46.01.00.00.00 Auxílio-Alimentação em Pecúnia		0119					5.742,25	54.572,88
3.3.90.46.01.00.00.00 Auxílio-Alimentação em Pecúnia		0101					9.166,50	53.108,59
3.3.90.93.00.00.00.00 Indenizações e Restituições		0119					5.742,25	54.572,88
3.3.90.93.01.00.00.00 Indenizações		0101					9.166,50	53.108,59
04.02.0 DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO			20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	2.026,06
04.02.12 Educação			20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	200,00
04.02.12.366 Educação de Jovens e Adultos			20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	200,00
04.02.12.366.0018 EDUCAÇÃO E QUALIDADE			20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	200,00
12.366.0018.2.023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MÉDIO			20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	200,00
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	200,00
3.3.90.18.00.00.00.00 Auxílio Financeiro a Estudantes		0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	200,00
3.3.90.18.99.00.00.00 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes		0100					0,00	200,00
04.03.0 DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR			340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
04.03.12 Educação			340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
04.03.12.364 Ensino Superior			340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
04.03.12.364.0018 EDUCAÇÃO E QUALIDADE			340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
12.364.0018.2.024 APOIO AO ENSINO SUPERIOR			340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0100	340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0300	340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
3.3.90.18.00.00.00.00 Auxílio Financeiro a Estudantes		0100					608,00	339.758,35
3.3.90.18.99.00.00.00 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes		0100					44.630,20	72.346,45
3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0100					240,00	1.200,00
3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0100					240,00	1.200,00
3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0300					368,00	338.558,35
3.3.90.39.26.00.00.00 Serviços de Transporte Escolar		0100					44.630,20	72.346,45
3.3.90.39.26.00.00.00 Serviços de Transporte Escolar		0300					0,00	333.774,35
3.3.90.39.99.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0100					44.630,20	72.346,45
							368,00	4.784,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 10 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04.03.0	EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.032.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	7.781.797,97
04.03.0	DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR		340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
04.03.12	Educação		340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
04.03.12.364	Ensino Superior		340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
04.03.12.364.0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE		340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
12.364.0018.2.024	APOIO AO ENSINO SUPERIOR		340.000,00	100.000,00	0,00	440.000,00	45.238,20	412.104,80
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Tercários - Pessoa Jurídica	0100					988,00	4.784,00
04.04.0	DIVISÃO DE ESPORTES		320.000,00	98.090,94	0,00	418.090,94	10.555,10	263.438,13
04.04.27	Desporto e Lazer		320.000,00	98.090,94	0,00	418.090,94	10.555,10	263.438,13
04.04.27.812	Desporto Comunitário		320.000,00	98.090,94	0,00	418.090,94	10.555,10	263.438,13
04.04.27.812.0021	ESPORTE E LAZER		320.000,00	98.090,94	0,00	418.090,94	10.555,10	263.438,13
27.812.0021.1.104	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS		45.000,00	98.090,94	0,00	143.090,94	0,00	137.464,35
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	24.373,41
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	15.000,00	32.965,84	0,00	47.965,84	0,00	47.965,84
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0334	0,00	65.125,10	0,00	65.125,10	0,00	65.125,10
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0134	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	0134	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	0334	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.812.0021.1.106	CONSERVAÇÃO/REFORMA ESPAÇOS ESPORTIVOS		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	335,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	335,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100					0,00	335,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0100					0,00	335,00
27.812.0021.2.035	MANUTENÇÃO DO ESPORTE		245.000,00	0,00	0,00	245.000,00	10.555,10	125.638,78
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	65.000,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	10.555,10	125.638,78
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0100					0,00	1.571,55
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0100					0,00	1.571,55
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					646,70	16.378,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0100					152,50	297,50
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100					0,00	7.698,70
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0100					0,00	144,20
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiene	0100					0,00	60,00
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Acessórios	0100					0,00	2.050,22
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0100					0,00	244,00
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0100					0,00	1.067,98
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0100					0,00	242,50
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0100					40,00	2.945,90
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0100					0,00	1.462,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0100					0,00	7.558,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Out	0100					0,00	660,00
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiações Culturais	0100					0,00	6.898,00
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	0100					0,00	0,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 11 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
04.04.0.0	EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.092.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	3.790.322,78
04.04.0.0	DIVISÃO DE ESPORTES		320.000,00	98.090,94	0,00	418.090,94	10.555,10	154.652,81
04.04.27.812	Desporto e Lazer		320.000,00	98.090,94	0,00	418.090,94	10.555,10	154.652,81
04.04.27.812.0021	ESPORTE E LAZER		320.000,00	98.090,94	0,00	418.090,94	10.555,10	154.652,81
27.812.0021.2.035	MANUTENÇÃO DO ESPORTE		245.000,00	0,00	0,00	245.000,00	10.555,10	119.361,22
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Tercleiros - Pessoa Física	0100					1.150,00	4.757,50
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc-Pessoa Fisica-Pagto Antec	0100					1.150,00	4.757,50
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Tercleiros - Pessoa Juridica	0100					92.143,73	154.652,81
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutencão e Conservacão de Bens Imóveis	0100					0,00	3.436,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutencão e Conservacão de Máquinas e Equip	0100					280,00	315,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutencão e Conservacão de Veículos	0100					0,00	315,00
3.3.90.39.27.00.00.00	Locacão de Veículos Para Locomocão	0100					2.348,40	3.431,15
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentacão	0100					420,00	760,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100					0,00	35.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0100					0,00	13.269,83
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0100					0,00	510,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0100					130,72	130,72
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0100					0,00	400,00
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	0100					0,00	880,00
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0100					0,00	735,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Tercleiros - Pessoa Juridica	0100					4.760,00	32.996,03
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigaçoes Tributarias e Contributivas	0100					1.230,00	3.230,00
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	0100					1.230,00	3.230,00
04.05.0	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		515.000,00	80.000,00	370.000,00	225.000,00	4.484,85	142.269,94
04.05.13	Cultura		515.000,00	80.000,00	370.000,00	225.000,00	4.484,85	142.269,94
04.05.13.392	Difusão Cultural		470.000,00	80.000,00	350.000,00	200.000,00	4.484,85	126.169,94
04.05.13.392.0049	CULTURA E TURISMO		470.000,00	80.000,00	350.000,00	200.000,00	4.484,85	126.169,94
13.392.0049.2.030	MANUT.ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS		90.000,00	80.000,00	0,00	170.000,00	4.484,85	106.882,46
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicaçoes Diretas	0100					4.484,85	106.882,46
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicaçoes Diretas	0300					0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	0100					881,80	1.648,74
3.3.90.14.14.00.00.00	Diarias no País - Civil	0100					881,80	1.648,74
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					194,10	8.477,79
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engraxado	0100					0,00	330,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentacão	0100					0,00	385,03
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0100					194,10	2.625,00
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aquecimentos	0100					0,00	3.551,28
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutencão de Bens Imóveis	0100					0,00	1.102,30
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutencão de Bens Móveis	0100					0,00	286,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0100					0,00	121,48
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicaçoes	0100					0,00	70,00
3.3.90.30.96.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0100					0,00	6,70
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiaçoes Culturais Artíst.Cientif.Despor. e Out	0100					300,20	300,20
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiaçoes Culturais	0100					300,20	300,20
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Tercleiros - Pessoa Fisica	0100					0,00	2.690,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Tercleiros - Pessoa Fisica	0100					0,00	2.690,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 12 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
04.05.0.13.392.0049.2.030	04 EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.092.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	3.790.322,78
04.05.0.13.392.0049.2.030	04.05.0 FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		515.000,00	80.000,00	370.000,00	225.000,00	142.269,94	82.730,06
04.05.13.392.0049.2.030	04.05.13 Cultura		515.000,00	80.000,00	370.000,00	225.000,00	142.269,94	82.730,06
04.05.13.392.0049.2.030	04.05.13.392.0049.2.030		470.000,00	80.000,00	350.000,00	200.000,00	128.169,94	71.830,06
13.392.0049.2.030	MANUT.ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS		470.000,00	80.000,00	350.000,00	200.000,00	128.169,94	71.830,06
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	90.000,00	80.000,00	0,00	170.000,00	4.464,85	63.117,54
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	0100					3.108,75	91.876,51
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0100					0,00	1.790,50
3.3.90.39.14.00.00.00	Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang	0100					0,00	937,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100					0,00	1.610,00
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	0100					0,00	1.500,00
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	0100					0,00	15.300,00
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	0100					550,00	2.300,00
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0100					1.168,75	1.168,75
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100					0,00	1.351,50
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0100					3.000,00	13.000,00
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0100					0,00	2.279,78
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0100					0,00	200,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0100					0,00	99,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0100					0,00	216,51
3.3.90.39.99.00.00.00	Despesas de Telaprocessamento	0100					0,00	2.950,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					-1.610,00	963,00
3.3.90.47.10.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0100					0,00	46.210,47
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	0100					0,00	1.889,22
13.392.0049.2.032	CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	21.287,48
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	6.287,48
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					0,00	2.817,46
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100					0,00	1.031,16
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0100					0,00	380,80
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0100					0,00	1.405,52
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	3.470,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100					0,00	3.470,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0134					0,00	15.000,00
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0134					0,00	15.000,00
13.392.0049.2.033	MANUTENÇÃO DA FESTA DO CHIMARRÃO		350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
04.05.13.722	Telecomunicações		45.000,00	0,00	20.000,00	25.000,00	0,00	10.900,00
04.05.13.722.0049	CULTURA E TURISMO		45.000,00	0,00	20.000,00	25.000,00	0,00	10.900,00
13.722.0049.2.031	MANUT. REPERTÓRIOS SINAIS DE TELEVISÃO		45.000,00	0,00	20.000,00	25.000,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	10.900,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	14.100,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100					0,00	14.100,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip	0100					0,00	7.800,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100					0,00	1.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	4.500,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 13 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		11.092.800,00	1.179.320,75	700.000,00	11.572.120,75	809.278,32	7.781.797,97
04.05.0	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		515.000,00	80.000,00	370.000,00	225.000,00	4.484,85	142.269,94
04.05.13	Cultura		515.000,00	80.000,00	370.000,00	225.000,00	4.484,85	142.269,94
04.05.13.722	Telecomunicações		45.000,00	0,00	20.000,00	25.000,00	0,00	14.100,00
04.05.13.722.0049	CULTURA E TURISMO		45.000,00	0,00	20.000,00	25.000,00	0,00	14.100,00
13.722.0049.2.031	MANUTREPIDOAS SINAIS DE TELEVISÃO		45.000,00	0,00	20.000,00	25.000,00	0,00	14.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		5.956.336,00	2.448.862,86	327.000,00	8.078.198,86	456.048,66	3.945.573,12
06.01.0	SERVIÇOS URBANOS		1.395.000,00	310.738,86	200.000,00	1.505.738,86	60.661,39	829.556,25
06.01.15	Urbanismo		1.395.000,00	310.738,86	200.000,00	1.505.738,86	60.661,39	829.556,25
06.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana		710.000,00	310.738,86	160.000,00	860.738,86	5.923,50	272.658,36
06.01.15.451.0046	SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA		710.000,00	310.738,86	160.000,00	860.738,86	5.923,50	272.658,36
15.451.0046.1.037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS		410.000,00	310.738,86	160.000,00	560.738,86	3.087,50	246.652,26
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	260.000,00	0,00	160.000,00	100.000,00	3.087,50	23.835,56
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0134	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0164	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0183	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	99.891,70
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0300	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	20.108,30
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30172	0,00	81.568,86	0,00	81.568,86	0,00	73.755,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3134	0,00	49.170,00	0,00	49.170,00	0,00	49.170,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	0,00	49.170,00	0,00	49.170,00	0,00	13.350,50
4.4.90.30.51.00.00.00	Matier p/ Contr e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	3.087,50	13.350,50
4.4.90.30.51.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.671,20
4.4.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.813,86
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0183	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.891,70
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	30172	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.755,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	3134	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.170,00
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.170,00
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	0183	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.813,86
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	30172	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.891,70
15.451.0046.1.047	CONSTRUÇÃO E REFORMA ESPAÇOS PÚBLICOS		210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	2.836,00	25.746,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	2.836,00	25.746,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0134	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0164	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.291,80
4.4.90.30.51.00.00.00	Matier p/ Contr e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.291,80
4.4.90.39.21.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	2.836,00	15.454,80
4.4.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	2.836,00	15.454,80
15.451.0046.2.044	CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	259,50
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0112	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	259,50
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0134	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0112	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259,50

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 14 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		5.956.336,00	2.448.862,86	327.000,00	8.078.198,86	456.048,66	4.132.625,74
06.01.0	SERVIÇOS URBANOS		1.395.000,00	310.738,86	200.000,00	1.505.738,86	60.661,39	676.182,61
06.01.15	Urbanismo		1.395.000,00	310.738,86	200.000,00	1.505.738,86	60.661,39	676.182,61
06.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana		710.000,00	310.738,86	160.000,00	860.738,86	5.923,50	588.080,50
06.01.15.451.0046	SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA		710.000,00	310.738,86	160.000,00	860.738,86	5.923,50	588.080,50
15.451.0046.2.044	CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	88.740,50
4.4.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0112	685.000,00	0,00	40.000,00	645.000,00	0,00	88.102,11
06.01.15.452	Serviços Urbanos		685.000,00	0,00	40.000,00	645.000,00	54.737,89	88.102,11
06.01.15.452.0046	SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA		100.000,00	0,00	40.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00
15.452.0046.1.041	CONSTRUÇÃO DE GARAGENS PMÁQUINAS E DEPOSITOS	0100	100.000,00	0,00	40.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
15.452.0046.2.038	ILUMINAÇÃO PÚBLICA COSIP		585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.39.43.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.92.30.00.00.00	Material de Consumo	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0108	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	54.737,89	28.102,11
06.02.0	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		3.389.336,00	1.654.374,00	0,00	5.043.710,00	363.338,51	2.252.203,70
06.02.26	Transporte		3.389.336,00	1.654.374,00	0,00	5.043.710,00	363.338,51	2.252.203,70
06.02.26.782	Transporte Rodoviário		3.389.336,00	1.654.374,00	0,00	5.043.710,00	363.338,51	2.252.203,70
06.02.26.782.0039	TRANSPORTES - ESTRADAS VICINAIS		3.389.336,00	1.654.374,00	0,00	5.043.710,00	363.338,51	2.252.203,70
26.782.0039.1.052	CONSTRUÇÃO DE PONTES PONTILHÕES GALERIAS E BOEIROS		65.000,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
26.782.0039.1.107	AQUISIÇÃO MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS E MOBILIÁRIOS		315.000,00	1.336.250,00	0,00	1.651.250,00	236.000,00	1.118.075,82
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	150.000,00	800.000,00	0,00	950.000,00	138.500,00	514.325,82
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0189	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0401	0,00	97.500,00	0,00	97.500,00	97.500,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0403	0,00	341.250,00	0,00	341.250,00	0,00	341.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0404	0,00	97.500,00	0,00	97.500,00	0,00	97.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100	4.490.520,00	0,00	0,00	4.490.520,00	138.500,00	97.500,00
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos	0401	4.490.520,00	0,00	0,00	4.490.520,00	97.500,00	250,00
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	0100	4.490.520,00	0,00	0,00	4.490.520,00	1.199,00	1.825,18
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0100	4.490.520,00	0,00	0,00	4.490.520,00	138.500,00	97.500,00
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	0100	4.490.520,00	0,00	0,00	4.490.520,00	138.500,00	97.500,00
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	0401	4.490.520,00	0,00	0,00	4.490.520,00	97.500,00	97.500,00

12/12/2017 15:36:19

Entidade : MUNICIPIO DE CATANDUVAS

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 15 de 40

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 16 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA							
06.02.0	DIVISÃO DOS TRANSPORTES							
06.02.26	Transporte Rodoviário							
06.02.26.782.0039	TRANSPORTES - ESTRADAS VICINAIS							
26.782.0039.2.051	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS							
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30163	5.956.336,00	2.448.862,86	327.000,00	8.078.198,86	456.048,66	3.945.573,12
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	0100	3.389.336,00	1.654.374,00	0,00	5.043.710,00	363.338,51	2.791.506,30
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0100						
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	0100						
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100						
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0100						
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0100						
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	0100						
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100						
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0100						
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0100						
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0100						
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0100						
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0100						
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0100						
3.3.90.39.69.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0100						
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0100						
3.3.90.39.83.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0100						
3.3.90.39.97.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100						
3.3.90.39.99.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0100						
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0100						
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0100						
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	0100						
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0100						
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0134						
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0164						
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	0100						
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0134						
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0164						
26.782.0039.2.053	CONSERVAÇÃO/REPARO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	266.336,00	0,00	0,00	266.336,00	-130,00	179.246,54
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	266.336,00	0,00	0,00	266.336,00	-130,00	179.246,54
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0100					-130,00	20.346,54
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0100					-130,00	2.147,54
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	0100					0,00	17.537,45
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	661,55
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	0100					0,00	158.900,00
							0,00	158.900,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 17 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		5.956.336,00	2.448.862,86	327.000,00	8.078.198,86	456.048,66	4.132.625,74
06.03.0	DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		175.000,00	411.750,00	0,00	586.750,00	3.780,00	551.050,00
06.03.11	Fomento ao Trabalho		175.000,00	411.750,00	0,00	586.750,00	3.780,00	551.050,00
06.03.11.334	0660 INDÚSTRIA E COMÉRCIO		175.000,00	411.750,00	0,00	586.750,00	3.780,00	551.050,00
11.334.0060.1.058	INFRAESTRUTURA EM ÁREAS DE DISTRITO INDUSTRIAL		115.000,00	411.750,00	0,00	526.750,00	3.780,00	491.050,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	3.780,00	64.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	551.050,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	551.050,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0308	0,00	411.750,00	0,00	411.750,00	0,00	551.050,00
4.4.90.51.99.00.00.00	Obras e Instalações	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.750,00
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.750,00
11.334.0060.2.055	APOIO A EMPRESAS		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
06.05.0	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		907.000,00	72.000,00	127.000,00	852.000,00	28.268,76	577.804,58
06.05.20	606 Extensão Rural		907.000,00	72.000,00	127.000,00	852.000,00	28.268,76	577.804,58
06.05.20.606.0048	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL - APOIO AO PEQUENO PRODUTOR		907.000,00	72.000,00	127.000,00	852.000,00	28.268,76	577.804,58
20.606.0048.1.064	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AGRÍCOLAS		140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	139.230,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	109.230,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0189	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.606.0048.1.065	IMP. SISTEMAS / ACADES / AGRO INDÚSTRIA E ENT.		17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
20.606.0048.2.063	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS		565.000,00	72.000,00	0,00	637.000,00	28.268,76	418.784,58
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	15.801,46	224.198,54
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	11.722,55	11.722,55
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	11.722,55	11.722,55
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	4.078,91	4.078,91
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	1.025,48	1.025,48
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	305.000,00	0,00	0,00	305.000,00	24.898,77	124.906,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0464	0,00	72.000,00	0,00	72.000,00	0,00	49.690,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	789,24	789,24
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	9.148,77	55.568,12
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	112,02	112,02
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 18 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		5.956.336,00	2.448.862,86	327.000,00	8.078.198,86	456.048,66	4.132.625,74
06.05.0	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		907.000,00	72.000,00	127.000,00	852.000,00	28.268,76	577.804,58
06.05.20.606	Extensão Rural		907.000,00	72.000,00	127.000,00	852.000,00	28.268,76	577.804,58
06.05.20.606.0048	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL - APOIO AO PEQUENO PRODUTOR		907.000,00	72.000,00	127.000,00	852.000,00	28.268,76	577.804,58
20.606.0048.2.063	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS		565.000,00	72.000,00	0,00	637.000,00	28.268,76	418.784,58
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100					0,00	751,02
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0100					1.900,00	1.900,00
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0100					286,80	1.355,40
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0100					1.579,49	1.579,49
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0100					6.499,95	49.113,19
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0100					162,00	162,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Outras	0100					0,00	362,90
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	0100					0,00	362,90
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					15.600,00	112.852,50
3.3.90.39.05.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0464					0,00	22.320,00
3.3.90.39.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0100					0,00	20.600,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0100					15.600,00	51.212,50
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100					0,00	29.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0100					0,00	4.000,00
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0100					0,00	7.440,00
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes e Transportes de Encomendas	0100					0,00	600,00
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0464					0,00	22.320,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0100					150,00	750,00
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0100					150,00	750,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0100					0,00	9.128,19
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	0100					0,00	9.128,19
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0100					0,00	643,01
3.3.90.92.99.00.00.00	Outras Despesas de Exercícios Anteriores	0100					0,00	643,01
20.606.0048.2.101	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		185.000,00	0,00	127.000,00	58.000,00	0,00	55.210,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0100	185.000,00	0,00	127.000,00	58.000,00	0,00	55.210,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0100					0,00	55.210,00
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	0100					0,00	55.210,00
06.06.0	DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
06.06.18	Gestão Ambiental		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
06.06.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
06.06.18.541.0072	MEIO AMBIENTE		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
18.541.0072.2.180	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	55.384,85
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0100					0,00	14.615,15
3.1.90.11.01.00.00.00	vergonhentos e salários	0100					0,00	13.570,49
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0100					0,00	13.203,72
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0100					0,00	366,77
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0100					0,00	1.044,66
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 19 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		5.956.336,00	2.448.862,86	327.000,00	8.078.198,86	456.048,66	4.132.625,74
06.06	DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
06.06.18	Gestão Ambiental		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
06.06.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
06.06.18.541.0072	MEIO AMBIENTE		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
18.541.0072.2.180	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL		90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	75.384,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.554.864,00	221.014,00	295.000,00	1.480.878,00	55.739,46	414.146,22
07.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.554.864,00	221.014,00	295.000,00	1.480.878,00	55.739,46	414.146,22
07.01.06	Segurança Pública		170.000,00	74.014,00	15.000,00	229.014,00	1.445,30	171.366,29
07.01.06.181	Policimento		170.000,00	74.014,00	15.000,00	229.014,00	1.445,30	171.366,29
07.01.06.181.0032	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		170.000,00	74.014,00	15.000,00	229.014,00	1.445,30	171.366,29
06.181.0032.2.069	MANUTENÇÃO DA POLICIA CIVIL		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1.115,30	41.464,35
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0111	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	1.115,30	12.582,35
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0111					446,30	9.604,65
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0111					221,30	1.073,72
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0111					0,00	1.528,58
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0111					0,00	622,82
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0111					0,00	4.356,40
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0111					0,00	613,37
3.3.90.30.28.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0111					225,00	1.306,36
3.3.90.30.39.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0111					0,00	103,40
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0111					649,00	6.140,00
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	0111					20,00	1.673,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0111					0,00	270,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0111					0,00	160,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0111					20,00	1.203,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0111					0,00	40,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0111					0,00	1.118,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0111	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	28.882,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0111					0,00	1.118,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0111					0,00	1.118,00
06.181.0032.2.070	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR		110.000,00	74.014,00	15.000,00	169.014,00	330,00	129.901,94
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	11.074,75
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0110	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	3.227,99
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0300	0,00	59.014,00	0,00	59.014,00	0,00	59.014,00
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0100					0,00	3.925,25
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0110					330,00	26.772,01
3.3.90.30.24.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0100					0,00	1.823,40
3.3.90.30.26.00.00.00	Uniformes, Têxteis e Aquecimentos	0110					0,00	231,56
3.3.90.30.28.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0110					0,00	480,00
3.3.90.30.27.00.00.00	Material de Manobra e Patrulhamento	0100					0,00	980,55

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 20 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.554.864,00	221.014,00	295.000,00	1.480.878,00	55.739,46	414.146,22
07.01.0	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.554.864,00	221.014,00	295.000,00	1.480.878,00	55.739,46	414.146,22
07.01.06	Segurança Pública		170.000,00	74.014,00	15.000,00	229.014,00	1.445,30	171.366,29
07.01.06.181	Policimento		170.000,00	74.014,00	15.000,00	229.014,00	1.445,30	171.366,29
07.01.06.181.0032	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		170.000,00	74.014,00	15.000,00	229.014,00	1.445,30	171.366,29
06.181.0032.2.070	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR		110.000,00	74.014,00	15.000,00	169.014,00	330,00	129.901,94
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0100					0,00	1.192,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0110					0,00	3.548,00
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0110					0,00	2.224,00
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	0110					0,00	890,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0110					0,00	790,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0110					0,00	295,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0110					0,00	16.930,60
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0110					0,00	3.030,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0110					0,00	15,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0110					0,00	9.048,00
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0110					0,00	594,00
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0110					0,00	2.963,60
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	0110					0,00	1.200,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0110					0,00	80,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	6.956,80
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0110	40.000,00	0,00	15.000,00	25.000,00	0,00	1.458,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100					0,00	6.956,80
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0110					0,00	1.458,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Avaralhos e Utensílios Domésticos	0110					0,00	1.450,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Avaralhos e Utensílios Domésticos	0110					0,00	798,00
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Video e Foto	0100					0,00	1.795,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0100					0,00	3.711,80
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0110					0,00	660,00
07.01.28	Encargos Especiais		1.384.864,00	147.000,00	280.000,00	1.251.864,00	54.294,16	242.779,93
07.01.28.122	Administração Geral		1.184.864,00	30.000,00	280.000,00	934.864,00	28.161,11	150.940,02
07.01.28.122.0069	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.184.864,00	30.000,00	280.000,00	934.864,00	28.161,11	150.940,02
28.122.0069.0.071	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS		350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	28.161,11	90.759,09
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100					0,00	259.240,91
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0100					0,00	259.240,91
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0100					0,00	259.240,91
28.122.0069.0.073	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		344.864,00	0,00	0,00	344.864,00	0,00	23.664,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100					0,00	23.664,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0100					0,00	321.200,00
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	0100					0,00	321.200,00
28.122.0069.0.074	PRECATÓRIOS - SENTENÇAS JUDICIAIS		490.000,00	30.000,00	280.000,00	240.000,00	0,00	36.516,93
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100					0,00	203.483,07
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0100					0,00	203.483,07
3.3.90.91.99.00.00.00	Diversas Sentenças	0100					0,00	203.483,07
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	280.000,00	0,00	250.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 21 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.554.864,00	221.014,00	295.000,00	1.480.878,00	55.739,46	414.146,22
07.01.0	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.554.864,00	221.014,00	295.000,00	1.480.878,00	55.739,46	414.146,22
07.01.28	Encargos Especiais		1.384.864,00	147.000,00	280.000,00	1.251.864,00	54.294,16	242.779,93
07.01.28.843	Serviço da Dívida Interna		200.000,00	117.000,00	0,00	317.000,00	26.133,05	91.839,91
07.01.28.843.0069	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		200.000,00	117.000,00	0,00	317.000,00	26.133,05	91.839,91
28.843.0069.0.072	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA		200.000,00	117.000,00	0,00	317.000,00	26.133,05	91.839,91
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	100.000,00	27.000,00	0,00	127.000,00	2.327,32	34.991,11
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	0100					1.046,06	
3.2.90.21.01.00.00.00	Juros da Dívida Contratada com Instituições Financeiras	0100					689,60	
3.2.90.21.02.00.00.00	Juros da Dívida Contratada com Governos	0100					356,46	
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	0100					1.281,26	
3.2.90.22.02.00.00.00	Outros Encargos da Dívida Contratada com Governos	0100					57.643,05	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	100.000,00	90.000,00	0,00	190.000,00	23.805,73	56.848,80
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatada	0100					133.151,20	
4.6.90.71.02.00.00.00	Amortização da Dívida Contratada com Governos	0100					23.805,73	
08	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CATANDUVAS		750.000,00	206.000,00	0,00	956.000,00	1.300,00	424.911,36
08.01.0	SANEAMENTO BÁSICO		750.000,00	206.000,00	0,00	956.000,00	1.300,00	424.911,36
08.01.17	Saneamento		750.000,00	206.000,00	0,00	956.000,00	1.300,00	424.911,36
08.01.17.512	Saneamento Básico Urbano		750.000,00	206.000,00	0,00	956.000,00	1.300,00	424.911,36
08.01.17.512.0070	SANEAMENTO BÁSICO E LIMPEZA PÚBLICA		750.000,00	206.000,00	0,00	956.000,00	1.300,00	424.911,36
17.512.0070.1.081	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO GALERIAS PLUVIAIS E OBRAS COMPLEMENTARES		350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0134	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
17.512.0070.2.100	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO LIMPEZA PÚBLICA		400.000,00	206.000,00	0,00	606.000,00	1.300,00	74.911,36
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	400.000,00	206.000,00	0,00	606.000,00	1.300,00	74.911,36
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30163	0,00	146.000,00	0,00	146.000,00	0,00	146.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					0,00	
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	0100					0,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					1.300,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30163					0,00	
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	0100					1.300,00	
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	30163					0,00	
09	FUNDO MUNICIPAL DA HAB E INTERESSE SOCIAL		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
09.01.0	FUNDO MUNICIPAL DA HAB E INTERESSE SOCIAL		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
09.01.16	Habituação		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
09.01.16.482	Habituação Urbana		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
09.01.16.482.0061	SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
16.482.0061.1.112	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 22 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
09.01.0	FUNDO MUNICIPAL DA HAB E INTERESSE SOCIAL		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
09.01.16	FUNDO MUNICIPAL DA HAB E INTERESSE SOCIAL		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
09.01.16.482	Habitação Urbana		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
09.01.16.482.0061	SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
16.482.0061.1.112	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
10	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	54.035,70
10.01.0	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	54.035,70
10.01.18	Gestão Ambiental		55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	54.035,70
10.01.18.542	Controle Ambiental		55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	54.035,70
10.01.18.542.0072	MEIO AMBIENTE		55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	54.035,70
18.542.0072.2.182	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE		55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	54.035,70
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	34.035,70
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0100	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	34.035,70
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0100	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	34.035,70
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
11	FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	-130,20	34.656,00
11.01.0	FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	-130,20	34.656,00
11.01.06	Segurança Pública		25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	-130,20	24.656,00
11.01.06.182	Defesa Civil		25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	-130,20	24.656,00
11.01.06.182.0073	DEFESA CIVIL		25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	-130,20	24.656,00
06.182.0073.2.184	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL		25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	-130,20	24.656,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	-130,20	19.656,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0100	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0100	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0100	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
11.01.17	Saneamento		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
11.01.17.182	Defesa Civil		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
11.01.17.182.0046	SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
17.182.0046.1.113	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 23 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08
Entidade : MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
99.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
99.99.99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
99.999.9999.2.999	RESERVA DE CONTINGENCIA		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0100	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Total por Entidade :			23.544.000,00	5.303.572,02	1.472.000,00	27.319.572,02	1.530.556,28	16.598.992,32	10.776.579,70

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 24 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08
Entidade : FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENTE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
20	FUNDO DA INFANCIA E DA ADOLESCÊNCIA		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	7.449,82
20.01.0	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	7.449,82
20.01.08	Assistência Social		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	7.449,82
20.01.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	7.449,82
20.01.08.243.0027	ADOLESCENTE ASSISTIDO		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	7.449,82
08.243.0027.2.075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO DA INFANCIA E ADOLESC		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	7.449,82
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	7.449,82
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0100					0,00	1.509,90
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0100					0,00	1.509,90
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	5.939,92
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0100					0,00	5.939,92
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0100					0,00	350,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0100					0,00	18,80
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	7.449,82
								27.550,18
								27.550,18
								27.550,18
								27.550,18
								27.550,18
								17.550,18
								10.000,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 25 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08
Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
25.010.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.10.301	Atenção Básica		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.10.301.0025	SAÚDE PARA TODOS		7.450.000,00	730.687,59	0,00	8.180.687,59	499.115,03	6.412.023,93
10.301.0025.1.094	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		160.000,00	332.282,04	0,00	492.282,04	0,00	256.813,39
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0102	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	39.145,44
4.4.90.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0163	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	60.854,56
4.4.90.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0188	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0364	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	20.230,66
4.4.90.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0462	0,00	149.844,04	0,00	149.844,04	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	10164	15.000,00	36.764,00	0,00	51.764,00	0,00	51.763,29
4.4.90.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	30175	0,00	95.674,00	0,00	95.674,00	0,00	95.674,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.145,44
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0188	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.230,66
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0364	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	10164	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.763,29
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	30175	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.674,00
4.4.90.52.08.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	938,00
4.4.90.52.08.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	10164	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.218,29
4.4.90.52.08.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	30175	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.674,00
4.4.90.52.08.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.483,10
4.4.90.52.35.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.724,34
4.4.90.52.52.00.00	Veículos de Tração Mecânica	0188	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.230,66
4.4.90.52.52.00.00	Veículos de Tração Mecânica	0364	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4.4.90.52.52.00.00	Veículos de Tração Mecânica	10164	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.545,00
10.301.0025.1.111	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO REFORMA DE ESPAÇOS DE SAÚDE		120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0102	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0133	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0163	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10164	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
10.301.0025.2.089	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL		1.780.000,00	21.502,55	0,00	1.801.502,55	91.327,54	1.435.267,06
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0102	865.000,00	0,00	0,00	865.000,00	65.323,96	552.302,46
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	42.834,30	445.660,76
3.1.90.11.01.00.00	Vencimentos e salários	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	42.834,30	423.772,74
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.976,70
3.1.90.11.44.00.00	terras - abono pecuniário	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.911,32
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	19.724,79	76.035,63
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	19.724,79	76.035,63
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	2.764,87	30.606,07
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	2.764,87	30.606,07
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0102	875.000,00	0,00	0,00	875.000,00	26.003,58	860.186,25
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10112	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	876,60
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10165	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	397,20
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30175	0,00	17.418,97	0,00	17.418,97	0,00	17.418,97
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3175	0,00	4.083,58	0,00	4.083,58	0,00	4.083,58
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	12.639,24	87.271,10
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	10112	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	878,60

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 26 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
25.010.10.301.0025.2.089	25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	1.802.665,77
25.01.10.301	25.01.10.301 Atenção Básica		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	1.802.665,77
25.01.10.301.0025	25.01.10.301.0025 SAÚDE PARA TODOS		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	1.802.665,77
10.301.0025.2.089	10.301.0025.2.089 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL		7.450.000,00	730.687,59	0,00	8.180.687,59	499.115,03	1.768.663,66
3.3.90.30.00.00.00.00	3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo	10165	1.780.000,00	21.502,55	0,00	1.801.502,55	91.327,54	366.235,49
3.3.90.30.04.00.00.00	3.3.90.30.04.00.00.00 Gas Engraxado	0102					0,00	194,68
3.3.90.30.07.00.00.00	3.3.90.30.07.00.00.00 Gêneros de Alimentação	0102					975,00	12.376,00
3.3.90.30.16.00.00.00	3.3.90.30.16.00.00.00 Material de Expediente	0102					942,49	13.591,97
3.3.90.30.22.00.00.00	3.3.90.30.22.00.00.00 Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0102					80,00	3.381,41
3.3.90.30.24.00.00.00	3.3.90.30.24.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Imóveis	0102					2.009,25	12.521,56
3.3.90.30.25.00.00.00	3.3.90.30.25.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Móveis	0102					97,94	578,51
3.3.90.30.26.00.00.00	3.3.90.30.26.00.00.00 Material Elétrico e Eletrônico	10112					0,00	878,60
3.3.90.30.30.00.00.00	3.3.90.30.30.00.00.00 Material Hospitalar	0102					0,00	3.346,00
3.3.90.30.36.00.00.00	3.3.90.30.36.00.00.00 Outros Materiais de Consumo	0102					214,72	2.407,48
3.3.90.30.99.00.00.00	3.3.90.30.99.00.00.00 Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0102					8.319,84	38.962,27
3.3.90.32.00.00.00.00	3.3.90.32.00.00.00.00 Medicamentos	10165					0,00	194,68
3.3.90.36.07.00.00.00	3.3.90.36.07.00.00.00 Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0102					0,00	105,90
3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.00.00.00.00 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0102					683,34	37.801,93
3.3.90.39.11.00.00.00	3.3.90.39.11.00.00.00 Locação de Softwares	10165					0,00	202,52
3.3.90.39.12.00.00.00	3.3.90.39.12.00.00.00 Locação de Máquinas e Equipamentos	0102					683,34	37.801,93
3.3.90.39.16.00.00.00	3.3.90.39.16.00.00.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0102					0,00	202,52
3.3.90.39.17.00.00.00	3.3.90.39.17.00.00.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0102					0,00	5.800,67
3.3.90.39.25.00.00.00	3.3.90.39.25.00.00.00 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	0102					0,00	711.410,98
3.3.90.39.43.00.00.00	3.3.90.39.43.00.00.00 Serviços de Energia Elétrica	0102					11.090,00	5.800,67
3.3.90.39.44.00.00.00	3.3.90.39.44.00.00.00 Serviços de Água e Esgoto	0102					650,00	5.200,00
3.3.90.39.50.00.00.00	3.3.90.39.50.00.00.00 Serviços Médicos-Hospitalar, Odontológico e Labor	0102					0,00	5.400,00
3.3.90.39.57.00.00.00	3.3.90.39.57.00.00.00 Serviços de Processamento de Dados	0102					0,00	3.325,00
3.3.90.39.58.00.00.00	3.3.90.39.58.00.00.00 Serviços de Telecomunicações	0102					0,00	2.940,00
3.3.90.39.63.00.00.00	3.3.90.39.63.00.00.00 Serviços Gráficos e Editoriais	0102					0,00	1.400,00
3.3.90.39.97.00.00.00	3.3.90.39.97.00.00.00 Despesas de Teleprocessamento	0102					0,00	21.245,60
3.3.90.46.00.00.00.00	3.3.90.46.00.00.00.00 Auxílio-Alimentação	0102					0,00	13.000,00
3.3.90.46.01.00.00.00	3.3.90.46.01.00.00.00 Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0102					10.440,00	657.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	3.3.90.93.00.00.00.00 Indenizações e Restituições	0102					99,00	99,00
3.3.90.93.00.00.00.00	3.3.90.93.00.00.00.00 Indenizações e Restituições	30175					642,38	642,38
3.3.90.93.01.00.00.00	3.3.90.93.01.00.00.00 Indenizações e Restituições	0102					0,00	196,00
3.3.90.93.02.00.00.00	3.3.90.93.02.00.00.00 Restituições	0102					0,00	963,00
10.301.0025.2.091	10.301.0025.2.091 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE		3.630.000,00	376.903,00	0,00	4.006.903,00	220.131,85	874.993,13
3.1.90.00.00.00.00.00	3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	0102	1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00	158.407,02	217.652,99
3.1.90.11.00.00.00.00	3.1.90.11.00.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0102					87.168,85	1.029.243,64
3.1.90.11.01.00.00.00	3.1.90.11.01.00.00.00 Vencimentos e salários	0102					87.168,85	1.022.083,22

12/12/2017 15:36:19

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 28 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS							
25.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS							
25.01.10	Saúde		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.10.301	Atenção Básica		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.10.301.0025	SAÚDE PARA TODOS		7.450.000,00	730.687,59	0,00	8.180.687,59	499.115,03	6.412.023,93
10.301.0025.2.091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE		3.630.000,00	376.903,00	0,00	4.006.903,00	220.131,85	3.131.909,87
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	10164					0,00	2.660,35
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	0102					0,00	1.304,78
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	10165					0,00	766,89
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	30178					0,00	920,32
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0102					0,00	44,40
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0102					1.713,29	122.855,97
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10164					12.845,85	201.488,64
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10165					0,00	1.421,01
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10167					9.960,00	99.954,38
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10171					0,00	4.964,94
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	30178					0,00	2.303,00
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0102					1.244,29	119.236,81
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	10164					12.646,65	196.104,92
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	10165					0,00	931,29
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	10167					9.960,00	99.954,38
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	10171					0,00	4.964,94
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0102					469,00	2.974,66
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	10164					199,20	2.799,92
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	10165					0,00	489,72
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0102					0,00	644,50
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	10164					0,00	2.563,80
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	30178					0,00	2.303,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0102					3.851,00	48.404,28
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30178					1.030,93	1.030,93
3.3.90.36.07.00.00.00	Estatísticos	0102					1.947,00	5.290,62
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0102					1.904,00	42.533,66
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30178					0,00	580,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0102					1.030,93	1.030,93
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0102					-56.087,84	363.959,77
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10164					53.257,93	224.790,07
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10165					8.778,46	90.623,70
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10167					0,00	100,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	10171					0,00	7.010,33
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0102					0,00	11.026,84
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	10164					0,00	650,00
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0102					760,00	2.890,00
3.3.90.39.14.00.00.00	Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang	10164					0,00	1.470,00
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	0102					0,00	800,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0102					0,00	7.965,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	10164					3.950,00	4.748,33
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0102					0,00	495,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	10164					230,00	1.890,00
							0,00	4.129,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 29 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS							
25.010	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS							
25.01.10	Saúde							
25.01.10.301	Atenção Básica							
25.01.10.301.0025	SAÚDE PARA TODOS							
10.301.0025.2.091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE							
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0102	7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	10164						1.802.665,77
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	0102	7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	10164						1.802.665,77
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0102	7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	10164						1.802.665,77
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0102	7.450.000,00	730.687,59	0,00	8.180.687,59	499.115,03	6.412.023,93
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	10164						1.768.663,66
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0102	7.450.000,00	730.687,59	0,00	8.180.687,59	499.115,03	6.412.023,93
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	10164						1.768.663,66
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0102	3.630.000,00	376.903,00	0,00	4.006.903,00	220.131,85	3.131.909,87
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	10164					-7.931,45	28.919,50
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	10171					0,00	150,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0102					0,00	35.919,10
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	10164					0,00	78,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	10165					4.370,79	21.170,79
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0102					0,00	9.600,00
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	10164					0,00	2.340,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0102					0,00	3.860,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	10164					-27.141,93	105.037,64
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0102					28.336,93	175.913,17
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	10164					8.778,46	90.623,70
3.3.90.39.69.00.00.00	Seguros em Geral	0102					0,00	660,00
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	0102					1.575,75	11.093,55
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	10164					0,00	561,22
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	0102					0,00	2.440,00
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	10164					-7.000,00	6.000,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0102					0,00	100,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	10171					0,00	200,00
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0102					0,00	6.300,00
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	10164					0,00	2.930,33
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0102					0,00	6.335,40
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0102					-24.921,00	101.724,40
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10164					24.921,00	33.925,50
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0102					7.649,13	57.307,88
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	10164					0,00	2.200,00
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0102					7.649,13	57.307,88
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	10164					0,00	2.200,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0102					409,71	1.345,62
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxes	0102					409,71	1.345,62
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	30178					0,00	742,50
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	30178					0,00	742,50
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0102					0,00	199,91
3.3.90.92.30.00.00.00	Material de Consumo	0102					0,00	131,75
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0102					0,00	68,16
10.301.0025.2.092	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESF							
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0102	1.760.000,00	0,00	0,00	1.760.000,00	187.655,64	1.588.033,61
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10164	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00	127.920,64	982.404,84
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0102	690.000,00	0,00	0,00	690.000,00	59.735,00	585.680,12
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10164					87.027,87	799.900,79
							59.735,00	585.586,91

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 30 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS							
25.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS							
25.01.10	Saúde							
25.01.10.301	Atenção Básica							
25.01.10.301.0025	SAUDE PARA TODOS							
10.301.0025.2.062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESF							
3.1.90.11.01.00.00.00	verimentos e salários	0102	7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	1.802.665,77
3.1.90.11.01.00.00.00	verimentos e salários	10166	7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	1.802.665,77
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0102						
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	10166						
3.1.90.13.00.00.00.00	Contribuições Patronais	0102	7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	1.802.665,77
3.1.90.13.00.00.00.00	Contribuições Patronais	10166	7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	1.802.665,77
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0102	7.450.000,00	730.687,59	0,00	8.180.687,59	499.115,03	1.768.663,66
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	10166	7.450.000,00	730.687,59	0,00	8.180.687,59	499.115,03	1.768.663,66
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil							
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0102	1.760.000,00	0,00	0,00	1.760.000,00	187.655,64	171.966,39
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10166						
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	0102					87.027,87	796.176,75
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	10166					59.735,00	586.586,91
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0102					0,00	3.724,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10166					40.892,77	182.102,50
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0102					0,00	93,21
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0102					40.892,77	182.102,50
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	10166					0,00	93,21
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0102					0,00	401,55
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	10166					0,00	401,55
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Acessórios	0102					0,00	19.948,65
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Acessórios	10166					0,00	16.094,42
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0102					0,00	169,42
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10166					0,00	340,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0102	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	51,35
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10166					0,00	1.100,00
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0102					0,00	243,00
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	10166					0,00	243,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0102					0,00	6.942,98
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	10166					0,00	198,00
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0102					0,00	4.053,98
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	10166					0,00	2.691,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0102					0,00	11.153,25
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	10166					0,00	11.153,25
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0102	60.000,00	14.000,00	0,00	74.000,00	734,96	34.002,11
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	10166	60.000,00	14.000,00	0,00	74.000,00	734,96	34.002,11
25.01.10.304	Vigilância Sanitária							
25.01.10.304.0025	SAUDE PARA TODOS							
10.304.0025.2.065	VIGILÂNCIA EM SAÚDE							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	01066	60.000,00	14.000,00	0,00	74.000,00	734,96	34.002,11
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10166	60.000,00	14.000,00	0,00	74.000,00	734,96	34.002,11
3.3.90.14.00.00.00.00	Dietas - Civil	01066	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	734,96	25.902,11
3.3.90.14.14.00.00.00	Dietas no País - Civil	01066					0,00	778,10
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	01066					0,00	2.464,83
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	01066					0,00	98,50
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	01066					0,00	200,00
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	01066					0,00	198,75
3.3.90.30.27.00.00.00	Material de Manutenção e Petrolimento	01066					0,00	117,78
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	01066					0,00	557,80
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	01066					0,00	1.292,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	01066					734,96	854,96
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Desejos Resíduos	01066					536,00	536,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	01066					198,96	318,96
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	01066	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30166	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	8.100,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	01066					0,00	30.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	30166					0,00	5.900,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 31 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08
Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.10	Saúde		7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
25.01.10.304	Vigilância Sanitária		60.000,00	14.000,00	0,00	74.000,00	734,96	39.997,89
25.01.10.304.0025	SAUDE PARA TODOS		60.000,00	14.000,00	0,00	74.000,00	734,96	39.997,89
10.304.0025.2.095	VIGILANCIA EM SAUDE		60.000,00	14.000,00	0,00	74.000,00	734,96	39.997,89
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tracção Mecânica	10166					0,00	30.000,00
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tracção Mecânica	30166					0,00	5.900,00
Total por Entidade :			7.510.000,00	744.687,59	0,00	8.254.687,59	499.849,99	6.452.021,82
								1.802.665,77

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 32 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08	Assistência Social		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08.241	Assistência ao Idoso		144.000,00	0,00	0,00	144.000,00	412,62	44.499,38
30.01.08.241.0002	MELHOR IDADE		144.000,00	0,00	0,00	144.000,00	412,62	44.499,38
08.241.0002.2.185	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE DIREITOS DO IDOSO		144.000,00	0,00	0,00	144.000,00	412,62	44.499,38
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	412,62	44.499,38
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0131	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0161	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					412,62	7.999,38
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engraxado	0100					0,00	55,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100					412,62	7.944,38
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	36.500,00
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0100					0,00	16.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	20.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0131	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0161	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
30.01.08.244	Assistência Comunitária		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
30.01.08.244.0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
08.244.0028.1.102	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		65.000,00	0,00	0,00	65.000,00	-9.185,00	6.129,54
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	1.180,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0131	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10152	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	-9.185,00	4.949,54
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100					0,00	1.180,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	10152					-9.185,00	4.949,54
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0100					0,00	1.180,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	10152					-9.185,00	4.949,54
08.244.0028.1.178	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/AQUISIÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS		31.000,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0131	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00
08.244.0028.2.078	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	9.122,62	188.374,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10148	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10150	65.000,00	0,00	0,00	65.000,00	8.763,78	19.264,94
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10152					338,84	169.109,89
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	10152					0,00	13.419,75
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	10150					7.279,38	16.960,54
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	10150					520,22	71.460,75
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	10152					0,00	6.000,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	10150					0,00	10.000,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	10152					0,00	574,98
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engraxado	10150					574,98	1.753,98
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engraxado	10152					5.084,48	5.663,74
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	10152					-168,78	23.078,78
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	10152					0,00	6.028,70
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	10152					0,00	363,10

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 33 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08	Assistência Social		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08.244	Assistência Comunitária		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
30.01.08.244.0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
08.244.0028.2.076	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SOCIAL		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	9.122,62	188.374,83
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	10152					158,40	9.608,18
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	10152					0,00	1.034,90
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Cozinha	10150					0,00	66,70
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Cozinha	10152					0,00	1.382,30
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	10150					995,60	2.010,67
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	10152					319,24	7.461,55
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aquecimento	10152					0,00	2.654,23
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	10152					0,00	943,80
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	10152					0,00	32,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	10150					429,32	2.449,45
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	10152					138,52	213,52
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	10152					72,84	72,84
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	10150					195,00	195,00
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	10152					0,00	281,70
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	10152					0,00	520,00
3.3.90.30.49.00.00.00	Bitnetes de Passagens	10152					0,00	228,68
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	10152					0,00	5.802,49
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artíst.Científ.Despor. e Out	10152					0,00	36,00
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	10152					0,00	36,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	10152					0,00	19.453,37
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	10152					0,00	4.478,00
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	10152					0,00	14.975,37
3.3.90.35.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10150					1.504,40	2.304,40
3.3.90.35.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10152					-181,38	64.740,02
3.3.90.35.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	10152					0,00	2.300,00
3.3.90.35.11.00.00.00	Locação de Softwares	10150					1.279,40	1.279,40
3.3.90.35.11.00.00.00	Locação de Softwares	10152					-181,38	7.859,10
3.3.90.35.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	10152					0,00	3.720,00
3.3.90.35.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	10150					225,00	1.025,00
3.3.90.35.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	10152					0,00	460,83
3.3.90.35.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	10152					0,00	8.400,00
3.3.90.35.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	10152					0,00	20,00
3.3.90.35.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	10152					0,00	20.100,00
3.3.90.35.81.00.00.00	Serviços Bancários	10152					0,00	1.993,09
3.3.90.35.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	10152					0,00	1.440,00
3.3.90.35.97.00.00.00	Despesas de Reaproveitamento	10152					0,00	425,00
3.3.90.35.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10152					0,00	18.022,00
08.244.0028.2.077	MANUTENÇÃO DA-ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	79.349,33	821.452,75
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100					72.520,66	665.054,83
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0100					50.357,07	535.937,77
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0100					50.357,07	534.138,29
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0100					0,00	1.798,48
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0100					22.163,59	129.117,06

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 34 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08	Assistência Social		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08.244	Assistência Comunitária		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
30.01.08.244.0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
08.244.0028.2.077	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	79.349,33	821.452,75
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0100					22.163,59	129.117,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	200.000,00		0,00	200.000,00	6.828,67	156.397,92
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0100					0,00	615,82
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0100					0,00	615,82
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					-80,16	65.249,07
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0100					0,00	10.140,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0100					0,00	832,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0100					902,27	1.472,58
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0100					0,00	4.484,46
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0100					0,00	140,00
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	0100					474,00	474,00
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0100					0,00	1.977,70
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aquecimento	0100					0,00	22,50
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0100					0,00	4.447,61
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0100					0,00	1.165,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0100					395,57	981,59
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0100					-1.852,00	2.784,05
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	0100					0,00	603,97
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	0100					0,00	35.547,54
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0100					0,00	196,07
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Tercelrios - Pessoa Física	0100					4.758,00	11.492,25
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	0100					649,00	5.020,94
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0100					4.110,00	4.110,00
3.3.90.36.39.00.00.00	Fretes e Transportes de Encomendas	0100					0,00	240,00
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc-Pessoa Fisica-Pagto Antec	0100					0,00	2.121,31
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Tercelrios - Pessoa Juridica	0100					162,33	42.290,39
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0100					0,00	1.200,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0100					0,00	94.10,64
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	0100					0,00	280,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100					162,33	2.395,23
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Maquinas e Equip	0100					0,00	170,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	0100					0,00	734,00
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0100					0,00	2.007,00
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0100					0,00	51,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0100					0,00	8.000,00
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0100					0,00	199,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0100					0,00	1.547,44
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0100					0,00	880,00
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0100					0,00	2.528,74
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	0100					0,00	941,34
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	0100					0,00	265,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0100					0,00	7.000,00
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0100					0,00	720,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 35 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08	Assistência Social		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08.244	Assistência Comunitária		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
30.01.08.244.0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
08.244.0028.2.077	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	79.349,33	821.452,75
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0100					0,00	686,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	3.286,00
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0100					1.987,50	18.619,11
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0100					1.987,50	18.619,11
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0100					0,00	79,25
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	0100					0,00	79,25
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0100					0,00	266,69
3.3.90.92.99.00.00.00	Outras Despesas de Exercícios Anteriores	0100					0,00	266,69
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0100					0,00	17.785,34
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	0100					0,00	17.785,34
08.244.0028.2.078	CONSERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO REFORMA ESPAÇOS SOCIAIS		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
08.244.0028.2.083	ESTUDO SOCIO ECONOMICOS E AUXILIO CESTA BASICA		70.000,00	50.000,00	0,00	120.000,00	-1.950,00	97.041,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	70.000,00	50.000,00	0,00	120.000,00	400,00	69.940,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0300	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	-2.350,00	27.101,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	632,04
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100					0,00	632,04
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0100					0,00	6.704,76
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0300					-2.350,00	23.500,00
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0100					0,00	5.765,76
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0300					-2.350,00	23.500,00
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0100					0,00	939,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0100					400,00	13.013,33
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0100					400,00	13.013,33
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	3.601,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0300					0,00	2.000,00
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0100					0,00	130,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100					0,00	27.548,43
3.3.90.39.53.00.00.00	Serviços de Assistência Social	0100					0,00	13.684,00
3.3.90.39.67.00.00.00	Serviços Funerários	0100					0,00	3.601,00
3.3.90.39.67.00.00.00	Serviços Funerários	0300					0,00	500,00
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	0100					0,00	3.696,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	2.032,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0100					0,00	800,00
3.3.90.92.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0100					0,00	1.232,00
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	159.800,00
08.244.0028.2.084	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES ASSISTENCIAIS		220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	60.200,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0100	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	40.200,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0100					0,00	159.800,00
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	0100					0,00	159.800,00
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 36 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08	Assistência Social		1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06
30.01.08.244	Assistência Comunitária		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
30.01.08.244.0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.556.000,00	50.000,00	0,00	1.606.000,00	77.336,95	1.272.798,68
08.244.0028.2.084	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES ASSISTENCIAIS		220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	159.800,00
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	0100	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Total por Entidade :			1.700.000,00	50.000,00	0,00	1.750.000,00	77.749,57	1.317.298,06

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 37 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNREBOM - FUNDO REEQ. BOMBEIROS CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
40	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FUNREBOM		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.0	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FUNREBOM		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.04	Administração		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.04.182	Defesa Civil		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.04.182.0071	AÇÃO E COMBATE		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
04.182.0071.2.097	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100					12.281,30	164.741,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0180					7.768,50	5.258,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100					67.771,60	10.231,50
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					1.770,00	10.416,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100					0,00	113,04
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	0100					94,00	5.264,49
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0100					0,00	6.662,94
3.3.90.30.07.00.00.00	Genêros de Alimentação	0100					220,00	1.696,56
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0100					0,00	54,00
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0100					0,00	279,80
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	0100					0,00	164,90
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Cozinha	0100					0,00	6.490,18
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0100					1.900,00	3.932,00
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Acessórios	0100					0,00	7.255,40
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0100					0,00	895,00
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0100					0,00	291,50
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0100					0,00	3.617,00
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0180					1.770,00	1.770,00
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0100					1.797,00	8.631,95
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0100					1.253,30	10.548,52
3.3.90.30.38.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0100					0,00	919,46
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	0100					0,00	220,00
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0100					0,00	298,84
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0100					5.998,50	5.998,50
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0180					5.998,50	5.998,50
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0100					6.798,00	20.409,00
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	0100					1.298,00	14.909,00
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terceira-Pessoa-Pagto Antec	0100					5.500,00	5.500,00
3.3.90.38.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					219,00	76.560,60
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0100					0,00	5.571,12
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0100					0,00	17.940,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0100					0,00	110,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0100					0,00	19.666,75
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0100					0,00	700,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100					0,00	9.600,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0100					0,00	1.250,00
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0100					0,00	174,80
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0100					154,00	462,00
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0100					0,00	6.520,00
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0100					0,00	1.740,01
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0100					0,00	6.763,32
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0100					0,00	3.097,90

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 38 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08
Entidade : FUNREBOM - FUNDO REEQ. BOMBEIROS CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
40	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FUNREBOM		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.0	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FUNREBOM		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.04	Administração		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.04.182	Defesa Civil		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
40.04.04.182.0071	AÇÃO E COMBATE		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
04.182.0071.2.097	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	0100					0,00	130,00
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0100					0,00	2.089,70
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					65,00	765,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	4.530,00	14.809,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0164	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0100					4.530,00	14.809,00
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	0100					0,00	6.370,00
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Video e Foto	0100					2.285,00	5.214,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0100					2.245,00	2.245,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0100					0,00	980,00
Total por Entidade :			358.000,00	0,00	0,00	358.000,00	24.579,80	187.318,70
								170.681,30

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 39 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.0	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.01	Legislativa		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.01.031	Ação Legislativa		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.01.031.0001	LEGISLATIVO		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.031.0001.1.002	CONSTRUÇÃO DA SEDE E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
01.031.0001.1.003	REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS		0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
01.031.0001.1.110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Materiais Permanente	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO		1.123.000,00	0,00	0,00	1.123.000,00	73.679,82	783.354,31
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	808.000,00	0,00	0,00	808.000,00	64.205,14	640.956,51
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	52.421,73	527.531,97
3.1.90.11.01.00.00.00	vergonmentos e salários	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	52.421,73	526.979,97
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	11.783,41	113.424,54
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	11.498,11	110.697,33
3.1.90.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	285,30	2.727,21
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0100	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	9.474,68	139.373,80
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.208,05
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.208,05
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	1.410,40	7.159,48
3.3.90.30.04.00.00.00	Gas. Engratado	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,38
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	97,50	2.325,19
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	734,20
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,90
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Corinha	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	160,80	449,59
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higientização	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	152,60	1.861,89
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	939,50	178,63
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.509,70
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.090,35
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.090,35
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	1.684,46	17.807,69
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	1.684,46	850,00
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	16.757,69	16.757,69
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	4.546,87	58.419,86
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.249,50
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periodicos e Anuidades	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	555,30	16.888,39
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	377,87	3.254,85
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

12/12/2017 15:36:19

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 40 de 40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orgãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.0	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.01	Legislativa		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.01.031	Ação Legislativa		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.01.01.031.0001	LEGISLATIVO		1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO		1.123.000,00	0,00	0,00	1.123.000,00	73.679,82	783.354,31
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0100					249,08	1.554,76
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0100					47,80	1.026,67
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0100					0,00	2.300,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0100					214,58	2.756,23
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Audio, Video e Foto	0100					1.015,00	1.015,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0100					0,00	4.125,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0100					80,00	800,00
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0100					324,24	2.964,41
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	0100					782,00	6.647,00
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0100					95,00	950,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					806,00	12.868,05
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0100					1.832,95	15.944,12
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0100					1.832,95	15.944,12
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0100					0,00	1.744,25
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	0100					0,00	1.744,25
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Oportre Órgãos	0100	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	3.024,00
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0100					0,00	3.024,00
3.3.93.39.99.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA	0100					0,00	3.024,00
Total por Entidade :			1.353.000,00	200.000,00	200.000,00	1.353.000,00	73.679,82	790.885,18
Total Geral :			34.500.000,00	6.298.259,61	1.672.000,00	39.126.259,61	2.206.415,46	25.353.985,90

Catanduvás, 12/12/2017

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021.753/O-1

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

12/12/2017 15:36:19

Publicação Nº 1456859

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada Administração Direta, Indireta e Fundacional

12/12/2017 15:33:51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Período: Outubro
 Página 2

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	0100	15.000,00	0,00	12.133,82	0,00	2.866,18
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	0100	50.000,00	422,38	17.088,71	0,00	32.911,29
9.1.1.2.1.22.00.00.00.00	0100	0,00	-5,33	-1.517,43	-1.517,43	0,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	0100	200.000,00	1.167,60	99.152,84	0,00	100.847,16
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	0100	0,00	0,00	-41,70	-41,70	0,00
4.1.1.2.1.41.00.00.00.00	0100	23.000,00	4.313,70	20.894,62	0,00	2.105,38
9.1.1.2.1.41.00.00.00.00	0100	0,00	-1,72	-2,03	-2,03	0,00
4.1.1.2.1.42.00.00.00.00	0100	11.000,00	4.265,80	22.432,85	11.432,85	0,00
9.1.1.2.1.42.00.00.00.00	0100	0,00	0,00	-2,12	-2,12	0,00
4.1.1.2.2.08.00.00.00.00	0100	404.800,00	10.552,86	268.068,13	-10.915,91	125.815,96
4.1.1.2.2.08.00.00.00.00	0100	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	0100	75.000,00	552,61	39.442,61	0,00	35.557,39
9.1.1.2.2.90.00.00.00.00	0100	0,00	-0,46	-4.494,84	-4.494,84	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	0100	327.800,00	10.000,71	233.120,36	-6.421,07	88.258,57
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	0100	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	0100	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
4.1.1.2.2.99.05.00.00.00	0100	206.800,00	9.452,75	185.864,04	0,00	20.935,96
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	0100	86.000,00	562,94	53.677,39	0,00	32.322,61
9.1.1.2.2.99.99.00.00.00	0100	0,00	-14,98	-6.421,07	-6.421,07	0,00
4.1.1.3.0.0.00.00.00.00	0100	70.000,00	14.434,67	143.300,84	73.300,84	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	0100	70.000,00	14.468,67	143.411,50	73.411,50	0,00
9.1.1.3.0.04.00.00.00.00	0100	0,00	-34,00	-110,66	-110,66	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	0108	585.000,00	58.637,09	578.568,47	0,00	6.431,53
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	0108	585.000,00	58.637,09	578.568,47	0,00	6.431,53
4.1.2.0.29.00.00.00.00.00	0108	585.000,00	58.637,09	578.568,47	0,00	6.431,53
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	0108	361.200,00	33.632,67	447.277,68	139.575,45	53.497,77
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	0108	30.000,00	903,08	7.586,50	-30,14	22.383,36
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	0108	20.000,00	905,16	7.586,50	-30,14	12.383,36
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	0108	0,00	-2,08	-30,14	-30,14	0,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	0108	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	0108	331.200,00	32.729,59	434.856,18	134.770,59	31.114,41
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	0108	331.200,00	32.729,59	434.856,18	134.770,59	31.114,41
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	0135	126.000,00	9.941,21	143.361,78	46.948,10	29.566,32
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	0135	0,00	172,77	4.915,62	4.915,62	0,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	0118	46.000,00	1.254,73	16.433,68	0,00	29.566,32
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	0119	26.000,00	752,84	9.860,21	0,00	16.139,79
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	0102	20.000,00	501,89	6.573,47	0,00	13.426,53
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	0102	20.000,00	2.542,15	32.731,07	12.731,07	0,00

12/12/2017 15:33:51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 3

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00		60.000,00	5.971,56	89.301,41	29.301,41	0,00
Remuneração de Outros Dep Recursos Vinc						
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	0101	60.000,00	5.971,56	89.301,41	29.301,41	0,00
Remuneração de Depósitos Recursos Nao Vinculados						
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00		205.200,00	22.788,38	291.474,40	87.822,49	1.548,09
Remun. Outros Depósitos Recursos não vinculados						
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	0100	205.200,00	22.788,38	291.474,40	87.822,49	1.548,09
Remuneração de Outros Dep Recursos não Vinculados						
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	0100	200.000,00	22.380,50	286.149,08	86.149,08	0,00
Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vi						
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	0100	200,00	0,00	0,03	0,00	199,97
remuneração de Depósitos Rec. nao Vinculados						
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	0102	2.000,00	54,23	2.156,77	1.504,89	1.348,12
Remuneração de Outros Depósitos Recursos Nao Vincul						
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	0100	3.000,00	353,65	3.168,52	168,52	0,00
Outras Receitas Patrimoniais						
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	0100	0,00	0,00	4.835,00	4.835,00	0,00
Receitas de Aluguel/Horários esportivos						
4.1.3.9.0.99.00.00.00.00	0100	0,00	0,00	4.835,00	4.835,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA						
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	0100	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Receita da Produção Vegetal						
4.1.4.1.0.00.00.00.00.00	0100	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS						
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00		112.000,00	8.190,85	53.086,14	21.271,55	80.185,41
Serviços de Saúde						
4.1.6.0.0.05.00.00.00.00		100.000,00	0,00	19.814,59	0,00	80.185,41
Serviços Hospitalares						
4.1.6.0.0.05.01.00.00.00	10112	40.000,00	0,00	19.814,59	0,00	20.185,41
Serv.Reg Analise Controle Prod Suj Vigil Sanitária						
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	10165	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Serviços Administrativos						
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	0100	0,00	0,00	77,00	77,00	0,00
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos						
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	0100	12.000,00	0,00	77,00	77,00	0,00
Serv. de Preparação da Terra em Propri Part						
9.1.6.0.0.45.00.00.00.00	0100	0,00	8.190,85	33.320,61	21.320,61	0,00
Dedução Serv. de Preparação da Terra em Propri Part						
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	0100	0,00	0,00	-126,06	-126,06	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00		26.474.500,00	2.064.116,60	21.595.144,19	1.037.366,93	5.916.722,74
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS						
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00		26.143.000,00	2.020.650,31	21.018.163,12	791.885,85	5.916.722,74
Transferências da União						
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00		10.438.000,00	750.032,32	8.595.369,37	683.651,44	2.526.282,07
Participação na Receita da União						
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00		7.602.000,00	514.444,99	6.444.867,76	427.259,38	1.584.391,62
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios						
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	0100	7.600.000,00	501.711,80	6.015.608,38	0,00	1.584.391,62
FPM - Ordinário						
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	0101	5.646.800,00	376.283,98	4.511.704,66	0,00	1.135.095,34
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB						
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	0101	-1.900.000,00	-125.428,19	-1.503.899,52	0,00	-396.100,48
FPM - Educação						
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	0101	2.352.770,00	156.785,01	1.879.877,03	0,00	472.892,97
FPM - Saúde						
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	0102	1.500.430,00	94.071,00	1.127.926,21	0,00	372.503,79
Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezem						
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	0100	0,00	0,00	23.116,76	23.116,76	0,00
Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezem						
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	0101	0,00	0,00	17.337,57	17.337,57	0,00
Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezem						
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	0101	0,00	0,00	5.779,19	5.779,19	0,00
Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Julho						
4.1.7.2.1.01.04.00.00.00	0100	0,00	0,00	390.378,48	390.378,48	0,00
Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Julho						
4.1.7.2.1.01.04.01.00.00	0100	0,00	0,00	292.783,86	292.783,86	0,00
Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Julho						
4.1.7.2.1.01.04.02.00.00	0101	0,00	0,00	97.594,62	97.594,62	0,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural						
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	0100	2.000,00	12.733,19	15.764,14	13.764,14	0,00
ITR - Ordinário						
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	0100	1.500,00	9.549,88	11.823,05	10.323,05	0,00
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR						
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	0101	-500,00	-3.183,27	-3.940,95	-3.440,95	0,00
ITR - Educação						
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	0101	625,00	3.979,12	4.926,29	4.301,29	0,00

12/12/2017 15:33:51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 4

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	0102	375,00	2.387,46	2.955,75	2.580,75	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00		1.645.000,00	143.245,18	1.439.970,19	256.392,06	461.421,87
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	10164	295.000,00	21.116,33	362.280,40	67.280,40	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	10164	350.000,00	24.955,00	249.550,00	0,00	100.450,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	10164	326.000,00	20.280,00	202.800,00	0,00	123.200,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	10167	120.000,00	13.387,68	71.547,08	0,00	48.452,92
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	10166	60.000,00	1.841,17	46.531,05	0,00	13.468,95
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	10164	48.000,00	3.345,00	33.450,00	0,00	14.550,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	10164	226.000,00	36.145,00	267.531,66	41.531,66	0,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	10171	144.000,00	0,00	12.500,00	0,00	131.500,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	10171	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	10171	66.000,00	5.775,00	46.200,00	0,00	19.800,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	10164	0,00	16.400,00	147.600,00	147.600,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00		280.000,00	22.276,36	105.215,40	0,00	174.784,60
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	10148	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	10150	65.000,00	0,00	34.666,68	0,00	30.333,32
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	10152	27.000,00	2.860,00	18.091,80	0,00	8.908,20
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	10152	173.000,00	19.416,36	52.456,92	0,00	120.543,08
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00		708.000,00	67.514,52	579.803,32	0,00	128.196,68
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	0136	500.000,00	49.444,99	449.435,88	0,00	50.564,12
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	10160	153.000,00	14.188,80	99.321,60	0,00	53.678,40
4.1.7.2.1.35.09.00.00.00	10161	50.000,00	3.880,73	31.045,84	0,00	18.954,16
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	10162	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	0100	54.000,00	2.551,27	25.512,70	0,00	28.487,30
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	0101	40.500,00	1.913,45	19.134,50	0,00	21.365,50
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	0101	-13.500,00	-637,81	-6.378,10	0,00	-7.121,90
4.1.7.2.1.36.04.00.00.00	0101	16.875,00	797,27	7.972,70	0,00	8.902,30
4.1.7.2.1.36.05.00.00.00	0102	10.125,00	478,36	4.783,60	0,00	5.341,40
4.1.7.2.1.36.06.00.00.00	0100	149.000,00	0,00	0,00	0,00	149.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00		10.118.000,00	847.891,71	8.219.687,89	108.234,42	2.006.546,53
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00		8.800.000,00	839.908,32	8.138.676,88	27.223,41	2.006.546,53
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	0100	6.600.000,00	733.492,20	7.114.276,20	0,00	1.685.723,80
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	0101	-2.200.000,00	550.126,56	5.335.713,67	0,00	1.264.286,33
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	0101	2.750.000,00	-183.385,43	-1.778.580,47	0,00	-421.419,53
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	0102	1.200.000,00	229.219,41	2.223.214,42	0,00	526.785,58
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	0100	1.650.000,00	137.531,66	1.333.928,58	0,00	316.071,42
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	0100	900.000,00	85.156,02	894.121,51	0,00	305.878,49
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	0101	-300.000,00	63.866,94	670.590,36	0,00	229.409,64
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00		-300.000,00	-21.288,92	-223.529,62	0,00	-76.470,38

12/12/2017 15:33:51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 5

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	0101	375.000,00	26.611,26	279.413,09	0,00	95.586,91
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	0102	225.000,00	15.966,74	167.647,68	0,00	57.352,32
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00		115.000,00	13.270,05	100.055,76	0,00	14.944,24
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	0100	86.250,00	9.952,53	75.041,77	0,00	11.208,23
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	0101	-28.750,00	-3.317,52	-25.013,95	0,00	-3.736,05
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	0101	35.937,50	4.146,90	31.267,47	0,00	4.670,03
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	0102	21.562,50	2.488,14	18.760,47	0,00	2.802,03
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	0107	3.000,00	7.990,05	30.223,41	27.223,41	0,00
4.1.7.2.2.22.00.00.00.00		0,00	7.983,39	81.011,01	81.011,01	0,00
4.1.7.2.2.22.30.00.00.00	1118	0,00	7.983,39	81.011,01	81.011,01	0,00
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00		18.000,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
4.1.7.2.3.99.00.00.00.00	0180	18.000,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00		5.569.000,00	422.726,28	4.194.105,86	0,00	1.374.894,14
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00		5.569.000,00	422.726,28	4.194.105,86	0,00	1.374.894,14
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	0118	3.341.400,00	253.635,77	2.516.463,43	0,00	824.936,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	0119	2.227.600,00	169.090,51	1.677.642,43	0,00	549.957,57
4.1.7.6.00.00.00.00.00.00		331.500,00	43.466,29	576.981,07	245.481,07	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00		100.000,00	43.466,29	240.898,75	140.898,75	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00		100.000,00	43.466,29	240.898,75	140.898,75	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	0134	100.000,00	43.466,29	240.898,75	140.898,75	0,00
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00		231.500,00	0,00	336.082,32	104.582,32	0,00
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	0163	1.500,00	0,00	84.596,31	83.096,31	0,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00		230.000,00	0,00	233.516,01	3.516,01	0,00
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	0162	230.000,00	0,00	233.516,01	3.516,01	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00		0,00	0,00	18.000,00	18.000,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	0464	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00		668.200,00	40.022,47	338.180,45	68.312,80	398.332,35
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00		290.800,00	7.149,61	65.174,42	1.503,32	227.128,90
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00		43.800,00	2.666,17	20.295,26	1.569,92	25.074,66
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00		20.000,00	496,80	3.519,26	-6,01	16.474,73
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	0100	12.000,00	298,32	2.114,97	0,00	9.885,03
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	0100	0,00	-0,28	-3,60	-3,60	0,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	0101	4.999,99	124,35	881,49	0,00	4.118,50
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	0101	0,00	-0,12	-1,57	-1,57	0,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	0102	3.000,01	74,60	528,81	0,00	2.471,20
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	0102	0,00	-0,07	-0,84	-0,84	0,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00		20.000,00	1.498,13	12.185,65	-14,42	7.799,93
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	0100	12.000,00	898,90	7.319,82	0,00	4.680,18
9.1.9.1.1.40.01.00.00.00	0100	0,00	-0,04	-8,64	-8,64	0,00

12/12/2017 15:33:51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Período: Outubro
 Página 6

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	0101	5.000,00	374,58	3.050,27	0,00	1.949,73
9.1.9.1.1.40.02.00.00.00	0101	0,00	-0,02	-3,65	-3,65	0,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	0102	3.000,00	224,71	1.829,98	0,00	1.170,02
9.1.9.1.1.40.03.00.00.00	0102	0,00	0,00	-2,13	-2,13	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00		3.800,00	671,24	4.590,35	1.590,35	800,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00		3.800,00	671,24	4.590,35	1.590,35	800,00
4.1.9.1.1.99.01.01.00.00	0100	3.000,00	672,79	4.603,70	1.603,70	0,00
9.1.9.1.1.99.01.01.00.00	0100	0,00	-1,55	-13,35	-13,35	0,00
4.1.9.1.1.99.01.02.00.00	0100	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00		52.000,00	834,96	9.282,41	-66,60	42.650,99
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00		30.000,00	319,65	3.378,45	-56,30	26.565,25
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	0100	18.000,00	193,80	2.060,68	0,00	15.939,32
9.1.9.1.3.11.01.00.00.00	0100	0,00	-1,99	-33,68	-33,68	0,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00		7.500,00	80,75	868,81	0,00	6.641,19
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	0101	0,00	-0,85	-14,13	-14,13	0,00
9.1.9.1.3.11.03.00.00.00	0102	4.500,00	48,45	515,26	0,00	3.984,74
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	0102	0,00	-0,51	-8,49	-8,49	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00		7.000,00	268,79	3.543,35	-0,05	3.456,60
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	0100	4.200,00	161,29	2.126,03	0,00	2.073,97
9.1.9.1.3.13.01.00.00.00	0100	0,00	-0,01	-0,03	-0,03	0,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	0101	1.750,00	67,20	885,86	0,00	864,14
9.1.9.1.3.13.02.00.00.00	0101	0,00	-0,01	-0,02	-0,02	0,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	0102	1.050,00	40,32	531,51	0,00	518,49
9.1.9.1.3.13.03.00.00.00	0100	15.000,00	248,47	2.370,86	0,00	12.629,14
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	0100	0,00	-1,95	-10,25	-10,25	0,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00		195.000,00	3.648,48	35.596,75	0,00	159.403,25
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00		195.000,00	3.648,48	35.596,75	0,00	159.403,25
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	0110	55.000,00	1.276,94	12.458,79	0,00	42.541,21
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	0111	60.000,00	1.276,97	12.458,91	0,00	47.541,09
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	0112	80.000,00	1.094,57	10.679,05	0,00	69.320,95
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00		25.000,00	2.546,84	33.466,48	23.466,48	15.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	0100	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00		10.000,00	2.546,84	33.466,48	23.466,48	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	0102	10.000,00	2.546,84	33.466,48	23.466,48	0,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00		300.000,00	30.325,42	237.963,04	43.343,00	105.379,96
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00		280.000,00	29.960,13	230.094,02	43.356,08	93.262,06
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00		200.000,00	13.147,75	130.109,66	-291,47	69.598,87
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	0100	120.000,00	7.936,22	78.240,30	0,00	41.759,70

12/12/2017 15:33:51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Período: Outubro
 Página 7

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	0100	0,00	-47,60	-174,82	-174,82	0,00
Dedução Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário						
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	0101	50.000,00	3.306,82	32.600,61	0,00	17.399,39
Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação						
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	0101	0,00	-19,85	-72,92	-72,92	0,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	0102	30.000,00	1.984,07	19.560,22	0,00	10.439,78
Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde						
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	0102	0,00	-11,91	-43,73	-43,73	0,00
Dedução Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde						
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00		20.000,00	11.634,53	63.683,28	43.683,28	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS						
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	0100	12.000,00	6.980,89	38.210,47	26.210,47	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário						
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	0100	0,00	-0,20	-0,63	-0,63	0,00
Dedução Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário						
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	0101	5.000,00	2.908,73	15.921,17	10.921,17	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação						
9.1.9.3.1.13.02.00.00.00	0101	0,00	-0,09	-0,27	-0,27	0,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	0102	3.000,00	1.745,25	9.552,70	6.552,70	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde						
9.1.9.3.1.13.03.00.00.00	0102	0,00	-0,05	-0,16	-0,16	0,00
Dedução Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde						
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00		60.000,00	5.177,85	36.301,08	-35,73	23.663,19
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos						
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	0100	60.000,00	5.202,78	36.336,81	0,00	23.663,19
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ						
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	0100	0,00	-24,93	-35,73	-35,73	0,00
Dedução Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos						
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00		20.000,00	365,29	7.869,02	-13,08	12.117,90
Rec. Div. Ativ. Não Tributária						
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00		20.000,00	365,29	7.869,02	-13,08	12.117,90
Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.						
9.1.9.3.2.99.01.00.00.00	0100	20.000,00	368,07	7.882,10	0,00	12.117,90
Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recsit - Princ						
9.1.9.3.2.99.01.00.00.00	0100	0,00	-2,78	-13,08	-13,08	0,00
Dedução Rec. Div. Ativ. Não Tributária						
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00		52.400,00	0,60	1.576,51	0,00	50.823,49
RECEITAS DIVERSAS						
Outras Receitas						
4.1.9.0.0.99.01.00.00.00	0100	52.400,00	0,60	1.576,51	0,00	50.823,49
Outras Receitas						
4.1.9.0.0.99.03.00.00.00	0100	50.000,00	0,60	1.576,51	0,00	48.423,49
Outras Receitas						
4.1.9.0.0.99.04.00.00.00	0100	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
RECEITAS DE CAPITAL						
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	0100	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
OPERACÕES DE CRÉDITO						
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00		1.784.300,00	10.725,74	448.490,55	281.581,87	1.617.391,32
OPERACÕES DE CRÉDITO INTERNAS						
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00		240.000,00	0,00	99.891,68	0,00	140.108,32
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00		240.000,00	0,00	99.891,68	0,00	140.108,32
Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação						
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00		120.000,00	0,00	99.891,68	0,00	120.000,00
Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação						
4.2.1.1.4.01.01.00.00.00	0181	120.000,00	0,00	99.891,68	0,00	120.000,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	0183	120.000,00	0,00	99.891,68	0,00	120.000,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00		70.000,00	0,00	10.767,00	0,00	59.233,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.1.4.99.00.00.00.00		68.500,00	0,00	10.767,00	0,00	57.733,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.1.5.01.00.00.00.00		67.000,00	0,00	10.767,00	0,00	56.233,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.1.5.02.00.00.00.00	0189	42.000,00	0,00	10.767,00	0,00	31.233,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.1.5.02.00.00.00.00	0188	25.000,00	0,00	10.767,00	0,00	14.233,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00		1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.1.7.01.00.00.00.00	0189	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00		1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais						

12/12/2017 15:33:51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Período: Outubro
 Página 8

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	0189	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00		0,00	8.225,74	82.567,83	82.567,83	0,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00		0,00	8.225,74	82.567,83	82.567,83	0,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	0100	0,00	8.233,02	82.769,66	82.769,66	0,00
9.2.3.0.0.80.01.00.00.00	0100	0,00	-7,28	-201,83	-201,83	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00		1.474.300,00	2.500,00	255.264,04	199.014,04	1.418.050,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00		1.474.300,00	2.500,00	255.264,04	199.014,04	1.418.050,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00		1.165.800,00	0,00	247.764,04	199.014,04	1.117.050,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00		15.000,00	0,00	149.844,04	149.844,04	15.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	0133	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	0462	0,00	0,00	149.844,04	149.844,04	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00		1.150.800,00	0,00	97.920,00	49.170,00	1.102.050,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	0134	531.000,00	0,00	0,00	0,00	531.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	0132	599.800,00	0,00	0,00	0,00	551.050,00
4.2.4.7.1.99.04.00.00.00	0161	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.2.4.7.1.99.05.00.00.00	3134	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00		308.500,00	2.500,00	7.500,00	49.170,00	301.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00		308.500,00	2.500,00	7.500,00	0,00	301.000,00
4.2.4.7.2.99.01.00.00.00	0164	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	0163	33.500,00	2.500,00	7.500,00	0,00	26.000,00
4.2.4.7.2.99.03.00.00.00	0164	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Totais Gerais :		34.500.000,00	2.442.930,33	26.687.588,49	1.528.363,21	9.340.774,72

Catanduvás, 12/12/2017

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

12/12/2017 15:33:51

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 059/2017 PCS

Publicação Nº 1455860

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: CHARLES KRAMER ME.

Contrato nº: 059/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE ELEVAÇÃO DE ACESSIBILIDADE PARA MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 13/12/2017.

Vigência: 12/12/2018.

Valor do Contrato: R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais).

DL 022/2017 PCS

Publicação Nº 1455772

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2017 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Cassiano Souza dos Santos, Advogado deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de uma plataforma de elevação de acessibilidade para Município de Caxambu do Sul, sendo que a empresa contratada foi: CHARLES KRAMER ME no valor total de R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais).

Caxambu do Sul - SC, em 13 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

EDITAL DL 022-2017 PCS

Publicação Nº 1455770

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2017 PCS

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2017 PCS

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE ELEVAÇÃO DE ACESSIBILIDADE PARA MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

CONTRATADA:

CHARLES KRAMER ME, inscrita no CNPJ nº 15.351.289/0001-60.

VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO:

R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais).

Dotação: 06.01.2.035.4.4.90.52.34 – Manutenção Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social.

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

O presente instrumento está fundamentado no artigo 24, inciso V,

da Lei nº. 8666/1993, é dispensável a licitação "quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas".

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE:

O Município de Caxambu do Sul publicou o Processo Licitatório nº 073/2017 PCS, na modalidade de Pregão Presencial nº 034/2017 PCS e, o mesmo foi declarado Deserto e Secretaria de Desenvolvimento Social realizou orçamentos e o menor orçamento apresentado foi no valor de R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais), o mesmo está dentro dos valores praticados no mercado e ainda, a contratada cumprirá com todas as condições previstas no Processo Licitatório nº 073/2017 PCS, na modalidade de Pregão Presencial nº 034/2017 PCS, não havendo prejuízo para a Administração.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

De acordo com os valores praticados no mercado.

Caxambu do Sul - SC, em 13 de dezembro de 2017.

CASSIANO SOUZA DOS SANTOS

OAB/SC 49.848

ADVOGADO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

À vista de exposição do Advogado do Município de Caxambu do Sul, referente à realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

Caxambu do Sul - SC, em 13 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº087-2017

Publicação Nº 1456460

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO N.º087 de 12 de dezembro 2017.

“Homologa parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, autoriza a realização de despesas e da outras providências”.

Art. 1º Fica homologado o parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Chapadão do Lageado – SC, instituída através do Decreto 087/2017conforme preceitua o art. 4.º da Lei nº0083 de 07.06.99.

Art. 2º Em decorrência do disposto no Art. 1.º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para custear o incentivo econômico citado no parecer a empresa LWJ SERVIÇOS DE FACÇÃO LTDA-ME.

Art. 3º As despesas, correrão por conta do orçamento de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 13 de dezembro de 2017.
ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER
Presidente

DECRETO Nº088/2017

Publicação Nº 1456467

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO N.º088 de 12 de dezembro 2017.

“Homologa parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, autoriza a realização de despesas e da outras providências”.

Art. 1º Fica homologado o parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Chapadão do Lageado – SC, instituída através do Decreto 087/2017conforme preceitua o art. 4.º da Lei nº0083 de 07.06.99.

Art. 2º Em decorrência do disposto no Art. 1.º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para custear o incentivo econômico citado no parecer a empresa SILVANA HERINGER ME.

Art. 3º As despesas, correrão por conta do orçamento de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 13 de dezembro de 2017.
ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER
Presidente

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 34.899, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456256

DECRETO Nº. 34.899, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Calendário Fiscal do Município de Chapecó para o Exercício de 2018.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e ainda de acordo com a Lei n. 170/83, especialmente os artigos 134, 164, 174, 180, 191, 196, 206 e 299 e suas alterações posteriores, o artigo 4º da Lei n. 3.819/98, o artigo 1º da Lei Complementar nº 122/2001 e o § 2 do artigo 1º da Lei Complementar n. 497/2012, e as Leis Complementares nº. 515/2013, nº 539/2014 e nº 516/2013.

DECRETA :

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal, definindo tributos, o seu parcelamento, as suas datas de vencimento para recolhimento e outras disposições correlatas para processamento e efetivação da arrecadação dos tributos municipais no exercício de 2018, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para a satisfação do crédito tributário, objeto do presente Decreto, ficam automaticamente sujeitos à atualização monetária, juros de mora e penalidades previstas na legislação tributária, bem como a inscrição do crédito tributário em dívida ativa dos contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Para efeito de recolhimento dos tributos ou penalidades previstas na legislação tributária, lançados de ofício em Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, instituída pela Lei Complementar nº 113/2000, far-se-á conversão para Real, mediante a multiplicação da respectiva quantidade de UFRM lançada pelo valor desta, vigente na data do pagamento, desde que os respectivos créditos tributários sejam pagos nos prazos originais de vencimento, conforme previsto no Calendário Fiscal.

Parágrafo único. Para os créditos tributários não pagos nos prazos previstos na legislação tributária pertinente, aplica-se a atualização monetária pela variação da UFRM, a partir da data de vencimento ou quando for o caso a partir do mês de ocorrência do fato gerador até a data do respectivo pagamento, sem prejuízo da multa e juros de mora e demais acréscimos legais previstos na legislação pertinente.

Art. 4º Os tributos que são lançados por homologação serão recolhidos até a data do vencimento, pelo valor apurado em Real nessa operação e após o vencimento serão atualizados monetariamente pela variação da UFRM entre a data do vencimento ou do mês de ocorrência do fato gerador e a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da multa e juros de mora e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária.

Art. 5º Serão aceitos os pedidos de revisão do cadastro imobiliário, protocolados até 09 de março de 2018, cujas alterações apuradas surtirão efeitos a partir do exercício de 2018.

Parágrafo único. Não serão cobradas taxas de protocolo de solicitação de devolução de valores pagos em duplicidade, por erro de lançamento, e pedidos de isenção e remissão.

Art. 6º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 5,0000 (cinco) Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o

pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, atendendo o artigo 241, inciso II, da Lei Municipal nº 170/83.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 04 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO FISCAL PARA 2018

I - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS – TCR e CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP.

PARCELAS	VENCIMENTO ATÉ
Cota Única, primeiro vencimento, com 10% (dez por cento) de desconto para o IPTU	09/02/2018(sexta-feira)
Cota Única, segundo vencimento, com 5% (cinco por cento) de desconto para o IPTU	09/03/2018(sexta-feira)
Primeira parcela	09/03/2018(sexta-feira)
Segunda parcela	10/04/2018(terça-feira)
Terceira parcela	10/05/2018(quinta-feira)
Quarta parcela	11/06/2018(segunda-feira)
Quinta parcela	10/07/2018(terça-feira)
Sexta parcela	10/08/2018(sexta-feira)
Sétima parcela	10/09/2018(segunda-feira)
Oitava parcela	10/10/2018(quarta-feira)
Nona parcela	12/11/2018(segunda-feira)
Décima parcela	10/12/2018(segunda-feira)

II - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

Mês de Competência	Lançamento por Homologação	Lançamento de ofício em UFRM
Janeiro	20/02/2018	31/01/2018
Fevereiro	20/03/2018	28/02/2018
Março	20/04/2018	29/03/2018
Abril	21/05/2018	30/04/2018
Maio	20/06/2018	30/05/2018
Junho	20/07/2018	29/06/2018
Julho	20/08/2018	31/07/2018
Agosto	20/09/2018	31/08/2018
Setembro	22/10/2018	28/09/2018
Outubro	20/11/2018	31/10/2018
Novembro	20/12/2018	30/11/2018
Dezembro	21/01/2019	28/12/2018

III – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA – TLLP e TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO (FUNREBOM) Vencimento até 09 de fevereiro de 2018

IV – TAXA DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA – TAVS Vencimento até 29 de março de 2018

V – Os tributos não constantes do Calendário Fiscal serão recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

DECRETO Nº. 34.901, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456258

DECRETO Nº. 34.901, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização de permissão para exploração de serviço de táxi adaptado para o transporte de pessoas com deficiência.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77, mais o que estabelece a alínea "a", do inciso XXXI e inciso XXXII, ambos do artigo 10, todos da lei Orgânica do Município de Chapecó e ainda o que dispõe a Lei Ordinária Municipal nº 4.913, de 12 de dezembro de 2005 e

CONSIDERANDO o ofício nº 00287/SEDEMOB/TRANSP/2017,

DECRETA :

Art. 1º. Fica permitido ao Sr. MAURO ANTONIO DE OLIVEIRA, CPF 746.711.979-87, a explorar o serviço de táxi adaptado para o transporte de pessoas com deficiência, conforme as disposições constantes no Edital de Concorrência nº 173/2016 e Contrato nº 607/2017.

Art. 2º. A permissão que trata o presente Decreto será exercida através da categoria de Ponto de Serviço Livre, conforme dispõe o inciso I do art. 20 da Lei Ordinária Municipal nº 4.913, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.902, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456259

DECRETO Nº. 34.902, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos de Decreto Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. A alínea "e" do inciso III do artigo 1º, do Decreto nº. 32.754, de 14 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

III -

e) Clovis Marinello - Membro;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.906, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456260

DECRETO Nº. 34.906, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Fixa a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM para o Exercício de 2018.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o artigo 4º da Lei Complementar nº 247, de 19 de dezembro de 2005 e,

CONSIDERANDO a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE, no período compreendido entre 1º de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017, equivalente a 1,9448% (um virgula noventa e quatro quarenta e oito por cento),

DECRETA :

Art. 1º Fica fixada a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 4,0477(quatro reais, e zero, quatrocentos e setenta e sete décimos de milésimos de real).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.907, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456261

DECRETO Nº. 34.907, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre recesso das atividades do Restaurante Popular - Bandeirão e do Restaurante Popular da Efapi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto no Ofício nº. 390/2017 da Secretaria de Assistência Social,

DECRETA :

Art. 1º. Fica determinado recesso das atividades do Restaurante Popular - Bandeirão e do Restaurante Popular da Efapi, no período compreendido de 20 de dezembro de 2017 a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.908, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456263

DECRETO Nº. 34.908, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre recesso das atividades e fixação de horários de atendimento de espaços públicos vinculados a Secretaria de Cultura - SECUL e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. Fica determinado recesso das atividades da Escola de Artes de Chapecó no período compreendido de 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. O horário de funcionamento da Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2017, será das 13h00min às 19h00min, de segundas a sextas-feiras.

Art. 3º. O horário de funcionamento do Museu da História e Arte de Chapecó, Museu Antonio Selistre de Campos, Galeria de Artes "Dalme Marie Grando Rauen" e do Memorial Paulo de Siqueira, no período de 08 de janeiro de 2018 a 15 de fevereiro de 2018, será das 13h00min às 19h00min, de segundas a sextas-feiras

Art. 4º. O horário de funcionamento do CEU - Centro de Artes e Esportes Unificado, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, será das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 21h00min, de segundas a domingo.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.909, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456264

DECRETO Nº. 34.909, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Disciplina a expedição e o uso de Carteira de Identidade Funcional de Auditor de Tributos, de Fiscal de Tributação II, de Fiscal de Tributação I e de Fiscal de Tributos II do Município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº 132, de 05 de dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 553, de 24 de setembro de 2015, e disposto na Lei Complementar nº 481, na Lei Municipal nº 170 de 20 de outubro de 1983 e no código Tributário Nacional, Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e

CONSIDERANDO o objetivo de propiciar maior segurança no exercício fiscal fazendário, no que concerne à identificação dos servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de definir normas sobre o uso público de distintivo e de carteira funcional dos cargos códigos: 5.5.14, 5.5.13, 4.5.13 e 3.12.41 lotados na Receita Municipal,

DECRETA :

Art. 1º O distintivo e a carteira de funcional de Auditor de Tributos, de Fiscal de Tributação II, de Fiscal de Tributação I e de Fiscal de Tributos II são símbolos privativos desses cargos da Secretaria da Fazenda em atividade, regulado o seu uso na forma deste Decreto.

§1º No exercício das funções de fiscalização, do Auditor de Tributos, do Fiscal de Tributação II, do Fiscal de Tributação I e do Fiscal de Tributos II serão identificados pela carteira funcional e/ou pelo distintivo.

§2º O distintivo de Auditor de Tributos, de Fiscal de Tributação II,

de Fiscal de Tributação I e de Fiscal de Tributos II serão confeccionados em metal levemente abaulado, na cor dourada e preta, contendo no anverso o Brasão do Município, com a denominação "FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA" em sua parte inferior e superior, conforme ANEXO I.

§3º A carteira de funcional, ANEXO II, terá o Brasão do Município.

§4º A carteira de identidade funcional deverá ser devolvida para guarda ou inutilização, no Departamento de Fiscalização, sob as penas da lei, na exoneração, na aposentadoria ou na demissão do cargo efetivo.

§5º A carteira de funcional tem fé pública em todo território nacional, conforme inciso V do art. 2º da Lei Federal nº 12.037 de 1º de outubro de 2009.

§6º O distintivo será fixado na veste do Auditor de Tributos, do Fiscal de Tributação II, de Fiscal de Tributação I e do Fiscal de Tributos II da Receita Municipal, mediante presilha própria, em local de fácil visualização, devendo ser usado no cinto do lado direito, ou no lado esquerdo da camisa ou dependurado no pescoço, à altura do peito, por corrente metálica a ser fornecida juntamente com o distintivo.

§7º Será obrigatória a utilização do distintivo pelo Auditor de Tributos, pelo Fiscal de Tributação II, pelo Fiscal de Tributação I e pelo Fiscal de Tributos II da Receita Municipal, no exercício de suas atividades EXTERNAS e facultado nas INTERNAS, conforme dispõe o parágrafo anterior, salvo quando a necessidade do serviço exija sua ocultação.

Art. 2º A confecção dos distintivos e das carteiras funcionais de Auditor de Tributos, de Fiscal de Tributação II, de Fiscal de Tributação I e de Fiscal de Tributos II da Receita Municipal, os encargos e suas despesas, ficarão a cargo desta Municipalidade, sob cautela, aos integrantes das carreiras de fiscalização tributária que compõem a Secretaria de Fazenda.

Art. 3º O Auditor de Tributos, o Fiscal de Tributação II, o Fiscal de Tributação I e o Fiscal de Tributos II, quando cedido a outro órgão ou licenciado para tratar de interesse particular, deverá devolver o respectivo distintivo à Secretaria de Fazenda, que providenciará a sua guarda enquanto for necessária.

Art. 4º A entrega de um novo distintivo estará condicionada à devolução do anterior ou à apresentação de Boletim de Ocorrência, em caso de extravio, roubo ou furto.

§1º No caso de extravio o custo de um novo distintivo e/ou da carteira de identidade funcional ficará a cargo do servidor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS DO DISTINTIVO

1- Descrição: Distintivo no formato OVAL, medindo 45 x 60 mm, recoberto de Bronze e couro, por processo galvânico, com posterior aplicação de resinas, com pigmentos coloridos e transparentes. A descrição "FISCALIZAÇÃO" na parte superior e "TRIBUTÁRIA" na parte inferior, conforme FOTO 1) e brasão do município conforme modelo FOTO 2).

FOTO 1) FOTO 2)

ANEXO II

CARACTERÍSTICAS DA CARTEIRA FUNCIONAL

Descrição: Carteira em couro e PVC cristal transparente aplicado à janela, no verso da aba, para colocação do distintivo, bem como no

porta documento; acabamento com costura aparente (linha resistente, na cor do couro = preta – ref. PANTONE BLACK). O distintivo “Brasão do Município” metálico, em forma de “plaqueleta”, deverá ser embutido na aba destinada ao mesmo.; Visão externa da frente (todos os itens em baixo relevo no couro) “FISCALIZAÇÃO”, escrito na parte superior e na parte inferior o texto “TRIBUTÁRIA”, e logo abaixo “FISCALIZAÇÃO”, ambos em linha reta com letras pretas e placa de latão em dourado. BRASÃO DO MUNICÍPIO, na cor dourada e preta, logo abaixo da inscrição superior. Visão interna da Carteira/porta documento “FISCALIZAÇÃO”, escrito na parte superior e na parte inferior o texto “TRIBUTÁRIA”, em linha reta, com letras pretas e placa dourada.

EXTRATO DE CONTRATO DE PARCERIA Nº. 001/2017

Publicação Nº 1456265

EXTRATO DE CONTRATO DE PARCERIA Nº. 001/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE CHAPECÓ e INCORPORADORA NOSTRA CASA LTDA

OBJETO – O MUNICÍPIO, legítimo proprietário do imóvel localizado no Centro, Rua Marechal Floriano Peixoto esquina com a Rua Condá, nesta cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, com matrícula do imóvel nº. 6.697, autoriza o PARCEIRO a desenvolver projeto de ajardinamento com edificações, em uma área de 1.286,00m² (um mil e duzentos e oitenta e seus metros quadrados), dentro de uma área maior, conforme mapas e projeto anexo ao presente Contrato, dentro do Programa “Chapecó Mais Bonita”, criado pela Lei nº. 5.239, de 28 de agosto de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº. 18.793, de 20 de agosto de 2008.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Contrato de Parceria será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo e ficando renovado automaticamente a cada ano, caso não haja restrição de qualquer das partes.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 01 de Dezembro de 2017 – LUCIANO JOSÉ BULIGON - Prefeito de Chapecó e PABLO DÁVI - Incorporadora Nostra Casa Ltda.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Publicação Nº 1456268

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 150/2017

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Programa Viver Ações Sociais

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 151/2017, tem por objeto destinar recursos para manutenção e continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 90 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade social.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 12 de Dezembro de 2017 – Marcos Alberto Giovanoni, Diretor Geral de Gestão Administrativa, Marlene Lucia Somensi, Presidente da Entidade.

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 151/2017

ENTIDADE: Programa Viver Ações Sociais

JUSTIFICATIVA: A Dispensa se justifica no Inciso II do Artigo 31 e Inciso I do parágrafo 3º do Artigo 12 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se o disposto no Artigo 26 da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, combinado com a Lei Municipal Nº. 7.029, de 14 de Setembro de 2017, que dispõe sobre a aprovação da liberação dos recursos pelo Legislativo Municipal.

DO VALOR: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 12 de Dezembro de 2017 – Osmar Buss, Diretor de Captação de Recursos.

LEI Nº. 7.068, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456269

LEI Nº. 7.068, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 6.278/2012.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 04 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.069, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456271

LEI Nº. 7.069, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a padronização das cores dos prédios públicos do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído um sistema de padronização das cores dos prédios das repartições públicas com as cores verde e branca do Município de Chapecó.

Parágrafo único. Os prédios públicos que não estão em conformidade com a presente Lei, serão padronizados quando houver a necessidade de nova pintura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 04 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.070, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456273

LEI Nº. 7.070, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Declara de utilidade pública a Associação de Triathlon do Velho Oeste.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Triathlon do Velho Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.902.311/0001-77, com sede e foro jurídico no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.071, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456275

LEI Nº. 7.071, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Ivanil Dias Pedroso, a atual Servidão 4, situada entre as quadras 2589 e 2590, no loteamento Popular I, Vila Páscoa, Bairro Efapi, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.072, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456276

LEI Nº. 7.072, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Domingos Danilo Minozzo, a atual Rua A, situada entre as quadras 2144A, 5096, 5100, 5101, 5296 e 5297, no loteamento Recanto, Bairro Boa Vista, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.073, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456279

LEI Nº. 7.073, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Parque Farroupilha de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Parque Farroupilha de Chapecó, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.616.568/0001-50, com sede e foro jurídico no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.074, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456280

LEI Nº. 7.074, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Amadeu Ramão Pinheiro, a atual Rua "K", situada entre as quadras 4671 e 5293, do Loteamento Horizontes Azuis III, Bairro Santo Antonio, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.075, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456282

LEI Nº. 7.075, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto à Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), observadas as disponibilidades legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados com os recursos provenientes do BNDES e com os recursos próprios de contrapartida, quando for o caso, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.076, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456284

LEI Nº. 7.076, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre Cessão de Uso de bem móvel ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - 2º Batalhão de Polícia Militar/Fronteira e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - 2º Batalhão de Polícia Militar/Fronteira, do seguinte bem móvel:

I - 01 (um) veículo Renault Duster 20 D 4X2 A, ano/modelo 2017/2017, cor branca, Renavan 1128685750, Chassi 93YHSR-3JAHJ752951, placas QIV1276, com todos os equipamentos obrigatórios.

§ 1º A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º A Cessão de Uso de que trata a presente Lei dar-se-á a título gratuito e destinar-se a utilização por parte do 2º Batalhão de Polícia Militar/Fronteira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.077, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456285

LEI Nº. 7.077, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre alienação de bem imóvel e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar alienação onerosa do lote urbano nº 07 da quadra 2587, do Loteamento Popular I, com área de 210,00m² (duzentos e dez metros quadrados), descrito na matrícula imobiliária nº 31.049 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó de propriedade do Município de Chapecó, avaliado em R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), conforme avaliação anexa.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir por meio de alienação onerosa, mediante contrato habitacional, o imóvel descrito no artigo 1º desta Lei, para fins de desenvolvimento do Programa de Habitação Popular, destinado a família devidamente cadastrada na Diretoria de Habitação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.078, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456286

LEI Nº. 7.078, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Ernesta Pedrou Cortellini, a atual

Rua "B", situada entre as quadras 5285, 5286, 5287 e 5288, do Loteamento Dom Pascoal, Bairro Dom Pascoal, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.079, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456287

LEI Nº. 7.079, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Denomina Estrada Municipal de Chapecó – EMC 119.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Estrada Municipal João Pedro Alberti, o trecho da Estrada Municipal de Chapecó - EMC 119, iniciando no Loteamento Panamá até o seu final.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 7.080, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456288

LEI Nº. 7.080, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui o Dia Municipal de luta pelo fim da violência contra a mulher.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no município o Dia Municipal de luta pelo fim da violência contra a mulher, a ser celebrado anualmente no dia 25

de novembro.

Parágrafo único. Nesta data poderão ser desenvolvidas ações de cunho educacional, cultural e preventivo que visem o combate à violência através do alerta sobre o problema e a luta pelo direito ao respeito à vida, à dignidade e à cidadania.

Art. 2º A data fica incluída no calendário oficial de eventos do Município de Chapecó.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

RESUMO DE DECRETOS 14/12/2017

Publicação Nº 1456291

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
34890	01/12/2017	Cessa os efeitos do Decreto nº. 26.264, de 13 de agosto de 2012, que concedeu aposentadoria voluntária por Tempo de Contribuição à servidora público municipal JUSTINA INÊS LANZARIN tendo em vista o seu falecimento em 19 de novembro de 2017 e não deixou dependentes
34891	01/12/2017	Exoneração de CELSO LEMOS DOS SANTOS
34892	01/12/2017	Exoneração de JUAREZ JOSÉ BONGIORNO
34893	01/12/2017	Nomeação de JUAREZ JOSÉ BONGIORNO
34894	01/12/2017	Nomeação de GILBERTO CEBULSKI
34895	01/12/2017	Nomeação de PLÍNIO VEZARO
34896	01/12/2017	Nomeação de EDUARDO CENCI
34897	01/12/2017	Cessa os efeitos do Decreto nº. 1.187, de 31 de julho de 2006, que concedeu pensão por morte a SELMA EMA AUGUSTA PIMMEL, pelo falecimento do Servidor Público Municipal TEOBALDO ALEXANDRE PIMMEL, tendo em vista falecimento da pensionista em 20 de agosto de 2017 e não deixou dependentes

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 DE 2017

Publicação Nº 1456849

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 41/2017

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Lancer Soluções em Informática LTDA

Objeto: Direito de uso mensal do sistema legislador de apoio ao poder legislativo, de propriedade da contratada, incluindo-se a manutenção e o suporte do mesmo.

Valor/Ano: R\$ 7.908,00 (sete mil e novecentos e oito reais)

Vigência: De 01/01/2018 a 31/12/2018.

Chapecó-SC, 13 de dezembro de 2017.

Valmor Junior Scolari

Presidente

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42 DE 2017

Publicação Nº 1456848

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 42/2017

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Lancer Soluções em Informática LTDA

Objeto: Direito de uso mensal do Sistema Legislador Web, de propriedade da CONTRATADA, incluindo-se a manutenção e o suporte do mesmo.

Valor/Ano: R\$ 6.708,00 (seis mil e setecentos e oito reais)

Vigência: De 01/01/2018 a 31/12/2018.

Chapecó-SC, 13 de dezembro de 2017.

Valmor Junior Scolari

Presidente

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43 DE 2017

Publicação Nº 1456844

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 43/2017

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Lancer Soluções em Informática LTDA

Objeto: Direito de uso mensal do sistema legislador ao vivo, de propriedade da contratada, incluindo-se a manutenção e o suporte do mesmo.

Valor/Ano: R\$ 7.980,00 (sete mil e novecentos e oitenta reais)

Vigência: De 01/01/2018 a 31/12/2018.

Chapecó-SC, 13 de dezembro de 2017.

Valmor Junior Scolari

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL N. 005/17

Publicação Nº 1455976

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
EDITAL Nº 005/2017

EXTRATO EDITAL Nº 005/2017 DE PROCESSO SELETIVO

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias e cadastro de reservado excepcional interesse público do quadro de pessoal do município de Cocal do Sul, com atuação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2018, sob Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Municipais de Cocal do Sul e serão contratados pelo Regime Geral da Previdência Social, que regerá pelo edital e demais disposições vigentes, para cargos de Professores (habilitados e não-habilitados) e Orientador Educacional. As inscrições "online" estão abertas no site www.iobv.org.br, no período de 13/12/17 a 02/01/18, as provas estão previstas para o dia 14/01/2018. As informações completas sobre os cargos e cronogramas, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site www.iobv.org.br e no site www.cocaldosul.sc.gov.br e mural oficial do Paço Municipal.

Cocal do Sul, 13 de dezembro de 2017
Ademir Magagnin
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N. 1.389

Publicação Nº 1456138

LEI Nº. 1.389, de 13 de dezembro de 2017.

ALTERA TABELAS CONSTANTES NO ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 872, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE INSTITUI A TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - TLAM E A TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL - TCFAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art.1º Ficam alteradas as Tabelas nºs 02, 03, 04 e 05 constantes no Anexo Único da Lei n. 872, de 28 de dezembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

TABELA Nº 02									
Valores para análise de pedidos de licenças ambientais em UFRM									
1ª subdivisão representa o Porte da Empresa e 2ª subdivisão representa o Potencial Poluidor									
LICENÇAS	P.P.	M.P.	P.M.	M.M.	G.P.	P.G.	M.G.	G.M.	G.G.
Tipo	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM
LAP	63,07	92,23	114,38	180,69	210,50	268,74	360,35	413,51	565,58
LAI	157,69	230,57	285,95	451,74	526,25	671,84	900,86	1.033,76	1.413,94
LAO	366,16	431,10	855,29	983,81	1.158,75	1.625,51	2.172,00	2.560,72	3.262,13
TOTAL	586,92	753,90	1.255,62	1.616,24	1.895,55	2.566,09	3.433,21	4.007,99	5.241,65

TABELA Nº 03									
Valores para análise de pedidos de licenças ambientais									
em UFRM para atividades agrícolas, pecuárias e florestais									
1ª subdivisão representa o Porte do empreendimento e 2ª subdivisão representa o Potencial Poluidor									
LICENÇAS	P.P.	M.P.	P.M.	M.M.	G.P.	P.G.	M.G.	G.M.	G.G.
Tipo	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM	UFRM
LAP	55,91	60,79	63,81	106,04	113,39	126,51	168,96	195,61	227,82
LAI	102,87	111,86	117,41	195,11	208,64	232,77	310,88	359,92	419,18



LAO	324,05	352,35	369,85	614,60	657,21	733,23	979,27	1133,74	1320,43
TOTAL	482,83	525,00	551,07	915,75	979,24	1092,51	1459,11	1689,27	1967,43

TABELA Nº 04

Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM

Enquadramento e valores em UFRM

	ABAIXO DE P	P.P.	M.P.	P.M.	M.M.	G.P.	P.G.	M.G.	G.M.	G.G.
TCFAM	22,78	26,14	30,26	37,83	48,73	75,05	151,31	163,47	302,61	453,61

TABELA Nº 05

Valores para análise de pedidos de Autorizações Ambientais, Autorizações de Corte de Vegetação e outros em UFRM

Indicadores	Un. Valor	Descrição								
10,3	UFRM	Autorização para corte de árvores isoladas								
10,3	UFRM	Autorização para poda de árvores								
56,60 UFRM + 0,013 UFRM x Área m²	UFRM	Autorização para supressão de vegetação em área urbana com área útil de até 750,00m²								
100,60 UFRM + 0,12 UFRM x Área m²	UFRM	Autorização para supressão de vegetação em área urbana com área útil acima de 750,00m²								
100,60 UFRM + 0,085 UFRM x Área m²	UFRM	Autorização para supressão de vegetação em área rural								
21,00	UFRM	Análise de projeto e vistoria do sistema de tratamento de esgoto sanitário para construções com até 70,00m²								
0,475 UFRM x Área m²	UFRM	Análise de projeto e vistoria do sistema de tratamento de esgoto sanitário para construções acima de 70,00m²								
100,60 UFRM + 0,15 UFRM x Área m²	UFRM	Autorização de corte de árvores para florestas plantadas em áreas protegidas (APP, UC, etc)								
56,60	UFRM	Autorização Ambiental de terraplanagem, aterro e movimentação de terra para volume de até 150,00m³								
56,60 UFRM + 0,0377 UFRM x Volume m³	UFRM	Autorização Ambiental de terraplanagem, aterro e movimentação de terra para volume acima de 150,00m³								
0,475 UFRM x Área m²	UFRM	Autorização Ambiental para condomínio de casas ou edifícios residenciais com até 9 (nove) unidades habitacionais								
126,7	UFRM	Autorização Ambiental para atividades diversas								
23,54	UFRM	Autorização Ambiental para construção de açudes (menor que 3ha. de área de inundação)								
18,9	UFRM	Autorização Ambiental para limpeza de açude								
18,9	UFRM	Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental								
18,9	UFRM	Declarações Ambientais diversas								
141,39	UFRM	Autorização Ambiental para desmembramento em área urbana com área de até 1.100,00m²								
141,39 UFRM + 0,05 UFRM x Área m²	UFRM	Autorização Ambiental para desmembramento em área urbana com área acima de 1100,00m²								
18,9	UFRM	Vistoria técnica								
10,3	UFRM	Segunda via de licença/autorização ambiental								

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.390

Publicação Nº 1456139

LEI Nº. 1.390, de 13 de dezembro de 2017.

DEFINE E REGULAMENTA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Cocal do Sul, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei Federal nº 12.435, de 2011).

§ 1º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 3º Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

§ 4º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

§ 5º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 6º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, adolescente, jovens, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 7º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por assistente social.

Art. 3º A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme § 6º do Art. 2º.

§ 1º Para cálculo da renda per capita será considerado:

a) Rendimento da Família: folha de pagamento (salário bruto), declaração de trabalho autônomo/informal, comprovante de aposentadoria ou pensão por morte ou invalidez, pensão alimentícia, valores recebidos pelos Programas Federais, tais como: BPC, seguro desemprego, licença-maternidade e licença saúde.

b) Gastos: Comprovantes de valor de aluguel (contrato e recibo), de financiamento de terreno ou casa, de pagamento de pensão alimentícia e com gastos com medicação (comprovados com receita médica e nota fiscal).

§ 2º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, ou na falta de algum documento, o Assistente Social da equipe de referência ou o Assistente Social responsável pela concessão de benefícios eventuais, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa, a qual deverá constar anexa ao parecer social.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio por natalidade;

II – auxílio por morte;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º O benefício pode ser solicitado até o 30º dia após o nascimento.

§ 2º São documentos essenciais para concessão do auxílio por natalidade:

I - certidão de nascimento da criança;

II - comprovante de rendimentos e gastos da família;

III - comprovante de residência;

IV – carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será de 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio por natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g), da Lei de Benefícios da Previdência Social nº. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 7º O auxílio por morte atenderá:

I – despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II – necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – certidão de óbito;

II – comprovante de residência;

III - comprovante de rendimentos e gastos da família;

IV - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral ao município.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º Referente ao § 3º e § 4º o município poderá arcar com 100% dos custos.

§ 6º O valor conferido ao auxílio funeral para o ano de 2018 será de R\$ 700,00(setecentos reais), para o ano de 2019 será de R\$ 970,00(novecentos e setenta reais) e para o ano de 2020 será de R\$ 1.200,00(um mil e duzentos reais).

Art. 8º Os benefícios por natalidade e por morte podem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau, ou pessoa autorizada mediante declaração.

Art. 9º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de alimentação;

II - da falta de documentação;

III – da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – comprovante de residência;

II – comprovante de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

Art. 10. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I – comprovante de residência;

II– comprovante de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 11. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV - divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

V - encaminhar, ao CMAS relatório anual de gestão dos benefícios eventuais.

Art. 12. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete:

a) acompanhar periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio de relatório fornecido pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência.

c) fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do estado título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e

d) as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 13. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso (Redação dada pela Resolução CNAS nº 39, de 2009).

Art. 14. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social (Redação dada pela Resolução CNAS nº 39, de 2009).

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 967, de 04 de novembro de 2009 e a Lei n. 982, de 18 de março de 2010.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.391

Publicação Nº 1456141

LEI N. 1.391, de 13 de dezembro de 2017.

ALTERA REDAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 1º, DA LEI Nº. 449, DE 18 DE ABRIL DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do art. 1º, da Lei n. 449, de 18 de abril de 2001, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a formar consórcio com outros Municípios objetivando a instalação de uma central de tratamento comum para o destino final dos resíduos sólidos urbanos e hospitalares e realização de infraestrutura rodoviária urbana e rural e instalação de usina de beneficiamento de asfalto e britagem recolhidos em seus respectivos territórios.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.392

Publicação Nº 1456142

LEI N. 1.392, de 13 de dezembro de 2017.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Manutenção dos ESF's	2.021	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0037	Aplicações diretas	390.000,00
TOTAL R\$		390.000,00

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzida no mesmo orçamento as seguintes dotações:

SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS, EIDIF, SAN. REF, TRANSP.SERV.P		
ÓRGÃO	09	
Infraestrutura de águas e saneamento	1.031	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	290.000,00

SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO, TURISMO E COMUNIC.		
ÓRGÃO	10	
Incentivo ao Desenv. Turístico e Geração de Renda	2.050	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	100.000,00

TOTAL R\$ 390.000,00.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 13 de dezembro de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.393

Publicação Nº 1456143

LEI N. 1.393, de 13 de dezembro de 2017.

REVOGA INCISO IV DO ARTIGO 1º DA LEI 230/1996, DE 21 DE JUNHO DE 1996.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. Fica revogado o inciso IV do artigo 1º da Lei 230, de 21 de junho de 1996.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se inciso IV do art. 1º da Lei 230/1996.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de dezembro de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUMDEAGRO Nº 18/2017

Publicação Nº 1455676

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUMDEAGRO Nº 18/2017

O Município de Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, senhor Mauro Martini, declara como inexigível o chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, a favor da Associação de Moradores Lajeado Guilherme, inscrita no CNPJ sob nº 01.377.790/0001-91, representada pelo seu Presidente, senhor ALCEMAR PRIOR, inscrito no CPF sob nº 526.129.459-20 residente em Concórdia, SC.

O objeto da inexigibilidade é o repasse de equipamentos e transferência de recursos financeiros, visando auxiliar no desenvolvimento agropecuário e atividades rurais alternativas do Município, com o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas dos agricultores.

O valor a ser repassado para execução do objeto da Parceria, é na ordem de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em 2 parcelas, da seguinte forma:

- Primeira Parcela: R\$ 9.000,00, na assinatura do Termo de Colaboração;
- Segunda Parcela: R\$ 9.000,00, prevista para março de 2018.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Colaboração, se encontram descritos na justificativa nº 09/2017, parte integrante do processo, sendo publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 13 de setembro de 2017, Edição nº 2338, página 221, não havendo impugnação.

Face ao disposto no art. art. 31, II, da Lei nº 13.019/2014 e alterações, proceda-se com a devida publicidade, para posterior formalização do Termo de Colaboração.

Concórdia, SC, 16 de novembro de 2017.

Mauro Martini

Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUMDEAGRO Nº 19/2017

Publicação Nº 1455685

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUMDEAGRO Nº 19/2017

O Município de Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, senhor Mauro Martini, declara como inexigível o chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, a favor da Associação de Moradores de Terra Vermelha inscrita no CNPJ sob nº

00.258.091/0001-60, representada pelo seu Presidente, senhor ADILOR ANTÔNIO ZUCHI, inscrito no CPF sob nº 893.301.709-78, residente em Concórdia, SC.

O objeto da inexigibilidade é o repasse de equipamentos e transferência de recursos financeiros, visando auxiliar no desenvolvimento agropecuário e atividades rurais alternativas do Município, com o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas dos agricultores.

O valor a ser repassado para execução do objeto da Parceria, é na ordem de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), em 2 parcelas, da seguinte forma:

- Primeira Parcela: R\$ 22.000,00, na assinatura do Termo de Colaboração;
- Segunda Parcela: R\$ 22.000,00, prevista para março de 2018.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Colaboração, se encontram descritos na justificativa nº 04/2017, parte integrante do processo, sendo publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 13 de setembro de 2017, Edição nº 2338, página 220, não havendo impugnação.

Face ao disposto no art. art. 31, II, da Lei nº 13.019/2014 e alterações, proceda-se com a devida publicidade, para posterior formalização do Termo de Colaboração.

Concórdia, SC, 16 de novembro de 2017.

Mauro Martini

Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCURSO Nº 11/2017 - FMC

Publicação Nº 1456270

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2017

Objeto: A Fundação Municipal de Cultura, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Abramo Eberle, 322, Centro, através de seu Diretor Superintendente, Júlio Gomes, torna pública a realização do "Concurso Público das Escolas de Samba do Carnaval de Rua 2018", que será realizado no dia 10 de fevereiro de 2018, às 20h30 (vinte horas e trinta minutos), em avenida instalada no Parque Municipal de Exposições, de acordo com as instruções deste Edital e do Regulamento dos Desfiles (Anexo I). O presente concurso tem por finalidade valorizar as agremiações carnavalescas formalmente constituídas como entidades civis sem fins lucrativos e voltadas às manifestações sociais e culturais que lhes são próprias, sediadas neste Município

Inscrições: As inscrições são gratuitas e estarão abertas no período de 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, mediante Requerimento de Inscrição à Fundação Municipal de Cultura (Anexo II), acompanhado dos documentos exigidos no Edital.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br.

Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, sito a Rua Abra-mo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248, em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaad-ministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 13 de dezembro de 2017.

JÚLIO GOMES

Diretor-Superintendente da FMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1456478

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de instalação elétrica, para prestação dos serviços de adequação da iluminação do Estádio Municipal Domingos Machado de Lima, com fornecimento de material, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 12/01/2018.

Abertura: dia 15/01/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 12 de dezembro de 2017.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017 – PMC - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1456386

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017 - PMC
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de entrega de notificações de dívida ativa, aos contribuintes em débito com o Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 25/01/2018.

Abertura: dia 25/01/2018 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na

Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 12 de dezembro de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZZOCO

Secretário Municipal de Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017 – PMC - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1456389

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017 - PMC
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços de controle de acesso e manutenção das instalações administrativas do Aterro Sanitário do Município de Concórdia, SC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 11/01/2018.

Abertura: dia 11/01/2018 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 13 de dezembro de 2017.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 57/2017 – PMC - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1456135

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017 - PMC
Contratação de Serviços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas, transporte de calcário/cascalho, guincho, guindaste com cesta aérea e guindaste com munc, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/01/2018.

Abertura: dia 08/01/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 13 de dezembro de 2017.

MAURO MARTINI

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 18/2017

Publicação Nº 1455570

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 18/2017

O Município de Concórdia, pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, considerando a CI SEMED 1633, protocolizada em 7 de dezembro de 2017,

torna pública a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 12/2017, de 3 de outubro de 2017 e alterações, conforme Anexo Único deste Edital.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 7 dias do mês de dezembro de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Obs. O anexo encontra-se à disposição, na Secretaria Municipal de Administração – protocolo nº 17344/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 745

Publicação Nº 1456761

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 745, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas à utilização do espaço e o bem-estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas à utilização do espaço e o bem-estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280. Os estabelecimentos comerciais, inclusive os escritórios comerciais ou de prestação de serviços, as seções de vendas a varejo dos estabelecimentos industriais, os depósitos e os demais estabelecimentos que tenham fins comerciais, poderão funcionar, para atendimento ao público, de segunda a domingo, no horário das 6h às 22h, sem prejuízo do funcionamento nas seguintes exceções:

I – bares, lanchonetes, churrascarias, restaurantes e padarias com ou sem restaurantes, até às 2h, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

II – danceterias, casas de espetáculos e similares:

a) de segunda a quinta-feira e aos domingos, até às 2h;

b) nas sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, até às 4h;

III – locadoras de vídeo e cinemas, aos sábados e domingos das 6h às 23h59min;

IV – lojas de conveniência, indústrias e empresas que prestem serviços de rastreamento, vigilância, monitoramento e similares, vinte e quatro horas, todos os dias;

V – farmácias, no horário regulamentado por lei própria;

VI – feiras e exposições, dentro do horário definido na licença para a realização do evento, sendo permitido, no máximo:

a) de segunda a quinta-feira e domingo até às 23h59min;

b) nas sextas-feiras e sábados até às 2h.

§ 1º Os postos de combustível estão sujeitos a horários previstos em portaria do Ministério de Minas e Energia.

§ 2º As empresas do ramo da construção civil, estão sujeitas ao disposto na Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações.

§ 3º Nos feriados, para as atividades de comércio em geral, observar-se-á o disposto no art. 6º-A da Lei Federal nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Federal nº 11.603, de 5 de dezembro de 2007, exceto às atividades descritas no item 15 do Anexo do Decreto Federal nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, alterado pelo Decreto Federal nº 9.127, de 16 de agosto de 2017.

§ 4º Para as atividades acima não especificadas, o Poder Executivo, por decreto, disciplinará seu horário de funcionamento, após análise ou parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.
MAYARA AMPESE
Diretora Administrativa

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONVITE Nº 1/2017 IPRECON**

Publicação Nº 1455606

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2017 – IPRECON
EDITAL DE CONVITE Nº 1/2017 – IPRECON

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada para efetuar consultas e avaliações médicas em segurados do IPRECON, com emissão de atestados e laudos médicos, através de profissionais devidamente habilitados na área médica.

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e do Envelope 02 – PROPOSTA DE PREÇO dar-se-á até às 9h do dia 22.12.2017, no Setor de Protocolo do IPRECON.

Sessão de abertura: dia 22.12.2017, às 9h30min, na sede do IPRECON.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no IPRECON e no site www.concordia.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na sede do Instituto, situado na Rua Marechal Deodoro, 772, sala 4, Edifício Mirage Offices, Centro, Concórdia, SC, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h ou pelos telefones (49) 3444 8384 ou 3442 3149.

Concórdia, SC, 13 de dezembro de 2017.
LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

PORTARIA Nº 71/2017 - IPRECON

Publicação Nº 1455579

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 71/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora VERA LÚCIA MARIA UBERTI PELLIZZARO.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 13 de dezembro de 2017, à servidora VERA LÚCIA MARIA UBERTI PELLIZZARO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.10, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 39020-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 13 de dezembro de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC.127/2017

Publicação Nº 1455744

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação coforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº61/2017

JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

PROCESSO: 127/2017

SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR, ESPORTIVO E DE TRABALHO.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$176.073,25(Cento e setenta e seis mil setenta e três reais e vinte e cinco centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: LOTE 01: RAJU INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP no valor de R\$87.500,00, LOTE 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 12 E 15: NODHICE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA no valor de R\$66.384,80, LOTE 04, 11, 13: KELI CRISTINA DALLA RIVA 01028800932 no valor de R\$17.390,00, LOTE 08: DIRCEU JOÃO BUSSAQUERA-ME no valor de R\$1.710,00, LOTE 14: ELIAS RAFAEL FRITZEN-ME no valor de R\$3.088,45 adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 11 de Dezembro de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 101/2017

Publicação Nº 1455456

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº101/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº101/2017

Contratado: VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA/LIVROS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS.

Valor: R\$ 6.986,00 (seis mil novecentos e oitenta e seis reais)

Vigência: 31/12/2017.

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2017

Publicação Nº 1457098

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 02/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DAS COBERTURAS E ARQUIBANCADAS DAS QUADRAS ESPORTIVAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SIMÕES LOPES E INÊS DOMINGAS TONON TASSONIERO.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Valor da garantia: 19.850,89 (dezenove mil oitocentos e cinquenta reais com oitenta e nove centavos).

Entrega dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 05/01/2018

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 05/01/2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 13 de dezembro de 2017

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 293/2017

Publicação Nº 1456175

DECRETO Nº. 293, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os Servidores Públicos Municipais, ocupantes de cargo de provimento Temporário de Estagiários, enquadrados na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 15 de Dezembro de 2017:

NOME	CARGO	Carga Horaria
Navajã de Souza	Estagiário	30 horas
Rosiana Maria Grotto	Estagiário	30 Horas
Gisele Ghidini Boscatto	Estagiário	30 Horas
Dhjovana Fin	Estagiário	30 Horas
Dalva Cristina Machado	Estagiário	30 Horas
Carlos Alexandre Picchi	Estagiário	30 Horas
Dieneffer de Oliveira	Estagiário	30 Horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de Dezembro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

ERRATA Nº 033/2017

Publicação Nº 1456206

ERRATA Nº 033/2017 REFERENTE À PORTARIA Nº. 168, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria nº 168, de 24 de Novembro de 2017, a qual onde lê-se:

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/12/2017 à 13/01/2018.

Leia-se:

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 18/12/2017 à 16/01/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 034/2017

Publicação Nº 1456209

ERRATA Nº 034/2017 REFERENTE À PORTARIA Nº. 169, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria nº 169, de 24 de Novembro de 2017, a qual onde lê-se:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 15 de Dezembro á 13 de Janeiro de 2018.

Leia-se:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 18 de Dezembro á 16 de Janeiro de 2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 035/2017

Publicação Nº 1456214

ERRATA Nº 035/2017 REFERENTE À PORTARIA Nº. 170, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria nº 170, de 24 de Novembro de 2017, a qual onde lê-se:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 15 (quinze) dias, com gozo a partir do dia 15 de Dezembro á 29 de Dezembro de 2017.

Leia-se:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 15 (quinze) dias, com gozo a partir do dia 18

de Dezembro á 01 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178/2017

Publicação Nº 1456178

PORTARIA Nº. 178 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 107 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Paternidade ao Servidor Público Municipal Sr. Cleirton Getulio de Quadros kielb, ocupante dos Cargos em comissão de Diretor Geral de Finanças e Contabilidade, por um período de 05 (cinco) dias úteis, a partir do dia 09/12/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 11 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secr. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 179/2017

Publicação Nº 1456179

PORTARIA Nº 179, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 104 da Lei Complementar nº 040/2014 de 29/04/2014 e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando Certidão de Nascimento com data de dia 08 de Dezembro de 2017;

CONCEDE:

Art. 1º Licença Gestante à Servidora Pública Municipal, Senhora Lediane Marin Toigo , ocupante do Cargo de Professora, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 08 de Dezembro de 2017 a 05 de Junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario de Administração Planejamento e Finanças

Correia Pinto

PREFEITURA

RESULTADO FINAL LEILÃO 59/2017 PMCP

Publicação Nº 1456842

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017

PROCESSO 59/2017 PMCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Objeto: LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE de bens móveis inservíveis, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação. Para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.CORREIAPINTO.SC.GOV.BR. Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Ricardo Norberto Homem CPF: 006.944.829-94

LOTE 01: 01 AUTOMÓVEL VW/GOL, ANO 2002, MODELO 2003, PLACA MCX 2281, RENAVAL 798544988, COR CINZA, GASOLINA. ARRAMATE R\$ 3.600,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Fábio Fritz CPF: 043.168.529-06

LOTE 02: 01 AUTOMÓVEL VW/PARATI 1.6, ANO/MODELO 2009, PLACA MHE 2524, RENAVAL 144928965, COR BRANCO, ÁLCOOL/GASOLINA.

ARRAMATE R\$ 8.500,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Reciclatudo Comércio e Prestadora de Serviços Ltda-ME

CNPJ: 24.796.213/0001-30

LOTE 03: 01 AUTOMÓVEL VW/SANTANA 2.0, ANO 2002, MODELO 2003, PLACA MCL 1178, RENAVAL 791385779, COR PRATA, ÁLCOOL/GASOLINA.

ARRAMATE R\$ 5.000,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Rafael Alves do Carmo CPF: 362.174.358-88

LOTE 04: 01 CAMIONETA VW/KOMBI, ANO/MODELO 1999, PLACA MAP 6625, RENAVAL 721715028, COR BRANCO, GASOLINA.

ARRAMATE R\$ 1.700,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Dionei Pedrotti

CPF: 049.375.649-35

LOTE 05: 01 CAMIONETA FIAT/DOBLO CARGO, ANO/MODELO 2002, PLACA MCI 3577, RENAVAL 790975599, COR BRANCO, GASOLINA.

ARRAMATE R\$ 5.700,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Marcio Jose Coelho da Silva

CPF: 923.487.799-91

LOTE 06: 01 ÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE, ANO/MODELO 1999, PLACA MAN 9831, RENAVAL 713685930, COR BRANCO, DIESEL, 22 LUGARES.

ARRAMATE R\$ 6.000,00.

LOTE 07: 01 ÔNIBUS M. BENZ OF, ANO/MODELO 1980, PLACA AAP 7801, RENAVAL 523754876, COR BRANCO, DIESEL, 37 LUGARES.

ARRAMATE R\$ 3.500,00.

LOTE 08: 01 CAMINHÃO VW/13.130, ANO/MODELO 1983, PLACA MAD 2744, RENAVAL 551192780, COR BRANCO, DIESEL.

ARRAMATE R\$ 9.1000,00.

LOTE 09: SUCATA MOTONIVELADORA HWB 140, ANO 1987.

ARRAMATE R\$ 2.600,00.

LOTE 16: SUCATA DE TELEVISORES. OBS: PREFEITURA, LOTEAMENTO 07.

ARRAMATE R\$ 25,00.

LOTE 18: SUCATA DE FERRO VELHO E OUTROS METAIS.

ARRAMATE R\$ 2.600,00.

LOTE 20: SUCATA DE PNEUS DE VÁRIOS TAMANHOS.

ARRAMATE R\$ 250,00.

LOTE 21: 01 CONVERSOR DE RETROESCAVADEIRA MASSEY FERGUSON.

ARRAMATE R\$ 100,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Sucainfo Com. e Rec. Mat. Info. Ltda-ME

CNPJ: 11.527.836/0001-65

LOTE 12: SUCATA DE INFORMÁTICA. OBS: PREFEITURA, LOTEAMENTO 03.

ARRAMATE R\$ 200,00.

LOTE 14: SUCATA DE ELETRODOMÉSTICOS. OBS: PREFEITURA, LOTEAMENTO 05.

ARRAMATE R\$ 380,00.

LOTE 15: SUCATA DE INFORMÁTICA. OBS: PREFEITURA LOTEAMENTO 06.

ARRAMATE R\$ 130,00.

LOTE 24: SUCATA DE ELETROCARDIOGRAMA.

ARRAMATE R\$ 30,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Renato Schroeder

CPF: 854.295.899-34

LOTE 11: SUCATA DE INFORMÁTICA. OBS: PREFEITURA LOTEAMENTO 02.

ARRAMATE R\$ 100,00

LOTE 13: SUCATA DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO ELETRO E ELETRÔNICOS. OBS: PREFEITURA, LOTEAMENTO 04.

ARRAMATE R\$ 100,00

LOTE 17: SUCATA DE MÓVEIS. OBS: PREFEITURA, LOTEAMENTO 08.

ARRAMATE R\$ 50,00

LOTE 19: SUCATA DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO, CADEIRAS E CARTEIRAS ESCOLARES.

ARRAMATE R\$ 110,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Avenir Medeiros dos Santos

CPF: 560.836.109-15

LOTE 22: SUCATA DE COMPRESSOR DE AR.

ARRAMATE R\$ 260,00.

LOTE 22: SUCATA DE COMPRESSOR DE AR.

ARRAMATE R\$ 260,00.

LOTE 23: SUCATA DE MOTOR ESTACIONÁRIO.

ARRAMATE R\$ 450,00.

LOTE 25: 01 MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS INDUSTRIAL.

ARRAMATE R\$ 3.050,00.

LOTE 26: 01 CENTRÍFUGA DE ROUPAS INDUSTRIAL.

ARRAMATE R\$ 4.150,00.

LOTE 27: 01 MÁQUINA DE PASSAR ROUPAS INDUSTRIAL.

ARRAMATE R\$ 1.850,00.

Total do Leilão: 59.535,00

Correia Pinto/SC 13 de dezembro de 2017

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1410/17

Publicação Nº 1456459



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 1410/17

Autoriza a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.277, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 697.177,83 (seiscentos e noventa e sete mil e cento e setenta e sete reais e oitenta e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.1)	76.374,50
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Div. De Pessoal, Adm. E Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 8)	150.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Div. De Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 21)	100.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.50)	20.000,00
09.000		Secretaria de Assist. Social, Trab. e Habitação	
09.001		Manutenção do Dep. De Assistência Social	
008.244.0064.2011		Man. Do Dep. De Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 164)	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 122)	148.803,33
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 124)	102.000,00
TOTAL			697.177,83

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2039		Consórcio de Inform.na Gestão Públ. Municipal	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 18)	500,00
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 19)	500,00
3.3.93.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 20)	18.740,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Trib. e Constr. Nova Prefeitura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 4)	153,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 6)	30.424,50
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão De Meio Ambiente	
017.512.0091.2013		Consórcio das Águas do Itapocú e Quiriri	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 26)	20.000,00
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 27)	40.000,00
4.4.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 28)	10.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação, e Melhoria da Rede Física Das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.46)	10.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.2037		Bloco Gestão do SUS	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.60)	5.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1006.2045		Saúde Bucal	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.37)	5.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação Da Área Urbana	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.84)	200.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003		Constr. De Pontes, Pontilhões e Praças	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.89)	21.611,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
006.182.0040.2035		Manutenção da Defesa Civil	

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.108)	20.577,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.109)	4.869,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
006.182.0040.2049		Manutenção das Atividades Bombeiros	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.111)	38.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.113)	20.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 115)	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 117)	500,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Constr. Ampl. E Melhorias das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 118)	2.790,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 119)	2.000,00
08		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 133)	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Cultura	
012.365.0047.1004		Constr. Ampl. E Melhorias das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 140)	6.780,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 141)	50.000,00
08		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 151)	100,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 152)	100,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 153)	100,00
08		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.367.0047.2023		Manutenção dos Centros de Educação-CAECO	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 154)	1.000,00
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 155)	27.433,33
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 156)	10.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.845.0090.2031		Despesas Gerais do Município	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 184)	1.000,00

TOTAL**697.177,83****“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

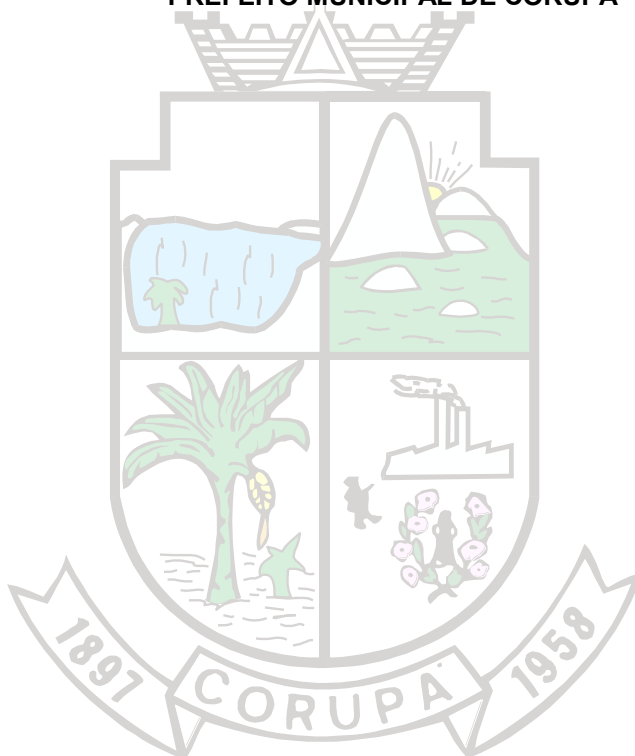
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de dezembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ



Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2017

Publicação Nº 1455966

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 264/2017
Dispensa de Licitação nº 101/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II e XVII, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 264/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 101/2017, da pessoa jurídica denominada LIBERTE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.796.973/0004-94 (FILIAL), para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO VISANDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E MANUTENÇÃO DA GARANTIA DO VEÍCULO SANDERO VIBE, PLACAS QIR5776, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 381,40 (trezentos e oitenta e um reais e quarenta centavos).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 13 de Dezembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 102/2017

Publicação Nº 1455978

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 266/2017
Dispensa de Licitação nº 102/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II e V, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 266/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 102/2017, da pessoa jurídica denominada SIMÃO PLACAS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 00.310.004/009-23 (FILIAL), para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPLACAMENTO E LACRAÇÃO DE VEÍCULOS 0 KM QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 282,00 (duzentos e oitenta e dois reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 11 de Dezembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2017

Publicação Nº 1455952

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 268/2017
Dispensa de Licitação nº 103/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 268/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 103/2017, da pessoa jurídica denominada CBS COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, ARMAS, ACESSÓRIOS E REPRES. LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 02.075.866/0001-97, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA A AQUISIÇÃO DE UMA "MOCHILA ASSAULT", VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 1.990,00 (mil novecentos e noventa reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 13 de Dezembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 104/2017**

Publicação Nº 1455835

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 269/2017
Dispensa de Licitação nº 104/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. I, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 269/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 104/2017, da pessoa jurídica denominada CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A, inscrita no CNPJ sob nº 08.336.783/0004-33, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELETRICA, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / OBRA DE ENGENHARIA PARA MUDANÇAS NA REDE, NOTADAMENTE O DESLOCAMENTO DE POSTES, EM OBSERVÂNCIA AO PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO APRESENTADO PELA CONTRATADA, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 14.939,69 (quatorze mil novecentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 13 de Dezembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 105/2017**

Publicação Nº 1456523

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 270/2017
Dispensa de Licitação nº 105/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 270/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 105/2017, da pessoa jurídica denominada ACAPEL COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.909.982/0001-99, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR VISANDO A AQUISIÇÃO DE "MÁQUINA CALCULADORA COM BOBINA" NAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES SOLICITADAS PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 1.472,97 (mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 13 de Dezembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO Nº 105/2017

Publicação Nº 1452292

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0105/2017 - O Município de Cunha Porã- SC, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Processo Licitatório nº 2099/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 0105/2017, no Sistema de Registro de Preços, com julgamento menor preço por item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, MEDALHAS E PLACAS DE HONRA AO MÉRITO PARA PREMIAÇÕES DOS PARTICIPANTES DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E HOMENAGENS EM EVENTOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ. Os envelopes serão recebidos até dia 27/12/2017, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações e edital no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.966/2017

Publicação Nº 1456470

DECRETO Nº 4.966/2017

ALTERA E SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL – CONDEMA-DR

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – CONDEMA-DR, nomeados pelo Decreto n. 4.955/2017 que passa a ser integrado pelos seguintes membros:

I - Representantes das Entidades Governamentais, indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal:

“ Suplente: José Heitor Maciel - Agência da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN em substituição a João Maria Teles de Souza”

II - Representantes de Entidades não Governamentais:

“ Suplente: Nildo Jesus Martins - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitibanos – SINTRUC, em substituição a Aluir Scheffer Colônia de Pescadores

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 05 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Luiz Fernandes Popinhack França
Secretário Agricultura, Meio Ambiente e Des. Rural

DECRETO Nº 4.967/2017

Publicação Nº 1456473

DECRETO Nº 4.967/2017

HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e, considerando que representa a intenção da gestão construir sua atuação fundamentada na atenção integral à saúde; considerando que o Plano é fruto de um processo de discussão que mobilizou diversos segmentos sociais; considerando a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme Resolução nº 004/2017, de 01 de setembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica Homologado Plano Municipal de Saúde de Curitibanos Quadriênio 2018 a 2021, aprovado pelo Conselho Municipal

de Saúde por meio da Resolução n. 004/2017 de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 05 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 189/2017

Publicação Nº 1456487

LEI COMPLEMENTAR Nº 189/2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2000 QUE INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS – IPESMUC.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica inserido ao art. 10, o § 4º da Lei Complementar n. 015/2000, com a seguinte redação:

“ Art. 10

§4º. Para comprovação da união estável serão exigidos documentos pessoais e contemporâneos previstos no §3º do art. 15 desta Lei Complementar.

Art. 2º. O § 3º do art. 15 da Lei Complementar n. 015/2000 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 15 (...)

§ 3º. Para comprovação do vínculo e da dependência econômica para obtenção de benefício previdenciário, na forma prevista pelo art. 10 da Lei Complementar n. 015/2000 o interessado deverá dirigir requerimento ao Instituto Previdenciário com a apresentação de, no mínimo, três dos seguintes documentos:

I - Certidão de nascimento de filho havido em comum

II - Certidão de casamento religioso

III - Declaração do imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente

IV - Disposições testamentária

V – Escritura pública de declaração de união estável – em vida

VI - Prova de mesmo domicílio

VII - Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil

VIII - Procuração ou fiança reciprocamente outorgada

IX - Conta bancária conjunta

X - Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o

interessado como dependente do segurado

XI - Anotação constante de ficha ou livro de registro de empregado

XII - Apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária

XIII - Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável

XIV - Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente

XV - Declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um anos; ou

XVI - Quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

Art. 3º. O § 1º do art. 24 da Lei Complementar n. 015/2000 e o art. 25 passam a vigorar conforme segue:

“ Art. 24 (...)

§ 1º. Considera-se a idade limite para a permanência no serviço público aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e Lei Complementar n. 152/2015.

Art. 25. Qualquer que seja a situação do segurado ao completar 75 anos de idade ocorrerá obrigatoriamente sua aposentadoria. “

Art. 4º. O art. 40 da Lei Complementar n. 015/2000 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. O pagamento da parte individual da pensão extingue-se:

I - pela morte do pensionista;

II - para o pensionista menor, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválido;

III - para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez; ou

IV - pela renúncia expressa do pensionista; ou

V – em relação aos dependentes de que tratam os incisos I “ a ” , “b” e “d” do art. 9º da Lei Complementar n. 015/2000

a) pelo decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) meses de tempo de contribuição ou se o casamento ou a união estável tiver iniciado há menos de 2 (dois) anos do óbito do segurado; ou

b) pelo decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do segurado, se este contar com, no mínimo, 18 (dezoito) meses de tempo de contribuição e se o casamento ou a união estável tiver iniciado há pelo menos 2 (dois) anos do óbito do segurado:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade; ou

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 1º Caso o óbito do segurado decorra de acidente de qualquer natureza ou doença profissional ou do trabalho, a extinção da pensão dar-se-á na forma da alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, independentemente do tempo de contribuição do segurado ou do início do casamento ou da união estável.

§ 2º Caso os dependentes previstos nos incisos I “ a ” , “b” e “d” do art. 9º da Lei Complementar n. 015/2000 venham a ser considerados inválidos antes do óbito do segurado ou durante o recebimento da pensão por morte, por perícia médica própria do Instituto Previdenciário ou por este designada, a pensão dar-se-á, conforme o caso, na forma do inciso III do caput deste artigo.

§ 3º No cômputo do tempo de contribuição de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso V do caput deste artigo, será considerado o tempo de contribuição recolhido a outro regime próprio de previdência social ou ao RGPS, desde que averbado mediante certidão expedida pelo órgão gestor do regime de previdência a que o segurado esteve filiado.

Art. 5º. Fica inserido à Lei Complementar n. 015/2000 os artigos 40 A e 40 B, com a seguinte redação

Art. 40 A. A condição legal de dependente, para fins de pensão por morte, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação da dependência.

Art. 40 B Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.974/2017

Publicação Nº 1456489

LEI Nº 5.974/2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Curitiba para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 105.500.000,00 (Cento e cinco milhões, quinhentos mil reais).

§ 1º - A Receita do Orçamento será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.1. RECEITAS CORRENTES R\$ 98.984.000,00

4.1.1. Impostos, Taxas, Div. Ativa e Contrib. Melhoria R\$ 16.588.000,00

4.1.2. Receita de Contribuições R\$ 4.070.000,00

4.1.3. Receita Patrimonial R\$ 1.719.000,00

4.1.4. Transferências Correntes R\$ 84.415.000,00

4.1.6. Outras Receitas Correntes R\$ 3.024.000,00

9.1.7. Deduções da Receita Corrente R\$ -10.832.000,00

4.2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 636.000,00

4.2.1. Operações de Crédito R\$ 19.000,00

4.2.2. Alienação de Bens R\$ 79.000,00

4.2.3. Transferências de Capital R\$ 538.000,00

4.7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS R\$ 5.880.000,00

4.7.2 Receitas de Contribuições R\$ 5.880.000,00

T O T A L R\$ 105.500.000,00

§ 2º - A Despesa do Orçamento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e grupo de despesa distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Câmara Municipal	3.650.000,00
Gabinete do Prefeito	1.835.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	16.535.000,00
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenv. Rural.	3.425.000,00
Secretaria Municipal de Transporte e Obras	6.480.000,00
Secretaria do Planejamento	1.040.000,00
Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	1.975.000,00
Secretaria de Esportes e Lazer	1.610.000,00
Fundos	67.180.000,00
Instituto de Previdência – IPESMUC	520.000,00
Reserva de Contingência – FUNDOS	750.000,00
Reserva de Contingência – Prefeitura	500.000,00
TOTAL	105.500.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA
	2018
01 – LEGISLATIVA	3.650.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	10.940.000,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	2.988.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.390.000,00
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.360.000,00
10 – SAÚDE	20.370.000,00
12 – EDUCAÇÃO	32.270.000,00
13 – CULTURA	665.000,00
15 – URBANISMO	5.815.000,00
16 – HABITAÇÃO	325.000,00
17 – SANEAMENTO	90.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	1.692.000,00
20 – AGRICULTURA	2.690.000,00
22 – INDÚSTRIA	500.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	450.000,00
25 – ENERGIA	2.300.000,00
26 – TRANSPORTES	875.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	1.610.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	3.270.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.250.000,00
SOMA	105.500.000,00

III - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR GRUPO DE DESPESA.

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA
	2018
DESPESAS CORRENTES	94.534.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	62.265.000,00
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00
Outras Despesas Correntes	31.969.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.716.000,00
Investimentos	8.716.000,00

Amortização da Dívida	1.000.000,00
RESERVA LEGAL DO R.P.P.S.	750.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00
TOTAL	105.500.000,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 2º. O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores fixa a despesa em R\$ 3.650.000,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais, discriminado em quadros próprios em anexo:

- Despesas Correntes R\$ 3.450.000,00
- Despesas de Capital R\$ 200.000,00
- Transferência Financeira (Recebida) R\$ 3.650.000,00

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º. O Orçamento da Prefeitura Municipal, estima a receita em R\$ 66.566.000,00 (Sessenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil reais), e fixa a despesa em R\$ 33.400.000,00 (Trinta e três milhões, quatrocentos mil reais), discriminado em quadros próprios em anexo:

- Receitas Correntes R\$ 77.126.000,00
- Deduções da Receita R\$ -10.832.000,00
- Receitas de Capital R\$ 272.000,00
- Despesas Correntes R\$ 27.675.000,00
- Despesas de Capital R\$ 5.225.000,00
- Reserva de Contingência R\$ 500.000,00
- Transferência Financeiras (Concedidas) R\$ 33.166.000,00

DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Art. 4º. O Orçamento dos Fundos Municipais e Instituto de Previdência estima a receita em R\$ 38.934.000,00 (Trinta e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil reais) e fixa a despesa em R\$ 68.450.000,00 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), discriminados em quadros próprios em anexo:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Receitas Correntes R\$ 725.000,00
- Receitas Capital R\$ 9.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 2.121.000,00
- Despesas Correntes R\$ 2.709.000,00
- Despesas de Capital R\$ 146.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Receitas Correntes R\$ 22.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 213.000,00
- Despesas Correntes R\$ 230.000,00
- Despesas de Capital R\$ 5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

- Receitas Correntes R\$ 5.544.000,00
- Receitas de Capital R\$ 58.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 12.728.000,00
- Despesas Correntes R\$ 17.690.000,00
- Despesas de Capital R\$ 640.000,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBANOS

- Transferência Financeira (Receita) R\$ 520.000,00
- Despesas Correntes R\$ 500.000,00
- Despesas de Capital R\$ 20.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Receitas Correntes R\$ 23.481.000,00
- Receitas de Capital R\$ 240.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 10.589.000,00
- Despesas Correntes R\$ 31.130.000,00
- Despesas de Capital R\$ 3.180.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL

- Receitas Correntes R\$ 11.000,00
- Receitas de Capital R\$ 19.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 295.000,00
- Despesas Correntes R\$ 140.000,00
- Despesas de Capital R\$ 185.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

- Receitas Correntes R\$ 5.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 95.000,00
- Despesas Correntes R\$ 90.000,00
- Despesas de Capital R\$ 10.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

- Receitas Correntes R\$ 12.000,00
- Receitas de Capital R\$ 38.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 615.000,00
- Despesas Correntes R\$ 560.000,00
- Despesas de Capital R\$ 105.000,00

FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS

- Receitas Correntes R\$ 1.840.000,00
- Receitas Correntes Intra-orçamentárias R\$ 5.330.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 3.130.000,00
- Despesas Correntes R\$ 10.050.000,00
- Reserva do RPPS R\$ 250.000,00

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO IPESMUC - CURITIBANOS

- Receitas Correntes R\$ 1.050.000,00
- Receitas Correntes Intra-orçamentárias R\$ 550.000,00
- Despesas Correntes R\$ 310.000,00
- Reserva do RPPS R\$ 500.000,00
- Transferência Financeira (Concedida) R\$ 790.000,00

Art. 5º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, suplementações orçamentárias e superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I – Reserva de Contingência R\$ 500.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC

I – Reserva de Contingência R\$ 250.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO IPESMUC

I – Reserva de Contingência R\$ 500.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, independente do valor constante em cada evento de riscos fiscais previstos no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei nº 5.959/2017.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Passivos Contingentes, riscos e eventos fiscais", as despesas diretamente relacionadas

ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor, sentenças judiciais e possíveis ocorrências de situações de emergência e calamidade.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar transferências financeiras ao Instituto de Previdência do servidores Públicos do Município de Curitiba – IPESMUC/Fundo Financeiro do IPESMUC, para pagamento dos servidores inativos e pensionistas que obtiveram benefício antes da instituição do RPPS e que são mantidos pela Prefeitura, com o correspondente ajuste orçamentário e financeiro.

Art. 7º. Fica ainda o Poder Executivo autorizado a assumir o encargo dos proventos de parte dos inativos e pensionistas do RPPS cujos benefícios foram concedidos já durante a vigência do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – IPESMUC, como forma de reduzir o Déficit Atuarial, através de transferência financeira com o correspondente ajuste orçamentário e financeiro. (Segregação de Massa).

Art. 8º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, mediante decreto, remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, na forma prevista no artigo 28 parágrafo único, da Lei nº 5.959/2017.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas fontes de recurso e modalidades de aplicação nas ações já existentes para o exercício 2018, mediante decreto, na forma prevista no artigo 29, parágrafo único, da Lei nº 5.959/2017.

Art. 10. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 50% (Cinquenta por cento) do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada fonte de recurso, para atender dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, conforme art. 32 da Lei nº 5.959/2017.

Parágrafo único – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, através de decreto, utilizando para isso 100% (cem por cento) do superávit financeiro dos recursos do FUNDEB respeitado o critério estabelecido na Lei 11.494/2007 parágrafo 2º.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 50% (Cinquenta por cento) do excesso de arrecadação por fonte de recursos, para atender a dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício ou incluir novas modalidades de aplicação nos Projetos, Atividades e Operações especiais já existentes no orçamento, na forma do artigo 31 da Lei nº 5.959/2017.

Art. 12. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados na sua totalidade como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Decreto, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma do artigo 34 da Lei 5.959/2017.

Art. 14. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, se utilizadas para abertura de créditos adicionais suplementares não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 15. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. Ficam ajustadas as novas ações, projetos, fonte de recursos e valores das despesas e receitas nos Anexos do Plano Plurianual 2018/2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 em função dos Anexos da presente Lei.

Art. 17. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiar despesas de capital.

Art. 18. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 19. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 20. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.975/2017

Publicação Nº 1456497

LEI Nº 5.975/2017

DISPÕE SOBRE O BLOQUEIO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica expressamente proibido o bloqueio total ou parcial de vias públicas no Município de Curitiba/SC, salvo se houver autorização prévia da Autoridade de Trânsito.

Parágrafo Único: Na análise para autorização da autoridade de Trânsito esta levará em conta o interesse coletivo, o bem comum, a segurança do local, a viabilidade o trânsito entre outros critérios.

Art. 2º. As vias públicas abaixo relacionadas não poderão ser bloqueadas, de segunda a sábado (exceto feriados), das 08h00min às 19h00min, para eventos que não sejam de interesse público, salvo caso fortuito ou força maior:

I - Av. Salomão Carneiro de Almeida (entre Rua Lauro Muller e Av. Rotary);
II - Rua Cel. Vidal Ramos (entre Rua Valdir Ortigari e Av. Rotary);
III - Rua Lages (toda extensão);
IV - Rua Medeiros Filho (toda extensão);
V - Rua Santa Catarina (toda extensão);
VI - Rua Altino Gonçalves de Farias (toda extensão);
VII - Rua Matheus Conceição (entre Rua Cel. Vidal Ramos e Av. Salomão Carneiro de Almeida);
VIII - Rua Heraclides Vieira Borges (entre Rua Cel. Vidal Ramos e

Av. Salomão Carneiro de Almeida);
IX - Rua Archias Ganz (entre Rua Lages e rua Cel. Vidal Ramos);
X - Rua Antônio Rossa (entre Rua Cel. Vidal Ramos e Av. Salomão Carneiro de Almeida);
XI - Rua Luiz Dacol (entre Rua Cel. Vidal Ramos e Rua Lages);
XII - Rua Barão do Rio Branco (entre Rua Cel. Vidal Ramos e Av. Salomão Carneiro de Almeida);
XIII - Rua João Manoel Carlos (entre rua Cel. Vidal Ramos e Rua Medeiros Filho);
XIV - Rua Hercílio Luz (entre Rua Cel. Vidal Ramos e Rua Santa Catarina);
XV - Rua Lauro Muller (toda extensão);
XVI - Rua Antônio Francisco de Campos (toda extensão);
XVII - Av. Rotary (toda extensão);
XVIII - Av. Gov. Jorge Lacerda (toda extensão);
XIX - Av. Leoberto Leal (toda extensão).

Art. 3º. A solicitação para bloqueio de vias em local e horário permitido deverá ser encaminhado com um prazo de antecedência de 10 (dez) dias à Autoridade de Trânsito.

Art. 4º. A solicitação de bloqueio de vias para eventos de qualquer espécie aos domingos e feriados deverá passar obrigatoriamente pelo Conselho Municipal de Trânsito, o qual decidirá entre acatar ou não o pedido, avaliando o bem comum, segurança do local, viabilidade do trânsito entre outros critérios.

Art. 5º. Fica expressamente proibido o fechamento de vias em qualquer dia e horário para realização de eventos que permitam o consumo de bebidas alcoólicas.

Art. 6º. Os casos omissos a esta lei poderão ser regulamentados por decreto do Poder Executivo.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.976/2017

Publicação Nº 1456501

LEI Nº 5.976/2017

DENOMINA VEÍCULO MUNICIPAL CULTURAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica denominado de Luiz Cabrito, o veículo Ônibus, placas MCY 8901 de propriedade do Município de Curitiba e utilizada pela Secretaria Municipal de Cultura em eventos culturais e nas festividades do Município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.977/2017

Publicação Nº 1456509

LEI Nº 5.977/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I – Ruas área Total

R. Possidônio Pereira de Camargo (entre as rua Avelino Fontana até o final da mesma)	1.180,615 m²
R. Edgar Hoppen (da rua Prudente de Moraes até a rua Fernando Damiani)	2.515,39 m²
R. Olimpio Leal (rua Madre Iva Poupon e rua Carlos Calomeno)	806,21 m²
R. Augusto Groner (rua Frederico Goetten com a rua Diogo Alves Ribeiro)	2.152,205 m²
R. Evaldo Ronchi	492,16 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos, dentre os quais, meio fio, pó de pedra, Mão de obra do calceteiro e tubos se necessário para a rede pluvial, devendo ainda os moradores indicar um representante para execução da obra.

Parágrafo Único: A desistência de qualquer morador que tenha firmado o termo de compromisso implicará na rescisão e extinção da parceria firmada.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 6 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Bepler
Secretário de Transportes e Obras

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2017

Publicação Nº 1456979

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para: Contratação de empresa especializada para futura e eventual confecção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município, para o ano de 2018.

Os interessados em participar do certame deverão protocolizar seu envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 13:30 horas do dia 04/01/2018, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A partir das 14:00 horas do dia 04/01/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e posteriormente terá início a fase de lances com as propostas classificadas.

Curitiba, 13 de Dezembro de 2017.

Altamir Carvalho Goetten
Presidente do Fundo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 229/2017

Publicação Nº 1456161

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/15
 Processo Nº.: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 229/2017

No dia 13 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 229/2017, Processo Licitatório nº. 229/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9330	AGN FRIOS LTDA	8, 62, 96, 102, 149
10699	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	
7854	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	2, 13, 16, 17, 19, 37, 38, 49, 68, 77, 78, 98, 123, 133, 140, 146
11414	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	25, 66, 67, 71, 74, 75, 76, 83, 92, 108, 117, 118, 119, 121, 122, 127, 141, 148
11793	CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI - ME	39, 69, 84, 99, 110, 130
11415	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	64, 103
11560	COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO CONTESTADO	41, 44, 45
11792	DICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME	18, 21
11791	ELIETE FERREIRA DOS SANTOS DE CORDOVA EIRELI - ME	73, 81, 112, 114, 131, 135, 136, 137
8022	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME	
9119	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME	42, 43, 87
8582	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	14, 15, 26, 31, 32, 33, 70, 89, 94, 109, 143, 144, 145, 147
11790	PIZZA.COM EIRELI - ME	88
4978	SUPERMERCADO CEREAL LTDA	1, 3, 6, 7, 9, 20, 23, 46, 47, 48, 60, 63, 65, 82, 95, 104, 115, 120, 125, 128, 134, 150
8714	VW COMERCIO ATACADISTA LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGN FRIOS LTDA	85.322.840/0001-23	EDILSON ANTONIO BOARETO	621.395.099-00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	21.593.746/0001-26	ROBSON NATANAEL CHIQUIO	076.844.709-73
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LT	05.919.156/0001-94	RAFAEL DE LARA	096.629.339-80
CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	26.556.616/0001-37	JONATHAN DE LIMA PINTO	081.227.589-67
CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI - ME	27.893.077/0001-94	DAVID SANCHES GAZZOTTO JUNIOR	018.821.659-69
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	18.531.205/0001-69	PAULO CESAR ROSSI	932.949.729-20
COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO CONTEST	02.484.235/0001-21	ARIEL STEFANIAK	030.896.039-42
DICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME	17.710.893/0001-61	LUCAS MADRUGA DE CORDOVA	087.685.859-00
ELIETE FERREIRA DOS SANTOS DE CORDOVA EIRELI - ME	27.617.306/0001-48	VALDIR MADRUGA DE CORDOVA	651.374.269-20
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME	13.965.228/0001-68	LUIZ ANTONIO JUNCKES	064.386.889-59
MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME	23.518.771/0001-70	MARCIA DA SILVA	030.180.819-86
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	IVANOR DE LIMA PINTO	017.776.399-05
PIZZA.COM EIRELI - ME	17.702.130/0001-79	JAIR XAVIER	961.102.019-87
SUPERMERCADO CEREAL LTDA	83.054.924/0001-06	ELOIR SUCHARA	038.311.149-86
VW COMERCIO ATACADISTA LTDA	10.573.408/0001-06	VANDERLEI BLASKOWSKI	745.817.759-49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/15
 Processo Nº.: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4978 - SUPERMERCADO CEREAL LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABOBRINHA - FIRME, TENRA, SEM SINAIS DE DETERIORAÇÃO	KG	CEREAL	2.473,000	1,7900	4.426,67
3	AÇÚCAR REFINADO - NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO ESCURA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM PACOTES DE 5 KG EM POLIETILENO LEITOSO, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 10 MESES.	KG	ALTO ALEGRI	25.382,000	2,0400	51.779,28
6	ÁGUA MINERAL 510 ML, COM GÁS, FARDOS COM 12 UNIDADES, ÍNDICES MÁXIMOS DE COMPOSIÇÃO: SÓDIO 8,341; CLORETO 2,67; SULFATO 1,03; NITRATO 1,07; LÍTIO 0,013; BICARBONATO 43,80 E PH DE 6,5 A 7,5.	FD	RANDON	372,000	11,7600	4.374,72
7	ÁGUA MINERAL 510 ML, SEM GÁS, FARDOS COM 12 UNIDADES, ÍNDICES MÁXIMOS DE COMPOSIÇÃO: SÓDIO 8,341; CLORETO 2,67; SULFATO 1,03; NITRATO 1,07; LÍTIO 0,013; BICARBONATO 43,80 E PH DE 6,5 A 7,5.	FD	RANDON	3.182,000	11,7600	37.420,32
9	ALFACE CRESPA, SELECIONADA, DE NO MÍNIMO 400 GRAMAS	UN	CEREAL	290,000	1,4400	417,60
20	BATATA DOCE - BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, LAVADA, CASCA LISA, SEM BROTOS E SINAIS DE DETERIORAÇÃO.	KG	CEREAL	3.290,000	1,8700	6.152,30
23	BETERRABA SELECIONADA, LISA SEM RACHADURAS E SINAIS DE DETERIORAÇÃO, TAMANHO MÉDIO.	KG	CEREAL	4.090,000	1,9800	8.098,20
46	CEBOLA BRANCA SELECIONADA GRAÚDA, SEM SINAIS DE BROTAÇÃO	KG	CEREAL	3.522,000	1,5900	5.599,98
47	CEBOLINHA VERDE DE BOA QUALIDADE	MAÇC	CEREAL	196,000	1,5900	311,64
48	CENOURA GRAÚDA SELECIONADA, LISA E SEM SINAIS DE BROTAÇÃO	KG	CEREAL	3.468,000	1,7800	6.173,04
60	CHUCHU, FIRME, SEM SINAIS DE DETERIORAÇÃO E SINAIS DE BROTAÇÃO	KG	CEREAL	78,000	1,8900	147,42
63	COUVE FLOR - PRODUTO DE BOA QUALIDADE, SEM SINAIS DE DETERIORAÇÃO.	UN	CEREAL	4.802,000	2,2900	10.996,58
65	CREME DE LEITE, EMBALAGEM LONGA VIDA DE NO MÍNIMO 200 GR	EMB	tirol	218,000	1,9200	418,56
82	LARANJA PÊRA - DE BOA QUALIDADE, FIRME, CASCA ÍNTEGRA, ODOR AGRADÁVEL.	KG	CEREAL	23.275,000	1,6600	38.636,50
95	MAMÃO FORMOSA, FIRME, SEM SINAIS DE DETERIORAÇÃO, CASCA LISA	KG	CEREAL	5.213,000	2,9800	15.534,74
104	OVOS VERMELHOS GRANDES SEM RACHADURAS	DZ	CEREAL	12.400,000	4,4800	55.552,00
115	QUIRERA - CANJIQUINHA DE MILHO - ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE. CONTENDO 1 KG DO PRODUTO. NÃO DEVE APRESENTAR RESÍDUOS DE IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: 30 DIAS. DEVE APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	NEGA MALUC	2.944,000	2,0000	5.888,00
120	REPOLHO BRANCO SELECIONADO	KG	CEREAL	90,000	1,4900	134,10
125	SALSA, MAÇO DE NO MÍNIMO DE 300 GRAMAS	MAÇC	CEREAL	100,000	1,6700	167,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/15
 Processo Nº: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Fornecedor: 4978 - SUPERMERCADO CEREAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
128	TOMATE LONGA VIDA, GRAÚDO, LISO, SEM MANCHAS E SINAIS DE DETERIORAÇÃO.	KG	CEREAL	8.570,000	2,9800	25.538,60
134	MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CASCA ÍNTEGRA E FIRME, LUSTROSA E SEM MANCHAS ESCURAS. NÃO DEVE CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A SUPERFÍCIE DA CASCA. DEVE ESTAR ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS E DEVE ESTAR LIVRE DE RESÍDUOS FERTILIZANTES.	KG	CEREAL	3.108,000	1,5900	4.941,72
150	ALHO DE 1ª QUALIDADE, COM CABEÇAS GRANDES E SEM DENTES SECOS, CLASSE 5, ROXO NOBRE, PACOTES COM 200 GRAMAS.	UN	CEREAL	400,000	16,8400	6.736,00

Fornecedor: 7854 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACHOCOLATADO EM PÓ ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E ÁCIDO FÓLICO. DEVE APRESENTAR ALTA SOLUBILIDADE. O PRODUTO DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO SATISFATÓRIA AO SER DISSOLVIDO. EMBALAGEM RESISTENTE EM POLIETILENO CONTENDO 1KG.	KG	1865 LEO/BEI	3.012,000	10,1800	30.662,16
13	AMIDO DE MILHO, ASPECTO PÓ FINO, DE COR BRANCA, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. DEVERÁ PRODUZIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDA ENTRE OS DEDOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICOS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM PCTES DE 1 KG, ÍNTEGO. A DATA DE FABRICAÇÃO DEVE SER NO MÁXIMO DE 30 DIAS, ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	2824 BELA	864,000	3,8500	3.326,40
16	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 500 GRAMAS DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 30 DIAS ANTES DA ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	2876 BELA	78,000	9,8800	770,64
17	BALAS SABORES SORTIDOS, MASTIGÁVEIS, PACOTES DE 1 KG	KG	PRODASA	8.028,000	9,2300	74.098,44
19	BARRA DE CEREAL, COM 22 GRAMAS, SABORES DIVERSOS	UN	NATURALE	96.700,000	0,6700	64.789,00
37	CANELA EM CASCA, PACOTES DE 20 GRAMAS.	KG	2719 BELA	127,200	94,8500	12.064,92
38	CANELA EM PÓ - TUBO COM 30 GRAMAS.	KG	BELA	125,300	59,8900	7.504,22
49	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO AÇUCARADO, EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTES, CONTENDO DE 1 A 2 KG DO PRODUTO.	KG	2718 GOLD F	3.738,000	9,6000	35.884,80
68	ERVILHA REIDRATADA EM CONSERVA, EM LATAS COM PESO LÍQUIDO DE 280 GR E DRENADO DE 200 GR	LTA	2881 PREDILI	3.476,000	1,3800	4.796,88
77	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. CARACTERÍSTICAS SENSORIAS: ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, SABOR E ODOR PRÓPRIOS. NÃO DEVE APRESENTAR-SE EMPEDRADO. EMBALAGEM CONTENDO 250 GRAMAS DO PRODUTO. DATA DE VALIDADE: NÃO ULTRAPASSAR 8 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO.	KG	2120 TRISAN	1.056,000	17,7900	18.786,24
78	GELATINA EM PÓ - PREPARO PARA PREPARO DE GELATINA DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM CONTENDO 1 KG DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	LEO/BELA	1.295,000	9,7400	12.613,30
98	MILHO VERDE EM CONSERVA, LATAS COM 300G DE PESO LÍQUIDO E 200 G DE PESO DRENADO.	LTA	2369 PREDILI	3.512,000	1,2700	4.460,24
123	SAL REFINADO IODATADO EM PACOTES DE 01KGS	KG	GARCA/ZIZO	2.879,000	0,8900	2.562,31
133	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA À BASE DE PROTEÍNA DE SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA. EMBALAGEM EM LATAS DE 400 OU 450 GR. A EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTEGA E NÃO APRESENTAR FERRUGEM OU AMASSADOS E CONSTAR: DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 60 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE DE 18 MESES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, INGREDIENTES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UN	APTAMIL PEF	100,000	70,0000	7.000,00
140	BOLACHA RECHEADA SABORES VARIADOS DE FORMATO REDONDO, EM EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 120 GRAMAS DE BOA QUALIDADE	EMB	PRODASA	150,000	0,9800	147,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/15
 Processo Nº: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Fornecedor: 7854 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
146	TRIGO PARA QUIBE DE ÓTIMA QUALIDADE, COR, SABOR E AROMA CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO. EMBALAGEM INTEGRAL DE 500G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	UN	1195 CAROL	500,000	6,4900	3.245,00

Fornecedor: 8582 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO I, PROCEDÊNCIA NACIONAL E DE SAFRA CORRENTE, ISENTO DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS NOCIVOS. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS. EMBALADOS EM PACOTES DE 5 KG, EM PLÁSTICO ATÓXICO. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES.	KG	dalrizo	21.275,000	2,3400	49.783,50
15	ARROZ POLIDO, TIPO I, DE SAFRA CORRENTE, ISENTO DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR GRÃO QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS. EMBALADOS EM PACOTES DE 5 KG, EM PLÁSTICO ATÓXICO. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES.	KG	fazenda	2.035,000	2,4000	4.884,00
26	BISCOITO DOCE TIPO SORTIDO, PACOTES PLÁSTICOS CONTENDO 840 GR. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	vitoria	2.937,000	7,8000	22.908,60
31	BOMBOM SORTIDO - CAIXA COM NO MÍNIMO 335 GR	CX	amor carioca	280,000	6,9900	1.957,20
32	BOMBOM, PACOTES DE 1 KG	KG	amor carioca	1.116,000	25,9100	28.915,56
33	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, COM SELO DE PUREZA ABIC, CARACTERÍSTICA SENSORIAIS: ASPECTO DE PÓ HOMOGÊNEO, FINO, COR CASTANHO, SABOR E ODOR PRÓPRIOS. EMBALADOS A VÁCUO, CONTENDO 500 GRAMAS DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO 30 DIAS ANTES DA ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES APARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	jurere	6.983,000	15,8700	110.820,21
70	FARINHA DE BIJÚ BRANCO - NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS DE IMPUREZAS, BOLOR E CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM INTACTA DE POLIETILENO TRANSPARENTE, BEM VEDADO, CONTENDO 1 KG DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: 30 DIAS. DEVE APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	ipanema	1.354,000	3,6900	4.996,26
89	MACARRÃO CABELO DE ANJO COM OVOS, DE SEMOLINA E VITAMINAS PARA SOPA TIPO CABELO DE ANJO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS, AS MASSAS ALIMENTÍCIAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVEM TURVÁ-LA ANTES DA COCÇÃO. PÓS COCÇÃO A MASSA NÃO PODERÁ APRESENTAR TEXTURA OU CONSISTÊNCIA DE EMPAPAMENTO. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE PAPEL MULTIFOLIADO, BEM VEDADO, EM EMBALAGEM DE ATÉ 1 KG.	KG	rosane	3.500,000	5,7800	20.230,00
94	MACARRÃO TIPO PARAFUSO - MACARRÃO DE SEMOLINA. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. AS MASSAS ALIMENTÍCIAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVEM TURVÁ-LA ANTES DA COCÇÃO. PÓS COCÇÃO: A MASSA NÃO PODERÁ APRESENTAR TEXTURA OU CONSISTÊNCIA DE EMPAPAMENTO. A EMBALAGEM DEVE SER RESISTENTE E ESTAR INTACTA, BEM VEDADA, CONTENDO ATÉ 1KG DO PRODUTO.	KG	rosane	5.000,000	3,3600	16.800,00
109	PIRULITOS SORTIDOS, PACOTES COM 1 KG.	KG	prodasa	642,000	10,4800	6.728,16
143	SUCO TIPO NECTAR DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM TETRA PACK 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, SEM SOJA. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES.	UN	sarandi	30.000,000	1,4700	44.100,00
144	BISCOITO DOCE TIPO MARIA OU MAISENA SEM LACTOSE - DE CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO ESFARELADO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: FARINHA DE TRIGO/AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ÁGUA, SAL, AÇÚCAR E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS. NÃO PODE CONTER LEITE OU DERIVADOS. ACONDICIONADOS EM PACOTES DE POLIPROPILENO COM NO MÍNIMO 200G. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM MÍNIMA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	KG	liane	3.600,000	9,6600	34.776,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/15
 Processo Nº: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Fornecedor: 8582 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
145	BISCOITO SALGADO ISENTO DE LACTOSE - TIPO ÁGUA E SAL OU CREAM CRACKER, DE CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO ESFARELADO. NÃO PODE CONTER LEITE OU DERIVADOS. ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIPROPILENO COM NO MÍNIMO 200G. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM MÍNIMA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	KG	liane	3.100,000	9,9400	30.814,00
147	MACARRÃO COM OVOS, MIÚDO PARA SOPA (ARGOLINHA, ARGOLA, AVE MARIA, CONCHINHA, LETRINHA). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO DE SEMOLINA E VITAMINAS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. AS MASSAS ALIMENTÍCIAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVEM TURVA-LA ANTES DA COCÇÃO. PÓS COCÇÃO A MASSA NÃO PODERÁ APRESENTAR TEXTURA OU CONSISTÊNCIA DE EMPAPAMENTO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE PAPEL MULTIFOLIADO, BEM VEDADO, EM EMBALAGEM DE ATÉ 1 KG. DEVE CONSTAR: DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INGREDIENTES.	KG	rosane	700,000	4,4800	3.136,00

Fornecedor: 9119 - MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	CARNE BOVINA CONGELADA, CORTADA PARA COZIDO - PATINHO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CARNE BOVINA (PATINHO) TIPO 1ª, CORTADA EM CUBOS OU ISCAS, SEM OSSO, LIMPA, SEM NERVOS, TENDÕES E APONEVROSES, HOMOGENEIZADA, TEOR DE GORDURA MÁXIMO DE 10%. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL. EMBALADO A VÁCUO. PACOTES DE 1 KG, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXAS DE PAPELÃO COM 20 OU 25 KG. DEVEM SER TRANSPORTADOS EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMA 5 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMA DE 30 DIAS.	KG	VARPI	10.580,000	13,7000	144.946,00
43	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CARNE BOVINA, TIPO 1ª, MOÍDA, SEM OSSO, LIMPA, SEM NERVOS, TENDÕES E APONERVROSES, BOMOGENEIZADA, TEOR DE GORDURA MÁXIMA DE 10%. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL. EMBALADO A VÁCUO. PACOTES DE 1 KG, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXAS DE PAPELÃO COM 20 OU 25 KG. TRANSPORTE: DEVEM SER TRANSPORTADOS EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 5 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS	KG	VARPI	70,000	13,3000	931,00
87	LINGUIÇA MISTA - EMBALADAS EM PORÇÃO DE 1 KG, APRESENTAR PROCEDÊNCIA E REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (INSPECIONADO SIF-DIPOA)	KG	VARPI	12.076,000	6,5000	78.494,00

Fornecedor: 9330 - AGN FRIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	APIIM - O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DESCASCADO, CONGELADO SEM MANCHAS ESCURAS, EMBALADO EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 1 KG DO PRODUTO	KG	PALMAS	2.298,000	3,9800	9.146,04
62	CORTES CONGELADOS DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL. EMBALAGEM: ENVOLVIDO EM FILME PLÁSTICO, ROTULADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PESO LÍQUIDO DE 1 KG, ACONDICIONADOS EM CAIXAS COM 20 KG. TRANSPORTE: DEVEM SER TRANSPORTADOS EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 5 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	KG	SUBLIMESUI	40.450,000	4,7000	190.115,00
96	MARGARINA VEGETAL COM SAL, EM POTES DE 500 GRAMAS.	KG	COAMO	2.878,000	5,0000	14.390,00
102	ÓLEO DE SOJA REFINADO DE 900 ML - DATA DE VALIDADE: 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA.	UN	COAMO	9.550,000	2,8800	27.504,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/15
 Processo Nº: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Fornecedor: 9330 - AGN FRIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
149	PEITO DE FRANGO SEM OSSO - CORTADO EM FATIAS (FILÉ), SEM PELE, CONGELADO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, DE POLIETILENO, TRANSPARENTE, ATÓXICA, CONTENDO 1KG. NA EMBALAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTE INFORMações: IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, PESO, DATA DE PROCESSAMENTO E DATA DE VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE CARNE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 03 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	SUBLIMESUI	5.000,000	6,9500	34.750,00

Fornecedor: 11414 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE BAUNILHA, PACOTES PLÁSTICOS CONTENDO 500 GR. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	ITAMARATY	4.318,000	8,1900	35.364,42
66	DOCE DE FRUTAS - DIVERSOS SABORES - EMBALAGENS DE POTES DE 500 GRAMAS. CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	KG	DA SERRA	1.576,000	5,5800	8.794,08
67	DOCE DE LEITE, SEM SORO DE LEITE NA COMPOSIÇÃO. DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, E ME PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO DEVERÁ TER GRUMOS DE AÇÚCAR, CALDA DE CARAMELO, BOLOR E ESTUFAMENTO, MASSA HETEROGÊNEA E COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. INGREDIENTES: LEITE, AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, AMIDO MODIFICADO, GORDURA VEGETAL, BICARBONATO DE SÓDIO, CITRATO DE SÓDIO, SORBATO DE POTÁSSIO E AROMA IDÊNTICO AO NATURAL. EMBALAGEM: POTES OU BALDES DE POLIETILENO RESISTENTE OU ACETADO COM TAMPA HERMETICAMENTE FECHADA COM LACRE DE PROTEÇÃO. INTACTA, CONTENDO ATÉ 500 GR DE PESO LÍQUIDO.	KG	NECTAR	1.677,000	7,9900	13.399,23
71	FARINHA DE MILHO - FUBÁ MÉDIO - NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS DE IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, DEVE ESTAR INTACTO, CONTENDO 1 KG DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 4 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: 30 DIAS. COM REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	DALLA	2.198,000	1,8000	3.956,40
74	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO 1 ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. DEVE SER FABRICADA A PARTIR DE GRÃOS SÃOS E LIMPOS. DEVERÁ ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA OU FERMENTADA, NEM APRESENTAR COR ESCURA OU RESÍDUOS. NÃO DEVE APRESENTAR RENDIMENTO INSATISFATÓRIO. DEVE TER ASPECTO DE PÓ FINO, INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES.	KG	AURI VERDE	18.550,000	1,7700	32.833,50
75	FEIJÃO PRETO - TIPO I, SAFRA CORRENTE, IN NATURA, CONSTANDO NO MÁXIMO 95% DE GRÃOS NA COR CARACTERÍSTICA, VARIEDADE CORRESPONDESTE DE TAMANHO E FORMATOS NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. SERÁ PERMITIDO O LIMITE DE 2% DE IMPUREZAS E MATERIAIS ESTRANHOS, OBEDECENDO A PORTARIA 161 DE 24/07/1987 - MA. EMBALAGEM: PACOTE DE POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 1 KG DO PRODUTO.	KG	REI DA MESA	4.070,000	3,8300	15.588,10
76	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO PARA PÃO. O PRODUTO NÃO DEVERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS EM SUA COMPOSIÇÃO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: COR VARIANDO DO BRANCO AO CASTANHO CLARO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS. NÃO DEVERÁ PASSUIR CHEIRO DE MOFO E SABOR AMARGO. EMBALAGEM À VÁCUO CONTENDO 500 GRAMAS DO PRODUTO.	KG	PACKMAYA	797,000	19,1400	15.254,58
83	LEITE CONDENSADO EM EMBALAGEM TETRA PACK DE NO MÍNIMO 395 GR	EMB	FAZENDEIRA	340,000	3,2700	1.111,80
92	MACARRÃO LONGO TIPO ESPAGUETE COM OVOS, MACARRÃO DE SEMOLINA E VITAMINAS TIPO ESPAGUETE. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. AS MASSAS ALIMENTÍCIAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVEM TURVÁ-LA ANTES DA COCÇÃO. POS-COCÇÃO A MASSA NÃO PODERÁ APRESENTAR TEXTURA OU CONSISTÊNCIA DE EMPAPAMENTO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE PAPEL MULTIFOLIADO, BEM VEDADO, EM EMBALAGEM DE ATÉ 1 KG.	KG	MAESTRO	4.000,000	3,3700	13.480,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/15
 Processo Nº: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Fornecedor: 11414 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
108	PIPOCA - MILHO DE PIPOCA - TIPO I - SEM SINAIS DE SUJIDADES, PARASITAS, DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. NÃO DEVE APRESENTAR CHEIRO DE MOFO. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO REFORÇADO, CONTENDO 500 GRAMAS DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	DAJU	1.709,000	4,3700	7.468,33
117	REFRIGERANTE EM EMBALAGEM DE 2 L, SABOR COLA, COM INGREDIENTES MÍNIMOS: ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFÉINA, CORANTE CARAMELO IV, ACIDULANTE INS 338 E AROMA NATURAL, 10 MG DE SÓDIO EM UMA PORÇÃO DE 200 ML.	UN	SARANDI	930,000	3,3700	3.134,10
118	REFRIGERANTE EM EMBALAGEM DE 2 L, SABOR LARANJA	UN	SARANDI	584,000	3,3700	1.968,08
119	REFRIGERANTE EM EMBALAGEM DE 2 L, SABOR LIMÃO	UN	SARANDI	434,000	3,3700	1.462,58
121	ROSCA DE CALDA: INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO A ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO) MELHORADOR DE FARINHA (PROTEASE E METABISSULFITO DE SÓDIO) ESTABILIZANTE, (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTE, ANTIOXIDANTE (ÁCIDO CÍTRICO). CONTÉM TRAÇOS DE LEITE E GLÚTEN, PACOTES COM 720 GR.	KG	PICININI	4.562,000	7,7000	35.127,40
122	SAGÚ TIPO PÉROLA, SABORES VARIADOS, PACOTE DE 500 GRAMAS	KG	PRATA	2.080,000	4,8900	10.171,20
127	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS - APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, SEM CORANTES ARTIFICIAIS, COM CONSERVAÇÃO FORA DE REFRIGERAÇÃO. EMBALAGEM DEVERÁ SER ATÓXICA COM DIZERES DE ROTULAGEM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MS. EMBALAGENS PET OU TETRAPACK DE NO MÍNIMO 500ML, DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1/5 E MÁXIMA DE 1/9. SABORES DIVERSOS.	LT	CEREJE	8.846,000	9,9500	88.017,70
141	SUCO DE FRUTAS SABORES VARIADOS EM EMBALAGEM CAIXA DE NO MÍNIMO 1 LITRO, TETRA PACK DE PRIMEIRA QUALIDADE	LT	SARANDI	300,000	3,9200	1.176,00
148	POLVILHO AZEDO, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DA MANDIOCA. EMBALAGENS DE 500GR E COM VALIDADE SUPERIOR A 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. COM TEOR DE ACIDEZ QUE O CLASSIFIQUE COMO AZEDO. NÃO CONTER GLÚTEN.	KG	PRATA	3.000,000	5,0600	15.180,00

Fornecedor: 11415 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
64	CRAVO DA ÍNDIA, EMBALAGEM CONTENDO ATÉ 30 GRAMAS DO PRODUTO. APRESENTANDO A MAIORIA DOS CRAVOS ÍNTEGROS.	KG	NEILAR	45,450	24,9000	1.131,71
103	ORÉGANO EMBALAGENS DE 100 GRAMAS, EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ROTULADO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	NEILAR	405,000	34,9000	14.134,50

Fornecedor: 11560 - COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO CONTESTADO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
41	CARNE BOVINA - PALETA INTEIRA - SEM OSSO, CONGELADA - TIPO DE CARNE: 2ª CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SEM CARTILAGENS E NERVOS, DE COLORAÇÃO ROSADA. O PERCENTUAL MÁXIMO DE GORDURA ACEITA É DE 5%, FIRME E ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS POLIPROPILENO REFORÇADO, CONTENDO 1 KG E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMP, DE ATÉ 20 KG, CONSTANDO PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 5 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	KG	Frinora	18.625,000	12,1500	226.293,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 8/15
 Processo Nº: 229/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Fornecedor: 11560 - COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO CONTESTADO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
44	CARNE MOÍDA DE 2ª - CARACTERÍSTICA: CONGELADO, BOA QUALIDADE, EMBALADO EM SACO DE POLIETILENO, CONTENDO 1 KG CADA, COM ROTULAGEM ESPECIFICANDO PESO, TIPO DE CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO DO ÓRGÃO COMPETENTE. (INSPECIONADO SIF - DIPOA)	KG	Frinora	19.270,000	9,9500	191.736,50
45	CARNE SUÍNA - PERNIL - CORTADA EM CUBOS CONGELADA, TIPO 1ª - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SEM CARTILAGENS E NERVOS, DE COLORAÇÃO ROSADA. O PERCENTUAL MÁXIMO DE GORDURA ACEITA É DE 5%, FIRME E ODOR AGRADÁVEL. DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS POLIPROPILENO REFORÇADO, CONTENDO 1 KG E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20 KG, CONSTANDO PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 5 MESES	KG	Frinora	5.883,000	7,5000	44.122,50

Fornecedor: 11790 - PIZZA.COM EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
88	MAÇA GALA OU FUJI SEM SINAIS DE DETERIORAÇÃO	KG	PIZZA.COM	43.475,000	2,9900	129.990,25

Fornecedor: 11791 - ELIETE FERREIRA DOS SANTOS DE CORDOVA EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
73	FARINHA DE ROSCA - O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, CONTENDO 1 KG DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 30 DIAS DA DATA DE FABRICAÇÃO.	KG	UNIVERSITAF	346,000	4,9700	1.719,62
81	IOGURTE - BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTA SABOR MORANGO. EMBALAGEM EM POLIETILENO LEITOSO CONTENDO 900ML DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE: ATÉ 6 MESES. DEVERÁ CONSTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	UN	SILVA	23.950,000	1,9800	47.421,00
112	PRESUNTO COZIDO DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGENS DE 500 GRAMAS	KG	JCW	159,000	13,9900	2.224,41
114	QUEIJO TIPO MUSSARELA, EMBALAGEM DE 500 GR	KG	BONACOLSI	4.413,000	15,6000	68.842,80
131	LEITE UHT SEMIDESNATADO PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE - ZERO LACTOSE. CONSISTÊNCIA LÍQUIDA, COR BRANCA, ODOR E SABOR LÁCTEO SUAVE, CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM TETRA PAK CONTENDO 1 LITRO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA E DEVE CONSTAR: DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 90 DIAS, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E REGISTRO NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA.	LT	TERRA VIVA	1.200,000	2,9300	3.516,00
135	HAMBURGUER DE CARNE BOVINA E DE FRANGO MOÍDAS, TEMPERADAS E CONGELADAS EM EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 56 GRAMAS, EM TEMPERATURAS DE CONSERVAÇÃO IDEAIS E DE BOA QUALIDADE	EMB	BELLO BURC	120,000	0,7400	88,80
136	MASSA PARA LASANHA, PRÉ COZIDA, COM OVOS, EMBALAGENS DE 500 GRAMAS, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E DE BOA QUALIDADE	EMB	KROTHS	48,000	4,7800	229,44
137	MASSA PARA PASTEL, FRESCA, EM TEMPERATURA E ARMAZENAGEM ADEQUADAS, EM FORMATO CIRCULAR, EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS DE BOA QUALIDADE	EMB	KROTHS	80,000	4,1900	335,20

Fornecedor: 11792 - DICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE, CASCA AMARELA SEM MANCHAS ESCURAS E NEM AMASSADAS.	KG	IN NATURA	47.340,000	1,7800	84.265,20
21	BATATA INGLESA MONALISA, GRAÚDA, CASCA LISA E LAVADA	KG	IN NATURA	14.312,000	2,4800	35.493,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 9/15

Processo Nº.: 229/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Fornecedor: 11793 - CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
39	CANJICA DE MILHO BRANCA - TIPO 1 CLASSE BRANCA, SUBGRUPO DE PELICULADOS, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 109, DE 24/02/1989. O PRODUTO DEVE SER PROVENIENTE DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS, LIMPAS, ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: ASPECTO DOS GRÃOS: COR BRANCA, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. NÃO DEVE APRESENTAR CHEIRO DE MOFO. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, REFORÇADO, CONTENDO 500 GRAMAS DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO: NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES APARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	ELDORADO	1.268,000	3,6000	4.564,80
69	EXTRATO DE TOMATE - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONCENTRADO DE TOMATE OBTIDO DA POLPA DE TOMATE, CONTENDO NO MÍNIMO 6% DE SÓLIDOS SOLÚVEIS NATURAIS DO TOMATE. INGREDIENTES: POLPA DE TOMATE, SAL E OU AÇÚCAR. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM EM SACHÊ COM CAPACIDADE PARA ATÉ 340 G	UN	BONARE	6.320,000	1,5700	9.922,40
84	LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO, INTEGRAL, ENRIQUECIDO COM FERRO E VITAMINAS. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN.	KG	DANKY	1.735,000	19,6000	34.006,00
99	MINGAU DE AVEIA/ MINGAU DE MILHO E MIGAU DE ARROZ. ALIMENTO DE PREPARO INSTANTÂNEO, PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL, FONTE DE VITAMINAS. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR FAIXA ETÁRIA: CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS. PACOTES DE ATÉ 300 GRAMAS. TRANSPORTE: DEVEM SER TRANSPORTADOS EM VEÍCULOS FECHADOS OU ABERTOS COM LONA. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS. PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES.	KG	ALL NUTRI	964,000	19,3800	18.682,32
110	PÓ PARA PUDIM COM LEITE - EMBALADO EM PACOTES DE 1KG, EM PLÁSTICO ATÓXICO. NOS SABORES CHOCOLATE, COCO, MORANGO, CARAMELO E BAUNILHA. RENDIMENTO MÍNIMO DE 68 PORÇÕES. PRAZO DE VALIDADE DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	DANKY	2.755,000	7,3300	20.194,15
130	VINAGRE DE ÁLCOOL BRANCO, EMBALAGEM DE 900ML	UN	HEINING	1.328,000	1,1300	1.500,64

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 10/15
Processo Nº.: 229/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 11/15
Processo Nº.: 229/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 12/15
Processo Nº.: 229/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 13/15
Processo Nº.: 229/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 14/15
Processo Nº.: 229/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOSPágina: 15/15
Processo Nº.: 229/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitibanos, 13 de Dezembro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

AGN FRIOS LTDA	CNPJ: 85.322.840/0001-23	_____
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	CNPJ: 21.593.746/0001-26	_____
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 26.556.616/0001-37	_____
CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI - ME	CNPJ: 27.893.077/0001-94	_____
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	CNPJ: 18.531.205/0001-69	_____
COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO CONTESTA	CNPJ: 02.484.235/0001-21	_____
DICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME	CNPJ: 17.710.893/0001-61	_____
ELIETE FERREIRA DOS SANTOS DE CORDOVA EIRELI - ME	CNPJ: 27.617.306/0001-48	_____
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME	CNPJ: 13.965.228/0001-68	_____
MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME	CNPJ: 23.518.771/0001-70	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
PIZZA.COM EIRELI - ME	CNPJ: 17.702.130/0001-79	_____
SUPERMERCADO CEREAL LTDA	CNPJ: 83.054.924/0001-06	_____
VW COMERCIO ATACADISTA LTDA	CNPJ: 10.573.408/0001-06	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 256/2017

Publicação Nº 1456137

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 256/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 256/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 256/2017

No dia 13 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 256/2017, Processo Licitatório nº. 256/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(a) AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7854	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	7, 8, 9, 11, 20, 21
11414	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	1, 3, 2, 5, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19
8582	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LT	05.919.156/0001-94	ANDRE LUIS DOS SANTOS	005.501.609-06
CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	26.556.616/0001-37	JONATHAN DE LIMA PINTO	081.227.589-67
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	GILMAR GURALSKI	071.777.699-94

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7854 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	CHÁ DE FRUTAS VERMELHAS, CX COM NO MÍNIMO 20 SAQUINHOS	CX	CHILENO	506,000	4,2500	2.150,50
8	CHÁ DE MAÇA, CX COM NO MÍNIMO 20 SAQUINHOS	CX	2040CHILENC	306,000	4,2600	1.303,56
9	CHÁ MATE, TOSTADO, NATURAL, CAIXA DE 40 GR. COM 25 SACHÉS	CX	5085CHILENC	312,000	4,2600	1.329,12
11	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, UHT INTEGRAL, LONGA VIDA, EMBALAGEM TETRA PACK, CONTENDO 1 LITRO DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE: ATÉ 6 MESES. DEVERÁ CONSTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS	LT	1781LANGUIF	135.663,000	2,3100	313.381,53

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 256/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 256/2017

Fornecedor: 7854 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	CHÁ MATE, TOSTADO, SABOR PESSEGO, CAIXA COM NO MÍNIMO 32GR E NO MÍNIMO 20 SACHES.	CX	CHILENO	2.700,000	4,2600	11.502,00
21	CHÁ MATE, TOSTADO, SABOR LIMÃO, CAIXA COM NO MÍNIMO 32GR E NO MÍNIMO 20 SACHES.	UN	5086CHILENC	2.700,000	4,2600	11.502,00

Fornecedor: 8582 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA; INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO, AÇÚCAR INVERTIDO, GORDURA VEGETAL, SORO DE LEITE, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, SAL, FERMENTO QUÍMICO, ACIDULANTE (ÁCIDO LÁTICO) E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: PACOTES DE POLIETILENO ATÓXICO, DUPLA EMBALAGEM, TRANSPARENTE, RESISTENTE, LACRADO, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE ATÉ 800 GRAMAS.	KG	LUAM	5.338,000	8,9000	47.508,20

Fornecedor: 11414 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BOMBONA DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS - SOMENTE O CASCO.	UN	SERRA CATAI	185,000	20,0000	3.700,00
2	ÁGUA MINERAL 20L COM CASCO (À BASE DE TROCA), ÍNDICES MÁXIMOS DE COMPOSIÇÃO: SÓDIO 8,341; CLORETO 2,67; SULFATO 1,03; NITRATO 1,07; LÍTIO 0,013; BICARBONATO 43,80 E PH DE 6,5 A 7,5.	UN	SERRA CATAI	2.542,000	10,9900	27.936,58
3	ALHO EM PASTA, POTE COM NO MÍNIMO 250 GRAMAS DO PRODUTO	UN	KIPÃO	447,000	4,5000	2.011,50
5	BISCOITO SALGADO - CREAM CRACKER - O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM DUPLA DE POLIETILENO REVESTIDO COM 500 GRAMAS. DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA 30 DIAS. PRAZO DE VALIDADE 8 MESES.	KG	LUAN	4.319,000	8,9000	38.439,10
6	BOLOS EM SABORES VARIADOS (COCO, FUBÁ, BANANA, ABACAXI, PÊSSEGO E FRUTAS DIVERSAS) - 30 X 30 CM	KG	KIPAO	1.868,000	23,9000	44.645,20
12	MINI DOCES (SONHOS, CROSSANT).	KG	KIPAO	1.010,000	17,5000	17.675,00
13	PÃO FRANCÊS, COM 50 GR, PRODUTO FRESCO COM ODOR AGRADÁVEL	KG	KIPAO	5.462,000	8,4900	46.372,38
14	SALGADINHOS VARIADOS: PASTEL DE CARNE, RISOLE, CROQUETE, ENROLADINHO DE SALSICHA, BOLINHO DE QUEIJO, BARQUINHAS, EMPADINHA, PASTEL ASSADO DE FRANGO, PASTEL ASSADO DE CALABRESA COM REQUEijão).	KG	KIPAO	2.730,000	29,9000	81.627,00
15	SALSICHA CONGELADA DE FRANGO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO DA EMULSÃO DE CARNE DE FRANGO, EM FORMA DE GOMOS. ISENTO DE SUJIDADES. NÃO PODE CONTER GLÚTEN. INGREDIENTES: CARNE DE FRANGO, PROTEÍNA VEGETAL, AMIDO, GLUCOSE, SAL, ESPECIARIAS, CONSERVANTES E CORANTE NATURAL. NÃO PODERÁ CONTER CORANTE ARTIFICIAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO RESISTENTE E TRANSPARENTE COM PESO DE ATÉ 3 KG HERMETICAMENTE FECHADO (VÁCUO), CONSTANDO PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL E FEDERAL. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 45 DIAS.	KG	NOBRE	3.130,000	7,0000	21.910,00
16	TORTAS (DOCES E SALGADAS) 30 X 50 CM	KG	KIPAO	885,000	23,8900	21.142,65
18	MASSA PARA PIZZA PRÉ PRONTA, TAMANHO MÉDIO, EMBALAGEM DE ATÉ 200 GR E DE BOA QUALIDADE	UN	PIU MASSAS	80,000	3,2000	256,00
19	MASSA AGNOLINE/ CAPELETTI DE FRANGO, TEMPERADA E CONGELADA, EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E DE PRIMEIRA QUALIDADE.	KG	PIU MASSAS	48,000	25,0000	1.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/8
Processo Nº.: 256/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 256/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 256/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 256/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 256/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 256/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 256/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 256/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 256/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 256/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 8/8
Processo N°.: 256/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 256/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 13 de Dezembro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD CNPJ: 05.919.156/0001-94 _____

CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ: 26.556.616/0001-37 _____

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ: 07.814.016/0001-87 _____

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 111/2017

Publicação Nº 1456134

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 231/2017 - CC Processo Administrativo: 231/2017 Processo de Licitação: 231/2017 Data do Processo: 26/10/2017
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, EXPLORAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA EXPOCENTRO - 27ª EDIÇÃO/2018, A SER REALIZADA NOS DIAS 11,12 e 13 DE MAIO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC. PARA FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA E LIMPEZA, PRODUÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS SHOWS E DEMAIS SERVIÇOS, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste Edital, minuta de contrato

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 111/2017 (Sequência: 3)

Ao(s) 12 de Dezembro de 2017, às 17:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 267/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 231/2017, Licitação nº 231/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: NA DATA E HORA APRAZADA EM ATA SOB Nº 109/2017 (SEQUENCIA 2), FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO DA EMPRESA PS & LISBOA EVENTOS LTDA, CONSIDERADA HABILITADA. NÃO HOUE PRESENTES NA ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇOS. EM SEGUIDA, VERIFICOU-SE O QUE SEGUIE: A EMPRESA HABILITADA, PS & LISBOA EVENTOS LTDA APRESENTOU PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O EXIGIDO EM EDITAL, APRESENTANDO VALOR GLOBAL DE R\$ 299.000,00, ABAIXO DO VALOR MÁXIMO ESTIPULADO EM EDITAL, A EMPRESA TAMBÉM APRESENTOU ARTISTA/DUPLA QUE ATENDE AO EXIGIDO EM EDITAL, ESTANDO DENTRE OS ARTISTAS ENTRE OS CINCO PRIMEIROS DO RANKING DENTRE AS MÚSICAS MAIS EXECUTADAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, GÊNERO SERTANEJO, NO MÊS ANTERIOR AO DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL, E TAMBÉM APRESENTOU A DECLARAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 7.8 DO EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA CLASSIFICADA. TENDO EM VISTA QUE A LICITANTE JÁ APRESENTOU A CARTA DE EXCLUSIVIDADE DO ARTISTA QUE SE APRESENTARÁ NO DIA 12/05/2018, FICA APRAZADO 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DO CONTRATO DEFINITIVO COM O ARTISTA/REPRESENTANTE LEGAL; E TAMBÉM 40 (QUARENTA) DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAR O NOME DE TODAS AS DEMAIS ATRAÇÕES (EXCETO BANDAS DO PALCO ALTERNATIVO), E FICA APRAZADO AINDA, 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS A CONTAR DO TÉRMINO DO PRAZO PARA APRESENTAR A RELAÇÃO DOS DEMAIS ARTISTAS, PARA APRESENTAR O CONTRATO DEFINITIVO COM OS DEMAIS ARTISTAS. TODA A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DEVERÁ SER ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL. CASO A LICITANTE PS & LISBOA EVENTOS LTDA, DESCUMPRIR QUALQUER ITEM PREVISTO EM EDITAL, ELA SERÁ DESCLASSIFICADA.

Participante: 11802 - P. S. & LISBOA EVENTOS LTDA. - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, EXPLORAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA EXPOCENTRO - 27ª EDIÇÃO/2018, A SER REALIZADA NOS DIAS 11,12 e 13 DE MAIO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, PARA FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA E LIMPEZA, PRODUÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS SHOWS E DEMAIS SERVIÇOS, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste Edital, minuta de contrato e anexos integrantes que ficam fazendo parte deste edital.	%	100,00		0,0000	2.990,00	299.000,00

Total do Participante —————→ 299.000,00

Total Geral —————→ 299.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**CONCORRÊNCIA
Nr.: 231/2017 - CC****Processo Administrativo:** 231/2017
Processo de Licitação: 231/2017
Data do Processo: 26/10/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Curitiba, 12 de Dezembro de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETARIA
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 1º MEMBRO
ROBERTO CARLOS DA SILVA	- - 2º MEMBRO
PAULA JULIANA LIMA MARTINS	- - 3º MEMBRO

Descanso

PREFEITURA

LEI 1576

Publicação Nº 1456519

LEI Nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de DESCANSO, abrangendo a administração direta, seus órgãos e fundos, para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 29.622.390,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e noventa reais) e fixa a Despesa em R\$ 29.622.390,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e noventa reais), discriminados nos anexos desta Lei.

DOS ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES

PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 2º O Orçamento Geral do Município de DESCANSO para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 29.622.390,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e noventa reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal de Vereadores em R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais), para a Prefeitura em R\$ 20.425.486,40 (vinte milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), para o Fundo Municipal da Saúde em R\$ 7.986.903,60 (sete milhões, novecentos e oitenta e seis mil, novecentos e três reais e sessenta centavos) e R\$ 7.211.503,60 (sete milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e três reais e sessenta centavos) as transferências financeiras à Câmara Municipal de Vereadores e ao Fundo Municipal de Saúde - FMS.

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

4.	Receitas	29.622.390,00
4.1.	RECEITAS CORRENTES	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL	36.833.893,60

§ 2º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00	PODER LEGISLATIVO	1.210.000,00
02.00	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	590.000,00
03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	890.000,00
04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	728.000,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	135.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	8.125.111,80
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	700.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES	1.670.494,40
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.878.998,20
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.480.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL	1.617.457,20
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	7.986.903,60
13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	2.610.424,80
	SOMA	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL	36.833.893,60

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	1.210.000,00
04	Administração	2.383.000,00
06	Segurança Pública	195.424,80
08	Assistência Social	1.522.457,20
09	Previdência Social	1.250.000,00
10	Saúde	7.986.903,60
12	Educação	7.820.111,80

13	Cultura	255.000,00
15	Urbanismo	1.818.998,20
16	Habitação	95.000,00
17	Saneamento	50.000,00
18	Gestão Ambiental	20.000,00
20	Agricultura	1.460.000,00
22	Indústria	115.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00
24	Comunicações	10.000,00
26	Transporte	1.670.494,40
27	Desporto e Lazer	700.000,00
28	Encargos Especiais	960.000,00
99	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	36.833.893,60

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001	Processo Legislativo	1.210.000,00
0011	Vida Rural de Qualidade	1.055.000,00
0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade	255.000,00
0014	Gestão Municipal da Assistência Social	435.000,00
0015	Qualidade de Vida na Terceira Idade	140.000,00
0016	Proteção Social Básica	541.488,40
0017	Proteção Social Especial de Média Complexidade	197.023,00
0018	Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade	300.000,00
0019	Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	37.945,80
0020	Infância e Adolescência	11.000,00
0021	Proteção da Criança e Adolescente	125.000,00
0022	Direito à Habitação	95.000,00
0024	Controle e Equilíbrio Nutricional	50.000,00
0025	Segurança Pública e Cidadania	195.424,80
0026	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos	1.250.000,00
0027	Encargos especiais	960.000,00
0029	Administração Participativa e Transparente	2.208.000,00
0003	Descanso – Cidade Empreendedora	135.000,00
0030	Educação e Cidadania	7.580.102,40
0031	Resgatando Nossa Cultura	115.000,00
0032	Esporte – Resgatando Cidadania	700.000,00
0033	Resgatando – Estrada Modelo	1.670.494,40
0034	Você Participa – Cidade Melhora	1.878.998,20
0035	Água Boa – Vida Saudável	20.000,00
0036	Da Porteira para dentro	150.000,00
0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	7.936.903,60
0004	História e Sabor	50.000,00
0005	Crescer Saudável	240.009,40
9999	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	36.833.893,60

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		27.349.319,20
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.280.389,60
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.068.929,60
DESPESAS DE CAPITAL		2.193.070,80
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.193.070,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		80.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	36.833.893,60

DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO



Art. 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 27.636.990,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa reais) e fixa as Despesas em R\$ 20.425.486,40 (vinte milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.211.503,60 (sete milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e três reais e sessenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4	Receitas	27.636.990,00
4.1.	RECEITAS CORRENTES	27.636.990,00
	TOTAL è	27.636.990,00

§ 2º A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	Administração	2.383.000,00
06	Segurança Pública	195.424,80
08	Assistência Social	1.522.457,20
09	Previdência Social	1.250.000,00
12	Educação	7.820.111,80
13	Cultura	255.000,00
15	Urbanismo	1.818.998,20
16	Habitação	95.000,00
17	Saneamento	50.000,00
18	Gestão Ambiental	20.000,00
20	Agricultura	1.460.000,00
22	Indústria	115.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00
24	Comunicações	10.000,00
26	Transporte	1.670.494,40
27	Desporto e Lazer	700.000,00
028	Encargos Especiais	960.000,00
99	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	20.425.486,40
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTALè	27.636.990,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	18.342.415,60
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.532.149,60
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.810.266,00
	DESPESAS DE CAPITAL	2.003.070,80
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.003.070,80
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	20.425.486,40
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	27.636.990,00

DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

Art. 4º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.985.400,00 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.001.503,60 (seis milhões e um mil e quinhentos e três reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 7.986.903,60 (sete milhões e novecentos e oitenta e seis mil e novecentos e três reais e sessenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.	Receitas	1.985.400,00
4.1.	RECEITAS CORRENTES	1.985.400,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	6.001.503,60
	TOTAL è	7.986.903,60

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	7.986.903,60
	TOTAL è	7.986.903,60

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	7.846.903,60
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.838.240,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.008.663,60
	DESPESAS DE CAPITAL	140.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	140.000,00
	TOTAL è	7.986.903,60

DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DESCANSO**

Art. 5º O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2018 estima a Receita de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.210.000,00
	TOTAL è	1.210.000,00

§ 2º A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DESCANSO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	1.210.000,00
	TOTAL è	1.210.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.160.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	910.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	50.000,00
	TOTAL è	1.210.000,00

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

Art. 7º Na execução orçamentária de 2018, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder às adequações que se fizerem necessárias no orçamento da despesa das unidades orçamentárias, com prévia autorização legislativa.

Art. 8º As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas quando verificado o seu efetivo ingresso no erário municipal.

Art. 9º Durante o exercício de 2018, o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas e projetos constantes desta lei ou em créditos adicionais, obedecida a legislação específica com prévia autorização legislativa.

Art. 10º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2018.

Art. 11º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 12 de dezembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

1-DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS(ANEXO 1 DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456554

**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Página: 1/1

Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	34.252.962,90	DESPESAS CORRENTES	27.349.319,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.714.700,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.278.389,60
Contribuições	345.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.070.929,60
Receita Patrimonial	249.400,00		
Receita Agropecuária	9.918,39		
Receita de Serviços	438.580,00		
Transferências Correntes	29.409.864,51		
Outras Receitas Correntes	85.500,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.630.572,90		
(R) DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORREI	-4.630.572,90		
		Superavit	2.273.070,80
Total	29.622.390,00	Total	29.622.390,00
Superavit do orçamento corrente	2.273.070,80		
		DESPESAS DE CAPITAL	2.193.070,80
		INVESTIMENTOS	2.193.070,80
Deficit	2.193.070,80		
Total	2.193.070,80	Total	2.193.070,80
Resumo			
Receitas Correntes	34.252.962,90	92,99 %	DESPESAS CORRENTES 27.349.319,20 74,25 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.630.572,90	-12,57 %	DESPESAS DE CAPITAL 2.193.070,80 5,95 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60	19,58 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 80.000,00 0,22 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 7.211.503,60 19,58 %
Total	36.833.893,60	100,00 %	Total 36.833.893,60 100,00 %

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



10-DEMOSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA(CONFORME ART 22, III DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456586

Página: 1/2
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
 Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
 Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2014	2015	2016		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO						
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.448.009,81	12.445.171,45	12.253.488,09	19.354.200,00	18.342.415,60
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.349.614,17	6.971.294,54	7.276.255,25	9.866.000,00	9.532.149,60
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	29.262,00	21.528,00	0,00	0,00	14.161,80
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.320.352,17	6.949.766,54	7.276.255,25	9.866.000,00	9.517.987,80
3.2.0.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.098.395,64	5.473.876,91	4.977.232,84	9.488.200,00	8.810.266,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	313.049,32	147.673,10	67.474,32	80.000,00	110.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.551,60	7.308,00	5.134,80	10.000,00	24.232,20
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.774.794,72	5.313.975,81	4.900.363,72	9.390.200,00	8.662.033,80
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	4.920,00	4.260,00	8.000,00	14.000,00
4.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.065.711,49	534.977,51	2.597.480,50	7.402.000,00	2.003.070,80
4.4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.065.711,49	534.977,51	2.597.480,50	7.402.000,00	2.003.070,80
4.4.4.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	0,00	14.913,35	0,00	0,00	0,00
4.4.5.00.00.00.00.00.00	Transf. a Institucoes Privadas s/ Fins Lucrativos	33.500,00	0,00	35.071,11	0,00	0,00
4.4.7.1.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	606,00
4.4.9.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.032.211,49	520.064,16	2.562.409,39	7.402.000,00	2.002.464,80
4.6.0.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.9.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	50.000,00	80.000,00
9.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	50.000,00	80.000,00
9.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	50.000,00	80.000,00
Total por entidade:		15.513.721,30	12.980.148,96	14.850.968,59	26.806.200,00	20.425.486,40
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO						
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.512.298,60	4.803.674,76	5.134.145,26	6.996.700,00	7.846.903,60
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.195.739,16	2.485.463,17	2.786.501,30	3.218.400,00	3.836.240,00
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	9.995,00	24.658,80	9.011,76	10.000,00	10.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.185.744,16	2.460.804,37	2.777.489,54	3.208.400,00	3.826.240,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.316.559,44	2.318.211,59	2.347.643,96	3.778.300,00	4.010.663,60
3.3.4.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	585.949,80	627.268,37	34.638,20	0,00	0,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	69.999,00	78.949,20	0,00	90.000,00	204.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.660.610,64	1.611.994,02	2.218.409,52	3.688.300,00	3.806.663,60
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	94.596,24	0,00	0,00
4.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	587.936,16	130.445,29	44.064,67	303.100,00	140.000,00
4.4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	587.936,16	130.445,29	44.064,67	303.100,00	140.000,00
4.4.9.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	587.936,16	130.445,29	44.064,67	303.100,00	140.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 2/2
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2014	2015	2016		
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO						
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	587.936,16	130.445,29	44.064,67	303.100,00	140.000,00
	Total por entidade:	5.100.234,76	4.934.120,05	5.178.209,93	7.299.800,00	7.986.903,60
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	697.015,41	727.295,82	864.815,41	1.050.000,00	1.160.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	568.487,45	650.434,91	682.829,23	800.000,00	910.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	568.487,45	650.434,91	682.829,23	800.000,00	910.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	128.527,96	76.860,91	181.986,18	250.000,00	250.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	3.990,00	3.990,00	5.130,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	124.537,96	72.870,91	176.856,18	240.000,00	240.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	55.226,00	24.634,62	7.780,00	50.000,00	50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	55.226,00	24.634,62	7.780,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	752.241,41	751.930,44	872.595,41	1.100.000,00	1.210.000,00
	Total por entidade:	21.366.197,47	18.666.199,45	20.901.773,93	35.206.000,00	29.622.390,00
	Total geral:					

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

11-SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E E DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Publicação Nº 1456588

Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	32.267.562,90	04 - Administração	2.383.000,00
41 - Receitas Correntes	32.267.562,90	06 - Segurança Pública	195.424,80
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECAI	-4.630.572,90	08 - Assistência Social	1.522.457,20
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.630.572,90	09 - Previdência Social	1.250.000,00
		12 - Educação	7.820.111,80
		13 - Cultura	255.000,00
		15 - Urbanismo	1.818.998,20
		16 - Habitação	95.000,00
		17 - Saneamento	50.000,00
		18 - Gestão Ambiental	20.000,00
		20 - Agricultura	1.460.000,00
		22 - Indústria	115.000,00
		23 - Comércio e Serviços	20.000,00
		24 - Comunicações	10.000,00
		26 - Transporte	1.670.494,40
		27 - Desporto e Lazer	700.000,00
		28 - Encargos Especiais	960.000,00
		99 - Reserva de Contingência	80.000,00
Subtotal:	27.636.990,00	Subtotal:	20.425.486,40
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	7.211.503,60
Total:	27.636.990,00	Total:	27.636.990,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURAPágina: 2/3
Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	1.985.400,00	10 - Saúde	7.986.903,60
41 - Receitas Correntes	1.985.400,00		
Subtotal:	1.985.400,00	Subtotal:	7.986.903,60
Transferências Financeiras Recebidas	6.001.503,60	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	7.986.903,60	Total:	7.986.903,60

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURAPágina: 3/3
Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	1.210.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	1.210.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.210.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	1.210.000,00	Total:	1.210.000,00

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

12-QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃOS DE GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD

Publicação Nº 1456590

Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	570.000,00	20.000,00	590.000,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	570.000,00	20.000,00	590.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	845.000,00	45.000,00	890.000,00
DPTO.ADMINISTRAÇÃO,RECURSOS HUMANOS E SERV.GERAIS	680.000,00	38.000,00	718.000,00
DPTO.DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	165.000,00	7.000,00	172.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	708.000,00	20.000,00	728.000,00
DPTO.FAZENDA E PLANJEMANETO	448.000,00	10.000,00	458.000,00
DPTO.DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	260.000,00	10.000,00	270.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	130.000,00	5.000,00	135.000,00
DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS	130.000,00	5.000,00	135.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	7.215.111,80	910.000,00	8.125.111,80
DPTO.DE EDUCAÇÃO	6.965.111,80	855.000,00	7.820.111,80
DPTO.DE CULTURA	210.000,00	45.000,00	255.000,00
DPTO.DE TURISMO	40.000,00	10.000,00	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	390.000,00	310.000,00	700.000,00
DPTO.DE ESPORTES	390.000,00	310.000,00	700.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	1.400.494,40	270.000,00	1.670.494,40
DPTO.DE TRANSPORTES	1.400.494,40	270.000,00	1.670.494,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.738.998,20	140.000,00	1.878.998,20
DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.688.998,20	140.000,00	1.828.998,20
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	50.000,00	0,00	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.375.000,00	105.000,00	1.480.000,00
DPTO.DE AGRICULTURA	1.355.000,00	105.000,00	1.460.000,00
DPTO DE MEIO AMBIENTE	20.000,00	0,00	20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	1.481.457,20	136.000,00	1.617.457,20
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.470.457,20	41.000,00	1.511.457,20
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA	11.000,00	0,00	11.000,00
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	95.000,00	95.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	2.488.354,00	42.070,80	2.610.424,80
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	2.488.354,00	42.070,80	2.610.424,80
Órgão e Especificação da Transferência			Total
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			7.211.503,60
Câmara Municipal de Vereadores de Descanso			1.210.000,00
Fundo Municipal de Saúde - FMS			6.001.503,60
Total por entidade:	18.342.415,60	2.003.070,80	27.636.990,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURAPágina: 2/3
Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	7.846.903,60	140.000,00	7.986.903,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	7.846.903,60	140.000,00	7.986.903,60
Total por entidade:	7.846.903,60	140.000,00	7.986.903,60

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURAPágina: 3/3
Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
PODER LEGISLATIVO	1.160.000,00	50.000,00	1.210.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.160.000,00	50.000,00	1.210.000,00
Total por entidade:	1.160.000,00	50.000,00	1.210.000,00
Total Geral:	27.349.319,20	2.193.070,80	36.833.893,60

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

13-DEMONSTRATIVO DA RECEITA E PLANO DE APLICAÇÃO DOS FUNDOS ESPECIAIS

Publicação Nº 1456591

**Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 1/4

Data: 12/12/2017

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	32.267.562,90	PROGRAMA: 0003 - Descanso - Cidade Empreendedora	135.000,00
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA C	-4.630.572,90	PROJETO/ATIVIDADE	
		2010 MANUT.FUNC.DPTO.INDÚSTRIA,COMÉRCIO E	85.000,00
		2011 DESEV.CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	30.000,00
		2012 INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL	20.000,00
		PROGRAMA: 0004 - História e Sabor	50.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2014 PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO LOCAL	10.000,00
		2015 REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DO MORRO DO	40.000,00
		PROGRAMA: 0005 - Crescer Saudável	240.009,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2016 AQUISIÇÃO,MANUT.E DISTRIB.DA MERENDA E	240.009,40
		PROGRAMA: 0011 - Vida Rural de Qualidade	1.055.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2034 MANUT.DPTO.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	270.000,00
		2035 INCENTIVO E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	745.000,00
		2036 ESTRUTURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO	40.000,00
		PROGRAMA: 0012 - Produção Animal de Qualidade com	255.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2037 INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL	150.000,00
		2038 DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	105.000,00
		PROGRAMA: 0014 - Gestão Municipal da Assistência Social	435.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2040 MANUT.E FUNC.DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	430.000,00
		2071 GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL(CONSELHOS	5.000,00
		PROGRAMA: 0015 - Qualidade de Vida na Terceira Idade	140.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2045 MANUT.CENTRO CONVIVÊNCIA,EVENTOS E ATIV	70.000,00
		2046 REFORMAS E/OU AMPL.DOS CENTROS DE CC	70.000,00
		PROGRAMA: 0016 - Proteção Social Básica	541.488,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2072 GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	541.488,40
		PROGRAMA: 0017 - Proteção Social Especial de Média	197.023,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2050 MANUT.ATIV.DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA	197.023,00
		PROGRAMA: 0018 - Serviço de Proteção Social de Alta	300.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2070 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COM	300.000,00
		PROGRAMA: 0019 - Coordenação dos Serviços Socioas	37.945,80
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2054 MANUT.DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FA	25.487,80
		2055 MANUT.DA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIOAS	12.458,00
		PROGRAMA: 0020 - Infância e Adolescência	11.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2056 MANUT.ATIV.CONSELHO MUNIC.DIREITOS DA I	1.000,00
		2069 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVID	10.000,00
		PROGRAMA: 0021 - Proteção da Criança e Adolescente	125.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2057 MANUT.INSTALAÇÕES E ATIV.RELACIONADAS	125.000,00
		PROGRAMA: 0022 - Direito à Habitação	95.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1019 CONTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CONJUNTOS	95.000,00
		PROGRAMA: 0025 - Segurança Pública e Cidadania	195.424,80
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2065 MANUT.CONVÊNIO SEGURANÇA PÚBLICA E R	90.354,00
		2066 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA C	50.000,00
		2074 GESTÃO DO SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEI	55.070,80

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 2/4

Data: 12/12/2017

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
		PROGRAMA: 0026 - Previdência Social aos Servidores	1.250.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2067 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - RGPS/RPPS	950.000,00
		2068 CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	300.000,00
		PROGRAMA: 0027 - Encargos Especiais	960.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		0002 PAGTO DE DESPESAS DIVERSAS AO ENCARG	960.000,00
		PROGRAMA: 0029 - Administração Participativa e Trans	2.208.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2002 MANUT.ATIV.GABINETE PREFEITO,VICE,E ASS	510.000,00
		2003 MANUT.REPAROS E READEQUAÇÕES DO PAÇ	80.000,00
		2005 MANUT.DPTO.ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS	580.000,00
		2006 MANUT.SERV.COMUNICAÇÃO E PUBLIC.INSTI	138.000,00
		2007 MANUT.DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	172.000,00
		2008 MANUT.E MODERNIZAÇÃO SERV.FAZENDÁRIC	458.000,00
		2009 MANUT.E FUNC.DPTO.CONTABILIDADE E CON	270.000,00
		PROGRAMA: 0030 - Educação e Cidadania	7.580.102,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1023 CONSTR.,AMPL.,E REFORMAS DE ESCOLAS D	200.000,00
		1024 IMPL.,CONTR.,AMPL.,E REFORMAS DE CRECH	150.000,00
		2017 MANUT.MODERNIZAÇÃO E FUNC.DPTO.EDUC/	412.000,00
		2018 MANUT.FUNC.DA REDE DE ENSINO FUNDAMEI	2.480.000,00
		2019 MANUT.FUNC.E AMPL.SERVIÇO TRANSPORTE	2.213.114,60
		2020 INCENTIVO PARA O ENSINO PROFISSIONALIZ	30.000,00
		2021 INCENTIVO PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO	30.000,00
		2022 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECH	1.783.494,60
		2023 MANUT.FUND.REDE ENSINO PRÉ-ESCOLAR	281.493,20
		PROGRAMA: 0031 - Resgatando Nossa Cultura	115.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2024 MANUT.DESENV.ATIV.CULTURAIS,LITERÁRIAS	115.000,00
		PROGRAMA: 0032 - Esporte - Resgatando Cidadania	700.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1009 CONSTR.E/OU AMPL.DE CENTROS ESPORTIV/	150.000,00
		2025 MANUT.DPTO.ESPORTES E ATIV.ESPORT.RECI	350.000,00
		2026 MANUT.E REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIV	200.000,00
		PROGRAMA: 0033 - Resgatando - Estrada Modelo	1.670.494,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1010 RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE	150.000,00
		1011 CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES	50.000,00
		1012 CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIRO	20.000,00
		2027 MANUT.DPTO TRANSP.FROTAS DE EQUIP.E RC	1.450.494,40
		PROGRAMA: 0034 - Você participa - Cidade Melhora	1.878.998,20
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1014 AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLI	100.000,00
		2029 MANUT.E FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS UR	270.000,00
		2030 LIMPEZA,SINALIZ.E MELHORIAS DE VIAS,PRAI	810.000,00
		2031 MANUT.E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLIC	466.998,20
		2032 AMPL.,MANUT.E MELHORIAS NO ABASTEC.DE	172.000,00
		2033 MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE TORRES	10.000,00
		2077 MANUT.REDE DE SANEAMENTO BÁSICO	50.000,00
		PROGRAMA: 0035 - Água Boa - Vida Saudável	20.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2039 PROTEÇÃO,PRESERV.E/OU RECUPERAÇÃO A	20.000,00
		PROGRAMA: 0036 - Da Porteira para dentro	150.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2078 FOMENTO À ESTRUTURA PRODUTIVA RURAL	150.000,00
		PROGRAMA: 9999 - Reserva de Contingência	80.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		0004 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00
	SUBTOTAL	27.636.990,00	SUBTOTAL 20.425.486,40

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 3/4

Data: 12/12/2017

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	1.985.400,00	PROGRAMA: 0024 - Controle e Equilíbrio Nutricional	50.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2064 ATENDIMENTO E COMBATE ÀS CARÊNCIAS NI	50.000,00
		PROGRAMA: 0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade p	7.936.903,60
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2058 MANUT.E FUNC.DAS ATIVIDADES DO FMS	2.648.000,00
		2059 MANUT.ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMAC	501.653,12
		2060 MANUT.DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA/	3.757.343,18
		2061 MANUT.ATIV.ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AME	792.000,00
		2062 MANUT.ATIV.VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTRC	82.481,30
		2063 MANUT.ATIV.DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE	152.426,00
		2073 GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.000,00
SUBTOTAL	1.985.400,00	SUBTOTAL	7.986.903,60
Tranferências Financeiras Recebidas	6.001.503,60	Tranferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	7.986.903,60	TOTAL	7.986.903,60

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 4/4

Data: 12/12/2017

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO			
		PROGRAMA: 0001 - Processo Legislativo	1.210.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2001 MANUT.DESENV.ATIV.ADMINISTRATIVAS E LEC	1.210.000,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	1.210.000,00
		Tranferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	1.210.000,00	TOTAL	1.210.000,00

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

14-PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS,ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS

Publicação Nº 1456595

Página: 1/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	PODER LEGISLATIVO	01.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:

Viabilizar o cumprimento das funções legislativas do Município, constitucionais e de controle externo, bem como, dotar a Câmara de Vereadores de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal.

Justificativa do programa:

O Legislativo Municipal possui estrutura física própria e é composto por nove vereadores e cinco servidores, tem autonomia financeira e contabilidade própria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	2	2	MANUT.DESENV.ATIV.ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS	Exercício (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES)	1,000	1.210.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.DESENV.ATIV.ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	910.000,00	0,00	910.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	240.000,00	0,00	240.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.210.000,00	0,00	1.210.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Página: 2/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Participativa e Transparente	0029

Objetivo do programa:

Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativa do programa:

A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	7	2	MANUT.REPAROS E READEQUAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL	Exercício (GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL)	4,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.REPAROS E READEQUAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Participativa e Transparente	0029

Objetivo do programa:

Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativa do programa:

A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.002	3	2	MANUT.ATIV.GABINETE PREFEITO,VICE,E ASSES.JURÍDICA	Exercício (GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL)		1,000	510.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.ATIV.GABINETE PREFEITO,VICE,E ASSES.JURÍDICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso/Detalhamento		Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	00	00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	410.000,00	0,00	410.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	00	00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:					510.000,00	0,00	510.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 4/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	03.00
Unidade:	DPTO.ADMINISTRAÇÃO,RECURSOS HUMANOS E SERV.GERAIS	03.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Participativa e Transparente	0029

Objetivo do programa:

Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativa do programa:

A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	4	2	MANUT.DPTO.ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	Exercício (DPTO.ADMINISTRAÇÃO,RECURSOS HUMANOS E SERV.GERAIS)	1,000	580.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.DPTO.ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0500.0000000	2.161,80	0,00	2.161,80
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0500.0000000	3.232,20	0,00	3.232,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	285.606,00	0,00	285.606,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0500.0000000	9.000,00	0,00	9.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0500.0000000	606,00	0,00	606,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	29.394,00	0,00	29.394,00
Total:			580.000,00	0,00	580.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Página: 5774
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	03.00
Unidade:	DPTO ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E SERV. GERAIS	03.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Comunicação Social	131
Programa:	Administração Participativa e Transparente	0029

Objetivo do programa:

Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativa do programa:

A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	22	2	MANUT.SERV.COMUNICAÇÃO E PUBLIC.INSTITUCIONAL E LEGAL	Exercício (DPTO.ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E SERV.GERAIS)	1,000	138.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.SERV.COMUNICAÇÃO E PUBLIC.INSTITUCIONAL E LEGAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	65.000,00	0,00	65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	65.000,00	0,00	65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	8.000,00	0,00	8.000,00
Total:			138.000,00	0,00	138.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 6774
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	03.00
Unidade:	DPTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	03.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Participativa e Transparente	0029

Objetivo do programa:

Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativa do programa:

A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	5	2	MANUT.DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	Exercício (DPTO.DE MATERIAL E PATRIMÔNIO)	4,000	172.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	135.000,00	0,00	135.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	7.000,00	0,00	7.000,00
Total:			172.000,00	0,00	172.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Página: 7/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	04.00
Unidade:	DPTO.FAZENDA E PLANJEMANETO	04.05
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	Administração Participativa e Transparente	0029

Objetivo do programa:

Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativa do programa:

A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	23	2	MANUT.E MODERNIZAÇÃO SERV.FAZENDÁRIOS E PLANEJAMENTO	Exercício (DPTO.FAZENDA E PLANJEMANETO)	4,000	458.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTE MODERNIZAÇÃO SERV.FAZENDÁRIOS E PLANEJAMENTO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	260.000,00	0,00	260.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	183.000,00	0,00	183.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0500.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			458.000,00	0,00	458.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	04.00
Unidade:	DPTO.DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	04.06
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	Administração Participativa e Transparente	0029

Objetivo do programa:

Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativa do programa:

A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.009	28	2	MANUT.E FUNC.DPTO.CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	Exercício (DPTO.DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO)		4,000	270.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTE FUNC.DPTO.CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.00000000	220.000,00	0,00	220.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.00000000	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.00000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			270.000,00	0,00	270.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 9/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	05.00
Unidade:	DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS	05.07
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	Descanso - Cidade Empreendedora	0003

Objetivo do programa:

Promover a melhoria e ampliação de áreas industriais, visando a implantação de novas indústrias, apoiar o desenvolvimento do comércio local, através de suas entidades representativas, realização de feiras e/ou exposições e patrocinar a realização de cursos profissionalizantes para inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Justificativa do programa:

Pela necessidade de impulsionar o desenvolvimento e criação de novas indústrias, manutenção das atividades do departamento e incentivo ao desenvolvimento do comércio e a qualificação profissional, para incentivar a geração de empregos e renda a população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	20	2	DESEV.CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Exercício (DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS)	4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

DESEV.CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 10/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	05.00
Unidade:	DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS	05.07
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	Descanso - Cidade Empreendedora	0003

Objetivo do programa:

Promover a melhoria e ampliação de áreas industriais, visando a implantação de novas indústrias, apoiar o desenvolvimento do comércio local, através de suas entidades representativas, realização de feiras e/ou exposições e patrocinar a realização de cursos profissionalizantes para inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Justificativa do programa:

Pela necessidade de impulsionar o desenvolvimento e criação de novas indústrias, manutenção das atividades do departamento e incentivo ao desenvolvimento do comércio e a qualificação profissional, para incentivar a geração de empregos e renda a população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	20	2	MANUT.FUNC.DPTO.INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS	Exercício (DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS)	4,000	85.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.FUNC.DPTO.INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			85.000,00	0,00	85.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 11/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	05.00
Unidade:	DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS	05.07
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Promoção Comercial	691
Programa:	Descanso - Cidade Empreendedora	0003

Objetivo do programa:

Promover a melhoria e ampliação de áreas industriais, visando a implantação de novas indústrias, apoiar o desenvolvimento do comércio local, através de suas entidades representativas, realização de feiras e/ou exposições e patrocinar a realização de cursos profissionalizantes para inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Justificativa do programa:

Pela necessidade de impulsionar o desenvolvimento e criação de novas indústrias, manutenção das atividades do departamento e incentivo ao desenvolvimento do comércio e a qualificação profissional, para incentivar a geração de empregos e renda a população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	20	2	INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL	Exercício (DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS)	4,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 12/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Crescer Saudável	0005

Objetivo do programa:
Proporcionar o fornecimento de alimentação de qualidade para todos os alunos do ensino básico municipal, visando a melhoria do aprendizado e o crescimento saudável do educando.

Justificativa do programa:
Atendimento da alimentação saudável (merenda escolar) em convênio com a União, para fornecimento de merenda a todos os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	16	2	AQUISIÇÃO,MANUT.E DISTRIB.DA MERENDA ESCOLAR	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	240.009,40

II - Descrição das Ações
AQUISIÇÃO,MANUT.E DISTRIB.DA MERENDA ESCOLAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507.0000000	0,00	75.009,40	75.009,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			165.000,00	75.009,40	240.009,40

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0507 - Recursos FNDE - PNAE



Página: 13/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	16	2	MANUT.FUNC.E AMPL.SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	2.213.114,60

II - Descrição das Ações

MANUT.FUNC.E AMPL.SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	260.000,00	0,00	260.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0506.0000000	0,00	300.992,80	300.992,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0508.0000000	0,00	91.009,40	91.009,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0520.0000000	0,00	211.112,40	211.112,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			1.610.000,00	603.114,60	2.213.114,60

Legenda:

00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA
00.01.0506 - Recursos FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO
00.01.0508 - Recursos FNDE - PNATE
00.01.0520 - Recursos CONVÊNIOS/ESTADO

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	16	2	MANUT.FUNC.DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	2.480.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.FUNC.DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	720.000,00	0,00	720.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0504.0000000	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	310.000,00	0,00	310.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			1.180.000,00	1.300.000,00	2.480.000,00

Legenda:

00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA
00.01.0504 - Recursos FUNDEB 60%

Página: 15/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	16	2	MANUT.MODERNIZAÇÃO E FUNC.DPTO.EDUCAÇÃO	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	412.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.MODERNIZAÇÃO E FUNC.DPTO.EDUCAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	330.000,00	0,00	330.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	72.000,00	0,00	72.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			412.000,00	0,00	412.000,00

Legenda:

00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA

Página: 16/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	16	1	CONSTR.,AMPL.,E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	PRÉDIO (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	3,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTR.,AMPL.,E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Legenda:

00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 1774
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Profissional	363
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	16	2	INCENTIVO PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

INCENTIVO PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 18/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	16	2	INCENTIVO PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

INCENTIVO PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 19/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	16	2	MANUT.FUND.REDE ENSINO PRÉ-ESCOLAR	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	281.493,20

II - Descrição das Ações

MANUT.FUND.REDE ENSINO PRÉ-ESCOLAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	92.500,00	0,00	92.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0504.0000000	0,00	31.493,20	31.493,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	107.500,00	0,00	107.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			250.000,00	31.493,20	281.493,20

Legenda:

00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA
00.01.0504 - Recursos FUNDEB 60%

Página: 20/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	16	2	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES	Exercício (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	4,000	1.783.494,60

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	132.500,00	0,00	132.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0504.0000000	0,00	940.000,00	940.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0505.0000000	0,00	403.494,60	403.494,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	167.500,00	0,00	167.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	140.000,00	0,00	140.000,00
Total:			440.000,00	1.343.494,60	1.783.494,60

Legenda:

00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA
00.01.0504 - Recursos FUNDEB 60%
00.01.0505 - Recursos FUNDEB 40%

Página: 21/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO DE EDUCAÇÃO	06.09
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educação e Cidadania	0030

Objetivo do programa:

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativa do programa:

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.024	16	1	IMPL.,CONTR.,AMPL.,E REFORMAS DE CRECHES	PRÉDIO (DPTO.DE EDUCAÇÃO)	8,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

IMPL.,CONTR.,AMPL.,E REFORMAS DE CRECHES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0501.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Legenda:

00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA

Página: 22/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE CULTURA	06.10
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Qualidade de Vida na Terceira Idade	0015

Objetivo do programa:

Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, assegurando um espaço de encontro, valorizando a convivência comunitária.

Justificativa do programa:

Considerando o elevado índice de idosos no Município, justifica-se tal programa a fim de desenvolver atividades de valorização e estímulo aos idosos através de atividades socioeducativas e encontros de confraternização, consequentemente melhorando a sua qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	16	2	REFORMAS E/OU AMPL.DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	Exercício (DPTO.DE CULTURA)	12,000	70.000,00

II - Descrição das Ações

REFORMAS E/OU AMPL.DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			70.000,00	0,00	70.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 23/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE CULTURA	06.10
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Qualidade de Vida na Terceira Idade	0015

Objetivo do programa:

Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, assegurando um espaço de encontro, valorizando a convivência comunitária.

Justificativa do programa:

Considerando o elevado índice de idosos no Município, justifica-se tal programa a fim de desenvolver atividades de valorização e estímulo aos idosos através de atividades socioeducativas e encontros de confraternização, consequentemente melhorando a sua qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	16	2	MANUT.CENTRO CONVIVÊNCIA, EVENTOS E ATIV. RECREAT. P/TERC.IDADE	Exercício (DPTO.DE CULTURA)	4,000	70.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.CENTRO CONVIVÊNCIA, EVENTOS E ATIV. RECREAT. P/TERC.IDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	70.000,00	0,00	70.000,00
Total:			70.000,00	0,00	70.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 24/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO.DE CULTURA	06.10
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Resgatando Nossa Cultura	0031

Objetivo do programa:

Promover ações e atividades que possam concretizar o resgate e o crescimento cultural, literário e artístico.

Justificativa do programa:

O progresso nas ações de cultura literária e artística são alternativas viáveis para o desenvolvimento sustentável e o incremento cultural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	16	2	MANUT.DESENV.ATIV.CULTURAIS,LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS	Exercício (DPTO.DE CULTURA)	4,000	115.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.DESENV.ATIV.CULTURAIS,LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	65.000,00	0,00	65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
Total:			115.000,00	0,00	115.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Página: 25/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO DE TURISMO	06.11
Função:	Administração	4
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	História e Sabor	0004

Objetivo do programa:

Implantar e sinalizar a rota turística História e Sabor, embelezamento, paisagismo e revitalização do Morro do Cristo Redentor.

Justificativa do programa:

Descanso possui áreas de lazer de muita beleza, podendo ser exploradas economicamente para tornar o município um centro turístico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	29	2	REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DO MORRO DO CRISTO REDENTOR	Exercício (DPTO.DE TURISMO)	4,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DO MORRO DO CRISTO REDENTOR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 26/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	06.00
Unidade:	DPTO DE TURISMO	06.11
Função:	Administração	4
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	História e Sabor	0004

Objetivo do programa:

Implantar e sinalizar a rota turística História e Sabor, embelezamento, paisagismo e revitalização do Morro do Cristo Redentor.

Justificativa do programa:

Descanso possui áreas de lazer de muita beleza, podendo ser exploradas economicamente para tornar o município um centro turístico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	29	2	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO LOCAL	Exercício (DPTO.DE TURISMO)	4,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO LOCAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 27/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	07.00
Unidade:	DPTO.DE ESPORTES	07.11
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Esporte - Resgatando Cidadania	0032

Objetivo do programa:

Incentivar e apoiar a prática e o desenvolvimento do esporte amador em nosso município, visando projetá-lo a nível regional e estadual.

Justificativa do programa:

Devido as deficiências que ainda encontramos sente-se a necessidade de ampliar, melhorar e construir nas comunidades e no complexo municipal, além de locais para suprir as necessidades e conseguir englobar e atrair o maior número de atletas, estudantes ou não, proporcionando a todos outras modalidades e melhorando as condições para a prática de esportes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	24	2	MANUT.E REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL	Exercício (DPTO.DE ESPORTES)	4,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTE REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 28/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	07.00
Unidade:	DPTO.DE ESPORTES	07.11
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Esporte - Resgatando Cidadania	0032

Objetivo do programa:

Incentivar e apoiar a prática e o desenvolvimento do esporte amador em nosso município, visando projetá-lo a nível regional e estadual.

Justificativa do programa:

Devido as deficiências que ainda encontramos sente-se a necessidade de ampliar, melhorar e construir nas comunidades e no complexo municipal, além de locais para suprir as necessidades e conseguir englobar e atrair o maior número de atletas, estudantes ou não, proporcionando a todos outras modalidades e melhorando as condições para a prática de esportes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	24	2	MANUT.DPTO.ESPORTES E ATIV.ESPORT.RECREAT.E LAZER	Exercício (DPTO.DE ESPORTES)	4,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.DPTO.ESPORTES E ATIV.ESPORT.RECREAT.E LAZER

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	202.000,00	0,00	202.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	138.000,00	0,00	138.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 29/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	07.00
Unidade:	DPTO.DE ESPORTES	07.11
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Esporte - Resgatando Cidadania	0032

Objetivo do programa:

Incentivar e apoiar a prática e o desenvolvimento do esporte amador em nosso município, visando projetá-lo a nível regional e estadual.

Justificativa do programa:

Devido as deficiências que ainda encontramos sente-se a necessidade de ampliar, melhorar e construir nas comunidades e no complexo municipal, além de locais para suprir as necessidades e conseguir englobar e atrair o maior número de atletas, estudantes ou não, proporcionando a todos outras modalidades e melhorando as condições para a prática de esportes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	24	1	CONSTR.E/OU AMPL.DE CENTROS ESPORTIVOS COMUNITÁRIOS	CENTRO ESPORTIVO (DPTO.DE ESPORTES)	1,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTR.E/OU AMPL.DE CENTROS ESPORTIVOS COMUNITÁRIOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 30/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	08.00
Unidade:	DPTO DE TRANSPORTES	08.12
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Resgatando - Estrada Modelo	0033

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar o sistema viário visando proporcionar aos usuários das rodovias municipais condições seguras de trafegabilidade e garantir o escoamento da produção agropecuária.

Justificativa do programa:

Existe a necessidade de manter as estradas em condições de trafegabilidade e necessitam de manutenção permanente e ainda, construção de pontes, pontilhões e bueiros, bem como, abrigo de passageiros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	21	2	MANUT.DPTO TRANSP.FROTAS DE EQUIP.E RODOV.MUNIC.	Exercício (DPTO.DE TRANSPORTES)	4,000	1.450.494,40

II - Descrição das Ações

MANUT.DPTO TRANSP.FROTAS DE EQUIP.E RODOV.MUNIC.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	590.000,00	0,00	590.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	800.000,00	0,00	800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511.0000000	0,00	10.494,40	10.494,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.440.000,00	10.494,40	1.450.494,40

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0511 - Recursos CIDE

Página: 31/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	08.00
Unidade:	DPTO.DE TRANSPORTES	08.12
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Resgatando - Estrada Modelo	0033

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar o sistema viário visando proporcionar aos usuários das rodovias municipais condições seguras de trafegabilidade e garantir o escoamento da produção agropecuária.

Justificativa do programa:

Existe a necessidade de manter as estradas em condições de trafegabilidade e necessitam de manutenção permanente e ainda, construção de pontes, pontilhões e bueiros, bem como, abrigo de passageiros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	21	1	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	ABRIGO (DPTO.DE TRANSPORTES)	2,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 32/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	08.00
Unidade:	DPTO DE TRANSPORTES	08.12
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Resgatando - Estrada Modelo	0033

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar o sistema viário visando proporcionar aos usuários das rodovias municipais condições seguras de trafegabilidade e garantir o escoamento da produção agropecuária.

Justificativa do programa:

Existe a necessidade de manter as estradas em condições de trafegabilidade e necessitam de manutenção permanente e ainda, construção de pontes, pontilhões e bueiros, bem como, abrigo de passageiros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	21	1	CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES	PONTE (DPTO.DE TRANSPORTES)	30,000	50.000,00

II - Descrição das Ações
CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 33/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	08.00
Unidade:	DPTO DE TRANSPORTES	08.12
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Resgatando - Estrada Modelo	0033

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar o sistema viário visando proporcionar aos usuários das rodovias municipais condições seguras de trafegabilidade e garantir o escoamento da produção agropecuária.

Justificativa do programa:

Existe a necessidade de manter as estradas em condições de trafegabilidade e necessitam de manutenção permanente e ainda, construção de pontes, pontilhões e bueiros, bem como, abrigo de passageiros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	21	1	RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS	PAVILHÃO (DPTO. DE TRANSPORTES)	600,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.00
Unidade:	DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.13
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Você participa - Cidade Melhora	0034

Objetivo do programa:
Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativa do programa :

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	25	2	MANUT.E FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Exercício (DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS)	4,000	270.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTE FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	203.000,00	0,00	203.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	57.000,00	0,00	57.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			270.000,00	0,00	270.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 35/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.00
Unidade:	DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.13
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Você participa - Cidade Melhora	0034

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativa do programa:

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.014	25	1	AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	PAVIMENTAÇÃO (DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS)	4750,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 36/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.00
Unidade:	DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.13
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Você participa - Cidade Melhora	0034

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativa do programa:

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	25	2	MANUT.E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Exercício (DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS)	1,000	466.998,20

II - Descrição das Ações

MANUTE MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	120.000,00	0,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0512.0000000	0,00	346.998,20	346.998,20
Total:			120.000,00	346.998,20	466.998,20

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0512 - Recursos COSIP

Página: 37/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.00
Unidade:	DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.13
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Você participa - Cidade Melhora	0034

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativa do programa:

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	25	2	LIMPEZA,SINALIZ.E MELHORIAS DE VIAS,PRAÇAS E CEMITÉRIO PUBL.	Exercício (DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS)	4,000	810.000,00

II - Descrição das Ações

LIMPEZA, SINALIZ E MELHORIAS DE VIAS, PRAÇAS E CEMITÉRIO PÚBL.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	278.000,00	0,00	278.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	522.000,00	0,00	522.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			810.000,00	0,00	810.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 38/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.00
Unidade:	DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.13
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Você participa - Cidade Melhor	0034

Objetivo do programa:
Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativa do programa:

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	25	2	AMPL., MANUT. E MELHORIAS NO ABASTEC.DE ÁGUA	Exercício (DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS)	1,000	172.000,00

II - Descrição das Ações

AMPL.,MANUT.E MELHORIAS NO ABASTEC.DE ÁGUA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	72.000,00	0,00	72.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			172.000,00	0,00	172.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 39/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.00
Unidade:	DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.13
Função:	Comunicações	24
Subfunção:	Telecomunicações	722
Programa:	Você participa - Cidade Melhora	0034

Objetivo do programa:
Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativa do programa :

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	25	2	MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE TORRES T.V.	Exercício (DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS)	4,000	10.000,00

II - Descrição das Ações
MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE TORRES T.V.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	09.14
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Você participa - Cidade Melhor	0034

Objetivo do programa:
Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativa do programa :

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.077	25	2	MANUT.REDE DE SANEAMENTO BÁSICO	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.REDE DE SANEAMENTO BÁSICO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade:	DPTO DE AGRICULTURA	10.15
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	Vida Rural de Qualidade	0011

Objetivo do programa:

Promover o desenvolvimento e o crescimento de uma agricultura forte e sustentável, proporcionando qualidade de vida, geração de trabalho e renda no meio rural,incentivando a produção orgânica e agroecológica.

Justificativa do programa:

Nosso município tem a base da economia voltada para a produção no meio rural, resultante do desenvolvimento agrícola e agropecuária. Estas atividades tem fundamental importância para o município como um todo, nos mais diversos aspectos. Assim, torna-se necessário valorizar esta área, que reflete em resultados positivos na arrecadação, geração de trabalho e renda, como consequência o crescimento do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	19	2	ESTRUTURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FEIRA LIVRE	Exercício (DPTO.DE AGRICULTURA)	4,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

ESTRUTURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FEIRA LIVRE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 42/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade:	DPTO DE AGRICULTURA	10.15
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	Vida Rural de Qualidade	0011

Objetivo do programa:

Promover o desenvolvimento e o crescimento de uma agricultura forte e sustentável, proporcionando qualidade de vida, geração de trabalho e renda no meio rural, incentivando a produção orgânica e agroecológica.

Justificativa do programa:

Nosso município tem a base da economia voltada para a produção no meio rural, resultante do desenvolvimento agrícola e agropecuária. Estas atividades tem fundamental importância para o município como um todo, nos mais diversos aspectos. Assim, torna-se necessário valorizar esta área, que reflete em resultados positivos na arrecadação, geração de trabalho e renda, como consequência o crescimento do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	19	2	INCENTIVO E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	Exercício (DPTO DE AGRICULTURA)	4,000	745.000,00

II - Descrição das Ações

INCENTIVO E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0500.0000000	12.000,00	0,00	12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0500.0000000	21.000,00	0,00	21.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	582.000,00	0,00	582.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			745.000,00	0,00	745.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 43/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade:	DPTO.DE AGRICULTURA	10.15
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	Vida Rural de Qualidade	0011

Objetivo do programa:

Promover o desenvolvimento e o crescimento de uma agricultura forte e sustentável, proporcionando qualidade de vida, geração de trabalho e renda no meio rural, incentivando a produção orgânica e agroecológica.

Justificativa do programa:

Nosso município tem a base da economia voltada para a produção no meio rural, resultante do desenvolvimento agrícola e agropecuária. Estas atividades tem fundamental importância para o município como um todo, nos mais diversos aspectos. Assim, torna-se necessário valorizar esta área, que reflete em resultados positivos na arrecadação, geração de trabalho e renda, como consequência o crescimento do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	19	2	MANUT.DPTO.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Exercício (DPTO.DE AGRICULTURA)	4,000	270.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.DPTO.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	210.000,00	0,00	210.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			270.000,00	0,00	270.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 44/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade:	DPTO DE AGRICULTURA	10.15
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	Produção Animal de Qualidade com Sanidade	0012

Objetivo do programa:

Desenvolver atividades agropecuárias de forma economicamente viável e ambientalmente corretas, incrementando a cadeia produtiva, o aumento da produtividade e promover a saúde animal de forma preventiva dos rebanhos do município.

Justificativa do programa:

Dentro do setor agrícola municipal, assume grande importância as atividades agropecuárias, estas, responsáveis pela geração de trabalho, renda, produção de alimentos e de matéria-prima. Para que a agropecuária possa crescer e desenvolver de forma correta, necessitamos investimentos que venham de encontro às necessidades locais e regionais possam incrementar a produção, refletindo positivamente na economia, inclusão de famílias rurais carentes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	19	2	INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL	Exercício (DPTO DE AGRICULTURA)	4,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	130.000,00	0,00	130.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 45/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade:	DPTO DE AGRICULTURA	10.15
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	Da Porteira para dentro	0036

Objetivo do programa:

Promover ações para a melhoria interna nas estruturas produtivas das propriedades rurais do Município.

Justificativa do programa:

Melhorar a estrutura produtiva interna das áreas rurais do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.078	19	2	FOMENTO À ESTRUTURA PRODUTIVA RURAL	Exercício (DPTO.DE AGRICULTURA)	4,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

FOMENTO À ESTRUTURA PRODUTIVA RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade:	DPTO DE AGRICULTURA	10.15
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Defesa Agropecuária	609
Programa:	Produção Animal de Qualidade com Sanidade	0012

Objetivo do programa:

Desenvolver atividades agropecuárias de forma economicamente viável e ambientalmente corretas, incrementando a cadeia produtiva, o aumento da produtividade e promover a saúde animal de forma preventiva dos rebanhos do município.

Justificativa do programa:

Dentro do setor agrícola municipal, assume grande importância as atividades agropecuárias, estas, responsáveis pela geração de trabalho, renda, produção de alimentos e de matéria-prima. Para que a agropecuária possa crescer e desenvolver de forma correta, necessitamos investimentos que venham de encontro às necessidades locais e regionais possam incrementar a produção, refletindo positivamente na economia, inclusão de famílias rurais carentes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	19	2	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	Exercício (DPTO DE AGRICULTURA)	4,000	105.000,00

II - Descrição das Ações

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	90.000,00	0,00	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			105.000,00	0,00	105.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 47/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade:	DPTO DE MEIO AMBIENTE	10.16
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	Água Boa - Vida Saudável	0035

Objetivo do programa:

Promover o uso racional e práticas conservacionistas dos recursos naturais, incentivar a recomposição e/ou respeito às áreas de preservação permanente.

Justificativa do programa:

Os recursos naturais hoje explorados estão a cada dia mais se degradando, resultado da ação do homem que sem pensar nas consequências muitas vezes torna escasso, fragiliza e polui recursos dos quais não sobrevive sem. A água, o solo e a diversidade da fauna e flora precisam ser preservados para que o ser humano não se torne um animal em extinção.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	19	2	PROTEÇÃO, PRESERV.E/OU RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	Exercício (DPTO DE MEIO AMBIENTE)	4,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

PROTEÇÃO, PRESERV.E/OU RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 48/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.18
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Portador de Deficiência	242
Programa:	Proteção Social Especial de Média Complexidade	0017

Objetivo do programa:

Apoiar, orientar e acompanhar as famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de seus direitos.

Justificativa do programa:

Considerando o que prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, este programa justifica-se na medida em que presta serviços especializados para famílias e indivíduos que vivem em situações de violação de direitos, com tudo, sem a ruptura dos vínculos familiares.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	26	2	MANUT.ATIV.DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)	4,000	197.023,00

II - Descrição das Ações

MANUT.ATIV.DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0687.0000000	0,00	9.023,00	9.023,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	8.000,00	0,00	8.000,00
Total:			188.000,00	9.023,00	197.023,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0687 - Recursos FNAS - BL PSEMC

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 49/74
 Data: 12/12/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.18
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão Municipal da Assistência Social	0014

Objetivo do programa:

Gerir os serviços, programas, projetos e benefícios da política municipal de assistência social.

Justificativa do programa:

Considerando a necessidade de atender as exigências de habilitação do nível de gestão básica, faz-se necessário gerir a política de assistência social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.071	26	2	GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL(CONSELHOS)	MES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)	48,000	5.000,00

II - Descrição das Ações

GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL(CONSELHOS)

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 50/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.18
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão Municipal da Assistência Social	0014

Objetivo do programa:

Gerir os serviços, programas, projetos e benefícios da política municipal de assistência social.

Justificativa do programa:

Considerando a necessidade de atender as exigências de habilitação do nível de gestão básica, faz-se necessário gerir a política de assistência social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	26	2	MANUT.E FUNC.DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)	4.000	430.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTE FUNC.DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	320.000,00	0,00	320.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			430.000,00	0,00	430.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 51/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.18
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Proteção Social Básica	0016

Objetivo do programa:

Desenvolver o trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social e fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida, prevenindo a ruptura dos vínculos familiares e comunitários.

Justificativa do programa:

Considerando o que prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, este programa visa prevenir situação de vulnerabilidade ou risco social, promovendo aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.072	26	2	GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	MES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)	48.000	541.488,40

II - Descrição das Ações

GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	330.000,00	0,00	330.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0681.0000000	136.488,40	0,00	136.488,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
Total:			541.488,40	0,00	541.488,40

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0681 - Recursos FNAS BL PSB (PBF/PBV)

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Página: 52/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.18
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade	0018

Objetivo do programa:

Proporcionar e garantir acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados à famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos e fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

Justificativa do programa:

Existência da demanda no município de crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiências e idosos em situação de risco pessoal e social, cujas as famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.070	26	2	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)	12,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:			300.000,00	0,00	300.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 53/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.18
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	0019

Objetivo do programa:

Apio à gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.

Justificativa do programa :

A gestão desses recursos é imprescindível uma vez que é cofinanciamento federal que visa complementar o aporte financeiro necessário ao incremento dos processos de gestão e oferta de serviços do SUAS e do Programa Bolsa Família.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	26	2	MANUT.DA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS-GESTÃO	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)	4,000	12.458,00

II - Descrição das Ações

MANUT.DA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS-GESTÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0549.0000000	0,00	9.458,00	9.458,00
Total:			3.000,00	9.458,00	12.458,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0549 - Outras Transferências de Recursos do FNAS - IGD - SUAS



Página: 54/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.18
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	0019

Objetivo do programa:

Apio à gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.

Justificativa do programa :

A gestão desses recursos é imprescindível uma vez que é cofinanciamento federal que visa complementar o aporte financeiro necessário ao incremento dos processos de gestão e oferta de serviços do SUAS e do Programa Bolsa Família.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	26	2	MANUT.DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)	4,000	25.487,80

II - Descrição das Ações

MANUT.DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0548.0000000	0,00	12.487,80	12.487,80
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0548.0000000	0,00	8.000,00	8.000,00
Total:			5.000,00	20.487,80	25.487,80

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0548 - Outras Transferências de Recursos do FNAS - IGDBF

Página: 55/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA	11.19
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Infância e Adolescência	0020

Objetivo do programa:
Desenvolver políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente.

Justificativa do programa:

Considerando que o público infanto-juvenil merece atenção prioritária e que esta é uma atribuição específica do Poder Público, justifica-se o presente programa, pois busca-se garantir os direitos deste público.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.069	26	2	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.	MES (FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA)	12.000	10.000,00

II - Descrição das Ações
MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 56/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA	11.19
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Infância e Adolescência	0020

Objetivo do programa:

Desenvolver políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente.

Justificativa do programa:

Considerando que o público infanto-juvenil merece atenção prioritária e que esta é uma atribuição específica do Poder Público, justifica-se o presente programa, pois busca-se garantir os direitos deste público.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	26	2	MANUT.ATIV.CONSELHO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA)	4,000	1.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.ATIV.CONSELHO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			1.000,00	0,00	1.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 57/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	11.21
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Direito à Habitação	0022

Objetivo do programa:

Incrementar o Fundo Rotativo Habitacional, visando minimizar o déficit habitacional com a implantação e/ou ampliação de conjuntos habitacionais em áreas urbanas, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população.

Justificativa do programa:

Considerando o elevado déficit habitacional urbano do Município, justifica-se o presente programa, pois visa garantir um direito mínimo do cidadã.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	26	1	CONTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	CASA (FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL)	10,000	95.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	95.000,00	0,00	95.000,00
Total:			95.000,00	0,00	95.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS



Página: 58/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	0037

Objetivo do programa:

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativa do programa:

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutiva integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.073	27	2	GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	MES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS) 48.000	3.000,00

II - Descrição das Ações

GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	3.000,00	0,00	3.000,00
Total:			3.000,00	0,00	3.000,00

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 59/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	0037

Objetivo do programa:

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativa do programa:

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutiva integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	27	2	MANUT.E FUNC.DAS ATIVIDADES DO FMS	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS)	4,000	2.648.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTE FUNC.DAS ATIVIDADES DO FMS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0529.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	1.015.000,00	0,00	1.015.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0529.0000000	204.000,00	0,00	204.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	1.389.000,00	0,00	1.389.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			2.648.000,00	0,00	2.648.000,00

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE



Página: 60/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	0037

Objetivo do programa:

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativa do programa:

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutiva integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.060	27	2	MANUT.DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS)	4,000	3.757.343,18

II - Descrição das Ações

MANUT.DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0532.0000000	0,00	269.280,00	269.280,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0533.0000000	0,00	86.240,00	86.240,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0534.0000000	0,00	282.720,00	282.720,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0546.0000000	0,00	170.000,00	170.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0682.0000000	0,00	220.000,00	220.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0531.0000000	0,00	259.398,30	259.398,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0534.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0542.0000000	0,00	151.985,40	151.985,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0546.0000000	0,00	58.800,00	58.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0553.0000000	0,00	5.231,80	5.231,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0554.0000000	0,00	253.687,68	253.687,68

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Página: 61/74
 Data: 12/12/2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			1.980.000,00	1.777.343,18	3.757.343,18

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE
 00.01.0531 - Recursos SUS - Piso de Atenção Básica(PAB)
 00.01.0532 - Recursos SUS - Programa de Saúde da Família(PSF)
 00.01.0533 - Recursos SUS - Saúde Bucal/Programa de Saúde da Família(PSF Odonto)
 00.01.0534 - Recursos SUS - Agentes Comunitários de Saúde(PACS)
 00.01.0542 - Recursos SUS/ESTADO - COFINANCIAMENTO ESF
 00.01.0546 - Transferências PAB-PMAQ
 00.01.0553 - FNS - MAC - REDE CEGONHA RCEG
 00.01.0554 - TRANSFERENCIA RECUR. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE SUS-MAC
 00.01.0682 - Recursos SUS - NASF

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 62/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	0037

Objetivo do programa:

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativa do programa:

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutiva integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.059	27	2	MANUT.ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS)	4,000	501.653,12

II - Descrição das Ações

MANUT.ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0535.0000000	0,00	61.014,20	61.014,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0539.0000000	0,00	40.638,92	40.638,92
Total:			400.000,00	101.653,12	501.653,12

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE
00.01.0535 - Recursos SUS - Farmácia Básica(FB)
00.01.0539 - Recursos SUS/ESTADO - FARMÁCIA BÁSICA(FB)

Página: 63/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	0037

Objetivo do programa:

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativa do programa:

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutive integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.061	27	2	MANUT.ATIV.ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS)	4,000	792.000,00

II - Descrição das Ações

MANUT.ATIV.ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	792.000,00	0,00	792.000,00
Total:			792.000,00	0,00	792.000,00

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 64/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	0037

Objetivo do programa:

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativa do programa:

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutive integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.062	27	2	MANUT.ATIV.VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOONOSES	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS)	4,000	82.481,30

II - Descrição das Ações

MANUT.ATIV.VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOONOSES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	48.000,00	0,00	48.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	22.000,00	0,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0536.0000000	0,00	7.481,30	7.481,30
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			75.000,00	7.481,30	82.481,30

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE
00.01.0536 - Recursos SUS - Vigilância Sanitária



Página: 65/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	0037

Objetivo do programa:

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativa do programa:

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutive integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.063	27	2	MANUT.ATIV.DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS)	4,000	152.426,00

II - Descrição das Ações

MANUT.ATIV.DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0537.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	20.500,00	0,00	20.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0537.0000000	0,00	71.926,00	71.926,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			55.500,00	96.926,00	152.426,00

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE
00.01.0537 - Recursos SUS - Epidemiologia e Controle de Doenças(ECD)

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 66/74
 Data: 12/12/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	12.22
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Controle e Equilíbrio Nutricional	0024

Objetivo do programa:

Diagnosticar, prevenir e tratar distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição às pessoas portadoras dessas necessidades.

Justificativa do programa:

Necessidade de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento da criança, garantindo um futuro saudável à mesma.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.064	27	2	ATENDIMENTO E COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	Exercício (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS)	4.000	50.000,00

II - Descrição das Ações

ATENDIMENTO E COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0529.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 67/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Administração	4
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Proteção da Criança e Adolescente	0021

Objetivo do programa:
Garantir e assegurar os direitos da criança e do adolescente.

Justificativa do programa :
Necessidade de efetivar a proteção integral dos direitos da criança e adolescente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	4	2	MANUT.INSTALAÇÕES E ATIV.RELACIONADAS AO CONSELHO TUTELAR	Exercício (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO)	4,000	125.000,00

II - Descrição das Ações
MANUT.INSTALAÇÕES E ATIV.RELACIONADAS AO CONSELHO TUTELAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			125.000,00	0,00	125.000,00

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 68/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Segurança Pública e Cidadania	0025

Objetivo do programa:

Desenvolvimento de atividades de segurança através de ações conveniadas que garantam e preservem a ordem pública e a defesa da população.

Justificativa do programa:

Atendimento do Convênio mantido com o Estado e necessidade de ações de defesa civil.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.065	4	2	MANUT.CONVÊNIO SEGURANÇA PÚBLICA E RADIOPATRULHA	Exercício (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO)	4,000	90.354,00

II - Descrição das Ações

MANUT.CONVÊNIO SEGURANÇA PÚBLICA E RADIOPATRULHA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0634.0000000	9.119,20	0,00	9.119,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0635.0000000	0,00	4.617,40	4.617,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0636.0000000	0,00	4.617,40	4.617,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0688.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0635.0000000	0,00	3.500,00	3.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0636.0000000	0,00	3.500,00	3.500,00
Total:			74.119,20	16.234,80	90.354,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0634 - Recursos Multas Prev.Leg.Trânsito - MUNICÍPIO
00.01.0635 - Recursos Multas Prev.Leg.Trânsito - PM/SC
00.01.0636 - Recursos Multas Prev.Leg.Trânsito - SSP/SC
00.01.0688 - Recursos ORDINÁRIOS - Prefeitura/Convênio Polícia Civil

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 69/74
 Data: 12/12/2017

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Segurança Pública e Cidadania	0025

Objetivo do programa:

Desenvolvimento de atividades de segurança através de ações conveniadas que garantam e preservem a ordem pública e a defesa da população.

Justificativa do programa:

Atendimento do Convênio mantido com o Estado e necessidade de ações de defesa civil.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.074	12	2	GESTÃO DO SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS	MES (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO)	12.000	55.070,80

II - Descrição das Ações

GESTÃO DO SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0649.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0649.0000000	0,00	30.070,80	30.070,80
Total:			0,00	55.070,80	55.070,80

Legenda:

00.01.0649 - Convênio Corpo de Bombeiros

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 70/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Segurança Pública e Cidadania	0025

Objetivo do programa:

Desenvolvimento de atividades de segurança através de ações conveniadas que garantam e preservem a ordem pública e a defesa da população.

Justificativa do programa:

Atendimento do Convênio mantido com o Estado e necessidade de ações de defesa civil.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.066	4	2	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL	Exercício (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO)	4,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 71/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência Básica	271
Programa:	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos	0026

Objetivo do programa:

Viabilizar a contribuição para a seguridade social e ao PASEP dos Servidores Públicos e Agentes Políticos Municipais.

Justificativa do programa:

Atendimento da parte patronal ao RGPS, obedecida a legislação pertinente e contribuição ao PASEP de acordo com as normas vigentes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.068	4	2	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	Exercício (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO)	4.000	300.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:			300.000,00	0,00	300.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Página: 72/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência Básica	271
Programa:	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos	0026

Objetivo do programa:

Viabilizar a contribuição para a seguridade social e ao PASEP dos Servidores Públicos e Agentes Políticos Municipais.

Justificativa do programa:

Atendimento da parte patronal ao RGPS, obedecida a legislação pertinente e contribuição ao PASEP de acordo com as normas vigentes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.067	4	2	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - RGPS/RPPS	Exercício (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO)	4.000	950.000,00

II - Descrição das Ações

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - RGPS/RPPS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0500.0000000	950.000,00	0,00	950.000,00
Total:			950.000,00	0,00	950.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	Encargos Especiais	0027

Objetivo do programa:

Atendimento de despesas diversas ao encargo do Município, que não se enquadrem em órgãos específicos, bem como, indenizações e sentenças de ações judiciais em que o Município seja pólo passivo.

Justificativa do programa:

Atendimento de despesas diversas ao encargo do Município, que não se enquadrem em órgãos específicos, bem como, indenizações e sentenças de ações judiciais em que o Município seja pólo passivo.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
0.002	4	3	PAGTO DE DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO	Exercício (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO))	4,000	960.000,00

II - Descrição das Ações

PAGTO DE DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso/Detalhamento		Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0500.0000000		300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		00.01.0500.0000000		110.000,00	0,00	110.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0500.0000000		550.000,00	0,00	550.000,00
Total:					960.000,00	0,00	960.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 74/74
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.23
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	Reserva de Contingência	9999

Objetivo do programa:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.004	4	3	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	MES (ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO)	48.000	80.000,00

II - Descrição das Ações

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0500.000000	80.000,00		80.000,00
Total:			80.000,00		80.000,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

2-RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS(ANEXO 2 DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456559

Página: 1/9

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes			
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.00	Impostos			
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.3.03.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho			
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00	IRRF Trabalho - Principal (P)			
4.1.1.1.3.03.1.1.02.00	IRRF Trabalho - Principal (E)			
4.1.1.1.3.03.1.1.03.00	IRRF Trabalho - Principal (S)			
4.1.1.1.3.03.4.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos			
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal			
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00	IRRF Outros Rendimentos - Principal (P)			
4.1.1.1.3.03.4.1.02.00	IRRF Outros Rendimentos - Principal (E)			
4.1.1.1.3.03.4.1.03.00	IRRF Outros Rendimentos - Principal (S)			
4.1.1.1.8.0.0.0.0.0.00	Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios			
4.1.1.1.8.01.0.0.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios			
4.1.1.1.8.01.1.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana			
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00	IPU - Principal (P)			
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00	IPU - Principal (E)			
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00	IPU - Principal (S)			
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
4.1.1.1.8.01.1.2.01.00	IPU - Multas e Juros (P)			
4.1.1.1.8.01.1.2.02.00	IPU - Multas e Juros (E)			
4.1.1.1.8.01.1.2.03.00	IPU - Multas e Juros (S)			
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00	IPU - Dívida Ativa (P)			
4.1.1.1.8.01.1.3.02.00	IPU - Dívida Ativa (E)			
4.1.1.1.8.01.1.3.03.00	IPU - Dívida Ativa (S)			
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
4.1.1.1.8.01.1.4.01.00	IPU-Dívida Ativa-Multas e Juros (P)			
4.1.1.1.8.01.1.4.02.00	IPU-Dívida Ativa-Multas e Juros (E)			
4.1.1.1.8.01.1.4.03.00	IPU-Dívida Ativa-Multas e Juros (S)			
4.1.1.1.8.01.4.0.0.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis			
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princ			

32.267.562,90

3.714.700,00

2.658.700,00

511.000,00

511.000,00

500.000,00

500.000,00

275.000,00

135.000,00

90.000,00

11.000,00

11.000,00

6.000,00

3.000,00

2.000,00

2.079.200,00

1.289.000,00

790.000,00

700.000,00

375.000,00

195.000,00

130.000,00

5.000,00

2.500,00

1.500,00

1.000,00

70.000,00

35.000,00

21.000,00

14.000,00

15.000,00

7.500,00

4.500,00

3.000,00

499.000,00

499.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI - Principal (P)	274.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	ITBI - Principal (E)	135.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	ITBI - Principal (S)	90.000,00		
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	790.200,00		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	790.200,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	760.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISQN - Principal (P)	460.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISQN - Principal (E)	180.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	ISQN - Principal (S)	120.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	30.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	ISQN - Multas e Juros (P)	15.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	ISQN - Multas e Juros (E)	9.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISQN - Multas e Juros (S)	6.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	200,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	ISQN Dívida Ativa - Multas e Juros (P)	100,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	ISQN Dívida Ativa - Multas e Juros (E)	60,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISQN Dívida Ativa - Multas e Juros (S)	40,00		
4.1.1.1.9.00.0.0.00.00.00	Outros Impostos	68.500,00		
4.1.1.1.9.01.0.0.00.00.00	Outros Impostos	68.500,00		
4.1.1.1.9.01.1.0.00.00.00	Outros Impostos	68.500,00		
4.1.1.1.9.01.1.1.00.00.00	Outros Impostos - Principal	50.000,00		
4.1.1.1.9.01.1.1.01.00.00	Outros Impostos	50.000,00		
4.1.1.1.9.01.1.2.00.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros	5.500,00		
4.1.1.1.9.01.1.2.01.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros	5.500,00		
4.1.1.1.9.01.1.3.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa	11.000,00		
4.1.1.1.9.01.1.3.01.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa	11.000,00		
4.1.1.1.9.01.1.4.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.000,00		
4.1.1.1.9.01.1.4.01.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.000,00		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	610.000,00		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	350.000,00		
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	350.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	350.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	350.000,00		
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	260.000,00		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	260.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	260.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	260.000,00		

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.00	Contribuição de Melhoria			
4.1.1.3.0.0.1.0.0.0.00	Contribuição de Melhoria	16.000,00		
4.1.1.3.0.0.1.2.0.0.00	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	2.000,00		
4.1.1.3.0.0.1.3.0.0.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	7.000,00		
4.1.1.3.0.0.1.4.0.0.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.000,00		
4.1.1.3.8.0.0.0.0.0.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	430.000,00		
4.1.1.3.8.0.4.0.0.0.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	430.000,00		
4.1.1.3.8.0.4.1.0.0.0.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	430.000,00		
4.1.1.3.8.0.4.1.1.0.0.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	430.000,00		
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.00	Contribuições			
4.1.2.4.0.0.0.0.0.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública			
4.1.2.4.0.0.1.0.0.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	345.000,00		
4.1.2.4.0.0.1.1.0.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	345.000,00		
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	Receita Patrimonial			
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00	Valores Mobiliários			
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Juros e Correções Monetárias			
4.1.3.2.1.0.1.0.0.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários	206.000,00		
4.1.3.2.1.0.1.1.0.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	206.000,00		
4.1.3.2.1.0.1.1.01.00.00	Recursos Próprios - Exceto Educação	99.992,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.02.00.00	Recursos Próprios - Educação	53.601,20		
4.1.3.2.1.0.1.1.03.00.00	FUNDEB 60%	18.993,20		
4.1.3.2.1.0.1.1.04.00.00	FUNDEB 40%	5.994,60		
4.1.3.2.1.0.1.1.05.00.00	CIDE	494,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.06.00.00	FNDE - Salário Educação	7.992,80		
4.1.3.2.1.0.1.1.07.00.00	FNDE - PNATE	1.009,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.08.00.00	FNDE - PNAE	1.009,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.09.00.00	COSIP	1.998,20		
4.1.3.2.1.0.1.1.10.00.00	DETRAN	659,20		
4.1.3.2.1.0.1.1.11.00.00	Convênio Corpo de Bombeiros	4.490,80		
4.1.3.2.1.0.1.1.12.00.00	Multas Prev.Leg. Trans. - PM/SC	597,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.13.00.00	Multas Prev.Leg. Trans. - SSP/SC	597,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.14.00.00	Transporte Escolar - Estado	1.112,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.15.00.00	BL - GSUAS	453,20		
4.1.3.2.1.0.1.1.16.00.00	BL - PSEMC	1.009,40		
4.1.3.2.1.0.1.1.17.00.00	BL - GBF	1.503,80		
4.1.3.2.1.0.1.1.18.00.00	BL - PSB(PBF/PBV)	4.490,80		
4.1.4.0.0.0.0.0.0.0.00	Receita Agropecuária			
			9.918,39	

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.4.0.00.1.0.00.00.00	Receita Agropecuária	9.918,39		
4.1.4.0.00.1.1.00.00.00	Receita Agropecuária - Principal	9.918,39		
4.1.6.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		438.580,00	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	150.580,00		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	150.580,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	100.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Convênio Corpo de Bombeiros	50.580,00		
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	50.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	50.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	8.000,00		
4.1.6.1.0.03.0.0.00.00.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	8.000,00		
4.1.6.1.0.03.1.0.00.00.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	8.000,00		
4.1.6.2.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		50.000,00	
4.1.6.2.0.02.0.0.00.00.00	Serviços de Transporte	50.000,00		
4.1.6.2.0.02.1.0.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	50.000,00		
4.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	50.000,00		
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		180.000,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços		180.000,00	
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços - Principal		180.000,00	
4.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes			
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M			
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União			
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	12.385.654,51		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	11.510.654,51		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM Cota Mensal - Principal (P)	10.900.654,51		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM Cota Mensal - Principal (E)	5.675.852,11		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM Cota Mensal - Principal (S)	1.059.338,80		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	4.165.463,60		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - P	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 1% Cota Dezembro - Principal (P)	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 1% Cota Dezembro - Principal (E)	210.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	90.000,00		
		300.000,00		

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Príncipe	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 1% Cota Julho - Principal (P)	210.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 1% Cota Julho - Principal (E)	90.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	10.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	10.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal (P)	5.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal (E)	3.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal (S)	2.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	70.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	70.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	70.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	70.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	168.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	168.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	168.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	BL PSEMC	8.013,60		
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	BL PSB (PBF/PBV)	131.997,60		
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	BL GBF	18.984,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	BL GSUAS	9.004,80		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	457.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	293.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	293.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	74.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	74.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	90.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	90.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	30.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	30.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	30.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal (P)	30.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal (E)	15.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal (S)	9.000,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	6.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	150.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	150.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transferências da União - Principal	150.000,00		
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	150.000,00		
			12.432.210,00	

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	12.432.210,00		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	12.222.210,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	10.865.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	10.865.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	ICMS - Principal (P)	7.745.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	ICMS - Principal (E)	1.950.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	ICMS - Principal (S)	1.170.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.197.210,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.197.210,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	IPVA - Principal (P)	747.210,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	IPVA - Principal (E)	270.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	IPVA - Principal (S)	180.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	150.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	150.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	IPI Municípios - Principal (P)	95.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	IPI Municípios - Principal (E)	33.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	IPI Municípios - Principal (S)	22.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	10.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	10.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.1.01.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	10.000,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	210.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	210.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Convênio Transporte Escolar	210.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	2.650.000,00	2.650.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	2.650.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	2.650.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	2.650.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e d	2.252.500,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB - 60%	397.500,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB - 40%			
4.1.9.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	85.500,00		
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	23.500,00		
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	23.500,00		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	23.500,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Prev. Leg. Trânsito-Município	8.460,00		

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 7/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas Prev.Leg.Trânsito-PM/SC	7.520,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.03.00.00	Multas Prev.Leg.Trânsito-SSP/SC	7.520,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		35.000,00	
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	10.000,00		
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	10.000,00		
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	10.000,00		
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	10.000,00		
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	25.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	25.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições - Principal	25.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições	25.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		27.000,00	
4.1.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	27.000,00		
4.1.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	27.000,00		
4.1.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	21.000,00		
4.1.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	6.000,00		
9.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			-4.630.572,90
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-4.630.572,90	
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-2.188.130,90	
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências da União e de suas Entidades	-2.182.130,90		
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências da União - Específica E/M	-2.180.130,90		
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R) Participação na Receita da União	-2.000,00		
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-2.000,00		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-2.000,00		
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-2.000,00		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-2.000,00		
9.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	(R) Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96	-6.000,00		
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	(R) Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96	-6.000,00		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	(R) Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal	-6.000,00		
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-2.442.442,00		
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R) Transferências dos Estados - Específica E/M	-2.442.442,00		
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R) Participação na Receita dos Estados	-2.173.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS	-2.173.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal	-239.442,00		
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA	-239.442,00		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA - Principal	-239.442,00		
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios	-30.000,00		

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-30.000,00		
			Total das receitas:	27.636.990,00
			Total por entidade:	27.636.990,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes			
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	Receita Patrimonial			
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00	Valores Mobiliários			
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.00	Juros e Correções Monetárias			
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários	43.400,00	43.400,00	
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	43.400,00	43.400,00	
4.1.3.2.1.0.0.1.01.00.00	Próprios/PPI Vig Sanit	1.996,40		
4.1.3.2.1.0.0.1.02.00.00	BL AFB	998,20		
4.1.3.2.1.0.0.1.03.00.00	BL ATB	12.998,30		
4.1.3.2.1.0.0.1.04.00.00	BL VGS	9.982,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.05.00.00	BL VGS VS	1.497,30		
4.1.3.2.1.0.0.1.06.00.00	Cofinanciamento ESF AB	10.025,40		
4.1.3.2.1.0.0.1.07.00.00	Farmácia Básica - Estado	598,92		
4.1.3.2.1.0.0.1.08.00.00	BL MAC TMMACAH	4.999,68		
4.1.3.2.1.0.0.1.09.00.00	BL MAC Rede Cegonha	303,80		
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências Correntes		1.942.000,00	
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		1.760.000,00	
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União - Específica E/M	1.760.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	1.760.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	1.760.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Princ	246.400,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	BL ATB PAB	302.720,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	BL ATB ACS	269.280,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	BL ATB SF	86.240,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	BL ATB SB	228.800,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	BL ATB PMAQ	220.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	BL ATB NASF	60.016,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00	BL AFB Assistência Farmacêutica Básica	5.984,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	BL VGS VS	86.944,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00	BL VGS VS VPS-PFVPS(Epidemic)	4.928,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.14.00.00	BL MAC Rede Cegonha			

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 9/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.03.1.1.15.00.00	BL MAC TMMACAH	248.688,00		
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		182.000,00	
4.1.7.2.8.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	182.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	182.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	182.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Princ	182.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	FB Farmácia Básica	40.040,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Cofinanciamento ESF AB Estado	141.960,00		
Total das receitas:				1.985.400,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.0.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.1.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS		6.001.503,60	
4.5.1.1.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS		6.001.503,60	
4.5.1.1.2.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS	6.001.503,60		
4.5.1.1.2.02.0.00.00.000000	REPASSE RECEBIDO	6.001.503,60		
4.5.1.1.2.02.00.00.00.000001	T.F.Recebida do Município de Descanso	6.001.503,60		
Total das transferências:				6.001.503,60
Total por entidade:				7.986.903,60
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.0.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.1.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS		1.210.000,00	
4.5.1.1.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS		1.210.000,00	
4.5.1.1.2.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS	1.210.000,00		
4.5.1.1.2.02.0.00.00.000000	REPASSE RECEBIDO	1.210.000,00		
4.5.1.1.2.02.00.00.00.000001	T.F.Recebida do Município de Descanso	1.210.000,00		
Total das transferências:				1.210.000,00
Total por entidade:				1.210.000,00
Total geral:				36.833.893,60

SADI INACIO BONAMIGO
 Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

3-NATUREZA DA DESPESA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS(ANEXO 2 DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456563

Página: 1/2

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		9.532.149,60	18.342.415,60
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.161,80	
3.1.3.3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		9.517.987,80	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.810.266,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		110.000,00	
3.3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		24.232,20	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		8.662.033,80	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		14.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.003.070,80	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		606,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.002.464,80	80.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		80.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		80.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
Total das despesas: 20.425.486,40				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		7.211.503,60	7.211.503,60
3.5.0.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		7.211.503,60	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS			7.211.503,60
3.5.1.1.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	7.211.503,60		
3.5.1.1.2.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	7.211.503,60		1.210.000,00
3.5.1.1.2.02.00.00.00.00.00	REPASSE CONCEDIDO	7.211.503,60		
3.5.1.1.2.02.00.00.00.00.00	T.F.Conc.à Câmara Munic.de Vereadores de Descanso	1.210.000,00		6.001.503,60
3.5.1.1.2.02.00.00.00.00.00	T.F.Concedida ao Fundo Municipal de Saúde-FMS	6.001.503,60		
Total das transferências: 7.211.503,60				
Total da entidade: 27.636.990,00				
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		3.836.240,00	7.846.903,60
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		3.826.240,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 2/2

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.010.663,60	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		204.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.806.663,60	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			140.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		140.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		140.000,00	
Total das despesas:				7.986.903,60
Total da entidade:				7.986.903,60
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.160.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		910.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		910.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		250.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		240.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.000,00	
Total das despesas:				1.210.000,00
Total da entidade:				1.210.000,00
Total geral:				36.833.893,60

SADI INACIO BONAMIGO
 Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

4-FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO(ANEXO 5 DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456568

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Data: 12/12/2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	124 Controle Interno
	131 Comunicação Social
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	695 Turismo
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	271 Previdência Básica
10 Saúde	122 Administração Geral
	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	363 Ensino Profissional
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	512 Saneamento Básico Urbano
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	608 Promoção da Produção Agropecuária
	609 Defesa Agropecuária
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	691 Promoção Comercial
24 Comunicações	722 Telecomunicações
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

5-PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO(ANEXO 6 DA LEI Nº 4320 64)

Publicação Nº 1456572

Página: 1/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 02.00 CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
Unidade: 02.02 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL					
04	Administração				590.000,00
04.122	Administração Geral				590.000,00
04.122.0029	Administração Participativa e Transparente				590.000,00
04.122.0029.2.002	MANUT.ATIV.GABINETE PREFEITO, VICE,E ASSES.JURÍDICA				510.000,00
04.122.0029.2.003	MANUT.REPAROS E READEQUAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL				80.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade: 03.03 DPTO.ADMINISTRAÇÃO,RECURSOS HUMANOS E SERV.GERAIS					
04	Administração				718.000,00
04.122	Administração Geral				580.000,00
04.122.0029	Administração Participativa e Transparente				580.000,00
04.122.0029.2.005	MANUT.DPTO.ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS				580.000,00
04.131	Comunicação Social				138.000,00
04.131.0029	Administração Participativa e Transparente				138.000,00
04.131.0029.2.006	MANUT.SERV.COMUNICAÇÃO E PUBLIC.INSTITUCIONAL E LEGAL				138.000,00
Unidade: 03.04 DPTO.DE MATERIAL E PATRIMÔNIO					
04	Administração				172.000,00
04.122	Administração Geral				172.000,00
04.122.0029	Administração Participativa e Transparente				172.000,00
04.122.0029.2.007	MANUT.DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO				172.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO					
Unidade: 04.05 DPTO.FAZENDA E PLANJEMANETO					
04	Administração				458.000,00
04.123	Administração Financeira				458.000,00
04.123.0029	Administração Participativa e Transparente				458.000,00
04.123.0029.2.008	MANUT.E MODERNIZAÇÃO SERV.FAZENDÁRIOS E PLANEJAMENTO				458.000,00
		915.000,00	18.470.486,40	1.040.000,00	27.636.990,00
		0,00	590.000,00	0,00	590.000,00
		0,00	590.000,00	0,00	590.000,00
			590.000,00		590.000,00
			590.000,00		590.000,00
			590.000,00		590.000,00
			510.000,00		510.000,00
			80.000,00		80.000,00
		0,00	890.000,00	0,00	890.000,00
		0,00	718.000,00	0,00	718.000,00
			718.000,00		718.000,00
			580.000,00		580.000,00
			580.000,00		580.000,00
			580.000,00		580.000,00
			138.000,00		138.000,00
			138.000,00		138.000,00
		0,00	172.000,00	0,00	172.000,00
			172.000,00		172.000,00
			172.000,00		172.000,00
			172.000,00		172.000,00
		0,00	728.000,00	0,00	7.939.503,60
		0,00	458.000,00	0,00	7.669.503,60
			458.000,00		458.000,00
			458.000,00		458.000,00
			458.000,00		458.000,00
			458.000,00		458.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 2/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 04.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO					
Unidade: 04.05 DPTO.FAZENDA E PLANEJAMENTO					
		915.000,00	18.470.486,40	1.040.000,00	27.636.990,00
		0,00	728.000,00	0,00	7.939.503,60
		0,00	458.000,00	0,00	7.669.503,60
TRANSFÊRENCIAS FINANCEIRAS					
	Câmara Municipal de Vereadores de Descanso				7.211.503,60
	Fundo Municipal de Saúde - FMS				1.210.000,00
					6.001.503,60
Unidade: 04.06 DPTO.DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO					
		0,00	270.000,00	0,00	270.000,00
04	Administração				270.000,00
04.124	Controle Interno		270.000,00		270.000,00
04.124.0029	Administração Participativa e Transparente		270.000,00		270.000,00
04.124.0029.2.009	MANUT.E FUNC.DPTO.CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO		270.000,00		270.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
Unidade: 05.07 DPTO.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS					
		0,00	135.000,00	0,00	135.000,00
		0,00	135.000,00	0,00	135.000,00
22	Indústria		115.000,00		115.000,00
22.661	Promoção Industrial		115.000,00		115.000,00
22.661.0003	Descanso - Cidade Empreendedora		115.000,00		115.000,00
22.661.0003.2.010	MANUT.FUNC.DPTO.INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		85.000,00		85.000,00
22.661.0003.2.011	DESEV.CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		30.000,00		30.000,00
23	Comércio e Serviços		20.000,00		20.000,00
23.691	Promoção Comercial		20.000,00		20.000,00
23.691.0003	Descanso - Cidade Empreendedora		20.000,00		20.000,00
23.691.0003.2.012	INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL		20.000,00		20.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade: 06.09 DPTO.DE EDUCAÇÃO					
		350.000,00	7.775.111,80	0,00	8.125.111,80
		350.000,00	7.470.111,80	0,00	7.820.111,80
12	Educação				7.820.111,80
12.306	Alimentação e Nutrição	350.000,00	240.009,40		240.009,40
12.306.0005	Crescer Saudável		240.009,40		240.009,40
12.306.0005.2.016	AQUISIÇÃO,MANUT.E DISTRIB.DA MERENDA ESCOLAR		240.009,40		240.009,40

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 3/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade: 06.09 DPTO.DE EDUCAÇÃO					
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	915.000,00	18.470.486,40	1.040.000,00	27.636.990,00
12.361.0030	Educação e Cidadania				
12.361.0030.1.023	CONSTR.,AMPL.,E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL				
12.361.0030.2.017	MANUT.MODERNIZAÇÃO E FUNC.DPTO.EDUCAÇÃO	350.000,00	7.775.111,80	0,00	8.125.111,80
12.361.0030.2.018	MANUT.FUNC.DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	350.000,00	7.470.111,80	0,00	7.820.111,80
12.361.0030.2.019	MANUT.FUNC.E AMPL.SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR				
12.363	Ensino Profissional				
12.363.0030	Educação e Cidadania	350.000,00	7.470.111,80		7.820.111,80
12.363.0030.2.020	INCENTIVO PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	200.000,00	5.105.114,60		5.305.114,60
12.364	Ensino Superior	200.000,00	5.105.114,60		5.305.114,60
12.364.0030	Educação e Cidadania	200.000,00			
12.364.0030.2.021	INCENTIVO PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO				
12.365	Educação Infantil				
12.365.0030	Educação e Cidadania				
12.365.0030.1.024	IMPL.,CONTR.,AMPL.,E REFORMAS DE CRECHES	150.000,00	2.064.987,80		2.214.987,80
12.365.0030.2.022	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES	150.000,00	2.064.987,80		2.214.987,80
12.365.0030.2.023	MANUT.FUND.REDE ENSINO PRÉ-ESCOLAR				
			1.783.494,60		1.783.494,60
			281.493,20		281.493,20
Unidade: 06.10 DPTO.DE CULTURA					
13	Cultura	0,00	255.000,00	0,00	255.000,00
13.392	Difusão Cultural				
13.392.0015	Qualidade de Vida na Terceira Idade				
13.392.0015.2.045	MANUT.CENTRO CONVIVÊNCIA.EVENTOS E ATIV.RECREAT.P/TERC.IDADE				
13.392.0015.2.046	REFORMAS E/OU AMPL.DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS				
13.392.0031	Resgatando Nossa Cultura				
13.392.0031.2.024	MANUT.DESENV.ATIV.CULTURAIS,LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS				
			115.000,00		115.000,00
			115.000,00		115.000,00
Unidade: 06.11 DPTO.DE TURISMO					
04	Administração	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04.695	Turismo				
04.695.0004	História e Sabor				
04.695.0004.2.014	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO LOCAL				
			10.000,00		10.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 4/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade: 06.11 DPTO.DE TURISMO					
04	Administração				50.000,00
04.695	Turismo				50.000,00
04.695.0004	História e Sabor				50.000,00
04.695.0004.2.015	REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DO MORRO DO CRISTO REDENTOR				40.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES					
Unidade: 07.11 DPTO.DE ESPORTES					
27	Desporto e Lazer				700.000,00
27.812	Desporto Comunitário				700.000,00
27.812.0032	Esporte - Resgatando Cidadania				700.000,00
27.812.0032.1.009	CONSTR.E/OU AMPL.DE CENTROS ESPORTIVOS COMUNITÁRIOS				150.000,00
27.812.0032.2.025	MANUT.DPTO.ESPORTES E ATIV.ESPORT.RECREAT.E LAZER				350.000,00
27.812.0032.2.026	MANUT.E REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL				200.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					
Unidade: 08.12 DPTO.DE TRANSPORTES					
26	Transporte				1.670.494,40
26.782	Transporte Rodoviário				1.670.494,40
26.782.0033	Resgatando - Estrada Modelo				1.670.494,40
26.782.0033.1.010	RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS				150.000,00
26.782.0033.1.011	CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES				50.000,00
26.782.0033.1.012	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS				20.000,00
26.782.0033.2.027	MANUT.DPTO TRANSP.FROTAS DE EQUIPE RODOV.MUNIC.				1.450.494,40
Órgão: 09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
Unidade: 09.13 DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
15	Urbanismo				1.818.998,20
15.451	Infra-Estrutura Urbana				370.000,00
15.451.0034	Você participa - Cidade Melhor				370.000,00
15.451.0034.1.014	AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				100.000,00
15.451.0034.2.029	MANUT.E FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				270.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 5/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
Unidade: 09.13 DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
15	Urbanismo	100.000,00	1.718.998,20		1.818.998,20
15.452	Serviços Urbanos		1.276.998,20		1.276.998,20
15.452.0034	Você participa - Cidade Melhora		1.276.998,20		1.276.998,20
15.452.0034.2.030	LIMPEZA,SINALIZ.E MELHORIAS DE VIAS,PRAÇAS E CEMITÉRIO PÚBL.		810.000,00		810.000,00
15.452.0034.2.031	MANUTE E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		466.998,20		466.998,20
15.512	Saneamento Básico Urbano		172.000,00		172.000,00
15.512.0034	Você participa - Cidade Melhora		172.000,00		172.000,00
15.512.0034.2.032	AMPL.,MANUTE E MELHORIAS NO ABASTEC.DE ÁGUA		172.000,00		172.000,00
24	Comunicações		10.000,00		10.000,00
24.722	Telecomunicações		10.000,00		10.000,00
24.722.0034	Você participa - Cidade Melhora		10.000,00		10.000,00
24.722.0034.2.033	MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE TORRES T.V.		10.000,00		10.000,00
Unidade: 09.14 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO					
17	Saneamento	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		50.000,00		50.000,00
17.512.0034	Você participa - Cidade Melhora		50.000,00		50.000,00
17.512.0034.2.077	MANUT.REDE DE SANEAMENTO BÁSICO		50.000,00		50.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
Unidade: 10.15 DPTO.DE AGRICULTURA					
20	Agricultura		1.460.000,00		1.460.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		1.355.000,00		1.355.000,00
20.608.0011	Vida Rural de Qualidade		1.055.000,00		1.055.000,00
20.608.0011.2.034	MANUT.DPTO.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		270.000,00		270.000,00
20.608.0011.2.035	INCENTIVO E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL		745.000,00		745.000,00
20.608.0011.2.036	ESTRUTURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FEIRA LIVRE		40.000,00		40.000,00
20.608.0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade		150.000,00		150.000,00
20.608.0012.2.037	INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL		150.000,00		150.000,00
20.608.0036	Da Porteira para dentro		150.000,00		150.000,00
20.608.0036.2.078	FOMENTO À ESTRUTURA PRODUTIVA RURAL		150.000,00		150.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 6/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
Unidade: 10.15 DPTO.DE AGRICULTURA					
20	Agricultura				
20.609	Defesa Agropecuária		1.460.000,00		1.460.000,00
20.609.0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade		105.000,00		105.000,00
20.609.0012.2.038	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL		105.000,00		105.000,00
Unidade: 10.16 DPTO DE MEIO AMBIENTE					
18	Gestão Ambiental				
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		20.000,00		20.000,00
18.541.0035	Água Boa - Vida Saudável		20.000,00		20.000,00
18.541.0035.2.039	PROTEÇÃO, PRESERV. E/OU RECUPERAÇÃO AMBIENTAL		20.000,00		20.000,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL					
Unidade: 11.18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
08	Assistência Social				
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		1.511.457,20		1.511.457,20
08.242.0017	Proteção Social Especial de Média Complexidade		197.023,00		197.023,00
08.242.0017.2.050	MANUT.ATIV.DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		197.023,00		197.023,00
08.244	Assistência Comunitária		1.314.434,20		1.314.434,20
08.244.0014	Gestão Municipal da Assistência Social		435.000,00		435.000,00
08.244.0014.2.040	MANUTE FUNC.DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		430.000,00		430.000,00
08.244.0014.2.071	GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL(CONSELHOS)		5.000,00		5.000,00
08.244.0016	Proteção Social Básica		541.488,40		541.488,40
08.244.0016.2.072	GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		541.488,40		541.488,40
08.244.0018	Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade		300.000,00		300.000,00
08.244.0018.2.070	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		300.000,00		300.000,00
08.244.0019	Coordenação dos Serviços Socioassistenciais		37.945,80		37.945,80
08.244.0019.2.054	MANUT.DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		25.487,80		25.487,80
08.244.0019.2.055	MANUT.DA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS-GESTÃO		12.458,00		12.458,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 7/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL					
Unidade: 11.19 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA					
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		11.000,00		11.000,00
08.243.0020	Infância e Adolescência		11.000,00		11.000,00
08.243.0020.2.056	MANUT.ATIV.CONSELHO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		1.000,00		1.000,00
08.243.0020.2.069	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.		10.000,00		10.000,00
Unidade: 11.21 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
16	Habitação	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00
16.482	Habitação Urbana	95.000,00			95.000,00
16.482.0022	Direito à Habitação	95.000,00			95.000,00
16.482.0022.1.019	CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	95.000,00			95.000,00
Órgão: 13.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Unidade: 13.23 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
04	Administração				
04.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		125.000,00		125.000,00
04.243.0021	Proteção da Criança e Adolescente		125.000,00		125.000,00
04.243.0021.2.057	MANUT.INSTALAÇÕES E ATIV.RELACIONADAS AO CONSELHO TUTELAR		125.000,00		125.000,00
06	Segurança Pública		195.424,80		195.424,80
06.181	Policimento		90.354,00		90.354,00
06.181.0025	Segurança Pública e Cidadania		90.354,00		90.354,00
06.181.0025.2.065	MANUT.CONVÊNIO SEGURANÇA PÚBLICA E RADIOPATRULHA		90.354,00		90.354,00
06.182	Defesa Civil		105.070,80		105.070,80
06.182.0025	Segurança Pública e Cidadania		105.070,80		105.070,80
06.182.0025.2.066	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL		50.000,00		50.000,00
06.182.0025.2.074	GESTÃO DO SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS		55.070,80		55.070,80
09	Previdência Social		1.250.000,00		1.250.000,00
09.271	Previdência Básica		1.250.000,00		1.250.000,00
09.271.0026	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos		1.250.000,00		1.250.000,00
09.271.0026.2.067	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - RGPS/RPPS		950.000,00		950.000,00
09.271.0026.2.068	CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP		300.000,00		300.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	915.000,00	18.470.486,40	1.040.000,00	27.636.990,00
Órgão: 13.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Unidade: 13.23 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
28	Encargos Especiais			960.000,00	960.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			960.000,00	960.000,00
28.846.0027	Encargos Especiais			960.000,00	960.000,00
28.846.0027.0.002	PAGTO DE DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO			960.000,00	960.000,00
99	Reserva de Contingência			80.000,00	80.000,00
99.999	Reserva de Contingência			80.000,00	80.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência			80.000,00	80.000,00
99.999.9999.0.004	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			80.000,00	80.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO					
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	7.986.903,60	0,00	7.986.903,60
Órgão: 12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade: 12.22 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS					
10	Saúde				7.986.903,60
10.122	Administração Geral		7.986.903,60		7.986.903,60
10.122.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		2.651.000,00		2.651.000,00
10.122.0037.2.058	MANUT.E FUNC.DAS ATIVIDADES DO FMS		2.651.000,00		2.651.000,00
10.122.0037.2.073	GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE		2.648.000,00		2.648.000,00
10.301	Atenção Básica		3.000,00		3.000,00
10.301.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		4.258.996,30		4.258.996,30
10.301.0037.2.059	MANUT.ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA		501.653,12		501.653,12
10.301.0037.2.060	MANUT.DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE		3.757.343,18		3.757.343,18
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		792.000,00		792.000,00
10.302.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		792.000,00		792.000,00
10.302.0037.2.061	MANUT.ATIV.ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		792.000,00		792.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		82.481,30		82.481,30
10.304.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		82.481,30		82.481,30
10.304.0037.2.062	MANUT.ATIV.VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOONOSES		82.481,30		82.481,30
10.305	Vigilância Epidemiológica		152.426,00		152.426,00
10.305.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		152.426,00		152.426,00
10.305.0037.2.063	MANUT.ATIV.DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS		152.426,00		152.426,00
10.306	Alimentação e Nutrição		50.000,00		50.000,00
10.306.0024	Controle e Equilíbrio Nutricional		50.000,00		50.000,00
10.306.0024.2.064	ATENDIMENTO E COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS		50.000,00		50.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 9/9
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão: 01.00 PODER LEGISLATIVO					
Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
01	Legislativa	0,00	1.210.000,00	0,00	1.210.000,00
01.031	Ação Legislativa	0,00	1.210.000,00	0,00	1.210.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo	0,00	1.210.000,00	0,00	1.210.000,00
01.031.0001.2.001	MANUT.DESENV.ATIV.ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS		1.210.000,00		1.210.000,00
Total geral:					36.833.893,60

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

6-PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO-DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES,SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS,POR PROJETOS,ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS(ANEXO 7 DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456575

Página: 1/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		1.210.000,00		1.210.000,00
01.031	Ação Legislativa		1.210.000,00		1.210.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo		1.210.000,00		1.210.000,00
04	Administração		2.383.000,00		2.383.000,00
04.122	Administração Geral		1.342.000,00		1.342.000,00
04.122.0029	Administração Participativa e Transparente		1.342.000,00		1.342.000,00
04.123	Administração Financeira		458.000,00		458.000,00
04.123.0029	Administração Participativa e Transparente		458.000,00		458.000,00
04.124	Controle Interno		270.000,00		270.000,00
04.124.0029	Administração Participativa e Transparente		270.000,00		270.000,00
04.131	Comunicação Social		138.000,00		138.000,00
04.131.0029	Administração Participativa e Transparente		138.000,00		138.000,00
04.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		125.000,00		125.000,00
04.243.0021	Proteção da Criança e Adolescente		125.000,00		125.000,00
04.695	Turismo		50.000,00		50.000,00
04.695.0004	História e Sabor		50.000,00		50.000,00
06	Segurança Pública		195.424,80		195.424,80
06.181	Policimento		90.354,00		90.354,00
06.181.0025	Segurança Pública e Cidadania		90.354,00		90.354,00
06.182	Defesa Civil		105.070,80		105.070,80
06.182.0025	Segurança Pública e Cidadania		105.070,80		105.070,80
08	Assistência Social		1.522.457,20		1.522.457,20
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		197.023,00		197.023,00
08.242.0017	Proteção Social Especial de Média Complexidade		197.023,00		197.023,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		11.000,00		11.000,00
08.243.0020	Infância e Adolescência		11.000,00		11.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.314.434,20		1.314.434,20
08.244.0014	Gestão Municipal da Assistência Social		435.000,00		435.000,00
08.244.0016	Proteção Social Básica		541.488,40		541.488,40
08.244.0018	Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade		300.000,00		300.000,00
08.244.0019	Coordenação dos Serviços Socioassistenciais		37.945,80		37.945,80
09	Previdência Social		1.250.000,00		1.250.000,00
09.271	Previdência Básica		1.250.000,00		1.250.000,00
09.271.0026	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos		1.250.000,00		1.250.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 2/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
09	Previdência Social		1.250.000,00		1.250.000,00
09.271	Previdência Básica		1.250.000,00		1.250.000,00
09.271.0026	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos		1.250.000,00		1.250.000,00
10	Saúde		7.986.903,60		7.986.903,60
10.122	Administração Geral		2.651.000,00		2.651.000,00
10.122.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		2.651.000,00		2.651.000,00
10.301	Atenção Básica		4.258.996,30		4.258.996,30
10.301.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		4.258.996,30		4.258.996,30
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		792.000,00		792.000,00
10.302.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		792.000,00		792.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		82.481,30		82.481,30
10.304.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		82.481,30		82.481,30
10.305	Vigilância Epidemiológica		152.426,00		152.426,00
10.305.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos		152.426,00		152.426,00
10.306	Alimentação e Nutrição		50.000,00		50.000,00
10.306.0024	Controle e Equilíbrio Nutricional		50.000,00		50.000,00
12	Educação				
12.306	Alimentação e Nutrição	350.000,00	7.470.111,80		7.820.111,80
12.306.0005	Crescer Saudável		240.009,40		240.009,40
12.361	Ensino Fundamental		240.009,40		240.009,40
12.361.0030	Educação e Cidadania	200.000,00	5.105.114,60		5.305.114,60
12.363	Ensino Profissional	200.000,00	5.105.114,60		5.305.114,60
12.363.0030	Educação e Cidadania		30.000,00		30.000,00
12.364	Ensino Superior		30.000,00		30.000,00
12.364.0030	Educação e Cidadania		30.000,00		30.000,00
12.365	Educação Infantil	150.000,00	2.064.987,80		2.214.987,80
12.365.0030	Educação e Cidadania	150.000,00	2.064.987,80		2.214.987,80
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural		255.000,00		255.000,00
13.392.0015	Qualidade de Vida na Terceira Idade		255.000,00		255.000,00
13.392.0031	Resgatando Nossa Cultura		140.000,00		140.000,00
15	Urbanismo		115.000,00		115.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	1.718.998,20		1.818.998,20
15.451.0034	Você participa - Cidade Melhor	100.000,00	270.000,00		370.000,00
Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017		100.000,00	270.000,00		370.000,00

Página: 3/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
15	Urbanismo	100.000,00	1.718.998,20		1.818.998,20
15.452	Serviços Urbanos		1.276.998,20		1.276.998,20
15.452.0034	Você participa - Cidade Melhora		1.276.998,20		1.276.998,20
15.512	Saneamento Básico Urbano		172.000,00		172.000,00
15.512.0034	Você participa - Cidade Melhora		172.000,00		172.000,00
16	Habitação	95.000,00			95.000,00
16.482	Habitação Urbana	95.000,00			95.000,00
16.482.0022	Direito à Habitação	95.000,00			95.000,00
17	Saneamento		50.000,00		50.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		50.000,00		50.000,00
17.512.0034	Você participa - Cidade Melhora		50.000,00		50.000,00
18	Gestão Ambiental		20.000,00		20.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		20.000,00		20.000,00
18.541.0035	Água Boa - Vida Saudável		20.000,00		20.000,00
20	Agricultura		1.460.000,00		1.460.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		1.355.000,00		1.355.000,00
20.608.0011	Vida Rural de Qualidade		1.055.000,00		1.055.000,00
20.608.0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade		150.000,00		150.000,00
20.608.0036	Da Porteira para dentro		150.000,00		150.000,00
20.609	Defesa Agropecuária		105.000,00		105.000,00
20.609.0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade		105.000,00		105.000,00
22	Indústria		115.000,00		115.000,00
22.661	Promoção Industrial		115.000,00		115.000,00
22.661.0003	Descanso - Cidade Empreendedora		115.000,00		115.000,00
23	Comércio e Serviços		20.000,00		20.000,00
23.691	Promoção Comercial		20.000,00		20.000,00
23.691.0003	Descanso - Cidade Empreendedora		20.000,00		20.000,00
24	Comunicações		10.000,00		10.000,00
24.722	Telecomunicações		10.000,00		10.000,00
24.722.0034	Você participa - Cidade Melhora		10.000,00		10.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 4/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
26	Transporte	220.000,00	1.450.494,40		1.670.494,40
26.782	Transporte Rodoviário	220.000,00	1.450.494,40		1.670.494,40
26.782.0033	Resgatando - Estrada Modelo	220.000,00	1.450.494,40		1.670.494,40
27	Desporto e Lazer	150.000,00	550.000,00		700.000,00
27.812	Desporto Comunitário	150.000,00	550.000,00		700.000,00
27.812.0032	Esporte - Resgatando Cidadania	150.000,00	550.000,00		700.000,00
28	Encargos Especiais			960.000,00	960.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			960.000,00	960.000,00
28.846.0027	Encargos Especiais			960.000,00	960.000,00
99	Reserva de Contingência			80.000,00	80.000,00
99.999	Reserva de Contingência			80.000,00	80.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência			80.000,00	80.000,00
Total:		915.000,00	27.667.390,00	1.040.000,00	29.622.390,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 5/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	Câmara Municipal de Vereadores de Descanso				1.210.000,00
	Fundo Municipal de Saúde - FMS				6.001.503,60
		0,00	0,00	0,00	7.211.503,60
	Total:	915.000,00	27.667.390,00	1.040.000,00	36.833.893,60
	Total geral:				

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

7-DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS(ANEXO 8 DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456577

Página: 1/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.210.000,00		1.210.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.210.000,00		1.210.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo	1.210.000,00		1.210.000,00
04	Administração	2.383.000,00		2.383.000,00
04.122	Administração Geral	1.342.000,00		1.342.000,00
04.122.0029	Administração Participativa e Transparente	1.342.000,00		1.342.000,00
04.123	Administração Financeira	458.000,00		458.000,00
04.123.0029	Administração Participativa e Transparente	458.000,00		458.000,00
04.124	Controle Interno	270.000,00		270.000,00
04.124.0029	Administração Participativa e Transparente	270.000,00		270.000,00
04.131	Comunicação Social	138.000,00		138.000,00
04.131.0029	Administração Participativa e Transparente	138.000,00		138.000,00
04.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	125.000,00		125.000,00
04.243.0021	Proteção da Criança e Adolescente	125.000,00		125.000,00
04.695	Turismo	50.000,00		50.000,00
04.695.0004	História e Sabor	50.000,00		50.000,00
06	Segurança Pública	124.119,20	71.305,60	195.424,80
06.181	Policimento	74.119,20	16.234,80	90.354,00
06.181.0025	Segurança Pública e Cidadania	74.119,20	16.234,80	90.354,00
06.182	Defesa Civil	50.000,00	55.070,80	105.070,80
06.182.0025	Segurança Pública e Cidadania	50.000,00	55.070,80	105.070,80
08	Assistência Social	1.483.488,40	38.968,80	1.522.457,20
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	188.000,00	9.023,00	197.023,00
08.242.0017	Proteção Social Especial de Média Complexidade	188.000,00	9.023,00	197.023,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00		11.000,00
08.243.0020	Infância e Adolescência	11.000,00		11.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.284.488,40	29.945,80	1.314.434,20
08.244.0014	Gestão Municipal da Assistência Social	435.000,00		435.000,00
08.244.0016	Proteção Social Básica	541.488,40		541.488,40
08.244.0018	Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade	300.000,00		300.000,00
08.244.0019	Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	8.000,00	29.945,80	37.945,80
09	Previdência Social	1.250.000,00		1.250.000,00
09.271	Previdência Básica	1.250.000,00		1.250.000,00
09.271.0026	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos	1.250.000,00		1.250.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 2/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	6.003.500,00	1.983.403,60	7.986.903,60
10.122	Administração Geral	2.651.000,00		2.651.000,00
10.122.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	2.651.000,00		2.651.000,00
10.301	Atenção Básica	2.380.000,00	1.878.996,30	4.258.996,30
10.301.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	2.380.000,00	1.878.996,30	4.258.996,30
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	792.000,00		792.000,00
10.302.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	792.000,00		792.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	75.000,00	7.481,30	82.481,30
10.304.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	75.000,00	7.481,30	82.481,30
10.305	Vigilância Epidemiológica	55.500,00	96.926,00	152.426,00
10.305.0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	55.500,00	96.926,00	152.426,00
10.306	Alimentação e Nutrição	50.000,00		50.000,00
10.306.0024	Controle e Equilíbrio Nutricional	50.000,00		50.000,00
12	Educação	4.467.000,00	3.353.111,80	7.820.111,80
12.306	Alimentação e Nutrição	165.000,00	75.009,40	240.009,40
12.306.0005	Crescer Saudável	165.000,00	75.009,40	240.009,40
12.361	Ensino Fundamental	3.402.000,00	1.903.114,60	5.305.114,60
12.361.0030	Educação e Cidadania	3.402.000,00	1.903.114,60	5.305.114,60
12.363	Ensino Profissional	30.000,00		30.000,00
12.363.0030	Educação e Cidadania	30.000,00		30.000,00
12.364	Ensino Superior	30.000,00		30.000,00
12.364.0030	Educação e Cidadania	30.000,00		30.000,00
12.365	Educação Infantil	840.000,00	1.374.987,80	2.214.987,80
12.365.0030	Educação e Cidadania	840.000,00	1.374.987,80	2.214.987,80
13	Cultura			
13.392	Difusão Cultural	255.000,00		255.000,00
13.392.0015	Qualidade de Vida na Terceira Idade	255.000,00		255.000,00
13.392.0031	Resgatando Nossa Cultura	140.000,00		140.000,00
		115.000,00		115.000,00
15	Urbanismo	1.472.000,00	346.998,20	1.818.998,20
15.451	Infra-Estrutura Urbana	370.000,00		370.000,00
15.451.0034	Você participa - Cidade Melhor	370.000,00		370.000,00
15.452	Serviços Urbanos	930.000,00	346.998,20	1.276.998,20
15.452.0034	Você participa - Cidade Melhor	930.000,00	346.998,20	1.276.998,20
15.512	Saneamento Básico Urbano	172.000,00		172.000,00
15.512.0034	Você participa - Cidade Melhor	172.000,00		172.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 3/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
16	Habitação	95.000,00		95.000,00
16.482	Habitação Urbana	95.000,00		95.000,00
16.482.0022	Direito à Habitação	95.000,00		95.000,00
17	Saneamento	50.000,00		50.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	50.000,00		50.000,00
17.512.0034	Você participa - Cidade Melhor	50.000,00		50.000,00
18	Gestão Ambiental	20.000,00		20.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00		20.000,00
18.541.0035	Água Boa - Vida Saudável	20.000,00		20.000,00
20	Agricultura	1.460.000,00		1.460.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	1.355.000,00		1.355.000,00
20.608.0011	Vida Rural de Qualidade	1.055.000,00		1.055.000,00
20.608.0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade	150.000,00		150.000,00
20.608.0036	Da Porteira para dentro	150.000,00		150.000,00
20.609	Defesa Agropecuária	105.000,00		105.000,00
20.609.0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade	105.000,00		105.000,00
22	Indústria	115.000,00		115.000,00
22.661	Promoção Industrial	115.000,00		115.000,00
22.661.0003	Descanso - Cidade Empreendedora	115.000,00		115.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00		20.000,00
23.691	Promoção Comercial	20.000,00		20.000,00
23.691.0003	Descanso - Cidade Empreendedora	20.000,00		20.000,00
24	Comunicações	10.000,00		10.000,00
24.722	Telecomunicações	10.000,00		10.000,00
24.722.0034	Você participa - Cidade Melhor	10.000,00		10.000,00
26	Transporte	1.660.000,00	10.494,40	1.670.494,40
26.782	Transporte Rodoviário	1.660.000,00	10.494,40	1.670.494,40
26.782.0033	Resgatando - Estrada Modelo	1.660.000,00	10.494,40	1.670.494,40
27	Desporto e Lazer	700.000,00		700.000,00
27.812	Desporto Comunitário	700.000,00		700.000,00
27.812.0032	Esporte - Resgatando Cidadania	700.000,00		700.000,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 4/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	960.000,00		960.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	960.000,00		960.000,00
28.846.0027	Encargos Especiais	960.000,00		960.000,00
99	Reserva de Contingência			80.000,00
99.999	Reserva de Contingência			80.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência			80.000,00
Total:		23.818.107,60	5.804.282,40	29.622.390,00

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 5/5
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60		7.211.503,60
	Câmara Municipal de Vereadores de Descanso	1.210.000,00		1.210.000,00
	Fundo Municipal de Saúde - FMS	6.001.503,60		6.001.503,60
	Total:	7.211.503,60	0,00	7.211.503,60
	Total geral:	23.818.107,60	5.804.282,40	36.833.893,60

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

8-DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES(ANEXO 9 DA LEI Nº 4 320 64)

Publicação Nº 1456581

Página: 1/18

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	590.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	728.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	195.424,80
Total:		0,00	0,00	0,00	2.383.000,00	0,00	195.424,80

Página: 2/18

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.820.111,80
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.522.457,20	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL		0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	1.522.457,20	1.250.000,00	0,00	0,00	7.820.111,80
Total:		0,00	1.522.457,20	1.250.000,00	0,00	0,00	7.820.111,80

Página: 3/18

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		255.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	1.818.998,20	0,00	50.000,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL		0,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		255.000,00	0,00	1.818.998,20	95.000,00	50.000,00	20.000,00

Página: 4/18

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	115.000,00	20.000,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.460.000,00	0,00	115.000,00	20.000,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	MANUT. E FUNC. DA CAMARA MUNICIPAL DE	Reserva de Contingência
02.00 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		0,00	1.670.494,40	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL		0,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	80.000,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	80.000,00
Total:		0,00	1.670.494,40	700.000,00	960.000,00	0,00	80.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO					
Órgão	Funções	TOTAL			
02.00 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO		590.000,00			
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		890.000,00			
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		728.000,00			
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		135.000,00			
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		8.125.111,80			
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		700.000,00			
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		1.670.494,40			
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		1.878.998,20			
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		1.480.000,00			
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL		1.617.457,20			
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		2.610.424,80			
Total:		20.425.486,40			

Página: 7/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 8/18

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	7.986.903,60	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	7.986.903,60	0,00	0,00

Página: 9/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/18

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 11/18

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	MANUT. E FUNC. DA CAMARA MUNICIPAL DE	Reserva de Contingência
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO						
Órgão	Funções	TOTAL				
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		7.986.903,60				
Total:		7.986.903,60				

Página: 13/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - PODER LEGISLATIVO		1.210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	1.210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 16/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 17/18

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	MANUT. E FUNC. DA CAMARA MUNICIPAL DE	Reserva de Contingência
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO									
Órgão		Funções		TOTAL					
01.00 - PODER LEGISLATIVO				1.210.000,00					
		Total:		1.210.000,00					
		Total geral:		29.622.390,00					

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Publicação Nº 1456584

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Página: 4/4
Data: 12/12/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2014	2015	2016		
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO						
4.1.7.2.1.00.0.00.00.00.00	Transferências da União	1.273.107,91	1.120.283,48	1.303.300,76	1.861.700,00	0,00
4.1.7.2.2.00.0.00.00.00.00	Transferências dos Estados	106.222,50	124.899,00	167.466,13	223.000,00	0,00
4.1.7.2.8.00.0.00.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	0,00	0,00	0,00	0,00	182.000,00
4.2.0.0.0.00.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	402.194,00	36.000,00	147.176,00	200.000,00	0,00
4.2.4.0.0.00.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	402.194,00	36.000,00	147.176,00	200.000,00	0,00
4.2.4.2.0.00.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.200,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
4.2.4.2.1.00.0.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
4.2.4.2.2.00.0.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	399.994,00	36.000,00	147.176,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.0.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	272.244,00	36.000,00	147.176,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.0.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	127.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-749,41	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.00.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-749,41	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.0.00.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-749,41	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.0.00.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-749,41	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.00.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-749,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.933.660,44	1.395.349,78	1.794.174,32	2.338.400,00	1.985.400,00
Total geral:		19.890.182,93	18.510.042,77	23.294.337,30	35.206.000,00	29.622.390,00

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Lei nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 31/2017 E 08/2017 FMS

Publicação Nº 1456452

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2017-FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2017-FMS

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 9:00 horas do dia 28 de dezembro de 2017, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório, objetivando a "Aquisição de combustível para o abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários da frota do Município de Dona Emma e da frota do Fundo Municipal de Saúde deste Município, no decorrer do exercício de 2018". O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2816, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 13 de dezembro de 2017.
NERCI BARP
Prefeito Municipal

EXTRATOS CONTRATOS MÊS 11/2017

Publicação Nº 1455585

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE DONA EMMA**

Folha: 1/2

CNPJ: 83.102.426/0001-83
RUA ALBERTO KOGLIN, Nº 3493
C.E.P.: 89155-000 - Dona Emma - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2017.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** E. ETZOLD E CIA LTDA POSTO DONA EMMA**CNPJ:** 80.657.612/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 19/2016**Número do Processo:** 30/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 13º TA-01/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO, REAJUSTE DE VALOR, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA, NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2017.**Data da Assinatura:** 07/11/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/11/2017**Vigência:** 07/11/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE DONA EMMA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.980,26**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA**CNPJ:** 05.898.011/0001-54**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2016**Número do Processo:** 22/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE UMA ACADEMIA AO AR LIVRE COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO DO PISO, A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA E O PAISAGISMO, EM UMA ÁREA DE 78,36 M² NA PRAÇA MANOEL MARCHETTI, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA.**Data da Assinatura:** 08/11/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/11/2017**Vigência:** 08/11/2017 a 08/03/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 34.624,89**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

Folha: 2/2

CNPJ: 83.102.426/0001-83
RUA ALBERTO KOGLIN, Nº 3493
C.E.P.: 89155-000 - Dona Emma - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2017.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: DUOS MELLOS VIAGEM E TURISMO LTDA - ME

CNPJ: 17.881.722/0001-03

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 1/2016

Número do Processo: 2/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 2º TA-11/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DONA EMMA, NO DECORRER DO QUINQUENIO 2016/2020.

Data da Assinatura: 28/11/2017

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/11/2017

Vigência: 28/11/2017 a 04/02/2018

Programa de Trabalho: 06.01 12.362.0005 2.507.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora / Número: MUNICÍPIO DE DONA EMMA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 16.682,38

Forma de Pagamento: MENSAL

Contratado: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ: 08.336.783/0001-90

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 5/2017

Número do Processo: 42/2017

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 40/2017

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E COMPRA DE ENERGIA REGULADA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Data da Assinatura: 29/11/2017

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2017

Vigência: 29/11/2017 a 29/11/2018

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 360.000,00

Forma de Pagamento: MENSALMENTE

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 072, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456217

DECRETO N.º 072, de 11 de Dezembro de 2017.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 412/16, de 07/12/2016 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secr. de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

06.181.0021.2.004 – Manutenção do Convênio Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.0080 (11) – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2017 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2017

Publicação Nº 1456224

EXTRATO DO CONTRATO nº 32/2017

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 22/2017

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: Farmácia Tramontin Ltda ME

OBJETO: Fornecimento de medicamentos especiais não previstos na listagem da farmácia básica, para distribuição gratuita à população.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado em R\$ 5.855,65 (cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), passando para R\$ 23.422,58 (vinte e três mil quatrocentos e vinte dois reais e cinquenta e oito centavos).

Data da assinatura: 07/12/2017.

PORTARIA Nº 219, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456379

PORTARIA Nº 219, de 10 de dezembro de 2017.

Concede Licença à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença, ao Servidor KLAYTON LUIS TOMAZZI, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 10 de dezembro de 2017 e seu término em 09 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

ANALISE PRELIMINAR EDITAL CONCURSO 002/2017

Publicação Nº 1456408

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2017

ANÁLISE PRELIMINAR DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, Senhor Walter Kleber Kucher Junior, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 020, de 08 de abril de 2009, Lei Complementar nº 021, de 07 de maio de 2009 e demais legislação aplicável, autorizando por meio do Processo Licitatório nº 065/2017, Dispensa nº 019/2017, Contrato Administrativo nº 108/2017, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, divulgam a análise preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição:

PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO			
Inscrição	Nome	CPF	Situação
326424	Andressa Cristina Bussacro	074.457.809-47	Deferido
326420	Fabiana Barbosa	049.564.389-07	Deferido
327177	Igor Andre Tonial Ribeiro	692.530.641-53	Deferido
325429	Jonieli de Jesus	065.378.199-70	Deferido
327104	Luciana de Fátima Barbosa Pimentel	029.433.199-96	Deferido
326927	Neusa de Fátima Gervasio	021.139.719-92	Deferido
325503	Patricia Rambo	069.822.659-35	Deferido
326319	Quelin Vaccari	059.464.889-02	Deferido
326203	Susana Rodrigues Barbosa	060.978.789-66	Deferido
325460	Willian Glovatzki	078.920.359-66	Deferido
326327	Adriana Pelentir Karsburg	044.514.159-00	Indeferido
325614	Rejane Ribeiro Rodrigues	307.613.558-98	Indeferido

Erval Velho/SC, 13 de dezembro de 2017.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO Nº. 2312/2017

Publicação Nº 1456511

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 2312/2017

Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 44/2017

As 09:30 horas do dia 13 de dezembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes, classificação das propostas de preço e realizar a habilitação das proponentes interessadas em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório as seguintes proponentes:

Código Fornecedor	Nome do Fornecedor
166	DJALMO DAVI - EPP
1291	RENIR PAULO MANFRIN – EPP
2491	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

Iniciada a sessão com a presença dos representantes das empresas participantes, sendo que todas as empresa se enquadram como ME e EPP, com isso, passou-se para a fase do Credenciamento, onde notou – se que a empresa A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA – ME não apresentou a Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do representante da empresa conforme item 6.3 – III e a Cópia autenticada da Cédula de Identidade e CPF de todos os Sócios da empresa conforme item 6.3 – V, sendo assim o representante da empresa não foi credenciado, sendo que a proposta de preço foi considerada. Após o Credenciamento foi realizada a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas, onde as empresas A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA – ME e DJALMO DAVI – EPP não apresentaram os Prospectos conforme item 2.4 do edital. Através de consulta com a assessora Jurídica do Município, a mesma autorizou a participação das duas empresas pois a marca apresentada nas proposta era a mesma apresentada pela empresa RENIR PAULO MANFRIN – EPP que apresentou o prospecto. Após a classificação das Propostas de preços do Processo Licitatório foi adjudicado os proponentes, conforme itens abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
1	2	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 89 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 20 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERMELHA COM NO MÍNIMO 36 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	334,00
2	2	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 82 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 20 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERMELHA COM NO MÍNIMO 36 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	283,00
3	2	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 72 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 20 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERMELHA COM NO MÍNIMO 36 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	271,90
4	108	UND	DJALMO DÁVI - PÁLACIO DOS ESPORTES	TROFÉU COM NO MÍNIMO 18 cm DE ALTURA, COM BASE QUADRADA COM NO MÍNIMO 7,5 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE COM FRISOS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL (GOLEADOR, DEFESA, PREMIAÇÕES ESPECIAIS, VÔLEI, ETC.). PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	47,50
5	1	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 79 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 14 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR AZUL. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM NO MINIMO 12 PONTAS COM NO MÍNIMO 15 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR AZUL COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	220,00

6	1	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 68 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 12 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR AZUL. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM NO MÍNIMO 12 PONTAS COM NO MÍNIMO 13 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR AZUL COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	170,00
7	1	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 65 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 10 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR AZUL. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM NO MÍNIMO 12 PONTAS COM NO MÍNIMO 11 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR AZUL COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	142,30
8	2	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 45 cm DE ALTURA COM PLACA DE METAL NA COR VERDE METÁLICO, NA PARTE SUPERIOR CONSTA UM RAMO COM LEITO LISO EM METALIZAÇÃO DOURADA PARA INSERÇÃO DE ADESIVO. BASE DE POLÍMERO EM METALIZAÇÃO DOURADA E PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. CORES DISPONÍVEIS PARA O CORPO DO TROFÉU: (AZUL METÁLICO), (PRATA METÁLICO), (VERMELHO METÁLICO), (DOURADO METÁLICO), (PRETO METÁLICO) E (VERDE METÁLICO).	Vitória	142,00
9	2	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 38 cm DE ALTURA COM PLACA DE METAL NA COR VERDE METÁLICO, NA PARTE SUPERIOR CONSTA UM RAMO COM LEITO LISO EM METALIZAÇÃO DOURADA PARA INSERÇÃO DE ADESIVO. BASE DE POLÍMERO EM METALIZAÇÃO DOURADA E PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. CORES DISPONÍVEIS PARA O CORPO DO TROFÉU: (AZUL METÁLICO), (PRATA METÁLICO), (VERMELHO METÁLICO), (DOURADO METÁLICO), (PRETO METÁLICO) E (VERDE METÁLICO).	Vitória	124,30
10	2	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 32 cm DE ALTURA COM PLACA DE METAL NA COR VERDE METÁLICO, NA PARTE SUPERIOR CONSTA UM RAMO COM LEITO LISO EM METALIZAÇÃO DOURADA PARA INSERÇÃO DE ADESIVO. BASE DE POLÍMERO EM METALIZAÇÃO DOURADA E PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. CORES DISPONÍVEIS PARA O CORPO DO TROFÉU: (AZUL METÁLICO), (PRATA METÁLICO), (VERMELHO METÁLICO), (DOURADO METÁLICO), (PRETO METÁLICO) E (VERDE METÁLICO).	Vitória	102,00
11	3	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 66 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA ENTRE AS LAÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	222,00
12	3	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 62 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA ENTRE AS LAÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	201,50
13	3	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 59 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA ENTRE AS LAÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	205,30
14	3	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 67 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 17 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM NO MÍNIMO 31 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	191,80
15	2	UND	DJALMO DÁVI - PÁLACIO DOS ESPORTES	TROFÉU COM NO MÍNIMO 65 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 14 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM NO MÍNIMO 31 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	172,00

16	2	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 57 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 12 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM NO MÍNIMO 27 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	152,20
17	1	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 66 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	211,90
18	1	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 59 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	201,00
19	1	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	TROFÉU COM NO MÍNIMO 54 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	192,30
20	132	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	MEDALHA HEXAGONAL FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 75 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 50 mm DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", QUE PERMITE TAMBÉM A COLOCAÇÃO DE ADESIVO DE NO MÍNIMO 50 mm. COM BORDAS EM ALTO RELEVO POLIDO E EM BAIXO RELEVO COM TEXTURA. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 3,0MM. PESO APROXIMADO DE 39 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 27 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. DE FITA COM NO MÍNIMO 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	Vitória	8,59
21	190	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 60 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 35 mm DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", QUE PERMITE TAMBÉM A COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 3,5MM. PESO APROXIMADO DE 41 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 27 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. FITA COM NO MÍNIMO 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	Vitória	7,69
22	330	UND	DJALMO DÁVI - PÁLACIO DOS ESPORTES	MEDALHA RETANGULAR FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, COM BORDAS RAIADAS E POLIDAS COM A FIGURA DE DOIS RAMOS E UMA TOCHA OLÍMPICA EM ALTO RELEVO, METALIZADA NA COR DOURADA OU PRATA OU BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 50 mm POR 60 mm DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE NO MÍNIMO 35 mm DE DIÂMETRO, COM ADESIVO DE NO MÍNIMO 35 mm. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 2,5MM. PESO APROXIMADO DE 38 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 27 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	VITÓRIA	7,37
23	160	UND	RENIR PAULO MANFRIN ME	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADO OU PRATA OU BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 45 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO COM A GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", COM ADESIVO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO. NA PARTE POSTERIOR ADESIVO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 2,6MM. PESO APROXIMADO DE 20 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 15 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. FITA COM NO MÍNIMO 1,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	Vitória	5,21

24	480	UND	DJALMO DÁVI - PÁLACIO DOS ESPORTES	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADA, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 35 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", COM ADESIVO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 1,4MM. PESO APROXIMADO DE 06 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 15 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. FITA COM NO MÍNIMO 1,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	VITÓRIA	3,31
----	-----	-----	------------------------------------	---	---------	------

Fornecedor	Valor Total da Compra
DJALMO DÁVI - PÁLACIO DOS ESPORTES	9.494,90
RENIR PAULO MANFRIN ME	9.846,68

O valor total é de R\$ 19.341,58 (Dezenove mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Encerada a fase de julgamento das propostas e rodada de lances, o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto os envelopes e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou as proponentes pois atendeu todas as exigências contidas no edital. Findos os trabalhos de classificação da proposta, rodada de lances e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/2017

Publicação Nº 1456522

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2017

Processo Licitatório nº. 2312/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 44/2017

Validade da ata de R.P.: 12 (doze) meses contados a partir do dia 13/12/2017

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Renato Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 893.665.229-04 e portador da Cédula de Identidade nº 3124133 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº. 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa RENIR PAULO MANFRIN - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.249.261/0001-40 estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº. 445, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Êrcio Lindemann, inscrito no CPF/MF sob nº. 582.893.309-44 e Identidade nº. 2.030.318, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2312/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 44/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
1	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 89 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 20 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERMELHA COM NO MÍNIMO 36 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	334,00
2	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 82 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 20 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERMELHA COM NO MÍNIMO 36 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	283,00

3	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 72 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 20 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERMELHA COM NO MÍNIMO 36 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	271,90
5	1	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 79 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 14 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR AZUL. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM NO MÍNIMO 12 PONTAS COM NO MÍNIMO 15 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR AZUL COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	220,00
6	1	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 68 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 12 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR AZUL. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM NO MÍNIMO 12 PONTAS COM NO MÍNIMO 13 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR AZUL COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	170,00
7	1	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 65 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 10 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR AZUL. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM NO MÍNIMO 12 PONTAS COM NO MÍNIMO 11 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR AZUL COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	142,30
8	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 45 cm DE ALTURA COM PLACA DE METAL NA COR VERDE METÁLICO, NA PARTE SUPERIOR CONSTA UM RAMO COM LEITO LISO EM METALIZAÇÃO DOURADA PARA INSERÇÃO DE ADESIVO. BASE DE POLÍMERO EM METALIZAÇÃO DOURADA E PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. CORES DISPONÍVEIS PARA O CORPO DO TROFÉU: (AZUL METÁLICO), (PRATA METÁLICO), (VERMELHO METÁLICO), (DOURADO METÁLICO), (PRETO METÁLICO) E (VERDE METÁLICO).	Vitória	142,00
9	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 38 cm DE ALTURA COM PLACA DE METAL NA COR VERDE METÁLICO, NA PARTE SUPERIOR CONSTA UM RAMO COM LEITO LISO EM METALIZAÇÃO DOURADA PARA INSERÇÃO DE ADESIVO. BASE DE POLÍMERO EM METALIZAÇÃO DOURADA E PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. CORES DISPONÍVEIS PARA O CORPO DO TROFÉU: (AZUL METÁLICO), (PRATA METÁLICO), (VERMELHO METÁLICO), (DOURADO METÁLICO), (PRETO METÁLICO) E (VERDE METÁLICO).	Vitória	124,30
10	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 32 cm DE ALTURA COM PLACA DE METAL NA COR VERDE METÁLICO, NA PARTE SUPERIOR CONSTA UM RAMO COM LEITO LISO EM METALIZAÇÃO DOURADA PARA INSERÇÃO DE ADESIVO. BASE DE POLÍMERO EM METALIZAÇÃO DOURADA E PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. CORES DISPONÍVEIS PARA O CORPO DO TROFÉU: (AZUL METÁLICO), (PRATA METÁLICO), (VERMELHO METÁLICO), (DOURADO METÁLICO), (PRETO METÁLICO) E (VERDE METÁLICO).	Vitória	102,00
11	3	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 66 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA ENTRE AS LAÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	222,00
12	3	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 62 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA ENTRE AS LAÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	201,50
13	3	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 59 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA ENTRE AS LAÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	205,30

14	3	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 67 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 17 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM NO MÍNIMO 31 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	191,80
16	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 57 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 12 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM NO MÍNIMO 27 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	152,20
17	1	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 66 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	211,90
18	1	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 59 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	201,00
19	1	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 54 cm DE ALTURA, BASE REDONDA COM NO MÍNIMO 21 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COM NO MÍNIMO 33 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	192,30
20	132	UND	MEDALHA HEXAGONAL FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 75 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 50 mm DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", QUE PERMITE TAMBÉM A COLOCAÇÃO DE ADESIVO DE NO MÍNIMO 50 mm. COM BORDAS EM ALTO RELEVO POLIDO E EM BAIXO RELEVO COM TEXTURA. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 3,0MM. PESO APROXIMADO DE 39 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 27 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. DE FITA COM NO MÍNIMO 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	Vitória	8,59
21	190	UND	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 60 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 35 mm DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", QUE PERMITE TAMBÉM A COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 3,5MM. PESO APROXIMADO DE 41 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 27 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. FITA COM NO MÍNIMO 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	Vitória	7,69
23	160	UND	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADO OU PRATA OU BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 45 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO COM A GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", COM ADESIVO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO. NA PARTE POSTERIOR ADESIVO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO. POSSUI ESPESSURA MÍNIMA DE 2,6MM. PESO APROXIMADO DE 20 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 15 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. FITA COM NO MÍNIMO 1,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	Vitória	5,21

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os itens deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 6 meses.

IV - Todos os troféus deverão ser entregues com estatuetas conforme a modalidade solicitada e aprovação do Município.

V - Todos os Troféus deverão ser entregues com Plaquetas de metal na base, e deverão constar todos os dados do evento conforme solicitação e aprovação do Departamento de Esportes.

VI - As medalhas na parte de traz, deverão apresentar marcação com todos os dados do evento conforme solicitação e aprovação do Departamento de Esportes do Município.

VII – Alguns Troféus e Medalhas poderão ser solicitados em outras cores conforme a necessidade do Departamento de Esportes do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Produtos fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2312/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Produtos.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias, contados a partir do recebimento da autorização de compra ou nota de empenho, que poderá ser enviada via fax para o número constante no cadastramento do fornecedor.

VII - A empresa que entregar os produtos fora do prazo estipulado acima, sem justificativa, poderá ser desclassificada dos demais itens vencedores, sendo aplicado as sanções estipuladas nesse ata.

VIII - Todos os produtos deverão ser entregues em locais designados e conforme a demanda do Departamento de Esporte, sem custos para administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos Produtos a serem realizados, o Diretor de Esportes – Rodrigo de Freitas Noronha.

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação das Despesas do ano de 2017 e 2018.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições da ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do item, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

RENATO PERIN	ÉRCIO LINDEMANN
CPF: 893.665.229-04	CPF: 582.893.309-44

CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2017

Publicação Nº 1456528

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2017

Processo Licitatório nº. 2312/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 44/2017

Validade da ata de R.P.: 12 (doze) meses contados a partir do dia 13/12/2017

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Renato Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 893.665.229-04 e portador da Cédula de Identidade nº 3124133 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº. 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa DJALMO DAVI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.540.930/0001-37 estabelecida na Rua XV de Novembro, nº. 548, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Djalmo Dávi, inscrito no CPF/MF sob nº. 182.628.489-34 e Identidade nº. 442.017, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2312/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 44/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
4	108	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 18 cm DE ALTURA, COM BASE QUADRADA COM NO MÍNIMO 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE COM FRISOS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL (GOLEADOR, DEFESA, PREMIAÇÕES ESPECIAIS, VÔLEI, ETC.). PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	47,50
15	2	UND	TROFÉU COM NO MÍNIMO 65 cm DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM NO MÍNIMO 14 cm DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM NO MÍNIMO 31 cm DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	172,00
22	330	UND	MEDALHA RETANGULAR FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, COM BORDAS RAIADAS E POLIDAS COM A FIGURA DE DOIS RAMOS E UMA TOCHA OLÍMPICA EM ALTO RELEVO, METALIZADA NA COR DOURADA OU PRATA OU BRONZE, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 50 mm POR 60 mm DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE NO MÍNIMO 35 mm DE DIÂMETRO, COM ADESIVO DE NO MÍNIMO 35 mm. POSSUI ESPESURA MÍNIMA DE 2,5MM. PESO APROXIMADO DE 38 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 27 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	VITÓRIA	7,37
24	480	UND	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA, METALIZADA NA COR DOURADA, COM O TAMANHO DE NO MÍNIMO 35 mm DE DIÂMETRO E CENTRO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", COM ADESIVO DE NO MÍNIMO 25 mm DE DIÂMETRO. POSSUI ESPESURA MÍNIMA DE 1,4MM. PESO APROXIMADO DE 06 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE NO MÍNIMO 15 mm DE LARGURA. A MEDALHA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES; AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. FITA COM NO MÍNIMO 1,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA ACOMPANHAM A MEDALHA.	VITÓRIA	3,31

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os itens deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 6 meses.

IV - Todos os troféus deverão ser entregues com estatuetas conforme a modalidade solicitada e aprovação do Município.

V - Todos os Troféus deverão ser entregues com Plaquetas de metal na base, e deverão constar todos os dados do evento conforme solicitação e aprovação do Departamento de Esportes.

VI - As medalhas na parte de traz, deverão apresentar marcação com todos os dados do evento conforme solicitação e aprovação do

Departamento de Esportes do Município.

VII – Alguns Troféus e Medalhas poderão ser solicitados em outras cores conforme a necessidade do Departamento de Esportes do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Produtos fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2312/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Produtos.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias, contados a partir do recebimento da autorização de compra ou nota de empenho, que poderá ser enviada via fax para o número constante no cadastramento do fornecedor.

VII - A empresa que entregar os produtos fora do prazo estipulado acima, sem justificativa, poderá ser desclassificada dos demais itens vencedores, sendo aplicado as sanções estipuladas nesse ata.

VIII - Todos os produtos deverão ser entregues em locais designados e conforme a demanda do Departamento de Esporte, sem custos para administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos Produtos a serem realizados, o Diretor de Esportes – Rodrigo de Freitas Noronha.

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação das Despesas do ano de 2017 e 2018.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições da ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do item, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

RENATO PERIN		DJALMO DAVI
CPF: 893.665.229-04		CPF: 182.628.489-34
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2414/2017

Publicação Nº 1457114

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
 PROCESSO LICITATÓRIO nº. 2414/2017
 MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 46/2017
 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 15 de dezembro de 2017, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 28 de dezembro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

RENATO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 893.665.229-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO		PREGOEIRO

DECRETO Nº 116/2017

Publicação Nº 1456372

DECRETO nº. 116/2017

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, e dá outras providências.

RENATO PERIN, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, que tem por objeto a contratação temporária e de excepcional interesse público para a vaga de Farmacêutico.

Art. 2º. Fica homologado o resultado final na seguinte ordem de classificação:

1º Colocado(a): Regiane Schmidt;
 2º Colocado(a): Weliton Baldin;

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os profissionais supramencionados, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal em Exercício	Secretario de Administração

DECRETO Nº. 117/2017

Publicação Nº 1456515

DECRETO nº. 117/2017

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 2312/2017, e dá outras providências.
 RENATO PERIN, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017, sobre o processo de licitação nº. 2312/2017, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

DJALMO DÁVI - PÁLACIO DOS ESPORTES	R\$ 9.494,90
RENIR PAULO MANFRIN ME	R\$ 9.846,68

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

RENATO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal em Exercício	Secretario de Administração

DECRETO Nº. 118/2017

Publicação Nº 1456748

	DECRETO N.º 0 118 /2017.
SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
RENATO PERIN, Prefeito Municipal em exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0663/2016.	

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Administração, a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
06.181 – Policiamento	
06.181.0004 – Administração Geral e Planejamento	
06.181.0004.2.006 – Manut. Conv. Radio Patrulha/Conv.Transito/Pol.Civil	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinarios	

TOTAL FONTE	5.000,00
-------------	----------

ART. 2º - O recurso para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 0100 – FUNREBOM até a presente data.

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

RENATO PERIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 290/2017

Publicação Nº 1456750

	PORTARIA Nº 290/2017
EXONERA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
RENATO PERIN Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADA a Funcionaria Municipal ELISIANE PATRICIA HENNIG, ocupante do cargo Comissariado de Assessor de Planejamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A exoneração de que trata esta portaria dar-se-á em razão da funcionaria ter solicitado-a voluntariamente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 13 dias do mês de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N.º 705, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017. "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1456426

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL N.º 705, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Formosa Do Sul para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 14.141.810,05 (Quatorze milhões cento e quarenta e um mil oitocentos e dez reais com cinco centavos), sendo R\$ 10.615.382,64 (Dez milhões, cento e quinze mil trezentos e oitenta e dois reais com sessenta e quatro centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.526.427,41 (Três milhões, quinhentos e vinte e seis mil quatrocentos e vinte e sete reais com quarenta e um centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E FUNDO DE SAÚDE

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 13.250.954,64 (Treze milhões, duzentos e cinquenta mil novecentos e cinquenta e quatro reais com sessenta e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 10.527.082,64 (Dez milhões, quinhentos e vinte e sete mil oitenta e dois reais com sessenta e quatro centavos).

I - O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2018 estima a receita em R\$ 0,00 (zero reais) e fixa a Despesa em R\$ 704.000,00 (Setecentos e quatro mil reais);

II - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 890.855,41 (Oitocentos e noventa mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais com quarenta e um centavo.) e fixa a Despesa em R\$ 2.910.727,41 (Dois milhões, novecentos e dez mil setecentos e vinte e sete reais com quarenta e um centavo);

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
1. RECEITAS CORRENTES	16.539.910,05
1.1. Receita Tributária	782.500,00
1.1.2 Taxas	221.400,00
1.1.3 Receita de Contribuições	29.000,00
1.3. Receita Patrimonial	234.000,00

1.4. Receita Agropecuária	40.000,00
1.6. Receita de Serviços	59.100,00
1.7. Transferências Correntes	15.131.435,05
1.9. Outras Receitas Correntes	42.475,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	40.600,00
2.1. Operações de Crédito	3.000,00
2.2. Alienação de Bens	13.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	1.000,00
2.4. Transferências de Capital	23.600,00
2.5. Outras Receitas de Capital	5.000,00
Deduções da receita formação do FUNDEB e Desconto no IPTU	2.417.600,00 21,100,00
TOTAL	14.141.810,05

§ 2º As Despesas dos Poderes, Executivo e Legislativo e do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
01. Poder Legislativo	704.000,00
01.01-Câmara Municipal de Vereadores	704.000,00
02. Poder Executivo	9.876.182,64
02.01-Gabinete do Prefeito	757.029,15
02.02- Secretaria Municipal de Administração e Finanças	2.180.096,23
02.03- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes	3.091.301,12
02.04-Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	615.700,00
02.04.01-Fundo de Assistência Social	598.700,00
02.04.02-Fundo da Infância e Adolescência	17.000,00
02.05- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	1.498.652,50
02.06 Secretaria Municipal de Transp. Obras e Serv. Urbanos	2.349.103,64
03. Fundo Municipal de Saúde	2.945.927,41
03.01-Fundo Municipal de Saúde	2.945.927,41
TOTAL	14.141.810,05

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
01. LEGISLATIVA	704.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.729.120,23
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	615.700,00
10. SAÚDE	2.945.927,41
12. EDUCAÇÃO	2.791.195,12
13. CULTURA E TURISMO	273.784,15
15. URBANISMO	652.676,00
16. HABITAÇÃO	21.250,00
17. SANEAMENTO	30.001,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	62.200,00
20. AGRICULTURA	1.436.452,50
22. INDÚSTRIA	120.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.000,00
26. TRANSPORTE	1.525.176,64

27. DESPORTO E LAZER	122.100,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	1.227,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL	14.141.810,05

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
0001. PARCELAMENTO DE DEBITOS COM O INSS	2,00
0002. CAPELA MORTUÁRIA	1,00
0003. AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	225,00
0004. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA	1.000,00
0005. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIP. PARA A ADMINISTRAÇÃO	14.003,00
0006. HABITAÇÃO	21.250,00
0007. PROMOÇÃO INDUSTRIAL	120.000,00
0008. CEMITÉRIO MUNICIPAL	52.515,28
0009. PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	155.825,00
0010. AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E EQUIP. PARA TRANSPORTES	148.322,00
0011. AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E EQUIP. PARA AGRICULTURA	31.450,00
0012. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/INFANTIL	36.111,12
0013. AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E EQUIP. PARA EDUCAÇÃO	83.684,11
0014. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIP. PARA SAUDE	83.620,00
0015. CONSTRUÇÃO PRAÇA BAIRRO ALBERTO MENE- GUETTI	1,00
00016. CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	136.050,00
0017. SANEAMENTO BÁSICO	30.001,00
0018. CONVÊNIO TRANSITO/POLICIA/BOMB.	44.600,00
0019. AÇÕES P/DESENV. DO TURISMO	11.000,00
0020. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES	704.000,00
0021. MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	506.001,00
0022. CONTROLE INTERNO	144.250,00
00--. 0050.EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO	106.778,15
0023. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINIS- TRAÇÃO	1.602.199,95
0024. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTA- DORIA	268.000,00
0025. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	44.750,00
0026. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.604.254,91
0027. TRANSPORTE ESCOLAR	393.700,00
0028. MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	496.694,98
0029. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS	167.006,00
0030. DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR	122.100,00
0031. PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	74.000,00
0032. PROGRAMA DE ASSIST.SOCIAL GERAL – PBF/ PBI	411.499,18
0033. MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	17.000,00
0034.MANUTENÇÃO ATIV. DA SECRET. DA AGRICUL- TURA	1.405.002,50
0035.RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	62.200,00
0036.ENSINO MÉDIO	11.000,00
0037.ENSINO SUPERIOR	101.000,00
0038.EDUCAÇÃO ESPECIAL	20.000,00
0039.TRAFEGO URBANO, SEGURANÇA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	212.250,00
0040.RUAS, PRAÇAS E TERMINAL RODOVIARIO	90.000,00
0041.SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO	150.000,00
0042.MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	1.376.854,64
0043.MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.476.536,65
0044.PROGRAMA SAUDE DA FAMÍLIA	820.363,62

0045.PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	385.652,06
0046.AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	134.610,01
0047.VIGILÂNCIA EM SAÚDE	45.145,07
0048.SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORT. DE VIN- CULOS	113.200,82
0049.DEFESA CIVIL	6.100,00
0051.RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL	14.141.810,05

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	13.147.683,05
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	6.406.418,54
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	103,50
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	6.741.161,01
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	894.127,00
4.4.00.00 – Investimentos	894.001,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	126,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL	14.141.810,05

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
1. Intempéries	80.000,00
2. Frustração na Cobrança de Dívida Ativa	20.000,00
SOMA	100.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167,VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita estimada para o

orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2018-2021.

§ 1º – Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III – O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§2º – Ficam excluídos desse limite os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício;

Art. 6º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRº 219/2004F e Portaria STN.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 7º Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º Durante o exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento com autorização

do poder Legislativo, de programas priorizados nesta lei.

Art. 10 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 11 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12 A presente Lei Orçamentária entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul/SC, em 13 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 183/PMF/2017

Publicação Nº 1455962

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 183/PMF/2017

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para aquisição de combustíveis para consumo da frota da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, do Município de Forquilha, para o exercício de 2018.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de janeiro 2018 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 13 de dezembro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 184/PMF/2017.

Publicação Nº 1455968

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 184/PMF/2017.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições diversas, em atendimento as necessidades das Secretarias do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2018.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de janeiro de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 13 de dezembro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMPS 05/2017

Publicação Nº 1455795

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMPS Nº 05/2017
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMPS Nº 03/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BETHA SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 03/FMPS/2014 de 31/12/2017 para 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 22 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 91/2017

Publicação Nº 1455798

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 91/2017

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 46/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BETHA SISTEMAS LTDA

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento;

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 46/2014 de 31/12/2017 para 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 22 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.286, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457080

LEI Nº 2.286, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.526, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO À EMPRESA AÇOCRIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 1º da Lei nº 1.526, de 24 de fevereiro de 2010, renumerado o parágrafo único e acrescido o § 2º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar áreas de terra à empresa AÇOCRIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 01.362.133/0001-76, 01362133000170 correspondente ao terreno urbano, situado no bairro Santa Libera, Município e Comarca de Forquilha/SC, na Rua Adelina Rosa Bosa Burigo, correspondente à Área Desmembrada 03, com área de 17.631,32 m² (dezesete mil seiscientos e trinta e um metros e trinta e dois centímetros quadrados), da matrícula nº 12.297 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

§ 1º O imóvel ora doado destina-se à implantação do parque fabril da Empresa, cujo objeto social é a fabricação de peças de acordo, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Fica reconhecido o relevante interesse público na presente

doação, dispensando-se prévia licitação.” (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos VI e VII do art. 2º e alterado o art. 3º da Lei nº 1.526, de 24 de fevereiro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º À Empresa beneficiada com incentivos econômicos, materiais ou fiscais, vedar-se-á, sob pena de caducidade da doação e reversão automática do imóvel ao Município:

I – Alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio o imóvel sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e obtenha expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

II - Gravar o imóvel com ônus real de garantia, desde que comprove previamente, perante o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, sua liquidez patrimonial, devendo ainda apresentar certidão anual de pagamento do gravame.

III - Dar destinação diversa da prevista no projeto original aos empreendimentos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1455922

PUBLICAÇÃO

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de crédito tributário e de crédito não tributário, pelos lançamentos do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Licença para Construção de Muro, Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza Obras, Licença para Construção em Alvenaria, Habite-se, Multa Compensatória, referente aos exercícios fiscais de 2016 a 2017.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição de dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
35007	23/11/2017	57,70	DELONEI TRAMONTIN	IMÓVEL: 29956 - 01.02.051.0066.001	LIC. CONSTR. MURO
35008	23/11/2017	1.196,62	AMACIR DA SILVA	IMÓVEL: 1449 - 01.03.026.0227.001	ISSQN OBRAS,LICENÇA CONSTR. ALVENARIA
35009	23/11/2017	334,29	VALDEVINO ALAMINO	IMÓVEL: 28748 - 01.03.038.0385.001	ISSQN OBRAS,LICENÇA CONSTR. ALVENARIA
35010	23/11/2017	51,11	ALESSANDRA SIMONI	IMÓVEL: 19390 - 01.03.053.0134.001	LIC. CONSTR. MURO
35011	23/11/2017	52,56	FRANCIELI SCHUWARTZ MAFFIOLETTI	IMÓVEL: 28113 - 01.03.061.0169.001	LIC. CONSTR. MURO
35012	23/11/2017	181,84	ANDERSON SERAFIM TEIXEIRA	IMÓVEL: 28122 - 01.03.061.0281.001	ISSQN OBRAS,LICENÇA CONSTR. ALVENARIA
35013	23/11/2017	63,29	JANAINA DE BITENCOURT	IMÓVEL: 28061 - 01.03.063.0017.001	LIC. CONSTR. MURO

35014	23/11/2017	52,27	DEBORA EULALIA TANQUELLA GOMES	IMÓVEL: 26940 - 01.03.065.0113.001	HABITE-SE
35015	23/11/2017	183,40	ARQUIMEDES DE SOUZA	IMÓVEL: 25992 - 01.04.077.0211.001	HABITE-SE
35016	23/11/2017	456,28	ROSELI ALVES DA SILVA	IMÓVEL: 20215 - 01.04.088.0405.001	ISSQN OBRAS,LICENÇA CONSTR. ALVENARIA
35017	23/11/2017	92,34	JOSE DA SILVA MOTA	IMÓVEL: 4878 - 01.05.006.0228.001	ISSQN OBRAS,LICENÇA CONSTR. ALVENARIA
35018	23/11/2017	2.984,51	GILBERTO BARDEN	IMÓVEL: 4410 - 01.05.026.0430.001	IMPOSTO PREDIAL,ISSQN OBRAS,LICENÇA CONSTR. ALVENARIA
35019	23/11/2017	437,47	RENI DA ROSA	IMÓVEL: 4647 - 01.05.044.0458.001	IMPOSTO PREDIAL,LIC. CONSTR. MURO
35020	23/11/2017	146,83	CARBONIFERA CRICIUMA S/A	IMÓVEL: 31567 - 01.05.059.0030.001	IMPOSTO TERRITORIAL
35021	23/11/2017	51,76	RAIMUNDO CESAR DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 18943 - 01.05.094.0390.001	LIC. CONSTR. MURO
35022	23/11/2017	451,27	GIOVANI DE SOUZA	IMÓVEL: 27345 - 01.05.104.0268.001	IMPOSTO PREDIAL,LIC. CONSTR. MURO
35023	23/11/2017	2.108,18	REGINA CORADELI	IMÓVEL: 25426 - 01.06.039.0090.001	MULTA COMPENSATÓRIA
35024	23/11/2017	127,81	ANILDO RODRIGUES DE LIMA	IMÓVEL: 19364 - 01.06.044.1227.001	IMPOSTO PREDIAL,LIC. CONSTR. MURO
35025	23/11/2017	652,08	ESIO ALBINO	IMÓVEL: 27359 - 01.06.107.0158.001	IMPOSTO PREDIAL,ISSQN OBRAS,LIC. CONSTR. MURO,LICENÇA CONSTR. ALVENARIA
35026	23/11/2017	1.039,34	DANIEL DA SILVA ZEFERINO	IMÓVEL: 27555 - 01.07.049.0082.001	HABITE-SE,IMPOSTO PREDIAL

Forquilha/SC, 13 de Dezembro de 2017.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0138_2017 - PMF - RP 0096-2017 - DOM

Publicação Nº 1456795

Aviso do Pregão Presencial nº 0138/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0096/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisições em contratações futuras de concreto usinado para realizar serviços diversos de manutenções e construções diversas (ex: pontes, calçadas, etc), em diversos pontos do município, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), e do Órgão Participante (SANEFRAI), durante os meses de dezembro de 2017 a novembro de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Validade da Ata de Registro de Preços: Dezembro de 2017 a Novembro de 2018. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 27.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0140_2017 - PMF - RP 0097-2017 - DOM

Publicação Nº 1456667

Aviso do Pregão Presencial nº 0140/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0097/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, de forma parcelada, de areia média para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, FME e SANEFRAI) durante o período de janeiro a dezembro de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a dezembro de 2018. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 27.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 312-2017

Publicação Nº 1456455

DECRETO Nº 312, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (11)	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	2.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.93.00.00 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0400 (9)	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DA AT17FMS57

Publicação Nº 1456319

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS57

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de oxigênio e ar comprimido medicinais, para uso na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, nas Unidades Básica de Saúde, nas ambulâncias da Secretaria de Saúde, na ambulância do SAMU e para pacientes que fazem uso domiciliar.

Data da Ata: 12.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0037/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0020/2017 – FMS.

Registro de Preços: nº 0015/2017 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
1	50	Unid	Oxigênio medicinal – cilindro (150 bar de pressão = 8 litros)	Air Products	87,43
2	50	Unid	Oxigênio medicinal – cilindro - (150 bar de pressão = 20 litros)	Air Products	117,60
3	150	Unid	Oxigênio medicinal – cilindro (150 bar de pressão = 40 litros)	Air Products	208,13
4	25	Unid	Ar Comprimido medicinal – cilindro (150 bar de pressão = 40 litros)	Air Products	201,16

Fraiburgo (SC), 12 de novembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT17PMF162_DOM

Publicação Nº 1456798

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT17PMF162

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: J. O. CAMARGO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de piso em concreto armado, medindo 143,62 m², sobre o imóvel nº 8521, matrícula nº 11.763, Estrada Fb050 S/N, no Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Fraiburgo/SC, para instalação de Academia de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Valor Total do Contrato: R\$ 17.854,70 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos). Data do Contrato: 13.12.2017. Prazo de Vigência do Contrato: de 13.12.2017 a 12.02.2018. Prazo de execução: 30 dias após a emissão e entrega da Ordem de Serviços. Processo Administrativo Licitatório: nº 0250/2017 – PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0016/2017. Recursos: 3.200, oriundos da Secretaria de Infraestrutura.

Fraiburgo (SC), 13 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo

Portaria nº 32372017

Publicação Nº 1456475

PORTARIA Nº 3237, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TANIA JANAINÉ ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.424.199-56, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32382017

Publicação Nº 1456477

PORTARIA Nº 3238, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLANE MUSSOLIN PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.264.609-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32392017

Publicação Nº 1456479

PORTARIA Nº 3239, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLAINE LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.229.959-96, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32402017

Publicação Nº 1456481

PORTARIA Nº 3240, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Portaria nº 32392017

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILENE CORTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.846.849-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32412017

Publicação Nº 1456485

PORTARIA Nº 3241, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELE CAMPOLIM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.766.919-90, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32422017

Publicação Nº 1456491

PORTARIA Nº 3242, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RENATA XAVIER DE LIMA GODOI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.672.669-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32432017

Publicação Nº 1456500

PORTARIA Nº 3243, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE DOS SANTOS DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 007.410.029-73, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32442017

Publicação Nº 1456506

PORTARIA Nº 3244, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSELAINE RIBEIRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.270.539-57, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32452017

Publicação Nº 1456513

PORTARIA Nº 3245, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RAFAELA CRISTINA FIORAVANTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.371.709-60, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32462017

Publicação Nº 1456525

PORTARIA Nº 3246, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JÉSSICA PRISCILLA SANTOS ROSA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 081.951.699-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32472017

Publicação Nº 1456533

PORTARIA Nº 3247, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 084.630.159-80, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32482017

Publicação Nº 1456540

PORTARIA Nº 3248, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRÉIA DA APARECIDA PADILHA DAMACENO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 101.497.629-41, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32492017

Publicação Nº 1456546

PORTARIA Nº 3249, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ZULEIDE DE LARA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 693.496.579-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32502017

Publicação Nº 1456555

PORTARIA Nº 3250, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SABRINA GONÇALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 107.186.539-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32512017

Publicação Nº 1456566

PORTARIA Nº 3251, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA HELENA MARCONDES ZANELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.596.709-58, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32522017

Publicação Nº 1456587

PORTARIA Nº 3252, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0014 de 14 de agosto de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 767.926.339-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32532017

Publicação Nº 1456596

PORTARIA Nº 3253, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 670/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de THALES SERAFIM DIAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 068.217.449-12, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até

30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32542017

Publicação Nº 1456603

PORTARIA Nº 3254, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 2208/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora está gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MARCIA MEURER CAMPOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.176.919-98, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, no período de 16 de dezembro de 2017 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32552017

Publicação Nº 1456612

PORTARIA Nº 3255, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o processo administrativo nº 4753, de 28 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 28 (vinte e oito) horas semanais, a carga horária da servidora ANDREA APARECIDA REZZA-DORI, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 021.146.879-70, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32562017

Publicação Nº 1456620

PORTARIA Nº 3256, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o processo administrativo nº 4815 de 04 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais, a carga horária do servidor JONI PAULO REDMANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 474.941.070-53, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32572017

Publicação Nº 1456629

PORTARIA Nº 3257, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o processo administrativo nº 4689 de 22 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais, a carga horária do servidor RICARDO SILVA LUCENA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 648.202.709-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32582017

Publicação Nº 1456632

PORTARIA Nº 3258, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o processo administrativo nº 4814 de 04 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária do servidor LUCAS RAFAEL RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 041.654.339-18, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32592017

Publicação Nº 1456637

PORTARIA Nº 3259, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o processo administrativo nº 4864 de 07 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária do servidor JACOB MICHELS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 533.845.040-20, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 32602017

Publicação Nº 1456648

PORTARIA Nº 3260, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4735/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares ao servidor EDEMILSON CORDEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 006.792.079-96, nomeado no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE JUNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2017 até 30 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO VERA LUCIA DE OLIVEIRA 2017

Publicação Nº 1456317

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr(a) VERA LUCIA DE OLIVEIRA

Rua: 12 de Outubro Nº 103

Bairro Salete-89580-000

Fraiburgo-SC

Em cumprimento ao disposto na Resolução nº 018/2015 que divulgou o resultado das eleições dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar de Fraiburgo, convocamos a comparecer no Setor Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, a fim de tomar posse no cargo em que V. Sr. foi de eleita de Conselheira Tutelar.

Na ocasião, deverá apresentar os documentos relacionados em anexo.

Salientamos que em caso de não comparecimento no prazo acima mencionado, implicará na renúncia do cargo.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2017.

CAROLINE C. BALESTRIN

Presidente do CMDCA

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação

Em ____/____/____

VERA LUCIA DE OLIVEIRA

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº. 945/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).**

Publicação Nº 1456115

DECRETO Nº. 945/2017, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12, inciso I e III, art. 13 § 2º, da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Chefia do Executivo	VALOR R\$
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Turismo.	
Proj./Ativ.	2.025	Manutenção da Educação Infantil	
49	3.1.90.00.00.00.00.0031	Aplicações Diretas	R\$ 97.000,00
	TOTAL		R\$ 97.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o excesso de arrecadação na Receita 1.7.2.4.01.00.00.00.00 Transferência de recursos do Fundeb no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) para as dotações do orçamento corrente:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 12 de dezembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 946/2017, ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

Publicação Nº 1456320

DECRETO Nº. 946/2017, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12, inciso I, art. 13 § 2º, da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Chefia do Executivo	VALOR R\$
Unidade:	04	Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo	
Proj./Ativ.	2.012	Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas	
	3.3.90.00.00.00.00.00110	Aplicações Diretas	
	94	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
	TOTAL		R\$ 8.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o excesso de arrecadação na Receita 1.1.1.2.04.00.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) para as dotações do orçamento corrente:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 12 de dezembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

ATA JARF Nº 006/ 28.11.2017

Publicação Nº 1456829

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (28/11/2017), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes a Senhora Julgadora Graziela Santos, o Senhor Julgador Luiz Osório Pereira de Albuquerque e o Secretário-Geral o Senhor Fernando Pereira Colodel, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a sexta sessão ordinária do ano de dois mil e dezessete. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Lida e achada conforma ata da sessão anterior e não havendo processos para distribuição, passou-se a pauta de julgamento:

10270045092017 (4267-2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JUVENCIO CARDOSO (Interessado); JOAQUIM CARDOSO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS. DECISÃO: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10260024942017 (6804-2016) – Recurso ordinário – Recorrente: FEBESE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. (requerente) Participantes: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida); FEBESE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. (requerente). Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

DECISÃO: Converter o julgamento do recurso ordinário em diligência, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270050242017 (7002-2014) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: RESTAURANTE LIZI MAR LTDA - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

DECISÃO: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto da Relatora.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da sexta sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezessete. E para constar, eu, Fernando Pereira Colodel, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA JARF Nº 007/ 05.12.2017

Publicação Nº 1456838

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (05/12/2017), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes a Senhora Julgadora Graziela Santos, o Senhor Julgador Luiz Osório Pereira de Albuquerque e o Secretário-Geral o Senhor Fernando Pereira Colodel, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a sétima

sessão ordinária do ano de dois mil e dezessete. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Lida e achada conforma ata da sessão anterior e não havendo processos para distribuição, passou-se a pauta de julgamento:

10270021932017 (5416/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: AURINO VENTURA DA ROSA (Interessado); DILNEY DA SILVA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: GRAZIELA SANTOS.

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270026322016 (2878/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (Requerente); CARLOS ALBERTO XAVIER (Interessado).

Relator: GRAZIELA SANTOS.

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270061252016 (1732/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE (Requerente); ESPÓLIO DE JOSÉ JOÃO DOS SANTOS e ALEXANDRINA MADALENA DOS SANTOS (Interessados); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270060222016 (0227/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARCO AURÉLIO NASCIMENTO BARBARIOLI (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10260060472017 (1014/2017) – Recurso Ordinário – Recorrente: CÁSSIA ROCKENBACH. Participantes: CÁSSIA ROCKENBACH (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Decisão: Recurso Ordinário conhecido e não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270073462017 (0141/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: NERCINDA TEREZINHA AMARAL RODRIGUES (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Decisão: Reexame Necessário não conhecido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da sétima sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezessete. E para constar, eu, Fernando Pereira Colodel, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

AVISO DE LICITAÇÃO PE085/2017

Publicação Nº 1456327

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 085/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços para a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para a climatização de salas utilizadas pelas Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 28/12/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 28/12/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba – SC, 13 de Dezembro de 2017.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 265/2017

Publicação Nº 1456843

DECRETO N.º 265, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 111.507,97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 111.507,97 (cento e onze mil, quinhentos e sete reais e noventa e sete centavos), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	111.507,97
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	111.507,97
3.1.90.0.3.02.000000 - Aplicações Diretas	111.507,97

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 111.507,97 (cento e onze mil, quinhentos e sete reais e noventa e sete centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 266/2017

Publicação Nº 1456845

DECRETO N.º 266, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.901,43 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.901,43 (oito mil, novecentos e um reais e quarenta e três centavos) no Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	8.901,43
01031012.001 - Funcionamento da Câmara Municipal	8.901,43
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.410,97
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.490,46

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 8.901,43 (oito mil, novecentos e um reais e quarenta e três centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	8.901,43
01031012.001 - Funcionamento da Câmara Municipal	8.901,43
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	8.901,43

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 267/2017

Publicação Nº 1456846

DECRETO N.º 267, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.294,41 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.294,41 (um mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.294,41
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.294,41
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	1.294,41

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.294,41 (um mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos), correrão por conta da anulação parcial das

seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.294,41
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.294,41
4.4.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	1.294,41

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 268/2017

Publicação Nº 1456847

DECRETO N.º 268, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 91.902,80 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 91.902,80 (noventa e um mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	91.902,80
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	91.902,80
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	80.000,00
3.3.90.0.2.14.001067 - Aplicações Diretas	11.902,80

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 91.902,80 (noventa e um mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 269/2017

Publicação Nº 1456999

DECRETO N.º 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.761,40 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Lei n.º 2.086 de 13/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.761,40 (vinte mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
12.361.00282.021 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	20.761,40
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	20.761,40

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.761,40 (vinte mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
12.361.00281.014 - Constr. Reforma e Ampl. Escolas Ensino Fundamental	20.761,40
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	20.761,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 270/2017

Publicação Nº 1457008

DECRETO N.º 270, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.087 de 13/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
12.361.00282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	50.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00

12.361.00282.021 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	50.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 271/2017

Publicação Nº 1457013

DECRETO N.º 271, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 114.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.088 de 13/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	114.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	114.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	114.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	114.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	83.169,77
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	80.310,78
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.500,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.358,99
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	131,28
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	131,28
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	22.520,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	22.020,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	500,00
10301252.080 - Funcionamento e Manutenção da Gestão em Saúde	8.178,95
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.900,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	300,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.978,95

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DESISTÊNCIA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 125/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1456203

DESISTÊNCIA DA VAGA – PROCESSO SELETIVO 001/2017

ALUISIO GONÇALVES DOS SANTOS

Candidato (a): 004889

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Classificação: 11º LUGAR

Considerando o item 15.6 do edital e termo de desistência arquivado no Setor Administrativo de Gestão de Pessoas, o candidato ALUISIO GONÇALVES DOS SANTOS declarou por livre e espontânea vontade para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo 001/2017, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Garopaba, 13 de Dezembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 357/2017.

Publicação Nº 1456942

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 357/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DENISE DE OLIVEIRA AMORIM

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 02/10/2017 até 02/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 358/2017.

Publicação Nº 1456945

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 358/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCKY WILK FEITOSA

Objetivo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Valor: R\$ 1.327,02 (um mil trezentos e vinte sete reais com dois centavos) mensais

Vigência: De 02/10/2017 até 02/04/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 359/2017.

Publicação Nº 1456946

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 359/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RENATA GRACIANI

Objetivo: ENFERMEIRO CAPS

Valor: R\$ 2.131,24 (dois mil, cento e trinta e um reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 02/10/2017 até 02/04/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 361/2017.

Publicação Nº 1456948

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 361/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TANIA REGINA ALMEIDA DE OLIVEIRA

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 2.131,24 (dois mil, cento e trinta e um reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 02/10/2017 até 02/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 362/2017.

Publicação Nº 1456950

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 362/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABIULA RODRIGUES GARCIA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.200,64 (um mil duzentos reais com sessenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 02/10/2017 até 02/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 363/2017.

Publicação Nº 1456951

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 363/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IARA CRISTINA DOS SANTOS

Objetivo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - ESF

Valor: R\$ 957,81 (novecentos e cinquenta e sete reais com oitenta e um centavos) mensais

Vigência: De 03/10/2017 até 03/04/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 364/2017.

Publicação Nº 1456952

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 364/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA ELENA DA SILVA FREITAS

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil, duzentos e oito reais com vinte cinco centavos) mensais

Vigência: De 18/10/2017 até 18/04/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 365/2017.

Publicação Nº 1456955

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 365/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIANE DE SOUZA NASCIMENTO

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil, duzentos e oito reais com vinte cinco centavos) mensais

Vigência: De 18/10/2017 até 18/04/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 366/2017.

Publicação Nº 1456957

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 366/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TAMARA GODINHO FERRAZ

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil, duzentos e oito reais com vinte cinco centavos) mensais

Vigência: De 18/10/2017 até 18/04/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 367/2017.

Publicação Nº 1456958

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 367/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IZABEL AGUIAR DE SOUZA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil, duzentos e oito reais com vinte cinco centavos) mensais

Vigência: De 18/10/2017 até 18/04/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 368/2017.

Publicação Nº 1456959

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 368/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARILEIA MARIA CARDOSO

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 957,81 (novecentos e cinquenta e sete reais com oitenta e um centavos) mensais

Vigência: De 18/10/2017 até 18/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 369/2017.

Publicação Nº 1456960

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 369/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JARDEL BESCHOW VON MUHLEN

Objetivo: MOTORISTA CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ONIBUS

Valor: R\$ 1.327,02 (um mil trezentos e vinte sete reais com dois centavos) mensais

Vigência: De 20/10/2017 até 20/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 370/2017.

Publicação Nº 1456962

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 370/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLAUDIONOR TOMAZ

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 23/10/2017 até 23/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 371/2017.

Publicação Nº 1456963

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 371/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MAIRA DO NASCIMENTO BERNARDINO

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 2.131,24 (dois mil, cento e trinta e um reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 23/10/2017 até 23/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 372/2017.

Publicação Nº 1456964

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 372/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROBSON ROBERTO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 24/10/2017 até 24/04/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 373/2017.

Publicação Nº 1456966

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 373/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OSMAR GONÇALVES SEBASTIÃO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 06/11/2017 até 06/05/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 374/2017.

Publicação Nº 1456967

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 374/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JULLIANO MACHADO DOS SANTOS

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil, duzentos e oito reais com vinte cinco centavos) mensais

Vigência: De 06/11/2017 até 06/05/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 375/2017.

Publicação Nº 1456968

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 375/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JULIANA WEBSTER TEIXEIRA BRASIL

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.208,25 (um mil, duzentos e oito reais com vinte cinco centavos) mensais

Vigência: De 07/11/2017 até 06/05/2019, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 376/2017.

Publicação Nº 1456969

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 376/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA CARLA WEBSTER TEIXEIRA

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 04/12/2017 até 04/06/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 377/2017.

Publicação Nº 1456971

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 377/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: THAINA FERNANDA MELLO DA SILVA

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 05/12/2017 até 05/06/2018, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 378/2017.

Publicação Nº 1456972

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 378/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUIZA SCHNORR

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 2.131,24 (dois mil, cento e trinta e um reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 08/12/2017 até 08/06/2018, prorrogável conforme legislação vigente

LEI Nº 2086, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456986

LEI Nº 2.086, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.761,40 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.761,40 (vinte mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
12.361.00282.021 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	20.761,40
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	20.761,40

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.761,40 (vinte mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.761,40
12.361.00281.014 - Constr. Reforma e Ampl. Escolas Ensino Fundamental	20.761,40
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	20.761,40

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2087, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456990

LEI Nº 2.087, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
12.361.00282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	50.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
12.361.00282.021 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	50.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2088, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456994

LEI Nº 2.088, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 114.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	114.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	114.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	114.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	114.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	83.169,77
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	80.310,78
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.500,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.358,99
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	131,28
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	131,28
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	22.520,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	22.020,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	500,00
10301252.080 - Funcionamento e Manutenção da Gestão em Saúde	8.178,95
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.900,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	300,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.978,95

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PERDA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 117/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1456197

PERDA DE VAGA DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017

ALESSANDRA REMICIUS DE SOUZA CASCO

Candidato(a): 005479

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Classificação: 10º LUGAR

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.8 do Edital

nº. 001/2017 do Processo Seletivo é obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba.

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 10/11/2017, às 14:34 horas sob o código de rastreio JR451685787BR;

CONSIDERANDO que em 01/12/2017 a correspondência foi recebida pelo candidato;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 08/12/2017;

Fica o(a) Sr(a). ALESSANDRA REMICIUS DE SOUZA CASCO, Candidato sob o nº. 005479, em atenção ao item 15.8.1 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, para a qual tinha se classificado em 10º LUGAR.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456703

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SÉRGIO LUIZ GONÇALVES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município de Garopaba, que o Plenário aprovou e eu Presidente promulgo a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2017, deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 13 de dezembro de 2017.

Sérgio Luiz Gonçalves
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos treze dias do mês de dezembro de 2017.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Secretário

Garuva

PREFEITURA

DISTRATO Nº 18

Publicação Nº 1455693

DISTRATO Nº 18/2017

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 75/2017, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro, a Sra. CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, professora, RG nº 13.025.484-5, CPF: 037.045.589-40, residente e domiciliada na Rua Colônia Cubatão, TR H0259, Cubatão, Guaratuba/PR, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 75/2017, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 14/06/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 75/2017. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 04 de dezembro de 2017.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

Gaspar

PREFEITURA

LEI Nº 3.825, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455967



MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI Nº 3.825, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA ANEXOS DA LEI Nº 3.780, DE 14 DE AGOSTO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei nº 3.780, de 14 de agosto de 2017, modificando as seguintes planilhas por programas:

- I. Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito:
 - a) Ação Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
 - b) Ação Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito;
 - c) Ação Manutenção do Distrito Belchior;
- II. Manutenção da Diretoria de Comunicação:
 - a) Ação Manutenção da Comunicação;
- III. Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa:
 - a) Ação Modernização Administrativa e Fiscal;
 - b) Ação Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
 - c) Ação Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa;
- IV. Gestão da Área da Cultura:
 - a) Ação Eventos Culturais;
 - b) Ação Manutenção Ampliação Centro Cultural, Arquivo Histórico, Bibliotecas e Museu;
- V. Gestão da Educação de Ensino Infantil:
 - a) Ação Construção, ampliação e Reforma de CDI Salas Multifuncionais;
 - b) Ação Aquisição de Imóveis;
 - c) Ação Ampliação e Manutenção da Educação Infantil;
- VI. Gestão da Educação de Ensino Fundamental:
 - a) Ação Construção, ampliação e Reforma de Escolas, Quadras Esportivas,



MUNICÍPIO DE GASPAR

Laboratórios e Salas Multifuncionais;

- b) Ação Manutenção da Educação Fundamental;
- c) Ação Transporte Escolar;

VII. Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio do Avança Gaspar:

a) Ação Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio do Avança Gaspar;

VIII. Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo:

- a) Ação Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
- b) Ação Manutenção das ações da Secretaria;
- c) Ação Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas/Incubadoras;
- d) Ação Semana Aniversário Município;
- e) Ação Festival de Inverno e Expo-Feira;

IX. Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

- a) Ação Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

X. Gestão da Ditran:

- a) Ação Aquisição de Veículo;
- b) Ação Manutenção da Ditran;

XI. Gestão da Polícia Civil:

- a) Ação Aquisição de Veículos;
- b) Ação Manutenção da Polícia Civil;

XII. Gestão em Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar:

- a) Ação Manutenção do Quartel e Serviço de Rádio Patrulha;

XIII. Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento Territorial:

- a) Ação Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera;
- b) Ação Manutenção das Ações da Secretaria;
- c) Ação Execução de Trabalhos Sócio Ambiental;
- d) Ação Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores;
- e) Ação Implantação de Interseções Viárias;
- f) Ação Melhorar Vias Existentes, Implantação Ciclovias, Calçadas, Arborização e Pavimentação;
- g) Ação Implantação Sistemas Drenagem Pluvial e Escoamento de Águas



MUNICÍPIO DE GASPAR

Superficiais;

- h) Ação Implantação de Equipamentos e Mobiliário Urbano;
- i) Ação Anel Viário Urbano e Abertura de Vias;
- j) Ação Implantação de Parque e Praças e Melhorias nos Existentes;
- k) Ação Contratação de Projetos e Serviços Técnicos;
- l) Ação Revisão e Complementação do Plano Diretor e

Geoprocessamento;

- m) Ação Programa de Regularização de Assentamentos Informais e

Cadastro Imobiliário;

- n) Ação Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário;
- o) Ação Educação Ambiental paisagismo e arborização Urbana de espaços

públicos e proteção em encostas;

XIV. Gestão da Procuradoria do Município:

- a) Ação Manutenção da Procuradoria Geral;

XV. Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro:

- a) Ação Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente;

XVI. Apoio a Defesa Civil:

- a) Ação Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
- b) Ação Manutenção da Defesa Civil;

XVII. Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social:

- a) Ação Construção de Unidades Habitacionais e locação social;

XVIII. Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu:

- a) Ação Obras de Infra estrutura do anel viário com Construção Nova Ponte sobre o Rio Itajaí Açu;

XIX. Gestão do SAMAE:

- a) Ação Consórcio Público AGIR;
- b) Ação Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia;

XX. Gestão do Fundo Municipal de Saúde

- a) Ação Construção e Reforma das Unidades de Saúde;
- b) Ação Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica;
- c) Ação Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde;
- d) Ação Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta

Complexidade;

- e) Ação Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme



MUNICÍPIO DE GASPAR

Preconiza a NOAS;

XXI. Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer:

- a) Ação Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos;
- b) Ação Manutenção do Esporte em Gaspar;

XXII. Gestão na Área de Desenvolvimento Social:

- a) Ação Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade;
- b) Ação Aquisição de Material Permanente Equipamento;
- c) Ação Construção e Implantação de CRAS;
- d) Ação Implantar Programas na Área Social;
- e) Ação Manter Ações de Desenvolvimento Social;
- f) Ação Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade.

Art. 2º Fica alterado o Anexo II da Lei nº 3.780, de 14 de agosto de 2017, passando a vigorar nos termos do Anexo II que acompanha esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito

MUNICÍPIO DE GASP AR - Consolidação Geral					
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021 - ESTIMATIVAS DAS RECEITAS					
Receita	2018	2019	2020	2021	Total
Receitas Correntes	213.078.448,00	212.734.800,00	222.583.250,00	232.442.610,00	880.839.108,00
Receitas de Capital	41.997.800,00	61.687.200,00	64.186.550,00	20.987.750,00	188.859.300,00
Deduções da Receita	- 17.076.248,00	- 17.623.700,00	- 18.415.800,00	- 19.322.660,00	- 72.438.408,00
TOTAL GERAL	238.000.000,00	256.798.300,00	268.354.000,00	234.107.700,00	997.260.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 1 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 01 Câmara Municipal de Gaspar
Unidade 01 Câmara Municipal de Gaspar
Função 01 LEGISLATIVA
Subfunção 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa 0001 Manutenção do Legislativo
Público Alvo Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral
Indicador Municípios
Objetivo Manutenção e melhoria dos trabalhos do Legislativo na execução de suas atividades com relação às funções de legislar, fiscalizar, julgar, revindicar e administrar.

Indicador (índice) 66213
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1001	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Manter atualizado os bens móveis do patrimônio próprio.	Unidade (Un)	610,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
2002	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	Servidores Ativos, Inativos e Vereadores	Realizar o pagamento de folha salarial a vereadores, servidores ativos e inativos, mão de obra direta, e das demais obrigações trabalhistas.	Servidores	220,00	22.680.000,00	0,00	22.680.000,00
2004	Manutenção das Atividades em Geral	Sessões	Cumprir as obrigações com a aquisição de materiais e com prestadores de serviços; pagamento de diárias e demais despesas que proporcionem condições ideais a realização das funções legislativas.	Sessões	240,00	3.870.000,00	0,00	3.870.000,00
2006	Aquisição e Locação de Softwares	Unidades	Locar e/ou adquirir softwares que darão suporte as atividades legislativas e administrativas	Unidade (Un)	50,00	330.000,00	0,00	330.000,00
2008	Realização de Concurso Público	Unidades	Contratar entidade que realize procedimentos de concurso público para admissão de servidores do quadro efetivo	Unidade (Un)	1,00	60.000,00	0,00	60.000,00
2010	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal	Unidades	Disponibilizar a servidores e vereadores, condições de desenvolvimento profissional e humano para o melhor desempenho de suas funções	Servidores	120,00	280.000,00	0,00	280.000,00
2012	Publicidade do Legislativo	Unidades	Contratar empresas privadas para prestar serviços de publicidade institucional de interesse público.	Contratos	24,00	798.000,00	0,00	798.000,00
Total Programa								29.218.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 2 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 01 Câmara Municipal de Gaspar
Unidade 01 Câmara Municipal de Gaspar
Função 01 LEGISLATIVA
Subfunção 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa 0002 Programa Vereador Mirim
Público Alvo Alunos, professores, diretores e pais das escolas do Município de Gaspar que atendam 5ª a 9ª ano
Indicador Escolas do Município que ofertem ensino do 5º ao 9º ano
Objetivo Possibilitar aos vereadores que compõem a Câmara Mirim meios eficientes para atingir os objetivos do Programa, em especial ao processo eleitoral que ocorre anualmente com alunos de 5ª ao 9ª ano nos educandários do Município.

Indicador (índice) 13 escolas
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2014	Manutenção do Programa	Sessões	Cumprir as obrigações contratuais com a aquisição de materiais e com prestadores de serviços	Sessões	80,00	98.000,00	0,00	98.000,00
2016	Processo Eleitoral do Programa	Alunos	Contratar serviços e/ou adquirir insumos que dêem condições ao pleno êxito das eleições anuais do programa	Alunos	16.000,00	58.000,00	0,00	58.000,00
Total Programa								156.000,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 3 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 01 Câmara Municipal de Gaspar
Unidade 01 Câmara Municipal de Gaspar
Função 01 LEGISLATIVA
Subfunção 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa 0003 Construção de Sede Própria
Público Alvo Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral
Indicador Sede Própria
Objetivo Construção de sede própria para o Legislativo, que abrigue todas as dependências necessárias ao desenvolvimento eficaz das atividades legislativas, de administração e de apoio, num espaço de até 2.500M².

Indicador (índice) 2500 M²
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1003	Construção de Sede Própria	Área	Contratar empresa que realize a construção da sede própria de acordo com os projetos.	M²	2.500,00	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00
1007	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Dispor a sede própria de bens móveis apropriados	Unidade (Un)	350,00	700.000,00	0,00	700.000,00
1019	Desenvolvimento/Criação de Projetos e Acompanhamento da Exec	Unidades	Desenvolver os projetos arquitetônico, estrutural, hidráulico, elétrico, preventivo e paisagístico, bem como acompanhar e fiscalizar o cumprimento desses projetos durante a execução da obra	Unidade (Un)	40,00	320.000,00	0,00	320.000,00
Total Programa								4.920.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 4 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Função 04 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Subfunção 122
Programa 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Ter estrutura pessoal e física adequada para definir, gerir e coordenar as ações de Governo junto a todas as Secretarias Municipais, com o objetivo maior de promover o Desenvolvimento Econômico de Gaspar, tendo como premissas a Sustentabilidade e o Equilíbrio Social.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1009	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Manter a Estrutura física do Gabinete e seus equipamentos em perfeito funcionamento	Unidade (Un)	20,00	49.000,00	0,00	49.000,00
2018	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Atividade Executada		Permitir que o Gabinete tenha um ambiente físico adequado e um grupo de servidores motivados, possibilitando assim a prestação de serviços de Excelência.	Unidade (Un)	1,00	10.844.200,00	0,00	10.844.200,00
Total Programa								10.893.200,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 5 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Ter estrutura pessoal e física adequada para definir, gerir e coordenar as ações de Governo junto a todas as Secretarias Municipais, com o objetivo maior de promover o Desenvolvimento Econômico de Gaspar, tendo como premissas a Sustentabilidade e o Equilíbrio Social.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2092	Manutenção do Distrito Belchior	Atividade Executada	Atendimento do Belchior em sua Manutenção	Unidade (Un)	1,00	2.930.000,00	0,00	2.930.000,00
Total Programa								2.930.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 6 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade 03 Diretoria de Comunicação
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL
Programa 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação
Público Alvo População Gasparense e Secret. do Município de Gaspar
Indicador
Objetivo Permitir que a Diretoria de Comunicação tenha capacidade e condições físicas, administrativas, de logística e financeiras para informar, comunicar e divulgar os atos do Governo Municipal.

Indicador (índice)

Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1011	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Permitir que a Diretoria de Comunicação tenha condições de manter e adquirir os equipamentos necessários para o desempenho eficaz das suas atividades diárias.	Unidade (Un)	20,00	21.500,00	0,00	21.500,00
2020	Manutenção da Comunicação	Atividade Executada - Imprensa	Dar suporte financeiro a Diretoria de Comunicação para que ela possa desempenhar suas atividades com equipe própria e também com a ajuda externa da Agência de Publicidade contratada.	Unidade (Un)	1,00	3.343.500,00	0,00	3.343.500,00
Total Programa								3.365.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 7 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade 27 Defesa Civil
Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção 182 DEFESA CIVIL
Programa 0022 Apoio a Defesa Civil
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador
Objetivo Estruturar a Superintendência Defesa Civil possibilitando que a mesma possa dar respostas eficazes a comunidade gasparense quando do registro de ocorrências.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1203	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Dar suporte financeiro a Defesa Civil possibilitando a obtenção de um grupo de servidores motivados, tendo a disposição equipamentos, materiais e veículos para atuar nas emergências.	Unidade (Un)	20,00	24.000,00	0,00	24.000,00
2202	Manutenção da Defesa Civil	Atividade Executada	Dar suporte financeiro a Defesa Civil possibilitando a obtenção de um grupo de servidores motivados, tendo a disposição equipamentos, materiais e veículos para atuar nas emergências.	Unidade (Un)	1,00	955.850,00	0,00	955.850,00
Total Programa								979.850,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 8 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela a Administração Direta e Indireta do Município.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1013	Modernização Administrativa e Fiscal	Administração Modernizada	Modernizar a administração pública e criar políticas de capacitação para o servidor público.	Unidade (Un)	1,00	710.000,00	4.000.000,00	4.710.000,00
1015	Aquisição, Construção e Reforma da Sede	Sede Secretária Adquirida, Construída ou Reformada	Adquirir, Construir novo espaço público que comporte a estrutura administrativa do Município.	Unidade (Un)	1,00	40.000,00	5.000.000,00	5.040.000,00
1017	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Melhorar o ambiente de trabalho dos servidores.	Unidade (Un)	80,00	285.600,00	0,00	285.600,00
1209	Aquisição de Veículo	Veículo	Aquisição de Veículo para transporte de produtos e entrega nas unidades, usado para recolhimento e transferência de bens móveis.	Unidade (Un)	1,00	140.000,00	0,00	140.000,00
2022	Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	Atividade Executada	Manter a estrutura da Secretaria da Gestão Administrativa e as atividades meios da Fazenda e Gestão Administrativa.	Unidade (Un)	1,00	46.536.500,00	0,00	46.536.500,00

Total Programa **56.712.100,00**



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 9 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 15 URBANISMO
Subfunção 453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS
Programa 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela a Administração Direta e Indireta do Município.

Indicador (índice)
 Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1097	Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários Urb	Terminais Rodoviários Reformados	Manutenção do transporte urbano	Unidade (Un)	1,00	0,00	80.000,00	80.000,00
1249	Construção de Pontos de Ônibus	Construção de Pontos de Ônibus	Construção de Pontos de Ônibus	Unidade (Un)	4,00	0,00	80.000,00	80.000,00
2090	Conservação e Manutenção do Sistemas de Transporte Coletivo	Transporte Coletivo Executado	Melhoria da Infra Estrutura	Unidade (Un)	1,00	1.858.000,00	0,00	1.858.000,00
Total Programa								2.018.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 10 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 28 ENCARGOS ESPECIAIS
Subfunção 843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA
Programa 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela a Administração Direta e Indireta do Município.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1045	Encargos Especiais	Encargos	Pagamento de encargos e operações especiais	Unidade (Un)	36,00	12.916.000,00	0,00	12.916.000,00
Total Programa						12.916.000,00		



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 11 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	(Un)	1,00	257.000,00	0,00	257.000,00
Total Programa								257.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 12 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito
Função 15 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Subfunção 451 Gestao da Ditrán
Programa 0015 População do Município de Gaspar
Público Alvo Sinalização das Ruas, Avenidas e pontes
Indicador Melhorar as condições de tráfego de veículos e pedestres nas áreas urbanas e rural da cidade.
Objetivo

Indicador (índice) 10%
Indicador (índice) Finalizador 50%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1059	Desapropriação/Aquisição de Imóvel	Imóvel Adquirido	Melhoria do Sistema Viário	Unidade (Un)	1,00	0,00	40.000,00	40.000,00
1061	Implantação de Ciclovias	Área	Construir e Manter ciclovias para facilitar a Mobilidade Urbana	Km	4,00	0,00	40.000,00	40.000,00
2200	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano	Cidade Monitorada	Os recursos serão destinados para instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo, o que trará mais segurança para população e mais efetividade no trabalho exercido pela PM, uma vez que amplia o seu controle frente as infrações cometidas, como também intimida o infrator, uma vez que este sistema facilita sua identificação.	Unidade (Un)	1,00	0,00	320.000,00	320.000,00
Total Programa								400.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 13 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito
Função 15 SERVIÇOS URBANOS
Subfunção 452 Gestao da Ditrán
Programa 0015
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Sinalização das Ruas, Avenidas e pontes
Objetivo Melhorar as condições de tráfego de veículos e pedestres nas áreas urbanas e rural da cidade.

Indicador (índice) 10%
Indicador (índice) Finalizador 50%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1147	Manutenção da Área Azul	Atividade Executada - Área Azul	Humanizar o trânsito de Gaspar	Unidade (Un)	1,00	0,00	1.042.900,00	1.042.900,00
2076	Asfaltamento de Área Pública	Área	Proporcionar segurança nas áreas destinadas a travessia de pedestres	Km	4,00	0,00	400.000,00	400.000,00

Total Programa **1.442.900,00**



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 14 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito
Função 26 TRANSPORTE
Subfunção 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa 0015 Gestão da Ditrán
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Sinalização das Ruas, Avenidas e pontes
Objetivo Melhorar as condições de tráfego de veículos e pedestres nas áreas urbanas e rural da cidade.

Indicador (índice) 10%
 Indicador (índice) Finalizador 50%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1063	Aquisição de Veículo	Veículo	Renovação da Frota de Veículos	Unidade (Un)	8,00	0,00	750.000,00	750.000,00
1065	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Equipamentos necessários para manter os serviços prestados pela Ditrán	Unidade (Un)	16,00	0,00	200.000,00	200.000,00
1067	Educação para o Trânsito	Cursos e Campanhas	Conscientizar a população sobre a segurança no trânsito	Unidade (Un)	4,00	0,00	200.000,00	200.000,00
1069	Reforma e Ampliação da Sede	Sede Reformada	Reforma e Ampliação da sede da Ditrán	Unidade (Un)	1,00	0,00	200.000,00	200.000,00
2078	Manutenção da Ditrán	Atividade Executada - Diretoria de Trânsito	Manutenção da Ditrán, folha de pagamento, sinalização, engenharia e limpeza de vias	Unidade (Un)	1,00	1.900.000,00	10.409.000,00	12.309.000,00
Total Programa								13.659.000,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 15 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 15 PM - Polícia Militar - Trânsito
Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção 181 POLICIAMENTO
Programa 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar

Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Redução da criminalidade no município, dando tranquilidade e segurança aos Municípios.
Objetivo Fazer com que a Polícia Militar preste um serviço de excelência no Município de Gaspar, visando aumentar a qualidade de vida da comunidade gasparense.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador
100% da população atendida
continuar atendendo 100% dos

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2084	Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM	Atividade Executada - Trânsito	Esta ação tem como finalidade o pagamento dos rateios para FOTSENSORES, CIASC, FUNSET, Energia Elétrica das lombadas eletrônicas, JARI, correios e tarifas bancárias e a diferença da arrecadação e repassado para o - FUMFOM.	Unidade (Un)	1,00	0,00	1.936.000,00	1.936.000,00
Total Programa								1.936.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 16 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 16 Polícia Militar

Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Subfunção 181 POLICIAMENTO

Programa 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar

Público Alvo População do Município de Gaspar

Indicador Redução da criminalidade no município, dando tranquilidade e segurança aos Municípios.

Objetivo Fazer com que a Polícia Militar preste um serviço de excelência no Município de Gaspar, visando aumentar a qualidade de vida da comunidade gasparense.

Indicador (índice) 100% da população atendida
Indicador (índice) Finalizador continuar atendendo 100% dos

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1087	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Equipamento e Material Permanente Rádio Patrulha		Esta ação tem como finalidade a aquisição de materiais permanentes adquiridos com recursos da Rádio Patrulha.	Unidade (Un)	8,00	0,00	8.000,00	8.000,00
1089	Projeto Obras e Reformas Rádio Patrulha	Obras Executadas	Esta ação tem como finalidade a reforma do prédio da Polícia Militar executadas com recursos da Rádio Patrulha.	Unidade (Un)	1,00	0,00	8.000,00	8.000,00
2198	Manutenção do Quartel e Serviço de Rádio Patrulha	Atividade Executada - Convênio Rádio Patrulha	Esta ação tem como finalidade a manutenção do Quartel com recursos advindos da Rádio Patrulha	Unidade (Un)	1,00	24.000,00	40.000,00	64.000,00
Total Programa								80.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 17 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 17 PC - Polícia Civil - Trânsito
Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção 181 POLICIAMENTO
Programa 0017 Gestão da Polícia Civil
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Fazer com que a cidade de Gaspar seja cada vez mais um ótimo lugar para viver, proporcionar a melhoria do atendimento e da prestação de serviço visando o aprimoramento dos serviços de segurança e trânsito para população Gasparense.

Indicador (índice) 100%
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1075	Aquisição de Veículos	Veículo	Substituição da frota em decorrência de deterioração, atendimento das ocorrências Policiais e de trânsito visando a garantia dos direitos humanos, respeito ao cidadão e aplicação da legislação vigente.	Unidade (Un)	8,00	0,00	600.000,00	600.000,00
1077	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Troca dos equipamentos/materiais obsoletos e danificados sem consento e otimização de recursos de aprimoramento da qualidade no atendimento do Cidadão que busca o serviço policial.	Unidade (Un)	120,00	0,00	245.000,00	245.000,00
2082	Manutenção da Polícia Civil	Atividade Executada	Manutenção dos equipamentos, prédio e veículos com otimização de recursos visando a garantia do cumprimento das leis vigentes, a garantia aos princípios de dignidade e de direitos humanos a todos os cidadãos.	Unidade (Un)	1,00	0,00	2.287.000,00	2.287.000,00

Total Programa

3.132.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 18 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 18 Corpo de Bombeiros
Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção 182 DEFESA CIVIL
Programa 0016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Sinistro Atendidos e Prevenções
Objetivo Salvar vidas, combater incêndios, resgates e atendimento pré-hospitalar.

Indicador (índice) 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1071	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Capacetes de resgate, luvas de resgate, kit de proteções de resgate, torre de iluminação, equipamentos para busca terrestre, equipamentos para resgate veicular, equipamentos para busca e salvamento de pessoas ilhadas, equipamentos para combate incêndio florestal, equipamentos para atendimento pré-hospitalar, eletrônicos.	Unidade (Un)	200,00	0,00	560.450,00	560.450,00
1073	Reforma da Sede	Sede Reformada	Construção de Reserva náutica, almoxarifado e área de convivência.	Unidade (Un)	1,00	0,00	845.950,00	845.950,00
1303	Aquisição de Veículos	Veículo	Veículo utilitário SAT, uma caminhonete AR, uma ambulância, e um caminhão AT para salvar vidas, combater incêndios e atendimento pré-hospitalar	Unidade (Un)	5,00	0,00	568.950,00	568.950,00
2080	Apoio à Segurança Pública	Atividade Executada - Corpo de Bombeiros	Custeio com manutenção de viaturas, alimentação, combustível, material administrativo, fardamento, estagiárias, manutenção em geral.	Unidade (Un)	1,00	0,00	1.047.650,00	1.047.650,00
Total Programa								3.023.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 19 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 05 Cultura
Função 13 CULTURA
Subfunção 392 DIFUSÃO CULTURAL
Programa 0008 Gestão da Area da Cultura
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Eventos Culturais e de Lazer em Gaspar
Objetivo Fortalecer as ações visando o resgate de nossas raízes culturais,assegurar mecanismos para o desenvolvimento e manutenção da cultura em nosso município.

Indicador (índice) 60%
Indicador (índice) Finalizador 80%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1035	Construção do Centro Integrado da Cultura	Construção	Construir conforme liberação de recursos federais.	Unidade (Un)	1,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2024	Eventos Culturais	Eventos Executados	Manter a realização dos Eventos Culturais e de Lazer.	Quantidade	66,00	215.000,00	146.500,00	361.500,00
2026	Manut.,Ampl.Centro Cult., Arq. Hist.Bibliotecas e Museu	Atividade Executada	Estimular ações voltadas a cultura.	Cultura	1,00	789.000,00	0,00	789.000,00
Total Programa								2.150.500,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 20 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 06 Educação Infantil
Função 12 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Subfunção 306 Gestão de Educação de Ensino Infantil
Programa 0009 Alunos da Educação Infantil
Público Alvo Atendimento de Crianças de 0 à 5 anos
Indicador Atender com qualidade as crianças de 0 a 5 anos do Município de Gaspar.
Objetivo

Indicador (índice) Pré Escola 100% e Creches 50%
Indicador (índice) Finalizador Pré Escola 100% e Creches 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2040	Alimentação Escolar	Alunos	Garantir a alimentação escolar com qualidade para o atendimento da educação infantil no sistema municipal de ensino.	Número	11.654,00	2.327.000,00	2.601.350,00	4.928.350,00
Total Programa								4.928.350,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 21 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 06 Educação Infantil
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil
Público Alvo Alunos da Educação Infantil
Indicador Atendimento de Crianças de 0 a 5 anos
Objetivo Atender com qualidade as crianças de 0 a 5 anos do Município de Gaspar.

Indicador (índice) Pré Escola 100% e Creches 50%
Indicador (índice) Finalizador Pré Escola 100% e Creches 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1021	Construção, Ampliação e Reforma de CDI Salas Multifuncionais	Área	Garantir a universalização da Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atingir no mínimo 50% das crianças até 3 anos de idade até 2024.	Nº	5.160,00	890.000,00	3.144.000,00	4.034.000,00
1027	Aquisição de Imóveis	Imóvel Adquirido	Aquisição de terreno para futuras instalações de instituição de Educação Infantil.	Unidade (Un)	2,00	0,00	120.000,00	120.000,00
1099	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Garantir disponibilidade de verbas para organização de espaços lúdicos e o próprio ambiente escolar em atendimento as especificidades da educação infantil.	Unidade (Un)	285,00	20.000,00	670.000,00	690.000,00
2038	Ampliação e Manutenção da Educação Infantil	Alunos	Garantir a universalização da Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atingir no mínimo 50% das crianças até 3 anos de idade até 2024, por meio da capacitação de professores e atendimento aos parâmetros de qualidade conforme a proposta de educação infantil da rede municipal de ensino e os parâmetros curriculares voltados a infância, apoiar em caráter complementar os programas de orientação e apoio as famílias por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social durante a educação infantil. Priorizar o acesso a educação	Número	11.654,00	16.754.500,00	71.993.000,00	88.747.500,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 22 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 06 Educação Infantil
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil
Público Alvo Alunos da Educação Infantil
Indicador Atendimento de Crianças de 0 à 5 anos
Objetivo Atender com qualidade as crianças de 0 a 5 anos do Município de Gaspar.

Indicador (índice) Pré-Escola 100% e Creches 50%
Indicador (índice) Finalizador Pré-Escola 100% e Creches 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
-------------	----------------	---------	------------	---------	---------------------	---------------	-----------------	-------------

Infantil e fomentar a oferta de atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência de acordo com a oferta de profissionais para atender esta demanda. Criar mecanismos que garantam a organização pedagógicas o currículo e as práticas pedagógicas visando a oferta de ensino com qualidade.

Total Programa

93.591.500,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 23 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 07 Educação Fundamental
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Público Alvo Alunos do Ensino fundamental do 1º ao 9º ano
Indicador Atendimento de Alunos do 1º ao 9º ano
Objetivo Atender com qualidade a demanda da educação básica do seu sistema de ensino com suas modalidades.

Indicador (índice) 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2046	Alimentação Escolar	Alunos	Manter a oferta da alimentação escolar com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.	Número	18.900,00	1.875.000,00	1.394.350,00	3.269.350,00
Total Programa								3.269.350,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 24 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 04 Secretaria de Educação
 Unidade 07 Educação Fundamental
 Função 12 EDUCAÇÃO
 Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
 Programa 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
 Público Alvo Alunos do Ensino fundamental do 1º ao 9º ano
 Indicador Atendimento de Alunos do 1º ao 9º ano
 Objetivo Atender com qualidade a demanda da educação básica do seu sistema de ensino com suas modalidades.

Indicador (índice) 100%
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1029	Constr. Ampliação e Ref. Escolas Quadras Esp., Lab. Salas Mult	Área	Garantir a qualidade no atendimento aos nossos estudantes, oferecendo infraestrutura adequada em toda rede.	M²	5.450,00	883.000,00	3.513.000,00	4.406.000,00
1031	Aquisição de Veículo - Caminho da Escola	Veículo	Manter o serviço de transporte escolar visando atender especificidades da educação básica.	Unidade (Un)	1,00	0,00	200.000,00	200.000,00
1177	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Equipar as escolas da Rede Municipal de Ensino.	Unidade (Un)	1.200,00	20.000,00	1.340.000,00	1.360.000,00
1255	Aquisição de Veículo	Veículo	Manter o serviço de acompanhamento das ações didático pedagógicas e de gestão junto as instituições de ensino.	Unidade (Un)	1,00	0,00	60.000,00	60.000,00
2042	Manutenção da Educação Fundamental	Alunos	Garantir o acesso de estudante à Educação Pública. Fortalecer o acompanhamento da permanência e aproveitamento escolar em colaboração com as famílias e demais órgãos públicos. Manter e renovar as bibliotecas com equipamentos, espaços e acervo bibliográfico, para bem atender a comunidade escolar. Garantir a formação continuada e demais mecanismos que promovam a organização pedagógica e o currículo visando a oferta de ensino com qualidade. Garantir a implementação da proposta curricular do município de maneira a assegurar a formação básica comum nas instituições de ensino.	Número	18.900,00	47.385.000,00	76.852.000,00	124.237.000,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 25 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 07 Educação Fundamental
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Público Alvo Alunos do Ensino fundamental do 1º ao 9º ano
Indicador Atendimento de Alunos do 1º ao 9º ano
Objetivo Atender com qualidade a demanda da educação básica do seu sistema de ensino com suas modalidades.

Indicador (índice) 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2044	Transporte Escolar	Alunos	Ofertar o transporte escolar para o aluno com dificuldade financeira e firmar parcerias com o governo do estado e federal.	Número	6.148,00	1.341.000,00	4.582.900,00	5.923.900,00
Total Programa								136.186.900,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 26 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador
 10%
 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1041	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Equipar a secretaria para uma boa apresentação e agilização dos serviços, com móveis e equipamentos.	Unidade (Un)	4,00	37.000,00	0,00	37.000,00
2054	Manutenção das ações da Secretaria	Atividade Executada	Incentivar ao desenvolvimento econômico do Município, dando continuidade as ações de fomento ao desenvolvimento econômico apoiando as entidades empresariais, a geração de emprego e renda e a qualificação da mão de obra.	Unidade (Un)	1,00	3.461.200,00	120.000,00	3.581.200,00
Total Programa								3.618.200,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 27 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento,Econômico,Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento,Econômico,Renda e Turismo
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvol Econôm Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento economico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) 10%
Indicador (índice) Finalizador 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1205	Projeto Cidade Inteligente	Equipamento Instalado	Implantar anel de fibra ótica no Município.	Unidade (Un)	1,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total Programa								100.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 28 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Função 22 INDÚSTRIA
Subfunção 661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice)
 10%
 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2058	Incentivo Econômico a Empresas	Atividade Executada - Empresas	Captação de novas empresas e valorização do empreendimento local, fomentando o desenvolvimento econômico especialmente de novas tecnologias através do incentivo direto as novas empresas e as ampliações.	Unidade (Un)	4,00	180.000,00	0,00	180.000,00
2060	Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas/Incubadoras	Atividade Executada - Empresas	Valorização das iniciativas locais, incentivo ao Micro e Pequeno Empreendedor e as iniciativas de Cooperativismo e Associativismo.	Unidade (Un)	7,00	148.500,00	0,00	148.500,00
Total Programa								328.500,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 29 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
Função 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção 692 COMERCIALIZAÇÃO
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) 10%
Indicador (índice) Finalizador 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1043	Projeto Gaspar Cidade Rio	Projeto Executado	Incentivar a valorização de nosso Rio Itajaí, também como alternativa hidrovária, resgate de áreas degradadas as margens do Rio Itajaí, principal manancial de abastecimento de água da cidade. Estabelecer novos rumos para a questão do saneamento básico através da valorização do Rio.	Etapa	6,00	0,00	400.000,00	400.000,00
Total Programa								400.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 30 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
Função 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção 695 TURISMO
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador
 10%
 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1037	Construção de Centro de Eventos/Marcos	Projeto Executado	Identificação do território do Município de Gaspar.	Unidade (Un)	6,00	0,00	300.000,00	300.000,00
2062	Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Capacitação e atualização no acompanhamento de novas tecnologias e também divulgar o município	Unidade (Un)	13,00	45.000,00	0,00	45.000,00
Total Programa								345.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 31 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento,Econômico,Renda e Turismo
 Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento,Econômico,Renda e Turismo
 Função 27 DESPORTO E LAZER
 Subfunção 813 LAZER
 Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvolvemento Econômico, Turismo e Renda
 Público Alvo População do Município de Gaspar
 Indicador Empresas estabelecidas
 Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice)
 Indicador (índice) Finalizador
 10%
 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2066	Manutenção Sábado na Praça	Edições Executadas	Movimento comunitário de aproximação do poder público com a população, promover o Lazer para comunidade aproveitando espaços públicos (Praça Getúlio Vargas). Fomentar o incremento nas vendas do comércio local.	Unidade (Un)	36,00	135.000,00	0,00	135.000,00
2068	Gaspar Natal em Festa	Edições Executadas	Participação da população nos diversos eventos de Natal, promovendo a integração, propiciar a comunidade momentos de lazer durante as festas de fim de ano. Incrementar as vendas no comércio.	Unidade (Un)	4,00	450.000,00	0,00	450.000,00
2070	Semana Aniversário Município	Edições Executadas	Manutenção e valorização das tradições do Município	Unidade (Un)	4,00	820.000,00	0,00	820.000,00
2182	Festival de Inverno e Expo-Feira	Edições Executadas	Exposição e valorização dos produtos locais e Regionais, realizando evento para fomento da economia e valorização da cultura local.	Unidade (Un)	4,00	450.000,00	100.000,00	550.000,00

Total Programa 1.955.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 32 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 301 ATENÇÃO BÁSICA
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1163	Construção e Reforma das Unidades de Saúde	Unidade de Saúde	Promover ampliação, manutenção e equipamentos nas Unidades de Saúde	Unidade (Un)	4,00	0,00	444.800,00	444.800,00
2122	Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	Promoção a Saúde	Proteção a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção de saúde dos municípios que impacte na qualidade de vida de toda a coletividade.	Municípios	66.213,00	0,00	27.033.500,00	27.033.500,00
2152	Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	Gestão em Saúde	Ações e serviços voltados a promoção, proteção e recuperação da saúde de acesso universal, igualitário e gratuito.	Unidade (Un)	1,00	77.609.248,23	0,00	77.609.248,23
Total Programa								105.087.548,23



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 33 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) 70%
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2132	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as ações do Redução de Danos e Promoção a saúde CAPS		Fortalecer os serviços na área de saúde mental	Municípios	66.213,00	0,00	1.772.500,00	1.772.500,00
2138	Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexo	Promoção à Saúde	Atender os problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência demanda profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o diagnóstico e tratamento.	Municípios	66.213,00	17.673.430,48	24.340.000,00	42.013.430,48

Total Programa

43.785.930,48



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 34 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Municípios
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2140	Ampliar e Manter Aquis. de Medic. Conf. Preconiza a NOAS SUS	Promoção à Saúde	Promover a seleção, aquisição e distribuição de medicamentos essenciais à população, promovendo a política pública de assistência farmacêutica do município.	Municípios	66.213,00	3.557.321,29	2.600.000,00	6.157.321,29

Total Programa 6.157.321,29



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 35 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	Promoção à saúde	Observação e análise permanentes da situação de saúde da população . Destinada a controlar riscos e danos à saúde, incluindo a abordagem individual e coletiva dos problemas de saúde.	Municípios	86.213,00	0,00	1.956.500,00	1.956.500,00

Total Programa	1.956.500,00							
----------------	--------------	--	--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 36 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 06 Fundo de Saúde
 Unidade 11 Fundo de Saúde
 Função 10 SAÚDE
 Subfunção 305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
 Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Público Alvo População do Município de Gaspar
 Indicador Municípios
 Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) 70%
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	Promoção à saúde	Observação e análise permanentes da situação de saúde da população . Destinada a controlar riscos e danos à saúde, incluindo a abordagem individual e coletiva dos problemas de saúde.	Municípios	66.213,00	0,00	824.000,00	824.000,00
Total Programa								824.000,00



MUNICÍPIO DE GASPÁR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 37 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	Unidade (Un)	1,00	70.000,00	0,00	70.000,00
Total Programa								70.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 38 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 07 Secretaria de Agricultura e Aquicultura
Unidade 12 Secretaria de Agricultura e Aquicultura
Função 20 AGRICULTURA
Subfunção 606 EXTENSÃO RURAL
Programa 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro
Público Alvo Agricultores e Piscicultores do Município de Gaspar
Indicador Produtores de Gaspar
Objetivo Capacitar o setor agrícola e pesqueiro.

Indicador (índice) 85%
Indicador (índice) Finalizador 95%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1131	Aquisição de Veículos	Veículo	Melhorar o atendimento do agricultor.	Unidade (Un)	1,00	50.000,00	0,00	50.000,00
1133	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Melhorar o atendimento ao agricultor.	Unidade (Un)	10,00	60.000,00	384.000,00	444.000,00
1137	Reforma da Sede da Secretaria	Sede Secretaria Reformada	Melhorar o atendimento ao agricultor	Unidade (Un)	1,00	0,00	20.000,00	20.000,00
2104	Manutenção das Atividades Agrícolas e Pesqueira	Atividade Executada	Atender a demanda gerada pela agricultura do município	Unidade (Un)	1,00	9.512.800,00	0,00	9.512.800,00
2106	ExpoFeira e Seminários de Capacitação de Agricultores	Cursos e Palestras	Capacitar os agricultores.	Projeto	40,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Total Programa								10.426.800,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 39 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0011 Const.Manut.Melh.infr. estr. Munic. por Meio Avanço Gaspar
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Execução dos Projetos Previstos
Objetivo Avançar o desenvolvimento e a competitividade da economia local, proporcionando aumento da renda e da riqueza do município de Gaspar, ao mesmo tempo em que assegure a conservação dos recursos naturais e eleve a qualidade da vida da população.

Indicador (índice) 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1207	Const.Manut.Melh.infr. Estrut. Munic. por Meio Avanço Gaspar	Projeto Executado	Avançar o desenvolvimento e a competitividade da economia local, proporcionando aumento da renda e da riqueza do município de Gaspar, ao mesmo tempo em que assegure a conservação dos recursos naturais e eleve a qualidade da vida da população.	Unidade (Un)	1,00	7.271.406,98	3.000.000,00	10.271.406,98
1253	Pavimentação de Ruas Gestão Compartilhada (GECOM)	Ruas Pavimentadas	Melhorias das vias dos bairros e infraestrutura.	M²	102.000,00	12.120.000,00	0,00	12.120.000,00
Total Programa						22.391.406,98		



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 49 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Protocolos de Solicitações de Manutenção
Objetivo Fazer de Gaspar o Município Catarinense com a melhor qualidade de vida.

Indicador (índice) 50%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1049	Construção de Vias Públicas	Ruas abertas	Abertura de novas vias públicas e revitalização de vias existentes.	Unidade (Un)	4,00	40.000,00	50.000,00	90.000,00
2072	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	Lâmpadas da Iluminação Pública	Fazer de Gaspar o município Catarinense com a melhor qualidade de vida	Unidade (Un)	47.236,00	112.000,00	15.099.500,00	15.211.500,00
2074	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Atividade Executada	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Unidade (Un)	1,00	42.174.000,00	2.600.000,00	44.774.000,00
Total Programa								60.075.500,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 41 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função 15 URBANISMO
Subfunção 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Protocolos de Solicitações de Manutenção
Objetivo Fazer de Gaspar o Município Catarinense com a melhor qualidade de vida.

Indicador (Índice) 50%
Indicador (Índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1053	Aquisição de Equip., Material Perman., Máquinas e Caminhões	Máquinas Equipamento e Material Permanente	Renovação e ampliação da frota de máquinas e equipamentos para obras no município.	Unidade (Un)	12,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
1055	Reforma da Secretaria	Sede da Secretaria Reformada	Adequação das instalações físicas da Secretaria de Obras.	M²	1.500,00	15.000,00	0,00	15.000,00
Total Programa								3.015.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 42 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1221	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	Assentamento Urbanizado	Finalização da obra, área do Programa de Recuperação Ambiental de Área Degradada no local onde foram removidas as moradias em área de risco. Execução do mirante.	Unidade (Un)	4,00	100.000,00	340.000,00	440.000,00
2088	Manutenção das Ações da Secretaria	Atividade Executada	Realizar atividades de manutenção da Secretaria como aquisição de materiais de expediente, pagamento de servidores, pagamento de diárias necessárias, cursos enfim manter a estrutura da secretaria		1,00	17.380.500,00	0,00	17.380.500,00
Total Programa								17.820.500,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 43 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1119	Aquis. de Equip. de Informát. software, móveis e Mat. Perman	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de novos computadores, software relacionado a engenharia ,arquitetura e cadastro. Compra de mesas, cadeiras e armários/ arquivos.	Unidade (Un)	60,00	160.000,00	0,00	160.000,00
Total Programa								160.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 44 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
-------------	----------------	---------	------------	---------	---------------------	---------------	-----------------	-------------

1261	Execução de Trabalhos Sócio Ambiental	Trabalho Sócio Ambiental Executado	Execução de Trabalho no loteamento Margem Esquerda durante a execução da obra conforme exigência da Licença Ambiental, realização de trabalho junto a implantação das obras de drenagem, esgotamento sanitário e execução do Anel de Contorno Viário Urbano. Elaborar Plano Municipal de Habitação. Elaborar Projetos para melhorias de habitações precárias. Dotar a população do sentimento de pertencimento e cuidados com as obras públicas e formar lideranças	Unidade (Un)	8,00	0,00	267.000,00	267.000,00
------	---------------------------------------	------------------------------------	---	--------------	------	------	------------	------------

Total Programa

267.000,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 45 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 182 DEFESA CIVIL
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1267	Serviços de Contenção de encostas	Encosta Contida	Realização de obras de contenção de encostas em situação de emergência / áreas de risco.	Unidade (Un)	8,00	0,00	800.000,00	800.000,00
Total Programa								800.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 46 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1095	Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	Ruas Pavimentadas	Execução de obras de qualificação e pavimentação de vias conforme Projeto: Rua Bonifácio Haendchen, Rua Itajai, Loteamento Margem Esquerda e Rua Carlos Roberto Schramm, finalização da Rua Artur Polfo, Previsão da execução da reurbanização da Rua Barão do Rio Branco, Rua Duque de Caxias e Avenida Deputado Francisco Mastella. Qualificação e pavimentação da Rua Fausto Dagnoni, Rodolfo Vieira Pamplona, Leonardo Pedro Schmitt, Vidal Flavio Dias, Estrada Geral Garuba, Rua Antônio Schmitt e outras enfim melhorias das vias dos bairros e infra estrutura	Km	33,00	7.215.893,02	44.500.000,00	51.715.893,02
1101	Implantação de Interseções Viárias	Interseções Viárias Implantadas	Implantação de interseções no sistema viário necessárias para melhorar a circulação e segurança dos transeuntes: Avenida Frei Godofredo x Rua São Bento, Entrada da Arena Multiuso na Rua Hercílio Fides Zimmermann, Interseções dos trechos do Anel de Contorno Viário Urbano a ser implantado em etapas.	Unidade (Un)	4,00	240.000,00	4.500.000,00	4.740.000,00
1107	Melhor Vias Exist., Implant. Ciclovias, Calç., Arbor. e Implantação de infra-estrutura Pavim		Implantação de ciclovia, calçadas e arborização na Rua Hercílio Fides Zimmermann, Rua Frei Solano, Rua Prefeito Leopoldo Schramm, Rua Sete de Setembro e outras, melhorando a qualidade de vida, humanizar o trânsito.	Unidade (Un)	8,00	340.000,00	2.000.000,00	2.340.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 47 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice)
 Indicador (índice) Finalizador
 0% Esgotamento Sanitário /
 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1109	Implant. Sistemas Drenagem Pluvial e Escoam. Águas Superfíc	Drenagem Executada	Implantação do sistema de drenagem no entorno da VPS7 (via projetada de ligação entre a Avenida Deputado Francisco Mastella e Avenida Frei Godofredo), melhorias no bairro Figueira, Margem Esquerda, Colônia, comunidade Sertão Verde, Gasparinho e Santa Terezinha.	Unidade (Un)	4,00	40.000,00	6.500.000,00	6.540.000,00
1113	Implantação de Equipamentos e Mobiliário Urbano	Equipar e Mobiliar	Implantação de bancos, lixeiras, parapiquês, luminárias, academias, playground em espaços públicos assim melhorando a Qualidade de Vida da População Gasparense.	Unidade (Un)	120,00	330.000,00	2.000.000,00	2.330.000,00
1121	Anel Viário Urbano e Abertura de Vias	Extensão executada	Execução das obras do Anel de Contorno Viário Urbano - abertura de trechos e melhorias nas vias existentes do traçado melhorando o tráfego de veículos entre os municípios	Km	36,00	4.473.350,00	59.392.500,00	63.865.850,00
1259	Implantação de Parque e Praças e Melhorias nos Existentes	Praças e Parques	Implantação de Parque Municipal entre os bairros Santa Terezinha e Sete de Setembro e melhorias na Arena Multiuso. Implantação do mirante Marco Zero em frente à Praça Getúlio Vargas e da Praça no Gasparinho (ao lado do condomínio Tivoli), melhorias na Praça Egon Bohn.	Unidade (Un)	8,00	650.000,00	2.000.000,00	2.650.000,00
Total Programa								134.181.743,02



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 48 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0024 Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu
Público Alvo População do Município de Gaspar e região.
Indicador Melhorias no Entorno Imediato
Objetivo Implantar melhorias no entorno da Ponte do Vale, na interseção da Rua Itajaí com a Rodovia Jorge Lacerda.

Indicador (índice) 90%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1093	Obras de Infraestr. do anel viário com Constr. Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	Ponte com Anel Viário Executado	Execução de obras complementares de melhorias da circulação e segurança do entorno da Ponte do Vale - interseção com a Rua Itajaí.	Unidade (Un)	4,00	0,00	330.000,00	330.000,00
Total Programa						330.000,00		



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 49 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1115	Contratação de Projetos e Serviços Técnicos	Elaboração de Projetos	Projetos técnicos para o Anel de Contorno Viário Urbano, Serviço técnico para o estudo de drenagem e concepção de ocupação da área entre a Avenida Francisco Mastella e a Avenida Frei Godofredo, Projeto do Parque Municipal Santa Terezinha, projetos de ruas a captar recursos citadas na qualificação de ruas, Projeto do Centro Administrativo.	Unidade (Un)	20,00	1.140.000,00	0,00	1.140.000,00
1117	Aquisição de Terrenos e Desapropriações	Imóvel Adquirido	Aquisição de terrenos para implantação da Estação de Tratamento de Esgoto, aquisição de imóveis para abertura do Anel de Contorno Viário Urbano, aquisição de terrenos para abertura de novas ruas e parque municipal, aquisição de terreno para realização de novos ramais de drenagem.	Unidade (Un)	10,00	1.900.000,00	400.000,00	2.300.000,00
2096	Revisão e Complementação do Plano Diretor e Geoprocessamento	Plano Revisado	Atualização da base de dados do município e ampliação do levantamento para toda a área urbana e alguns trechos rurais. Ajustes e conclusão da revisão do Plano Diretor com foco no uso e ocupação do solo.	Unidade (Un)	1,00	120.000,00	1.110.000,00	1.230.000,00
Total Programa								4.670.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 50 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 16 HABITAÇÃO
Subfunção 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 0019 Constr Manut Melh Infra Munic Sec Planej Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1111	Progr. de Regul. de Assent. Informais e Cadastro Imobiliário	Projeto Executado	Regularização fundiária do Jardim Primavera, Santa Terezinha (altas cemitério), Loteamento Mergem Esquerda e outros em vias irregulares.	Unidade (Un)	8,00	60.000,00	400.000,00	460.000,00
Total Programa								460.000,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 51 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 16 HABITAÇÃO
Subfunção 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 0023 Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Famílias de baixa renda a serem atendidas
Objetivo Propiciar acesso a moradia digna as famílias cadastradas no sistema de habitação deste município.

Indicador (índice) 1500 famílias
Indicador (índice) Finalizador 300 famílias

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1103	Construção de Unidades Habitacionais e locação social.	Moradias Construídas	Construção de unidades habitacionais nos lotes vazios dos Loteamentos de Interesse Social existentes no bairro Gasparinho e Margem Esquerda bem como em novos lotes. Locação social necessária após demolição das edificações em áreas de risco e período de construção das novas moradias.	Unidade (Un)	50,00	60.000,00	400.000,00	460.000,00

Total Programa 460.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 52 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 18 GESTÃO AMBIENTAL
Subfunção 541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
Programa 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Promover um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) 0% Esgotamento Sanitário /
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário /

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1269	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	Projeto Executado	Execução do sistema de esgotamento sanitário projetado para os bairros Santa Terezinha, Sete de Setembro e Centro, conforme projeto executivo já finalizado.	Unidade (Un)	4,00	150.000,00	37.000.000,00	37.150.000,00
1271	Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água	Projeto Executado	Melhorias e ampliação da estrutura da ETA I e ETA II.	Unidade (Un)	4,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
2098	Educ Ambient,paisag. e arboriz. Urb. de esp públ,proteção en	Projeto Executado	Contratação de trabalhos na área ambiental com foco nas áreas de preservação permanente do município.	Unidade (Un)	4,00	0,00	630.000,00	630.000,00
Total Programa								39.780.000,00



MUNICÍPIO DE GASPARGASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 53 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão10Fundo de Assistência Social

Unidade20Fundo de Assistência Social

Função08ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Subfunção243Gestão na Área de Desenvolvimento Social

Programa0029População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social

Público AlvoMunicípios em Situação de Vulnerabilidade Social

IndicadorDesenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Objetivo

Indicador (Índice)80%

Indicador (Índice) Finalizador100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Acolhimento Realizados	Oferecer serviços de atendimento as famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora do seu núcleo familiar.	Serviços	4,00	5.910.000,00	1.010.000,00	6.920.000,00

Total Programa

6.920.000,00



MUNICÍPIO DE GASPARGASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 54 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Público Alvo População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social
Indicador Municípios em Situação de Vulnerabilidade Social
Objetivo Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Indicador (índice) 80%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1189	Aquisição de Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Adquirir material permanente, móveis, peças eletroeletrônico, equipamentos, para atendimento dos programas socioassistenciais da Secretaria.		50,00	44.000,00	544.000,00	588.000,00
1193	Manter BPC - Benefício Prestação Continuada	Ação Executada	Verificar as condições de origem do benefício, seu impacto na qualidade de vida dos beneficiários e identificar demandas urgentes por serviços socioassistenciais.	Projeto	4,00	0,00	14.000,00	14.000,00
1199	Construção e Implantação de CRAS	Construção	Construção e Implantação de CRAS	Unidade (Un)	2,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
1231	Implantar Programas na Área Social	Convênios Realizados	Direcionar incentivos diversos visando resolver as principais necessidades das famílias vivem em condições de pobreza extrema.	Entidades	12,00	0,00	386.000,00	386.000,00
2164	Manter Ações de Desenvolvimento Social	Ações Desenvolvidas	Manter as atividades e serviços socioassistenciais oriundos pela Secretaria de Assistência Social.	Secretaria	4,00	16.343.800,00	0,00	16.343.800,00
2166	Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada	Bolsa Família	Realizar atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa Família a fim de garantir qualidade nas informações e manter os dados da família sempre atualizados.	Programa	1,00	0,00	292.500,00	292.500,00
2168	Gestão de Benefícios Eventuais	Benefícios Concedidos	Levantamento de demanda de indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade temporária, buscando agilidade e presteza, proporcionando o fortalecimento das potencialidades e vínculos de indivíduos e suas	Programa	4,00	920.000,00	40.000,00	960.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 55 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Público Alvo População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social
Indicador Municípios em Situação de Vulnerabilidade Social
Objetivo Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Indicador (Índice) 80%
Indicador (Índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2180	Convênios com Entidades	Convênios Realizados	Manter convênios com entidades que prestam serviços à população. famílias.	Entidades	12,00	5.000,00	0,00	5.000,00
2192	Manter Proteção Social Básica	Fortalecimento de Vínculos	Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Serviços	4,00	5.000,00	1.870.500,00	1.875.500,00
2194	Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	Atendimento de Famílias com Direitos Violados	Garantir a indivíduos e famílias cujos direitos foram violados, a reparação de danos, a reabilitação das possibilidades psico-sociais e o fortalecimento dos laços e vínculos familiares e comunitários. Busca-se o desenvolvimento de seu protagonismo e inserção social como meio de construção de sua autonomia.	Serviços	4,00	5.000,00	1.335.500,00	1.340.500,00
2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Acolhimento	Oferecer serviços de atendimento as famílias e aos indivíduos - pessoa idosa e com deficiência - que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora do seu núcleo familiar.	Serviços	4,00	2.545.000,00	0,00	2.545.000,00

Total Programa 26.350.300,00



MUNICÍPIO DE GASPÁR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 56 de 66
18/10/2017 15:51:15

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.

Indicador (índice)
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	(Un)	1,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Total Programa								20.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 57 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 11 Procuradoria-Geral do Município

Unidade 23 Procuradoria-Geral do Município

Função 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA

Subfunção 061 AÇÃO JUDICIÁRIA

Programa 0020 Gestão da Procuradoria do Município

Público Alvo Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar

Indicador Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos, e Assessoria Jurídica

Objetivo Representar judicial e extrajudicialmente o Município de Gaspar, assim como assessorar os órgãos da Administração em geral.

Indicador (índice) 100%

Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2204	Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria Geral	Atividade Executada	Pagamento de Honorários Advocatícios.	Unidade (Un)	1,00	0,00	129.000,00	129.000,00
Total Programa								129.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 58 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 11 Procuradoria-Geral do Município
Unidade 23 Procuradoria-Geral do Município
Função 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA
Subfunção 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
Programa 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Público Alvo Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar
Indicador Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos, e Assessoria Jurídica
Objetivo Representar judicial e extrajudicialmente o Município de Gaspar, assim como assessorar os órgãos da Administração em geral.

Indicador (índice) 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1127	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Equipar o órgão responsável por prestar assessoria à toda a Administração Municipal, com livros, computadores e demais materiais permanentes.	Unidade (Un)	60,00	41.500,00	0,00	41.500,00
2100	Manutenção da Procuradoria Geral	Atividade Executada	Manutenção do órgão responsável por prestar assessoria à toda a Administração Municipal, com exceção do SAMAE, no que diz respeito à legalidade dos atos administrativos, assim como dar encaminhamento a todas as ações judiciais nas quais o Município é parte até a sua extinção, para tanto é necessária a remuneração adequada aos servidores, cursos de atualização e capacitações técnicas, pagamento de precatórios judiciais, Requerimentos para pagamentos e despesas judiciais, contratação de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades.	Unidade (Un)	1,00	10.386.000,00	301.000,00	10.687.000,00

Total Programa

10.728.500,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 59 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 11 Procuradoria-Geral do Município
Unidade 23 Procuradoria-Geral do Município
Função 14 DIREITOS DA CIDADANIA
Subfunção 422 DIREITOS INDIVIDUAIS COLETIVOS E DIFUSOS
Programa 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Público Alvo Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar
Indicador Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos, e Assessoria Jurídica
Objetivo Representar judicial e extrajudicialmente o Município de Gaspar, assim como assessorar os órgãos da Administração em geral.

Indicador (índice) 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1127	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor	Unidade (Un)	10,00	0,00	20.500,00	20.500,00
2030	Manut. Ativ. Fundo do Progr.deProt. e defesa do Consumidor PRO	Atividade Executada	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor	Unidade (Un)	1,00	0,00	135.500,00	135.500,00
Total Programa								156.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 60 de 66

18/10/2017 15:51:15

Órgão 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
 Unidade 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
 Função 27 DESPORTO E LAZER
 Subfunção 811 DESPORTO DE RENDIMENTO
 Programa 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer
 Público Alvo População do Município de Gaspar
 Indicador Participação da População no Esporte e Lazer
 Objetivo Exercer perante a sociedade a responsabilidade de planejar, organizar e executar as ações que favoreçam o desenvolvimento do esporte e do lazer no Município de Gaspar.

Indicador (índice)
 Indicador (índice) Finalizador
 10%
 40%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1181	Aquisição de Veículos	Veículo	Manutenção de ginásios e praças esportivas, locomoção para eventos.	Unidade (Un)	2,00	0,00	100.000,00	100.000,00
2158	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades Atendidas	Dar continuidade aos projetos existentes e aumentar modalidade esportiva a cada ano, buscando inclusão social e aumento de qualidade de vida dos gasparenses.	Unidade (Un)	8,00	227.000,00	0,00	227.000,00

Total Programa

327.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 61 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Unidade 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Função 27 ESPORTE E LAZER
Subfunção 812 ESPORTE COMUNITÁRIO
Programa 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Participação da População no Esporte e Lazer
Objetivo Exercer perante a sociedade a responsabilidade de planejar, organizar e executar as ações que favoreçam o desenvolvimento do esporte e do lazer no Município de Gaspar.

Indicador (índice)
 10%
 40%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1185	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Áreas Esportivas Construídas	Construção de novos espaços esportivos e reformas dos já existentes, para termos espaços adequados para prática esportiva e lazer incentivando a inclusão social e hábitos saudáveis para a população gasparense, fortalecendo a prática esportiva em nossa cidade.	Unidade (Un)	4,00	122.000,00	200.000,00	322.000,00
1187	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de equipamentos para manter e expandir as áreas de lazer, como também a parte administrativa.	Unidade (Un)	10,00	11.000,00	0,00	11.000,00
2162	Manutenção do Esporte em Gaspar	Esporte Executado	Manutenção de todas as praças esportivas, despesas fixas e pagamentos dos servidores e apoio a eventos esportivos, melhorando a qualidade de vida da população com inclusão social, esporte, rendimento e a prática do lazer proporcionando hábitos mais saudáveis e interagindo com a população gasparense.	Unidade (Un)	4,00	7.118.200,00	400.500,00	7.518.700,00
Total Programa								7.851.700,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 62 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Unidade 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa Público Alvo 0007 Reserva de Contingência Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.

Indicador (índice)
 Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	Unidade (Un)	4,00	27.900,00	0,00	27.900,00
Total Programa								27.900,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 63 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão	13	Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Unidade	26	Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Função	17	SANEAMENTO
Subfunção	512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa	0025	Gestão do SAMAE
Público Alvo		Usuários do Samae
Indicador		Abastec.de água(Estab e Domic.);Coleta de Resíduos(Estab e Domic.);Coleta e Tratamento (domicílios)
Objetivo		Ampliar e melhorar os serviços de saneamento para melhor atender os usuários.

Indicador (índice) 93%;99% e 0%.
 Indicador (índice) Finalizador 96%;100% e 300 domicílios.

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1141	Consórcio Público AGIR	Consórcio	Consórcio Público	Consórcio	1,00	487.183,00	0,00	487.183,00
1153	Aquisição de Veículos	Veículo	Agilizar os serviços para um melhor atendimento aos usuários.	Unidade (Un)	20,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
1155	Aquisição de Imóvel/Desapropriação	Terreno	Melhorar a funcionalidade e o ambiente de trabalho.	Unidade (Un)	3,00	470.000,00	0,00	470.000,00
1157	Aquisição de Bombas, Equipos. e Mobília em Geral	Equipamento e Material Permanente	Garantir a qualidade e continuidade dos serviços.	Unidade (Un)	260,00	780.000,00	0,00	780.000,00
1159	Esgoto Sanitário - Implantação/Ampliação/Manutenção	Residências	Implantação do esgoto sanitário	Residências	450,00	753.000,00	0,00	753.000,00
2110	Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia	Atividade Executada	Manter a folha de pagamento dos servidores e despesas com a manutenção da autarquia.	Unidade (Un)	4,00	43.209.817,00	0,00	43.209.817,00
2112	Construções de Reservatórios	Reservatório Construído	Garantir o abastecimento de água potável a população.	Unidade (Un)	4,00	3.050.000,00	0,00	3.050.000,00
2114	Coleta de Lixo	Resíduo Coletado	Organizar e prestar os serviços de coleta, transporte e tratamento de resíduos, mantendo a cidade limpa, visando a saúde dos municípios.	Tonelada	71.460,00	26.560.000,00	0,00	26.560.000,00
2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto	Extensão	Garantir o abastecimento de água potável para os usuários e extensão da rede de água.	Km	430,00	13.220.000,00	0,00	13.220.000,00
2118	Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos	Veículos/Equipamentos Mantidos	Conservar e manter os veículos funcionando para melhor atendimento.	Unidade (Un)	52,00	2.565.000,00	0,00	2.565.000,00
Total Programa								92.295.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 64 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 13 Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Unidade 26 Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.

Indicador (índice)
 Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	(Un)	1,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Total Programa						200.000,00		



MUNICÍPIO DE GASPARG - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 65 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 14 Fundo de Atendimento à Criança e do Adolescente
Unidade 22 Fundo de Atendimento à Criança e do Adolescente
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa 0027 Gestão do Fundo de Atendimento à Criança e do Adolescente
Público Alvo Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade Social.
Indicador PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS QUE ATENDEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE GASPARG
Objetivo Facilitar a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das Ações de atendimento à Criança e ao Adolescente.

Indicador (índice) 50%
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1175	Criar e manter programa, projetos, serviços e ações convênios com entidades		Facilitar a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das Ações de atendimento à Criança e ao Adolescente.	Projetos Programas e Ações	80,00	0,00	2.231.000,00	2.231.000,00
2156	Manutenção do Fundo de Atendimento à Criança e do Adolescente	Atividade Executada	Manutenção do Fundo de Atendimento à Criança e do Adolescente	Programa	1,00	353.000,00	2.000.000,00	2.353.000,00
Total Programa								4.584.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 66 de 66
 18/10/2017 15:51:15

Órgão 14 Fundo de Atendimento Criança e do Adolescente
Unidade 22 Fundo de Atendimento Criança e do Adolescente
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.

Indicador (índice)
 Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	(Un)	1,00	40.000,00	0,00	40.000,00
Total Programa						40.000,00		
Total Geral:						997.260.000,00		

SAMAE - GASPAR**ADITIVO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2013 - SAMAE**

Publicação Nº 1456116

ADITIVO AO EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 38/2013

TÍTULO: Credenciamento de INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS para recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, inscrito no CNPJ nº 82.636.028/0001-84, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Credenciamento nº 38/2013, foi ALTERADO, dispondo no presente ADITIVO, as novas Tarifas de Remuneração para o exercício 2018.

1 DA JUSTIFICATIVA

1.1 Considerando o disposto no item 8.8 do Edital de Credenciamento nº 38/2013, o SAMAE, resolve atualizar monetariamente os valores constantes no Anexo I do Edital de Credenciamento nº 38/2013

1.2 A atualização tem por objetivo repassar as perdas inflacionárias do período.

2 DA ALTERAÇÃO ANEXO I - TARIFAS/VALORES MÁXIMOS DE REMUNERAÇÃO

2.1 Fica alterado o Anexo I - Tarifas/Valores Máximos de Remuneração conforme disposto adiante.

2.2 Os valores das tarifas foram atualizados pela negociação direta com as instituições financeiras.

2.3 O documento (Anexo I - Tarifas/Valores Máximos de Remuneração) devidamente alterado é anexo desse termo aditivo.

2.4 O presente aditivo somente produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

3 DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

3.1 As demais cláusulas e condições do Edital e Anexos permanecem inalteradas.

3.2 O presente Aditivo é parte integrante do Edital, independentemente de transcrição.

Gaspar, 12 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

ANEXO I

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2013
TARIFAS/VALORES MÁXIMOS DE REMUNERAÇÃO

Itens:	Descrição:	Valor unitário
01	Por recebimento de documento nos guichês de caixas de agências, com códigos de barras padrão FEBRABAN, e prestação de contas através de meio magnético;	R\$ 2,81
02	Por recebimento de documento nos guichês de auto atendimento de agências, com códigos de barras padrão FEBRABAN, e prestação de contas através de meio magnético;	R\$ 1,22
03	Por recebimento de documento, nas casas lotéricas ou correspondentes bancários em todo território nacional, com códigos de barras padrão FEBRABAN, e prestação de contas através de meio magnético;	R\$ 1,65
04	Por recebimento efetuado através de atendimento virtual (Homepage – Office Banking – Internet e débito automático)	R\$ 0,86

Obs. Os valores unitários poderão ser revistos ou atualizados a critério da Administração, mediante Termo Aditivo ao Edital de Credenciamento, e apostilamento nos contratos firmados.

Gaspar, 12 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 152/2017 - ESTABELECE RECESSO DE NATAL E ANO NOVO AOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1456970

DECRETO Nº 152 / 2017.

ESTABELECE RECESSO DE NATAL E ANO NOVO AOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – Fica estabelecido recesso de natal e ano novo no período de 23 de Dezembro de 2017 a 01 de Janeiro de 2018, aos Servidores da: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; Secretaria de Administração; Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente; Secretaria de Saúde e Saneamento Básico, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Desenvolvimento da Pesca e Agricultura, Secretaria da Assistência Social, Secretaria da Fazenda e Gabinete do Prefeito, CONSIDERANDO a programação e escala de trabalho das Secretarias e órgãos Municipais, contendo relação de servidores que deverão usufruir do período de recesso e quais servidores estarão trabalhando normalmente ou de plantão para manter os serviços essenciais.

Art. 2º – Excetuam-se desta programação de recesso as atividades consideradas essenciais e indispensáveis no serviço público municipal tais como: serviço de saúde (Postos de Saúde, Fisioterapia, Tratamento Contínuos, Plantão de Pronto Atendimento), Na Secretaria de Assistência Social o CRAS -- Centro de Referência de Assistência Social, limpeza pública e manutenção de estradas, recolhimento e fiscalização de tributos, fiscalização de obras, setor de licitação, atendimento à população em geral; bem como a autarquia pública municipal Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), dentre outros serviços essenciais e indispensáveis à população.

Parágrafo único – A diretoria de tributos e todos os funcionários lotados nessa diretoria trabalharão em regime plantão. A escala de plantão é definida pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º – Se necessário à presença do servidor em serviços e atividades essenciais para atendimento à população no referido período, o secretário ou responsável pelo órgão municipal, poderá convocar o servidor para o retorno imediato as atividades, com compensação posterior do período.

Art. 4º – As Secretarias de Turismo, Planejamento, Obras e Serviços Públicos e Vigilância Sanitária deverão manter uma equipe Multidisciplinar, durante o período de recesso e para toda a temporada de verão, com o intuito de fiscalizar e manter ordenados os serviços de limpeza de praias, ocupação irregular nas praias e áreas de preservação, vigilância sanitária de estabelecimentos e ambulantes, segurança alimentar, necessidade de acionar a segurança pública ou outras atividades consideradas ilícitas e irregulares.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica sob a responsabilidade do Secretário Titular da pasta indicar 1(um) ou mais membros a fim de compor a referida equipe a ser liderada pela Secretaria de Planejamento, representando as atribuições de cada Secretaria.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 145 de 06/12/2017.

Governador Celso Ramos, 13 de dezembro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 109/2017 - PROCESSO 109/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO VERÃO MAIS 2018, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1456168

TERMO DE ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos no uso de suas atribuições legais, e em acordo com a Lei de Licitações, nº 8.666/93 resolve ANULAR o processo licitatório Pregão Presencial para Registro de Preço 109/2017 - Processo Administrativo 109/2017, com base no artigo 49 da já citada Lei e nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. O procedimento licitatório está sujeito a autotutela, podendo ser revogado ou anulado. É no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 que este princípio se confirma na licitação:

Art. 49 – A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º - A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta Lei.

§3º - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - O disposto neste artigo e seus parágrafos aplicam-se aos atos do procedimento de dispensa e inexistência de licitação. (grifo nosso)

Conforme ensina Marçal Justen Filho “Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação”.

No presente caso o processo licitatório teve início em 23 de outubro

de 2017 com a disponibilização do Edital, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO VERÃO MAIS 2018, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, DE ACORDO COM OS QUANTITATIVOS ESTIMADOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL, DURANTE A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DA PRESENTE LICITAÇÃO.

Conforme comunicado da Secretaria de origem, Secretaria Municipal de Turismo, considerando o ofício nº 0532/2017/03PJ/BIG do Ministério Público de Santa Catarina, por intermédio da 3ª Promotoria de justiça da Comarca de Biguaçu o qual efetuou questionamentos acerca da contratação do objeto supra, esta municipalidade entende que as contratações referidas no bojo do Pregão Presencial para registro de preço nº 109/2017, deverão ser através de Inexigibilidade de licitação para contratação de artistas, modalidade em que a Lei de Licitações 8.666/93 em seu artigo 25, III, desobriga a Administração de realizar o procedimento licitatório, por inviabilidade de competição.

Bem como os demais serviços podem ser contratados por intermédio de Pregão presencial, artigo 15, II da Lei de Licitações 8.666/93. Esta administração diante da motivação acima descrita, entende por ANULAR o processo licitatório Pregão Presencial para Registro de Preço 109/2017 - Processo Administrativo 109/2017.

Governador Celso Ramos, 13 de dezembro de 2017.

ACACIO PATROCÍNIO

Secretário Municipal de Turismo

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito

PORTARIA Nº 761/2017 - NOMEAR COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Publicação Nº 1456956

Portaria nº 761 / 2017

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores municipais GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA matrícula, nº 6232, ZÉLIO MAURICIO KOERICH matrícula nº 317, ROSA MARIA MAILDE FLORES SOARES matrícula 763, PEDRO MANOEL SIQUEIRA FILHO matrícula 855, MANOEL MARCELO CUNHA matrícula 210, ANTÔNIO MARCOS TESTONI matrícula 074, para compor a Comissão Examinadora do processo de alteração de carga horária permanente com a ampliação da jornada de trabalho de até 40 horas semanais, dos professores integrantes do Quadro Efetivo do Magistério Municipal de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - Fica autorizado o afastamento dos membros da presente comissão de suas atividades, quando estiverem a serviço da comissão, mediante comunicação a chefia imediata.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 08 de dezembro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 57/2017 - APROVA IN CI 001/2017

Publicação Nº 1456068

DECRETO Nº 57, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CONTROLE INTERNO N.º 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Fica aprovada a Instrução Normativa CI n.º 001/2017, que "Dispõe sobre a concessão de Subvenções, Auxílios e Contribuições pelo Município de Grão-Pará".

Art. 2º. A Instrução Normativa CI n.º 001/2017, após sua publicação, deverá ser executada e aplicada por todos os Setores do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Grão-Pará, 13 de dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 074/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1456705

PREFEITURAMUNICIPALDEGRÃO PARÁESTADODESANTACATARINA
SecretariaMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000074/17de13deDezembrode2017

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃO PARÁnoexercíciodasatribuições-
quelheforamconferidaspelaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃO PA-
RÁeautorizaçãointerdanaleiMunicipalnº002061/16de20deDezem-
brode2016.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)
dotação(ões)orçamentária(s):

06-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01-DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(243)4.4.90.00.00.00.00.00.2.015-0059-ApplicacoesDiretas550,00
TotalSuplementação:550,00Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanterior-
serãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotal-
da(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

06-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01-DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(087)3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0059-ApplicacoesDiretas550,00
TotalAnulação:550,00

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdis-
posições em contrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,13deDezembrode2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos13deDezembrode2017.

DIONE HEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETO DF 075/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1456740

FUNDOMUNICIPALDESAÚDEDEGRAOPARAESTADODESANTACATA-
RINA

SecretariaMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000075/17de13deDezembrode2017

OPREFEITODEGRÃO PARÁnoexercíciodasatribuiçõesquelheforam-
conferidaspelaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃO PARÁeautorização-
contidanaLeiMunicipalnº002061/16de20deDezembrode2016.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)
dotação(ões)orçamentária(s):

14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE

(046)4.4.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-ApplicacoesDire-
tas1.900,00

TotalSuplementação:1.900,00

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanterior-
serãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotal-
da(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE

(045)3.3.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-ApplicacoesDire-
tas1.900,00

TotalAnulação:1.900,00

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdis-
posições em contrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,13deDezembrode2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos13deDezembrode2017.

DIONE HEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI N. 001/2017

Publicação Nº 1456072

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI N. 001/2017

Dispõe sobre a concessão de Subvenções, Auxílios e Contribuições pelo Município de Grão-Pará.

A Controladoria Interna do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, considerando

A vigência da IN TC 14/2012;

A necessidade da Normatização Municipal das transferências de recursos à terceiros,

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1. O repasse de valores a terceiros será realizado através de convênio, nas modalidades subvenções, auxílios e contribuições.

§ 1st A concessão de recursos à entidades privadas fica submetida exclusivamente ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado, observando os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade e economia.

Art. 2. Para fins desta Instrução normativa, entende-se como:

I - Subvenção Social: transferência de recursos destinados a atender despesas com custeio de entidades sem fins lucrativos que forneçam a contraprestação de serviços nas áreas de caráter assistencial (social, médica ou educacional) ou cultural, com custo menor do que se executado diretamente, exercendo atividades de natureza continuada.

II - Subvenção Econômica: transferência de recursos destinados a atender déficits de manutenção de empresas públicas do município.

III - Auxílios: transferência de recursos destinados a atender despesas de capital de entidades sem fins lucrativos, independente de área de atuação, sem necessidade da contraprestação direta de bens ou serviços.

IV - Contribuições: transferência de recursos destinados a atender despesas de custeio ou de capital de entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, independente de área de atuação, sem necessidade da contraprestação direta de bens ou serviços. Depende de Lei Específica para realizar o repasse.

V - Convênio: termo de ajuste que disciplina a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública municipal direta, autárquica ou fundacional que estejam gerindo recursos dos orçamentos do Município, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

CAPÍTULO II**DA CONCESSÃO DE RECURSOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Art. 3. A concessão de Subvenção Social está restrita às entidades sem fins lucrativos dedicadas à prestação de serviços de assistência social, médica, educacional ou cultural.

Art. 4. Para cada projeto de concessão de recursos, será constituído processo específico ao qual serão apresentadas as respectivas prestações de contas.

Art. 5. As subvenções sociais destinadas a entidades de assistência social serão repassadas exclusivamente àquelas que detenham certificação emitida por Conselho de Assistência Social.

Art. 6. O representante legal da entidade beneficiária deve manter atualizado seu cadastro, bem como o da entidade, junto ao município.

Seção I**Da Solicitação de Recursos e Análise de Viabilidade**

Art. 7. A entidade beneficiária deverá realizar a solicitação de recursos através de ofício, conforme modelo demonstrado no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 8. Após o protocolo, a autoridade responsável pela execução orçamentária da entidade ao qual o projeto se vincula se manifestará pelo deferimento ou indeferimento do início do processo do repasse, conforme interesse público.

Parágrafo único: No caso do deferimento, a entidade beneficiária deverá cumprir todos os demais requisitos constantes nesta instrução normativa, sob pena da não realização do convênio.

Art. 9. A entidade beneficiária deverá comprovar o regular exercício de suas atividades, conforme declaração demonstrada no Anexo IV desta Instrução Normativa.

Parágrafo único: Os documentos constantes na declaração devem estar em anexo à esta, sob pena de não aprovação do repasse.

Art. 10. A entidade deverá apresentar a forma de execução do objeto de repasse, para análise da viabilidade pelo município.

§1st Deverá ser apresentada declaração demonstrada no Anexo II desta Instrução Normativa, com seus respectivos anexos.

§2nd O plano de trabalho fará a demonstração do objeto de repasse, devendo ser confeccionado conforme demonstrado no Anexo III desta Instrução Normativa.

§3rd No caso de realização de obra, devem constar também do processo os documentos discriminados no Anexo XI.

§4th No caso de realização de evento que gere arrecadação de receitas pela entidade beneficiária, esta deverá demonstrar os valores estimados de ingresso, bem como sua utilização, conforme anexo XVII.

I - No caso de não haver cobranças de ingressos, deverá ser apresentada declaração, conforme anexo XVIII.

§5th No caso de outros parceiros, privados ou públicos, para realização do objeto pleiteado, deverá demonstrar tais valores, na forma do Anexo XVI;

Art. 11. A Entidade do poder executivo ao qual o projeto foi vinculado deverá realizar a análise do projeto de concessão de recursos, emitindo parecer pela aprovação ou reprovação.

§1st Deverá ser nomeado servidor ou comissão de servidores para realizar a análise do projeto de concessão de recursos.

§2nd Na ausência da nomeação tratada no parágrafo anterior, este será de responsabilidade do secretário da pasta ao qual o projeto está vinculado ou ocupante de cargo equivalente.

§3rd O Parecer, se pela aprovação, será emitido conforme demonstra o Anexo V desta Instrução Normativa;

§4th No caso de parecer pela reprovação, este deverá ser comunicado à entidade solicitante, com os devidos motivos que levaram ao indeferimento, conforme demonstrado no Anexo XIV.

Art. 12. Após a aprovação do projeto de concessão, será formalizado Convênio entre as partes, ficando a eficácia deste condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do município.

§1st O Convênio conterá, no mínimo, o conteúdo demonstrado no Anexo VI.

§2nd É dever da Secretaria ao qual estiver vinculado o convênio firmado acompanhar e fiscalizar a execução do objeto conveniado, conforme plano de trabalho.

I - Deverá ser nomeado servidor ou comissão de servidores para realizar a fiscalização;

II - Na ausência da nomeação, fica o Secretário da pasta ou o ocupante de cargo equivalente sendo o responsável.

Art. 13. Não serão concedidos recursos à título de subvenções, auxílios ou contribuições:

I – para instalação, organização ou fundação de instituições;

II - à pessoa física ou jurídica que:

a) Deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) Aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) Tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) Tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos;

e) Dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação do Município para regularizar a prestação de contas.

Seção II

Da Movimentação dos Recursos

Art. 14. Os recursos concedidos serão movimentados em conta bancária específica para o convênio firmado.

Parágrafo Único: A movimentação será realizada:

III - Através de transferências bancárias, sendo nas modalidades TED ou DOC, ou ainda outra forma de transferência de numerário oferecida pela instituição bancária.

IV - Cheques nominais, cruzados, individualizados por credor serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do inciso I deste parágrafo, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 15. A conta bancária deve ser identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos, acrescido da expressão "Subvenção", "Auxílio" ou "Contribuição", conforme o caso, e do nome da entidade da administração municipal concedente, seja ela a prefeitura, fundo, fundação ou autarquia.

Parágrafo Único: No caso da conta bancária não possuir a nomenclatura tratada no caput deste artigo, deverá o proponente apresentar declaração de que a conta bancária é exclusiva para o convênio, conforme Anexo XIX.

Art. 16. Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 dias, os recursos devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Parágrafo Único: Os rendimentos da aplicação financeira devem ser aplicados no objeto pactuado ou restituído ao concedente, bem como demonstrados na prestação de contas.

Art. 17. No caso de cobrança de tarifas bancárias, caso não façam parte do plano de trabalho, devem ser custeadas com recursos de contrapartida financeira da entidade beneficiária.

§1st Poderá a entidade suprir a conta bancária com numerário suficiente para custear as cobranças inerentes aos serviços oferecidos pela instituição bancária.

§2nd Sempre que possível, a prestação de contas demonstrará a conta bancária com saldo igual a zero.

I - Poderá a entidade beneficiária retirar o valor suprido a maior da conta bancária, conforme autorizado pelo parágrafo primeiro.

II - Caso a conta bancária não estiver com saldo bancário igual a zero, deverão ser apresentadas Notas Explicativas à Prestação de Contas, demonstrando a origem do saldo remanescente e o motivo de não estar com saldo zerado.

Seção III

Dos documentos comprobatórios de despesas

Art. 18. Constituem comprovantes regulares da despesa os documentos fiscais definidos pela legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos.

§1st O documento fiscal deve estar devidamente preenchido, de forma a indicar:

I - A data da emissão, nome, endereço do destinatário e CNPJ;

II - A descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III - Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§2nd No caso de o documento fiscal não evidenciar claramente o objeto adquirido ou serviço prestado, o emitente deverá fornecer um termo complementar às informações, de forma a ficar claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa.

§3rd Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, além dos itens anteriores, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro ou horas trabalhadas registradas no horímetro, conforme o caso.

Art. 19. Os comprovantes de despesas devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer sua credibilidade.

Art. 20. Nos casos em que o documento fiscal for impresso em papel termo sensível ou em outros materiais que se apagam com o tempo, deverá ser apresentada cópia aposta ao documento original.

Art. 21. São aceitáveis as retenções de encargos sobre documentos fiscais emitidos.

§1st No caso do comprometimento do valor bruto do documento fiscal, as retenções deverão ser recolhidas através da conta bancária específica para o convênio, devendo constar posteriormente na prestação de contas.

§2nd No caso do comprometimento parcial do documento fiscal, não será necessário constar na prestação de contas, desde que o valor comprometido seja igual ao valor líquido do documento fiscal.

Art. 22. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula, CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação de depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis.

§1st Deverão ser comprovados o recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no mínimo.

I - No caso de entidades com estatuto próprio, caso não haja contribuição para o FGTS, este estará dispensado.

§2nd Caso a prestação de contas não contemple os comprovantes exigidos no §1º, deverá ser exigida a apresentação e, caso não atendido, a entidade concedente deverá informar o fato aos órgãos federais de fiscalização.

Art. 23. Os comprovantes de despesas com publicidade serão acompanhados dos seguintes documentos:

I - Memorial descritivo da campanha de publicidade, conforme Anexo XV;

II - Cópia da autorização de divulgação e/ou do contrato de publicidade;

III - Exemplar de material impresso, em se tratando de publicidade escrita;

IV - Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;

V - Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

Art. 24. Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas dentro do prazo de vigência do convênio.

Art. 25. Os comprovantes de despesas com aquisição de bens, produtos e serviços devem constar o atestado de recebimento firmado pelo responsável, conforme modelo disponível no Anexo VII.

Art. 26. Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e sua vinculação com o objeto.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 27. A prestação de contas deve ser individualizada por convênio firmado, correspondendo ao valor do recurso concedido.

§1st Quando o repasse for realizado em parcelas, para cada parcela repassada haverá um processo de prestação de contas.

I - Cada parcela corresponderá a um empenho.

II - No caso da necessidade de repassar mais uma parcela, deverá ser realizado um único empenho com o valor total das parcelas a serem repassadas.

III - Os empenhos farão lançamento em sistema de controle, através de sistema informatizado, para registrar os valores pendentes de prestação de contas.

§2nd Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos os valores referentes à contrapartida financeira, quando for o caso.

§3rd Cada prestação de contas de recursos concedidos receberá pronunciamento da entidade concedente, na forma do Capítulo V desta Instrução Normativa.

§4th A prestação de contas deve conter os documentos discriminados no Anexo VIII.

§5th Na contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres; segurança e vigilância, devem ser detalhadas as horas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se as quantidades e os custos unitário e total, bem como as justificativas da escolha.

§6th As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades privadas atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade, transparência e economicidade.

§7th Despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres serão acompanhadas de relação contendo o nome dos participantes, CPF e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto.

§8th No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a prestação de contas será acompanhada de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado.

§9th Quanto o objeto envolver a locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização

e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, a prestação de contas será acompanhada dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marcas, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação.

§10th Quando o objeto envolver a realização de obra ou serviço de engenharia, a prestação de contas será acompanhada também dos documentos discriminados no Anexo XII.

§11th Quando o objeto envolver a aquisição de materiais para distribuição gratuita, a prestação de contas será acompanhada de relação na qual conste o nome, número de inscrição, CPF ou RG, endereço dos beneficiários, suas assinaturas, bem como elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registro fotográfico, filmagem, dentre outros.

§12th Quando o objeto envolver também a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (municipais, estaduais, federais, patrocínios privados ou outros), na prestação de contas deverão ser demonstrados tais valores, sua finalidade e a aplicação.

CAPÍTULO IV

DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 28. A prestação de contas deverá ser realizada dentro de 60 dias após o repasse do recurso à entidade beneficiária.

§1st No caso de repasses realizados após o dia 1º de novembro, fica o prazo limite para prestação de contas o último dia útil do exercício corrente.

§2nd Em caso de transferências parceladas, será liberada a parcela subsequente somente com a apresentação da prestação de contas dos recursos já repassados.

Art. 29. Passados o prazo para prestação de contas definido o artigo anterior, não havendo protocolo da prestação de contas, deverá o servidor ou comissão responsável pela fiscalização do convênio adotar providências visando a regularização.

§1st No primeiro dia de atraso, será encaminhado ofício ao dirigente ou representante legal da entidade beneficiada solicitando a prestação de contas, com prazo máximo de 5 dias úteis;

§2nd Findado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, permanecendo a ausência da prestação de contas, imediatamente deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial pela entidade que concedeu o repasse.

CAPÍTULO V

DO EXAME DA REGULARIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 30. A entidade concedente fará a análise da prestação de contas e emitirá parecer técnico fundamentado, assinado pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização do convênio.

§1st O parecer de que trata o caput concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I - A regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - A observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, bem como das normas desta Instrução Normativa;

III - O cumprimento do plano de trabalho;

IV - A regularidade dos documentos de despesa e a composição da prestação de contas;

V - A execução total ou parcial do objeto;

VI - Aplicação total ou parcial da contrapartida;

VII - Eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;

VIII - Devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

§2nd O parecer versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto de repasse.

§3rd No caso de irregularidade na prestação de contas, o parecer pela irregularidade fará a correta identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, com a indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do valor do débito.

Art. 31. Após analisadas na forma do artigo anterior, as prestações de contas serão encaminhadas ao órgão de controle interno para elaboração de parecer e, posteriormente, ao gestor da entidade para pronunciamento.

§1st Para fins do caput, considera-se:

a) Parecer do Controle Interno: documento pelo qual o órgão se manifesta acerca do exame da prestação de contas, dos procedimentos utilizados para esta finalidade e das intercorrências no processo, manifestando-se sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares, indicando eventuais irregularidades ou ilegitimidades constatadas, devendo manifestar a sua concordância ou não com a conclusão da análise feita pelo concedente na forma do disposto no Art. 30;

b) Pronunciamento do gestor da entidade: o documento pelo qual o dirigente máximo da entidade ou autoridade de nível hierárquico equivalente, atesta haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indica as medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades constatadas.

§2nd Caso o pronunciamento descrito no caput do parágrafo anterior, aceite a prestação de contas e defina a baixa, esta será encaminhada ao setor de contabilidade para baixa do sistema de compensação.

I - Em seguida, as prestações de contas serão encaminhadas para serem arquivadas na entidade concedente, na forma de processo, juntamente com todos os documentos inerentes ao processo de concessão do repasse.

§3rd Caso a prestação de contas esteja irregular, com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial, será encaminhadas ao Tribunal de Contas para julgamento.

I - Uma cópia ficará arquivada no processo de concessão.

§4th Caso a prestação de contas esteja irregular com valor do dano menor que o previsto no §3º, deverá o município providenciar o lançamento contábil do valor do dano à pessoa ou entidade que lhe deu causa;

I - Deverão ser adotadas medidas administrativas e/ou judiciais para a reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilidade solidária dos envolvidos no processo de concessão.

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 32. Os Fluxograma do Processo de Concessão são partes integrantes desta instrução normativa, demonstrados nos Anexo XX, XXI e XXII.

Art. 33. No caso de contribuição à Entidades Associativas representativas de municípios e de câmaras de vereadores, previstos na IN TC 20/2015, Art. 9º, IV, fica facultado as obrigações previstas nesta Instrução Normativa, desde que a entidade comprove estar realizando prestação de contas de gestão ao Tribunal de Contas do Estado ou União, através da apresentação do protocolo de envio de dados através do sistema e-Sfinge, referente ao último período exigido, ou outro documento que comprove tal cadastro.

Art. 34. É dever da entidade beneficiária arquivar cópia dos documentos de prestação de contas por cinco anos, para responderem possíveis solicitações da Controladoria Interna Municipal ou de outros órgãos fiscalizadores.

Art. 35. O Regime de Adiantamentos e Diárias não se aplica a esta Instrução Normativa.

Art. 36. Casos omissos serão tratados diretamente com o setor de Controladoria Interna.

Art. 37. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Grão-Pará, 13 de dezembro de 2017.

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral – Controle Interno

**ANEXO I
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS**

(Deve-se utilizar papel timbrado da entidade, quando possível)

Exmo. Sr. (Nome)
Prefeito de Grão-Pará /SC (ou cargo equivalente, quando se tratando de entidades da administração indireta ou fundos)

A ENTIDADE, inscrita no CNPJ sob n.º 99.999.999/9999-99, com sede ENDEREÇO, por meio de seu representante legal, abaixo-assinado, vem respeitosamente à presença de V.Excia. requerer celebração de convênio, visando (Objeto do convênio), em atendimento no prédio sede da própria entidade (outro especificar, inclusive endereço), mediante o repasse (especificar o valor total do repasse, e sua forma de transferência, sendo normalmente único, mensal ou anual) no valor de R\$ xxxx,xx

Nestes termos, pede deferimento.

Grão-Pará, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/R.G. do Representante Legal da Entidade

**ANEXO II
EXECUÇÃO DO OBJETO DO REPASSE**

ENTIDADE BENEFICIADA:
TÍTULO DO PROJETO:

Para demonstrar a forma de execução do projeto em epígrafe, segue em anexo os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho (conforme Anexo III);
- b) Comprovante de abertura de Conta Bancária específica para execução do projeto (ou declaração, conforme anexo XIX).

Grão-Pará, data.

Responsável
ENTIDADE BENEFICIADA

**ANEXO III
PLANO DE TRABALHO****1. Dados do Proponente**

Razão Social:
Nome Fantasia: CNPJ:
Endereço:
Telefones: e-mail:

1.1. Dados do Representante Legal

Nome:
CPF: RG: Telefone:
Endereço:

1.2. Objetivos Sociais da Entidade:

Descrever os objetivos sociais da entidade, encontrados no Estatuto Social

1.3. Capacidade Técnica

Demonstrar a capacidade técnica e operacional para execução do objeto, relacionando a quantidade de pessoas envolvidas na Associação. Os principais cargos, relacionar Nome e CPF. Quanto mais complexo o objetivo, mais detalhado deverá ser este item, mas demonstrar a real capacidade de poder realizar o objeto do plano de trabalho.

2. Dados sobre o Projeto:

Este item tem por finalidade a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter. Para tanto, os campos abaixo devem ser preenchidos.

Título: Descrever o Título do Projeto

Período da Execução: Início em mês/ano com término em mês/ano

Objeto: Descrever o Objeto do Projeto

Finalidade: Descrever a Finalidade do Projeto

3. Justificativa:

Descrever a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos. O que este projeto trará de benefício à sociedade?

4. Demais Fontes de Recurso para Financiar o Projeto:

Descrever as demais fontes de renda que a entidade possua para financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso.

5. Plano de Aplicação e Cronograma Físico de Execução:

Descrever os produtos / serviços a serem adquiridos, bem como valores e período de compra de cada um deles. Produtos diferentes podem possuir prazos de compra diferentes.

Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Período de Execução	
					Início	Fim

6. Cronograma Financeiro de Desembolso

Informar os valores a serem pagos em cada mês

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

Grão-Pará, data.

Responsável
ENTIDADE BENEFICIADA

ANEXO IV REGULAR EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES ESTATUTÁRIAS

ENTIDADE BENEFICIADA:
TÍTULO DO PROJETO:

A Entidade está em regular exercício de suas atividades estatutárias. Para tanto, seguem em anexo os seguintes documentos que permitem tal comprovação:

1) Da Entidade

- Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Comprovante de Endereço;
- Cópia do Estatuto Social e Alterações, registrados em cartório;

- d) Cópia do Alvará de Funcionamento;
- e) Atestado de Funcionamento;
- f) Certidão Conjunta Negativa de Débitos emitida pela União;
- g) Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Estado;
- h) Certidão Negativa de Débitos Municipais (se entidade de outro município, do município de origem e de Grão-Pará);
- i) Certificado de Regularidade emitido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
- j) Certidão Negativa emitida pela Justiça do Trabalho;
- k) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- l) Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitida pelo Conselho de Assistência Social (quando subvenções de caráter assistencial);
- m) Cópia da Lei de Utilidade pública (caso exista);

2) Do Presidente ou Representante Legal:

- a) Comprovante de Endereço;
- b) Cópia autenticada do RG;
- c) Cópia autenticada do CPF;

Grão-Pará, data.

Responsável

ENTIDADE BENEFICIADA

ANEXO V

PARECER PELA APROVAÇÃO DA CONCESSÃO DE RECURSOS

ENTIDADE BENEFICIADA:

TÍTULO DO PROJETO:

Em análise ao processo de concessão de recursos acima identificada, verificou-se que:

- a) O objeto proposto está de acordo com a conveniência desta municipalidade, atendendo áreas sociais/culturais;
- b) Os objetivos e/ou finalidades da Entidade acima discriminada estão em consonância com o objeto de repasse;
- c) A Entidade possui capacidades operacional e técnica para execução do objeto do repasse;
- d) Está em regular exercício das atividades;
- e) Existe interesse público com benefícios econômicos a serem obtidos;
- f) A quantidade de produtos a serem adquiridos / serviços a serem contratados são compatíveis para o objeto proposto.
- g) Os valores dos produtos/ serviços encontram-se dentro dos valores praticados no mercado.

Além dos itens acima, verifica-se a conveniência municipal na realização do repasse em epígrafe por possuir custo menor de execução quando comparada a execução direta pela municipalidade.

Demonstrar a vantagem em executar o objeto quando comparada com a execução direta pelo município.

Grão-Pará, data.

NOME

Secretário Municipal ou Comissão ou Servidor Designado conforme art. 11

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N. XX/20XX

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A ENTIDADE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, doravante denominada PMGP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor NOME DO PREFEITO e a ENTIDADE, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 99.999.999/999-99, neste ato, representada pelo seu atual Presidente, Sr(a) Presidente, inscrito no CNPJ n. 999.999.999-99, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

Descrever o objeto e finalidade do repasse.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Descrever as obrigações de ambas as partes para execução do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

Descrever o valor a ser transferido durante a vigência do convênio, detalhando o valor e quantidade de parcelas, bem como o vencimento das mesmas.

Descrever, também, a fonte de recursos a ser utilizada (recursos ordinários – orçamentos municipais, recursos vinculados à união, programa ...)

Descrever, também, as rubricas orçamentárias a serem utilizadas.

CLAUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA

Descrever os valores de contrapartida, quando houver, bem como seu detalhamento e forma de aplicação.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA

Descrever de que forma se fará o acompanhamento e fiscalização da execução física, já prevista no plano de trabalho, pela Prefeitura.

CLAUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Descrever a obrigação da entidade de manter atualizados os dados cadastrais perante o município, enquanto durar a vigência do convênio, bem como seu dirigente ou representante legal.

CLAUSULA SÉTIMA – DA CONTINUIDADE

Descrever a prerrogativa do município de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAUSULA OITAVA – DA IDENTIFICAÇÃO DE BENS

Descrever a obrigação do beneficiário de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas, com recursos do convênio, quando for o caso.

CLAUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Descrever o compromisso da Entidade de movimentar os recursos na conta bancária específica (conta já discriminada na solicitação realizada pela entidade).

Incluir, também, que:

- Os recursos devem ser movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica;
- Movimentações por cheques nominais, cruzados, individualizados serão aceitos somente com justificativa da impossibilidade de realizar a movimentação na forma eletrônica;
- Se o prazo previsto para execução for maior que 30 dias, os recursos devem ser aplicados em caderneta de poupança ou aplicação financeira de curto prazo;
- Os rendimentos devem ser aplicados no objeto ou devolvidos ao concedente.

CLAUSULA DÉCIMA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A OUTRAS ENTIDADES

Descrever a proibição da Entidade em repassar os recursos recebidos para outras entidade de direito público ou privado, (salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do Município de Grão-Pará).

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Descrever a obrigação do beneficiário em realizar a prestação de contas dos recursos recebidos e da contrapartida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Descrever: Prazos para prestação de contas: observar art. 27 parágrafo 2º;

Vincular a documento para prestação de contas para cada convênio, que será emitido pela controladoria, anterior a assinatura do convênio.

Vincular o conhecimento da entidade ao documento emitido pela controladoria.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Descrever formas de rescisão;

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS BENS

Descrever que os bens remanescentes, ao término do convênio, adquiridos com recursos do convênio, serão de propriedade da Prefeitura ou da Entidade.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Especificar a vigência do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Descrever a necessidade da devolução dos recursos e da aplicação financeira, quando não aplicados no objeto convênio.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Informações acerca do foro para dirimir conflitos decorrentes de sua execução.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Descrever itens não previstos anteriormente e que se aplicam ao convênio em questão.

ANEXO VII**CERTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**

CERTIFICO que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito

Em ____/____/____

Assinatura

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

ANEXO VIII**DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- I. Ofício de encaminhamento, na forma do Anexo IX;
- II. Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro, na forma do anexo X;
- III. Parecer do Conselho Fiscal da Entidade Beneficiária, quando houver, quanto à correta aplicação dos recursos;
- IV. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- V. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;
- VI. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- VII. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamentos das despesas (este último com justificativa);
- VIII. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- IX. Declaração do responsável nos documentos de despesas, certificando o recebimento destes, conforme Anexo VII;
- X. Cópia do Certificado de Propriedade, no caso de aquisição ou despesas com veículo automotor;
- XI. Relatório sobre a execução física e cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.

ANEXO IX**MODELO DE OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

(Deve-se utilizar papel timbrado da entidade, quando possível)

Exmo. Sr. (Nome)

Prefeito de Grão-Pará /SC (ou cargo equivalente, quando se tratando de entidades da administração indireta ou fundos)

A ENTIDADE, inscrita no CNPJ sob n.º 99.999.999/9999-99, com sede ENDEREÇO, por meio de seu representante legal, abaixo-assinado, vem respeitosamente à presença de V.Excia. encaminhar a prestação de contas a seguir discriminada:

CONVÊNIO: Identificação do Convênio

TÍTULO DO PROJETO:

PARCELA Nº: Parcela passada/total. Ex.: 02/12

VALOR DA PARCELA:

Grão-Pará, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/R.G. do Representante Legal da Entidade

ANEXO X**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS				
		ANEXO TC 28		
UNIDADE CONCEDENTE		ORDENADOR DA DESPESA		
ENTIDADE BENEFICIADA		CNPJ		
ENDEREÇO		CIDADE/ESTADO		CEP
RESPONSÁVEL		CPF		
HISTÓRICO DA FINALIDADE		NOTA DE EMPENHO		
		Nº	DATA	VALOR
DATA	Nº NOTA	HISTÓRICO (Credor)		RECEBIMEN- TOS
		Valor Recebido		PAGAMEN- TOS
		Rendimentos de Aplicação		
		Contrapartida		

TOTAL				
LOCAL E DATA				
PRESIDENTE DA ENTIDADE			TESOUREIRO DA ENTIDADE	

ANEXO XI**DOCUMENTO COMPLEMENTARES QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES DESTINADOS A REALIZAÇÃO DE OBRAS**

- I. Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a trinta dias, nos casos em que o repasse tiver como objeto a execução de obras ou benfeitorias no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;
- II. Licença Ambiental Prévia e, se for o caso, outra licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações e serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal e estadual aplicável;
- III. Alvarás de licença necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;
- IV. Registro fotográfico da situação por ocasião do pedido, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimo;
- V. Projeto básico, conforme definido na Lei Federal sobre licitações e contratos, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado.

ANEXO XII**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

- I. Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
- II. Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- III. Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- IV. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Constituição Federal.

ANEXO XIII**MODELOS DE PARECER EMITIDO PELO ÓRGÃO CONCEDENTE**

CONVÊNIO: Identificação do Convênio

TÍTULO DO PROJETO:

PARCELA Nº: Parcela passada/total. Ex.: 02/12

VALOR DA PARCELA:

PARECER PELA REGULARIDADE

Tratam os autos da prestação de contas dos recursos repassados por meio do processo acima discriminado.
Considerações técnicas

Em cumprimento ao disposto no art. 30 da IN 1/2016, verificou-se que:

- a) Os recursos foram aplicados nas finalidades pactuadas;
- b) Não foram observadas desconformidades aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e impessoalidade;
- c) O plano de trabalho foi cumprido, sendo repassado todo o valor previsto;
- d) Os documentos de despesas apresentam-se regulares conforme normas em vigor;
- e) Trata-se de prestação de contas final (ou parcial);
- f) O convênio não trata sobre contrapartida financeira, mas está previsto no plano de trabalho e foi realizado conforme previsto;
- g) Não foi registrado perda financeira em razão da não aplicação de recursos no mercado financeiro;
- h) Não foi registrado saldo para devolução;

Após análise do processo de prestação de contas em epígrafe, constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela Instrução Normativa CI nº. 001/2017. Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para os quais foram concedidos, bem como a realização do objeto.

Descrever sobre as atividades desenvolvidas pela entidade beneficiária, atendendo ao objeto de repasse.

Sendo assim, considera-se REGULAR em forma e conteúdo a presente prestação de contas.

Sendo estas as considerações, submetem-se os autos à apreciação de Vossa Senhoria.

Grão-Pará, __ de _____ de ____.

Nome

Servidor ou Comissão responsável (conforme art. 12)

Recebido em, __ de _____ de ____.

Nome

Controlador Geral – Controle Interno

ANEXO XIV

PARECER PELA REPROVAÇÃO DA CONCESSÃO DE RECURSOS

ENTIDADE BENEFICIADA:

TÍTULO DO PROJETO:

Em análise ao processo de concessão de recursos acima identificada, verificou-se que não tende aos requisitos necessários abordados na Instrução Normativa CI 001/2017, em especial:

Demonstrar os itens aos quais o projeto não atendeu à concessão de recursos.

a) ...

b) ...

Por conta disto, até a devida regularização, ficará arquivado o processo de concessão de recursos.

Fica disponível para retirada os documentos apresentados para obtenção de recursos.

Grão-Pará, data.

NOME

Secretário Municipal ...

ANEXO XV

MEMORIAL DESCRITIVO DA CAMPANHA DE PUBLICIDADE

ENTIDADE BENEFICIADA:

TÍTULO DO PROJETO:

O planejamento publicitário é demonstrado no quadro abaixo, demonstrando as formas de divulgação do evento, com datas e meios.

Meio de Comunicação	Nome do veículo (empresa de comunicação)	Datas previstas p/ inserções	Nº inserções
() TV			
() Rádio			
() Internet/Website			
() Jornal			
() Revista			
() Cartaz			
() Folder			
() Flyer			
() Outdoor			
() Placa/painel			
() Banner/faixa/galhardetes			
() Backdrop			
() Infláveis			
() Convites			
() Material promocional*			
() E-mail marketing/SMS			
() Mala direta			
() Releases			
() Outros (especificar)			

* (Ex.: Camiseta, pastas, canetas, chaveiro, botons) x

Grão-Pará, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/R.G. do Representante Legal da Entidade

ANEXO XVI

RECURSOS FINANCEIROS DE OUTROS PARCEIROS

ENTIDADE BENEFICIADA:

TÍTULO DO PROJETO:

Para executar o objeto deste projeto, haverá recursos dos seguintes parceiros:

Nome	Valor
Nome Parceiro 1	R\$
Nome Parceiro 2	R\$
Nome Parceiro 3	R\$
Nome Parceiro n	R\$
Total de Receitas	R\$

Os recursos acima demonstrados serão utilizados para custeio das seguintes despesas:

Descrição da Despesa	Valor
Despesa 1	R\$
Despesa 2	R\$
Despesa 3	R\$
Despesa n	R\$
Total de Despesas	R\$

Tais despesas não fazem parte do objeto pleiteado neste projeto.

Grão-Pará, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/R.G. do Representante Legal da Entidade

ANEXO XVII

ESTIMATIVA DE BORDERÔ

ENTIDADE BENEFICIADA:

TÍTULO DO PROJETO:

1) Previsão de valores a serem arrecadados com ingressos e/ou inscrições ou vendas de produtos:

Receita Prevista			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

2) Despesas a serem pagas com o valor arrecadado:

Item	Descrição da Despesa	Valor Total
1	Material/serviço (especificar):	R\$
	Classificação Orçamentária: () Despesas Correntes () Despesa de Capital	
	Tipo Despesa: () Serviço () Bem () Obra () Tributo	
	Unidade de medida: () Unidade () Hora () Diária () Metro quadrado () Quilômetro () Outro (especificar):	
	Quantidade:	
	Valor unitário:	

...n	Material/serviço (especificar):	R\$
	Classificação Orçamentária: () Despesas Correntes () Despesa de Capital	
	Tipo Despesa: () Serviço () Bem () Obra () Tributo	
	Unidade de medida: () Unidade () Hora () Diária () Metro quadrado () Quilômetro () Outro (especificar):	
	Quantidade:	
	Valor unitário:	
Valor Total das Despesas		
		R\$

Grão-Pará, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/R.G. do Representante Legal da Entidade

ANEXO XVIII

ESTIMATIVA DE BORDERÔ

ENTIDADE BENEFICIADA:

TÍTULO DO PROJETO:

Declaro que não haverá cobrança de ingressos ou inscrições no evento (Nome do Evento).

Grão-Pará, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/R.G. do Representante Legal da Entidade

ANEXO XIX

DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

ENTIDADE BENEFICIADA:

TÍTULO DO PROJETO:

Declaro que foi aberta conta bancária de utilização exclusiva para receber e movimentar os recursos provenientes deste projeto na Instituição Financeira Nome do Banco, agência xxxx, conta corrente xxxx.

Grão-Pará, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/R.G. do Representante Legal da Entidade

ANEXO XX

FLUXOGRAMA GERAL DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE RECURSOS A TERCEIROS

ANEXO XXI

FLUXOGRAMA ESPECÍFICO DO PROCESSO DE CONCESSÃO NO SETOR DE CONVÊNIOS

ANEXO XXII

FLUXOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DA DESPESA E PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ENTIDADE BENEFICIADA

LEI MUNICIPAL Nº 2.098/2017

Publicação Nº 1456384

LEI MUNICIPAL Nº 2.098/2017

(De 12 de dezembro de 2017)

"REGULAMENTA O ESTACIONAMENTO PÚBLICO EM FRENTE ÀS FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o limite máximo de 15 (quinze) minutos para estacionamento público, em vias públicas, em frente às farmácias situadas no Município de Grão-Pará.

Parágrafo único. Para cumprimento ao disposto no caput deste artigo, deverá ser limitado a 6,00m (seis metros) o espaço reservado para o estacionamento de veículos em frente às farmácias.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 12 de dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO LICITACAO 216 2017

Publicação Nº 1456673

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial – 216/2017
Tipo : Menor Preço - por Lote.
Objeto : AQUISIÇÃO DE LIVROS INFANTO JUVENIL, PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL E UNIDADES ESCOLARES.
Entrega dos Envelopes: 29/01/2018 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 29/01/2018 às 09:15 h
Local : Secretaria de Educação de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00 – 13:00 às 17:00, ou pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 13/12/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim/SC, 06 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 858/2017

Publicação Nº 1455733

DECRETO Nº. 858/2017

Altera o Decreto nº. 809/2017, que institui o Sistema Municipal de Protocolo Digital e regulamenta os procedimentos administrativos da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 809/2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º.

.....

§ 4º Os prazos previstos para cada processo deverão ser contados a partir da data de pagamento das taxas e emolumentos correspondentes ao processo.

§ 5º Caso ocorra o vencimento das taxas de abertura dos processos sem que seja efetuado o devido pagamento, em até 30 (trinta) dias de sua emissão, o processo será automaticamente cancelado e considerado nulo." (NR)

"Art. 7º-A. O processo será paralisado quando houver pendências a serem sanadas pelo requerente, deixando de correr o prazo de análise do processo até que as exigências sejam cumpridas e o projeto reaberto para análise."

.....

"Art. 16.

.....

Parágrafo único. Os Anexos desse decreto poderão ser alterados a qualquer tempo para adequar-se as novas necessidades." (NR)

Art. 2º. Altera os anexos I e III do Decreto nº. 809/2017, conforme os anexos deste Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJiuvani Assis Assing
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Gestor da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim

DECRETO Nº. 857/2017

Publicação Nº 1455731

DECRETO Nº. 857/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

17 – Hospital Municipal Santo Antônio
001
2036 – Manutenção do atendimento hospitalar - HSA
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Rec. De impostos e de transf. Imp-saúde . R\$ 88.200,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação do item abaixo relacionado:

17 – Hospital Municipal Santo Antônio
001
2036 – Manutenção do atendimento hospitalar - HSA
3469000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de impostos - saúde ... R\$ 13.000,00
3329000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de impostos - saúde ... R\$ 25.200,00
3339000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Rec. De impostos e de transf. Imp-saúde . R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº. 863/2017

Publicação Nº 1456099

DECRETO Nº. 863/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.130.000,00 (dois milhões, cento e trinta mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 2.130.000,00 (dois milhões, cento e trinta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4476/2017, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	720.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0365	Educação Infantil
06.005.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infantil (pre-escolar)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	320.000,00
Total Geral	1.040.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição

26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	140.000,00
Total Geral	190.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
17	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010	Saúde
17.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
17.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutencao do Atendimento Hospitalar - Hmsa
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Total Ação	900.000,00
Total Geral	900.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamen- tal
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	250.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.006.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas

01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	75.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0542	Controle Ambiental
08.001.0015.0542.0007	Saneamento básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	190.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das Acoes de Limpeza e Conservacao de Espacos Publicos
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	180.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de Equipamentos Rodoviaros
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura

08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0541	Preservação e Conservação Ambiental
08.001.0015.0541.0013	Meio ambiente
08.001.0015.0541.0013.2102	Manutencao dos Servicos de Coleta Seletiva de Lixo
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	170.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0123	Administração Financeira
04.001.0004.0123.0004	Administração geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro e Prestacao de
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020	Agricultura
10.001.0020.0606	Extensão Rural
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento agricola e agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Acoes de Apoio a Iniciativas Produtivas (agricola, Pecuaria,
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.000,00
Total Geral	1.040.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1013	Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Publicas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura

08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhoria de Calçadas (pas- seios Publicos)
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2161	Contribuição à Entidades Municipalistas
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	140.000,00
Total Geral	190.000,00
Dotações Anulada	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0542	Controle Ambiental
08.001.0015.0542.0007	Saneamento básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	620.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	280.000,00
Total Geral	900.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de dezembro de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 864/2017

Publicação Nº 1456101

DECRETO Nº. 864/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4477/2017, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0301.0006.2032 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 120.000,00
0010.0301.0006.2040 - Piso da Atencao Basica Variavel - Saude da Familia
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 360.000,00
0010.0301.0006.2042 - Manutencao de Atendimentos de Fisioterapia
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00
0010.0301.0006.2043 - Piso da Atencao Basica Variavel - Agentes Comunitarios de Saude
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 40.000,00
0010.0301.0006.2132 - Nasf Sc - Cofinanciamento da Atencao Basica
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 50.000,00
0010.0302.0006.2038 - Manutencao dos Servicos Especializados de Saude
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 75.000,00
0010.0304.0006.2046 - Vigilancia em Saude - Vigilancia Sanitaria
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 15.000,00
0010.0305.0006.2159 - Vigilancia em Saude - Agente de Endemia
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 35.000,00

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
0008.0243.0009.2154 - Serviço de Acolhimento Institucional
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00
0008.0244.0009.2065 - Manutencao da Secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0301.0006.2032 - Manutencao das Atividades da Secretaria

Municipal de Saude
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 47.000,00
 0010.0301.0006.2035 - Manutencao do Atendimento nas Unidades Basicas e Ambulatorial
 3319000000000000 - Aplicações Diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 180.000,00
 3330000000000000 - Outras despesas correntes
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 146.000,00
 3339100000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 5.000,00
 0010.0301.0006.2039 - Manutencao de Programas Especiais da Saude - Consorcio
 3317100000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 1.000,00
 3330000000000000 - Outras despesas correntes
 3337100000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 3.000,00
 3447100000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 1.000,00
 0010.0301.0006.2041 - Piso da Atencao Basica Variavel - Saude Bucal
 3319000000000000 - Aplicações Diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 20.000,00
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 12.000,00
 0010.0301.0006.2042 - Manutencao de Atendimentos de Fisioterapia
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 6.000,00
 0010.0301.0006.2043 - Piso da Atencao Basica Variavel - Agentes Comunitarios de Saude
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 6.000,00
 0010.0301.0006.2044 - Assistencia Farmaceutica Basica
 3319000000000000 - Aplicações Diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00
 0010.0301.0006.2045 - Manutencao das Unidades de Saude
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00
 3339100000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 17.000,00
 0010.0301.0006.2114 - Manutencao das Acoes do Conselho Municipal de Saude
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 4.000,00
 0010.0302.0006.2038 - Manutencao dos Servicos Especializados de Saude

3335000000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 20.000,00
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00
 0010.0304.0006.2046 - Vigilancia em Saude - Vigilancia Sanitaria
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 9.000,00

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
 001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim Funcional:
 0008.0243.0009.2068 - Manutencao das Acoes de Protecao ao Menor
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00
 0008.0244.0009.2065 - Manutencao da Secretaria de Desenvolvimento Social
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00
 0008.0244.0009.2069 - Atencao a Pessoas e Familiares em Situacao Especial
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
 0008.0244.0009.2070 - Manutencao de Programas de Desenvolvimento Social
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 85.000,00

20 - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim
 001 - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim
 0018.0541.0013.2118 - Manutencao das Acoes de Fiscalizacao Ambiental
 3319000000000000 - Aplicações Diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 42.000,00
 3330000000000000 - Outras despesas correntes
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00
 0018.0541.0013.2160 - Ações de Controle de Zoonoses e Bem Estar Animal
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 21.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de dezembro de 2017.
 Luís Antônio Chiodini
 Prefeito

Jair Tomelin
 Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2017 – PMG

Publicação Nº 1456190

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2017 – PMG
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2017 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 170/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA, com sede na Rua Goiás, n° 318, Bairro Vila Lenzi, em Jaraguá do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 78.538.899/0001-98.

Vigência: Início: 12/12/2017 Término: 11/12/2018.

Fornecedor: 246760 - OFICINA MECANICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA - EPP						
Item	Qtd	Und	Descrição		Valor Unitário	Valor Total
01	1500	HR	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA .		49,50	74.250,00
Total					R\$74.250,00	

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 84/2017 – FMS.

Publicação Nº 1455779

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 84/2017 – FMS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS REFERENTE À INSTALAÇÃO DE NOVA LINHA TELEFÔNICA NO ESF VILA AMIZADE.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratados: TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP, sob o CNPJ nº 85.225.894/0001-70, estabelecida na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 320, Sala 17, Bairro Centro, em Jaraguá do Sul-SC.

Valor: R\$ 269,00 (duzentos e sessenta e nove reais).

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2017 – FMS.

Publicação Nº 1455787

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2017 – FMS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E CUIDADOS DE CÃO DE GRANDE PORTE, EM CARÁTER EMERGENCIAL.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratados: CLINICA VETERINARIA FRIEDEMANN EIRELI – ME, sob o CNPJ nº 12.540.218/0001-18, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 584, Sala 02, Bairro Centro, em Guaramirim-SC.

Valor: R\$ 3.678,50 (três mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2017 – PMG

Publicação Nº 1455875

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2017 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo para campanhas de utilidade pública, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas de administração pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Gráfica e Editora Correio do Povo Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 08.945.050/0001-53, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, nº 1400, bairro Baependi, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 90 (noventa) dias, estendendo até o dia 31 de março de 2018.

Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 31/03/2018.

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 27/2017 – PMG

Publicação Nº 1455876

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 27/2017 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo para campanhas de utilidade pública, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas de administração pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Editora do Vale Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.555.612/0001-00 e Inscrição Estadual nº 255.777.868, estabelecida na Rua 25 de Julho, nº 1936, bairro Vila Nova, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 90 (noventa) dias, estendendo até o dia 31 de março de 2018.

Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 31/03/2018.

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 28/2017 – PMG

Publicação Nº 1455877

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 28/2017 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo para campanhas de utilidade pública, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas de administração pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Editora Pavanello Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.782.045/0001-77, estabelecida na Rua 25 de Julho, nº 1936, sala 1, bairro Vila Nova, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 90 (noventa) dias, estendendo até o dia 31 de março de 2018.

Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 31/03/2018.

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 29/2017 – PMG

Publicação Nº 1455878

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 29/2017 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo para campanhas de utilidade pública, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas de administração pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: OTM Editora de Jornais e Revistas Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.897.231/0001-08, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 1556, andar 03, sala 16, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 90 (noventa) dias, estendendo até o dia 31 de março de 2018.

Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 31/03/2018.

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2013-FMS

Publicação Nº 1456693

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013- FMS
Processo Licitatório nº: 06/2013 - FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÕES DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO IMIGRANTES, LOCALIZADO NA RODOVIA BR-280, KM 59, Nº 16060, BAIRRO IMIGRANTES, GUARAMIRIM – SC, CEP: 89.270-000.

Locatário: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: MIRACI SABINO LENFERS, inscrita no CPF sob nº 018.968.679-01, com endereço na Rodovia BR – 280, Km 59, nº 16060, Imigrantes, Guaramirim - SC.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato.

Data da Assinatura: 11/12/2017 Vigência 30/06/2018.

GUARAMIRIM (SC), 11/12/2017

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 05/2017

Publicação Nº 1455791

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 05/2017- PMG

Processo de Licitação: 172/2016 - PMG

Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.574.370/0001-20, estabelecida na Rodovia SC 495, 2.034.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) O prazo de execução se estende até o dia 22 de fevereiro de 2018.

b) Considerando a Cláusula Décima Oitava e em consequência ao disposto nos itens acima, o prazo de vigência do Contrato Original se estende até o dia 08 de abril de 2018.

Data da Assinatura: 12/12/2017 Vigência 08/04/2018.

GUARAMIRIM (SC), 13/12/2017

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2017 – FMAS

Publicação Nº 1455916

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2017 – FMAS

Processo Licitatório nº 22/2017 – FMAS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: Credenciamento de pessoas jurídicas para os serviços de fornecimento de foto 3x4 para benefícios eventuais das políticas assistenciais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Marcia Arcangelo Mora – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 77.889.095/0001-70, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 1444, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 11/12/2017 Vigência: 31/12/2018

Guaramirim (SC), 13 de dezembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4475/2017

Publicação Nº 1455727

LEI Nº. 4475/2017

Altera dispositivo da Lei nº. 3651/2009, que dispõe sobre benefício refeição/alimentação aos servidores públicos municipais.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº. 3651/2009 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º.

Parágrafo único. No período de férias gozadas, licença maternidade, licença para tratamento de saúde e licença prêmio o servidor receberá o benefício normalmente, pelo período máximo de 01 (um) ano.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4476/2017

Publicação Nº 1456094

LEI Nº. 4476/2017

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 2.130.000,00 (dois milhões, cento e trinta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de até R\$ 2.130.000,00 (dois milhões, cento e trinta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	720.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0365	Educação Infantil
06.005.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infantil (pre-escolar)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	320.000,00
Total Geral	1.040.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	140.000,00
Total Geral	190.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
17	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010	Saúde
17.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
17.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutencao do Atendimento Hospitalar - Hmsa
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Total Ação	900.000,00
Total Geral	900.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações diretas

01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	250.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.006.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	75.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0542	Controle Ambiental
08.001.0015.0542.0007	Saneamento básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	190.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das Acoes de Limpeza e Conservacao de Espacos Publicos
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	180.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura

08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de Equipamentos Rodoviaros
333900000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0541	Preservação e Conservação Ambiental
08.001.0015.0541.0013	Meio ambiente
08.001.0015.0541.0013.2102	Manutencao dos Servicos de Coleta Seletiva de Lixo
333900000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	170.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0123	Administração Financeira
04.001.0004.0123.0004	Administração geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro e Prestacao de
333900000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020	Agricultura
10.001.0020.0606	Extensão Rural
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento agricola e agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Acoes de Apoio a Iniciativas Produtivas (agricola, Pecuaria,
333900000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.000,00
Total Geral	1.040.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura

08.001.0015.0451.0011.1013	Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Publicas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhorias de Calçadas (passeios Publicos)
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2161	Contribuição à Entidades Municipalistas
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	140.000,00
Total Geral	190.000,00
Dotações Anulada	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0542	Controle Ambiental
08.001.0015.0542.0007	Saneamento básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	620.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	280.000,00
Total Geral	900.000,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4477/2017

Publicação Nº 1456097

LEI Nº. 4477/2017

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de até R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

0010.0301.0006.2032 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 120.000,00

0010.0301.0006.2040 - Piso da Atencao Basica Variavel - Saude da Familia

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 360.000,00

0010.0301.0006.2042 - Manutencao de Atendimentos de Fisioterapia

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00

0010.0301.0006.2043 - Piso da Atencao Basica Variavel - Agentes Comunitarios de Saude

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 40.000,00

0010.0301.0006.2132 - Nasf Sc - Cofinanciamento da Atencao Basica

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 50.000,00

0010.0302.0006.2038 - Manutencao dos Servicos Especializados de Saude

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 75.000,00

0010.0304.0006.2046 - Vigilancia em Saude - Vigilancia Sanitaria

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 15.000,00

0010.0305.0006.2159 - Vigilancia em Saude - Agente de Endemia

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 35.000,00

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim

001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim

0008.0243.0009.2154 - Serviço de Acolhimento Institucional

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0008.0244.0009.2065 - Manutencao da Secretaria de Desenvolvimento Social

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

0010.0301.0006.2032 - Manutencao das Atividades da Secretaria Municipal de Saude

3339000000000000 - Aplicações diretas

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 47.000,00
0010.0301.0006.2035 - Manutencao do Atendimento nas Unidades Basicas e Ambulatorial
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 180.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 146.000,00
3339100000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 5.000,00
0010.0301.0006.2039 - Manutencao de Programas Especiais da Saude - Consorcio
3317100000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 1.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes
3337100000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 3.000,00
3447100000000000 - Transferências a Consórcios Públicos
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 1.000,00
0010.0301.0006.2041 - Piso da Atencao Basica Variavel - Saude Bucal
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 20.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 12.000,00
0010.0301.0006.2042 - Manutencao de Atendimentos de Fisioterapia
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 6.000,00
0010.0301.0006.2043 - Piso da Atencao Basica Variavel - Agentes Comunitarios de Saude
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 6.000,00
0010.0301.0006.2044 - Assistencia Farmaceutica Basica
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00
0010.0301.0006.2045 - Manutencao das Unidades de Saude
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00
3339100000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e 01020000 - Receitas de Impostos – Saúde
R\$ 17.000,00
0010.0301.0006.2114 - Manutencao das Acoes do Conselho Municipal de Saude
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 4.000,00
0010.0302.0006.2038 - Manutencao dos Servicos Especializados de Saude
3335000000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 20.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 10.000,00
0010.0304.0006.2046 - Vigilancia em Saude - Vigilancia Sanitaria
3339000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 9.000,00

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
Funcional:
0008.0243.0009.2068 - Manutencao das Acoes de Protecao ao Menor
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00
0008.0244.0009.2065 - Manutencao da Secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00
0008.0244.0009.2069 - Atencao a Pessoas e Familiares em Situacao Especial
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
0008.0244.0009.2070 - Manutencao de Programas de Desenvolvimento Social
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 85.000,00

20 - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim
001 - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim
0018.0541.0013.2118 - Manutencao das Acoes de Fiscalizacao Ambiental
3319000000000000 - Aplicações Diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 42.000,00

333000000000000 - Outras despesas correntes
333900000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00
0018.0541.0013.2160 - Ações de Controle de Zoonoses e Bem Estar Animal
333900000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 21.000,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 565/2017

Publicação Nº 1455701

PORTARIA Nº. 565/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar nº. 16/2017.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora S. E. S. levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração do processo administrativo disciplinar nº. 16/2017, para apurar as infrações previstas nos incisos I, II, III, IV, VI, VII, IX do art. 49 e incisos II, V, VII, XII e XIII do art. 50 da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuídos à servidora S. E. S., merendeira, matrícula nº. 291277.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº. 563/2017.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 567/2017

Publicação Nº 1455703

PORTARIA Nº. 567/2017

Concede licença maternidade para Elisabete Witkoski.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Elisabete Witkoski, Professora de Artes, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 13 de novembro de 2017, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 568/2017

Publicação Nº 1455706

PORTARIA Nº. 568/2017

Concede licença maternidade para Edina Cristiane Bellers Alves de Mira.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Edina Cristiane Bellers Alves de Mira, Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 04 de dezembro de 2017, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 569/2017**

Publicação Nº 1455707

PORTARIA Nº. 569/2017

Retorna de licença saúde Patricia dos Santos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Patricia dos Santos, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 17 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 570/2017**

Publicação Nº 1455711

PORTARIA Nº. 570/2017

Retorna de licença saúde Giselle Aline Scholottag Otaviano.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Giselle Aline Scholottag Otaviano, Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 10 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 571/2017

Publicação Nº 1455713

PORTARIA Nº. 571/2017

Retorna de licença saúde Clercio Rogerio Borges.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Clercio Rogerio Borges, Professor de Artes, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 30 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 572/2017

Publicação Nº 1455714

PORTARIA Nº. 572/2017

Exonera Fairuza Ramona Loch.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Fairuza Ramona Loch, da função de Supervisora de ESF, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 04 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 573/2017

Publicação Nº 1455716

PORTARIA Nº. 573/2017

Exonera Tatiana Carstens.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Tatiana Carstens, da função de Gerente de Vigilância em Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 04 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 574/2017

Publicação Nº 1455719

PORTARIA Nº. 574/2017

Prorroga licença sem vencimentos de Claudio Marcelo de Almeida.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença sem vencimentos do servidor Claudio Marcelo de Almeida, Professor de Educação Física, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, por mais 18 (dezoito) meses.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 575/2017

Publicação Nº 1455722

PORTARIA Nº. 575/2017

Contrata Ana America Portes pelo Concurso Público nº. 01/2014.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Ana America Portes, pelo Concurso Público nº 01/2014, no cargo de Merendeira, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 08 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 576/2017

Publicação Nº 1455725

PORTARIA Nº. 576/2017

Nomeia Aline Tepassé Felippi.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Aline Tepassé Felippi, na função de Auxiliar, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 07 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 78/2017

Publicação Nº 1455617

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 78/2017 - Pregão Presencial Nº. 55/2017.

Objeto: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de máquinas e veículos do Município de Guarujá do Sul - PREF, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2018.

Propostas e Habilitação: 28/12/2017 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 14 de dezembro de 2017.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 192_2017

Publicação Nº 1457143

Decreto Administrativo 0192/2017

Homologa e publica o resultado após a correção dos cartões de resposta relativo ao Edital de Concurso Público nº 001/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. Cláudio Junior Weschenfelder, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal Complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado após a correção dos cartões de resposta, dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital de Concurso Público Edital nº 001/2017 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 01 - MICRO ÁREA 3) Comunidades de Barro Preto e Maidana.							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
123	Zandira Tiles Fabonato	10/01/1989	4,90	0,80	0,20	5,90	1º
97	Ana Claudia Baldissera	20/03/1998	4,20	1,60	0,00	5,80	2º
73	Marinês Mallmann	31/05/1999	4,20	1,00	0,40	5,60	3º
106	Elisandra Rita Toffolo	14/04/1987	3,50	1,20	0,80	5,50	4º
110	Deise Maria Neumann	14/06/1978	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
71	Nilson Machado Da Silva	25/01/1999	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
116	Juliano Roberto Da Rosa	22/07/1988	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
112	Eduardo Schneider	27/09/1999	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
121	Andrea Graziela Dalla Costa	29/01/1989	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
87	Elizete Da Silva Carvalho	15/09/1984	2,45	0,40	0,20	3,05	Desc.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 1 - MICRO AREA 5) Comunidades de Cattani e Baixo Araras							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
50	Flaviane Schieferdecker De Moura	07/04/1994	4,20	1,20	0,40	5,80	1º
2	Edineia Kiesel	21/01/1996	4,55	1,00	0,20	5,75	2º
25	Carla Marcon	04/03/1991	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.

PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS)

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
13	Daiane Pavin	27/10/1988	5,60	1,40	0,40	7,40	1º
11	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	31/10/1975	5,25	1,80	0,20	7,25	2º
83	Sandra Aparecida Dos Santos	19/05/1973	5,25	1,20	0,60	7,05	3º
127	Cleidi Da Rosa Alves	11/10/1978	5,25	1,40	0,20	6,85	4º
122	Iana Patricia Caramori	21/11/1981	5,60	0,80	0,40	6,80	5º
117	Isaura Reichert	23/05/1982	4,90	1,00	0,40	6,30	6º
61	Alessandra Tortora	19/06/1994	4,55	1,40	0,20	6,15	7º
62	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,90	0,80	0,40	6,10	8º
67	Cristina Inês Griebler Dotti	03/10/1989	4,90	0,80	0,40	6,10	9º
48	Ana Paula Teixeira	17/01/1991	4,55	1,00	0,40	5,95	10º
115	Catussa Bosa	25/01/1981	4,55	0,80	0,60	5,95	11º
77	Franciele Herbert Mantovani	16/06/1984	4,55	0,80	0,60	5,95	12º
72	Claudiane Pauli	25/03/1990	4,90	0,80	0,20	5,90	13º
105	Edina Seibel Backes	09/05/1971	4,55	1,00	0,20	5,75	14º
40	Janizes Ana Zanata	12/01/1981	3,85	1,20	0,60	5,65	15º
9	Daiani Foretti	23/05/1991	3,85	1,00	0,80	5,65	16º
8	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	4,20	1,20	0,20	5,60	17º
38	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	15/11/1984	4,20	1,20	0,20	5,60	18º
26	Juliana Seibel Freddi	11/03/1990	4,20	1,20	0,20	5,60	19º
56	Ediane Daniela Dahmer	26/02/1995	4,20	1,20	0,20	5,60	20º
46	Marlene Lúcia Bourscheidt	26/07/1984	4,20	1,00	0,40	5,60	21º
39	Cristiane Garbin	03/06/1985	4,55	0,60	0,40	5,55	22º
3	Irene Regina Parmegiani	21/11/1995	3,85	1,40	0,20	5,45	23º
5	Dionara Decarli	16/02/1989	4,20	1,00	0,20	5,40	24º
66	Sandra Luiza Back	25/04/1994	4,20	1,00	0,20	5,40	25º
70	Carla Ines Rosenbach	08/04/1981	3,50	1,60	0,20	5,30	26º
113	Gabrieli Sampaio	03/12/1996	3,50	1,00	0,80	5,30	27º
28	Mara De Ré	29/06/1995	3,85	1,20	0,20	5,25	28º
17	Ediane Benedito	08/10/1992	4,20	0,80	0,20	5,20	29º
10	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	4,20	0,60	0,40	5,20	30º
32	Joceli Zanetti	02/07/1975	4,55	0,60	0,00	5,15	31º
47	Franciele Da Rosa	15/02/1988	4,55	0,40	0,20	5,15	32º
89	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	12/04/1969	3,85	1,20	0,00	5,05	33º
137	Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	3,85	1,00	0,20	5,05	34º
96	Cleonara De Lima Vieira	18/09/1990	3,85	1,00	0,20	5,05	35º
125	Ivandra Maria Savariz De Oliveira	14/11/1974	3,85	0,80	0,40	5,05	36º
4	Priscila Maria Brioto Kronbauer	24/04/1983	3,85	0,40	0,80	5,05	37º
65	Daiane Mireli Gulate De Mattos Passarin	17/05/1987	4,20	0,60	0,20	5,00	38º
131	Andressa Ferronato	16/06/1993	4,20	0,60	0,20	5,00	39º
30	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	3,15	1,20	0,60	4,95	Desc.
31	Luciane Zanini	31/03/1980	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
98	Betânia Luiza Poli	24/12/1984	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
57	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
14	Gisele Aparecida Da Veiga	05/09/1976	3,15	1,60	0,00	4,75	Desc.
128	Susana Carolina Dos Santos	17/04/1990	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
42	Diana Regina Possatto Piovesan	04/12/1973	3,85	0,60	0,20	4,65	Desc.

24	Ione Terezinha Rosembach	11/10/1977	3,15	1,20	0,20	4,55	Desc.
20	Josenara Tais Heck	23/07/1995	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
55	Lúcia Collmam Tortora	12/01/1992	3,50	1,00	0,00	4,50	Desc.
44	Tatiane Piran	02/10/1995	3,50	0,80	0,20	4,50	Desc.
92	Lidiane Siqueira Weppo	22/07/1988	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
22	Cleci Maria Polla	13/07/1969	3,15	1,20	0,00	4,35	Desc.
108	Márcia Maria Moreira	27/05/1977	3,15	0,60	0,60	4,35	Desc.
69	Elisandra Dos Reis	11/12/1986	3,15	1,00	0,20	4,35	Desc.
95	Marta Elena Bernaedy Apio	31/12/1998	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
138	Marinez Salete Justen	12/04/1982	3,50	0,80	0,00	4,30	Desc.
34	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	2,45	1,00	0,80	4,25	Desc.
15	Ivonete Debortoli Caramori	28/08/1982	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
76	Rosamar Mazzoneto	27/06/1977	3,15	0,80	0,20	4,15	Desc.
43	Rosenilda Da Silva	30/12/1988	3,15	0,80	0,20	4,15	Desc.
18	Silvana Sewald	15/04/1994	3,15	1,00	0,00	4,15	Desc.
33	Caroline Kuhn Dalmagro	06/08/1990	3,50	0,40	0,20	4,10	Desc.
35	Micheli Rubin Delazeri	24/10/1994	2,45	1,40	0,20	4,05	Desc.
120	Marli Corti	11/09/1966	2,80	1,00	0,20	4,00	Desc.
107	Luis Henrique Moreira	22/08/1972	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
141	Aline Bregalda This	20/01/1990	2,45	1,00	0,40	3,85	Desc.
75	Tatiana Cichelero	20/07/1984	2,80	0,80	0,20	3,80	Desc.
86	Elisiane Alves	28/08/1987	3,15	0,20	0,20	3,55	Desc.
119	Cleusa Teresinha Amann	14/04/1969	1,75	1,20	0,40	3,35	Desc.
58	Vanusa Simone Muller	01/07/1977	2,10	0,60	0,40	3,10	Desc.
49	Cristieli Karla Lauxen	03/12/1994	2,10	0,60	0,40	3,10	Desc.
80	Jossiane Andrade Couto	31/01/1988	1,40	1,00	0,60	3,00	Desc.
74	Patrícia Bernardi	01/01/1995	2,45	0,20	0,20	2,85	Desc.
94	Janete Bernardy	05/01/1968	1,75	0,80	0,20	2,75	Desc.
16	Geneci Ochôa Brixner	11/02/1983	1,40	0,60	0,20	2,20	Desc.
124	Maria Zenaide Prussaki	Faltante					Desc.
64	Regí Dal Alba	Faltante					Desc.
63	Denise Colombo Lolato	Faltante					Desc.
23	Tatiane Staub	Faltante					Desc.

PROFESSOR III (LETRAS PORTUGUÊS/ INGLÊS)

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
54	Casiane Cristina Sbardelotto Salles	27/02/1981	6,30	1,20	0,60	8,10	1º
103	Helena Beatriz Arend Francisco	06/05/1980	3,85	1,60	0,60	6,05	2º
104	Dilvane Maria Bernardi Boff	17/02/1979	4,20	1,60	0,20	6,00	3º
59	Sueli Mendonça Schassinski	24/06/1976	3,85	1,00	0,20	5,05	4º
134	Simone Pagno	21/04/1987	3,85	1,00	0,20	5,05	5º
85	Luiz Carlos Stroher	01/11/1987	3,50	1,20	0,00	4,70	Desc.
136	Oliria Mauricio Duarte	14/07/1981	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
140	Raquelly Taube	23/06/1992	2,45	1,40	0,20	4,05	Desc.
99	Sueli Maria Welter	20/03/1959	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.

Art. 2º - Conforme disposto em edital, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 5,00 (cinco pontos) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º - O prazo para interposição de recursos, em face da correção dos cartões de resposta, deverá ser interposto na forma prevista no item 9 do já citado edital, no período de 13 e 14.12.2017, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º - O desempate está de acordo com o item 7 do Edital.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
12 de dezembro de 2017.
66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 193_2017

Publicação Nº 1457147

Decreto Administrativo 0193/2017

Homologa e publica o resultado após a correção dos cartões de resposta relativo ao Edital de Processo Seletivo nº 002/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. Cláudio Junior Weschenfelder, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal Complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado após a correção dos cartões de resposta, dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2017 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

MONITOR DE CRECHE							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
77	Camila Orth	19/09/1990	6,60	1,75	0,70	9,05	1º
220	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	07/05/1990	6,00	1,05	0,70	7,75	2º
181	Marqueli Petry Weber	21/10/1995	6,00	0,70	1,05	7,75	3º
99	Jessica Luiza Klaus	10/06/1991	6,60	0,35	0,70	7,65	4º
157	Sueli Maria Welter	20/03/1959	6,00	1,40	0,00	7,40	5º
120	Karina Aparecida Kieling	30/10/1995	6,00	1,05	0,35	7,40	6º
14	Luiza Helena Kuhn	14/02/1999	6,00	1,05	0,35	7,40	7º
20	Natalia Eloise Martins Siqueira	14/06/1999	6,00	1,05	0,35	7,40	8º
202	Iohana Eloise Weiss	03/01/1997	5,40	1,05	0,70	7,15	9º
119	Jucimiriam Costa Welter	02/09/1964	6,00	1,05	0,00	7,05	10º
73	Maieli Nicole Kerkhoven	18/11/1998	6,00	0,70	0,35	7,05	11º
201	Cristiane Maria Bolgenhagen	15/03/1997	4,80	1,40	0,35	6,55	12º
188	Fernanda Seibel	03/04/1993	4,80	1,05	0,70	6,55	13º
223	Claudia Maria Linke	02/08/1982	5,40	0,35	0,35	6,10	14º
123	Juliana Cichelero	20/07/1984	4,20	0,70	1,05	5,95	15º
146	Jieza Carla Rauber Rosa	02/02/1984	4,80	0,70	0,35	5,85	16º
150	Jéssica Daiane De Campos Stefan	09/10/1993	4,20	1,05	0,00	5,25	17º
39	Elisabete Fatima Klaus Geller	Faltante					Desc.
172	Micheli Sartori Taube	Faltante					Desc.
209	Estefani Doss	Faltante					Desc.
21	Talia Schieferdecker De Souza	Faltante					Desc.

PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
151	Vanusa Simone Muller	01/07/1977	5,00	0,00	0,40	1,88	7,28	1º

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
60	Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	3,50	0,56	0,00	1,05	5,11	1º
95	Marinês Philipsen	26/09/1985	2,00	0,00	0,20	-	2,20	Desc.
189	Rúbia Taisi Pinheiro	14/05/1990	1,50	0,00	0,20	-	1,70	Desc.
182	Neiva Terezinha Caramori	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
217	Jaqueline Adriani Dumke	07/07/1998	3,00	0,56	0,00	-	3,56	Desc.
153	Leidiane Pereira De Oliveira	28/03/1993	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
215	Fátima Priska Eberhardt	03/07/1985	2,00	0,00	0,40	-	2,40	Desc.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
2	Marcos Alberto Ahlf	27/04/1984	3,50	0,84	0,60	0,00	4,94	1º
145	Daiane Cristina Toffoli	12/01/1989	1,00	0,00	0,40	-	1,40	Desc.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
52	Anaquel Deliberal Debortolli	12/10/1996	4,50	0,56	0,40	0,32	5,78	1º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
111	Fernando Rangel	19/03/1988	4,00	0,56	0,40	1,21	6,17	1º
190	Cláudia Nateusca Jachowski	21/01/1982	3,50	0,28	0,40	1,70	5,88	2º
122	Karen Zanetti Bizotto	14/10/1995	4,00	1,12	0,20	0,40	5,72	3º
124	Jaqueline Lazzari	25/05/1993	3,50	0,84	0,60	0,06	5,00	4º
6	Elizandra Fontana	18/07/1996	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
152	Osvaldo Odair Urban	29/08/1982	3,00	0,00	0,60	-	3,60	Desc.
160	Samara Borille	16/12/1987	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
121	Luana Cristina Schmidt	08/09/1993	2,00	0,00	0,00	-	2,00	Desc.
219	Nicholas Rossini Rohenkohl	Faltante						Desc.
96	Carolina Brustolin	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
69	Nathan Kerkhoven	16/07/1996	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
222	Lucas Grendene Brum	16/09/1995	2,50	0,00	0,60	-	3,10	Desc.
221	Lucilla Joceli Waschburger	01/09/1997	2,50	0,28	0,20	-	2,98	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
155	Silene Águeda Etges	23/06/1974	5,00	0,84	0,40	1,46	7,70	1º

127	Susana De Fatima Cattani Da Silva	18/06/1976	4,00	0,56	0,60	1,72	6,88	2º
48	Sandra Luiza Back	25/04/1994	5,00	0,28	0,20	1,16	6,64	3º
12	Sandra Aparecida Dos Santos	19/05/1973	3,50	0,56	0,60	1,70	6,36	4º
65	Janizes Ana Zanata	12/01/1981	4,00	0,00	0,20	1,82	6,02	5º
208	Cristina Inês Griebler Dotti	03/10/1989	3,00	0,56	0,60	1,82	5,98	6º
83	Tatiane Daniela Sprandel Caramori	02/01/1983	3,00	1,12	0,40	1,37	5,89	7º
106	Caroline Kuhn Dalmagro	06/08/1990	3,50	0,56	0,20	1,62	5,88	8º
32	Ione Terezinha Rosembach	11/10/1977	4,00	0,28	0,20	1,32	5,80	9º
25	Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	3,50	0,84	0,40	1,04	5,78	10º
174	Tatiana Cichelero	20/07/1984	3,50	0,56	0,00	1,62	5,68	11º
134	Janes Paula Dos Santos	02/12/1990	3,00	0,84	0,40	1,05	5,29	12º
104	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	3,50	0,56	0,00	1,18	5,24	13º
183	Iana Patricia Caramori	21/11/1981	4,00	0,28	0,00	0,82	5,10	14º
193	Debora De Oliveira Perondi	29/07/1991	3,50	0,56	0,20	0,76	5,02	15º
47	Mara De Ré	29/06/1995	4,00	0,00	0,20	0,78	4,98	16º
28	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,00	0,28	0,20	0,41	4,89	17º
178	Kelly Aparecida Bittarello Nacamoto	18/05/1987	3,00	1,12	0,60	0,00	4,72	18º
78	Patrícia Bernardi	01/01/1995	3,50	0,56	0,00	0,56	4,62	19º
116	Claudiane Pauli	25/03/1990	4,00	0,00	0,60	0,00	4,60	20º
35	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
64	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
130	Elisiane Alves	28/08/1987	3,00	0,84	0,00	-	3,84	Desc.
45	Lucia Helena Aguida Brioto	29/11/1957	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
91	Irene Regina Parmegiani	21/11/1995	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
168	Edina Seibel Backes	09/05/1971	3,00	0,28	0,00	-	3,28	Desc.
139	Idiane Perosso Schmiddel	06/11/1995	2,50	0,56	0,20	-	3,26	Desc.
141	Janete Bernardy	05/01/1968	2,00	0,84	0,40	-	3,24	Desc.
54	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
103	Alessandra Tortora	19/06/1994	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
97	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	2,00	0,84	0,20	-	3,04	Desc.
9	Daiani Foretti	23/05/1991	2,50	0,28	0,00	-	2,78	Desc.
147	Cleonara De Lima Vieira	18/09/1990	2,00	0,56	0,20	-	2,76	Desc.
87	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	2,50	0,00	0,20	-	2,70	Desc.
61	Juliana Both	02/10/1986	2,00	0,28	0,40	-	2,68	Desc.
29	Denise Fátima Gubert	24/12/1973	2,00	0,00	0,60	-	2,60	Desc.
133	Mariglaucia Borille	28/02/1977	2,00	0,28	0,20	-	2,48	Desc.
101	Evandra Barichello	30/07/1977	2,00	0,28	0,20	-	2,48	Desc.
93	Karline Elizabete Back	25/05/1984	2,00	0,00	0,40	-	2,40	Desc.
79	Cristieli Karla Lauxen	03/12/1994	1,50	0,28	0,00	-	1,78	Desc.
80	Elta Deon	28/08/1963	1,00	0,00	0,20	-	1,20	Desc.
58	Daiane Pavin	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
4	Jaqueline Leticia Stalter	27/04/1994	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
23	Deisi Gralow	25/03/1988	2,50	0,56	0,20	-	3,26	Desc.
226	Michele Grazielle Garcias	15/11/1996	2,00	0,56	0,00	-	2,56	Desc.
191	Gabrieli Sampaio	03/12/1996	1,50	0,84	0,20	-	2,54	Desc.

162	Tauana Cristina Da Silva De Moraes	13/01/1996	1,50	0,28	0,40	-	2,18	Desc.
224	Kettlyn Iamaia Silva	27/07/1996	1,50	0,00	0,40	-	1,90	Desc.
74	Ana Claudia De Lara	17/05/1993	1,00	0,56	0,20	-	1,76	Desc.
164	Claudineia Conforti	08/03/1996	1,50	0,00	0,00	-	1,50	Desc.
225	Lidia Noelia Ferreyra	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SERIES INICIAIS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
199	Cleidi Da Rosa Alves	11/10/1978	5,50	0,56	0,20	1,76	8,02	1º
148	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	5,00	0,56	0,40	1,23	7,19	2º
173	Tatiana Cichelero	20/07/1984	5,00	0,56	0,00	1,62	7,18	3º
197	Ivandra Maria Savariz De Oliveira	14/11/1974	4,00	0,84	0,40	1,88	7,12	4º
11	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	31/10/1975	4,50	0,84	0,00	1,67	7,01	5º
210	Roseli De Fatima Martini	02/08/1965	4,00	0,56	0,60	1,82	6,98	6º
158	Silene Águeda Etges	23/06/1974	4,00	0,84	0,40	1,46	6,70	7º
63	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	15/11/1984	4,00	0,56	0,40	1,70	6,66	8º
185	Franciele Da Rosa	15/02/1988	3,50	0,56	0,40	1,62	6,08	9º
135	Janes Paula Dos Santos	02/12/1990	3,50	0,84	0,40	1,05	5,79	10º
46	Mara De Ré	29/06/1995	4,50	0,28	0,20	0,78	5,76	11º
184	Iana Patricia Caramori	21/11/1981	4,00	0,84	0,00	0,82	5,66	12º
128	Susana De Fatima Cattani Da Silva	18/06/1976	3,00	0,56	0,60	1,42	5,58	13º
117	Claudiane Pauli	25/03/1990	4,00	0,28	0,20	0,96	5,44	14º
59	Daiane Pavin	27/10/1988	3,50	0,56	0,00	1,28	5,34	15º
70	Diana Regina Possatto Piovesan	04/12/1973	3,50	0,56	0,20	0,95	5,21	16º
94	Karline Elizabete Back	25/05/1984	4,00	0,00	0,40	0,70	5,10	17º
30	Cleci Maria Polla	13/07/1969	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	18º
159	Silvia Maria De Andrade Sousa	30/11/1983	4,00	0,28	0,20	0,48	4,96	19º
50	Maria Carolina Araujo Johnner	08/05/1994	3,50	0,56	0,40	0,17	4,63	20º
132	Mariglaucia Borille	28/02/1977	3,50	0,28	0,00	-	3,78	Desc.
55	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
82	Geneci Klaus Justen	05/04/1975	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.
204	Simoni Ester Schrader	23/12/1975	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
102	Alessandra Tortora	19/06/1994	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
84	Tatiane Daniela Sprandel Caramori	02/01/1983	2,00	1,12	0,40	-	3,52	Desc.
92	Irene Regina Parmegiani	21/11/1995	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
118	Patrícia Bernardi	01/01/1995	3,00	0,28	0,00	-	3,28	Desc.
126	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	2,50	0,28	0,20	-	2,98	Desc.
142	Janete Bernardy	05/01/1968	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
138	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	12/04/1969	2,00	0,00	0,40	-	2,40	Desc.
19	Ivone Debertoli Caramori	28/08/1982	1,50	0,28	0,20	-	1,98	Desc.
125	Jossiane Andrade Couto	31/01/1988	1,50	0,28	0,20	-	1,98	Desc.
205	Leci Roseclei Schrader	12/01/1978	1,00	0,28	0,40	-	1,68	Desc.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SERIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
177	Rosilei Alves Siqueira	29/07/1982	3,50	0,56	0,40	0,00	4,46	1º
171	Gabrieli Sampaio	03/12/1996	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
18	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.

72	Rosenilda Da Silva	30/12/1988	3,00	0,00	0,00	-	3,00	Desc.
228	Michele Grazielle Garcias	15/11/1996	2,50	0,28	0,00	-	2,78	Desc.
24	Deisi Gralow	25/03/1988	1,50	0,56	0,20	-	2,26	Desc.
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
15	Meridiana Fatima Colle	25/04/1988	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.
38	Raquelly Taube	23/06/1992	1,50	1,12	0,40	-	3,02	Desc.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
13	Lenise Winter	10/10/1970	4,50	0,56	0,60	1,94	7,60	1º
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
170	Evandro Luis Krewer	30/11/1983	3,00	0,84	0,60	0,00	4,44	1º
176	Caroline Mortari	24/09/1994	2,00	0,28	0,20	-	2,48	Desc.
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
113	Gabriela Garcia De Mattos	19/05/1992	1,50	0,28	0,40	-	2,18	Desc.
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
179	Cleberon De Lima Nacamoto	01/04/1990	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
1	Salete Klaus	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
85	Andréia Salete Mayer Eberhardt	01/01/1990	4,00	0,28	0,40	1,38	6,06	1º
114	Gabriela Garcia De Mattos	19/05/1992	1,00	0,28	0,40	-	1,68	Desc.
PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
86	Casiane Cristina Sbardelotto Salles	27/02/1981	3,50	0,84	0,20	0,98	5,52	1º
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
213	Laercio Rauber	29/05/1984	4,50	0,56	0,60	0,00	5,66	1º
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
51	Fabiane Cristina Ferari	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
107	Marciele Dreyer Schneider	25/02/1992	3,00	0,84	0,20	1,14	5,18	1º
129	Luiz Carlos Stroher	01/11/1987	2,00	0,56	0,00	-	2,56	Desc.

37	Raquelly Taube	23/06/1992	1,00	1,12	0,40	-	2,52	Desc.
112	Iliete Martins	04/02/1975	1,00	0,84	0,40	-	2,24	Desc.
218	Ari Hart	14/09/1978	1,00	0,84	0,40	-	2,24	Desc.

PSICOPEDAGOGO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
90	Rafaela Lais Klaus	30/07/1992	4,50	0,56	0,00	0,00	5,06	1º

SEGUNDO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
211	Roseli De Fatima Martini	02/08/1965	6,00	0,84	0,40	1,82	9,06	1º
200	Cleidi Da Rosa Alves	11/10/1978	5,50	0,56	0,20	1,76	8,02	2º
207	Cristina Inês Griebler Dotti	03/10/1989	4,50	0,56	0,60	1,82	7,48	3º
36	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	5,00	0,28	0,60	1,20	7,08	4º
198	Ivandra Maria Savariz De Oliveira	14/11/1974	4,50	0,28	0,40	1,88	7,06	5º
149	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	5,00	0,28	0,20	1,23	6,71	6º
31	Cleci Maria Polla	13/07/1969	4,00	0,28	0,40	1,82	6,50	7º
66	Janizes Ana Zanata	12/01/1981	4,00	0,28	0,20	1,82	6,30	8º
140	Idiane Perosso Schmiddel	06/11/1995	5,00	0,28	0,20	0,62	6,10	9º
81	Elta Deon	28/08/1963	4,00	0,00	0,20	1,76	5,96	10º
105	Caroline Kuhn Dalmagro	06/08/1990	3,50	0,56	0,20	1,62	5,88	11º
67	Denise Fátima Gubert	24/12/1973	3,50	0,00	0,60	1,76	5,86	12º
49	Sandra Luiza Back	25/04/1994	4,50	0,28	0,20	0,86	5,84	13º
88	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	4,50	0,00	0,20	1,11	5,81	14º
33	Ione Terezinha Rosembach	11/10/1977	3,50	0,28	0,40	1,32	5,50	15º
186	Franciele Da Rosa	15/02/1988	4,50	0,56	0,40	0,00	5,46	16º
169	Edina Seibel Backes	09/05/1971	4,00	0,00	0,20	1,06	5,26	17º
27	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,50	0,00	0,20	0,41	5,11	18º
192	Debora De Oliveira Perondi	29/07/1991	4,50	0,56	0,00	0,00	5,06	19º
110	Daiani Foretti	23/05/1991	4,00	0,00	0,20	0,58	4,78	20º
17	Ivonete Debortoli Caramori	28/08/1982	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
26	Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	3,00	0,84	0,00	-	3,84	Desc.
131	Elisiane Alves	28/08/1987	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
137	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	12/04/1969	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
62	Juliana Both	02/10/1986	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
56	Micheli Rubin Delazeri	24/10/1994	2,50	0,28	0,20	-	2,98	Desc.
89	Diane Roseli Sprandel	Faltante						Desc.

SEGUNDO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
5	Jaqueline Leticia Stalter	27/04/1994	4,50	0,84	0,40	0,00	5,74	1º
76	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	4,50	0,28	0,00	0,51	5,29	2º

Art. 2º - Conforme disposto em edital, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 4,00 (quatro pontos) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º - A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas Prova Objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º - O prazo para interposição de recursos, em face da correção dos cartões de resposta, deverá ser interposto na forma prevista no item 9 do já citado edital, no período de 13 e 14.12.2017, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 5º - O desempate está de acordo com o item 7 do Edital.
Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
12 de dezembro de 2017.
66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.
Júlio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 194_2017

Publicação Nº 1457150

Decreto Administrativo 0194/2017

Homologa e publica o resultado após a correção dos cartões de resposta relativo ao Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. Cláudio Junior Weschenfelder, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal Complementar nº 005 de 11 de fevereiro de 2011 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado após a correção dos cartões de resposta, dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo Edital nº 003/2017 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
3	Stefany Barichello Lucchetta	07/08/1997	3,00	0,70	0,35	4,05	1º
2	Cristiane Backes	Faltante					Desc.
PEDREIRO							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
4	Josué Perondi	20/04/1986	6,00	0,70	0,00	6,70	1º
1	Leandro Ruckhaber	Faltante					Desc.

Art. 2º - Conforme disposto em edital, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 4,00 (quatro pontos) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º - O prazo para interposição de recursos, em face da correção dos cartões de resposta, deverá ser interposto na forma prevista no item 9 do já citado edital, no período de 13 e 14.12.2017, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º - O desempate está de acordo com o item 7 do Edital.
Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
12 de dezembro de 2017.
66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.
Júlio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMS 2018

Publicação Nº 1456078

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 04/2017.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 02/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: DIRCEU ANTONIO PERONDI

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Serviço de Laboratório Protético, de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

VALOR TOTAL R\$ 89.500,20

Guarujá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 10/2017.

PROCESSO LICITATORIO Nº .13/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: PLANAMED ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Serviço Médicos " Ginecologia ", de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

VALOR TOTAL R\$ 7.200,00

Guarujá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 12/2017.

PROCESSO LICITATORIO Nº .13/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: MOCELINI & POTRICH CLINICA MEDICA LTDA EPP

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Serviço Médicos " Pediatria ", de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

VALOR TOTAL R\$ 5.000,00

Guarujá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042A/2017

Publicação Nº 1455478

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042A/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: a presente ATA vigorará até 26 de novembro de 2018, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, §3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2017, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares para as diversas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, inclusive a UPA 24horas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d' Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada pelo senhor ANACLETO FERRARI, sócio-administrador, inscrito no CPF nº 523.140.819-00, em decorrência do Processo Licitatório nº 103/2017, modalidade Pregão Presencial nº 061/2017. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 38.336,29 (trinta e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos).

Herval d'Oeste, 29 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI ANACLETO FERRARI

Prefeito Municipal Sócio-administrador

CPF nº 162.730.799-00 CPF nº 523.140.819-00

Pelo Município Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Brunna Karla Costenaro Provenci

CPF: 687.857.399-87 CPF: 084.982.739-60

ANEXO I

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	DETECTOR FETAL - COM UM DOPPLER QUE MEDE A FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL E FORNECE O SOM DO CORAÇÃO DO FETO POR MEIO DE AUTOFALANTE EMBUTIDO. TELA DE QUARTZO LÍQUIDO (LCD); COMPACTO (TAMANHO DE BOLSO), LEVE E FÁCIL DE USAR, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA (220V) E LONGA VIDA ÚTIL; SOM DE ALTA QUALIDADE, COM 2MHZ DE FREQUÊNCIA CINTRAL DO ULTRASSOM.	UN	10,00	MD	518,00	5.180,00

02	DETECTOR FETAL SONAR - DIAGNÓSTICO DE GAVIDEZ POR EFEITO DOPPLER DETECÇÃO DA PLACENTA; FLUXO DO CORDÃO E MORTE FETAL MODELO DE MESA; BIVOLT; 110/220/60HZ DE FREQUENCIA MÉDIA: 2,25 MHZ LED INDICADOR DE BCF; SAÍDA PARA FORNE DE OUVIDO OU GRAVADOR CAIXA ABS DE ALTA RESISTÊNCIA E ALTO BRILHO; SUPORTE LATERAL PARA GUARDO DO TRANSDUTOR; CABO DE FORÇA DE 2M; ALARME SONORO MÍNIMO E MÁXIMO AJUSTÁVEL; DISPLAY DIGITAL COM VISUALIZAÇÃO DO BCF E CONTROLE DE ALARME DE FRQUENCIA DE 50 A 250 BPM; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS; ±10% 220 VOLTS ±10% LED; INDICADOR DE BCF FUSÍVEL 0,5 A (RÁPIDO - 20 MM); POTÊNCIA DE ÁUDIO 0,8 W RMS; SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO; 8 OHMS CONTROLE VOLUME DIGITAL; CHAVE LIGA-DESLIGA INTEGRADA; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 2,2 MHZ (FAIXA CENTRAL); POTÊNCIA ULTRA-SÔNICA 45 MW/CM2; DIMENSÕES DO EQUIPAMENTO 0,200 M X 0,200 M X 0,100M, PESO TOTAL LÍQUIDO 0,900 KG, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE; 220V.	UN	3,00	MD	696,00	2.088,00
05	KIT PARA LARINGOSCÓPIO ADULTO - CABO CROMADO, 5 LÂMINAS DO NÚMERO 1 - 5 CURVAS + ESTOJO + LÂMINAS DE 1-5 RETA; LÂMINAS INCLUSAS.	UN	10,00	MD	1.218,00	12.180,00
06	KIT PARA LARINGOSCÓPIO INFANTIL - CABO CROMADO, 5 LÂMINAS DO NÚMERO 1 - 5 CURVAS + ESTOJO + LÂMINAS DE 1-5 RETA; LÂMINAS INCLUSAS.	UN	10,00	MD	1.234,00	12.340,00
14	SHAKER PLUS (EXERCITADOR RESPIRATÓRIO E DA HIGIÊNE BRÔNQUICA) - COMPONENTES: CORPO, TAMPA, CONE, ESFERA E BOCAL; CORPO, CONE E TAMPA EM POLIPROPILENO; BOCAL EM PVC; ESFERA EM AÇO CARBONO COM REVESTIMENTO SUPERFICIAL.	UN	3,00	NCS	137,35	412,05
25	MACA GINECOLÓGICA - COM GABINETE EM MADEIRA MDF 15MM; REVESTIDO INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE COM FÓRMICA; QUATRO GAVETAS E DUAS PORTAS; LEITO ESTOFADO E REVESTIDO EM COURVIM, DIVIDIDO EM CABECEIRA, ASSENTO E PESEIRA; CABECEIRA E PESEIRA COM REGULAGEM ATRAVÉS DE CREMALHEIRA CROMADA, ACOMPANHADA DE PORTA-COXAS REVESTIDO EM COURVIM; ANEXOS CROMADOS; DIMENSÕES 1,80X0,60X0,85MT.	UN	2,00	OLIMEDIC	2.000,00	4.000,00
32	CENTRÍFUGA - COM CAPACIDADE DE 12 TUBOS (VOLUME DO TUBO 15 ML); ROTAÇÃO MÁXIMA DE 4.000 RPM; AJUSTE LINEAR ATRAVÉS DE POTENCIÔMETRO VARIÁVEL DE 0 A 4.000 RPM (1.8G); TACÔMETRO ANALÓGICO COM INDICADOR DE VELOCIDADE; TIMER MECÂNICO AJUSTÁVEL DE 0 A 60 MINUTOS; INTERRUPTOR DE SEGURANÇA QUE NÃO PERMITE O FUNCIONAMENTO DO MOTOR QUANDO A TAMPA ESTIVER ABERTA; MOTOR DE ESCOVAS DE ALTA DURABILIDADE FLUTUANTE APOIADO EM COXINS E DE BAIXO RUÍDO; PÉS DE BORRACHA ADERENTES TIPO VENTOSA PARA MELHOR FIXAÇÃO NA BANCADA; 220V.	UN	1,00	CENTRILAB	2.136,24	2.136,24

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF nº 162.730.799-00
Pelo Município

ANACLETO FERRARI
Sócio-administrador
CPF nº 523.140.819-00
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042B/2017

Publicação Nº 1455480

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042B/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: a presente ATA vigorará até 26 de novembro de 2018, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, §3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2017, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste,



foram registrados os preços para a eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares para as diversas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, inclusive a UPA 24horas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d' Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa METROMED COM. MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 83.157.032/0001-22, neste ato representada pela senhora HELENA MARIA WOITEXEN, sócia-administradora, inscrita no CPF nº 481.293.139-87, em decorrência do Processo Licitatório nº 103/2017, modalidade Pregão Presencial nº 061/2017. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 52.130,18 (cinquenta e dois mil, cento e trinta reais e dezoito centavos).

Herval d'Oeste, 29 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI	HELENA MARIA WOITEXEN
Prefeito Municipal	Sócia-administradora
CPF nº 162.730.799-00	CPF nº 481.293.139-87
Pelo Município	Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Brunna Karla Costenaro Provenci
CPF: 687.857.399-87	CPF: 084.982.739-60

ANEXO I

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
04	NEBULIZADOR DE AR - DE MESA PARA USO DOMÉSTICO; COM EXTENSOR QUE SE CONECTA NO COPO MEDIDOR DE MEDICAMENTO E MÁSCARA; USO ADULTO E INFANTIL; BIVOLT; COM MICRO-INALADOR QUE GERA PARTÍCULAS DE UM A CINCO MICRA - PADRÃO CONFORME ESTABELECIDO PELA AAMI; MOTOR NO MÍNIMO DE 60HZ, COM SISTEMA A PSITÃO, COM TAXA DE NEBULIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 0,19ML/MIN; REGISTRO NA ANVISA.	UN	8,00	DARU/NEBULAR PLUS	183,00	1.464,00
08	MESA MAYO - ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO INOXIDÁVEL; BANDEJA EM AÇO INOX NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE 49CM DE COMPRIMENTO E 33CM DE LARGURA; ALTURA REGULÁVEL; PÉS EM AÇO INOXIDÁVEL TIPO GARFO COM RODÍZIOS DE 2"; ALTURA REGULÁVEL ENTRE 145CM E 85CM.	UN	8,00	OLIMEDIC/OLI 129	337,00	2.696,00
13	INCENTIVADOR RESPIRSTÓRIO - CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; ESFERAS, ANEL E MANGUEIRA EM POLIETILENO; BOCAL EM POLIPROPILENO; RESPIRON EASY NÍVEL BAIXO: UMA UNIDADE; RESPIRON CLASSIC NÍVEL MÉDIO: UMA UNIDADE; RESPIRON CLASSIVA - NÍVEL ALTO.	UN	1,00	NCS/RESPIRON	37,20	37,20
15	LÂMPADA INFRA-VERMELHO - 150W/PAR 38; COM SUPORTE DE PÉS FIXO; RODÍZIOS GIRATÓRIOS; HASTE COM AJUSTE DE ALTURA E INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA INCORPORADO AO CABO DE LIGAÇÃO.	UN	1,00	VAGALUMY/IV-06E	254,98	254,98
20	MODELO ANATÔMICO (COLUNA VERTEBRAL) - COM QUATRO COLUMAS DE QUATRO VÉRTEBRAS, DISCO INTERVERTEBRAL, MEDULA ESPINHAL E NERVOS, DEMONSTRANDO DEGENERAÇÃO PROGRESSIVA DA COLUNA VERTEBRAL (OSTEÓFITOS, HÉRNIA DE DISCO E REDUÇÃO DE ESPAÇO DISCAL); CONFECCIONADO EM RESINA PLÁSTICA RÍGIDA.	UN	1,00	ANATOMIC	1.164,00	1.164,00
24	CADEIRA DE COLETA - DUAS BRAÇADEIRAS COM REGULAÇÃO DE ALTURA; TOTALMENTE ALMOFADADA, REVESTIDA COM ESPUMA INJETADA DE DENSIDADE MÍNIMA DE 30, REVESTIMENTO EM COURVIM; COM SUPORTE DE CARGA DE 150KG; ESTRUTURA DE AÇO TUBULAR REDONDA NA COR BRANCA; COR DO REVESTIMENTO A ESCOLHER; ASSENTO COM ALTURA MÍNIMA COM RELAÇÃO AO PISO DE 480MM; ENCOSTO FIXO.	UN	2,00	OLIMEDIC/OLI 112	650,00	1.300,00

26	MACA/DIVÃ PARA EXAME CLÍNICO E FISIOTERAPIA - CONSTRUÍDO COM TUBOS PINTADOS DE 1 1/4"X1,06MM DE ESPESSURA; LEITO ESTOFADO EM ESPUMA D23 REVESTIDO EM COURVIM LAVÁVEL; CABECEIRA REGULÁVEL ATRAVÉS DE CREMALHEIRAS E PÉS DOBRÁVEIS; DIMENSÕES 1,80M X 0,65M X 0,80M.	UN	8,00	OLIMEDIC/OLI 126	328,00	2.624,00
29	SELADORA PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO - AUTOMÁTICA/CONTÍNUA; COM CONTROLE DE TEMPERATURA DIGITAL; VELOCIDADE DE SELAGEM 10 METROS POR MINUTOS; 220 VOLTS.	UN	2,00	SELAPACK/SM-350PLUS	1.695,00	3.390,00
30	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA - COM CÂMARA EM INOX COM QUATRO BANDEJAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO; DESAERACAO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA COM QUATRO PROGRAMAS DE ESTERILIZAÇÃO E COM CICLO DE SECAGEM EXTRA; TEMP TOTAL 55 MIN. DE CICLO; 20 VÁLVULAS SEGURANÇA; ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO COM INDICAÇÃO DE FALTA DE ÁGUA NO RESERVATÓRIO; VISOR DIGITAL COM DISPLAY DE LCD; SISTEMA DE FECHAMENTO DA PORTA COM 6 PONTOS DE APOIO; CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS E MÁXIMA DE 75 LITROS; 220 VOLTS; COM REGISTRO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO NA ANVISA E MINISTÉRIO DA SAÚDE. GARANTIA MÍNIMA DE DOIS ANOS.	UN	2,00	STERMAX/DIGITAL-EXTRA	7.400,00	14.800,00
36	EQUIPO PARA SORO MACRO GOTAS COM FILTRO RESPIRO INJETOR.	UN	20.000,00	LABOR IMPORT	1,22	24.400,00

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF nº 162.730.799-00
Pelo Município

HELENA MARIA WOITEXEN
Sócia-administradora
CPF nº 481.293.139-87
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042C/2017

Publicação Nº 1455482

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042C/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: a presente ATA vigorará até 26 de novembro de 2018, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, §3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2017, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares para as diversas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, inclusive a UPA 24horas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d' Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa MF DE ALMEIDA LTDA. ME, inscrita no CNPJ nº 05.021.932/0001-34, neste ato representada pelo senhor MARCIO FREITAS DE ALMEIDA, sócio-administrador, inscrito no CPF nº 829.021.609-25, em decorrência do Processo Licitatório nº 103/2017, modalidade Pregão Presencial nº 061/2017. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 50.562,00 (cinquenta mil, quinhentos e sessenta e dois reais).

Herval d'Oeste, 29 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF nº 162.730.799-00
Pelo Município

MARCIO FREITAS DE ALMEIDA
Sócio-administrador
CPF nº 162.730.799-00
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Brunna Karla Costenaro Provenci
CPF: 084.982.739-60



ANEXO I

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
03	NEGATOSCÓPIO DE PAREDE - UM CORPO; CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO ESMALTADA OU INOX; TELA EM ACRÍLICO LEITOSO COM REATOR ELETRÔNICO; DIMENSÕES DE ÁREA ÚTIL: 0,35M DE LARGURA E 0,47M DE ALTURA. 220V.	UN	16,00	CONKAST	190,00	3.040,00
07	MACA AUXILIAR ESMALTADA - DUAS PRATELEIRAS COM RODÍZIO; TAM. 40 X 40 CM X 0,8M.	UN	10,00	CONKAST	169,00	1.690,00
09	BISTURI ELETRÔNICO (ELETROCAUTÉRIO) - COM CIRCUITO MONO DE CORTE PURO, BLEND E COAGULAÇÃO, OFERECENDO ASSIM, TRÊS TIPOS DE CORRENTE PARA USO EM ELETROCIRURGIA; CONTROLE SUAVE DE POTÊNCIA; SELEÇÃO DE FUNÇÕES; SAÍDAS ISOLADAS E CHECK-UP TOTAL; ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM O APARELHO: UMA CANETA PADRÃO AUTOCLAVÁVEL, UM PEDAL DE ACIONAMENTO COM PINO GUITARRA MONO, UMA PLACA NEUTRA PERMANENTE EM INOX (150 X 100 X 0,5MM), UM CABO DE LIGAÇÃO DA PLACA NEUTRA, UM ELETRODO TIPO FACA RETA PEQUENA, UM ELETRODO TIPO BOLA (Ø=2,1MM), UM ELETRODO TIPO BOLA (Ø=4,2MM), UM ELETRODO TIPO ALÇA PEQ. (Ø=4,5MM), UM ELETRODO TIPO AGULHA (85MM), UM ELETRODO TIPO AGULHA DEPILAÇÃO, MANUAL DO USUÁRIO, CERTIFICADO DE GARANTIA, ACESSÓRIOS OPCIONAIS, CANETA PADRÃO AUTOCLAVÁVEL (BXA. CIR.), ELETRODO TIPO BOLA (Ø=6,0MM), ELETRODO TIPO BOLA (Ø=7,5MM), ELETRODO TIPO ALÇA (Ø=9,0MM), ELETRODO TIPO FACA CURVA GRANDE, ELETRODO TIPO FACA CURVA PEQUENA, ELETRODO TIPO FACA RETA GRANDE, DIMENSÕES ALTURA 9,5 CM X LARGURA 22,8 CM X PROFUNDIDADE 21,3 CM, PESO 4,4 KG; BIVOLT; 50/60 HZ.	UN	2,00	TRANSMAI	2.800,00	5.600,00
10	ESTEIRA MASSAGEADORA - 10 MOTORES, INTENSIDADE DE VIBRAÇÃO AJUSTÁVEL, VIBRAÇÃO INDEPENDENTE, 5 MODOS DE MASSAGEM E FUNÇÃO DE AQUECIMENTO, CONTROLE REMOTO, PROGRAMAÇÃO PARA DESLIGAR O APARELHO AUTOMATICAMENTE.	UN	1,00	RELAXMEDIC	270,00	270,00
12	BOLSA TÉRMICA EM GEL - QUENTE (MICROONDAS) E FRIO (FREEZER), DOBRÁVEL E REUTILIZÁVEL.	UN	10,00	CARCI	15,00	150,00
16	APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - TENS/FES/RUSSA, DE QUATRO CANAIS, COM CORRENTES DE TENS CONVENCIONAL ACUPUNTURA, BREVE INTENSA; TENS VIF - COM VARIAÇÃO AUTOMÁTICA DE INTENSIDADE E FREQUÊNCIA; TENS B - TENS BURST, MODULADO EM TRENS DE PULSO A 2HZ; FES S - SINCRONIZADO; FES R - RECÍPROCO; FES S VIF - SINCRONIZADO COM VARIAÇÃO AUTOMÁTICA DE INTENSIDADE E FREQUÊNCIA; FES R - FES RECÍPROCO COM VARIAÇÃO AUTOMÁTICA DE INTENSIDADE E FREQUÊNCIA; CORRENTE RUSSA - MODOS CONTÍNUOS, SINCRONIZADO E RECÍPROCO; COM UM CABO E QUATRO FIOS RESERVA.	UN	1,00	IBRAMED	1.615,00	1.615,00
17	MODELO ANATÔMICO (ARTICULAÇÃO DE OMBRO) - CLAVÍCULA, ESCÁPULA, CABEÇA DO ÚMERO E LIGAMENTOS ARTICULARES; CONFECCIONADO EM RESINA PLÁSTICA RÍGIDA.	UN	1,00	ANATOMIC	130,00	130,00
18	MODELO ANATÔMICO (ARTICULAÇÃO DO JOELHO) - PARTE DISTAL DO FÊMUR, LIGAMENTOS ARTICULARES, PATELA, PARTE PROXIMAL DA TÍBIA E FÍBULA E MENISCO; CONFECCIONADO EM RESINA PLÁSTICA RÍGIDA, COM MOVIMENTO DE FLEXÃO.	UN	1,00	ANATOMIC	130,00	130,00

19	MODELO ANATÔMICO (COLUNA VERTEBRAL) - COLUNA VERTEBRAL COMPLETA EM TAMANHO NATURAL COM LÂMINA DO OCCIPITAL, OSSOS DO QUADRIL, CABEÇA DO FÊMUR E PARTE MUSCULAR.; DIDATICAMENTE COLORIDO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COLUNA.	UN	1,00	ANATOMIC	950,00	950,00
21	ANDADOR DE ALUMÍNIO - DOBRÁVEL E AJUSTÁVEL POR PINO.	UN	1,00	GLC	95,00	95,00
22	BEGALA DE ALUMÍNIO - CABO E T E AJUSTÁVEL POR PINO.	UN	1,00	GLC	27,00	27,00
23	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL - COM CÁLCULO DE IMC.	UN	5,00	SUPERMEDY	110,00	550,00
27	BANQUETA GIRATÓRIA TPO MOCHO - BANQUETA GIRATÓRIA, TIPO MOCHO PARA SALA ODONTOLÓGICA; ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA DENSIDADE 33 E REVESTIMENTO EM COURVIM; ELEVAÇÃO POR MEIO DE ACUMULADOR DE FORÇA A GÁS, COM ACIONAMENTO POR DISPOSITIVO SOB O ASSENTO; BASE EM MATERIAL RESISTENTE NA COR PRETA E COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS; APOIO PARA OS PÉS EM INOX; ALTURA MÁXIMA 550MM E ALTURA MÍNIMA DE 420MM; COR DO COUVIM A DEFINIR (BRANCA OU VERDE); GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UN	3,00	OLIMEDIC	375,00	1.125,00
31	BALANÇA PEDIÁTRICA - COM ESTRUTURA INTERNA EM AÇO CARBONO BICROMATIZADO E CONCHA DE POLIPROPILENO; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; FONTE EXTERNA DE 90 A 240 VAC COM CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO; DISPLAY DE LED COM SEIS DÍGITOS; FUNÇÃO TARA; HOMOLOGADA PELO INMETRO E AFERIDA PELO IPEM. CAPACIDADE 15KG; TAMANHO DA CONCHA: 54 X 30CM; PESO 6KG; BIVOLT. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.	UN	3,00	RAMUZA	600,00	1.800,00
33	CABO QUATRO FIOS PARA NEURODYN II - LARANJA CANAL 1; PRETO CANAL 2; AZUL CANAL 3; VERDE CANAL 4	UN	1,00	IBRAMED	41,00	41,00
34	BICICLETA ERGOMÉTRICA HORIZONTAL COM PAINEL COMPUTADORIZADO PROGRAMÁVEL COM DISPLAY EM LED (TEMPO, DISTÂNCIA, VELOCIDADE, PULSAÇÃO, CALORIAS, NÍVEIS DE CARGA - 16 - PROGRAMAS DE EXERCÍCIOS E DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA CARDÍACA). RESISTÊNCIA ELETRÔNICA POR TECLA DE AJUSTE; SISTEMA DE RESISTÊNCIA ELETROMAGNÉTICO; ASSENTO ERGONÔMICO, COM APOIO PARA AS COSTAS E AJUSTE DE ALTURA E DA DISTÂNCIA ENTRE O BANCO E OS PEDAIS; PEDAIS COM CINTAS PARA OS PÉS; CAPACIDADE PARA ATÉ 200KG.	UN	1,00	ACT	6.450,00	6.450,00
35	ESTEIRA ERGOMÉTRICA COM PAINEL COMPUTADORIZADO PROGRAMÁVEL COM DISPLAY EM LED (TEMPO, DISTÂNCIA, VELOCIDADE - 0,5 A 20KM - PULSAÇÃO, CALORIAS E INCLINAÇÃO CARDÍACA. ACELERAÇÃO E INCLINAÇÃO ELETRÔNICA POR TECLA DE AJUSTE FEITA DE ALUMÍNIO E COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTO; MOTOR AC3HP REAL, CAPACIDADE PARA ATÉ 200KG; LUBRIFICAÇÃO POR TUBO CONDUTOR E SAPATA AJUSTÁVEIS.	UN	1,00	ACT	8.900,00	8.900,00

37	CARDIOVERSOR D3 BÁSICO COM MARCAPASSO, DESFIBRILADOR D3 COM MONITOR QUE FORNECE SOLUÇÃO ALTAMENTE EFICIENTE; DESIGN QUE FACILITE O USO E INCORPORE O MÁXIMO DE CARACTERÍSTICAS DE SEGURANÇA; COMPACTO, TELA DE 7" QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DE DADOS DE AJUSTE DAS TERAPIAS ELÉTRICAS COMO A DESFIBRILAÇÃO, A DESFIBRILAÇÃO SINCRONIZADA, A DESFIBRILAÇÃO EXTERNA AUTOMÁTICA E INFORMAÇÕES DE MEDIDAS EM FORMAS DE ONDAS DE SINAIS VITAIS E TENDÊNCIAS; BIFÁSICO; ESCALONAMENTO DE VALORES DE DESCARGA ENTRE 01 E 360 JOULES; AUTONOMIA DE BATERIA; MONITORAÇÃO ATÉ 2,5 HORAS; DESFIBRILAÇÃO ATÉ 100 CHOQUES DE 360 JOULES; MARCAPASSO DE ATÉ 02 HORAS; PESO DE ATÉ 4,7KG; BATERIA DE APROXIMADAMENTE 0,5KG; CONJUNTO DE PÁS EXTERNAS 0,8KG; CONFIGURAÇÃO ECG, RESPIRAÇÃO E MARCAPASSO.	UN	1,00	CMOSDRAKEVIVOM-P+360J	17.999,00	17.999,00
----	--	----	------	-----------------------	-----------	-----------

AMÉRICO LORINI MARCIO FREITAS DE ALMEIDA
 Prefeito Municipal Sócio-administrador
 CPF nº 162.730.799-00 CPF nº 162.730.799-00
 Pelo Município Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043A/2017

Publicação Nº 1455484

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043A/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de dezembro de 2018, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2017 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de materiais de cunho permanente para integrar o patrimônio do Município de Herval d'Oeste, suas Secretarias e Fundos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa ARAÚJO E ABREU COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ nº 75.408.153/0001-71, neste ato representada pelo senhor JOSÉ CÉSAR DE ARAÚJO, sócio-administrador, inscrito no CPF nº 458.579.469-72, em decorrência do Processo Licitatório nº 107/2017, modalidade Pregão Presencial nº 062/2017. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 2.156,00 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais).

Herval d'Oeste, 06 de dezembro de 2017.

AMÉRICO LORINI	JOSÉ CÉSAR DE ARAÚJO
Prefeito Municipal	Sócio-administrador
CPF nº 162.730.799-00	CPF nº 458.579.469-72
Pelo Município	Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Brunna Karla Costenaro Provenci
CPF: 687.857.399-87	CPF: 084.982.739-60

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	VENTILADOR DE COLUNA - COM TRÊS VELOCIDADES, OSCILANTE COM INCLINAÇÃO REGULÁVEL; DESMONTÁVEL; GRADE SEGURA QUE NÃO PERMIRA CONTATO COM A HÉLICE; MEDIDAS APROXIMADAS DE 150x45x41CM; 220V E 80W DE POTÊNCIA; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO	VENTISOL	UND	8	R\$ 197,00	R\$ 1.576,00
08	CILINDRO DE MASSA ELÉTRICO - BIVOLT; COM MOTOR DE 1/4 CV; PINTURA EPÓXI ANTIFERRUGEM; ABERTURA NA LATERAL PARA AUXILIAR NA VENTILAÇÃO DO MOTOR; PÉS ANTIDERRAPANTES; CILINDROS CROMADOS COM 30CM DE LARGURA E ABERTURA DE 8MM ENTRE OS ROLOS; CAPACIDADE DE PRODUÇÃO 0,6M DE MASSA POR MINUTO; ACOMPANHADA DE CORTADOR DE TALHARIM; CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.	ARKE	UND	1	R\$ 580,00	R\$ 580,00

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF nº 162.730.799-00
Pelo Município

JOSÉ CÉSAR DE ARAÚJO
Sócio-administrador
CPF nº 458.579.469-72
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043B/2017

Publicação Nº 1455485

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043B/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de dezembro de 2018, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2017 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de materiais de cunho permanente para integrar o patrimônio do Município de Herval d'Oeste, suas Secretarias e Fundos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 19.554.960/0001-21, neste ato representada pelo senhor FABRÍCIO FRACASSO, sócio-administrador, inscrito no CPF nº 052.733.039-66, em decorrência do Processo Licitatório nº 107/2017, modalidade Pregão Presencial nº 062/2017. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 9.745,00 (nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais).

Herval d'Oeste, 06 de dezembro de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF nº 162.730.799-00
Pelo Município

FABRÍCIO FRACASSO
Sócio-administrador
CPF nº 052.733.039-66
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Brunna Karla Costenaro Provenci
CPF: 084.982.739-60

ANEXO I

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	COMPUTADOR NOVO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR: POSSUINDO 4 NÚCLEOS, 8 THREADS, 14NM, FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 3.6GHZ, SUPORTE A MEMÓRIA DDR4 2133/2400, SUPORTE A ARQUITETURA 64BITS; PLACA MÃE: POSSUINDO SUPORTE A RAID, MÍNIMO 2 SLOTS PCI EXP 16X SENDO 1 3.0, 2 SLOT PCIEXP 1X 2.0, SUPORTE PARA ATÉ 64GB DDR4 2400MHZ, MÍNIMO DE 4 SLOTS PARA MEMÓRIA, SISTEMA DE ÁUDIO 7.1, PLACA DE REDE 10/100/1000, POSSUIR MÍNIMO 4 CONECTORES SATA III 6GBPS, POSSUIR NO MÍNIMO 4 PORTAS USB3.1 TYPE-A, 1 PORTA USB 3.1 TYPE-C, DISPLAY PORT, HDMI, DVI; MEMÓRIA: DEVE POSSUIR 16GB MEMÓRIA DDR4, 2400MHZ, EM 2 PENTES DE 8GB INSTALADOS EM DUAL CHANNEL; HD: INSTALADO COM NO MÍNIMO 1TB, 7200RPM, O DISCO DEVERA SER DE PRODUÇÃO DO ANO ATUAL VIGENTE, SATA 6GBPS; SSD: 2X SSD 240GB, LIGADOS EM RAID 0, COM VELOCIDADE DE 550MBPS DE LEITURA E 490MBPS DE GRAVAÇÃO; GABINETE: TIPO TORRE MÍNIMO 4 BAIAS EXTERNAS 5,25; FONTE: MÍNIMA DE 500W REAIS, PFC ATIVO, A FONTE DEVERA POSSUIR CERTIFICAÇÃO 80 PLUS WHITE COMPROVADOS ATRAVÉS DO SITE "WWW.80PLUS.COM"; PLACA DE VÍDEO: DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 1280 CUDA CORES, GPU BOOST CLOCK DE 1809MHZ, GPU BASE CLOCK DE 1569MHZ, 192 BITS, 6GB DE MEMÓRIA GDDR5, POSSUIR NO MÍNIMO 2 SAÍDAS DP, 1 DVI, 2 HDMI 2.0, CLOCK MÍNIMO DA MEMÓRIA 8000MHZ, SUPORTE A OPENGL 4.5, PCI EXPRESS 3.0; MONITOR: TIPO LED COM TAMANHO MÍNIMO DE 23,6", RESOLUÇÃO 1920X1024, BRILHO MÍNIMO 250CD/M²; CONTRASTE TÍPICO: 3000:1, ENTRADA DE SINAL: VGA (ANALÓGICA), DVI-D (DIGITAL, HDCP) E HDMI (DIGITAL, HDCP), PIXEL PITCH MÁXIMO DE 0,272X0,272MM; ÂNGULO DE VISÃO 178° (A) / 178° (V); SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 10 PRO, LICENÇA TIPO ESD, INSTALADO E CONFIGURADO E REGISTRADO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE. O PROPONENTE OBRIGATORIAMENTE DEVERA FORNECER CATÁLOGO TÉCNICO E AS COMPROVAÇÕES SOLICITADAS DE TODOS OS COMPONENTES (HARDWARE) OFERTADOS ATENDENDO INTEGRALMENTE OU COMPROVANDO SUPERIORIDADE DOS PRODUTOS, SOB PENA DE INABILITAÇÃO NO ITEM.	FULLTECH - FT1	UND	1	R\$ 9.590,00	R\$ 9.590,00
05	CAIXAS DE SOM ESTÉREO PARA COMPUTADOR E NOTEBOOK - DUAS UNIDADES; CONEXÃO USB COM FIO DE 3,5MM; ENTRADA PARA MICROFONE E FONE DE OUVIDO; BOTÃO LIGA E DESLIGA; POTÊNCIA MÍNIMA DE 4W; COR PRETA.	PC-TOP	UND	5	R\$ 31,00	R\$ 155,00

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF nº 162.730.799-00
Pelo Município

FABRÍCIO FRACASSO
Sócio-administrador
CPF nº 052.733.039-66
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043C/2017

Publicação Nº 1455488

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043C/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 04 de dezembro de 2018, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2017 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de materiais de cunho permanente para integrar o patrimônio do Município de Herval d'Oeste, suas Secretarias e Fundos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA. - ME, inscrita no CNPJ nº 23.518.341/0001-59, neste ato representada pelo senhor LUCIANO PILATTI, sócio-administrador, inscrito no CPF nº 021.948.393-46, em decorrência do Processo Licitatório nº 107/2017, modalidade Pregão Presencial nº 062/2017. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 49.697,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais).

Herval d'Oeste, 06 de dezembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF nº 162.730.799-00

Pelo Município

LUCIANO PILATTI

Sócio-administrador

CPF nº 021.948.393-46

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Brunna Karla Costenaro Provenci

CPF: 687.857.399-87 CPF: 084.982.739-60

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	NOTEBOOK - PROCESSADOR I3, AMD A10 OU SUPERIOR; WINDOWS 10 PRO 64 BITS; MEMÓRIA RAM DE 4GB, DDR3, 1600 MHZ; DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 1TB; UNIDADE DE DISCO ÓTICO CD/DVD/ROM; TECLADO ABNT 2 RESISTENTE A LÍQUIDOS; TOUCH PAD MULTITOQUE ATIVADO PARA GESTOS COM ROLAGEM INTEGRADA; INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI; WEBCAM; BATERIA COM SEIS CÉLULAS; TELA MÍNIMA DE 15"; INTERFACE USB, HDMI, DISPLAY PORT OU VGA E CARTÃO DE MEMÓRIA; LICENÇAS CORPORATIVAS VEDADO O USO DE LICENÇAS HOME OU ESTUDANTES - GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.	LENOVO	UND	13	R\$ 3.349,00	R\$ 43.537,00
03	CORTADOR DE GRAMA - 220V OU BIVOLT, 1200W DE POTÊNCIA MÍNIMA E MOTOR DE 1,6HP; COM QUATRO RODINHAS; TRÊS REGULAGENS DE CORTE; CESTO COLETOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 23 LITROS.	BLACK DECKER	UND	1	R\$ 550,00	R\$ 550,00

04	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL - MÍNIMO DE 14 MEGAPIXELS COM ZOOM ÓPTICO DE 8X E ZOOM DIGITAL DE 32X, COM BALANÇO DE BRANCO, FOTO PANORÂMICA, ESTABILIZADOR DE IMAGENS, COMPRESSÃO DE EXPOSIÇÃO, AJUSTE AUTOMÁTICO DE BRILHO E COMUNICAÇÃO DE USB. DETECÇÃO DE FACE, TELA DE LCD COM NO MÍNIMO 2", MEMÓRIA INTERNA MÍNIMA DE 24MB, EXPANSÍVEL POR CARTÃO DE MEMÓRIA DE ATÉ 32GB. BATERIA RECARREGÁVEL; VÍDEO COM RECURSO DE ÁUDIO (MICROFONE EMBUTIDO); IDIOMA DO MENU E DO MANUAL EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.	CANNON	UND	4	R\$ 1.340,00	R\$ 5.360,00
07	MULTIPROCESSADOR - TRÊS EM UM, COM DUAS VELOCIDADES (750W); BOTÃO PULSÃO; COR BRANCA; MATERIAL PLÁSTICO; 220V; COM FUNÇÕES PARA PICAR, MISTURAR, BATER, FATIAR, GRANULAR, RALAR E MOER; COM LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL; CINCO DISCOS DE AÇO INOXIDÁVEL; BATEDOR, EMULSIFICADOR, LIQUIDIFICADOR E MOEDOR. GARANTIA MÍNIMA DE DOIS ANOS.	WALITA	UND	1	R\$ 250,00	R\$ 250,00

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF nº 162.730.799-00
Pelo Município

LUCIANO PILATTI
Sócio-administrador
CPF nº 021.948.393-46
Pela Empresa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº001/2017

Publicação Nº 1456710

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº001/2017.

O Município de Herval d'Oeste - SC, por seu representante legal Sr. Américo Lorini, prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público aos proprietários dos imóveis lindeiros das Ruas, Estrada Municipal FELIX ZANELLA, Estrada Municipal SERRA ALTA e SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA, que executará obras de pavimentação asfáltica e de paralelepípedos, com drenagem pluvial e sinalização vertical e horizontal, das referidas vias, passando a vigorar o prazo legal para o lançamento da Contribuição de Melhoria, das ensejadas Ruas.

I – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS BENEFICIADAS

As áreas a serem beneficiadas com a pavimentação asfáltica e de paralelepípedos, foram as Ruas, respectivamente:

Estrada Municipal FELIX ZANELLA (asfalto), (estaca 0+000m) até o local do Britador Municipal existente (estaca 68+7,000m), com uma extensão a ser pavimentada de 1.367m (hum mil trezentos e sessenta e sete metros), com largura da Rua em 7,00m (sete metros), perfazendo a área a ser pavimentada com 9.569,00m², com valor total para o empreendimento de R\$ 699,454,58 (seiscentos e noventa e nove mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), tendo como valor de contrapartida em R\$ 112.672,70 (cento e doze mil seiscentos e setenta e dois reais e setenta centavos), para rateio entre os proprietários Lindeiros;

Estrada Municipal SERRA ALTA (asfalto), começando no final da pavimentação em paralelepípedos existente da Rua Santa Catarina (estaca 0+0,000m) até o limite final do perímetro Urbano (estaca 38+2,000m), com uma extensão a ser pavimentada de 762,00m (setecentos e sessenta e dois metros), com a largura da via em 7,00m (sete Metros), perfazendo uma área a ser pavimentada em 5.334,00m² (Cinco mil trezentos e trinta e quatro metros quadrados), com um valor total para o empreendimento em R\$ 384.542,55 (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), tendo como valor de contrapartida em R\$ 61.944,62 (sessenta e um mil novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), para rateio entre os proprietários lindeiros; e,

A Rua SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA (paralelepípedos), tendo como partidor a continuação da via existente, numa extensão a ser pavimentada de 415,13 (quatrocentos e quinze metros e treze centímetros), com largura de 7,20m (sete metros e vinte), com uma área 2.989,00m² (dois mil novecentos e oitenta e nove metros quadrados), com um valor total para o empreendimento em R\$ 305.415,14 (trezentos e cinco mil quatrocentos e quinze reais e quatorze centavos), tendo como valor de contrapartida em R\$ 49.198,26 (quarenta e nove mil cento e noventa e oito reais e vinte e seis centavos), para rateio entre os proprietários lindeiros, conforme projetos aprovados pela Caixa Econômica Federal, oriundos do Governo Federal do Ministério das Cidades.

II – DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA (ZIN)

A Contribuição de Melhoria (CML) será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, imóveis confrontantes com a área que foi pavimentada, conforme Decreto nº 3.757 de 09 de novembro de 2017.

III - MEMORIAL DESCRITIVO

É aquele elaborado pela AMMOC que foi analisado e aprovado pela Gerência de Governo de Chapecó (SC) da Caixa Econômica Federal, o qual estará disponível na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, na Secretaria de Planejamento e Coordenação, Setor de Engenharia, para consulta e cópias. O mesmo foi disponibilizado na Audiência Pública que foi realizada no dia 06 (seis) de dezembro de 2017, por convocação do Prefeito Municipal, mediante Edital de nº 003/2017, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios, em 23.11.2017, Edição nº 2392 às páginas: 373 e 374, bem como no Mural Público afixado no Paço Municipal, registrado sob o nº 14748, às folhas 56 do Livro nº 13, na mesma data, ainda com divulgação no Site do Município, WWW.hervaldoeste.sc.gov.br e na página do facebook: @hervaldoeste. dentre outros documentos pertinentes.

IV – CUSTO DA OBRA

O valor do Contrato de repasse feito pelo Ministério das Cidades, através da C.E.F. (Caixa Econômica Federal), é de R\$ 1.165.596,63 (um milhão cento e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos), de convênio com o Governo Federal tendo como contrapartida o valor de R\$ 223.825,57 (duzentos e vinte e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), de contrapartida do Município, perfazendo um montante de R\$ 1.389.412,27 (um milhão trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e doze reais e vinte e sete centavos).

V – BASE DE CÁLCULO PARA A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Tomar-se-á como base de cálculo o disposto na Lei Municipal nº 354 de 11 de outubro de 2017, descrito no art. 3º..., inciso IV, no parágrafo 1º, assim disposto:

A avaliação dos imóveis (Decreto Municipal nº 3.756 de 09 de novembro de 2017), a que se refere o inciso IV (Lei Municipal n.354/2017), será procedida levando-se em conta a situação do imóvel confrontante, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios, usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

§ 2º. Para a avaliação dos imóveis a que se refere o parágrafo anterior será aplicado os seguintes fatores:

FATORES PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DE IMÓVEIS:

1 - Valor Venal do Terreno

$$VT = Vm2 \times T \times P \times S$$

Onde:

VT = Valor Venal do Terreno

Vm2 = Valor do metro quadrado do terreno, por logradouro

S = Área do Terreno, em m2

T = Fator de correção da topografia do terreno

P = Fator de correção da pedologia do terreno, e

S = Fator de correção da situação do terreno.

2 - Valor Venal da Edificação

$$VE = Vc \times Sc \times C \times St \times Fc$$

Onde:

VE = Valor Venal da Edificação

Vc = Valor do m2 por tipo de construção

Sc = Área construída, em m2

C = Categoria de construção, e

St = Sub tipo

Fc = Fator de correção por área construída.

3 - Venal Final

$V_v = V_{te} + V_e$

Onde:

V_v = Valor Venal Final

V_t = Valor Venal do Terreno, e

V_e = Valor Venal da Edificação.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação do índice de correção monetária, INPC.

Em função da localização, os imóveis serão classificados em zonas de influência, através de Decreto do Poder Executivo - Decreto Municipal nº 3.756 de 09 de novembro de 2017:

I – Com 100% (cem por cento), se uma única for à zona de influência; Art.7º e 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 354/2017.

A fórmula de cálculo da contribuição de melhoria será o valor total da obra (VO) a ser financiada pelo valor do tributo, dividido pela soma do total de valorização dos imóveis beneficiados (TV), cujo resultado será o coeficiente de cálculo (CC). O valor de cada contribuição de melhoria será a valorização individual do imóvel multiplicada pelo coeficiente de cálculo (CC), Lei Municipal nº 354/2017.

VI - FORMAS DE PAGAMENTO – Lei Municipal nº 354/2017 (Art. 12 e seguintes)

Art. 12. A cobrança da Contribuição de Melhoria será iniciada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento.

Parágrafo Único - O contribuinte será cientificado do lançamento:

I – Pessoalmente, pela aposição de assinatura na cópia do aviso de lançamento;

II - Pelo correio, com aviso de recepção;

III – por Edital afixado na Prefeitura Municipal e publicado no veículo oficial quando inviável a notificação pessoal.

Art. 13 O contribuinte poderá recolher, dentro do prazo estabelecido no art. 12, a contribuição lançada, obtendo-se desconto de 10% sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte.

§ 1º. Os pagamentos parcelados da Contribuição de Melhoria devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Edital, podendo o parcelamento ser em:

I – até 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos, sem acréscimo, sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte neste parcelamento;

II – Em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, com a incidência de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) de juros ao mês, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação pessoal do lançamento ou publicação do Edital de notificação dos interessados, não tendo sido requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e passível de lançamento em dívida ativa.

§ 3º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 15% (quinze por cento) da URM (unidade de referência do Município), para os contribuintes pessoa física e 50% (cinquenta por cento) da URM do Município em caso de pessoa jurídica.

§ 4º. Havendo pedido de recurso e/ou revisão de lançamentos de contribuição de melhoria, o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da decisão administrativa para efetuar o competente pagamento.

§ 5º. O processo administrativo de impugnação será regulamentado por Decreto Municipal.

Art. 14 Não se aplicará a forma de pagamento descrita no art. 13, ao contribuinte de baixa renda, assim considerado aquele que:

I – For proprietário de um único imóvel e o use como sua residência;

II – Possuir apenas uma fonte de renda familiar, e que esta seja igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos vigentes;

III – que a metragem do terreno situado em conjunto habitacional tenha área de no máximo 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

§1º. Para o contribuinte que se enquadrar nas situações acima elencadas, o parcelamento da contribuição se dará da seguinte forma:
I – Em até 48 (quarenta e oito) pagamentos mensais e sucessivos, sem incidência de juros, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 10% (dez por cento) da URM (unidade de referência do Município), para os contribuintes pessoa física.

VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Ficam cientificados os proprietários dos imóveis que as medidas das áreas dos terrenos beneficiados pela pavimentação são aquelas constantes no levantamento topográfico executado pela Prefeitura, sendo que havendo divergências com as mesmas, em virtude de acessões, desmembramento ou qualquer outro motivo devem ser acusados pelos contribuintes, dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias.

2. Os proprietários dos imóveis têm prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do Edital para impugnação de qualquer dos elementos que se encontram à disposição dos interessados na Secretaria de Planejamento e Coordenação, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

3. Os pagamentos da Contribuição de Melhoria, parcelados ou à vista, devem ser requeridos/efetuados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, da publicação deste edital, conforme determina a legislação em vigor.

4. Após realizada a opção de pagamento, o Documento de Arrecadação Municipal – DAM, poderá ser recolhido até o vencimento em qualquer agência bancária, casa lotérica ou correio, sendo que após o vencimento somente na agência indicada no DAM.

5. Decorridos 60 (sessenta) dias da publicação do Edital de notificação dos interessados, não tendo sido requerido o parcelamento o débito será considerado vencido e lançado em dívida ativa.

VIII- RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DOS IMÓVEIS

RUA SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA

RUA SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA	FRENTE	AVALIAÇÃO		VALORIZAÇÃO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (CC * Valorização)
		CASCALHO	PARALELEPIEDO		
Primo Imóveis Ltda e Lorini Emp. Imobiliarios Ltda	217,4	R\$ 12.234.713,39	R\$ 19.495.357,95	R\$ 7.260.644,56	R\$ 18.171,34
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste	195,76	R\$ 17.847.199,05	R\$ 28.555.735,56	R\$ 10.708.536,51	R\$ 26.800,45
Nilso Luiz Mertins	21	R\$ 145.852,85	R\$ 180.759,55	R\$ 34.906,70	R\$ 87,36
Genuir Secco	16	R\$ 75.487,31	R\$ 105.781,69	R\$ 30.294,38	R\$ 75,82
Marilene Schaly	16	R\$ 93.552,81	R\$ 123.635,51	R\$ 30.082,70	R\$ 75,29
Jair Luiz Peliccioli	16	R\$ 88.125,81	R\$ 118.208,51	R\$ 30.082,70	R\$ 75,29
Debora Ciello	15	R\$ 42.812,05	R\$ 68.499,80	R\$ 25.687,75	R\$ 64,29
João Pechelin Alves	31	R\$ 148.599,90	R\$ 205.952,30	R\$ 57.352,40	R\$ 143,54
Odaelse Antonio Martinazzo	26	R\$ 190.949,40	R\$ 297.502,20	R\$ 106.552,80	R\$ 266,67
Valmor da Conceição	27	R\$ 73.140,70	R\$ 104.551,75	R\$ 31.411,05	R\$ 78,61
Gladis Teresinha Lohmann	50	R\$ 400.205,75	R\$ 509.052,28	R\$ 108.846,53	R\$ 272,41
BRF Brasil Foods S/A	198,85	R\$ 19.039.993,91	R\$ 20.273.528,67	R\$ 1.233.534,76	R\$ 3.087,19
			Total	R\$ 19.657.932,84	R\$ 49.198,26
FRENTE	830,01				
EXTENSÃO EM PROJETO	427				
Valor Contrapartida	R\$ 49.198,26				
CC = VO / TV	0,003				

Estrada Municipal Félix Zanella (Barra Verde) - VAL M3 11,77.

RUA FELIX ZANELLA	FRENTE	AVALIAÇÃO		VALORIZAÇÃO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (CC * Valorização)
		CASCALHO	ASFALTO		
Joaquim de Oliveira	88,2	R\$ 2.759.961,76	R\$ 3.704.935,65	R\$ 944.973,89	R\$ 8.104,25
Luiz Barcela	143	R\$ 3.111.176,71	R\$ 4.208.034,76	R\$ 1.096.858,05	R\$ 9.406,83
Cleci Campos Rodrigues	26	R\$ 335.808,47	R\$ 417.748,90	R\$ 81.940,43	R\$ 702,73
Marisa de Almeida Wolff	26	R\$ 853.059,01	R\$ 1.116.741,62	R\$ 263.682,61	R\$ 2.261,38
Estrelatur Transporte Coletivo Ltda Me	63,96	R\$ 1.900.783,09	R\$ 2.313.070,95	R\$ 412.287,86	R\$ 3.535,85
Maria da Conceição Chiconatto	151,96	R\$ 2.915.856,45	R\$ 3.943.853,55	R\$ 1.027.997,10	R\$ 8.816,27
Suli Rodrigues da Costa	20	R\$ 119.723,48	R\$ 142.799,38	R\$ 23.075,90	R\$ 197,90
Maria da Conceição Chiconatto	217,2	R\$ 1.382.659,50	R\$ 1.826.260,50	R\$ 443.601,00	R\$ 3.804,39
Angelina Poletto Lavaratti e outros	548,85	R\$ 5.295.589,20	R\$ 7.162.570,80	R\$ 1.866.981,60	R\$ 16.011,53
Prefeitura Municipal de herval d Oeste	78,16	R\$ 2.625.912,00	R\$ 3.688.510,45	R\$ 1.062.598,45	R\$ 9.113,01
Baldoino Carlos Martineli	66	R\$ 1.468.305,83	R\$ 1.985.963,05	R\$ 517.657,22	R\$ 4.439,51
Herdeiros da familia João de Mattos	228,03	R\$ 2.637.663,83	R\$ 3.567.582,99	R\$ 929.919,16	R\$ 7.975,13
Lauro José Jaeger	58,56	R\$ 916.561,62	R\$ 1.209.089,56	R\$ 292.527,94	R\$ 2.508,77
Luiz Barcela	149,15	R\$ 1.317.217,86	R\$ 1.781.608,39	R\$ 464.390,53	R\$ 3.982,69
João Maria Ferreira do Nascimento	55,05	R\$ 502.682,74	R\$ 675.494,26	R\$ 172.811,52	R\$ 1.482,06
Antonio Waldemar Martinazzo	20,94	R\$ 179.732,16	R\$ 192.075,84	R\$ 12.343,68	R\$ 105,86
Maria da Conceição Chiconatto	220,02	R\$ 1.357.103,62	R\$ 1.712.385,59	R\$ 355.281,97	R\$ 3.046,95
Maria da Conceição Chiconatto	220,02	R\$ 1.403.008,40	R\$ 1.804.178,00	R\$ 401.169,60	R\$ 3.440,49
Angelina Poletto Lavaratti e outros	549,65	R\$ 6.619.486,50	R\$ 8.953.213,50	R\$ 2.333.727,00	R\$ 20.014,41
Banco do Brasil	74,32	R\$ 1.329.099,19	R\$ 1.763.172,41	R\$ 434.073,22	R\$ 3.722,68
			Total	R\$ 13.137.898,73	R\$ 112.672,70
FRENTE	3005,07				
EXTENSÃO EM PROJETO	1367				
Valor Contrapartida	R\$ 112.672,70				
CC = VO / TV	0,009				

Estrada Municipal Serra Alta: Val m3 – 11,61

EXTENSÃO DA RUA SANTA CATARINA - SERRA ALTA	FRENTE	AVALIAÇÃO		VALORIZAÇÃO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (CC * Valorização)
		CASCALHO	ASFALTO		
MARISA FERRANDIN	115,63	R\$ 3.736.648,08	R\$ 5.036.563,11	R\$ 1.299.915,03	R\$ 1.663,10
OSVALDO CAMPAGNOLO	274,98	R\$ 21.285.652,50	R\$ 30.468.891,15	R\$ 9.183.238,65	R\$ 11.748,97
ORLANDO BUCCO	161,09	R\$ 22.335.516,00	R\$ 31.971.695,76	R\$ 9.636.179,76	R\$ 12.328,46
ALBERICO BUCCO	210,14	R\$ 12.196.800,00	R\$ 17.458.848,00	R\$ 5.262.048,00	R\$ 6.732,23
EDINHO DE OLIVEIRA FILHO	402,12	R\$ 5.066.712,00	R\$ 7.252.636,32	R\$ 2.185.924,32	R\$ 2.796,66
MAURO DALL ORSOLETTA	132,05	R\$ 16.220.458,80	R\$ 23.218.428,17	R\$ 6.997.969,37	R\$ 8.953,15
ALFEU AMALCABURIO	171,61	R\$ 19.460.574,00	R\$ 27.856.421,64	R\$ 8.395.847,64	R\$ 10.741,59
VILMAR BRANDALISE	56,37	R\$ 12.646.516,05	R\$ 18.102.584,40	R\$ 5.456.068,35	R\$ 6.980,46
			Total	R\$ 48.417.191,12	R\$ 61.944,62

FRENTE	1523,99				
EXTENSÃO EM PROJETO	762				
Valor Contrapartida	R\$ 61.944,62				
CC = VO / TV	0,001				

IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Os valores indicados, bem como das medidas (áreas) dos imóveis acima identificados, poderão sofrer alterações, advindas de recursos, através de Requerimento(s) protocolado(s) no Município (Prefeitura), quando assim entender cada proprietário, de ofício por parte da própria administração e do Processo Licitatório, quando se homologar o Licitante vencedor com o “quantum” (valor) que a obra será realizada.

O número total de imóveis beneficiados foi de 40 (quarenta).

O total da soma da área territorial dos imóveis beneficiados é igual a 17.892,00M2 (Dezessete mil oitocentos e noventa e dois metros quadrados).

Herval d'Oeste (SC), em 13 de dezembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.233/2017.

Publicação Nº 1456173

LEI Nº 3.233/2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE HERVAL D’OESTE-SC, A REALIZAR REFORMAS NA ESCOLA ESTADUAL ODILON FERNANDES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Herval d’Oeste, Estado de Santa Catarina, no USO de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar processo licitatório para a reforma da Escola Estadual Básica Professor Odilon Fernandes, com o fim específico de implantar duas turmas de berçário I, como extensão do CMEI Tio Zezinho, duas turmas de Pré-Escolar e uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental como extensão da EBM Estação Luzerna.

Art. 2º As condições e demais especificações serão previstas no processo licitatório.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’Oeste-SC, 13 de dezembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.234/2017.

Publicação Nº 1456176

LEI Nº 3.234/2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º E REVOGA O § 4º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº. 2798/2010 QUE “REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Herval d’Oeste (SC), Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O § 3º do artigo 5º da Lei nº 2.798/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Ressalvado o disposto nesta Lei, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas. (NR)

Art 2º. Fica revogado o § 4º do artigo 5º da Lei nº. 2798/2010.

Art 3º. Os demais artigos, parágrafos e incisos da Lei nº. 2798/2010, permanecem inalterados.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d’Oeste (SC), 13 de dezembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1474/2017

Publicação Nº 1455608

PORTARIA Nº 1475/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, a Servidora SOFIA SOARES (Matr. 3009), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de novembro de 2016 e 06 de dezembro de 2017, para serem gozadas a contar de 13 de dezembro de 2017 a 11 de janeiro de 2018, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1475/2017

Publicação Nº 1455609

PORTARIA Nº 1475/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, a Servidora SOFIA SOARES (Matr. 3009), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de novembro de 2016 e 06 de dezembro de 2017, para serem gozadas a contar de 13 de dezembro de 2017 a 11 de janeiro de 2018, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1476/2017

Publicação Nº 1456204

PORTARIA Nº 1476/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a Servidora NEUSA APARECIDA CAMPOS (Matr. 4393), para compor a Equipe de Apoio de Licitações, juntamente com o Pregoeiro Oficial e os demais servidores designados pela Portaria nº 1137/2017, na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste e seus respectivos Fundos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 058/2017

Publicação Nº 1455490

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: ANTONIO BOLDRINI - ME
CNPJ/MF Nº 03.405.413/0001-44
Endereço: Rua Ernesto de Marco, nº 62 - Jardim Cidade Alta
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 058/2017 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa : ANTONIO BOLDRINI - ME Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Ernesto de Marco, nº 62 - Jardim Cidade Alta– município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 03.405.413/0001-44, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Antonio Boldrini, inscrito no CPF nº: 743.329.539-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 014B/2017, que tem por objeto de Registro de Preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 029/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 018/2017 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade	Valor em R\$	Valor Total em R\$
90	PAPEL HIGIÊNICO, FARDOS, COM NO MÍNIMO 64 ROLOS FOLHA SIMPLES, ROLO DE 60MT, PICOTADO, MACIO, FINO, BRANCO NEVE DE ALTA QUALIDADE; 100 % FIBRAS VIRGENS	Premium	PCT	925	R\$ 35,80	R\$ 33.115,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 6.393,50 (seis mil trezentos e noventa e três reais quatrocentos e noventa e um reais e oito centavos) para R\$ 39.508,50 (trinta e nove mil quinhentos e oito reais e cinquenta centavos) representando um acréscimo de R\$ 33.115,00 (trinta e três mil cento e quinze reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 11 de dezembro de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Pelo Município

ANTONIO BOLDRINI
Sócio Administrador
CPF nº 743.329.539-91
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Brunna Karla Costenaro Provenci
CPF: 084.982.739-60

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO

Publicação Nº 1456181

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, neste ato representada pelo seu Prefeito, senhor AMÉRICO LORINI, brasileiro, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 162.730.799-00 e da RG nº 167.901-SSP/SC, podendo ser encontrado na sede do Paço Municipal, a seguir nomeada tão somente PREFEITURA, e de outro lado a Câmara de Dirigentes Lojistas de Herval d'Oeste- CDL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 11.662.336/0001-36, com sede na Rua Nilo Peçanha nº 35, centro, na cidade de Herval d'Oeste-SC, representada por seu presidente senhor Joceli Silva de Andrade, brasileiro, empresário, podendo ser encontrado no mesmo endereço, doravante denominada PERMISSO-NÁRIA, tem entre si justo e avençado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Através do DECRETO Nº 3785, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017, a PREFEITURA conferiu à PERMISSO-NÁRIA, a título precário, a permissão de uso um espaço público existente no local denominado "PRAÇA DANIEL OLÍMPIO DA ROCHA", para fins de instalação do evento denominado NATAL EM FAMÍLIA, que visa incrementar o comércio e a cultura de Herval d'Oeste-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA

A permissão ora ajustada vigorará de 09 a 20 de dezembro de 2017, quando a PERMISSO-NÁRIA deverá desocupar a área independente de aviso ou notificação.

Parágrafo único. A permissão poderá ser prorrogada mediante requerimento, justificativa e deferimento pela Prefeitura.

CLÁUSULA TERCEIRA

A PERMISSO-NÁRIA obriga-se a manter a área objeto deste instrumento em perfeito estado de conservação, assim a devolvendo à PREFEITURA, findo o prazo estabelecido na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA

A PERMISSO-NÁRIA somente poderá utilizar a área objeto deste instrumento para o fim específico estabelecido na cláusula primeira.

Parágrafo único. A PERMISSO-NÁRIA não poderá efetuar qualquer outra construção ou executar benfeitorias na área objeto da presente permissão.

CLÁUSULA QUINTA

Ficará a cargo da PERMISSO-NÁRIA o pagamento das despesas de água e luz, além dos tributos municipais eventualmente incidentes sobre a atividade que irá desenvolver na área.

CLÁUSULA SEXTA

A PERMISSO-NÁRIA poderá permitir a utilização da área, total ou parcialmente, por terceiros, desde que previamente autorizado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA SÉTIMA

Findo o prazo da presente permissão ou rescindida por qualquer motivo, obriga-se a PERMISSO-NÁRIA a desocupar a área ora cedida, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo único. Findo o prazo da permissão e não tendo a PERMISSO-NÁRIA efetuado a retirada das instalações realizadas na área, poderá a PREFEITURA fazê-lo, independentemente de qualquer aviso ou notificação, sem que caiba à PERMISSO-NÁRIA qualquer indenização.

CLÁUSULA OITAVA

A PERMISSO-NÁRIA deverá cumprir com todas as exigências técnicas de segurança, nos termos das normas exigentes no Código de Postura do Município de Herval D'Oeste, com apresentação dos laudos técnicos necessários a que se refere ao Corpo de Bombeiro e Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA

A PERMISSO-NÁRIA acarará com o pagamento de tributos inerente à sua atividade, bem como despesas decorrentes do uso de água e energia elétrica, para instalação, e funcionamento do referido parque, perante órgãos públicos competentes.

E, por estarem de pleno acordo, subscrevem o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

Herval D'Oeste-SC, 07 de dezembro de 2017.

Américo Lorini

Câmara de Dirigentes Lojistas de Herval d'Oeste-CDL

Prefeito do Município

Permissionária

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 353/2017

Publicação Nº 1455820

PORTARIA Nº 353, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI – Pedagoga – Nível 10 – Referência A, para o mesmo cargo, Nível 10 – Referência B, de conformidade com o Anexo 4 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 354/2017

Publicação Nº 1455823

PORTARIA Nº 354, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora CÉLIA APARECIDA DA SILVA RAMOS – Auxiliar de Enfermagem – Nível 2 – Referência A, para o mesmo cargo, Nível 2 – Referência B, de conformidade com o Anexo 4 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 355/2017

Publicação Nº 1455826

PORTARIA Nº 355, 08 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE 20 (VINTE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 23 de outubro de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora DEISE SANTETTI SCORTEGAGNA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira – Nível 11 – Referência D, 20 (vinte) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 16.01.2009 a 10.03.2014.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 54 (cinquenta e quatro) dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 11 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 356/2017

Publicação Nº 1455829

PORTARIA Nº 356, 08 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE 20 (VINTE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 24 de outubro de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor CÉLIO LUCAS RAMOS, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário – Nível 11 – Referência C, 20 (vinte) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 23.04.2010 a 05.05.2015.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 13 (treze) dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 11 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 075-2017

Publicação Nº 1456146

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 075/2017

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 8/2017, modalidade Pregão Presencial 4/2017, conforme Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 com aplicação subsidiária da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

OBJETO: 01 (hum) veículo marca/modelo GM Spin Ltz, novo, 0 (zero) KM, ano/modelo 2017/2018, com no mínimo 07 (sete) lugares,

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADO: AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

VALOR: R\$ 75.480,00(setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Ibicaré, SC, aos 11 de dezembro de 2017.

Evandro Volpato

Gestor

LEI Nº 1.909-2017

Publicação Nº 1456145

LEI Nº 1.909, de 13 de dezembro de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO VIGENTE”

O Prefeito Municipal de Ibicaré-SC:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as anulações parciais e totais das Dotações Orçamentárias da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ, a seguir especificadas constantes do Orçamento vigente, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais):

ÓRGÃO	SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
Projeto	06.0601.15.452.0022.1050 – Construção e Ampliação de Redes de Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte Orçamentária	00.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 15.000,00

ÓRGÃO	SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
Projeto	06.0601.15.452.0022.1051 – Manutenção da Capela Mortuária
Modalidade de Aplicação	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte Orçamentária	00.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 15.000,00

ÓRGÃO	SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
Projeto	06.0601.17.512.0024.1055 – Construção de Drenagens, Galerias e Canalizações Pluviais
Modalidade de Aplicação	4.4.90.00.00 – Aplicações diretas
Fonte Orçamentária	00.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 15.000,00

ÓRGÃO	SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
Projeto	06.0602.26.782.0025.1059 – Aquisição e Máquinas, Veículos e Equipamentos Rodoviários
Modalidade de Aplicação	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte Orçamentária	00.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 15.000,00

ÓRGÃO	SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
Projeto	06.0602.26.782.0025.1061 – Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal
Modalidade de Aplicação	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte Orçamentária	00.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 15.000,00

ÓRGÃO	SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
Atividade	06.0602.26.782.0025.2056 – Manutenção dos Serviços de Transporte Rodoviário
Modalidade de Aplicação	3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte Orçamentária	00.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 55.000,00

Art. 2º - Das anulações de que trata o artigo anterior, ficam igualmente suplementada a Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Ibicaré, a seguir especificada constante do Orçamento vigente:

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ
Atividade	09.0901.10.301.0009.2016- Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação	3.1.90.00.00 – Aplicações diretas
Fonte Orçamentária	00.02 – Recursos Próprios
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 80.000,00

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ
Atividade	09.0901.10.301.0009.2016- Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação	3.3.90.00.00 – Aplicações diretas
Fonte Orçamentária	00.02 – Recursos Próprios
Detalhamento das destinações de Recursos	000000 – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Valor	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibicaré,
aos 13 de dezembro de 2017.

Gianfranco Volpato
Prefeito Municipal

PORTARIA 234/2017

Publicação Nº 1456150

PORTARIA Nº 234, de 04 de dezembro de 2017.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor VALDECIR VERRUCK, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, nível 12, Classe “E”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 04 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 235/2017

Publicação Nº 1456152

PORTARIA Nº 235, de 04 de dezembro de 2017.

"CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor MARLENE ALBERGUINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, nível 08, classe "E", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo IV – Atividades Técnicas Profissionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 04 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 236-2017

Publicação Nº 1456159

PORTARIA Nº 236, de 04 de dezembro de 2017.

"CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor ADRIANA APARECIDA ALBUQUERQUE, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, nível 08, classe "E", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo IV – Atividades Técnicas Profissionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 04 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 237/2017

Publicação Nº 1456160

PORTARIA Nº 237, de 06 de dezembro de 2017.

"NOMEIA O SECRETÁRIO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Federal nº 9.503/97, Leis Municipais nº 1.298/01 de 30 de maio de 2.001 e 1.905, de 25 de outubro de 2017:

RESOLVE:

Artigo 1º. NOMEAR, sem ônus, para exercer as funções de SECRETÁRIO da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, o senhor LUIZ SARTORI, para o mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de recondução.

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 06 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 238/2017

Publicação Nº 1456162

PORTARIA Nº 238, de 07 de dezembro de 2017.

"AUTORIZA GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Capítulo III da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. FICA AUTORIZADO o gozo das férias, concedida pela Portaria nº 030/2017 de 02 de janeiro de 2017, e interrompida pela Portaria nº 080, de 10 de janeiro de 2017, ao servidor MAURI JUNG, ocupante do cargo de Motorista, nível 9, Classe "E", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, pelo período de 20 a 30 de dezembro de 2017 com um terço de conversão pecuniária.

Art. 2º. Concede férias regulamentares no período compreendido entre 02 de janeiro de 2018 à 31 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, a que faz jus

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 07 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 239/2017

Publicação Nº 1456164

PORTARIA Nº 239, de 07 de dezembro de 2017

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, e artigo 53 e 54 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000,

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor ILIANE CRISTINA RAMBO DE ASSIS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe "E", Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 01 de dezembro de 2017 à 30 de dezembro de 2017, com um terço de conversão pecuniária, referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2017 a 02 de janeiro de 2018, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 07 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 240/2017

Publicação Nº 1456167

PORTARIA Nº 240, de 11 de dezembro de 2017.

"AUTORIZA GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Capítulo III da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. FICA AUTORIZADO o gozo das férias, concedida pela Portaria nº 082/2017 de 23 de janeiro de 2017, e interrompida pela Portaria nº 094, de 01 de fevereiro de 2017, ao servidor DAGOBERTO PRIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador, nível 18, classe "A", Anexo II do Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo V – Atividades de Nível Superior, Código ANS, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, pelo período de 14 de dezembro de 2017 a 22 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 11 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.165, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1455634

DECRETO nº 4.165, de 06 de dezembro de 2017.

“SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ADRIANO POFFO, Prefeito Municipal de Ibirama, no uso de suas atribuições legais e fundamentados no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Por conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2017 na fonte de recurso 03801000 – PAB FIXO fica suplementado o elemento de despesa a seguir especificado:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01380100 – PAB FIXO

331900 – Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

TOTAL R\$ 98.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de dezembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 151/2017

Publicação Nº 1455614

DECRETO Nº 151/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.760/2013 do Plano Plurianual 2014 - 2017, da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ilhota, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei nº. 1.760, de 18 de Dezembro de 2013 – 2017 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na 07 – Secretaria de Transportes 07.01 – Departamento de Estrada de Rodagem – DMER, Atividade: 2678200072.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (49) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 08.01 – Secretaria de Serviços Urbanos, Atividade: 1545200102.010 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (56) R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art.30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na 07 – Secretaria de Transportes 07.01 – Departamento de Estrada de Rodagem – DMER, Atividade: 2678200072.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (49) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 08.01 – Secretaria de Serviços Urbanos, Atividade: 1545200102.010 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (56) R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de

R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na 07 – Secretaria de Transportes 07.01 – Departamento de Estrada de Rodagem – DMER, Atividade: 2678200072.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (49) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 08.01 – Secretaria de Serviços Urbanos, Atividade: 1545200102.010 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (56) R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.825/2016 – LOA, a seguir:

07 – Secretaria de Transportes

07.01 – Departamento de Estrada de Rodagem – DMER

Atividade: 2678200072.007 – Manut. e Func. da Secretaria de Transportes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (49)R\$ 10.000,00

08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

08.01 – Secretaria de Serviços Urbanos,

Atividade:1545200102.010 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (56) R\$ 60.000,00

Total R\$ 70.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 70.000,00 (sessenta mil reais), conforme especificado abaixo:

07 – Secretaria de Transportes

07.01 – Departamento de Estrada de Rodagem – DMER

Atividade: 2678200071.005 – Pavimentação e Drenagem Ruas, Reurbanização e Revitalização

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100) código reduzido (45)R\$ 70.000,00

Total R\$ 70.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 07 – Secretaria de Transportes 07.01 – Departamento de Estrada de Rodagem – DMER Atividade: 2678200071.005 – Pavimentação e Drenagem Ruas, Reurbanização e Revitalização 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - fonte recurso (100)

código reduzido (45) R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,
12 de Dezembro de 2017.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 152/2017

Publicação Nº 1455696

DECRETO Nº 152/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal da Educação, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 5.760,00 (vinte e três mil, quinhentos e sessenta reais), e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 1º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art. 30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), na 11-01 – Fundo Municipal da Educação, Atividade: 1236500152.079 – Manutenção e Funcionamento do Programa Brasil Carinhoso (1037) Aplicações Diretas (31276), valor R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), na 11-01 – Fundo Municipal da Educação, Atividade: 1236500152.079 – Manutenção e Funcionamento do Programa Brasil Carinhoso (1037) Aplicações Diretas (31276), valor R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.825/2016 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação

11-01 – Fundo Municipal da Educação

Atividade: 1236500152.079 – Manut. e Func. do Programa Brasil Carinhoso

4.4.90.00.00.00.00 (1037) Aplicações Diretas (31276)
..... R\$ 5.760,00

Total
..... R\$ 5.760,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Fundo Municipal da Educação

Atividade: 1236500152.079 – Manut. e Func. do Programa Brasil Carinhoso

3.3.90.00.00.00.00 (1037) Aplicações Diretas (31275)
..... R\$ 5.760,00

Total
..... R\$ 5.760,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal da Educação, mais propriamente consignadas nas Leis LDO e LOA, na Atividade: 1236500152.079 – Manutenção e Funcionamento do Programa Brasil Carinhoso 3.3.90.00.00.00.00 (1037) Aplicações Diretas (31275) R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,
12 de Dezembro de 2017.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 1/2017 ILHOTAPREV

Publicação Nº 1455555

Resolução Administrativa n.º 01/2017.

Fixa o horário extraordinário de funcionamento do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, no período compreendido entre 01/01/2018 e 28/02/2018.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota – ILHOTAPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art.

RESOLVE:

Art.1º Instaurar Processo Administrativo autuado sob o número nº 2017007 para fins de apurar as incompatibilidades entre a data de nascimento lançada no sistema SIPREV e a data de nascimento indicada no documento de Identidade do servidor beneficiado;

Art. 2º. Suspender, a contar desta data, o pagamento do benefício decorrente do processo administrativo n.º 2017002, até o encerramento do processo 2017007;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 01 de Dezembro de 2017.

João Roberto Vieira
DIRETOR PRESIDENTE

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 092 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1456038

DECRETO Nº. 92 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL/REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito do Município de Imaruí-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional/Remanejamento, exercício 2017, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 329.200,00 (trezentos e vinte e nove mil e duzentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	10	1.064	Aplicações Diretas	329.200,00
Total				329.200,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o item (1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes do recebimento de INCREMENTO TEMPORÁRIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO PAB (2017) através da Portaria nº 2753 de 19 de Outubro de 2017 (Proposta 36000136795201700), no valor de R\$ 144.200,00 (cento e quarenta e quatro mil, duzentos reais); e da Portaria nº 2710 de 17 de Outubro de 2017 (Proposta 36000151556201700), no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 12 de dezembro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 093, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456039

DECRETO Nº. 093, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL/REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar de Remanejamento, no Orçamento da FUNDEMA, do corrente exercício, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 17	FUNDEMA			
UNIDADE – 17.01	FUNDEMA			
PROJ/ATIV. – 2.400	MANUTENÇÃO DO FUNDEMA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
Total				2.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(es) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 17	FUNDEMA			
UNIDADE – 17.01	FUNDEMA			
PROJ/ATIV. – 2.400	MANUTENÇÃO DO FUNDEMA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
Total				2.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 13 de dezembro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017 – FMS

Publicação Nº 1455459

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017 – FMS

Tomada de preço FMS nº 001/2017. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ. CNPJ da Contratada: 06.179.264/0001-30. Contratada: Zin Ata Coletas de Lixo Ltda Me. Objeto: prestação de Serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos decorrentes dos serviços de saúde. Fundamentação legal: Lei nº. 8.666 de 21/06/93. Vigência: 18/10/2018. Valor total: R\$ 12.000,00. (Dotação: Proj. Ativ.: 2.112 - Código Resumido: 60). Data de assinatura: 18/10/2017. Signatário pelo Fundo: Hamilton Claudino Júnior, pelo contratado: Arilza Celestino dos Passos.

Imbituba

PREFEITURA

BANCO DAYCOVAL PROC. 22746/2017

Publicação Nº 1456923

TERMO DE RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADE CONSIGNATÁRIA Nº 02/2017

A Entidade Consignatária Banco Daycoval S.A, instituição financeira com sede em São Paulo, sito a Av. Paulista, nº 1.793, 3º andar, CEP nº 013.11-200, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.232.889/001-90, encontra-se apta a prorrogar a vigência contratual por mais 12 (doze) meses e dar continuidade nas operações referente as atividades de ordem consignatária junto a este município, tendo em vista o cumprimento dos requisitos presentes no Decreto Municipal PMI nº 005/2010, bem como na Resolução nº 001/2010, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 22746, de 19 de outubro de 2017.

Imbituba/SC, 19 de outubro de 2017.

DE ACORDO

Procuradoria Geral do Município de Imbituba

Dr. Emanuel da Silva Gomes
Procurador – OAB/SC 43.133
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA 03 AO EDITAL SEDUCE N. 01/2017

Publicação Nº 1456934

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE

ERRATA 03 - EDITAL SEDUCE N. 01/2017

Eu, Filipe Dias Antônio, Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Município de Imbituba, informo que a presente serve para retificar a publicação do EDITAL SEDUCE N. 01/2017, de 28 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na data de 08 de dezembro do ano em curso, edição 2404, página 487 a 490, com a seguinte retificação:

Quando se lê:

3.5.1. Se houver dois ou mais professores, provenientes do mesmo concurso público, que optaram pela mesma unidade de ensino e dentro da mesma etapa de ensino (inicial e fundamental), a vaga será dada a aquele professor com melhor classificação no certame;

Será:

3.5.2. Se houver dois ou mais professores, provenientes do mesmo concurso público, que optaram pela mesma unidade de ensino e dentro da mesma etapa de ensino (inicial e fundamental), a vaga será dada a aquele professor com melhor classificação no certame;

Quando se lê:

3.6.1. O professor poderá, dentro do prazo de três dias úteis da publicação do resultado de que trata o item 3.6, interpor eventual recurso, que será julgado pelo Secretário de Educação e devidamente publicado.

Será:

3.6.1. O professor poderá, dentro do prazo de três dias úteis da publicação do resultado de que trata o item 3.6, interpor eventual recurso, que será julgado pela Comissão Julgadora do Setor de Recursos humanos, composta por três servidores efetivos e devidamente publicado.

Quando se lê:

5.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 5 (cinco) dias úteis pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

Será:

5.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 5 (cinco) dias úteis pela Comissão Julgadora do Setor de Recursos humanos, composta por três servidores efetivos,, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

Imbituba, 13/12/2017.

Filipe Dias Antônio
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Imbituba

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 123/2017 DISPENSA Nº 21/2017 (PMI-SEDUCE)

Publicação Nº 1456864

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 123/2017

DISPENSA Nº 21/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DE MURETA EM CAMPO DE FUTEBOL NO PORTINHO DA VILA – VILA NOVA IMBITUBA/SC.

Contratada: SAVE ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM OBRAS TERRAPLANAGEM LTDA - ME

Valor Total: R\$ 13.900,00 (Treze mil e novecentos reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de dezembro de 2017.

Filipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

PORTARIA PMI/SEAD Nº 783/2017

Publicação Nº 1456785

PORTARIA PMI/SEAD Nº 783, de 12 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, os(as) abaixo relacionados(as), admitidos(as) para exercerem os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Matr.	Nome	Cargo/CH	CPF	Demissão
9564	ADERIANE APARECIDA MARQUES	Professor I 20hs.	06512073983	13/12/2017
9619	ADERIANE APARECIDA MARQUES	Professor I 20hs.	06512073983	13/12/2017
9200	ADRIANA BERNARDES DE SOUSA	Professor II 40hs.	03281650937	13/12/2017
9590	ADRIANA COSTA	Professor II 20hs.	80647928949	13/12/2017
9560	ADRIANE PINTO DE ALMEIDA	Professor I 20hs.	71145796087	13/12/2017
9223	AGATHA SILVA	Professor II 20hs.	04424975983	13/12/2017
9253	ALEXANDRA DE AMORIM CARVALHO	Professor I 20hs.	00006994970	13/12/2017
9389	ALEXANDRA DE MEDEIROS	Professor I 40hs.	88843203991	13/12/2017
9227	ALINE SILVEIRA CZIMIKOSKI	Professor I 30 Horas	05802591960	13/12/2017
9173	ALOISO DE MELLO FILHO	Professor II 40hs.	57868867949	13/12/2017
9344	ANA MARIA MARTINS	Professor II 20hs.	53447263920	13/12/2017
9176	ANDREIA DE OLIVEIRA	Professor II 40hs.	00511874936	13/12/2017
9673	ANDREZA DE SA DE SOUZA	Professor II 40hs.	04145639995	13/12/2017
9208	ANTONIETA DE CARVALHO SILVA	Professor II 20hs.	02624188940	13/12/2017
9206	ANTONIETA DE CARVALHO SILVA	Professor II 20hs.	02624188940	13/12/2017
9183	BEATRIZ DE SOUZA MARTINS	Professor I 20hs.	09923936988	13/12/2017
9271	BRUNA MACHADO DE ESPINDOLA	Professor II 30 Horas	09954372970	13/12/2017
9606	BRUNA PINHO CARDOSO	Professor I 20hs.	08712799912	13/12/2017
9620	CAMILA JUNCES	Professor I 20hs.	08489931950	13/12/2017
9375	CAMILA SILVEIRA	Professor II 20hs.	07862609980	13/12/2017
9569	CATIA LEVI BORGES VIEIRA	Professor II 10 Horas	80341608068	13/12/2017
9182	CHIRLEN CRUZ DE SOUZA	Professor II 20hs.	06799669941	13/12/2017
9228	CINTIA DE AMORIM	Professor II 20hs.	06647007997	13/12/2017
8858	CLAUDIA DA SILVEIRA MARTINS	Professor I 20hs.	02976936978	13/12/2017
9260	CLÁUDIA DENISE CALDOVINO ALVES	Professor II 20hs.	55418902091	13/12/2017
9184	CLAUDIA MARIA CARVALHO DE SOUZA	Professor I 20hs.	02124869930	13/12/2017
9307	CLAUDIA SALVADOR DOS SANTOS	Professor II 20hs.	02726055907	13/12/2017
9553	CLERIA LEANDRO REIS	Professor I 40hs.	03201318906	13/12/2017

9598	CRISTIANE MEDEIROS DIAS	Professor I 20hs.	09867172906	13/12/2017
9174	CRISTINA VIEIRA DE MELO	Professor II 20hs.	05720008985	13/12/2017
9406	CRISTINA VIEIRA DE MELO	Professor I 20hs.	05720008985	13/12/2017
9283	CRISTINE NUNES CORRÊA	Professor II 20hs.	92762590906	13/12/2017
9361	DANIELA FRANCISCO RAMOS	Professor II 20hs.	06037307954	13/12/2017
9281	DANIELA FRANCISCO RAMOS	Professor II 20hs.	06037307954	13/12/2017
9339	DANUBIA FRANCISCO RAMOS	Professor II 20hs.	05797944901	13/12/2017
9338	DANUBIA FRANCISCO RAMOS	Professor II 20hs.	05797944901	13/12/2017
9218	DEJANE GARCIA VALGINSKI	Professor II 40hs.	88839346953	13/12/2017
9231	EDIRENE DA SILVA PEREIRA DOURADO	Professor I 30 Horas	95230610972	13/12/2017
9297	ELDICLESIA ANACLETO DOS SANTOS VITOR	Professor II 30 Horas	09726503930	13/12/2017
9596	ELIANE MENDES COSTA	Professor I 30 Horas	03072496978	13/12/2017
9402	ELIETE LIDUINO LUCIANO	Professor I 40hs.	03401946935	13/12/2017
9396	ELIZIANE ESPIRITO SANTO VIEIRA	Professor II 20hs.	02625294914	13/12/2017
9259	ELIZIANE HIPOLITO DA ROSA	Professor II 20hs.	78479371900	13/12/2017
9261	EMERSON VITOR JUNIOR	Professor II 30 Horas	09342132910	13/12/2017
9262	EMERSON VITOR JUNIOR	Professor II 10 Horas	09342132910	13/12/2017
9177	FABIANA PIRES	Professor II 20hs.	06138042956	13/12/2017
9390	FABIANA QUERINO	Professor I 40hs.	84125098972	13/12/2017
9185	FELIPE DA SILVEIRA	Professor II 40hs.	04173592922	13/12/2017
9348	FERNANDA FAUST DE MEDEIROS	Professor I 20hs.	07483750901	13/12/2017
9175	FRANCINE DA SILVA FREITAS	Professor II 20hs.	08804274930	13/12/2017
9400	FRANCINE DA SILVA FREITAS	Professor II 20hs.	08804274930	13/12/2017
9359	GABRIELA SOUZA DOS ANJOS DA ROSA	Professor II 20hs.	09810484984	13/12/2017
9226	GABRIELA SOUZA DOS ANJOS DA ROSA	Professor II 20hs.	09810484984	13/12/2017
9329	GEIZIANE CARDOSO DE FREITAS	Professor II 20hs.	08300493980	13/12/2017
9365	GEIZIANE CARDOSO DE FREITAS	Professor II 20hs.	08300493980	13/12/2017
9628	GIOVANA MARTINS ROSA	Professor II 30 Horas	03740619988	13/12/2017
9394	GISLENE NASCIMENTO DA ROSA	Professor I 40hs.	04481621990	13/12/2017
9193	GISLENE PIRES	Professor II 20hs.	03493108907	13/12/2017
9277	GLACI TEREZINHA JORDAO DENGÓ	Professor II 20hs.	37027506068	13/12/2017
9219	GRAZIELA DA SILVA DEMETRIO	Professor II 20hs.	00872283941	13/12/2017
9217	GRAZIELA DA SILVA DEMETRIO	Professor II 20hs.	00872283941	13/12/2017
9267	GRAZIELA DE CARVALHO FORTUNATO	Professor II 40hs.	04440977910	13/12/2017
9252	GRAZIELA FREITAS DE SOUZA DENGÓ	Professor II 20hs.	05936998908	13/12/2017
9397	HAIKE ELISABETH GRAUPMANN TKATCHUK	Professor I 20hs.	05053856940	13/12/2017
9599	IGOR SILVA DOS SANTOS	Professor II 20hs.	93765320072	13/12/2017
9316	ISIS DE AMORIM MACHADO	Professor II 20hs.	07923797994	13/12/2017
9570	JADNA PEREIRA MORAES GONÇALVES	Professor II 40hs.	03681969922	13/12/2017
9233	JANAINA MARQUES PIRES RIBEIRO	Professor II 30 Horas	04238056906	13/12/2017
9199	JAQUELINE FREITAS	Professor II 30 Horas	75456257904	13/12/2017
9592	JEFFERSON MARTINS RAMALHO	Professor I 20hs.	06079519909	13/12/2017
9593	JEFFERSON MARTINS RAMALHO	Professor I 20hs.	06079519909	13/12/2017
9274	JESSICA RODRIGUES JOAQUIM	Professor II 40hs.	09206428969	13/12/2017
9372	JOAO PEDRO CRESCENCIO JUNIOR	Professor I 30 Horas	09840855999	13/12/2017
9282	JOELMA DA SILVA GABRIEL	Professor II 20hs.	74972421991	13/12/2017
9623	JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE FILHO	Professor I 20hs.	12911968468	13/12/2017
9624	JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE FILHO	Professor I 20hs.	12911968468	13/12/2017
9687	JOSIANE SILVA DO VALE MADEIRA	Professor II 40hs.	09562084795	13/12/2017
9561	JOSUÉ SILVA SABINO	Professor I 20hs.	08804247967	13/12/2017

9680	JOSUÉ SILVA SABINO	Professor I 20hs.	08804247967	13/12/2017
9554	JULIANA MACHADO HILÁRIO	Professor I 20hs.	03819365974	13/12/2017
9230	KATIANE TOMAZ MACHADO	Professor II 20hs.	05083203995	13/12/2017
9239	LAISE SANTOS SILVA	Professor II 20hs.	05640915960	13/12/2017
9380	LIDIANE FATIMA LINO	Professor II 40hs.	08493970905	13/12/2017
9337	LISIANE MARQUES	Professor II 10 Horas	97131253049	13/12/2017
9336	LISIANE MARQUES	Professor II 20hs.	97131253049	13/12/2017
9270	LORENA MORAES MIGUEL	Professor II 20hs.	08824882951	13/12/2017
9268	LORENA MORAES MIGUEL	Professor II 20hs.	08824882951	13/12/2017
9393	LUCI ALVES FEITOSA	Professor I 40hs.	59525720144	13/12/2017
9292	LUCILENE MACIEL ALEXANDRE	Professor II 20hs.	04754625994	13/12/2017
9404	LUCILENE MACIEL ALEXANDRE	Professor I 20hs.	04754625994	13/12/2017
9220	LUIZ HENRIQUE DE MORAES SALVADOR	Professor II 40hs.	46368620072	13/12/2017
9572	LUTGAR JOAO RIBEIRO	Professor I 20hs.	45544093920	13/12/2017
9342	MAIARA DE GUIMARAES ROCHO	Professor II 20hs.	07759867980	13/12/2017
9587	MANOELA MACHADO DE MELLO	Professor I 20hs.	09187742926	13/12/2017
9229	MANUELA SOARES D'ÁVILA	Professor II 20hs.	06761124980	13/12/2017
9349	MARCELA CARDOSO DE OLIVEIRA	Professor II 40hs.	33055561880	13/12/2017
9250	MARCÉLIA RAMOS PEREIRA SOUSA	Professor II 40hs.	02694537928	13/12/2017
9180	MARCIA MOTTA COSTA DOS SANTOS	Professor II 40hs.	76836797049	13/12/2017
9335	MARCIEL FRAGA MIGUEL	Professor I 30 Horas	08232977990	13/12/2017
9202	MARIA APARECIDA MARTINS	Professor II 20hs.	02911554990	13/12/2017
9364	MARIA APARECIDA MARTINS	Professor II 20hs.	02911554990	13/12/2017
9291	MARIA BERNARDETE AVILA PACHECO	Professor II 20hs.	28998871904	13/12/2017
9555	MARIA DOLORES DUARTE	Professor II 30 Horas	39836045953	13/12/2017
9386	MARIA SALETE FRAGA	Professor I 20hs.	50724339949	13/12/2017
9679	MARIA SALETE FRAGA	Professor I 20hs.	50724339949	13/12/2017
9622	MARIANA LATRONICO ANTULINO	Professor I 20hs.	06199270975	13/12/2017
9269	MARIANE DE SOUZA ÁVILA	Professor II 40hs.	09031397903	13/12/2017
9594	MARINÊS CARDOSO FARIAS DE COUTO	Professor I 20hs.	05977811926	13/12/2017
9280	MARIO NORTON SIEBINGER	Professor II 40hs.	29482607015	13/12/2017
9610	MARISTELA BATISTA FIRMINO ALVES	Professor I 20hs.	03218917913	13/12/2017
9286	MATHEUS SILVEIRA BATISTA	Professor II 40hs.	07243869980	13/12/2017
9690	MAX CINE DA SILVA MARTINHO	Professor II 20hs.	02415389986	13/12/2017
9411	MAYARA GALVAN CLAUDINO	Professor I 20hs.	07810972901	13/12/2017
9395	MERCIA DE OLIVEIRA CÂNDIDO JORGE	Professor I 40hs.	88841480904	13/12/2017
9695	MICHELLI DOS SANTOS	Professor I 20hs.	05394593990	13/12/2017
9224	MILTON FERNANDO DE SOUZA BARROCA	Professor II 30 Horas	73737518068	13/12/2017
9629	MONICA TEIXEIRA	Professor II 20hs.	05999225914	13/12/2017
9368	MORGANA VICHIEIT PEREIRA	Professor II 40hs.	06538204961	13/12/2017
9190	NELMA DE SOUZA PAMATO	Professor II 30 Horas	57878960925	13/12/2017
9340	PATRICIA COUTO DE OLIVEIRA CARVALHO	Professor II 20hs.	02209869919	13/12/2017
9244	PATRICIA RAMOS RODRIGUES	Professor II 40hs.	00498142906	13/12/2017
9567	PATRICIA VILMA DE SOUZA	Professor I 20hs.	05740048907	13/12/2017
9347	PATRICIA VILMA DE SOUZA	Professor II 20hs.	05740048907	13/12/2017
9700	PATRICIA VITORIO DE OLIVEIRA	Professor I 20hs.	00359535941	13/12/2017
9178	PAULA DE OLIVEIRA	Professor II 40hs.	10059621974	13/12/2017
9556	PAULO CESAR PEREIRA	Professor II 40hs.	57878048991	13/12/2017
9203	PRISCILA CUNHA MARIA	Professor II 40hs.	08793991983	13/12/2017
9315	PRISCILA ESPINDOLA MACHADO DAMAZIO	Professor II 20hs.	05723919946	13/12/2017

9216	PRISCILLA BRESSAN DA SILVA FERNANDES	Professor II 20hs.	02592016937	13/12/2017
9302	RAFAELA COSTA LOPES WOLFF	Professor II 20hs.	05179180996	13/12/2017
9301	RAFAELA COSTA LOPES WOLFF	Professor II 20hs.	05179180996	13/12/2017
9232	RAQUEL BITTENCOURT DE SOUZA	Professor II 20hs.	05399787954	13/12/2017
9196	REJANE RUIZ	Professor II 40hs.	80647367904	13/12/2017
9566	RENATA MARTINAZZO SERNAJOTO IKEBATA	Professor I 20hs.	09778149984	13/12/2017
9413	RENATA MARTINAZZO SERNAJOTO IKEBATA	Professor I 20hs.	09778149984	13/12/2017
9595	RENATA MARTINS CAÇADOR	Professor II 40hs.	06036386940	13/12/2017
9198	RENATA SILVANO DE CARVALHO	Professor II 20hs.	05480395939	13/12/2017
9602	RICARDO DE CASTRO GORDO	Professor II 20hs.	00583300979	13/12/2017
9370	RICARDO KASKE FREITAS	Professor II 40hs.	09402148906	13/12/2017
9576	ROSANE MARIA PEREIRA ROESE	Professor II 20hs.	55809219004	13/12/2017
9391	ROSÂNGELA DIAS SEBASTIÃO	Professor II 20hs.	04127606908	13/12/2017
9698	ROSANGELA PATRICIO RIBEIRO	Professor I 20hs.	04821191954	13/12/2017
9285	ROSANGELA VICENTE	Professor II 40hs.	98773917915	13/12/2017
9398	ROSANGELA VIEIRA DE MEDEIROS	Professor II 20hs.	59181257953	13/12/2017
9416	ROSANI CALONICO	Professor I 20hs.	70489840906	13/12/2017
9288	ROSI DOS SANTOS	Professor II 40hs.	02652873911	13/12/2017
9317	SABRINA FILIPINI RODRIGUES	Professor III 20hs.	06762571948	13/12/2017
9691	SANDRELE BOTZAN MARIA MARTINS	Professor I 20hs.	04773549980	13/12/2017
9591	SERGIO DE JESUS ALMEIDA JUNIOR	Professor II 20hs.	05276103992	13/12/2017
9328	SILVANA DAS GRAÇAS HONORATO CARDOSO	Professor II 20hs.	56396384949	13/12/2017
9586	SUELLEM LEDIR DE SOUZA	Professor I 20hs.	07150647979	13/12/2017
9272	TALITA GISELE PEREIRA SANTOS	Professor I 40hs.	05196500936	13/12/2017
9192	TAMARA PAULINO VALENTIM	Professor II 20hs.	05714806913	13/12/2017
9273	TAMIRES DA ROSA	Professor I 20hs.	08754264928	13/12/2017
9236	TAMIRES DIAS VIEGAS	Professor II 20hs.	05897500975	13/12/2017
9235	TAMIRES DIAS VIEGAS	Professor II 20hs.	05897500975	13/12/2017
9568	TANIA MARA PORTO LAURENTINO	Professor I 20hs.	04542439950	13/12/2017
9412	TANIA MARA PORTO LAURENTINO	Professor I 20hs.	04542439950	13/12/2017
9608	TATIANA INACIO MARTINS	Professor I 20hs.	07901670932	13/12/2017
9635	TATIANA INACIO MARTINS	Professor I 20hs.	07901670932	13/12/2017
9255	TATIANI MORAES VIEIRA	Professor II 30 Horas	03626559955	13/12/2017
9415	THAIS NADJA SILVA CUSTODIO	Professor I 40hs.	04254293933	13/12/2017
9257	TUANI MARIA SÁ RUFINO	Professor II 20hs.	06994524906	13/12/2017
9354	VANENSA MIGUEL DA ROSA	Professor I 20hs.	07470470905	13/12/2017
9265	VANESSA SOUZA	Professor II 20hs.	02741658560	13/12/2017
9242	VIVIANA FLOR TEIXEIRA	Professor II 20hs.	03255167906	13/12/2017
9201	ZORAIA SILVEIRA	Professor II 20hs.	91234166968	13/12/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 13 de dezembro de 2017.

Imbituba SC, 12 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1017/17

Publicação Nº 1455920

. DECRETO Nº 1017/17
. De 13 de dezembro de 2017

ALTERA DECRETO Nº 1000 DE 2017 - CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 1000 de 2017, que edita o calendário de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2018, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

Janeiro

01 – Segunda-feira : Confraternização Universal – Feriado Nacional

Fevereiro

12- Segunda-feira: Ponto Facultativo

13 – Terça-feira, Carnaval: Ponto Facultativo

Março

21 – Quarta-feira: Emancipação do Município – Feriado Municipal (Lei 3382/05)

30 – Sexta-feira: sexta feira da Paixão – Feriado Municipal/ Nacional

Abril

30 – Segunda-feira – Ponto Facultativo

Mai

01 – Terça-feira: Dia do Trabalho – Feriado Nacional

31 – Quinta-feira – Corpus Christi – Feriado Nacional

Junho

01 – sexta-feira – Ponto Facultativo

Setembro

07 -Sexta-feira: Independência do Brasil – Feriado Nacional

Outubro

12 – Sexta-feira: Nsa. Sra. Aparecida – Feriado Nacional

Novembro

02 – sexta-feira: Finados – Feriado Nacional

15 – quinta-feira – Proclamação da República - Feriado Nacional

16 – Sexta-feira – Ponto Facultativo

Dezembro

25 – Terça-feira – Natal – Feriado Nacional

26 – Quarta-feira – Segundo dia Natal – Feriado Municipal (Lei 3382/05)

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviço, sobreaviso ou plantão.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando disposições em contrário.

Município de Indaial, em 13 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1018/17

Publicação Nº 1456027

. DECRETO Nº 1018/17

. De 13 de dezembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 33.322,40 (TRINTA E TRES MIL E TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.0021.1300.3449000000000000	03120000	3.494,00
09.001.0015.0451.0009.1230.3449000000000000	03000000	22.236,00
02.001.0004.0122.0002.1021.3449000000000000	03890000	1.278,79
04.001.0004.0122.0004.1061.3449000000000000	03890000	6.313,61

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1019/17

Publicação Nº 1456028

. DECRETO Nº 1019/17

. De 13 de dezembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICIPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 166.105,40 (CENTO E SESENTA E SEIS MIL E CENTO E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2107.3339000000000000	01360000	122.828,00
05.001.0012.0365.0005.2111.3339000000000000	01360000	43.277,40

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1020/17

Publicação Nº 1456034

. DECRETO Nº 1020/17

. De 13 de dezembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICIPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 124.113,01 (CENTO E VINTE E QUATRO MIL E CENTO E TREZE REAIS E UM CENTAVO) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2111.3339000000000000	01360000	24.523,92
05.001.0012.0361.0005.2107.3339000000000000	01360000	99.589,09

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 30/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

Publicação Nº 1457024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica, através deste, adjudicado o objeto constante no Processo Licitatório nº 030/2017 – Edital de Pregão (Presencial) nº 010/2017, consoante julgamento do Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 42/2017, conforme ata de sessão pública circunstanciada lavrada em 07 de dezembro de 2017.

Indaial/SC, 13 de dezembro de 2017.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI

Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 30/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

Publicação Nº 1457025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro designado pela Portaria nº 42/2017,

Homologo:

Nesta data, a referida decisão constante da ata anexada ao processo, considerando vencedora para o objeto do Processo Licitatório nº 030/2017 – Edital de Pregão (Presencial) nº 010/2017, a empresa:

Lote Único – M MOBILE EIRELI EPP, com o valor total de R\$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais);

Indaial/SC, 14 de dezembro de 2017.

OSVALDO METZNER

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL/SC**PORTARIA INDAPREV Nº 50/17**

Publicação Nº 1456075

PORTARIA/INDAPREV Nº 50/17

. De 12 de dezembro de 2017

Concede Pensão por Morte à

NEIDECIR SALETE LEITE

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial □ INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005, e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à NEIDECIR SALETE LEITE o benefício da Pensão por Morte, em decorrência do falecimento de seu companheiro, o servidor Vilmar da Silva, a contar de 27 de novembro de 2017, conforme decisão judicial Autos n. 0302860-37.2015.8.24.0031.

Art. 2º - O Benefício de que se trata o artigo 1º desta Portaria, está de conformidade com o artigo 40, §7º e 8º, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de novembro de 2017.

Indaial em 12 de dezembro de 2017

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Rua Castelo Branco, n.º 109 – Sala 02 – Centro – Indaial/SC

Fone/Fax: (47) 3333.8819 CEP 89130-000 – www.fapen.com.br

CNPJ: 07.855.180/0001-32

Ipuaçu

PREFEITURA

PL PREF 65.2017 PP PREF 43.2017

Publicação Nº 1455825

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 65/2017, Tipo Pregão Presencial Pref n. 43/2017 (menor por item).

Entrega/envelopes: Até às 08h30min 28 de dezembro de 2017.

Data/abertura: A partir das 09h00min 28 de dezembro de 2017.

Objeto: Visa o presente edital a aquisição de máquinas/implementos agrícolas conforme descrito no anexo I termo de referência. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu -SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 13 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02-2017- ASSOCIAÇÕES-01

Publicação Nº 1456732

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2017.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, a comissão de licitação reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, apresentou-se para o credenciamento as Associações: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE SERRINHA, ALTO CAPITÃO, JUNDIAI E ENCRUZILHADA, ASSOCIAÇÃO AGRICOLA DA BACIA DO RIO JACUTINGA, ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE DOIS IRMÃOS, FRAGOZINHO E JAGUATERICA e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ÁGUA CRISTALINA, todas as Associações mencionadas neste ato se encontram sem representantes presentes. Ato continuo o Presidente da Comissão apresenta os envelopes da documentação de habilitação, devidamente lacrados, que foram rubricados pela equipe de apoio. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação de habilitação, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão de licitação. Em seguida a Comissão analisou a documentação e constatou que as Associações apresentaram a documentação de habilitação em conformidade com o edital, estando assim habilitada para as fases seguintes do certame. Comunica-se desta forma as Associações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão.

Laudecir Francio
Pregoeiro

Moira Comboski
Equipe de apoio

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02-2017- ASSOCIAÇÕES-02

Publicação Nº 1456735

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2017.

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, a comissão de licitação reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, apresentou-se para o credenciamento a Associação: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE ORESTES GUIMARÃES, neste ato se encontra sem representante presente. Ato continuo o Presidente da Comissão apresenta o envelope da documentação de habilitação, devidamente lacrado, que foi rubricado pela equipe

de apoio. Dando continuidade ao embate licitatório foi aberto o envelope da documentação de habilitação, o qual foi aberto e conferido pela Comissão de licitação. Em seguida a Comissão analisou a documentação e constatou que a Associação apresentou a documentação de habilitação em conformidade com o edital, estando assim habilitada para as fases seguintes do certame. Comunica-se desta forma a Associação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão.

Laudecir Francio
Pregoeiro

Moira Comboski
Equipe de apoio

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02-2017- ASSOCIAÇÕES-03

Publicação Nº 1456736

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2017.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às dezesseis horas e trinta minutos, a comissão de licitação reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, apresentou-se para o credenciamento as Associações: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ÁGUA VIVA, ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE LAGEADO LIMA, LINHA ÁUREA, LINHA BOM JESUS, LINHA DO MEIO, NOVA PLANÍCIE e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE ALTO FELIZ, LINHA PROGRESSO, LINHA VARANAL E SERRA ALTA, todas as Associações mencionadas neste ato se encontram sem representantes presentes. Ato continuo o Presidente da Comissão apresenta o envelope da documentação de habilitação, devidamente lacrado, que foi rubricado pela equipe de apoio. Dando continuidade ao embate licitatório foi aberto o envelope da documentação de habilitação, o qual foi aberto e conferido pela Comissão de licitação. Em seguida a Comissão analisou a documentação e constatou que a Associação apresentou a documentação de habilitação em conformidade com o edital, estando assim habilitada para as fases seguintes do certame. Comunica-se desta forma a Associação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão.

Laudecir Francio
Pregoeiro

Moira Comboski
Equipe de apoio

DECRETO N. 2.332 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2.017

Publicação Nº 1455568

DECRETO Nº 2.332 de 11 de dezembro de 2.017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 195.525,13.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.788 de 17 de outubro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 29, Projeto/Atividade 26.782.0026.1.033 - Infra-Estrutura para o Trânsito de Pessoas e Mercadorias, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 70.000,00.

II - Código reduzido 146, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0017 - Exerc. Ant. - CIDE, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 1.737,59.

III - Código reduzido 147, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0082 - Exerc. Ant.- Recursos FEPE, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 5.747,52.

IV - Código reduzido 37, Projeto/Atividade 12.361.0012.1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 8.000,00.

V - Código reduzido 62, Projeto/Atividade 27.812.0025.1.029 - Estruturação e Modernização do Desporto Amador, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 45.000,00.

VI - Código reduzido 145, Projeto/Atividade 20.606.0019.1.024 - Estruturação e Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0081 - Convênios SDR Seara, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 40.000,00.

VII - Código reduzido 143, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0089 - ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 12.000,00.

VIII - Código reduzido 148, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0015 - Recursos FNAS MAC, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 40,02.

IX - Código reduzido 79, Projeto/Atividade 08.244.0032.1.046

- Estruturação e Modernização da Assistência Social, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 6.500,00.

X - Código reduzido 142, Projeto/Atividade 08.244.0032.1.046 - Estruturação e Modernização da Assistência Social, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0089 - ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 6.500,00.

TOTAL GERAL
R\$ 195.525,13

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 121.500,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 8.000,00.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0015 - Recursos FNAS MAC, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 40,02.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Convênios SDR Seara, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 40.000,00.

V - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0089 - ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 18.500,00.

VI - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0017 - Exerc. Ant. - CIDE, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 1.737,59

VII - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0082 - Exerc. Ant.- Recursos FEPE, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 5.747,52

TOTAL GERAL
R\$ 195.525,13

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 05 de dezembro de 2.017.

Ipumirim-SC, 11 de dezembro de 2.017
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

EDITALNOTIFICAÇÃO0062017

Publicação Nº 1455842

Edital de Notificação nº 06/2017

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir: Recursos recebidos no período de 21/11/2017 a 12/12/2017

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	15.747,33
417213302000000	Transferências SUS - ESF	44.760,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	16.224,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	4.608,92
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	0,00
417213306000000	Transferências SUS - Vigilância Sanitária	0,00
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	11.136,00
417213311380000	Núcleo Apoio Saúde Família	12.000,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	8.353,53
417213402000000	Transferências FNAS - Média e Alta Complexidade	0,00
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMILIA	6.080,12
417213402000000	Transferências FNAS - APAE	0,00
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	0,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	36.935,46
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	5.233,20
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	3.659,40
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	1.802,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	11.164,51
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	2.646,17
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	1.688,51
417213506000000	Transf Diretas do FNDE - PNAC	0,00
424210200000001	Transf. FNDE PAR	0,00
424719902000000	Transf. Convenios União - MCIDADES 799854/2013	0,00
424719903000000	Transf. Convenios União - MCIDADES 797671/2013	0,00
424210999010000	Transf. União Defesa Civil	0,00
424719905000000	Transf. De Recursos d Convênios com o MAPA	0,00
Total dos Recursos Recebidos no Período		182.039,15

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 13.12.2017

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 534/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456689

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANA RAPHAELA PROENÇA GAMA, Matrícula 2704-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 7.218.752 e do CPF 110.528.249-00, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 245/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 535/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456707

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TRMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDREIA FUHR, Matrícula 2592-5, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 5238142 e do CPF 079.908.149-35, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 058/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 536/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456716

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDIANE CARLA HOFFMANN, Matrícula 2594-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4134365 e do CPF 063.697.599-10, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 060/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 537/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456728

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

INAIR DE SOUZA, Matrícula 2677-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.634 e do CPF 086.021.019-70, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 195/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 538/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456742

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JANAINA TIRONI, Matrícula 2671-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 53366344 e do CPF 079.461.729-82, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria

189/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 539/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456749

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JOSIELI CHIAVAGATTI HABOSKI, Matrícula 2599-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4584220 e do CPF 080.729.489-62, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 065/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 540/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456753

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LAIS FRANZON, Matrícula 2748-0, com domicílio na Cidade e Município de Linoia do Sul-SC, Carteira de Identidade nº. 49978391 e do CPF 076.714.569-00, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 440/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 13 de dezembro de 2017.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2017,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2017/FMS

Publicação Nº 1455513

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2017

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256,00 m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatadas a área de saúde pública, para o exercício de 2018. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 13/12/2017

VALDIR ZANELLA

GESTOR E ORDENADOR

DE DESPESAS DO FUNDO M. DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2017,PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017/FMS

Publicação Nº 1455507

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2017

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1999, com entrega dos envelopes fixada para às 14:00:00 horas do dia 27/12/2017, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 27/12/2017. Objeto da licitação: contratação de serviços de transportes de pacientes do Município para tratamento de saúde fora do domicílio, para o exercício de 2018. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 13/12/2017

VALDIR ZANELLA

GESTOR E ORDENADOR

DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2017,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2017/PM

Publicação Nº 1455678

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 281m², piso parte superior e mais 110m². piso parte inferior, para o exercício de 2018. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 13/12/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2017,PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017/PM

Publicação Nº 1455958

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1999, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 28/12/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 28/12/2017. Objeto da licitação: aquisição de equipamentos de informática, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e demais órgãos da Administração Pública, conforme características do anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 13/12/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 19, DL Nº 9-2017-FMS

Publicação Nº 1456694

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2017 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 19/2017 Data do Processo: 13/12/2017
--	---

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do Fundo M.de Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2017
b) Licitação Nr.: 9/2017-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 13/12/2017
e) Objeto da Licitação: locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256,00 m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatadas a área de saúde pública, para o exercício de 2018.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CLINICA VITA LUCE LTDA. (6366)

1 Locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatadas a área de saúde pública, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, para o exercício de 2018.	SER	12,00	0,0000	2.883,00	34.596,00
--	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 34.596,00

Total Geral: 34.596,00

Ipumirim, 13 de Dezembro de 2017.

VALDIR ZANELLA
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE SA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 90, DL Nº 30-2017-PM

Publicação Nº 1456697

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 30/2017 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 90/2017 Data do Processo: 13/12/2017
--	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 90/2017
b) Licitação Nr.: 30/2017-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 13/12/2017
e) Objeto da Licitação: Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 281m², piso parte superior e mais 110m², piso parte inferior, para o exercício de 2018.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CLINICA VITA LUCE LTDA (7970)

2 Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 281m², piso parte superior e mais 110m², piso parte inferior, para o exercício de 2018, sendo que já está sendo utilizadas por particulares, contratos estes já existentes anteriormente, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA.	SER	12,00	0,0000	2.560,00	30.720,00
---	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 30.720,00

Total Geral: 30.720,00

Ipumirim, 13 de Dezembro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 048/2017

Publicação Nº 1455653

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Iraceminha
Processo Licitatório 82/2017
Edital de Pregão Presencial 48/2017

Objeto: Aquisição de combustíveis – Óleo Diesel (S-500 e S-10) e Gasolina Comum, a serem fornecidos diariamente em bombas de combustíveis instaladas no perímetro urbano de Iraceminha, para atender as necessidades da frota da Administração Municipal, de acordo com as especificações dos Anexos.

Modalidade: Pregão Presencial

Julgamento do tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório será regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em especial o contido neste edital.

Recebimento das Propostas: até as 17:00 do dia 26/12/2017.

Abertura do certame: às 08:30 do dia 27/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 14 de dezembro de 2017.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

DECRETO 182/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455621

DECRETO 182/2017, de 12 de Dezembro de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1797/2016, de 22/11/2016, em seu artigo 24, inciso IV e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1806 de 15/12/2016 em seu artigo 8º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no orçamento vigente para o exercício de 2017, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.1.004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE			
4.4.90.00.00.00.00.00613	Aplicações Diretas		150.000,00	150.000,00
	TOTAL		150.000,00	150.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação na fonte 613 – Transferência de Convênio com o Estado para a Saúde, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani - SC,
em 12 de Dezembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 12/12/2017.

AIRTON FABRÍCIO
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO 183/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456422

DECRETO 183/2017, de 12 de dezembro de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1797/2016, de 22/11/2016, em seu artigo 24, inciso IV e Pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1806 de 15/12/2016 em seu artigo 8º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2017, do Fundo Municipal de Saúde de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			

03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.030	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE			
3.1.90.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	85.000,00		85.000,00
	TOTAL	85.000,00		85.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das dotações abaixo, pelo valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.030	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE			
3.3.90.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	85.000,00		85.000,00
	TOTAL	85.000,00		85.000,00

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani - SC,
em 12 de dezembro de 2017.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 12/12/2017.

AIRTON FABRÍCIO
Secretário de Administração e Gestão

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2017

Publicação Nº 1455588

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 55/2017, Pregão Presencial nº 29/2017, "AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE DEMARCAÇÃO HORIZONTAL, PARA PINTURA DE FAIXAS E MEIO-FIO COM PRECISÃO", a Sra. Patricia Fabiane Fronczak- Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher; designados pela Portaria nº 298/2017.

Aberta a Sessão Pública, a Comissão de licitação, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ATA NEGATIVA, encaminhando o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 02/2017 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Publicação Nº 1456670

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Prefeitura Municipal de Irineópolis

EDITAL Nº 002.2/2017 PMI

A Comissão do teste seletivo nº 002/2017, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.º 397/2017 de 01 de Novembro de 2017, vem através do presente, homologar e tornar público a listagem de candidatos com inscrições DEFERIDAS após decorrido o prazo recursal

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Cargo - MOTORISTA

Número Inscrição Nome

- 01 Jairo Xavier da Cruz
- 02 João Maria da Conceição Júnior
- 03 Lucas Kopecki
- 04 Jocimar Rodrigues Chaga
- 05 Cristiano Roberto Sausen
- 06 Jean Carlo Duda
- 07 Roberto Bedretchuk
- 08 Julio Cesar Kondrat
- 09 Altamir Neres de Souza
- 10 Luis Cezar Lopes
- 11 Michel Willian Pinheiro de Santana
- 12 Nery João Schuck
- 13 Daniel Alves
- 14 Irineu Bueno Ferreira
- 15 Alexandre Martins de Camargo
- 16 Valdir Zapotoczny
- 17 José Netto
- 18 Luiz Carlos Otto
- 19 Evandro Vieira Lopes
- 20 Donisete Vieira
- 21 Diego Amadeus Gomes
- 22 Diego Rodrigo Amazonas
- 23 Alex Roberto Bendlin
- 24 Lirio Bossow

- 25 Juliano Martins
- 26 Giuliano de Lima Pinto
- 27 João Carlos Bittencourt
- 28 José Augusto Juzak
- 29 Edvino Szwed
- 30 Vitor Eduardo Abuda Wendt
- 31 Lidiane Roberta Partica
- 32 Delcio Antonowicz
- 33 Lauri de Oliveira
- 34 Priscila Forostecky da Rocha
- 35 Everton Ivaél Chuk
- 36 Fernando Vieira
- 37 Emerson Cardoso dos Santos
- 38 Wanderson Verissimo Rodrigues
- 39 Everton de Castro Silva
- 40 Lucinei Gomes dos Santos
- 41 Eneas Mangue
- 42 Roger Friedrich Reichardt
- 43 João
- 44 Marcos Michels
- 45 José Evaldo Burjarka
- 46 Fernando José meirelles
- 47 Everson Luiz Moissa
- 48 Ivan Chuk
- 49 Sergio Karvat
- 50 Lindomar Senn
- 51 Marcelo Ruchinski

Irineópolis, 12 de Dezembro de 2017.

Giozani Regina Crestani
Scheila Patricia Kielb
Virlei da Silva.

Comissão de Teste Seletivo

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017 - DECLARAÇÃO

Publicação Nº 1456371

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, caput e inciso XVI, da Lei nº. 8.666/93, declarou a dispensa de licitação, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo está de acordo com o praticado no mercado. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação

ou impugnação.

Irineópolis (SC), 13 de dezembro de 2017.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria 299/2017

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017 - DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

Publicação Nº 1456369

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 24, caput e inciso XVI da Lei nº. 8.666/93, declarar a Dispensa de licitação para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CO-MUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado. Conforme consta dos autos, o preço se apresenta compatível com o praticado pelo mercado. Cumpra-se.

Irineópolis, 13 de dezembro de 2017

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017 - JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 1456367

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

Caracterização da Situação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). Razão da Escolha: O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO pela CONTRATADA, que disponibiliza: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil); Gestão de Obras – G-Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 24, inciso XVI da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de dispensa de licitação com fulcro no artigo 24 “caput”, “para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico”. Assim, a contratação encontra respaldo legal no art. 24, caput e inc. XVI da Lei nº 8.666/93. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA: O valor a ser pago a empresa contratada é de R\$ 17.133,84 (dezesete mil cento e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 1.427,82 (um mil quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos) cada, conforme segue: 1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 5.100,00 2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 1.350,00 3. Gestão de Obras - R\$ 3.360,00 4. Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA - R\$ 5.343,84 5. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 1.980,00 A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XVI, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: A dotação a ser utilizada para contabilização da respectiva despesa é: Projeto Atividade – 2052 – Contribuição ao Cons. Inf. Na Gestão Pública Municipal - CIGA – 3.3.93.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência. Irineópolis, 13 de dezembro de 2017.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 299/2017

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455986

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 03/2015. Objeto: Prestação de Serviços de instalação, Treinamento e Manutenção de Sistema de Gestão de Frota com 25 (vinte e cinco) veículos terrestres, em uso pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de Rastreamento por Equipamento de GPS. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Iter Telecomunicações Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Quarta – DA VIGÊNCIA. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1456184

Extrato do Quarto Termo Aditivo referente ao contrato Nº 07/2014. Objeto: Contratação de Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar de Salvamento e resgate para os Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residente no Município de Itaiópolis/SC. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Associação de Serviços Sociais Voluntários de Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Terceira – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1456625

Extrato do Quarto Termo Aditivo referente ao contrato de prestação de serviços Nº 03/2014. Objeto: Contratação de Serviços de Exames Laboratoriais Básicos para os Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residente no Município de Itaiópolis/SC. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Riolab Laboratório de Análises Clínicas Ltda - EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Terceira – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455923

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato de prestação de serviços nº 04/2016. Objeto: Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos Médico Hospitalar da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Videiramed Com. E Manutenção de Equip. Méd. Hosp. Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração – do Prazo. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 30 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2017. Benedito Bento Marques – Administrador Hospitalar.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1456165

Extrato do Quarto Termo Aditivo referente ao contrato Nº 06/2014. Objeto: Contratação de Serviços de Fisioterapia para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residente no Município de Itaiópolis/SC. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Clinifisio Adriano Rodycz Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455841

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 03/2017 - Convênio Objeto: Realização de emissão de Laudos de RX realizados em pacientes oriundos do Município de Itaiópolis encaminhados pela Conveniente. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Unidade Diagnóstico por Imagem Kirchoff Ltda. Vigência: 30 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2018. Benedito Bento Marques – Administrador Hospitalar.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455818

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 01/2017. Objeto: Manutenção Preventiva do Gerador de Energia da marca Stemac. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Vitoria Prestadora de Serviços Antônio Keretz - MEI. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 30 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2017. Benedito Bento Marques – Administrador Hospitalar.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455874

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 02/2017. Objeto: Locação de Sistemas de Informática e Prestação de Serviços técnicos especializados. Contratada: Everton Luis Wielewski & Cia Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 30 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 13/12/2017. Benedito Bento Marques – Administrador Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO - 008.2017 LEILOEIROS CREDENCIADOS

Publicação Nº 1456682

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
CREDENCIAMENTO 008/2017

Objeto: Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial (pessoa física) para a realização de leilões oficiais de bens móveis e imóveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Itapema, segundo os critérios do edital.

Leiloeiros Habilitados/Credenciados

Daniel Elias Garcia
Odiclésio Jaison Storchio
Giovano Avila Alves Cesar Luis Moresco
Marcos Alessandro Zampieri
Vanderlei Petri
Nelson Zampieri
Jefferson Eduardo Zampieri
Paulo Pizzolatti Neto
Magnun Luiz Serpa
Agenor Luis Silveira
Michele Pacheco da Rosa Sandor
Julio Ramos Luz
Simone Wenning
Roger Wenning
Valmir Antonio Claudio
Anderson Luchtenberg
Paulo Roberto Worm
Marcus Rogério Araújo Samoel
Rodolfo da Rosa Schontag

Itapema, 13 de Dezembro de 2017

Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

ERRATA Nº1 - CONCORRÊNCIA Nº. 03.002.2017 - REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 03.002.2017.

Publicação Nº 1456980

Concorrência nº. 03.002.2017

Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa para prestação de serviço de hora máquina, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 03.002.2017.

ERRATA Nº1

ONDE SE LÊ:

O Município de Itapema torna público que serão recebidos os envelopes contendo "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA

DE PREÇOS", dia 17(dezessete) de março de 2016, às 14:00(quatorze) horas e se fará realizar a abertura dos envelopes de Habilitação da licitação na modalidade CONCORRENCIA PUBLICA Nº 03.002.2017, do Tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para Registro de Preços – Contratação de empresa para prestação de serviço de hora máquina, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 03.002.2017.

LEIA-SE:

O Município de Itapema torna público que serão recebidos os envelopes contendo "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS", dia 28(vinte e oito) de dezembro de 2017, às 14:00(quatorze) horas e se fará realizar a abertura dos envelopes de Habilitação da licitação na modalidade CONCORRENCIA PUBLICA Nº 03.002.2017, do Tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para Registro de Preços – Contratação de empresa para prestação de serviço de hora máquina, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 03.002.2017.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ABERTURA E JULGAMENTO

7.1 – Às 14:01(quatorze horas e um minuto), do dia 28 (vinte e oito) de agosto de dezembro, a Comissão de Licitações do Município de Itapema, reunir-se-á em sala própria e, na presença dos representantes de cada proponente, procederá como adiante indicado:

LEIA-SE:

7.1 – Às 14:01(quatorze horas e um minuto), do dia 28 (vinte e oito) de dezembro, a Comissão de Licitações do Município de Itapema, reunir-se-á em sala própria e, na presença dos representantes de cada proponente, procederá como adiante indicado:

Itapema, 13 de dezembro de 2017.

RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 236/2017

Publicação Nº 1456765

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 236/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, TORNA PÚBLICO para ciência dos interessados que, a partir do dia 14 de Dezembro de 2017 estão abertas as inscrições para Credenciamento de pessoas jurídicas para recebimento e destinação de lodo gerado nas estações de tratamento de água – ETA'S, conforme autoriza a Lei Municipal n. 3.111/2017.

Os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação a partir do dia 14/12/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

A íntegra do Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras da Prefeitura, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações pelo fone: (49) 3678-7700. Itapiranga, SC, 13 de Dezembro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 237/2017

Publicação Nº 1456516

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 237/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 237/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Aquisição de 100 livros sob o título "O Cinquentenário: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis (1967-2017) e de 100 livros sob o título "Nos rastros da Coluna Prestes - surgem 27 municípios no Extremo-Oeste de SC".

Item 1: Livro sob o título "O Cinquentenário: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis (1967-2017), organizado por Leandro Mayer; Item 2: Livro sob o título "Nos rastros da Coluna Prestes - surgem 27 municípios no Extremo-Oeste de SC", do autor Euclides Staub.

Fundamentação Legal: artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratados:

Item 01 – Editora Oikos Ltda ME – R\$ 2.500,00;

Item 02 – Gráfica e Editora São Miguel Ltda ME – R\$ 5.000,00.

Itapiranga - SC, 13 de Dezembro de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 210, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456151

DECRETO Nº 210, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no

uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 11 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC., 11 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 211, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456154

DECRETO Nº 211, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

03.03 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 11 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC., 11 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

MUNICÍPIO.
Itapiranga, 13 de Dezembro de 2017

DECRETO Nº 212, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457097

DECRETO Nº 212, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais):

03.03 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 12 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC., 12 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314 E 315/2017

Publicação Nº 1455797

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ARP 314/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: CHICO ELETRICA LTDA ME

Valor : 108.087,18 (cento e oito mil oitenta e sete reais e dezoito centavos)

Vigência : Início: 12/12/2017 Término: 12/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 227/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO DO MUNICÍPIO.

Itapiranga, 13 de Dezembro de 2017

Contrato Nº.: ARP 315/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: LAJE AGUA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

Valor : 1.987,00 (um mil novecentos e oitenta e sete reais)

Vigência : Início: 12/12/2017 Término: 12/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 227/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO DO

LEI MUNICIPAL Nº 3.120, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457078

LEI MUNICIPAL Nº 3.120, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, a firmar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ nº 78.483.641/0001-31, visando o repasse financeiro de R\$ 41.539,10 (quarenta e um mil quinhentos e trinta e nove reais e dez centavos), conforme plano de trabalho, objetivando a manutenção das atividades no exercício de 2018, nos termos da lei nº 13.019/2014.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, dentro dos prazos e condições estabelecidas em termo de fomento.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente correrão por conta do orçamento municipal de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 13 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.121, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457086

LEI MUNICIPAL Nº 3.121, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE INCENTIVO AO SETOR PRODUTIVO AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de até 50% (cinquenta por cento) nos serviços terceirizados de terraplenagem, aterros, escavações para construções rurais objetivando ampliar a produção agropecuária do Município de Itapiranga.

Paragrafo único. Fica estabelecido como teto máximo de auxílio previsto no caput deste artigo, o valor de até 40 (quarenta) UFM's (Unidade Fiscal do Município) por produtor rural por ano.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do

orçamento do Município.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar por decreto a presente lei, no que couber.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.948, de 16 de dezembro de 2014.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2018.

Itapiranga – SC, 13 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

PORTARIA Nº 166/2017

Publicação Nº 1455811

PORTARIA Nº 120/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor José Gilvane Lauer, matrícula nº 9941/12, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 116/2017, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 160/2017, para contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 13 de setembro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

José Gilvane Lauer

Fiscalizador

PORTARIA Nº 167/2017

Publicação Nº 1455843

PORTARIA Nº 167/2017

DESIGNA FISCAL DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Gilmar Luiz Lauxen, matrícula nº 15259/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 314 e 315/2017, firmadas pelo Município de

Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 227/2017, para aquisição de materiais para manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgoto do município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução das respectivas atas e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 12 de dezembro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

Gilmar Luiz Lauxen

Fiscalizador

ANEXOS LEI MUNICIPAL Nº 3.108, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455698

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA**

Página: 1 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
1.1.1.3.03.1.1.01.00 - IRRF- Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho		1.355.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	758.800,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	365.850,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	230.350,00
Total Receita:		1.355.000,00
1.1.1.8.01.1.1.00.00 - IPTU - Imp. s/Propr.Predial Territ. Urbana - Principal		2.100.000,00
Dedução: Cota Unica		-128.100,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	-71.736,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	-34.587,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	-21.777,00
Dedução: Imunidade - Órgãos Públicos		-493.500,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	-276.360,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	-133.245,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	-83.895,00
Dedução: Isenções Idosos/Associações		-35.700,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	-19.992,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	-9.639,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	-6.069,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	1.176.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	567.000,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	357.000,00
Total Receita:		1.442.700,00
1.1.1.8.01.1.2.00.00 - IPTU - Imp. s/Propr.Predial Territ. Urbana - Multas e Juros		4.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	2.240,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	1.080,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	680,00
Total Receita:		4.000,00
1.1.1.8.01.1.3.00.00 - IPTU - Imp. s/Propr.Predial Territ. Urbana - Dívida Ativa		51.500,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	28.840,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	13.905,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	8.755,00
Total Receita:		51.500,00
1.1.1.8.01.1.4.00.00 - IPTU - Imp. s/Propr.Predial Territ. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros		9.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	5.040,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	2.430,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	1.530,00
Total Receita:		9.000,00
1.1.1.8.01.4.1.00.00 - ITBI - Imposto s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis -		250.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	140.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	67.500,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	42.500,00
Total Receita:		250.000,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00 - ISSQN - Imp. /Serv.Qualquer Natureza - Principal		2.085.572,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 2 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
110000 - Recursos Ordinários	56%	1.167.920,32
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	563.104,44
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	354.547,24
Total Receita:		2.085.572,00
1.1.1.8.02.3.2.00.00 - ISSQN - Imp. /Serv.Qualquer Natureza - Multas e Juros		1.300,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	728,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	351,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	221,00
Total Receita:		1.300,00
1.1.1.8.02.3.3.00.00 - ISSQN - Imp. /Serv.Qualquer Natureza - Dívida Ativa		17.500,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	9.800,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	4.725,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	2.975,00
Total Receita:		17.500,00
1.1.1.8.02.3.4.00.00 - ISSQN - Imp. /Serv.Qualquer Natureza - Dív. Ativa - Multas e Juros		3.300,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	1.848,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	891,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	561,00
Total Receita:		3.300,00
1.1.2.1.01.1.1.01.01 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal		36.200,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	36.200,00
Total Receita:		36.200,00
1.1.2.1.01.1.1.01.02 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multa e Juros		200,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.1.2.1.01.1.1.01.03 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa		200,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.1.2.1.01.1.1.01.04 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dív. Ativa - Multa e Juros		200,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.1.2.1.01.1.1.02.01 - Tx de Funcionamento Estabelecimento Comercial/Industria/Prestador de Serviço - Principal		430.000,00
Dedução: Isenção/Desconto - Lei Complementar 25/2009		-199.950,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	-199.950,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	430.000,00
Total Receita:		230.050,00
1.1.2.1.01.1.1.02.02 - Tx de Funcionamento Estabelecimento Comercial/Industria/Prestador de Serviço - Multas e		2.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.1.2.1.01.1.1.02.03 - Tx de Funcionamento Estabelecimento Comercial/Industria/Prestador de Serviço - Dívida Ativa		8.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	8.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 3 / 14

Data: 10/10/2017

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
	Total Receita:	8.000,00
1.1.2.1.01.1.1.02.04 - Tx de Funcionamento Estabelecimento Comercial/Industria/Prestador de Serviço - Dívida Ativa		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
	Total Receita:	1.000,00
1.1.2.1.01.1.1.03.01 - Taxa de Licença para Execução e Obras - Principal		12.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	12.000,00
	Total Receita:	12.000,00
1.1.2.1.01.1.1.03.02 - Taxa de Licença para Execução e Obras - Multa e Juros		100,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.1.2.1.01.1.1.03.03 - Taxa de Licença para Execução e Obras - Dívida Ativa		100,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.1.2.1.01.1.1.03.04 - Taxa de Licença para Execução e Obras - Dívida Ativa - Multa e Juros		100,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.1.2.1.01.1.1.04.01 - Taxa de Licença Comércio Eventual Ambulante - Principal		12.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	12.000,00
	Total Receita:	12.000,00
1.1.2.1.01.1.1.04.02 - Taxa de Licença Comércio Eventual Ambulante - Multa e Juros		100,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.1.2.1.01.1.1.04.03 - Taxa de Licença Comércio Eventual Ambulante - Dívida Ativa		100,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.1.2.1.01.1.1.04.04 - Taxa de Licença Comércio Eventual Ambulante - Dívida Ativa - Multa e Juros		100,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.1.2.2.01.1.1.01.01 - Taxa de Limpeza Pública - Principal		619.827,35
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	619.827,35
	Total Receita:	619.827,35
1.1.2.2.01.1.1.01.02 - Taxa de Limpeza Pública - Multa e Juros		4.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	4.000,00
	Total Receita:	4.000,00
1.1.2.2.01.1.1.01.03 - Taxa de Limpeza Pública - Dívida ativa		7.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	7.000,00
	Total Receita:	7.000,00
1.1.2.2.01.1.1.01.04 - Taxa de Limpeza Pública - Dív. Ativa - Juros e Multa		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
	Total Receita:	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 4 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
1.1.2.2.01.1.1.02.01 - Taxa de Expediente - Principal		15.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	15.000,00
Total Receita:		15.000,00
1.1.2.2.01.1.1.03.01 - Taxa de Utilização de Rede de Esgoto - Principal		184.083,33
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	184.083,33
Total Receita:		184.083,33
1.1.2.2.01.1.1.03.02 - Taxa de Utilização de Rede de Esgoto - Multa e Juros		2.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.1.2.2.01.1.1.03.03 - Taxa de Utilização de Rede de Esgoto - Dívida Ativa		5.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	5.000,00
Total Receita:		5.000,00
1.1.2.2.01.1.1.03.04 - Taxa de Utilização de Rede de Esgoto - Dívida Ativa - Multa e Juros		500,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.1.3.8.01.1.1.01.00 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável - Principal		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.1.3.8.01.1.2.01.00 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Esgoto Sanitário - Principal		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.1.3.8.04.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal		50.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	50.000,00
Total Receita:		50.000,00
1.1.3.8.04.1.2.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multa e Juros		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.1.3.8.04.1.3.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa		7.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	7.000,00
Total Receita:		7.000,00
1.1.3.8.04.1.4.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa Multa e		300,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	300,00
Total Receita:		300,00
1.2.1.0.99.1.1.01.00 - Contribuições para Funrebom		170.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	170.000,00
Total Receita:		170.000,00
1.2.1.0.99.1.1.02.00 - Contribuição IR - FIA		1.000,00
110900 - FIA Imposto de Renda	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.2.4.0.00.1.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal		700.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 5 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
110800 - Contr. p/Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	100.0%	700.000,00
Total Receita:		700.000,00
1.3.1.0.01.2.1.01.00 - Taxa de Ocupação de Imóveis		20.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	20.000,00
Total Receita:		20.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.01 - Rend. Aplic. Financ. - Fundeb		20.000,00
111800 - Transferência de Recurso do Fundeb 60%	95%	19.000,00
111900 - Transferência de Recurso do Fundeb 40%	5%	1.000,00
Total Receita:		20.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.02 - Rend. Aplic. Financ. - MDE		7.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	7.000,00
Total Receita:		7.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.03 - Rend. Aplic. Financ. - Salário Educação		7.000,00
113600 - Transferência de Rec. da União - Salário Educação	100.0%	7.000,00
Total Receita:		7.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.04 - Rend. Aplic. Financ. - Merenda Escolar		4.000,00
113701 - Transf. de Rec. da União - PNAE - Merenda Escolar	100.0%	4.000,00
Total Receita:		4.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.05 - Rend. Aplic. Financ. - PNATE União		1.000,00
113702 - Transf. de Rec. da União - PNATE - Transporte Escolar	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.06 - Rend. Aplic. Financ. União - Rec. Capital - Assist. Social		1.000,00
113100 - Transf. Convênios da União - Programas de Assist. Social	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.07 - Rend. Aplic. Financ. União - Rec. Corrente - Assist. Social		6.000,00
113100 - Transf. Convênios da União - Programas de Assist. Social	100.0%	6.000,00
Total Receita:		6.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08 - Rend. Aplic. Financ. União - Rec. Capital - Educação		500,00
113200 - Transf. Convênios da União - Educação	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.09 - Rend. Aplic. Financ. União - Rec. Correntes - Educação		100,00
113200 - Transf. Convênios da União - Educação	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.01.10 - Rend. Aplic. Financ. União - Rec. Capital - Demais		300,00
113400 - Transferências de Convênios da - União - Demais	100.0%	300,00
Total Receita:		300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.11 - Rend. Aplic. Financ. União - Rec. Correntes - Demais		300,00
113400 - Transferências de Convênios da - União - Demais	100.0%	300,00
Total Receita:		300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.12 - Rend. Aplic. Financ. Estado - Rec. Capital - Assist. Social		1.885,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 6 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
116100 - Transf. de Conv. Estado - Programas de Assist. Social	100.0%	1.885,00
Total Receita:		1.885,00
1.3.2.1.00.1.1.01.14 - Rend. Aplic. Financ. - Transp. Escolar Estado		5.000,00
116201 - Transf. de Rec. do Estado - Transporte Escolar	100.0%	5.000,00
Total Receita:		5.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.15 - Rend. Aplic. Financ. Estado - Rec. Capital - Educação		500,00
116202 - Transf. Convênio do Estado - Educação	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.16 - Rend. Aplic. Financ. Estado - Rec. Correntes - Educação		300,00
116202 - Transf. Convênio do Estado - Educação	100.0%	300,00
Total Receita:		300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.17 - Rend. Aplic. Financ. Estado - Rec. Capital - Demais		500,00
116400 - Transf. Convênios Estado - Demais	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.18 - Rend. Aplic. Financ. Estado - Rec. Correntes - Demais		100,00
116400 - Transf. Convênios Estado - Demais	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.01.19 - Rend. Aplic. Financ. - Alienação de Bens		2.000,00
118900 - Alienação de Bens	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.20 - Rend. Aplic. Financ. - Alienação de Bens - Educação		100,00
118700 - Alienação de Bens - Educação	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.01.21 - Rend. Aplic. Financ. - Polícia Militar		500,00
111000 - Convênio de Trânsito - Militar	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.22 - Rend. Aplic. Financ. - Polícia Civil		500,00
111100 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.23 - Rend. Aplic. Financ. - FIA Imposto de Renda		100,00
110900 - FIA Imposto de Renda	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.01.24 - Rend. Aplic. Financ. - Iluminação Pública		15.000,00
110800 - Contr. p/Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	100.0%	15.000,00
Total Receita:		15.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.25 - Rend. Aplic. Financ - Operações de Créditos Internas		120,00
118300 - Outras Operações de Crédito Internas	100.0%	120,00
Total Receita:		120,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Rend. Aplic. Financ. - Banco do Brasil		50.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	50.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 7 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
Total Receita:		50.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.02 - Rend. Aplic. Financ. - Caixa Econômica Federal		50.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	50.000,00
Total Receita:		50.000,00
1.4.0.0.00.1.1.01.00 - Receita de Produção de Mudás		5.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	5.000,00
Total Receita:		5.000,00
1.4.0.0.00.1.1.02.00 - Outras Receitas Agropecuárias		7.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	7.000,00
Total Receita:		7.000,00
1.6.1.0.01.1.1.01.00 - Serviços de Inscrição em Concurso Público		3.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	3.000,00
Total Receita:		3.000,00
1.6.1.0.01.1.1.02.00 - Serv. de Captação/Adução/Trat/Reserva e Distribuição de Água		3.650.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	3.650.000,00
Total Receita:		3.650.000,00
1.7.1.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		12.000.000,00
Dedução: Dedução para Formação de Funbeb		-2.400.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	-2.400.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	6.720.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	3.240.000,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	2.040.000,00
Total Receita:		9.600.000,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro		600.000,00
110000 - Recursos Ordinários	75%	450.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	25%	150.000,00
Total Receita:		600.000,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho -		496.000,00
110000 - Recursos Ordinários	75%	372.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	25%	124.000,00
Total Receita:		496.000,00
1.7.1.8.01.5.1.00.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal		6.400,00
Dedução: Dedução para Formação de Funbeb		-1.280,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	-1.280,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	3.584,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	1.728,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	1.088,00
Total Receita:		5.120,00
1.7.1.8.02.2.1.00.00 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal		800,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	800,00
Total Receita:		800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 8 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
1.7.1.8.02.6.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal		130.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	130.000,00
Total Receita:		130.000,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00 - Transferências do Salário-Educação - Principal		798.500,00
113600 - Transferência de Rec. da União - Salário Educação	100.0%	798.500,00
Total Receita:		798.500,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar		187.711,90
113701 - Transf. de Rec. da União - PNAE - Merenda Escolar	100.0%	187.711,90
Total Receita:		187.711,90
1.7.1.8.05.4.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do		187.100,00
113702 - Transf. de Rec. da União - PNATE - Transporte Escolar	100.0%	187.100,00
Total Receita:		187.100,00
1.7.1.8.06.1.1.00.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		70.000,00
Dedução: Dedução para Formação de Funbeb		-14.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	-14.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	39.200,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	18.900,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	11.900,00
Total Receita:		56.000,00
1.7.1.8.10.3.1.01.00 - Convênio Fundo Assist. BL GBF FNAS		20.000,00
113100 - Transf. Convênios da União - Programas de Assist. Social	100.0%	20.000,00
Total Receita:		20.000,00
1.7.1.8.10.3.1.02.00 - Convênio Fundo Assist. BL GSUA FNAS		7.000,00
113100 - Transf. Convênios da União - Programas de Assist. Social	100.0%	7.000,00
Total Receita:		7.000,00
1.7.1.8.10.3.1.03.00 - Convênio Fundo Assist. BL PSB FNAS		159.886,59
113100 - Transf. Convênios da União - Programas de Assist. Social	100.0%	159.886,59
Total Receita:		159.886,59
1.7.1.8.10.3.1.04.00 - Programa de Proteção Básica ao Idoso - BIDO		2.015,00
113100 - Transf. Convênios da União - Programas de Assist. Social	100.0%	2.015,00
Total Receita:		2.015,00
1.7.1.8.10.3.1.05.00 - Convênio IGD Bolsa Família		1.500,00
113100 - Transf. Convênios da União - Programas de Assist. Social	100.0%	1.500,00
Total Receita:		1.500,00
1.7.1.8.99.1.1.01.00 - Cota Parte FEX		100.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	100.000,00
Total Receita:		100.000,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00 - Cota-Parte do ICMS - Principal		22.500.000,00
Dedução: Dedução para Formação de Funbeb		-4.500.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	-4.500.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	12.600.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 9 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	6.075.000,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	3.825.000,00
Total Receita:		18.000.000,00
1.7.2.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do IPVA - Principal		1.750.000,00
Dedução: Dedução para Formação de Funbeb		-350.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	-350.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	980.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	472.500,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	297.500,00
Total Receita:		1.400.000,00
1.7.2.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		300.000,00
Dedução: Dedução para Formação de Funbeb		-60.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	-60.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	168.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	81.000,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	51.000,00
Total Receita:		240.000,00
1.7.2.8.01.4.1.00.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal		35.000,00
Dedução: Dedução para Formação de Funbeb		-7.000,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	100.0%	-7.000,00
110000 - Recursos Ordinários	56%	19.600,00
110100 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%	27%	9.450,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	17%	5.950,00
Total Receita:		28.000,00
1.7.2.8.99.1.1.01.00 - Convênio Transporte Escolar do Estado		397.497,12
116201 - Transf. de Rec. do Estado - Transporte Escolar	100.0%	397.497,12
Total Receita:		397.497,12
1.7.2.8.99.1.1.02.00 - Transf. Convênios Estado - Progr. Assistência Social		55.925,45
116100 - Transf. de Conv. Estado - Programas de Assist. Social	100.0%	55.925,45
Total Receita:		55.925,45
1.7.2.8.99.1.1.03.00 - Outras Transf. Correntes - Estado		3.000,00
116400 - Transf. Convênios Estado - Demais	100.0%	3.000,00
Total Receita:		3.000,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica		7.305.280,00
111800 - Transferência de Recurso do Fundef 60%	95%	6.940.016,00
111900 - Transferência de Recurso do Fundef 40%	5%	365.264,00
Total Receita:		7.305.280,00
1.9.1.0.01.1.1.01.00 - Multas de Trânsito		73.195,26
110000 - Recursos Ordinários	35%	25.618,34
111000 - Convênio de Trânsito - Militar	32.5%	23.788,46
111100 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	32.5%	23.788,46

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 10 / 14

Data: 10/10/2017

04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	%	2018
Total Receita:		73.195,26
1.9.2.1.01.1.1.00.00 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.9.2.1.99.1.1.00.00 - Outras Indenizações - Principal		15.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	15.000,00
Total Receita:		15.000,00
1.9.9.0.99.1.1.00.00 - Outras Receitas - Primárias - Principal		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
2.1.1.9.00.1.1.00.00 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal		400,00
118300 - Outras Operações de Crédito Internas	100.0%	400,00
Total Receita:		400,00
2.2.1.3.00.1.1.00.00 - Alienação de Bens Móveis		400,00
118900 - Alienação de Bens	100.0%	400,00
Total Receita:		400,00
2.2.1.3.00.1.2.00.00 - Alienação de Bens Móveis - Educação		300,00
118700 - Alienação de Bens - Educação	100.0%	300,00
Total Receita:		300,00
2.2.2.0.00.1.1.00.00 - Alienação de Bens Imóveis		720,00
118900 - Alienação de Bens	100.0%	720,00
Total Receita:		720,00
2.2.2.0.00.1.2.00.00 - Alienação de Bens Imóveis - Educação		400,00
118700 - Alienação de Bens - Educação	100.0%	400,00
Total Receita:		400,00
2.3.0.0.07.1.1.01.00 - Amortização de Financiamentos - Principal - COHAB		2.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
2.3.0.0.07.1.1.02.00 - Amortização de Financiamentos - Principal - FRH		1.000,00
110000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
2.4.1.8.05.1.1.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal		2.700,00
113200 - Transf. Convênios da União - Educação	100.0%	2.700,00
Total Receita:		2.700,00
2.4.1.8.99.1.1.00.00 - Outras Transferências da União - Principal		23.447,50
113400 - Transferências de Convênios da - União - Demais	100.0%	23.447,50
Total Receita:		23.447,50
2.4.2.8.05.1.1.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal		1.700,00
116202 - Transf. Convênio do Estado - Educação	100.0%	1.700,00
Total Receita:		1.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 11 / 14
Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

	%	2018
04.001 - SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO		
2.4.2.8.99.1.1.00.00 - Outras Transferências dos Estados - Principal		20.447,50
116400 - Transf. Convênios Estado - Demais	100.0%	20.447,50
	Total Receita:	20.447,50
	Total Órgão:	51.075.884,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 12 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

90.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	%	2018
1.3.2.1.00.1.1.01.41 - Rend. Aplic. Financ - Conv. Saúde Bucal		3.000,00
113801 - Convênio Saúde Bucal	100.0%	3.000,00
Total Receita:		3.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.42 - Rend. Aplic. Financ - Conv. Vigilância em Saúde		1.000,00
113802 - Convênio Vigilância em Saúde	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.43 - Rend. Aplic. Financ - Conv. Farmácia Básica - União		1.000,00
113803 - Convênio Farmácia Básica - União	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.44 - Rend. Aplic. Financ - Conv. PAB FIXO		4.000,00
113804 - Convênio PAB FIXO	100.0%	4.000,00
Total Receita:		4.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.45 - Rend. Aplic. Financ - ConV. PSF		4.000,00
113805 - Convênio PSF	100.0%	4.000,00
Total Receita:		4.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.46 - Rend. Aplic. Financ - Conv. PACS		4.000,00
113806 - Convênio PACS	100.0%	4.000,00
Total Receita:		4.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.47 - Rend. Aplic. Financ - Conv. SUS		5.000,00
113807 - Convênio SUS - União	100.0%	5.000,00
Total Receita:		5.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.48 - Rend. Aplic. Financ - Conv. Vigilância Sanitária		200,00
113810 - Convênio Vigilância Sanitária	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.3.2.1.00.1.1.01.49 - Rend. Aplic. Financ - Conv. SAMU		2.000,00
113808 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.50 - Rend. Aplic. Financ - Conv. NASF		4.000,00
113809 - Convênio NASF	100.0%	4.000,00
Total Receita:		4.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.51 - Rend. Aplic. Financ - Conv. Farmácia Básica - Estado		2.000,00
116700 - Convênio Farmácia Básica Estado	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.52 - Rend. Aplic. Financ - Conv. SUS - Estado		2.000,00
116301 - Transf. Convênio SUS - Estado	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.58 - Rend. Aplic. Financ - Rec. Capital União - Saúde		300,00
113300 - Transferências de Convênio da União - Saúde	100.0%	300,00
Total Receita:		300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.59 - Rend. Aplic. Financ - Outras Rec. Correntes União - Saúde		300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Página: 13 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

90.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	%	2018
113300 - Transferências de Convênio da União - Saúde	100.0%	300,00
Total Receita:		300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.60 - Rend. Aplic. Financ - Rec. Correntes SUS Estado - Saúde		1.000,00
116301 - Transf. Convênio SUS - Estado	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.61 - Rend. Aplic. Financ - Rec. Capital Estado - Saúde		100,00
116302 - Transf. Convênios do Estado - Saúde	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.01.62 - Rend. Aplic. Financ - Rec. Correntes Estado - Saúde		100,00
116302 - Transf. Convênios do Estado - Saúde	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.01.63 - Rend. Aplic. Financ - Rec. Alienação de Bens		149,00
118800 - Alienação de Bens - Fundo de Saúde	100.0%	149,00
Total Receita:		149,00
1.3.2.1.00.1.1.02.09 - Rend. Aplic. Financ. - Ações Serv. Público de Saúde 15%		10.000,00
110200 - Recursos de Impostos para Saúde 15%	100.0%	10.000,00
Total Receita:		10.000,00
1.7.1.8.10.1.1.01.00 - Convênio Saúde Bucal		268.412,44
113801 - Convênio Saúde Bucal	100.0%	268.412,44
Total Receita:		268.412,44
1.7.1.8.10.1.1.02.00 - Convênio Vigilância em Saúde		53.790,66
113802 - Convênio Vigilância em Saúde	100.0%	53.790,66
Total Receita:		53.790,66
1.7.1.8.10.1.1.03.00 - Convênio Farmácia Básica - União		84.750,00
113803 - Convênio Farmácia Básica - União	100.0%	84.750,00
Total Receita:		84.750,00
1.7.1.8.10.1.1.04.00 - Convênio PAB FIXO		432.287,60
113804 - Convênio PAB FIXO	100.0%	432.287,60
Total Receita:		432.287,60
1.7.1.8.10.1.1.05.00 - Convênio NASF		441.770,00
113809 - Convênio NASF	100.0%	441.770,00
Total Receita:		441.770,00
1.7.1.8.10.1.1.06.00 - Convênio Vigilância Sanitária		118.840,00
113810 - Convênio Vigilância Sanitária	100.0%	118.840,00
Total Receita:		118.840,00
1.7.1.8.10.1.1.07.00 - Convênio PSF		491.300,00
113805 - Convênio PSF	100.0%	491.300,00
Total Receita:		491.300,00
1.7.1.8.10.1.1.08.00 - Convênio PACS		491.300,00
113806 - Convênio PACS	100.0%	491.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Página: 14 / 14

Data: 10/10/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

90.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	%	2018
	Total Receita:	491.300,00
1.7.1.8.10.1.1.09.00 - Convênio SUS - União		888.753,30
113807 - Convênio SUS - União	100.0%	888.753,30
	Total Receita:	888.753,30
1.7.1.8.10.1.1.10.00 - Convênio SAMU - Serv. Atend.Móvel de Urgência		186.605,00
113808 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	100.0%	186.605,00
	Total Receita:	186.605,00
1.7.1.8.10.1.1.21.00 - Convênio Farmácia Básica - Estado		87.250,00
116700 - Convênio Farmácia Básica Estado	100.0%	87.250,00
	Total Receita:	87.250,00
1.7.1.8.10.1.1.22.00 - Convênio SUS - Estado		31.970,00
116301 - Transf. Convênio SUS - Estado	100.0%	31.970,00
	Total Receita:	31.970,00
1.7.1.8.10.1.1.23.00 - Outras Transf. Correntes - Estado - Saúde		1.200,00
116302 - Transf. Convênios do Estado - Saúde	100.0%	1.200,00
	Total Receita:	1.200,00
2.2.1.3.00.1.1.00.00 - Alienação de Bens Móveis		800,00
118800 - Alienação de Bens - Fundo de Saúde	100.0%	800,00
	Total Receita:	800,00
2.4.1.8.03.1.1.00.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde à SUS - Principal		869,00
113300 - Transferências de Convênio da União - Saúde	100.0%	869,00
	Total Receita:	869,00
2.4.2.8.03.1.1.00.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde à SUS - Principal		69,00
116302 - Transf. Convênios do Estado - Saúde	100.0%	69,00
	Total Receita:	69,00
	Total Órgão:	3.624.116,00
	Total :	54.700.000,00

 Contador
 Renato Schlickmann
 CRC 023545/0-8

 Prefeito Municipal
 Jorge Welter

ANEXOS LEI MUNICIPAL Nº 3.108, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455702

Página: 1 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA	2.450.300,00	39.882.377,76		42.332.677,76
02001 GABINETE DO PREFEITO	102.000,00	1.402.500,00		1.504.500,00
4 Administração	102.000,00	1.402.500,00		1.504.500,00
4.4 Administração Geral	102.000,00	940.000,00		1.042.000,00
4.4.3 Manutenção do Gabinete do Prefeito	102.000,00	680.000,00		782.000,00
4.4.3.1002 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente	102.000,00			102.000,00
4.4.3.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete		680.000,00		680.000,00
4.4.17 Procuradoria geral do Município		260.000,00		260.000,00
4.4.17.2003 Procuradoria Geral do Município		260.000,00		260.000,00
4.4 Controle Interno		210.500,00		210.500,00
4.4.18 Sistema de Controle Interno		210.500,00		210.500,00
4.4.18.2004 Controladoria Interna do Município		210.500,00		210.500,00
4.4 Comunicação Social		252.000,00		252.000,00
4.4.19 Imprensa e Comunicação em Geral		252.000,00		252.000,00
4.4.19.2005 Assessoria de Imprensa e Comunicação Oficial		252.000,00		252.000,00
03001 SECRET. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS	594.000,00	2.664.733,72		3.258.733,72
4 Administração	594.000,00	2.514.733,72		3.108.733,72
4.4 Administração Geral	584.000,00	2.430.000,00		3.014.000,00
4.4.2 Supervisão e Coordenação Administrativa	550.000,00	2.430.000,00		2.980.000,00
4.4.2.1003 Construção e Reforma de Prédios Públicos	450.000,00			450.000,00
4.4.2.1004 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente	100.000,00			100.000,00
4.4.2.2007 Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração		2.430.000,00		2.430.000,00
4.4.7 Humanização de Centros Comunitários	10.000,00			10.000,00
4.4.7.1005 Humanização de Centros Comunitários	10.000,00			10.000,00
4.4.30 Academia ao Ar Livre	24.000,00			24.000,00
4.4.30.1007 Instalação de Academias	24.000,00			24.000,00
4.4 Administração Financeira	10.000,00			10.000,00
4.4.6 Melhorar a Infraestrutura	10.000,00			10.000,00
4.4.6.1006 Aquisição de Imóveis	10.000,00			10.000,00

Página: 2 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
4.4	Policciamento		84.733,72		84.733,72
4.4.4	Serviços de Trânsito		84.733,72		84.733,72
4.4.4.2006	Convênio de Trânsito		84.733,72		84.733,72
8	Assistência Social		150.000,00		150.000,00
8.8	Assistência à Criança e ao Adolescente		150.000,00		150.000,00
8.8.27	Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade		150.000,00		150.000,00
8.8.27.2008	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		150.000,00		150.000,00
03002	SECRET.MUNIC. ADM., OBRAS, SERV. URB. - URBANISMO	120.600,00	2.365.000,00		2.485.600,00
4	Administração	600,00			600,00
4.4	Administração Geral	600,00			600,00
4.4.6	Melhorar a Infraestrutura	600,00			600,00
4.4.6.1008	Construção do Anel Viário	600,00			600,00
15	Urbanismo	120.000,00	1.650.000,00		1.770.000,00
15.15	Infra-Estrutura Urbana	90.000,00			90.000,00
15.15.6	Melhorar a Infraestrutura	90.000,00			90.000,00
15.15.6.1009	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Urbanismo	50.000,00			50.000,00
15.15.6.1010	Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento e Passeios Públicos	40.000,00			40.000,00
15.15	Serviços Urbanos	30.000,00	1.650.000,00		1.680.000,00
15.15.6	Melhorar a Infraestrutura	30.000,00	1.650.000,00		1.680.000,00
15.15.6.1011	Construção e Manutenção de Praças, Parques e Banheiros Públicos	30.000,00			30.000,00
15.15.6.2009	Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo		1.650.000,00		1.650.000,00
25	Energia		715.000,00		715.000,00
25.25	Energia Elétrica		715.000,00		715.000,00
25.25.6	Melhorar a Infraestrutura		715.000,00		715.000,00
25.25.6.2010	Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública		715.000,00		715.000,00
03003	SECRET.MUNIC. ADM., OBRAS, SERV. URB. - DEF. CIVIL		113.623,00		113.623,00
6	Segurança Pública		113.623,00		113.623,00
6.6	Defesa Civil		113.623,00		113.623,00
6.6.8	Defesa Civil		113.623,00		113.623,00

Página: 3 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei n° 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
6.6.8.2011 Manutenção das Atividades do Fundo de Enfrentamento a Desastres - FMED		113.623,00		113.623,00
04001 SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	83.800,00	2.600.000,00		2.683.800,00
4 Administração	83.800,00	2.600.000,00		2.683.800,00
4.4 Administração Financeira	83.800,00	2.600.000,00		2.683.800,00
4.4.9 Administração de Recursos Financeiros Municipais	83.800,00	2.600.000,00		2.683.800,00
4.4.9.1012 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Fazenda	83.800,00	2.600.000,00		2.683.800,00
4.4.9.2012 Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda	83.800,00	2.600.000,00		2.600.000,00
04002 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		1.749.827,35		1.749.827,35
28 Encargos Especiais		1.749.827,35		1.749.827,35
28.28 Previdência Básica		820.000,00		820.000,00
28.28.5 Encargos Gerais		820.000,00		820.000,00
28.28.5.2013 Pagamento de Aposentados e Pensionistas		820.000,00		820.000,00
28.28 Serviço da Dívida Interna		90.000,00		90.000,00
28.28.10 Amortização e Encargos da Dívida Interna		90.000,00		90.000,00
28.28.10.8001 Amortização da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dívida Pública		90.000,00		90.000,00
28.28 Outros Encargos Especiais		839.827,35		839.827,35
28.28.5 Encargos Gerais		839.827,35		839.827,35
28.28.5.2014 Contribuições ao PASEP		539.827,35		539.827,35
28.28.5.2015 Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais		300.000,00		300.000,00
05001 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	225.000,00	3.760.000,00		3.985.000,00
17 Saneamento	225.000,00	3.760.000,00		3.985.000,00
17.17 Saneamento Básico Urbano	225.000,00	3.760.000,00		3.985.000,00
17.17.11 Saneamento Básico - Sistema de Água	225.000,00	3.760.000,00		3.985.000,00
17.17.11.1013 Construção, Ampliação e Manutenção de ETAs, Ampliação e Manutenção de Redes de Água	150.000,00	150.000,00		150.000,00
17.17.11.1014 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Água	75.000,00	75.000,00		75.000,00
17.17.11.2016 Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água		3.760.000,00		3.760.000,00
05002 SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	87.000,00	700.000,00		787.000,00
17 Saneamento	87.000,00	700.000,00		787.000,00
17.17 Saneamento Básico Urbano	87.000,00	700.000,00		787.000,00

Página: 4 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17.17.21 Saneamento Básico - Coleta e Tratamento de Esgoto	87.000,00	700.000,00		787.000,00
17.17.21.1015 Construção Ampliação das Redes e Estação de Tratamento de Esgoto	12.000,00			12.000,00
17.17.21.1016 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Esgoto	75.000,00			75.000,00
17.17.21.2017 Manutenção do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto		700.000,00		700.000,00
05003 SISTEMA DE COLETA DE LIXO		550.000,00		550.000,00
17 Saneamento		550.000,00		550.000,00
17.17 Saneamento Básico Urbano		550.000,00		550.000,00
17.17.22 Coleta de Lixo no Perímetro Urbano		550.000,00		550.000,00
17.17.22.2018 Manutenção do Sistema de Coleta e Destinação do Lixo		550.000,00		550.000,00
06001 ATIVIDADES ADMINSTR.DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	12.000,00	1.400.000,00		1.412.000,00
12 Educação	12.000,00	1.400.000,00		1.412.000,00
12.12 Ensino Fundamental	12.000,00	1.400.000,00		1.412.000,00
12.12.35 Manutenção das Atividades da Educação	12.000,00	1.400.000,00		1.412.000,00
12.12.35.1017 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente	12.000,00			12.000,00
12.12.35.2019 Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação		1.400.000,00		1.400.000,00
06002 ENSINO FUNDAMENTAL	130.000,00	6.602.500,00		6.732.500,00
12 Educação	130.000,00	6.602.500,00		6.732.500,00
12.12 Alimentação e Nutrição		266.000,00		266.000,00
12.12.12 Acesso, Manut. e Qualificação do Ensino Fundamental		266.000,00		266.000,00
12.12.12.2023 Merenda Escolar - Ensino Fundamental		266.000,00		266.000,00
12.12 Ensino Fundamental	130.000,00	6.336.500,00		6.466.500,00
12.12.12 Acesso, Manut. e Qualificação do Ensino Fundamental	130.000,00	6.336.500,00		6.466.500,00
12.12.12.1018 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Ensino Fund.				50.000,00
12.12.12.1019 Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais - Ensino Fund.	80.000,00			80.000,00
12.12.12.2020 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental		5.294.000,00		5.294.000,00
12.12.12.2021 Uniforme Escolar e Agasalhos - Ensino Fundamental		92.500,00		92.500,00
12.12.12.2022 Transporte Escolar - Ensino Fundamental		950.000,00		950.000,00
06003 EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	110.000,00	2.724.035,00		2.834.035,00
12 Educação	110.000,00	2.724.035,00		2.834.035,00

Página: 5 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12.12	Alimentação e Nutrição		141.535,00		141.535,00
12.12.14	Merenda Escolar		141.535,00		141.535,00
12.12.14.2027	Merenda Escolar - Educ. Infantil - Pré-Escola		141.535,00		141.535,00
12.12	Educação Infantil	110.000,00	2.582.500,00		2.692.500,00
12.12.13	Transporte Escolar		304.000,00		304.000,00
12.12.13.2026	Transporte Escolar - Educ. Infantil - Pré-Escola		304.000,00		304.000,00
12.12.15	Acesso, Manut. e Qualificação do Ensino Infantil - Pré-Escola	110.000,00	2.278.500,00		2.388.500,00
12.12.15.1020	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Educ. Infantil - Pré-Escola	40.000,00			40.000,00
12.12.15.1021	Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais - Educ. Infantil - Pré-Escola	70.000,00			70.000,00
12.12.15.2024	Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Pré-Escola		2.240.000,00		2.240.000,00
12.12.15.2025	Uniforme Escolar e Agasalhos - End. Infantil - Pré-Escola		38.500,00		38.500,00
06004	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	160.000,00	2.440.543,44		2.600.543,44
12	Educação	160.000,00	2.440.543,44		2.600.543,44
12.12	Alimentação e Nutrição		93.500,00		93.500,00
12.12.14	Merenda Escolar		93.500,00		93.500,00
12.12.14.2030	Merenda Escolar - Educ. Infantil - Creche		93.500,00		93.500,00
12.12	Educação Infantil	160.000,00	2.347.043,44		2.507.043,44
12.12.13	Transporte Escolar		55.000,00		55.000,00
12.12.13.2029	Transporte Escolar - Educ. Infantil - Creche		55.000,00		55.000,00
12.12.16	Acesso, Manut. e Qualificação do Ensino Infantil - Creche	160.000,00	2.292.043,44		2.452.043,44
12.12.16.1022	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Educ. Infantil - Creche	40.000,00			40.000,00
12.12.16.1023	Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais - Educ. Infantil - Creche	120.000,00			120.000,00
12.12.16.2028	Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche		2.292.043,44		2.292.043,44
06005	ENSINO MÉDIO		196.800,00		196.800,00
12	Educação		196.800,00		196.800,00
12.12	Ensino Médio		196.800,00		196.800,00
12.12.23	Acesso a Manut. e Qualificação do Ensino Médio		196.800,00		196.800,00
12.12.23.2031	Manutenção do Ensino Médio		196.800,00		196.800,00
06006	ENSINO SUPERIOR		15.000,00		15.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6 / 10
Data: 09/10/2017

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação		15.000,00		15.000,00
12.12	Ensino Superior		15.000,00		15.000,00
12.12.12	Acesso, Manut. e Qualificação do Ensino Fundamental		15.000,00		15.000,00
12.12.12.2032	Manutenção do Ensino Superior		15.000,00		15.000,00
06007	EDUCAÇÃO ESPECIAL		44.520,00		44.520,00
12	Educação		44.520,00		44.520,00
12.12	Educação Especial		44.520,00		44.520,00
12.12.25	Manutenção da Educação Especial - APAE		44.520,00		44.520,00
12.12.25.2033	Manutenção da Educação Especial		44.520,00		44.520,00
06008	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FUNCULTURA	96.000,00	848.000,00		944.000,00
13	Cultura	96.000,00	848.000,00		944.000,00
13.13	Difusão Cultural	96.000,00	848.000,00		944.000,00
13.13.26	Difusão Cultural	96.000,00	848.000,00		944.000,00
13.13.26.1024	Construção e Reforma de Prédios Públicos	96.000,00			96.000,00
13.13.26.2034	Manutenção da Biblioteca e Museu Público Municipal		188.000,00		188.000,00
13.13.26.2035	Manutenção das Atividades do Fundo da Cultura		660.000,00		660.000,00
06009	FUNDO MUNIC. DE INCENTIVO AO ESPORTE - FUNDESPORTE	50.000,00	440.000,00		490.000,00
27	Desporto e Lazer	50.000,00	440.000,00		490.000,00
27.27	Desporto Comunitário	50.000,00	440.000,00		490.000,00
27.27.33	Desenvolvimento do Esporte Comunitário e Amador	50.000,00	440.000,00		490.000,00
27.27.33.1025	Construção e Reforma de Ginásios de Esporte	50.000,00	440.000,00		490.000,00
27.27.33.2036	Manutenção das Atividades do Fundo de Esporte - Fundesporte	50.000,00	440.000,00		490.000,00
07001	SECRETARIA MUNIC. INDÚSTRIA, COM. PREST. SERVIÇOS	71.100,00	440.000,00		511.100,00
22	Indústria		611.000,00		611.000,00
22.22	Promoção Industrial		60.000,00		60.000,00
22.22.20	Apoio a Indústria, Comércio e Prest. de Serviços		60.000,00		60.000,00
22.22.20.2038	Implantação e Manutenção de Infraestrutura em Área Industrial		60.000,00		60.000,00
23	Comércio e Serviços	71.100,00	551.000,00		622.100,00
23.23	Promoção Industrial	71.100,00	551.000,00		622.100,00

Página: 7 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
23.23.20 Apoio a Indústria, Comércio e Prest. de Serviços	71.100,00	551.000,00		622.100,00
23.23.20.1026 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente	71.100,00			71.100,00
23.23.20.2037 Manut. das Ativ. da Secret. da Ind. Com. e Prest. de Serviços		551.000,00		551.000,00
07002 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUNTURISMO	50.000,00	50.000,00		100.000,00
23 Comércio e Serviços	50.000,00	50.000,00		100.000,00
23.23 Turismo	50.000,00	50.000,00		100.000,00
23.23.39 Fomentar o Turismo no Município	50.000,00	50.000,00		100.000,00
23.23.39.1027 Implantar e Revitalizar Obras de Infraestruturas Turísticas	50.000,00	50.000,00		100.000,00
23.23.39.2039 Manutenção das Atividades do Turismo	50.000,00	50.000,00		100.000,00
08001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.000,00	1.490.865,25		1.499.865,25
8 Assistência Social	9.000,00	1.490.865,25		1.499.865,25
8.8 Assistência Comunitária	9.000,00	1.490.865,25		1.499.865,25
8.8.29 Gestão de Políticas Sociais no SUAS	9.000,00	1.490.865,25		1.499.865,25
8.8.29.1028 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Fundo Assist.	9.000,00			9.000,00
8.8.29.2040 Manutenção das Ativ. da Gestão da Secretaria de Assistência Social		499.900,00		499.900,00
8.8.29.2041 Proteção Social Básica		543.805,25		543.805,25
8.8.29.2042 Manutenção do Atendimento do Bolsa Família e Cadastro Único		22.160,00		22.160,00
8.8.29.2043 Manutenção da Oferta dos Benefícios Eventuais		28.000,00		28.000,00
8.8.29.2044 Manut. do Programa Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas Institucionalizadas		397.000,00		397.000,00
08002 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	300.000,00		310.000,00
8 Assistência Social	10.000,00	300.000,00		310.000,00
8.8 Assistência ao Idoso	10.000,00	300.000,00		310.000,00
8.8.28 Assistência Social Comunitária	10.000,00	300.000,00		310.000,00
8.8.28.1030 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente	10.000,00			10.000,00
8.8.28.2045 Manutenção das Atividades dos Idosos	10.000,00			10.000,00
09001 FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPIRANGA		300.000,00		300.000,00
8 Assistência Social		55.000,00		55.000,00
8.8 Assistência à Criança e ao Adolescente		55.000,00		55.000,00
8.8.27 Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade		55.000,00		55.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8 / 10
Data: 09/10/2017

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
8.8.27.2046	Manutenção das Atividades - Fundo da Infância e Adolescência		55.000,00		55.000,00
10001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	70.000,00			70.000,00
16	Habitação	70.000,00			70.000,00
16.16	Habitação Rural	35.000,00			35.000,00
16.16.38	Política Habitacional	35.000,00			35.000,00
16.16.38.1031	Construção e Reforma de Casas Populares e Banheiros - Rural	35.000,00			35.000,00
16.16	Habitação Urbana	35.000,00			35.000,00
16.16.38	Política Habitacional	35.000,00			35.000,00
16.16.38.1032	Construção e Reforma de Casas Populares e Banheiros - Urbano	35.000,00			35.000,00
11001	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	278.800,00	3.192.000,00		3.470.800,00
26	Transporte				
26.26	Transporte Rodoviário	278.800,00	3.192.000,00		3.470.800,00
26.26.31	Manutenção da Secretaria de Transportes	278.800,00	3.192.000,00		3.470.800,00
26.26.31.1033	Programa de Implantação e Recuperação de Asfalto no Interior do Município	40.000,00			40.000,00
26.26.31.1034	Construção e Reforma da Garagem e Oficina Mecânica	49.000,00			49.000,00
26.26.31.1035	Construção e Reforma de Pontes, Pontilhões, Bueiros e Galerias	86.800,00			86.800,00
26.26.31.1038	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Material Permanente	103.000,00			103.000,00
26.26.31.2047	Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes		3.192.000,00		3.192.000,00
12001	SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	101.000,00	3.286.430,00		3.387.430,00
20	Agricultura				
20.20	Extensão Rural	101.000,00	3.286.430,00		3.387.430,00
20.20.32	Promoção Agropecuária	101.000,00	3.286.430,00		3.387.430,00
20.20.32.1036	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Agricultura	101.000,00			101.000,00
20.20.32.2048	Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente		1.280.000,00		1.280.000,00
20.20.32.2049	Programa de Incentivo a Agricultura		1.506.430,00		1.506.430,00
20.20.32.2050	Programa de Desenvolvimento da Pecuária		500.000,00		500.000,00
13001	CONVÊNIO FUNREBOM	90.000,00	150.000,00		240.000,00
6	Segurança Pública	90.000,00	150.000,00		240.000,00
6.6	Defesa Civil	90.000,00	150.000,00		240.000,00

Página: 9 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
6.6.8 Defesa Civil	90.000,00	150.000,00		240.000,00
6.6.8.1037 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Funrebow	90.000,00			90.000,00
6.6.8.2051 Manutenção das Atividades do Funrebow		150.000,00		150.000,00
20001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		130.000,00		130.000,00
99 Reserva de Contingência		130.000,00		130.000,00
99.99 Reserva de Contingência		130.000,00		130.000,00
99.99.99 Reserva de Contingência		130.000,00		130.000,00
99.99.99.2060 Suprir Passivos Contingentes		130.000,00		130.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA				
90001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	55.000,00	10.688.932,24		10.743.932,24
10 Saúde	55.000,00	10.688.932,24		10.743.932,24
10.10 Atenção Básica	55.000,00	10.688.932,24		10.743.932,24
10.10.101 Atenção Básica	55.000,00	8.679.932,24		8.734.932,24
10.10.101.1081 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Saúde	55.000,00	8.679.932,24		8.734.932,24
10.10.101.1082 Construção, Ampliação e Manutenção das Unidades de Saúde e CAPS	33.000,00			33.000,00
10.10.101.2121 Manutenção das Atividades da Secretaria da Saúde	22.000,00			22.000,00
10.10.101.2122 Manutenção das Atividades da Atenção Básica		780.000,00		780.000,00
10.10.101.2123 Manutenção do Programa Farmácia Básica		7.274.932,24		7.274.932,24
10.10 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		625.000,00		625.000,00
10.10.101 Atenção Básica		1.739.000,00		1.739.000,00
10.10.101.2124 Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade		1.739.000,00		1.739.000,00
10.10.101.2125 Manutenção do Consórcio Público - AMEOSC		1.449.000,00		1.449.000,00
10.10.101.2126 Manutenção do Programa de Próteses Dentárias - LRPD		215.000,00		215.000,00
10.10 Vigilância Sanitária		75.000,00		75.000,00
10.10.101 Atenção Básica		270.000,00		270.000,00
10.10.101.2127 Manutenção da Vigilância Sanitária		270.000,00		270.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA				
01001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	30.000,00	1.593.390,00		1.623.390,00
1 Legislativa	30.000,00	1.593.390,00		1.623.390,00
	30.000,00	1.593.390,00		1.623.390,00

Página: 10 / 10
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
1.1 Ação Legislativa	30.000,00	1.593.390,00		1.623.390,00
1.1.1 Execução da Ação Legislativa	30.000,00	1.593.390,00		1.623.390,00
1.1.1.1001 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente - Legislativo	30.000,00			30.000,00
1.1.1.2001 Manutenção das Atividades Legislativas		1.593.390,00		1.593.390,00
Total Geral:				54.700.000,00

Contador
Renato Schlickmann

Prefeito Municipal
Jorge Weiter

ANEXOS LEI MUNICIPAL Nº 3.108, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455699

Página: 1 / 1
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	SubFunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
10 Saúde	301 Atenção Básica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
16 Habitação	481 Habitação Rural
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	661 Promoção Industrial
25 Energia	752 Energia Elétrica
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	271 Previdência Básica
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

Contador
Renato Schlickmann
CRC 023545/0-8

Prefeito Municipal
Jorge Welter

ANEXOS LEI MUNICIPAL Nº 3.108, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455695

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Página: 1 / 1
Data: 30/10/2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	62.834.277,00	DESPESAS CORRENTES	51.945.563,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.278.282,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.403.827,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	871.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	237.954,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.471.735,31
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	3.653.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.691.845,06		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.195,26		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-8.189.530,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-857.250,00	Total	51.945.563,00
DEDUÇÕES DAS TRANSFERÊNCIAS	-7.332.280,00		
		DESPESAS DE CAPITAL	2.624.437,00
Total	54.644.747,00	INVESTIMENTOS	2.604.437,00
Superavit do Orçamento	2.699.184,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.000,00
		Total	2.624.437,00
RECEITAS DE CAPITAL	55.253,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	2.620,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	49.233,00		
Deficit	2.569.184,00		
Total	2.624.437,00		

Resumo			
RECEITAS CORRENTES	62.834.277,00	DESPESAS CORRENTES	51.945.563,00
RECEITAS DE CAPITAL	55.253,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.624.437,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.189.530,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00
		Deficit	0,00
Total	54.700.000,00	Total	54.700.000,00

Contador
Renato Schlickmann
CRC 023545/0-8

Prefeito Municipal
Jorge Welter



ANEXOS LEI MUNICIPAL Nº 3.108, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455705

Página: 1 / 5
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Ações	Produto (Un. de Medida)	Física	Financeira
1001 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Notebook(UN - UNIDADE)	1,00	30.000,00
1002 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Notebook(UN - UNIDADE)	0,00	102.000,00
1003 - Construção e Reforma de Prédios Públicos	Abrigos de Passageiros(UN - UNIDADE)	2,00	450.000,00
1004 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Móveis e Utensílios(UN - UNIDADE)	10,00	100.000,00
1005 - Humanização de Centros Comunitários	Pimentação(UN - UNIDADE)	7,00	10.000,00
1006 - Aquisição de Imóveis	Terreno(UN - UNIDADE)	0,00	10.000,00
1007 - Instalação de Academias	Academia(UN - UNIDADE)	2,00	24.000,00
1008 - Construção do Anel Viário	Anel Viário(Km - km)	0,00	600,00
1009 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Equipamentos Diversos(UN - UNIDADE)	2,00	50.000,00
1010 - Construção e Manutenção de Asfalto,	Ciclovia(MTS - metros)	1.000,00	40.000,00
1011 - Construção e Manutenção de Praças, Parques e	Implantação de Praças(UN - UNIDADE)	2,00	30.000,00
1012 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Veículo(UN - UNIDADE)	0,00	83.800,00
1013 - Construção, Ampliação de ETAs, Ampliação e	Reservatórios de Água(UN - UNIDADE)	5,00	150.000,00
1014 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Veículo(UN - UNIDADE)	1,00	75.000,00
1015 - Construção Ampliação das Redes e Estação de	Rede de Esgoto(MTS - metros)	1.000,00	12.000,00
1016 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Veículo(UN - UNIDADE)	1,00	75.000,00
1017 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Veículo(UN - UNIDADE)	1,00	12.000,00
1018 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Veículo(UN - UNIDADE)	4,00	50.000,00
1019 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas	Reforma, Ampl. Escolas(M2 - M2)	0,00	80.000,00
1020 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Computador(UN - UNIDADE)	30,00	40.000,00
1021 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas	Reforma, Ampl. Escolas(M2 - M2)	1.144,85	70.000,00

Página: 2 / 5
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Ações	Produto (Un. de Medida)	Física	Financeira
1022 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Computador(UN - UNIDADE)	10,00	40.000,00
1023 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas	Ref. Ampl. Creches(M2 - M2)	0,00	120.000,00
1024 - Construção e Reforma de Prédios Públicos	Reforma Museu(M2 - M2)	0,00	96.000,00
1025 - Construção e Reforma de Ginásios de Esporte	Gin. José Soethe(M2 - M2)	0,00	50.000,00
1026 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Scanner(UN - UNIDADE)	1,00	71.100,00
1027 - Implantar e Revitalizar Obras de	Revitalizar Área de Lazer Marco Três Fronteiras(UN - UNIDADE)	1,00	50.000,00
1028 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Computador(UN - UNIDADE)	1,00	9.000,00
1030 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Veículo(UN - UNIDADE)	1,00	10.000,00
1031 - Construção e Reforma de Casas Populares e	Reforma de Casas(UN - UNIDADE)	5,00	35.000,00
1032 - Construção e Reforma de Casas Populares e	Reforma de Casas(UN - UNIDADE)	5,00	35.000,00
1033 - Programa de Implantação e Recuperação de	Asfalto(TON - TONELADA)	60,00	40.000,00
1034 - Construção e Reforma da Garagem e Oficina	Oficina Mecânica - Construção(M2 - M2)	0,00	49.000,00
1035 - Construção e Reforma de Pontes, Pontilhões,	Bueiros(UN - UNIDADE)	2.500,00	86.800,00
1036 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Equipamentos Diversos(UN - UNIDADE)	16,00	101.000,00
1037 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e	Furgão(UN - UNIDADE)	0,00	90.000,00
1038 - Aquisição de Máquinas, Veículos,	Televisor(UN - UNIDADE)	1,00	103.000,00
1081 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e			33.000,00
1082 - Construção, Ampliação e Manutenção das			22.000,00
2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	Manutenção(UN - UNIDADE)	12,00	1.593.390,00
2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	680.000,00
2003 - Procuradoria Geral do Município	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	260.000,00

Página: 3 / 5
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Ações	Produto (Un. de Medida)	Física	Financeira
2004 - Controladoria Interna do Município	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	210.500,00
2005 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Oficial	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	252.000,00
2006 - Convênio de Trânsito	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	84.733,72
2007 - Manutenção das Atividades da Secretaria da	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	2.430.000,00
2008 - Manutenção das Atividades do Conselho	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	150.000,00
2009 - Manutenção das Atividades do Setor de	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	1.650.000,00
2010 - Manutenção e Implantação de Redes de	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	715.000,00
2011 - Manutenção das Atividades do Fundo de	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	113.623,00
2012 - Manutenção das Atividades da Secretaria da	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	2.600.000,00
2013 - Pagamento de Aposentados e Pensionistas	Aposentados e Pensionistas(Mês - Mês)	12,00	820.000,00
2014 - Contribuições ao PASEP	Pasep(Mês - Mês)	12,00	539.827,35
2015 - Pagamento de Precatórios e Sentenças	Precatórios(Mês - Mês)	12,00	300.000,00
2016 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	3.760.000,00
2017 - Manutenção do Sistema de Coleta e	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	700.000,00
2018 - Manutenção do Sistema de Coleta e Destinação	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	550.000,00
2019 - Manutenção das Atividades da Secretaria da	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	1.400.000,00
2020 - Manutenção das Atividades do Ensino	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	5.294.000,00
2021 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ensino	Uniforme Escolar(UN - UNIDADE)	1.000,00	92.500,00
2022 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Alunos(Km - km)	210.400,00	950.000,00
2023 - Merenda Escolar - Ensino Fundamental	Refeições(UN - UNIDADE)	105.800,00	266.000,00
2024 - Manutenção das Atividades da Educação	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	2.240.000,00

Página: 4 / 5
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Ações	Produto (Un. de Medida)	Física	Financeira
2025 - Uniforme Escolar e Agasalhos - End. Infantil -	Uniforme Escolar(UN - UNIDADE)	550,00	38.500,00
2026 - Transporte Escolar - Educ. Infantil - Pré-Escola	Alunos(Km - km)	80.000,00	304.000,00
2027 - Merenda Escolar - Educ. Infantil - Pré-Escola	Refeições(UN - UNIDADE)	140.200,00	141.535,00
2028 - Manutenção das Atividades da Educação	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	2.292.043,44
2029 - Transporte Escolar - Educ. Infantil - Creche	Alunos(Km - km)	14.950,00	55.000,00
2030 - Merenda Escolar - Educ. Infantil - Creche	Refeições(UN - UNIDADE)	340.000,00	93.500,00
2031 - Manutenção do Ensino Médio	Bolsa de Estudo(UN - UNIDADE)	40,00	196.800,00
2032 - Manutenção do Ensino Superior	Alunos(UN - UNIDADE)	300,00	15.000,00
2033 - Manutenção da Educação Especial	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	44.520,00
2034 - Manutenção da Biblioteca e Museu Público	Manutenção(UN - UNIDADE)	12,00	188.000,00
2035 - Manutenção das Atividades do Fundo da	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	660.000,00
2036 - Manutenção das Atividades do Fundo de	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	440.000,00
2037 - Manut. das Ativ. da Secret. da Ind. Com. e	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	551.000,00
2038 - Implantação e Manutenção de Infraestrutura	Promoção da Indústria e Comércio(UN - UNIDADE)	12,00	60.000,00
2039 - Manutenção das Atividades do Turismo	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	50.000,00
2040 - Manutenção das Ativ. da Gestão da Secretaria	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	499.900,00
2041 - Proteção Social Básica	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	543.805,25
2042 - Manutenção do Atendimento do Bolsa Família e	Família(UN - UNIDADE)	150,00	22.160,00
2043 - Manutenção da Oferta dos Benefícios Eventuais	Auxílio(UN - UNIDADE)	20,00	28.000,00
2044 - Manut. do Programa Crianças, Adolescentes,	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	397.000,00
2045 - Manutenção das Atividades dos Idosos	Idosos(UN - UNIDADE)	1.600,00	300.000,00

Página: 5 / 5
Data: 09/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Anexo X – Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações

Ações	Produto (Un. de Medida)	Física	Financeira
2046 - Manutenção das Atividades - Fundo da Infância	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	55.000,00
2047 - Manutenção das Atividades da Secretaria dos	Pgto Pessoal(Mês - Mês)	12,00	3.192.000,00
2048 - Manutenção das Atividades da Secretaria da	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	1.280.000,00
2049 - Programa de Incentivo a Agricultura	Produtor/Pescador(BLC - BLOCO)	1.710,00	1.506.430,00
2050 - Programa de Desenvolvimento da Pecuária	Produtor(UN - UNIDADE)	675,00	500.000,00
2051 - Manutenção das Atividades do Funrebom	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	150.000,00
2060 - Suprir Passivos Contingentes	Suprir Passivos Contingentes(Mês - Mês)	12,00	130.000,00
2121 - Manutenção das Atividades da Secretaria da	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	780.000,00
2122 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	7.274.932,24
2123 - Manutenção do Programa Farmácia Básica	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	625.000,00
2124 - Manutenção das Atividades de Média e Alta			1.449.000,00
2125 - Manutenção do Consórcio Público - AMEOSC	Consórcio(Mês - Mês)	12,00	215.000,00
2126 - Manutenção do Programa de Próteses	Prótese Dentária(UN - UNIDADE)	300,00	75.000,00
2127 - Manutenção da Vigilância Sanitária	Manutenção(Mês - Mês)	12,00	270.000,00
8001 - Amortização da Dívida Contratada, Juros e	Amortização de Dívida(Mês - Mês)	12,00	90.000,00
Total:			54.700.000,00

Contador
Renato Schlickmann
CRC 023545/O-8

Prefeito Municipal
Jorge Welter

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 227/2017

Publicação Nº 1456172

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 227/2017 Licitação: 227/2017 - PR Data da Homologação: 12/12/2017 Fornecedor: 33863 - CHICO ELETRICA LTDA ME									
1	01-14-00157	TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 20, DN 100 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 5647) - DE 110 MM	corro plastic	MT	120,000	0,0000	55,0000	6.600,00	Venceu
2	01-14-00158	TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 15, DN 100 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 5647) - DE 110 MM	corro plastic	MT	240,000	0,0000	43,2000	10.368,00	Venceu
3	01-14-00159	TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 15, DN 75 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 5647) - DE 85 MM	corro plastic	MT	120,000	0,0000	26,8000	3.216,00	Venceu
4	01-14-00160	TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 15, DN 50 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 5647) - DE 60 MM	corro plastic	MT	3.000,000	0,0000	13,0000	39.000,00	Venceu
19	01-14-00184	TUBO COLETOR DE ESGOTO PVC, JEI, DN 200 MM, (NBR 7362)	corro plastic	MT	210,000	0,0000	57,0000	11.970,00	Venceu
20	01-14-00185	TUBO COLETOR DE ESGOTO PVC, JEI, DN 300 MM (NBR 7362)	corro plastic	MT	30,000	0,0000	148,9000	4.467,00	Venceu
21	01-14-00186	TUBO PVC DEFOFO, JEI 1 MPA, DN 200 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 7665)	corro plastic	UND	120,000	0,0000	130,0000	15.600,00	Venceu
22	01-14-00187	CURVA 45º DEFOFO AZUL JE PB DN 200 C/ ANEIS	chiva	UND	6,000	0,0000	475,3800	2.852,28	Venceu
23	01-14-00188	LUBA DE CORRER PVC, JE, DN 300 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO (NBR 10569)	chiva	UND	10,000	0,0000	217,7400	2.177,40	Venceu
24	01-14-00189	LUBA DE CORRER PVC, JE, DN 200 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO (NBR 10569)	chiva	UND	10,000	0,0000	78,6000	786,00	Venceu
25	01-14-00190	LUBA DE CORRER AZUL PVC DEFOFO JE DN 200 MM C/ ANEIS	amanco	UND	30,000	0,0000	217,7500	6.532,50	Venceu
26	01-14-00191	TE, PVC, 90 GRAUS, BBB, JE, DN 200 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO (NBR 10569)	chiva	UND	18,000	0,0000	118,0000	2.124,00	Venceu
27	01-14-00192	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC (NBR 10569) PARA REDE COLETORA DE ESGOTO PB JE 200 X 150 MM	chiva	UND	18,000	0,0000	85,0000	1.530,00	Venceu
28	01-14-00193	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC (NBR 10569) PARA REDE COLETORA DE ESGOTO PB JE 150 X 100 MM	chiva	UND	18,000	0,0000	48,0000	864,00	Venceu
					Total do Fornecedor →	3.950,000		108.087,18	

Nr. do Processo: 227/2017 **Licitação: 227/2017 - PR** **Data da Homologação: 12/12/2017**
Fornecedor: 147414 - LAJE AGUA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

8	01-14-00164	UNIÃO PEAD, PN 12,50, P/ TUBOS PEAD DIAMETRO EXTERNO DE 40MM	ARANGUL	UND	20,000	0,0000	50,0000	1.000,00	Venceu
9	01-14-00165	TUBO PEAD, PN 12,50 - DIAMETRO EXTERNO DE 40 MM, EM BOBINAS	RACAZA	MT	50,000	0,0000	7,3800	369,00	Venceu
10	01-14-00166	UNIÃO PEAD, PN 12,50, P/ TUBOS PEAD DIAMETRO EXTERNO DE 32 MM	ARANGUL	UND	20,000	0,0000	19,0000	380,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 227/2017 Licitação: 227/2017 - PR Data da Homologação: 12/12/2017 Fornecedor: 147414 - LAJE AGUA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA</p>									
11	01-14-00167	TUBO PEAD PN 12,50 - DIAMETRO EXTERNO DE 32 MM, EM BOBINAS	RACAZA	MT	50,000	0,0000	4,7600	238,00	Vencou
					140,000			1.987,00	
					Total do Fornecedor →				

Itapiranga, 13 de Dezembro de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 93/2017

Publicação Nº 1456912

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 16h:30min, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, MARCIANE RECH e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 93/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (PSF), PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E CENTRO DE REABILITAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ALESSANDRO DOS SANTOS LEAL
DANIELE DAGIOS EPP	LEANDRO SCHLATA
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	MARCOS ANTONIO LOBO
SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	RAFAEL GUSTAVO KOHLER

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Neste ato foi questionada pelos membros da equipe de apoio a participação da empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA pelo fato do não enquadramento a Lei complementar nº123/2006, o representante presente manifestou-se que requer sua participação ao certame tendo em vista o enquadramento do Art. 49, II da referida Lei, para seja observado os princípios da economicidade e da ampla concorrência, uma vez que a utilização apenas dos arts. 47 e 48, que acarretará prejuízo ao requerente, pois neste certame não há no mínimo três empresas aptas ao oferecer proposta ao certame sediadas no local ou regionalmente, ocorrendo a não observância ao referido artigo, como também possíveis prejuízos ao interesse público. A pregoeira resolveu por acatar sua manifestação para deliberar sobre o mérito junto à posição e parecer da equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, o qual será remetido o processo para análise e julgamento do item 6.5.9.2 Comprovação de Autorização de Funcionamento de Empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, publicada no DOU (inclusive para distribuidora), não será aceito protocolo de encaminhamento. Ficou definido entre os participantes devido a urgência de adquirir o medicamento que a sessão pública para lances será realizada na data de 18/12/2017 às 09h:00min.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata às 18h:30min. Itapoá, 13 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
MARCIANE RECH Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

Licitantes:

METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ALESSANDRO DOS SANTOS LEAL	DANIELE DAGIOS EPP LEANDRO SCHLATA
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP MARCOS ANTONIO LOBO	SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP RAFAEL GUSTAVO KOHLER

ATA SESSÃO PÚBLICA Nº 111/2017 - PEÇAS, ÓLEOS E LUBRIFICANTES

Publicação Nº 1456255

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, DAIANE BATISTA e ISABELA RAICIK DUTRA POHL nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 111/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ÓLEOS E LUBRIFICANTES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado o envelope de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participante	
Empresa	Representante
BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME	HASSAN PARHAMFARD

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). A empresa BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS cotou três marcas nos produtos, a Pregoeira acatou as marcas KARTER e a MANN. Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência

procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17	R\$ 12.369,16

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 13 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	DAIANE BATISTA Membro

Licitantes:

BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME
HASSAN PARHAMFARD

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2017

Publicação Nº 1456348

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: RP COMERCIAL LTDA ME, com sede á Rua das Bromélias, nº 1.126, Bairro: Fortaleza Alta, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89058-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.604.417/0001-70 e Inscrição Estadual nº 257.410.929, representada neste ato pelo sócio Sr. ROBSON PATRIK SOARES, portador do CNPF/MF nº 060.597.079-39 e do CI.RG nº 5.149.990-8 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 - PROCESSO Nº 138/2017.

Objeto: Aquisição de mobiliário, utensílios, eletrodomésticos, e equipamentos para cozinha industrial para equipar o Centro de Preparação da Alimentação Escolar, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 62.255,90

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 07 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2017

Publicação Nº 1456350

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP, com sede á Rua Professor Max Humpl, nº 1.139, Bairro: Salto do Norte, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89065-500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.913.520/0001-41 e Inscrição Estadual nº 258.402.202, representada neste ato pelo representante Sr. ALEXANDRO DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 053.072.049-30 e do CI.RG nº 465.171.8 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 - PROCESSO Nº 138/2017.

Objeto: Aquisição de mobiliário, utensílios, eletrodomésticos, e equipamentos para cozinha industrial para equipar o Centro de Preparação da Alimentação Escolar, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 42.125,00

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 07 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2017

Publicação Nº 1456351

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: TECNOLAR LTDA ME, com sede á Rua Artur Schlupp, nº 190, sala 01, Bairro: Água Verde, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89042-301, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.464.652/0001-66 e Inscrição Estadual nº 256.190.615, representada neste ato pelo sócio Sr. HÉLIO ALMIR BAGATOLI, portador do CNPF/MF nº 894.208.889-91 e do CI.RG nº 3.666.264 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 - PROCESSO Nº 138/2017.

Objeto: Aquisição de mobiliário, utensílios, eletrodomésticos, e equipamentos para cozinha industrial para equipar o Centro de Preparação da Alimentação Escolar, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 33.914,00

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 07 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 081 - PROCESSO: CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 050/2015.

Publicação Nº 1456840

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 081

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Marlon Roberto Neuber – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Médico P.S.F.	João Adolfo Oswald Scharan	430000877	3º Colocado do Final de Fila

Itapoá – SC, 13 de dezembro de 2017

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 113/2017

Publicação Nº 1455561

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 16/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 26/2017

Contrato Administrativo nº: 113/2017

Objeto: LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67.

Jaborá, SC, 13 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 151/2017

Publicação Nº 1455816

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 24/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 36/2017

Contrato Administrativo nº: 151/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INSTALAÇÃO DO SISTEMA COLETIVO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS NO BAIRRO SÃO VALENTIN.

Vigência: 01/01/2018 à 30/06/2018

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: COMERCIAL DIFERMAQ LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.745.092/0001-80.

Jaborá, SC, 13 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 155/2017

Publicação Nº 1455670

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 26/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 40/2017

Contrato Administrativo nº: 155/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEUS AGRÍCOLA, NOVO, NO MÍNIMO ANO 2017, CONVÊNIO SICONV Nº 844244/2017, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC.

Vigência: 01/01/2018 à 30/06/2018

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: AGRO DIVEL IND.COM. REPR. DE MAQ. AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.010.595/0001-93.

Jaborá, SC, 13 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 68/2016

Publicação Nº 1455599

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Contrato Administrativo nº: 68/2016.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12.

Jaborá, SC, 13 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

LEI 1.603/2017

Publicação Nº 1455523

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ ALIENAR MÁQUINAS EQUIPAMENTOS, SUCATAS E OUTROS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens constantes no Anexo Único que integra esta Lei, a serem alienados mediante Leilão.

Parágrafo único. O produto financeiro advindo da aplicação deste artigo será aplicado de acordo com o que faculta o artigo 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada Lote relacionado no Anexo Único desta Lei, são aqueles fixados pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, designada pelo Prefeito Municipal para esse fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,

em 13/dezembro/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 14/12/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

ANEXO ÚNICO

LOTE	BEM	QUANTIDADE	AVALIAÇÃO R\$
1.	Trator de Pneu Ford/New Holland 5610, 4 x 4, ano 1994, cor azul.	01	10.000,00
2.	Trator TL 95, New Holland 4 x 4, ano 2009, cor azul	01	25.000,00
3.	Distribuidor de adubo Líquido, Fatritol 4.000 litros, azul, patrimônio 1812	01	300,00
4.	Distribuidor de adubo Líquido, Fatritol 4.000 litros, azul, patrimônio 1863	01	200,00

5.	Distribuidor de adubo Líquido, Fatritol 3.000 litros, azul, patrimônio 1847	01	200,00
6.	Distribuidor de adubo Líquido, marca Zanella 4.000 litros, amarelo, patrimônio 1836	01	500,00
7.	Distribuidor de adubo Líquido, Mepel 4.000 litros, amarelo, patrimônio 1810	01	300,00
8.	Distribuidor de adubo Líquido, Fatritol 4.000 litros, azul	01	200,00
9.	Betoneira média, cor amarela	01	100,00
10.	Enciladeira marca Cremasco, vermelha, patrimônio 1841	01	150,00
11.	Enciladeira marca Nogueira Pecu 9000, patrimônio 2068.	01	150,00
12.	Sucatas diversas	01	100,00

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 03/2017

Publicação Nº 1455854

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 03/2017

O Diretor Geral do SAMAE de Jacinto Machado – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da LEI Nº. 837 DE 09 DE MAIO DE 2017.

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2017.

–CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado os candidato do Cadastro de Reserva para admissão imediata em substituição dos candidatos desistente para o preenchimento do quadro de funcionários do SAMAE, considerando-se para tal no período de 15 (Quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado for protocolado antes do termino do primeiro período respeitado a ordem de classificação.

• O candidato a seguir, aprovado para a vaga de Encanador (ETA):
3º HELITON MAIA DARABAS - Inscrição: 37349;

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer até o dia 27 de dezembro de 2017, no Departamento de Recursos Humanos, na Rua Abílio Tomasi, Nº 51, Centro, Jacinto Machado/SC, para dar início aos procedimentos de admissão e a entrega dos documentos necessários para a sua nomeação ao cargo pleiteado em conformidade com Art. 11 do Edital do Processo Seletivo Público nº. 01/2017, no horário das 07h00min às 13h00min horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no Art. anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado - SC, 12 de Novembro de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

DIRETOR DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 036 2017 ACT EXONERAÇÃO

Publicação Nº 1455848

PORTARIA N. 036, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. LAUDIR POSSAMAI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n. 837/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Sr. ALÉXSANDER DOS SANTOS, CPF n. 837.803.869-68, contratado temporariamente na função de Técnico de Contabilidade (Contador) junto ao SAMAE, padrão 06, código 617, nível de referência A1, com carga horária de 15 (Quinze) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, principalmente:

- PORTARIA N. 008, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
- PORTARIA N. 023, DE 05 DE JUNHO DE 2017.
- PORTARIA N. 035, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Jacinto Machado/SC, 11 de Dezembro de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 037 2017 ACT EXONERAÇÃO

Publicação Nº 1455851

PORTARIA N. 037, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. LAUDIR POSSAMAI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n. 837/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Sr. DIEGO DE SOUZA SIMÃO, CPF n. 065.872.979-94, contratado temporariamente na função de Auxiliar ADMINISTRATIVO junto ao SAMAE, padrão 03, código 301, nível de referência A1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, principalmente:

- PORTARIA N. 026, DE 06 DE JUNHO DE 2017.
- PORTARIA N. 035, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Jacinto Machado/SC, 12 de Dezembro de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 038 2017 ACT EXONERAÇÃO

Publicação Nº 1455852

PORTARIA N. 038, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. LAUDIR POSSAMAI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n. 837/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Sr. KASSIEL PEDRO SAVI, CPF n. 091.531.769-95, contratado temporariamente na função de Operador de ETA junto ao SAMAE, padrão 06, código 619, nível de referência A1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, principalmente:

- PORTARIA N. 004, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.
- PORTARIA N. 014, DE 02 DE MAIO DE 2017.
- PORTARIA N. 033, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Jacinto Machado/SC, 12 de Dezembro de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 039 2017 ACT NOMEAÇÃO PROCESSO SELETIVO 01-2017

Publicação Nº 1455853

PORTARIA N. 039, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. LAUDIR POSSAMAI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 17º da Lei Municipal n. 837/2017 combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000 e ainda o disposto no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em caráter temporário Sr. ALÉXSANDER DOS SANTOS, CPF n. 837.803.869-68, classificado na 1ª colocação no processo seletivo 001/2017, contratado temporariamente na função de Contador junto ao SAMAE, padrão 06, código 617, nível de referência A1, com carga horária de 15 (Quinze) horas semanais, pelo período de 12/12/2017 a 28/11/2018 em conformidade com DECRETO N. 011, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017 da autarquia.

Art. 2º - O contratado admitido nos termos do artigo 1º desta Portaria, pertencerá ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como se submeterá ao Regime Estatutário do Município de Jacinto Machado (SC).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 12 de Dezembro de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.726/2017

Publicação Nº 1455765

D E C R E T O Nº 11.726/2017

Dispõe Sobre o Controle da Jornada de Trabalho dos Servidores Públicos da Administração Direta e Fundações Públicas do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 71, incisos II, IX, XII e XLII, alínea "a", da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e CONSIDERANDO a necessidade de controle da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais, em respeito aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, principalmente no que tange à impessoalidade, à eficiência e à moralidade;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 207/2017, de 07/12/2017, que dispõem sobre a forma de registro de frequência diária dos servidores da Administração Pública do Município;

DECRETA :

Art.1º Fica disciplinado o controle da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Fundações Públicas do Município de Jaraguá do Sul, na forma deste Decreto.

Parágrafo único. Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas orientar quanto ao funcionamento do sistema de controle de frequência dos servidores públicos municipais e baixar normas complementares ao presente Decreto.

Art.2º Ficam obrigados ao registro de frequência diária de entradas e saídas os servidores públicos efetivos, empregados públicos, celetistas estáveis, comissionados, contratados por prazo determinado e Conselheiros Tutelares.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao registro de frequência os servidores ocupantes dos seguintes cargos:

I - Prefeito;

II - Vice-prefeito;

III - Chefe de Gabinete;

IV - Procurador-Geral do Município;

V - Controlador-Geral do Município;

VI - Secretários Municipais;

VII - Presidentes de Fundações.

Art.3º Respeitada a carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, o servidor deverá optar por uma das quatro jornadas de trabalho disponíveis:

I - de segunda a sexta-feira: das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h;

II - de segunda a sexta-feira: das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min;

III - de segunda a sexta-feira: das 08h às 11h30min e das 13h às 17h30min;

IV - de segunda a sexta-feira: das 08h às 12h e das 13h às 17h.

§1º Excepcionalmente, na hipótese de servidor com carga horária reduzida e/ou cuja demanda do local de trabalho não permita obediência às jornadas de trabalho mencionadas no caput, será autorizada jornada diferenciada.

§2º O servidor poderá solicitar alteração da jornada de trabalho no limite de 02 (duas) vezes ao ano, mediante aprovação da chefia imediata, devendo preencher o formulário conforme disposto no Anexo I - Formulário para Alteração de Jornada de Trabalho, integrante deste Decreto.

Art.4º As horas extras somente poderão efetivar-se diante de situação excepcional e temporária, mediante prévia autorização expressa da chefia imediata, observado o limite máximo de horas extras de 40 (quarenta) horas mensais, conforme parágrafo único, do artigo 100, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

§1º A autorização prévia para realização de horas extras dar-se-á através do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo II - Formulário para Autorização Prévia de Hora Extra, deste Decreto.

§2º O servidor ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função de confiança não fará jus ao pagamento de horas trabalhadas em regime de serviço extraordinário, conforme disposto no artigo 101, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

§3º O descumprimento do disposto no caput deste artigo deve ser apurado imediatamente mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme disposto no artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.5º Cabe ao servidor público municipal a conferência do seu registro ponto, devendo apresentar justificativa no sistema eletrônico caso não comparecer ao serviço, registrar entrada atrasada ou saída antecipada.

§1º Cabe ao gestor do ponto da Chefia de Gabinete, da Procuradoria-Geral do Município, da Controladoria-Geral do Município, de cada Secretaria Municipal e Fundações Públicas Municipais, a análise das justificativas apresentadas pelo servidor, devendo abonar ou descontar as horas faltas, de acordo com a legislação vigente e normativa da Diretoria de Gestão de Pessoas.

§2º Eventuais acertos nos espelhos ponto tais como marcação duplicada, ausência de marcação, abono e desconto deverão ser efetuados até a data limite de fechamento do espelho ponto, conforme normativa da Diretoria de Gestão de Pessoas.

§3º O servidor deverá acompanhar o seu espelho ponto de forma online, pelo computador ou aplicativo de celular, sendo que todas as instruções estão disponíveis no site da Prefeitura, no menu "Restrito ao Servidor" / "Gestão de Pessoas" / "Ponto Web".

§4º O servidor que não dispõe de acesso a computador no local de trabalho deve procurar o responsável pelo sistema de registro de frequência da sua Secretaria, unidade administrativa ou Fundação Pública Municipal, para que este disponibilize a visualização do espelho ponto para eventual justificativa, até a data limite estabelecida pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

§5º Os atrasos, ausências e saídas antecipadas, superiores a 15 (quinze) minutos diários, serão descontados de forma integral, conforme disposto no §1º, do artigo 56, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

§6º O servidor que, reiteradamente, infringir o disposto no §5º, será encaminhado para procedimento administrativo disciplinar, em razão da inobservância dos deveres funcionais como assiduidade e pontualidade, dispostos nos incisos II e III, do artigo 173, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.6º Todos os atestados médicos continuarão sendo entregues na Gerência de Assistência ao Servidor, a qual, diariamente, validará e integrará as informações de afastamentos no sistema de registro de frequência de cada servidor.

Art.7º Na hipótese do local de trabalho não dispor de relógio ponto eletrônico, o controle dar-se-á de forma manual, devendo o servidor preencher o cartão ponto manual disponibilizado mensalmente pela Diretoria de Gestão de Pessoas, e a chefia, para fins de integração do sistema de ponto com a folha de pagamento, deverá lançar as informações no sistema eletrônico de registro ponto, conforme instruções contidas em normativa da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art.8º Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas promover o acompanhamento periódico dos abonos e horas extras aprovados pelos gestores do ponto.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.726/2017 - ANEXOS

Publicação Nº 1455766

DECRETO MUNICIPAL Nº 11.726/2017

ANEXO I E II DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.726/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, os Anexos I e II do Decreto Municipal Nº 11.726/2017 encontram-se disponíveis no link abaixo:
<http://portal.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19436>

DECRETO Nº 11.727/2017

Publicação Nº 1455769

D E C R E T O Nº 11.727/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA :

Art.1º Fica revogado, em 05/12/2017, o Decreto Municipal Nº 11.716/2017, de 05/12/2017, que dispõe sobre a designação da

servidora pública municipal VIVIAN MERY SOUSA PEREIRA, matrícula 3436, para acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução dos Contratos e/ou Convênios firmados para atendimento das necessidades e do interesse público da Secretaria Municipal de Educação (Transporte Escolar).

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/12/2017.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.728/2017

Publicação Nº 1455771

D E C R E T O Nº 11.728/2017

Declara de Utilidade Pública Área de WANDA PICININI e DORIVAL PICININI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 664/2017/Semplu, de 06/12/2017, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de alargamento da esquina da Rua 42 - Maria Umbelina da Silva com a Rua 60 - Joaquim Francisco de Paula, bairro Chico de Paulo, neste Município;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 113,80m², sem benfeitorias, parte do imóvel contendo a área total de 2.359,05m², com os demais dados identificativos na MI Nº 19.948, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 15.421, situada à Rua 42 - Maria Umbelina da Silva, esquina com a Rua 60 - Joaquim Francisco de Paula, bairro Chico de Paulo, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de WANDA PICININI e DORIVAL PICININI.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á ao alargamento da esquina da Rua 42 - Maria Umbelina da Silva com a Rua 60 - Joaquim Francisco de Paula, bairro Chico de Paulo, neste Município.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.729 /2017 - ANEXOS

Publicação Nº 1455774

DECRETO Nº 11.729/2017 - ANEXO ÚNICO

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único do Decreto Municipal Nº 11.729/2017 encontra-se disponível no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19415>

DECRETO Nº 11.729/2017

Publicação Nº 1455773

D E C R E T O Nº 11.729/2017

Autoriza o Cancelamento de Empenhos de Restos a Pagar.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o disposto no artigo 42, da Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com os artigos 359-B e 359-C, da Lei Nº 2.848, de 1940, (segundo as alterações da Lei Nº 10.028, de 19/10/2000),

DECRETA :

Art.1º Fica a Diretoria Financeira e Contábil, da Secretaria Municipal da Fazenda, autorizada a proceder o cancelamento do saldo dos empenhos relacionados no ANEXO ÚNICO, totalizando o valor de R\$ 1.071.008,49 (Um milhão, setenta e um mil, oito reais e quarenta e nove centavos).

Art.2º Os valores representam despesas contratadas que não foram realizadas no exercício de 2017, até o presente momento.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.730/2017

Publicação Nº 1455775

D E C R E T O Nº 11.730/2017

Retifica Dispositivos do Decreto Municipal Nº 10.622/2015, de 10 de Novembro de 2015, Alterado pelos Decretos Municipais Nºs 11.462/2017, de 20 de Julho de 2017, e 11.538/2017, de 19 de Setembro de 2017, que Dispõem sobre Homologação de Tombamento.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

CONSIDERANDO os termos da Resolução Nº 057/2017/Comphaan/JS, de 22 de novembro de 2017, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan);

DECRETA :

Art.1º O inciso II, do artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 10.622/2015, de 10/11/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 11.462/2017, de 20/07/2017, e 11.538/2017, de 19/09/2017,

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º ...

...”

II - uma casa construída em alvenaria, com uma área de 327,55m², construída em 1942, situada à Rua 2 - Av. Mal. Deodoro da Fonseca, Nº 933, pertencente a Milton Maiochi e Angela Pereira Maiochi, Rosana Maiochi Pires e Antônio José Pires, Clafira Maiochi Pereira e Dejair Pereira, e Magrit Maiochi, Cadastro na PMJS Nº 8.108, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul sob o Nº 27.078, passando a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, em Nível de Preservação NP 3; ...”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.731/2017

Publicação Nº 1455776

D E C R E T O Nº 11.731/2017

Dispõe Sobre a Compatibilização entre a Realização da Receita e a Execução da Despesa, o Cronograma da Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo para o Exercício de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 71, inciso IX, da LOM, bem como o artigo 46, da Lei Municipal Nº 7.393/2017, de 02 de junho de 2017,

DECRETA :

Art.1º A movimentação e o empenho de despesas nas dotações orçamentárias da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo ficam limitados aos valores constantes dos Anexos IV e VII, deste Decreto.

§1º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados:

I - as ordens bancárias ou depósitos em conta corrente do contratado, cujo débito na conta corrente do Município (Administração Direta e Indireta), mantido em bancos oficiais, se efetue no exercício de 2018;

II - a emissão de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais no Sistema da Administração Financeira do Município;

III - as aquisições de bens e serviços realizados mediante operações de crédito; e

IV - outras formas de pagamento que vierem a ser utilizadas.

§2º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as demonstrações referentes às transferências financeiras dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais.

§3º Fazem parte do cronograma as despesas relacionadas nas alíneas deste parágrafo, no entanto, excluem-se do controle de cotas financeiras, não se aplicando o disposto no caput às dotações relativas aos grupos de despesa:

a) pessoal e encargos sociais;

b) juros e encargos da dívida; e

c) amortização da dívida.

Art.2º A realização de despesa à conta de recursos vinculados neste Decreto deverá, ainda, atender e somente poderá ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas correspondentes, sendo permitida sua alteração para suplementação através de Lei ou Decreto.

Art.3º Os órgãos e unidades da Administração Municipal encaminharão à Diretoria de Orçamento e Gestão, ou outra que a suceder, nova distribuição por ação, por programa e pela natureza da despesa, sempre que houver alteração das metas ou valores fixados, decorrente de Decreto, através de comunicado interno ou memorando, ou de necessidade de reprogramação, via sistema informatizado.

Art.4º Fazem parte deste Decreto os seguintes Anexos:

I - Anexo I: Cronograma de Realização das Receitas Estimadas por Entidade;

II - Anexo II: Demonstrativo dos Recursos por Fonte de Recursos do Tesouro Municipal por Órgão/Entidade;

III - Anexo III: Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Municipal Distribuídos por Entidade;

IV - Anexo IV: Demonstrativo das Cotas de Despesas - Administração Direta e Indireta;

V - Anexo V: Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade;

VI - Anexo VI: Cronograma Mensal de Desembolso por Elemento; e
VII - Anexo VII: Demonstrativo das Metas de Resultados Fiscais Consolidado.

Art.5º O pagamento dos Restos a Pagar observará as disponibilidades financeiras a que estão vinculadas, e não compõe os desembolsos deste Decreto, tendo característica própria.

Art.6º Nos casos de descentralização de créditos orçamentários, a transferência financeira corresponderá ao limite para o repasse, o total de créditos descentralizados e o montante de recursos a serem liberados pela Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, de comum acordo com o órgão beneficiário do crédito descentralizado, respeitadas as disponibilidades financeiras do Tesouro Municipal.

§1º A transferência financeira deverá ser feita através das Variações Ativas e Passivas no sistema compensado.

§2º As transferências financeiras aos órgãos, decorrentes de créditos orçamentários descentralizados, sempre que houver suplementação destes créditos por conta de recursos do Tesouro Municipal, serão objeto de atualização e/ou readequação da programação.

Art.7º O Chefe do Poder Executivo, em conjunto com o Secretário Municipal da Fazenda, ou outro que o suceder, poderá, no âmbito de suas competências, proceder ao remanejamento dos limites entre:

I - órgãos, respeitadas os montantes dos respectivos Anexos;

II - projetos, atividades e operações especiais ou entre Programas, no âmbito do mesmo órgão.

Art.8º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos no exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o §2º, do artigo 1º, deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo ajustará os Anexos deste Decreto em decorrência dos créditos adicionais que vierem a ser abertos no exercício de 2018 à conta das respectivas fontes de recursos, quando houver remanejamentos entre os órgãos da Administração ou das entidades referente a alteração das transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal.

Art.9º Os Coordenadores ou Responsáveis de Programas deverão informar, na forma solicitada pela Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que vier à substituí-la, os dados referentes à execução financeira das ações dos respectivos Programas, com vistas a subsidiar a administração orçamentária e financeira de que trata este Decreto, bem como os relatórios de Gestão Fiscal.

Art.10. Os limites destinados aos Programas correspondem àqueles sujeitos ao controle da gestão do fluxo de recursos.

§1º A Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que vier à substituí-la, disponibilizará aos demais órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta, exceto às Autarquias, por meio eletrônico, a distribuição, por órgão e fonte, dos limites referidos no caput, a serem liberados mês a mês, em caso de alteração nos Anexos.

§2º Quando a entrada das receitas não atingir o programado no bimestre, o Poder Executivo atenderá o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.11. Os Secretários, Diretores, Diretores Presidentes de Autarquias, Fundações e os Gestores de Fundos e os Ordenadores de Despesa são responsáveis pela observância, nas execuções orçamentária e financeira das dotações liberadas na forma deste Decreto, inclusive quanto aos Programas, do cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis à matéria, especialmente a Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações; e as Leis Municipais Nºs 7.393, de 02 de junho de 2017; 7.507, de 30 de novembro de 2017; e na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. As autoridades citadas no caput deverão comunicar oficialmente, por escrito, à Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, das dotações orçamentárias constantes na Lei Orçamentária, cujas ações dependam de procedimentos complementares que viabilizem a sua execução em consonância com a legislação mencionada no caput.

Art.12. A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Poder Executivo no exercício de 2018 observará, na medida do possível, em cada mês, ao cronograma de desembolso financeiro do sistema de controle gerencial.

Art.13. Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária para 2018, e em seus créditos adicionais, ao Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, em obediência ao disposto no artigo 168, da Constituição, e à Lei Municipal Nº 7.393, de 02 de junho de 2017.

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao fixado no Anexo IV, para o Poder Legislativo, representam a demonstração do montante da peça orçamentária fixada para aquele Poder e demonstram aqui o equilíbrio na consolidação do cronograma.

Art.14. Os Coordenadores e/ou Responsáveis por Programas e Ordenadores de Despesas deverão indicar, obrigatoriamente, na ordem de compra e no empenho, o elemento de despesa, o número do Programa, bem como o código do local da despesa, a fonte de recursos e o saldo de dotação orçamentária, bem como os meses correspondentes do desembolso.

Art.15. A Diretoria Financeira e Contábil, a Diretoria de Orçamento e Gestão e os órgãos ordenadores/executores de despesa deverão observar:

I - a precedência para a execução de Programas, assim como para a execução de ações governamentais de natureza contínua e permanente; e

II - as vinculações de pagamento conforme definição na Contabilidade e Orçamento.

Art.16. A Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que vier à substituí-la, no âmbito de suas respectivas competências, adotará as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art.17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2018.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.732/2017

Publicação Nº 1455780

D E C R E T O Nº 11.732/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IRIO RIEGEL, matrícula 81875; ANA MARIA BADURA, matrícula 10486; e MÁRCIA EVELISE JAMOSKI, matrícula 8225, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 53.500m² (cinquenta e três mil e quinhentos metros quadrados) em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.733/2017

Publicação Nº 1455781

D E C R E T O Nº 11.733/2017

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 152/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 53.500m² (cinquenta e três mil e quinhentos metros quadrados) em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal ANA MARIA BADURA, Engenheira, matrícula 10486, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 152/2017 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e enviar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração,

tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.734/2017

Publicação Nº 1455782

D E C R E T O Nº 11.734/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; FÁBIO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 8510; e FÁBIO PILATTI MENDES, matrícula 10791, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 202/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para construção e reforma de equipamentos comunitários, anexos ao conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida "Érica Modrock", localizado na Rodovia BR 280 - Rodovia Federal Prefeito Engelbert Oechsler, no bairro Ribeirão Cavalão, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.735/2017

Publicação Nº 1455783

D E C R E T O Nº 11.735/2017

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 202/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para construção e reforma de equipamentos comunitários, anexos ao conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida "Érica Modrock", localizado na Rodovia BR 280 - Rodovia Federal Prefeito Engelbert Oechsler, no bairro Ribeirão Cavalão, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, Engenheiro, matrícula 19, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 202/2017 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administrações relativas

à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.736/2017

Publicação Nº 1455784

D E C R E T O Nº 11.736/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; THIAGO DE OLIVEIRA BRAGA, matrícula 10525; e MARCELO ADRIANO ELERT, matrícula 10956, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 212/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de uma caixa de corrida para adequação de acessibilidade e uma plataforma elevatória vertical enclausurada com acionamento hidráulico para portadores de necessidades especiais, para o Centro Administrativo Municipal (CAM), localizado na Rua Walter Marquardt, Nº 1111, no bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.737/2017

Publicação Nº 1455785

D E C R E T O Nº 11.737/2017

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 212/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de uma caixa de corrida para adequação de acessibilidade e uma plataforma elevatória vertical enclausurada com acionamento hidráulico para portadores de necessidades especiais, para o Centro Administrativo Municipal (CAM), localizado na Rua Walter Marquardt, Nº 1111, no bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal RONIS ROBERTO BOSSE, Engenheiro, matrícula 7183, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 212/2017 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito

adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administrações relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à

avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.738/2017

Publicação Nº 1455786

D E C R E T O Nº 11.738/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que

lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.700.000,00 (Hum milhão e setecentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto municipal de média e alta complexidade -

ambulatorial e hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.97 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.700.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Média Alta Complexidade, no valor de R\$ 1.700.000,00 (Hum milhão e setecentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.739/2017

Publicação Nº 1455789

D E C R E T O Nº 11.739/2017

Acresce Dispositivos ao Decreto Municipal Nº 11.210/2017, de 02 de Fevereiro de 2017, Alterado pelos Decretos Municipais Nºs 11.464/2017, de 26 de Julho de 2017, e 11.688/2017, de 24 de Novembro de 2017, que Dispõem sobre a Regulamentação do Processo Administrativo de Aprovação de Projetos, Alvará de Licença para Construção, Reforma, Ampliação, Restauo, Habite-se e Certidão de Regularização de Edificações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e com fundamento no inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal Nº 1.184/1988, que instituiu o Código de Obras do Município de Jaraguá do Sul,

DECRETA :

Art.1º Fica acrescido o Anexo VI ao Decreto Municipal Nº 11.210/2017, de 02/02/2017, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 11.464/2017, de 26/07/2017, e 11.688/2017, de 24/11/2017, que dispõem sobre a regulamentação do processo administrativo de aprovação de projetos, alvará de licença para construção, reforma, ampliação, restauo, habite-se e certidão de regularização de edificações.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.739/2017 - ANEXOS

Publicação Nº 1455790

DECRETO MUNICIPAL Nº 11.739/2017

ANEXO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.739/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo do Decreto Municipal Nº 11.739/2017 encontra-se disponível no link abaixo:
<http://portal.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19437>

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2017

Publicação Nº 1457055

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TIPO: Menor Preço por Item

NOTA DE REVOGAÇÃO

O município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que está REVOGANDO o presente certame. Motivo: Visando ampliar a concorrência e o interesse da administração em viabilizar processo licitatório eletrônico, ainda considerando que o presente processo licitatório ainda não fora homologado. Assim, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste aviso para manifestação dos interessados, nos termos de art. 49, § 3º da Lei 8.666/93.

Jaraguá do Sul (SC), 13 de dezembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

ROGERIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2017

Publicação Nº 1456046

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

TIPO: Menor Preço por Item

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Pregoeira, comunica aos interessados no Pregão Presencial acima, que teve por objeto a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rua Gerhardt Muller e Zonstif até a Escola Municipal de Educação Básica Helmuth Duwe, localizada na Rua Gerhardt Muller, nº 289, no bairro Rio da Luz neste município, restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope nesta data para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 13 de dezembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 11.334/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2017

Publicação Nº 1456041

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: VILLA PAPEIS LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de PREGÃO PRESENCIAL 49/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
25	7.188	pct.	PAPEL TOALHA BRANCO INTERFOLHADO 2 (DUAS) DOBRAS. Especificação: 20larg.x 21comp., papel 100% celulose virgem, com gramatura igual ou superior a 24g/mg gofrado, pacote com 1000 folhas, fragrância neutra. Embalagem contendo impresso dados do produto e do fabricante. A fabricação e embalagem deste produto deve estar de acordo com as normas da ABNT.	5,89

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal da Educação.

PRAZO PARA ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias, contados a partir do primeiro dia útil após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues diretamente nos locais informados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme endereços constantes no Anexo IX do edital.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Tânia Cilene Leoni

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2017

Publicação Nº 1456042

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata de Registro e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao itens constantes na cláusula Primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou email.

DATA DA ASSINATURA: 29/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Renato Hornburg

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal em exercício

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2017

Publicação Nº 1456043

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço o fornecimento de 5.000kg gás liquefeito de petróleo (GLP), comercial a granel, para o sistema de aquecimento a gás da Arena Multiuso Jaraguá, realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, com comodato de 02 cilindros de 190kg cada, conforme especificação e quantidade estimada no ANEXO I, Termo de Referência no ANEXO IX e Minuta do Contrato de Comodato no ANEXO X do edital. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado e constante no item 2.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido e mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município que será formalizada através de Autorização de Fornecimento, respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços.

LOCAL DE ENTREGA: Na sede de Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Basília – Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antidio Aleixo Lunelli e Cristiano Luiz Calistro de Camargo

Antidio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2017

Publicação Nº 1456044

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço o fornecimento de materiais e equipamentos de Videomonitoramento e contratação de hora técnica de serviço de instalação ao longo de 12 (doze) meses, visando a conservação e segurança do patrimônio público do Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão presencial 140/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado e constante no item 2.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DO VALOR: O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	06	Unid.	Gravador Digital de Imagem NVD, em conformidade com as exigências do item 01 do Anexo IX do Edital.	4700
02	30	Unid.	CÂMERA IP MINI BULLET 4MP, em conformidade com as exigências do item 02 do Anexo IX do Edital.	2150
03	50	Unid.	CÂMERA IP MINI BULLET 3MP, em conformidade com as exigências do item 03 do Anexo IX do Edital.	500
04	06	Unid.	HD 6 TB, em conformidade com as exigências do item 04 do Anexo IX do Edital.	1350
05	10	Unid.	Conversor Midia Fast Multimodo, em conformidade com as exigências do item 05 do Anexo IX do Edital.	180
06	15	Unid.	Switch POE, em conformidade com as exigências do item 06 do Anexo IX do Edital.	620
07	20	Unid.	PTO 2F (Ponto de Terminação Óptica), em conformidade com as exigências do item 07 do Anexo IX do Edital.	24
08	20	Unid.	Caixa Hermética, em conformidade com as exigências do item 08 do Anexo IX do Edital.	35
09	1.000	M	Duto corrugado, em conformidade com as exigências do item 09 do Anexo IX do Edital.	3,15
10	300	Horas	Serviço de Instalação/Configuração do CFTV, em conformidade com as exigências do item 10 do Anexo IX do Edital.	XXXX

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PRAZO DE ENTREGA/INSTALAÇÃO: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, devendo cumprir com os prazos para a entrega e instalação da seguinte forma: a entrega dos materiais e equipamentos deverá ser entregue com no máximo 15 (quinze) dias consecutivos após cada solicitação, e o serviço de instalação deverá ser executado com no máximo 07 (sete) dias após cada solicitação.

LOCAL DE ENTREGA/INSTALAÇÃO: A entrega dos materiais e equipamentos deverão ser efetuadas no Almoxarifado Central da PMJS, localizado na Rua Isidoro Pedri, nº 120, Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul/SC, com os Srs. Wagner e/ou Marcelo no horário das 8:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00 hs e o serviço de instalação será definido pelo Diretor de Tecnologia de Informação – T.I, devendo ser agendado com o vencedor a cada solicitação.

DATA DA ASSINATURA: 21/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Roberto Tromm

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 417/2017 AO CONTRATO Nº 194/2017

Publicação Nº 1456045

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 417/2017 AO CONTRATO Nº 194/2017

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2017.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e III da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para reforma na E.M.E.F Machado de Assis (área de 1.092,34m²), localizada na Rua Manoel Francisco da Costa, 4390 no Bairro João Pessoa em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1006 – Otto Georg, no Bairro Jaraguá 99, com extensão total de 394,00 m (trezentos e noventa e quatro metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 75 (setenta e cinco) dias a contar de 26/12/2017 com término em 10/03/2018. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 09 de maio de 2018, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 11.361/2017, servidor público Engenheiro Felipe Emmendorfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 10/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 418/2017 AO CONTRATO Nº 287/2017

Publicação Nº 1456047

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 418/2017 AO CONTRATO Nº 287/2017

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 081/2017.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Estrada Municipal JGS 492 – Sem Nome, no Bairro Rio Cerro II, com extensão total de 309,77 m (trezentos e nove vírgula setenta e sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias a contar de 03/02/2018 com término em 19/03/2018. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 18 de maio de 2018, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 11.499/2017, servidor público Engenheiro Felipe Emmendorfer Scheuer a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 10/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 455/2017 AO CONTRATO Nº 022/2017

Publicação Nº 1456055

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 455/2017 AO CONTRATO Nº 022/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 001/2017.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

DO OBJETO: Contratação de 02 (dois) veículos com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade do João Pessoa (Bombeiros – Item I), e para alunos residentes na localidade de João Pessoa (Serrinha – Item II), fazendo esse trajeto 4 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Básico Machado de Assis, localizada na Rua Manoel Francisco da Costa, nº 4.390 – no bairro João Pessoa, neste município, como segue:

ITEM 01 – JOÃO PESSOA/ CORPO DE BOMBEIROS

ITEM 02 – JOÃO PESSOA/ SERRINHA

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), ficam acrescidos na quantidade licitada no contrato original 21,5 dias (vinte e um dias e um período) de transporte escolar nos itens 01 e 02 no ano letivo de 2017. Em consequência, o acréscimo supracitado totaliza o valor de R\$ 9.202,00 (nove mil duzentos e dois reais) no item 01 e o no valor de 10.148,00 (dez mil cento e quarenta e oito reais) no item 02, perfazendo o montante de R\$ 19.350,00 (dezenove mil trezentos e cinquenta reais) de acréscimo ao contrato original para o exercício de 2017. Em consequência o valor total do contrato passa a ser de R\$ 199,350,00 (cento e noventa e nove mil trezentos e cinquenta reais) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 456/2017 AO CONTRATO Nº 126/2017

Publicação Nº 1456056

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 456/2017 AO CONTRATO Nº 126/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 012/2017.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

DO OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Galvanização - Frigorífico Mathias - Rio Alma, até a Escola Municipal de Ensino Básico Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 16,5 dias (dezesesseis dias e um período) de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 5.857,50 (cinco mil oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 62.657,50 (sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 458/2017 AO CONTRATO Nº 142/2017

Publicação Nº 1456057

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 458/2017 AO CONTRATO Nº 142/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 015/2017.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

DO OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 33 (trinta e três) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho - Serra, fazendo o trajeto 3 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Básico Santo Estevão, localizada na Rodovia Municipal JGS 466, nº 1315, no Bairro Garibaldi, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 10 (dez) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 4.848,00 (quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 82.288,00 (oitenta e dois mil e duzentos e oitenta e oito reais) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 447/2017 AO CONTRATO Nº 313/2014

Publicação Nº 1456052

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 447/2017 AO CONTRATO Nº 313/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2014

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Tifa Schubert, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Max Schubert, localizada na Rua Roberto Ziemann, 4.421, no Bairro Três Rios do Norte, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 23 (vinte e três) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 9.746,02 (nove mil setecentos e quarenta e seis reais e dois centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 94.494,02 (noventa e quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e dois centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 424/2017 AO CONTRATO Nº 279/2016

Publicação Nº 1456049

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 424/2017 AO CONTRATO Nº 279/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 088/2016.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos II e III c/c artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 561 Alwin Meier, no Bairro Jaraguá 99, com extensão de 466,28 m (quatrocentos e sessenta e seis vírgula vinte e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II e III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução do contrato original, suspenso em 27/01/2017, através da Ordem de Paralisação da Obra, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, cujo término estava previsto para 13/02/2017; Considerando a Ordem de Reinício/Retomada da Obra em 06/10/2017; prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 349/2017, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 24/12/2017 com término em 22/02/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 6.663,86 (seis mil seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), correspondentes a 1,46% (um inteiro e quarenta e seis centésimos por cento) de supressão em relação ao valor do contrato original; Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 450.612,68 (quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e doze reais e sessenta e oito centavos); Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 2.246/2017.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 22 de abril de 2018, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 4.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 4.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 11.036/2016, servidor público Engenheiro Felipe Emmendöfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 427/2017 AO CONTRATO Nº 380/2015

Publicação Nº 1456051

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 427/2017 AO CONTRATO Nº 380/2015

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 045/2015-FMS.

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e nº 8.666/93

LOCADORA: TARCISJO LUIS SCHMIDT.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de um imóvel (terreno) composto na Matrícula MI 35.745, localizado na Rua 36 José Emmendoerfer no bairro Centro em Jaraguá do Sul, com área total de 780m², destinado exclusivamente para estacionamento do CAPSI – Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 278/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período iniciado em 01/11/2017 e com término em 31/10/2018. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locador o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 278/2016, fica reajustado em 1,83% (um inteiro e oitenta e três centésimos por cento), referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC apurado no período de outubro de 2016 a setembro de 2017, passando o valor mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais) para R\$ 712,81 (setecentos e doze reais e oitenta e um centavos), totalizando o valor de 8.553,72 (oito mil quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos) pelo período de 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta dos orçamentos dos exercícios de 2017 e 2018, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.01.10.302.0753.2.701	Manutenção das Atividades do CAPS Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	84	93
15.01.10.302.0753.2.701	Manutenção das Atividades do CAPS Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2018	93

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Tarcisjo Luis Schmidt.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 450/2017 AO CONTRATO Nº 036/2016

Publicação Nº 1456053

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 450/2017 AO CONTRATO Nº 036/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 009/2016

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

DO OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades do Condomínio Residencial Erica Modrock Menegotti, Santo Antonio e Três Rios do Norte, até a E.E.B Erich Gruetzmacher, localizada Rua Augusto Demarchi nº 399, no Bairro Três Rios do Sul, E.M.E.F Francisco Solamon, localizada na Rua 839 – Sizino Garcia nº 501, no Bairro Santo Antonio e E.M.E.F Vitor Meireelles, localizada na Rua Domingos Garcia nº 1552, no Bairro Três Rios do Norte, ambas neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 16,5 dias (dezesesseis dias e um período) de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 6.697,35 (seis mil seiscentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 87.877,35 (oitenta e sete mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 451/2017 AO CONTRATO Nº 143/2016

Publicação Nº 1456054

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 451/2017 AO CONTRATO Nº 143/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 026/2016

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade das casas populares até a E.M.E.F Loteamento Amizade, localizada na Rua Frederico Todt nº 746, no Bairro Vila Amizade, neste município, localizada na Rua Domingos Garcia nº 1552, no Bairro Três Rios do Norte, ambas neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 24,5 dias (vinte e quatro dias e um período) de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 8.746,50 (oito mil setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 80.146,50 (oitenta e mil cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 419/2017 AO CONTRATO Nº 472/2015

Publicação Nº 1456048

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 419/2017 AO CONTRATO Nº 472/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 123/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos VI da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização na Rua 1350 – Benildo Zamin no Bairro Centenário (acesso ao viaduto de Schroeder), com extensão total de 268,85m (duzentos e sessenta e oito vírgula oitenta e cinco metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 144/2016, suspenso em 12/07/2016, através da Ordem de Paralisação da Obra, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, cujo término estava previsto para 14/07/2016; Considerando a Ordem de Reinício/Retomada da Obra em 31/08/2017; a prorrogação prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 349/2017, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 305/2017, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 31/12/2017 com término em 01/03/2017.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 01 de março de 2018, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.673/2015, servidor público Engenheiro Felipe Emmendorfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 10/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 083/2017/SEMSA**

Publicação Nº 1456458

PORTARIANº 083/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 055/2017/Semsa de 12 de julho de 2017;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR a partir de 29/12/2017, nos termos do Artigo 10 inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, DANIELA BELIA DA SILVA, admitida em Caráter Temporário para atuar como Médica Especialista em Cirurgia Vascular.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria nº 055/2017/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde**PORTARIA Nº 084/2017/SEMSA**

Publicação Nº 1455949

PORTARIANº 084/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR EDUARDO BUSSMANN, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 06 de dezembro de 2017 até 03 de junho de 2018, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Jaqueline Franceser (Ilha da Figueira)	50 horas/mês

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde**PORTARIA Nº 1244/2017**

Publicação Nº 1455638

PORTARIANº 1244/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 616/2017/DGP, de 07/12/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/12/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para VALÉRIA SIMONE WEIS GRECO, nomeada pela Portaria

Nº 1154/2017, de 20/11/2017, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1245/2017

Publicação Nº 1455639

PORTARIANº 1245/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 617/2017/DGP, de 07/12/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/12/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para ALAN FELIPE FAGUNDES, nomeado pela Portaria Nº 1195/2017, de 27/11/2017, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1246/2017

Publicação Nº 1455641

PORTARIANº 1246/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, e 199/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 635/2017, de 16/10/2017/Semcel/DE, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/12/2017, a servidora pública municipal KATIANE MARIA DE BITTENCOURT, matrícula 8003, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de

Cultura, Esporte e Lazer.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1247/2017

Publicação Nº 1455643

PORTARIANº 1247/2017

Designa Presidente, Vice-Presidente e Secretários do Conselho Municipal de Cultura.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 203/2017/Semcel/DC, de 06/12/2017, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 08/11/2017, SÍLVIA REGINA TOASSI KITA, Presidente; ROSIMERY PETT VIEIRA, Vice-Presidente; JOÃO LUIS CHIODINI, 1º Secretário; e IVANA APARECIDA COSTA CALCANTI, 2ª Secretária, do Conselho Municipal de Cultura.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1248/2017

Publicação Nº 1455644

PORTARIANº 1248/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 624/2017/DGP, de 11/12/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/12/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para MAYDI NOGUEIRA LEWERENZ, nomeada pela Portaria Nº 1151/2017, de 20/11/2017, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1249/2017

Publicação Nº 1455646

PORTARIANº 1249/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, e 199/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 647/2017/Semcel/DE, de 08/12/2017, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal ISMAEL NIELS, matrícula 8915, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1250/2017

Publicação Nº 1455647

PORTARIANº 1250/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 626/2017/DGP, de 11/12/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/12/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para EDSON FERNANDES SANTOS JUNIOR, nomeado pela Portaria Nº 1190/2017, de 24/11/2017, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1251/2017

Publicação Nº 1455648

PORTARIANº 1251/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 625/2017/DGP, de 11/12/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/12/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para MORGAN LANZARIN, nomeado pela Portaria Nº 1155/2017, de 20/11/2017, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA SAMAE JSU Nº 573/2017

Publicação Nº 1456059

PORTARIA SAMAE JSU Nº 573/2017

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1046/2017/SAMAE de 04 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores DEVERSON SIMIONI, matrícula 486, ocupante do Cargo de Diretor Técnico, ROBERTO LUIS PACHECO, matrícula 657, ocupante do Cargo de Coordenador de Fiscalização Técnica para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 320/2017 do dia 27 de novembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 151/2017.	Nova Hebrom Ind. e Com. Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 574/2017

Publicação Nº 1456060

PORTARIA SAMAE JSU Nº 574/2017

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1046/2017/SAMAE de 04 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores DEVERSON SIMIONI, matrícula 486, ocupante do Cargo de Diretor Técnico, ERICK GUSTAVO CORREA DA COSTA, matrícula 628, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Água e CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula 383, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 325/2017 do dia 01 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 165/2017.	Multcloro Ltda.
CONTRATO Nº 326/2017 do dia 01 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 165/2017.	Projesan Saneamento Ambiental Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 575/2017

Publicação Nº 1456061

PORTARIA SAMAE JSU Nº 575/2017

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no

artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1046/2017/SAMAE de 04 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores DEVERSON SIMIONI, matrícula 486, ocupante do Cargo de Diretor Técnico, ERICK GUSTAVO CORREA DA COSTA, matrícula 628, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Água, para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 323/2017 do dia 01 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 165/2017.	Avanex Indústria e Comércio Ltda.
CONTRATO Nº 323/2017 do dia 01 de dezembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 165/2017.	Hidromar Indústria Química Ltda. - Ctba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE JSU Nº 576/2017

Publicação Nº 1456062

PORTARIA SAMAE JSU Nº 576/2017

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 1046/2017/SAMAE de 04 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 666, ocupante do Cargo de Diretor Administrativo e INDIA NARA PELLIS MILLBRATZ, matrícula 322, ocupante do Cargo de Coordenador Comercial, para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO 321/2017 do dia 27 de novembro de 2017, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 138/2017.	RDN Serviços Ltda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

Publicação Nº 1455894

O Presidente do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3.207/95, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária realizada no dia 26 de Setembro de 2017, após parecer jurídico. CONSIDERANDO que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINTICOM) e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Jaraguá do Sul e Região (SEEB), renunciaram de seus assentos no Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE;

CONSIDERANDO que a composição do CMTE, prevista no artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 3.207/95, de 29/06/95, é tripartite e paritária;

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar a decisão da Reunião Plenária do dia 26 de Setembro, que após parecer jurídico Nº Processo 0024665/2017, aprovou por unanimidade a proposta de alteração do inciso II do Art. 3º do Decreto Nº 9.876/2014 de 22 de abril de 2014 do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE do Município de Jaraguá do Sul – SC.

Art. 2º – Substituir o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINTICOM), pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Joinville e Região (SINDSAÚDE) e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Jaraguá do Sul e Região (SEEB) pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (STIAJS).

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Jaraguá do Sul, 08 de Dezembro de 2017.

Ronnie Leonel Lux

Presidente do Conselho Municipal
do Trabalho e Emprego – CMTE

RESOLUÇÃO Nº 001/2017/COMTUR

Publicação Nº 1455891

	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR LEI Nº 6.906/2014	
--	---	--

RESOLUÇÃO Nº 001/2017/Comtur

Dispõe sobre a re-composição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Turismo – Comtur.

O Presidente do Conselho Municipal de Turismo - Comtur, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 6.906/2014 e, em conformidade com as deliberações realizadas nas Sessões Plenárias

Ordinárias dos dias 08 de Junho e 17 de Agosto do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º – Re-compôr as Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Turismo - Comtur, que ficará constituída por:

I - Planejamento e Análise Técnica

- Ariane Raizer
- Cintia Buzian
- Daiane Ramos Bakun
- Zenilde Balsanelli
- Waldir Giese

II - Legislação e Normas

- Gabriel Bruch Ramos
- Dinalberto de Lucca Moreira
- Graziela Bortolini
- Daiane Ramos Bakun
- Ivan Pilon Torres

III – Finanças e Orçamento

- Gabriel Bruch Ramos
- Rúbia Friedemann Torres
- Fenisio Pires Junior
- Cintia Buzian
- Marcelo Schiochet Nasato

IV – Patrimônio Cultural e Natural

- Ademir João Bachmann
- Denise Sueli Henn
- Kelly Giovanella
- Juarez Gomes
- Filipe Venâncio

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as resoluções nº 002/2015/Comtur e nº 001/2016/Comtur no que diz respeito a Composição de Comissões.

Jaraguá do Sul, 8 de Dezembro de 2017.

Fenisio Pires Junior

Presidente do Comtur

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

Publicação Nº 1455895

O Presidente do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal Nº 3.207/95, em conformidade com deliberações da Sessão Plenária Ordinária realizada em 26 de Setembro de 2017.

CONSIDERANDO o novo mandato que teve início em 26/07/2017, CONSIDERANDO a necessidade de recompor as Comissões Permanentes,

RESOLVE:

Art. 1º – Recompor as Comissões Permanentes do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE, que ficarão constituídas por:

I – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO:

- Fernando Mansur Blosfeld
- Emerson Luiz Pogliã
- Théo F. Von Atzingen Sasse
- Ronnie Leonel Lux
- Marcelo Beduschi

II - COMISSÃO DE EVENTOS, CURSOS, CAPACITAÇÕES E TREINAMENTOS:

- Ricardo Amadio
- Almir Alexandre

- Marilene Cassia dos Reis
- Alacir Marx de Souza Lourenço
- Jaison Vieira da Maia

- Sirlene Walz Ramos

III - COMISSÃO DE CAPTAÇÃO E RECURSOS:

- Emerson Luiz Poglia
- Théo F. Von Atzingen Sasse
- Ronnie Leonel Lux
- Ricardo Amadio
- Marcelo Beduschi

- Gabriel Seifert
- Jaison Vieira da Maia
- Almir Alexandre
- Marilene Cassia dos Reis
- Fernando Mansur Blosfeld

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Jaraguá do Sul, 08 de Dezembro de 2017.

Ronnie Leonel Lux
Presidente do Conselho Municipal
do Trabalho e Emprego – CMTE

IV - COMISSÃO DE MARKETING:

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2017-FMS

Publicação Nº 1456431

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 43/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, destinados para uso das Unidades Básicas de Saúde Odontológica, teve o seguinte resultado:

Item: 1

Descrição: MOTOR CIRÚRGICO

Descrição Complementar: MOTOR CIRÚRGICO, TIPO EQUIPAMENTO MICROMOTOR ELÉTRICO TIPO DRILL, UNIDADE CONTROLE, MODELO PEÇA MÃO EXTRA CURTA RETA, 2 CABOS, PEDAL CONTROL E, ROTAÇÃO 60.000 RPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAIXA PARA ESTERILIZAÇÃO

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 5

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 797,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA -, pelo melhor lance de R\$ 1.824,0000 .

Item: 2

Descrição: CANETA ALTA ROTAÇÃO

Descrição Complementar: CANETA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL ROLAMENTO ROLAMENTO AÇO INOXIDÁVEL, VELOCIDADE MÁXIMA VELOCIDADE MÁXIMA MAIOR 400.000 RPM, REFRIGERAÇÃO 3 OU MAIS FUROS, TROCA DE BROCAS SACA BROCA, TIPO CONEXÃO CONEXÃO 2 FUROS, TIPO CABEÇA CABEÇA PADRÃO

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 5

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 588,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA -, pelo melhor lance de R\$ 1.539,0000 .

Item: 3
Descrição: CANETA BAIXA ROTAÇÃO

Descrição Complementar: CANETA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO CONTRA ÂNGULO, RELAÇÃO TRANSMISSÃO TRANSMISSÃO 16:1, TORQUE TORQUE CERCA DE 35 N CM, TROCA DE BROCA TRAVA LT/FG, REFRIGERAÇÃO C/ REFRIGERAÇÃO EXTERNA, TIPO CABEÇA CABEÇA PADRÃO

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 5
Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 661,0000
Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA -, pelo melhor lance de R\$ 1.248,8500 .

Item: 4
Descrição: CANETA BAIXA ROTAÇÃO

Descrição Complementar: CANETA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO PEÇA RETA LONGA, CIRÚRGICA, CONEXÃO ENCAIXE INTRA, RELAÇÃO TRANSMISSÃO TRANSMISSÃO 1:1, TROCA DE BROCA ANEL DESTRAVADOR, REFRIGERAÇÃO C/ REFRIGERAÇÃO EXTERNA

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 3
Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 636,6600
Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP, pelo melhor lance de R\$ 1.247,3600 .

Item: 5
Descrição: PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO

Descrição Complementar: PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MODELO PONTA CURVA, FINA, C/ REFRIGERAÇÃO, APLICAÇÃO RASPAGEM/ REMOÇÃO DE TÁRTARO, COMPATIBILIDADE ENCAIXE ESPECÍFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS P/ REGIÃO SUBGENGIVAL

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 40
Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 94,3300
Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: DENTAL OESTE EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 2.689,9000 .

Item: 6
Descrição: EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO

Descrição Complementar: EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO FOTOPOLIMERIZADOR, ASPECTO FÍSICO MOTOR DE BANCADA, MATERIAL PONTEIRA PONTEIRA FIBRA ÓTICA OU ACRÍLICO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO ABS, FONTE LÂMPADA HALÓGENA, COMPONENTES PROTETOR OCULAR

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 2
Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 1.059,0000
Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: G D C DA SILVA COSTA - EIRELI - EPP, pelo melhor lance de R\$ 1.456,9900 .

Item: 7
Descrição: BANQUETA

Descrição Complementar: BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA AÇO, TIPO ASSENTO GIRATÓRIO, MATERIAL BASE ASSENTO PLÁSTICO, ACABAMENTO ESTRUTURA PINTADO, COR ASSENTO PRETA, ALTURA 60 CM, DIÂMETRO ASSENTO 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTURA REGULÁVEL SISTEMA A GÁS/APOIO PARA OS PÉS

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 2
Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 1.015,0000
Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, pelo melhor lance de R\$ 1.980,0000 .

Item: 8
Descrição: PROTETOR PLUMBÍFERO

Descrição Complementar: PROTETOR PLUMBÍFERO, TIPO AVENTAL, TAMANHO CURTO, USO ADULTO, ADICIONAL COM PROTETOR TIREÓIDE, BLINDAGEM EQUIVALÊNCIA DE 0,25MM PB

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 2
Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 374,0000
Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, pelo melhor lance de R\$ 747,0000 .

Item: 9

Descrição: COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO

Descrição Complementar: COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO, CAPACIDADE RESERVATÓRIO VOLUME INTERNO ATÉ 40 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ISENTO ÓLEO, TANQUE PINTURA INTERNA ANTICORROSIVA, VOLTAGEM 220 V, COMPONENTE ADICIONAL VÁLVULA DE SEGURANÇA, MANÔMETRO, DRENO P/ ÁGUA, COMPONENTES ADICIONAIS CAIXA ACÚSTICA

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 3

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 3.642,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: LIMA & AGUIAR COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME, pelo melhor lance de R\$ 7.790,0000 .

Item: 10

Descrição: EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO

Descrição Complementar: EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO CÂMERA INTRAORAL, COMPONENTES ADICIONAIS UNIDADE PROCESSADORA, CABOS, SUPORTE PARA EQUIPO, COMPONENTES CONTROLE REMOTO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL ILUMINAÇÃO LED

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 1

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 5.703,3300

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: G D C DA SILVA COSTA - EIRELI - EPP, pelo melhor lance de R\$ 4.199,9900 .

Jaraguá do Sul, SC, 11 de dezembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

Publicação Nº 1456432

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 118/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de CONTROLADORES SEMAFÓFICOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção do sistema semafórico, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA	07 Disputa ampla	Unid.	CONTROLADOR SEMAFÓRICO (8/8 fases) multiplano sincronizáveis centralizáveis, dispositivo para eventual adaptação de detecções veicular, com planos especiais de emergência, urgência ativada por laços, sensores tipo: cruzamento de linha férrea, saída de ambulância, bombeiros, prioridades para transportes coletivos (com possibilidade de programação por sub-controladores ou por anel viário), em conformidade com as especificações técnicas do Anexo IX do edital.	17.900,00
02	DESERTO	01 Fração do item 01	Unid.	CONTROLADOR SEMAFÓRICO (8/8 fases) multiplano sincronizáveis centralizáveis, dispositivo para eventual adaptação de detecções veicular, com planos especiais de emergência, urgência ativada por laços, sensores tipo: cruzamento de linha férrea, saída de ambulância, bombeiros, prioridades para transportes coletivos (com possibilidade de programação por sub-controladores ou por anel viário), em conformidade com as especificações técnicas do Anexo IX do edital.	-X-X-X-X-

Jaraguá do Sul, SC, 11 de dezembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2017 E PROCESSO 45/2017-FMS

Publicação Nº 1456435

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2017 e Processo 45/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 150/2017 e Processo 45/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de SERVIDOR TIPO LÂMINA, MÓDULOS DE MEMÓRIA DE 32GB DDR E DISCOS RÍGIDOS DE 960GB E 1.8TB ao longo de 12 (doze) meses, destinados para hospedar e-mails e arquivos dos servidores da Secretaria de Educação, Secretaria de Administração e Secretaria de Saúde, visando agilidade nos atendimentos e gravação de arquivos e históricos dos atendimentos, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	TOP CENTER LTDA ME	22 Disputa Ampla	Unid.	MÓDULO DE MEMÓRIA, em conformidade com o item 01 do Anexo IX – Termo de referência.	3.230,00
02	TOP CENTER LTDA ME	02 Fração do item 01	Unid.	MÓDULO DE MEMÓRIA, em conformidade com o item 01 do Anexo IX – Termo de referência.	3.230,00
03	PROVILLE LTDA	06	Unid.	DISCO HD SSD, em conformidade com o item 02 do Anexo IX – Termo de referência.	11.400,00
04	PROVILLE LTDA	13	Unid.	DISCO HD SAS, em conformidade com o item 03 do Anexo IX – Termo de referência.	2.730,00
05	PROVILLE LTDA	01 Disputa Ampla	Unid.	SERVIDOR TIPO LÂMINA, em conformidade com o item 04 do Anexo IX – Termo de referência.	119.000,00

Jaraguá do Sul, SC, 06 de dezembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2017

Publicação Nº 1456437

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 187/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MUSICAIS destinados ao Programa Bandas, oferecido aos alunos da rede municipal de ensino de Jaraguá do Sul, para incentivo a formação básica em música, realizados pela Secretaria Municipal da Educação, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	GISLAINE DE SOUZA ME	01	Unid.	QUINTO-TOM; Carrier (colete) em alumínio leve na cor preta; Tamanho dos tambores: 6", 8", 10", 12", 13"; Acabamento em poliéster branco; Madeira basswood 7 camadas; Aro 1,5mm em aço; Ferragens pretas. Acompanha estante para multi-tom, com 2 hastes para encaixe e 2 braços reguláveis individualmente, apertos e regulagem de altura por borboletas, tubos reforçados, 3 pés, estante estável; Acompanha estante para multi-tom, com 2 hastes para encaixe e 2 braços reguláveis individualmente, apertos e regulagem de altura por borboletas, tubos reforçados, 3 pés, estante estável. MARCA/MODELO: Stanford STMB05	1.630,00
02	GISLAINE DE SOUZA ME	05	Unid.	CAIXA TENOR 14"X12"; Madeira: basswood 7 camadas; Ferragens: Cromadas; Tambor: 6mm de espessura; bordas em 45º para melhor assentamento da pele; Face Interna: finíssimo acabamento e lixamento, com impermeabilização para maior durabilidade e proteção da madeira; Face Externa: revestido com poliéster resinado brilhante na cor branca, com colagem dupla para maior fixação; Canoas: modelo "inteiriço" em Zamac (liga metálica de Zinco) com película na cor Cromado; Porcas de afinação individual nas extremidades; Aros: fabricado em perfil de aço de 1.6mm, com boa projeção sonora e ataque; 16 afinações individuais; Automático: sistema sensível de acionamento, com regulagem de altura e tensionamento; Esteira: 24 fios fabricado em metal; Parafusos: modelo Universal (cabeça quadrada com rosca de 7/32mm) acabamento cromado, com arruelas de pressão para melhor segurança na afinação; Colete: fabricado em alumínio naval na cor preta: ombreiras e abdominais com reforço e espumas de impacto confortáveis; 5 regulagens de altura frontais; parafusos reforçados de regulagem; acompanha 01 (um) par de baquetas; Acompanha estante para caixa tenor, com 4 braços reguláveis individualmente, apertos e regulagem de altura por borboletas, tubos reforçados, 3 pés, estante estável. MARCA/MODELO: Stanford SCMB1412	920,00

03	GISLAINE DE SOUZA ME	02	Unid.	JOGO DE BOMBOS MARCHING BAND; Tamanhos 14"x14"/16"x14"/18"x14"/20"x14"; 08 afinações; Madeira basswood; Tambor: 8mm; bordas em 45º; 2 sistemas de Respiro no tambor; Face Interna: Finíssimo lixamento e acabamento com impermeabilização interna; Face Externa: revestido com poliéster resinado brilhante na cor branco; com colagem dupla; Canoas: em Zamac (liga metálica de alumínio) modelo Inteiro com longarias unindo as extremidades, na cor Cromado; Garras de fixação: em alumínio com película na cor Cromado; porcas(buchas) de fixação do parafuso independentes; Aros: fabricado em Fibra sintética com revestimento central em poliéster resinado na cor branco e laterais na cor preto. Parafusos: modelo padrão universal para bombos de marcha (cabeça quadrada com rosca 7/32mm) com comprimento de 47mm e acabamento Cromado; arruelas de pressão em metal para maior segurança e afinação; Peles: material fabricado em filme de polyester de 250microns Leitoso, com perfil quadrado para melhor afinação; espuma interna (mufle) de série; Colete Branco fabricado em alumínio naval; ombreiras e abdominais com reforço e espumas de impacto confortáveis; 5 regulagens de altura frontais; parafusos reforçados de regulagem; Acompanha estante para bumbo, com 4 braços reguláveis individualmente, apertos e regulagem de altura por borboletas, tubos reforçados, 3 pés, estante estável. MARCA/MODELO: Stanford 14/16/18/20	4.790,00
04	GISLAINE DE SOUZA ME	04	Unid.	CAIXA REPIQUE PARA FANFARRA; Tamanho 14"x6cm; Em aro metálico e chapa escovada.	XXX
05	GISLAINE DE SOUZA ME	04	Unid.	CAIXA CLARA PARA FANFARRA; Tamanho 14"x15cm; Em aro metálico e chapa escovada. MARCA/MODELO: Luen 21087	240,00
06	GISLAINE DE SOUZA ME	05	Unid.	SURDO MÉDIO PARA FANFARRA; Tamanho 14"x45cm; Em aro metálico e chapa escovada. O instrumento deverá ser de nível profissional. MARCA/MODELO: Luen 33184	305,00
07	GISLAINE DE SOUZA ME	02	Unid.	BUMBO FUZILEIRO PARA FANFARRA; Tamanho 22"x30cm; Em aro metálico e chapa escovada. MARCA/MODELO: Luen 22323	420,00
08	DESERTO	03	Unid.	GLOCKENSPIEL DE MARCHA; Extensão F5 - C8; 2 2/3 oitavas; 32 teclas em alumínio; Afinação 442 hz; Colete (carrier) em alumínio leve na cor preta. MARCA/MODELO: Stanford SGS32T	790,00
09	DESERTO	08	Unid.	CREME PARA TROMBONE DE VARA - modelo de referência Slide O Mix.	XXX
10	GISLAINE DE SOUZA ME	08	Unid.	TUBO DE ÓLEO PARA PISTOS – modelo de referência Fast.	XXX
11	GISLAINE DE SOUZA ME	10	Unid.	TALABARTES DE DOIS GANCHOS MARCA/MODELO: Luen 16002B	28,00
12	DESERTO	08	Unid.	TALABARTES DE UM GANCHO MARCA/MODELO: Luen 16001B	23,00
13	GISLAINE DE SOUZA ME	08	Unid.	TALABARTES DE DOIS GANCHOS PARA BUMBO	XXX
14	DESERTO	02	Unid.	JOGO DE PELE DE QUINTOTOM; tamanhos 6",8",10",12" e 13" MARCA/MODELO: Stanford SHH6/8;10/12/13	555,00
15	GISLAINE DE SOUZA ME	06	Unid.	PELE DE BUMBO 24"; porosa - modelo de referência Stanford.	XXX
16	DESERTO	08	Unid.	PELES BATEDEIRAS DE CAIXA CLARA 14"; hidráulica transparente. MARCA/MODELO: Stanford SHH14	40,00
17	DESERTO	04	Unid.	PARES DE ALÇA DE COURO PARA PRATOS SINFÔNICOS	XXX
18	DESERTO	10	Unid.	ESTANTE DE PARTITURA; Acabamento em aço com pintura epóxi; 2 Estágios de Altura mínima 0,50cm, máxima 1,65cm; Base para apoio 42cm; Altura do apoio 23cm; Facilmente desmontável; Hastes para segurar folha com mola.	XXX
19	DESERTO	08	Unid.	ESTEIRA PARA CAIXA 40 FIOS	XXX
20	DESERTO	01	Unid.	TENSION WATCH (TENSÍMETRO) – modelo de referência Tama	XXX

21	DESERTO	05	Unid.	AFINADOR E METRÔNOMO; - Modelo de referência – Korg Contagem de batida no visor; Escolha entre duas opções de variação de andamento; Função Tap Tempo; Mostrador de batidas; Afinador cromático embutido permite afinação de instrumentos na faixa C4 - B4 (modo Sound Out produz um tom de referência); Configuração de calibragem de 410 a 480 Hz; Conector de saída de fone com volume ajustável; Função de backup de memória e função de auto-desligamento; Até 290 horas de uso contínuo - aproximadamente.	XXX
22	DESERTO	04	Unid.	ESCOVAS DE NYLON PARA BOCAIS; Cor branco (predominante); Material: nylon e metal; Tamanho: 11 x 1 cm; Tamanho da cerdas: 5 x 1 cm; Utilidade: bocais e pistos de trombone, trompete, trompa, horn, etc.; Peso: 50 g.	XXX
23	DESERTO	04	Unid.	ESCOVA DUPLA FLEXIVEL PARA TUBOS E VARAS; Modelo de referência FSED; Comprimento 75 cm.	XXX

Jaraguá do Sul, SC, 11 de dezembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2017

Publicação Nº 1456438

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2017

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 189/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas) ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
1	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	50	unid.	Espelho de segurança convexo com suporte diâmetro 80cm	253,00
2	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	400	mt	Película refletiva grau técnico prismático Azul NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	57,80
3	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	400	mt	Película refletiva grau técnico prismático Laranja NBR 14644 Tipo -I -A c/ 0,61m largura	57,80
4	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	100	mt	Película refletiva grau técnico prismático Amarelo NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	57,80
5	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	200	mt	Película refletiva grau técnico Vermelho NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	57,80
6	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	200	mt	Película refletiva grau técnico Amarelo NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	57,80
7	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	550	mt	Película refletiva grau técnico Branca NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	57,80
8	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	100	mt	Película refletiva grau técnico Verde NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	57,80
9	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	600	mt	Película opaca para legenda Preta NBR 14644 Tipo IV-B c/ 0,61m largura	47,00
10	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	400	mt	Máscara adesiva para plotter, transparente (azul) alto tack com 1,00 m largura	37,00
11	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	4.500 Disputa Ampla	unid.	Tachões Bidirecional Amarelo Urbano (250mmx150mmx47mm)	19,50
12	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	500 10% do item 11	unid.	Tachões Bidirecional Amarelo Urbano (250mmx150mmx47mm)	19,40
13	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	2000	unid.	Tachões Bidirecional para ciclofaixa (250mmx150mmx47mm)	20,60
14	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	150	balde	Cola para tachão, balde com 18kg Bicomponente (Cola+catalizador)	124,00

15	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	300	unid.	Tubo galvanizado 1" ½ (48,30mm) com parede de 2,65mm x 3,50m de comprimento, dotados com aletas antigiro 20x10cm em chapa de aço galvanizado e tampa de plástico. Na entrega apresentar Certificado de que o produto está com a qualidade de galvanização de acordo com a NBR 6323	137,50
16	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	810 Disputa Ampla	unid.	Tubo galvanizado 1" ½ (48,30mm) com parede de 2,65mm x 3,00m de comprimento dotados com aletas antigiro 20x10cm em chapa de aço galvanizado e tampa de plástico. Na entrega apresentar Certificado de que o produto está com a qualidade de galvanização de acordo com a NBR 6323	123,00
17	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	90 10% do item 16	unid.	Tubo galvanizado 1" ½ (48,30mm) com parede de 2,65mm x 3,00m de comprimento dotados com aletas antigiro 20x10cm em chapa de aço galvanizado e tampa de plástico. Na entrega apresentar Certificado de que o produto está com a qualidade de galvanização de acordo com a NBR 6323	123,00
18	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	50	unid.	Chapa galvanizada 50x50cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com pintura fundo preto fosco, com furo oblongo conforme Anexo.	118,50
19	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	40	unid.	Chapa galvanizada 80x100cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com pintura fundo preto fosco, com furo oblongo conforme Anexo	49,80
20	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	160	unid.	Chapa galvanizada 60x80cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, com furação oblongo conforme Anexo	30,60
21	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	120	unid.	Chapa galvanizada 40x60cm com cantos arredondados espessura 1,5mm fundo preto fosco, com furo oblongo conforme Anexo	18,00
22	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	50	unid.	Chapa galvanizada 40x100cm com cantos arredondados espessura 1,5mm fundo preto fosco, com furo oblongo conforme Anexo	56,80
23	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	50	unid.	Chapa galvanizada 60x60cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, com furo oblongo conforme Anexo*.	37,50
24	MM SINALIZAÇÃO EIRELI - ME	50	unid.	Chapa galvanizada 80x20cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, com furação oblongo conforme Anexo*.	72,50
25	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	20	unid.	Placa INDICATIVA confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 40x60cm com cantos arredondados, totalmente refletiva com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de trânsito volume I ano 2005 – I-23, com furo oblongo conforme Anexo* . A placa deverá vir gravada com nome do fabricante e data de fabricação.	86,90
26	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	250	unid.	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 75x75cm oitavada, totalmente refletiva com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de trânsito – R-1, com furo oblongo conforme Anexo*. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	207,10
27	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	200	unid.	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 60x60cm oitavada, totalmente refletiva com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de trânsito – R-1, com furo oblongo conforme Anexo*. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	124,90
28	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	30	unid.	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 75x75cm triangular, totalmente refletiva com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de trânsito – R-2, com furo oblongo conforme Anexo*. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	179,50
29	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	200	unid.	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm diâmetro de 60cm, totalmente refletiva, SEMIPRONTA Orla externa (vermelha e centro (branco) em película refletiva tipo I-A (grau técnico prismático) NBR 14644, conforme Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito volume I ano 2007), com furo oblongo conforme Anexo*.	125,50
30	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	300	unid.	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, diâmetro de 60cm, totalmente refletiva com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de trânsito volume I ano 2007 - conforme solicitação da Diretoria de Trânsito, com furo oblongo conforme Anexo*.	125,50

31	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	200	unid.	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm 40X60cm, película refletiva branco tipo I-A (grau técnico prismático)NBR 14644, com símbolo/sinal (Conforme Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito volume I ano 2005) – Símbolo R-6b – com informação complementar início e/ou término e/ou na linha amarela conforme solicitação da Diretoria de Trânsito, com furo oblongo conforme Anexo*.	97,00
32	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	250	unid.	Placa de ADVERTÊNCIA confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 60x60cm, totalmente refletiva com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de transito volume II ano 2007 - conforme solicitação da Diretoria de Trânsito, com furo oblongo conforme Anexo*.	125,50
33	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	100	unid.	Placa de ADVERTÊNCIA confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 60x60cm, SEMIPRONTA Orla externa preto opaco e centro amarelo em película refletiva tipo I-A (grau técnico prismático) NBR 14644, com furo oblongo conforme Anexo*.	125,50
34	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	100	unid.	Placa confeccionada em chapa galvanizada, pintura epoxi, com película refletiva grau técnico prismático 60x80 – Fiscalização Eletrônica 60 km/h. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante e data de fabricação e com furo oblongo conforme Anexo*.	153,50
35	MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS LTDA – ME	100	unid.	Placa confeccionada em chapa galvanizada, pintura epoxi, com película refletiva grau técnico prismático 60x80 – Fiscalização Eletrônica 40km/h. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante e data de fabricação e com furo oblongo conforme Anexo*..	153,50

Jaraguá do Sul, SC, 12 de dezembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

SEMED - PORTARIA Nº 421/2017

Publicação Nº 1455457

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 421/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1014/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de JOELMA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, EDUCAÇÃO ESPECIAL, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 422/2017

Publicação Nº 1455458

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 422/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1015/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de EVELYN METZGER, para em Caráter Temporário atuar como TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 423/2017

Publicação Nº 1455460

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 423/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1017/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de LUCIMAR MARIA RITA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de PORTUGUÊS, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 424/2017

Publicação Nº 1455461

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 424/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1018/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de IONE CHIMELLO, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 425/2017

Publicação Nº 1455462

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 425/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL,

no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1019/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de MARGARETE WONCZEWSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de INGLÊS, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 428/2017

Publicação Nº 1455463

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 428/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 874/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de JOSIANE KWIECIEN, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 429/2017

Publicação Nº 1455464

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 429/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 875/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de MARISTER BATTISTI RAULINO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período

de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 430/2017

Publicação Nº 1455465

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº430/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:
PRORROGAR A PORTARIA Nº 876/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de DEBORA JANE PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 431/2017

Publicação Nº 1455467

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº431/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:
PRORROGAR A PORTARIA Nº 877/2016, de 13.12.2017, que prorrogou a portaria de SALETE MIRIAM COELHO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 432/2017

Publicação Nº 1455468

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº432/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:
PRORROGAR A PORTARIA Nº 878/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de REGIANI WACKERHAGE SCHERPINSKI, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 433/2017

Publicação Nº 1455469

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº433/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:
PRORROGAR A PORTARIA Nº 879/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de MARIA DO CARMO RODRIGUES DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 434/2017

Publicação Nº 1455471

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº434/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 880/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de JOSÉ NILDON PEREIRA E SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 435/2017

Publicação Nº 1455474

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº435/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 881/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de JULIANA PATRICIO ILIBIO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 436/2017

Publicação Nº 1455475

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº436/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 882/2016, de 13.12.2016, que

prorrogou a portaria de JANAINA MONTAGNA FREIBERGER, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 437/2017

Publicação Nº 1455476

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº437/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 884/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de CAROLINA TESSARO VOGEL, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 440/2017

Publicação Nº 1455477

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº440/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 886/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de NOEMIA FARIA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 441/2017

Publicação Nº 1455479

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº441/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 887/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de MERY CARLA MATTOS DO NASCIMENTO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 442/2017

Publicação Nº 1455481

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº442/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 888/2016, de 13.06.2016, que prorrogou a portaria de GLACI MARIA SCHUSTER, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 443/2017

Publicação Nº 1455483

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº443/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 889/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 445/2017

Publicação Nº 1455487

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº445/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 893/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de GISELI APARECIDA BORGES NICOLINI, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 446/2017

Publicação Nº 1455489

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº446/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 895/2016, de 13.12.2016, que

prorrogou a portaria de MARISA CERCAL PETRY, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 447/2017

Publicação Nº 1455491

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº447/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 894/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de ESMERALDA PASSOLD, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 448/2017

Publicação Nº 1455492

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº448/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 896/2016, de 14.12.2016, que prorrogou a portaria de RAFAELA FORMENTO DE ANGELIS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 449/2017

Publicação Nº 1455493

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº449/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 898/2016, de 14.12.2016, que prorrogou a portaria de JANE MARA MACEDO MACHADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 450/2017

Publicação Nº 1455494

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 450/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 610/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de ADRIANA BOGO MARCATTO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de ARTE, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017 e 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2016.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 122/2017

Publicação Nº 1456434

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 122/2017**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 122/2017, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.626/2017 e 11.697/2017, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 699 – Augusto Demarchi, 5 - Prefeito José Bauer e 390 – Waldemar Rau, com extensão total de 2.906,15m (dois mil novecentos e seis, vírgula quinze metros)" da CONCORRÊNCIA nº 122/2017, tipo Menor Preço Global à empresa: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 2.899.097,14. (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, noventa e sete reais e quatorze centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 12 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 122/2017**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.626/2017 e 11.697/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 122/2017, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento e instalação de equipamentos de ar condicionado, destinado para o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizada na rua 1070, Cesare Valentini, no Bairro Três Rios do Sul em Jaraguá do Sul SC, teve o seguinte resultado:
Empresa vencedora: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 2.899.097,14. (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, noventa e sete reais e quatorze centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 12 de dezembro de 2017.
Antônio Carlos da Luz
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 11.626/2017 e 11.697/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 190/2017

Publicação Nº 1456439

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 190/2017**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 190/2017, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.702/2017, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia com fornecimento e instalação de equipamentos de ar condicionado, destinado para o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizada na rua 1070, Cesare Valentini, no Bairro Três Rios do Sul em Jaraguá do Sul SC" da CONCORRÊNCIA nº 190/2017, tipo Menor Preço Global à empresa: SUPERAR EIRELI EPP, com o valor Global de R\$ 108.614,00 (cento e oito mil

seiscentos e quatorze reais), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 08 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 190/2017**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.702/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 190/2017, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento e instalação de equipamentos de ar condicionado, destinado para o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizada na rua 1070, Cesare Valentini, no Bairro Três Rios do Sul em Jaraguá do Sul SC, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: SUPERAR EIRELI EPP, com o valor Global de R\$ 108.614,00 (cento e oito mil seiscentos e quatorze reais).

Jaraguá do Sul (SC), 08 de dezembro de 2017.
Marcelo Elias da Silveira
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 11.702/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 164/2017

Publicação Nº 1456436

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 164/2017**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 164/2017, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.665/2017, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de tubos de diâmetro de 2,00 metros e extensão da tubulação de 30,00 metros para drenagem pluvial na ponte João José Vailatti (Rio Jaraguá) no município de Jaraguá do Sul/SC" da TOMADA DE PREÇOS nº 164/2017, tipo Menor Preço Global à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 165.745,13 (cento e sessenta e cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais e treze centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 12 de dezembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 164/2017**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.665/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 164/2017, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de tubos de diâmetro de 2,00 metros e extensão da tubulação de 30,00 metros para drenagem pluvial na ponte João José Vailatti (Rio Jaraguá) no município de Jaraguá do Sul/SC, teve o seguinte resultado:
Empresa vencedora: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 165.745,13 (cento e sessenta e cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais e treze centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 12 de dezembro de 2017.
Ivan Andréias Wolter
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 11.665/2017

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 80/2017**

Publicação Nº 1456421

PORTARIA Nº 80/2017

Nomeia Vereador para compor Comissão

O Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e nos termos dos Artigos 61 e 62 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para fazer parte da Comissão de Transporte, Obras, Agricultura, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Serviços Públicos, o VEREADOR CHARLES MARCIANO SALVADOR, enquanto perdurar o seu mandato.

Art. 2º. Fica nomeado para fazer parte da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, o VEREADOR CHARLES MARCIANO SALVADOR, enquanto perdurar o seu mandato.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 13 de dezembro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO N 5278

Publicação Nº 1456574

DECRETO Nº 5.278 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos próprios da entidade PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV. PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 0.007 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP – PLASS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0201.0 (7)
..... 4.000,00

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV. PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0201.0 (1)
..... 400,00

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0201.0 (2)
..... 2.600,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 12 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO N 5281

Publicação Nº 1456640

DECRETO Nº 5.281 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, GESTÃO 2017/2019, QUE ESPECIFICA.

O prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas pela Lei nº 4.481/2013, alterada pela Lei nº 5.125/2017.

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de que trata a Lei Municipal nº 4.481 de 09 de dezembro de 2013, alterada pela Lei nº 5.125 de outubro de 2017, fica assim constituído para a gestão 2017/2019:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

TITULAR – Ivone Zanatta

SUPLENTE – Sandra Regina Pacheco Pinheiro

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

TITULAR – Luciana Cristina Bussacro Soccol

SUPLENTE – Leda Pazza

Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

TITULAR – Nélia Maria Finn

SUPLENTE – Andressa Simadon

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

TITULAR – Julio César Alberguini

SUPLENTE – Eliane Buttner de Souza

Representante da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira:

TITULAR – Fabiano Colombo

SUPLENTE – Camila Salardi Futina

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Representantes de Organizações e Entidades de Assistência Social

TITULAR representante APAE – Edilaine Bettoni

SUPLENTE – representante da APAE – Juliana Marcondes

TITULAR – representante do CIEE – Daniela Bernardi Bortoli

SUPLENTE – representante do CIEE – Camila de Oliveira

Representante de Organizações e Entidades de Trabalhadores do Setor

TITULAR representante do CREAS – Ingrid Vanessa Stock Titon

SUPLENTE representante do CREAS – Ana Catarina Antes

TITULAR representante da OAB – Patrícia Beal Dariva Dal Cortivo

SUPLENTE representante da OAB – Priscila Isabel de Carvalho Garcia

Representante de Organizações e Representantes de Usuários

TITULAR representante de usuários – Raquel Maria Fernandes

SUPLENTE representante de usuários – Jaqueline Reis Fragoso

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 12 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO N 5282

Publicação Nº 1456643

DECRETO Nº 5.282 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I, DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.003 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-2

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 12 de dezembro de 2017

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DECRETO N 5283

Publicação Nº 1456649

DECRETO Nº 5.283 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS DO CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS – CATRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Complementar nº 31/97 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os prazos para recolhimento de Impostos e Taxas do CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS – CATRIM a vigorar para o exercício de 2018 a seguir discriminados:

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS – CATRIM**FEVEREIRO**

ISS FIXO – Autônomos e Profissionais Liberais

Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto 15/02/2018

1ª Parcela 15/02/2018

Renovação do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento (Art. 180, parágrafo 2º, Decreto-Lei 1948/99) 22/02/2018

MARÇO

ISS FIXO

2ª Parcela 15/03/2018

ABRIL

IPTU/COLETA DE LIXO

1ª Cota Única com 15% (quinze por cento) de desconto no IPTU .. 13/04/2018

1ª Parcela 13/04/2018

ISS FIXO

3ª Parcela 15/04/2018

MAIO

IPTU/ COLETA DE LIXO

2ª Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto no IPTU 13/05/2018

2ª Parcela 13/05/2018

ISS FIXO

4ª Parcela 15/05/2018

JUNHO

IPTU/ COLETA DE LIXO

3ª Parcela 13/06/2018

ISS FIXO

5ª Parcela 15/06/2018

JULHO

IPTU/ COLETA DE LIXO

4ª Parcela 13/07/2018

ISS FIXO

6ª Parcela 15/07/2018

AGOSTO

IPTU/ COLETA DE LIXO

5ª Parcela 13/08/2018

ISS FIXO

7ª Parcela 15/08/2018

SETEMBRO

IPTU/ COLETA DE LIXO

6ª Parcela 13/09/2018

ISS FIXO

8ª Parcela 15/09/2018

OUTUBRO

IPTU/ COLETA DE LIXO

7ª Parcela 13/10/2018

ISS FIXO

9ª Parcela 15/10/2018

NOVEMBRO

IPTU/ COLETA DE LIXO

8ª Parcela 13/11/2018

ISS FIXO

10ª Parcela 15/11/2018

DEZEMBRO

ISS FIXO

11ª Parcela 15/12/2018

MENSAL: ISS HOMOLOGADO - Recolhimento até o dia 15 do mês subsequente às operações realizadas.

Art. 2º No caso de descumprimento dos prazos fixados no CATRIM serão aplicados encargos de acordo com o disposto no Art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Art. 3º Fica fixado o valor de R\$ 42,05 como parcela mínima, para efeito de pagamento de IPTU.

Art. 4º Para efeito do disposto no Art. 17 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações, a atualização monetária do IPTU para o exercício de 2018, fica fixada em 1,95% o que corresponde a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos 12 meses.

Art. 5º Para efeito do disposto no Art. 340 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações o valor da UR, para o exercício de 2018, fica fixado em R\$ 105,13 (cento e cinco reais e treze centavos).

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

JOAÇABA (SC), em 12 de dezembro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO N 5284

Publicação Nº 1456653

DECRETO Nº 5.284 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - FUNDEB, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata a Lei nº 3.574, de 13 de março de 2007 e alterações, fica assim constituído:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Michel Carlesso Avila – titular
Severino Luis De Dea – suplente

Marcio Luis Rodrigues Kemer – titular - Secretaria Municipal de Educação
Sonia Aparecida Perotto Zabott – suplente - Secretaria Municipal de Educação

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Tatiane Aparecida Polo – titular
Jandira Salete Alves Costenaro – suplente

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Adelize Teresinha Fell – titular
Edilaine Costa de Souza – suplente

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Marizete Machado Zagonel – titular
Fabio Lazzarini – suplente

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Juliana Gasparini Mott – titular
Neli de Souza – suplente

Elisabet Ferreira – titular
Zuleica de Deus e Silva Broetto – suplente

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Laiane Fatima Nora – titular
Josiane Regina Habech – suplente

Sherlon Cristina de Bastiani – titular
Rosana Schaufli Heberle – suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Edina Camaroto Ungericht – titular
Janice Rosa – suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Grasiele Zanella – titular
Clarice Elias – suplente

Art. 2º. Este Decreto deve entrar em vigor na data de 18 de dezembro de 2017.

Joaçaba, 12 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO N 5285

Publicação Nº 1456656

DECRETO Nº 5.285 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA PRAZO DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2016 DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados por 01 (um) ano os efeitos do Edital de Processo Seletivo nº 14/2016, a contar de 23 de dezembro de 2017, conforme o disposto no respectivo Edital.

Art. 2º. Este decreto entrará na data de sua publicação.

Joaçaba, 12 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO N 5286

Publicação Nº 1456589

DECRETO Nº 5.286 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que

lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0202.0 - R\$ 2.000,00 (10)

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0202.0 - R\$ 2.000,00 (9)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 06/2017/FMAS

Publicação Nº 1456536

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017/FMAS

PL 10/2017/FMAS – DL 01/2017/FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: PATRICIA PINTO RIBEIRO INDA EIRELI - ME

OBJETO: Prestação pela CONTRATADA de serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas com Deficiência, para abrigar indivíduo portador do transtorno de espectro autista grave, por força de decisão judicial.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 45.044,04 (quarenta e cinco mil e quarenta e quatro reais e quatro centavos), considerando o valor mensal de R\$ 3.753,67 (três mil setecentos e cinquenta e três reais sessenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 12 meses

FISCAL: SANDRA REGINA PACHECO e IVONE ZANATTA

DATA DE ASSINATURA: 13/12/2017

Joaçaba – SC, 13 de dezembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUCELINO JORGE FERRAZ - Secretário

EXTRATO PL 10/2017/FMAS - DL 01/2014/FMAS

Publicação Nº 1456521

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2017/FMAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017/FMAS

1 – DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas com Deficiência, para abrigar indivíduo portador do transtorno de espectro autista grave, por força de decisão judicial.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A contratação se faz necessária mediante a decisão judicial expedida nos autos nº 0900096-40.2017.8.24.0037, pelo Juiz de Direito, Dr. Alexandre Dittrich Buhr, determinando que o Município providencie vaga em instituição e/ou clínica de longa permanência para exercer os cuidados de que o adolescente G.V. necessita diariamente, diante das patologias que o acometem.

Diante disto, e reconhecendo a competência municipal, bem como que não dispomos de condições para atender diretamente o adolescente, justifica-se a necessidade da contratação de entidade que possa realizar tal serviço.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso IV.

4 – DA EMPRESA CONTRATADA

PATRICIA PINTO RIBEIRO INDA EIRELI - ME., com sede administrativa na Rua Osvaldo Momm, nº 140, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, SC, CEP 88.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 20.558.572/0001-06, neste ato representada pela Sra. Patrícia Pinto Ribeiro Inda, portador do documento de identidade nº 3.974.394-2 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 974.432.120-20, residente e domiciliada nesta cidade de Santo Amaro da Imperatriz, SC.

5 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 45.044,04 (quarenta e cinco mil e quarenta e quatro reais e quatro centavos), considerando o valor mensal de R\$ 3.753,67 (três mil setecentos e cinquenta e três reais sessenta e sete centavos) e a contratação pelo período de 12 meses, definido da seguinte forma:

a. O CONTRATANTE pagará o valor mensal de R\$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais) e o acolhido realizará o complemento da mensalidade com o Benefício de Prestação Continuada – BPC no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), equivalentes a 70% (setenta por cento) do benefício por ele recebido, sendo que o restante R\$ 282,00 (duzentos e oitenta e dois reais), equivalentes a 30% (trinta por cento) do benefício por ele recebido, serão utilizados para despesas com o mesmo durante seu acolhimento.

b. Caso o acolhido venha a receber a aposentadoria do pai falecido, o valor a ser complementado por ele será majorado, proporcionalmente, visando manter a divisão de 70% (setenta por cento) dos seus ganhos mensais para a mensalidade e os 30% (trinta por cento) restantes para despesas do acolhido.

c. Seguirá a mesma regra, qualquer outro valor mensal que o acolhido, por ventura, venha a receber.

6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo terá vigência de 12 meses, a contar de 14 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado se de interesse das partes, na forma da lei, até o limite de 60 (sessenta) meses.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.119 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 13 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Jucelino Jorge Ferraz

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 13/12/2017.

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 13 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

PORTARIA N.º 1.667

Publicação Nº 1456985

PORTARIA Nº 1.667 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

“ANULA PORTARIA N.º 1.545/2017”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º ANULAR A PORTARIA N.º 1.545/2017 na qual CONCEDE a(o) Servidor(a) Sr.(a) SALETE VALMORBIDA MARCON, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 24 de novembro de 2014 a 23 de novembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de novembro de 2017, conforme memorando 762/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.668

Publicação Nº 1456987

PORTARIA Nº 1.668 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

“DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o(a) servidor(a) ILTON ANTONIO SCHMITZ,

Monitor Social, para dar andamento em documentação referente a frota municipal junto ao Departamento Estadual de Trânsito e Segurança Viária – Delegacia Regional de Joaçaba/SC – 11ª CIRETRAN, conforme memorando 648/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.669

Publicação Nº 1456988

PORTARIA Nº 1.669 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARISANGELA APARECIDA CARLETTO, Cuidador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 275/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 25 de julho de 2015 a 24 de julho de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.670

Publicação Nº 1456991

PORTARIA Nº 1.670 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

“AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PRE-MIO de 230 (duzentos e trinta) dias do(a) Servidor(a) CLAUDETE MARIA TOSCAN DA SILVA, Técnico de Administração, referente aos períodos de 05 de agosto de 1990 a 03 de agosto de 1995 (60 dias), 04 de agosto de 1995 a 01 de agosto de 2000 (60 dias), 02 de agosto de 2000 a 31 de dezembro de 2003 (62 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias), 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias), de acordo com o Decreto nº 5.263 de 24 de novembro de 2017. O pagamento das referidas licenças ocorrerá de forma parcelada nos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018, devido à entrada no processo de aposentadoria junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 30 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 05 de dezembro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.671

Publicação Nº 1456996

PORTARIA Nº 1.671 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

“AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR QUE ESPECÍFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PRE-MIO de 227 (duzentos e vinte e sete) dias do(a) Servidor(a) ELIO DA SILVA, Técnico de Administração, referente aos períodos de 15 de setembro de 1990 a 14 de setembro de 1995 (30 dias), 15 de setembro de 1995 a 14 de setembro de 2000 (90 dias), 15 de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2003 (59 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias), 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) de acordo com o Decreto nº 5.263 de 24 de novembro de 2017. O pagamento das referidas licenças ocorrerá de forma parcelada nos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018, devido à entrada no processo de aposentadoria junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 30 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 05 de dezembro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.672

Publicação Nº 1457000

PORTARIA Nº 1.672 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) WILLIAN SCHMITZ GUGEL, Técnico de Administração, para exercer a função de Chefe de Infraestrutura Urbana, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e Lei Complementar nº 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 646/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.673

Publicação Nº 1457004

PORTARIA Nº 1.673 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ARLENE MARIA FERRI, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação), nas funções de Diretor Geral de Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar nº 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.674

Publicação Nº 1457005

PORTARIA Nº 1.674 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) JUÇARA EDITH STEFANES, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação), nas funções de Diretor Geral de Ensino Fundamental, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar nº 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.675

Publicação Nº 1457006

PORTARIA Nº 1.675 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) JOSIANNE HEIL PITOL MAESTRI, Técnico de Administração, para exercer a função de Chefe do Setor de Acervo Bibliográfico, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar nº 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.676

Publicação Nº 1457007

PORTARIA Nº 1.676 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) JUCIMARA LENHARDT DA COSTA, Professor Nível II (Pós Graduação), nas funções de Assistente de Projetos Extracurriculares, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar nº 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.677

Publicação Nº 1457009

PORTARIA Nº 1.677 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) CAMILA BRANCO SGARIA, Professor Nível II (Pós Graduação), nas funções de Assistente de Direção da Educação Infantil, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Mundo Encantado, de acordo com o

art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.678

Publicação Nº 1457010

PORTARIA Nº 1.678 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) PAULA ANDRESSA KVIECZINSKI CASTELO BRANCO, Professor Nível I (Licenciatura), nas funções de Assistente de Direção da Educação Infantil, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.679

Publicação Nº 1457011

PORTARIA Nº 1.679 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) LURDES FOPPA PANTTI, Professor Nível II (Pós Graduação), nas funções de Assistente de Direção da Educação Infantil, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.680

Publicação Nº 1457012

PORTARIA Nº 1.680 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) LAIANE FATIMA NORA, Professor Nível I (Licenciatura), nas funções de Assistente de Direção da Educação Infantil, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.681

Publicação Nº 1457014

PORTARIA Nº 1.681 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

“ENQUADRA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ELISANGELA GONÇALVES DOS SANTOS, Professor Nível I (Licenciatura), nas funções de Assistente de Direção da Educação Infantil, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 467/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.682

Publicação Nº 1457015

PORTARIA Nº 1.682 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DESIRÉE APARECIDA PINO GOMES, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 517/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 03 de fevereiro de 2003 a 31 de dezembro de 2003 (15 dias) por um período de 15 (quinze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de dezembro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal**PORTARIA N.º 1.683**

Publicação Nº 1457016

PORTARIA Nº 1.683 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) RICARDO SCHNEEBERGER, Cuidador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 20 de dezembro de 2015 a 19 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de dezembro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456292

RESOLUÇÃO Nº 24, de 11 de Dezembro de 2017.

Aprova o Projeto de Certificação do Curso de Formação Continuada para Professores que atuam no PNAIC 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião Ordinária do dia 11 de Dezembro de 2017, pelo Parecer nº 26/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto de Certificação do Curso de Formação Continuada para Professores que atuam no PNAIC 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 11 de Dezembro de 2017.

Janete G. D'Agostini

Presidente do Conselho Municipal de Educação

HOMOLOGAÇÃO PL 10/2017/FMAS - DL 01/2014/FMAS

Publicação Nº 1456529

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2017 - DL
	Processo Administrativo: 10/2017 Processo de Licitação: 10/2017 Data do Processo: 12/12/2017

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2017
b) Licitação Nr.: 1/2017-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 13/12/2017
e) Objeto da Licitação: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas com Deficiência, para abrigar indivíduo portador do transtorno de espectro autista grave, por força de decisão judicial.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

PATRICIA PINTO RIBEIRO INDA EIRELI - ME (7962)

1 prestação pela CONTRATADA de serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas com Deficiência, para abrigar indivíduo portador do transtorno de espectro autista grave, por força de decisão judicial. - Marca: Flor de Lótus	SV	12,00	0,0000	3.753,67	45.044,04
---	----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 45.044,04**Total Geral: 45.044,04**

Joaçaba, 13 de Dezembro de 2017.

GESTOR FMAS

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 11º ADT 0101/2014 PML

Publicação Nº 1456128

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0101/2014 PML 11º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CASVIG – CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.719.963/0001-77, estabelecida a Rua Getúlio Vargas, 470 – Centro, CEP 88103-400 – São José/SC.

Resolvem celebrar este 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2014, Conforme Parecer Jurídico 1403/2016, Processo Licitatório nº 233/2013, correlato ao Pregão Presencial nº 88/2013, aberto em 19/05/2014 e homologado em 04/06/2014 consoante as seguintes alterações:

Conforme Solicitação de Prorrogação de Prazo, efetuado pela Secretaria de Administração Ofício nº1115/2017, e com Parecer Jurídico PROGEM nº 1402/2017 favorável, Ficam prorrogado os prazos de Vigência e Execução Contratual por mais seis meses, até 30/06/2018, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 13 de dezembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 352/2014 - PML

Publicação Nº 1455857

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 352/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 83.066.118/0001-40, com sede a Rua Carlos Jofre do Amaral 67 – CEP 88501-015 – Lages/SC.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 352/2014, conforme parecer jurídico nº 1399/2017, Processo Licitatório nº 207/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 91/2014, aberto em 08/12/2014 e homologado em 10/12/2014 consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 31/12/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado por mais 12 (doze) meses até 31/12/2017, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 13 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADT CONTRATO 17/2016 PML

Publicação Nº 1456103

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 17/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DEDETIZADORA BARROS LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 86.838.547/0001-86 com sede na Rua Álvaro Nery dos Santos, Nº 223 Várzea – Lages/SC CEP. 88.511-30

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 17/2016, Conforme parecer jurídico nº 1401/2017, Processo Licitatório nº 314/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 159/2015 homologado em 21/01/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios D'Água e Limpeza de Fossas das Unidades Escolares, Biblioteca Pública, Pólo da UFSC, Barracão da Merenda Escolar, Depósito da Educação, Secretaria da Educação e Psicossocial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2018, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições ora contratadas permanecem inalteradas.

Lages, 13 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

PP 23/2017 FMASH, PP 56/2017 SMS, PP 112/2017 PML

Publicação Nº 1456065

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 23/2017 FMASH

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Móveis, montados e instalados, para utilização no Centro POP e nos CREAS I, II e III da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Abertura: 09/01/2018 às 09h

Valor Estimado: R\$ 39.215,33

Modalidade: Pregão Presencial 56/2017 SMS

Objeto: Locação de Imóvel para Funcionamento da Vigilância Sanitária.

Abertura: 09/01/2018 às 13h30min

Valor Estimado Mensal: R\$ 3.558,97

Modalidade: Pregão Presencial 112/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Camisetas para os Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Abertura: 11/01/2017 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 345.798,31

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO PP 111/2017 PML

Publicação Nº 1456066

RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017 – PML

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU AUTÔNOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA ENTIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento serão disponibilizadas no site www.lages.sc.gov.br.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 20/12/2017, para às 15:30 horas do dia 04/01/2018.

Lages, 14 de dezembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.967/2017

Publicação Nº 1457039

DECRETO Nº 4.967/2017, de 08 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e em conformidade com o artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.553.615,01 (um milhão quinhentos e cinquenta e três seiscientos e quinze e um), na seguinte classificação:

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2700 – Estender, equipar e manter a rede básica

4-3.1.90.11.00.00.00.01.0002

Valor a incluir: R\$ 900.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2700 – Estender, equipar e manter a rede básica

23-4.4.90.51.00.00.00.01.0002

Valor a incluir: R\$ 80.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2701 – PSF/NASF/PAB

52-3.1.90.11.00.00.00.01.0101

Valor a incluir: R\$ 417.250,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2701 – PSF/NASF/PAB

62-3.3.90.36.00.00.00.01.0101

Valor a incluir: R\$ 12.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2706 – AGENTE COMUNITÁRIO

70-3.1.90.11.00.00.00.01.0101

Valor a incluir: R\$ 32.346,25

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2711 – SAMU

34-3.1.90.11.00.00.00.01.0101

Valor a incluir: R\$ 14.522,60

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2712 – SAUDE BUCAL/CEO

77-3.1.90.11.00.00.00.01.0101

Valor a incluir: R\$ 37.496,16

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2713 – Co-Financiamento

28-3.3.90.39.00.00.00.01.0067

Valor a incluir: R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos decorrentes da anulação, na seguinte classificação:

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2700 – Estender, equipar e manter a rede básica

13-3.3.90.30.00.00.00.01.0002

Valor a excluir: R\$ 980.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2701 – PSF/NASF/PAB

56-3.1.90.16.00.00.00.01.0101

Valor a excluir: R\$ 417.250,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2701 – PSF/NASF/PAB

63-3.3.90.39.00.00.00.01.0101

Valor a excluir: R\$ 12.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2706 – AGENTE COMUNITÁRIO

76-4.4.90.52.00.00.00.01.0002

Valor a excluir: R\$ 32.346,25

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2711 – SAMU

37-3.3.90.14.00.00.00.01.0101

Valor a excluir: R\$ 729,65

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2711 – SAMU

38-3.3.90.30.00.00.00.01.0101

Valor a excluir: R\$ 5.857,26

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2711 – SAMU

39-3.3.90.36.00.00.00.01.0101

Valor a excluir: R\$ 7.935,69

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2712 – SAUDE BUCAL/CEO

84-4.4.90.15200.00.00.01.0101

Valor a excluir: R\$ 37.496,16

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2713 – Co-Financiamento

26-3.3.90.30.00.00.00.01.0067

Valor a excluir: R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.968/2017

Publicação Nº 1457040

DECRETO Nº 4.968/2017, de 13 de dezembro de 2017.
DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ENTRE ELEMENTOS DE DESPESAS CORRENTES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2017, no Fundo Municipal de Assistência Social de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na seguinte dotações:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.212- Gestão Suas

Elemento da Despesa: 4 – 3.3.90.30.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo - R\$ 10.000,00

Elemento da Despesa: 7 – 3.3.90.39.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros PJ - R\$ 20.000,00

Art. 2º Para Atender a transposição de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos da seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.212- Gestão Sua s

Elemento da Despesa: 9 – 4.4.90.52.00.00.00.01.0000 – Equipamento e Material Permanente - R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.969/2017

Publicação Nº 1457041

DECRETO Nº 4.969/2017, de 13 de dezembro de 2017.
DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ENTRE ELEMENTOS DE DESPESAS CORRENTES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2017, no Fundo Municipal de Assistência Social de R\$ 8.000,00 (Oito mil e reais), na seguinte dotações:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa: 26 – 3.3.90.30.00.00.00.00 00.01.0035 – Material de Consumo - R\$ 8.000,00

Art. 2º Para Atender a transposição de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos da seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa: 28 – 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0035 – Outros Serviços de Terceiros PJ - R\$ 8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.970/2017

Publicação Nº 1457042

DECRETO Nº 4.970/2017, de 13 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ENTRE ELEMENTOS DE DESPESAS CORRENTES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2017, no Fundo Municipal de Assistência Social de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais), na seguinte dotações:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218- Piso Básico

Elemento da Despesa: 24 – 3.3.50.43.00.00.00.61.0000 - Subvenção Social - R\$ 2.300,00

Art. 2º Para Atender a transposição de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos da seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218- Piso Básico

Elemento da Despesa: 29 – 4.4.90.52.00.00.00.0061.0000 – Equipamento e Material Permanente - R\$ 2.300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.971/2017

Publicação Nº 1457043

DECRETO Nº 4.971/2017, de 13 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ENTRE ELEMENTOS DE DESPESAS CORRENTES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDAÇÃO IRMÃ VERA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2017, na Fundação Irmã Vera de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte dotações:

Órgão: 17 Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera

Proj/ Atividade: 2.500 Manutenção da Gestão administrativa superior da Fundação Irmã Vera

Elemento da Despesa: 5 – 3.3.90.30.00.00.00.00.0080 - Material

de Consumo - R\$ 10.000,00

Art. 2º Para Atender a transposição de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos da seguinte dotação:

Órgão: 17 Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera

Proj/ Atividade: 2.500 Manutenção da Gestão administrativa superior da Fundação Irmã Vera

Elemento da Despesa: 7 - 3.3.90.39.00.00.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros PJ - R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.972/2017

Publicação Nº 1457044

DECRETO Nº 4.972/2017, de 13 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo inciso I do artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016, DECRETA:

Art. 1º Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta), na seguinte classificação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.042 - Remuneração dos Profissionais do magistério do Fundeb 60%

Elemento da Despesa:

96 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - R\$ 980.000,000

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do provável excesso de arrecadação da Receita 4.1.7.2.4.01.00.00.00.00.00.00 - Transferências de recursos do FUNDEB - R\$ 980.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.973/2017

Publicação Nº 1457045

DECRETO Nº 4.973/2017, de 13 de dezembro de 2017.

REGULAMENTA A LEI Nº. 1.957/2017, QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e na Lei nº. 1.957/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 2.340.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta mil), na seguinte classificação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.001 - Func. Manutenção do Gabinete

1 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - R\$ 370.000,00

2 - 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01 - Obrigações Patronais - R\$ 140.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.002 - Manutenção da Guarda Municipal

17 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - R\$ 50.000,00

18 - 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01 - Obrigações Patronais - R\$ 40.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 03 - Procuradoria Geral

Projeto/Atividade: 2.003 - Representar o Município Judicial e Extrajudicial

23 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - R\$ 200.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 2.010 - Pagamento de Precatório

32 - 3.3.90.91.00.00.00.00.00.01 - Sentenças Judiciais - R\$ 400.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 2.012 - Manutenção da Administração Financeira

49 - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01 - Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica - R\$ 100.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.040 - Melhoria do Ensino Fundamental

23 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - R\$ 600.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Projeto/Atividade: 2.017 - Manutenção e Serviços Inerentes a Secretaria de Transporte e Obras

148 - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01 - Outros Serv. Terc.- Pessoa Jurídica - R\$ 200.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 09 - Encargos gerais do Município

Projeto/Atividade: 0.001 - Pagamento mensal dos inativos

188 - 3.1.90.01.00.00.00.00.00.01 - Aposentadorias e Reformas - R\$ 90.000,00

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 09 - Encargos gerais do Município

Projeto/Atividade: 0.002 - Pagamento de pensionistas a cargo do Tesouro Municipal

189 - 3.1.90.03.00.00.00.00.00.01 - Pensões - R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Proj/Ativ: 1.099 - Programa de Modernização da Adm.Tributária e da Gestão - PMAT

240 - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica - R\$ 2.340.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1457033

O MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC torna público que realizará PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 134/2006, vinculado a Secretaria de Educação.

DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

1. Este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO será realizado em consonância com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.
2. Todas as etapas do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão realizadas no Município de Laguna - SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério, exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.
3. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO constará de Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.
4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos nas etapas descritas no Anexo II, no seguinte endereço:
 - 3.1 Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 107, Centro, Laguna – SC (SEDUC – Secretaria de Educação de Laguna);
 - 3.2 Telefone: 3647-1673 e/ou 3647-1274
 - 3.3 Horário: 13h30 às 17h30min, em dias úteis.
5. Os cargos com a respectiva carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.
6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.
 - 5.1 Os candidatos PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) deverão observar as regras constantes no Anexo V.
 - 5.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.
7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.
 - 6.1 No sítio de internet do Município de Laguna – SC: (<http://www.laguna.sc.gov.br/>);
 - 6.2 No sítio de internet da FAEPESUL: (www.faepesul.org.br/concursos).
8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.
9. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.
 - 8.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.
10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo X.
11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão convocados para ocupar os Cargos, em funções das vagas constantes no Anexo III e de acordo com a necessidade do Município de Laguna - SC, dentro do prazo de validade do certame.
12. A aprovação neste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Laguna - SC.
13. Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar os documentos admissionais exigidos pelo Município de Laguna - SC.
 - 12.1 A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;
 - 12.2 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado na ficha de inscrição deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;
 - 12.3 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Secretaria de Educação e Esportes de Laguna – SC;
 - 12.4 O Município de Laguna - SC se utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: primeira chamada presencial e as seguintes por telefone no cadastro efetuado no momento da inscrição, sem prejuízo de Ofício a ser encaminhado ao Candidato.
 - 12.5 Após a convocação, o candidato terá o prazo máximo de 3 (três) dias para apresentação da documentação e contratação;
 - 12.6 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como o presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar nova chamada;
 - 12.7 O candidato será convocado quantas vezes for necessário, durante a validade deste processo seletivo público, segundo a ordem de classificação, até o limite das vagas autorizadas.
14. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO terá validade de 01 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Final a critério do Município de Laguna - SC.
 - 13.1 Havendo prorrogação deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a novo chamamento será reiniciado pela primeira classificação.

15. Será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO o candidato que:

- 14.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;
- 14.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- 14.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- 14.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- 14.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
- 14.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta, apostar a sua assinatura ou de outros documentos, nos termos deste Edital;
- 14.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;
- 14.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;
- 14.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame de caráter eliminatório;
- 14.10 Não pontuar ou não atingir os quantitativos mínimos de pontuação definidos neste Edital na Avaliação Escrita Objetiva;
- 14.11 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:

- 16.1 Receber as taxas de inscrições;
- 16.2 Deferir e indeferir as inscrições;
- 16.3 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;
- 16.4 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;
- 16.5 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e demais etapas do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, bem como divulgar seus respectivos resultados;
- 16.6 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- 16.7 Publicar a homologação final do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO constituída pelo Decreto Municipal nº 4.868/2017.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO é o da Comarca de Laguna - SC.

Laguna - SC, 13 de Dezembro de 2017.

KARMENSITA A. DA ROCHA CARDOSO	MAURO CANDEMIL
Secretária de Educação e Esportes	Prefeito Municipal

ANEXO I CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
13/12/2017	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Edital – Órgão Oficial;• Edital.
13/12/2017 à 18/12/2017	Período para impugnação das disposições do Edital.
13/12/2017 à 27/12/2017	Período para: <ul style="list-style-type: none">• Inscrição pela Internet ou posto de atendimento;• Emissão e remissão do boleto bancário;• Recebimento dos requerimentos para Portador de Necessidades Especiais;• Atendimento de Necessidades Especiais no Posto de Atendimento;• Protocolo de comprovação dos documentos de doação de sangue (isenção da taxa de inscrição);• ENTREGA DOS TÍTULOS NO POSTO DE ATENDIMENTO OU POR CORREIO POR MEIO DE SEDEX/AR ENDEREÇADO AO POSTO DE ATENDIMENTO.
29/12/2017	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.
03/01/2018	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Lista das inscrições deferidas;• Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.
04/01/2018	Data para interposição de recursos concernente às inscrições indeferidas.

05/01/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
07/01/2018	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA - MATUTINO
08/01/2018	Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno de Provas das Avaliações Escritas Objetivas aplicadas.
09/01/2018 e 10/01/2018	Período para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
26/01/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva. • Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos.
29/01/2018 e 30/01/2018	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva e do Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos.
01/02/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Final do Processo Seletivo Público; • Homologação do Processo Seletivo Público.

ANEXO II ETAPAS

CARGOS	Avaliação Escrita Objetiva	Avaliação de Títulos
	Classificatória e Eliminatória	Classificatória
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	X	
NUTRICIONISTA	X	
PROFESSOR AUXILIAR – HABILITADO (Professor de Educação Especial)	X	X
PROFESSOR AUXILIAR - NÃO HABILITADO (Professor de Educação Especial)	X	X
PROFESSOR DE ARTES – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE CIÊNCIAS – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª a 5ª ANO - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª a 5ª ANO - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE FILOSOFIA – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE FILOSOFIA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE GEOGRAFIA – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE HISTÓRIA – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS - EJA - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS - EJA - NÃO HABILITADO	X	X

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE MATEMÁTICA – HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO	X	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local aprazados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter eliminatório/classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VII.

3. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VIII.

ANEXO III

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÃO

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos item 7 deste Anexo, a nomeação não será efetivada.

2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Laguna - SC.

3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. Os Contratos serão regidos pela Lei Municipal nº 217/2010 e, serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

5. Os Candidatos classificados figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.

6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) vagas terão a reserva de cinco por cento em face da classificação obtida para Portadores de Necessidades Especiais – PNE, conforme Anexo V deste Edital.

6.1 Caso não houver nenhum candidato Portador de Necessidade Especial inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

7. CARGOS, NÍVEL ESCOLARIDADE, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	SUPERIOR	Nível médio
NUTRICIONISTA	SUPERIOR	Curso Superior em Nutrição, com registro no órgão competente.
PROFESSOR AUXILIAR – HABILITADO (Professor de Educação Especial)	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação – pedagogia. Curso de Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Pedagogia com formação pedagógica/complementação em Educação Especial; Licenciatura em Pedagogia com Pós Graduação em Educação Especial, ou Atendimento Educacional Especializado, ou Psicopedagogia.
PROFESSOR AUXILIAR - NÃO HABILITADO (Professor de Educação Especial)	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase de Nível superior na área de atuação – pedagogia.
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação.
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE - HABILITADO	SUPERIOR	Curso de Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Pedagogia com formação pedagógica/complementação em Educação Especial; Licenciatura em Pedagogia com Pós Graduação em Educação Especial, ou Atendimento Educacional Especializado, ou Psicopedagogia.
PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior – licenciatura em educação física
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase de Nível superior – licenciatura em educação física.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO	SUPERIOR	Pedagogia - educação infantil
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase de Pedagogia: educação especial ou educação infantil ou séries iniciais.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª a 5ª ANO - HABILITADO	SUPERIOR	Pedagogia - 1ª a 4ª série.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª a 5ª ANO - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase de Pedagogia - 1ª a 4ª série.
PROFESSOR DE FILOSOFIA - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação
PROFESSOR DE FILOSOFIA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS - EJA – HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação
PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS - EJA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO	SUPERIOR	Nível superior na área de atuação
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Cursando a partir da 4ª fase das disciplinas específicas na área de atuação.

8. Os salários bases que perceberão dos Profissionais deste Edital serão de acordo com o piso nacional proporcional às horas trabalhadas. Respeitando a habilitação de cada Profissional.

9. Os Candidatos terão opção de escolha de vagas conforme habilitação profissional constante no item 7, ficando desde já estabelecido que as vagas serão ofertadas, prioritariamente, para aqueles habilitados.

10. Os Candidatos poderão ser chamados a ocuparem vagas conforme Carga Horária disponível semanalmente (10h/20h/30h/40h) de acordo com a carga horária curricular dos estabelecimentos de ensino, sendo o vencimento percebido, proporcionalmente, à Carga Horária de atividade desenvolvida, conforme Lei Municipal.

11. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

11.1 As atribuições dos profissionais contratados sob os critérios do presente Processo Seletivo Público são aquelas previstas no Anexo VII da LC. 138 de junho de 2006 (Plano de Cargos e Remuneração para os Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Laguna).

ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: www.faepesul.org.br/concursos.

2. Os candidatos que não possuem acesso à Internet deverão se dirigir ao Posto de Atendimento, constante no item 4 deste Edital.

1. O valor das inscrições será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para um Cargo e de R\$ 75,00 (setenta e cinco) para dois Cargos.
3. Serão aceitos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição para doadores de sangue que preencham os seguintes requisitos:
 - 3.1 O candidato interessado na isenção de pagamento de inscrição, amparado pela Lei Municipal nº 1.317, de 30 de Abril de 2009, deverá preencher o requerimento de Inscrição, no sítio de internet, assinalando a opção INSCRIÇÃO DE CANDIDATO DOADOR DE SANGUE.
 - 3.2 O doador deverá protocolar declaração que comprove três doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores à data da publicação do Edital do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em conjunto com o FORMULÁRIO constante no Anexo XII.
 - 3.3 Será considerada válida somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.
 - 3.4 Após inscrição o candidato deverá encaminhar os comprovantes de doação, dentro do período de inscrição, pelo Correios via AR ou SEDEX – Encomenda Expressa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), ou entregar diretamente no Posto de Atendimento, constante no item 4 do presente Edital, dentro do Prazo especificado no Anexo I.
 - 3.5 Para o protocolo dos referidos documentos através do Correios, será válido a data de postagem.
 - 3.6 A relação dos pedidos de isenção da Inscrição conforme os termos do presente Edital, que tiverem sido aceitos, será publicada conforme cronograma constante no Anexo I e local conforme especificado no item 7 do presente Edital.
 - 3.7 O candidato amparado pela Lei Municipal nº 1.317, de 30 de Abril de 2009, seguirá todas as etapas do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, estando unicamente isento do pagamento de inscrição, caso seu pedido seja deferido.
4. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.faepesul.org.br/concursos, deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.
 - 4.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;
 - 4.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.
5. Será permitida a inscrição para, no máximo, 02 (dois) Cargos de Professor e Instrutor e, de 1 (um) Cargo quando a opção for de Nutricionista, sendo o devido o pagamento da taxa para Inscrição em cada Cargo.
 - 5.1 Caso o candidato opte em concorrer para 02 (dois) Cargos, no momento da inscrição deverá selecionar as opções de concorrência;
6. Após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.
7. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.
8. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.
9. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após o Município ou a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento, sobre o efetivo adimplemento dos boletos bancários.
10. Caso o candidato não conste na Lista de inscrições deferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.
11. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
12. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.
13. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.
14. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.
15. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO PÚBLICO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

ANEXO V
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E
CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Dos cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para os Candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE, na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei nº 12.870 de 12 de Janeiro de 2004 do Estado de Santa Catarina.
 - 1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.
2. Não havendo candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE classificados em números suficientes para preencher as vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

3. Os candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE deverão protocolizar, no posto de atendimento descrito no item 4 deste Edital, o respectivo Laudo Médico que ateste sua portabilidade de necessidade especial, contendo o respectivo CID e a confirmação da sua capacidade física e mental para exercer o Cargo pretendido no prazo constante no Anexo I.
4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada), referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.
5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação da Junta Médica Oficial do Município de Laguna - SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.
6. Após análise da Junta Médica Oficial, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
7. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.
9. O candidato portador de deficiência participará do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato.
11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante (adulto), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação acima mencionada.
 - 11.1 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.
12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
 - 12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.
13. Tendo sido aprovada no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a pessoa portadora de necessidade especial será submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Laguna - SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadas de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.
14. De acordo com o número de vagas ofertadas neste edital, não haverá reserva de vagas para PNE.

ANEXO VI CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO obedecerá às disciplinas constantes no Anexo VI.
2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.
3. A Nota máxima que poderá ser aferida ao candidato na Avaliação de Títulos é de 5,0 (cinco) pontos.
4. O Resultado referente aos Cargos que possuem Avaliação de Títulos será a soma aritmética entre os pontos obtidos na Avaliação.
5. O critério de desempate da Avaliação Escrita Objetiva obedecerá à seguinte ordem:
 - 5.1 For o mais idoso (Lei Federal n. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso);
 - 5.2 Obtiver a maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos;
 - 5.3 Obtiver a maior nota na prova objetiva de conhecimentos gerais;
6. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.
7. Os candidatos serão classificados conforme cargo/habilitação escolhida;
8. As providências e atos necessários para a chamada e admissão dos candidatos aprovados classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Laguna - SC.

ANEXO VII

AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter classificatório/eliminatório, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.
2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.
3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado **ELIMINADO** do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta por 30 (trinta) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.

4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas:

CARGOS	CONHECIMENTOS GERAIS			CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	LEGISLAÇÃO	
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	10	5	5	10
NUTRICIONISTA	10	10	-	10
PROFESSOR AUXILIAR (Professor de educação Especial)	10	5	5	10
PROFESSOR DE ARTES	10	5	5	10
PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	10	5	5	10
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	10	5	5	10
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10	5	5	10
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10	5	5	10
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª a 5ª ANO	10	5	5	10
PROFESSOR DE FILOSOFIA	10	5	5	10
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	10	5	5	10
PROFESSOR DE HISTÓRIA	10	5	5	10
PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS - EJA	10	5	5	10
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	10	5	5	10
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	10	5	5	10
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	10	5	5	10

5. Cada questão terá o valor conforme abaixo descrito:

QUESTÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
CONHECIMENTOS GERAIS	0,25 (zero vinte e cinco)	5,0 (cinco) pontos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	0,5 (zero cinco)	5,0 (cinco) pontos

6. O resultado da Avaliação Escrita Objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.
7. Serão desclassificados os candidatos que zerarem na avaliação escrita objetiva.
8. O Candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descrito neste item será, automaticamente, **ELIMINADO** do certame.
9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da Avaliação Escrita Objetiva, por parte da Comissão de Coordenação do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.
10. Na Avaliação Escrita Objetiva, também, será considerada com pontuação 0 (zero), a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:
 - 10.1 Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
 - 10.2 Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
 - 10.3 Não estiver assinalada(s);
 - 10.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;
 - 10.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.
11. Haverá a entrega pelo Fiscal de Sala de Cadernos de Provas distintos quanto as questões de Conhecimentos Gerais e as questões

Conhecimentos Específicos, numerados e sequenciadas individualmente para cada Caderno.

11.1 O Candidato que concorrer a somente um Cargo receberá 2 (dois) Cadernos de Provas sendo que um contendo a questões de Conhecimentos Gerais e outro contendo as questões de Conhecimentos Específicos;

11.2 O Candidato que opte em realizar este Processo Seletivo para 2 (dois) Cargos receberá três cadernos de Provas, sendo um referente às questões de Conhecimentos Gerais e outros dois referentes às questões de conhecimentos específicos dos cargos inscritos.

12. O Candidato receberá somente 1 (um) Cartão Resposta personalizado, com colunas integrantes para transcrição das questões de Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos e de acordo com o(s) Cargo(s) inscrito(s);

13. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

13.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

13.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.

13.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.

13.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato.

13.5 O cartão-resposta não será substituído.

14. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 3h00min (três horas), independentemente, de quantos Cargos esteja concorrendo.

15. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1h (uma hora) do seu início.

16. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.

16.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

17. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para aplicação da prova.

18. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

19. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é permitido somente a utilização e a posse de caneta de material transparente de cor preta ou azul, sendo vedado a utilização de outros materiais como lápis, borracha, estojo bem como é proibido a consulta a: livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

19.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem devolvidos ao seu término.

19.2 A FAEPESUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

20. Não será permitido o acesso e a realização da Avaliação Escrita Objetiva com qualquer produto alimentício ou líquido que não esteja alocado em material integralmente transparente.

21. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

22. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, a folha do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

23. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.

23.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

24. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

25. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site www.faepesul.org.br/concursos, a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

26. O conteúdo programático para a Avaliação Escrita Objetiva para Habilitado e Não Habilitado será assim composto:

26.1 CONHECIMENTOS GERAIS (Todos os cargos):

26.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Nova Ortografia. Análise e interpretação de texto. Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada.

Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Termos essenciais da oração; Vícios de linguagem, semântica; Gramática, divisão silábica, Crase, Classes gramaticais variáveis, Termos integrantes da oração, Orações coordenadas, Orações subordinadas: substantivos e pontuação. Encontros vocálicos, encontros consonantais; Dígrafo, sílaba; Sinais de pontuação; Sinônimos, antônimos, homônimos, substantivo, adjetivo, numeral, verbo, advérbio, preposição; Linguagem coloquial e formal; Sentido figurado; Gênero (masculino/feminino); Concordância entre adjetivos e substantivos.

26.1.2 MATEMÁTICA: Raciocínio Lógico. Operações Matemáticas: Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão. Operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais). Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; estatística; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias. Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Algarismos romanos. Raízes. Frações.

26.1.3 LEGISLAÇÃO: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's. Lei Federal nº 10.639/2003. Plano Municipal de Educação de Laguna LEI Nº 1811 DE 11 DE JUNHO DE 2015.

26.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

26.2.1 INSTRUTOR DE INFORMÁTICA: Conhecimentos Básicos em Hardware e Software: Conceitos e fundamentos de hardware e software; sistemas operacionais Windows e Linux (instalação, configuração e manutenção). Modelos de sistemas de computação, cliente-servidor. Codificação em linguagem de programação, testes e manutenção de programas no computador; Codificação e interpretação de trechos de programas; Depuração de erros de lógica através de trechos de programas; Procedimentos em implantação e manutenção de programas. Bancos de Dados: Fundamentos de banco de dados relacional, conceitos, componentes, funcionamento, segurança e integridade, transações, controle de concorrência, recuperação após falha, modelagem lógica e física; Microprocessadores; Placas-mãe; Barramentos; Memórias; Unidades de disco rígido; Arquitetura e configuração de equipamentos. Softwares: Pacote Microsoft Office, LibreOffice, Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, Correio Eletrônico (Webmail, Mozilla Thunderbird, Microsoft Outlook); Recuperação de dados; Sistemas de arquivos; Antivírus. Redes: Equipamentos (switchs gerenciáveis, roteadores, etc.); Conceitos de conectividade; Protocolo; Conceitos básicos de segurança em redes: Firewall. TCP/IP; Modems e redes sem fio; Servidor WEB: Conhecimentos de Servidor HTTP Apache; Desenvolvimento WEB: Python, PHP, Javascript, JQuery e Ajax; WebDesign: HTML e HTML5, CSS2 e CSS3, Grids CSS; Conceitos de Acessibilidade WEB. Sistemas Operacionais: Sistemas monotarefas, multitarefas, sistemas operacionais de rede e sistemas distribuídos. Arquitetura de sistemas operacionais: Programas de sistema, programas aplicativos, núcleo, gerência do processador, gerência de memória, gerência de entrada e saída, sistema de arquivos; Cópias de segurança (backup): Tipos, ciclos e principais dispositivos e meios de armazenamento. Windows 7: Instalação; configuração e gerenciamento (rede, dispositivos e impressoras, discos e partições, segurança, manutenção e otimização); processo de inicialização, trabalhando com arquivos e pastas, registro do Windows, monitor de recursos, direitos e contas de usuários, configurações regionais e de idioma, ferramentas administrativas, aparência e personalização.

26.2.2 NUTRICIONISTA: Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle- APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional.

26.2.3 PROFESSOR AUXILIAR (Professor de Educação Especial): Inclusão escolar de alunos com deficiência. Atendimento Educacional Especializado; Amparo Legal, Legislação Vigente. Fundamentos e Princípios da Educação Inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Tecnologia Assistiva e Suas Modalidades com ênfase na comunicação Alternativa. Legislação. Políticas e Programas de Educação Especial e Inclusão Escolar em Santa Catarina. Atribuições do Segundo Professor de Turma. Alfabetização com Letramento. Conceitos de deficiência.

26.2.4 PROFESSOR DE ARTES: História da arte. Movimentos artísticos. O lúdico na obra de arte. Arte – educação. Psicologia da arte. Processo de criação. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o mundo sonoro, o visual, o tátil. Aspectos formais da Arte: linha, cor, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento, som, ruído, intensidade, timbre, altura, duração, ritmo, dinâmica. Integração através da arte. Artes Cênicas: história das artes cênicas; papel das artes cênicas no processo educacional, teoria e prática; teatro e jogo, criatividade e imaginação. Artes Plásticas: história geral das artes; história e ensino da arte no Brasil; teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção. Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Artes visuais e o multiculturalismo. Música: aspectos históricos da música ocidental; elementos estruturais da linguagem musical; tendências educacionais quanto ao ensino da música, na sala de aula; visão

interdisciplinar do conhecimento musical. Música e expressão. Dança: história da dança; papel da dança na educação; estrutura e funcionamento do corpo para a dança; proposta triangular: fazer, apreciar, contextualizar. As danças como manifestações culturais. Cultura musical brasileira. Cultura local. Folclore do Brasil.

26.2.5 PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: Conteúdo Programático: Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina; Decreto Federal nº 5.626/05; Caracterização do Serviço de Atendimento Educacional Especializado; Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2010; Parecer CNE/CEB nº 13/2009; Alfabetização com letramento; Adequações Curriculares na área da deficiência visual e na área da deficiência auditiva; na área da deficiência intelectual e na área do Transtorno do Espectro Autista – TEA; Conhecimento e aplicação dos recursos ópticos; Orientação e Mobilidade; Cultura e identidade surda; O processo de elaboração conceitual. Decreto 7.611/2011; A educação básica e formação integral; A educação como direito de todos; Abordagem Bilíngue na escolarização de pessoas com surdez; Lei 12.764/2012.

26.2.6 PROFESSOR DE CIÊNCIAS: A Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo de Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Os seres vivos e o ambiente. Características dos seres vivos. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os reinos dos seres vivos. Noções básicas de Ecologia: Biomas/Ecosistema – meio biótico e meio abiótico. Cadeia alimentar, relações e equilíbrio ecológico. Sustentabilidade. Alimentação saudável. O ser humano e a saúde: profilaxia das doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis. Sexualidade e sexo. Teorias sobre a origem da vida. Teorias da Evolução. Botânica: classificação, importância, partes e funções dos vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da química. Evolução dos modelos atômicos. Guerra Química e Bacteriológica. Física do cotidiano. Temas Transversais. Relações etnicorraciais, relações de gênero, cultura, tecnologia e ecocidadania. Consumo. Produção e destino do lixo.

26.2.7 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Objetivos e conteúdo da Educação Física em função do nível de desenvolvimento e aprendizagem da criança e do adolescente. Fases do desenvolvimento. Psicomotricidade. Aprendizagem motora e cognitiva. Organização desportiva: torneios, campeonatos, competições, colônia de férias. Didática e Prática de Ensino específica da disciplina. Educação para o lazer. Recreação: conceito e finalidades. Jogo: conceito e valor. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Técnicas e instrumentos de medida e avaliação em Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Jogos Cooperativos. Educação Física Escolar: diferentes abordagens. Fisiologia do exercício. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 07, de 07 de abril de 2010 e Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Resolução nº 07, de 14/12/2010.

26.2.8 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Princípios que fundamentam as práticas na educação infantil. Concepção do Educar na escola. Concepção de cuidar na educação infantil. Diferença entre Educar e Cuidar. Necessidades e características de crianças de 0 a 5 anos. Conceitos de Creche, Educação Infantil e escola e sua relação com a família. As fases do desenvolvimento e sua relação com a construção da autonomia. Funções e papéis das instituições de Educação Infantil para cada etapa dos 0 aos 5 anos. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacional para Educação Infantil.

26.2.9 PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª a 5ª ANO: Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências. Temas Transversais. Conceito e aplicação da Contextualização de Conteúdos. Educação Mediadora. Taxonomia de Bloom. Didática e Metodologia do Ensino em Séries Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infanto-juvenil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Confecção, histórico cultural/pacto pela alfabetização da idade certa. Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Fundamental.

26.2.10 PROFESSOR DE FILOSOFIA: A trajetória do Ensino religioso no Brasil. As diferentes concepções de religião. Concepção de Ensino Religioso, do seu significado na diversidade da sala de aula. LDB 9394/96. Paisagem Religiosa. Universo simbólico religioso. Texto sagrado. Filosofia Geral: Identidade, natureza e especificidade da Filosofia; Ciência, conhecimento e verdade na tradição filosófica ocidental. História da Filosofia: correntes, sistemas e escolas de pensamento dos pré-socráticos aos pós-modernos. Filosofia Antiga: Pensamento pré-socrático; Uno e múltiplo; Movimento e realidade; Teoria das ideias em Platão; Conhecimento e opinião; Aparência e realidade; Filosofia Cristã e Medieval: Patrística e Escolástica; o problema dos universais; os transcendentais; Tempo e eternidade; Conhecimento humano e conhecimento divino; A Teoria do conhecimento e do juízo em Tomás de Aquino; A teoria das virtudes no medievo; As provas da existência de Deus: argumentos ontológico, cosmológico e teleológico; Filosofia Moderna: A(s) Teoria(s) do conhecimento entre os modernos; Verdade e evidência; Ideias; Causalidade; Indução e método; Vontade divina e liberdade humana; Teorias do sujeito na filosofia moderna; Contratualismo; Razão, entendimento, vontade e sensibilidade; Intuição e conceito; Idealismo alemão; Filosofia(s) da história; o belo e o sublime na Filosofia alemã; Filosofia Contemporânea: Crítica(s) à metafísica na contemporaneidade: Nietzsche, Wittgenstein e Heidegger; A Fenomenologia e o Existencialismo; a Filosofia Analítica: Frege, Russell e Wittgenstein; O Círculo de Viena; Marxismo e Escola de Frankfurt. Filosofia francesa contemporânea: Foucault e Deleuze. Ética e Política: A política antiga; a República de Platão; a Política de Aristóteles; A ética antiga: Platão, Aristóteles e filósofos helenistas; conceitos centrais da metafísica aristotélica; o Pensamento político moderno; Maquiavel, Locke, Hobbes, Rousseau e Montesquieu. Éticas do dever, Fundamentações da moral e a autonomia do sujeito. Lógica, Epistemologia e Filosofia da ciência: Validade e verdade; proposição e argumento; Falácias não formais; Reconhecimento de argumentos; Conteúdo e forma; Quadro

de oposições entre proposições categóricas; Inferências imediatas em contexto categórico; Conteúdo existencial e proposições categóricas; Tabelas de verdade; Cálculo proposicional; A teoria da ciência aristotélica

26.2.11 PROFESSOR DE GEOGRAFIA: Geografia Física, Humana e Econômica de: Geografia de Santa Catarina. Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia. Leitura de Paisagens. Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza. Meio Rural e Meio Urbano. Produção e Distribuição de Riquezas. População. Brasil – Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica. Brasil – Diversidade Cultural segundo o IBGE. Brasil – Campos – Cidades. Espaços em transformação. Brasil – Regiões Geoeconômicas. Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra. Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido. A antiga e a Nova Ordem Mundial. A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica – Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.

26.2.12 PROFESSOR DE HISTÓRIA: Tempo e espaço como categoria histórica. Relações sociais de produção. Didática e metodologia da história. Movimentos sociais. Globalização. Capitalismo. Circuito do poder: democracia, participação, descentralização. Lutas sociais na América Latina, Argentina, Brasil e Chile. A escravidão reabilitada. Revolução Burguesa no Brasil. Processos eleitorais do Brasil. História de Santa Catarina. História do Brasil. História geral. Temas Transversais.

26.2.13 PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS – EJA: Políticas públicas na educação de jovens e adultos (EJA). Alfabetização de jovens e adultos: fundamentos teórico-metodológicos. O projeto político-pedagógico de EJA. Programas e alternativas metodológicas na área de EJA. Os novos suportes técnicos-informacionais, a educação à distância em EJA. Abordagem educacional andragógica. Processos de ensino-aprendizagem com adultos. Teorias e programas para a educação de adultos e ao longo da vida. Produção do conhecimento em contextos não escolares.

26.2.14 PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA: A importância do ensino de Língua Inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de Língua Inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico-cultural. Interdisciplinaridade. Recursos didáticos pedagógicos. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): o ensino da gramática. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos. Temas Transversais. As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos poderão ser formuladas na Língua Inglesa.

26.2.15 PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: Concepções de linguagem. Concepções de aprendizagem. Gêneros do discurso. Leitura e formação de leitores na escola. Intertextualidade na leitura e produção textual na escola. Literatura juvenil: possibilidades de abordagem. Texto e discurso (linguagem, interlocutor, situação comunicativa, coesão, coerência, adequação textual e clareza). Gramática normativa e o ensino da língua portuguesa. Desdobramentos da gramática normativa: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Linguagem nas modalidades oral e escrita em diferentes esferas da interação humana. Interdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de língua portuguesa e o uso de tecnologias da informação e comunicação. O ensino de língua portuguesa conforme a Temas transversais e o ensino de língua portuguesa. Avaliação da aprendizagem no ensino de língua portuguesa.

26.2.16 PROFESSOR DE MATEMÁTICA: Concepções do ensino e aprendizagem da matemática. Tendências pedagógicas do ensino de Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da matemática. A resolução de problema e o ensino-aprendizagem de Matemática. Jogos nas aulas de matemática e o papel do lúdico no ensino da Matemática. A história da matemática. Temas transversais. Os campos conceituais no ensino da Matemática: - Números e Operações: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais; - Espaço e Forma: figuras planas, sólidos geométricos, ângulos, simetria, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras, Relações métricas num triângulo qualquer, Trigonometria; - Grandezas e Medidas: comprimento, massa, capacidade, superfície/área, tempo, temperatura, sistema monetário; - Tratamento da Informação: tabelas, gráficos, quadros, listas, diagramas, médias e probabilidades, moda e mediana; - Álgebra: operações inversas, equações e sistemas de equações de 1º e 2º grau, razão e proporção, regra de três, porcentagem, juros, operações com expressões algébricas, polinômios, funções polinomiais de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica, matrizes, sistemas e determinantes de equações lineares, progressões aritmética e geométrica, análise combinatória e cálculo de probabilidades.

ANEXO VIII AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório, conforme critérios constantes no presente anexo.
2. Os Cargos que terão computo de pontuação concernente à Avaliação de Títulos estão especificados no Anexo II.
3. O Candidato deverá reunir os Títulos objeto desta avaliação em Cópia Autenticada ou Cópia Simples em conjunto com o Documento Original para comprovar sua autenticidade e protocolá-los no Posto de Atendimento especificado no item 4 deste Edital.
 - 3.1. O Candidato pode encaminhar os documentos através dos Correios, devendo encaminhá-los ao Endereço do Posto de Atendimento descrito no item 4 na Opção Sedex/AR;
 - 3.2. Os documentos devem ser postados até a data limite fixada no Edital;
 - 3.3. Somente serão aceitos, caso enviados por correios, em Cópia Autenticada.
4. A Recepção dos Títulos deverá obedecer ao cronograma estabelecido conforme Anexo I do presente Edital.
5. A Avaliação de Títulos será apurada por Avaliadores designados pela FAEPESUL, através da análise dos documentos protocolados.
6. Somente serão considerados, para efeitos de pontuação, os títulos concluídos até a data da publicação do presente Edital.
7. A não apresentação de documentos para a Avaliação de Títulos pelo candidato o sujeitará apenas a classificação obtida no resultado da Avaliação Escrita Objetiva do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

8. Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos, modificação e/ou substituição de documentos.
9. Os títulos entregues deverão possuir paginação, podendo ser escrito a mão, para organização e maior clareza da avaliação.
10. Os títulos devem ser entregues juntamente com a ficha de avaliação, constante no Anexo IX, preenchido e dentro de envelope não transparente.
11. A Nota máxima que poderá ser aferida ao Candidato na Avaliação de Títulos é de 5,0 (cinco) pontos, sendo o resultado da soma aritmética da pontuação obtida nos Títulos de Pós-Graduação limitados a 4,0 (quatro) pontos e Títulos de Capacitação limitados a 1,0 (ponto).
12. Os Títulos de PÓS-GRADUAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas a seguir:
- 11.1 Não serão avaliados título exigido como requisito para provimento do cargo;
- 11.2 Não serão avaliados título de especialização, mestrado e doutorado, não reconhecidos pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
- 11.3 Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.
- 11.4 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.
- 11.5 A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós-graduação. Caso o candidato entregue mais de um título, será avaliado unicamente o de maior valor acadêmico, conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.
13. Os Títulos de CAPACITAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas abaixo:
- 12.1 Não serão avaliados título de Capacitação emitidos por instituições não reconhecidas pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
- 12.2 Somente serão avaliados os Títulos que possuírem no mínimo 20 (vinte) horas de realização;
- 12.3 Os Títulos deverão constar a data de Início e Término de realização, sob pena de não avaliação;
- 12.4 Somente serão computados os Títulos de Capacitação realizados até 2 (dois) anos que antecede a publicação deste Edital (De: 07/12/2015 até 07/12/2017);
- 12.5 A Pontuação será necessariamente a soma das horas devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.

14. Consta abaixo a tabela de pontuação dos títulos apresentados:

MODALIDADES	PONTUAÇÕES	CRITÉRIOS
Pós-Graduação	4 (quatro) pontos	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	3 (três) pontos	Diploma ou certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	2 (dois) pontos	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
Capacitação	0,1 (zero um) ponto por curso comprovado, limitado a 1,0. Realizados no período de 07/12/2015 até 07/12/2017. (Concluídos até a data da publicação deste edital)	Comprovar realização de capacitação, com no mínimo 20 (vinte) horas, por curso, dentre as atribuições das atividades para o Cargo que está em Seleção.

ANEXO IX FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS

MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC			
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL No 001/2017			
FICHA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
Identificação do candidato:			
Número de inscrição:			Cargo:
Nome:			

Telefones de contato:			e-mail:		
Documentos entregues:					
Cod			Nome do Título		Folhas
01			Pós-Graduação		
02			Capacitação		
Total de Folhas ->					
Local e data do recebimento: Local: Data:					
Ao assinar, concordo que li o Anexo VIII, referente à Avaliação de Títulos, bem como todo o Edital e concordo com as regras nela exposta.					
Assinatura do Candidato -----					
Comprovante de Entrega Protocolo: Inscrição:					
Nome:					
Data:					
Quantidade de Folhas:					
Responsável Faepesul/Prefeitura					

ANEXO X
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de publicação, a respeito:
 - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
 - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
 - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Sitio de Internet (www.faepesul.org.br/concursos) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
 - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
 - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
 - c) Estar relacionado ao próprio Candidato.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis na Área do Candidato no prazo final para publicação da Etapa e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no Item 7 deste Edital.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

ANEXO XI
DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS E ADMISSÃO

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.
2. Caso o Candidato opte em concorrer para mais de 02 (dois) Cargos no momento da escolha da vaga somente poderá optar em um vaga.
3. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter temporário:

- 3.1 A aprovação em processo seletivo público;
- 3.2 A prova da nacionalidade;
- 3.3 O gozo dos direitos políticos;
- 3.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
- 3.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
- 3.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 3.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- 3.8 A comprovação de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- 3.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- 3.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
- 3.11 Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

4. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

5. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:

- 3.1 Cancelamento da naturalização;
- 3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- 3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
- 3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

6. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação neste certame.

7. O Professor poderá completar a sua carga horária até o limite de 40 horas, dentro da Unidade escolar já contratado sem que precise vir novamente para outra chamada.

6.1 A Alteração em outra Unidade Escolar deverá ser publicada no site do Município, com comparecimento presencial.

6.2 O Professor poderá completar a sua carga horária nas áreas afins na mesma unidade escolar.

8. O Contrato do profissional admitido em caráter temporário não excederá o ano letivo.

9. O profissional admitido em caráter temporário poderá ser dispensado, a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

- 8.1 A pedido do próprio interessado;
- 8.2 Quando a vaga então ocupada for preenchida por professor de provimento efetivo;
- 8.3 Diminuição do número de aulas na unidade escolar;
- 8.4 Extinção da turma por motivos de diminuição de alunos;
- 8.5 Desistência ou transferência de aluno da Educação Especial;
- 8.6 A título de penalidade, resultante de processo disciplinar;
- 8.7 Quando decorridos mais de 3(três) dias consecutivos ou 5(cinco) dias intercalados de falta ao serviço por motivo não autorizado.

ANEXO XII

FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC									
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017									
FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO									
Protocolo: _____									
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO									
Número de inscrição:					Cargo:				
Nome:									
Telefones de contato:					E-mail:				
OPÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO									
() OPÇÃO: Doador de Sangue.									
Local e data do recebimento:									

Local: Data:

Ao assinar, concordo que li o Anexo IV, referente as inscrições, bem como todo o Edital e concordo em seu inteiro teor.

Assinatura do Candidato

COMPROVANTE DE ENTREGA

Protocolo: Inscrição:

Nome:

Data:

Quantidade de Folhas:

Responsável FAEPESUL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO - POLO EAD

Publicação N° 1457046

EDITAL DA SEDUC N°. 002/2017
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Município de Laguna, sob a Coordenação do Polo de Educação à Distância, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estarão abertas, as inscrições para o Processo Seletivo para a contratação de Instrutor de Informática, no período de 14 de dezembro de 2017 a 18 de dezembro de 2017, segundo o artigo 11 e parágrafo único da Lei Ordinária nº. 1.489/2011, alterada pela Lei Ordinária nº. 1.947/2017, que será realizado nos termos do presente Edital:

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O presente instrumento tem como objetivo selecionar profissional da área de informática interessado em desempenhar a função de Instrutor de Informática, conforme os requisitos exigidos neste Edital.

0.2 O processo Seletivo Simplificado será executado pelo Coordenação do Polo de Apoio Presencial.

0.3 O presente edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado, demais atos e decisões inerentes serão publicados integralmente no diário oficial e site da Prefeitura Municipal de Laguna/SC na seção "publicações", no Diário Oficial do Município e nos demais meios de publicação disponíveis.

0.4 O processo seletivo dar-se-á por meio de seleção por títulos, pontuação por experiência em Tutoria no Ensino de Informática à Distância, tempo de serviço em Informática na Educação e uma entrevista a ser aplicada pela Coordenação do Polo.

0.5 Com relação aos títulos segue a pontuação:

TITULAÇÃO	VALOR A SER ATRIBUÍDO
Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso de Licenciatura em Informática.	10,0 (dez vírgula zero)
Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso de Nível Superior em Informática (Ciência da Computação, Tecnólogo em Redes, Sistemas de Informação).	10,0 (dez vírgula zero)
Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso de Nível Superior em Informática (demais cursos superiores da área de informática não citados)	8,0 (oito vírgula zero)
Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso de Especialização em Informática	6,0 (seis vírgula zero)
Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso de Especialização em Rede de Computadores	10,0 (dez vírgula zero)
Experiência como Tutor Presencial de Informática em Ead	10,0 (dez vírgula zero)
Experiência como Tutor à Distância de Informática em Ead	10,0 (dez vírgula zero)
Plano de ação para o Polo Ead de Laguna na parte tecnológica (trazer pronto junto aos documentos.)	2,0 (dois vírgula zero)
Tempo de serviço em Informática na Educação	6,0 (seis vírgula zero) por ano trabalhado, seja na rede pública ou privada.

0.6 Os comprovantes não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.

0.7 Cada experiência (participações em projetos ou programas) como Tutor de Informática em Ead conta 10,0 (dez) pontos, devendo ser comprovada via certificado.

0.8 O candidato que apresentar qualquer documento falso, terá sua inscrição cancelada.

II - DO CARGO E DAS VAGAS.

2.1. A Vaga de Instrutor de Informática, a remuneração e os locais de disponibilização são dispostos no quadro abaixo:

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Código	Especificações	Carga Horária	Vagas	Vencimento
PENM 1	Possuir habilitação na área de informática e experiência em Educação à Distância – EAD na área específica, na forma do art. 11, da Lei nº. 1.489/2017	40hs	01	R\$ 2.298,80

2.2. Atribuições (art. 11, da Lei nº. 1.489/2017):

- Orientação sobre a tecnologia a tutores, alunos e funcionários do Polo, resolvendo eventuais dúvidas e dando todo o suporte necessário;
- Estabelecer um cronograma ou agenda específica para atender pessoas da comunidade no laboratório de informática;
- Elaboração de orçamentos e sugestão de melhorias com relação à equipamento de informática e redes de computadores, visando um melhor atendimento a todos;
- Manutenção de máquinas fora da garantia e abertura de chamado para as que estão na garantia;
- Estabelecer conexão com as videoconferências, instalação de sistemas e identificação de problemas, visando a resolução dos mesmos.
- Demais atividades pertinentes.
- Será responsável por toda a parte de computação e rede de computadores do Polo de Educação à Distância de Laguna situado no piso superior da E.E.B. Elizabeth Ulyseia Arantes –CAIC (Portinho).
- Suprir toda a questão em nível tecnológico prestando assistência permanentemente presencial, no Polo, juntamente com os alunos e coordenação, assegurando-lhes condições de acesso à internet, participação em videoconferências e demais atividades pertinentes, amparado pelo artigo 4º, Lei Ordinária nº. 1.489/2017.

2.1 O processo seletivo simplificado de que trata este Edital será conduzido pela Coordenação do Polo EAD de Laguna.

III - DAS INSCRIÇÕES:

3.1. As inscrições serão recebidas exclusivamente, de forma presencial, pelo Polo de Educação à distância, situada à Rua Vereador Rui Me-deiros s/nº, Piso Superior da E.E.B. Elizabeth Ulyseia Arantes –CAIC (Portinho), do dia 14/12 a 18/12 das 16:00 às 20:00hs.

3.2. No ato da inscrição, os participantes irão preencher ficha de inscrição e entregarão cópias de seus documentos pessoais:

3.2.1. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF, Carteira de Identidade – RG e Título de Eleitor;

3.2.2. Certificados, diplomas e históricos escolares, conforme item 1.4 do Edital, que deverão ser apresentados à ficha de inscrição.

3.3 Prova de títulos de caráter classificatório que deverá conter cópias dos títulos pertencentes ao candidato que se inscreverá. (Trazer os títulos originais para devidas conferências)

3.4 Somente poderão participar do presente Processo Seletivo Simplificado, os candidatos que possuem nível superior na área de informática, bem como conhecimento em manutenção de computadores, redes, e experiência de informática em Ead.

3.5 Não serão aceitas inscrições fora do prazo estipulado no presente edital.

3.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste edital.

3.7 A Coordenação do Polo Ead reserva-se o direito de eliminar imediatamente o candidato que não apresentar TODOS os documentos exigidos.

IV - DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 3.1 e atender o que especifica o item 3.4.

4.2. Deverá preencher a ficha de inscrição disponibilizado no ato pela Coordenação do Polo.

4.3. É de inteira obrigação e responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos referentes ao presente Edital do Processo Seletivo Simplificado, os quais serão divulgados e publicados nos meios de comunicação citados (item 1.3 do edital).

V - DA VAGA

5.1 Há 01 (uma) vaga disponível para atuar na função de Instrutor de Informática no Polo Universitário de Laguna, sendo que os candidatos aprovados que excederem esse número serão incluídos no Cadastro de Reserva.

5.2 Os candidatos na lista de Cadastro de Reserva serão chamados exclusivamente para o Polo Universitário de Laguna, quando surgirem vagas dentro do prazo de validade do certame.

5.3 Serão convocados os candidatos pela ordem de sua classificação, de acordo com as necessidades do Poder Executivo Municipal.

5.3 A validade do presente edital é de 1 (um) anos, prorrogável por igual período.

VI - DA SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO:

6.1 O resultado preliminar deste processo seletivo (classificação e pontuação por títulos), será divulgado no dia 19/12, nos meios de comunicação (item 1.3 do edital).

6.2 No dia 22/12, a partir das 14hs no Polo de Educação à Distância de Laguna, os classificados na prova de títulos serão chamados para a entrevista mediante Edital de Convocação que será publicada no dia 20/12, juntamente com a classificação e pontuação por títulos (após recurso, se houver).

6.3 A entrevista tem caráter eliminatório e será conduzida pela Coordenação do Polo.

VII - DOS RECURSOS:

7.1 Caberá recurso, por parte do candidato, se interposto no dia 20 e 21 de dezembro (sobre a classificação preliminar por títulos), e 28 e 29 de dezembro, após a publicação do resultado preliminar deste processo seletivo (pós entrevista), junto à uma Comissão de funcionários do Polo EAD de Laguna.

VIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- Obtiver a maior pontuação na entrevista;
- Obtiver a maior pontuação na prova de Títulos;
- Tiver a maior idade;
- Experiência com tutoria em informática ead (presencial e à distância comprovadas);
- Maior tempo de serviço em tecnologia da educação;
- Experiência em solução de problemas de videoconferência.

XI - RESULTADO FINAL

9.1 A divulgação e homologação do resultado final, será dia 27/12, sendo publicado nos meios de comunicação citados (item 1.3 do edital).

XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Edital entra em vigor na data da sua publicação.

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o resultado e demais publicações referentes ao presente Edital, nos meios de comunicação citados.

10.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Polo Ead de Laguna.

Laguna, 07 de dezembro de 2017.

Gilmar de Lima Nunes

Coordenador do Polo de Educação à Distância de Laguna

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base (Piso nacional dos professores, conforme lei vigente)
Instrutor de Informática	Diploma e histórico de nível superior em Informática conforme item 1.4 do Edital	01	40h	R\$: 2.298,00

ANEXO II

Cronograma do Processo Seletivo

Inscrições	14 a 18/12/2017
Homologação das Inscrições	19/12/2017
Resultado da Análise de Títulos	
Recurso	20 a 21/12/2017
Convocação para entrevista	22/12/2017
Entrevista	25/12/2017
Resultado Final	27/12/2017
Recurso	28 e 29/12/2017
Homologação do Resultado Final	02/01/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 357/2017

Publicação Nº 1457038

LEI COMPLEMENTAR Nº. 357-2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o §2º do art. 406 da Lei Complementar nº187, de 29 de dezembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 406. [...]

[...]

§2º. Os alimentos contidos na alínea "d" do parágrafo anterior, somente poderão ser comercializados desde que aprovado pela Vigilância Sanitária Municipal e Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, bem como possua autorização do Corpo de Bombeiros.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.957/2017

Publicação Nº 1457034

Lei ORDINÁRIA Nº. 1.957, DE 30 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um credito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 2.340.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta mil), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.001 – Func. Manutenção do Gabinete

1 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 370.000,00

2 - 3.1.90.13.00.00.00.00.01 – Obrigações Patronais - R\$ 140.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.002 – Manutenção da Guarda Municipal

17 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 50.000,00

18 - 3.1.90.13.00.00.00.00.01 – Obrigações Patronais - R\$ 40.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 03 – Procuradoria Geral

Projeto/Atividade: 2.003 – Representar o Município Judicial e Extrajudicial

23 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 200.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 2.010 – Pagamento de Precatório

32 – 3.3.90.91.00.00.00.00.01 – Sentenças Judiciais - R\$ 400.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira

49 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica - R\$ 100.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.040 – Melhoria do Ensino Fundamental

23 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 600.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Obras e Saneamento

Projeto/Atividade: 2.017 – Manutenção e Serviços Inerentes a Secretaria de Transporte e Obras

148 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Outros Serv. Terc.- Pessoa Jurídica - R\$ 200.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 09 – Encargos gerais do Município

Projeto/Atividade: 0.001 – Pagamento mensal dos inativos

188 – 3.1.90.01.00.00.00.00.01 – Aposentadorias e Reformas - R\$ 90.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 09 – Encargos gerais do Município

Projeto/Atividade: 0.002 – Pagamento de pensionistas a cargo do Tesouro Municipal

189 – 3.1.90.03.00.00.00.00.01 – Pensões - R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Proj/Ativ: 1.099 – Programa de Modernização da Adm.Tributária e da Gestão - PMAT

240 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica - R\$ 2.340.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.958/2017

Publicação Nº 1457035

Lei ORDINÁRIA Nº. 1.958, DE 04 de dezembro de 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 1.837, DE 27 DE AGOSTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município e demais contribuintes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II e VII, do art. 9º, da Lei 1.837, de 27 de agosto de 2015, passa a ter a seguinte redação:

II - estarem com a parte frontal e traseira pintadas na cor amarelo cartepillar e sinalizada com película refletiva (em conformidade com as disposições constantes no Anexo da Deliberação nº 27/2001 do DENATRAN) na cor branca e vermelha, com dimensões de 5 x 30 cm, nas laterais e traseira, acompanhando o perfil da carroçaria;

VII - estarem devidamente identificadas com o nome, CNPJ, telefone, cores da empresa nas laterais da caçamba e número sequencial em ordem crescente;

Art. 2º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 9º, da Lei 1.837, de 27 de agosto de 2015, com a seguinte redação:

Parágrafo Único. Qualquer infringência aos dispositivos desta Lei, autoriza a administração pública, bem como os agentes administradores de trânsito, a proceder imediata remoção das caçambas, com depósito em lugar apropriado, respondendo o infrator com a despesas da remoção.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.959/2017

Publicação Nº 1457036

Lei ORDINÁRIA Nº. 1.959, DE 04 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um credito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 14 – Secretaria de Pesca e Agricultura

Atividade: 2.103 – Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura

246 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 90.000,00

247 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 – Obrigações Patronais – R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna

Unidade: 11 – Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação
Projeto/Atividade: 1.082 – Implantação do Parque Temático Pedra do Frade.
208 – 4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000 – Obras e Instalações – R\$ 110.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.960/2017

Publicação Nº 1457037

Lei ORDINÁRIA Nº. 1.960, DE 04 de dezembro de 2017.

Institui o programa de parceria público-privada e concessões do município de Laguna/SC e dá outras providências.
O PREFEITO DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa de Parceria Público-Privada e Concessões do município de Laguna/SC, com o objetivo de promover, fomentar, coordenar, disciplinar, regular e fiscalizar parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Municipal.
Parágrafo único. Esta Lei se aplica aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, aos fundos especiais e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Laguna/SC.

Art. 2º O contrato administrativo de parceria público-privada deve ser celebrado na modalidade de concessão administrativa ou patrocinada.
§1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
§2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
§3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Art. 3º O Programa de PPP observará os seguintes princípios e diretrizes:

- I - eficiência no cumprimento das suas finalidades, competitividade na prestação das atividades e sustentabilidade econômica de cada empreendimento;
- II - respeito aos interesses e direitos do Poder Público, dos destinatários dos serviços e dos Agentes do Setor Privado incumbidos da sua execução;
- III - indelegabilidade das funções de regulação e do exercício de poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Município;
- IV - repartição objetiva dos riscos entre as partes;
- V - transparência nos procedimentos e decisões;
- VI - universalização do acesso a bens e serviços essenciais;
- VII - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;
- VIII - responsabilidade social e ambiental na concepção e execução dos contratos;
- IX - participação popular; e
- X - qualidade e continuidade na prestação dos serviços.

Art. 4º Ficam autorizadas desde já a implantação de Parcerias Público-Privadas e Concessões no âmbito da Prefeitura Municipal de Laguna/SC para a área de infraestrutura.

Art. 5º O Programa será desenvolvido por meio de adequado planejamento, que definirá as prioridades quanto à sua implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços e atividades, infraestrutura, estabelecimentos ou empreendimentos públicos.

§ 1º Farão parte do Programa os projetos que, compatíveis com o mesmo, sejam aprovados pelo Conselho Gestor a que se refere o Capítulo II desta Lei.

§ 2º O órgão ou entidade da Administração Municipal, interessado em celebrar parceria compatível com os objetivos desta Lei, encaminhará o respectivo projeto, nos termos e prazos previstos no Decreto regulamentar, à apreciação do Conselho Gestor.

§3º O Conselho Gestor, por meio de seu Presidente, ou o chefe do Executivo também poderão, por iniciativa própria, iniciar processo de Parceria Público Privada, nos termos dessa lei;

Art. 6º São condições para a inclusão de projeto no Programa PPP:

- I - caracterização do efetivo interesse público considerando a natureza, a relevância e o valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;
- II - a vantagem econômica e operacional da proposta para o Município e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta;
- III - a justificativa que dará ensejo ao futuro estudo técnico de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem

atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;

IV - a justificativa de futura viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função da sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

V - alcançar o valor mínimo estabelecido na legislação atual para caracterização da Parceria Público-Privada;

CAPÍTULO II

CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Art. 7º Fica criado o Conselho Gestor do Programa PPP, com a seguinte composição:

I – Secretário (a) Municipal de Administração, Fazenda e Serviços Públicos;

II – Secretário (a) Municipal de Obras e Transportes;

III – Secretário (a) Municipal de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico;

VI - Procurador Geral do Município;

V – Secretário Municipal titular da Secretaria do Município da área correspondente à atividade objeto da Parceria, na qualidade de supervisor;

VI - até dois membros de livre escolha do Chefe do Poder Executivo.

VII – Um membro da sociedade civil organizada, indicado pelo Prefeito Municipal.

§1º No Decreto de nomeação o Prefeito Municipal indicará o Presidente do Comitê Gestor;

§2º Participarão das reuniões do Conselho, com direito a voz, os demais titulares de Secretarias Municipais que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão de vínculo temático entre o objeto desta e o respectivo campo funcional.

§3º O Conselho deliberará mediante voto da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto qualificado.

§4º Nas ausências ou nos impedimentos do Presidente, o Conselho Gestor do Programa será presidido pelo membro indicado pelo Prefeito.

§5º Cada membro do Conselho terá um suplente que substituirá os titulares em seus impedimentos e afastamentos legais, escolhido dentre os servidores efetivos dos respectivos órgãos e entidades integrantes do Conselho.

Art. 8º Ao Conselho Gestor do Programa compete:

I - fixar procedimentos para a contratação das Parcerias Público-Privadas, conforme legislação vigente;

II - analisar e aprovar os projetos;

III - fiscalizar a execução; e

IV - opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos, mediante prévia análise e parecer da Procuradoria Geral do Município;

Art. 9º A execução do Programa PPP deverá ser acompanhada, permanentemente, pelo Conselho Gestor, avaliando-se a sua eficiência por meio de critérios objetivos, com reuniões periódicas realizadas no mínimo, a cada 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO III

DA CONSULTORIA EXTERNA

Art. 10. Para garantir a eficácia das ações do Conselho Gestor, será escolhido um consultor externo, com notória especialização e reconhecimento na área de Gestão Pública e Parceria Público Privada, o que se dará por processo específico.

CAPÍTULO IV

DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE

Art. 11. A formalização de contrato de parceria público-privada dependerá obrigatoriamente da constituição de sociedade de propósito específico (SPE), incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§ 1º A transferência do controle da sociedade de propósito específico e a constituição de garantias ou oneração estarão condicionadas à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, desde que seja observado pelo pretendente os seguintes requisitos:

a) a transferência não será efetivada antes do decurso de 24 (vinte e quatro) meses da formalização do contrato;

b) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

c) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

§2º A sociedade de propósito específico a que se refere o caput poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários, admitidos a negociação no mercado.

§3º A sociedade de propósito específico deverá obedecer padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§4º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este capítulo.

§5º A vedação prevista no § 4º não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

CAPÍTULO V

DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Seção I

Do Conceito e das Diretrizes

Art. 12. As cláusulas dos contratos de parceria público-privada e concessões atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de

fevereiro de 1995, e no art. 5º, § 2º, incisos I a III, da Lei nº 11.079/2004 e nesta lei no que couber, devendo também prever:

- I - o prazo de vigência da parceria, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;
- II - as metas e os resultados a serem atingidos, o cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;
- III - as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida e as obrigações assumidas;
- IV - a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- V - o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- VI - as formas de remuneração e atualização de valores;
- VII - os mecanismos para preservação da atualidade da prestação de serviços;
- VIII - as hipóteses de extinção da parceria antes do advento do prazo contratual, por motivo de interesse público ou qualquer motivação de que não caiba a responsabilização do parceiro privado, bem como os critérios para o cálculo e pagamento das indenizações devidas;
- IX - os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos, o prazo de regularização e a forma de acionamento da garantia;
- X - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado; e
- XI - a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

§1º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou
- III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

§2º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

- a) ordem bancária;
- b) cessão de créditos não tributários;
- c) outorga de direitos em face da Administração Pública;
- d) outorga de direitos sobre bens públicos dominicais; e
- e) outros meios admitidos em lei.

§ 3º As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contratos de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

- a) vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV, do art. 167 da Constituição Federal;
- b) instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;
- c) contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- d) garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- e) garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade; e
- f) outros mecanismos admitidos em lei.

SEÇÃO II DO OBJETO

Art. 13. Podem ser objeto de parcerias público-privadas e concessões:

- I - a delegação, total ou parcial, da prestação ou exploração de serviço público, especialmente na área de infraestrutura precedida ou não da execução de obra pública;
- II - a prestação de serviços à Administração Pública ou à comunidade, precedida ou não de obra pública, excetuadas as atividades fins exclusivas do Município;
- III - a execução, a ampliação e a reforma de obra para a Administração Pública, bem como de bens e equipamentos ou empreendimento público, equipamentos de transporte público e vias públicas, incluídas as recebidas em delegação da União e do Estado, conjugada à manutenção, exploração, ainda que sob regime de locação ou arrendamento, e à gestão destes, ainda que parcial, incluída a administração de recursos humanos, materiais e financeiros voltados para o uso público em geral; e
- IV - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Município, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão.

SEÇÃO III DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Art. 14. A contratação de PPP ou concessão determina para os agentes dos setores privados:

- I - a obrigatoriedade de demonstrar permanentemente a capacidade econômica e financeira necessária para a execução do objeto da contratação;
- II - a assunção de obrigações de resultados definidas pelo Poder Público, com liberdade para a escolha dos meios para sua implementação, nos limites previstos no contrato;
- III - a submissão ao controle estatal permanente dos resultados;
- IV - o dever de submeter-se à fiscalização do Poder Público, permitindo o acesso de seus agentes às instalações, informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis;
- V - a sujeição aos riscos inerentes ao negócio; e
- VI - a incumbência de promover as desapropriações autorizadas pelo Poder Público, quando previstas no contrato e no ato expropriatório.

SEÇÃO IV DA REMUNERAÇÃO

Art. 15. A remuneração do agente do setor privado ocorrerá mediante a utilização, isolada ou cumulativamente, de qualquer uma das seguintes modalidades:

I - tarifas cobradas dos usuários;

II - recursos do Tesouro Municipal ou de entidade da Administração Indireta Municipal;

III - cessão de créditos do Município, excetuados os relativos a impostos, e das entidades da Administração Municipal;

IV - transferência de bens móveis e imóveis;

V - pagamento em títulos da dívida pública, emitidos com observância da legislação aplicável;

VI - cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos, inclusive de natureza imaterial, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão;

VII - outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

VIII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados; e

IX - tributos vinculados destinados especificamente para este fim.

SEÇÃO V DAS SANÇÕES

Art. 16. O contrato de PPP e Concessão poderá estabelecer sanções em face do inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Poder Público, no seguinte modo:

I - o débito será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios, exclusivamente, segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal; e

II - o atraso superior a 90 (noventa) dias conferirá ao contratado a faculdade de suspensão das atividades ou da prestação dos serviços públicos que não sejam essenciais, sem prejuízo do direito à rescisão contratual.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Aplicam-se às parcerias público-privadas e concessões previstas nesta Lei, as normas gerais federais, inclusive sobre concessão e permissão de serviços e de obras públicas, modalidades de licitações e contratos administrativos e de parceria público-privada.

Art. 18. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta, responsáveis pela concessão de licenças ambientais, ou que estejam vinculados, direta ou indiretamente, nos procedimentos para o licenciamento ambiental, atenderão prioritariamente os projetos incluídos no Programa, se necessário.

Art. 19. O Poder Executivo Municipal desde já ratifica regulamentação que existir concernente à Lei Federal vigente e poderá emitir regulamento próprio.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1068/2017

Publicação Nº 1456876

PORTARIA RH Nº 1068/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO DAYANA REGINA FURTADO BORGES LOPES do Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família no Bairro Cabeçuda, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 04/12/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Dezembro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1069/2017

Publicação Nº 1456878

PORTARIA RH Nº 1069/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO SARAH HILGERT VIEIRA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Dezembro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1070/2017

Publicação Nº 1456887

PORTARIA RH Nº 1070/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 0125.0004130/2017;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. SILVANA AGOSTINHO MEDEIROS ADRIANO, Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir de 06/12/2017, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Dezembro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1071/2017

Publicação Nº 1456889

PORTARIA RH Nº 1071/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, HUGO MIGUEL FRANCISCO ROSA do Cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Dezembro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1073/2017

Publicação Nº 1456891

PORTARIA RH Nº 1073/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário FRANCINE OLIVEIRA FLORIANO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/12/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Dezembro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1074/2017

Publicação Nº 1456894

PORTARIA RH Nº 1074/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário SIMONE CIPRIANO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/12/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Dezembro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1075/2017

Publicação Nº 1456896

PORTARIA RH Nº 1075/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, GISELE MARINHO MACHADO Agente Comunitário, do dia 04.12.2017 a 02.01.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Dezembro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1076/2017

Publicação Nº 1456898

PORTARIA RH Nº 1076/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 11.12.17 a 09.01.2018.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Célia Ferreira	2016/2017
Consuelo Fernandes Martins	2016/2017
Karina Birolo Teixeira Henrique	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Dezembro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1078/2017

Publicação Nº 1456900

PORTARIA RH Nº 1078/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2007 e processo protocolado sob o nº 0125.0005374/2017;

RESOLVE:

REMOVER A PEDIDO o Servidor JOSÉ TADEU DOMINGOS, ocupante do cargo de Assistente de Administração, de provimento efetivo, da Secretaria de Educação e Esportes para a Secretaria de Transportes e Obras, nos termos do Art. 31 da Lei Complementar nº 136/2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Dezembro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1079/2017

Publicação Nº 1456903

PORTARIA RH Nº 1079/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2007;

RESOLVE:

Fazer cessar a Portaria RH Nº 773/2016, que designou ROSANE DA SILVA COELHO, Assistente de Administração, para responder pela

Divisão da Dívida Ativa, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Dezembro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1080/2017

Publicação Nº 1456904

PORTARIA RH Nº 1080/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e em conformidade com a Lei Complementar nº 340/2017, de 24 de abril de 2017;

RESOLVE:

NOMEAR, ROSANE DA SILVA COELHO, para exercer o cargo em comissão de Supervisor de Cadastro Rural e Apoio ao Produtor, GP 11, com lotação na Secretaria de Pesca e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Dezembro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

TOMADA 022017-FMS

Publicação Nº 1456723

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 02/2017 – FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para execução da obra da Unidade Básica de Saúde no bairro Portinho, no dia 02 de janeiro de 2018, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 13 de dezembro de 2017.

Waldomiro Souza Netto
Presidente da COPELI

Lajeado Grande

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 050/2017 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2012 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456315

Lei Complementar nº 050/2017
De 21 de Novembro de 2017

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2012 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - O art. 432 da Lei Complementar Municipal n. 024/2012 de 08 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 432. Taxa de Licença para Execução de Obras será cobrada sobre a UFM em conformidade com a Tabela abaixo:

NATUREZA DAS OBRAS	UFM
I – Construção de:	
a) Dependências em prédios residenciais, por m2 de área construída:	0,10
Alvenaria	0,10
Mista	0,10
Madeira	0,10
b) Dependências em quaisquer outros prédios para qualquer finalidade, por m2 de área construída:	
Alvenaria	0,10
Mista	0,10
Madeira	0,10
c) Barracões e galpões, por m2 de área construída:	
Alvenaria	0,10
Mista	0,10
Madeira	0,05
d) Reconstruções, reformas e reparos por m2:	
Alvenaria	0,10
Mista	0,10
Madeira	0,05
e) Demolições por m2:	
Alvenaria	0,10
Mista	0,10
Madeira	0,05
f) Alinhamento para construção de muros e calçadas por metro linear	0,10
g) Marquises, toldos ou semelhantes, por m2	0,10
h) Prédios destinados a indústria por m2	0,10
II – Alteração de projeto aprovado de construção em geral	4,00
III – Licença para habitar (habite-se)	

a) Prédios em alvenaria por m2	0,10
b) Prédios de madeira por m2	0,10

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
em 21 de Novembro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

LEI Nº 723/2017 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº.583/2013 DE 21/08/2013 PARA ASSEGURAR O CONTROLE E A FISCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456322

Lei nº 723/2017
De 31 de Outubro de 2017

“ALTERA A LEI MUNICIPAL n. 583/2013 de 21/08/2013 PARA ASSEGURAR O CONTROLE E A FISCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - O art. 6º, VI da Lei Municipal n. 583/2013 de 21 de agosto de 2013 - Programa de Subsídio de Horas Máquinas para Melhorias nas Propriedades Rurais e Urbanas-, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“art. 6º

.....

VI - O atendimento será efetuado de acordo com a ordem cronológica de solicitação, mediante autorização de uso assinada pelo servidor responsável, para período de horas necessárias à realização dos serviços solicitados, devidamente atestadas e justificadas a sua necessidade no procedimento administrativo competente, observado ainda o critério da divisão por região e comunidade em que reside o munícipe beneficiado, motivo pelo qual poderá ocorrer exceção de atendimento pela ordem cronológica de solicitação quando houver mais de um serviço na mesma região.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
em 31 de Outubro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

LEI Nº 725/2017 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE PARA O EXERCÍCIO DE 2018

Publicação Nº 1456334

Lei nº 725/2017
De 07 de Novembro de 2017

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE PARA O EXERCÍCIO DE 2018.”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e

eu SANCIONO a seguinte Lei.

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Lajeado Grande SC, para exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 13.119.000,00 (Treze milhões, cento e dezenove mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 12.234.000,00 (Doze milhões duzentos e trinta e quatro mil reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 8.255.505,00 (Oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinco reais), e Despesa Financeira de R\$ 3.978.495,00 (Três milhões, novecentos e setenta e oito mil e quatrocentos e noventa e cinco mil reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	12.210.000,00
1.1- Receita Tributária	375.800,00
1.2- Receitas de Contribuições	10.000,00
1.3- Receita Patrimonial	133.700,00
1.4- Receita Agropecuária	10.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	253.000,00
17-Transferências Correntes	11.379.200,00
1.9- Outras Receitas Correntes	48.300,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	24.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	24.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	12.234.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	7.528.905,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.529.600,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	20.100,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.979.205,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	716.600,00
4.4- Investimentos	515.000,00
4.5- Inversões Financeiras	1.500,00
4.6- Amortização da Dívida	200.100,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9- Reserva de Contingência	10.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.978.495,00
- Fundo Municipal da Saúde	2.378.495,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	820.000,00

- Câmara Municipal de Vereadores	780.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	12.234.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2018 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	676.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	14.200,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	661.800,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.378.495,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.378.495,00
TOTAL	3.058.495,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.902.995,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.456.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.446.495,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	155.500,00
4.4- Investimentos	155.500,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.058.495,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	205.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00

1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	6.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	196.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	3.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	820.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	820.000,00
TOTAL	1.025.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	1.001.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	644.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	357.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	24.000,00
4.4- Investimentos	24.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.025.000,00

III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	780.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	780.000,00
TOTAL	780.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	730.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	570.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	160.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4- Investimentos	50.000,00

4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	780.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE LAJEADO GRANDE

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	10.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	10.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30 % da Despesa consolidada estimada para o orçamento de 2018, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
em 07 de Novembro de 2017.
NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

LEI Nº 726/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456339

Lei nº 726/2017

De 14 de Novembro de 2017

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do município para o ano de 2017, aprovado pela Lei nº 687/2016, de 21 de setembro de 2016, no montante de R\$ 264.000,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil reais) conforme segue:

Órgão 08 SEC. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária 08.01 SEC. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS
Função 26 TRANSPORTE
Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS
Projeto/Atividade 2044 Manutenção das Atividades Rodoviárias
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 114.000,00

Órgão 08 SEC. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária 08.01 SEC. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS
Função 15 URBANISMO
Sub-função 451 INFRAESTRUTURA URBANA
Programa 1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS
Projeto/Atividade 1008 Pavimentação de Ruas e Passeios
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 150.000,00

TOTAL DA ABERTURA DE CRÉDITOS R\$ 264.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares abertos no Art. 1º, serão reduzidas as dotações orçamentárias no montante de R\$ 264.000,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil reais), no Orçamento Geral do município, para o ano de 2017, aprovado pela Lei nº 687/2015, de 21 de setembro de 2016, conforme segue:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO
Unidade Orçamentária 02.01 GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Sub-função 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Projeto/Atividade 2017 Manut. das Atividades Gabinete do Prefeito e Vice
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ANCARGOS SOCIAIS
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 18.000,00
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 32.000,00

Órgão 03 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.
Unidade Orçamentária 03.01 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Sub-função 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 402 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Projeto/Atividade 2018 Manutenção das Atividades Administrativas
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ANCARGOS SOCIAIS
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 60.000,00
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 80.000,00

Órgão 04 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.
Unidade Orçamentária 04.01 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Sub-função 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa 403 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Projeto/Atividade 2019 Manutenção das Atividades Financeiras
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 25.000,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNIC. DE ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária 06.01 SECRETARIA MUNIC. DE ESPORTES E TURISMO
Função 27 DESPORTO E LAZER
Sub-função 812 DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa 2701 ESPORTE É VIDA
Projeto/Atividade 2045 Manutenção das Atividades Esportivas
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 20.000,00

Órgão 07 SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 0702 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade 1052 Obras de Infraestrutura Social
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 10.000,00

Órgão 08 SEC. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária 08.01 SEC. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS
Função 26 TRANSPORTE
Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS
Projeto/Atividade 1015 Obras de Infraestrutura Rural
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 16.000,00

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE DES. RURAL, AGRIC. E MEIO AMB.
Unidade Orçamentária 09.01 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL
Função 20 AGRICULTURA
Sub-função 606 EXTENSÃO RURAL
Programa 2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
Projeto/Atividade 2042 Manutenção das Atividades Agrícolas
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 3.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R\$ 264.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
em 14 de Novembro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

**LEI Nº 727/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017
ALTERA ARTIGO DA LEI ORDINÁRIA Nº.572/2013 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1456343

Lei nº 727/2017
De 01 de Dezembro de 2017

“ALTERA ARTIGO DA LEI ORDINÁRIA N. 572/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica alterado o art. 49 da Lei Ordinária n. 572, de 21 de maio de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. A remuneração dos Conselheiros Tutelares será correspondente ao nível 22 da tabela de vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, reajustáveis nos mesmos índices e período dos servidores públicos municipal.”

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
em 01 de Dezembro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

**LEI Nº.724/2017 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017
AUTORIZA PAGAMENTO PARA COBERTURA
DE DESPESAS COM AS FESTIVIDADES EM
COMEMORAÇÃO ALUSIVAS AO 26º ANIVERSÁRIO
DE EMANCIPAÇÃO POLITICO E ADMINISTRATIVA
DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS
PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 1456330

Lei nº 724/2017
De 07 de Novembro de 2017

“AUTORIZA PAGAMENTO PARA COBERTURA DE DESPESAS COM AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO ALUSIVAS AO 26º

ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICO E ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica através da presente lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado efetuar o pagamento de despesas proveniente das festividades em comemoração alusivas ao 26º Aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Lajeado Grande, num montante de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Parágrafo Único - Para a realização do evento aqui descrito, fica a Administração Municipal autorizada a custear as despesas com ornamentação, fotografias, filmagem, sonorização, organização, segurança e divulgação do evento, inclusive com a contratação de carro de som; aluguel de tendas; compra de prêmio; contratação de conjunto musical ou show; despesas relativas a jantares, almoços ou refeições; pagamento de taxas e outras despesas decorrentes da data festiva do Município em comemoração alusivas ao 26º Aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Lajeado Grande.

Art. 2º - Os gastos serão realizados para o desenvolvimento dos eventos a serem realizados no período de festividades, conforme Plano de Trabalho, ficando terminantemente vedado à aplicação dos recursos fora dos casos previstos por esta Lei.

Art. 3º - Todos os eventos realizados na Festa de Aniversário deverão ter caráter de divulgação, celebração, de júbilo e de exaltação do dia de emancipação do Município, sendo vedada a promoção pessoal de quem quer que seja.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a editar Decreto Regulamentar para disciplinar demais regras necessárias ao cumprimento do previsto nesta Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica, dentro do Orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
em 07 de Novembro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.248/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONINHO BAGGIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456111

PORTARIA n.248/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONINHO BAGGIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ANTONINHO BAGGIO pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.249/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDGAR ROSA DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456119

PORTARIA n.249/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDGAR ROSA DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDGAR ROSA DA SILVA pelo prazo de 15 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2016 a 01 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.250/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVANIS SPADOTTO TESTON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456122

PORTARIA n.250/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVANIS SPADOTTO TESTON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal IVANIS SPADOTTO TESTON, SENDO QUE 10 dias serão convertidos em abono pecuniário no mês de dezembro de 2017 e 20 dias de gozo de 26/12/2017 a 14/01/2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 06 de abril de 2016 a 05 de abril de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.251/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO LUIZ TOMÉ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456124

PORTARIA n.251/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO LUIZ TOMÉ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art.

61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal RICARDO LUIZ TOME pelo prazo de 10 dias, de 20 de dezembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2016 a 01 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.252/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVANDRA MARCHETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456126

PORTARIA n.252/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVANDRA MARCHETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EVANDRA MARCHETTI pelo prazo de 15 dias, de 15 de dezembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 03 de maio de 2016 a 02 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.253/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IEDAMAR COVATTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456185

PORTARIA n.253/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IEDAMAR COVATTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal IEDAMAR COVATTI pelo prazo de 30 dias, de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.254/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIANA SIMIONI DE OLIVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456129

PORTARIA n.254/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIANA SIMIONI DE OLIVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal JULIANA SIMIONI DE OLIVEIRA pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 11 de abril de 2016 a 10 de abril de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria,

correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.255/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS TOFFOLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456182

PORTARIA n.255/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS TOFFOLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal DOUGLAS TOFFOLO pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.256/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIANE BADIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456186

PORTARIA n.256/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIANE BADIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art.

61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal REGIANE BADIA pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.257/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AILTON JOSE GASPARI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456187

PORTARIA n.257/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AILTON JOSE GASPARI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal AILTON JOSE GASPARI pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.258/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRESSA DE ALMEIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456189

PORTARIA n.258/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRESSA DE ALMEIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ANDRESSA DE ALMEIDA pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 07 de julho de 2016 a 06 de julho de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.259/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CASEMIRA PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456191

PORTARIA n.259/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CASEMIRA PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CASEMIRA PERUZZO pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.260/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIONEIDA LUIZA DALA RIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456192

PORTARIA n.260/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIONEIDA LUIZA DALA RIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDIONEIDA LUIZA DALA RIVA pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.261/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIANA PICCOLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456195

PORTARIA n.261/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIANA PICCOLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art.

61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal LIANA PICCOLI pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.262/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456196

PORTARIA n.262/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ALCIDES DOS SANTOS pelo prazo de 30 dias, de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 11 de maio de 2016 a 10 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.263/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO CANSIAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456199

PORTARIA n.263/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO CANSIAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ROBERTO CANSIAN pelo prazo de 15 dias, de 15 de dezembro de 2017 a 29 de dezembro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.264/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SADI GABRIELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456202

PORTARIA n.264/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SADI GABRIELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal SADI GABRIELLI pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.265/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN BARANOSKI CHINELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456205

PORTARIA n.265/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN BARANOSKI CHINELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal WILLIAN BARANOSKI CHINELLI pelo prazo de 30 dias, de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 07 de novembro de 2016 a 06 de novembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.266/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACILIANE OLSZENSWSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456208

PORTARIA n.266/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACILIANE OLSZENSWSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art.

61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ACILIANE OLSZENSWSKI pelo prazo de 30 dias, de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.267/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARLEI MARINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456212

PORTARIA n.267/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARLEI MARINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal MARLEI MARINA pelo prazo de 30 dias, de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.268/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SILMARA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456215

PORTARIA n.268/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SILMARA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal SILMARA ZMIJEVSKI pelo prazo de 30 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.269/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALES JOSE LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456220

PORTARIA n.269/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALES JOSE LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal TALES JOSE LUNARDI pelo prazo de 20 dias, de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2016 a 01 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.270/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSMARI MICHELLON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456225

PORTARIA n.270/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSMARI MICHELLON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal JOSMARI MICHELLON pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de março de 2016 a 01 de março de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.271/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO JOSE RITTER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456227

PORTARIA n.271/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO JOSE RITTER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de

26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal MARCELLO JOSE RITTER pelo prazo de 30 dias, de 04 de janeiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.272/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456232

PORTARIA n.272/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.273/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEDER DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456233

PORTARIA n.273/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEDER DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CLEDER DOS SANTOS pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.274/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDOMAR RIBEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456237

PORTARIA n.274/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDOMAR RIBEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal LIDOMAR RIBEIRO pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 13 de janeiro de 2017 a 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.275/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TATIANE AMADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456238

PORTARIA n.275/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TATIANE AMADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal TATIANE AMADO pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.276/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VERA LUCIA BRASSO SANTIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456242

PORTARIA n.276/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VERA LUCIA BRASSO SANTIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de

26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal VERA LUCIA BRASSO SANTIN pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.277/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDIA TOFFOLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456245

PORTARIA n.277/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDIA TOFFOLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CLAUDIA TOFFOLO pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.278/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIANE BODANESE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456248

PORTARIA n.278/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIANE BODANESE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDIANE BODANESE pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 03 de agosto de 2016 a 02 de agosto de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.279/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FATIMA CAREGNATTO ROMANINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456253

PORTARIA n.279/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FATIMA CAREGNATTO ROMANINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FATIMA CAREGNATTO ROMANINI pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria,

correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.280/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GABRIELLA SANTIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456290

PORTARIA n.280/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GABRIELLA SANTIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal GABRIELLA SANTIN pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.281/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOELI LUISA BEAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456295

PORTARIA n.281/2017
DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOELI LUISA BEAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art.

61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal NOELI LUISA BEAL pelo prazo de 30 dias, de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.282/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CATIANE ZMIJEVSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456297

PORTARIA n.282/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CATIANE ZMIJEVSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CATIANE ZMIJEVSKI, SENDO QUE 10 dias serão convertidos em abono pecuniário no mês de dezembro de 2017 e 20 dias de gozo de 26/12/2017 a 14/01/2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 09 de março de 2016 a 08 de março de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.283/2017 DE 11/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456302

PORTARIA n.283/2017

DE 11/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FRANCIELE BAGGIO BIFFI, SENDO QUE 10 dias serão convertidos em abono pecuniário no mês de dezembro de 2017 e 20 dias de gozo de 12/01/2018 a 31/01/2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 11 de março de 2016 a 10 de março de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

PORTARIA Nº.284/2017 DE 13/12/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NADIA INEZ FORESTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1456306

PORTARIA n.284/2017

DE 13/12/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NADIA INEZ FORESTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal NADIA INEZ FORESTI, SENDO QUE 10 dias serão convertidos em abono pecuniário no mês de dezembro de 2017 e 10 dias de gozo de 08/01/2018 a 17/01/2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de junho de 2015 a 31 de maio de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 11 de dezembro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 024/2017

Publicação Nº 1456198

Decreto n. 024/2007

De 11.12.2007

“DISPÕE SOBRE A NOMEÇÃO DE KATIA REGINA DA SILVA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR LEGISLATIVO, JUNTO A SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, consolidada. E, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lajeado Grande-SC (Lei Complementar Municipal n. 15/2001, de 26 de novembro de 2001, consolidada).

e CONSIDERANDO a prévia habilitação em concurso público, obedecido à ordem de classificação, o prazo de validade e o número de vagas previsto em lei.

e CONSIDERANDO a ordem de classificação do Concurso Público n. 001/2017, conforme decreto n. 019/2007 de 17/08/2007

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear KATIA REGINA DA SILVA para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Legislativo, junto a Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos Permanentes, constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, consolidada, cargo de provimento efetivo de Auxiliar Legislativo, junto a Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, com carga horária de 40 horas semanais.

§ 2º - O vencimento do respectivo Servidor(a) é o valor correspondente ao nível acima descrito, constante no Anexo III - Tabela de Vencimento da referida Lei.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, (SC), 13 de dezembro de 2007.

JURACI ANTÔNIO XAVIER

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Secretária Designada

Lauro Muller**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 001/2017**

Publicação N° 1455885

Estado de Santa Catarina

Município de Lauro Muller

Processo Seletivo ACT - Edital 001-2017

Classificação Final

Área: .01 - Cargos da Área Ambiental (FMA)

Cargo: .01 - Fiscal do Meio Ambiente

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	CRISTIAN VIDAL PEREIRA	6.00	05-03-1996	0
2º Lugar	TALIA CAMBRUZZI	6.00	19-02-1998	0
3º Lugar	PATRÍCIA ANTUNES	5.50	20-11-1986	0
4º Lugar	CÁSSIO FERREIRA	5.50	12-06-1991	0
5º Lugar	LAIS DA LUZ BENEDET	5.00	14-01-1992	0
6º Lugar	DANIELLY HOFFMANN	4.50	25-08-1995	0
7º Lugar	LUANA DELLA GIUSTINA STANGE	4.00	06-10-1995	0

Cargo: .02 - Biólogo

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	CAMILA FLOR ANDRÉ	5.50	22-10-1987	0
2º Lugar	THATIANE CORDINI FERNANDES	5.50	09-12-1988	0
3º Lugar	MARIANA POSSAMAI DELLA COLLE	5.50	09-11-1994	0
4º Lugar	MARILUCI DE OLIVEIRA RODRIGUES	5.00	05-08-1981	1

Estado de Santa Catarina

Município de Lauro Muller

Processo Seletivo ACT - Edital 001-2017

Área: .02 - Cargos da Saúde

Cargo: .03 - Médico (ESF)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	VITOR LEONARDO NANDI	8.00	21-01-1993	0
2º Lugar	JOSE CANDIDO RIBEIRO JUNIOR	7.50	25-08-1954	1
3º Lugar	JÉSSICA GASTALDON LIMA	7.50	03-06-1992	0
4º Lugar	RAYSSA PRÁ BUSS	7.50	19-03-1993	0
5º Lugar	DONAVAN DE SOUZA LÚCIO	7.00	24-10-1991	0
6º Lugar	RAQUEL BITTENCOURT	7.00	14-02-1992	0
7º Lugar	CAROLINE VALIM HENRIQUE	6.50	19-03-1992	0
8º Lugar	THAYNÁ FERREIRA FURTADO PEREIRA	5.50	29-05-1991	0

Lauro Muller - SC | Pagina 2 / 2 | Data: 12/12/2017

LEI Nº 2015/2017

Publicação Nº 1456464

LEI Nº 2.015/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE CESTAS NATALINAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder cestas natalinas aos servidores públicos do Município de Lauro Müller, no decorrer do mês de dezembro do exercício de 2017.

Parágrafo único. A cesta será composta de gêneros de primeira necessidade e alimentos da ceia natalina, de acordo com o costume da comunidade.

Art. 2º - Será fornecida uma única cesta natalina a cada servidor municipal que se encontre em atividade, independente do vínculo laboral.

Art. 3º - Fica limitado o valor máximo, para cada cesta natalina, em R\$ 60,00 (sessenta reais).

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 64/2017. LICITAÇÃO: TP08/2017.

Publicação Nº 1455972

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 64/2017. Licitação: TP08/2017.

Objeto: Contratação pessoa jurídica, especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação de Processo Seletivo para seleção de candidatos para provimento de vagas temporárias de Nível Fundamental, Médio e Superior do Poder Executivo do Município de Lebon Régis, bem como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, conforme especificações contidas neste instrumento.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: SHEILA APARECIDA WEISS - ME - 26.068.753/0001-22.

Valor: R\$ 14.650,00 (quatorze mil e seiscentos e cinquenta reais).

Vigência: 11/12/2017. Término: 31/03/2018

Lebon Régis, 13/12/2017.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 65/2017. LICITAÇÃO: TP09/2017.

Publicação Nº 1455974

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 65/2017. Licitação: TP09/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização e processamento de Processo Seletivo e de Concursos Públicos para a realização de seleção de candidatos para provimento de vagas temporárias de Nível Fundamental, Médio e Superior do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, bem como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, conforme especificações contidas neste instrumento.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: SHEILA APARECIDA WEISS - ME - 26.068.753/0001-22.

Valor: R\$ 3.350,00 (três mil e trezentos e cinquenta reais).

Vigência: 11/12/2017. Término: 31/03/2018

Lebon Régis, 13/12/2017.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº IN11/2017. PROCESSO Nº 77/2017.

Publicação Nº 1456221

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº IN11/2017. PROCESSO Nº 77/2017.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de um show artístico musical, a ser realizado no dia 18/12/2017 a partir das 22 horas, em comemoração aos 59 anos de emancipação político administrativo do Município de Lebon Régis.. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 13/12/2017. LICITANTES HOMOLOGADOS: PRODUSHOW PROPAGANDA PUBLICIDADE E EVENTOS - CNPJ: 03.101.770/0001-19, com o valor total de R\$ 7.900,00.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 66/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017.

Publicação Nº 1455654

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº: 66/2017 – Processo Licitatório nº 79/2017 – Dispensa de Licitação nº 16/2017.

Objeto: Contratação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional de serviços de empresa especializada de vigilância e segurança presencial por profissional treinado e devidamente autorizado, sem o uso de armas de fogo, destinados às festividades alusivas ao aniversário do Município, a realizar-se nos dias 18 e 19 de dezembro, em todos os locais dos eventos.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC.

Contratado: SWOT SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME - 18.865.654/0001-43. Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). Vigência: 12/12/2017. Término: 31/12/2017. Lebon Régis, 12/12/2017. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO Nº 145/2017**

Publicação Nº 1456965

DECRETO Nº 145, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 10.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Função	20	Agricultura	10.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	10.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	10.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Função	20	Agricultura	10.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	10.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	10.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155/2017

Publicação Nº 1456374

Portaria n.º 155, de 01 de novembro de 2017.

“Designar servidor a ser responsável técnico da enfermagem no Município de Leoberto Leal, e dá outras providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 1.047/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ALEX KAMMERS, inscrito sob a matrícula nº 1813, no cargo de Enfermeiro, para ser responsável técnico e pelo planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde do Município de Leoberto Leal. Entre as suas atribuições como RT estão:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os dispositivos legais da profissão de Enfermagem;

II - Manter informações necessárias e atualizadas de todos os profissionais de Enfermagem que atuam na empresa / instituição, com os seguintes dados: nome, sexo, data do nascimento, categoria profissional, número do RG e CPF, número de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, endereço completo, contatos telefônicos e endereço eletrônico, assim como das alterações como: mudança de nome, admissões, demissões, férias e licenças, devendo fornecê-la semestralmente, e sempre quando lhe for solicitado, ao Conselho Regional de Enfermagem;

III - Realizar o dimensionamento de pessoal de Enfermagem, conforme o disposto na Resolução Cofen nº 293/2004 informando, de ofício, ao representante legal da empresa / instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem;

IV - Informar, de ofício, ao representante legal da empresa / instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem situações de infração à legislação da Enfermagem, tais como:

a) ausência de Enfermeiro em todos os locais onde são desenvolvidas ações de Enfermagem durante algum período de funcionamento da empresa / instituição;

b) profissional de Enfermagem atuando na empresa / instituição sem inscrição ou com inscrição vencida no Conselho Regional de Enfermagem;

c) profissional de Enfermagem atuando na empresa / instituição em situação irregular, inclusive quanto a inadimplência perante o Conselho Regional de Enfermagem, bem como aquele afastada por impedimento legal;

d) pessoal sem formação na área de Enfermagem, exercendo atividades de Enfermagem na empresa / instituição;

e) profissional de Enfermagem exercendo atividades ilegais previstas em Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e Código Penal Brasileiro;

V - Intermediar, junto ao Conselho Regional de Enfermagem, a implantação e funcionamento de Comissão de Ética de Enfermagem;

VI - Colaborar com todas as atividades de fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem, bem como atender a todas as solicitações ou convocações que lhes forem demandadas pela Autarquia.

Parágrafo Único. A Enfermeira RT que descumprir as atribuições constantes neste artigo poderá ser notificada a regularizar suas atividades, estando sujeita a responder a Processo Ético-Disciplinar na Autarquia.

Art. 2º Conceder Gratificação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) no vencimento do servidor acima mencionado como Responsável Técnico de Enfermagem, a partir de Julho de 2017, tudo em conformidade a Lei Municipal nº 1.047/2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 156/2017

Publicação Nº 1456376

Portaria n.º 156, de 1º de novembro de 2017.

“Contrata Enfermeira e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita MONICA PINHEIRO, portadora do CPF nº 054.340.529-00 e RG nº 5.285.726, para desempenhar as funções de Enfermeira, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 056, de 21 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 21 de agosto de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 157/2017

Publicação Nº 1456381

Portaria n.º 157, de 1º de novembro de 2017.

"Contrata Assistente Social e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ANA PAULA EGER, portadora do CPF nº 059.027.949-19 e RG nº 5.142.367-7, aprovada no Processo Seletivo nº 003, de 15 de maio 2017, homologado em 04 de julho de 2017, para desempenhar as funções de Assistente Social, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 061, de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 02 de outubro de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 158/2017

Publicação Nº 1456383

Portaria n.º 158, de 1º de novembro de 2017.

"Contrata Professora e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CAMILA COELHO, portadora do CPF nº 066.779.739-48 e RG nº 5.354.962-7, aprovada no Chamamento Público nº 001, de 05 de outubro 2017, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 062, de 16 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 16 de outubro de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 159/2017

Publicação Nº 1456396

Portaria n.º 159, de 1º de novembro de 2017.

"Contrata Motorista e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor TIAGO MIKALISKI, portador do CPF nº 077.318.429-59 e RG nº 5.748.122, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 08 de fevereiro 2017, homologado em 05 de abril de 2017, para desempenhar as funções de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 054, de 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 160/2017

Publicação Nº 1456445

Portaria n.º 160, de 1º de novembro de 2017.

"Contrata Motorista e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor MATEUS BRAUN, portador do CPF nº 099.690.319-45 e RG nº 5.071.780, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 08 de fevereiro 2017, homologado em 05 de abril de 2017, para desempenhar as funções de

Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 055, de 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 161/2017

Publicação Nº 1456448

Portaria n.º 161, de 1º de novembro de 2017.

“Exonera Servidora Municipal e dá outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhora GRASIELA ALMEIDA DA SILVA, servidora inscrita sob a matrícula nº 1850, ocupante do cargo de Enfermeira do ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de novembro de 2017, a pedido da mesma.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 162/2017

Publicação Nº 1456462

Portaria n.º 162, de 1º de novembro de 2017.

“Contrata Professor e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso

VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor CHARLES KNAUL, portador do CPF nº 069.652.319-12 e RG nº 5.456.958, aprovado no Chamamento Público nº 002, de 17 de outubro 2017, para desempenhar as funções de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 064, de 1º de novembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 69/2017

Publicação Nº 1456329

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de combustíveis (óleo diesel S10, gasolina comum, etanol), arla, para o abastecimento da frota da Prefeitura de Lindóia do Sul e cargas de gás de cozinha botijões de 13KG e botijões de 45KG, gases industrial e medicinal, para o ano de 2018, no dia 28 de dezembro de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 13 de dezembro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 192/2017

Publicação Nº 1456326

DECRETO Nº 192/2017

SUPLEMENTA POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA, NO FUNDO DE SAUDE E NO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Nº 2327/2017,

DECRETA:

Art. 1º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade :	07.01	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade :	026.0782.0011.2042	Manutenção das Estradas Municipais	
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.07.00	Contrib. Interv. Dominio Econ - CIDE :	R\$ 5.000,00

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade :	07.01	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade :	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Publica	
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.08.00	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Publ.- COSIP :	R\$ 12.000,00

Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade :	05.01	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade :	012.0365.0005.2020	Manutenção das Creches	
Modalidade :	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.18.00	Transferências do FUNDEB – 60% :	R\$ 450.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	

Unidade :	05.01	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade :	012.0306.0005.2014	Merenda Escolar para Creches	
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.37.02	Prog. Nac. de Alimentação Escolar - PNAE :	R\$ 20.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade :	05.01	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade :	012.0361.0005.2019	Manutenção do Programa de Transporte Escolar	
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.36.00	Salario Educação :	R\$ 13.700,00
Recursos :	1.62.02	Transf. Conv. Est. Transporte Escolar :	R\$ 120.000,00

Art. 2º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão :	06	Secretaria de Saúde	
Unidade....:	06.001	Fundo Municipal de Saúde	
Atividade...:	010.0301.0008.2027	Manutenção da Atenção Básica em Saúde	
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	150.000,00
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	75.000,00

Art. 3º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão :	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assistência Social	
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social	
Atividade...:	008.0244.0007.2055	Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.61.01	Transf. Convênio Estado/Assistência Social – Investimento Básico	17.706,52
Recursos....:	1.61.02	Transf. Convênio Estado/Assistência Social – Custeio Básico	59.424,08

Art. 4º Fica anulada a importância de R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0361.0005.1005	Construção de Unidade Escolar em Tempo Integral	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	

Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	20.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0361.0005.2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petróleo	14.800,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	19.400,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0365.0005.2020	Manutenção das Creches	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petróleo	10.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0365.0005.2021	Manutenção das Unidades Pré escolares	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petróleo	20.000,00
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	30.600,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	10.000,00

Art. 5º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0365.0005.2020	Manutenção das Creches	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	80.000,00
Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2041	Manutenção das Praças e Vias Urbanas	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petróleo	44.800,00

Art. 6º Fica anulada a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão :	11	Secretaria de Desenv. Humano e Assistência Social	
Unidade.....:	05.001	Fundo de Assistência Social de Lontras	
Atividade...:	008.0244.0007.2059	Manutenção do Sistema Único de Assistência Social	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	

Recursos.....:	1.35.12	Serv. Convivência e Fortalecimento de Vínculo	20.000,00
----------------	---------	---	-----------

Art. 7º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão :	11	Secretaria de Desenv. Humano e Assistência Social	
Unidade.....:	05.001	Fundo de Assistência Social de Lontras	
Atividade...:	008.0244.0007.2055	Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.35.12	Serv. Convivência e Fortalecimento de Vínculo	20.000,00

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 13 de dezembro de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

LEI N° 2326/2017

Publicação N° 1456328

LEI N° 2326 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017
INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE LONTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras, Estado de Santa Catarina, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO E DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. O Sistema Municipal de Ensino, organizado pela presente Lei, é uma instituição jurídica integrante do Serviço Público Municipal, responsável pelo planejamento, execução, supervisão, avaliação e controle dos programas e ações correlacionadas com a educação e com o ensino na jurisdição do Município, observadas a composição prevista em Lei e os mecanismos, procedimentos e formas de colaboração com a União e com o Estado de Santa Catarina, para assegurar a universalização do ensino obrigatório e gratuito e a erradicação do analfabetismo, atendidas as prioridades constantes desta Lei.

Art. 2º. A ação do Sistema Municipal de Ensino reger-se-á pelas seguintes e principais bases de ordem legal:

- I - Constituição Federal;
- II - Constituição Estadual;
- III - Lei Orgânica do Município;
- IV - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- V - Legislação federal, estadual e municipal aplicável ao setor;
- VI - A presente Lei;
- VII - Outras normas legais que venham a ser editadas e que lhe sejam pertinentes.

Parágrafo único. O Poder Executivo praticará todos os atos destinados ao efetivo regime de colaboração entre os demais sistemas de ensino, bem como os necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º. O Sistema Municipal de Ensino incumbir-se-á, prioritariamente, da execução dos seguintes programas e ações educacionais:

- I - Educação Infantil, destinada às crianças na faixa etária até 5 (cinco) anos, em creches e pré-escolas; e
- II - Ensino Fundamental – Anos iniciais – 1º ao 5º ano, obrigatório e gratuito na faixa etária de 6 a 10 anos e para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Parágrafo único. Atendidas as prioridades previstas neste artigo, o Poder Público Municipal poderá promover, no Sistema Municipal de Ensino:

- I - Atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, na forma da legislação aplicável;
- II - Desenvolvimento de programa especial de apoio à criança e ao adolescente, assegurando-lhes, com absoluta prioridade, os direitos estabelecidos no ordenamento jurídico;
- III - Programa de preparação ou qualificação para o trabalho, inclusive em regime de colaboração com outras instituições públicas ou privadas, valorizando a correlação entre a escola, o mundo do trabalho e as práticas sociais;
- IV - Programas de erradicação do analfabetismo; e

V - Programas de incentivo às artes, à cultura, ao lazer e ao desporto em suas diferentes modalidades.

Seção II Do Objetivo

Art. 4º. O Sistema Municipal de Ensino, inspirado nos princípios da democracia e respeito à liberdade e à solidariedade humana, tem como objetivos essenciais no que tange a educação e ao ensino, proporcionar diretrizes administrativo-pedagógicas ao Município e a sua comunidade civil pelos meios legais e institucionais, disciplinando a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, através do ensino, em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Seção III Da Natureza

Art. 5º. O Sistema Municipal de Ensino do Município de Lontras, como um todo orgânico, abrange:

I - A política educacional;

II - As formas de relacionamento entre os vários níveis da Administração Federal, Estadual, Municipal e Particular da educação e do ensino;

III - Os órgãos da administração direta da educação e do ensino;

IV - A legislação da educação e do ensino com seus componentes filosóficos doutrinários e curriculares, bem como, de estrutura, de organização e de decisão relativos à educação e ao ensino e de orientação didática e pedagógica, disciplinar e de obediência pública e privada;

V - Os alunos, pais, professores, gestores, profissionais do ensino e da educação e funcionários;

VI - O currículo entendido na variedade e na soma total das diversas situações de aprendizagem;

VII - Os processos de controles qualitativos e quantitativos de educação, e de ensino, respeitadas a variedade de incentivos e de demanda escolar incluindo a obrigatoriedade e o direito a educação e ao ensino;

VIII - A população do Município tomada como um todo, com atenção especial aquela em idade escolar; e,

IX - A criação e manutenção da rede escolar nos níveis da educação infantil e do ensino fundamental, pública e privada, sua organização, dinamização e o seu financiamento pelo Poder Público e pela Iniciativa Privada, desde a família, à empresa e à comunidade em geral.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO

Seção Única

Art. 6º. A educação do Município de Lontras promovida e inspirada nos ideais da igualdade, da liberdade, da solidariedade humana, do bem-estar social e da democracia, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a convivência social, sua qualificação para o trabalho e atenderá à formação humanística cultural, ética, política, religiosa, técnica, científica, artística e democrática da população do município.

Art. 7º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios e fins da educação nacional:

I - Igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - Respeito à liberdade e aos direitos;

V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei;

VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei vigente;

IX - Garantia de padrão de qualidade;

X - Valorização da experiência extraescolar;

XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII - Promoção da integração escola-comunidade;

XIII - Escolarização obrigatória de toda a população em idade escolar;

XIV - Acesso ao ensino obrigatório da população rural em idade escolar com calendário, modalidade, metodologia e currículo adequados à sua peculiaridade;

XV - Atendimento especializado aos portadores de necessidades educativas especiais;

XVI - Valorização da cultura local;

XVII - Consideração com a diversidade étnico-racial;

XVIII - Piso salarial profissional, nos termos da lei.

TÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Seção Única

Art. 8º. São incumbências primordiais do Poder Público Municipal, nos termos da Lei Federal 9.394/96, cumpridas às determinações do inciso VI, artigo 30, da Constituição Federal:

I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema de Ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e a do Estado;

II - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

III - Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

IV - Baixar normas complementares para o Sistema de Ensino;

V - Autorizar, credenciar, avaliar e supervisionar os estabelecimentos do Sistema de Ensino;

VI - Oferecer a educação infantil e ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino, somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VII - Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Art. 9º A responsabilidade do Município com a educação escolar pública e gratuita, será efetivada mediante a garantia de:

I - Atendimento em creches e pré-escolas às crianças até 5 (cinco) anos completos;

II - Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, iniciando aos 6 (seis) anos de idade, obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso, na idade própria a essa etapa da educação básica;

III - Atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais:

a) formação para os professores;

b) acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos mobiliários, nos equipamentos e nos transportes;

c) articulação das políticas públicas educacionais; e

d) acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares, disponível para o respectivo nível do ensino regular;

IV - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do aluno - EJA;

V - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência e qualidade na escola;

VI - Ao aluno na Educação Infantil e no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático e tecnológico, transporte, alimentação e assistência à saúde e segurança, em colaboração com outros órgãos, em nível federal, estadual e municipal;

VII - Garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

VIII - Promoção progressiva de ampliação do atendimento e universalização da Educação Infantil e do Ensino desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

IX - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, independente da escolarização anterior;

X - Fundamental e a erradicação do analfabetismo mediante colaboração técnica e financeira da União, do Estado, inclusive, da iniciativa privada;

XI - Estabelecimento de mecanismos institucionais à implantação e manutenção da Educação Profissional para formação de nível básico, inclusive a alunos com necessidades especiais;

XII - Assegurar o cumprimento da legislação vigente no que dispõe sobre a valorização profissional da educação, do Plano de Cargos e Salários, que regulamentam o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, respectivamente;

XIII - Cumprir e fazer cumprir as metas e estratégias expostas no Plano Municipal de Educação.

Parágrafo único. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda o Ministério Público, poderá acionar o Poder Público Municipal, para exigir o atendimento da Educação Básica nos termos da Constituição Federal e LDB.

Art. 10. É direito dos pais, responsáveis e conviventes, terem ciência do processo pedagógico das instituições educacionais integrantes deste Sistema de Educação, bem como conhecer o Projeto Político Pedagógico correspondente, sendo-lhes asseguradas, sistematicamente, as informações pertinentes à frequência e rendimento de seus filhos.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Seção I

Disposição Geral

Art. 11. A Administração Oficial do Sistema Municipal de Ensino será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, esta com as atribuições do Poder Público Municipal e pelo Conselho Municipal de Educação, o qual exercerá as funções de órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador da Educação e do Ensino.

Art. 12. As unidades escolares públicas municipais serão criadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, por indicação da Secretaria de Educação aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, para garantir à sociedade o ensino fundamental e educação infantil, após levantamento e diagnóstico da correspondente demanda.

§ 1º. As unidades escolares terão administração própria, subordinadas à Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas estabelecidas para o Sistema Municipal de Ensino e pelo Poder Público Municipal.

§ 2º. O quantitativo de cargos e funções necessários a cada unidade escolar oficial será estabelecido no ato de criação da unidade, podendo ser alterado de acordo com o número de alunos, na forma e para os fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º. Mediante crédito especial, poderão ser atendidas despesas que resultem da ampliação das unidades escolares, até a sua efetiva integração na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias ou do orçamento anual respectivo.

§ 4º. Haverá na Secretaria Municipal de Educação o Quadro Docente, com a edição da Lei do Plano de Carreira do Professor Municipal, observadas a titulação do professor, a carga horária semanal inerente a seu cargo e as demais especificações constantes do referido Plano.

Art. 13. O Ensino, nos diversos níveis e modalidades, será ministrado em estabelecimentos autorizados, existentes no município, sob critérios que assegurem a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, locais e regionais.

Art. 14. Os estabelecimentos de ensino, incluídos aqueles de educação e ensino informal, serão mantidos no Sistema Municipal de Ensino, quando integrados à Rede Municipal de Ensino.

Art. 15. No Sistema Municipal de Ensino considerar-se-á cada um dos estabelecimentos escolares, para efeito de relacionamento funcional, como unidade autônoma, ainda que legalmente subordinada à Rede Municipal de Ensino ou entidade mantenedora.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo não exime da responsabilidade legal da respectiva entidade mantenedora.

Art. 16. As unidades que constituírem a rede pública municipal terão denominação e tipologia próprias, que constarão do ato de criação emanado do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17. O Sistema Municipal de Ensino poderá adotar Regimento Escolar Comum para toda a Rede Pública Municipal, ou parte desta, para assegurar uniformidade de diretrizes, potencializando a racionalização dos processos, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 18. A matrícula para a rede oficial do Sistema Municipal de Ensino será realizada pela Secretaria Municipal de Educação em ação conjunta e integrada com o Sistema Estadual de Educação, a partir de prévia e anual convocação, e cadastramento da demanda escolar, para que assegure a melhor utilização da capacidade física e docente, instaladas e sob critérios de qualidade, e dos meios disponíveis ou programados, previstos na legislação vigente.

Art. 19. A movimentação de aluno entre unidades municipais, integrantes do Sistema Municipal de Ensino, far-se-á na forma como estabelecer o Conselho Municipal de Educação, seguindo-se ato do Secretário Municipal de Educação.

Art. 20. Os documentos e históricos escolares emitidos pelas unidades de ensino serão assinados pelos seus respectivos Diretores e Secretários de Unidades.

Seção II

Da Organização do Sistema Municipal de Ensino

Art. 21. O Sistema Municipal de Ensino tem a seguinte composição:

I - As escolas oficiais de ensino fundamental, mantidas pelo Poder Público Municipal, nas modalidades: educação regular (parcial e/ou integral); educação de jovens e adultos; educação especial e educação no campo, educação à distância e educação complementar, quando for o caso;

II - Os Centros de Educação Infantil, mantidos pelo Poder Público Municipal;

III - As instituições de educação infantil, instituídas e mantidas pela iniciativa privadas, observadas as normas aplicáveis;

IV - Os órgãos e serviços municipais normativos, administrativos, técnicos e de apoio integrantes da estrutura da Secretaria Municipal de Educação:

a) Conselho Municipal de Educação;

b) Conselho Municipal da Alimentação Escolar;

c) Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Trabalhadores da Educação – FUNDEB.

§ 1º. As unidades escolares oficiais, órgãos e serviços de que trata este artigo, integram para todos os efeitos, a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, que representará o Poder Público Municipal em matéria de Educação e Ensino.

§ 2º. O ensino é livre à iniciativa privada, obtidas as seguintes condições:

I – Observância das normas gerais de Educação Nacional e dos Sistemas Estadual e Municipal de Educação e as exigências e normas complementares do Conselho Municipal de Educação;

II – autorização de funcionamento e reconhecimento pelo Poder Público do respectivo Sistema de Educação;

III – avaliação da qualidade de ensino e do corpo docente e técnico administrativo pelo Poder Público;

IV – condições físicas adequadas para o funcionamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Seção III

Da Denominação dos Estabelecimentos de Ensino

Art. 22. As escolas oficiais de ensino fundamental e de educação infantil e outras modalidades de ensino ofertadas são aquelas criadas, mantidas e administradas pelo Poder Público do Município de Lages, assim denominadas:

I - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI - que oferece a educação infantil para crianças de até 5 (cinco) anos completos;

II - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA – que oferece o ensino fundamental completo ou parte dele, atendendo crianças, adolescentes e adultos; podendo ofertar inclusive, turmas de educação infantil;

III - ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - para estabelecimento voltado ao atendimento específico aos portadores de deficiências múltiplas e deficiência múltiplas e deficiência mentais severamente prejudicados;

IV - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - para os estabelecimentos voltados ao atendimento específico à Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º. A nomenclatura prevista neste artigo aplica-se em todos os casos da Educação Básica e que tiver sido adotada no Projeto Político Pedagógico do respectivo estabelecimento.

§ 2º. Os estabelecimentos de ensino que se destinam à Educação Especial, à Educação de Jovens e Adultos, ou a Atividades Complementares poderão adotar a nomenclatura prevista nos incisos acima, em conformidade com nível de ensino que ministram.

§ 3º. As alterações na denominação poderão se dar por decreto do Chefe do Poder Executivo ou por autorização do Conselho Municipal de Educação.

§ 4º. Os estabelecimentos de ensino designados na forma desta lei completarão sua denominação com:

I - Nomes de vultos eminentes da ciência, das artes, da educação e da política de expressão mundial, nacional, estadual ou municipal, observando-se o Artigo 37 da Constituição Federal do Brasil;

II - Datas Memoráveis para a ciência, as artes, a educação e a política de expressão mundial, nacional, estadual ou municipal;

III - Topônimos (nomes próprios de lugares); ou

IV - Nome fantasia que indiquem representação para o nível e/ou modalidade de ensino ofertada pela unidade escolar e de acordo com a legislação em vigor.

TÍTULO V

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Seção Única

Art. 23. A Secretaria Municipal de Educação será administrada e representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pelo Secretário Municipal de Educação, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, subordinado diretamente ao Chefe do Executivo Municipal e em articulação com os Conselhos organizados por esta Lei.

Art. 24. O Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, conterá as atribuições e níveis de responsabilidades do Secretário Municipal de Educação, no exercício de seu cargo.

Art. 25. A Secretaria Municipal de Educação, órgão de gestão do Sistema Municipal de Educação, tem por finalidade precípua, elaborar as políticas educacionais do Município, com a participação do Conselho Municipal de Educação, quais sejam:

I - O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;

II - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do Estado;

III - A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares;

IV - O apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais e de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;

V - Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;

VI - A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;

VII - A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados à comunidade pela sua rede de ensino;

VIII - As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

IX - As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;

X - A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e do Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvido o Conselho Municipal de Educação;

XI - Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

XII - A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;

XIII - O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos de educação básica do Município;

XIV - Assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa da educação e do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;

XV - Desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, e especialistas em educação e ensino;

XVI - Zelar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino;

XVII - Realizar anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para a matrícula;

XVIII - Manter atualizado os dados necessários ao gerenciamento da Rede Municipal de Ensino, no que se refere ao corpo discente, ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos, aos níveis e modalidades oferecidos;

XIX - Elaborar e executar planos, programas e projetos educacionais no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo local, em consonância com as diretrizes de políticas educacionais definidas nos níveis federal e estadual; e

XX - Participar na elaboração, execução e avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, Plano Plurianual - PPA, da Lei Orçamentária Anual - LOA, da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO - do Orçamento Municipal da Educação.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação zelará pela observância das leis federais, estaduais e municipais relativas à educação e ao ensino, bem como pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação.

Art. 27. A estrutura organizacional e administrativa interna da Secretaria Municipal da Educação, a especificação do seu quadro de pessoal e suas respectivas competências, serão definidas em lei própria, regulamentada no Regimento Interno, aprovado pelo poder Executivo.

Art. 28. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação deverá possibilitar sua presença administrativa e pedagógica nos estabelecimentos de educação e ensino, que abrangem a Rede Municipal de Ensino e as instituições de Educação Infantil do setor Privado, em assuntos relacionados à educação e ao ensino e, com instituições privadas de educação.

TÍTULO VI DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO

Seção I Do Conselho Municipal de Educação

Art. 29. O Conselho Municipal de Educação é órgão colegiado da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, com funções e competências consultiva, deliberativa, normativa, propositiva, fiscalizadora e mobilizadora, exercidas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, na forma do Regimento próprio.

§ 1º. A função precípua do Conselho Municipal de Educação é de ser interlocutor e representante dos interesses da sociedade, atuando na defesa dos direitos sociais à educação assegurada na Constituição Federal, artigos 205, 206 e 208, como direito de toda a garantia de um ensino de qualidade.

§ 2º. A finalidade do Conselho Municipal de Educação é fortalecer e institucionalizar a participação dos setores organizados da sociedade civil, na elaboração de diretrizes e normas para definição de políticas públicas educacionais, no âmbito do Município.

Art. 30. Compete ao Conselho Municipal de Educação, baixar normas relacionadas sobre a educação e o ensino na forma da legislação vigente, aplicáveis no âmbito do sistema em especial:

I - Normas complementares para regular o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

II - Proceder à avaliação do funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, assegurando o fiel cumprimento dos princípios, leis e normas pertinentes, inclusive estabelecendo mecanismos de integração, no processo avaliativo, dos Sistemas Federal e Estadual de Ensino, nos termos da Lei;

III - Credenciar e supervisionar o funcionamento das unidades escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino, adotando ou determinando as medidas de controle pertinentes, para a garantia do padrão de qualidade e para o saneamento das deficiências identificadas;

IV - Aprovar a indicação para a oferta de outras modalidades de ensino que não se incluam nas prioridades constitucionalmente estabelecidas, observados os recursos orçamentários próprios alocados previamente de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

V - Elaborar ou reformular o seu Regimento Interno submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo, através do Secretário Municipal de Educação;

VI - Determinar estudos para a reformulação de currículos e programas educacionais para adequá-los às peculiaridades locais e regionais e às expectativas da comunidade;

VII - Deliberar sobre propostas pedagógicas ou curriculares que lhe sejam submetidas através da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - Deliberar sobre a proposta de tipologia escolar e a de suas reformulações;

IX - Estabelecer critérios para a expansão da rede municipal de ensino, de conformidade com a tipologia escolar adotada;

X - Propor medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino no município;

XI - Aprovar calendários escolares por ano letivo, adequando-os às peculiaridades regionais, especialmente para as atividades de educação do campo, através dos planos de matrícula;

XII - Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e com os demais os Conselhos Municipais de Educação;

XIII - Articular-se com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e demais Conselhos Municipais que abrangam crianças, adolescentes e jovens para adoção coletiva de medidas que lhes assegurem o acesso ao processo educativo e a permanência na escola;

XIV - Aprovar o Regimento Escolar Comum para a Rede Municipal de Ensino, de abrangência geral ou parcial, das unidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino e suas alterações;

XV - Aprovar os currículos, matrizes curriculares e suas reformulações do ensino fundamental das unidades do Sistema Municipal de Ensino;

XVI - Estabelecer normas sobre validação, convalidação, aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, recuperação, adaptação e avaliação dos conhecimentos e das aprendizagens;

XVII - Deliberar sobre experiências pedagógicas inovadoras, avaliando seus resultados;

XVIII - Avaliar e aprovar critérios e procedimentos para matrícula, transferência e movimentação do aluno no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, inclusive para ações conjuntas com o Sistema Estadual de Ensino relacionadas com a chamada escolar indispensável ao atendimento da demanda;

XIX - Emitir pareceres sobre:

a) assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidos pela Secretaria Municipal de Educação, inclusive quanto à observância da legislação específica;

b) regularização de vida escolar e de equivalência de estudos;

c) acordos, contratos e convênios relativos a assuntos educacionais;

d) outras matérias de interesse local e regional, relacionadas com o Sistema Municipal de Ensino que lhe sejam submetidas.

XX - Deliberar, como instância final administrativa, sobre recursos interpostos contra decisões de natureza pedagógica e didática, adotadas pelos titulares de órgãos executivos e administrativos da Secretaria Municipal de Educação, bem como, nas unidades integrantes da estrutura do Sistema Municipal de Ensino, observados os níveis de competências e prazos constantes do Regimento Escolar e do Regimento da Secretaria Municipal de Educação e do Regimento do Conselho; e

XXI - Exercer outras competências inerentes à natureza do órgão.

§ 1º. Demais atribuições complementares inerentes ao Conselho Municipal de Educação estarão definidos em regimento interno próprio.

§ 2º. As Resoluções, Pareceres e Indicações do Conselho Municipal de Educação terão eficácia a partir da homologação por ato do Secretário Municipal de Educação, que poderá determinar de forma motivada e fundamentada o reexame sobre qualquer matéria, se for justificado pelas peculiaridades do processo educativo, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 31. A organização interna do Conselho Municipal de Educação, a especificação de sua competência e dos seus serviços, o seu funcionamento, as formas sob as quais são baixados os seus atos, as relações com os demais órgãos da Administração Pública e Privada, o recebimento, o encaminhamento de consultas, processos e proposições, as formas de votação e demais atividades inerentes às suas finalidades, serão fixadas em regimento próprio, elaborado pelo Conselho e homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação constituir-se-á de membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, escolhidos dentre educadores de diferentes graus de ensino, representatividade da diversidade social de reputação ilibada e de notável saber e experiência em matéria de educação e ensino, percepção da realidade social, consideradas as suas funções como de relevante interesse público, com prioridade sobre qualquer outra.

Seção II

Do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Art. 32. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, é órgão colegiado responsável pela operacionalização da política governamental destinada a programas suplementares de alimentação escolar nas unidades de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino, inclusive adotando procedimentos de controle social e de fiscalização, em conjunto com o Secretário Municipal de Educação, para a observância da legislação especial aplicável, dentre as quais:

I - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

II - Participar de todas as fases do processo de compra dos alimentos escolares, desde a elaboração até o acompanhamento dos processos licitatórios das aquisições realizadas para a alimentação escolar;

III - Aprovar e participar da elaboração dos cardápios pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada;

IV - Realizar visitas periódicas, observando sempre:

a) estoque de alimentos;

b) condições de armazenagem;

c) verificar as condições de transporte dos alimentos;

d) acompanhar a oferta das refeições aos alunos, que deverá condizer com o cardápio planejado;

e) avaliar a satisfação e a aceitação dos alunos em relação ao que está sendo servido, e se a quantidade oferecida está sendo suficiente;

f) solicitar esclarecimentos ao nutricionista, quanto aos cardápios utilizados, quando necessário;

g) solicitar à vigilância sanitária local que realize o controle de qualidade dos alimentos, conforme termo de compromisso firmado entre a Escola e o FNDE;

h) Verificar o preparo e manuseio das refeições;

V - Receber e analisar a prestação de contas do PNAE, enviada pela entidade executora e remeter ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da execução Física-Financeira, com parecer conclusivo sobre a regularidade da prestação de contas;

VI - Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à acessibilidade dos cardápios oferecidos;

VII - Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

VIII - Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

XIX - Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.

Art. 33. O Regimento Interno a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal conterá as normas de funcionamento do Colegiado.

Art. 34. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar emitirá para o(a) Secretário(a) Municipal de Educação e para os órgãos ministeriais competentes, na forma da legislação especial aplicável, relatórios sobre o nível de desempenho do programa no Município, sugerindo as medidas que julgar pertinentes.

Seção III

Do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

Art. 35. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é um colegiado, cuja função principal é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal. O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local.

Art. 36. São atribuições do Conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB:

I - Reunir-se periodicamente, para analisar os demonstrativos e relatórios que são colocados pelo Poder Executivo à disposição do colegiado para acompanhamento permanente das ações realizadas com os recursos financeiros recebidos do Fundo;

II - Acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB;

III - Requisitar do Poder Executivo, quando necessário, cópias dos documentos para esclarecimento de quaisquer fatos relacionados à aplicação dos recursos do FUNDEB;

IV - Acompanhar a realização do censo escolar;

V - Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação;

VI - Instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas;

VII - Apresentar o parecer ao Poder Executivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de Contas ao Tribunal;

VIII - Realizar visitas a obras, escolas e outras localidades onde estejam sendo realizados ou oferecidos serviços com a utilização de recursos do Fundo, com o objetivo de verificar a efetiva e regular aplicação dos recursos e a adequabilidade, finalidade e utilidade do bem ou serviço resultante dessa aplicação; e

IX - Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se:

a) Pelo recebimento e análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer conclusivo; e

b) Notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos.

Art. 37. O Município poderá integrar o Conselho do FUNDEB ao Conselho Municipal de Educação, instituindo câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, conforme prevê legislação vigente, porém essa Câmara deve atender os mesmos critérios e impedimentos estabelecidos para criação do Conselho do FUNDEB.

Art. 38. O Conselho não é o gestor ou administrador dos recursos do FUNDEB uma vez que sua atribuição é acompanhar toda a gestão dos recursos do Fundo, seja com relação à receita, seja com relação à despesa ou utilização dos recursos. A administração dos recursos do Fundo é de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo e do Secretário de Educação, que têm a responsabilidade de aplicá-los em favor da educação básica pública, na forma estabelecida nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

TÍTULO VII

DAS FORMAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Seção I

Da Escola e da Secretaria Municipal de Educação

Art. 39. A gestão democrática do ensino público, entendida como ação coletiva e prática política-filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Municipal de Educação.

Art. 40. A gestão democrática do ensino público, nas duas esferas da administração – Escola e Secretaria Municipal de Educação reger-se-ão, na forma da Lei, pelos seguintes preceitos:

I - Na Escola:

a) participação de toda a comunidade escolar no planejamento da Unidade Escolar;

b) envolvimento da comunidade escolar na elaboração, execução e discussão do Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno;

c) participação da comunidade escolar e local nas Associações de Pais e Professores e nos Conselhos Escolar.

II - Na Secretaria Municipal de Educação:

a) participação dos profissionais da educação na elaboração do planejamento da Secretaria Municipal de Educação;

b) envolvimento, participação, discussão e execução da Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

c) participação e envolvimento do Conselho Municipal de Educação – CME e do Fórum Municipal de Educação na tomada de decisões referentes as políticas educacionais;

d) funcionamento dos conselhos de acompanhamento e controle social Conselho de Alimentação Escolar - CAE e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; e

e) elaboração do Plano Plurianual (PPA) e Plano Municipal de Educação de forma participativa.

Art. 41. A gestão democrática do ensino público municipal será definida em legislação própria, com observância dos seguintes princípios:

I - Autonomia progressiva das unidades educacionais na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

II - Participação colegiada nos níveis deliberativo, normativo e executivo, garantindo a descentralização das decisões do processo educacional através do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar;

III - Valorização da escola como espaço privilegiado de planejamento e execução do processo educacional;

IV - Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo o zelo pelos bens públicos;

V - Adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registro relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógico, administrativo, contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar.

§1º. As diretrizes gerais para o processo de escolha de diretores e/ou coordenadores de instituições educacionais da rede pública municipal de ensino, serão regulamentadas em lei própria a ser baixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, articulado com a Secretaria Municipal de Educação.

§2º. O Projeto Político Pedagógico, instância de construção coletiva, constitui meio de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

§3º. O Regimento Escolar, discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em um dos instrumentos de execução do Projeto Político Pedagógico, com transparência e responsabilidade.

§4º. Integra a comunidade escolar, os educandos, seus pais, responsáveis ou conviventes, os profissionais da educação, servidores públicos em exercício na unidade escolar e voluntários.

Art.42. A Secretaria Municipal de Educação reconhecerá a autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Governo Municipal.

Parágrafo único. O cumprimento das normas legais do Sistema Municipal de Ensino e do direito financeiro público, bem como, de orientações regulamentares, será considerado no reconhecimento da autonomia de que trata este artigo.

Seção II

Do Fórum Municipal de Educação

Art. 43. O Fórum Municipal de Educação (FME) é órgão colegiado da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, de caráter permanente, tendo por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, avaliar e monitorar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Art. 44. Compete ao Fórum Municipal de Educação:

- I - Convocar, planejar e coordenar a realização de Conferências Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;
- II - Elaborar seu Regimento Interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação;
- III - Oferecer suporte técnico para a organização e a realização das conferências Municipais de Educação;
- IV - Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;
- V - Zelar para que as conferências de educação do município estejam articuladas com a Conferência Estadual e Nacional de Educação;
- VI - Planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;
- VII - Acompanhar, junto à Câmara Municipal de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal de educação; e
- VIII - Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação juntamente com o Conselho Municipal de Educação.

Art. 45. O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes segmentos:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Câmara de Vereadores;
- III - Gestores da Educação da Rede Municipal;
- IV - Gestores da Educação da Rede Estadual;
- V - Trabalhadores em Educação;
- VI - Equipe de Apoio Técnico Pedagógico;
- VII - Pais de alunos;
- VIII - Estudantes;
- IX - Conselho Municipal de Educação;
- X - Conselho Escolar da Rede Municipal de Ensino;
- XI - Conselho Deliberativo da Rede Estadual de Ensino;
- XII Sociedade Civil.

Art. 46. Os representantes de que trata o caput do art. 45 desta lei, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições do Decreto de sua criação.

Art. 48. O Fórum e a Conferência Municipal de Educação estarão administrativamente vinculados a Secretaria Municipal Educação, receberão suporte técnico e administrativo para garantir seu funcionamento.

Art. 49. Os representantes de que trata o art. 45 desta lei, não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Seção III

Do Plano Municipal de Educação

Art. 50. O Sistema Municipal de Educação promoverá ampla mobilização social, visando colher subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Educação, com diretrizes, metas e estratégias para o respectivo decênio, articulado e em regime de colaboração com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação.

Art. 51. O Plano Municipal de Educação será elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em ação conjunta com o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, consonante com os Planos Nacional e Estadual de Educação, nos termos estabelecidos nas Leis vigentes tendo como diretrizes:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade do ensino;

- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

§ 1º. O Plano Municipal de Educação expressará a política educacional do Município, definindo diretrizes, metas e estratégias de implementação, responsáveis, prazo e origem dos recursos, a partir do diagnóstico do contexto sócio educacional, cultural e histórico do Município.

§ 2º. Compete a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, a mobilização pelo acompanhamento e a avaliação da execução do Plano em ação articulada com o Poder Legislativo e Organizações Sociais atuantes no Município.

§ 3º. O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado continuamente, sendo asseguradas avaliações periódicas em fórum e/ou comissão próprio, na perspectiva da construção do Plano Municipal subsequente.

§ 4º. A avaliação do Plano Municipal de Educação valer-se-á, também, de dados e análises demandadas por Sistemas de Avaliação Nacional e da própria avaliação institucional da Secretaria Municipal de Educação.

SEÇÃO IV

Da Associação de Pais e Professores - APP

Art. 52. A Associação de Pais e Professores é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de:

- I - Atuar, em conjunto com o Conselho Escolar, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros;
- II - Colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade;
- III - Promover o intercâmbio entre a família do aluno, os Professores, a Direção de Escolas ou de Centros de Educação Infantil; e
- IV - Propor medidas que visem ao aprimoramento do ensino ministrado e à assistência de modo geral ao corpo discente.

§ 1º. A organização e o funcionamento da Associação de Pais e Professores serão definidos em Estatuto próprio de conformidade com a legislação em vigor.

§ 2º. O Estatuto da Associação de Pais e Professores será registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município e/ou Comarca.

Art. 53. É facultado ao município criar Conselhos Escolares em sua Rede Municipal de Ensino ou integrar as ações da Associação de Pais e Professores com a do Conselho Escolar.

Parágrafo único. Para o cumprimento do caput do artigo, a Secretaria Municipal de Educação deverá expedir documento a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação com todos os requisitos necessários para tal procedimento.

Seção V

Do Conselho Escolar

Art. 54. As instituições da Rede Pública Municipal de Ensino contarão na sua estrutura, organização e funcionamento com Conselhos Escolares, propondo-se expressão de gestão democrática e instância máxima deliberativa, consultiva, propositiva e fiscalizadora.

Parágrafo único. O Conselho Escolar, órgão colegiado integrante da organização e funcionamento da escola e instituições de Educação Infantil, terá como finalidades básicas:

- I - Consolidar o processo educativo, buscando corresponsabilidade e socialização do processo decisório pelo fortalecimento, enriquecimento e qualificação do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);
- II - Promover a integração entre os vários segmentos que participam do processo educativo na escola, viabilizando o exercício democrático, como forma de aprendizado e exigência de cidadania;
- III - Potencializar mecanismos para promover o ingresso, permanência com sucesso do aluno na escola.

Art. 55. As diretrizes gerais quanto à eleição, atribuições, composição e funcionamento do Conselho Escolar, serão dispostos em normatização específica a ser baixada pela Secretaria Municipal de Educação, asseguradas, nos termos cabíveis, a autonomia do Regimento Interno da Escola.

Art. 56. As instituições educacionais, comunitárias e/ou filantrópicas, integrantes do Sistema Municipal de Educação, contemplado, sistematicamente, com recursos públicos, providenciarão na sua organização e funcionamento, a constituição de Conselhos Escolar.

TÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 57. As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios previstos no artigo 7º, da presente lei.

Art. 58. A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em sua plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram o direito do cidadão.

Art. 59. Na Educação Básica é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

Art. 60. A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 61. O Sistema Municipal de Ensino envidará esforços no sentido de promover ações a partir das quais as unidades de educação infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família e com a sociedade.

Art. 62. Os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar-se na educação infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo da educação básica.

Art. 63. O Ensino Fundamental na rede pública municipal, atendido as normas gerais da educação nacional, será organizado de acordo com as seguintes regras comuns:

I - A carga horária anual observará o mínimo de horas e dias de efetivo trabalho escolar, de acordo com a legislação nacional vigente, resguardando margem de segurança para além desse mínimo;

II - A classificação em qualquer ano, exceto o primeiro do ensino fundamental, pode ser feita:

a) Por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a ano ou fase anterior, na própria escola;

b) Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) Independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano adequado, conforme regulamentação do Sistema de Ensino;

d) Nos estabelecimentos de ensino que adotam formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas estabelecidas pelo Sistema de Ensino, devidamente regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação.

III - Por reclassificação, para o adequado ano, etapa e/ou equivalente organização, no caso de modelo curricular diferente do original, considerada a faixa etária própria, mediante avaliação com base nas normas curriculares gerais, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior, de acordo com a legislação vigente;

IV - Poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de anos distintos, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de língua estrangeira, arte, ou outros componentes curriculares;

V - verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) A possibilidade de aceleração de estudos para alunos com defasagem idade e/ou ano escolar;

c) Possibilidade de avanço nos anos ou equivalente organização do ensino, durante e ao final do período letivo, mediante verificação de aprendizado;

d) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela ao ano letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

VI - O controle da frequência dos alunos, conforme o disposto no seu regimento e as normas do Sistema Municipal de Ensino, exigida frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação;

VII - A data da matrícula do aluno na escola, em qualquer época do ano letivo, será referência para cálculo do percentual de frequência;

VIII - A definição da parte diversificada do currículo da Rede Municipal, em complementação à base comum nacional, nos termos da legislação vigente, observará a inclusão de pelo menos uma língua estrangeira conforme as possibilidades do Sistema;

IX - A inclusão de componentes curriculares que atendam à proposta pedagógica do Sistema, definidos em conjunto com os órgãos do Sistema Municipal de Educação;

X - A jornada escolar no Ensino Fundamental será de pelo menos quatro horas diárias de sessenta minutos de trabalho efetivo sob a orientação do professor e com a frequência exigida, de acordo com a legislação, ressalvados os cursos noturnos;

XI - São ressalvados os cursos noturnos e as formas alternativas de organização devidamente autorizadas pelo órgão responsável do Sistema Municipal de Educação;

XII - A jornada de Educação da escola de tempo Integral será de no mínimo 7 (sete) horas diárias de 60 minutos de trabalho efetivo, sob a orientação do professor, respeitada a exigência de frequência prevista em lei;

XIII - Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de escolaridade, diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Parágrafo único. A jornada escolar diária será ampliada, gradativamente, com o desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura, artes, esporte, lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação, uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.

Art. 64. A organização escolar da Educação Básica, em todos os seus níveis, será regulamentada por normas editadas pelo Conselho Municipal de Educação que atenderá as legislações federais.

Art. 65. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino e educação, em nível interno escolar, será regulada nos respectivos Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico, sendo necessária a aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 66. A organização de escolas, cursos ou classes experimentais com currículos, métodos didático-pedagógicos e períodos escolares próprios, serão permitidos, dependendo o seu funcionamento, para fins de validade legal, de ato autorizatório expedido pela Secretaria Municipal de Educação, após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação organizará documento próprio com os requisitos mínimos a ser considerados para a autorização das indicações registradas no caput deste artigo e o encaminhará para parecer e consequente aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 67. O número de alunos por classe deverá obedecer aos critérios pedagógicos que visam compatibilizar a otimização do rendimento e da aprendizagem com a demanda escolar.

Parágrafo único. Cabe ao sistema Municipal de Ensino, à vista das condições disponíveis e das características locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto no caput deste artigo, assegurando que o número máximo de alunos por turma não exceda ao previsto por ato normativo estabelecido pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 68. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

§1º. Cabe ao Sistema Municipal de Ensino, à vista das condições disponíveis e das características locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto no caput deste artigo.

§2º. Instrumento normativo será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e deverá ter parecer e aprovação do Conselho Municipal de Educação para regulamentar o disposto neste artigo e sendo definido na Campanha de Matrícula para as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 69. Cabe à escola expedir históricos escolares, declarações de conclusão de anos escolares, conforme classificação para efeito de transferência, guia de transferência com as especificações necessárias, na forma do regulamento curricular.

Art. 70. O Regimento Escolar das instituições educacionais, deverá normatizar o funcionamento interno do estabelecimento de ensino, regulamentar todo o trabalho pedagógico, administrativo e institucional, respeitados as normas legais.

Art. 71. O Regimento Escolar é o documento normativo da Instituição Educacional, elaborado pela comunidade escolar, que rege sua organização pedagógica, técnico-administrativa, financeira e disciplinar, deverá conter:

I - Identificação da Instituição Educacional e de sua mantenedora;

II - Missão, visão e valores do estabelecimento de ensino;

III - Organização técnico-administrativa, financeira e pedagógica;

IV - Organização da rotina da escola e da vida escolar do aluno;

V - Código de Ética dos participantes do processo educativo; e

VI - Normas e medidas disciplinares para os profissionais da educação e dos alunos.

Seção II

Das Etapas

Art. 72. São etapas correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional:

I - Educação Infantil, que corresponde a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois anos) para crianças entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade;

II - Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, organizado e tratado em duas fases: anos iniciais com duração de 5 (cinco) anos e anos finais com duração de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Essas etapas e fases têm previsão de idades próprias, as quais, no entanto, são diversas quando se atenta para sujeitos com características que fogem à norma, como é o caso, entre outros:

I - Atraso de matrícula e/ou no percurso escolar;

II - Retenção, repetência e retorno de quem havia abandonado os estudos;

III - Com deficiência limitadora;

IV - Jovens e adultos sem escolarização ou com esta incompleta;

V - Habitantes de zonas rurais.

Seção III

Dos Currículos de Ensino

Art. 73. A escola de Educação Básica é o espaço de formação humana onde se constrói, reconstrói e ressignifica conhecimentos, se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes territorialidades.

Parágrafo único. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, jovens, adolescentes e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas.

Art. 74 A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico, no mundo do trabalho, no desenvolvimento das linguagens, nas atividades desportivas e corporais, na produção artística, nas formas diversas de exercício da cidadania e nos movimentos sociais.

§1º. Integram a base comum nacional:

I - Língua Portuguesa;

II - Língua Estrangeira Moderna;

III - Matemática;

IV - Conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena;

V - Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;

VI - Educação Física;

VII - Ensino Religioso.

§2º. Tais componentes curriculares serão organizados em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.

§3º. A organização da base nacional comum e da parte diversificada, em formas de áreas de conhecimento em disciplinas, eixos temáticos em Diretriz Curricular Municipal, compete à Secretaria Municipal da Educação e aprovada pelo Conselho Municipal da Educação.

Art. 75. São elementos constitutivos para a operacionalização desta Diretriz Curricular Municipal o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, sistema de avaliação, gestão democrática e a organização da escola, o professor e o programa de formação docente.

Art. 76. Os currículos, como parte do Projeto Político Pedagógico, em todos os níveis de ensino, respeitadas as idades próprias de cada nível, deverão promover o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais, sociais, culturais, políticas e religiosas, bem como, toda a variedade de conhecimentos e habilidades profissionais, respeitando o processo natural de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente.

Art. 77. A unidade escolar utilizará a Diretriz Curricular Municipal de Lontas como referência para a elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, propiciando, de maneira específica, a introdução de projetos e atividades do interesse de suas comunidades, assegurando os princípios da qualidade do ensino, do relacionamento entre as diversas atividades educacionais, em vista da formação integral dos sujeitos.

Art. 78. O Projeto Político Pedagógico - base orientadora das atividades desenvolvidas por todos os segmentos da comunidade escolar - definirá, de forma participativa, as responsabilidades pessoais e coletivas a serem assumidas para a consecução dos objetivos educacionais estabelecidos e devem ser observados para a sua elaboração.

Art. 79. No Sistema Municipal de Ensino, os currículos serão organizados conforme normas do Conselho Municipal de Educação, com observância das seguintes especificações:

I - Observância dos mínimos curriculares estabelecidos pelas diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação;

II - Ensino de língua estrangeira moderna, sendo uma obrigatória, no ensino fundamental, podendo ter mais uma de livre opção do estabelecimento de ensino;

III - Ensino Religioso será obrigatório nos estabelecimentos oficiais, ao nível do ensino fundamental, sendo facultativo para os alunos no ato da matrícula;

IV - Especificação da vinculação da formação escolar às atividades no mundo do trabalho;

V - No âmbito de todo currículo escolar deverão ser ministrados conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas brasileiros, nos termos das Leis Vigentes.

Art. 80. A formação artística e outras atividades de capacitação e formação cultural, humana e social destinada a atender a jornada ampliada na escola de tempo integral e, as que são voltadas para o trabalho, estarão incluídas no Projeto Político Pedagógico e poderão ser realizadas em convênio ou parceria com outras instituições educacionais congêneres ou instituições civis e sociais.

Parágrafo único. As atividades referentes ao caput deste artigo, poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais.

Art. 81. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 82. Os currículos escolares terão a base comum de conteúdos fixados pela Diretriz Curricular Municipal, organizados em anos de estudo, e serão complementados com a especificação de conteúdos do Projeto Político Pedagógico de cada escola e no planejamento didático de cada turma, considerando o estágio de desenvolvimento dos alunos.

§ 1º. Para o atendimento das disposições constantes deste artigo, os currículos e Projetos Políticos-Pedagógicos poderão atender também os interesses da comunidade escolar.

§ 2º. Compõe a comunidade escolar o conjunto de:

I - Docentes e especialistas em exercício nas unidades escolares;

II - Pessoal técnico-administrativo e de serviços em exercício na unidade escolar;

- III - Pais, responsáveis pelos educandos;
IV - Educandos matriculados e com frequência regular na Unidade Educacional.

Seção IV Da Educação Infantil

Art. 83. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5(cinco) anos completos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 84. A Educação Infantil será oferecida em creches e pré-escolas as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de até 5 (cinco) anos de idade completos no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, órgãos competentes do sistema de ensino e, submetidos a controle social.

Art. 85. O currículo da educação Infantil deverá estar em consonância com a Diretriz Curricular Municipal para a Educação Infantil, levando em consideração a integralidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças e a indivisibilidade do cuidar e educar, ampliando o repertório cultural.

Parágrafo único. Na Educação Infantil a dimensão do cuidado, é orientada pela perspectiva de promoção da qualidade e sustentabilidade da vida e pelo princípio do direito e da proteção integral da criança e como princípio educar, cuidar e dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras e construírem sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar.

Art. 86. A educação infantil poderá ser oferecida em:

- I - Creches, para crianças de até 3 (três) anos e 11(onze) meses de idade;
- II - Pré-Escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade;
- III - Centros de Educação Infantil para crianças de até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade.

Art. 87. A Educação Infantil, na Rede Municipal de Ensino de Lontas, terá por objetivos:

- I - O desenvolvimento integral da criança até os 05 (cinco) anos de idade completos, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade;
- II - Proporcionar à criança o desenvolvimento de sua autoimagem e o convívio no seu processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade.

Art. 88. A educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I - Criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação;
- II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);
- III - Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- IV - A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- V - Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- VI - A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Parágrafo único. Todas as unidades de ensino da Educação Infantil oportunizarão aos pais, responsáveis ou conviventes, o acompanhamento de seu desenvolvimento, mediante boletins ou formulários de acompanhamento definidos em seu Projeto Político-Pedagógico.

Art. 89. O Sistema Municipal de Ensino permitirá a definição de critérios para o acesso à Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de, através de Editais de Matrícula expedidos pela Secretaria Municipal de Educação com anuência do Conselho Municipal de Educação, a cada final de ano letivo para as matrículas do ano subsequente, observando-se a legislação vigente.

Parágrafo único. As crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, serão matriculadas, preferencialmente, nas Instituições de educação infantil da rede pública municipal, recebendo atendimento educacional especializado para complementar e/ou suplementar o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 90. As concepções, os objetivos, as metodologias e a avaliação da Educação Infantil deverão estar explicitadas no Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais, atendendo a legislação vigente.

Art. 91. A autorização para funcionamento de unidades de Educação Infantil, públicos ou privados, vinculados ao Sistema Municipal de Ensino, será concedida pela Secretaria Municipal de Educação mediante a apresentação de processo próprio, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 92. Serão garantidos, em normas próprias, padrões básicos de infraestrutura para o funcionamento das instituições de Educação Infantil pública e privadas do Sistema Municipal de Ensino que, considerando a diversidade regional assegurem atendimento das características das diferentes faixas etárias e necessidades do processo educativo, na perspectiva da inclusão.

Art. 93. A instituição de Educação Infantil deverá manter arquivada a escrituração com o registro sistemático dos fatos relativos à sua organização seu funcionamento e a avaliação das crianças.

Art. 94. A expedição de documentos é de exclusiva responsabilidade das instituições de Educação Infantil, respeitadas as normas legais.

Parágrafo único. Os documentos que comprovam que a criança frequentou a instituição de Educação Infantil, com os direitos que deles decorrem, são entre outros:

- I - Ficha de Matrícula;
- II - Avaliação da criança;
- III - Declaração de frequência.

Art. 95. Todas as unidades de Educação Infantil serão organizadas com base no Regimento Escolar enquanto documento normativo da instituição educacional, elaborado pela comunidade escolar, observada a legislação vigente.

Seção V Do Ensino Fundamental

Art. 96. O Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração, de matrícula obrigatória para as crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade, tem duas fases sequentes com características próprias, chamada de anos iniciais, com 5 (cinco) anos de duração, em regra para estudantes de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade e anos finais, com 4 (quatro) anos de duração, para os de 11 (onze) a 14 (catorze) anos de idade.

§1º. Para ingresso no primeiro ano do Ensino fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos completos até 31 de março do ano em curso, como limite da obrigatoriedade da matrícula, não eliminando a possibilidade da matrícula de quem completar 6 anos após esta data, em caráter excepcional.

§2º. A excepcionalidade do usufruto do direito à matrícula, no Ensino Fundamental, de crianças que completarem 6 anos após 31 de março é possível, desde que, avaliada a conveniência pedagógica, resulte da decisão conjunta dos pais e da escola, devidamente formalizada em Ata assinada pelas partes.

Art. 97. Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro segmento, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo, mediante:

- I - Desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, do raciocínio lógico e do cálculo;
- II - Foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos;
- III - Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- IV - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- V - Fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

Art. 98. O currículo do Ensino Fundamental deverá estar em consonância com a Diretriz Curricular Municipal para o Ensino Fundamental, levando em consideração a integralidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças e a indivisibilidade do cuidar e educar, ampliando o repertório cultural, considerando:

- I - O desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita, do raciocínio lógico e do cálculo;
- II - A compreensão do ambiente natural e social, dos sistemas políticos e da autodeterminação dos povos, dos valores em que se fundamenta a sociedade, da tecnologia e das artes;
- III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - A formação da consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para a transformação social;
- V - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- VI - Fortalecimento de uma língua estrangeira, escolhida pela comunidade escolar, conforme as possibilidades do sistema;
- VII - Educação Integral;
- VIII - Inseparabilidade dos conceitos referenciais cuidar e educar, devendo ser uma concepção norteadora do Projeto Político Pedagógico da escola.
- IX - O reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial.

§ 1º. A Educação Básica no que compreende o Ensino Fundamental será organizada em nove anos e poderá ter turmas organizadas por ciclos de estudos a partir da alfabetização.

§ 2º. O Ensino Fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa e em processos próprios de aprendizagem definidos a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola.

§ 3º. O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 4º. O controle de frequência do aluno fica a cargo da escola, conforme disposições do Regimento Escolar, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas ministradas.

§ 5º. O total de horas letivas, nos termos desta Lei, compreenderá o tempo de atividades escolares desenvolvidas pelo aluno, sob a orientação direta do professor e avaliação na escola.

§ 6º. A escola estimulará a frequência do aluno, e analisará de imediato, os casos de ausência persistente, juntamente com os pais ou responsáveis, programando alternativas de solução.

§ 7º. Em caso de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, a escola junto com o Conselho Tutelar e Ministério Público, buscará soluções para essa questão.

Art. 99. O Sistema Municipal de Ensino do Município de Lontras deve estabelecer especial forma de colaboração visando à oferta do Ensino Fundamental e à articulação sequente entre a primeira fase, assumida pelo Município e pelo Estado, para evitar obstáculos ao acesso de estudantes que se transfiram de uma escola para outra; ou uma rede para outra para completar esta escolaridade obrigatória, garantindo a organicidade e a totalidade do processo formativo do escolar.

Parágrafo único. Nas unidades de ensino, os profissionais da educação deverão zelar pelo acesso e permanência com sucesso do educando na escola.

Art. 100. O Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal, atendido as normas gerais da educação nacional, será organizado em conformidade com o artigo 63 desta lei.

Seção VI Da Jornada Escolar

Art. 101 A jornada escolar na educação básica incluirá pelo menos quatro horas de efetivo trabalho escolar, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola a partir da estruturação que a Secretaria Municipal de Educação oportunizar para as Unidades Escolares.

Parágrafo único. Efetivo trabalho escolar, como definido nos pressupostos legais, LDB e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, é compreendido por toda e qualquer atividade escolar, devidamente planejada, respaldada na Proposta Pedagógica da Unidade Escolar, que envolva a participação de professores e alunos, exigindo o controle de frequência.

Art. 102. A educação infantil terá Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas relógio distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

§1º. O atendimento à criança será de no mínimo 4 (quatro) horas diárias de sessenta minutos, para o turno parcial, e de 7 (sete) horas para a jornada integral, e com frequência exigida para a Pré-escola, de acordo com a legislação vigente.

§2º. A educação infantil, ministrada em qualquer uma das formas de oferta, terá 30 (trinta) minutos de recreio.

Art. 103. O ensino fundamental terá carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

§1º. A jornada escolar no Ensino fundamental será de pelo menos quatro horas diárias de sessenta minutos de trabalho efetivo sob a orientação do professor, e com a frequência exigida, de acordo com a legislação vigente.

§ 2º. O Ensino Fundamental anos iniciais terá 15 (quinze) minutos de recreio, incluídos nas 04 (quatro) horas de Trabalho Escolar Efetivo desde que haja atividade de acompanhamento das atividades junto aos alunos e nos anos finais terá 15 (quinze) minutos de recreio excluído das 04 (quatro) horas de Trabalho Escolar Efetivo, especificado no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Art. 104. A jornada de educação na Escola de Tempo Integral será de no mínimo sete (7) horas diárias de sessenta (60) minutos de trabalho efetivo, sob a orientação do professor, respeitada a exigência de frequência prevista em lei.

TÍTULO IX DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I Da Educação do Campo

Art. 105. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade e ancora-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 106 O Poder Público dispensará especial atenção à oferta de educação básica para a população rural, que será adaptada às suas peculiaridades mediante regulamentação específica e levará em conta:

I - O envolvimento dos órgãos municipais de educação, órgãos e entidades da agricultura, de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, escolas, famílias e a comunidade na formulação de políticas educacionais específicas e na oferta do ensino;

II - A elaboração de currículos com conteúdos curriculares apropriados para atender às reais necessidades e interesses dos alunos, a

articulação entre a cultura local e as dimensões gerais do conhecimento e aprendizagem;

III - Adoção de metodologias, programas e ações voltados para a superação e transformação das condições de vida nos meios rural, proporcionando a estas a autossustentação e autodeterminação;

IV - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - Formação pedagógica dos docentes, buscando superar o isolamento do docente rural, estabelecendo formas que reúnam docentes de diversas escolas, para estudo, planejamento e avaliação das atividades pedagógicas;

VI - A oferta de alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos do campo, com o apoio de entidades educacionais parceiras;

VII - Melhoramento das condições didático-pedagógicas no meio rural;

VIII - Manutenção de programas de transporte escolar;

IX - Organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos próprios para dar atendimento ao ensino fundamental do meio rural;

X - O desenvolvendo de atividades práticas que estimulem a pesquisa e o planejamento da propriedade rural, voltadas para o trabalho; e

XI - Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas.

Art. 107. As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394 de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, identificada no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Art. 108. O Sistema de Ensino, através de regulamentação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, fixará as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º. O ano letivo, observado o disposto no artigo 63 desta lei, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º. As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 109. Além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica, o Sistema de Ensino normatizará a formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, contemplando os seguintes componentes:

I - Estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva no município;

II - Indicadores para as Propostas Pedagógicas das escolas rurais que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Art. 110. As orientações para a matrícula dos alunos será definida na campanha de matrícula da rede municipal de ensino e atenderá aos critérios indicados na Diretriz Curricular Municipal para as Escolas do Campo dos níveis de ensino que atendem.

Seção II

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 111. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental em idade própria.

Parágrafo único. Será atribuição do sistema de ensino:

I - Assegurar gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do estudante, seus interesses, condições de vida e de trabalho;

II - Ofertar, mediante cursos e exames, promovidos através de ações integradas e complementares realizados a partir de convênios e projetos com órgãos especializados ou, até mesmo, por iniciativa da própria Rede Municipal de Ensino;

III - Viabilizar e estimular, em qualquer tempo, o acesso e a permanência com êxito do trabalhador na escola, garantindo o compromisso do Poder Público com a Educação plena do cidadão.

Art. 112. O Sistema Municipal de Ensino ofertará a Educação de Jovens e Adultos para contemplar a formação no Ensino Fundamental e Médio para os que a ele não tiveram acesso ou não concluíram na idade própria.

Parágrafo único. Poderá o Sistema de Ensino realizar convênio com a Secretaria do Estado de Educação para, em regime de colaboração, realizar a oferta do atendimento a Educação de Jovens e Adultos, com instrumentos a serem avaliados e aprovados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 113. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de jovens e Adultos será a base legal para a regulamentação das atividades na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º. Os componentes curriculares da educação de jovens e adultos obedecerão ainda aos princípios, aos objetivos e às Diretrizes Curriculares

nacionais.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação a normatização dos estabelecimentos e a regulamentação para a formulação das Propostas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos, bem como, parecer e aprovação para a celebração de convênios para a oferta dessa modalidade de ensino.

Art. 114. A regulamentação para a formulação das Propostas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, definirá ainda a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitando a identidade desta modalidade de educação.

Art. 115. Obedecido o disposto no Art. 4º, incisos I e VII da LDB 9.394/96 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória, será considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos.

§ 1º. Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de seis a quatorze anos completos.

§ 2º. Para que haja oferta variada para o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos situados na faixa etária de 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade-série, tanto sequencialmente no ensino regular quanto na Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, nos termos do § 3º do artigo 37 da Lei nº 9.394/96, torna-se necessário:

I - Fazer a chamada ampliada de estudantes para o Ensino Fundamental em todas as modalidades, tal como se faz a chamada das pessoas de faixa etária obrigatória do ensino;

II - Estabelecer, de forma colaborativa, política própria para o atendimento dos estudantes adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, garantindo a utilização de mecanismos específicos para esse grupo de estudantes que considerem suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho;

III - Incentivar a oferta de EJA nos períodos escolares diurno e noturno, com avaliação no processo.

Art. 116. A duração dos cursos presenciais de EJA atenderá a formulação da legislação vigente, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

I - Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;

II - Para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

III - Para o Ensino Médio, a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Parágrafo único. Para a definição do disposto no inciso I do caput do artigo deverá haver aprovação do Conselho Municipal de Educação do Projeto Político Pedagógico para o atendimento a essa modalidade de ensino.

Art. 117. O Sistema Municipal de Ensino se responsabilizará diretamente com o princípio de publicidade:

I - Divulgar a relação dos cursos e dos estabelecimentos autorizados à aplicação de exames supletivos, bem como das datas de validade dos seus respectivos atos autorizadores;

II - Acompanhar, controlar e fiscalizar os estabelecimentos que ofertarem esta modalidade de educação básica, bem como no caso de exames supletivos.

Art. 118. As unidades ofertantes desta modalidade de ensino, quando da autorização dos seus cursos, apresentarão à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, o Regimento Escolar para efeito de análise e avaliação.

Parágrafo único. A proposta pedagógica deve ser apresentada para efeito de registro e arquivo histórico.

Art. 119. Os estabelecimentos de ensino que ofertam a Educação de Jovens e Adultos expedirão históricos escolares e declarações de conclusão e registrarão os respectivos certificados, ressalvados os casos dos certificados de conclusão emitidos por instituições estrangeiras, a serem revalidados pelo Conselho Municipal de Educação.

Seção III

Da Educação Especial

Art. 120. Entende-se por educação especial, para efeito desta lei, modalidade de educação escolar para alunos com necessidades especiais, oferecida, preferencialmente, nas escolas de ensino fundamental, nos Centros de Educação Infantil e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 121. A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Parágrafo único. A Educação Especial, entendida como um processo interativo de educação visa à prevenção, o ensino, à reabilitação e à integração de pessoas com deficiência, mediante a utilização de recursos pedagógicos, tecnológicos e educacionais específicos.

Art. 122. O Sistema Municipal de Ensino deverá garantir a matrícula aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado nas escolas de ensino fundamental e de Educação de Jovens e Adultos, bem como nos Centros de Educação Infantil para atender as peculiaridades dos educandos com necessidades especiais.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função de condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta da educação especial é dever constitucional do Estado, tendo início na faixa etária até 5 (cinco) anos completos, durante a educação infantil, prolongando-se por todo o ensino fundamental.

Art. 123. Poderão receber apoio técnico e financeiro do Poder Público Municipal, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, atendendo a alunos sem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, que:

I - Comproven finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - Apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - Garantam à destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público no caso de encerramento de suas atividades;

IV - Assegurem qualidade dos serviços prestados, em consonância com a política do município para o atendimento as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

V - Prestem contas ao Poder Público Municipal dos recursos recebidos.

Art. 124. O sistema municipal de ensino assegurará aos alunos com necessidades especiais:

I - Espaços adequados e facilitados, currículos próprios, métodos, técnicas e recursos pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos educandos com necessidades especiais;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados e/ou altas habilidades;

III - Professores com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Articulação com os órgãos oficiais afins, para oferta da educação especial para o trabalho;

V - Conhecimento da demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos;

VI - Setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva;

VII - Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a função de complementar ou suplementar à formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem;

VIII - Educação para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida e em sociedade, inclusive para os que não revelarem condições de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como, aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual e psicomotora.

Art. 125. Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LDB nº 9.394/96 e as resoluções emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 126. Compete à Secretaria Municipal de Educação, através do Conselho Municipal de Educação, autorizar o funcionamento, supervisionar o atendimento as pessoas com deficiências físicas, sensoriais e mentais, bem como aos superdotados, através de planejamento ordenado e articulado, com os órgãos públicos e privados, sem fins lucrativos.

TÍTULO X

DAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Seção I

Da Educação Informal

Art. 127. A Educação Informal poderá ocorrer no ensino regular ou de forma específica, destinando-se à formação e aprendizagem do saber e das artes relacionados, entre outros campos e áreas como música, canto, dança, ginástica olímpica, esportes em geral, artes marciais, cursos especiais de desenho, informática, folclore, culturas diversas relacionadas com o saber científico, prática de conhecimentos agrotécnicos e tecnológicos, trabalhos manuais e todos os campos de formação humana, individual e social.

§ 1º. A Educação Informal será oferecida aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, promovendo o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e, oportunizando de forma indireta, algum tipo de profissionalização.

§ 2º. A implantação de projetos de educação informal, nos termos do caput desse artigo, dependerá de prévia aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Seção II

Da Educação Integral, do Regime de Progressão e das Atividades Complementares para os Currículos de Ensino

Art. 128. A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar devendo estar organicamente articulada à Base Nacional

Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado.

Art. 129. Os componentes da Matriz Curricular de horário parcial estão distribuídos entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada, podendo ser acrescidos de Atividades Complementares no horário ampliado e integral.

§ 1º. O planejamento da Parte Diversificada constará do Projeto Político Pedagógico da escola, oportunizando o exercício da autonomia e retratando a identidade da unidade escolar.

§ 2º. A parte diversificada do currículo e conteúdo levará em consideração:

I - A promoção dos valores culturais, nacionais e regionais;

II - Programas visando a análise e a reflexão crítica sobre a comunicação social;

III - Adaptação à realidade do meio urbano e rural;

IV - Programação de orientação técnica e científica sobre prevenção e o uso de drogas, a proteção do meio ambiente, técnicas agrícolas, trânsito e educação sexual;

V - Conteúdos programáticos voltados para a formação associativa, cooperativista e sindical.

Art. 130. O funcionamento, a carga horária e os turnos para o desenvolvimento da jornada ampliada deverão considerar:

I - Atividades Complementares Curriculares devem ser desenvolvidas em contraturno, com uma carga horária máxima de quatro horas/aulas semanal por aluno, observado o inciso XIII do artigo 63 da presente lei;

II - Ampliação da jornada de efetivo trabalho escolar deve ser desenvolvida de acordo com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;

III - Escola em Tempo Integral com carga horária diária máxima de 8 horas/aula durante todos os dias letivos da semana.

§ 1º. Os horários estabelecidos pela Escola deverão respeitar o turno em que foi autorizado, tendo em vista o benefício do aluno, cumprindo o Calendário Escolar.

§ 2º. Os horários de funcionamento das atividades devem ser prioritariamente nos turnos matutino e vespertino.

§ 3º. A escola poderá realizar parcerias com outras instituições e desenvolver a atividade complementar em outro local disponível na comunidade, desde que não ofereça risco a integridade dos alunos.

Art. 131. As vagas e critérios de participação dos alunos matriculados atenderão aos critérios gerais para a formação das turmas de atividade complementar e nas escolas de tempo integral:

I - O projeto do curso e/ou atividade proposta deverá indicar o número mínimo de alunos por turma, levando em consideração a complexidade da atividade e a relação professor/alunos;

II - Caso haja desistência de alunos inscritos nas atividades, a vaga deverá ser imediatamente ocupada por outro participante;

III - As atividades deverão contemplar alunos da Educação Especial, sendo que o número mínimo de participantes na atividade será estabelecido conforme as necessidades dos alunos e legislação específica;

IV - Poderão participar das atividades somente alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal, não havendo, a princípio necessidade de manter as mesmas turmas do ensino regular;

V - As atividades poderão ocorrer em locais diversos da escola de matrícula regular do aluno, desde que haja condições para o seu transporte e segurança;

VI - A escola deverá priorizar a participação de alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como as necessidades sócioeducacionais, e considerar o contexto social descrito no Projeto Político Pedagógico da Escola;

VII - As Atividades Complementares Curriculares em contraturno poderão ser socializadas por alunos e professores em eventos promovidos pela escola ou em âmbito municipal.

Art. 132. As unidades escolares poderão inscrever atividades complementares diversas das propostas pela Rede Municipal de Ensino, desde que a Associação de Pais e Professores e o Conselho Escolar de cada estabelecimento de ensino realizem reunião para selecionar e aprovar a proposta de Atividade Complementar Curricular.

Parágrafo único. A Escola deverá encaminhar uma cópia da Ata desta reunião à Secretaria Municipal de Educação juntamente com a proposta da atividade aprovada. Cada escola poderá inscrever 01 (uma) Atividade Complementar Curricular em Contraturno, por nível de ensino - Educação Infantil - Ensino Fundamental. Outras atividades que já estão incorporadas ao cotidiano e a cultura escolar ou já possuem materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades podem ser propostas pela escola e serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 133. A Proposta de Atividade Complementar Curricular em Contraturno encaminhada pela escola deverá conter, no mínimo:

I - Nome da escola;

II - Modalidade de Ensino;

III - Turmas/Turnos para o desenvolvimento das atividades complementares;

IV - Número de alunos mínimos para a formação das turmas;

V - Relação de materiais necessários;

VI - Carga horária total da atividade complementar, carga horária diária e carga horária semanal por aluno;

VII - Conteúdos/Atividades propostos;

VIII - Objetivos Gerais da escola e da atividade complementar;

IX - Encaminhamentos Metodológicos;

X - Perfil do Professor para atuar nessa ação;

XI - Propostas de Avaliação;

XII - Resultados Esperados para os alunos, escola e comunidade;

XIII - Referência Bibliográfica.

§ 1º. Só serão autorizados professores ou instrutores, após a aprovação da Secretaria Municipal de Educação, no que se refere a proposta encaminhada pela unidade escolar.

§ 2º. Após aprovada a proposta de atividade complementar, a Secretaria Municipal de Educação procederá ao registro da atividade no Sistema de Informação Escolar para que haja registro no histórico escolar do aluno e para emissão do diário de classe.

§ 3º. Cada aluno poderá ser matriculado em até 3 (três) atividades propostas pela escola, a qualquer momento do período letivo, de forma alternada ou concomitante desde que haja compatibilidade de horários.

§ 4º. Caso a escola ofereça mais do que uma atividade complementar para a mesma etapa de ensino, existe a possibilidade de o aluno transitar de uma atividade para a outra, se for do interesse dele.

§ 5º. No Histórico Escolar do aluno será registrado no campo Observações o total da carga horária cumprida no Programa no ano letivo, que será obtida somando-se a carga horária frequentada em cada atividade na qual esteve matriculado.

§ 6º. A observação a ser apostilada no Histórico Escolar terá a seguinte redação: "O aluno cumpriu "X" horas no Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, no ano letivo".

Art. 134. A Secretaria Municipal de Educação deve realizar acompanhamento pedagógico, monitorar e avaliar as Atividades Complementares Curriculares em Contraturno. Poderá ainda solicitar a qualquer tempo o cancelamento da atividade quando comprovadas irregularidades e o não cumprimento da legislação vigente.

Parágrafo único. Para solicitar o cancelamento da atividade, a escola deverá consultar a Associação de Pais e Professores e o Conselho Escolar, protocolar junto ao Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, ofício assinado pelo diretor e cópia da ata da reunião constando a justificativa da decisão.

Art. 135. O professor ou instrutor de cada atividade complementar curricular em contraturno deverá elaborar o seu planejamento, o qual deverá conter conteúdo que será trabalhado, encaminhamentos metodológicos que serão adotados, recursos utilizados, procedimentos avaliativos e referências bibliográficas utilizadas pelo professor ou instrutor para elaboração de suas aulas.

§ 1º. Ainda que não sejam atribuídas notas para estas atividades, é importante que o professor defina, anteriormente, expectativas de aprendizagens condizentes com o conteúdo trabalhado.

§ 2º. As atividades complementares curriculares, bem como o conteúdo a ser trabalhado devem constar no Projeto Político Pedagógico e, portanto, na Proposta Pedagógica Curricular. Nesse sentido, é fundamental a atuação do Especialista em Assuntos Educacionais na realização da articulação entre os conteúdos curriculares e os conteúdos trabalhados nas atividades complementares.

Art. 136. A Rede Municipal de Ensino poderá ofertar educação em tempo integral, parcial ou com jornada ampliada desde que o Projeto Político Pedagógico seja previamente analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

TÍTULO XI DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 137. É dever do Sistema Municipal de Ensino, através da sua Secretaria Municipal da Educação e do seu Conselho Municipal de Educação tomar as providências para a devida organização da sua rede escolar.

Art. 138. O Ensino, nos diversos níveis e modalidades, será ministrado em estabelecimentos autorizados, existentes no município, sob critérios que assegurem a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, locais e regionais.

Art. 139. Os estabelecimentos de ensino incluídos aqueles de educação e ensino informal serão mantidos no Sistema Municipal de Ensino, quando integrados à Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino, assim criados e instituídos obedecerão, quanto à sua vinculação administrativa, ao disposto nos artigos 16 a 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 140. No Sistema Municipal de Ensino considerar-se-á cada um dos estabelecimentos escolares, para efeito de relacionamento funcional, como unidade autônoma, ainda que legalmente subordinada à Rede Municipal de Ensino ou entidade mantenedora.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo não exime da responsabilidade legal da respectiva entidade mantenedora.

Art. 141. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema municipal de ensino, terão a incumbência de:

- I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e especialista;

- V - Prover meios para recuperação dos alunos de menos rendimento;
- VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- VIII - Constituir os conselhos escolares ou equivalentes e divulgar a aplicação e a prestação de contas dos recursos e serviços;
- IX - Notificar ao conselho Tutelar do município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentam quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitida em lei.

Seção II

Da Integração dos Estabelecimentos de Ensino no Sistema Municipal de Ensino

Art. 142. Para que haja a efetiva integração dos estabelecimentos no Sistema Municipal, é indispensável a existência dos seguintes atos:

- I - Ato de Criação, de responsabilidade do Mantenedor, no caso a Prefeitura;
- II - Ato de Autorização de Funcionamento, de responsabilidade do Sistema de Ensino, através do Conselho Municipal de Educação;
- III - Ato de credenciamento;
- IV - Ato de reconhecimento.

§1º. Para os efeitos desta Lei, entende-se:

- I - Por ato de criação, o documento expresso e específico pelo qual o interessado cria o estabelecimento de ensino e manifesta a intenção de mantê-lo, sujeitando o seu funcionamento às disposições legais e normativas do Sistema Municipal de Ensino;
- II - Por ato de autorização de funcionamento o documento da autorização municipal competente, pelo qual o interessado é autorizado a pôr em funcionamento, por tempo determinado ou indeterminado o respectivo estabelecimento de ensino, independentemente de sua natureza, se de ensino ou educação formal ou informal, após inspeção e atendimento às normas legais;
- III - Por ato de credenciamento, o documento concedido pelo Poder Público Municipal, aos estabelecimentos de ensino com o direito de funcionamento pleno de suas atividades educacionais, no Sistema Municipal de Educação, porém, em caráter temporário;
- IV - Por ato de reconhecimento, superada a temporalidade, o documento concedido pelo Poder Público Municipal, aos estabelecimentos de ensino, o direito pleno e por prazo indeterminado de suas atividades educacionais, integrando-se de forma estável no Sistema Municipal de Educação e em gozo completo das pregorrativas legais, mediante avaliação do Poder Público competente.

§2º. O reconhecimento de níveis da educação básica e modalidades estão incluso no ato de autorização.

I - A autorização para a educação infantil e ensino fundamental será concedida pelo Conselho Municipal de Educação nos termos do art. 8º da Lei nº 9.394/96.

II - A autorização da modalidade educação de jovens e adultos, nos níveis de ensino fundamental, e da educação especial será concedida pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 143. É vedada a oferta da educação infantil, do ensino fundamental, da educação de jovens e adultos e da educação especial sem a devida autorização emitida pelo órgão competente.

Parágrafo único. O pedido para a autorização de funcionamento deverá ser instruído pelo Conselho Municipal de Educação, segundo normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Seção III

Da Criação

Art. 144. A criação de estabelecimentos de ensino obedece aos seguintes preceitos:

- I - Quando mantidos e administrados pelo Poder Público Estadual, são criados por ato do Poder Executivo Estadual;
- II - Quando mantidos pelos municípios, são criados por ato do Poder Executivo Municipal;
- III - Quando mantidos por fundações ou associações educacionais, são criados por ato dos órgãos superiores dessas instituições, na forma dos seus estatutos ou que dispuser, quanto à matéria a Lei própria;
- IV - Quando mantidos por pessoas físicas, são criados na obediência de Legislação específica, no âmbito do Direito Civil e Comercial.

Seção IV

Da Autorização de Funcionamento

Art. 145. A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental ou, demais instituições do Sistema Municipal de Ensino, pertencentes à Rede Municipal serão atribuições do Sistema de Ensino, mediante avaliação do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º. Os pedidos de autorização para funcionamento de estabelecimento de Educação Infantil, mantidos pela iniciativa privada, deverão ser instruídos como pré-requisito com a documentação de sua criação.

§ 2º. A criação de estabelecimento de Educação Infantil, mantido pela iniciativa privada, deverá atender as determinações especificadas pela Secretaria Municipal de Educação e aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 3º. O registro e a autorização para funcionamento de estabelecimentos de ensino vinculados ao Sistema Municipal de Educação poderá ser suspenso ou cassado pela autoridade competente, após comprovação de irregularidade, mediante processo administrativo específico, ouvido previamente o Conselho Municipal de Educação e, em todos os casos, preservados os direitos dos alunos e a ampla defesa dos estabelecimentos.

Art. 146. A normatização relativa à criação, autorização de funcionamento, é competência do sistema de ensino, reservado ao Conselho Municipal de Educação e o Poder Legislativo a cooperação supletiva, para os casos omissos nesta matéria.

§ 1º. O processo de solicitação de transformação da unidade escolar deverá ser protocolado no Conselho Municipal de Educação até o último dia útil do mês de setembro de cada ano.

§ 2º Demais orientações deverão ser emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 147. A redução de turmas no âmbito das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino de Lontres terá sua autorização concedida pelo Conselho Municipal de Educação, desde que sejam observados:

- I - Unidade Educacional conta com mais de uma turma do mesmo ano;
- II - A turma reduziu o número de alunos para menos de 15 (quinze) alunos;
- III - Não se registram matrículas nos 4 bimestres anteriores para a mesma turma.

§ 1º. A redução pode ser temporária ou definitiva dependendo o fluxo de matrículas.

§ 2º. Os professores de carreira serão automaticamente relotados/designados em escolas da rede de ensino, conforme dispuser o Estatuto do Magistério, e os professores temporários atuando na vaga, serão dispensados.

§ 3º. os critérios para a relotação/designados dos professores e a indicação da condição permanente ou temporária serão definidos em documento próprio a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

Seção V

Do credenciamento e do reconhecimento

Art. 148. Os estabelecimentos de ensino da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, vinculados ao Sistema Municipal de Educação, uma vez autorizados para o funcionamento pleno, deverão requerer o respectivo credenciamento e, superada a temporalidade deste, na Observância do disposto nesta Lei, o reconhecimento subsequente.

§ 1º. O credenciamento é requisito mínimo, após a autorização oficial de funcionamento, para a válida expedição de certificados.

§ 2º. A expedição de autorização de funcionamento, de credenciamento e de reconhecimento são de competência da Secretaria Municipal de Educação após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, nos casos previstos nesta lei.

TÍTULO XII

DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Seção I

Da Documentação Escolar

Art. 149. Considera-se documentação escolar o conjunto ordenado de papéis que documentam e comprovam o registro dos fatos relativos à vida escolar dos alunos e da instituição de ensino.

Art. 150. A secretaria da escola é o departamento que se encarrega da documentação escolar, dos arquivos, da correspondência e dos registros escolares, devendo organizá-lo de forma que possa ser consultado, com facilidade.

§ 1º. Cada estabelecimento de ensino terá espaço físico adequado destinado aos serviços da secretaria e que seja um local de fácil acesso para melhor atendimento a todos os membros da comunidade escolar e local.

§ 2º. Seu papel é o de proceder, segundo determinadas normas, ao registro:

- I - Da vida escolar dos alunos;
- II - Da vida funcional dos professores, dos técnicos e administrativos, bem como, demais servidores da unidade escolar;
- III - Dos fatos escolares;
- IV - Dos registros financeiros da escola e da Associação de Pais e Professores;
- V - Da organização legal do ensino e da educação.

Art. 151. O arquivamento de documentos escolares, das instituições de ensino, observará as seguintes modalidades:

- I - O próprio documento no original ou em fotocópia autenticada;
- II - Documentos em fotograma obtidos por microfilmagem;
- III - Gravados em arquivos de sistema computadorizado.

Art. 152. Quando o arquivamento obedecer ao inciso I do artigo anterior será organizado em duas modalidades:

- I - Arquivo Ativo, para pronta consulta e escrituração;
- II - Arquivo Passivo, quando concluída a escrituração pela conclusão de curso, transferência, trancamento de matrícula ou abandono do curso, encerramento do ano letivo.

Art. 153. O arquivamento microfilmado, ou gravado a partir de sistema computadorizado, pelo reduzido espaço que ocupa no arquivo, possibilita condições especiais de armazenamento e facilidade de consulta e reprodução será sempre da modalidade de Arquivo Ativo.

Art. 154. Sob a supervisão da direção da escola, a pessoa responsável pelo manuseio e reprodução dos documentos arquivados será do Secretário da Unidade Escolar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, por ele autorizada.

Parágrafo único. O documento reproduzido, de preferência em suas cores originais, será autenticado pelo Secretário da Unidade, com o carimbo do órgão emissor do documento com o nome, cargo e registro do emitente, com a declaração: "Cópia"

Art. 155. Os exames finais serão registrados em atas, com o nome do aluno, sua assinatura, a data de realização da prova ou exame, a disciplina, período e a avaliação em graus numéricos e alfabéticos por extenso, com a assinatura do professor, visadas pelo Coordenador Escolar, ou outra autoridade equivalente autorizada, e do Diretor da Unidade, reunidas as atas e organizadas por curso, período letivo e ano de realização da avaliação.

Art. 156. O Sistema Municipal de Ensino, mediante prévia identificação do seu representante, terá acesso aos arquivos escolares para verificar a regularidade dos registros.

Art. 157. Os documentos de identificação pessoal, certificados militares e CPF serão registrados pelos seus números, órgão emissor e data de emissão, nos requerimentos de matrículas nas unidades escolares.

§ 1º. Os documentos dos alunos serão transferidos para o arquivo passivo por motivo de conclusão de curso, transferência para outra unidade de ensino, trancamento de matrícula ou abandono de curso.

§ 2º. Será fornecida pelo Secretário e visada pelo Diretor da Unidade, certidão ou cópia do documento arquivado, mediante requerimento do interessado ou órgão reconhecidamente legal.

Art. 158. Os livros de ata dos órgãos colegiados, textos de estatuto ou regimento, resoluções e normas regimentais, documentos dos servidores e demais documentos que possam ser encadernados ou arquivados em pastas, facilmente identificáveis não precisam passar pelo processo de microfilmagem ou computação, desde que possam ser localizados com facilidade.

Art. 159. O estabelecimento de ensino regulamentará em seu Regimento Escolar demais formas de organização e manutenção da escrituração escolar e do arquivo.

Parágrafo único. A escrituração e o arquivamento dos documentos deverão assegurar, em qualquer tempo, a verificação:

- I - Da identidade de cada aluno;
- II - Da regularidade de seus estudos;
- III - Da autenticidade da vida escolar.

Seção II

Do Registro, Escrituração e Arquivos Escolares

Art. 160. Os atos escolares serão escriturados, de acordo com a lei, em livros e formulários padronizados para efeito de registro, comunicação dos resultados e arquivamento.

Art. 161. Os livros de escrituração escolar conterão termos de abertura e de encerramento.

Art. 162. A autenticidade e certificação dos documentos e escrituração escolar se verificarão pela aposição da assinatura da Direção da unidade escolar, cabendo a responsabilidade por toda a escrituração e expedição de documentos escolares.

Art. 163. São os seguintes os livros de registro e escrituração:

- I - Livro de atas de reuniões, exames e Conselhos de Classe;
- II - Livro de atas de incineração de documentos;
- III - Livros de expedição de Certificação;
- IV - Livros caixa;
- V - Livros de Atas do Conselho Escolar e APP;
- VI - Livro Ponto e de Avisos.

Seção III

Da Incineração

Art. 164. Periodicamente, a Direção do estabelecimento, determinará a seleção dos documentos existentes no arquivo, a fim de serem excluídos os considerados sem relevância comprobatória.

Parágrafo único. Os documentos passíveis de incineração ou destruição serão especificados no Regimento Escolar, que indicará, também, a forma e o momento de fazê-lo.

Art. 165. Na oportunidade da incineração de documentos escolares deverão ser feitos registros competentes, mediante lavratura das respectivas atas.

Parágrafo único. Constarão, explicitamente, das atas de incineração a natureza e o número dos atos e/ou documentos, nomes dos antigos alunos, o ano letivo, a série/ano ou período, o grau e a modalidade de ensino a que se referem, bem como os outros dados que atualmente possam auxiliar na identificação dos documentos incinerados ou destruídos.

Art. 166. Lavradas as atas, podem ser incinerados os seguintes documentos escolares e escrituração:

- I - Planejamento didático-pedagógico a critério do estabelecimento de ensino;
- II - Calendários escolares a critério do estabelecimento de ensino;
- III - Provas finais 01 (um) ano após a sua aplicação;
- IV - Requerimento de matrícula 01 (um) ano;
- V - Guia de transferência recebida 01 (um) ano;
- VI - Requerimento de transferência 01 (um) ano.

Art. 167. São documentos de guarda obrigatória:

I - Referentes ao estabelecimento de ensino:

- a) Atos de criação, autorização de funcionamento, reconhecimento, ampliação da oferta educacional;
- b) Aprovação e/ou reformulação do Regimento Escolar e de matrizes curriculares;
- c) Desativação de cursos, habilitações e/ou modalidades de ensino, etc;
- d) Leis, pareceres, resoluções.

II - Relativos ao corpo discente:

- a) Livros de registro de matrículas, de expedição de certificados, de atas de reuniões, de atas de incineração de documentos, de atas de exames e processos especiais de avaliação, de registros de recuperações, de termos de visita de supervisores etc;
- b) Relatórios finais, pasta individual de alunos, documentos onde são transcritos os dados de identificação do aluno (envelope, pasta, formulário, etc.);
- c) Histórico escolar do aluno expedido pela escola de origem, no caso de aluno transferido;
- d) Histórico escolar de aluno referente à(s) série/ano(s) ou período(s) cursado(s) no estabelecimento;
- e) Cópia de certificado se for o caso;
- f) Outros documentos que possam ter possibilitado o ingresso do aluno naquele estabelecimento de ensino, tais como pareceres do Conselho Municipal de Educação;
- g) Documentos relativos a estudos feitos no estrangeiro.

Seção IV

Da Desativação das Atividades Escolares

Art. 168. Desativação é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação determinará o encerramento, total ou parcial de unidade escolar e/ou curso autorizado, em observância da lei.

Art. 169. O encerramento de atividades de estabelecimento de ensino, no seu todo ou em parte pode ocorrer:

I - Por decisão expressa da entidade mantenedora;

II - Por cassação da autorização de funcionamento, em ato expresso da autoridade competente, em qualquer tempo, ainda que de estabelecimento já credenciado e mesmo reconhecido.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos será observado:

I - Deverão ser resguardados, rigorosamente, os direitos adquiridos dos alunos que em hipótese alguma, poderão ser prejudicados em seus estudos;

II - Amplo direito de defesa deverá ser oportunizado à(s) entidade(s) mantenedora(s);

III - O procedimento de cassação, ouvido o Conselho Municipal de Educação, será atribuição da Secretaria Municipal de Educação;

IV - Os recursos de que terão direito a(s) entidade(s) mantenedora(s) deverão ser encaminhados, em primeira instância, ao Conselho Municipal de Educação;

V - Poderá haver recurso em segunda instância, ao Ministério Público, superado o primeiro recurso de parecer prévio denegatório.

Seção V

Dos Prédios Escolares

Art. 170. Os prédios escolares deverão oferecer condições técnico-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento integral do processo educativo.

Parágrafo único. A adequação técnico-pedagógica a que se refere este artigo abrangerá todas as dependências escolares necessárias ao atendimento dos corpos docente e discente, técnico-administrativo e da participação comunitária.

Art. 171. O Prédio Escolar é uma construção composta de salas de aula e demais dependências de apoio necessárias ao perfeito funcionamento da escola.

Art. 172. A manutenção e conservação envolvem gastos com material, mão-de-obra, cronograma de execução e contrato com a empresa prestadora de serviço, se necessário, eleita nos termos da legislação vigente.

Art. 173. Nos prédios escolares são obrigatórias instalações para o atendimento da recreação e da prática da educação física e, ainda, assegurar condições de acesso e movimentação de portadores de deficiências físicas.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, os estabelecimentos de ensino e educação atenderão às normas expedidas pelo Conselho Municipal de Educação, e das normas emanadas dos órgãos de higiene, segurança e saúde pública.

Art. 174. Caberá à Secretaria Municipal de Educação em relação à manutenção:

- I - Cooperar no controle e uso adequado do recurso, quando esse for encaminhado pelo poder municipal;
- II - Nos serviços de manutenção do tipo não programável – supervisionar a operacionalização dos serviços ou o desempenho da Associação de Pais e Professores e direção de escola, conforme o caso;
- III - Nos serviços de manutenção programável – supervisionar a operacionalização dos serviços da firma contratada ou definir o atendimento, emitindo a solicitação de serviços e supervisionar a operacionalização do serviço da firma contratada, conforme o caso.

Art. 175. Caberá à unidade escolar:

- I - Identificar a ação a ser executada;
- II - Reunir-se com a Associação de Pais e Professores e Conselho Escolar e definir orçamento e plano de ação;
- III - Organizar ações para a fonte dos recursos;
- IV - Acompanhar a execução do serviço;
- V - Receber o material e/ou serviço;
- VI - Informar a Secretaria Municipal de Educação qualquer irregularidade na execução do serviço.

Seção VI

Das Condições de Acessibilidade

Art. 176. O Sistema de Ensino de Lontras deverá organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

Parágrafo único. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação, incluindo instalações, equipamentos e mobiliários, nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

Art. 177. Será responsabilidade do Sistema Municipal de ensino, efetivar a promoção de ações visando à articulação intersetorial na implementação das políticas públicas que garantam acessibilidade em todos os prédios escolares em prazo determinado em plano de trabalho específico.

Seção VII

Do Ano, do Semestre e dos Períodos Letivos

Art. 178. O ano, o semestre e os períodos letivos independem do ano civil.

Art. 179. Os estabelecimentos de ensino, independentemente do seu nível escolar, poderão funcionar entre os períodos letivos e de férias escolares, proporcionando:

- I - Cursos especiais da natureza complementar aos ministrados durante o ano letivo;
- II - Atividades de recuperação para alunos que não tenham apreendido os conteúdos de aprendizagem, durante o ano letivo, ou para jovens e adultos em considerável atraso, proporcionando-lhes avanços úteis e até necessários;
- III - Suplementação de atividades escolares para acompanhamento de crianças, adolescentes, jovens e adultos com dificuldades psicossociais e ou de deficiências múltiplas;
- IV - Atendimento aos alunos de ensino fundamental, proporcionando-lhes aceleração, especialmente, para correção do avanço etário;
- V - Cursos de aperfeiçoamento dos Corpos Docente e Administrativo.

Parágrafo único. As direções dos estabelecimentos de ensino, que oferecerem atividades escolares nos períodos de férias, deverão atender a viabilidade do cumprimento do regime de trabalho dos seus professores e funcionários, em vista dos preceitos trabalhistas e legais correspondentes.

Art. 180. Os estabelecimentos de ensino, independentemente do nível de ensino, ou da modalidade e forma, adotados para encerrar o ano letivo e todas as atividades didático-pedagógicas deverão comprovar como efeito de regra comum:

- I - O cumprimento de no mínimo 200 dias letivo, correspondentes 800 horas de aula, de efetivo trabalho escolar; e
- II - O cumprimento integral dos conteúdos de aprendizagem mínimos previstos no respectivo Projeto Político Pedagógico.

§ 1º. Pelo menos duzentos dias de trabalho efetivo, assim entendido como os momentos diferenciados da atividade docente que se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades de planejamento, capacitação em serviço, dias de estudo reuniões pedagógicas e de conselhos de classe, avaliações de recuperação de estudos e aquelas diretamente relacionadas com o educando, bem como toda e qualquer ação incluída no Projeto Político Pedagógico da escola, excluído o tempo reservado a exames finais, quando houver.

§ 2º. Carga horária mínima anual de oitocentas horas, envolvendo a participação de docentes e educandos, excluído o tempo reservado a exames finais, quando houver.

§ 3º. O calendário escolar será determinado pela Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, garantirá a adequação às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerando os fatores climáticos e econômicos que envolvam o modo de vida das comunidades rurais ou urbanas, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previstos nesta Lei.

§ 4º. Nos afastamentos legais do membro do magistério, em exercício na escola, o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é de responsabilidade da respectiva unidade escolar.

§ 5º. O não cumprimento do disposto neste artigo, submete a direção do estabelecimento de ensino, juntamente com os professores a

atividades complementares até a satisfação plena do presente artigo.

TÍTULO XIII

DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DA PROMOÇÃO E EXPEDIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Seção I

Da Avaliação Escolar

Art. 181. A verificação do rendimento escolar é da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, na forma do seu regimento interno e do Projeto Político Pedagógico compreendendo a avaliação do aproveitamento e da apuração da assiduidade, a partir das determinações da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal da Educação.

Art. 182. Na Rede Municipal de Educação do Município de Lontres, a avaliação do processo de formação do aluno será processual, participativa, formativa, cumulativa, diagnóstica e redimensionadora da ação pedagógica, observado:

I - Avanços e dificuldades do aluno para redefinir a ação educativa;

II - Domínio da leitura, da escrita e do cálculo como fundamental para o processo de aprendizagem em todas as áreas;

III - Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos do desempenho do aluno, devendo levar em consideração a sua formação nos aspectos cognitivo, biológico, cultural, psicológico, afetivo e social;

IV - Avanço de estudos, quando apresentar potencialidades e progressos, mediante verificação da aprendizagem;

V - Correção de fluxo, corrigindo distorções de idade e ano/etapa de escolaridade;

VI - Recuperação paralela e periódica com intervenção pedagógica e procedimentos didáticos específicos para o aluno com baixo e alto rendimento escolar;

VII - Verificação do rendimento escolar e controle da frequência.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de Educação Básica, observados e cumpridos os prazos mínimos estabelecidos na Legislação do Ensino e da Educação, e, regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação, deverão proporcionar estudos de recuperação aos seus alunos, que demonstrem aproveitamento insuficiente, no decorrer do ano escolar e letivo, mediante programas e atividades especiais e respeitando os critérios de implantação dos Estudos de Recuperação, determinada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 183. O conselho de classe é instância deliberativa integrante da unidade escolar, constituído por professores da classe, alunos, direção e equipe técnica pedagógica e tem por objetivo o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e da aprendizagem.

Parágrafo único. O conselho de classe deverá convocar os pais ou responsáveis pelo aluno, quando necessário.

Art. 184. Poderão ser adotados critérios que permitam avanços sucessivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e rendimento escolar, de acordo com normas que o Conselho Municipal de Educação vir a estabelecer.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Educação deverá elaborar de instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 185. A avaliação do aluno será continua, de forma global, através da verificação da aprendizagem, em atividades realizadas dentro ou fora da sala de aula e através da apuração da frequência.

§ 1º. Na avaliação dos alunos será dada maior ênfase aos resultados obtidos no decorrer do ano escolar que contará com a recuperação de estudos, aplicada a partir dos critérios estabelecidos nesta lei;

§ 2º. Os estabelecimentos de ensino, ao fixarem em seus regimentos e projetos pedagógicos, os critérios para a verificação do rendimento escolar, deverão atender aos pressupostos básicos de avaliação, previsto na legislação superior e o disposto nesta Lei, com atenção especial para as condições do crescimento humano e das situações sociais dos alunos.

Art. 186. A concepção de avaliação, os instrumentos e critérios, o conceito, estratégias da recuperação paralela e procedimentos e a avaliação do rendimento escolar da rede municipal de ensino, serão estabelecidos em comum acordo com os docentes, especialistas em assuntos educacionais, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, e aprovados pelo órgão competente.

Parágrafo único. A forma de expressar o resultado do rendimento escolar deverá ser previsto no Projeto Político Pedagógico e respectivo Regimento Escolar.

Art. 187. Os estabelecimentos de ensino, ao fixarem em seus regimentos e projetos pedagógicos, os instrumentos e critérios para verificação do rendimento escolar, deverão atender aos pressupostos básicos de avaliação, previsto na legislação superior e ao dispositivo da lei, com atenção especial para as condições do crescimento humano e das situações sociais dos educandos.

Art. 188. O Projeto Político Pedagógico deverá prever adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, atendida regulamentação específica.

Art. 189. O processo de promoção dos alunos, ao final de cada ano e na conclusão dos respectivos níveis de ensino, ficará na dependência de critérios estabelecidos por este Sistema Municipal de Ensino e será em todos os casos, um processo decorrente da competente avaliação do rendimento escolar, previsto também no Projeto Político Pedagógico e no respectivo Regimento Escolar.

Art. 190. Para que o aluno obtenha aprovação e consequente promoção, é necessário que tenha frequentado, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%) do total de horas da respectivo ano e curso.

Art. 191. Na Educação Infantil, Creches, Centros de Educação Infantil e Pré-Escolas, o processo de avaliação deverá incidir predominantemente sobre os aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, facultados os avanços progressivos, sem caráter de repetência.

Parágrafo único. A avaliação em nível de Educação Infantil deverá ser realizada de acordo com o estabelecido no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, desde que se garanta que o registro contemple os diferentes aspectos do desenvolvimento e aprendizagem do aluno de acordo com sistema de informação específico.

Art. 192. No caso em que um aluno se vir impedido, por razões comprovadas, de cumprir o mínimo de frequência previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) poderá haver recurso ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 193. Cabe ao Conselho Municipal de Educação aprovar a fixação das normas específicas para a regulamentação da matrícula, promoção e de transferências, asseguradas as peculiaridades do Sistema Municipal de Ensino e das unidades escolares.

Art. 194. Ficam instituídos exames classificatórios ou de equivalência para aqueles alunos que, não podendo comprovar escolaridade anterior, pretendam matricular-se em ano, exceto o primeiro do Ensino Fundamental.

§ 1º. É competência do Conselho Municipal de Educação aprovar a regulamentação da forma e da extensão dos exames classificatórios, no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 195. Comprovada a promoção do estudante, é competência dos estabelecimentos de ensino, uma vez credenciados ou reconhecidos, expedir a competente titulação, mediante certificados.

§ 1º. Os estabelecimentos de ensino poderão expedir certificados de conclusão dos anos de escolaridade, lavrando o respectivo registro, garantida sua guarda e condição de arquivo.

§ 2º. A autenticidade da documentação escolar expedida, é da estrita responsabilidade da direção dos estabelecimentos de ensino.

Seção II Da Recuperação de Estudos

Art. 196. A recuperação de estudos é um processo obrigatório de atendimento especial ao aluno cuja aprendizagem não se realizou de maneira satisfatória, conforme determinações da lei de diretrizes e bases.

Art. 197. A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto especial integrado ao processo ensino-aprendizagem, além de se adequar às dificuldades do aluno ao longo do período letivo.

Art. 198. A recuperação de estudos no decorrer do período letivo destina-se a corrigir as deficiências que persistam após a aplicação de verificação do conhecimento, para os casos de baixo rendimento escolar.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer recuperação paralela, durante o período letivo de maneira contínua, prevista no calendário escolar, com fundamentação legal na LDB nº 9.394/96, art. 24, inciso V, e em conformidade com o artigo 182 desta lei.

TÍTULO XIV DO PESSOAL EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Seção I Dos Profissionais da Educação

Art. 199. Consideram-se profissionais da educação escolar, no Sistema Municipal de Ensino, os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte técnico-pedagógico e administrativo a essas atividades, incluídas as de gestão, planejamento, supervisão, orientação e coordenação pedagógica, e com formação em cursos reconhecidos nacionalmente, assim definidos:

I - Professores habilitados em nível médio: modalidade magistério nível médio magistério para docência na educação infantil e no ensino fundamental para aqueles que se enquadraram em referida habilitação nos ternos da Lei Complementar 11 de 12 de maio de 2003;

II - Professores habilitados em nível superior: modalidade a nível superior nas área de docência na educação infantil e no ensino fundamental;

III - Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão e orientação educacional, bem como títulos de mestrado ou doutorado nas diversas áreas;

IV - Trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. Segundo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção da unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Art. 200. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menos rendimento;
- V - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Seção II

Da Admissão

Art. 201. Nas instituições da rede pública, a admissão do pessoal técnico-administrativo e pedagógico será feito por concurso público, regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. O pessoal docente, técnico-administrativo e pedagógico poderão ser lotado na Secretaria Municipal de Educação e/ou nas unidades escolares de acordo com legislação municipal específica.

§ 2º. Em situações de ausência de profissionais habilitados para as diversas atividades e funções, a administração oficial do Município poderá compor o quadro do Corpo Técnico-Administrativo e Pedagógico, para os seus estabelecimentos, em caráter temporário, por contrato e de profissionais em formação de nível superior através de competente processo seletivo.

Art. 202. Nas instituições da rede privada de ensino para a Educação Infantil a que se refere à competência do Município, a admissão obedecerá às disposições do seu regimento ou estatuto, ressalvado o que, sobre a matéria, dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o TÍTULO VI - "Dos Profissionais da Educação".

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diversas etapas e modalidades da educação básica, é obtida em cursos e estabelecimentos de ensino ajustados às finalidades terão como fundamentos:

- I - A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II - A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III - O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Seção III

Da Formação

Art. 203. A formação de docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação credenciados pelo Ministério da Educação (MEC).

§ 1º. O Município, em regime de colaboração, deverá promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º. A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º. A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 4º. O Município adotará mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível de pós-graduação para atuar na educação básica pública, regulamentada em Lei Própria.

Art. 204. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional, conforme preconiza o artigo 64 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Seção IV

Da Formação Continuada

Art. 205. A formação continuada, entendida como aperfeiçoamento e atualização profissional, faz parte da valorização dos profissionais do magistério e da educação e deverá ser assegurada nos termos dos estatutos e planos de carreira do magistério público.

Art. 206. A formação continuada, direito e dever dos profissionais do magistério e da educação, terá a definição, o apoio, o planejamento e a coordenação geral do órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino, em parceria com Universidades e outras instituições de Educação Superior que possam cursos em atividade, reconhecidos e credenciados, nas áreas demandadas.

§1º. Na rede pública, a oferta e a chamada dos que irão frequentar os cursos de educação continuada, com dispêndio de recursos públicos, ficarão a critério do Órgão Executivo do Sistema.

§2º. O Poder Público proporcionará o acesso à educação a todos os integrantes do seu quadro de profissionais em atividade na educação de forma rotativa, priorizando as áreas mais necessitadas.

§3º. Os profissionais da educação da rede pública que frequentarem programas de educação continuada fora dos programas oficiais ou conveniados, deverão ter seus títulos avaliados por comissão especial, se utilizados para progressão na carreira.

§4º. Cabe às instituições executoras a expedição dos certificados.

Art. 207. A Formação Continuada realizada em instituições da rede privada, suposto o credenciamento e ou reconhecimento, e sua titulação por elas expedido, tem idêntico valor à da Rede Pública Municipal de Ensino e sua validade é nacional.

Art. 208. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 199 desta lei far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput deste artigo, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

Seção V

Da Valorização dos Profissionais do Magistério e da Educação

Art. 209. O Sistema Municipal de Ensino, promoverá à valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos do estatuto e do plano de carreira do magistério público:

I - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - Oferta de aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licença periódica e remunerado para esse fim, conforme regulamentação própria;

III - Piso salarial profissional;

IV - Remuneração condigna e justa para o seu bom desempenho como educador;

V - Estatuto e Plano de Carreira definidos em lei própria;

VI - Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

VII - Condições adequadas de trabalho ao exercício profissional nas instituições educacionais do sistema de ensino e atualização constante quanto à relação teoria/prática em estudos e pesquisas;

VIII - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, com percentual especificado na legislação própria;

IX - Liberdade de opinião, idéias, cultura religiosa e de convicção política e ideológica;

Parágrafo único. A efetiva experiência no Magistério de, no mínimo 3 (três) anos é pré-requisito para o exercício de quaisquer outras funções de Magistério ou atividades técnicas em estabelecimento de ensino nos termos das normas do sistema vigente.

Art. 210. As unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, já existentes, e as que forem criadas deverão estabelecer o quadro dos seus profissionais de magistério e educação, cujas vagas serão preenchidas por concurso público de provas e títulos.

TÍTULO XV

DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NAS UNIDADES ESCOLARES

Seção Única

Art. 211. Os serviços de docência e apoio técnico-pedagógico para o acompanhamento da ação educativa e didático-pedagógica dos estabelecimentos de ensino, integrantes do Sistema Municipal de Ensino ao nível da Educação Básica, serão feitos, harmonicamente, mediante os seguintes serviços:

I - Direção Escolar;

II - Secretariado Escolar;

III - Corpo Docente;

IV - Auxiliares de Sala;

V - Coordenação Pedagógica.

Parágrafo único. Os deveres e atribuições dos profissionais do magistério e da educação que atuam nas unidades escolares serão definidas em lei própria.

TÍTULO XVI

DOS RECURSOS FINANCEIROS E A FORMA DE SUA APLICAÇÃO

Seção I

Da Origem dos Recursos

Art. 212. São recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - Receita de impostos próprios do Estado e do Município;

II - Receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - Receita do Salário-Educação e de outras contribuições sociais;

IV - Receita de incentivos fiscais;

V - Outros recursos previstos em lei;

VI - Produto das aplicações financeiras das disponibilidades dos recursos públicos destinados à educação.

Seção II Da Destinação

Art. 213. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) ou o que constar na Constituição Federal, Estadual e da Lei Orgânica do Município, resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

§1º. A parcela da arrecadação de impostos transferida pelo Estado ao Município será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, como receita do Governo Municipal.

§2º. Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionados neste artigo as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária de impostos.

§3º. Para a fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos instituídos neste artigo, será considerada a receita estimada na Lei do Orçamento Anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§4º As diferenças entre a receita, as despesas previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§5º. O repasse dos valores referidos neste artigo ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

- I - Recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;
- II - Recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;
- III - Recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês subsequente.

§6º. O atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 214. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I - Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissional da educação;
- II - Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII - Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo único. As receitas e as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o §3º do art. 165 da Constituição Federal e as normas estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 215. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I - Pesquisas, quando não vinculadas às instituições de ensino, ou, quando efetivamente fora do Sistema Municipal de Ensino de que não visem ao aprimoramento da qualidade do ensino ou à sua expansão;
- II - Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- III - Formação de quadros especiais para a administração pública ou privada, militares ou civis, inclusive, diplomáticas;
- IV - Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutico-psicológica, e outras formas de assistência social;
- V - Obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI - Pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividades alheias à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 216. A Secretaria Municipal de Educação participará da elaboração do Plano Plurianual, das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, cabendo-lhe definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação participará das discussões da proposta orçamentária e acompanhará a sua execução, zelando pelo cumprimento dos dispositivos legais.

Art. 217. A Secretaria Municipal de Educação é a gestora dos recursos financeiros destinados à respectiva área, sendo responsável, juntamente com as autoridades competentes do Município, pela sua correta aplicação.

Art. 218. Cabe à Secretaria Municipal de Educação autorizar, de acordo com a lei específica, os repasses a serem feitos diretamente às escolas municipais, acompanhando e orientando sua correta aplicação.

Art. 219. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou

filantrópicas, nos termos previstos no artigo 213 da Constituição Federal.

TÍTULO - XVII DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Seção Única

Art. 220. O Poder Público Municipal, com a cooperação do Estado e assistência da União, desenvolverá através do órgão executivo da educação, em ação articulada, formas de colaboração para assegurar, a universalização ensino obrigatório:

I - Formulação de políticas e planos educacionais, e repartição das matrículas no ensino fundamental;

II - Recenseamento e chamada pública da população para o ensino fundamental e controle da frequência dos alunos;

III - Definição de padrões mínimos de qualidade do ensino, avaliação institucional, organização da educação básica, proposta de padrão referencial de currículo e elaboração do calendário escolar;

IV - Valorização e formação dos recursos humanos da educação;

V - Expansão e utilização da rede escolar de educação básica;

VI - Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, uniforme escolar e assistência à saúde.

§ 1º. A colaboração de que trata este artigo deve garantir a distribuição proporcional das responsabilidades de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada esfera.

§2º. Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará, em primeiro lugar, o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§3º. Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o Poder Público oferecerá formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente de escolarização anterior, na forma estabelecida pelo órgão normativo do Sistema.

Art. 221. O Sistema Municipal de Ensino buscará atuar em articulação com o Sistema Nacional e Estadual na elaboração de normas complementares, com vistas à unidade normativa, respeitadas as peculiaridades das redes de ensino dos respectivos sistemas.

Art. 222. O Poder Público Municipal estabelecerá colaboração com outros municípios, inclusive por meio de consórcios, visando qualificar a educação pública de sua responsabilidade.

TÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 223. O Plano Municipal de Educação será articulado em regime de colaboração ao Plano Nacional e Estadual de Educação

Art. 224. O número mínimo e máximo de alunos em salas de Educação Infantil e Ensino Fundamental será definido na Campanha de Matrícula pela Secretaria Municipal de Educação, a cada final de ano letivo para aplicação no letivo subsequente.

Art. 225. Os estabelecimentos de educação e ensino, respeitado o que sobre a matéria dispõe a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, terão o prazo de 02 (dois) anos após a publicação desta lei, para adaptarem seus estatutos e regimentos escolares e a legislação da educação complementar a esta, bem como, a regulamentação e normas específicas editadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 226. A falta de material ou de uniforme escolar, quando este for exigido, não constituirá impedimento para que o aluno possa participar das atividades escolares nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, observada as normas dos respectivos regimentos.

Art. 227. Caberá aos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade e zelar pela frequência escolar, punida a inobservância na forma da lei.

Art. 228. Os filhos de profissionais cuja atividade seja itinerante, terão assegurado a transferência da matrícula de seus filhos e a consequentemente vaga nas escolas mantidas pelo Poder Público Municipal, independentemente, do nível ou modalidade conforme sua idade e progresso escolar.

Parágrafo único. A matrícula de que trata o presente artigo será garantida em qualquer época do ano letivo, independente de vaga na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 229. Os estabelecimentos de ensino somente poderão efetuar matrícula de aluno estrangeiro, quando a situação de permanência de seus pais ou responsáveis ou do respectivo aluno, maior de idade, estiver devidamente legalizada pela autoridade competente do país.

Parágrafo único. A equivalência e a revalidação de estudos realizados em estabelecimentos de ensino estrangeiro, obedecerão à regulamentação e normatização editadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 230. Cabe ao Conselho Municipal de Educação em cooperação com a Secretaria Municipal Educação, fixar os critérios de aproveitamento de estudos realizados em regimes diversos aos previstos na presente lei.

Art. 231. Qualquer cidadão habilitado com titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, ressalvados os direitos assegurados por pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e as peculiaridades administrativas.

Art. 232. As atividades e programas educacionais referentes à Educação Física, desporto, recreação, Educação Artística de variado gênero e espécie, orientação educacional e vocacional e ainda outras formas de educação, poderão ser ministradas de acordo com a idade, a procedência, interesses e os objetivos da clientela, e independem da vinculação com os estabelecimentos de ensino e de educação em que os alunos se encontram matriculados.

§1º. Nas atividades previstas neste artigo, poderão ser acrescidas as atividades rurais e de trabalho próprias para o seu exercício e profissionalização.

§2º. A realização do previsto neste artigo poderá ocorrer mediante convênios e parcerias entre estabelecimentos de educação e de ensino, entre si, bem como com outras instituições e/ou fundações e empresas de qualquer ordem ou natureza.

§3º. Os estudos e habilidades assim realizados e adquiridos poderão ser aproveitados integral ou parcialmente pelos estabelecimentos de ensino e de educação, nos currículos escolares.

Art. 233. Os estabelecimentos de ensino e educação submetidos às disposições da presente Lei são aqueles definidos no artigo 21, observadas, primordialmente, as diretrizes constantes da Lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 234. O Município de Lontras, no prazo de 02 (dois) anos, contados da promulgação da presente Lei, adequará e/ou criará os atos normativos estabelecidos nessa legislação.

Art. 235. Ficam automaticamente ajustadas, quanto à nomenclatura, as disposições da legislação anterior à vigência da presente lei.

Art. 236. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui neste Lei, serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Art. 237. Não haverá distinção entre os estudos realizados em estabelecimentos públicos e privados autorizados e/ou credenciados e reconhecidos.

Art. 238. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 239. Revogam-se as disposições ao contrário, em especial a Lei nº 1.109 de 23 de agosto de 1999.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

LEI Nº 2327/2017

Publicação Nº 1456331

LEI Nº 2327 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

SUPLEMENTA POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA, NO FUNDO DE SAÚDE E NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade :	07.01	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade :	026.0782.0011.2042	Manutenção das Estradas Municipais
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas

Recursos :	1.07.00	Contrib. Interv. Dominio Econ - CIDE :	R\$ 5.000,00
Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade :	07.01	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade :	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Publica	
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.08.00	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Publ.- COSIP :	R\$ 12.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade :	05.01	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade :	012.0365.0005.2020	Manutenção das Creches	
Modalidade :	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.18.00	Transferências do FUNDEB – 60% :	R\$ 450.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade :	05.01	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade :	012.0306.0005.2014	Merenda Escolar para Creches	
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.37.02	Prog. Nac. de Alimentação Escolar - PNAE :	R\$ 20.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade :	05.01	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade :	012.0361.0005.2019	Manutenção do Programa de Transporte Escolar	
Modalidade :	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.36.00	Salario Educação :	R\$ 13.700,00
Recursos :	1.62.02	Transf. Conv. Est. Transporte Escolar :	R\$ 120.000,00

Art. 2º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão :	06	Secretaria de Saúde	
---------------	----	---------------------	--

Unidade....:	06.001	Fundo Municipal de Saúde	
Atividade...:	010.0301.0008.2027	Manutenção da Atenção Básica em Saúde	
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	150.000,00
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	75.000,00

Art. 3º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão :	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assistência Social	
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social	
Atividade...:	008.0244.0007.2055	Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.61.01	Transf. Convênio Estado/Assistência Social – Investimento Básico	17.706,52
Recursos.....:	1.61.02	Transf. Convênio Estado/Assistência Social – Custeio Básico	59.424,08

Art. 4º Fica anulada a importância de R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0361.0005.1005	Construção de Unidade Escolar em Tempo Integral	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	20.000,00

Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0361.0005.2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petróleo	14.800,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	19.400,00

Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0365.0005.2020	Manutenção das Creches	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petróleo	10.000,00
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0365.0005.2021	Manutenção das Unidades Pré escolares	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petróleo	20.000,00
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	30.600,00

Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	10.000,00

Art. 5º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:	012.0365.0005.2020	Manutenção das Creches	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.36.00	Salario Educação	80.000,00
Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2041	Manutenção das Praças e Vias Urbanas	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.39.01	Royalties de Petroleo	44.800,00

Art. 6º Fica anulada a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão :	11	Secretaria de Desenv. Humano e Assistência Social	
Unidade.....:	05.001	Fundo de Assistência Social de Lontras	
Atividade...:	008.0244.0007.2059	Manutenção do Sistema Único de Assistência Social	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.35.12	Serv. Convivência e Fortalecimento de Vinculo	20.000,00

Art. 7º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão :	11	Secretaria de Desenv. Humano e Assistência Social	
Unidade.....:	05.001	Fundo de Assistência Social de Lontras	
Atividade...:	008.0244.0007.2055	Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.35.12	Serv. Convivência e Fortalecimento de Vinculo	20.000,00

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

Luis Alves

PREFEITURA

PORTARIA 182/2017

Publicação Nº 1456067

PORTARIA N.º 182/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 01 de janeiro de 2018 e término no dia 31 de janeiro de 2018, aos motoristas, vinculados à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencados:

I – Edegar Pereira;

II – Giovani Serpa;

III – Artur Tironi;

IV – Ênio César Vegini;

V – Laércio Teodoro Rincus;

VI – Marcio Kreff.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

PORTARIA 200/2017

Publicação Nº 1456069

PORTARIA N.º 200/2017

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora TAYSE CRISTINA DE SOUZA, a pedido desta, do cargo efetivo de odontóloga, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 14 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

PORTARIA 204/2017

Publicação Nº 1456070

PORTARIA N.º 204/2017

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora SOLANGE FANO, a pedido desta, do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 20 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

PORTARIA 205/2017

Publicação Nº 1456071

PORTARIA N.º 205/2017

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor CELIO AFONSO RIEG MAÇANEIRO, a pedido deste, do cargo efetivo de Odontólogo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 20 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário M. de Administração

PORTARIA 210/2017

Publicação N° 1456074

PORTARIA N.º 210/2017

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir contrato da servidora CRISLAINE ROZA, admitida em caráter temporário para desempenhar a função de instrutora de artes artesanais, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 15 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário M. de Administração

Luzerna

PREFEITURA

IN 01-17 - FONTES DE RECURSO

Publicação Nº 1456104

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 de 14 de dezembro de 2017.

“DISPÕE DA CODIFICAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS NO MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC) UTILIZADA NOS REGISTROS CONTÁBEIS, LEIS, DECRETOS, DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SUA CONVERSÃO PARA CODIFICAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS EXTERNOS AO MUNICÍPIO”

CONSIDERANDO, a codificação de receitas e despesas exigida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC;

CONSIDERANDO, a codificação de receitas e despesas exigida pelo Ministério da Educação, para preenchimento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE;

CONSIDERANDO, a codificação de receitas e despesas exigida pelo Ministério da Saúde, para preenchimento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS;

CONSIDERANDO, a codificação de receitas e despesas exigida pelo Secretaria do Tesouro Nacional, para o envio da Matriz de Saldos Contábeis – MSC;

CONSIDERANDO, a necessidade de prestação de contas de recursos individualizados da recebidos da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST);

CONSIDERANDO, a necessidade de informações gerenciais pela Administração de recursos e despesas específicas; e

CONSIDERANDO, o disposto no § 1º, art. 6º da Lei 1.537 de 5 de setembro de 2017;

O CONTADOR DE LUZERNA/SC, no uso das atribuições que lhe conferem o inc. XX, art. 30 da Lei Complementar 159 de 21 de março de 2017, resolve que,

Art. 1º A codificação de fontes de recursos - FR para a receita e despesa no Município de Luzerna, seguirá as disposições dessa instrução normativa.

Art. 2º As codificação de FR a partir do exercício de 2018 serão organizada com a combinação de:

- I. 1 dígito para o Grupo de Destinação de Recursos;
- II. 3 dígitos para Especificação de Recursos;
- III. 3 dígitos para o Detalhamento de Recursos.

Art. 3º A codificação de Grupo de Destinação de Recursos será:

Código	Grupo de destinação de Recursos
1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
2	Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente
3	Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores
6	Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores
9	Recursos Condicionados

§ 1º Recursos do Tesouro são aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo e Legislativo, que detêm a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 2º Recursos de Outras Fontes são aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

§ 3º Recursos Condicionados são aqueles que poderão a ser incluídos na previsão da receita orçamentária, mas que dependem da aprovação de alterações na legislação para integralização dos recursos.

§ 4º Recursos do Tesouro e Recursos de Outras Fontes serão segregados em exercício corrente e exercícios anteriores sendo a codificação 3 e 6 deverão ser utilizados para registro do superávit financeiro do exercício anterior que servirá de base para abertura de créditos adicionais.

Art. 4º A codificação da Especificação de Recursos de origem ordinária obedecerá os seguintes códigos:

I. 000 – Recursos Ordinários, definidos pelos recursos oriundos de receitas ordinárias, ou seja, aquelas que ocorrem regularmente em cada período financeiro, e considerados de livre aplicação pelo ente.

II. 001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação, provenientes dos impostos municipais e as transferências de impostos do Estado e União ao Município, destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

III. 002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde, provenientes dos impostos municipais e as transferências de impostos do Estado e União ao Município, destinados à ações e serviços públicos em saúde.

Art. 4º A codificação da Especificação de Recursos de origem vinculada fica estabelecido no Anexo 01, desta Instrução Normativa, observados:

§ 1º A codificação de 100 a 199, será de recursos vinculados a área da Educação;

§ 2º A codificação de 200 a 299, será de recursos vinculados a área da Saúde;

§ 3º A codificação de 300 a 399, será de recursos vinculados a área da Assistência Social e áreas correlatas;

§ 4º A codificação de 500 a 699, será de recursos vinculados de convênios com objeto definido de caráter temporário;

§ 5º A codificação 018 a 019, será de recursos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

§ 6º A codificação de 003 a 017, e 020 a 099, será de outros recursos vinculados de caráter permanente não enquadrados nos parágrafos anteriores desse mesmo artigo.

§ 7º A nomenclatura de cada codificação especificada no Anexo 01

deverá ser de forma que identifique a origem e o destino de cada recurso.

Art. 5º Quando combinado o Grupo de Destinação de Recursos 3 e 6 a nomenclatura da Especificação de Recursos será acrescido pela sigla S.F. (Superávit Financeiro).

Art. 6º A codificação do Detalhamento dos Recursos será o mesmo da Especificação de Recursos com mesma nomenclatura, de modo que os sistemas de informática do Município possam unificar tanto as despesas que utilizarem o Grupo de Destinação de Recursos 1 e 3, bem como 2 e 6, não separando a aplicação de recursos do exercício e de exercícios anteriores quando necessário.

Art. 7º A codificação de recursos existente em 2017 e anos anteriores fica mantida para fins de consulta, sendo vedada a sua utilização a partir do ano de 2018.

Art. 8º Os sistemas de informática do Município devem ser configurados com ferramentas "DE-PARA" afim de harmonizar a informação gerada no Município com a informação exigida pelos órgãos de controle.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 14 de dezembro de 2017.

Dreone Mendes
Contador do Município

ANEXO 01 Especificação de Recursos

Código	Nome
007	CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico
008	COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública
009	FIA Imposto de Renda
010	Convênio de Transito – Militar
011	Convênio de Transito – Civil
012	Convênio de Transito – Prefeitura
018	FUNDEB 60%
019	FUNDEB 40%
020	Corpo de Bombeiros
021	Rádio Patrulha
022	Fundo do Meio Ambiente
036	Salário Educação
039	FEP - Fundo Especial do Petróleo
089	Alienações não vinculadas a Saúde e Educação
101	Transporte Escolar do Estado
111	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
112	PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar
113	Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches
115	Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil
201	Participa SUS

202	Cofinanciamento
203	Saúde Bucal
204	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde
205	ESF – Estratégia Saúde da Família
206	PAB - Piso da Atenção Básica
208	PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade
209	NASF Federal
210	Saúde na Escola
211	MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante
212	Vigilância em Saúde
213	Vigilância Epidemiológica
214	Farmácia Básica União
215	Farmácia Básica Estado
217	Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico
218	Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico
219	Gestão do SUS
220	MAC União – Média e Alta Complexidade
221	NASF Estadual
222	MAC Estadual – Demais Repasses
302	Acessuas
305	BPC na Escola (Benefício da Prestação Continuada)
307	Benefícios eventuais
308	Proteção Social Básica - Custeio
309	GBF - Índice Gestão Bolsa Família
310	Proteção Social Básica - Investimento
311	BL GSUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social
312	BL PSB - Proteção Social Básica - União
350	Doações ao Fundo do Idoso
500	Convênio recapeamento nº 824799/2015
501	Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC - ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Publicação Nº 1455845

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado por seu Promotor de Justiça Jorge Eduardo Hoffmann, e o Município de Luzerna, representado pelo Prefeito Moisés Diersmann, adiante denominado Compromissário, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal nº 7.853/1989;

CONSIDERANDO que compete à União, Estados, Distrito Federal e Municípios cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Santa Catarina,

em seu art. 140, caput, determina que "A política municipal de desenvolvimento urbano atenderá ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes, na forma da lei", e que o art. 141, inciso IV, impõe ao Estado e Municípios, no estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, a "eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física";

CONSIDERANDO que constitui um dos objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, nos termos do Decreto nº 3.298/99, o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os serviços oferecidos à comunidade;

CONSIDERANDO que, a Política Nacional de Mobilidade Urbana prevê a criação do Plano de Mobilidade Urbana como instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana que, "deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como: [...] IV - a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade (Lei nº 12.587/2012, art. 24);

CONSIDERANDO que a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais dispõe que a construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados a uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida (art. 49, Lei Estadual nº 12.870/2004);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.098, em 19 de dezembro de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO ainda, que o projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (art. 5º, Lei nº 10.098/00);

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.098/00, em seu artigo 11, prevê que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO que, o Decreto nº 5.296, em 2 de dezembro de 2004, regulamentou as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000 e estabeleceu normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, bem como para outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza;

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas a NBR nº 9050/15, que fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas portadoras de deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos;

CONSIDERANDO o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015, estabeleceu em seu art. 8º que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à acessibilidade;

CONSIDERANDO que as edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes (art. 57 da Lei nº 13.146/05);

CONSIDERANDO que o parágrafo 1º do artigo 60 da Lei nº 13.146/2015 condiciona a concessão e a renovação de alvará de funcionamento, para qualquer atividade, à observação e à certificação das regras de acessibilidade;

CONSIDERANDO que a formulação, a implementação e a

manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas de eleição de prioridades, elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações, com planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos (art. 61 da Lei nº 13.146/2015);

CONSIDERANDO que o descumprimento das leis criadas para o desenvolvimento, integração e acessibilidade da pessoa portadora de deficiência, configura ato atentatório à dignidade humana;

CONSIDERANDO que configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação (art. 11, inciso IX, da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que o Município de Luzerna manifestou interesse em celebrar Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público a fim de adequar-se integralmente a legislação acima mencionada;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2017.00003008-2, destinado a "Analisar a viabilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta com o Município de Luzerna, relativamente ao cumprimento das normas de acessibilidade";

CONSIDERANDO a possibilidade do Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

RESOLVEM:

Celebrar o presente COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, mediante as seguintes CLÁUSULAS:

Cláusula 1ª O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta estabelece condições para emissão de Alvará Municipal de Licença de Localização e Funcionamento, no que diz respeito à verificação do cumprimento das normas de acessibilidade, na forma do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei nº 13.146/2015, sem a aplicação de sanções por ato de improbidade administrativa, e estabelece cronograma de adequação do Município de Luzerna à legislação concernente ao tema acessibilidade.

Cláusula 2ª Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta adotará o seguinte vocabulário:

- 2.1. TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas;
- 2.2. Alvará – Alvará Municipal de Licença de Localização e Fiscalização de Funcionamento;
- 2.3. NBR 9050:2015 – Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas 9050, relativa à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 2.4. NBR 16537:2016 – Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas 16537, relativa à acessibilidade – sinalização tátil do piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação;
- 2.5. CA – Certificado de Acessibilidade, a ser emitido pelo órgão público municipal responsável pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade, com validade de 10 (dez) anos, sob responsabilidade de um servidor com habilitação técnica, para edifícios e unidades imobiliárias públicas ou privadas de uso coletivo que atendam às condições de acessibilidade previstas na Cláusula 4ª deste TAC;
- 2.6. AR – Atestado de Autorização de Adaptação Razoável, a ser emitido pelo órgão público municipal responsável pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade, com validade de 3 (três) anos, sob responsabilidade de no mínimo dois servidores com habilitação técnica, para edifícios e unidades imobiliárias localizadas em edifícios privados de uso coletivo que não atendam às condições de acessibilidade previstas na Cláusula 4ª deste TAC, mas que se enquadrem nas disposições das Cláusulas 8ª e 9ª, desde que tenham adotado, no prazo previsto na Cláusula 7ª, as adaptações razoáveis aprovadas pelo Município de Luzerna;
- 2.7. DNC – Declaração de Não Conformidade: declaração emitida pelo órgão responsável pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade para os edifícios públicos ou privados de uso coletivo que não apresentem condições de obtenção do Certificado de Acessibilidade – CA e nem do Atestado de Autorização de Adaptação Razoável – AR;
- 2.8. SVA – Serviço de Verificação de Acessibilidade: serviço público

prestado ao contribuinte sujeito à Taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento ou ao proprietário de imóvel locável, que terá como fato gerador o serviço de verificação das condições de acessibilidade do edifício público ou privado de uso coletivo, e que será responsável pela emissão do Certificado de Acessibilidade – CA, do Atestado de Autorização de Adaptação Razoável – AR e da Declaração de Não Conformidade – DNC;

2.9. Contribuinte – é o sujeito passivo da Taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento ou o proprietário de imóvel locável;

2.10. COMPED – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

2.11. Barreiras arquitetônicas – obstáculos ao uso adequado do meio, geralmente originadas pela morfologia dos edifícios.

Cláusula 3ª As condições de acessibilidade serão de observância obrigatória, para fins de liberação do Alvará, para atividades realizadas ou serviços prestados em edifícios e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo;

3.1. Considera-se como edifício ou instalação de uso coletivo aquela em que o titular realiza a atividade ou presta o serviço recebendo clientes, fornecedores ou ao menos um empregado, inclusive o profissional liberal, o microempreendedor individual, a microempresa e a empresa de pequeno porte;

3.2. Considera-se edifício ou instalação de uso individual a sede da empresa individual que não se enquadre nas disposições da cláusula 3.1;

3.3. O edifício ou instalação de uso individual não poderá possuir letreiro ou sinal externo de identificação de sua localização;

3.4. O profissional liberal, o microempreendedor individual, a microempresa, a empresa de pequeno porte e qualquer outra pessoa jurídica localizada em edifício ou instalação de uso individual, e que possua ao menos um empregado, não poderá realizar suas atividades ou prestar serviços em sua sede sem atender às normas de acessibilidade;

3.5. Não se incluem nas exigências deste TAC as áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como casa de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e outros com funções similares, desde que a utilização destes espaços não diga respeito à atividade-fim do estabelecimento.

Cláusula 4ª Para fins deste TAC, será considerado acessível o edifício público ou privado de uso coletivo que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos de acessibilidade:

4.1. Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade;

4.2. Nas edificações que tenham recebido alvará de construção até 2 de janeiro de 2016, pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

4.3. Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que tratam as Leis nº 10.098/2000 e 13.146/2015, de acordo com os critérios da NBR:9050, pela inexistência de barreiras arquitetônicas;

4.4. Os edifícios públicos ou privados de uso coletivo deverão dispor de banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, e em número que atenda ao quantitativo disposto na Tabela 9 da NBR 9050/2015:

Uso da edificação	Situação da edificação	Número de sanitários acessíveis com entradas independentes
-------------------	------------------------	--

Público	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários
Coletivo	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitário
	Existente, com alvará de construção expedido até a data de entrada em vigor da NBR 9050/2015	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários

4.4.1. Em espaços de uso público ou uso coletivo que apresentem unidades autônomas de comércio ou serviços, deve ser previsto no mínimo um sanitário por pavimento, localizado nas áreas de uso comum do andar. Quando o cálculo da porcentagem de 5 % de peças sanitárias do pavimento resultar em mais do que uma instalação sanitária ou fração, estas devem ser divididas por sexo para cada pavimento;

4.4.2. Em edificações de uso coletivo a serem ampliadas ou reformadas, com até dois pavimentos e área construída de no máximo 150 m² por pavimento, as instalações sanitárias acessíveis podem estar localizadas em um único pavimento;

4.5. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços livres e assentos reservados para pessoas com deficiência e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação;

4.6. Somente será considerado acessível o edifício público ou privado de uso coletivo em que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer, em igualdade de condições, todos os direitos a serem exercidos naquele local e a possibilidade de trabalho naquele ambiente;

4.7. O atendimento às condições deste TAC não dispensa os edifícios públicos e privados de uso coletivo da observância da legislação municipal respeitante a edificações e posturas, que com ele não sejam conflitantes;

4.8. Edificações que tenham recebido alvará de construção a partir de 2 de janeiro de 2016 somente serão consideradas acessíveis se respeitarem as normas técnicas de edificação, notadamente a NBR 9050/2015 e a NBR 16537/2016, além da legislação municipal sobre edificações e posturas.

Cláusula 5ª As obras e estruturas que garantam a implementação das condições previstas na Cláusula 4ª devem observar a NBR 9050/2015, ou norma técnica que as suceder, para fins de eliminação de barreiras arquitetônicas.

Cláusula 6ª As atividades e serviços realizados em edifícios que não atendam ao disposto na cláusula 4ª poderão receber o Alvará, a partir de 1º de janeiro de 2020, observados os prazos da Cláusula 7ª, desde que:

6.1. O Contribuinte apresente projeto arquitetônico, com a devida anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica, obtenha aprovação e execute obra de adaptação da estrutura do edifício e unidade imobiliária ao disposto neste TAC, obtendo AR ou CA, conforme o caso, ou declare que o edifício é acessível e tem condições de obter o CA;

6.2. O Contribuinte comprometa-se, por ocasião do requerimento de Alvará, a realizar as adaptações necessárias ao atendimento dos requisitos de acessibilidade, a fim de obter o CA, ou a realizar as adaptações razoáveis para fins de obtenção do AR, de acordo com as especificidades de cada obra, ou a mudar seu endereço para imóvel acessível, tudo nos termos da Cláusula 4ª, nos prazos previstos na cláusula 7ª;

6.3. O Contribuinte, seu representante e o profissional responsável pelo projeto técnico assinem declaração de ciência de que a utilização de informações falsas para fins de atendimento aos requisitos para liberação do Alvará ou para obtenção do CA ou do AR, configura o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal;

6.4. O Contribuinte efetue pedido de realização de vistoria e emissão de CA ou AR até a data limite prevista na cláusula 7ª, conforme seu enquadramento.

Cláusula 7ª As edificações públicas, afora as municipais, e as privadas de uso coletivo deverão adaptar-se às condições de acessibilidade previstas na Cláusula 4ª até 31 de dezembro de 2019.

7.1. O prazo previsto no caput será acrescido:

- a) de 1 (um) ano, quando o Contribuinte for Empresa de Pequeno Porte ou órgãos públicos;
- b) de 2 (dois) anos, quando o Contribuinte for Microempresa;
- c) de 3 (três) anos, quando o Contribuinte for microempreendedor individual, autônomo e entidade sem fins lucrativos;
- d) de 1 (um) ano, quando o Contribuinte for localizado fora da Zona Comercial Predominante, na forma definida pela Lei Complementar Municipal nº 143, de 05 de abril de 2016, na redação vigente na data de assinatura do presente TAC;
- e) de 1 (um) ano, quando o imóvel em que estiver localizado o Contribuinte necessitar de modificações arquitetônicas para garantir acessibilidade vertical;
- f) de 1 (um) ano, quando o imóvel tenha recebido alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000;

7.2. Os acréscimos previstos na cláusula 7.1 são cumulativos.

Cláusula 8ª A impossibilidade da adoção dos requisitos mínimos de acessibilidade dispostos na cláusula 4ª, referenciados pela NBR 9050:2015, e reconhecida pela emissão do AR, autoriza a adoção de adaptações razoáveis que garantam que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

Cláusula 9ª Considerar-se-á impossível a adoção dos requisitos mínimos de acessibilidade dispostos na cláusula 4ª somente para edificações que tenham recebido alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000 e que, cumulativamente com o disposto no item 9.2, apresentem uma das seguintes condições, devidamente reconhecida pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade, com emissão do AR:

- a) O valor das obras de adaptação superar 20% (vinte por cento) do valor venal predial da unidade imobiliária, conforme orçamento apresentando por profissional habilitado e com anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica;
- b) As obras de adaptação ao desenho universal (à acessibilidade – cláusula 4ª) causarem risco estrutural insuperável, conforme atestado por profissional com anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica;
- c) As obras de adaptação ao desenho universal (cláusula 4ª) causarem redução da área útil da unidade imobiliária superior a 20% (vinte por cento);

9.1. O percentual previsto nas alíneas “a” e “c” do caput será de 12% quando o Contribuinte for localizado fora da Zona Comercial Predominante de Luzerna, na forma definida pela Lei Complementar Municipal nº 143, de 05 de abril de 2016, na redação vigente na data de assinatura do presente TAC;

9.2. Edifícios privados de uso coletivo, que tenham recebido alvará de construção até 20 de dezembro de 2000, serão considerados acessíveis, quanto à possibilidade de trabalho, se as pessoas com deficiência puderem exercer todas as profissões e ofícios

desempenhados naquele local, em pelo menos 75% da área útil da unidade imobiliária, excluídas as áreas mencionadas na cláusula 3.5, escadas e sanitários não-adaptados para pessoa com cadeira de rodas.

Cláusula 10. O Município de Luzerna emitirá, até 31 de dezembro de 2019, Alvarás válidos até esta data, para todos os Contribuintes, sem a necessidade de observação dos requisitos de acessibilidade, a fim de que tenham condições de se preparar para atendimento do disposto neste TAC a partir de 1º de janeiro de 2020;

10.1. A partir de 1º de janeiro de 2020, os Alvarás serão emitidos somente para contribuintes instalados em imóveis acessíveis, assim reconhecidos por serem portadores de CA ou AR, conforme disposto na Cláusula 4ª e 9ª respectivamente, ressalvada a extensão de prazo para regularização prevista na Cláusula 7ª;

10.2. O servidor responsável pela emissão do Alvará será responsável por verificar a existência e validade do CA ou AR.

Cláusula 11. O Município de Luzerna, no prazo de 1 (um) ano contado da assinatura do presente TAC, implementará Serviço de Verificação de Acessibilidade, o qual será prestado mediante cobrança de taxa a todos que pretendam obter o Alvará para atividades e serviços em edifícios públicos ou privados de uso coletivo, ou para os interessados em obter o CA ou AR para unidade imobiliária de sua propriedade;

11.1. Verificando que o edifício público ou privado de uso coletivo atende às condições de acessibilidade previstas neste TAC e na legislação de obras e posturas pertinente, o SVA emitirá o Certificado de Acessibilidade – CA, subscrito por um servidor com habilitação técnica, o qual terá validade de 10 (dez) anos;

11.2. O Serviço de Verificação de Acessibilidade também será responsável pela emissão do AR, a ser aprovado e subscrito por no mínimo 2 (dois) servidores públicos responsáveis pelas informações nele contidas, todos com habilitação técnica.

Cláusula 12. Para unidades imobiliárias que atendam às disposições da cláusula 4ª deste TAC, bastará ao Contribuinte interessado na emissão do CA, como condição para emissão de tal documento, declarar o atendimento de tais disposições, acompanhada de declaração de acessibilidade subscrita por profissional da área de Engenharia Civil ou Arquitetura no mesmo sentido, ambos sob as penas do artigo 299 do Código Penal e demais sanções previstas na legislação municipal;

12.1. Uma vez instalado o SVA, o Município de Luzerna compromete-se a, no prazo máximo de 1 (um) ano após o vencimento dos prazos previstos na Cláusula 7ª, fiscalizar as unidades imobiliárias que obtiveram o CA por simples declaração ou a emitir o CA;

12.2. Em caso de constatação de não conformidade, o Município de Luzerna deverá:

- a) Informar o Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
- b) Aplicar as sanções administrativas correspondentes;
- c) Cancelar o Alvará da atividade desenvolvida na respectiva unidade imobiliária, mediante o devido processo administrativo, caso em que, não havendo identidade entre o proprietário da unidade imobiliária e seu possuidor, será dado a este prazo para mudança de endereço, sob pena de revogação do Alvará.

Cláusula 13. O Município de Luzerna obriga-se a, no prazo de 6 (seis) meses:

13.1. Realizar o Plano de Rotas Acessíveis, o qual poderá ser incorporado ao Plano Diretor, na forma de Lei Complementar;

13.2. Inserir no Cadastro Imobiliário informações relativas às unidades imobiliárias, sob as seguintes siglas:

- a) CA – unidade imobiliária portadora de Certificado de Acessibilidade;
- b) AR – unidade imobiliária portadora do Atestado de Adaptação Razoável;
- c) DNC – unidade imobiliária não acessível;
- d) NI – não constam informações sobre acessibilidade – unidade imobiliária que nunca se submeteu ao Serviço de Verificação de Acessibilidade.

Cláusula 14. O Município compromete-se, até 31 de dezembro de 2020, a:

14.1. Desocupar todos os imóveis locados que não atendam às disposições da Cláusula 4a;

14.2. Abster-se de locar unidades imobiliárias que não apresentem CA;

Cláusula 15. Sancionado o Plano de Rotas Acessíveis, o Município de Luzerna compromete-se a, no prazo de 1 (um) ano:

15.1. Notificar, após a identificação de cada caso, a Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC para que promova a retirada de estruturas de distribuição de energia elétrica que impeçam a circulação de pessoas com mobilidade reduzida nas Rotas Acessíveis e a adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis em caso de resistência da empresa notificada;

15.2. Promover a retirada de elementos verticais que dificultem a passagem no passeio público nas Rotas Acessíveis;

Cláusula 16. O Município de Luzerna compromete-se a incluir nos Planos Plurianuais 2018-2021 e 2022-2025 previsão de despesas em valores suficientes para adequação dos edifícios públicos de sua propriedade, após efetuar levantamento técnico do total desta despesa;

Cláusula 17. O Município de Luzerna compromete-se a:

17.1. Concluir os projetos de adaptação de imóveis de sua propriedade ao disposto na Cláusula 4ª até 31 de dezembro de 2020;

17.2. Concluir as obras projetadas de acordo com a Cláusula 17.1, mediante a adoção do seguinte cronograma de execução de obras e tendo por base a área construída não acessível:

a) 30% (trinta por cento) até 31 de dezembro de 2021;

b) 60% (sessenta por cento) até 31 de dezembro de 2022;

c) 100% (cem por cento) até 31 de dezembro de 2023;

Cláusula 18. A falta de cumprimento às cláusulas previstas neste TAC autoriza a rescisão e sujeita o Município de Luzerna à multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada cláusula descumprida no prazo estipulado, a serem revertidos para o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, além de responder a eventual Ação Civil Pública para aplicação das regras atinentes à acessibilidade de seus edifícios e logradouros públicos.

Cláusula 19. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento técnico ou jurídico, inclusive decorrente de alteração legislativa federal.

Cláusula 20. O Ministério Público compromete-se a não propor medidas judiciais, tendentes a implementar as medidas de acessibilidade previstas neste TAC, contra o Município de Luzerna, enquanto as suas cláusulas estiverem sendo tempestivamente cumpridas.

Cláusula 21. O foro competente para resolução de conflitos oriundos do presente ajuste será o da Comarca de Joaçaba.

E, por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial e que será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 25, II, do Ato nº 335/2014 do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Joaçaba, 12 de dezembro de 2017.

Moisés Diersmann Prefeito de Luzerna	Jorge Eduardo Hoffmann Promotor de Justiça
Kátia Iolanda Deuerling Assessora Jurídica do Município de Luzerna	André Luis Toigo Diesel Diretor de Planejamento do Município de Luzerna

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC - LOTEAMENTO IRREGULAR

Publicação Nº 1455846

Curadoria do Meio Ambiente

SIG n. 06.2016.00002601-9 – IC - Inquérito Civil

Assunto: Apurar eventual irregularidade na implementação de parcelamento de solo na modalidade de desmembramento no imóvel originariamente matriculado sob o n. 24.556, localizado na Rua Vigário Frei João, no Bairro São Francisco, em Luzerna.

Investigado: Município de Luzerna

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, Dra. Márcia Denise Kandler Bitencourt, doravante designada COMPROMITENTE; e Município de Luzerna, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n. 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, 89.609-000, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Moisés Diersmann, acompanhado da Assessora Jurídica Dra. Kátia Iolanda Deuerling, OAB/SC n. 9803, doravante designado COMPROMISSÁRIO;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive a ordem urbanística (art. 129, III, da CR/1988, e art. 1º e art. 5º, ambos da Lei Federal n. 7.347/85, aquele com redação dada pela Lei n. 10.257/01);

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que o art. 225, caput, da Constituição da República assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que, na mesma senda, a Lei n. 6.938/81 prevê, em seu art. 2º, inciso I, que "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo [...]";

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII; 170, VI, 182, §2º; 186, II e 225, todos da Constituição Federal, e os princípios gerais do direito ambiental da prevenção, da precaução, do poluidor pagador, do direito à sadia qualidade de vida e da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público;

CONSIDERANDO as diretrizes, os princípios e os instrumentos jurídicos, políticos e técnicos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que fixam normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental;

CONSIDERANDO que a existência de parcelamentos clandestinos e irregulares do solo urbano vem acarretando impactos negativos ao ambiente, como supressão de vegetação, danos à fauna, impermeabilização dos solos, erosão, assoreamento dos rios, alteração da paisagem, poluição com lixo e esgoto, problemas no sistema viário, edificações em áreas de risco e, por consequência, danos ao erário; CONSIDERANDO que um dos objetivos das regras legais regulamentadoras do solo urbano visa à proteção jurídica dos adquirentes de imóveis, especialmente quando integrantes de loteamentos ou parcelamentos assemelhados;

CONSIDERANDO a necessidade de se assegurar o fiel cumprimento das normas que disciplinam o parcelamento do solo urbano, tendo em vista a preservação do ambiente, a saúde, a segurança e a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 2º, § 5º, da Lei n. 6.766/79, "A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação";

CONSIDERANDO que, em termos parecidos, a Lei Complementar Municipal n. 143, de 5 de abril de 2016, prevê que a infraestrutura do loteamento será composta por: "I - Vias de circulação, com meio-fio e sarjeta; II - Escoamento das águas pluviais; III - Rede para abastecimento de água potável; IV - Energia elétrica pública e domiciliar; V - Rede coletora de esgoto coletivo e estação de tratamento, quando não for possível fazer ligação existente ou em projeto; VI - Iluminação pública padrão que garanta a segurança; VII - Pavimentação das vias de circulação";

CONSIDERANDO que a Lei n. 6.766/79 também prevê, no parágrafo único do art. 3º, a vedação de parcelamento do solo em: a) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; b) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; d) em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; e e) em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;

CONSIDERANDO que, conforme disposição do §1º do art. 2º da Lei n. 6.766/79, loteamento é "a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes" e que, segundo redação do § 2º do art. 2º da Lei n. 6.766/79, desmembramento é "a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes", sem modificações neste;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 4º, incisos I e IV, da Lei n. 6.766/79, os loteamentos deverão contemplar, pelo menos, dentre outros requisitos, as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem e que as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local;

CONSIDERANDO que o art. 8º, inciso I, da Lei 6.063/82, que trata do parcelamento do solo urbano em Santa Catarina, previu a exigência do percentual mínimo de 35% da gleba a ser destinada às áreas de uso comum, que compreende o sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário e espaços livres de uso público;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Municipal n. 143, de 5 de abril 2016, "Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos: I - Só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério do Município; II - O proprietário cederá ao Município, sem ônus para este, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área utilizável à lotear e, destes, devem ser destinadas, no mínimo, 8% para uso institucional, bem como à espaços livres de uso público, salvo loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores que 1.000m² (um mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida, assim distribuídas: a) Em loteamentos industriais quando se tratar de interesse público, a porcentagem cedida ao Município poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) com

mínimo de 20% (vinte por cento) após análise e aprovação pelo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - Conselho da Cidade; III - As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local; IV - Todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que o Município indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade; [...]; VI - As áreas mínimas dos lotes bem como as testadas, válidas para lotes em novos loteamentos e para desmembramentos e remembramentos, são as estipuladas na Tabela I De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano - Anexo V, parte integrante desta lei; VII - Os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados no Código de Edificações do Município. § 1º O Município para aprovação do loteamento exigirá a reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário na frente, lado ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos. § 2º Os lotes de esquina terão obrigatoriedade de acréscimo em sua área de 25% (vinte e cinco por cento) e testada de, no mínimo, 15m (quinze metros)";

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 6º, inciso IV, da Lei n. 6.766/79, antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos, dentre outros, a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

CONSIDERANDO que o art. 60 da Lei Complementar Municipal n. 143, de 5 de abril de 2016, dispõe que "os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei";

CONSIDERANDO que, conforme comando expresso no art. 12, caput e § 1º, da Lei n. 6.766/79, o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, e deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de caducidade da aprovação;

CONSIDERANDO que, nos moldes do que consta no art. 18, inciso V, da Lei n. 6.766/79, uma vez aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado, dentre outros documentos, de cópia do ato de aprovação do loteamento e comprovante do termo de verificação pela Prefeitura Municipal ou pelo Distrito Federal, da execução das obras exigidas por legislação municipal, que incluirão, no mínimo, a execução das vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais ou da aprovação de um cronograma, com a duração máxima de quatro anos, acompanhado de competente instrumento de garantia para a execução das obras;

CONSIDERANDO que, conforme art. 741 do CNGJ/TJSC, o registro de escritura de doação de rua, espaço livre e outras áreas destinadas a equipamentos urbanos, salvo quando o sejam para fins de alteração do alinhamento das vias públicas, mesmo que ocorrido anteriormente a 20 de dezembro de 1979, não eximirá o proprietário-doador de proceder, no futuro, a registro especial, obedecidas às formalidades legais;

CONSIDERANDO que Lei n. 6.766/79 (Lei do parcelamento de solo, nos termos do seu art. 1º, aplica-se a todos os parcelamentos de solo urbanos, inclusive os industriais, conforme lição de Diógenes Gasparini, que ao analisa a abrangência do conceito, destaca que "fins urbanos são os que dão ao parcelamento características de bairros, vilas ou cidades. Implicam a implantação de lotes

destinados à edificação (residencial, comercial ou industrial), dotados de equipamentos urbanos (rede de água, de esgoto, e iluminação pública, de telefonia, etc) e comunitários (área de recreio, educação e cultura, etc)" (sem grifo no original);

CONSIDERANDO que, de acordo com a Resolução CONSEMA n. 98, de 5 de maio de 2017, que aprova, nos termos do inciso XIII, do art. 12, da Lei n. 14.675, de 13 de abril de 2009, a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, define os estudos ambientais necessários e estabelece outras providências, elenca, no seu item 71.11.000, o "Parcelamento de solo urbano: Loteamento localizado em município da Zona Costeira, assim definidos em legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento";

CONSIDERANDO que, nos moldes do art. 8º, da Lei n. 11.428/2006, "O corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração";

CONSIDERANDO que, conforme art. 14, caput, e §1º, da Lei n. 11.428/2006, "A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei. § 1º A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo";

CONSIDERANDO que, nos moldes do art 4º da Resolução Conjunta n. 01/95 FATMA/IBAMA, "A autorização para corte, supressão, ou exploração de vegetação natural secundária de Mata Atlântica, no estágio inicial de regeneração, para fins de parcelamento do solo, conjuntos habitacionais, condomínios ou similares, em áreas urbanizadas, será de competência do Órgão Ambiental Estadual, e se dará mediante o entendimento das seguintes condicionantes: I - Quando em conformidade com o plano Diretor, Lei de uso do solo ou demais legislações municipais e ambientais; II - Projeto de recuperação ou enriquecimento da vegetação das áreas verdes, preferencialmente com espécies nativas; III - Termo de compromisso de Preservação da Área Verde, devidamente locada em planta, firmada pelo empreendedor junto à Prefeitura Municipal e ao Órgão Estadual competente durante a implantação do empreendimento; IV - Não exerça função de proteção de mananciais ou de preservação e controle de erosão, de tal sorte que, em sendo o caso, após concedida a Licença Ambiental Prévia (LAP), o empreendedor deverá solicitar ao órgão ambiental competente, a autorização de corte de vegetação (AuC), a ser concedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação (LAI)";

CONSIDERANDO que foi confirmada nos autos do presente inquérito civil a notícia que outrora chegou ao conhecimento da 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba, por meio do pedido de registro de parcelamento de solo cadastrado sob o n. 07.2013.00000445-7, dando conta de que o Município de Luzerna, por seu então representante legal, realizou, no imóvel de sua propriedade originariamente matriculado no Registro de Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba sob o n. 24.556, com área de 471.076,51m², sucessivos parcelamentos de solo na modalidade de desmembramento para fins industriais, os quais implicaram, para sua viabilidade, na criação de duas vias de circulação (Rua A e Rua B) e abertura fática de uma delas (Rua A), em evidente burla às regras afetas ao parcelamento de solo, já que tal realidade caracteriza a modalidade de loteamento, que, por sua vez, tem regras próprias a serem seguidas, tal qual a necessidade de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que, conforme foi constatado nos autos em epígrafe, os sucessivos desmembramentos foram subsidiados por declarações expedidas pelo então Prefeito Municipal, as quais, datadas de 9 de dezembro de 2010 (referente à matrícula 24.556), 4 de setembro de 2011 (duas, sendo uma delas em relação ao desmembramento da matrícula n. 28.733 e outra do desmembramento da matrícula n. 28.734, ambas oriundas da matrícula n. 24.556), apontavam que as respectivas áreas dos desmembramentos, assim como as vias de circulação A e B, eram dotadas da infraestrutura urbana necessária ao parcelamento de solo, o que, contudo, não corresponde à realidade do local, já que, conforme levantamento realizado na área pelo próprio Município de Luzerna e imagens obtidas por meio do aplicativo google earth, o traçado da Rua B sequer foi executado de fato e na Rua A inexistiu abastecimento de água potável, iluminação pública, rede de escoamento de águas pluviais e esgotamento sanitário, estando provida, tão somente, por rede de distribuição de energia elétrica (fls. 12/17 e 45/83);

CONSIDERANDO que, dos documentos apresentados pelo Registro de Imóveis 1º Ofício de Joaçaba, extrai-se da certidão da matrícula n. 24.547 (fl. 535), datada de 11.11.2004 e que é título aquisitivo da matrícula n. 24.556 (sobre a qual se iniciaram os desmembramentos irregulares), que a gleba inicial não possuía qualquer descrição de confrontação com as Ruas "A" e "B", ou qualquer outro acesso/estrada que não a SC 303, o que demonstra que referidas via públicas foram criadas sim para viabilizar os parcelamentos de solo irregularmente realizados sobre o imóvel;

CONSIDERANDO que da planta planimétrica de desmembramento de fl. 184 (da pasta-arquivo), verifica-se que o desmembramento registrado na AV.5-24.556 da respectiva matrícula (certidão atualizada às fls. 416/418) só foi possível pela projeção das Ruas identificadas como "A" e "B", a partir do qual, aliás, as áreas de arruamento receberam matrícula própria, assim como o foram os desmembramentos realizados na sequência sobre as áreas primitivamente desmembradas, a exemplo do que consta registrado na matrícula n. 28.733 (fl. 437/440), do qual originou-se a gleba de 4.793,57 m² que o Município de Luzerna pretendia desmembrar no pedido de registro de parcelamento de solo cadastrado sob o n. 07.2013.00000445-7 (citado alhures), no qual este Órgão de Execução exarou parecer desfavorável ao registro pela constatação das supracitadas irregularidades;

CONSIDERANDO que o caso dos autos reflete típica realização de loteamento irregular, por sucessivos desmembramentos, pelo Município de Luzerna, em completo desrespeito às normas afetas ao parcelamento de solo urbano, o que demanda correção;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade regularização do loteamento irregular cuja implementação foi constatada nos presentes autos;

Resolvem celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2016.00002601-9, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. DO OBJETO

1.1 - Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a regularização fundiária sustentável do loteamento irregular de propriedade do Município de Luzerna, realizado sobre o imóvel de matrícula nº 24.556, este com área original de 471.076,51m², nos termos da Lei nº 6.766/1979, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA

2.1 - O compromissário se compromete a, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da cientificação acerca da homologação

do presente termo de ajustamento de condutas pelo Conselho Superior do Ministério Público, protocolar, na Fundação do Meio Ambiente - FATMA, requerimento administrativo de Licenciamento Ambiental Corretivo relativo à implementação de atividade de parcelamento do solo urbano – loteamento – referente ao total da área em que foi implementado o loteamento a partir da matrícula n. 24.556 e da área que neste momento tem interesse em parcelar, inclusive, se for o caso, com a apresentação de Projeto de Recuperação das Áreas Degradadas que não eram passíveis de intervenção, tal qual a área de preservação permanente e/ou supressão de vegetação, afetadas pela atividade, bem assim com a indicação do coeficiente a ser atingido por área verde, equipamentos urbanos, A.U.P.E. (área de uso público especial), além de outras que sejam detectadas pelo órgão ambiental licenciador.

2.1.1 – O compromissário se compromete a, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar do término do prazo estipulado no item 2.1 desta Cláusula 2ª, a executar todas as exigências eventualmente formuladas pelo órgão ambiental licenciador para os fins de aprovação do licenciamento ambiental corretivo do loteamento.

2.1.2 – O compromissário se compromete a não realizar quaisquer alienações de parcelas de área e/ou obras de supressão de vegetação, movimentação de terra e/ou de edificações, nem permitir que terceiros o façam, sobre os imóveis oriundos da matrícula n. 24.556 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba que ainda se encontram sob sua propriedade, enquanto não expedida a licença ambiental de operação do loteamento.

2.1.3 – Nos imóveis que já se encontram sob a propriedade de terceiros, o compromissário se compromete a averbar nos respectivos registros gerais a existência do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, indicado que foi assinado pelo Município de Luzerna e pela 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2016.00002601-9, a ser mantida até que expedida a licença ambiental de operação do loteamento.

2.1.4 – Nos imóveis que já se encontram sob a propriedade de terceiros, o compromissário se compromete a não emitir alvarás de construção e reforma relativamente aos respectivos lotes, enquanto não expedida a licença ambiental de operação do loteamento.

2.1.5 – Para fins de cumprimento desta cláusula segunda, o compromissário se compromete a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias contados do término no prazo estipulado no item 2.1, comprovante do protocolo do requerimento administrativo do licenciamento ambiental corretivo realizado junto ao órgão ambiental licenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - DA REGULARIZAÇÃO REGISTRAL

3.1 - Tendo em vista que o loteamento foi iniciado de forma irregular por meio de sucessivos desmembramentos, o compromissário, no prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção da licença ambiental de operação, compromete-se a protocolar no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba requerimentos de:

3.1.1 - parcelamento do solo, na modalidade de loteamento, do total da área da matrícula n. 24.556 que foi e será loteada, o que integra as parcelas já desmembradas e demais áreas sobre as quais há interesse de parcelar, com todas as especificações necessárias para fins de registro, que, no caso das matrículas já abertas/existentes, servirá para que seja procedida à averbação da regularização do loteamento urbano a que pertencem;

3.1.2 - averbação do presente Termo de Ajustamento de Condutas e do número da Licença Ambiental na sobredita matrícula de n. 24.556 e nas que dela se originaram.

3.2 - Para fins de cumprimento desta cláusula terceira, o compromissário se compromete a atender todas as exigências, nos prazos fixados, eventualmente feitas pela Serventia de Registro de Imóveis para realização do registro imobiliário do loteamento.

3.3 – Para fins de cumprimento desta cláusula segunda, o compromissário se compromete a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias contados do término no prazo estipulado no item 3.1, comprovante do protocolo do requerimento de parcelamento de solo na modalidade de loteamento realizado junto ao

2º Ofício de Registro de Imóveis de Joaçaba.

CLÁUSULA QUARTA

4. DA MULTA E DA EXECUÇÃO

4.1 - O não cumprimento do ajustado nas cláusulas segunda e terceira do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta implicará na responsabilidade do compromissário ao pagamento da multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso, relativamente a cada item descumprido, cujo valor será revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina e deverá ser quitado mediante boleto bancário a ser expedido e retirado junto à 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigações assumidas.

4.2 – No caso do item 2.1.2 da Cláusula Segunda, o não cumprimento da obrigação assumida implicará na responsabilidade do compromissário ao pagamento da multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por alienação, obra de supressão, de movimentação de terra e/ou de edificação realizada sobre os imóveis oriundos da matrícula n. 24.556 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba que ainda se encontram sob a propriedade do Município de Luzerna, cujo valor será revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina e deverá ser quitado mediante boleto bancário a ser expedido e retirado junto à 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba.

4.3 – Incide o teor do item 4.1 desta Cláusula acaso o compromissário deixe de cumprir os prazos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador e pelo 2º Ofício de Registro de Imóveis de Joaçaba quando da necessidade de adequação dos projetos e/ou apresentação dos documentos exigidos.

4.4 - O valor da multa incidirá independentemente sobre cada um dos itens das cláusulas descumpridas, de modo independente a cada compromissário que descumprir as cláusulas que lhe couber.

4.5 - As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o compromissário constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados.

CLÁUSULA QUINTA

5. DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5.1 - O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do compromissário, enquanto esteja sendo integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA SEXTA

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

6.2 - Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015).

6.3 - O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 22 do Ato n.335/2014/PJ.

6.4 - As partes elegem o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente ajuste entrará em vigor na data da intimação do compromissário acerca da homologação do presente termo pelo Conselho Superior do Ministério Público, o que será realizado por correio eletrônico a ser enviado para juridico@luzerna.sc.gov.br, com aviso de recebimento.

Por estarem compromissados, firmam este TERMO, em 3 (três) vias de igual teor.

Fica, desde logo, cientificado o compromissário de que este

Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 26 do Ato n. 335/2014/PJ. O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente será comunicado por correio eletrônico.

Joaçaba, 12 de dezembro de 2017.

(Assinado digitalmente)
Márcia Denise Kandler Bittencourt

Promotora de Justiça

Kátia Iolanda Deuerling	Moisés Diersemann
Procuradora do Município de Luzerna OAB/SC n. 9803	Prefeito de Luzerna

Testemunha:
André Luis Toigo Diesel
Diretor de Planejamento do Município de Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 005/17

Publicação Nº 1455912

PORTARIA Nº 005/17 de 12 de dezembro de 2017.

“RECONHECE A APROVAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO que desde a posse dos servidores relacionados até o presente momento já são decorridos três anos de efetivo exercício; CONSIDERANDO que os servidores foram avaliados em estágio probatório durante o período disposto no art.207 e na forma do art.18, ambos da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e Decreto nº 2442 de 20 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que na avaliação realizada os servidores obtiveram os conceitos necessários para a aprovação;

RESOLVE:

Art.1º - APROVAR, nos termos do art.s 18 e 207 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e do Decreto nº 2442 de 20 de setembro de 2017, os Pareceres Conclusivos Individualizados dos Servidores Avaliados emitidos pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, que opinaram pela aprovação e consequente estabilidade no serviço público dos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo Público
Patrícia Correa de Almeida	Técnica Legislativa
Rubiana Suelen Balestrin	Contador

Art.2º - RECONHECER a estabilidade no serviço público, a partir de 1º de novembro de 2017, aos servidores acima relacionados, em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2017.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.
MAURÍ JOSÉ SCHLINDWEIN
Presidente da Câmara de Vereadores

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1456169

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.465.889/0001-57

EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA

Nota Fiscal nº. 793 R\$ 74.555,85

Nota Fiscal nº. 780 R\$ 74.555,85

VALOR TOTAL: R\$ 149.111,70

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo serviço de desmonte de rocha por explosivo, incluindo transporte, perfuração, carregamento de explosivos e detonação, dentro do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 13 de dezembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1456166

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 07.133.586/0001-01

CS ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Nota Fiscal nº. 349 R\$ 62.949,52

VALOR TOTAL: R\$ 62.949,52

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos. A empresa está realizando o interrompimento do serviço prestado em razão da falta de pagamento, todavia o mesmo deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo serviço de locação de máquinas Motoniveladoras, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 13 de dezembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1456171

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 23.040.430/0001-32

P2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 3.891 R\$ 194,40

Nota Fiscal nº. 3.369 R\$ 1.192,27

Nota Fiscal nº. 3.368 R\$ 2.264,18

Nota Fiscal nº. 3.911 R\$ 2.567,98

Nota Fiscal nº. 3.896 R\$ 15,60

Nota Fiscal nº. 3.897 R\$ 2.765,12

VALOR TOTAL: R\$ 8.999,55

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 13 de dezembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1456170

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 47.078.019/0001-14

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPIRITA MAHATMA GANDHI

Nota Fiscal nº. 273 R\$ 6.320,32

Nota Fiscal nº. 272 R\$ 1.114,05

Nota Fiscal nº. 266 R\$ 577,09

Nota Fiscal nº. 267 R\$ 2.200,00

Nota Fiscal nº. 269 R\$ 3.510,00

Nota Fiscal nº. 270 R\$ 3.550,00

Valor Total: R\$ 17.271,46

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços na Unidade de Pronto Atendimento do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 13 de dezembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1456174

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 26.495.130/0001-36

PA PLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Nota Fiscal nº. 00000000026/A1 R\$ 60.196,73

Valor Total: R\$ 60.196,73

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviço de atividade de especialidades médicas em Regime de Sobreaviso 24 horas, junto às instalações de Saúde da credenciada, contratada, visando atendimento em caráter de urgência, emergência no Município de Mafra/SC na especialidade médica em Pediatria, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 007/2016, destinados as Unidades de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 13 de dezembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

LEI MUNICIPAL Nº 4305

Publicação Nº 1455583

Lei nº. 4.305

DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA GERAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Mafra para o exercício financeiro de 2018, obedecerá à Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, Lei nº 4320/1964 e disposições constitucionais vigentes, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

Art. 2º. Para o Orçamento Geral do Município de Mafra, fica estimada a receita bruta em R\$ 229.399.748,00 (Duzentos e vinte e nove milhões, trezentos e noventa e nove mil e setecentos e quarenta e oito reais), e deste valor há a dedução para a formação do FUNDEB de R\$ 16.369.748,00 (Dezesseis milhões, trezentos e sessenta e nove mil e setecentos e quarenta e oito reais), apresentando-se com valor total da receita líquida de R\$ 213.030.000,00 (Duzentos e treze milhões e trinta mil reais), cujo valor fixa a despesa, para o exercício financeiro de 2018. O Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 133.926.875,00 (Cento e trinta e três milhões, novecentos e vinte e seis mil e oitocentos e setenta e cinco reais) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 79.103.125,00 (Setenta e nove milhões, cento e três mil e cento e vinte e cinco reais).

Art. 3º. A receita se constitui pela arrecadação de Receitas Tributárias, Patrimoniais, de Serviços e Outras Receitas Correntes e de Capital e através das Transferências Correntes, oriundas da participação na arrecadação dos impostos federais, estaduais e de outras transferências da União e do Estado, na forma da legislação vigente e especificadas no Resumo Geral da Receita – Anexo 01, que acompanha a presente Lei.

Art. 4º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, unidade gestora, por categorias econômicas e grupos da natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

Parágrafo único – Os Demonstrativos de que trata este artigo, bem como sua distribuição por programa, estão apensados no Anexo 02 que acompanha a presente Lei.

POR ÓRGÃOS

I	Orçamento Fiscal	Descrição	Valor R\$
	0100	Câmara Municipal de Vereadores	4.756.365,00
	0200	Gabinete do Prefeito	1.108.500,00
	0300	Gabinete do Vice-Prefeito	241.000,00
	0400	Procuradoria Geral do Município	2.690.000,00
	0500	Ouvidoria Municipal	468.500,00
	0800	Secretaria Municipal de Administração	5.470.000,00
	0900	Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento	19.134.260,00
	1100	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	12.805.000,00
	1300	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	26.184.000,00
	1500	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra	320.000,00

	1700	Fundo Municipal de Educação	47.865.200,00
	2000	Fundo Municipal de Saneamento Básico	3.500.000,00
	2100	Secretaria Municipal da Agricultura e Interior	1.306.000,00
	2200	Fundo Municipal Reequip. De Bombeiro	950.000,00
	2300	Fundo Municipal da Polícia Civil	293.000,00
	2800	Fundo Municipal da Polícia Militar -	174.000,00
	2500	Reserva de Contingência	350.000,00
	2900	Sec. Municipal de Governo, Des. Econômico, Turismo e Cidadania	2.330.000,00
	2700	Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Mafra-PLASSMA	3.981.050,00
		Total do Orçamento Fiscal	133.926.875,00

II	Orçamento da Seguridade Social	Descrição	Valor
	1600	Fundo Municipal de Saúde	57.494.025,00
	1400	Fundo Mun. de Assistência Social	5.325.100,00
	2600	Instituto de Previdência do Município de Mafra – I.P.M.M.	16.284.000,00
		Total do Orçamento da Seguridade Social	79.103.125,00
		Total Geral do Orçamento	213.030.000,00

POR UNIDADE GESTORA

I	Orçamento Fiscal	Descrição	Valor R\$
---	------------------	-----------	-----------

	001	Prefeitura Municipal de Mafra	73.504.260,00
	007	Câmara Municipal de Vereadores	4.756.365,00
	004	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra	320.000,00
	005	Fundo Municipal do Saneamento Básico	3.500.000,00
	1100	Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Mafra-PLASSMA	3.981.050,00
	006	Fundo Municipal de Educação	47.865.200,00
		Total do Orçamento Fiscal	133.926.875,00

II	Orçamento da Seguridade Social	Descrição	Valor R\$
	1000	Instituto de Previdência do Município de MAFRA-IPMM	16.284.000,00
	002	Fundo Municipal de Saúde	57.494.025,00
	003	Fundo Municipal de Assistência Social	5.325.100,00
		Total do Orçamento da Seguridade Social	79.103.125,00
		Total Geral da Despesa do Município	213.030.000,00

POR CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

I	Orçamento por categoria econômica	Valor R\$
	3. Despesas Correntes	176.186.205,00
	3.1 Pessoal e Encargos Sociais	86.923.800,00
	3.2 Juros e Encargos da Dívida	3.500.000,00
	3.3 Outras Despesas Correntes	85.762.405,00
	4. Despesas de Capital	36.393.795,00
	4.4 Investimentos	30.871.795,00
	4.5 Inversões Financeiras	22.000,00
	4.6 Amortização/Refinanciamento da Dívida	5.500.000,00
	9. Reserva de Contingência	450.000,00
	9.9 Reserva de Contingência	450.000,00
	Total Geral da Despesa do Município	213.030.000,00

Art. 5º. Fica o Poder executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar, por Decreto, até o limite de 10% do total geral da despesa autorizada de cada poder da administração direta, autarquias e fundações da administração indireta, servindo como recurso para tais suplementações quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1.964.

Parágrafo único – Os Créditos Adicionais de que trata este artigo poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder por decreto á transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal.

Parágrafo único – Entende-se como categoria de programação, de que trata este artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

Art. 7º. No decorrer da execução orçamentária para o exercício de 2018, o Município de Mafra fica autorizado a contratar operações de crédito, inclusive as por antecipação da receita, conforme o inciso II, do artigo 7º, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1.964, nos limites e termos fixados pela legislação pertinente.

Art. 8º. Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2017 serão reabertos nos limites de seus saldos, conforme dispõe o § 2º, do artigo 167 da Constituição Federal, obedecendo à codificação constante dos anexos apensados a esta lei.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Mafrá, 1º de dezembro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

* Anexos disponíveis junto ao site da Prefeitura Municipal de Mafrá (<http://www.mafrá.sc.gov.br/>), e ao site Leis Municipais (<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4636/leis-de-mafrá/>).

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 06/2017

Publicação Nº 1456136

RESOLUÇÃO Nº 06/2017, de 13 de dezembro de 2017.

ALTERA O ARTIGO 192 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafrá, Ver. Eder Gielgen, no uso da atribuição principalmente em face ao disposto no art. 32, II, IV e XIII da Lei Orgânica Municipal de Mafrá,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 192 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192 Na apreciação das contas do Município, recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente submetê-lo à votação pelo Plenário no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua leitura em Plenário, seguindo a devida tramitação:

I - Após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas o Presidente da Câmara deverá encaminhar para Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização, para que esta, no prazo de 10 (dez) dias úteis emita parecer prévio sobre as contas;

II - Encerrada a etapa do inciso anterior, a Comissão deverá notificar o ordenador das contas para, querendo, apresente defesa em 10 (dez) dias úteis;

III - A Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização após receber a defesa do ordenador das contas emitirá parecer definitivo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

IV - Concluído o parecer definitivo, caberá a Comissão encaminhar para o Presidente da Câmara para ser pautada a votação das contas, sendo notificada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis a autoridade ordenadora das contas para, querendo, utilize a tribuna para defesa, por até vinte minutos, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído.

§ 1º Na impossibilidade de notificação pessoal, deverá ser realizado através de notificação por edital com publicação no mural físico da Câmara, no Diário Oficial e em um jornal local.

§ 2º Após a votação, caberá ao Presidente da Câmara, através de decreto legislativo, informar sobre a aprovação ou rejeição das contas, sendo encaminhada cópia do decreto legislativo ao Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 3º Para todos os efeitos os vereadores se darão por notificados no ato da leitura em plenário do Parecer Prévio do Tribunal de Contas.

§ 4º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2017.
Ver. Eder Gielgen
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/FMS/2017

Publicação Nº 1455751

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato FMS nº 012/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

Objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados Rede Municipal de Saúde do município de Maracajá, para atendimento a população local, até 31/12/2017.

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Vigência: Até 31/12/2017.

Data de Assinatura: 08/11/2017.

Maracajá/SC, 20 de novembro de 2017.

Diogo Copetti Silveira - Gestor FMS

Contratante

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC

RICARDO GHELERE

Contratado

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/FMS/2017

Publicação Nº 1455840

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato FMS nº 013/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: BIOANALISE LABORATORIO CLINICO LTDA - ME

Objeto: O presente contrato por objetivo credenciamento e contratação de empresa especializada na realização de exames laboratoriais de análises clínicas, conforme a Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde, para atendimento da demanda das Unidades de Saúde do município de Maracajá/SC. A empresa assumirá a coleta, logística, análise e o resultado dos exames, tudo em acordo com as normas operacionais e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, conforme os procedimentos constantes dos códigos e exigências da tabela unificada do SUS.

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Vigência: Até 04/12/2018.

Data de Assinatura: 04/12/2017.

Maracajá/SC, 13 de dezembro de 2017.

Diogo Copetti Silveira - Gestor FMS

Contratante

BIOANALISE LABORATORIO CLINICO LTDA – ME

JAQUELINE DAROS MACHADO

Contratado

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/FMS/2017

Publicação Nº 1455847

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato FMS nº 014/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: VIP CAR VEICULOS LTDA

Objeto: Aquisição de um veículo novo zero km, para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracajá/SC, de acordo com a proposta da contratada, edital e anexos, que fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

Valor: R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil novecentos reais)

Vigência: Até 04/04/2018.

Data de Assinatura: 06/12/2017.

Maracajá/SC, 13 de dezembro de 2017.

Diogo Copetti Silveira - Gestor FMS

Contratante

VIP CAR VEICULOS LTDA

JOSÉ OLIVAR COSTA NOLLA

Contratado

EXTRATO RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 062/2017

Publicação Nº 1456296

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁAVISO DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 062/2017

O Município de Maracajá, através do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público Municipal de Maracajá-FASSEMA, torna público que são feitas retificações nos seguintes itens do edital e anexos:

- 1) No Item 04 – Documentação de Habilitação
- 2) No Item 09 – Julgamento:
- 3) No Anexo I – Termo de Referência
- 4) No Anexo IV – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta de Preços
- 5) No Anexo V – Minuta de Contrato de Serviços - Cláusula Décima Segunda - Preços e Condições de Pagamento.

IMPORTANTE: O texto completo dos itens retificados e edital retificado estão disponíveis no site do Município de Maracajá: www.maracaja.sc.gov.br. Mantém-se inalteradas as demais condições do Edital e anexos. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei. Maracajá, 12 de dezembro de 2017.Arlindo Rocha Diomar de Souza Machado Júnior
Prefeito Municipal Presidente do FASSEMA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 067/2017

Publicação Nº 1457023

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

INEXIGIBILIDADE Nº. 067/2017

OBJETO: Aquisição do Sistema de Ensino Aprende Brasil para atendimento as escolas da rede municipal de ensino do Município de Maracajá (ano letivo 2018).

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 421.774,00 (quatrocentos e vinte e um mil e setecentos e setenta e quatro reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Incisos I e II, do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93

RECONHECIMENTO: 12/12/2017, Cristiane Sant'Ana – Diretora do departamento de Educação e Cultura.

RATIFICAÇÃO: 12/12/2017, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 13 de Dezembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração**LEI Nº 1109, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1456993

LEI Nº 1109, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARTICIPAR NO CUSTEIO DAS DESPESAS DA CONFRATERNIZAÇÃO DE NATAL E FINAL DE ANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e fica sancionada a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a participar no custeio das despesas, com recursos financeiros próprios do orçamento 2017 até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para a realização da "Confraternização de Natal e Final de Ano", que ocorrerá no dia 22 de Dezembro de 2017, no Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição, Centro de Maracajá.

Art. 2º O evento será destinado aos servidores municipais: ativos, inativos, pensionistas, admitidos em caráter temporário (ACT's) e estagiários.

Parágrafo único. Os recursos financeiros serão destinados para cobrir despesas com materiais de consumo e serviços de terceiros, através de pagamentos realizados diretamente às empresas fornecedoras.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ.: 2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

(2) 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 13 de Dezembro de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 13 de Dezembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração**LEI Nº 1108, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1456989

LEI Nº 1108, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER CESSÃO DE USO GRATUITO DE IMÓVEL À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e fica sancionada a presente lei.

LEI Nº 1107, 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456984

LEI Nº 1107, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS A MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E SERVIDORES LOTADOS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PROMOVER O RESPECTIVO PAGAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder férias antecipadas a membros do Magistério Público Municipal e servidores lotados no Departamento de Educação e Cultura, mediante análise de cada caso pela Administração, segundo os critérios de oportunidade e conveniência.

Parágrafo único. A concessão das férias antecipadas coincidirá com o período de férias e recesso escolar da rede municipal de ensino.

Art. 2º Fica, também, o Poder Executivo autorizado a promover o pagamento antecipado correspondente a férias remuneradas de 12/12 avos, acrescido do respectivo terço constitucional, aos membros do Magistério Público Municipal e servidores lotados no Departamento de Educação e Cultura cuja concessão de férias for realizada de forma antecipada, nos termos desta Lei.

Art. 3º Nos casos de rescisão contratual de professores e servidores que tenham percebido férias remuneradas antecipadas sem o interstício do período aquisitivo dos 12 meses, fica o Poder Executivo autorizado a descontar das verbas rescisórias à título de férias, o valor proporcional equivalente pago antecipadamente.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e específicas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 13 de Dezembro de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a CESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, pelo prazo de 40 (quarenta) anos, do imóvel de matrícula nº 6.029 do C.R.I. de Araranguá, com as seguintes características e confrontações.

Art. 2º A área a ser cedida será destinada à Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Maracajá-SC, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com o CEDENTE.

Art. 3º O CEDENTE entrega ao CESSIONÁRIO o imóvel, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura pelas partes do Termo de Cessão de Uso.

Parágrafo Único. Do Termo de Cessão de Uso deverão constar cláusulas e condições salvaguardando os interesses municipais e que assegurem a efetiva utilização do bem público cedido para o fim a que se destina, estipulando-se que, no caso de alteração de sua destinação, a cessão de uso será rescindida, restituindo-se o bem ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução das obras de reforma, ampliação e demais serviços necessários para o ideal funcionamento da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES de que trata a presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento vigente do Poder Executivo Municipal de Maracajá-SC.

Art. 5º Após a conclusão da reforma e ampliação, às expensas do Município, o imóvel será objeto de permuta pelos imóveis de matrículas nº 65.807 e nº 65.809 de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores de Maracajá-SC, que encontram-se em fase final de registro no C.R.I. de Araranguá.

Art. 6º A presente medida é de evidente interesse público municipal, visto que a Sede Atual da Câmara de Vereadores se encontra instalada em imóvel locado, o que ensejará considerável economia aos cofres públicos.

Art. 7º A Cessão é dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 8º A Cessão de que trata a presente Lei atende aos requisitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal 4.320/64.

Art. 9º Na forma do disposto no Capítulo V da Lei Orgânica do Município competirá à Câmara Municipal, após o término das obras de reforma e ampliação, a administração do bem imóvel de que trata a presente Lei, durante sua vigência.

Art. 10 As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

Art. 11 A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 13 de Dezembro de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 13 de Dezembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017

Publicação Nº 1457027

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 068/2017

OBJETIVO: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2018, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA: até 27 de dezembro de 2017 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de dezembro de 2017 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getúlio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 13 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

Maravilha

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO E JULGAMENTO PL Nº 9/2017 - DISPENSA Nº 2/2017

Publicação Nº 1456482

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 9/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pela Comissão Processante de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade DISPENSA LICITATÓRIA Nº 2/2017, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:

Procedimento Licitatório Nº 9/2017

TIPO: Dispensa (fulcro no Art. 24, II, primeira parte da Lei 8.666/93).

OBJETO: Emissão de Laudos Programa de Prevenção e Segurança do Trabalho para a Câmara Municipal de Vereadores, conforme especifica detalhadamente os termos da Dispensa licitatória em voga. ADJUDICADO: – CLINICA AGOSTINI LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.963.190/0001-08

Maravilha/SC, aos 11 dias de dezembro de 2017.

Itamar Adler - Presidente.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO E RESULTADO DO PL Nº 8/2017 - PREGÃO Nº 6/2017

Publicação Nº 1456457

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 8/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pelo Pregoeiro e equipe de apoio da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:

Procedimento Licitatório Nº 8/2017

TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: Aquisição de um automóvel novo para a Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha.

ADJUDICADOS: GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA CNPJ nº 79.294.419/0001-53 para o item acima citado.

Maravilha-SC, 14 de dezembro de 2017.

Itamar Adler - Presidente.

AVISO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO PL Nº 8/2017 - PREGÃO Nº 6/2017

Publicação Nº 1456471

Estado de Santa Catarina
Município de Maravilha
Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha
Procedimento Licitatório nº 8/2017
Pregão Presencial nº 6/2017

Aviso de Resultado de Julgamento de Habilitação

O pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com auxílio dos membros da comissão de apoio, torna público o julgamento da habilitação fiscal do Pregão Presencial nº 1/2016, que teve o seguinte resultado: Habilitado: GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA CNPJ nº 79.294.419/0001-53

Maravilha/SC, 13 de dezembro de 2017.

Jean Carlos Ribeiro
Pregoeiro

AVISO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA PL Nº 8/2017 - PREGÃO Nº 6/2017

Publicação Nº 1456466

Estado de Santa Catarina
Município de Maravilha
Câmara Municipal de Vereadores
Procedimento Licitatório nº 8/2017
Pregão Presencial nº 6/2017

Aviso Resultado do Julgamento das Propostas

O pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha – SC, com auxílio da equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS apresentadas pelos proponentes com relação ao Procedimento Licitatório nº 8/2017, cujo objeto é aquisição de um Automóvel novo tudo conforme detalhamento do Edital e especificações do Anexo I (Termo de Referência), sagrando-se vencedores do certame o proponente GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA CNPJ nº 79.294.419/0001-53, que ofertou melhor proposta para o item um Automóvel novo com proposta final de R\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais). A íntegra da decisão em ata encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Câmara de Vereadores.

Maravilha/SC, 13 de dezembro de 2017.

Jean Carlos Ribeiro
Pregoeiro

Marema

PREFEITURA

LEI Nº 1137/2017

Publicação Nº 1455506

LEI Nº 1137/2017
De 05/12/2017

“DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES (COES) DO MUNICÍPIO DE MAREMA ESTADO DE SANTA CATARINA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Código tem o objetivo de garantir a observância e promover a melhoria de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações, estabelecendo normas para a elaboração de projetos, execução, instalações e regularizações de obras, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todas as obras deverão estar de acordo com este Código.

Seção I DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 2º. São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar e executar obras neste Município, os registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

Art. 3º. A responsabilidade dos projetos, cálculos, especificações e execução de obras, cabe aos seus respectivos responsáveis técnicos.

Art. 4º. A substituição do responsável técnico de uma obra deverá ser comunicada por escrito ao Município pelo proprietário da obra. O profissional que substituir a outro, deverá comparecer ao departamento competente munido de documento de responsabilidade técnica sobre os serviços assumidos.

CAPÍTULO II TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. Nenhuma obra de construção, ampliação, reforma, translação, demolição e alteração de atividade, uso ou função poderá ser realizada sem prévio licenciamento do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Independem de licença os serviços de limpeza, pinturas, consertos e pequenos reparos no interior ou exterior das edificações, impermeabilização de terraços, substituições de telhas, calhas e condutores e muros até a altura de 02 m (dois metros).

Art. 6º. O alvará de licença para obras somente será expedido após

o projeto aprovado de acordo com este Código, juntamente com as demais Leis Municipais e Federais pertinentes.

Seção II APROVAÇÃO DE PROJETOS

Art. 7º. Para aprovação do projeto o interessado deverá apresentar ao Município junto ao departamento competente, pasta do processo que deverá conter: requerimento, Certidão Atualizada de Imóvel, ART e/ou RRT de projeto e execução, e 03 (três) vias do Projeto Arquitetônico e Hidrossanitário, que deverão conter:

§ 1º Projeto Arquitetônico:

I - Planta de situação: deve constar o contorno do quarteirão, nome das ruas que o definem, indicação do Norte, indicação do lote e distância do lote a esquina mais próxima.

II - Planta de locação: devem constar as dimensões do lote, a distância do meio-fio até o alinhamento do lote, a cota da entrada da edificação em relação ao passeio, a locação da edificação no lote e a localização de rios e/ou similares.

III - Plantas baixas de todos os pavimentos na escala 1:50 ou condizente com as dimensões da obra: deve constar na planta baixa a utilização, as dimensões e a área de cada compartimento. Tratando-se de repetição, bastará a apresentação de uma planta baixa tipo.

IV - Planta de cobertura: deverá constar a projeção da edificação e cotas de amarração em relação às divisas.

V - Cortes em número suficiente para compreensão da edificação e nunca inferior a dois na escala 1:50 ou condizente com as dimensões da obra, devidamente cotados.

VI - Fachadas em número suficiente para compreensão da edificação e nunca inferior a dois na escala 1:50 ou condizente com as dimensões da obra.

VII - Memorial descritivo dos serviços a serem executados.

§ 2º Projeto Hidros sanitário:

I - Planta de locação: deve constar a locação do sistema de tratamento de esgoto, com as devidas cotas em relação às divisas e sua dimensão;

II - Planta baixa com as instalações hidráulicas e sanitárias;

III - Detalhe do sistema de tratamento de esgoto;

IV - Memorial descritivo e dimensionamento respectivo.

§ 3º O atestado de aprovação do projeto no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina será exigido para todas as edificações, independente da área construída, exceto para as edificações residenciais unifamiliares, conforme Lei Estadual nº 16.157, de 07 de novembro de 2013.

§ 4º Deverá apresentar outras autorizações e aprovações quando o tipo da obra exigir.

Art. 8º. O Município deverá analisar o processo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da entrega do requerimento. O projeto será aprovado caso esteja de acordo com todas as Leis pertinentes ou será devolvido para que se façam as correções necessárias.

Art. 9º. A aprovação de um projeto valerá pelo prazo de 01 (um) ano da data de seu despacho.

Art.10. Mediante projeto aprovado e matrícula no INSS, será concedido o alvará de licença da construção.

Seção III MODIFICAÇÃO DO PROJETO APROVADO

Art. 11. Deverá ser requerida a aprovação das alterações do projeto efetuadas após a emissão do alvará de licença para construção.

PARÁGRAFO ÚNICO - Antes do pedido de vistoria para emissão do habite-se, deverá o responsável técnico pela obra, apresentar ao departamento competente, planta elucidativa em 02 (duas) vias com as modificações propostas e/ou realizadas, a fim de receber a aprovação definitiva, quando não ferir a legislação vigente. Caso não seja feita ou não possa ser feita a regularização da modificação do projeto aprovado, não será liberado o habite-se até que desapareça a irregularidade.

**Seção IV
ALVARÁ DE LICENÇA DA CONSTRUÇÃO, VALIDADE E RENOVAÇÃO**
Art. 12. O licenciamento para início da construção será válido pelo prazo de 01 (um) ano. Findo este prazo e não tendo sido iniciada a construção, o licenciamento deverá ser reavaliado sem ônus para o proprietário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito da presente Lei, uma edificação será considerada iniciada quando provida a execução das fundações.

Art. 13. No caso de interrupção da construção licenciada, será considerado válido o alvará respectivo, até completado o prazo máximo de 05 (cinco) anos, desde que requerida à paralisação da obra e após este prazo será revalidada a licença sem qualquer ônus para o proprietário.

Art. 14. Para fins de fiscalização, os alvarás de licença deverão permanecer no local das obras juntamente com o projeto aprovado, protegidos contra ação do tempo e facilmente acessíveis.

CAPÍTULO III CONCLUSÃO DE OBRA E EMISSÃO DE HABITE-SE

Art. 15. Uma obra será considerada concluída quando estiver em condições de ser habitada ou de ser ocupada para os fins a que se destina.

Art. 16. Após a conclusão das obras, o proprietário deverá solicitar por meio de requerimento, a vistoria e o habite-se.

§ 1º Deverá ser apresentado junto ao requerimento para vistoria de habite-se ao Município, o habite-se emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para todas as edificações, independente da área construída, exceto para as edificações residenciais unifamiliares, conforme Lei Estadual Nº 16.157 de 07 de novembro de 2013.

§ 2º Antes do fechamento ou do aterro do sistema de tratamento de esgoto, o proprietário deverá solicitar por meio de um requerimento a vistoria prévia do mesmo, sem a qual não receberá o habite-se.

§ 3º Nas vias pavimentadas, os passeios fronteirços deverão estar executados e concluídos de acordo com as normas pertinentes.

Art. 17. Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação não foi construída, aumentada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado, o proprietário será notificado e intimado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer demolição ou as modificações necessárias para repor a obra de acordo com projeto aprovado.

Art. 18. Estando às obras de acordo com o projeto aprovado, o Município fornecerá ao proprietário o habite-se, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de entrega do requerimento.

CAPÍTULO IV FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Art. 19. O Município através de Lei deverá definir atribuições aos fiscais de obra e fornecer cursos de aprendizado e aperfeiçoamento.

Art. 20. Os profissionais fiscalizadores têm competência no âmbito de suas atribuições para exercer as funções de fiscalização, controle e orientação de obras, serviços de edificação por pessoas físicas ou jurídicas no Município em caráter permanente e em conformidade com a legislação, podendo expedir para tanto, autos de intimação, infração e aplicação de penalidades cabíveis.

Art. 21. A fiscalização compete:

I - Efetuar vistorias em geral, levantamentos e avaliações.

II - Efetuar medições e inspeções.

III - Elaborar relatórios técnicos de inspeções.

IV - Lavrar notificações, autos de inspeção, de vistoria e de infração.

V - Verificar as infrações e aplicar as respectivas sanções, nos termos da Lei.

VI - Lacrar equipamentos, unidades de produção, instalações de qualquer espécie, nos termos da Lei.

VII - Exercer outras atividades que lhe forem designadas.

CAPÍTULO V INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 22. Deverá ser expedida notificação de obra, pela fiscalização, quando constatada(s) irregularidade(s) na execução da obra, ocasião em que o notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar.

PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se infratores: o proprietário, o responsável técnico e a construtora.

Art. 23. A notificação deverá ser emitida quando:

I - Iniciada a construção da obra sem a necessária licença;

II - Ocupado o prédio sem a necessária vistoria e habite-se;

III - Não forem obedecidas as cotas de alinhamento estabelecidas;

IV - O projeto apresentado estiver em desacordo com o local ou forem falseadas as cotas, cálculos e indicações do projeto ou

qualquer elemento do processo;

V - As obras forem executadas em desacordo com o projeto aprovado e licenciado;

VI - Não tiveram sido tomadas as medidas de segurança cabíveis;

VII - Obstruída a rua ou passeio com material da obra.

Art. 24. A critério do órgão fiscalizador, poderá ao notificado ser concedido o prazo de mais 15 (quinze) dias para sanar as irregularidades apresentadas, desde que, apresente requerimento motivando seu pedido.

PARÁGRAFO ÚNICO. O auto de infração será aplicado quando finalizado o prazo fixado em notificação e não for sanada a irregularidade apurada.

Art. 25. As infrações ao disposto no presente Código serão passíveis das seguintes penalidades:

I - Multa

II - Embargo;

III - Interdição;

IV - Demolição.

Seção I MULTA

Art. 26. Aos infratores, além das medidas cabíveis, serão aplicadas multas, conforme o caso, sempre com base na UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de acordo com o abaixo disposto:

PENALIDADE	VALOR (UFRM)
Pela falta de projeto aprovado e licenciado da obra	520
Pela ocupação da obra sem que o habite-se tenha sido expedido	520
Pela Ampliação de obra licenciada sem licença	520
Quando não forem obedecidos os nivelamentos estabelecidos	520
Quando o projeto apresentado estiver em desacordo com o local ou forem falseadas cotas e indicações ou qualquer elemento do processo	865
Quando a obra for executada em desacordo com o projeto aprovado e licenciado	520
Quando não tiverem sido tomadas as medidas de segurança cabíveis	345
Quando os materiais da obra obstruírem a rua ou passeio	345

Art. 27. A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesse código será multa de 520 UFRM.

Art. 28. Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto, sendo uma via entregue ao autuado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso os infratores negarem-se a assinar o auto de infração, este será encaminhado por correio por meio de AR ou assinado como recebido pelo fiscal do órgão público e 02 (duas) testemunhas.

Art. 29. A falta de recolhimento do auto no prazo de 30 (trinta) dias, será inscrito em dívida ativa e encaminhado para execução fiscal.

Seção II EMBARGO

Art. 30. As obras em andamento sejam elas de reforma, reconstrução, construção ou demolição, serão embargadas, sem prejuízo das multas, quando estiverem:

I - Sendo executadas sem o devido licenciamento;

II - Desrespeitando o respectivo projeto aprovado em qualquer de seus elementos essenciais;

III - Desrespeitando as cotas de alinhamento estabelecidas;

IV - For iniciada sem a demarcação do terreno;

V - Sendo executadas sem a responsabilidade de profissional qualificado;

VI - Causando danos ou oferecendo riscos ao próprio imóvel, a segurança ou a interesses públicos;

VII - Sendo executadas sobre valas, redes pluviais existentes, cursos de água ou outras áreas não edificáveis.

Art. 31. Verificada a procedência do embargo, será lavrado o respectivo auto, sendo uma via entregue ao autuado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso os infratores negarem-se a assinar o auto de infração, este será encaminhado por correio por meio de AR ou assinado como recebido pelo fiscal do órgão público e 02 (duas) testemunhas.

Seção III DEMOLIÇÃO

Art.3 2. A demolição total ou parcial de uma edificação poderá ser imposta nos seguintes casos:

I - Quando executada sem licenciamento;

II - Quando desrespeitar o projeto aprovado ou alinhamento estabelecido;

III - Quando for julgada em risco iminente de caráter público;

§ 1º A demolição será imposta quando o projeto não puder ser modificado, adequando-se a este Código.

§ 2º Havendo a recusa ou inércia do infrator, o Município poderá proceder às obras de demolição.

Seção IV INTERDIÇÃO

Art. 33. Uma obra ou edificação poderá ser interditada, total ou parcialmente, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 34. Poderão ser interditadas obras de construção, reconstrução ou reforma, sempre que forem necessárias, tendo em vista a segurança e o sossego público.

CAPÍTULO VI OCUPAÇÃO E USO DO SOLO URBANO

Art. 35. Ocupação do solo é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros denominados instrumentos urbanísticos. Para a devida adequação as características da zona de implantação, as edificações são reguladas por meio dos seguintes instrumentos urbanísticos:

I - Índice de Aproveitamento;

II - Taxa de Ocupação;

III - Taxa de Impermeabilização;

IV - Recuos.

Seção I DO ÍNDICE DE APROVEITAMENTO

Art. 36. Definido pela relação entre a soma da área de todos os pavimentos da construção e a área total do lote.

Art. 37. Não serão computados no índice de aproveitamento:

§ 1º As áreas destinadas aos serviços gerais, tais como: casa de máquinas de elevadores, de bombas, transformadores, instalações centrais de ar condicionado, calefação e aquecimento de água e gás, contadores e medidores em geral;

§ 2º Vagas de estacionamento e garagem, quando descobertas.

Art. 38. O Índice de Aproveitamento (IA) adotado será de 5 (cinco).

Seção II DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Art. 39. A taxa de ocupação é definida como a porcentagem máxima de construção em projeção horizontal permitida em um lote.

Art. 40. No cálculo das projeções horizontais máximas para taxa de ocupação de construções permitidas não serão computadas:

I - As marquises;

II - As áreas construídas em balanço, formando saliências sobre os recuos de ajardinamento, desde que não ultrapassem 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

Art. 41. A Taxa de Ocupação (TO) adotada será de 80% (oitenta por cento).

Seção III DA TAXA DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Art. 42. É a relação entre a parte impermeável, que não permite a infiltração de água no solo e a área do lote.

Art. 43. A Taxa de Impermeabilização (TI) será limitada a 90% (noventa por cento).

Art. 44. Para as pavimentações citadas abaixo, deverão ser considerados os seguintes índices de impermeabilização:

GRAMA/TERRA/BRITA	0%
PAVER	50%
CALÇAMENTO/ASFALTO/CONCRETO/LAJOTAS	100%

Art. 45. Quando a taxa de impermeabilização ultrapassar a estabelecida no Código, deverá ser adotado o sistema de coleta de águas

pluviais (cisternas ou caixas de retenção), nas seguintes situações:

I - Para TI = 70% - Capacidade de reserva mínima: 2.000 litros

II - Para TI > 70% - A cada 1% deverá ser acrescido 275 litros na capacidade de reserva.

III - Para TI 90% - Capacidade de reserva máxima: 7.500 litros

Exemplo:

TI calculada = 80%

* 70% = 2000 litros

* 10% = 10 x 275 = 2750 litros

Volume total do reservatório para TI 80% = 2000 + 2750 = 4750 litros

PARAGRAFO ÚNICO: Para as habitações populares e unidades residenciais unifamiliares com área construída de até 100m² (cem metros quadrados) a capacidade de reserva mínima da cisterna será de 1.000 lts (Um mil litros)

Seção IV DOS RECUOS

Art. 46. O recuo frontal tem como objetivo a reserva de área para ajardinamento e futuros alargamentos viários, além de permitir uma ampliação visual do espaço urbano aliado a melhores condições dos espaços públicos. Os recuos laterais e de fundos têm como objetivo possibilitar melhores condições de circulação de ar e insolação do espaço urbano e das edificações.

Art. 47. O recuo frontal é a distância mínima entre a edificação e a testada do terreno para cada um dos logradouros públicos com que confronta, considerando:

I - O recuo frontal será obrigatório para residências em 2,00 m (dois metros);

II - Para lotes de esquina os recuos obrigatórios serão 2,00 m (dois metros), frontal e lateral;

III - O recuo frontal não será obrigatório para edificações que possuam no pavimento térreo atividades comerciais, podendo a mesma ser construída até a divisa frontal do lote urbano, não invadindo em hipótese alguma o logradouro público;

IV - Onde a via for menor que 18 m (dezoito metros) de largura deverá ser previsto recuo frontal para as edificações, sem exceção.

V - Será permitida a construção de sacadas em balanço sobre o recuo frontal desde que não ultrapassem 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura e a divisa frontal do terreno.

VI - Os únicos elementos de uma edificação que poderão avançar sobre o passeio são as proteções de ar condicionado e marquises.

Art. 48. O recuo lateral e de fundos é a distância entre a edificação e as divisas laterais e de fundos do terreno, para tanto:

I - Todas as edificações residenciais e comerciais, quando possuírem aberturas, deverão distar 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas;

II - Será permitida construção de empena cega na divisa para edificações de até 02 (dois) pavimentos no máximo. A faixa edificável de uma lateral com empena cega poderá ser 100% (cem por cento). Para as outras duas laterais não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) cada.

III - As sacadas laterais poderão ser em balanço sobre o afastamento lateral desde que mantenha um afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa lateral correspondente;

IV - Paredes construídas nas divisas deverão usar platibanda.

Art. 49. No caso dos terrenos com acesso através de servidão de passagem também será aplicado o disposto nesta Seção.

Art. 50. As edificações deverão ainda observar as limitações decorrentes das normas relativas aos serviços de telecomunicações, energia elétrica e a navegação aérea expedidas pelos órgãos ou entidades competentes.

CAPÍTULO VII

OBRIGAÇÕES A SEREM CUMPRIDAS DURANTE A EXECUÇÃO DAS OBRAS

Seção I

TAPUMES, ANDAIMES E BANDEJAS

Art. 51. Os tapumes, andaimes e bandejas deverão seguir a NR 18, conforme Lei Federal Nº 6.154, de 22 de dezembro de 1977.

Art. 52. A colocação de tapumes e bandejas não poderá danificar árvores e aparelhos de iluminação pública.

Art. 53. Os tapumes deverão preservar uma passagem livre mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) junto ao meio fio para passagem de pedestres.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os tapumes, andaimes e bandejas de uma construção paralisada há mais de 180 (cento e oitenta) dias, que estiverem obstruindo o passeio, deverão ser demolidos, desimpedindo o passeio e deixando-o em perfeitas condições de uso.

Seção II

CONSERVAÇÃO DOS LOGRADOUROS

Art. 54. Durante a execução das obras deverão ser tomadas as medidas necessárias para que o logradouro, no trecho fronteiro à obra, seja mantido em estado de permanente limpeza e conservação.

Art. 55. Nenhum material poderá permanecer no logradouro público senão o tempo necessário para sua descarga. Não é permitido depósito de material sobre o leito do passeio, que deve ficar desobstruído para passagem dos pedestres.

CAPÍTULO VIII

TERRENOS BALDIOS, PASSEIOS, MUROS E LIXEIRAS

Art. 56. Os proprietários de terrenos baldios deverão obrigatoriamente ser responsáveis pela conservação e limpeza do mesmo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis disciplinadas na legislação municipal.

Art. 57. Os proprietários dos imóveis edificados ou não, que tenham frente para logradouros públicos pavimentados (asfalto e/ou calçamento), são obrigados a pavimentar e manter em bom estado os passeios em frente de seus lotes.

§ 1º O Município determinará a padronização da pavimentação, arborização e ajardinamento dos passeios por razões de ordem técnica e estética.

§ 2º O dimensionamento, as declividades e as demais especificações do passeio público deverão seguir as normas da NBR 9050.

§ 3º É proibido, sobre os passeios, a construção de lixeiras, hidrômetros, degraus, rampas, placas publicitárias, toldos, caixas de concessionárias de energia, telefonia e afins, que atrapalhem o

fluxo.

§ 4º O chanframento do passeio e rebaixamento do meio-fio para entrada e saída de veículos poderá ser de 1 (uma) unidade na extensão de 7,00m (sete metros) contínuos ou 2 (duas) unidades na extensão de 3,00 m (três metros) cada.

Art. 58. Os recuos para alargamento viário serão mantidos abertos, enquanto que os recuos para jardins em terrenos edificados poderão ser murados com acesso para o logradouro e mantidos limpos ou ajardinados.

Art. 59. A execução de muros de contenção acima de 2,00 m (dois metros) deverá obrigatoriamente possuir responsável técnico habilitado com suas respectivas ART ou RRT.

Art. 60. Os muros em terrenos de esquina com mais de um metro de altura em relação ao passeio, deverão deixar livre um canto chanfrado de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) perpendicular à bissetriz do ângulo formado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o fechamento seja feito com elementos vazados ou transparentes com no máximo 3 cm (três centímetros) de espessura e afastamento mínimo de 10 cm (dez centímetros) entre as partes, não haverá a necessidade de chanframento.

Art. 61. Os muros com frente para logradouros, excetuando-se os de contenção, poderão ter altura máxima de 2,00 m (dois metros) junto ao alinhamento, acima disto, deverão conter elementos vazados.

Art. 62. Os portões de elevação poderão ficar no alinhamento do passeio público, desde que a sua abertura se projete totalmente para dentro da área do imóvel, o que deverá constar no projeto.

Art. 63. Toda edificação deverá ter internamente ao lote e com acesso livre para a coleta, local próprio para a armazenagem de lixo orgânico e lixo seco, em compartimentos separados, com capacidade mínima de 0,125 m³ (zero vírgula cento e vinte cinco metros cúbicos) cada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os estabelecimentos de saúde deverão ter mais um compartimento, nas mesmas dimensões, para armazenar o lixo hospitalar e Plano de Gerenciamento de Resíduos.

CAPÍTULO IX

ELEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

Seção I

FUNDAÇÕES

Art. 64. As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da ABNT. As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, sejam totalmente independentes, situadas dentro dos limites do lote e estas não poderão invadir o leito da via pública.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando houver escavação ou aterro em terreno limdeiro à edificação existente, deverá o proprietário da obra garantir a estabilidade da edificação existente e a manutenção das características do terreno onde assenta aquela edificação, sem prejuízos ou ônus para o proprietário da mesma.

Seção II

PAREDES

Art. 65. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas às respectivas normas da ABNT para

os diferentes tipos de material utilizado.

Seção III FACHADAS

Art. 66. As fachadas e demais paredes externas das edificações, inclusive as das divisas do lote, deverão receber acabamento e ser convenientemente conservadas, considerando seu compromisso com a paisagem urbana.

Art. 67. As fachadas das edificações no alinhamento, não poderão ter saliências sobre o passeio público.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando no pavimento térreo forem previstas janelas providas de venezianas, maxi ar ou grades salientes, deverão ficar na altura de 2,00m (dois metros) no mínimo, em relação ao nível do passeio.

Art. 68. Todas as edificações situadas nas esquinas, em ruas onde não haja exigência de recuo do alinhamento predial, deverão, quando construídas no alinhamento predial ou tiverem recuo inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deixar livre um canto chanfrado mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) perpendicular à bissetriz do ângulo formado pelos alinhamentos dos logradouros até a altura de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros) do passeio.

Art. 69. É permitida a construção de pilar ou coluna no cruzamento dos alinhamentos dos logradouros públicos, sob a condição de permanecer livre, entre o pilar ou coluna, e as outras partes da construção, faixa não menor que 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura até a altura de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros) do passeio. A faixa será perpendicular à bissetriz formada pelos alinhamentos prediais.

Seção IV MARQUISES

Art. 70. As edificações construídas sobre o alinhamento não poderão ter balanços de qualquer natureza sobre o passeio, com exceção de marquises.

§ 1º A construção de marquises deverá ter altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) em relação ao nível do passeio e poderá avançar sobre o passeio público no máximo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 2º A construção de marquises deverá atender as normas da concessionária de energia elétrica.

Seção V RAMPAS E ESCADAS

Art. 71. A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso coletivo, público e reunião de público ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 72. O dimensionamento das rampas e escadas deverão atender a normas da ABNT, NBR e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 73. Deverá ser executada rampa de acesso para pedestres nos seguintes casos:

I - Edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial.

II - Edificações de uso público; aquelas administradas por entidades da administração pública.

III - Reunião de público: auditórios, salas de reunião, restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, boates, clubes noturnos em geral, salões de baile, clubes sociais, salão de festas, circos, teatros, museus, cinemas, templos religiosos, estádios, ginásios, piscinas, arquibancadas, quadras esportivas, bibliotecas, rodoviárias, parques de diversão, hospitais, aeroportos, aeroclubes e áreas internas ou externas de uso comum das edificações.

Art. 74. As escadas deverão ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), para todas as edificações, com exceção das residenciais unifamiliares.

Art. 75. Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5mm (cinco milímetros) até 20mm (vinte milímetros) devem possuir inclinação máxima de 50% (cinquenta por cento). Desníveis superiores a 20mm (vinte milímetros), quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus.

§ 1º Os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso.

§ 2º Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de equipamento eletromecânico de deslocamento vertical para uso das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Seção VI TOLDOS, LETREIROS E ANÚNCIOS

Art. 76. A colocação de toldo será permitida sobre o recuo para jardim ou passeio desde que atendidas às seguintes condições:

I - Ser engastado na edificação, não podendo haver colunas de apoio sobre o passeio em hipótese alguma;

II - Ter estrutura compatível com as cargas solicitadas.

III - Ter balanço máximo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

IV - Não possuir elementos abaixo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) em relação ao nível do passeio;

V - Não prejudicar a arborização, a iluminação pública e não ocultar placas de utilidade pública.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será permitido o uso de toldo para abrigo de veículos desde que seja respeitada a taxa de ocupação.

Art. 77. Letreiros e anúncios perpendiculares à fachada não poderão ultrapassar 1,00m (um metro) de balanço e deverão garantir altura livre de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 78. É terminantemente proibida a colocação de suportes no passeio para fixação de letreiros publicitários.

Seção VII DUTOS

Art. 79. Os compartimentos de utilização transitória como: sanitários, hall, circulações, garagem, adega, pequenos depósitos, poderão ser ventilados por meio de dutos de ventilação, ligados diretamente ao exterior e regulamentados conforme a necessidade.

Seção VIII

VÃOS E FOSSOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 80. Salvo os casos expressos no Artigo 77, todo compartimento deve ter vãos para o exterior.

Art. 81. Os vãos de iluminação e ventilação, quando não distantes 75cm (setenta e cinco centímetros) da linha da divisa, deverão possuir elementos em alvenaria ou concreto com pelo menos 75cm (setenta e cinco centímetros) de comprimento, paralelos à linha da divisa, com altura mínima de 2,00m (dois metros).

PARÁGRAFO ÚNICO - Os terraços que ficarem na divisa deverão ter paredes com altura mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 82. Poderá ser dispensada a abertura de vãos para o exterior em cinemas, auditórios, teatros, estabelecimentos de saúde, desde que:

I - Sejam dotadas de instalação central de ar condicionado

II - Tenham iluminação artificial conveniente.

Art.83. O fosso de iluminação e ventilação, quando existente, deverá ter as seguintes dimensões mínimas:

Nº DE PAVTOS.	FOSSO ABERTO (Diâmetro Mínimo)	FOSSO FECHADO (Diâmetro Mínimo)
01	1,50m	2,00m
02	1,50m	2,00m
03	1,50m	2,00m
04	1,50m	2,00m
> 04	20cm a mais para cada pavimento a ser construído	

I - Fosso aberto

II - Fosso fechado

CAPÍTULO X

EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 84. Quando as edificações sofrerem mudanças de uso ou função deverão seus projetos ser adequados arquitetonicamente a este Código.

Seção I

RESIDÊNCIAS ISOLADAS E GEMINADAS

Art. 85. Todas as residências deverão distar no mínimo 2,00m (dois metros) do alinhamento do logradouro. Quando a residência for de esquina deverá distar no mínimo 2,00m (dois metros) do alinhamento dos logradouros.

Art. 86. As residências deverão ter pé direito mínimo de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 87. Para cada unidade residencial é obrigatório 01 (uma) vaga para estacionamento.

Art. 88. O lote de residências geminadas só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas estabelecidas na Lei do Parcelamento do Solo Urbano e respeitar a legislação de Uso e Ocupação do Solo.

Seção II

EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art. 89. São consideradas edificações residenciais multifamiliares, todas as construções destinadas à moradia de mais de uma família, podendo agregar juntamente comércio.

Art.90. A edificação multifamiliar deverá ter instalações preventivas contra incêndio de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 91. As edificações multifamiliares deverão ser dotadas de garagens para guarda de veículos ou áreas de estacionamento de uso pessoal de seus moradores à razão de 1 (uma) vaga por unidade de moradia de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área privativa construída. Quando as unidades de moradia tiverem área privativa construída superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados), a razão será de 2 (duas) vagas por unidade, não computando para o cálculo, áreas de uso comum. As vagas deverão ter dimensões mínimas de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) por 5,00m (cinco metros), livres de colunas ou qualquer outro obstáculo.

Art. 92. Quanto à acessibilidade em edificações multifamiliares:

§ 1º Nas edificações multifamiliar de até 04 (quatro) pavimentos será obrigatória a construção do fosso do elevador para a instalação futura do referido equipamento. As dimensões mínimas do dimensionamento das cabinas de elevador deverão seguir a NBR 13994 - Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

§ 2º As edificações multifamiliar com mais de 04 (quatro) pavimentos, não entrando neste cálculo os pavimentos de subsolo, deverão obrigatoriamente ser servidas por elevadores. As dimensões mínimas do dimensionamento das cabinas de elevador deverão seguir a NBR 13994 - Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

§ 3º A construção de edificações de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público. Também estão sujeitas as normas de acessibilidade os acessos, piscinas, andares de recreação, salão de festas e reuniões, saunas e banheiros, quadras esportivas, portarias, estacionamentos e garagens, entre outras partes das áreas internas ou externas de uso comum das edificações.

CAPÍTULO XI

EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

Art. 93. Quando as edificações sofrerem mudanças de uso ou função deverão seus projetos ser adequados arquitetonicamente a este Código.

Seção I

CONDIÇÕES GERAIS

Art. 94. São edificações não residenciais, aquelas destinadas às instalações de atividades comerciais de prestações de serviços industriais e institucionais.

Art. 95. Classificação das edificações não residenciais quanto aos usos:

I - Edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial.

II - Edificações de uso público: aquelas administradas por entidades públicas.

III - Reunião de público: auditórios, salas de reunião, restaurantes,

lanchonetes, bares, cafés, boates, clubes noturnos em geral, salões de baile, clubes sociais, salão de festas, circos, teatros, museus, cinemas, templos religiosos, estádios, ginásios, piscinas, arquibancadas, quadras esportivas, bibliotecas, rodoviárias, parques de diversão, hospitais, aeroportos, aeroclubes e áreas internas ou externas de uso comum das edificações.

Art. 96. As edificações não residenciais deverão:

I - Atender as exigências e normas do Corpo de Bombeiros;

II - Atender ao Capítulo IX - Elementos da Edificação;

Art. 97. Quanto aos sanitários para portadores de necessidades especiais (PNE) e coletivos:

§ 1º Edificações de uso coletivo: o sanitário PNE será distribuído na razão de, no mínimo, 01 banheiro PNE unissex para cada sala, com acesso independente. Os sanitários coletivos deverão ser dimensionados considerando, no mínimo, vaso sanitário na razão de 1 (um) p/cada 30 (trinta) pessoas e lavatório, na razão de 1 (um) p/cada 60 (sessenta) pessoas, de acordo com cálculo de população da Instrução Normativa 009 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (IN009/DAT/CBMSC), que trata dos Sistemas de Saídas de Emergência, conforme Anexo C - Capacidade de Passagem das Saídas de Emergência.

§ 2º Edificações de uso público: o sanitário PNE será distribuído na razão de, no mínimo, 01(um) cabine para cada sexo, a cada pavimento da edificação, com acesso independente. Os sanitários coletivos deverão ser dimensionados considerando, no mínimo, vaso sanitário, na razão de 1 (um) p/cada 30 (trinta) pessoas e lavatório, na razão de 1(um) p/cada 60 (sessenta) pessoas, de acordo com cálculo de população da Instrução Normativa 009 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (IN009/DAT/CBMSC), que trata dos Sistemas de Saídas de Emergência, conforme Anexo C - Capacidade de Passagem das Saídas de Emergência.

§ 3º Reunião de público: o sanitário PNE será distribuído na razão de, no mínimo, 01 (um) banheiro unissex para cada pavimento da edificação, com acesso independente. Os sanitários coletivos deverão ser dimensionados considerando, no mínimo, vaso sanitário, na razão de 1(um) p/cada 30 (trinta) pessoas e lavatório na razão de 1 (um) p/cada 60 (sessenta) pessoas, de acordo com cálculo de população da Instrução Normativa 009 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (IN009/DAT/CBMSC), que trata dos Sistemas de Saídas de Emergência, conforme Anexo C - Capacidade de Passagem das Saídas de Emergência.

Art. 98. Quanto às vagas de estacionamento:

PARÁGRAFO ÚNICO - A vaga para estacionamento deverá ter as dimensões mínimas de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de largura e 5,00m (cinco metros) de comprimento, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo e com acesso independente.

Art. 99. Quanto às vagas de estacionamento para portadores de necessidades especiais (PNE):

a) As vagas de estacionamento para PNE que conduzam, ou sejam conduzidas, deverão obedecer a NBR 9050/2015, com no mínimo uma ou conforme quadro abaixo:

Número Total de Vagas	Vagas Reservadas
02 a 100	1 (pessoas com deficiência) 1 (idoso)

Acima de 100	2% (pessoas com deficiência) 5% (idoso)
--------------	--

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas edificações já existentes a serem reformadas, deverá ser exigido o que prevê este Código. Para as edificações que foram aprovadas anteriormente a este, as vagas em desacordo poderão ser passíveis de regularização através de pagamento de multa, conforme prevê o Capítulo XIV.

Art. 100. Quantificação das vagas de estacionamento por atividade:

I - Hotéis, pensões e similares: 01 (uma) vaga para 04 (quatro) unidades de alojamento, observando-se o mínimo de 02 (duas) vagas por estabelecimento e canaleta para embarque e desembarque com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 10,00m (dez metros);

II - Motéis: 01(uma) vaga por unidade de alojamento;

III - Internatos, orfanatos, asilos: 01 (uma) vaga para cada 300,00 m² (trezentos metros quadrados) de área construída observando-se o mínimo de 03 (três) vagas por estabelecimento;

IV - Quadras de esportes, estádios, ginásios cobertos e similares: 01 (uma) vaga para cada 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) da área utilizada para esportes e 01(uma) vaga para cada 20,00 m² (duzentos metros quadrados) de área de arquibancada;

V - Salões de bailes, boates, boliches, sala de jogos, teatros, sala de convenções, cinemas, auditórios não públicos: 01(uma) vaga para cada 10,00 m² (dez metros quadrados) de área de salão;

VI - Unidade de saúde: 01 (uma) vaga para cada consultório;

VII - Hospitais: 01 (uma) vaga para cada 04 (quatro) leitos.

VIII - Estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo grau: 01 (uma) vaga para cada sala de aula por turno e canaleta para embarque e desembarque com largura mínima de 2,50m (duzentos e cinquenta metros) e comprimento de 10,00m (dez metros);

IX - Estabelecimentos de ensino de terceiro grau: vaga para cada 15 (quinze) alunos por turno ou a cada 25,00m² (vinte cinco metros quadrados) de área construída;

X - Igrejas, templos: 01 (uma) vaga por estabelecimento, observando-se o mínimo de 01 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área construída de uso comum;

XI - Cemitérios particulares: 01 (uma) vaga para cada 2.000m² (dois mil metros quadrados) de terreno, observando-se o mínimo de 10 (dez) vagas;

XII - Indústrias: 01 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área construída;

XIII - Comércio varejista em geral: 01 (uma) vaga para cada 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área construída, observando-se o mínimo 01 (uma) vaga por sala;

XIV - Supermercados e centros comerciais: 01 (uma) vaga para cada 30,00m² (trinta metros quadrados) de área construída;

XV - Comércio atacadista e depósitos: 01 (uma) vaga para cada 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área construída;

XVI - Bancos e administração pública: 01 (uma) vaga para cada 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área construída;

XVII - Restaurantes, bares, confeitarias: 01 (uma) vaga a cada 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área construída;

XVIII - Serviços de manutenção pesada, oficinas e similares: 01 (uma) vaga por estabelecimento até 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída e uma para cada 100,00 m² (cem metros quadrados) excedentes. O pátio para serviço não será computado como vagas de estacionamento;

XIX - Casos não citados, deverão ter 01 (uma) vaga para estacionamento a cada 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída.

Seção II PRÉDIOS COMERCIAIS E ESCRITÓRIOS

Art. 101. A edificação destinada a comércio em geral, escritórios, estúdios e consultórios de caráter profissional, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis deverá:

I - Atender as normas da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual;

II - Ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros).

Art. 102. Ter entrada especial para veículos de carga e descarga de mercadorias em pátio ou compartimento dentro do lote, que não obstrua a via pública, para salas comerciais com área acima de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Seção III HOTÉIS

Art. 103. As edificações destinadas a hotéis e congêneres, além das disposições do presente Código que lhe forem aplicáveis, deverão:

I - Ter os compartimentos destinados à habitação (apartamentos ou dormitórios);

II - Os dormitórios deverão ter área mínima de 9,00m² (nove metros quadrados);

III - Ter vestiário e banheiros privativos para o pessoal de serviço;

IV - Ter em cada pavimento, banheiros separados por sexo, na proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, no mínimo, para cada grupo de 06 (seis) hóspedes, que não possuam banheiros privativos;

V - Garantir acesso de PNE às dependências de uso coletivo;

VI - Possuir o mínimo de um alojamento e um sanitário adaptado e previsão de 5% (cinco por cento) dos alojamentos e sanitários, quando com mais de 20 (vinte) unidades.

Art. 104. As pensões e similares poderão ter a área dos dormitórios reduzida para 8,00m² (oito metros quadrados) e o número de banheiros (vaso, chuveiro e lavatório) separados por sexo, calculado na proporção de um conjunto para cada 08 (oito) pessoas.

Art. 105. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção IV HOSPITAIS E CLÍNICAS DE SAÚDE

Art. 106. As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares

e congêneres além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Atender às normas da Vigilância Sanitária Estadual e Municipal.

II - A aprovação pelo Município não está vinculada com as normas da Vigilância Sanitária.

Art. 107. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção V ESCOLAS

Art. 108. Nas edificações destinadas a escolas, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

§ 1º Ser previstos locais de recreação descobertos e cobertos atendendo ao seguinte:

I - Local de recreação ao ar livre com área mínima igual a 10% (quinze por cento) da área do terreno devendo o mesmo ser pavimentado, gramado ou ensaibrado, com dimensão mínima de 5,00 m² (cinco metros quadrados) e com perfeita drenagem;

II - Local de recreação coberto com área mínima igual a 15% (quinze por cento) da área do terreno não sendo considerados corredores com largura inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) como local de recreação coberto.

§ 2º Ter instalações sanitárias obedecendo às seguintes proporções mínimas:

I - Um vaso sanitário para cada 20 (vinte) alunos, e um lavatório para cada 40 (quarenta) alunos.

II - Ter no mínimo 01(um) chuveiro ou a proporção de 01 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;

III - Ter 01 (um) conjunto de vaso sanitário, lavatório e chuveiro para cada grupo de 10 (dez) funcionários e professores.

§ 3º Quanto aos sanitários para PNE, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei;

Art. 109. As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

I - Pé direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);

II - Nas escolas de primeiro e segundo graus:

III - Comprimento máximo de 8,00m (oito metros);

IV - Largura mínima de 6,00m (seis metros).

V - Área calculada à razão de 1,50m² (um metro e cinquenta centímetros), no mínimo, por aluno.

VI - Possuir janelas para ventilação e iluminação em cada sala, cuja superfície total seja equivalente a 1/5 (um quinto) da área do piso respectivo.

Art. 110. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Art. 111. Para creches, maternais e jardins de infância o projeto

deverá respeitar os parâmetros indicados pelo MEC/FNDE.

Seção VI AUDITÓRIOS, CINEMAS, TEATROS E TEMPLOS

Art. 112. As edificações destinadas a cinemas, teatros, auditórios, templos e assemelhados além das disposições do presente Código deverão:

PARÁGRAFO ÚNICO - Respeitar as disposições da NBR 9050 e as leis de acessibilidade, relativo à adequação das edificações e do mobiliário urbano;

Art. 113. Quanto aos sanitários para PNE e uso coletivo, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei.

Art. 114. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção VII GINÁSIOS, ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS DESPORTIVAS, CULTURAIS E LOCAIS DE DIVERSÕES

Art. 115. Os ginásios além das disposições deste Código que lhe forem aplicáveis deverão:

I - Respeitar as disposições da NBR 9050 e as leis de acessibilidade, relativo à adequação das edificações e do mobiliário urbano.

II - Ter banheiros para uso exclusivo dos atletas, separados por sexo, obedecendo, no mínimo:

III - Homens: 1(um) Vaso, 1(um) Mictório, 2(dois) Chuveiros, 2(dois) Lavatórios;

IV - Mulheres: 2 (dois) Vasos, 2 (dois) Lavatórios, 2 (dois) Chuveiros.

Art.116. Quanto aos sanitários para PNE e uso coletivo, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei.

Art.117. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção VIII INDÚSTRIAS E OFICINAS

Art. 118. Todo projeto de indústrias geradoras de resíduos e poluentes, encaminhado ao Município deverá vir acompanhado da Licença Ambiental Prévia (LAP) concedido pelos órgãos competentes.

Art. 119. As edificações deverão:

I- Ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros) de altura.

II - Ter vestiário com um conjunto de vaso, lavatório e chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) operários, separados por sexo.

III - Obedecer às normas de Vigilância Sanitária Estadual e Municipal.

Art. 120. Quanto aos sanitários para PNE, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei.

Art. 121. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Art. 122. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões, forjas

ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor, deverão ser convenientemente dotadas de isolamento térmico, obedecendo a NBR 15220, que trata do Desempenho Térmico das Edificações.

Art. 123. Quando houver poluição sonora que ultrapasse o limite permitido pela NBR 10151, que trata sobre Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade, a edificação deverá obrigatoriamente possuir tratamento acústico.

Seção IX ARMAZÉNS E DEPÓSITOS DE MATERIAIS

Art. 124. As edificações não poderão obstruir o trânsito de pedestre sobre o passeio para carga ou descarga de mercadorias.

Art. 125. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção X ESTACIONAMENTOS

Art. 126. Os estacionamentos cobertos ou descobertos deverão:

I - Ter vagas para estacionamento com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros).

II - Ter nos corredores de circulação, largura mínima de 3,00m (três metros) e área de manobra com diâmetro mínimo de 5,00m (cinco metros). A área de manobra poderá ser substituída por corredores de circulação com largura mínima de 5,00m (cinco metros).

III - Ter os vãos de entrada e saída com largura mínima de 3,00m (três metros).

Art. 127. O rebaixamento ao longo do meio fio deve seguir o que dita o Artigo 57, § 4º.

Seção XI POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇO

Art. 128. A instalação de dispositivos para abastecimento de combustível será permitida somente em postos de serviço, garagens comerciais, estabelecimentos comerciais, indústrias, empresas de transporte e entidade públicas.

Art. 129. O abastecimento de veículos deverá ter afastamento mínimo de 100,00m (cem metros) de qualquer estabelecimento escolar, casa de saúde, creche, ambulatório, hospital ou entidades similares.

Art. 130. São considerados postos de abastecimento e serviço os estabelecimentos que tiverem como atividade a comercialização, distribuição ou abastecimento de combustíveis utilizados em veículos automotores, podendo existir lavagem, lubrificação e reparos.

Art. 131. As edificações destinadas a postos de abastecimento e/ou serviço, além das disposições deste Código que forem aplicáveis deverão:

I - Para análise e encaminhamento de empreendimento os interessados deverão apresentar LAP (Licença Ambiental Prévia) e LAI (Licença Ambiental de Instalação), garantindo que a localização do empreendimento está em conformidade com as normas ambientais, para que possa ser apresentado aos técnicos para análise e aprovação do projeto hidrossanitário e arquitetônico;

II - Ter serviços de lavagem e lubrificação em recintos fechados,

com caixa separadora de óleo e lama;

III - Quanto aos sanitários para PNE e uso coletivo, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei;

IV - Ter instalações sanitárias de serviço na proporção de um conjunto com vaso sanitário, lavatório, chuveiro e vestiário para cada 10 (dez) funcionários;

V - Os rebaixamentos ao longo do meio fio do passeio para acesso de veículos, não deverão ter extensão superior a 10,00 m (dez metros) em cada trecho rebaixado. Nas esquinas, o passeio e meio fio deverão permanecer inalterados até uma distância de 5,00m (cinco metros) de cada lado contados a partir do vértice do encontro das vias, sendo que a via engloba passeio e caixa carroçável;

VI - Ter muro na divisa com altura de 2,00m (dois metros) quando houver qualquer serviço oferecido pelo posto a menos de 10,00m (dez metros) da divisa.

Art. 132. Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

I - As colunas e válvulas dos reservatórios deverão ficar recuadas no mínimo 5,00m (cinco metros) das divisas e 4,00m (quatro metros) do alinhamento de qualquer via pública;

II - Os reservatórios serão subterrâneos e hermeticamente fechados, devendo ainda distar, no mínimo 3,00m (três metros) de qualquer edificação.

CAPÍTULO XII OBRAS PÚBLICAS

Art. 133. De acordo com o que estabelece a Lei Federal Nº 125 de 03 de dezembro de 1935, não poderão ser executadas sem licença, devendo obedecer às determinações do presente Código.

Art. 134. As obras públicas deverão respeitar as disposições da NBR 9050 e o Decreto Estadual 5.296 de 02 de dezembro de 2004, quanto à adequação das edificações às pessoas com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO XIII INSTALAÇÕES

Seção I

INSTALAÇÕES PARA ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE INFILTRAÇÃO

Art. 135. Os terrenos ao receberem edificações, serão convenientemente preparados para dar escoamento às águas pluviais e de infiltração.

Art. 136. As águas pluviais, de infiltração e a coleta do condensador de aparelhos de ar condicionado, serão dirigidas para a canalização pluvial. Caso não exista tal canalização no logradouro, poderão ser dirigidas para calha de logradouro (sarjeta).

Art. 137. Somente o Município poderá autorizar ou promover a eliminação ou canalização de redes pluviais, bem como a alteração do curso das águas.

Art. 138. Constitui crime, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, a ligação do esgoto pluvial na rede cloacal, bem como a ligação do esgoto cloacal na rede de esgoto pluvial. No caso de constatação pela fiscalização do Município, a inviabilidade do sumidouro no local devido/ou o solo não permitir a retenção de líquidos, poderá ser feita a ligação do efluente cloacal para rede pluvial desde que este passe previamente pelo tanque séptico e filtro anaeróbico,

dimensionados conforme NBR 7229.

Seção II INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

Art. 139. As edificações abastecíveis pela rede pública de distribuição de água, deverão ter as instalações hidráulicas, obedecendo às normas ditadas pela ABNT.

Seção III INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 140. Onde não existir rede de tratamento de esgoto cloacal será obrigatório o emprego de sistema de tratamento de esgoto sanitário individual. Ficará a cargo do Município regulamentar os elementos que o compõem. Onde houver estação de tratamento de esgoto deverá haver ao menos, caixa de inspeção dentro do lote.

Art. 141. O sistema de tratamento de esgoto será dimensionado conforme a NBR 7229, deve estar situado no interior do lote e ter acesso fácil para limpeza, distar 30m (trinta metros) de poços de água e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de todas as divisas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O tratamento feito através de tanque séptico e sumidouro é um sistema fechado, ficando proibido o lançamento de excedentes para quaisquer cursos de água.

Seção IV INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 142. Os projetos e a execução das instalações de energia elétrica devem ser feitos em rigorosa observância das normas aprovadas pela ABNT e pela concessionária de energia elétrica.

Seção V INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 143. Os projetos e a execução das instalações telefônicas devem ser feitos em rigorosa observância das normas aprovadas pela ABNT e pela concessionária de energia elétrica.

Seção VI INSTALAÇÕES DE ELEVADORES

Art. 144. Conforme Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis Federais nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000 é obrigatório em todas as edificações de uso coletivo com até 4 (quatro) pavimentos a instalação ou dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de equipamentos eletromecânico de deslocamento vertical para o uso das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

PARÁGRAFO ÚNICO - Edificações multifamiliar acima de 04 (quatro) pavimentos, deverão obrigatoriamente ter instalados elevadores, não sendo computado neste cálculo os pavimentos de subsolo.

Art. 145. Em caso algum, os elevadores poderão constituir o meio exclusivo de acesso aos diversos pavimentos de uma edificação.

Art. 146. Para edificações com outros usos deverá ser seguida a Lei Federal 10.098 de 19 de dezembro de 2000, no que diz da Acessibilidade nos Edifícios Público ou de Uso Coletivo.

Seção VII INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Art. 147. Para a aprovação de projetos de quaisquer edificações, exceto unifamiliares, deverá ser apresentado atestado de aprovação de projeto preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Seção VIII

INSTALAÇÕES DE ANTENAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Art. 148. A localização, instalação e operação de antenas de telecomunicações, com estrutura de torre ou similar, deverá observar o disposto na Lei Estadual nº 12.864 de 12 de janeiro de 2004, na Resolução ANATEL nº 303/2002 e na IN-40 da FATMA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em nenhuma hipótese poderá ser instalado no Município, antenas de telecomunicações em Área de Preservação Permanente.

CAPÍTULO XIV

REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

Art. 149. Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos nas leis vigentes, desde que apresentem condições de segurança contra incêndios e condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade, obedecendo às regras desta lei.

Parágrafo Único - Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

- a) Construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Poder Público Municipal, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;
- b) Construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Poder Público Municipal, ou seja, sem projeto aprovado e sem a correspondente licença;
- c) Construção clandestina parcial: aquela correspondente a ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Poder Público Municipal.

Art. 150. São passíveis de regularização, somente as construções que apresentarem as seguintes irregularidades:

I. Quando em edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares:

- a) Recuos, desde que respeitadas as condições para locação da central de gás de acordo com as NSCI (norma de segurança contra incêndios) estaduais;
- b) Afastamentos;
- c) Taxa de ocupação;
- d) Índices de aproveitamento;
- e) Projeção de sacadas e pavimentos superiores sobre o recuo e logradouro público (passeio) no limite máximo de 50% (cinquenta por cento) deste, com o máximo de 1,50m, desde que respeitadas as condições para locação da central de gás de acordo com as NSCI estaduais;
- f) Dimensões de cômodos;
- g) Área de ventilação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentada uma alternativa mecânica ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- h) Área de iluminação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão;
- i) Redução dos vãos de ventilação e iluminação (círculos inscritos) que não atendem ao Código de Obras;
- j) Número e dimensões de vagas de estacionamento, disponibilizadas em desacordo à exigida e/ou disponibilidade sobre a área de recuo.

II. Quando em edificações de uso misto (residenciais/comerciais/serviços):

- a) Recuos, desde que respeitadas as condições para locação da central de gás de acordo com as NSCI estaduais;
- b) Afastamentos;
- c) Taxa de ocupação;
- d) Índices de aproveitamento;
- e) Projeção de sacadas e pavimentos sobre o recuo e logradouro público (passeio) no limite máximo de 50% (cinquenta por cento) deste, com o máximo de 1,50 m;
- f) Dimensões de cômodos;
- g) Pé direito, com tolerância de redução de até 25% (vinte e cinco por cento) a menos do mínimo exigido;
- h) Área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) na dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentada uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- i) Área de iluminação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão;
- j) Número e dimensões de vagas de estacionamento, disponibilizadas em desacordo à exigida e/ou disponibilidade sobre a área de recuo;
- k) Número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de 40% (quarenta por cento) do mínimo exigido;
- l) Saliências de elementos estruturais, isolados, de até 20 cm sobre o passeio, nos locais Onde este tiver largura igual ou superior a 2,00m;
- m) Redução dos vãos de ventilação e iluminação (círculos inscritos) que não atendem ao disposto no Código de Edificações;
- n) Edificações em desacordo com o número de pavimentos.

III. Quando em edificações de uso industrial, depósito, galpões e telheiros:

- a) Recuos, desde que respeitadas as condições para locação da central de gás de acordo com as NSCI estaduais;
- b) Afastamentos;
- c) Taxa de ocupação;
- d) Índice de aproveitamento;
- e) Área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- f) Número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de até 40% (quarenta por cento) do mínimo exigido.

IV. Quando em edificações de uso público, tais como: igrejas, templos, salões comunitários, ginásios, entre outros assemelhados:

- a) Recuos;
- b) Afastamentos;
- c) Taxa de ocupação;
- d) Índice de aproveitamento;
- e) Área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- f) Número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de até 40% (quarenta por cento) do mínimo exigido.

§ 1º Sempre que a regularização tratar de recuo e projeção de sacada ou pavimento sobre o recuo e logradouro público, o proprietário do imóvel deverá firmar termo de compromisso com o Poder Público Municipal, reconhecido em cartório, no qual se comprometa a demolir a parte edificada irregularmente sobre o recuo ou logradouro público, quando solicitado pelo Município, sem direito de indenização, mesmo que paga a multa correspondente para a regularização prevista na presente Lei, a regularização não lhe

confere qualquer direito sobre as propriedades lindeiras;

§ 2º Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e/ou de fundos, o proprietário deverá apresentar declaração dos vizinhos lindeiros, que ficará anexado ao processo, onde estes não se opõem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativo ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente ou da futura edificação, salvo em construções em que a parede em comum esteja situada na mesma edificação.

Art. 151. Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei, as edificações que:

- I. Apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei;
- II. Estejam localizados em logradouros ou terrenos públicos ou que avancem sobre eles e as projeções de sacadas e pavimentos superiores até o limite de 1,50 metros sobre passeios públicos;
- III. Estejam localizados em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que conttenham essa restrição;
- IV. Que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro em vigor a menos que haja declaração expressa e firmada em cartório, de concessão dos vizinhos afetados;
- V. Que não possuam atestado de habite-se junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, exceto as edificações unifamiliares.
- VI. Edificações em área de risco de agravamento de processos como enchentes, erosão ou Movimentos acidentais de massas rochosas.

Parágrafo Único - Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art. 152. A regularização das construções de que cuida esta Lei, dependerá da apresentação pelo proprietário:

- I. Requerimento do interessado contendo:
 - a) a indicação da irregularidade requerida bem como as suas quantificações;
 - b) Qualificação do requerente e localização da construção irregular;
 - c) Solicitação de vistoria prévia e regularização da obra edificada.
- II. Cópia da Notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município, se for o caso;
- III. Declaração do interessado, responsabilizando-se sob as penas da Lei pela veracidade das informações prestadas;
- IV. Cópia da matrícula imobiliária, atualizada em no máximo 30 (trinta) dias;
- V. Certidão negativa de tributos Municipais relativa ao imóvel;
- VI. Anotação de Responsabilidade Técnica referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;
- VII. Projeto arquitetônico da edificação, constando:
 - a) Planta de situação;
 - b) Planta de localização, constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;
 - c) Planta baixa de todos os pavimentos da edificação;
 - d) Para todas as edificações, dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;
 - e) Fachada frontal;
 - f) Documento assinado pelo proprietário declarando:
 - 1) Que a edificação não se encontra em área de preservação permanente;

2) Que não há lançamento de águas servidas, residuais ou esgoto, sem prévio tratamento, em mananciais de superfície ou subterrâneas, bem como em quaisquer outras unidades de sistema de abastecimento de água, assim como lagoas, sarjetas, rios, córregos ou outro curso d'água;

3) Que também que não é utilizado logradouro público para tratamento ou disposição final de efluentes;

g) Estudos, levantamentos, desenhos e projetos, necessários à regularização e relatório circunstanciado comprovando a realização de vistoria, com a justificativa de que os trabalhos concluídos apresentam condições técnicas para o seu aproveitamento;

h) Para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o atestado de aprovação de projeto preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;

VIII. Anuência da Sociedade Condominial, quando for o caso;

IX. Comprovante dos seguintes recolhimentos:

- a) Recolhimento do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) incidente sobre os serviços de construção civil, conforme o caso, de acordo com a Legislação vigente;
- b) Comprovante de recolhimento da multa correspondente à regularização da obra.

Parágrafo único - O valor referente à multa poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, por ocasião do parcelamento, porém, a emissão do Alvará de Habite-se ficará condicionada ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) da multa;

Art. 153. As regularizações, para qualquer tipo de edificação dependerão do pagamento de multa de regularização, obedecidos os seguintes critérios:

I. Tratando-se de edificações construídas sobre o recuo, afastamento ou com projeção de sacadas e pavimentos superiores sobre o recuo de logradouro público, a multa será calculada à razão de uma 3 UFRMs, por metro quadrado de área construída irregularmente;

II. Tratando-se de edificações com taxa de ocupação maior que a prevista na Legislação, a multa será calculada à razão de uma 3 UFRMs, por metro quadrado de área construída irregularmente;

III. Tratando-se de edificações com coeficiente de aproveitamento maior que o previsto na legislação, a multa será calculada à razão de uma 3 UFRM, por metro quadrado de área construída irregularmente;

IV. Para as demais irregularidades passíveis de regularização, a multa será calculada à razão de 6 UFRMs, por irregularidade constatada.

V. Tratando-se de edificações descritas no Inciso IV do artigo 150, será isento de multa.

§ 1º Em caso de incidência de mais de uma das irregularidades acima, as multas serão cobradas cumulativamente, conforme o caso;

§ 2º Para edificações mistas (comercial e residencial) as multas serão proporcionais a cada tipo de uso.

Art. 154. Na aplicação das multas previstas no Art. anterior serão aplicados os seguintes redutores:

I - Para edificações comerciais:

- a) Para as irregularidades cometidas até 31/12/2003 as multas terão desconto de 60%;
- b) Para as irregularidades cometidas até 31/12/2009 as multas terão desconto de 40%;

II - Para edificações residenciais unifamiliares:

- a) Para as irregularidades cometidas até 31/12/2003 as multas terão desconto de 80%;
- b) Para as irregularidades cometidas a partir de 1º/01/2004, protocoladas até um ano após a data de publicação desta Lei, as multas

terão desconto de 60%;

Parágrafo único - Para determinação da data do cometimento da irregularidade compete ao interessado comprovar, com apresentação de documentos, sendo aceitos comprovantes de ligação de energia elétrica, ligação de água ou cadastro imobiliário municipal.

Art. 155. Para todos os casos de regularização previsto na presente Lei, deverá constar no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME A LEI Nº 1137/2017."

Art. 156. As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a Legislação Municipal vigente.

Art. 157. A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas em Lei à atividade exercida no imóvel.

Art. 158. A regularização de que trata esta Lei não implica o reconhecimento, pelo Poder Público Municipal, do direito de propriedade.

Art. 159. Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão providenciar o protocolo do requerimento de que trata o artigo 4º, com toda a documentação ali referida, até 30 dias antes do vencimento desta Lei.

§ 1º Não será admitida a juntada posterior de documento que deveria acompanhar o requerimento de regularização da obra;

§ 2º A Secretaria de Infra Estrutura poderá solicitar documentação complementar, desde que seja necessária para elucidar algum aspecto relativo à obra em regularização;

§ 3º Na hipótese do § 2º, o interessado será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar esclarecimentos, sob pena de perda do direito à regularização da obra;

§ 4º Constatada, a qualquer tempo, a insuficiência do valor da multa recolhida pelo interessado, será este notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, complementar o pagamento, sob pena de perda do direito à regularização da obra;

§ 5º Salvo circunstâncias devidamente justificadas, a análise dos processos de regularização de obras deverá ser concluída no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do protocolo do requerimento pelo interessado.

Art. 160. As edificações deverão atender aos requisitos da NBR 9050.

§ 1º Nas edificações unifamiliares será exigido somente passeio adequado.

§ 2º As adequações relacionadas às rampas deverão ser executadas de modo que sejam acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Cabe ao setor de Engenharia do município deliberar a respeito da melhor solução para as edificações que não apresentam possibilidade de modificações necessárias. A inviabilidade deverá ser comprovada por laudo técnico do profissional habilitado e as soluções apresentadas no projeto arquitetônico de acessibilidade.

Art. 161. As regularizações previstas nesta Lei será passíveis de licenciamento pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação, não se aplicando às construções irregulares edificadas

a partir da vigência desta Lei.

CAPÍTULO XV

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 162. Serão consideradas Áreas de Preservação Permanente, aquelas sujeitas à preservação permanente conforme legislação ambiental, respeitadas as faixas não-edificáveis nas seguintes condições:

§ 1º Em áreas urbanas consolidadas, em faixas marginais dos cursos d'água naturais, perenes ou intermitentes, deverá ser reservada uma faixa não-edificável de no mínimo 15 (quinze) metros de cada lado.

§ 2º Para os fins desta Lei, considera-se área urbana consolidada aquela:

I - incluída no perímetro urbano ou em zona urbana por lei municipal específica;

II - com sistema viário implantado e vias de circulação pavimentadas;

III - organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;

IV - de uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou voltadas à prestação de serviços; e

V - com a presença de, no mínimo, três dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

a) drenagem de águas pluviais;

b) esgotamento sanitário;

c) abastecimento de água potável;

d) distribuição de energia elétrica; e

e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

§ 3º Se necessária, poderá ser exigida reserva de faixa não-edificável superior a 15 (quinze) metros de cada lado, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido em laudo técnico do ente público..

CAPÍTULO XV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 163. Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir de sua entrada em vigor.

Art. 164. Os casos omissos deverão ser regulamentados pelos Municípios.

Art. 165. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Marema/SC, 05 de dezembro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Iara Mendes dos Santos
Servidora Designada

LEI Nº 1138/2017

Publicação Nº 1455509

LEI Nº 1138/2017

05/12/2017

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM O PROGRAMA DE CRIAÇÃO DA BEZERRA E A FEIRA MUNICIPAL DA BEZERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o Programa Municipal de criação da Bezerra.

Art. 2º O Programa Municipal de criação da bezerra consiste, entre outros em:

- I. Incentivar a criação de bezerras nas propriedades, de acordo com os parâmetros vigentes, no Município, região, Estado ou País;
- II. Oportunizar aos produtores agropecuários maremenses a participação de eventos do setor em todo o país;
- III. Incrementar o desenvolvimento econômico dos produtores maremenses;
- IV. Despertar nas crianças o gosto pela bovinocultura.

Art. 3º Para a efetivação do Programa, fica autorizado o Município a:

- I. Firmar parcerias com empresas do setor, com o objetivo de beneficiar os produtores;
- II. Disponibilizar assistência técnica;
- III. Realizar e patrocinar cursos de aperfeiçoamento, capacitação e formação para os produtores;
- IV. Firmar convênios e parcerias com Universidades;
- V. Contribuir financeiramente para a participação de representantes do Município em eventos regionais, estaduais e federais.
- VI. Fornecer feno gratuitamente, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Agricultura e Conselho Municipal de Agropecuária.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a despendar anualmente o valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a realização da Feira Municipal da Bezerra.

Parágrafo único – Os valores de que trata o caput serão investidos na estrutura física, decoração, transporte e alimentação dos animais, premiação, divulgação, apresentações artísticas e culturais, shows, camas para os animais, dentre outras despesas inerentes a realização da referida Feira.

Art. 5º Na Feira Municipal da Bezerra serão escolhidos os melhores animais, através de concurso, cujo Regulamento será elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura, pelo Conselho Municipal da Agropecuária e pelos produtores envolvidos no projeto/programa.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

I – Para o exercício de 2017:

Projeto Atividade 2059

FundoMunicipaldeDesenvolvimentoRural-44-3390.00.00.00.00.00;

II – Para o exercício de 2018:

Órgão 0.5.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade 05.01 – Secretaria de Agricultura – 3390.00.00.00.00.00

Projeto 2030 – Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 7º Está Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 8º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, 05 de dezembro de 2017.

ADILSON BARELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

LEI Nº 1140/2017

Publicação Nº 1455512

LEI Nº 1140/2017

De 12/12/2017

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICIPIO DE MAREMA/SC NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL – CIMCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Marema-SC no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, 12 de dezembro de 2017.

ADILSON BARELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

LEI Nº 1141/2017

Publicação Nº 1455514

LEI Nº 1141/2017

De 12/12/2017

ALTERA METAS ESTRATEGICAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- LEI 1074/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Ficam alteradas as Metas Estratégias previstas no anexo I da Lei nº 1074, de 17/06/2015, com as seguintes modificações:

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

Alterado para:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Alterado para:

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, em parceria com o Estado nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

Alterado para :Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: Incentivar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio.

Alterado para: Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 14: Fomentar, em articulação com a União e o Estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu.

Alterado para: Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 19: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica pública, que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema municipal de Ensino.

Alterado para: Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas,

prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Marema-SC 12 de dezembro de 2017.

ADILSON BARELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

LEI Nº 1136/2017.

Publicação Nº 1455501

LEI Nº 1136/2017.

De 28/11/2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais decorrentes de seu mandato, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante leilão, os bens móveis descritos no art. 2º da presente lei.

Art. 2º. Os bens móveis (veículos e máquinas) a serem leiloados são:

I. Carregadeira FIATALLIS 1500, registrada no patrimônio sob o número 971;

II. Retroescavadeira JCB a Diesel, registrada no patrimônio sob o número 1207;

III. Trator de Esteira KOMATSU MOD. D-41A6 a Diesel, ano 2001, registrado no patrimônio sob número 1208;

IV. Distribuidor de Adubo Seco MEPEL;

V. Ensiladeira CREMASCO 930CII;

VI. Pé de Pato STARA 2 2553, registrada no patrimônio sob o número 1039;

VII. Plantadeira PPK500 4 LINHAS 2534, registrada no patrimônio sob o número 978;

VIII. Rolo Compactador DYNAPAC MOD.CH-44 2558, registrada no patrimônio sob o número 1206;

IX. Trator de pneus MASSEY FERGUSON 296, registrado no patrimônio sob o número 3173;

X. Pá Carregadeira FIATALLIS 1.500B, nº de serie 1500B 033 148;

XI. Automóvel FIAT UNO VIVACE Ano/Modelo: 2012/2012 Cor: Branca Placa: MKF-3491 Chassi: 9BD19515200817160 RENAVAL: 454788967 2516, registrada no patrimônio sob o número 1218;

XII. Automóvel GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE Ano/Modelo: 2011/2011 Cor: Prata Placa: MID-2093 Chassi: 9BGAB-69J0BB313779 RENAVAL: 325859159

XIII. Automóvel FIAT STRADA Ano/Modelo: 2007/2007 Cor: Branca Placa: MGH-8261 Chassi: 9BD27803A72557579 RENAVAL: 910928088 2513, registrada no patrimônio sob o número 986;

XIV. Automóvel FIAT STRADA Ano/Modelo: 2010/2010 Cor: Branca Placa: MHI-4656 Chassi: 987853MAW4371869 RENAVAL: 313482274 2506, registrada no patrimônio sob o número 985;

XV. Automóvel FIAT UNO MILLE Ano/Modelo: 2008/2008 Cor: Branca Placa: MEF-7995 Chassi: 9BD158027866148458 RENAVAL: 974761303 2508, registrada no patrimônio sob o número 1221;

XVI. Motocicleta HONDA XLR 125 Ano/Modelo: 2001/2002 Cor: Vermelha Placa: MBZ-3661 Chassi: 902JD17102R005298 RENAVAL: 774523581 2514, registrada no patrimônio sob o número

963.

Art. 3º. O valor auferido na venda será investido conforme dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Marema/SC, em 28 de novembro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal.

Chanquerli Fernando Cherobim Diretor de Administração

LEI Nº 1139/2017

Publicação Nº 1455510

Lei nº 1139/2017

De 05/12/2017

INSTITUÍ A CAMPANHA "SETEMBRO VERDE" NO MUNICÍPIO DE MAREMA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Campanha Setembro Verde", a ser realizada, anualmente, no mês de Setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando-a a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Parágrafo único. O Município de Marema deverá promover o engajamento de escolas, creches, clubes de serviço, entidades, associações, órgãos e a sociedade em geral, e desenvolver ações educativas, como palestras, seminários, atividades culturais e de lazer e discussões relativas ao tema.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, 05 de dezembro de 2017.

ADILSON BARELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

LEI Nº 1844/2017

Publicação Nº 1455839

LEI Nº 1844/2017

Autoriza o Município a receber imóvel por doação

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), com base no art. 9º da Lei Municipal nº 1286/2011, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Massaranduba autorizado a receber por doação, o imóvel de Matrícula nº 4.376 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, com área de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), localizado na Rua 11 de Novembro esquina com a Rua Ervino Seifert, Bairro Centro, no município de Massaranduba, do Governo do Estado de Santa Catarina-Secretaria da Saúde, conforme certidão de registro e mapa anexo.

Art. 2º A área a ser recebida por doação pelo Município de Massaranduba será destinada única e exclusivamente para a regularização

do imóvel onde se localiza a Unidade Básica de Saúde Centro.

Parágrafo Único A não observância do disposto no art. 2º da presente Lei fará com que a área recebida por doação reverta automaticamente à doadora, inclusive as benfeitorias existentes.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 13 de dezembro de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1456095

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Tutelar de Massaranduba/SC, previsto pela Lei Federal nº 8.069/90 e regulamentado pela Lei Municipal nº. 660/98 de 29 de 06/1998, Lei Municipal nº. 764/01 de 18/10/2001, Lei Municipal nº. 970/2007 de 31/05/2007, Lei Municipal nº. 029/2009 de 31/05/2009 e Resolução nº. 002/09 de 04/09/2009.

Art. 2º O Conselho Tutelar, por seu colegiado, deverá zelar pelo cumprimento das diretrizes e procedimentos constantes neste documento, fundamentados no Estatuto da criança e do adolescente.

Art. 3º O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do Adolescente, definidos na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do adolescente.

Art. 4º O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) conselheiros tutelares escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha conforme predispõe a Lei 12.696 de 25 de julho de 2012.

Art. 5º O Conselho Tutelar prestará atendimento ao público de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, na sede do Conselho Tutelar.

§1º Durante os finais de semana, intervalos para almoço e de segunda a sexta-feira após as 17h, o atendimento será realizado através de plantão domiciliar em regime de sobreaviso, conforme cronograma elaborado pelos Conselheiros Tutelares e aprovado em Colegiado.

§2º O Conselheiro plantonista terá direito a folga de 1(um) dia na semana subsequente à semana em que realizar o plantão.

§3º Para fins do parágrafo anterior, considera-se a semana, contados de sexta-feira à quinta-feira da próxima semana.

Art. 6º Os atendimentos realizados pelos Conselheiros Tutelares deverão ocorrer em espaço com destinação própria e condigna, observando-se sempre o sigilo das informações obtidas e evitando, com isso, situações constrangedoras

Art. 7º O Conselho Tutelar terá a sua disposição um veículo para uso próprio, que deverá ser empregado exclusivamente para a consecução dos fins do Conselho Tutelar.

§1º O Conselheiro Tutelar, durante seu plantão, permanecerá com o veículo em seu poder, após o expediente, durante a semana e nos finais de semana, com a autorização do gestor municipal.

§2º O uso do veículo para viagens para participação de Conselheiros em reuniões, cursos, seminários e congressos, dependerá da autorização do Colegiado.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º São atribuições do Conselho Tutelar, aquelas disciplinadas no art. 136 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da criança e do

adolescente.

Art. 9º Ao Conselho Tutelar não compete intervir em questões que envolvam a guarda de crianças e adolescentes, devendo, portanto, encaminhar os casos ao órgão competente, caso tome conhecimento de situações irregulares.

Art. 10 Não compete ao Conselho Tutelar acompanhar batidas policiais, nem realizar investidas em bares, boates, pontos de tráfico, etc.

Parágrafo único. Havendo possibilidade, porém, de tais situações colocarem crianças e adolescentes em risco ou situação vexatória, deverá o Conselho Tutelar aplicar as medidas de proteção previstas no art. 101 do Estatuto da criança e do adolescente.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 11. Constituem forma de atuação ou manifestação do Conselho Tutelar:

- a) Colegiado;
- b) Planejamento e avaliação;
- c) O Conselheiro;
- d) Plantão.

SEÇÃO I COLEGIADO

Art. 12. O Colegiado, composto por todos os Conselheiros Tutelares Titulares do Município, é o órgão deliberativo do Conselho Tutelar e suas reuniões serão registradas em ata.

Art. 13. As reuniões de colegiado priorizarão a discussão de casos, aplicação de medidas, encaminhamentos, deliberações do colegiado, funcionamento e organização do Conselho Tutelar, informes das redes de atendimento e discussão de procedimentos do Conselho e dos Conselheiros.

§1º Mensalmente o Colegiado elaborará o cronograma de plantões para apresentar em reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º Cabe ao colegiado providenciar a substituição do Conselheiro plantonista que eventualmente encontrar-se impossibilitado de realizar o plantão.

Art. 14. O Conselho Tutelar se reunirá colegiadamente em sessões ordinárias e extraordinárias, conforme demanda.

§1º As sessões ordinárias do colegiado acontecerão uma vez por semana com a presença de todos os Conselheiros Tutelares Titulares.

§2º As reuniões extraordinárias do colegiado serão realizadas para discussão de questões urgentes, sempre que se julgar necessário, sendo registradas em ata;

§3º Poderão participar das reuniões, mediante convite, sem direito a voto, representantes e dirigentes de outras entidades cujo objetivo contribua para a realização dos objetivos do Conselho.

Art. 15. A ausência de Conselheiro no Colegiado deverá ser registrada em ata.

Art. 16. O Colegiado deverá mensalmente elaborar relatório dos trabalhos realizados, a ser remetido ao CMDCA.

SEÇÃO II PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 17. O Conselho Tutelar realizará averiguações com o intuito de identificar o cumprimento e o atendimento integral aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

§1º Será encaminhando ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as necessidades e irregularidades constatadas nas averiguações.

Art. 18. O Conselho Tutelar realizará monitoramento e fiscalização das entidades de atendimento, através de avaliações e/ou implantações, elaborado pelo Colegiado.

Art. 19. A aplicação de medidas dependerá de decisão colegiada, com a expressa concordância, em documento próprio, ou no caso de impossibilidade momentânea, mediante a confirmação em reunião extraordinária.

§1º Deverá o Conselho Tutelar representar, em 30 dias, à Autoridade Judiciária e ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente o descumprimento das medidas de proteção que requisitem serviços ou que determinem ações aos pais ou responsáveis.

§2º Na hipótese de crime de embarço previsto no art. 236 do Estatuto da criança e do adolescente, será obrigatória a comunicação do fato ao Ministério Público, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

SESSÃO III DO CONSELHEIRO TUTELAR

Art. 20. Ao Conselheiro compete receber denúncias, pessoalmente ou por qualquer outro meio suficiente, sempre respeitando o direito ao sigilo e informando o usuário sobre a função do Conselho Tutelar, bem como sobre suas atribuições.

§1º O Conselheiro, quando do recebimento de fato avesso as suas atribuições, deverá orientar e encaminhar o denunciante para o atendimento em órgão competente.

§2º Ao receber uma denúncia o Conselheiro Tutelar deverá obter o maior número de informações possíveis, tais como: nome, endereço, data de nascimento, nome dos pais ou responsáveis, situação escolar da criança/adolescente, rede familiar da criança/adolescente, local de emprego dos pais/responsáveis, descrição dos fatos, etc., registrando todos os dados no sistema implementado internamente e/ou nos sistemas de informação da rede.

§3º No recebimento da denúncia, o relato do denunciante será reduzido a termo e deverá ser o mais completo possível, obedecendo à ordem cronológica dos fatos.

Art. 21. O Conselho Tutelar verificará a segurança da informação, buscando outras fontes e o interesse real do denunciante, utilizando para tanto perguntas como grau de parentesco com a criança/adolescente, com o agente violador, qual sua relação com os envolvidos, se presenciou o fato gerador da denúncia, com que frequência ocorre.

§1º O Conselheiro procederá à averiguação das denúncias recebidas, tomando as providências de caráter urgente.

§2º Confirmada a suspeita de violação de direitos da criança e/ou adolescente, o Conselheiro Tutelar registrará os fatos ocorridos e todo atendimento, de forma organizada, esclarecendo ao máximo a tipologia da denúncia e estabelecendo prioridades, pois estas informações são pertinentes para posteriores encaminhamentos,

quando se fizerem necessários.

Art. 22. Todos os procedimentos realizados pelo Conselho Tutelar deverão ser cuidadosamente registrados no sistema implantado, em linguagem de fácil e clara compreensão pelos Conselheiros, à fim de que todas as crianças/adolescentes sejam atendidas com presteza, de modo a evitar a exposição a situações de risco.

Art. 23. No encaminhamento de uma denúncia para outro município, os Conselheiros deverão relatar minuciosamente por escrito os procedimentos já realizados.

Art. 24. No momento do atendimento o Conselheiro deverá saber ouvir e observar, abstendo-se de valores e concepções pessoais, evitando prejulgamentos, não criando e nem reforçando estereótipo ou imagem negativa.

Art. 25. Os Conselheiros deverão manter postura ética com todos os colegas, funcionários e usuários do Conselho Tutelar.

Art. 26. É de obrigação do Conselheiro Tutelar cumprir escala de plantão organizada mensalmente pelo colegiado.

Art. 27. O Conselheiro deverá participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente, quando se fizer necessário. - CMDCA.

SEÇÃO IV DO ATENDIMENTO

Art. 28. A participação de outras pessoas no momento do atendimento não será permitida, exceto se autorizado pelo próprio Conselheiro.

Parágrafo único. O advogado, conforme artigo 5º, LV, da Constituição Federal, terá direito de acompanhar o atendimento.

Art. 29. O Conselheiro Tutelar atentará para a possibilidade, inclusive estratégica, de serem procedidos os atendimentos separadamente.

Art. 30. O ambiente do atendimento deverá proporcionar tranquilidade, não podendo haver ameaças ou interrupções externas, não devendo os questionamentos ter caráter intimidatório.

Art. 31. No atendimento, o Conselheiro Tutelar deverá orientar o usuário quanto à repercussão e importância das declarações prestadas, tranquilizando-o, a fim de que o atendimento possa ocorrer num clima de franqueza e confiança.

Art. 32. O atendimento tem como objetivo a construção de um vínculo de respeito e confiança, com o atendido que não deve ser desviado por questões de foro íntimo podendo, o Conselheiro, questionar o atendido dentro dos limites necessários a instrução da denúncia e necessários para orientar ou encaminhar a denúncia ao atendimento especializado.

Art. 33. Sempre que possível, o Conselheiro deverá procurar envolver familiares, a fim de resgatar a identidade da família, buscando soluções conjuntas e correspondentes aos encaminhamentos.

Art. 34. Os atendimentos às crianças requererão do Conselheiro Tutelar cuidado e atenção, levando-se em conta o seu grau de desenvolvimento, proporcionando tranquilidade, respeito e confiança, jamais a obrigando a colaborar mediante coação ou promessas de benefícios.

Art. 35. Nos atendimentos com adolescentes, o Conselheiro precisará ter presente sua condição peculiar de desenvolvimento, ou

seja, a busca e experimentação de modos de vida, variação de atitudes, distrações, atividades, objeto amoroso e relacionamento sexual, enfim a busca da identidade, e normalmente, a negação de qualquer tipo de autoridade.

Art. 36. Nas averiguações de denúncias, o Conselheiro Tutelar solicitará o comparecimento ao Conselho Tutelar (sede) da criança/adolescente acompanhada de seu responsável.

§1º O Conselheiro deverá explicar, no momento do atendimento, o motivo pelo qual a família foi notificada a comparecer ao Conselho Tutelar assim como das atribuições do Conselho Tutelar.

§2º O Conselheiro, ao registrar o conteúdo do atendimento, deverá ter o cuidado de referenciar as falas, como "sic, refere, diz, argumenta...", para diferenciar a descrição do Conselheiro e o relato do atendido.

§3º As informações obtidas nos atendimentos, só poderão ser compartilhadas com outras entidades de atendimento à criança/adolescente, ou a pedido Judicial.

I - A divulgação de quaisquer dados do Conselho Tutelar deverá ser apreciada, avaliada e decidida pelo Colegiado.

§4º Após as abordagens realizadas, o Conselho Tutelar organizará e promoverá as medidas cabíveis.

Art. 37. As manifestações de Conselheiros Tutelares perante os meios de comunicação deverão ser precedidas de aprovação do Colegiado, a menos que o faça nome próprio, caso em que tal condição deverá ser esclarecida perante os ouvintes e/ou telespectadores.

Art. 38. A responsabilização pela organização e pela digitação das fichas e registros de denúncias que atender é do Conselheiro, conforme padrão do sistema vigente.

Art. 39. O Colegiado irá deliberar a representação de Conselheiros Tutelares em reuniões da Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares, cursos e congressos ou eventos envolvendo questões relacionadas à criança ou adolescente devendo o participante fazer o relato dos temas abordados em colegiado posteriormente.

SEÇÃO V PLANTÃO

Art. 40. O Conselho Tutelar funcionará em regime de plantão domiciliar nos casos descritos no §1º do art. 5º deste regimento e na forma dos parágrafos 2º e 3º do art. 5º deste regimento.

Art. 41. A organização do plantão, domiciliar e semanal, é de responsabilidade do colegiado e funcionará basicamente da seguinte forma.

§1º Todas as ocorrências atendidas ou comunicadas ao plantão deverão ser necessariamente registradas e encaminhadas para discussão em colegiado.

§2º O Conselheiro plantonista deverá até o final de seu plantão, concluir as rotinas de encaminhamento das ocorrências e repassar ao colegiado.

§3º O Conselheiro plantonista deverá avaliar necessidade de alimentação, higiene, agasalho e/ou cuidados médicos das crianças e/ou adolescente atendidos, tomando as providências cabíveis, sendo vedado medicá-los sem prescrição médica.

Art. 42. A criança ou adolescente atendida durante o plantão, será

entregue aos pais ou responsável quando houver endereço certo, mediante termo de entrega e responsabilidade, anexando a este a notificação para comparecimento ao Conselho Tutelar em data e horário previamente fixados.

Parágrafo Único. Caso não sejam encontrados os pais/responsáveis ou parentes, serão tomadas as medidas necessárias para que a criança ou adolescente seja encaminhado à entidade de acolhimento oficialmente reconhecida, sendo esta medida comunicada, no prazo de 48 horas, à Autoridade Judiciária.

Art. 43. Havendo a necessidade urgente de atendimento especializado à criança ou adolescente, o plantonista poderá excepcionalmente, aplicar a medida prevista no art. 129, VI do Estatuto da criança e do adolescente, independente de prévia discussão em Colegiado.

Art. 44. Nos casos em que ficar caracterizado fato que constitua infração administrativa ou penal, o plantão remeterá o caso ao colegiado, indicando o cumprimento da atribuição prevista no art. 136, IV do Estatuto da criança e do adolescente.

Art. 45. Quando a criança/adolescente atendida for procedente de outro município, deve-se prioritariamente promover a transferência do tutelado, mediante termo de responsabilidade, aos pais/responsável, ao Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude da origem do atendido.

Parágrafo único. Impossibilitada a transferência imediata, o plantonista abrigará o atendido em caráter de urgência, comunicando o Conselho Tutelar responsável, para as providências cabíveis.

CAPITULO IV DA ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 46. A atuação dos Conselheiros deverá ser a mais padronizada possível, levando sempre em consideração o tipo de violação apurada.

Parágrafo único: O Conselho Tutelar, buscando a referida padronização, além de atender as disposições deste regimento, obedecerá à manuais de procedimentos regularmente aprovados pelo colegiado.

Art. 47. Na apuração de denúncias, o Conselho Tutelar deverá se for o caso, aplicar a medida mais adequada, conforme artigos 101 e 129 do Estatuto da criança e do adolescente.

§1º No ato da aplicação de medidas, o recurso a ser utilizado será definido pelo Conselho Tutelar, após ouvir e considerar a opinião dos pais e/ou responsáveis pela criança e/ou adolescente.

§2º Na apuração da medida mais adequada, o Conselho Tutelar deverá considerar a criança, o adolescente, a família, o (s) agente (s) violador (s) e respeitar as possibilidades e limites de cada um, desmistificando falsas expectativas em relação à situação, que possam vir a aumentar as frustrações.

§3º Ao aplicar as medidas de proteção o Conselho Tutelar deverá verificar, com antecedência, a garantia de atendimento.

Art. 48. Para atingir pleno êxito em seus encaminhamentos, o Conselheiro Tutelar poderá aplicar aos pais as medidas previstas no art. 129 I a VII do Estatuto da criança e do adolescente e as crianças e adolescentes as medidas protetivas do art. 101, I ao VII da mesma lei.

§1º Cabe ao Conselho Tutelar fiscalizar/monitorar a eficácia das medidas aplicadas, visando com isso, acompanhar e prevenir as

ocorrências de maus tratos.

§2º Na fiscalização/monitoramento das medidas aplicadas, o Conselho Tutelar, deverá acompanhar periodicamente os fatos através de entrevista com os pais ou responsável, averiguação in loco e contato com as instituições e entidades de atendimento à família.

§3º Na fiscalização/acompanhamento, como forma de manter atualizadas todas as informações pertinentes ao fato acompanhado, o Conselho Tutelar deverá sempre registrar na ficha da criança/adolescente, a data, relatos, decisões do Conselho Tutelar em relação ao acompanhamento.

Art. 49. Se a criança/adolescente, sujeito passivo de infração administrativa ou penal, estiver pessoalmente no Conselho Tutelar, além de proceder ao que determina o art. 136 do Estatuto da criança e do adolescente, deverá o Conselheiro verificar a possibilidade de manter o atendido na família de origem e ainda a possibilidade de aplicação das medidas aos pais e responsáveis previstas no art. 129 do Estatuto da criança e do adolescente.

Art. 50. Constatadas a necessidade de suspensão ou perda do poder familiar, o Conselho Tutelar, após decisão do Colegiado, representará, contra os responsáveis, ao Ministério Público.

Parágrafo Único. Nos casos de ajuizamento de ação de suspensão ou destituição do poder familiar, estando à criança/adolescente com seus direitos violados, o Conselho Tutelar adotará medidas de proteção do Art. 101 e 129 do Estatuto da criança e do adolescente simultaneamente e, encaminhará informação aos órgãos competentes.

SEÇÃO I DOS PROCEDIMENTOS NO ATENDIMENTO E APURAÇÃO DE DENÚNCIAS DE MAUS TRATOS, ABANDONO, ABUSO SEXUAL, AGRESSÃO FÍSICA E/OU PSICOLÓGICA, EXPLORAÇÃO SEXUAL, EXPLORAÇÃO NO TRABALHO, NEGLIGÊNCIA, UTILIZAÇÃO NA MENDICÂNCIA.

Art. 51. No atendimento de ocorrências de violência física perpetrada contra criança/adolescente, o Conselheiro plantonista, prioritariamente, encaminhará a vítima ao atendimento de saúde e, após isso localizará os pais ou responsável, notificando-os para além de procederem ao registro de Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia, encaminhar a criança ou adolescente agredido para realização de exame de corpo de delito.

§1º Os pais ou responsáveis, serão cientificados da necessidade de comprovar os procedimentos citados no caput, junto ao Conselho Tutelar.

§2º O não cumprimento do determinado no caput, além de implicar em advertência prevista no artigo 129, VII do ECA, poderá ser comunicado ao Ministério Público, nos termos do art. 136, III, "b", do ECA.

§3º Não localizando pais/responsável, ou sendo eles agentes da violação ocorrida, o plantão buscará alternativas de acolhimento em vínculo parental e, na inviabilidade deste, avaliará a possibilidade de acolhimento institucional.

§4º Nos casos do parágrafo anterior, o Conselheiro Tutelar providenciará o registro de Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia competente, e encaminhará, no prazo de 48 horas, informação ao Ministério Público.

Art. 52. Ocorrendo o abandono de crianças/adolescentes pelos pais ou responsáveis, o Conselho Tutelar inicialmente buscará possibilidades de abrigo no meio familiar e, na impossibilidade de tal

medida, encaminhará a criança/adolescente ao acolhimento institucional, sendo esta medida comunicada, no prazo de 48 horas, a Autoridade Judiciária.

Parágrafo único: A situação de abandono material e emocional será registrada na Delegacia de Polícia e comunicada ao Ministério Público.

Art. 53. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, o Conselho Tutelar, como medida cautelar, solicitará à Autoridade Judiciária o afastamento do agressor do lar, nos termos do art. 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAPITULO VI

DOS PROCEDIMENTOS NO ATENDIMENTO E APURAÇÃO DE DENÚNCIA DE ENVOLVIMENTO DE CRIANÇA/ADOLESCENTE COM DROGAS

Art. 54. Constatada, pela averiguação de denúncia, a alteração no comportamento da criança/adolescente, em razão do consumo de drogas, o Conselho Tutelar requisitará os serviços necessários à sua recuperação na área de saúde e naquelas que julgar pertinente e oportuno.

Parágrafo único: Não existindo no município, nem por intermédio de convênios e/ou associações, serviço específico de atendimento, o Conselho Tutelar deverá comunicar o Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 55. No caso de denúncia de crianças/adolescentes atuando no tráfico de drogas, exploração sexual e outras atividades ilícitas, o Conselho Tutelar aplicará as medidas protetivas cabíveis, comunicando com brevidade o Ministério Público e a Delegacia de Polícia competente.

CAPITULO VII

DOS PROCEDIMENTOS NO ATENDIMENTO E APURAÇÃO DE DENÚNCIA DE DESAPARECIMENTO DE CRIANÇA/ADOLESCENTE

Art. 56. O Conselheiro deverá atender o comunicante verificando se efetivamente ocorreu o desaparecimento da criança/adolescente, e suas possíveis causas servindo-se para tanto do histórico do desaparecido.

§1º No atendimento mencionado no caput o Conselheiro deverá acordar com o comunicante um prazo máximo de cinco dias para que retorne ao Conselho Tutelar a fim de confirmar ou retificar a denúncia.

§2º Expirando o prazo do parágrafo anterior sem a manifestação sobre a denúncia, o Conselho Tutelar efetuará contato com os pais/responsáveis, para averiguar a situação e providenciará os possíveis encaminhamentos, consignando na denúncia tal fato.

Art. 57. O desaparecimento deverá ser comunicado imediatamente aos órgãos de Segurança Pública, devendo o Conselheiro, nesse intento, instruir o comunicante para que registre de imediato Boletim de Ocorrência, relatando o fato na Delegacia de Polícia competente.

Art. 58. O Conselho Tutelar preliminarmente registrará o fato como conflito familiar e fuga do lar para posteriormente proceder a uma avaliação global da situação a fim de detectar a existência ou não de violações de outros direitos.

CAPITULO VIII

DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL POR CRIANÇA

Art. 59. O Conselheiro Tutelar deverá preliminarmente confirmar a idade, no Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade da criança, a fim de proceder com o correto andamento da denúncia.

Parágrafo Único. Confirmada a condição de criança, o Conselheiro confirmará a prática do ato infracional e sendo o caso aplicará as medidas de proteção do art. 101, I a VII c/c 129, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 60. A criança deverá ser entregue, pelo Conselho Tutelar, aos pais/responsável, mediante Termo de Entrega e Responsabilidade com cópia assinada.

CAPITULO IX

DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL POR ADOLESCENTE

Art. 61. O Conselho Tutelar deverá atuar conforme determina o art. 136, VI do Estatuto da criança e adolescente nos casos em que se atribua ao adolescente à autoria de Ato Infracional.

CAPITULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. Para caso de aplicação de processo disciplinar e/ou perda de mandato do Conselheiro Tutelar, serão respeitadas as disposições da Lei Municipal nº 137/2011 Capítulo VI- DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Art. 63. Este regimento entrará em vigor após a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, surtindo efeitos legais a partir do ART. 2.

Massaranduba (SC), 22 de maio de 2017.

Adriana Kuchenbeker Machado

Dirce Tribéss

Conselheira Tutelar

Conselheira Tutelar

Patricia Gonçalves de Paiva dos Santos

Conselheira Tutelar

Suellen Feliciano Guimarães

Conselheira Tutelar

Marilú Maiochi Ziehlsdorff

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Matos Costa

PREFEITURA

DECRETO 113/2017

Publicação Nº 1456411

DECRETO N.º 113/2017 – de 12 de dezembro de 2017.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB e de Valorização dos Profissionais da Educação .

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ficando assim discriminados:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação.

Darciele Kocan - Membro Titular

Giceli Carneiro - Membro suplente

II - Representante do Conselho Tutelar

Nelci de Castilho Carneiro- Membro Titular

Juciane Antunes de Lima - Membro Suplente

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Lucia Scheffer Rosa– Membro Titular

Nadir Aparecida Moraes- Membro Suplente

IV - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Daiani Smeka- Membro Titular

Derli Lima de Souza - Membro Suplente

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública-indicados pela Entidade de Estudantes Secundaristas.

Mariza Smeck de Oliveira- Membro Titular

Orlinda Silvério- Membro Suplente

V - Representantes dos Pais e Alunos da Educação Básica Pública.

José Mariano de Freitas - Membro titular

Danieli de Souza Machado - Membro Suplente

Daliane Cristina de Lima - Membro Titular

Ari Tomacheuski - Membro Suplente

VI - Representante do Poder Executivo Municipal.

Amélia Aparecida Cordeiro – Membro Titular

Rafaela França– Membro Suplente

VII - Representante do Poder Executivo Municipal-Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente.

Tânia Aparecida Rosa- Membro Titular

Roberta Dionéia Nestor- Membro Suplente

VIII - Representante dos Professores da Educação Básica Pública.

Flávia Gregório - Membro Titular

Judimar Tomacheuski - Membro Suplente

IX - Representante dos Servidores Técnico-Administrativo das Escolas Básicas Públicas."

Dari de Castro - Membro Titular

Ana Salete Skibinski Garcia- Membro Suplente

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor no dia 6 de novembro de 2017..

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, contidas no DECRETO N.º 086/2017 – de 6 de outubro de 2017.

Matos Costa, 12 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

LEI MUNICIPAL 2193/2017

Publicação Nº 1456398

Lei Municipal Nº 2.193/2017 – de 12 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre o remanejamento de dotações no orçamento de 2017, em período de Recesso Legislativo, (dias 12 a 31 de dezembro de 2017) e dá outras providências”

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares em período de recesso Legislativo, mediante remanejamento de dotações orçamentárias até o valor limite de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), de uma programação de despesa para outra, dentro do orçamento da Prefeitura e Fundos Municipais.

Art. 2º - Para dar cobertura aos créditos suplementares serão utilizados recursos de anulação de despesas em cada fonte de recursos e programações de despesas.

Art. 3º- Os atos de alterações orçamentárias deverão ser publicados e encaminhados ao Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço do Contestado, 12 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

LEI MUNICIPAL 2194/2017

Publicação Nº 1456403

Lei Municipal Nº 2.194/2017 – de 12 de dezembro de 2017.

Regulamenta a concessão dos Benefícios Eventuais da política de Assistência Social, no município de Matos Costa e contem outras providencias

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011.

Art. 2º. Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social/SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de natalidade; Auxílio funeral, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Parágrafo Único. Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por Assistente Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais, vinculados ao órgão gestor.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais: natalidade e vulnerabilidade social deverá ser igual ou inferior a ¼ do salário mínimo e para os benefícios eventuais: funeral e calamidade pública deverá ser igual ou inferior a meio salário mínimo, e serão concedidos conforme parágrafo único do Art. 2º desta lei.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 4º, mas encontram-se em situação peculiar que impeça ou dificulte o enfrentamento previsto no Art. 3º desta, o profissional assistente social, mediante estudo sócio econômico, poderá assegurar que o usuário acesse o benefício.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º. São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade

II - auxílio funeral;

III - situações de vulnerabilidade temporária

IV - calamidade pública.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá determinadas necessidades do recém nascido, mediante condições específicas analisadas pelo Assistente Social.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a

certidão de nascimento;

III - comprovante de residência dos pais ou responsáveis de no mínimo 03 (três) meses no município;

IV - comprovante de renda de todos os membros familiares;

V - documentos pessoais CPF, RG e Carteira de Trabalho e Título Eleitoral do requerente.

Art. 7º. O auxílio funeral atenderá:

I – a despesas de urna funerária e traslado do corpo: O valor será de no mínimo um salário e máximo dois salários mínimos vigentes.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – Atestado de óbito e/ou certidão de óbito;

II – Comprovante de residência na data do óbito do "de cujus"

III – Comprovante de renda atualizado de todos os membros familiares;

IV – Documentos pessoais CPF, RG e Título de Eleitor de todos os membros da casa do "de cujus";

V - Comprovante de inscrição atualizado do CADÚNICO e CRAS;

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 10 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Art. 8º. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- Riscos: ameaça de sérios padecimentos.

- Perdas: privação de bens e de segurança material.

- Danos sociais: agravos sociais e ofensa.

§ 1º As situações decorrentes de vulnerabilidade temporária atenderá:

I- acesso alimentação;

II – Outros que garantam a sobrevivência e reconstrução da autonomia familiar.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – Comprovante de residência de no mínimo 03 (três) meses no município;

II – Comprovante de renda de todos os membros familiares;

III – Documentos pessoais CPF, RG, e título eleitoral do requerente;

IV - Comprovante de inscrição atualizado do CADÚNICO e CRAS;

V – Participação nos cursos, oficinas e palestras oferecidos pelo CRAS e/ou escolarização para adulto;

VI – Comprovante de realização do exame preventivo no último ano.

Art. 9º. Para atendimento de vítimas de calamidade pública, o benefício eventual deverá assegurar a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei 8.742, de 1993.

§ 1º As situações decorrentes de calamidade pública atenderá:

I- Aluguel social no valor de até 1/3 do salário mínimo vigente;

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública:

I – Comprovar residência;

II – Comprovante de renda atualizado de todos os membros familiares;

III – Documentos pessoais CPF e RG;

IV - Comprovante de inscrição atualizado do CADÚNICO e CRAS;

V – Comprovante de realização do exame preventivo no último ano.

Parágrafo Único: Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes, sendo:

Art. 10º Caberá a Secretaria de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu

financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente o nome do beneficiado, registro no CADUNICO, benefício concedido, valor quantidades e período de concessão.

Art. 11. Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 12. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 13. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – Fiscalizar a aplicação do benefício eventual, se os critérios para seu acesso estão sendo respeitados;

II - acompanhar periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio de lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Art. 14. As despesas decorrentes ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Art. 15. Ficam revogadas as Leis Municipais nº 1411/2006 de 05/09/2006 e a lei nº 1490/2007 de 29/06/2007.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 12 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuvehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 642/2017

Publicação Nº 1456391

PORTARIA Nº 642/2017 – De 13 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NATALINA FRAGOSO PETERS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de ADMINISTRATIVO na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, 09 (nove) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 13.12.17 a 21.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 13 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 643/2017

Publicação Nº 1456395

PORTARIA Nº 643/2017 – De 13 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ANDRE SCHAEFFER, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA, 10 (dez) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 13.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 13 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 644/2017

Publicação Nº 1456397

PORTARIA Nº 644/2017 – De 13 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ELEANDRO DOS SANTOS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA, 10 (dez) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2015/2016, a serem gozadas entre os dias 13.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 13 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021-2017

Publicação Nº 1456751

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 28/12/2017, às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2018. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira pelo fone 048-3537-8400 ou através da disponibilização do edital na íntegra no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 13 de dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 361-2017

Publicação Nº 1456234

PORTARIA n.º 361/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ELOISA DE FIGUEREDO, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no E.E.B.M. Inês Toneli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 362-2017

Publicação Nº 1456243

PORTARIA n.º 362/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SUELEM MARTINS PEREIRA ZANATTA, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no E.E.B.M. Inês Toneli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 363-2017

Publicação Nº 1456246

PORTARIA n.º 363/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor CRISTIAN ZANELATTO LODETE, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole..

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 364-2017

Publicação Nº 1456262

PORTARIA n.º 364/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, e edital do processo seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora PATRÍCIA MACHADO MEZZARI DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na E.E.B.M. Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 365-2017

Publicação Nº 1456267

PORTARIA n.º 365/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor CRISTIAN ZANELATTO LODETE, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.E.B.M. Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 366-2017

Publicação Nº 1456272

PORTARIA n.º 366/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CRISTIANE CRISTOFOLINI, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 367-2017

Publicação Nº 1456278

PORTARIA n.º 367/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CRISTINA ANTUNES DE OLIVEIRA, do cargo de professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 368-2017

Publicação Nº 1456299

PORTARIA n.º 368/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora DANIELA MANENTI, do cargo de professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 369-2017

Publicação Nº 1456305

PORTARIA n.º 369/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital de Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora DIANA MENEGON MEZARI, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no CRAS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 370-2017

Publicação Nº 1456308

PORTARIA n.º 370/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora FABIANA MACEDO LONGARETTI, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 372-2017

Publicação Nº 1456318

PORTARIA n.º 372/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora GISLAINE TRICHES NAZARIO GOMES, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 373-2017

Publicação Nº 1456323

PORTARIA n.º 373/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora HELENA DA SILVA STANGER, do cargo de professora ACT, com carga horária de 40 (trinta) horas semanais. Sendo 20 (vinde) horas semanais na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole e 20 (vinde) horas semanais no C.E.I. Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 374-2017

Publicação Nº 1456325

PORTARIA n.º 374/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JOSIELE BONFANTE VISENTIN, do cargo de professor ACT, com carga horária de 20 (vinde) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 375-2017

Publicação Nº 1456335

PORTARIA n.º 375/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JUCELIA DE OLIVEIRA CLAUMANN, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinde) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 376-2017

Publicação Nº 1456340

PORTARIA n.º 376/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JULIANA ANTUNES SCARABELOTTI, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinde) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 377-2017

Publicação Nº 1456342

PORTARIA n.º 377/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JULIANA NICOSKI ALAMINI, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 378-2017

Publicação Nº 1456346

PORTARIA n.º 378/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora LUCINÉIA DA SILVA, do cargo de professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 379-2017

Publicação Nº 1456353

PORTARIA n.º 379/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital de Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MARILÉSIA PASINI DAL PONT, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 380-2017

Publicação Nº 1456366

PORTARIA n.º 380/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MONICA DAL MOLIN MIGUEL, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 381-2017

Publicação Nº 1456370

PORTARIA n.º 381/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora PAULA ESTEFANIA FERNANDES, do cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 382-2017

Publicação Nº 1456373

PORTARIA n.º 382/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor REINALDO BORGES, do cargo de professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 383-2017

Publicação Nº 1456375

PORTARIA n.º 383/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SOLANGE DE ALMEIDA DA BOIT PRESA, do cargo de professora ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 384-2017

Publicação Nº 1456377

PORTARIA n.º 384/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora TAINA PEREIRA, do cargo de professor ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 385-2017

Publicação Nº 1456378

PORTARIA n.º 385/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora THAIS PERUCHI SCARPARI, do cargo de professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 386-2017

Publicação Nº 1456380

PORTARIA n.º 386/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora THAISE VERISSIMO GONÇALVES VICENTIN, do cargo de professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 387-2017

Publicação Nº 1456382

PORTARIA n.º 387/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora THAISE VERISSIMO GONÇALVES VICENTIN, do cargo de professor ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 388-2017

Publicação Nº 1456428

PORTARIA n.º 388/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ANDRE ELLWANGER, do cargo de professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 389-2017

Publicação Nº 1456624

PORTARIA n.º 389/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ANDERSON VENSON DAL PONT, do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escolinha de Treinamento – Futsal.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1927-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066-2017 MAT. HIG. E LIMPEZA DEP. EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1452359

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1927/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 66/2017 Para Registro de Preços
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL. Entrega dos Envelopes: 08h15min do dia 27 de dezembro de 2017. Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 27 de dezembro de 2017. O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br. Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito

DECRETO Nº 251-2017 CONCESSÃO DIREITO REAL DE USO IMÓVEL MATRÍCULA 4.417

Publicação Nº 1455470

Decreto nº 251/2017 de 12/12/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1551/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1551/2017, Modalidade Concorrência, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto O objeto do presente Edital consiste na Concessão de Direito Real de Uso, com encargos, de Imóvel pertencente ao Município de Modelo SC, sendo LOTE Nº. 10, DA QUADRA Nº 38, LOCALIZADO NA RUA WILMA SCHLOSSER, BAIRRO INDUSTRIAL, MODELO - SC, COM ÁREA TOTAL DE 810,00 M² (OITOCENTOS E DEZ METROS QUADRADOS), MATRÍCULA NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MODELO SC SOB Nº 4.417, SEM BENFEITORIAS, pelo prazo de 10 (dez) anos, para incentivo a política de estímulo a expansão industrial, objetivando a promoção do desenvolvimento sócio econômico do Município de Modelo/SC, de acordo com a Lei Municipal nº 2.276/2016, Lei Municipal nº 1.305/1997 e Lei Municipal nº 1.032/1991. A concessão de direito real de uso, objeto desta licitação, é autorizada através da Lei Municipal nº 2.310/2017, adjudicado a favor da seguinte empresa:

Empresa	Valor Total Homologado/Encargos
ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA	CUMPRIR ENCARGOS

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 12 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

DECRETO Nº 252-2017 CONCESSÃO DIREITO REAL DE USO IMÓVEL MATRÍCULA 4.418

Publicação Nº 1455511

Decreto nº 252/2017 de 12/12/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1552/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1552/2017, Modalidade Concorrência, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto O objeto do presente Edital consiste na Concessão de Direito Real de Uso, com encargos, de Imóvel pertencente ao Município de Modelo SC, sendo PARTE DO LOTE Nº. 10, DA QUADRA Nº 38, LOCALIZADO NA RUA WILMA SCHLOSSER, BAIRRO INDUSTRIAL, MODELO - SC, COM ÁREA TOTAL DE 729,75 M² (SETECENTOS E VINTE E NOVE METROS E SETENTA E CINCO CENTÍMETROS QUADRADOS), MATRÍCULA NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MODELO SC SOB Nº 4.418, INCLUÍDAS AS BENFEITORIAS CONSTRUÍDAS NO IMÓVEL PERFAZENDO UM PAVILHÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA, EXECUTADO CONFORME PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2002, COM MATRÍCULA CEI Nº 40.320.00457/71 COM ÁREA DE 300,00 M² (TREZENTOS METROS QUADRADOS), pelo prazo de 10 (dez) anos, para incentivo a política de estímulo a expansão industrial, objetivando a promoção do desenvolvimento sócio econômico do Município de Modelo/SC, de acordo com a Lei Municipal nº 2.276/2016, Lei Municipal nº 1.305/1997 e Lei Municipal nº 1.032/1991. A concessão de direito real de uso, objeto desta licitação, é autorizada através da Lei Municipal nº 2.311/2017, alterada pela Lei Municipal nº 2.318/2017, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado/Encargo
MASCOTE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME	CUMPRIR ENCARGOS

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 12 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 253-2017 MATERIAL ESPORTIVO

Publicação Nº 1455897

Decreto nº 253/2017 de 13/12/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1924/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1924/2017, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UTILIZAÇÃO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	7.151,70
IRACI BERTOLLO E FILHO LTDA ME	9.474,90
JOSÉ PAULO BITENCOURT ME	8.334,50

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 13 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 255-2017 TROFÉUS E MEDALHAS

Publicação Nº 1455930

Decreto nº 255/2017 de 13/12/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1918/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1918/2017, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS A PREMIAÇÃO DE ATLETAS E PARTICIPANTES, ENTREGUES PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES NAS FINAIS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS QUE SERÃO REALIZADOS NO ANO DE 2018., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
RENIR PAULO MANFRIN - ME	1.975,20
RONEI DALL AGNOL ME	3.567,77
GREGO FABRICAÇÃO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI ME	2.664,10

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 13 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177-2017 ILUMINAÇÃO PÚBLICA - L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES

Publicação Nº 1455777

Extrato de Contrato nº 177/2017

Processo Licitatório nº 1061/2017

Pregão Presencial nº 045/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ nº. 15.345.797/0001-36

Valor: R\$ 670,38

Assinado em: 13/12/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PORTADORA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) NA CELESC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA ATRAVÉS DE ENSAIOS NA CELESC.

Modelo/SC, 13 de dezembro de 2017.

Ricardo Luiz Maldaner

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE TP Nº 010/2017 - FMS

Publicação Nº 1456664

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 038/2017

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS nº. 010/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do FMS, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: TP nº 010/2017. TIPO: Menor Preço Unitário. OBJETO: Contratação de Consultoria e Assessoria, para o exercício de 2018 e/ou subsequentes, de forma presencial visando à orientação, capacitação, treinamento e formação continuada dos gestores municipais do Sistema Único de Saúde/SUS; Auxiliar na confecção de projetos para captação de recursos para FMS, revisão periódica FPO, Sistemas de informação SIA-SUS, SCNES, SISMOB, SIS-AB, SISCAN, SINAN, SISVAN, E-SUS, SISPACTO, Hórus, aplicação recursos vinculados respeitando os blocos de financiamento; Elaboração das ferramentas de planejamento do SUS como: Programação Anual da Saúde, Plano Municipal da Saúde, Relatórios detalhados trimestrais e relatório Anual de Gestão, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08h00min do dia 29/12/2017. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08h15min do dia 29/12/2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 13 de dezembro de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

MONDAI (SC), 13 de dezembro de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO TP Nº 011/2017 - FMS

Publicação Nº 1456827

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 040/2017

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS nº. 011/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 011/2017. TIPO: Menor Preço Unitário. OBJETO: Contratação de profissional da área de medicina, para prestação de serviços na realização de procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia, em consultório particular, visando o atendimento de questões específica dos usuários do SUS encaminhados pelo MUNICÍPIO DE MONDAÍ, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08h00min do dia 05/01/2018. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08h15min do dia 05/01/2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 13 de dezembro de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 089/2017 - PMM

Publicação Nº 1455903

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 137/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/2017

"MULTIENTIDADES"

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 089/2017 – Registro de Preços. TIPO: Menor Preço. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de kimonos e tatames para treino de Jiu Jitsu, aquisição de conjuntos esportivos (composto de calção e camisa) e aquisição de grama em leivas, destinados para diversas secretarias do Município de Mondaí – SC, para período de 12 (doze) meses, conforme especificações, modelos e quantitativos descritos no Anexo I e mediante as demais condições estabelecidas no edital e seus anexos. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 14h00min do dia 04 de Janeiro de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: As 14h15min do dia 04 de Janeiro de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

PORT. Nº 0557/2017

Publicação Nº 1455607

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0557 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
NOMEAR CONSELHEIRO TUTELAR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM; Lei Federal 12.969 de 25 de julho de 2012 e Decreto nº 4.782 de 11 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR, o Conselheiro Tutelar Suplente VALDECIR DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº3.793.497, inscrita no CPF sob nº 050.153.019-36, matrícula 8050, eleita em 04 de outubro de 2015, para atuar no período de 11.12.2017 a 10.03.2018, em virtude de férias dos Conselheiros Tutelares Teresinha Klein, Vânia Rita da Cas Wilhelms, Ana Paula Monteiro e Ademar Posselt. Contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 11 de dezembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

LUCIANE WOCKES MARASCHIN

Secretária Municipal da Assistência Social

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CMS OFICIO 028/2017

Publicação Nº 1455981

Conselho Municipal de Saúde

Morro da Fumaça, 12 de Dezembro de 2017

Ofício 028/2017

A/C

Margarete Bortolatto

Ex presidente do Conselho Municipal de Saúde de Morro da Fumaça

Assunto: Devolução de documentação

Prezada Senhora,

Vimos através do presente solicitar a devolução de todas as atas e documentos atinentes ao Conselho Municipal de Saúde que encontram-se sob sua posse, tendo em vista que os mesmos são de suma importância para o atual Conselho Municipal de Saúde.

Atenciosamente,

Jaqueline Melo Costa

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº 180/2017

Publicação Nº 1456349

DECRETO Nº 180/2017, em 12 de Dezembro de 2017.

DISCIPLINA O TRÁFEGO DE VEÍCULOS DE CARGAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, COM FOCO NA DURABILIDADE DAS VIAS, NO DEVER DE PROPICIAR A TODOS UM TRÂNSITO SEGURO, COM RESPALDO NAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 24 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - LEI FEDERAL Nº 9.503/1997.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a infraestrutura viária do Município não foram dimensionados para receber tráfego de veículos de cargas pesadas, ocorrendo assim a degradação constante de suas estruturas; CONSIDERANDO que o Município tem competência para planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos e de pedestres em sua circunscrição, fiscalizando, autuando e aplicando penalidades, no âmbito de sua atuação, nas hipóteses de infrações por circulação, estacionamento, parada em locais proibidos e por excesso de peso, dimensões e lotações dos veículos (artigo 24 do CTB).

DECRETA:

Art. 1º Fica proibida a circulação de caminhões com PBT acima de 7,7 ton, mesmo vazios, e a operação de carga e descarga, em qualquer horário ou dia da semana, nas vias municipais indicadas abaixo:

- a) Rua 20 de maio, no trecho compreendido entre o cruzamento com a Rua Silvio Sartor até a rotatória com a Rodovia municipal Tranquilo Sartor;
- b) Rua José Cechinel em toda a sua extensão;
- c) Rodovia municipal Tranquilo Sartor, no trecho compreendido entre o cruzamento com Rua dos Corais até o cruzamento com a Rua José Cechinel;
- d) Avenida Celeste Recco, no trecho compreendido entre o cruzamento com a Rua Nereu Ramos até o cruzamento com a Rua 20 de maio;
- e) Rua Prefeito Vergínio Maccari em toda a sua extensão;

Art. 2º A proibição prevista no artigo anterior não se aplica aos veículos destinados a:

I - manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de gás combustível canalizado, de telecomunicações, de comunicações telefônicas, de coleta e transporte de lixo, de cobertura jornalística e de transporte de valores;

II - transporte coletivo de passageiros;

III - manutenção, conservação e sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo de trânsito;

IV - socorro médico, incêndio, policiamento, fiscalização e operação de trânsito;

V - socorro mecânico de emergência.

Art. 3º Determino a instalação de sinalização do local dando ampla divulgação quanto da proibição de veículos pesados sobre as vias que trata este decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 12 de Dezembro de 2017

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2017**

Publicação Nº 1456352

EMENTA:

"CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE MORRO DA FUMAÇA A FERNANDO DE FÁVERI MARCELINO, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE FUMACENSE."

Vereador José Carlos Bortolin, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou, e a Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º- Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Honorário de Morro da Fumaça a: FERNANDO DE FÁVERI MARCELINO, pelos relevantes serviços prestados ao este Município.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 07 de novembro de 2017.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN DILANIO WILLIAN SARTOR
Presidente Vice-Presidente

EDIVALDO MARCOLINO ALISON FELIX BERTAN
1º Secretário 2º Secretário

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

EDIVALDO MARCOLINO
1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017

Publicação Nº 1456354

EMENTA:

"APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa Diretora, no uso de suas atribuições legais, consoante com o Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou, e promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º- Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça/SC, referente ao Exercício de 2015, mantendo, inclusive, as restrições remanescentes, apontadas nos Relatórios DMU nº 02546 e 03189/2016.

Parágrafo Único – A referida deliberação teve baldrame no parecer técnico, exarado pela Comissão de Finanças e Orçamento, desta Casa Legislativa, que ratificou a decisão contida no respectivo Parecer Prévio nº 0282/2016, exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, inclusive com as restrições remanescentes, constantes no referido parecer e Relatórios DMU nº 02546 e 03189/2016, atinentes aos autos do Processo PCP-16/00340005.

Art. 2º- A Secretaria da Câmara informará ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como ao Prefeito Municipal interessado, o resultado desta votação.

Art. 3º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 05 de dezembro de 2017.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN DILANIO WILLIAN SARTOR
Presidente Vice-Presidente

EDIVALDO MARCOLINO ALISON FELIX BERTAN
1º Secretário 2º Secretário

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

EDIVALDO MARCOLINO
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 026/2017

Publicação Nº 1456345

EMENTA: "DISPÕE SOBRE AS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 017/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Comissão Especial de Inquérito, devidamente constituída através da Resolução nº 017/2017, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 49, § 3º, e 50, § 3º, ambos do Regimento Interno, e legislação pertinente em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Recepcionar o inteiro teor do relatório apresentado pela Comissão Especial de Inquérito (CEI), na data de 06 de dezembro do corrente ano, junto à Secretaria desta Casa Legislativa, e concluir os trabalhos atinentes ao fatos apurados por esta banca, que fora devidamente instituída pela Resolução nº 017/2017, e prorrogada pela Resolução nº 022/2017, que teve a finalidade de apurar eventuais desperdícios com gastos efetuados para aquisição de medicamentos e materiais ambulatoriais e afins, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º - Com base no relatório apresentado, sugere-se que sejam tomadas as seguintes providências:

1 - Seja encaminhado cópia integral dos presentes autos à Promotoria Pública da Comarca de Urussanga/SC, a fim de cientificar oficialmente este respeitável órgão, inclusive para requerer o que entender de Direito, no uso de suas atribuições institucionais, inclusive ingressando com as medidas judiciais pertinentes, se for o caso;

2 - Seja encaminhado cópia integral dos presentes autos ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para cientificação oficial desta respeitável Corte, inclusive para promover à adoção das providências que entender necessárias, de acordo com a competência deste respeitável órgão;

3 - Seja encaminhado cópia integral dos presentes autos à Controladoria Interna do Município de Morro da Fumaça, para cientificação oficial daquele órgão, inclusive para promover à adoção das providências cabíveis, conforme os ditames inerentes às suas

atribuições legais;

4 - Seja encaminhado cópia integral dos presentes autos ao Observatório Social de Morro da Fumaça, para cientificação oficial daquele órgão, inclusive para promover a adoção das providências cabíveis, conforme os ditames inerentes às suas atribuições estatutárias;

5 - Seja encaminhado cópia integral dos presentes autos ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, para cientificação oficial daquele respeitável Gestor, bem como para promova, imediatamente, as sugestões constantes no item "d" do referido relatório, inclusive promover a adoção das providências cabíveis, conforme os ditames inerentes às funções e princípios reservados à Administração Pública;

Art. 3º - O relatório em questão, objeto desta Resolução, teve os votos favoráveis do Presidente e Relator da presente CEI, exceto o voto do Vice-Presidente, que foi contrário à conclusão do Relator, em virtude de entender inconclusivos os depoimentos carreados aos presentes autos em apreço.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2017.

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - CEI:

ALISON FELIX BERTAN
Presidente

ANTONIO ARY DELUCA
Vice-Presidente

RAIMUNDO MARQUES
Relator

Morro Grande

PREFEITURA

PORTARIA 142/2017

Publicação Nº 1457105

PORTARIA Nº 142/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, conforme listados na tabela a baixo:

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO			INICIO DAS FÉRIAS
5	EDEVAR LONGARETTI	02/01/2017	a	01/01/2018	02/01/2018
9	SUZANA LONGARETTI MARCELO	04/01/2017	a	03/01/2018	02/01/2018
31	CLAUDETE MACARINI LONGARETTI	04/01/2017	a	03/01/2018	02/01/2018
32	CECILIA DAL MOLIN BIFF CORREA	05/05/2016	a	04/05/2017	02/01/2018
43	IDOCLECIO BIFF DAL TOE	04/01/2017	a	03/01/2018	02/01/2018
44	JOSE ENIO DAL TOE	04/05/2016	a	03/05/2017	02/01/2018
46	ALCEU FRELLO FENALI	02/01/2017	a	01/01/2018	02/01/2018
53	ADEMIR GENUINO	30/06/2016	a	29/06/2017	02/01/2018
60	MARISA ARLETE MILANEZ	03/02/2016	a	02/02/2017	02/01/2018
61	ANTONIO MARCOS RODRIGUES	01/09/2016	a	31/08/2017	02/01/2018
66	ROSANA BIAVA DA SILVA	05/01/2017	a	04/01/2018	02/01/2018
84	JOARES BIFF	20/12/2014	a	19/12/2015	02/01/2018
90	IZELMA FENALI CREPALDI PAZZINI	11/01/2017	a	10/01/2018	02/01/2018
94	ELISIANE MEZARI MENEGON MAGAGNIN	12/02/2016	a	11/02/2017	02/01/2018
99	ANTONIO MANENTI	04/01/2017	a	03/01/2018	02/01/2018
100	IVONETI SONEGO FAVARIN	01/02/2016	a	31/01/2017	02/01/2018
109	JOSE AROLDO BIF	02/01/2017	a	01/01/2018	02/01/2018
110	FATIMA MARIA MILANEZ SILVESTRI	11/02/2015	a	10/02/2016	02/01/2018
119	JOSSEMAR ANTONIO DANIEL	11/02/2016	a	10/02/2017	02/01/2018
120	TANIA MARIA PETERLE	05/01/2017	a	04/01/2018	02/01/2018
135	JANICE DANIEL MUNARETTO	14/04/2016	a	13/04/2017	02/01/2018
164	ZOLENE CASAGRANDE	01/02/2016	a	31/01/2017	02/01/2018
188	IRIO DA SILVA	03/12/2016	a	02/12/2017	02/01/2018
195	ROSA DELURDES ZUCHINALI BIFF	03/12/2016	a	02/12/2017	02/01/2018
199	VALTER FENALI	03/12/2016	a	02/12/2017	02/01/2018
204	CRISTIANA MENEGON ROSSO	02/01/2017	a	01/01/2018	02/01/2018
208	MARILAINÉ BRINA CORAL	05/01/2017	a	04/01/2018	02/01/2018
211	MARCIO RABELO	05/01/2017	a	04/01/2018	02/01/2018
227	VALDELIR WARMILING	05/01/2017	a	04/01/2018	02/01/2018

228	ANDREI ROSSO	05/01/2017	a	04/01/2018	02/01/2018
MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO			INICIO DAS FÉRIAS
321	JOSCELI BOM MACARINI	02/03/2016	a	01/03/2017	02/01/2018
322	BERNARDETE DE SOUZA	02/03/2016	a	01/03/2017	02/01/2018
323	DANIELA ROCHA MENEGON	02/03/2016	a	01/03/2017	02/01/2018
325	IVONETE BARBOSA CREPALDI	02/03/2016	a	01/03/2017	02/01/2018
342	JOSE SEMA DE OLIVEIRA	09/10/2016	a	08/10/2017	02/01/2018
739	CARLOS RAMILO DA SILVA	03/08/2016	a	02/08/2017	02/01/2018
740	LUIZ CARLOS TORETTI CORREA	03/08/2016	a	02/08/2017	02/01/2018
745	CLACIA MARCOMIN ROCHA	01/09/2016	a	31/08/2017	08/01/2018
752	VALMIR PERDONA	01/09/2016	a	31/08/2017	02/01/2018
754	JUSSARA ALEXANDRE ORESTES ROCHA	01/09/2016	a	31/08/2017	02/01/2018
755	FATIMA CREPALDI FENALI	01/09/2016	a	31/08/2017	02/01/2018
756	ANDREZA WARMLING BROVEDAN	01/09/2016	a	31/08/2017	08/01/2018
757	VALMIR CREPALDI	01/09/2016	a	31/08/2017	02/01/2018
793	CLAITON CREPALDI	20/09/2015	a	19/09/2016	02/01/2018
794	VALDIANI MARTIGNAGO ROSSO	20/09/2016	a	19/09/2017	02/01/2018
798	DILNEIA NICOLETTI SONEGO	21/09/2016	a	20/09/2017	02/01/2018
799	LEDJANE CONSENCO ROCHA PERUCHI	22/09/2016	a	21/09/2017	02/01/2018
800	IVANETE MILANEZ SILVESTRE	23/09/2016	a	22/09/2017	02/01/2018
804	DANNIEL ORIONE DA SILVA	23/09/2016	a	22/09/2017	02/01/2018
810	REINALDO BORGES	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
811	RITA DE CASSIA MARTINS BIZ	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
813	JAQUELINE DANIEL RABELO	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
814	SILVANO BIFF	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
815	ELOI GRIGIO MUNARETTO	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
816	ORACIDIO PERDONA	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
817	MARIA APARECIDA TEIXERA GENUINO	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
818	CARLOS MUNARETTO DE OLIVEIRA	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
819	DANIELA OLIBONI DA SILVA BRINA	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
820	MARIA GRIGIO MUNARETTO TOMAZI	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
821	SIMONI DA SILVA	10/01/2017	a	09/01/2018	15/01/2018
822	MARCIA PERUCHI	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
823	ELOIR PERDONA	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
824	MARCIA ROZIANE GHISI CREPALDI	10/01/2017	a	09/01/2018	02/01/2018
825	VOLNEI FAVARIN	11/01/2017	a	10/01/2018	02/01/2018
826	JOSE ARCANGELO SOUZA	12/01/2017	a	11/01/2018	02/01/2018
827	MARIGENIA BALDESSAR	17/01/2017	a	16/01/2018	02/01/2018
829	ESTELA DE SOUZA CORRENTE SPADER	01/02/2016	a	31/01/2017	02/01/2018
830	ROSIMERI SPADER DANIEL	07/02/2016	a	06/02/2017	02/01/2018
832	JAQUELINE SASSO FAVARIN DAL PONT	07/02/2016	a	06/02/2017	02/01/2018
846	LEANDRO ZUCHINALI	28/03/2016	a	27/03/2017	02/01/2018

870	LILIAN REZIN ZUCHINALI	06/06/2016	a	05/06/2017	02/01/2018
872	FLAVIA BROVEDAN MARCOMIN FENALI	25/06/2016	a	24/06/2017	02/01/2018

Parágrafo único. Fica concedido o parcelamento das férias para os servidores VOLNEI FAVARIN e CLACIA MARCOMIN ROCHA.

Para o servidor VOLNEI FAVARIN, matrícula 825, fica parcelado o período de férias em duas etapas de 15 dias a primeira de 02/01/2018 a 16/01/2017 e a segunda etapa de 16/07/2018 a 30/07/2018.

Para a servidora CLACIA MARCOMIN ROCHA, matrícula 745, fica parcelado em duas etapas, uma de 20 dias e outra de 10 dias, a primeira de 08/01/2018 a 27/01/2018 e a segunda etapa do dia 09/07/2018 a 18/07/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 11 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 143/2017

Publicação Nº 1457107

PORTARIA Nº 143/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 97 da Lei Municipal nº 005 de janeiro de 1993 e a Lei 781/2013;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado e deferido;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 08/01/2017, a servidora JAQUELINE CREPALDI, matrícula 874, referente ao período aquisitivo 05/07/2016 a 04/07/2017.

Parágrafo único. Fica concedido, por opção da servidora relacionada neste artigo, a conversão de 1/3(um terço) das férias em dinheiro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 11 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 144/2017

Publicação Nº 1457109

PORTARIA Nº 144/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias a partir de 02/01/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a Conselheira Tutelar BRUNA GOMES SCARPATI, matrícula 992, referente ao período aquisitivo 10/01/2017 a 09/01/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 11 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 145/2017

Publicação Nº 1457128

PORTARIA Nº 145/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando a Comunicação de Decisão referente ao Requerimento nº 184303666 e Benefício nº 6210389426, da Agencia da Previdência Social em Araranguá/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido licença para tratamento de saúde, até 06/01/2018, para a servidora ANDREZA WARMLING BROVEDAN, matrícula nº 756, ocupante do cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais II", do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Morro Grande, com vantagens e obrigações estabelecidas em Lei.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/11/2017.

Morro Grande/SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 146/2017

Publicação Nº 1457130

PORTARIA Nº 146/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALDIONIR ROCHA, Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando a Comunicação de Decisão referente ao Requerimento nº 184145599 e Benefício nº 6209445814, da Agencia da Previdência Social de Forquilha/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido licença para tratamento de saúde, até 11/12/2017, para a servidora EDENIR ALBERTINA ROCHA GENUINO, matrícula nº 749, ocupante do cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais I", do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Morro Grande, com vantagens e obrigações estabelecidas em Lei.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/11/2017.

Morro Grande/SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 147/2017

Publicação Nº 1457135

PORTARIA Nº 147/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE AULA EXCEDENTE À SERVIDOR

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 25 da Lei Complementar 28/2015;

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido AULA EXCEDENTE, para o mês de dezembro de 2017, aos professores do quadro permanente do magistério da Prefeitura de Morro Grande, conforme quadro a baixo:

PROFESSOR	MATRÍCULA	QUANTIDADE DE AULAS EXEDENTES
JOSSEMAR ANTONIO DANIEL	119	01
REINALDO BORGES	810	01

RITA DE CASSIA MARTINS BIZ	811	01
SILVANO BIFF	814	02
FLAVIA BIFF CORREA BOSA	1078	02
LEANDRO CORREA	1075	01

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

3395/2017 EXONERA

Publicação Nº 1456444

PORTARIA N º 3395 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIO DE OBRAS o senhor SEBASTIÃO ALVES DA SILVA, com a data de 11/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA II DA SESSÃO 155/2017 PMN

Publicação Nº 1456865

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 155/2017 PMN – PROPOSTA DE PREÇO

AOS SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, AS 14 HORAS NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇO DA LICITANTE CLASSIFICADA. A LICITANTE ATINGIU 280 PONTOS NA AVALIAÇÃO TÉCNICA (PT) E 800 PONTOS NA PROPOSTA DE PREÇO (PP). A MÉDIA FOI CALCULADA ATRAVÉS DA FÓRMULA: $MP = \{[(PT \times 6) + (PP \times 4)] / 10\}$, ONDE $MP = 488$. CONSIDERA-SE A EMPRESA INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO – ISEP, VENCEDORA DO CERTAME. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 167/2017 PMN

Publicação Nº 1456781

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 167/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em terceirização de serviços com locação de mão-de-obra de 01 (um) operador de retroescavadeira de médio porte, com experiência, para auxiliar nos trabalhos do programa PROPAG - Programa de Patrulha Agrícola, através da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 03/01/2018

até às 13h50. Abertura/envelopes: 03/01/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 172/2017 PMN - REPUBLICADO

Publicação Nº 1456756

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 172/2017 PMN

REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando permissão para exploração de publicidade, organização, divulgação e realização do projeto verão 2017/2018 em toda orla da praia de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte. Entrega/envelopes: 03/01/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 03/01/2018 às 09h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Emílio Vieira – Prefeito.

CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1456442

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 12 de dezembro de 2017.

Ilmo(a) Sra.
MARINEZ DE SOUZA

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação, para o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2017 - LAR DE MARINA

Publicação Nº 1456852

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 35/2017

OBJETO: Solicitação de pagamento de serviços de acolhimento prestados sem a formalização de contrato.

REQUERENTE: Lar de Marina

ASSUNTO: Apurar possibilidade de pagamento de 40 (quarenta) dias de internação da menor N. E. de O., a pedido do Secretário de Assistência Social Juliano Nildo de Maria.

O presente processo foi instaurado após despacho exarado da Secretaria de Administração após o recebimento da CI SAS 313/2017.

O processo foi autuado conforme segue:

1. Termo de Abertura - (fl. 01);
2. CI SAS nº 313/2017 - (fl. 02)
3. Ofício da instituição Lar de Marina (fls. 03);
4. Ofício nº 143/2017 emitido pelo Conselho Tutelar (fls.04)
5. Documentos dos autos nº 0001204-29.2017.8.24.0135 (fls.05-11)
6. CI nº 68/2017 solicitando esclarecimentos à Secretaria de Assistência Social (fls. 12)
7. Ofício Gestão 240/2017 subscrito pelo Secretário de Assistência Social (fls. 13-18)
8. Portaria nº 1022 de 16/03/2017 (fls. 19).

1. DOS FATOS

A Secretaria de Assistência Social, através da CI SAS 313/2007 solicitou o pagamento referente ao período de 40 (quarenta) dias de acolhimento da menor Nicolly Esthefany de Oliveira na instituição Lar de Marina.

Segundo relato do Secretário foi realizado o acolhimento administrativo pelo Conselho Tutelar em 05/04/2017 que "usando de suas atribuições, preservou a integridade física e moral da referida adolescente que estava sendo ameaçada de morte por ter sido testemunha do homicídio de seu genitor".

Segundo relato do Secretário da pasta na data de 10/07/2017 a adolescente foi desacolhida e entregue aos cuidados de sua genitora.

Neste ínterim entre o acolhimento e o desacolhimento a Secretaria não realizou o pagamento do período de internação, e segundo resposta encaminhada a este departamento, tratava-se de medida de urgência, sendo que "...está providenciando o edital de chamamento para convênios com instituições que prestam esse tipo de serviço."

É o relato necessário.

Assim, foi instaurado o presente processo administrativo para apuração da possibilidade de efetuar o pagamento sem a formalização de contrato.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame se restringe à verificação acerca da possibilidade de pagamento referente aos 40 (quarenta) dias de acolhimento da adolescente sem a formalização de processo licitatório e consequentemente sem a contratualização dos serviços.

A Empresa pleiteia o pagamento dos serviços executados que totalizam o valor de R\$ 5.340,00 (cinco mil trezentos e quarenta reais).

Sobre o assunto, não se pode deixar de observar que de acordo com o parágrafo único do art. 60 da lei 8.666/93, no que tange aos contratos públicos, em regra, devem ser formalizados com a adoção do instrumento adequado, admitindo os contratos verbais somente em pequenas compras:

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Observa-se, portanto, que o valor pleiteado é de R\$ 5.340,00 (cinco mil trezentos e quarenta reais), referente aos serviços prestados, que além de não ser de pronto pagamento, excede os 5% do limite estabelecido no art. 23, II da Lei 8.666/93, razão pela qual não se enquadra na exceção legal.

A Administração Pública deve observar o devido processo licitatório em suas contratações, conforme preceitua o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal, ressalvadas as hipóteses legais de contratação direta, e formalizar o instrumento contratual ou equivalente em atendimento aos princípios da legalidade e do formalismo moderado.

A Lei nº 8.666/93 prevê expressamente que os contratos verbais são nulos de pleno direito, e portanto, devem ser desconstituídos com efeitos ex tunc. Muito embora o entendimento majoritário seja no sentido de que o Município não pode se eximir do pagamento por serviços prestados e por prejuízos comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade, sob pena de infração ao princípio da vedação ao enriquecimento ilícito, constata-se que houve a manutenção da situação irregular por período razoável, além de parte do período do acolhimento ter sido adimplido mesmo sem a formalização de licitação e contrato.

Em razão disso, cumpre ao gestor público adotar todas as cautelas possíveis para evitar a manutenção de uma relação extracontratual, realizando a licitação de forma tempestiva, evitando-se irregularidade administrativa, e a consequente apuração de responsabilidade.

Neste sentido a jurisprudência pátria reconhece a nulidade da contratação verbal, vejamos:

TRF-1 - APELAÇÃO CÍVEL AC 4158 DF 2002.01.00.004158-3 (TRF-1) Data de publicação: 09/04/2002

Ementa: ADMINISTRATIVO. REPAROS EM APARTAMENTOS FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO, SEM DISPENSA FORMAL. APENAS SOLICITAÇÃO VERBAL DE AUTORIDADE À EMPRESA. NULIDADE DO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. 1. "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes..." (art. 37, XXI, da Constituição). 2. A

Administração não pode se responsabilizar por obras realizadas mediante simples solicitação verbal de autoridade, ou seja, sem processo de licitação ou decisão, devidamente motivada, de dispensa ou inexigibilidade de tal processo, fatos estes de pleno conhecimento da empresa. (grifo nosso)

TJ-ES - Apelação APL 00375888320138080035 (TJ-ES)

Data de publicação: 04/09/2015

Ementa: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL -CREDENCIAMENTO SESA – EDITAL 009/2010 – NULO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – 1 - Credenciamento é uma forma de contratação direta adotada pela Administração Pública, previsto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia quando houver inviabilidade de competição. 2- O parágrafo único do art. 60 da Lei 8666/93, declara nulo de pleno direito, contrato verbal firmado com a Administração Pública, salvo em casos específicos, concluindo-se pela inexistência de credenciamento tácito. 3 - In casu, a apelada informou que não tinha interesse em participar do credenciamento na nova versão do Edital n.09/ 2010, inclusive informando seriam cobrados seus serviços caso solicitado conforme tabela SINDHES/UNIDAS. 4- Recurso Conhecido e Improvido. VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes os acima mencionados. ACORDA a Egrégia Quarta Câmara Cível, na conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão que integram este julgado, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

A inexistência de verossimilhança do direito reclamado está caracterizada pela ofensa ao princípio da legalidade, posto que não observadas as formalidades exigidas pela Lei 8.666/93 no Parágrafo Único do art. 60.

Assim, todo contrato administrativo há que ser celebrado com obediência aos ditames legais, sob pena de ser eivado de nulidade, acarretando vários transtornos tanto ao ente público quanto ao particular participante do ajuste.

Importante destacar que no entendimento de Ronny Charles, em seu livro "Leis de Licitações Públicas Comentadas (Ed. Podivm, 3ªEd., p. 323)", a legislação cobra especial atenção à necessidade de que os atos contratuais praticados pela Administração sejam devidamente formalizados, esta é uma das formas de se impedir abusos, desvios e prejuízos ao erário.

Além da previsão estampada na 8.666/93 sobre a nulidade dos contratos verbais com o Poder Público, faz-se necessário mencionar a vedação exposta na Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro. Tal normativa veda a realização de despesas sem o empenho prévio, nos termos do seu artigo 60. "É vedada a realização de despesas sem prévio empenho", ou seja, sem a devida previsão orçamentária.

Pelo texto legal, o empenho "prévio" é condição "sine qua non" para realização de despesas públicas de qualquer natureza.

Cumpre-se ressaltar que o empenho da despesa, conforme preceitua o Art. 58 da Lei nº 4.320/64, "(...) cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição", o que não se concretiza no caso analisado, considerando que não há previsão contratual e tampouco o devido empenho, contrariando o artigo 60 da mesma lei, que veda a realização de despesas sem o prévio empenho e também a decisão do TCU que diz: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 e 70 da Lei nº 4.320/64". (TCU, Acórdão nº 1.404/2011, 1ª Câmara, el. Min. Ubiratan Aguiar, Dou de 11.03.2011). No mais, cabe a Secretaria competente efetuar adequado planejamento de suas contratações, em obediência aos princípios basilares do direito pátrio.

In casu, trata-se de situação corriqueira, não havendo a possibilidade de enquadramento como situação emergencial, posto que, diante da inexistência de estrutura administrativa do Conselho Tutelar e da Secretaria de Assistência Social é esperado que este tipo de internação tenha que ocorrer obrigatoriamente em instituições privadas.

O planejamento é princípio basilar das licitações públicas, e ainda que não se possa prever o tipo e a quantidade de acolhimentos por ano, é indispensável que licite vagas ou ao menos se credencie instituições para a prestação de serviços desta natureza, assegurando a observância aos princípios da impessoalidade, isonomia e legalidade.

A eventual contratação irregular de serviços, ainda que em prol do interesse público e por determinação judicial, exigirá a imediata apuração de responsabilidade. No caso dos autos houve a determinação de acolhimento, mas as deliberações quanto à escolha das instituições acontece, via de regra, pelos membros do Conselho, o que não se coaduna com a previsão estampada na lei 8.666/93. Por esta razão é imperioso providenciar a imediata abertura de sindicância para apuração de responsabilidade do agente que deu causa a tal irregularidade. Este é o entendimento esposado pela Orientação Normativa AGU nº 04/2009, a saber:

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

Visando garantir a Supremacia do interesse público, os recursos e a dotação orçamentária do exercício, as despesas efetivadas sem os devidos contratos, sem licitação ou sem previsão legal devem ser negadas visto a falta de responsabilidade e falta de planejamento da Secretaria envolvida.

2. DA DECISÃO

Em face dos fatos e fundamentos ora aduzidos e trazidos para deliberação, com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no que tange a garantir a supremacia do interesse público, tomando por base toda a legislação pátria e jurisprudencial aqui citadas, esta comissão decide que:

2.1. Ficou apurado que a empresa Lar de Marina não possui contrato firmado com o Município para a prestação dos serviços de acolhimento;

2.2. Conforme documentação acostada estes fatos ocorreram na gestão do Secretário Sr. Juliano Nildo de Maria, que reconhece que o serviço foi devidamente prestado e que existem valores pendentes de pagamento (fls. 03), porém a Lei 4.320/64 em seu artigo 60, veda a realização despesas sem o prévio empenho. Ante o exposto a contratação verbal por parte da secretaria de Assistência fere a previsão contida no artigo 60, parágrafo único da lei 8.666/93, que veda expressamente o contrato verbal.

2.3. Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, VERIFICAMOS A IMPOSSIBILIDADE do pagamento pela via administrativa de cerca de 40 (quarenta) dias de internação referente ao serviço de acolhimento da adolescente N. E. de O. no período de junho e julho de 2017, ante a ausência de contratualização e não enquadramento nas exceções legais, impossibilitando a esta Administração a quitação dos valores

através da via administrativa.

2.4. Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela IMPOSSIBILIDADE do pagamento do valor pleiteado, relativo à prestação de serviços, julgando IMPROCEDENTE o pedido formulado no PA nº 35/2017.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 18 de outubro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto
Membro da Comissão

Nelson da Cunha
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa
Responsável pelos Processos Administrativos

Emilio Vieira
Prefeito de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração e Logística

DECISAO: Procedimento Administrativo nº 35/2017

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2017 - LAR DE MARINA

Publicação Nº 1456853

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 36/2017

OBJETO: Solicitação de pagamento de serviços de acolhimento prestados sem a formalização de contrato.

REQUERENTE: Lar de Marina

ASSUNTO: Apurar possibilidade de pagamento de 05 (cinco) meses de internação da menor M.F.P de S, a pedido do Secretário de Assistência Social Juliano Nildo de Maria.

O presente processo foi instaurado após despacho exarado da Secretaria de Administração após o recebimento da CI SAS 313/2017.

O processo foi autuado conforme segue:

1. Termo de Abertura - (fl. 01);
2. CI SAS nº 307/2017 - (fl. 02)
3. Documentos dos autos nº 0001961-57.2016.8.24.0135 (fls.03-07)
4. Ofício da instituição Lar de Marina (fls. 08-12);
5. E-mails trocados entre a SAS e a empresa Lar de Marina (fls. 13-15);
6. CI nº 69/2017 solicitando esclarecimentos à Secretaria de Assistência Social (fls. 16)
7. Ofício Gestão 242/2017 subscrito pelo Secretário de Assistência Social (fls. 17-24)
8. Portaria nº 1022 de 16/03/2017 (fls. 25).

1. DOS FATOS

A Secretaria de Assistência Social através da CI SAS 307/2007 solicitou o pagamento referente ao período de 24/04/2017 a 17/08/2017 de acolhimento da menor M.F.P de S. na instituição Lar de Marina.

Segundo relato do Secretário foi realizado o acolhimento em razão de uma determinação judicial e a "secretaria está providenciando o edital de chamamento para convênios com instituições que prestam esse tipo de serviço".

Segundo consta na documentação apresentada, na data de 17/08/2017 a adolescente foi desacolhida.

Neste ínterim entre o acolhimento e o desacolhimento a Secretaria efetuou o pagamento apenas do período de 01/08/2017 a 17/08/2017, não havendo informação nos autos de quais valores teriam permanecido inadimplidos.

É o relato necessário.

Assim, foi instaurado o presente processo administrativo para apuração da possibilidade de efetuar o pagamento sem a formalização prévia de contrato.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame se restringe à verificação acerca da possibilidade de pagamento referente a quatro meses de acolhimento da adolescente sem a formalização de processo licitatório e consequentemente sem a contratualização dos serviços. O secretário da pasta pleiteia o pagamento dos serviços executados, sendo que à época da solicitação a menor ainda estava acolhida, o que pode justificar a ausência de documento ou relatório com espelho do débito para o qual se pleiteia o pagamento.

Sobre o assunto, não se pode deixar de observar que de acordo com o parágrafo único do art. 60 da lei 8.666/93, no que tange aos contratos públicos, em regra, devem ser formalizados com a adoção do instrumento adequado, admitindo os contratos verbais somente em pequenas compras:

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Observa-se, portanto, que o valor pleiteado é de R\$ 5.340,00 (cinco mil trezentos e quarenta reais), referente aos serviços prestados, que além de não ser de pronto pagamento, excede os 5% do limite estabelecido no art. 23, II da Lei 8.666/93, razão pela qual não se enquadra na exceção legal.

A Administração Pública deve observar o devido processo licitatório em suas contratações, conforme preceitua o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal, ressalvadas as hipóteses legais de contratação direta, e formalizar o instrumento contratual ou equivalente em atendimento aos princípios da legalidade e do formalismo moderado.

A Lei nº 8.666/93 prevê expressamente que os contratos verbais são nulos de pleno direito, e portanto, devem ser desconstituídos com efeitos ex tunc. Muito embora o entendimento majoritário seja no sentido de que o Município não pode se eximir do pagamento por serviços prestados e por prejuízos comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade, sob pena de infração ao princípio da vedação ao enriquecimento ilícito, constata-se que houve a manutenção da situação irregular por período razoável, além de parte do período do acolhimento ter sido adimplido mesmo sem a formalização de licitação e contrato.

Em razão disso, cumpre ao gestor público adotar todas as cautelas possíveis para evitar a manutenção de uma relação extracontratual, realizando a licitação de forma tempestiva, evitando-se irregularidade administrativa, e a consequente apuração de responsabilidade.

Neste sentido a jurisprudência pátria reconhece a nulidade da contratação verbal, vejamos:

TRF-1 - APELAÇÃO CÍVEL AC 4158 DF 2002.01.00.004158-3 (TRF-1) Data de publicação: 09/04/2002

Ementa: ADMINISTRATIVO. REPAROS EM APARTAMENTOS FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO, SEM DISPENSA FORMAL. APENAS SOLICITAÇÃO VERBAL DE AUTORIDADE À EMPRESA. NULIDADE DO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. 1. "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes..." (art. 37, XXI, da Constituição). 2. A Administração não pode se responsabilizar por obras realizadas mediante simples solicitação verbal de autoridade, ou seja, sem processo de licitação ou decisão, devidamente motivada, de dispensa ou inexigibilidade de tal processo, fatos estes de pleno conhecimento da empresa. (grifo nosso)

TJ-ES - Apelação APL 00375888320138080035 (TJ-ES)

Data de publicação: 04/09/2015

Ementa: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL -CREDENCIAMENTO SESA – EDITAL 009/2010 – NULO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – 1 - Credenciamento é uma forma de contratação direta adotada pela Administração Pública, previsto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia quando houver inviabilidade de competição. 2- O parágrafo único do art. 60 da Lei 8666/93, declara nulo de pleno direito, contrato verbal firmado com a Administração Pública, salvo em casos específicos, concluindo-se pela inexistência de credenciamento tácito. 3 - In casu, a apelada informou que não tinha interesse em participar do credenciamento na nova versão do Edital n.09/ 2010, inclusive informando seriam cobrados seus serviços caso solicitado conforme tabela SINDHES/UNIDAS. 4- Recurso Conhecido e Improvido. VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes os acima mencionados. ACORDA a Egrégia Quarta Câmara Cível, na conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão que integram este julgado, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

A inexistência de verossimilhança do direito reclamado está caracterizada pela ofensa ao princípio da legalidade, posto que não observadas as formalidades exigidas pela Lei 8.666/93 no Parágrafo Único do art. 60.

Assim, todo contrato administrativo há que ser celebrado com obediência aos ditames legais, sob pena de ser eivado de nulidade, acarretando vários transtornos tanto ao ente público quanto ao particular participante do ajuste.

Importante destacar que no entendimento de Ronny Charles, em seu livro "Leis de Licitações Públicas Comentadas (Ed. Podivm, 3ªEd., p. 323)", a legislação cobra especial atenção à necessidade de que os atos contratuais praticados pela Administração sejam devidamente formalizados, esta é uma das formas de se impedir abusos, desvios e prejuízos ao erário.

Além da previsão estampada na 8.666/93 sobre a nulidade dos contratos verbais com o Poder Público, faz-se necessário mencionar a vedação exposta na Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro. Tal normativa veda a realização de despesas sem o empenho prévio, nos termos do seu artigo 60. "É vedada a realização de despesas sem prévio empenho", ou seja, sem a devida previsão orçamentária.

Pelo texto legal, o empenho "prévio" é condição "sine qua non" para realização de despesas públicas de qualquer natureza.

Cumpra-se ressaltar que o empenho da despesa, conforme preceitua o Art. 58 da Lei nº 4.320/64, "(...) cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição", o que não se concretiza no caso analisado, considerando que não há previsão contratual e tampouco o devido empenho, contrariando o artigo 60 da mesma lei, que veda a realização de despesas sem o prévio empenho e também a decisão do TCU que diz: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 e 70 da Lei nº 4.320/64". (TCU, Acórdão nº 1.404/2011, 1ª Câmara, el. Min. Ubiratan Aguiar, Dou de 11.03.2011). No mais, cabe a Secretaria competente efetuar adequado planejamento de suas contratações, em obediência aos princípios basilares do direito pátrio.

In casu, trata-se de situação corriqueira, não havendo a possibilidade de enquadramento como situação emergencial, posto que, diante da inexistência de estrutura administrativa do Conselho Tutelar e da Secretaria de Assistência Social é esperado que este tipo de internação tenha que ocorrer obrigatoriamente em instituições privadas.

Ainda que conste da Ata de Audiência que a menor iria ser encaminhada ao Lar de Marina, constata-se que nenhum representante do Município ou do Conselho Tutelar esteve presente ao Ato, o que nos leva a crer que o Conselho Municipal tenha previamente à audiência sugerido o acolhimento na referida instituição. E ainda que fosse o caso de deliberação exclusiva do Poder Judiciário a escolha da instituição, é sabido pela independência dos poderes que o Judiciário não pode gerar obrigação ao ente municipal quanto à escolha da instituição, já que compete a este a gestão dos recursos públicos e o atendimento à legislação que rege as contratações públicas, sendo aceitável, no máximo, a determinação de que o Município providenciasse a internação em qualquer instituição que atendesse aos requisitos da legislação pertinente.

O planejamento é princípio basilar das licitações públicas, e ainda que não se possa prever o tipo e a quantidade de acolhimentos por ano, ou ainda que a obrigação surgisse de determinação judicial, é indispensável que se licite vagas ou ao menos se credencie instituições para a prestação de serviços desta natureza, assegurando a observância aos princípios da impessoalidade, isonomia e legalidade.

A eventual contratação irregular de serviços, ainda que em prol do interesse público e por determinação judicial, exigirá a imediata apuração de responsabilidade. No caso dos autos houve a determinação em audiência do acolhimento, mas as deliberações quanto à escolha das instituições acontecem, via de regra, pelos membros do Conselho, o que não se coaduna com a previsão estampada na lei 8.666/93. Por esta razão é imperioso providenciar a imediata abertura de sindicância para apuração de responsabilidade do agente que deu causa à tal irregularidade.

Este é o entendimento esposado pela Orientação Normativa AGU nº 04/2009, a saber:

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

Visando garantir a Supremacia do interesse público, os recursos e a dotação orçamentária do exercício, as despesas efetivadas sem os devidos contratos, sem licitação ou sem previsão legal devem ser negadas visto a falta de responsabilidade e falta de planejamento da Secretaria envolvida.

2. DA DECISÃO

Em face dos fatos e fundamentos ora aduzidos e trazidos para deliberação, com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no que tange a garantir a supremacia do interesse público, tomando por base toda a legislação pátria e jurisprudencial aqui citadas, esta Comissão decide que:

2.1. Ficou apurado que a empresa Lar de Marina não possui contrato firmado com o Município para a prestação dos serviços de acolhimento;

2.2. Conforme documentação acostada estes fatos ocorreram na gestão do Secretário Sr. Juliano Nildo de Maria, que reconhece que o serviço foi devidamente prestado e que existem valores pendentes de pagamento (sem precisar o valor exato e atualizado do débito), porém a Lei 4.320/64 em seu artigo 60, veda a realização despesas sem o prévio empenho. Ante o exposto a contratação verbal por parte da secretaria de Assistência fere a previsão contida no artigo 60, parágrafo único da lei 8.666/93, que veda expressamente o contrato verbal.

2.3. Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, VERIFICAMOS A IMPOSSIBILIDADE do pagamento de cerca de quatro meses de internação referente ao serviço de acolhimento da adolescente M.F.P de S no período de abril a agosto de 2017, ante a ausência de contratualização e não enquadramento nas exceções legais, impossibilitando a esta Administração a quitação dos valores através da via administrativa.

2.4. Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela IMPOSSIBILIDADE do pagamento do valor pleiteado, relativo à prestação de serviços, julgando IMPROCEDENTE o pedido formulado no PA nº 36/2017.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 19 de outubro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto
Membro da Comissão

Nelson da Cunha
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa
Responsável pelos Processos Administrativos

Emilio Vieira
Prefeito de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração e Logística

DECISAO: Procedimento Administrativo nº 36/2017

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2017 - LAR DE MARINA

Publicação Nº 1456856

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 37/2017

OBJETO: Solicitação de pagamento de serviços de acolhimento prestados sem a formalização de contrato.

REQUERENTE: Lar de Marina

ASSUNTO: Apurar possibilidade de pagamento de 34 (trinta e quatro) dias de internação da menor J.B.R., a pedido do Secretário de Assistência Social Juliano Nildo de Maria.

O presente processo foi instaurado após despacho exarado da Secretaria de Administração após o recebimento da CI SAS 314/2017.

O processo foi autuado conforme segue:

1. Termo de Abertura - (fl. 01);
2. CI SAS nº 314/2017 - (fl. 02)
3. Ofício da instituição Lar de Marina (fls. 03);
4. Documentos dos autos nº 0001198-22.2017.8.24.0135 (fls.04-26)
5. CI nº 70/2017 solicitando esclarecimentos à Secretaria de Assistência Social (fls. 27)
6. Ofício Gestão 238/2017 subscrito pelo Secretário de Assistência Social (fls. 28-39)
7. Portaria nº 1022 de 16/03/2017 (fls. 40).

1. DOS FATOS

A Secretaria de Assistência Social, através da CI SAS 314/2007, solicitou o pagamento referente a 340 (trinta e quatro) dias de acolhimento da menor J.B.R. na instituição Lar de Marina no período entre 05/04/17 e 04/07/2017.

Segundo relato do Secretário foi realizado o acolhimento administrativo pelo Conselho Tutelar em 05/04/2017 que "usando de suas atribuições, preservou a integridade física e moral da referida adolescente que estava sendo ameaçada de morte por ter sido testemunha do homicídio de seu companheiro".

Segundo relato do Secretário da pasta na data de 04/07/2017 a adolescente foi desacolhida e transferida para a ABAM – Associação Blumenauense de Amparo ao Menor.

Neste ínterim entre o acolhimento e o desacolhimento a Secretaria não realizou dos meses de junho e alguns dias do mês de julho o pagamento do período de internação, e segundo resposta encaminhada a este departamento:

"A - Com relação ao acolhimento da adolescente J.B.R. se deu por conta de uma determinação judicial conforme anexo.

B – A transferência foi uma determinação judicial devido à condição apresentada do caso, foi realizado contato com várias instituições de diversos lugares do Estado, porém, as mesmas não tinham vagas ou não disponibilizavam o serviço para outros Municípios no momento da demanda apresentada, a situação foi informada ao Poder Judiciário em CI nº 284 segue lista anexo.

C - diante da demanda na qual se trata de urgência não havia tempo hábil para realizar um processo licitatório, porém cabe-nos informar que esta secretaria está providenciando o edital de chamamento para convênios com instituições que prestam esse tipo de serviço."

É o relato necessário.

Assim, foi instaurado o presente processo administrativo para apuração da possibilidade de efetuar o pagamento sem a formalização prévia de contrato.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame se restringe à verificação acerca da possibilidade de pagamento referente aos 34 (trinta e quatro) dias de acolhimento da adolescente sem a formalização de processo licitatório e consequentemente sem a contratualização dos serviços.

A Empresa pleiteia o pagamento dos serviços executados que totalizam o valor de R\$ 4.540,00 (quatro mil quinhentos e quarenta reais).

Sobre o assunto, não se pode deixar de observar que de acordo com o parágrafo único do art. 60 da lei 8.666/93, no que tange aos contratos públicos, em regra, devem ser formalizados com a adoção do instrumento adequado, admitindo os contratos verbais somente em pequenas compras:

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Observa-se, portanto, que o valor pleiteado é de R\$ 4.540,00 (quatro mil quinhentos e quarenta reais), referente aos serviços prestados, que além de não ser de pronto pagamento, excede os 5% do limite estabelecido no art. 23, II da Lei 8.666/93, razão pela qual não se enquadra na exceção legal. Ademais, há divergência entre o valor mencionado pela instituição, já que às fls. 34 consta empenho do valor de R\$ 534,00 (quinhentos e trinta e quatro reais) relativo aos dias de julho de 2017.

A Administração Pública deve observar o devido processo licitatório em suas contratações, conforme preceitua o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal, ressalvadas as hipóteses legais de contratação direta, e formalizar o instrumento contratual ou equivalente em atendimento aos princípios da legalidade e do formalismo moderado.

A Lei nº 8.666/93 prevê expressamente que os contratos verbais são nulos de pleno direito, e portanto, devem ser desconstituídos com efeitos ex tunc. Muito embora o entendimento majoritário seja no sentido de que o Município não pode se eximir do pagamento por serviços prestados e por prejuízos comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade, sob pena de infração ao princípio da vedação ao enriquecimento ilícito, constata-se que houve a manutenção da situação irregular por período razoável, além de parte do período do acolhimento ter sido adimplido mesmo sem a formalização de licitação e contrato.

Em razão disso, cumpre ao gestor público adotar todas as cautelas possíveis para evitar a manutenção de uma relação extracontratual, realizando a licitação de forma tempestiva, evitando-se irregularidade administrativa, e a consequente apuração de responsabilidade.

Neste sentido a jurisprudência pátria reconhece a nulidade da contratação verbal, vejamos:

TRF-1 - APELAÇÃO CÍVEL AC 4158 DF 2002.01.00.004158-3 (TRF-1) Data de publicação: 09/04/2002

Ementa: ADMINISTRATIVO. REPAROS EM APARTAMENTOS FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO, SEM DISPENSA FORMAL. APENAS SOLICITAÇÃO VERBAL DE AUTORIDADE À EMPRESA. NULIDADE DO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. 1. "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes..." (art. 37, XXI, da Constituição). 2. A Administração não pode se responsabilizar por obras realizadas mediante simples solicitação verbal de autoridade, ou seja, sem processo de licitação ou decisão, devidamente motivada, de dispensa ou inexigibilidade de tal processo, fatos estes de pleno conhecimento da empresa. (grifo nosso)

TJ-ES - Apelação APL 00375888320138080035 (TJ-ES)

Data de publicação: 04/09/2015

Ementa: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL -CREDENCIAMENTO SESA – EDITAL 009/2010 – NULO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – 1 - Credenciamento é uma forma de contratação direta adotada pela Administração Pública, previsto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia quando houver inviabilidade de competição. 2- O parágrafo único do art. 60 da Lei 8666/93, declara nulo de pleno direito, contrato verbal firmado com a Administração Pública, salvo em casos específicos, concluindo-se pela inexistência de credenciamento tácito. 3 - In casu, a apelada informou que não tinha interesse em participar do credenciamento na nova versão do Edital n.09/ 2010, inclusive informando seriam cobrados seus serviços caso solicitado conforme tabela SINDHES/UNIDAS. 4- Recurso Conhecido e Improvido. VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes os acima mencionados. ACORDA a Egrégia Quarta Câmara Cível, na conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão que integram este julgado, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

A inexistência de verossimilhança do direito reclamado está caracterizada pela ofensa ao princípio da legalidade, posto que não observadas as formalidades exigidas pela Lei 8.666/93 no Parágrafo Único do art. 60.

Assim, todo contrato administrativo há que ser celebrado com obediência aos ditames legais, sob pena de ser eivado de nulidade, acarretando vários transtornos tanto ao ente público quanto ao particular participante do ajuste.

Importante destacar que no entendimento de Ronny Charles, em seu livro "Leis de Licitações Públicas Comentadas (Ed. Podivm, 3ªEd., p. 323)", a legislação cobra especial atenção à necessidade de que os atos contratuais praticados pela Administração sejam devidamente formalizados, esta é uma das formas de se impedir abusos, desvios e prejuízos ao erário.

Além da previsão estampada na 8.666/93 sobre a nulidade dos contratos verbais com o Poder Público, faz-se necessário mencionar a vedação exposta na Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro. Tal normativa veda a realização de despesas sem o empenho prévio, nos termos do seu artigo 60. "É vedada a realização de despesas sem prévio empenho", ou seja, sem a devida previsão orçamentária.

Pelo texto legal, o empenho "prévio" é condição sine qua non para realização de despesas públicas de qualquer natureza.

Cumpra-se ressaltar que o empenho da despesa, conforme preceitua o Art. 58 da Lei nº 4.320/64, " (...) cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição", o que não se concretiza no caso analisado, considerando que não há previsão contratual e tampouco o devido empenho, contrariando o artigo 60 da mesma lei, que veda a realização de despesas sem o prévio empenho e também a decisão do TCU que diz: " observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 e 70 da Lei nº 4.320/64". (TCU, Acórdão nº 1.404/2011, 1ª Câmara, el. Min. Ubiratan Aguiar, Dou de 11.03.2011). No mais, cabe a Secretaria competente efetuar adequado planejamento de suas contratações, em obediência aos princípios basilares do direito pátrio.

In casu, trata-se de situação corriqueira, não havendo a possibilidade de enquadramento como situação emergencial, posto que, diante da inexistência de estrutura administrativa do Conselho Tutelar e da Secretaria de Assistência Social é esperado que este tipo de internação tenha que ocorrer obrigatoriamente em instituições privadas.

O planejamento é princípio basilar das licitações públicas, e ainda que não se possa prever o tipo e a quantidade de acolhimentos por ano, é indispensável que licite vagas ou ao menos se credencie instituições para a prestação de serviços desta natureza, assegurando a observância aos princípios da impessoalidade, isonomia e legalidade.

A eventual contratação irregular de serviços, ainda que em prol do interesse público e por determinação judicial, exigirá a imediata apuração de responsabilidade. No caso dos autos houve a determinação de acolhimento, mas as deliberações quanto à escolha das instituições acontecem, via de regra, pelos membros do Conselho, tanto que às fls. 06 há relato do Ministério Público confirmando isso, o que não se coaduna com a previsão estampada na lei 8.666/93. Por esta razão é imperioso providenciar a imediata abertura de sindicância para apuração de responsabilidade do agente que deu causa a tal irregularidade.

Este é o entendimento esposado pela Orientação Normativa AGU nº 04/2009, a saber:

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

Visando garantir a Supremacia do interesse público, os recursos e a dotação orçamentária do exercício, as despesas efetivadas sem os devidos contratos, sem licitação ou sem previsão legal devem ser negadas visto a falta de responsabilidade e falta de planejamento da Secretaria envolvida.

2. DA DECISÃO

Em face dos fatos e fundamentos ora aduzidos e trazidos para deliberação, com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no que tange a garantir a supremacia do interesse público, tomando por base toda a legislação pátria e jurisprudencial aqui citadas, decide que:

2.1. Ficou apurado que a empresa Lar de Marina não possui contrato firmado com o Município para a prestação dos serviços de acolhimento;

2.2. Conforme documentação acostada estes fatos ocorreram na gestão do Secretário Sr. Juliano Nildo de Maria, que reconhece que o

serviço foi devidamente prestado e que existem valores pendentes de pagamento (fls. 03), porém a Lei 4.320/64 em seu artigo 60, veda a realização despesas sem o prévio empenho. Ante o exposto a contratação verbal por parte da secretaria de Assistência fere a previsão contida no artigo 60, parágrafo único da lei 8.666/93, que veda expressamente o contrato verbal.

2.3. Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, VERIFICAMOS A IMPOSSIBILIDADE do pagamento de 34 dias referente ao serviço de acolhimento da adolescente J.B.R. , ante a ausência de contratualização e não enquadramento nas exceções legais, impossibilitando esta Administração a quitação dos valores através da via administrativa.

2.4. Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela IMPOSSIBILIDADE do pagamento do valor pleiteado, relativo à prestação de serviços, julgando IMPROCEDENTE o pedido formulado no PA nº 37/2017.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 23 de outubro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio Patrícia Aparecida Gualberto

Membro da Comissão Membro da Comissão

Nelson da Cunha Maria Benedita Correa

Membro da Comissão Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira

Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa

Responsável pelos Processos Administrativos

Emilio Vieira Karlile Cugnier

Prefeito de Navegantes Secretária de Administração e Logística

DECISAO: Procedimento Administrativo nº 37/2017

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2017 - PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

Publicação Nº 1456860

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 39/2017

CONTRATO (S): Ata de Registro de Preços Pregão nº 29/2017

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para fornecimento de placas.

REQUERENTE: Secretaria de Comunicação

ASSUNTO: Não cumprimento das cláusulas editalícias por parte da empresa Pirâmide Comércio de Materiais Esportivos LTDA., Entrega de Placa de Inauguração com diversas avarias referente ao Pregão Presencial nº29/2017.

O presente processo foi instaurado através das CI's nºs: 028/2017 e 33/2017 da Secretaria de Comunicação, protocolado nesta administração nos dias 18 e 24 de agosto de 2017, para apurar o não cumprimento das cláusulas editalícias, na entrega das placas das inaugurações, que vieram com várias avarias, indo contra as especificações estipuladas no edital.

O processo foi autuado com os seguintes documentos:

1. Termo de abertura (fl.01);
2. Cópia da Ata de Registro de Preços (fls. 02 a 09);
3. C.I. SECOM Nº 028/2017 (fl. 10);
4. C.I. SECOM Nº 033/2017 (fl. 11);
5. E-MAILS da Secretaria cobrando a entrega da Placa enviados à empresa Pirâmide e ao Depto. de Compras (fls. 12; 16-19);
6. Notificação enviada por AR (fl. 20);
7. Fotos da placa (fls. 21 a 25);
8. E-MAIL do Departamento de Processos Administrativos à empresa Pirâmide (fls.26 a 30);
9. Aviso de Recebimento da notificação (fl. 31).
10. E-mail da Empresa Pirâmide solicitando informações de penalidade e o cancelamento da licitação (fls. 32 e 33)

É o relato.

1. DOS FATOS

A empresa Pirâmide Comércio de Materiais Esportivos Ltda., inscrita no CNPJ 18.780.782/0001-94, sagrou-se vencedora do processo licitatório em epígrafe para fornecimento de placas, conforme Ata de Registro de Preços Pregão nº 29/2017 (fls. 02 a 09) devidamente firmada entre esta Administração e a Contratada. A Secretaria de Comunicação Social, através da C.I. SECOM nº 028/2017 datada de 18/08/2017(fl.06), informa que:

"Conforme pode ser observado nas fotos em anexo, tiradas logo após o recebimento e conferência, observou-se que a placa de inauguração apresentava um amassado no canto esquerdo de cima, algumas imperfeições na pintura, o brasão do município com aspecto de pintado à

mão livre (borrado e retocado) e marcas de cola ou do plástico bolha por toda a sua superfície, o que causava um aspecto sem estética, já que o material por ser de inox deveria estar brilhando ou polido.

Cabe observar também, que no termo de referência contém pano para o descerramento e o mesmo não foi entregue.

Ressaltamos, ainda o descumprimento do item 4.1 da Ata de Registro de preços 029/2017, que prevê o prazo de 07 dias úteis para a entrega após a emissão da AF (Autorização de Fornecimento) e a mesma foi entregue em 17 dias. "

A reincidência da Contratada no mesmo descumprimento contratual está demonstrada pela CI SECOM nº 033/2017, data de 23/08/2017 (fl. 11):

"Destaco que as referidas placas, à exemplo da placa que nos foi entregue na data de 17/08, com sérios vícios já relatados, vieram também com sérios problemas de impressão, tais como pintura borrada, imperfeições na chapa de metal, nome do secretário trocado em uma delas e também sem o tecido para descerramento, além da falta de buchas e parafusos, como estabelece o contrato. "

Segundo se extrai da documentação amealhada nos autos a Secretaria de Comunicação Social afirma que "Por se tratar de uma inauguração que estava acontecendo no mesmo dia da entrega, a placa foi recebida mesmo com ressalvas e encaminhada para a Secretaria de Assistência Social para ser afixada no local da inauguração. Vale registrar que houve descontentamento e reclamações por parte da Secretaria de Assistência Social, que considerou o material de péssima qualidade. " (fl.10)

Frente a esses acontecimentos, a Secretaria de Comunicação Social, enviou e-mail à empresa no dia 18 de agosto de 2017, (fl.12), solicitando que reparasse os danos causados, e substituísse as placas com problema.

A Empresa Pirâmide respondeu o que segue: "Boa tarde, estamos refazendo a placa, estamos sem internet. E telefone, pois a oi está com problemas, estamos atuando pelo celular (3g) perante as placas estaremos tomando as providencias cabíveis e na próxima semana enviaremos as placas solicitadas com qualidade. Peço desculpa pelo transtorno e esperamos atender vocês com toda a qualidade solicitada. "

Apesar de regularmente notificada e ciente da previsão de penalização no caso de descumprimento, a empresa Pirâmide manteve-se inerte quanto à troca das placas e quanto ao seu direito de apresentar defesa coerente nos presentes autos.

2. DO DIREITO

Diante dos fatos narrados, cumpre observar, preliminarmente, que ao participar do certame o licitante concorda com todas as condições apresentadas no edital, este faz lei entre as partes. Segundo Lucas Rocha Furtado, Subprocurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o Instrumento Convocatório:

"É a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416) "

Importante, também, citar a decisão do Recurso de Apelação julgado pelo TJ-SP que dispõe:

TJ-SP - Apelação APL 40172256020138260114 SP 4017225-60.2013.8.26.0114 (TJ-SP)

Data de publicação: 30/06/2015

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRETENSÃO AO AFASTAMENTO DE PENALIDADES APLICADAS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO. EMPRESA QUE NÃO CUMPRIU CONTRATO DE LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TESTE DE APTIDÃO PSICOLÓGICA EM GUARDAS MUNICIPAIS. PEDIDO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO. Ação julgada improcedente na origem. Inconformismo da autora. Descabimento. Matéria preliminar – Cerceamento de defesa. Inocorrência. Julgamento da lide no estado em que se encontra. Matéria de direito, não sendo necessária a produção de provas em audiência. Preliminar rejeitada. Mérito – Pedido da autora de rescisão do contrato de forma amigável em razão da ocorrência de caso fortuito. Impossibilidade. Edital prevendo a necessidade de que a contratante deveria dispor de ambiente e equipamentos adequados para a aplicação dos testes, o que não foi observado pela autora. Administração Pública que está adstrita ao princípio da legalidade e todas as diretrizes foram tratadas no edital, que faz lei entre as partes. Manutenção das penalidades aplicadas no processo administrativo. Sentença mantida. Recurso da autora não provido. (Grifo nosso)

TRT-4 - Recurso Administrativo RECADM 00018402420145040000 RS 0001840-24.2014.5.04.0000 (TRT-4)

Data de publicação: 19/05/2014

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. RESCISÃO DO CONTRATO. O não cumprimento de cláusulas contratuais, consubstanciado no esgotamento do prazo, sucessivamente prorrogado, sem a execução integral dos serviços de reparos contratados, é causa de rescisão do contrato e de imposição à empresa das sanções administrativas de multa e de impedimento de contratar e de licitar com a União pelo período de um ano. Provimento negado.

Encontrado em: por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA JECRIS CONSTRUCTORA E INCORPORADORA LTDA. Tribunal Regional do Trabalho Recurso Administrativo RECADM

Conforme observado, não restam dúvidas de que a empresa tem o dever de cumprir com todas as exigências previstas no edital, e que aceitou todas as informações nele contidas, ou seja, as características dos produtos deveriam cumprir com todas as especificações dos itens dispostos no Ato Convocatório.

Partindo dessa premissa, considerando que todas as regras que deveriam ser obedecidas pela empresa eram de sua ciência, pois, todas estavam previstas no edital (importante ressaltar que a MINUTA DA ATA e a MINUTA DO CONTRATO são partes deste), não restam dúvidas de que a empresa ganhadora concordou com as cláusulas do Contrato/Ata.

Diante disso, a formalidade da assinatura do contrato/Ata, não seria fato impeditivo para a entrega do produto, conforme se pode observar em decisão proferida pelo TRF da 1ª Região:

TRF-1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 27310 DF 2007.01.00.027310-6 (TRF-1)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. RECUSA EM HONRAR A PROPOSTA FORMULADA. REGIME JURÍDICO DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS. SEMELHANÇA. REGIME JURÍDICO DAS SANÇÕES PENAIAS. REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO PARTICULAR QUE CONTRATA COM A ADMINISTRAÇÃO. PROVIMENTO DO AGRAVO. 1. A agravante aplicou à agravada a penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a respectiva empresa pública pelo prazo de 06 (seis) meses, por não ter entregue o objeto a ela adjudicado em processo licitatório - um gerador de raio-x para equipamento de inspeção localizado no Aeroporto Internacional de Salvador/Bahia. 2. No Direito Administrativo, a recusa do particular em honrar a proposta equivale ao inadimplemento do contrato, ainda que ele não esteja formalizado. 3. O regime jurídico das penalidades administrativas é semelhante às de natureza penal. Os princípios fundamentais do Direito Penal são aplicáveis no âmbito do Direito Administrativo repressivo. A reprovabilidade da conduta do particular emerge como requisito necessário à configuração das infrações administrativas. 4. Não se exige a vontade de produzir um resultado antijurídico ou de aceitar sua concretização (dolo), mas caracteriza-se "conduta reprovável" o sujeito deixar de "adotar as precauções e cautelas inerentes à

posição jurídica de partícipe de uma relação jurídica com a Administração Pública." (Marçal Justen Filho, in "Comentários à lei de licitações e contratos administrativos", 11ª ed., São Paulo, ed. Dialética, 2005) 5. As alegações e os documentos trazidos pela agravada não a eximem de sua responsabilidade pela não entrega do produto objeto do pregão. Para a celebração de contrato com a Administração Pública não é suficiente a "certeza" baseada em telefonemas e mensagens enviadas e recebidos por meio de correio eletrônico. 6. Agravo de instrumento da INFRAERO provido. (Grifo nosso)

Diante da decisão proferida, observa-se que o Egrégio Tribunal configura como inadimplente o particular que não honra com a proposta, mesmo que o contrato não esteja formalizado, o que evidencia que a falta da assinatura do contrato não é motivo para a não entrega do produto, ainda que não seja este o caso dos autos, pois a ata assinada consta às fls. 02 a 09.

Em sendo assim, cumpre salientar que tanto a Administração quanto a empresa contratada devem cumprir fielmente as regras contratuais. É, portanto, dever da Administração acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, para verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas acordadas. E o instrumento convocatório trazia de forma clara as penalidades a que a licitante estava sujeita:

9 DO PRAZO CONTRATUAL, DA ENTREGA/FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MÓVEIS E COLCHÕES.

9.1 O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2016, por força do art. 57 da lei 8666/93, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente, e mediante livre negociação entre as partes.

9.2 Os móveis deverão ser fornecidos/entregues por meio próprio em até 45 (Quarenta e cinco) dias após a emissão da Ordem de Compras (A.F.), já os colchões deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias, todos diretamente na Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes, localizado na Rua Itajaí nº 145 – Bairro São Domingos I - ou em local oportunamente indicado pelo mesmo.

9.2.1 Caso a Contratada/fornecedora não cumprir com o prazo de entrega caberá a mesma Instauração de Processo Administrativo com a devida aplicação de multa pela Contratante.

9.2.1.1 A inobservância aos prazos de entrega, será penalizada com multa diária de 1% sobre o valor do objeto deste certame em favor do FUMREBON, que será descontado do pagamento a ser realizado à fornecedora, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital e em Lei

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município de Navegantes/SC pelo infrator:

17.1.1 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

17.1.2 Multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor das propostas apresentadas pela proponente;

17.1.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

17.1.4 Impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

17.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública.

17.2 A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

17.3 Em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/02 ficarão impedidas de licitar com o Município de Navegantes/SC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, as licitantes que:

a) ensejarem o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

b) não mantiverem a proposta, injustificadamente;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizerem declaração falsa;

e) cometerem fraude fiscal;

f) falharem ou fraudarem na execução do contrato;

g) não celebrarem o contrato dentro do prazo de validade da proposta;

h) apresentar documentação falsa.

17.4 Pelos motivos que seguem, principalmente, os licitantes vencedores estarão sujeitos às penalidades tratadas na condição anterior:

a) pelo fornecimento/entrega dos móveis e colchões, desconforme com o especificado e aceito;

b) pela não substituição, no prazo estipulado, dos móveis e colchões.

c) pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.

17.5 Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

17.6 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, em relação a um dos motivos mencionados anteriormente, os licitantes vencedores poderão ficar isentos das penalidades mencionadas.

A própria lei nº 10.520/2002 estampa a previsão de punição pelo descumprimento das obrigações assumidas:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O não cumprimento dessas disposições, total ou parcialmente, pode levar à rescisão contratual, de acordo com o que reza o artigo 66 da Lei de Licitações e Contratos, que assim dispõe, in verbis:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências se sua inexecução total ou parcial.

Importante citar os incisos I e II do artigo 78 da Lei 8.666/93:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Ainda, o Artigo 79 do mesmo dispositivo legal menciona as formas de rescisão do contrato, que poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação; trocados, em anexo, onde relatam supostas falhas por parte da empresa contratada.

Indubitável é que a Lei é clara e objetiva ao mencionar os incisos I e II do artigo 78 como causas para rescisão unilateral da Administração. Sendo a Lei taxativa quanto à rescisão quando houver descumprimento por parte da contratada.

O descumprimento no caso em tela mostra-se claro e evidente nos e-mails trocados entre a Secretaria de Comunicação Social, o Departamento de Processos Administrativos e a empresa Pirâmide.

Além disto, a empresa Pirâmide foi também devidamente notificada, conforme Aviso de Recebimento (fl. 31), quedando-se inerte.

Frisa-se que tanto nos e-mails quanto na notificação foram garantidos os prazos para regularização da entrega e substituição dos produtos, o que não aconteceu até a presente data.

Diante de tal situação, o artigo 87 da Lei 8666/93, dispõe sobre as penalidades aplicadas nos casos de inexecução total e parcial do contrato, conforme se pode observar:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. Diante do que foi exposto, com fundamento na Lei, nos Princípios basilares da Administração Pública e nas jurisprudências dos Tribunais Pátrios, esta comissão passa a decidir.

3. DA DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

1. Ficou apurado que realmente a Empresa Pirâmide Comércio de materiais esportivos Ltda. não atendeu às exigências previstas no edital quanto à entrega dos itens em que se sagrou vencedora.

2. Conforme Ata de Registro de Preços- Pregão nº29/2017 (fls. 02 a 09), com fundamento no alegado pela Secretaria de Comunicação Social, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos e a responsabilidade deste Ente em garantir a supremacia do interesse público, ante todo exposto, com base na Legislação Vigente, nos artigos 66,78, I,II, 79, I,II,III, 87,I,II,III,IV, Lei 8.666/93 e artigo 7, da 10.520/02, nos Princípios e nas Jurisprudências do Tribunais Pátrios, entende esta Comissão que é dever a aplicação das penalidades previstas na Legislação Vigente.

3. Isto posto, DETERMINAMOS A APLICAÇÃO DE PENALIDADE OU ADVERTÊNCIA, MAIS MULTA DE 20% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA 29/2017, QUE É O VALOR DE R\$30.200,00 (Trinta mil e Duzentos Reais), O QUE PERFAZ O VALOR DA MULTA SER DE R\$ 6.040,00 (SEIS MIL E QUARENTA REAIS), por descumprimento às cláusulas da respectiva ata 29/2017, em suas clausulas, 8, 10, 12, 14 e 15, bem como RESCISÃO UNILATERAL, por estar ferindo a supremacia do interesse público, diante de todos os fatos e fundamentos expostos. Julga-se procedente esta Decisão Administrativa, resguardando assim, se for de interesse e economicidade desta Administração, o Direito a abater o valor da multa em compensação aos valores que por acaso a contratante tenha a receber deste Ente público, gerando apenas a diferença, se assim for constatado.

4. Em observância ao princípio consolidado na Constituição Federal, é garantido à empresa Pirâmide o direito ao Contraditório e Ampla Defesa, conforme artigo 87, §2º, da Lei 8.666/93, através da apresentação de recurso no prazo de 5 dias úteis a contar da publicação da presente Decisão.

5. Inerte a Empresa, mantida a Decisão, será feito o chamamento da segunda empresa melhor classificada para, querendo, apresentar oferta nas mesmas condições da primeira colocada, ora desclassificada. Não aceito nas mesmas condições, serão chamadas as próximas empresas na ordem classificatória, até sanar o objeto da lide. Caso não seja aceito por nenhuma empresa classificada, ou não haja outras empresas classificadas, deverá ser aberto novo processo licitatório em medida de urgência.

Intime-se. Publique-se. Arquiva-se

Navegantes, 31 de outubro de 2017

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto
Membro da Comissão

Nelson da Cunha
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa
Responsável pelos Processo Administrativo

EMÍLIO VIEIRA
Prefeito de Navegantes

KARLILE CUGNIER
Secretária de Administração e Logística

DECISAO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 39/2017
PIRAMIDE COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ: 02.313.167/0001-386

DECRETO Nº 544 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - LOA/2018 - ERRATA

Publicação Nº 1456776

DECRETO Nº 544 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NAVEGANTES para o exercício de 2018.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3251 de 12/12/2017:

Decreta:
Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do município de NAVEGANTES para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), sendo R\$ 215.413.939,83 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 86.186.233,28 (oitenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras

Art. 2º O Orçamento do Município de Navegantes para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos), em R\$ 296.760.112,01 (duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e sessenta mil, cento e doze reais e um centavo) a Despesa das demais unidades gestoras, incluindo o valor de R\$ 34.348.711,26 (trinta e quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e onze reais e vinte e seis centavos), as transferências financeiras assim tituladas: Transferências Financeiras p/ o Fundo Mun. Assistência Social, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Cultura, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Esportes, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras para a Fundação Hospitalar Municipal, Transferências Financeiras para Fundação Municipal de Vigilância, Transferências Financeiras para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

§ 1º A Receita do Município para o exercício de 2018, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 280.735.228,02
 - 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 65.340.165,24
 - 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 13.103.763,96
 - 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 13.693.473,78
 - 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 21.238.724,00
 - 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 164.355.226,00
 - 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 3.003.875,04
 2. RECEITAS DE CAPITAL 34.827.393,15
 - 2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00
 - 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 15.827.393,15
 7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.491.057,98
 - 7.1. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 13.178.003,98
 - 7.2. RECEITAS DE SERVIÇOS 311.485,00
 9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04
 - 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04
- TOTAL 301.600.173,11

§ 2º A Despesa do Município para o exercício de 2018, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - CAMARA DE VEREADORES 4.840.061,10
02 - GABINETE DO PREFEITO 1.910.000,00
03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 623.000,00
06 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 1.162.000,00
07 - SECRETARIA DE GOVERNO 1.285.000,00
08 - PROCURADORIA GERAL 2.435.000,00
09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA 7.187.500,00
10 - SECRETARIA DE FINANÇAS 9.587.878,05
12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 5.079.850,00
13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 94.976.653,96
14 - SECRETARIA MEIO AMBIENTE, AGRICUL. E PESCA 1.548.000,00
15 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL 1.366.500,00
16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES 2.645.090,00
17 - SECRETARIA DE OBRAS 51.858.057,89
18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1.156.165,00
19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 1.881.400,00
20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 2.562.593,00
21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL 731.800,00
22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA 1.731.609,00
23 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.540.785,00
24 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 438.000,00
25 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 41.636.249,86
26 - FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS 707.500,00
28 - SECRETARIA MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO 20.023.300,00
29 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL NAVEGANTES 11.243.341,33
30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE 939.500,00
31 - SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. E RECEITA 2.651.620,00
32 - SECRETARIA MUN. CRIANÇA, ADOLESC. JUVENTUDE 1.211.500,00
33 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO 1.351.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83
97 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 4.840.061,10
02 - Judiciária 1.835.000,00
03 - Essencial a Justiça 600.000,00
04 - Administração 22.462.518,68
06 - Segurança Pública 3.805.609,00
08 - Assistência Social 8.270.135,00
09 - Previdência Social 8.742.407,83
10 - Saúde 42.368.049,86
11 - Trabalho 2.451.620,00
12 - Educação 90.096.753,96
13 - Cultura 1.881.400,00
15 - Urbanismo 33.459.032,89
17 - Saneamento 19.023.300,00
18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00
20 - Agricultura 1.548.000,00
23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00
25 - Energia 6.013.300,00
26 - Transporte 14.636.725,00
27 - Desporto e Lazer 2.562.593,00
28 - Encargos Especiais 7.913.192,87
99 - Reserva de Contingência 984.511,83
97 - Reserva Orçamentária do RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 210.697.399,10
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 125.159.671,31
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 85.235.349,74

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 65.613.555,09

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 60.613.555,09

4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 25.289.218,92

9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83

9.9.99.97.00.00.00.00 - RESERVA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL 301.600.173,11

Do orçamento da

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Art. 3º O orçamento da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 248.014.734,09 (duzentos e quarenta e oito milhões, quatorze mil, setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos) e fixa as Despesas em R\$ 208.825.961,73 (duzentos e oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em 39.188.772,36 (trinta e nove milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos), incluídas as transferências financeiras à Câmara Municipal.

§ 1º A Receita da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada mediante: Arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 244.512.457,24

1.1. RECEITA TRIBUTARIA 64.867.829,24

1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 5.950.000,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 1.195.600,00

1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 19.861.900,00

1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 152.016.928,00

1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 620.200,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 30.655.782,89

2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00

2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 11.655.782,89

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00

7.1. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04

9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04

9.1.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA -11.468.450,44

9.1.7. DEDUÇÕES TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -15.985.055,60

TOTAL 248.014.734,09

§ 2º A Despesa da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

02 - Judiciária 1.835.000,00

03 - Essencial a Justiça 600.000,00

04 - Administração 20.466.400,00

06 - Segurança Pública 1.366.500,00

08 - Assistência Social 6.291.350,00

11 - Trabalho 2.451.620,00

12 - Educação 90.096.753,96

15 - Urbanismo 33.459.032,89

17 - Saneamento 19.023.300,00

20 - Agricultura 1.548.000,00

23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00

25 - Energia 6.013.300,00

26 - Transporte 14.636.725,00

28 - Encargos Especiais 7.408.378,05

99 - Reserva de Contingência 984.511,83

TOTAL: 208.825.961,73

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.188.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00- DESPESAS CORRENTES 153.293.043,20
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 94.702.471,82
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 58.288.193,33
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 54.548.406,70
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 49.548.406,70
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83

9.9.99.99.00.00.00.00 984.511,83

SOMA: 208.825.961,73

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.188.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

Do orçamento do

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

Art. 4º O Orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 1.380.884,00 (hum milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 159.901,00 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.540.785,00 (hum milhão, quinhentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.262.084,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 72.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 1.172.084,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 18.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 118.800,00
2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 118.800,00 XXXXXXXXX

SOMA: 1.380.884,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 159.901,00

TOTAL: 1.540.785,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO
08 - Assistência Social 1.540.785,00

TOTAL 1.540.785,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.046.705,00
3.1.90.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.036.705,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 494.080,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 494.080,00

TOTAL 1.540.785,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES

Art. 5º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 44.097,00 (quarenta e quatro mil, noventa e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.518.496,00 (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.562.593,00 (dois milhões, quatrocentos

e doze mil, quinhentos e noventa e três reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 44.097,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 836,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 14.787,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 28.474,00

SOMA : 44.097,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 2.518.496,00

TOTAL : 2.562.593,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer 2.562.593,00
TOTAL 2.562.593,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 2.148.773,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 785.246,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.363.527,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 413.820,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 413.820,00
TOTAL 2.562.593,00

Do orçamento do
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Art. 6º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 15.656.624,26 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte quatro reais e vinte seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 25.979.625,60 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 41.636.249,86 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 11.708.214,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 456.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 288.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 10.892.214,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 72.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 3.948.410,26
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 3.948.410,26
SOMA: 15.656.624,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 25.979.625,60
TOTAL: 41.636.249,86

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 41.636.249,86

TOTAL 41.636.249,86

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 33.779.803,93
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 14.312.771,93
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 19.467.032,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 7.856.445,93
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 7.856.445,93

TOTAL 41.636.249,86

Do orçamento da
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Art. 7º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 3.867,00 (três mil, oitocentos e sessenta e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.877.533,00 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.881.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 3.867,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 3.867,00

SOMA: 3.867,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.877.533,00
TOTAL: 1.877.533,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 - Cultura 1.881.400,00
TOTAL 1.881.400,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.773.765,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 926.984,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 846.781,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 107.635,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 107.635,00

TOTAL 1.881.400,00

Do orçamento do
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE NAVEGANTES

Art. 8º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 208.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 48.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 130.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 30.000,00

SOMA: 208.000,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 230.000,00
TOTAL: 438.000,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 438.000,00
TOTAL 438.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 398.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 398.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 40.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 40.000,00
TOTAL 438.000,00

Do orçamento da
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Art. 10 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 409.900,00 (quatrocentos e nove mil e novecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 321.900,00 (trezentos e vinte e um mil e novecentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 731.800,00 (setecentos e trinta e um mil e oitocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 341.500,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.000,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 142.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 144.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 15.500,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 68.400,00
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 68.400,00
SOMA: 409.900,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 321.900,00

TOTAL: 731.800,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 731.800,00
TOTAL 731.800,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 362.950,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 72.070,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 290.880,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 368.850,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 368.850,00

TOTAL 731.800,00

Do orçamento da
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES

Art. 11 - O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 717.736,00 (setecentos e dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 438.429,00 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.156.165,00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 706.251,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 7.948,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 584.745,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 113.558,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 11.485,00
7.6 RECEITA DE SERVIÇOS 11.485,00

SOMA: 717.736,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 438.429,00

TOTAL: 1.156.165,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00
TOTAL 1.156.165,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.002.550,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 888.335,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 114.215,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 153.615,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 153.615,00
TOTAL 1.156.165,00

Do orçamento do
FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES

Art. 12 O orçamento da unidade, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 697.000,00 (seiscentos e noventa e sete mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 707.500,00 (setecentos e sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 661.000,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 15.500,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 16.000,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 621.500,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 8.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 36.000,00
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 36.000,00
SOMA: 697.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 10.500,00
TOTAL: 707.500,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNIC.REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 707.500,00

TOTAL 707.500,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 266.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 266.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 441.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 441.000,00

TOTAL 707.500,00

Do orçamento da
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

Art. 13 O orçamento da unidade, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 899.048,00 (oitocentos e noventa e nove mil, quarenta e oito reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 832.561,00

(oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.731.609,00 (hum milhão, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e nove reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendias, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 897.479,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.369,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 105,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 857.005,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS
7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.569,00
SOMA: 899.048,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 832.561,00

TOTAL: 1.731.609,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 1.731.609,00
TOTAL 1.731.609,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.507.138,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 565.564,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 941.574,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 224.471,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 224.471,00
TOTAL 1.731.609,00

Do orçamento da
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES

Art. 14 O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima as Transferências Recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos) e fixa as despesas em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 4.840.061,10

TOTAL 4.840.061,10

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa 4.840.061,10
TOTAL 4.840.061,10

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 4.240.061,10
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 3.230.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.010.061,10

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 600.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 600.000,00
TOTAL 4.840.061,10

Do orçamento do

INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. MUNICIPAIS

Art. 15 O orçamento da unidade, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 33.568.282,76 (trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.979.765,66 (hum milhão, novecentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) e fixa as Despesas em R\$ 35.548.048,42 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada mediante arrecadação de Rendimentos, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

- 1. RECEITAS CORRENTES 20.390.278,78
- 1.2 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 7.153.763,96
- 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 11.966.902,78
- 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.269.612,04
- 7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.178.003,98
- 7.2. RECEITAS CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇ. 13.178.003,98

SOMA: 33.568.282,76
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.979.765,66

TOTAL: 35.548.048,42

§ 2º A Despesa da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

- 04 - Administração 1.996.118,68
- 09 – Previdência Social 8.742.407,83
- 28 – Encargos Especiais 504.814,82
- 99 – Reserva de Contingência 24.304.707,09

TOTAL 35.548.048,42

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

- 3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 10.878.109,87
- 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 9.666.228,56
- 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.211.881,31
- 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 365.231,46
- 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 365.231,46
- 9.0.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.304.707,09
- 9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.304.707,09
- TOTAL 35.548.048,42

Das Disposições Finais

Art. 16 Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 3230/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2018), com o seguinte desdobramento:

I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

- a) Passivos Contingentes 246.127,96
- b) Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor 492.255,92
- c) Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 246.127,95

II – UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

- a) Reserva Orçamentária do RPPS 27.750.973,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", situações como: enxurradas, situações de emergência, calamidade pública, intempéries e outros fatores, que necessitem da intervenção do poder público municipal.

§ 3º Não se efetivando até 10/12/2018 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a ela reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento de 2019 tenha reservado recursos para os riscos fiscais.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 17 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive para adequação a nova tabela de destinação da receita pública do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aplicável para o exercício de 2018.

Art. 18 O Executivo esta autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, devidamente autorizadas em Lei.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo, realizá-las.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19 Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei, com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43 § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos Orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 21 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 22 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24 O presente Decreto vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 12 de Dezembro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

ERRATA DECRETO 536 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456711

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

ERRATA

Na publicação do Decreto 536 de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios do dia 13 de dezembro de 2017 e em



Leis Municipais.

Onde se lê:

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, E LOGÍSTICA,

Leia-se:

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Navegantes, 07 de dezembro de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA,

Onde se lê:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 518, de 1 de dezembro de 2015.

Leia-se:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 266/2017 FMS.

Publicação Nº 1456277

EXTRATO CONTRATUAL Nº 266/2017 FMS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 70/2017.

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Fornecedor: VALDIR DO AMARAL FILHO ME

CNPJ: 12.237.248/0001-50.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE SOLDA ELÉTRICA 250 AMPERES 220 VOLTS E ELETRODOS DE AÇO PARA MANUTENÇÕES DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, FUNDAMENTO: ART: 24, INCISO, II, LEI 8.666/93, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 70/2017 FMS.

VALOR: R\$ 590,00

Vigência: 19/10/2017 – 31/12/2017.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 57/2017 PMN

Publicação Nº 1455970

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 57/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 57/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA 4 X 4 COM IMPLEMENTOS) COM OPERADOR, PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DE NAVEGANTES/SC, Conforme Pregão Presencial nº 57/2017 PMN

Fornecedor: Mauricéia Aragão Ferreira Dias

Valor: R\$ 157.710,00

Vigência: 03/05/2017 a 03/05/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 03 de maio de 2017.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 65/2017 PMN

Publicação Nº 1455989

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 65/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 65/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA, PINTURA E ELÉTRICA) DE MOTOCICLETAS COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NOVOS EM PERFEITO ESTADO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DAS MOTOCICLETAS, PARA ATENDER A FROTA DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 65/2017 PMN

Fornecedor: LUIZ CARLOS RODRIGUES - ME

Valor: 30.000,00

Vigência: 30/06/2017 a 30/06/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 30 de junho de 2017.

LEI Nº 3251 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - LOA/2018 - ERRATA

Publicação Nº 1456774

LEI Nº 3251 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NAVEGANTES para o exercício de 2018.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do município de NAVEGANTES para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), sendo R\$ 215.413.939,83 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 86.186.233,28 (oitenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras

Art. 2º O Orçamento do Município de Navegantes para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos), em R\$ 296.760.112,01 (duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e sessenta mil, cento e doze reais e um centavo) a Despesa das demais unidades gestoras, incluindo o valor de R\$ 34.348.711,26 (trinta e quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e onze reais e vinte e seis centavos), as transferências financeiras assim tituladas: Transferências Financeiras p/ o Fundo Mun. Assistência Social, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Cultura, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Esportes, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras para a Fundação Hospitalar Municipal,

Transferências Financeiras para Fundação Municipal de Vigilância, Transferências Financeiras para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

§ 1º A Receita do Município para o exercício de 2018, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 280.735.228,02
- 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 65.340.165,24
- 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 13.103.763,96
- 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 13.693.473,78
- 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 21.238.724,00
- 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 164.355.226,00
- 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 3.003.875,04

2. RECEITAS DE CAPITAL 34.827.393,15
- 2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00
- 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 15.827.393,15

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.491.057,98
- 7.1. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 13.178.003,98
- 7.2. RECEITAS DE SERVIÇOS 311.485,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04
- 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04

TOTAL 301.600.173,11

§ 2º A Despesa do Município para o exercício de 2018, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

- 01 - CAMARA DE VEREADORES 4.840.061,10
- 02 - GABINETE DO PREFEITO 1.910.000,00
- 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 623.000,00
- 06 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 1.162.000,00
- 07 - SECRETARIA DE GOVERNO 1.285.000,00
- 08 - PROCURADORIA GERAL 2.435.000,00
- 09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA 7.187.500,00
- 10 - SECRETARIA DE FINANÇAS 9.587.878,05
- 12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 5.079.850,00
- 13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 94.976.653,96
- 14 - SECRETARIA MEIO AMBIENTE, AGRICUL. E PESCA 1.548.000,00
- 15 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL 1.366.500,00
- 16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES 2.645.090,00
- 17 - SECRETARIA DE OBRAS 51.858.057,89
- 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1.156.165,00
- 19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 1.881.400,00
- 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 2.562.593,00
- 21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL 731.800,00
- 22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA 1.731.609,00
- 23 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.540.785,00
- 24 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 438.000,00
- 25 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 41.636.249,86
- 26 - FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS 707.500,00
- 28 - SECRETARIA MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO 20.023.300,00
- 29 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL NAVEGANTES 11.243.341,33
- 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE 939.500,00
- 31 - SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. E RECEITA 2.651.620,00
- 32 - SECRETARIA MUN. CRIANÇA, ADOLESC. JUVENTUDE 1.211.500,00
- 33 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO 1.351.000,00

99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83
 97 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 4.840.061,10
 02 - Judiciária 1.835.000,00
 03 - Essencial a Justiça 600.000,00
 04 - Administração 22.462.518,68
 06 - Segurança Pública 3.805.609,00
 08 - Assistência Social 8.270.135,00
 09 - Previdência Social 8.742.407,83
 10 - Saúde 42.368.049,86
 11 - Trabalho 2.451.620,00
 12 - Educação 90.096.753,96
 13 - Cultura 1.881.400,00
 15 - Urbanismo 33.459.032,89
 17 - Saneamento 19.023.300,00
 18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00
 20 - Agricultura 1.548.000,00
 23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00
 25 - Energia 6.013.300,00
 26 - Transporte 14.636.725,00
 27 - Desporto e Lazer 2.562.593,00
 28 - Encargos Especiais 7.913.192,87
 99 - Reserva de Contingência 984.511,83
 97 - Reserva Orçamentária do RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 210.697.399,10
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 125.159.671,31
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 85.235.349,74

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 65.613.555,09
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 60.613.555,09
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 25.289.218,92
 9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83
 9.9.99.97.00.00.00.00 - RESERVA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL 301.600.173,11

Do orçamento da
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Art. 3º O orçamento da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 248.014.734,09 (duzentos e quarenta e oito milhões, quatorze mil, setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos) e fixa as Despesas em R\$ 208.825.961,73 (duzentos e oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em 39.188.772,36 (trinta e nove milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos), incluídas as transferências financeiras à Câmara Municipal.

§ 1º A Receita da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada mediante: Arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 244.512.457,24
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 64.867.829,24
 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 5.950.000,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 1.195.600,00
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 19.861.900,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 152.016.928,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 620.200,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 30.655.782,89
 2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 11.655.782,89

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00
 7.1. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04
 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04
 9.1.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA -11.468.450,44
 9.1.7. DEDUÇÕES TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -15.985.055,60

TOTAL 248.014.734,09

§ 2º A Despesa da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

02 - Judiciária 1.835.000,00
 03 - Essencial a Justiça 600.000,00
 04 - Administração 20.466.400,00
 06 - Segurança Pública 1.366.500,00
 08 - Assistência Social 6.291.350,00
 11 - Trabalho 2.451.620,00
 12 - Educação 90.096.753,96
 15 - Urbanismo 33.459.032,89
 17 - Saneamento 19.023.300,00
 20 - Agricultura 1.548.000,00
 23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00
 25 - Energia 6.013.300,00
 26 - Transporte 14.636.725,00
 28 - Encargos Especiais 7.408.378,05
 99 - Reserva de Contingência 984.511,83

TOTAL: 208.825.961,73
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.188.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00- DESPESAS CORRENTES 153.293.043,20
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 94.702.471,82
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 58.288.193,33
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 54.548.406,70
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 49.548.406,70
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83
 9.9.99.99.00.00.00.00 984.511,83
 SOMA: 208.825.961,73
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.188.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

Do orçamento do
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

Art. 4º O Orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 1.380.884,00 (hum milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 159.901,00 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.540.785,00 (hum milhão, quinhentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.262.084,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 72.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 1.172.084,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 18.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 118.800,00
2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 118.800,00 XXXXXXXXX

SOMA: 1.380.884,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 159.901,00

TOTAL: 1.540.785,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO
08 - Assistência Social 1.540.785,00

TOTAL 1.540.785,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA
3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.046.705,00
3.1.90.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.036.705,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 494.080,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 494.080,00

TOTAL 1.540.785,00

Do orçamento da
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES

Art. 5º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 44.097,00 (quarenta e quatro mil, noventa e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.518.496,00 (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.562.593,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil, quinhentos e noventa e três reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do

Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 44.097,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 836,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 14.787,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 28.474,00

SOMA : 44.097,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 2.518.496,00

TOTAL : 2.562.593,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer 2.562.593,00
TOTAL 2.562.593,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 2.148.773,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 785.246,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.363.527,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 413.820,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 413.820,00
TOTAL 2.562.593,00

Do orçamento do
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Art. 6º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 15.656.624,26 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte quatro reais e vinte seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 25.979.625,60 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 41.636.249,86 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 11.708.214,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 456.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 288.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 10.892.214,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 72.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 3.948.410,26
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 3.948.410,26
SOMA: 15.656.624,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 25.979.625,60

TOTAL: 41.636.249,86

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 41.636.249,86

TOTAL 41.636.249,86

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 33.779.803,93
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 14.312.771,93
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 19.467.032,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 7.856.445,93
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 7.856.445,93

TOTAL 41.636.249,86

Do orçamento da
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Art. 7º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 3.867,00 (três mil, oitocentos e sessenta e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.877.533,00 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.881.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 3.867,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 3.867,00

SOMA: 3.867,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.877.533,00
 TOTAL: 1.877.533,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 - Cultura 1.881.400,00
 TOTAL 1.881.400,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.773.765,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 926.984,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 846.781,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 107.635,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 107.635,00

TOTAL 1.881.400,00

Do orçamento do
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE NAVEGANTES

Art. 8º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 208.000,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 48.000,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 130.000,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 30.000,00
 SOMA: 208.000,00
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 230.000,00
 TOTAL: 438.000,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 438.000,00
 TOTAL 438.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 398.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 398.000,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 40.000,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 40.000,00
 TOTAL 438.000,00

Do orçamento da
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Art. 10 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 409.900,00 (quatrocentos e nove mil e novecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 321.900,00 (trezentos e vinte e um mil e novecentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 731.800,00 (setecentos e trinta e um mil e oitocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 341.500,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.000,00
 1.6. RECEITA DE SERVICOS 142.000,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 144.000,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 15.500,00
 2. RECEITAS DE CAPITAL 68.400,00

2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 68.400,00

SOMA: 409.900,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 321.900,00

TOTAL: 731.800,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 731.800,00

TOTAL 731.800,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 362.950,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 72.070,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 290.880,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 368.850,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 368.850,00

TOTAL 731.800,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES

Art. 11 - O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 717.736,00 (setecentos e dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 438.429,00 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.156.165,00 (hum milhão, cento e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendimentos, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 706.251,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 7.948,00

1.6. RECEITA DE SERVICOS 584.745,00

1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 113.558,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 11.485,00

7.6 RECEITA DE SERVIÇOS 11.485,00

SOMA: 717.736,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 438.429,00

TOTAL: 1.156.165,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00

TOTAL 1.156.165,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.002.550,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 888.335,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 114.215,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 153.615,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 153.615,00

TOTAL 1.156.165,00

Do orçamento do

FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES

Art. 12 O orçamento da unidade, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 697.000,00 (seiscentos e noventa e sete mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 707.500,00 (setecentos e sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendimentos, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 661.000,00

1.1. RECEITA TRIBUTARIA 15.500,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 16.000,00

1.6. RECEITA DE SERVICOS 621.500,00

1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 8.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 36.000,00

2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 36.000,00

SOMA: 697.000,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 10.500,00

TOTAL: 707.500,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 707.500,00

TOTAL 707.500,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 266.500,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 266.500,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 441.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 441.000,00

TOTAL 707.500,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

Art. 13 O orçamento da unidade, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 899.048,00 (oitocentos e noventa e nove mil, quarenta e oito reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 832.561,00 (oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.731.609,00 (hum milhão, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e nove reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 897.479,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.369,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 105,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 857.005,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS
7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.569,00
SOMA: 899.048,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 832.561,00

TOTAL: 1.731.609,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 1.731.609,00
TOTAL 1.731.609,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.507.138,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 565.564,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 941.574,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 224.471,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 224.471,00
TOTAL 1.731.609,00

Do orçamento da
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES

Art. 14 O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima as Transferências Recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos) e fixa as despesas em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 4.840.061,10

TOTAL 4.840.061,10

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa 4.840.061,10
TOTAL 4.840.061,10

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 4.240.061,10
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 3.230.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.010.061,10

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 600.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 600.000,00
TOTAL 4.840.061,10

Do orçamento do
INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. MUNICIPAIS

Art. 15 O orçamento da unidade, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 33.568.282,76 (trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.979.765,66 (um milhão, novecentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) e fixa as Despesas em R\$ 35.548.048,42 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 20.390.278,78
1.2 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 7.153.763,96
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 11.966.902,78
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.269.612,04

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.178.003,98
7.2. RECEITAS CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇ. 13.178.003,98

SOMA: 33.568.282,76
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.979.765,66

TOTAL: 35.548.048,42

§ 2º A Despesa da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 1.996.118,68
09 – Previdência Social 8.742.407,83
28 – Encargos Especiais 504.814,82
99 – Reserva de Contingência 24.304.707,09

TOTAL 35.548.048,42

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 10.878.109,87
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 9.666.228,56
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.211.881,31

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 365.231,46
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 365.231,46

9.0.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
24.304.707,09
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
24.304.707,09
TOTAL 35.548.048,42

Das Disposições Finais

Art. 16 Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou roçadas a menor, conforme art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 3230/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2018), com o seguinte desdobramento:

I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

- a) Passivos Contingentes 246.127,96
- b) Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor 492.255,92
- c) Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 246.127,95

II – UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

- a) Reserva Orçamentária do RPPS 27.750.973,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", situações como: enxurradas, situações de emergência, calamidade pública, intempéries e outros fatores, que necessitem da intervenção do poder público municipal.

§ 3º Não se efetivando até 10/12/2018 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a ela reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento de 2019 tenha reservado recursos para os riscos fiscais.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 17 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive para adequação a nova tabela de destinação da receita pública do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aplicável para o exercício de 2018.

Art. 18 O Executivo esta autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, devidamente autorizadas em Lei.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo, realizá-las.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19 Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei, com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43 § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos Orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 21 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 22 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 12 de Dezembro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA
Prefeito

PORTARIA 3057 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1455884

PORTARIA Nº 3057 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato Nº 263/2017 FMV OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA A SEDE DO CITRAN, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 08/2017.

Fiscal: TAISA PERTILE LENCINA - (titular)
SAULO CARDOSO STELCZYK – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3255 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1455887

PORTARIA Nº 3255 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA E REVOGA, NA ÍNTEGRA, A PORTARIA Nº 3194 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 13/2017 FMV, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TINTAS E MICROESFERA DE VIDRO) PARA MANUTENÇÃO E DEMARCAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2017.

Fiscal: EDEMIR DE SOUZA - (Titular)
Fiscal: IVAN CESAR BITTENOURT– (Suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando na íntegra a portaria 3194 de 13 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3257 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1455890

PORTARIA Nº 3257 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA E REVOGA, NA ÍNTEGRA, A PORTARIA Nº 3205 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 156/2017 PMN, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "SHOW PIROTÉCNICO" (COM FORNECIMENTO DOS FOGOS DE ARTIFÍCIO), PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DE REVEILLON A SER REALIZADO NO DIA 31/12/2017 EM ATÉ 04 (QUATRO) PONTOS DA PRAIA E DEMAIS FESTIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2017 E 2018, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., ATRAVÉS DA SECRETRIA MUNICIPAL DE TURISMO. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 156/2017.

FISCAL: MARILU PETRY (TITULAR)
FISCAL: JACSON LUIZ RUARO (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando na íntegra a portaria 3205 de 14 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3373 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1455899

PORTARIA Nº 3373 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 62/2017 FMS, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA DO CEFIR (CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO), LOCALIZADA NO CRMH-CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017-FMS. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 62/2017.

FISCAL: ALINE VIEIRA (TITULAR)
FISCAL: NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3381 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1455900

PORTARIA Nº 3381 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 67/2017 FMS, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CURSOS E REUNIÕES), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 67/2017.

FISCAL: NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO (TITULAR)
FISCAL: LINTON MURARA (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3387 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1455893

PORTARIA Nº 3387 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 12/2017 FMC, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE LIVROS RELACIONADOS À PROGRAMAÇÃO DO 5º FESTIVAL LITERÁRIO DE NAVEGANTES, A FIM DE INTEGRAREM O ACERVO PERTENCENTE À BIBLIOTECA PÚBLICA CRUZ E SOUZA E CENTRO DAS ARTES E DOS ESPORTES UNIFICADO - CEU, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC, Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 12/2017.

FISCAL: MARCELI PERERIRA DE ANDRADE (TITULAR)
FISCAL: ROBERT LAZZARO GOMES DE SOUZA (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3394/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 1455908

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA Nº 3394 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores SORAIA YOUSHA, LUCAS ELTON MOREIRA e ROBERTO MIGUEL CELEZINSKI para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar a natureza da VPNI – Vantagens Pessoais Nominalmente Identificável – seus reflexos pecuniários, alterações sobre a fórmula de cálculo de demais vantagens e apurar observações apostadas na auditoria nº 2/2015.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Emílio Vieira
PREFEITO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2017 AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Publicação Nº 1456684

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017

CHAMADA PÚBLICA - DL Nº 08/2017

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CHAMADA PÚBLICA - DL para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 02 de janeiro de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail compras@novaerechim.sc.gov.br

Nova Erechim (SC), em 13 de dezembro de 2017.
NÉLIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 AQUISIÇÃO SMART TV

Publicação Nº 1456341

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELEVISORES TIPO SMART TV, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 26 de dezembro de 2017, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 13 de dezembro de 2017.
NÉLIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

Nova Trento

PREFEITURA

ERRATA - TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 073/2015

Publicação N° 1455886

ERRATA N° 01/3°ADITIVO/GUILHERME DALLABRIDA - Referência: Terceiro Aditivo ao Contrato n.º 073/2015, de 08 de dezembro de 2017. A Prefeitura de Nova Trento, através da Comissão Permanente de Licitações, vem a público retificar a Publicação do Termo Aditivo ao Contrato n° 073/2015. Alterar em parte a publicação efetuada por este jornal dia 13/12/2017, edição n° 2407. ONDE SE LÊ: o Valor de adição de R\$ 19.492,93 (dezenove mil, quatrocentos e noventa dois reais e noventa e três centavos) correspondente a 11,60 % do valor da obra, LEIA-SE: o Valor de adição de R\$ 1.116,02 (mil, cento e dezesseis reais e dois centavos) correspondente a 0,66 % do valor da obra. ONDE SE LÊ: o Valor de supressão R\$ 6.300,50 (seis mil, trezentos reais e cinquenta centavos) correspondente a 3,75 % do contrato original, LEIA-SE: o Valor de supressão R\$ 5.594,90 (cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) correspondente a 3,33 % do contrato original Os demais itens permanecem inalterados.

Nova Trento/SC, 13 de dezembro de 2017.

Aprigio José Botameli

Presidente da Comissão de Licitações

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO DO PL Nº 052/2017

Publicação Nº 1455604

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RESULTADO HABILITAÇÃO – Processo Licitatório Nº 052/2017-Chamamento Público Nº 003/2017 – A Comissão de Licitação, designada pelo Decreto Nº 2.314/17, torna público a HABILITAÇÃO da Instituição Financeira: COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL – SICOOB ORIGINAL – CNPJ Nº 81.292.278/0001-87 que solicitou o Credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR MEIO DE DAM - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS do Município de Novo Horizonte/SC.
Comissão de Licitação, Novo Horizonte/SC, em 11/12/2017.

DECRETO 2.381

Publicação Nº 1456155

DECRETO Nº 2.381 de 12 de Dezembro de 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Artigos 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal Nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal Nº 543/16 de 01 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) relativos a recursos ordinários assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de Despesa – 3.1.91 – 0.1.0003 – Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

Elementos de Despesa – 3.3.71 – 0.1.0003 – Aplicações DiretasR\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0003 – Aplicações DiretasR\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 12 de Novembro de 2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se Silvani Zilio Moschen

Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 075/2017

Publicação Nº 1455921

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 075/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Contratada...: BOB E ROBISON GRAVAÇÕES E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

Valor : R\$ 12.075,00 (doze mil e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 13/12/2017 Término: 31/01/2018

Licitação : INEXIGIBILIDADE Nº.: 006/2017

Recursos :

Dotação: 058-40.01-13.392.0009-2.018-.3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Cultura

Objeto : Contratação da empresa BOB E ROBISON GRAVAÇÕES E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME para apresentação de Show artístico da dupla sertaneja "Bob e Robison" compreendendo transporte e hospedagem, que fará sua apresentação artística, com duração de 01 (hora) e 30 (trinta) minutos no 07 de Janeiro de 2.018, durante a mateada em comemoração as festividades de comemoração ao 26º Aniversário político administrativo do município de Novo Horizonte/SC..

Novo Horizonte/SC, em 13 de Dezembro de 2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 076/2017

Publicação Nº 1456293

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 076/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Contratada...: COOPERATIVA DE CREDITO ORIGINAL – SICOOB ORIGINAL

Valor : R\$ 10.762,50 (dez mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 13/12/2017 Término: 31/12/2018

Licitação : INEXIGIBILIDADE Nº.: 003/2017

Objeto : O objeto do presente termo é o credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados. Pregos, prazos, procedimentos e demais condições descritas neste edital e em seus anexos, especialmente Anexo I (Projeto Básico).

Novo Horizonte/SC, em 13 de Dezembro de 2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 052/2017

Publicação Nº 1456289

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 13/12/2017

OBJETO: O objeto do presente termo é o credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados. Preços, prazos, procedimentos e demais condições descritas neste edital e em seus anexos, especialmente Anexo I (Projeto Básico).

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CREDITO ORIGINAL – SICOOB ORIGINAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.762,50 (Dez mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 13/12/2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PL PM Nº 058/17-IL Nº 006/2017

Publicação Nº 1455919

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 006/2017

RATIFICAÇÃO DIA: 13/12/2017

CONTRATADO: BOB E ROBISON GRAVAÇÕES E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Contratação da empresa BOB E ROBISON GRAVAÇÕES E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME para apresentação de Show artístico da dupla sertaneja "Bob e Robison" compreendendo transporte e hospedagem, que fará sua apresentação artística, com duração de 01 (hora) e 30 (trinta) minutos no 07 de Janeiro de 2.018, durante a mateada em comemoração as festividades de comemoração ao 26º Aniversário político administrativo do município de Novo Horizonte/SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.075,00 (doze mil e setenta e cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

DATA: 13/12/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

PORTARIA 135

Publicação Nº 1457122

PORTARIA Nº 135 de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de servidores por término de contrato e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR os servidores abaixo descritos por término de contrato:

Nome	Cargo	Mat.	Nº do Contrato e Termo Aditivo	Término de Vigência
Ana Paula Daniel	Prof. EF 1º ao 5º ano	778/01	013/2017	15/12/2017
Andreia Vilani	Prof. EF 6º ao 9º ano	772/01	007/2017	15/12/2017
Carla Regina Batisti Peres	Prof. EF 1º ao 5º ano	825/01	051/2017	15/12/2017
Eligiane Mônica Cardoso	Professora de Educação Infantil	776/01	011/2017	15/12/2017
Elis Paula Boito	Prof. EF 1º ao 5º ano	804/01	032/2017 – 1º Termo Aditivo	15/12/2017
Eliziana Wesolovski de Bida	Professora de Informática	820/01	046/2017	15/12/2017
Everlise dos Santos	Professora de Artes	774/01	009/2017	15/12/2017

Leila Battistela Cecchin	Professora de Língua Estrangeira	786/01	027/2017	15/12/2017
Loreci Brum	Professora de Educação Infantil	821/01	047/2017	15/12/2017
Luciane Maehler Pfeifer	Prof. EF 6º ao 9º ano	783/01	018/2017	15/12/2017
Marciane Maria Tenutti	Professora de Educação Infantil	806/01	034/2017	15/12/2017
Rejane Brazzo Santin	Prof. EF 1º ao 5º ano	803/01	031/2017 – 1º Termo Aditivo	15/12/2017
Ritali Filipini Santian	Prof. EF 1º ao 5º ano	808/01	036/2017	15/12/2017
Seni Antonia Brum Dalzochio	Prof. EF 1º ao 5º ano	824/01	050/2017	15/12/2017
Silvester Franchi	Professor de Educação Física	784/01	019/2017	15/12/2017
Silvia Regina Somariva	Prof. EF 6º ao 9º ano	822/01	048/2017	15/12/2017
Tarciana Maria Batisti Aver	Prof. EF 6º ao 9º ano	777/01	012/2017	15/12/2017
Vanessa Bratti Giombelli	Prof. EF 1º ao 5º ano	807/01	035/2017	15/12/2017
Maria Aparecida Matias Buzin	Auxiliar de Serviços Gerais	815/01	042/2017	15/12/2017
Marilete Brasso Bratti	Auxiliar de Serviços Gerais	826/01	052/2017	15/12/2017
Silvana Fátima Rovaris Vazatta	Auxiliar de Serviços Gerais	792/01	005/2017	15/12/2017
Guilherme Pizzatto	Auxiliar Administrativo	787/01	028/2017	31/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 14 de dezembro de 2017.

Registre-se e
Publique-se.

Orleans

PREFEITURA

2.786 ALTERA E INSTITUI A COSIP

Publicação Nº 1455836

LEI Nº 2.786 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA E INSTITUI NO MUNICÍPIO DE ORLEANS A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – REVOGA AS LEIS: 1.739/2002; 2.233/2008 E O DECRETO 33.879/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do art. 149-A da Constituição Federal de 1988, a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, devida pelos consumidores residenciais e não residenciais de energia elétrica e proprietários de imóveis urbanos, destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

§ 1º Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias, praças, passarelas, jardins, abrigos de usuários de transporte coletivo e logradouros, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, assim como das atividades acessórias de instalação, operação, manutenção, remodelação, modernização, efficientização e expansão da rede de iluminação pública, serviços correlatos e despesas havidas para consecução do objetivo.

§ 2º São contribuintes para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, os proprietários, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, da unidade imobiliária, na área urbana, edificada ou não, ligada ou não a rede de energia elétrica. Ainda, os proprietários de imóveis rurais, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, que estejam ligados à rede de energia elétrica.

§ 3º O custeio do serviço de iluminação pública é obrigação de todos, independente de o imóvel possuir ou não iluminação pública em seu logradouro.

Art. 2º - A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP – de que trata o artigo anterior será obtida através do percentual a ser aplicado em conformidade com tabela classificada por consumo em KWh, para os consumidores de energia elétrica, constante no artigo terceiro desta lei e seus incisos, que será aplicada sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública fixada pela Agência de Energia Elétrica – ANEEL, (Grupo B4) tornando-se a base do cálculo a ser efetuado, obtendo-se valor cobrado da COSIP e será efetuado pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica.

Parágrafo Único. A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP – de que trata o artigo anterior e que não esteja ligada a rede de energia elétrica, será obtida através dos percentuais constantes na tabela V a ser aplicada sobre o valor da tarifa vigente de iluminação pública no mês de dezembro de cada ano multiplicado pelo percentual estabelecido conforme a metragem linear da frente do imóvel.

Art. 3º Para os imóveis ligados a rede de energia, as alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme faixas de montante de consumo mensal medido em kWh (quilowatt-hora) e aplicadas sobre. Para os imóveis urbanos não edificados, através de percentual sobre a tarifa vigente de iluminação pública conforme a testada principal do imóvel conforme as tabelas do Anexo I.

§ 1º A tarifa referida é aquela publicada por meio de resoluções pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para iluminação pública, por MWh (megawatt-hora) para a concessionária de serviço público de distribuição de energia que atua no Município e sem acréscimos de tributos (ICMS, PIS e COFINS).

§ 2º A cobrança incidirá sobre todas as classes/categorias de unidades consumidoras descritas em Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§ 3º Os consumidores residenciais enquadrados pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, como beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, Subclasse Residencial Baixa Renda receberão desconto de 100% em seu valor da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP. Para as faixas de consumo de 0 a 100 Kwh, mediante o cadastro na secretaria social do município e parecer de assistente social.

§ 4º Não estão isentos de pagamento da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP as pessoas jurídicas de direito público estadual e federal.

Art. 4º - O Valor da Contribuição de que trata esta Lei será reajustado, na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de Iluminação Pública B4 determinada pela ANEEL.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato com Centrais Elétricas de Santa Catarina – S.A. - CELESC, ou por outras companhias/cooperativas de distribuição que atuem no município, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei.

§ 1º - As Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.- CELESC ou por outras companhias/cooperativas de distribuição que atuem no município deverão contabilizar mensalmente, o produto de arrecadação da COSIP, em conta própria, e fornecerão, à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade do Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP - deverá ser aplicado em serviços, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de Orleans/SC.

Art. 6º - A Concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixaram de efetuar o recolhimento da contribuição, fornecendo os dados constantes naquele cadastro para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 7º - Para o imóvel não edificado e não ligado à rede de energia elétrica, o valor da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP corresponderá a tabela V – Consumidores Imóvel Não Edificado – previsto no artigo terceiro desta lei. A cobrança pode ser efetuada acompanhado do lançamento anual do IPTU e obedecendo critérios para pagamento, penalidades e prazos legais estabelecidos

para aquele imposto municipal, ou, outra forma a ser regulamentada mediante decreto.

Parágrafo Único Os valores arrecadados a título de COSIP deverão ser integralmente repassados para conta destinada a este fim.

Art. 8º - O percentual da contribuição será reajustado por Decreto do Poder Executivo, de acordo com a evolução do custo do serviço de iluminação pública a corrigir, alterar, ajustar/reajustar, ou reduzir o percentual das tabelas I, II, III, IV, V e VI do artigo 3º Anexo I, desta lei, de acordo com a necessidade municipal e com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de excesso de arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a reduzir proporcionalmente o custo da contribuição para adequar a finalidade do custeio.

§ 2º. Poderá o chefe do executivo utilizar-se dos indicadores econômicos, Índice Nacional do Preço ao Consumidor - INPC, e/ou o índice de reajuste no preço da energia elétrica, e/ou aumento dos custos de manutenção na iluminação pública, e/ou alteração de bandeira tarifária da iluminação pública para aplicar a alteração do percentual que deverá ser reajustado por decreto municipal.

Art. 9º - Aplicam-se à Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, no que couber as normas do Código Tributário Nacional e legislação tributária do Município, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis 1.739/2002; 2.233/2008 e o decreto 3.879/2015, bem como, demais disposições em contrário.

Orleans/SC, 12 de dezembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria municipal de Administração aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.
MARIO COAN
Secretário de Administração

ANEXO I

I - CONSUMIDOR RESIDENCIAL URBANO

FAIXA DE CONSUMO (%) PERCENTUAL SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/MÊS;

CLASSE RESIDENCIAL

Faixa de Consumo	Valor da Contribuição em %
Até 100 kwh	2,00
de 101 a 200 Kwh	4,00
de 201 a 300 kwh	5,00
de 301 a 400 kwh	6,00
de 401 a 500 kwh	8,00
de 501 a 750 kwh	10,00
de 751 a 1.000 kwh	16,00
de 1.001 a 1.500 kwh	22,00
de 1.501 a 3.000 kwh	34,00
de 3.001 a 5.000 kwh	58,00

II – CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

FAIXA DE CONSUMO (%) PERCENTUAL SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/MÊS

CLASSE COMERCIAL, INDUSTRIAL e SERVIÇOS

Faixa de Consumo	Valor da Contribuição em %
Até 100 kwh	2,00
de 101 a 200 Kwh	4,00
de 201 a 300 kwh	5,00
de 301 a 400 kwh	6,00
de 401 a 500 kwh	8,00
de 501 a 750 kwh	10,00
de 751 a 1.000 kwh	16,00
de 1.001 a 1.500 kwh	22,00

de 1.501 a 3.000 kwh	34,00
de 3.001 a 5.000 kwh	58,00
de 5.001 a 7. 500 kwh	62,00
de 7.501 a 10.000 kwh	64,00
de 10.001 a 15.000 kwh	66,00
de 15.001 a 20.000 kwh	68,00

III – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS

FAIXA DE CONSUMO (%) PERCENTUAL SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/MÊS

CLASSE PRIMÁRIA

Faixa de Consumo	Valor da Contribuição em %
de 1.501 a 3.000 kwh	34,00
de 3.001 a 5.000 kwh	58,00
de 5.001 a 7. 500 kwh	62,00
de 7.501 a 10.000 kwh	64,00
de 10.001 a 15.000 kwh	66,00
de 15.001 a 20.000 kwh	68,00
de 20.001 a 30.000 kwh	70,00
de 30.001 a 50.000 kwh	72,00
de 50.001 a 100.000 kwh	74,00
de 100.001 a 200.000 kwh	76,00

IV – CONSUMIDORES PODER PÚBLICO E EMPRESAS PÚBLICAS (ESTADUAL E FEDERAL)

FAIXA DE CONSUMO (%) PERCENTUAL SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/MÊS

CLASSE PODER PÚBLICO

Faixa de Consumo	Valor da Contribuição em %
Até 1.500 Kwh	100,00
de 1.500,01 a 3.000 kwh	180,00
de 3.000,01 a 5.000 kwh	240,00
de 5.001 a 10.000 kwh	480,00
de 10.001 a 20.000 kwh	960,00
de 20.001 a 50.000 kwh	1440,00
Acima de 50.001 kwh	1920,00

V – CONSUMIDORES IMÓVEL NÃO EDIFICADO

	FAIXA DE CONSUMO (%) PERCENTUAL SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ANO
	Contribuinte Proprietário de Imóveis Não Edificados
Testada Principal em Metros Lineares	% Sobre a tarifa de Iluminação Pública/ANO
Até 12 m	25,00
De 12,01 a 20 m	30,00
De 20,01 a 30 m	40,00
De 30,01 a 40 m	60,00
De 40,01 a 50 m	70,00
De 50,01 a 60 m	100,00

De 60,01 a 100 m	150,00
De 100,01 a 250 m	300,00
De 250,01 a 500 m	600,00
Acima de 500m	1200,00

VI – CONSUMIDOR RESIDENCIAL RURAL

FAIXA DE CONSUMO (%) PERCENTUAL SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ANO Contribuinte Residencial Rural	
Testada Principal em Metros Lineares	% Sobre a tarifa de Iluminação Pública/ANO
Até 100 kwh	2,00
de 101 a 200 Kwh	4,00
de 201 a 300 kwh	5,00
de 301 a 400 kwh	6,00
Acima de 400,01 kwh	8,00

JORGE LUIZ KOCH MARIO COAN
Prefeito de Orleans Secretário de Administração

2.787 RECONHCE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Publicação Nº 1455838

LEI N. 2.787 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2017.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR, PAGAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições, FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas de exercícios anteriores, em favor do credor, conforme abaixo relacionado:

Credor	CNPJ	Valor R\$
MARCIA CLAUMANN PSICOPEDAGOGA ME	22.509.031/0001-05	1.705,00

Parágrafo Único. A despesa a que se refere esse artigo trata da contratação de serviços referentes a atendimentos psicopedagógicos referentes ao ano de 2016, contratados junto ao CISAMREC – Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC e não pagos.

Art. 2º Em conformidade com os prescritos no artigo anterior deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder o reconhecimento, empenhamento, liquidação e pagamento das respectivas despesas de exercícios anteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 12 de dezembro de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DE ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA, GESTÃO 2018/2019.

Publicação Nº 1457002

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DE ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA, GESTÃO 2018/2019.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Palhoça, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que as entidades, após protocolo da relação de documentos solicitada, só serão consideradas inscritas após ato de homologação do deste Conselho.

CONSIDERANDO que participarão da Eleição do Conselho Municipal de Saúde todas as entidades que solicitaram inscrição do dia 01 de dezembro até às 18 horas do dia 07 de dezembro de 2017 e que tenham cumpridas todas as exigências e etapas requeridas. CONSIDERANDO que poderá o Pleno do CMS realizar o devido enquadramento no subgrupo e/ou no segmento se ficar legalmente constatado que a classificação proposta pela entidade foi indevida ou em casos de omissão da indicação.

RESOLVE:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o resultado das inscrições para a eleição do Conselho Municipal de Saúde de Palhoça para a gestão 2018/2019, de acordo com o regulamento e edital de convocação.

Art. 2º As entidades e organizações ficam inscritas e relacionadas nos segmentos e subgrupos respectivos, conforme ANEXO I.

Art. 3º As inscrições INDEFERIDAS constam elencadas junto ao ANEXO II.

Palhoça, 13 de dezembro de 2017.

Ademir Laurindo Cadini

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ANEXO I INSCRIÇÕES DEFERIDAS

I- Representantes do Governo:

1. Secretário Municipal de Saúde – Anna Paula Heiderscheidt Adegas;
2. Superintendente de Média e Alta Complexidade – Rosângela Terezinha Horstmann;
3. Superintendente de Vigilância em Saúde – Leonardo Kretzer;
4. Superintendente de Atenção Básica – Sandra Ribeiro de Abreu.

II- Representantes de Associações Comunitárias de Moradores:

1. Associação de Moradores da Bacia do Maciambú - Bernadete Ciriaca Karklin;
2. Conselho Comunitário Padre Réus - Tainara Espindula Juttel;
3. Associação de Moradores da Praia de Fora - Gustavo Renan Colombo;
4. Centro Comunitário do Bairro Bela Vista – Filipe Koerich;
5. Conselho Comunitário da Enseada de Brito – Tamires da Rosa Rodrigues.

III- Representantes de Entidades Religiosas;

1. Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Alexandro Adriano;
2. Igreja do Evangelho Quadrangular – Ademir Laurindo Cadini;
3. Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré – Edinara Machado Fernandes da Rosa.

IV- Representantes de Sindicatos e Associações de Trabalhadores;

1. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Palhoça - Vitor Sodré Dias;
2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça – Genesi Duarte.

V- Representantes de Associações de Pais, Professores e Grupos da Terceira Idade;

1. Grupo da Terceira Idade Madre Paulina – Terezinha Maria Rodrigues.
2. Centro de Convivência do Idoso – Eliana Maria da Silva.

VI- Representantes de Associações de Portadores de Patologia;

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Beatriz Eugênia Oliveira;
2. APAE – Eneir Cardoso da Silveira de Bona.

VII- Representantes de Prestadores de Serviço do SUS;

1. Gabevida Laboratório Médico de Análises Clínicas – Peterson Jacques de Souza;
2. IDEAS Clínica Médica – Ana Paula Sebastião.

VIII- Representantes de Profissionais da Saúde

1. Cleudeni Moraes dos Santos – Téc. de Enfermagem;
2. Bruno Pereira Dal Paz – Enfermeiro;
3. Fabiane Mendes de Melo – Enfermeira;
4. Cleiton Rafael Abreu – Téc. de Enfermagem;
5. Melissa A. J. C. Mezzari – Fisioterapeuta;
6. Maraísa Melo Farias – Téc. de Enfermagem;
7. Sara Dalla Lana – Enfermeira;
8. Eduarda Maria Coelho de Campos – Odontóloga;
9. Ildefonso Cesar Martins – Enfermeiro;
10. Michele do Nascimento – Fisioterapeuta;
11. Jony Alberto Correia – Assistente Social;
12. Rosana Aparecida Pinheiro – ACS;
13. Elenice Maria Mendes – Assistente Social;
14. Eleomar Paes – Psicólogo;
15. Michele Soares – Téc. de Enfermagem
16. Bernadeth Vieira do Amaral – ACS.

ANEXO II INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

I- Representantes de Associações Comunitárias de Moradores:

1. Gabriela Wundervald Koerich (Documentação incompleta).

II- Representantes de Profissionais da Saúde

1. Gladis Becker – Enfermeira (Documentação incompleta).
2. Andrea Patrícia Alves – Enfermeira (Documentação incompleta).

PREGÃO PRESENCIAL 138/2017 - RESULTADO

Publicação Nº 1456399

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 138/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a locação de banheiros químicos, container sanitário, lavatório móvel e banheiro químico PNE, para utilização em eventos realizados pela prefeitura e eventos realizados com apoio da mesma, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA EPP venceu os itens 1, 2, 3 e 4, totalizando R\$914.250,00 (novecentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).

Palhoça, 13 de dezembro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PG 151-2017

Publicação Nº 1456409

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 151/2017, no dia 10 de JANEIRO de 2018, às 14h00min,

na Sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação-1º piso, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na aquisição de pneus para veículos e máquinas pertencentes à Secretaria de Serviços Públicos e SAMAE de Palhoça SC, através de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 13 de dezembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO - CHAMAMENTO Nº04/2017 PALHOÇA

Publicação Nº 1456364

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº04/2017
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

O Município de Palhoça torna público que, o CONSÓRCIO MPB-COSATEL está AUTORIZADO a apresentar estudos e projetos, conforme especificado no edital Chamamento Público nº04/2017, deliberado através da Ata de reunião do dia 13/12/2017. A empresa deverá apresentar os estudos e projetos até o dia 12/02/2018, podendo ser prorrogável por mais 60 dias através de análise da justificativa apresentada. Tem como objeto a apresentação de estudos de viabilidade de modelos de contratação da iniciativa privada com vistas à construção, operação e manutenção de um novo Centro Administrativo Municipal. Maiores informações pelo telefone: 48 3279-1831, das 13:00 às 19:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 13 de dezembro de 2017. Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2017**

Publicação Nº 1456593

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2017 – Pregão Presencial 31/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SUPERAR LTDA ME. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, para instalação nas Unidades de Saúde, da rede municipal de saúde. DATA: 12/09/2017 à 11/09/2018.

Nome da Empresa: SUPERAR LTDA ME				CNPJ: 13.482.516/0001-61	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 18.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
3	25,00	UN	ELGIN HEFEI18B2IA	R\$1.774,5000	R\$44.362,5000
Valor Total		(quarenta e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)			R\$44.362,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2017

Publicação Nº 1456611

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2017 – Pregão Presencial 31/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MARIA CIRLEI DA VEIGA - ME. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, para instalação nas Unidades de Saúde, da rede municipal de saúde.

DATA: 12/09/2017 à 11/09/2018.

Nome da Empresa: MARIA CIRLEI DA VEIGA - ME						CNPJ: 20.132.097/0001-01					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total		Especificação: Conjunto split (parede) 9.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.				
1	16,00	UN	ELGIN ECO PLUS HEQ-9.000	R\$1.228,5000	R\$19.656,0000						
Valor Total		(dezenove mil e seiscentos e cinquenta e seis reais)				R\$19.656,00					

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2017

Publicação Nº 1456616

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2017 – Pregão Presencial 31/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, para instalação nas Unidades de Saúde, da rede municipal de saúde.

DATA: 12/09/2017 à 11/09/2018.

Nome da Empresa: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP						CNPJ: 05.368.504/0001-82					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total		Especificação: Conjunto split (parede) 24.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.				
4	10,00	UN	ELGIN HEFI24B2IA	R\$2.594,0000	R\$25.940,0000						
Valor Total		(vinte e cinco mil e novecentos e quarenta reais)				R\$25.940,00					

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2017

Publicação Nº 1456622

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2017 – Pregão Presencial 31/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, para instalação nas Unidades de Saúde, da rede municipal de saúde.

DATA: 12/09/2017 à 11/09/2018.

Nome da Empresa: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME				CNPJ: 17.848.143/0001-50	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 12.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
2	7,00	UN	ELGIN HEFI12	R\$1.314,0000	R\$9.198,0000
Valor Total		(nove mil e cento e noventa e oito reais)			R\$9.198,00

Palma Sola

PREFEITURA

LEI 1993/2017

Publicação Nº 1455486

LEI 1993, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, INCLUI NO PPA, LDO E LOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Abre crédito suplementar no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), para atender à finalidade abaixo especificada:

01- PODER LEGISLATIVO

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 – Manutenção e Func. Da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.50.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas R\$ 680,00

Art. 2º. A cobertura do crédito suplementar a que se refere o artigo 1º se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01- PODER LEGISLATIVO

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 – Manutenção e Func. Da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas R\$ 680,00

Art. 3º. Fica modificado o Plano Plurianual- PPA 2014/2017, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º. Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do Exercício de 2017, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

12 de Dezembro de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

TERMO ADITIVO Nº. 02 - AO CONTRATO Nº.9912390839 - CORREIO

Publicação Nº 1455571

2º (Segundo) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912390838 QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE PALMA SOLA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA		
CNPJ: 83.028.639/0001-02	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Palma Sola Pref Gabinete do Prefeito	Ramo de Atividade: 84.11.6.00 - Administração Pública em Geral	
Endereço: Rua Francisco Zanotto, 600		
Cidade: Palma Sola	UF: SC	CEP: 89985-000
Telefone: (49) 3652-3200	FAX	

Endereço Eletrônico:
prefeitura@palmasola.sc.gov.br

Nome do Responsável:
Cleomar José Mantelli

Cargo: Prefeito	RG: 2941379	CPF: 760.741.889-04
--------------------	----------------	------------------------

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.

Nome Fantasia: Superintendência Estadual de Operações SC	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23
---	--------------------------------

Endereço:
Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário

Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
---------------------	-----------	--------------------

Telefone: (48) 3954-4228	FAX:
-----------------------------	------

Endereço Eletrônico:
scgesuv@correios.com.br

Nome do Representante Legal:
Marciano da Silva Vieira

RG: 4.111.072 SSP/SC	CPF: 042.110.989-00
-------------------------	------------------------

Nome do Representante Legal:
Moacir Aguiar

RG: 3.752.011 SSP/SC	CPF: 003.720.399-10
-------------------------	------------------------

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 29/01/2018 até 29/01/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previstos na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$: 4.000,00(quatro mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 33.90.39

Projeto/Atividade: 2.003

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas

abaixo:
São José/SC, em 13 de dezembro de 2017

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Cleomar José Mantelli		Marciano da Silva Vieira
Prefeito		Superintendente Estadual de Operações SC
		Moacir Aguiar
		Gerente Regional de Vendas

Testemunhas:

NOME: Fernanda S. Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt
CPF: 053.954.509-04

Palmitos

PREFEITURA

Decreto nº 068/2017

Publicação Nº 1455499

DECRETO Nº 068/2017. De 04 de setembro de 2017.	AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.939, de 15 de dezembro de 2016.
--	--

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional suplementar no valor de até R\$ 412.775,76 (quatrocentos e doze mil setecentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de saúde

Projeto: 2034 – Manutenção do CAPS-Centro de Apoio Psicossocial
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.36 (28) R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de saúde

Projeto: 2032 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica em Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.3307 (89) R\$ 150,32

TOTAL R\$ 150,32

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de saúde

Projeto: 2034 – Manutenção do CAPS-Centro de Apoio Psicossocial
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.167 (90) R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte

Projeto: 2017 – Manutenção das Atividades Culturais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.13 (175) R\$ 2.506,21

TOTAL R\$ 2.506,21

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e serviços urbanos

Projeto: 2027 – Manutenção das Ativ. Depto de Obras e Serv. Urb.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.13 (142) R\$

3.070,25

TOTAL R\$ 3.070,25

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 – Departamento de educação

Projeto: 2013 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.70 (177) R\$ 21.490,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.70 (176) R\$ 281.796,95

TOTAL R\$ 303.736,95

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 – Departamento de Merenda Escolar

Projeto: 2019 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.04 (86) R\$ 22.216,03

TOTAL R\$ 22.216,03

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 – Departamento de educação

Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03 (40) R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e serviços urbanos

Projeto: 1015 – Aquisição de Terrenos

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00.00 (119) R\$ 100,00

TOTAL R\$ 100,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 412.775,76 (quatrocentos e doze mil setecentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), de que trata o art. 1º deste decreto, utiliza-se de anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme discriminação a seguir:

POR ANULAÇÃO: R\$ 51.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de saúde

Projeto: 2034 – Manutenção do CAPS-Centro de Apoio Psicossocial
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.36 (26) R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 – Departamento de educação

Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03 (36) R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R\$ 361.680,66

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE DE RECURSO 0.1.3307 R\$ 150,32

TOTAL R\$ 150,32

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
EXCESSO DE ARRECAÇÃO NA FONTE DE RECURSOS 0.1.167
R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXCESSO DE ARRECAÇÃO NA FONTE DE RECURSO 0.1.013 R\$
2.506,21
TOTAL R\$ 2.506,21

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
URBANOS
EXCESSO DE ARRECAÇÃO NA FONTE DE RECURSO 0.1.13 R\$
3.070,25
TOTAL R\$ 3.070,25

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXCESSO DE ARRECAÇÃO NA FONTE DE RECURSO 0.1.70 R\$
303.736,95
TOTAL R\$ 303.736,95

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXCESSO DE ARRECAÇÃO NA FONTE DE RECURSO 0.1.04 R\$
22.216,03
TOTAL R\$ 22.216,03

POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: R\$
100,00

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
URBANOS
SUPERAVIT FINANCEIRO NA FONTE DE RECURSOS 0.3.00 R\$
100,00
TOTAL R\$ 100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 04 de setembro de 2017.

DAIR JOCELY ENGE
Registrado e Publicado em local de costume

Oberdan Francisco Ferrari
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 102/2017

Publicação Nº 1457155

ESTADO DE SANTA CATARINA
pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório nº 102/2017. Modalidade: Pregão Presencial
65/2017. Objeto: LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL COM FUNÇÃO
DE COPIADORA, IMPRESSORA E SCANNER, COM MANUTENÇÃO E
FORNECIMENTOS DE INSUMOS (CONSUMÍVEIS). Data da entrega
dos envelopes: 28/12/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura:
28/12/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Lici-
tações da Prefeitura. Palmitos, 14 de Dezembro de 2017. Dair Jocely
Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 99/2017

Publicação Nº 1457154

ESTADO DE SANTA CATARINA
pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório nº 99/2017. Modalidade: Pregão Presencial
64/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FRO-
TA MUNICIPAL. Data da entrega dos envelopes: 28/12/2017 até
as 14:30 horas. Data da abertura: 28/12/2017 até às 15:00 horas.
Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 14
de Dezembro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

1º ADITIVO STARJET

Publicação Nº 1455983

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 030/2017, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 .CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME. Objeto : acréscimo de 02 unidades do item 02 do lote 01, impressora tipo 02 ,ou seja, 16.32% no contrato original. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 13 de Dezembro de 2017. Luiz Henrique Saliba- Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 061- TRANSFER CARE

Publicação Nº 1455865

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

EXTRATO de CONTRATO nº 61/2017

Objeto : Locação de AMBULÂNCIA para suprir a necessidade emergencial do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 017/2017. Contratada : TRANSFER CARE SERVIÇOS PRIVADOS DE AMBULÂNCIA LTDA . Valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 13 de Dezembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 063/2017 LE MONDE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Publicação Nº 1455557

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

EXTRATO de CONTRATO nº 63/2017

Objeto : Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra para conserto da AMBULÂNCIA PLACA MMI 9306 da secretaria de saúde sendo : - Sensor de temperatura E – Sonda B – Sensor de Temperatura B – Catalisador Fap Novo – Tubo Pressão Fap – Resguardo terminal .Contratada : LE MONDE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA . Valor total R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 13 de Dezembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2017 GR SOLUÇÕES

Publicação Nº 1455502

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

EXTRATO de CONTRATO nº 62/2017

Objeto : Contratação de serviços de coleta ,transporte ,tratamento e disposições finais de resíduos dos serviços de saúde dos grupos A1 e A4 – B e E , com periodicidade quinzenal ou mensal , referente a INEXIGIBILIDADE nº 004/2017. Contratada : G R SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA . Valor total de até R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 13 de Dezembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

Paraíso

PREFEITURA

1964/2017

Publicação Nº 1456040

DECRETO Nº 1964/2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1440/2016 de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica abertura Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.10.301.1071.2.086. – 2.101 – Manutenção do Progr.Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0453 – Aplicações Diretas(75) R\$ 125.000,00

Total da Adição R\$ 125.000,00

(cento e vinte e cinco mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais.) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0453(TCE 38) Incremento Temp.Comp.de Custeio do PAB FIXO, conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1440/2016 de 17/11/2016 e o inciso II , do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 13 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

publicado na data supra

Paraíso (SC) 13 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44-2017

Publicação Nº 1456037

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 97/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2017

No dia 12 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 62/2017, Processo Licitatório nº. 97/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8579	HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	1
8403	MAICON NARCISO-ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	12.919.652/0001-03	DIRCEU DREHMER	040.467.389-95
MAICON NARCISO-ME	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO-ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	04 TONNERS 126 ORIGINAL PARA IMPRESSORA LASER COLORIDA HP - CORES: PRETO, AMARELO, AZUL E MAGENTA (CE310A-CE311A-CE312A-CE313A)	KIT	HP	10,000	1.086,0000	10.860,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do prego registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 12 de Dezembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM CNPJ: 12.919.652/0001-03 _____

MAICON NARCISO-ME CNPJ: 08.869.085/0001-50 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 97/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2017

No dia 12 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 62/2017, Processo Licitatório nº. 97/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8579	HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	
8403	MAICON NARCISO-ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	12.919.652/0001-03	DIRCEU DREHMER	040.467.389-95
MAICON NARCISO-ME	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO-ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	04 TONNERS 126 ORIGINAL PARA IMPRESSORA LASER COLORIDA HP - CORES: PRETO, AMARELO, AZUL E MAGENTA (CE310A-CE311A-CE312A-CE313A)	KIT	HP	10,000	1.086,0000	10.860,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 12 de Dezembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM CNPJ: 12.919.652/0001-03 _____

MAICON NARCISO-ME CNPJ: 08.869.085/0001-50 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº: 97/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2017

No dia 12 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 62/2017, Processo Licitatório nº. 97/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8579	HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	
8403	MAICON NARCISO-ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	12.919.652/0001-03	DIRCEU DREHMER	040.467.389-95
MAICON NARCISO-ME	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO-ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	04 TONNERS 126 ORIGINAL PARA IMPRESSORA LASER COLORIDA HP - CORES: PRETO, AMARELO, AZUL E MAGENTA (CE310A-CE311A-CE312A-CE313A)	KIT	HP	10,000	1.086,0000	10.860,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 12 de Dezembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM CNPJ: 12.919.652/0001-03 _____

MAICON NARCISO-ME CNPJ: 08.869.085/0001-50 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 97/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2017

No dia 12 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 62/2017, Processo Licitatório nº. 97/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8579	HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	
8403	MAICON NARCISO-ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM	12.919.652/0001-03	DIRCEU DREHMER	040.467.389-95
MAICON NARCISO-ME	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE CARTUCHOS DE TONNERS ORIGINAIS P/ IMPRESSORAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO-ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	04 TONNERS 126 ORIGINAL PARA IMPRESSORA LASER COLORIDA HP - CORES: PRETO, AMARELO, AZUL E MAGENTA (CE310A-CE311A-CE312A-CE313A)	KIT	HP	10,000	1.086,0000	10.860,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 2/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprésteáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo Nº.: 97/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 12 de Dezembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. E SUPR. DE INFORM CNPJ: 12.919.652/0001-03 _____

MAICON NARCISO-ME CNPJ: 08.869.085/0001-50 _____

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 013/2017/FMS

Publicação Nº 1456921

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, Torna Público a realização de licitação no dia 27/12/2017 às 15h30min, com entrega dos envelopes até às 15:15 horas da mesma data, no Setor de Licitações, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDER OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou via e-mail: licitacao@prefeitura-passo.sc.gov.br. Fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 015/2017

Publicação Nº 1456911

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, Torna Público a realização de licitação no dia 27/12/2017 às 14h30min, com entrega dos envelopes até às 14:15 horas da mesma data, no Setor de Licitações, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou via e-mail: licitacao@prefeitura-passo.sc.gov.br. Fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

Passos Maia**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO ADITIVO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1455496

TERMO ADITIVO N.º 01/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 01/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a CÂMARA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, como CONTRATADA, e a Câmara Municipal de PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.894.220/0001-22, com sede Rua Pedro Bresiani, 1079 Centro Passos Maia/SC, CEP 89687-000, na cidade de PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Osvaldir Alves, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF sob o n.º 637.033.439-15, RG 2.076.587, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 01/2017, celebrado em 2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 01/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme Resolução CIGA n.º 123, de 18 de setembro de 2017, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2018, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2018	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 280,00	R\$ 3.024,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2017.			R\$ 3.024,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais), em parcela única com vencimento para 01/04/2018.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2018.

Parágrafo único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas as cláusulas e condições equivalentes do Contrato Administrativo n.º 01/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 12 de Dezembro de 2017.

OSVALDIR ALVES Presidente da Câmara Municipal de PASSOS MAIA CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

ALVANIR ANTONIO TIRELI Secretário Executivo	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
--	---

TERMO ADITIVO Nº 02/2017

Publicação Nº 1455497

TERMO ADITIVO Nº 02/2017

03º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA E O SR. ADEMIR PASQUALI.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.894.220/0001-22, com sede Rua Pedro Bresciani, 1079 Centro Passos Maia/SC, CEP 89687-000, na cidade de PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Osvaldir Alves, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF sob o n.º 637.033.439-15, RG 2.076.587 e de outro lado o Sr. Ademir Pasquali, inscrito no CPF sob nº 808.358.219-00, residente e domiciliado na Rua Pedro Bresciani, nº 1079, esquina com a Avenida Antonio Cancelli, Centro, no Município do Passos Maia/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato Administrativo nº 004/2015 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado de 01/01/2018 até 31/12/2018.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados de acordo com a cláusula 4º - parágrafo segundo do contrato administrativo nº 003/2015 – Processo Licitatório nº 002/2014 – Pregão presencial nº 002/2014 de 05 de outubro de 2015 pelo índice acumulado nos últimos 12 meses, passando o valor mensal de R\$1.523,18 (Um mil, Quinhentos e Vinte e Três Reais com Dezoito Centavos) para R\$ 1.501,55 (um mil quinhentos e um reais com cinquenta e cinco centavos) mensais, perfazendo o valor Global de R\$18.018,6 (Dezoito mil e dezoito reais com sessenta centavos) no ano.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passos Maia, 12 de dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA
OSVALDIR ALVES
CONTRATANTE

ADEMIR PASQUALI
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1. Alvanir A. Tirelli – 927.721.969-68 2. Andréia M. Michelin – 67.015.869-02

TERMO ADITIVO Nº 03/2017

Publicação Nº 1455500

TERMO ADITIVO Nº 03/2017

03º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA E A EMPRESA RADIO BEBEDOURO FM LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.894.220/0001-22, com sede Rua Pedro Bresciani, 1079 Centro Passos Maia/SC, CEP 89687-000, na cidade de PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Osvaldir Alves, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF sob o n.º 637.033.439-15, RG 2.076.587, e de outro lado a empresa Rádio Bebedouro FM Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 01.756.106/0001-82, representada pelo Sr. Vânio Gandolfi, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 003/2015 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado de 01/01/2018 até 31/12/2018.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão mantidos com o valor mensal de R\$ 4.100,00 (Quatro mil e cem Reais)

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato hora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passos Maia, 12 de Dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA
OSVALDIR ALVES
CONTRATANTE

RÁDIO BEBEDOURO FM LTDA
VANIO GANDOLFI
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1. Alvanir A. Tirelli – 927.721.969-68 2. Jarbas E. R. Ramos – 059.851.129-69

Paulo Lopes**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2017**

Publicação Nº 1455564

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2017

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES E A EMPRESA DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI – ME, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2017 – DL Nº. 15/2017, HOMOLOGADO EM 18/08/2017, MEDIANTE SUJEIÇÃO MÚTUA ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520, DE 17/07/02, E DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 COM ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, inscrita no CNPJ nº 82.892.365/0001-32, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Nadir Carlos Rodrigues, brasileiro, casado, portador do CPF nº 415.919.099 - 53, denominada simplesmente CONTRATANTE e a Empresa: Digital Tecnologia e Serviços EIRELI - ME, com sede na Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, Jardim Cidade Florianópolis, São José -SC inscrita no CNPJ sob o nº08.640.413/0001-42, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Rodrigo Figueira Paim, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao contrato acima citado, firmado em 17 de agosto de 2017, amparado na lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 31/2017 por 06 (seis) meses, à partir de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

O presente instrumento passa a fazer parte do Contrato nº 31/2017 de 17 de agosto de 2017, Processo Licitatório 55/2017 – DL Nº 15/2017.

E, por estarem, assim ajustadas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Paulo Lopes, 21 de dezembro de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO FIGUEIRA PAIM
DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI - ME

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

Penha

PREFEITURA

1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DO CONCIDADE

Publicação Nº 1456484

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

O Senhor Prefeito e o Senhor Secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha - Concidade, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei municipal nº 2201/08, Lei municipal nº 2244/08 e artigo 259 parágrafo único, Lei Complementar municipal nº 02/07 e do Estatuto das cidades, CONVOCAM a população em geral para a 1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DO CONCIDADE DE 2018, que acontecerá no dia 15/01/2018 às 19:00 horas no Salão Paroquial da Igreja de São João Batista, localizada na Avenida São João, Bairro Praia de Armação do Itapocorói, Penha, Santa Catarina.

Pauta da Conferência:

- Alteração do Item (3) do anexo VI do Plano Diretor Municipal – Lei 002/2007, que trata da altura máxima de parede cega junto à divisas de terrenos;
- Eleição dos membros do CONCIDADE;
- Criação da Zona Específica Econômico Turística.

Penha, 13 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Diego Luis Matiello

Presidente do Concidade

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2017 - PMP

Publicação Nº 1456858

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo licitatório nº 096/2017- Multientidade -PMP
Pregão Presencial nº 68/2017 - PMP.

O Pregoeiro Oficial do Município de Penha, no uso de suas atribuições, torna público que a Licitação nº 096/2017- Multientidade - PMP, modalidade Pregão Presencial nº 068/2017 – PMP, Tipo menor preço por lote, visando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura e eventual prestação de serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos (manutenção preventiva e corretiva), tapeçaria, funilaria e pintura, incluindo a reposição de peças, lubrificantes, componentes e acessórios de reposição, para os veículos oficiais da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e Cultura e Fundo Municipal de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, com abertura da sessão no dia 11/12/2017 às 09:30 horas, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Penha (SC), 12 de dezembro de 2017

Leandro de Lima Borba
Pregoeiro titular

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 - FME

Publicação Nº 1456754

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-FME

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais esportivos para atender necessidades da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 36 e 37/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 29/12/2017 às 9:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 13 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 014/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456503

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PENHA/SC

Resolução Nº 014/2017 de 12 de dezembro de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Penha/SC - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, pela Lei Municipal nº. 2.545 de 09 de abril de 2012, e nos termos das deliberações desse Conselho registrada em Ata nº. 013/2017 datada de 12 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Parecer Técnico nº. 02/2017, referente ao Contrato de Fomento nº. 001/2017, conforme apresentando abaixo.

Data Recebimento da Prestação de Contas: 06.12.2017

(X) Prestação de Contas Parcial – Parcela nº 02 de 12

() Prestação de Contas Final

Número da Parceria: 1/2017

Período a que se refere a prestação de contas: 31.10.2017 à 04.12.2017

Período de Vigência: 12 (doze) meses

Nome de organização: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

- APAE de Penha.

Objeto da parceria: Celebração em regime de mútua cooperação de parceria com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades.

Valor total da parceria: R\$ 120.000,00

Valor da parcela repassado: R\$ 10.000,00

Valor da parcela comprovadamente utilizados: R\$ 10.000,00

Valor da aplicação financeira: R\$ 5,77

Contrapartida: R\$ 0,00

Devoluções efetuadas: R\$ 5,77

Relação detalhada das atividades e metas estabelecidas

Em reunião realizada nesta data, o Conselho Municipal de Assistência Social de Penha recebeu a Presidente da Apae de Penha, Sra. Eudes Beatris Tartari Zanin, que detalhou a realização de todas as despesas constantes na prestação de contas.

Este Conselho considerando que as despesas realizadas estão vinculadas as atividades da Apae e consequentemente as suas atribuições institucionais cumprindo assim as metas as metas estabelecidas

Em relação a análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas:

(X) De acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado

() Parcialmente de acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique.

() Em desacordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique.

(X) De acordo com as normas da Instrução Normativa,

() Parcialmente de acordo com as normas da Instrução Normativa,

() Em desacordo com as normas da Instrução Normativa, Justifique.

Relação de bens ou serviços adquiridos

Foram realizadas auditorias? () Sim (X) Não

No caso de realização de auditorias, faça uma análise dos relatórios das mesmas, bem como das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias.

Conclusão Final:

Considerando que as despesas cumprem com o objeto contratado;

Considerando que as despesas vem de encontro as atribuições da entidade;

Considerando que os serviços prestados pela entidade contribuem para uma mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante as atividades desenvolvidas, bem como da execução do projeto previamente estabelecido;

Deste modo, recomendamos a:

(X) aprovação

() aprovação com ressalvas

() reprovação da presente prestação de contas.

Penha/SC, 12 de dezembro de 2017

Juliana da Silva Santana

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

TOMADA DE PREÇOS Nº 002 2017 - PMP

Publicação Nº 1456677

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para elaboração de projetos complementares, básicos e executivos para reforma do Grupo Escolar Municipal Antônio José Thiago, conforme solicitação nº 1628/2017 e especificações constantes do Termo de Referência anexo ao Processo

Entrega dos Envelopes: 03/01/2018 até às 09:30h. Abertura do Processo: 03/01/2018 às 10 horas. Endereço: Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC – Paço Municipal.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 13 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 146/2017

Publicação Nº 1455819

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 123/2017, Dispensa de licitação nº 28/2017
Objeto: contratação de empresa especializada para licenciamento, em caráter emergencial, para licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2017.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Valor: R\$ 6.500,29 (Seis mil, quinhentos reais e vinte e nove centavos).

Data de Vigência: 30/11/2017 a 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 29 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 147/2017

Publicação Nº 1455821

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 90/2017, Pregão Eletrônico nº 03/2017
Objeto: aquisição de 50 Tablet educacional 3G 10", a serem adquiridos com recursos provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 201700530, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2017.

Contratado: CREATIVE INFORMÁTICA LTDA EPP

CNPJ: 05.022.996/0001-50

Valor: 19.560,00 (Dezenove mil, quinhentos e sessenta reais).

Data de Vigência: 30/11/2017 a 30/09/2018.

Município de Peritiba – SC em 30 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 148/2017

Publicação Nº 1455824

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 125/2017, Dispensa de Licitação nº 29/2017
Objeto: contratação de empresa para elaboração do estudo de viabilidade para implementação de internet e telefonia rural no Município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2017.

Contratado: TECNET PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 05.150.279/0001-03

Valor: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Data de Vigência: 01/12/2017 a 28/02/2018.

Município de Peritiba – SC em 01 de Dezembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 149/2017

Publicação Nº 1455827

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 126/2017, Dispensa de Licitação nº 30/2017
Objeto: servir café colonial no encerramento do ano de 2017 aos servidores do município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2017.

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PERITIBA - COPAFAPER

CNPJ: 08.845.351/0001-05

Valor: R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais).

Data de Vigência: 01/12/2017 a 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 01 de Dezembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 150/2017

Publicação Nº 1455830

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 71/2014, Pregão Presencial nº 37/2014

Objeto: Aditar ao lote 04 do contrato original 10/2015 a prestação de serviços de seguro para dois veículos da frota Municipal, adquirido após a realização do Processo Licitatório.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2017.

Contratado: SEGUROS SURA S.A

CNPJ: 33.065.699/0001-27

Valor: R\$ 402,38 (Quatrocentos e dois reais e trinta e oito centavos).

Data de Vigência: 04/12/2017 a 20/01/2018.

Município de Peritiba – SC em 04 de Dezembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 151/2017

Publicação Nº 1455832

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 113/2017, Pregão Presencial nº 52/2017

Objeto: aquisição de peças e serviços para reforma de motor do ônibus VW 2001/02, modelo 17210-x10 6cil MWM, placa MCB 6911.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2017.

Contratado: RAFAEL FELIPE PERSIO EPP
CNPJ: 13.225.593/0001-36
Valor: R\$ 402,38 R\$ 6.650,00 (Seis mil, seiscentos e cinquenta reais)
Data de Vigência: 05/12/2017 a 31/12/2017.
Município de Peritiba – SC em 05 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 600/2017

Publicação Nº 1456514

PORTARIA N.º 600/2017
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012, de 21 de Setembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR a partir de 01 de Dezembro de 2017, a servidora IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, Grupo 5, Nível 4, Classe "C", para desempenhar cumulativamente a função de Chefe de sessão FG - 1, com vencimentos maiores a partir desta data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., em 01 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
01/Dezembro/2017

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 601/2017

Publicação Nº 1456520

PORTARIA N.º 601/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DIANA PAULA FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 01 de Dezembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 01 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
01/Dezembro/2017

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 602/2017

Publicação Nº 1456526

PORTARIA N.º 602/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, Grupo 5, Nível 4, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 05 de Dezembro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
05/Dezembro/2017

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 603/2017

Publicação Nº 1456530

PORTARIA N.º 603 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

"INSTITUI COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DAS PARCERIAS A SEREM FIRMADAS."

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita Estado de Santa Catarina, no

uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X da Lei Orgânica do Município c/c o disposto Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, de acordo com o Art.5º do Decreto nº 95 "A", de 22 de junho de 2017,
Considerando o Edital Chamamento Público nº 002/2017;
Considerando a necessidade de se instituir uma comissão para julgar as propostas apresentadas;
Considerando o interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de desta data, a COMISSÃO DE SELEÇÃO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO, com a finalidade de processar e julgar o chamamento público realizado por meio do PL 97/2017, para selecionar Organizações da Sociedade Civil.

Art. 2º A Comissão será composta pelos membros abaixo relacionados:

I – Liziane Klein Gaertner Matrícula Funcional nº 454
II – Lucas Martins de Oliveira Matrícula Funcional nº 961
III – Celestino Borges Vieira Matrícula Funcional nº 978

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba – SC., 05 de dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 604/2017

Publicação Nº 1456539

PORTARIA Nº 604/2017

DESIGNA SERVIDOR PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor MARCIO MARASCHINI, ocupante do cargo provimento efetivo de FISCAL MUNICIPAL, Grupo 2, Nível 3, Classe "A", para exercer as atribuições inerentes ao exercício das funções da VISA – Vigilância Sanitária.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 605/2017

Publicação Nº 1456542

PORTARIA Nº 605/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CLAITON PAULO SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 606/2017

Publicação Nº 1456544

PORTARIA Nº 606/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DULCI NOELI RAUBER BACCA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "F", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 05 de dezembro de 2017, no período vespertino, a partir das 14 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 607/2017

Publicação Nº 1456548

PORTARIA Nº 607/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora NERCIA MERI SGANDERLA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Grupo 5, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 06 de Dezembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 608/2017

Publicação Nº 1456552

PORTARIA Nº 608/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARILUCI SORDI KLEIN, ocupante do cargo efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, Grupo 4, Nível 14, Classe "H", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 06 de dezembro de 2017 no período vespertino, a partir das 14 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 609/2017

Publicação Nº 1456557

PORTARIA Nº 609/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCIA ROSANI MARAFON, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DE BIBLIOTECA, Grupo 2, Nível 2, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 06 de dezembro de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 610/2017

Publicação Nº 1456561

PORTARIA Nº 610/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DIRLEI FÁTIMA BARBIERI, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA, Grupo 1, Nível 5, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 07 de Dezembro de 2017, no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 611/2017

Publicação Nº 1456565

PORTARIA Nº 611/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 11 de dezembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 612/2017

Publicação Nº 1456570

PORTARIA Nº 612/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSEMERI WEBER WELTER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 11 de dezembro de 2017, no período da tarde, a partir das 14 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de dezembro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 613/2017

Publicação Nº 1456576

PORTARIA Nº 613/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora KARIN ESTELA MULLER GNOATTO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE, Grupo 2, Nível 2, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 11 de dezembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos

Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Dezembro de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/Dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Publicação Nº 1455548

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Objeto: Convocação de aprovados para admissão imediata, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017.

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e ainda com fulcro nas disposições do item 13 do Edital nº 001/2017,

CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocados para admissão imediata, considerando-se para tal o período de 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº. 001/2017, para a vaga de Agente Comunitário de Saúde, para atuação nas unidades básicas de Saúde, conforme abaixo descrito:

UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) BARREIROS
9º Maria Aparecida da Silva
10º Suelen Venâncio Celso
11º Alessandra Julião Alves

Art. 2º Os candidatos convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente, na Secretaria Municipal de Saúde, Rodovia/SC, 437, KM 08, Centro, nesta Cidade de Pescaria Brava/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, para apresentação dos documentos abaixo relacionados:

• Os originais, bem como 01 (uma) cópia de:

1 – Documento de Identificação (Carteira de Identidade, Registro de Identidade Civil (RIC), Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE, Carteira de Conselhos, Identidade Militar, Passaporte);

2 - Título de Eleitor;

3 - Comprovante de votação/quitação eleitoral (pode ser emitido em <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

4 - Certificado de Reservista (para os homens);

5 - Comprovante de escolaridade e habilitação técnica (se for o caso), conforme exigido pelo edital para o cargo;

6 - Comprovante de residência (contrato de locação do imóvel, faturas de concessionária de serviços – telefonia, luz, água, etc., ou declaração de próprio punho);

7 - Certidão de casamento ou declaração de união estável, para inclusão do dependente;

8 - Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos ou de até

24 anos se for estudante em curso superior reconhecido pelo MEC, para inclusão de dependente(s)

9 - Comprovante de dados bancários CONTA SALÁRIO (extrato bancário, cópia do cartão magnético, cópia do talão de cheques ou declaração da entidade bancária;

10 - Comprovante da aptidão física e mental para exercício do cargo;

11 - Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;

12 - Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;

13 - Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

Art. 3º Após a apresentação dos documentos admissionais, o setor de Recursos Humanos terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para analisar os documentos em conjunto com o Edital do Processo Seletivo e efetivar a nomeação do candidato aprovado, ou não, quando forem constatadas irregularidades.

Art. 4º - O Candidato que não comparecer no prazo determinado de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava- SC, 13 de Dezembro de 2017.
DEYVISSON DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

EDITAL ESTRADA ESTIVA - TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

Publicação Nº 1455612

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATORIO Nº 48/2017 – PMPB
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017 – PMPB

O MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a Contratação de pessoa jurídica para elaboração de projeto de engenharia rodoviária para obras de implantação e melhorias da estrada geral que liga a comunidade de Siqueiro, na sede do Município, à comunidade de Estiva, na rodovia BR 101, com extensão aproximada de 11 km. Quantidades e especificações nos Anexos do Edital. Tipo de Licitação: Melhor Preço e Técnica. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei complementar 123/06. Data da abertura: 29/01/2018 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do telefone: (048) 3647-2013 no Setor de Licitações, Email: compras@pescariabrava.sc.gov.br

Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava,
Rod. SC 437, Km 8,s/n-Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 13 de Dezembro de 2017
DEYVISONN DA SIVA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 091/2017

Publicação Nº 1456927

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 091/2017

O Prefeito Municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, que o Edital de Licitação nº 091/2017, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com a seguinte alteração no item 1.5:

1.5 As amostras deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 02/01/2018 para análise e verificação quanto ao atendimento dos requisitos do Edital, bem como para emissão do Certificado de Aprovação, o qual deverá ser entregue juntamente com os documentos de credenciamento.

Fica mantida a data e horário de abertura do edital, permanecendo inalterados os demais itens, tendo em vista que a presente alteração não altera o mérito do edital.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de dezembro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO ATO PREGÃO PRESENCIAL 088/2017

Publicação Nº 1456597

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ATO AVISO DE LICITAÇÃO
ATO PREGÃO PRESENCIAL 088/2017

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 08/01/2018, licitação modalidade Pregão Presencial n. 088/2017, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 08/01/2018, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.
Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 406/2017

Publicação Nº 1455569

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 406/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE GARRAFAS DE AGUA DE ALUMINIO PARA USO NAS OFICINAS A SER DISTRIBUÍDAS NO ENCERRAMENTO DO ANO DE 2017. celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GAZZI PAPELARIA E AVIAMETOS LTDA, autorizado através do Processo n. 351/2017, Licitação n. 228DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:
Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 15.635.811/0001-36
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:
Empresa: GAZZI PAPELARIA E AVIAMETOS LTDA
CNPJ-MF nº 10.899.033/0001-79
Endereço: Rua Dom Pedro II, VIDEIRA/SC.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 228DL2017, datado de 06/12/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE GARRAFAS DE AGUA DE ALUMINIO PARA USO NAS OFICINAS A SER DISTRIBUÍDAS NO ENCERRAMENTO DO ANO DE 2017.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36401 - GARRAFAS DE ÁGUA DE ALUMINIO 500ML	un	40	22,75	910,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 910,00 (novecentos e dez reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8 - Assistência Social
244 - Assistência Comunitária
5 - Assistencia Social Geral
2.64 - Manutenção Programas Assistencia Social Estadual
175 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
65 - Transferencias SUAS Estado

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus

empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 228DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 6 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA
GAZZI PAPELARIA E AVIAMETOS LTDA
REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 407/2017

Publicação Nº 1455567

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 407/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE LAVAR PARA A CRECHE MUNICIPAL celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa COMERCIO E TRANSPORTES WILMSEM LTDA, autorizado através do Processo n. 352/2017, Licitação n. 229DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: COMERCIO E TRANSPORTES WILMSEM LTDA
CNPJ-MF nº 78.666.740/0001-59
Endereço: Av. Castelo Branco, 640, Centro,
Pinheiro Preto-Santa Catarina – CEP 89.570-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 229DL2017, datado de 08/12/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE LAVAR PARA A CRECHE MUNICIPAL

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36400 - MAQUINA DE LAVAR 15KG	un	1	1.895,00	1.895,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.895,00 (um mil e oitocentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
12 - Desenvolvimento Educacional
2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
121 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
136 - Salário Educação

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 229DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº

8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 8 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

COMERCIO E TRANSPORTES WILMSEM LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 1987

Publicação Nº 1456333

LEI Nº 1.987, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PROMOVE ALTERAÇÃO NO ART. 189 DA LEI N. 422, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1986 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL).

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 189 da Lei Municipal nº 422, de 05 de dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 189. Fica instituído o "Valor de Referência Municipal – VRM", no valor de R\$ 583,01 (quinhentos e oitenta e três reais e um centavo). (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à publicação, respeitado o princípio nonagesimal, na forma do disposto no art. 150, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 073/2017

Publicação Nº 1455973

TERMO ADITIVO 073/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS N.º: 123/2017

Termo Aditivo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CLINICA DR. MIRANDA LTDA - ME, autorizado através do Processo nº 081/2017, Licitação nº033/2017 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: EMPRESA: CLINICA DR. MIRANDA LTDA- ME
CNPJ-MF nº. 02.472.621/0001-01
Endereço (sede): Rua Veneriano dos Passos, 213 – sala
Centro, Videira - SC.
Representada por: MAY SILVIO CHAGAS DA SILVEIRA

FUNDAMENTO LEGAL.

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo Nº 081/2017 Licitação Nº033/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

1.1 O presente processo tem por objeto a contratação de serviço técnico especializado na área e formação de ortopedia geral – médico ortopedista, para realizar 20 (vinte) consultas mensais nas pessoas que necessitarem de atendimento, na Unidade Sanitária Central do Município – Posto de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Para atender as necessidades médicas do mês de dezembro, a pedido da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, fica aditado os itens abaixo listados;

2.2 Fica aditado o contrato na seguinte forma:

Acrescido o total de 20 (vinte) consultas mensais nas pessoas que necessitarem de atendimento, na Unidade Sanitária Central do Município – Posto de Saúde.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Em razão do aditivo, o valor a ser pago será de R\$ 225,00 por consulta, sendo o valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:9 - Saúde Com Qualidade
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 29

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

CLAUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As demais cláusulas do contrato nº 123/2017 permanecem inalteradas.

4.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de dezembro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
CLINICA DR. MIRANDA LTDA- ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO ADITIVO 085/2017

Publicação Nº 1455576

TERMO ADITIVO 085/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE REFRIGERANTES N.º: 409/2017

Termo Aditivo de Contrato de "FORNECIMENTO DE REFRIGERANTES" entre o Município de Pinheiro Preto a empresa NS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, autorizado através do Processo n. 317/2017, Licitação n 082/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: NS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
CNPJ-MF nº 01.961.643/0001-64
Endereço: VILA SAO ROQUE,, 515, INTERIOR,
Pinheiro Preto-Santa Catarina – CEP 89.570-000

FUNDAMENTO LEGAL.

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo Nº 0317/2017 Licitação Nº082/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O contrato nº 409/2017 tem por objeto o FORNECIMENTO DE BEBIDA TIPO REFRIGERANTE PARA A FESTA DE NATAL QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2017, que consistente em:

Item	Quantidade	Descrição	Valor
01	25	REFRIGERANTE, SABOR LARANJA. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
02	25	REFRIGERANTE, SABOR LIMÃO. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
03	60	REFRIGERANTE, SABOR GUARANA. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
04	110	REFRIGERANTE, SABOR COLA Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,50

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Para realizar o encerramento dos encontros dos idosos de 2017 nas comunidades do interior, a pedido da Secretaria de Saúde e Bem

Estar Social, fica aditado os itens abaixo listados;

2.2 Fica aditado o contrato na seguinte forma:

Item	Quantidade	Descrição	Valor
01	05	REFRIGERANTE, SABOR LARANJA. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
02	05	REFRIGERANTE, SABOR LIMÃO. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
03	10	REFRIGERANTE, SABOR GUARANA. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
04	10	REFRIGERANTE, SABOR COLA Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,50

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Em razão do aditivo, o valor a ser pago será de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistencia Social Geral

Ação: 2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Despesa 11 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

CLAUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As demais cláusulas do contrato nº 409/2017 permanecem inalteradas.

4.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 08 de dezembro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

NS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 896/2017

Publicação Nº 1457132

DECRETO Nº 896/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar por conta da anulação parcial de dotações no valor de R\$ 12.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.02 – Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 0.002 – Sentenças Judiciais – Precatórios e Pasep

Modalidade: 14 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Outras Despesas Correntes 12.000,00

TOTAL: R\$ 12.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.02 – Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 0.002 – Sentenças Judiciais – Precatórios e Pasep

Modalidade: 13 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos 12.000,00

TOTAL: R\$ 12.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 13 de dezembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO 897/2017

Publicação Nº 1457134

DECRETO Nº 897/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior no valor de R\$ 50.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.017 – Apoio ao Ensino Superior

Modalidade: 179 – 3.3.50.00.00.00.00.0.3.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.
OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 13 de dezembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO 898/2017

Publicação Nº 1457138

ECRETO Nº 898/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Defer e Indefer adicional por escolaridade para os servidores públicos do Município de Piratuba-SC e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VI do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 16 da lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências,
DECRETA

Art. 1º Nos termos do artigo 16 da lei complementar nº 67/2015 e os pareceres técnicos em anexo ao presente decreto ficam deferidos/indeferidos a concessão de adicional por escolaridade aos seguintes servidores públicos municipal:

Ordem	Nome do Servidor	Parecer	% Progressão
01	Alciane Borges da Silva	Deferido	5%
02	André Jamir Turra	Deferido	5%
03	Camila Aparecida Pires Belotto	Deferido	5%
04	Evandro Carlos Peri	Deferido	5%
05	Fabiano Moreira Paz	Deferido	15%
06	Marcia Dupont	Deferido	5%
07	Rafael Gotardo	Indeferido	0%
08	Kátia Leder	Deferido	10%

Art. 2º Nos termos do artigo 35 da lei complementar nº 67/2015 o servidor público municipal que se julgar prejudicado em seu enquadramento poderá, num prazo de 30 dias contados da publicação da publicação do presente decreto, através de petição fundamentada, solicitar ao Prefeito, reconsideração do ato que o enquadrou.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 13 de dezembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO 899/2017

Publicação Nº 1457141

DECRETO Nº 899/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Defere e Indeferir adicional por nova habilitação para os profissionais do magistério público do Município de Piratuba-SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VI do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 21 da lei complementar nº 66/2015, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Nos termos do artigo 21 da lei complementar nº 66/2015, e atendido o prazo estabelecido no § 5º da mesma lei complementar e os pareceres técnicos em anexo ao presente decreto, ficam deferidos/indeferidos a concessão de adicional por nova habilitação aos seguintes membros do magistério público municipal:

Ordem	Nome do Profissional do Magistério	Parecer	% Progressão
01	Cassiane Knebel Macagnan	Deferido	20%
02	Cleonice Fátima Rosa	Deferido	8%
03	Cleves Chaves de Souza	Deferido	8%
04	Elair Machado	Deferido	8%
05	Girlaine Weissheimer Pertile	Deferido	8%
06	Karla Riffel da Silva	Deferido	8%
07	Laila Vanessa Rodrigues	Deferido	8%
08	Sandra Rejane Prestes	Deferido	8%
09	Simone Carvalho da Silva Mendes	Deferido	8%
10	Simone Hachmann	Deferido	8%
11	Zuleide Ramos Ferreira da Rosa	Deferido	20%

Art. 2º Nos termos do artigo 35 da lei complementar nº 67/2015 o servidor público municipal que se julgar prejudicado em seu enquadramento poderá, através de petição fundamentada, solicitar ao poder competente previsto no art. 16 do Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município, reconsideração do ato que o enquadrou no prazo máximo de 30 (trinta dias).

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei nº226/93 Em 13 de dezembro de 2017	Giovani Gelson Meneghel Secretário Municipal de Administração e Finanças
---	---

DECRETO 900/2017

Publicação Nº 1457144

DECRETO Nº 900/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação apurado até o mês no valor de R\$ 28.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar no Orçamento da Fundação Municipal de Cultural - FCEP nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FCEP

Unidade: 19.01 – Fundação Municipal de Cultura - FCEP

Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade: 2 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais 28.000,00

TOTAL: R\$ 28.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação (tendência até o final do exercício) nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Valor R\$ 28.000,00

TOTAL: R\$ 28.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 13 de dezembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO 901/2017

Publicação Nº 1457149

DECRETO Nº 901/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar por conta da anulação parcial de dotações no valor de R\$ 55.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE RDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 33 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 55.000,00

TOTAL: R\$ 55.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE RDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 34 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0004 – Aplicações Diretas 55.000,00

TOTAL: R\$ 55.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 13 de dezembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017

Publicação Nº 1456606

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA – SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017

Objeto: Credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais especificados descritos no Anexo "B" deste Edital, para atendimento a população do Município.

Prestadores: Prestador de serviços de saúde, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não.

Recebimento da documentação: à partir de 02/01/2018 até 29/12/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará a disposições dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Compras do Município de Piratuba, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Piratuba, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

VANDERLEI WEBER

Gestor do FMS

LEI COMPLEMENTAR 087/2017

Publicação Nº 1457153

LEI COMPLEMENTAR Nº 087/2017, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga seguinte lei complemento:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba, observados os princípios e normas da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Título II

DA EDUCAÇÃO

Art. 2º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º A presente Lei Complementar disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Título III

DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, inspirada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 4º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extraescolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII – respeito à diversidade étnico racial;

XIII – respeito à educação ambiental;

XIV – integração entre escola e comunidade.

Título IV

DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO

DEVER DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE EDUCAR

Art. 5º O dever do Município com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita a partir dos 4 (quatro) anos de idade, na pré-escola e no ensino fundamental;

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III – atendimento educacional especializado gratuito às pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – acesso público e gratuito ao ensino fundamental para todos os que não o concluíram na idade própria;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos no ensino fundamental, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VII – atendimento ao educando, na educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VIII – Atuação de Psicólogo Educacional nas Instituições de Ensino;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade;

XI – condições de organização estudantil, sindical e associativa.

Art. 6º O acesso à educação básica é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º O Poder Público municipal, na esfera de sua competência federativa, recenseará anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica, fazendo-lhes a chamada pública e zelando, junto aos pais e responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º O Poder Público municipal assegurará em primeiro lugar o acesso à educação escolar obrigatória, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 4º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 7º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 8º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – observância das normas gerais da educação nacional e as do sistema municipal de ensino;

II – autorização e avaliação de sua qualidade pelo Poder Público;

III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Normas complementares visando ao cumprimento do disposto neste artigo serão fixadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Título V

DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL

Capítulo I

DAS INCUMBÊNCIAS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 9º Incumbe ao Poder Público Municipal:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema municipal de ensino integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas instituições educacionais;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 10. O Sistema Municipal de Ensino compreende:

- I – as instituições de educação infantil e de ensino fundamental mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II – as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III – o Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo da educação escolar;
- IV – a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, como órgão executivo da educação escolar.

Seção I

Das instituições de Ensino

Art. 11. As instituições de ensino classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 12. Respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Ensino, as instituições de ensino incumbir-se-ão de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar e organizar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidos;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada professor e especialista;
- V – prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta político-pedagógica;
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual máximo permitido em lei.

Art. 13. A comunidade escolar de cada estabelecimento de ensino é composta pelos:

- I – profissionais da educação escolar básica em exercício na instituição de ensino;
- II – pessoal técnico-administrativo e de serviços gerais em exercício na instituição de ensino;
- III – pais ou responsáveis pelos alunos matriculados e com frequência regular na instituição de ensino;
- IV – os alunos matriculados e com frequência regular na instituição de ensino.

Subseção I

Das Instituições Municipais de Ensino

Art. 14. As instituições municipais de ensino, mantidas pelo Poder Público Municipal, compreendem estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.

§ 1º As instituições públicas municipais de ensino que oferecerem ensino fundamental ou ensino fundamental e educação infantil serão denominadas: Escola Municipal de Educação Básica " ".

§ 2º As instituições municipais que oferecerem a educação infantil, com atendimento em creche ou creche e pré-escola serão denominadas: Centro de Educação Infantil " ".

§ 3º As instituições municipais que oferecerem a educação infantil, com atendimento em pré-escola serão denominadas: Escola Municipal de Educação Infantil " ".

§ 4º A denominação complementar às instituições referidas nos parágrafos anteriores deverá ser aprovada pela comunidade local e pelos órgãos do sistema de ensino.

Subseção II

Das Instituições Privadas de Educação Infantil

Art. 15. As instituições privadas de educação infantil enquadram-se nas seguintes categorias:

I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – filantrópicas, na forma da lei.

Seção II

Dos Órgãos do Sistema Municipal de Ensino

Subseção I

Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 16. À Secretaria Municipal de Educação e Esportes, órgão executivo do sistema municipal de ensino, incumbe o planejamento, organização, administração, execução, orientação e supervisão da educação escolar pública ofertada em instituições de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino, e a articulação entre os órgãos e instituições do sistema municipal de ensino e entre este e os demais sistemas de ensino, em regime de colaboração, especialmente por meio das seguintes ações:

I – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

II – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes, objetivos e metas do Plano Municipal de Educação;

III – estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para implantação e implementação das políticas públicas de educação;

IV – coordenar a elaboração, monitorar e avaliar o Plano Municipal de Educação.

Subseção II

Do Conselho Municipal de Educação

Art. 17. O Conselho Municipal de Educação é o órgão normativo responsável pela educação escolar no âmbito do sistema municipal de ensino, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador sobre matéria relacionada ao ensino, segundo suas competências e atribuições.

Art. 18. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I – elaborar e/ou alterar o seu Regimento Interno, com aprovação de pelo menos dois terços dos conselheiros;

II – exercer função normativa no âmbito do sistema municipal de ensino;

III – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do sistema municipal de ensino;

IV – interpretar e deliberar sobre a aplicação da legislação educacional;

V – propor medidas de aperfeiçoamento da educação escolar no âmbito do sistema municipal de ensino;

VI – supervisionar o recenseamento, o processo de chamada para matrícula, o acesso e permanência da população em idade escolar para a pré-escola, ensino fundamental e os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

VII – acompanhar e assessorar as conferências municipais de educação;

VIII – assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para a área da Educação;

IX – acompanhar a aplicação dos recursos públicos destinados à Educação;

X – manifestar-se, previamente sobre acordos, convênios e similares, a serem celebrados pelo Poder Público Municipal com as demais instâncias governamentais ou iniciativa privada;

XI – aprovar projetos de reestruturação da carreira do magistério municipal;

XII – participar da elaboração de planos municipais de educação, acompanhar e avaliar a sua implementação;

XIII – acompanhar e avaliar a execução de planos, programas, projetos e experiências inovadoras vinculadas ao sistema municipal de ensino;

XIV – contribuir na articulação e colaboração entre o sistema municipal e os demais sistemas de ensino;

XV – realizar investigações e inquéritos sobre a situação do ensino em qualquer parte do território municipal;

XVI – desempenhar outras funções relativas à educação escolar, no âmbito do sistema municipal de ensino, que lhe forem atribuídas em decorrência de lei ou regulamento;

XVII – exercer competência recursal em relação às decisões das instituições de ensino do sistema municipal de ensino;

XVIII – requerer dados e informações educacionais de instituições de ensino e do órgão executivo do sistema municipal de ensino;

XIX – estimular a participação da sociedade em discussões públicas acerca da educação no município;

XX – promover, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a realização de fóruns, conferências, congressos, seminários, encontros, ciclos de estudos e outros, com o fim de debater propostas visando à melhoria da qualidade da educação;

XXI – requerer, ao titular da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, o comparecimento de diretores e gerentes do órgão executivo do sistema municipal de ensino e de diretores de estabelecimentos de ensino, para prestarem informações ou esclarecimentos do âmbito educacional.

Art. 19. O Conselho Municipal de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, será composto por 11 (onze) conselheiros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, de acordo com a seguinte representação:

I – um representante da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

II – dois representantes dos profissionais do magistério público municipal em exercício na educação infantil, sendo um representante da creche e um representante da pré-escola;

III – um representante dos profissionais do magistério público municipal em exercício nos anos iniciais do ensino fundamental;

IV – um representante dos profissionais do magistério público municipal em exercício nos anos finais do ensino fundamental;

V – um representante dos profissionais do magistério público municipal em exercício na modalidade educação especial;

VI – um representante dos diretores de instituições de ensino da rede municipal de ensino;

VII – um representante dos profissionais do magistério público municipal em exercício na educação de jovens e adultos;

VIII – um representante dos profissionais do magistério da Rede Pública Estadual de Ensino;

IX – um representante dos pais de alunos matriculados nas instituições da rede municipal de ensino;

X – um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I e VI serão indicados pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

§ 2º O representante de que trata o inciso VIII será indicado pela Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia ou órgão equivalente do Estado.

§ 3º Os representantes de que tratam os incisos II, III, IV, V, VII, IX e X serão indicados pelos respectivos segmentos, tendo por base processo de deliberação coletiva e a condição serem membros efetivos do quadro do magistério público municipal, com estágio probatório concluído.

§ 4º Para cada representante indicado, de que dispõem os incisos de I a X deste artigo, deverá ser indicado seu respectivo suplente.

Art. 20. Estão impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

I – cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;

II – tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que preste serviço à administração pública municipal;

III – profissionais de educação que sofreram penalidades, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 21. O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida recondução.

Parágrafo único. Os critérios de renovação de no mínimo dez (10) conselheiros estarão previstos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação.

Art. 22. A chamada à indicação das representações referidas no artigo anterior ocorrerá por meio de edital do Conselho Municipal de Educação, publicado com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do término dos mandatos dos conselheiros.

§1º Em casos de impedimento de membro titular e/ou suplente, caberá ao respectivo segmento indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias, os substitutos a serem nomeados para completar o mandato.

§2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação não receberão qualquer remuneração, considerada sua função como serviço público relevante, ressalvando o ressarcimento das despesas inerentes a participar de reuniões, comissões, cursos ou

capacitações, desde que apresentado projeto e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 23. O presidente, o vice-presidente e o secretário do Conselho Municipal de Educação serão eleitos dentre os conselheiros titulares, na forma regimental.

Art. 24. O Conselho Municipal de Educação contará com comissões permanentes, podendo instituir comissões temporárias para atender a situações específicas, nos termos do seu regimento interno.

Parágrafo único. Poderão ser convidadas pessoas de notório saber ou instituições especializadas para assessorar no desenvolvimento de estudos e na elaboração de pareceres sobre assuntos específicos.

Art. 25. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Esportes viabilizar as condições físicas e materiais e de apoio técnico, necessárias à manutenção das atividades do Conselho Municipal de Educação.

Título VI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

Art. 26. A gestão democrática do ensino público municipal será pautada pelos seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da instituição de ensino;

II – participação das comunidades escolar e local nos conselhos escolares;

III – progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, às instituições de ensino públicas municipais, observadas as normas gerais de direito financeiro público;

IV – transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;

V – integração entre escola e comunidade;

VI – respeito à liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar;

VII – escolha dos dirigentes das instituições de ensino, pela comunidade escolar, na forma da lei.

Art. 27. Além do Conselho Municipal de Educação, constituem espaços ou mecanismos institucionais de participação da comunidade escolar na gestão do ensino público municipal;

I – o projeto político-pedagógico da rede municipal de ensino e das instituições de ensino que a integram;

II – os Conselhos Escolares;

III – a Conferência Municipal de Educação;

IV – o Plano Municipal de Educação;

V – o Fórum Municipal de Educação;

VI – a eleição direta para dirigentes de instituições de ensino, na forma da lei.

Capítulo I DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Art. 28. O projeto político-pedagógico, construído de forma participativa, define a proposta pedagógica em nível de rede municipal e de instituição de ensino e se constitui em instrumento orientador da execução dessa proposta.

Art. 29. Os projetos político-pedagógicos do ensino público municipal compreendem dois níveis de abrangência:

I – a rede municipal de ensino;

II – as Instituições Escolares.

§1º O projeto político-pedagógico das instituições públicas que integram o sistema municipal de ensino, observadas a autonomia e a realidade da comunidade escolar, deverá manter sintonia com o projeto político-pedagógico da rede municipal de ensino.

§2º Cabe ao Conselho Municipal de Educação aprovar o projeto político-pedagógico da rede municipal de ensino, bem como suas alterações, e ao Conselho Escolar de cada estabelecimento de ensino aprovar o respectivo projeto político-pedagógico, bem como suas alterações.

Seção I

Do Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino

Art. 30. O projeto político-pedagógico da rede municipal de ensino deverá ser coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, com a participação efetiva das comunidades escolar e local;

Art. 31. A proposta pedagógica, definida nos projetos político-pedagógicos e que deve pautar as atividades a serem desenvolvidas por todos os segmentos envolvidos, em cada nível de abrangência, tem por finalidades principais:

I – estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento escolar;

II – expressar a identidade da rede municipal de ensino;

III – definir objetivos e metas comuns à rede municipal de ensino;

IV – definir o conteúdo do trabalho escolar e a orientação didática, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as orientações e normas emanadas dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino, a realidade das instituições de ensino e as características do cidadão que se quer formar;

V – integrar as ações escolares visando conferir unidade ao processo de ensino;

VI – definir os recursos necessários ao desenvolvimento da proposta.

Seção II

Do Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino

Art. 32. O projeto político-pedagógico das instituições de ensino deverão ser construídos e aprovados com a participação efetiva das comunidades escolar e local.

Art. 33. A proposta pedagógica, definida nos projetos político-pedagógicos e que deve pautar as atividades a serem desenvolvidas por todos os segmentos envolvidos, em cada nível de abrangência, tem por finalidades principais:

I – definir objetivos e metas comuns ao estabelecimento de ensino;

II – possibilitar a tomada de consciência dos problemas da escola pública municipal e das possibilidades de soluções;

III – estimular o sentido de responsabilidade e de comprometimento dos segmentos escolares visando melhoria da qualidade do ensino;

IV – estabelecer princípios orientadores do trabalho dos professores e demais trabalhadores em educação;

V – definir parâmetros para o processo de acompanhamento do trabalho escolar.

Parágrafo único. O regimento escolar, consoante à proposta pedagógica de cada instituição de ensino, disporá sobre a organização e a disciplina das rotinas do estabelecimento de ensino, definindo as normas e os critérios que regulam seu funcionamento.

Capítulo II

DOS CONSELHOS ESCOLARES

Art. 34. Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados, instituídos no âmbito de cada instituição da rede municipal de ensino, compostos por representantes das comunidades escolar e local, com função mobilizadora, consultiva, deliberativa e fiscalizadora sobre questões pedagógicas, administrativas e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 35. Compete aos Conselhos Escolares:

I – elaborar e/ou alterar o seu regimento interno, com aprovação de pelo menos dois terços dos seus membros;

II – contribuir para a efetivação da democracia participativa e a melhoria da qualidade social da educação;

III – analisar e deliberar sobre problemas e dificuldades que envolvam a instituição de ensino, propondo ações de intervenção no cotidiano escolar e encaminhando as decisões, quando for o caso, aos órgãos competentes;

IV – acompanhar a construção do projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino;

V – deliberar sobre a aprovação e o acompanhamento do projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino;

VI – zelar pela implementação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

VII – acompanhar a construção, as reformulações e a aplicação do regimento escolar, cabendo-lhe sua aprovação em primeira instância;

VIII – deliberar sobre a aplicação de recursos financeiros destinados à instituição de ensino, bem como fiscalizar e avaliar sua aplicação;

IX – deliberar sobre o uso e a conservação das instalações e equipamentos da instituição de ensino;

X – acompanhar o desenvolvimento do plano de matrículas no âmbito da instituição escolar;

XI – acompanhar o desempenho escolar da instituição de ensino, consideradas as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no projeto político-pedagógico da instituição de ensino;

XII – analisar os índices de reprovação, de evasão, de distorção idade/série, propondo medidas alternativas;

XIII – ser instância de recurso às decisões do Conselho de Classe relativas a resultados de avaliações finais;

XIV – analisar e assessorar os diversos segmentos da escola em relação a questões relacionadas à instituição de ensino, quando submetidas ao colegiado;

XV – acompanhar e avaliar os resultados dos processos de avaliação institucional na instituição de ensino, propondo medidas para o aprimoramento das ações educacionais;

XVI – deliberar sobre procedimentos relativos à integração com outros órgãos públicos, instituições, organizações da sociedade, em conformidade com a proposta pedagógica da instituição de ensino;

XVII – apreciar periódica e sistematicamente informações sobre o uso dos recursos financeiros destinados à instituição de ensino e a qualidade dos serviços prestados, divulgando-os à comunidade escolar;

XVIII – divulgar periodicamente todas as suas ações e deliberações à comunidade escolar;

XIX – exercer outras competências que lhe forem conferidas.

Art. 36. Cada Conselho Escolar será composto por oito membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução, de acordo com a seguinte representação:

I – 50% (cinquenta por cento) de representantes da população usuária, escolhidos pelos respectivos segmentos, mediante assembleia geral, compreendendo:

a) dois membros representantes do segmento dos pais ou responsáveis legais de alunos, para estabelecimentos que mantenham ensino fundamental, e três para estabelecimentos que mantenham exclusivamente a educação infantil;

b) um membro da comunidade local;

c) um membro representante do corpo discente da instituição de ensino, com idade mínima de nove anos, quando se tratar de estabelecimento que mantenha ensino fundamental.

II – 50% (cinquenta por cento) de representantes dos trabalhadores em educação com exercício na escola, compreendendo:

a) o diretor do estabelecimento de ensino, como membro nato do conselho;

b) dois membros representantes do corpo docente da instituição de ensino, escolhido pelo respectivo segmento, mediante assembleia geral;

c) um membro representante do segmento dos demais profissionais da educação ou trabalhadores em educação vinculados ao serviço público municipal, que não profissional do magistério, atuante na instituição de ensino, escolhido pelo respectivo segmento, através assembleia geral.

Parágrafo único. Os segmentos que compreendem a representação de que dispõem as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e “b” e “c” do inciso II deste artigo indicarão também um suplente, que substituirá o membro titular em suas ausências ou impedimentos.

Art. 37. O representante da comunidade local, de que dispõe o inciso I, alínea “b”, do artigo anterior, será eleito pelas organizações ou entidades legalmente constituídas no bairro onde a comunidade escolar se insere, a partir de solicitação da direção ou coordenação da instituição de ensino, para a primeira indicação, e do próprio conselho para as indicações subsequentes.

Art. 38. O presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Escolar serão eleitos dentre os Conselheiros efetivos na forma regimental;

Parágrafo único. O mandato do presidente, do vice-presidente e do secretário do Conselho Escolar será de um ano, podendo haver uma recondução.

Art. 39. Os membros titulares e suplentes de Conselhos Escolares não receberão qualquer remuneração, sendo considerada sua função como serviço público relevante.

Capítulo III

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 40. A Conferência Municipal de Educação é um instrumento democrático de participação da sociedade civil com vistas à definição, à implementação e ao acompanhamento da política educacional do Município.

Art. 41. São objetivos da Conferência:

I – avaliar, a partir de diagnóstico, a situação educacional do Município;

II – analisar propostas educacionais para o Município;

III – discutir e eleger prioridades para a educação no Município;

IV – definir diretrizes, objetivos e metas para a educação no Município;

V – avaliar a implementação das diretrizes e metas educacionais no Município;

VI – discutir e propor diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Educação;

VII – promover intercâmbio entre as instituições de ensino e órgãos educacionais e os segmentos da sociedade civil;

VIII – fortalecer os mecanismos voltados à promoção da gestão democrática do ensino público.

Art. 42. A Conferência Municipal de Educação será realizada bianualmente, com regulamento próprio, e sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, em articulação com o Conselho Municipal de Educação.

Capítulo IV

DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 43. O Plano Municipal de Educação é um instrumento de política educacional, de caráter global e operacional, voltado ao planejamento necessário à realização das finalidades educacionais do Município, adequando o uso dos recursos à realização do valor social da educação.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Educação, de duração decenal, será elaborado em consonância com os planos nacional e estadual de educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino e à integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público, com vistas a:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – orientação para o trabalho;

V – promoção humanística, cultural, artística, científica e tecnológica.

Art. 44. Como documento norteador das políticas educacionais e que explicita a proposta educacional do Município, o Plano Municipal de Educação, aprovado por lei, definirá os objetivos e metas para os diversos níveis e modalidades de educação e ensino.

Art. 45. A construção do Plano Municipal de Educação contará com ampla participação dos diversos segmentos da sociedade civil, cabendo a coordenação do processo de construção à Secretaria Municipal de Educação e Esportes e ao Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. Na construção do plano a que se refere este artigo serão observadas as deliberações da Conferência Municipal de Educação, a qual também se constitui em espaço de avaliação periódica do plano.

Capítulo V

DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 46. O Fórum de Educação Municipal é uma entidade suprapartidária, sem personalidade jurídica, formado por profissionais da educação, organizações governamentais e não governamentais com atuação na Educação Básica, assim como, as instituições que atuam na garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, e se caracteriza por ser um espaço permanente de discussão e atuação nas garantias do referido direito.

Art.47. O Fórum é instância consultiva, propositiva, indicadora, fomentadora e de acompanhamento das ações na área de Educação Básica.

Art.48. O Fórum tem por finalidade acompanhar a implantação e implementação da legislação específica da Educação Básica e de seus instrumentos, assim como promover estudos e debates sobre esta política.

Parágrafo único. As decisões do Fórum poderão transformar-se em deliberações pelo Conselho Municipal de Educação.

Art.49. Constituem objetivos fundamentais do Fórum Municipal de Educação:

I - contribuir junto com as organizações governamentais e não governamentais para a implantação e implementação de políticas para a Educação Básica em âmbito Municipal;

II - articular para que os sistemas públicos garantam o acesso das crianças, adolescentes, jovens e adultos nas instituições de Educação Básica;

III - acompanhar o cumprimento da legislação específica, colaborando na sua implementação;

IV - articular debates para obtenção de indicativos sobre a realidade de atendimento, visando à proposição da política de Educação Básica;

V - incentivar e divulgar estudos e pesquisas relacionados à Educação Básica;

VI - apoiar a obtenção de fontes de recursos financeiros para a Educação Básica;

VII - organizar encontros sistemáticos para a troca de experiências entre setores envolvidos com a Educação, visando o estabelecimento das ações;

VIII - divulgar informações relativas às políticas, regulamentações e funcionamento das instituições de Educação Básica;

IX - incentivar a implementação de projetos de formação de profissionais da Educação Básica;

X - estabelecer a implementação de propostas pedagógicas de qualidade nas instituições de ensino.

Capítulo VI

DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 50. A Gestão Escolar Democrática é a maneira de reger uma instituição de ensino que permita a participação de toda a comunidade escolar, com transparência e democracia.

Art. 51. A meta principal da gestão escolar está vinculada a aprendizagem do aluno, a gestão democrática como princípio constitucional, reposto no Plano Nacional de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 52. O Diretor de escola é, primeiramente, o coordenador do Projeto Político- Pedagógico (PPP), sendo necessário que pratique todos os atos relativos à Gestão da Escola em consonância com o Plano de Gestão Escolar (PGE), respectivamente aprovados pela comunidade escolar e os órgãos de decisão colegiada. É pertinente seu comprometimento com a finalidade da escola, situando o foco no pedagógico, devendo, ainda, ter a habilidade para gerir conflitos, criando espaço de interlocução entre a comunidade escolar, respeitando os diferentes saberes, as diferentes identidades e envolvendo as diversas instâncias de participação, como os Conselhos e Fóruns.

Art. 53. Os profissionais da educação interessados em elaborar Plano de Gestão Escolar, com vistas a ocupar a Função Gratificada (FG) de Diretor de Escola, deverão preencher os seguintes requisitos, de acordo com edital próprio elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes:

I – ser profissional da educação, efetivo e estável, do Quadro do Magistério Público municipal;

II – optar expressamente pelo regime de dedicação exclusiva;

III – dispor de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de dedicação à escola;

IV – comprovar a conclusão ou a matrícula em curso de formação continuada em gestão escolar de no mínimo 200 (duzentas) horas ou curso em pós-graduação *latu sensu* ofertado por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação (MEC);

V – não possuir faltas injustificadas, nos 5 (cinco) anos anteriores;

VI - não ter sido destituído da função de diretor; e

VII – ter concluído o transcurso de 12 (doze) meses a partir da remoção.

§ 1º Os profissionais de educação de que trata o caput deste artigo, interessados em participar do processo de escolha do Plano de Gestão Escolar poderão inscrevê-lo em apenas 1 (uma) escola.

§ 2º Será concedida alteração temporária, enquanto perdurar a função de Diretor de Escola, aos profissionais de educação que possuírem carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 54. Cabe ao titular da Secretaria Municipal de Educação e Esportes a designação do profissional da educação que preencha os requisitos do art. 53º deste Lei e seja o responsável pelo Plano de Gestão Escolar escolhido pela comunidade escolar para o exercício da função Diretor de Escola.

§ 1º O diretor de escola escolhido para o exercício indicará os assessores de direção, em conformidade com a legislação vigente, até 30 (trinta) de março do primeiro ano de gestão, tendo como referência o número de estudantes publicado oficialmente pelo censo escolar no ano anterior.

§ 2º Após as indicações de que trata o caput deste artigo, o diretor de escola firmará Termo de Compromisso de Gestão com a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, elaborado com base no Plano de Gestão Escolar.

§ 3º - Anualmente, no mês de março, será realizada a redefinição do número de Assessores de Direção da unidade escolar, em conformidade

com a legislação em vigor, tendo como referência o número de estudantes registrado e publicado oficialmente pelo censo escolar no ano anterior.

§ 4º Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Esportes averiguar a frequência e o aproveitamento dos diretores escolhidos pela comunidade escolar.

Título VII

DO NÍVEL E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO DE ATUAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Capítulo I

DO NÍVEL ESCOLAR

Art. 55. A educação escolar campo de atuação do sistema municipal de ensino, nos termos da Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, abrange a educação básica, nas etapas de educação infantil e ensino fundamental.

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art.57. A educação básica, poderá organizar-se em séries/anos anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos multisseriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Parágrafo único. A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

Art. 58. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na lei vigente.

Art. 59. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos do sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 60. Os currículos da educação infantil e do ensino fundamental devem ter como referência a base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV– que tenha prole.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º O ensino de História abrangerá à História de Santa Catarina, do Brasil e América Latina e levará em conta as diferentes culturas e etnias.

§ 6º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada de forma obrigatória a língua inglesa.

§7º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2o deste artigo.

§ 8º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 10º Cada estabelecimento de ensino definirá, com participação da comunidade escolar, seu projeto político pedagógico e disporá, em regimento, sobre sua organização administrativa, dando conhecimento ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 61. Nos estabelecimentos de ensino fundamental, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de artes e de literatura e história brasileiras.

Art. 62. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais;

V- promoção da educação ambiental e preservação do meio ambiente.

Seção II EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 63. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 64. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 65. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança;

Art. 66. A organização de turmas da educação infantil observará a idade e o desenvolvimento da criança, de acordo com os seguintes parâmetros:

I – em creches, ou entidades equivalentes:

a) berçário, para crianças com até dois anos de idade;

b) maternal, para crianças com mais de dois até três anos de idade;

II – em pré-escola, para crianças de quatro e cinco anos de idade.

Art. 67. Para a composição de turmas de educação infantil serão observados os seguintes referenciais:

I – em creches, ou entidades equivalentes:

- a) berçário I, atendimento de até 12 (doze) crianças com até um ano de idade para um professor e dois auxiliares;
- b) berçário II, atendimento de até 15 (quinze) crianças com mais de um e até dois anos de idade para um professor e dois auxiliares;
- c) maternal I, atendimento de até 18 (dezoito) crianças com mais de dois e até três anos de idade para um professor e dois auxiliares;
- d) maternal II, atendimento de até 12 (doze) crianças com mais de três e até quatro anos de idade por professor.

II – em pré-escolas:

- a) pré-escola I, atendimento de até 16 (dezesesseis) crianças com quatro anos de idade por professor;
- b) pré-escola II, atendimento de até 16 (dezesesseis) crianças com cinco anos de idade, por professor;

§ 1º O desdobramento de turmas de educação infantil ocorrerá quando o número de crianças ultrapassar em 30% (trinta por cento) os referenciais de que dispõe o presente artigo e houver a disponibilidade de espaço físico apropriado na própria instituição escolar, levando em consideração o número de crianças matriculadas em todas as turmas do mesmo segmento, na mesma instituição de ensino.

§ 2º No caso de turmas em que houver crianças com necessidades educacionais especiais será prioritária a presença de um auxiliar ou cuidador, observando os referenciais indicados nos incisos I e II deste artigo, cabendo desdobramento quando esses referenciais forem excedidos, levando em consideração o número de crianças matriculadas em todas as turmas do mesmo segmento, na mesma instituição de ensino.

§ 3º Quando o número de alunos na turma de Maternal II exceder a quantidade estabelecida na letra “d” do inciso I e a instituição de ensino não possuir espaço físico, será disponibilizado um auxiliar ou cuidador.

Art. 68. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Art. 69. O calendário anual da educação infantil deverá garantir o atendimento de, no mínimo:

I – 200 (duzentos) dias por ano;

II – quatro e no máximo onze horas diárias ininterruptas cujo funcionamento seja em tempo integral, compreendidos os turnos matutino e vespertino, de acordo com o projeto político-pedagógico da instituição de ensino.

Parágrafo único. Em vista das necessidades da comunidade, as instituições de educação infantil poderão funcionar o ano todo, mesmo em período de férias escolares, observadas as condições concretas das instituições e atendidos os direitos dos profissionais e demais trabalhadores em educação.

Seção III ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 70. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 71. A organização do ensino fundamental deve observar as seguintes regras:

- I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;
- II – a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:
 - a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série/ano ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

III – nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série/ano, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV – poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries/anos mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de forma simultânea e/ou paralela ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

VI – o controle de frequência fica a cargo da instituição de ensino, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação;

VII – cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

§ 1º A avaliação deve ser uma reflexão de todos os segmentos que constituem o processo ensino-aprendizagem, como forma de superar as dificuldades, retomando, reavaliando, reorganizando e reeducando os sujeitos envolvidos, devendo:

I – ser investigativa, diagnóstica e emancipatória, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

II – ser um processo contínuo, cumulativo, permanente, que respeite as características individuais e socioculturais;

III – incluir conselhos de classes participativos, que envolvam todos os sujeitos do processo, cabendo-lhes definir sobre os encaminhamentos e alternativas.

§2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§6º O estudo sobre os símbolos cívicos, será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Art. 72. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§1º O sistema municipal de ensino regulamentará os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerá as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§2º O sistema municipal de ensino ouvirá entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Art. 73. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos 4 (quatro) horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas em Lei.

§2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério do sistema de ensino.

Art. 74. Para a composição de turmas de ensino fundamental serão observados os seguintes referenciais:

I – em séries iniciais do ensino fundamental:

- a) 1º ano, atendimento de 12 (doze) a 15 (quinze) alunos por sala;
- b) 2º ano, atendimento de 12 (doze) a 15 (quinze) alunos por sala;
- c) 3º ano, atendimento de 12 (doze) a 15 (quinze) alunos por sala;
- d) 4º ano, atendimento de 15 (quinze) a 18 (dezoito) alunos por sala;
- e) 5º ano, atendimento de 15 (quinze) a 18 (dezoito) alunos por sala;

II – em séries finais do ensino fundamental:

- a) 6º ano, atendimento de 17 (dezesete) a 20 (vinte) alunos por sala;
- b) 7º ano, atendimento de 17 (dezesete) a 20 (vinte) alunos por sala;
- c) 8º ano, atendimento de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) alunos por sala;
- d) 9º ano, atendimento de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) alunos por sala;

§ 1º O desdobramento de turmas de ensino fundamental ocorrerá quando o número de alunos ultrapassar em 30% (trinta por cento) os referenciais de que dispõe o presente artigo e houver a disponibilidade de espaço físico apropriado na própria instituição escolar, levando em consideração o número de crianças matriculadas em todas as turmas do mesmo segmento, na mesma instituição de ensino.

§ 2º No caso de turmas em que houver crianças com necessidades educacionais especiais será prioritária a presença de um cuidador, observando os referenciais indicados nos incisos I e II deste artigo, cabendo desdobramento quando esses referenciais forem excedidos, levando em consideração o número de crianças matriculadas em todas as turmas do mesmo segmento, na mesma instituição de ensino.

Sessão IV DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Art. 75. Na oferta de educação básica para a população do meio rural, o sistema municipal de ensino promoverá as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e da região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – responsabilidade do sistema municipal de ensino, através de seu órgão normativo, de regulamentar estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade e equidade;

III – envolvimento dos órgãos municipais de educação, órgãos e entidades da agricultura, de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, escolas, famílias e comunidade na formulação de políticas educacionais específicas e na oferta do ensino que vise ao desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável, levando em consideração:

- a) articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as diretrizes curriculares nacionais para a respectiva etapa da educação básica;
- b) avaliação permanente da proposta pedagógica, de seus impactos e influências sobre a qualidade da vida individual e coletiva, mediante a efetiva participação da comunidade do campo;
- c) promoção da educação ambiental e à preservação do meio ambiente.

IV – processos de formação pedagógica aos profissionais do magistério orientados para a superação do isolamento do docente atuante em instituição do ensino do meio rural;

V – ações concretas visando à melhoria das condições didático-pedagógicas na educação do campo;

VI – manutenção de serviço de transporte escolar seguro e de qualidade;

VII – organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos próprios para dar atendimento ao ensino fundamental da educação do campo;

§1º O Poder Público municipal, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime

de colaboração os sistemas de ensino, proporcionará atendimento pré-escolar e ensino fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram o ensino fundamental.

§2º O fechamento de escolas do campo será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Seção V EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art.76. A educação de jovens e adultos, no âmbito do sistema municipal de ensino, será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria.

§ 1º O sistema municipal de ensino assegurará gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público municipal viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma da legislação vigente.

Art. 77. O sistema de ensino municipal manterá cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo, no nível conclusão do ensino fundamental, realizar-se-ão para os maiores de 15 (quinze) anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Seção VI EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 78. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º Nos casos de que dispõe o parágrafo anterior, o aluno da educação especial poderá frequentar exclusivamente um centro ou instituições conveniadas mediante a existência de laudo emitido por equipe multiprofissional que ateste que a permanência no ensino regular importa em graves prejuízos ao aluno, ouvido este, sua família e a equipe pedagógica da escola.

§ 4º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a 5 (cinco) anos, durante a educação infantil.

Art. 79. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 80. O órgão normativo do sistema municipal de ensino estabelecerá critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público municipal.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Título VIII DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA

Art. 81. Consideram-se profissionais da educação escolar básica do magistério público municipal os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em curso reconhecidos, são:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e no ensino fundamental;
- II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia para atuação na administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
- III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;
- IV – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme o disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 82. A formação de professores para atuar na educação básica é a obtida em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

§1º O Município, em regime de colaboração com os demais entes da federação, incentivará a formação inicial, a continuada e promoverá a capacitação dos profissionais de magistério público municipal.

§2º O Poder Público municipal adotará mecanismos facilitadores de acesso e permanência dos professores do magistério público municipal em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

Art. 83. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica é a obtida em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação.

Art. 84. O Poder Público municipal promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos do estatuto e do plano de carreira do magistério público:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho.

Título IX DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 85. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I – receita de impostos próprios do Município;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

Art. 86. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Art. 87. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais dos níveis de atuação do Município, compreendendo as que se destinam a:

- I – remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

- II – aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV – levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V – realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI – concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII – amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII – aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 88. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I – pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
- II – subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- III – formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
- IV – programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
- V – obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI – pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 89. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art.90. O Município observará o padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade, a ser estabelecido pela União, em regime de colaboração com os Estados e os Municípios.

Art. 91. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

- I – comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
- II – apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- III – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
- IV – prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

Título IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 92. É permitida a organização de cursos e instituições de ensino experimentais, desde que observadas as normas do sistema municipal de ensino.

Art. 93. O Município adaptará sua legislação de ensino às disposições desta Lei no prazo de dois anos, a partir da data de publicação.

Parágrafo único: As instituições de ensino vinculadas ao sistema municipal de ensino adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei em até dois anos a partir da publicação desta Lei.

Art. 94. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 95. As questões suscitadas na transição entre o Regime anterior e o que se institui nesta Lei Complementar serão resolvidas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 96. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 97. Ficam revogadas as Leis Complementares nº 13, de 20 de janeiro de 2000 e nº 41, de 07 de outubro de 2009.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 13 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 088/2017

Publicação Nº 1457156

LEI COMPLEMENTAR Nº 088/2017, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a regularização de construções irregulares e clandestinas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei,

Art. 1º Fica o Município de Piratuba, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas iniciadas e/ou executadas anteriormente à data de publicação da presente Lei Complementar, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor, instituído pela Lei nº 263/1993, e Código de Obras de Piratuba, instituído pela Lei nº 504/1983, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

Parágrafo Único - Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

I. Construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desconformidade com o projeto aprovado;

II. Construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença para construção;

III. Construção clandestina parcial: aquela que corresponde à ampliação e/ou alteração (durante a obra) de construção legalmente autorizada, com partes em desconformidade com o projeto aprovado.

Art. 2º São passíveis de regularização somente as edificações que apresentarem as seguintes irregularidades:

I. Construção sobre os recuos frontal ou fundos;

II. Edificação com janela ou sacada a menos de 1,50 metros da divisa lateral ou fundos;

III. Edificação a menos de 1,50 metros da divisa lateral, executada após a Lei Complementar nº 075/2016, mesmo com parede cega a partir do 3º pavimento;

IV. Taxa de ocupação acima do limite permitido pelo zoneamento da área;

V. Número de vagas para garagem inferior ao previsto na Lei municipal ou na licença para construção;

VI. Edificação que excede, no terraço, o limite de 40% da área do pavimento tipo (conforme Lei Complementar 075/2016), ou alteração da destinação de uso do terraço, de uso comum para privativo, independentemente da área do pavimento tipo;

Parágrafo único. Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e de fundos, o proprietário deverá apresentar acordo extrajudicial onde conste a expressa concordância dos vizinhos lindeiros, registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I. Apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II. Estejam localizadas em logradouros, terrenos públicos ou áreas que não permitam parcelamento do solo;

III. Estejam localizados em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV. Que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro em vigor.

§ 1º Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

§ 2º As características construtivas de que trata o § 1º deste artigo serão determinadas através de laudo técnico elaborado por profissional da área, do quadro efetivo de servidores do Município ou na sua ausência por outro nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo, ou com anuência do Conselho de Planejamento Urbano.

Art. 4º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I. Requerimento do interessado contendo:

a) Qualificação do requerente e localização da construção irregular; e

b) Solicitação de vistoria prévia, alinhamento e regularização da obra edificada;

II. Cópia da notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município, quando houver;

- III. Comprovante de que a construção irregular foi iniciada e/ou executada mais de 50% anteriormente à vigência da presente lei complementar, não sendo aceitos comprovantes de luz e água do tipo provisória para os casos de obras em execução;
- IV. Declaração do interessado, responsabilizando-se sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas;
- V. Cópia de documento que indique a titularidade do imóvel, tais como matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis e/ou compromisso ou promessa de compra, venda ou cessão com a devida anuência do proprietário;
- VI. Certidão negativa de tributos municipal relativo ao imóvel, e da pessoa física ou jurídica interessada;
- VII. Anotação de responsabilidade técnica (ART) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;
- VIII. Projeto arquitetônico da edificação, constando:
- a) Planta de situação;
 - b) Planta de localização constando, no mínimo, as cotas da posição real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;
 - c) Planta baixa de todos os pavimentos da edificação, destacando as áreas excedentes;
 - d) Para edificações que não sejam unifamiliares, dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;
 - e) No selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº/ de 00 dede 201.."; e
 - f) Para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o Atestado de Aprovação do Projeto Preventivo Contra Incêndio junto ao Corpo de Bombeiros, ou Atestado de Baixa complexidade;
 - g) Liberação pelo órgão ambiental quando necessário;

IX. Comprovante dos seguintes recolhimentos:

- a) Taxa de expediente, relativa à solicitação de análise e aprovação do projeto;
- b) Taxa específica incidente sobre a área a ser regularizada, com valor correspondente ao da taxa de licença para aprovação e execução de obras;
- c) Comprovante de recolhimento da multa correspondente à regularização da obra, a ser apresentado à Secretaria da Cidade e Desenvolvimento Econômico antes da data de emissão do alvará de regularização;

X. Anuência da sociedade condominial, quando for o caso.

Parágrafo único. Para a solicitação de habite-se serão exigidos a documentação estabelecida na legislação específica, inclusive o atestado de aprovação de vistoria para habite-se expedido pelo Corpo de Bombeiros relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares, ou documento que comprove a dispensa deste.

Art. 5º As regularizações serão efetivadas mediante o pagamento de multa, tendo por base a Referência Municipal (UFIR), obedecidos aos seguintes critérios:

- i) Edificações construídas sobre o recuo frontal: 100 (Cem) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFIR) e recuo de fundo: 50 (Cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFIR) por metro quadrado de recuo fora do estabelecido;
- ii) Edificação com janela, ventilação ou sacada a menos de 1,50 metros da divisa lateral ou fundos: 75 (Setenta e Cinco) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFIR) por metro linear.
- iii) Edificação a menos de 1,50 metros da divisa lateral, aprovada após a Lei Complementar Nº 075/2016, mesmo com parede cega a partir do 3º pavimento: 75 (Setenta e Cinco) Unidades Fiscais Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFIR) por metro quadrado de recuo fora do estabelecido.
- iv) Taxa de ocupação acima do permitido pelo zoneamento da área: 50 (Cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFIR) por metro quadrado acima do estabelecido.
- v) Número de vagas de garagem inferior ao previsto: 1.250 (Um mil Duzentos e Cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFIR) por vaga faltante.
- vi) Sobre o terraço:
 - Edificação excedendo 40% da área do pavimento tipo: 25 (Cinquenta) Unidades de Referência Municipal (UFIR) por metro quadrado acima do estabelecido.
 - Alteração de uso do terraço, de uso comum para privativo, indiferente da área do pavimento tipo: 8.000 (oito mil) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFIR) por unidade.

Parágrafo único. O valor referente à multa poderá ser parcelado em até 18 (dezoito) parcelas iguais e mensais, obedecida às previsões legais quanto a reajuste, juros e multas.

Art. 6º As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a legislação vigente.

Art. 7º A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Diretor e Código de Obras quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 8º A regularização de que cuida esta Lei Complementar não implica no reconhecimento pelo Município do direito de propriedade.

Art. 9º Esta lei complementar terá validade de dezoito (18) meses, contados da data da sua publicação, cessando seus benefícios após esse prazo.

Art. 10º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 11º As construções e/ou ampliações que trata esta lei complementar estarão isentas do pagamento da multa estipulada no art. 5º, desde que tenham sido efetivadas até a data 22 de junho de 1983 que foi instituído Plano Diretor instituído pela lei nº 263/1993 e Código de Obras de Piratuba, instituído pela Lei nº 504/1983.

Parágrafo único. A comprovação mencionada no caput deste artigo será através do alvará de licença para construção expedida na época pelo Município de Piratuba, averbações em escrituras públicas ou dados históricos da construção que comprovam tal situação.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei nº 226/93
Em 13 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.437/2017

Publicação Nº 1457158

LEI Nº 1.437/2017, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito especial no orçamento do exercício 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei 1374, de 27 de outubro de 2016 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2017 – LDO e da outras providências, inciso I, artigo 41, artigo 42 e inciso II e III do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial do Orçamento do Município no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 21.00 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE PIRATUBA

Unidade: 21.01 – Fundo Municipal do Idoso de Piratuba

Projeto/Atividade: 2.049 – Manutenção do Fundo Municipal do Idoso

Modalidade: 138 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1265.0 – Outras Despesas Correntes – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Valor a Suplementar: R\$ 12.500,00

Art. 2º Para o atendimento da Suplementação que trata o Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado por fonte de recurso na seguinte fonte de recursos:

Excesso de Arrecadação apurado por fonte de recursos

Fonte de Recursos – 0.1.1265 – Engie Brasil Energia – Projeto Bombeiro Idoso

Valor R\$ 12.500,00

Art. 3º Pela abertura do crédito suplementar previsto nos artigos da presente lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar os anexos da Lei 1374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, nos limites da modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 4º Pela abertura do crédito suplementar previsto nos artigos da presente lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar o valor na respectiva ação da Lei Nº 1221/2013, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.

Art. 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 13 de dezembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 13 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Mun. de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/2017

Publicação Nº 1456628

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Solução em Gestão de Frota de veículos terrestres e de equipamentos motorizados, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Mensal.

Recebimento das propostas: até as 14h20 do dia 27/12/2017.

Abertura: às 14h30 do dia 27/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 11 de dezembro de 2017.

Carlos Alberto Maltauro
Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 090/2017

Publicação Nº 1456645

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 090/2017

Objeto: Aquisição de Sistema de Ensino destinado para uso no processo educacional dos alunos da Rede Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 03/01/2018.

Abertura: às 08h30 do dia 03/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 12 de dezembro de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 091/2017

Publicação Nº 1456660

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 091/2017

Objeto: Contratação de empresas para a prestação, em regime de fretamento de serviços de transportes de alunos da rede municipal de ensino de Piratuba.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 04/01/2018.

Abertura: às 08h30 do dia 04/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 12 de dezembro de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDCP061_2017

Publicação Nº 1456483

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 061/2017
Edital: CONCORRÊNCIA Nº: 061/2017
Tipo: Concessão de Direito Real de Uso
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA FINS DE INCENTIVO À EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 15 de Janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 15 de Janeiro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre -SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3335-0066 e nosite: www.planaltoalegre.sc.gov.br.

Planalto Alegre-SC, em 13 de Dezembro de 2017.
JUARES BET
Prefeito Municipal.

PORTARIA 200/2017

Publicação Nº 1456312

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 200/2017
DISPOE SOBRE A SUSPENSÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DO SERVIDOR DANIEL RIBEIRO DE MELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso o pagamento de Função de Confiança ao Servidor Público Daniel Ribeiro de Mello, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos pela designação de outras atividades e atribuições.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 01 de Dezembro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 201/2017

Publicação Nº 1456311

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 201/2017
DISPOE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDORA GELCIR BRESSAN STOCCO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função de Confiança a Servidora Pública Gelcir Bressan Stocco, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social pela Designação de Outras Atividades/Atribuições, na ordem de 50% sobre o nível 11, grupo I do Anexo I da Lei Complementar nº. 11 de 12 de março de 2009.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 01 de Dezembro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 202/2017

Publicação Nº 1456309

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0202/2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 12 da Lei Complementar nº. 11 de 12 de Março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por mérito a Servidora Pública, por ter apresentado, após o cumprimento do estágio probatório horas de curso de aperfeiçoamento, realizados a cada ano durante um período de três anos consecutivos, em 3% (três por cento) sobre o vencimento base respectivo, conforme relação:

- IVONE DALLACORTE, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 13 de Dezembro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455577

DECRETO Nº 3315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

ESTABELECE O CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO DE 2018

O Prefeito de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, usando as atribuições que lhe confere a Lei orgânica Municipal,

DECRETA :

Art.1º Fica estabelecido o Calendário Escolar para o ano de 2018 nas Unidades de Ensino (Escolas, Centros de Educação Infantil – CEIs e Unidade de Educação de Jovens e Adultos - UEJA) da Rede Municipal, na forma que segue:

Janeiro

11 – Retorno dos funcionários dos CEIs – Férias de 26/dezembro/2017 a 10/janeiro/2018 (exceções devem ser conversadas com o administrativo da SEFE)

15 – Abertura dos CEIs para atendimento

15 a 31- Plantão nos CEIs

22 – Retorno da Secretaria de Educação - Férias de 20 de dezembro/2017 a 20 de janeiro/2018

22 – Retorno dos funcionários nas escolas – Férias de 20 de dezembro/2017 a 20 de janeiro/2018

22 – Retorno dos diretores nas escolas e CEIs – Férias de 20 de dezembro/2017 a 20 de janeiro/2018

Obs.: Nos CEIs as férias dos diretores devem ser alternadas com as férias dos orientadores. No caso de não haver orientador no CEI, um professor deverá ser escalado no período de férias do diretor.

22 – Retorno dos professores e orientadores nos CEIs –Férias de 18 de dezembro/2017 a 21 de janeiro/2018 (exceções devem ser conversadas com o administrativo da SEFE)

23 e 24 – Planejamento nos CEIs (o diretor organiza conforme a demanda de crianças no CEI)

25 e 26 – Formação diretores

26 – Homologação das matrículas nas escolas

31 – Retorno dos professores das escolas e UEJA– Férias de 20 de dezembro/2017 a 30 de janeiro/2018

Matutino – Reunião de abertura do ano – escolas

Vespertino – Palestra e estudos – escolas

Noturno – Reunião de abertura do ano e Palestra – CEIs

Dias de atendimento CEIs– 13

Fevereiro

01 e 02 – Planejamento nas escolas e Formação conforme projetos desenvolvidos na Unidade.

01 e 02 – Plantão nos CEIs

05 – Planejamento nas escolas e UEJA

06 - Início das aulas nas escolas, CEIs e UEJA;

12 e 13 – Carnaval – Feriado nas escolas

12 e 13 – Carnaval – Plantão nos CEIs – Polos

22– Matutino – Reunião com diretores de CEIs

23 – Matutino – Reunião com diretores de escolas

Dias de atendimento CEIs – 20

Dias letivos escolas – 15

Dias letivos UEJA - 15

Março

02 – Assembleia Geral da APP e Conselho Escolar

09 – Reunião professores de Educação Física - FUNPEEL

21 – Matutino – Reunião de diretores dos CEIs e Escolas

24 – Conferência Municipal de Educação

30 - Sexta feira da paixão – feriado

Dias de atendimento– 21

Dias letivos escolas – 21

Dias letivos UEJA - 21

Abril

02 – Feriado Municipal da Páscoa

07 – Festival de atletismo

14 – Festival de xadrez e tênis de mesa

17 – Matutino - Reunião de diretores – Escolas

18 – Vespertino – Reunião de diretores – CEIs

Terceira semana – Semana do Livro e da Leitura

26 - Conselho de Classe do 1º Bimestre nos CEIs - Noturno

27 – Conselho de Classe do 1º Bimestre nas Escolas - Diurno

30 – Emenda de feriado – Plantão nos CEIs – Polos

Dias de atendimento– 20

Dias letivos escolas – 18

Dias letivos UEJA - 19

Maio

01 – Feriado Nacional

07 a 11 – Fase Municipal Moleque Bom de Bola

16 – Matutino – Reunião de diretores escolas e CEIs

31 – Corpus Christi

Última semana - Semana de Oração Pela Unidade dos Cristãos.

Dias de atendimento– 21

Dias letivos escolas– 21

Dias letivos UEJA - 21

Junho

01 – Emenda de feriado – Plantão nos CEIs – Polos

09 – Festa escolar – dia letivo

20 – Vespertino – Reunião diretores das escolas

21 – Matutino – Reunião diretores dos CEIs

Dias de atendimento– 22

Dias letivos escolas – 21

Dias letivos UEJA - 20

Obs.: Jogos da Copa do Mundo - Se dispensar, deve repor o dia.

Julho

09 a 12 – Atualização Cadastral nos CEIs

09 – Conselho de Classe do 2º Bimestre nas Escolas (diurno) e nos CEIs - noturno

13 – Entrega do boletim do segundo bimestre – matutino (todos os alunos)

13 – Reunião de encerramento do 1º. Semestre – escolas - vespertino

13 – Reunião de encerramento do 1º. Semestre – CEIs– Não haverá atendimento neste dia.

16 a 29 – Recesso Escolar (Recesso para professores, orientadores e diretores de escolas e CEIs)

16 a 29 – Plantão nos CEIs

Dias de atendimento– 19

Dias letivos escolas – 9

Dias letivos UEJA - 9

Dias de atendimento1º. Semestre - CEIs – 136

Dias letivos 1º. Semestre - escolas – 105

Dias letivos 1º. Semestre - UEJA – 105

Agosto

30/julho – Início do 2º Semestre
02 a 15 – 42º Jogos Estudantis de Pomerode
07 – Reunião de diretores
11 – Dia da Família
Dias de atendimento– 26
Dias letivos escolas – 26
Dias letivos UEJA – 26

Setembro

7 – Feriado Nacional – Desfile Cívico – Dia letivo/atendimento
12 – Matutino – Reunião diretores escolas
13 – Matutino – Reunião diretores CEIs
Terceira semana – Semana do Conhecimento
27 - Conselho de Classe do 3º Bimestre nos CEIs - noturno
28 – Conselho de Classe do 3º Bimestre nas Escolas - diurno
Dias de atendimento– 20
Dias letivos escolas – 20
Dias letivos UEJA – 19 (não desfila)

Outubro

12 – Feriado Nacional
15 – Dia do Professor – Plantão nos CEIs
18 – Reunião diretores
22 – Lançamento do Edital de Matrícula para 2019 nas escolas
31 – Feriado Municipal – Dia da Reforma
Dias de atendimento– 21
Dias letivos escolas – 20
Dias letivos UEJA - 20

Novembro

01 – Emenda de feriado – Plantão nos CEIs – Polos
02 – Feriado Nacional
05 a 09 – Atualização Cadastral nas escolas e CEIs
9 – Mostra Municipal de Projetos Pedagógicos
15 – Feriado Nacional
16 - Emenda de feriado – Plantão nos CEIs – Polos
20 – Vespertino - Reunião diretores CEIs
21 – Vespertino – Reunião diretores escolas
26 a 30 – Matrículas novas nas escolas
Dias de atendimento– 20
Dias letivos escolas – 18
Dias letivos UEJA - 18

Dezembro

10 - Conselho de Classe do 4º Bimestre nas Escolas (diurno) e nos CEIs (noturno)
11 – Entrega de resultados aos alunos e início das recuperações
11 a 17 – Recuperação anual
17 – Conselho de Classe final nas Escolas – Noturno
19 – Entrega dos resultados – Último dia para alunos e professores
19 e 20 – Cerimônias de conclusão do Ensino Fundamental
17 a 21 – Plantão nos CEIs
21 – Último dia de atendimento nos CEIs
21 – Último dia para o administrativo nas Escolas
Dias de atendimento– 15
Dias letivos escolas – 12
Dias letivos UEJA - 13

Dias de atendimento do Segundo Semestre - CEIs – 102
Dias letivos do Segundo Semestre - escolas – 96
Dias letivos do Segundo Semestre - UEJA – 96

Dias de atendimento anual - CEIs – 238
Dias letivos anual – escolas – 201
Dias letivos anual – UEJA – 201

Art 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de Publicação.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003 / 2017 / FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL

Publicação Nº 1456925

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003 / 2017 - FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 007 / 2017.
Pregão Presencial n.º 005 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL.
Contratada: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL, AUTORIZADOS PELA POLÍCIA FEDERAL, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor Unitário por hora registrado: R\$27,00 (vinte e sete reais).
Valor total registrado: R\$32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais) - Item 01.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/11/2018.

Pomerode / SC, 28 de Novembro de 2017.
ZAURI MARTINS DO NASCIMENTO
Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1455872

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2017

Processo Administrativo n.º 021 / 2017.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PADRÃO I, A SER INSTALADA NA RUA JOÃO VIEIRA DE CAMPOS, S/N.º - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS - CONSTRUÇÃO - PROPOSTA N.º 11436.9100001/16-001 E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 10/01/2018.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 10/01/2018.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 13 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 44/2017

Publicação Nº 1455961

A V I S O

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2017
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 44/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 22/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O Município de Ponte Alta do Norte/SC, em obediência ao art. 26 da Lei Federal n.º 8.666/93, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação para contratação dos serviços abaixo especificados.

OBJETO: AQUISIÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL DA EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA QUE DETÉM OS DIREITOS EXCLUSIVOS DE EDIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SISTEMA.

VALOR ESTIMADO: R\$ 136.397,76 (Cento e trinta e seis mil trezentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos)

EMPRESA CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA, CNPJ 79.719.613/0001-33 com sede RUA SENADOR ACCIOLY FILHO, 431 – CIDADE INDUSTRIAL – CURITIBA/PR, CEP 81.310-000

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I e II da Lei nº 8.666/93.

Ponte Alta do Norte/SC, 13 de Dezembro de 2017.

Ponte Serrada

PREFEITURA

21 EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PUBLICO 001/2015

Publicação Nº 1456114

EDITAL DE CHAMAMENTO

21º Chamamento do Concurso Público 001/2015

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2015, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

PROFESSOR	DE	ARTES
2º	GILVANE ARALDI	273204
PROFESSOR	EDUCAÇÃO	FÍDICA
3º	JEQUELIA DIAVAO BERTOL	263720
4º	ADILSO ADRIANO TEIXEIRA	269266
		20H

Ponte Serrada – SC, 12 de dezembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CARGOS

- Ø RG e CPF - Cópia
- Ø Título Eleitor Com Certidão de Quitação Eleitoral
- Ø Documento de Inscrição no PIS-PASEP ou Carteira de Trabalho
- Ø 01 Foto 3x4
- Ø Certidão Nascimento ou Casamento
- Ø Certidão Nascimento Filhos Menores 14 anos
- Ø Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
- Ø Conta Salário Banco Bradesco
- Ø Exame Médico Admissional
- Ø Declaração Bens
- Ø Declaração de Não-Acumulação de Cargos Públicos
- Ø Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
- Ø Comprovante de Endereço
- Ø CNH Categoria Conforme Veículo a Ser Conduzido
- Ø Diploma Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Ensino Superior conforme exigido para ocupação do cargo.
- Ø TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO

DECRETO 956/2017

Publicação Nº 1455928

DECRETO Nº 956/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.297, de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2017 no valor de até R\$ 45.990,44 (Quarenta e Cinco Mil Novecentos e Noventa Reais e Quarenta e Quatro Centavos) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PONTE SERRADA

Unidade: 08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PONTE SERRADA

10.302.1001.2.031 - Manutenção Do Bloco de Media e Alta Complexidade

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 03.0038 – 29 – R\$ 44.290,44

10.301.1001.2.008 - Manutenção Das Ações E Programas de Saúde Do Município

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 01.0002 – 4 – R\$ 1.700,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor de até R\$ 45.990,44 (Quarenta e Cinco Mil Novecentos e Noventa Reais e Quarenta e Quatro Centavos) serão utilizados recursos de anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PONTE SERRADA

Unidade: 08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PONTE SERRADA

10.302.1001.2.031 - Manutenção Do Bloco de Media e Alta Complexidade

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 03.0038 –25 – R\$ 44.290,44

10.301.1001.2.008 - Manutenção Das Ações E Programas de Saúde Do Município

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 01.0002 – 2 – R\$ 1.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 957/2017

Publicação Nº 1455931

DECRETO Nº 957/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. LIDIA CAMARGO ROTELLIS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 06/10/2016 A 05/10/2017 e que serão gozadas de 04/12/2017 A 02/01/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 958/2017

Publicação Nº 1455932

DECRETO Nº 958/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. ROBERVAL CRISTIANO SARTORI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado a Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 dias referente a período aquisitivo de 09/04/2016 a 08/04/2017, e que serão gozadas de 07/12/2017 a 05/01/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 959/2017

Publicação Nº 1455934

DECRETO Nº 959/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. CATARINA IVANIR CORONETTI, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 24/06/2015 A 23/06/2016 e que serão gozadas de 09/12/2017 A 07/01/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 960/2017

Publicação Nº 1455935

DECRETO Nº 960/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. LUIZ SARAIVA PERES, ocupante do cargo efetivo de MEDICOA, com 40:00 horas semanais, lotado a Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias referente a período aquisitivo de 02/06/2016 a 01/06/2017, e que serão gozadas de 04/12/2017 a 02/01/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 961/2017

Publicação Nº 1455936

DECRETO Nº 961/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o requerimento de pedido de exoneração da servidora;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JORDANA SANTIN OSORIO ocupante do cargo MONITORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar do dia 20 de novembro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 962/2017

Publicação Nº 1455937

DECRETO Nº 962/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARISTELA GIOMBELLI, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias, referente a período aquisitivo de 01/11/2015 A 31/10/2016 e que serão gozadas de 04/12/2017 A 18/12/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 963/2017

Publicação Nº 1455938

DECRETO Nº 963/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARLI CORREIA RIBAS, CONSELHEIRA TUTELAR, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 11/01/2017 a 10/01/2018 e que serão gozadas de 04/12/2017 a 02/01/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 964/2017

Publicação Nº 1455939

DECRETO Nº 964/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. Srª. FABIANA PADILHA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 25 de novembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

registrada e publicada em data supra, na forma da Lei.

DECRETO 965/2017

Publicação Nº 1455940

DECRETO Nº 965/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. EVA APARECIDA FOGAÇA DE LIMA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestados médicos é de 41 (quarenta e um) dias a contar do dia 17/11/2017, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 966/2017

Publicação Nº 1455941

DECRETO Nº 966/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONTRATA CONSELHEIRA TUTELAR.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a conselheira tutelar Marli Correia Ribas está em gozo de férias;

CONSIDERANDO que o cargo de conselheiro tutelar é de caráter eletivo, tendo como pré-requisito classificação em prova teórica;

CONSIDERANDO a existência de suplentes eleitos através do Processo de Eleição n. 001/CMDCA/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSIMONE NAIBO FURLAN, portadora do RG n. 2.424.610-7 e CPF n. 894.763.369-00 para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR com 40:00 horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 967/2017

Publicação Nº 1455942

DECRETO Nº 967/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013 e:

CONSIDERANDO chamada publica nº005/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, a Sra. SIBELI VICENSI, portadora do CPF n. 037.592.049-88, para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com vigência até o retorno da servidora Jessica Lopes da Cruz, para desempenhar suas atividades na EBM Antonio Paglia.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de dezembro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 968/2017

Publicação Nº 1455943

DECRETO Nº 968/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. EVA APARECIDA PADILHA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestados médicos é de 65 dias a contar do dia 24/11/2017, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 969/2017

Publicação Nº 1455945

DECRETO Nº 969/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o § 10 do art.37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a o Art. 38, V, da Lei Complementar 022/2002;
CONSIDERANDO o ofício recomendatório nº 077/2017 da Controladoria Geral do Município;
CONSIDERANDO o parecer jurídico apresentado;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 22 de dezembro de 2017, a servidora ODETE WRUBEL MARSANGO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE ARTESANATO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 970/2017

Publicação Nº 1455946

DECRETO Nº 970/2017, DE 05 DEZEMBRO DE 2017.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO o § 10 do art.37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a o Art. 38, V, da Lei Complementar 022/2002;
CONSIDERANDO o ofício recomendatório nº 077/2017 da Controladoria Geral do Município;
CONSIDERANDO o parecer jurídico apresentado;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 22 de dezembro de 2017, a servidora LUCIMAR NICOLAO WAES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 971/2017

Publicação Nº 1455948

DECRETO Nº 971/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO o § 10 do art.37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a o Art. 38, V, da Lei Complementar 022/2002;
CONSIDERANDO o ofício recomendatório nº 077/2017 da Controladoria Geral do Município;
CONSIDERANDO o parecer jurídico apresentado;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de dezembro de 2017, o Sr. JACO RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 972/2017

Publicação Nº 1455950

DECRETO Nº 972/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária temporariamente da servidora pública municipal Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder até o final do ano letivo escolar por mais 20:00 horas, sem habilitação, para exercer sua função com a Educação Especial.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 08 de Novembro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 973/2017

Publicação Nº 1455953

DECRETO Nº 973/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2017 no valor de até R\$ 1.210.000,00 (Um Milhão Duzentos e Dez Mil Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03 – Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Unidade 03.01 – Departamento de Educação

12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3190.0000

Fonte de Recursos: 01.0018 - 33- R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos: 01.0001 – 32 - R\$ 100.000,00

Órgão 08 – Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada

Unidade 08.01 – Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada

10.301.1001.2.008 – Manutenção das ações e programas de saúde do município

Modalidade de Aplicação: 3190.0000

Fonte de Recursos: 01.0002 - 2 - R\$ 500.000,00

Modalidade de Aplicação: 3390.0000

Fonte de Recursos: 01.0002 - 4 - R\$ 50.000,00

Órgão 02 – Secretaria de Administração e Fazenda

Unidade 02-01 - Secretaria de Administração e Fazenda

04.122.0402.2.003 – Manutenção da secretaria de administração e fazenda

Modalidade de Aplicação: 3190.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 4 - R\$ 140.000,00

Órgão 06 – Secretaria de Assistência Social
Unidade 06-01 - Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2.029 – Manutenção da secretaria de assistência social

Modalidade de Aplicação: 3190.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 - 74- R\$ 120.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de até R\$ 1.210.000,00 (Um Milhão Duzentos e Dez Mil Reais), que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03 - Secretaria de Educação Cultura, Esporte e lazer.
Unidade 03-01 – Departamento de Educação
12.361.1201.1.005 – Construção e ampliação de unidades escolares do ensino fundamental

Modalidade de Aplicação: 4490.0000
Fonte de Recursos: 01.0001 – 18 - R\$ 579.000,00
Fonte de Recursos: 01.0019 – 117 - R\$ 300.000,00

12.367.1201.2.018 – Apoio a Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 29 - R\$ 10.000,00

12.362.1201.2.016 – Apoio ao Ensino Médio

Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 25 - R\$ 15.000,00

12.364.1201.2.017 – Apoio ao Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 26 - R\$ 25.000,00

Órgão 07 – Encargos Gerais do Município
Unidade 07-01 – Encargos Gerais do Município
28.846.2801.2.025 – Pagamento de Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 4690.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 81 - R\$ 100.000,00

Órgão 13 – Fundo Municipal de Cultura
Unidade 13-01 – Fundo Municipal de Cultura
13.392.2903.2.043 – Manutenção do fundo municipal de cultura

Modalidade de Aplicação: 3350.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 94 - R\$ 6.000,00
Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 95 - R\$ 20.000,00

Órgão 14 – Fundo de Desenvolvimento Econômico
Unidade 14-01 – Fundo de Desenvolvimento Econômico
22.661.2201.2.022 – Apoio ao desenvolvimento econômico

Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 96 - R\$ 20.000,00
Modalidade de Aplicação: 4490.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 97 - R\$ 60.000,00

Órgão – Secretaria de desenvolvimento econômico e turismo
Unidade – Secretaria de desenvolvimento econômico e turismo
10.301.1001.2.008 – Manutenção da secretaria de desenvolvimento econômico e turismo
Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 100 - R\$ 65.000,00
Modalidade de Aplicação: 4490.0000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 101 - R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada.

Ponte Serrada SC, 05 de Dezembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

DECRETO 974/2017

Publicação Nº 1455957

DECRETO Nº 974/2017, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE RECESSO NO EXECUTIVO MUNICIPAL NO PERÍODO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2017 A 02 DE JANEIRO DE 2018”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO que no período compreendido entre os dias 23 Dezembro de 2017 a 02 de Janeiro de 2018 são comemoradas as festividades natalinas e de ano novo;

CONSIDERANDO a necessidade do fechamento das contas do presente exercício para atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado recesso no Poder Executivo municipal no período compreendido entre os dias 23 de dezembro de 2017 a 02 de Janeiro de 2018.

Parágrafo Único – Excetua-se do disposto neste artigo, o trabalho executado por servidores em serviço de urgência, plantões ou necessidades indispensáveis, especialmente os serviços de saúde, vigilância de prédios públicos, limpeza pública e outros a critério de cada Secretaria.

Art. 2º - Cada Secretário ficará responsável pela elaboração das estratégias para que não ocorram quaisquer prejuízos ao serviço público, podendo as Secretarias trabalhar em escala.

Art. 3º - Os serviços essenciais funcionarão normalmente sem percepção de horas extras, sendo cada secretário responsável pela adequação de sua pasta.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde, prestará atendimento nos dias 26 à 29 de Dezembro de 2017, somente na UBS Centro em período integral.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 975/2017

Publicação Nº 1455959

DECRETO Nº 975/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ANGELA JUSARA BAZI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 12 meses a contar do dia 04 de dezembro de 2017, em anexo, sendo que a nova perícia médica foi agendada no INSS para o dia 27/12/2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 976/2017

Publicação Nº 1455960

DECRETO Nº 976/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ELIANE RODRIGUES GALVAO, matrícula 901 e 5820 ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias a contar do dia de hoje, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 977/2017

Publicação Nº 1456084

DECRETO Nº 977/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ELIANE FERREIRA MACHADO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 (quinze) dias a contar do dia 04 de dezembro de 2017, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 978/2017

Publicação Nº 1456088

DECRETO Nº 978/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. Srª. TANIA BORTOLI ZANCHET, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias,

conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 27 de novembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

registrada e publicada em data supra, na forma da Lei.

DECRETO 979/2017

Publicação Nº 1456089

DECRETO Nº 979/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. GABRIELA PAVELSKI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 dias, a contar do dia 09 de dezembro de 2017, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 980/2017

Publicação Nº 1456092

DECRETO Nº 980/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. TEREZINHA SOUZA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6208289053 foi concedido até o dia 10/01/2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO Nº 159/2017 VIGA

Publicação Nº 1456752

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº90/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2017

CONTRATO Nº 159/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

CNPJ 09.223.659/0001-81

OBJETO: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO SOBRE PISOS DE CALÇAMENTOS COM PEDRA IRREGULAR E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA ANTONIO ZANLUCHI, EM PARTE DA RUA MADRE MARIA THEODORA, EM PARTE DA RUA DR. CRISTIANO MAYER E EM PARTE DA RUA HERMÍNIO DAVID FRIGHETO, EM CONFORMIDADE COM PROJETO EXECUTIVO APROVADO NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 845734/2017/MCidades/CAIXA, CONTRATO DE REPASSE Nº 1.037.574-58/2017. Valor: R\$ 458.787,05 (Quatrocentos e Cinquenta e Oito Mil Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Cinco Centavos), sendo R\$ 100.933,15 (Cem Mil Novecentos e trinta e Três Reais e Quinze Centavos) de mão de obra e R\$ 357.853,90 (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil Oitocentos e Cinquenta e Três Reais e Noventa Centavos) de material. VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 13 de Dezembro de 2017 até 31 de Junho de 2018. Ponte Serrada, 13 de Dezembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017 PREGÃO Nº65/2017

Publicação Nº 1456668

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA, DIESEL COMUM, DIESEL S10, ARLA 32 E ÓLEO 2 TEMPOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIA MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor: RS 1.829.757,50 (Um Milhão Oitocentos e Vinte e Nove Mil Setecentos e Cinquenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 04/01/2018. Abertura da Sessão às 09 horas (horário de Brasília) do dia 04/01/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município a partir de 15/12/2017, www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 13 de Dezembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 010/2017**

Publicação Nº 1455602

EXTRATO CONTRATO 010/2017 Câmara Municipal de Vereadores

Ponte Serrada - Estado de Santa Catarina

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA – SC –CNPJ 78501004/0001-40

CONTRATADO: MARCIANO ZATTI - ME

CNPJ 10.717.060.0001-83

PROCESSO LICITATÓRIO 008/2017.

EDITAL: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017.

FUNDAMENTO: ART. 24ii da Lei 8.666/93.

Objeto: O presente tem por objeto a aquisição um Notebook ACER A515-51-55QD I5-7200U/4GB/1TB/W10 SL/Tec.Numérico.

Valor : R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais)

VIGENCIA: O presente contrato vigorará ate 30.12.2017

Ponte Serrada-SC, GILSON DAMACENO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1718, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456855

DECRETO Nº 1.718, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I da Lei Municipal nº 2.467/2016".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 797.700,00 (Setecentos e noventa e sete mil e setecentos reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional Programática: 04.122.003

Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recurso Ordinário

Valor: R\$ 100.500,00

Órgão: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional Programática: 04.122.003

Atividade: 2.008 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recurso Ordinário

Valor: R\$ 130.500,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recurso Ordinário

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.029 – Manutenção da Secretaria do Planejamento Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recurso Ordinário

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recurso Ordinário

Valor: R\$ 480.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.68 – Programa Primeira Infância no SUAS

Valor: R\$ 6.200,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.68 – Programa Primeira Infância no SUAS

Valor: R\$ 2.000,00

Atividade: 2.032 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recurso Ordinário

Valor: R\$ 44.000,00

Órgão: 18 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura e Pecuária
Funcional Programática: 20.606.0024
Atividade: 2.082 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recurso Ordinário
Valor: R\$ 17.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal de Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Meio Ambiente
Funcional Programática: 18.541.0030
Atividade: 2.041 – Manutenção da Fundação Municipal De Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recurso Ordinário
Valor: R\$ 9.500,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior serão cobertos com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta dos Recursos Ordinários no valor de R\$ 789.500,00 (Setecentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais) e Recursos Programa Primeira Infância no SUAS no valor de R\$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais), totalizando o valor de R\$ 797.700,00 (Setecentos e noventa e sete mil e setecentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 13 de dezembro de 2017.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

ATA 173/2017

Publicação Nº 1455671

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 173/2017

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa ILG Comercial Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF 20.657.155/0001-02, com sede na Rua Itacolomi, N.º 377, Centro, Cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP 85.505-050, Telefone (46) 3225-1002, neste ato representada pela Senhora Ingrid Ruth Hegele Grams, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017, Processo Licitatório 222/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
6	96	UN	Dieta nutricionalmente completa e normocalórica na diluição padrão. Fórmula à base de proteína isolada de soja, rica em isoflavonas. Hipossódica. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Indicada para paciente em risco nutricional, anorexia, idosos, cardiopatas, distúrbios neurológicos. Lata com 800 gramas.	R\$ 54,80	R\$ 5.260,80

Valor Total: R\$ 5.260,80 (cinco mil duzentos e sessenta reais e oitenta centavos).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 173/2017.
- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017 e seus anexos.
- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Ingrid Ruth Hegele Grams, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

ILG Comercial Ltda - ME
CONTRATADA
Testemunhas:

ATA 174/2017

Publicação Nº 1455672

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 174/2017

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa LFP Comércio de Produtos para Saúde - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF 26.554.718/0001-13, com sede na Rua Fagundes Varela, N.º 962, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.520-040, Telefone (41) 3264-4548, neste ato representada pelo Senhor Fernando Joel Rodrigues, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017, Processo Licitatório 222/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
3	96	UN	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral. 20gr de fibra alimentar / litro, polissacarídeo de soja e polidextrose. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Fibra alimentar: 20 g/l 50% FS e 50% FI Polidextrose e Polissacarídeos da Soja. Tetra Pak com 1000 ml.	R\$ 59,00	R\$ 5.664,00
5	120	UN	Dieta nutricionalmente completa, a base de proteína isolada de soja, isenta de lactose, glúten e sacarose, que atenda a recomendações de vitaminas e sais minerais em 1.200 calorias. Apresentação em forma ou líquida. Tetra Pak com 1000 ml.	R\$ 19,99	R\$ 2.398,80
8	96	UN	Alimento líquido, pronto para uso e nutricionalmente completo. Possui uma mistura de proteínas (caseinato de cálcio, proteína isolada do soro do leite e proteína isolada de soja). Para uso enteral e/ou oral. Indicado para pacientes com necessidades elevadas de nutrientes, desnutrição, oncologia, anorexia, caquexia, dentre outros. Isento de sacarose, lactose e glúten. Tetra Pak com 1000 ml.	R\$ 29,00	R\$ 2.784,00
11	120	UN	Fórmula infantil, nutricionalmente completa, normo ou hipercalórica, para crianças de 01 a 10 anos, proteína de 09 a 13% de origem animal. Isento de lactose e glúten. Lata com 400 gramas.	R\$ 35,00	R\$ 4.200,00
13	600	UN	Fórmula infantil, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica e normolipídica, para crianças de 01 a 10 anos. Distribuição energética: proteínas 12%, carboidratos 53% e gorduras 35%. Isento de lactose e glúten. Lata com 400 gramas.	R\$ 36,00	R\$ 21.600,00
24	120	UN	Nutrição completa e balanceada de suplemento alimentar, alimento em pó, que pode ser usada como dieta exclusiva ou como suplemento alimentar, para aumentar o consumo de calorias e nutrientes ou para manter uma boa alimentação. Não contém glúten. Para adultos e crianças maiores de 04 anos. Lata com 400 gramas.	R\$ 46,00	R\$ 5.520,00

Valor Total: R\$ 42.166,80 (quarenta e dois mil cento e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 174/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Fernando Joel Rodrigues, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

LFP Comércio de Produtos para Saúde - EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

ATA 175/2017

Publicação Nº 1455673

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 175/2017

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Center Nutri Floripa Comércio de Produtos para Saúde EIRELI, inscrita no CNPJ/MF 27.427.309/0001-19, com sede na Rua Desembargador Arno Hoeschl, N.º 161, Centro, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-620, Telefone (48) 3028-4340, neste ato representada pelo Senhor Montgomery Pastorelo Benites, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017, Processo Licitatório 222/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos



preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
17	360	UN	Suplemento infantil hipercalórico. Indicado para prevenção de desnutrição e recuperação do estado nutricional de anorexia e situações onde há baixa ingestão de nutrientes. Aumento das necessidades nutricionais como pré e pós-operatório, oncologia, trauma, infecção e outros quadros hipermetabólicos. Isento de lactose e glúten, possui sacarose. Sem sabor. Lata com 400 gramas.	R\$ 68,50	R\$ 24.660,00
29	60	UN	Fórmula nutricionalmente completa, indicada para pacientes com insuficiência hepática com riscos ou presença de encefalopatia (cirrose hepática, pré-transplante de fígado). Fórmula rica em AACR e baixo teor de AA aromáticos, corrigindo o perfil plasmático de AA e melhora o estado nutricional do paciente. Recomendações internacionais (ESPEN / ASPEN): Suplementação oral ou enteral com AACR (aminoácidos de cadeia ramificada em casos de encefalopatia hepática ou cirrose avançada). Apresentação: EasyBag com 500ml.	R\$ 39,73	R\$ 2.383,80
31	60	UN	Suplemento oral completo, especialmente desenvolvido para indivíduos submetidos à diálise. Acrescido de fibras alimentares. Isento de sacarose, lactose e glúten. Tetra pak com 200 ml.	R\$ 10,50	R\$ 630,00
32	60	UN	Dieta hipoprotéica e hipercalórica, rica em aminoácidos essenciais, prevenindo a desnutrição sem aumento da ureia e compostos nitrogenados. Indicado para pacientes com insuficiência renal não dialisados como nutrição completa e para pacientes dialisado como suplementação. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Frasco com 500 ml.	R\$ 38,29	R\$ 2.297,40
33	96	UN	Fórmula enteral hipercalórica especialmente desenhada para pacientes em diálise com Insuficiência Renal Aguda ou Crônica que necessitem de restrição de fluídos e eletrólitos. Fornece moderado teor de proteínas com suplementação de arginina, um aminoácido condicionalmente essencial em pacientes com função reduzida. Apresenta baixo teor de colesterol e adição de TCM para melhor absorção. É isenta de sacarose, lactose e glúten. Tetra Pak com 200 ml.	R\$ 10,24	R\$ 983,04
Valor Total: R\$ 30.954,24 (trinta mil novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 175/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Montgomery Pastorelo Benites, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Center Nutri Floripa Comércio de Produtos para Saúde EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

ATA 176/2017

Publicação Nº 1455674

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 176/2017

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso

de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Suprema Comércio & Distribuição EIRELI, inscrita no CNPJ/MF 23.159.220/0001-68, com sede na Rua 02, N.º 35 A, Parque das Laranjeiras, Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP 73.805-630, Telefone (61) 3631-3146, neste ato representada pelo Senhor Moisés de Brito Sousa, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017, Processo Licitatório 222/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
16	144	UN	Leite com fórmula de aminoácidos adequada às necessidades de crianças desde o nascimento. Alta absorção, com mínimo risco de intolerância. Indicado para nutrição enteral precoce/ mínima em terapia intensiva neonatal e pediátrica, transição de nutrição parental para enteral, síndrome do intestino curto e outros distúrbios absorptivos moderados a graves, alergia alimentar (ao leite de vaca, à soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas), com estado nutricional comprometido, placebo para diagnóstico de alergia alimentar. Lata com 400 gramas.	R\$ 265,99	R\$ 38.302,56
25	36	UN	Formula de nutrição completa, altamente especializada para pacientes com Doença de Crohn. Acrecido de TGF-B2, importante fator de proteção da mucosa intestinal com ação anti-inflamatória, contribui para a recuperação nutricional do paciente com Crohn. Isento de glúten, resíduos, colesterol, lactose, com proteína de alta qualidade. Conteúdo constituído de caseína intacta, biologicamente disponível, contendo 11g de Nitrogênio em 2000Kcal, 43% de aminoácidos essenciais (em relação aos aminoácidos totais). Aporte de 25% de TCM (triglicerídeo de cadeia média), acréscimo de 13 vitaminas e 11 minerais, ao qual garante o pleno crescimento de crianças e a satisfação das necessidades de micronutrientes em adultos. Ingredientes: Maltodextrina, caseinato de potássio obtido do leite de vaca, sacarose, gordura de leite, triglicerídeos de cadeia média, óleo de milho, lecitina de soja, citrato de potássio, fosfato de cálcio, citrato de sódio, carbonato de cálcio, cloreto de magnésio, minerais (ferro, cobre, zinco, cromo e molibdênio), vitaminas (vitamina A, vitamina D, vitamina E, vitamina K, vitamina C, vitamina B1, vitamina B2, niacina, vitamina B6, ácido fólico, ácido pantotênico, vitamina B12 e biotina), cloreto de potássio, bitartarato de colina e óxido de magnésio. Lata com 400 gramas.	R\$ 315,00	R\$ 11.340,00

Valor Total: R\$ 49.642,56 (quarenta e nove mil seiscientos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 176/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Moisés de Brito Sousa, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Suprema Comércio & Distribuição EIRELI
CONTRATADA
Testemunhas:

ATA 177/2017

Publicação Nº 1455675

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 177/2017

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Maycon Will EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF 18.712.730/0001-80, com sede na Rua Treze de Junho, N.º 769, Flor de Napolis, Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88.106-470, Telefone (48) 2132-3346, neste ato representada pelo Senhor Maycon Will, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017, Processo Licitatório 222/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	96	UN	Nutrição especializada, completa e balanceada. Normocalórica, normoprotéica e normolipídica. Formulada especialmente para pessoas com diabetes. Desenvolvido de acordo com as recomendações internacionais de nutrientes e contribui para controle do índice glicêmico. Desnutrição energética: proteína 15%, carboidratos 45% e gorduras: 40%. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Lata com 400 gramas.	R\$ 63,90	R\$ 6.134,40
4	96	UN	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, mistura de proteínas animais e vegetais. Isento de lactose, sacarose e glúten. Densidade calórica: 1,2 kcal / ml. Produto formulado para ser consumido por pessoas acima de 10 anos de idade, quanto a IDR (Ingestão Diária Recomendada). Tetra Pak com 1000 ml.	R\$ 20,99	R\$ 2.015,04
9	96	UN	Dieta enteral nutricionalmente completa, normocalórica, hiperprotéica, suplementada com arginina. Alto teor de zinco, vit A, C e E. Enriquecida com mix de fibras e mix de carotenóides. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Tetra Pak com 1000 ml.	R\$ 129,00	R\$ 12.384,00
10	120	UN	Suplemento hiperprotéico acrescido de arginina, zinco e selênio, vitaminas A, C, E. Terapia nutricional desenhada especificamente para a cicatrização de úlceras por pressão e outras situações que exijam estímulo de cicatrização. Além da presença do exclusivo mix de carotenóides. Isento de glúten. Frasco com 200 ml.	R\$ 35,00	R\$ 4.200,00
12	120	UN	Dieta nutricionalmente completa para crianças de 0 a 12 meses, hipercalórica, com ótima oferta proteica. Contém adição de LCPufas e nucleotídeos e uma mistura exclusiva de prebióticos (GSO/FOS). Única dieta pronta para uso para lactentes. Isenta de sacarose e glúten. Contém lactose. Indicado para cardiopatias congênitas, doença pulmonar crônica, fibrose cística, paralisia cerebral, déficit de crescimento, desnutrição, Pré e pós-operatório. Lata com 400 gramas.	R\$ 132,00	R\$ 15.840,00
14	180	UN	Alimento hipoalérgico à base de proteína extensamente hidrolisada, com adição de LCPufas (DHA E ARA) e nucleotídeos. Isento de sacarose, lactose e glúten. Indicado para casos de alergias as proteínas de leite de vaca e da soja. Lata com 400 gramas.	R\$ 195,00	R\$ 35.100,00
15	180	UN	Fórmula infantil hipoalergênica à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (80 a 90% peptídeos e 10 a 20% de aminoácidos livres), com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LCPufas (DHA -docosahexaenóico e ARA - araquidônico) e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten. Indicado para Alimentação de lactentes, desde o nascimento, e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja, sem quadros de diarreia. Lata com 400 gramas.	R\$ 72,00	R\$ 12.960,00
28	60	UN	Alimento nutricionalmente completo para dieta enteral ou oral. Alto teor de aminoácidos ramificados. Muito baixo teor de aminoácidos aromáticos. Não contém glúten. Indicado para pacientes hepatopatas, que necessitam de uma dieta com alto teor de aminoácidos ramificados baixo teor de aminoácidos aromáticos. Sachê com 90 gramas.	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00

30	60	UN	Alimento para situações metabólicas especiais para pacientes com função renal comprometida. Densidade calórica de 2,0kcal / ml. Adequadas quantidades de vitaminas A e D; contém carboidratos com baixo impacto glicêmico; Relação de w6: w3 = 5:1; baixo teor de potássio, sódio e fósforo; enriquecido com carnitina e taurina. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Indicações: Insuficiência renal aguda ou crônica, como suplemento para paciente renal dialisado ou nutrição completa em tratamento conservador. Distr. Calórica: Prot 7% HC 63% Lip 30%. Fonte de Proteínas: Caseinato de cálcio 49,6%, caseinato de sódio 49,6%, taurina 0,4%, carnitina 0,4%, Fonte de carboidrato: maltodextrina 100%. Fonte de lipídeos: Óleo de girassol 4%, óleo de canola 79%, TCM 17%. Tetra Pak com 1000 ml.	R\$ 86,00	R\$ 5.160,00
Valor Total: R\$ 96.493,44 (noventa e seis mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 177/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Maycon Will, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Maycon Will EIRELI - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

ATA 178/2017

Publicação Nº 1455677

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 178/2017

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Savimed Comércio de Produtos Médicos Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF 26.640.161/0001-33, com sede na Avenida Anita Garibaldi, N.º 2480, Boa Vista, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.200-550, Telefone (41) 3044-0500, neste ato representada pelo Senhor Reginaldo Celso Guidolin, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017, Processo Licitatório 222/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
18	360	UN	Fórmula infantil a base de proteínas lácteas em pó, indicada para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, isenta de sacarose, com probióticos ou prebióticos. Atende todas as recomendações do CODEX alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S nº 977/1998. Lata com 400 gramas.	R\$ 18,50	R\$ 6.660,00
19	360	UN	Fórmula infantil de seguimento enriquecida com ferro à base de proteínas lácteas, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês, senta de sacarose, com probióticos e prebióticos. Atende todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria nº 977/1998. Lata com 400 gramas.	R\$ 19,20	R\$ 6.912,00

20	360	UN	Fórmula infantil acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida de vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Alimentação de lactentes nos primeiros 6 meses de vida, quando for necessário recorrer à alimentação com mamadeira. Lata com 400 gramas.	R\$ 17,00	R\$ 6.120,00
21	360	UN	Fórmula infantil de seguimento, é acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Alimentação de lactentes, em sequência ao esquema alimentar iniciado nos primeiros 6 meses de vida, quando for necessário recorrer à alimentação com mamadeira. Lata com 400 gramas.	R\$ 17,98	R\$ 6.472,80
22	240	UN	Fórmula infantil de partida especial, isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Indicado para pacientes com intolerância à lactose. Lata com 400 gramas.	R\$ 39,00	R\$ 9.360,00
23	240	UN	Fórmula infantil de partida, adicionada de prebióticos. Usada em crianças de 0 a 6 meses de idade. Para contribuir no tratamento nutricional da constipação, contém uma mistura de prebióticos. Lata com 400 gramas.	R\$ 19,00	R\$ 4.560,00
27	120	UN	Formula infantil indicada para situação metabólica para nutrição enteral ou oral para condições anti-regurgitação para lactentes com regurgitação frequente e/ou refluxo Gastroesofágico. Ingredientes à base de leite em pó desnatado, lactose, óleos vegetais (óleo de palma, óleo de canola, óleo de coco, óleo de girassol), maltodextrina, carbonato de cálcio, vitamina C, taurina, cloreto de colina, sulfato ferroso, sulfato de zinco, vitamina E, niacina, vitamina A, sulfato de cobre, D-pantotenato de cálcio, ácido fólico, sulfato de manganês, vitamina B12, betacaroteno, D-biotina, vitamina D, vitamina B1, vitamina B6, iodeto de potássio, vitamina K e espessante goma jataí. NÃO CONTÉM GLUTEN. Indicação idade de 0 a 12 meses. Lata com 400 gramas.	R\$ 26,00	R\$ 3.120,00

Valor Total: R\$ 43.204,80 (quarenta e três mil duzentos e quatro reais e oitenta centavos).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 178/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Reginaldo Celso Guidolin, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Savimed Comércio de Produtos Médicos Ltda - ME
CONTRATADA
Testemunhas:

ATA 179/2017

Publicação Nº 1455792

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 179/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF 05.047.599/0001-32, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 791, sala 01, centro, cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-7166, neste ato representada pelo Senhor Odirlei Dozorski, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 167/2017, Processo Licitatório 242/2017, ao REGISTRO

DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
31	200	CX	Papel A4 - 75g: caixa com 10 resmas (cada resma com 500 folhas)	R\$ 184,75	R\$ 36.950,00
Valor Total: R\$ 36.950,00 (trinta e seis mil novecentos e cinquenta reais).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 179/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 167/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Odirlei Dozorski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Fenix Informática e Telefonia Ltda - ME
CONTRATADA

Testemunha:

ATA 180/2017

Publicação Nº 1455793

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 180/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Luiz Angelo Dalgallo – EPP, inscrita no CNPJ/MF 05.430.506/0001-54, com sede na Avenida Dr. Oscar Geyer, nº 269, centro, cidade de Bituruna, Estado de Paraná, CEP: 84.640-000, Telefone (42) 3553-1514, neste ato representada pelo Senhor Luiz Angelo Dalgallo, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 167/2017, Processo Licitatório 242/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
13	120	UNI	Pasta polionda: formato A4; espessura: 0,55 mm; confeccionada em polipropileno corrugado; fechamento com elástico; material resistente; deverá vir montada (pronta para uso); cores diversas	R\$ 4,47	R\$ 536,40
14	300	UN	Pasta plástica com aba elástico: formato A4; espessura: 0,35 mm (fina); confeccionada em polipropileno; fechamento com elástico; material resistente; deverá vir montada (pronta para uso); cores diversas	R\$ 2,61	R\$ 783,00
19	250	UN	Caixa para arquivo morto: confeccionada em papelão kraft; com 2 capas; com espaços para anotações; dimensões (C x L x A): 344 x 125 x 237 mm	R\$ 1,85	R\$ 462,50
29	300	FLS	Papel cartão fosco: dimensões: 50 x 70 cm; cores diversas	R\$ 0,87	R\$ 261,00
34	200	PCT	Bexiga lisa nº 11: pacote com 50 unidades; cores diversas	R\$ 9,38	R\$ 1.876,00
37	25	UN	Calculadora de mesa: função de cálculos básicos; teclas plásticas; visor inclinado; auto desligamento; display grande; 12 dígitos; fonte dual: bateria e solar; dimensões mínimas: 145 x 105 mm	R\$ 11,28	R\$ 282,00
57	12	UN	Cola para E.V.A e isopor: frasco com 90 g	R\$ 3,94	R\$ 47,28
59	35	CX	Giz de cera: formato anatômico; fabricado com cera de alta qualidade; caixa com 12 cores	R\$ 3,43	R\$ 120,05

61	50	UN	Régua 30 cm: transparente; produzida em poliestireno resistente	R\$ 0,51	R\$ 25,50
62	50	UN	Apontador com depósito: lâmina de alta qualidade; depósito plástico	R\$ 0,84	R\$ 42,00
74	12	UN	Pistola para cola quente: ponta com isolante térmico; bivolt	R\$ 17,52	R\$ 210,24
79	10000	UN	Envelope ouro - dimensões: 185 x 248 mm	R\$ 0,21	R\$ 2.100,00
84	25	UN	Extrator de grampo "tipo piranha": extrator em metal revestido com plástico	R\$ 5,66	R\$ 141,50
92	50	ROLO	Fita de cetim 10 mm: cores diversas; rolo com 10 metros	R\$ 4,75	R\$ 237,50
93	50	ROLO	Fita de cetim 22 mm: cores diversas; rolo com 10 metros	R\$ 7,50	R\$ 375,00
94	300	ROLO	Papel crepom: cores diversas; rolo com 2 metros	R\$ 0,74	R\$ 222,00
Valor Total: R\$ 7.721,97 (sete mil setecentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 180/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 167/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Luiz Angelo Dalgallo, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Luiz Angelo Dalgallo – EPP
CONTRATADA

Testemunha:

ATA 181/2017

Publicação Nº 1455794

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 181/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Luis Kaminski - ME, inscrita no CNPJ/MF 11.473.982/0001-55, com sede na Rua Dom Pedro I, nº 207, São Basílio Magno, cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-2689, neste ato representada pelo Senhor Luis Kaminski, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 167/2017, Processo Licitatório 242/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
4	50	UN	Fita adesiva dupla face 19 mm x 30 m; cor branca	R\$ 4,71	R\$ 235,50
5	100	ROLO	Fita crepe 19 mm x 50 m	R\$ 2,63	R\$ 263,00
15	500	UN	Pasta papelão com aba elástico: formato A4, confeccionada em papel cartão duplex plástificado; fechamento com elástico; material resistente; deverá vir montada (pronta para uso); cores diversas	R\$ 1,33	R\$ 665,00
16	100	UN	Pasta plástica com presilha plástica: formato A4; confeccionada em polipropileno; material resistente; deverá acompanhar a presilha plástica; deverá vir montada (pronta para uso); cores diversas	R\$ 1,58	R\$ 158,00
20	40	UN	Grampeador de mesa 26/6: para 40 folhas	R\$ 12,77	R\$ 510,80
22	150	CX	Grampo para grampeador 26/6: galvanizado; caixa com 5.000 unidades	R\$ 3,49	R\$ 523,50

27	250	FLS	Folha de cartolina: dimensões 50 x 66 cm; cores diversas	R\$ 0,40	R\$ 100,00
32	50	PCT	Papel A4 - 75g colorido: pacote com 100 folhas; cores diversas	R\$ 5,07	R\$ 253,50
44	5	CX	Pincel marcador permanente preto: tinta de máxima durabilidade; com 2 espessuras de traço; caixa com 12 unidades	R\$ 32,79	R\$ 163,95
45	5	CX	Pincel marcador permanente azul: tinta de máxima durabilidade; com 2 espessuras de traço; caixa com 12 unidades	R\$ 32,79	R\$ 163,95
46	5	CX	Pincel marcador permanente vermelho: tinta de máxima durabilidade; com 2 espessuras de traço; caixa com 12 unidades	R\$ 32,79	R\$ 163,95
48	35	CX	Lápis de cor: formato sextavado; confeccionado em madeira 100% reflorestada e certificada pela FSC; mina macia e resistente; de excelente qualidade; caixa com 12 cores	R\$ 11,35	R\$ 397,25
51	20	UN	Pincel escolar chato nº 4	R\$ 1,71	R\$ 34,20
52	20	UN	Pincel escolar chato nº 8	R\$ 2,01	R\$ 40,20
53	20	UN	Pincel escolar chato nº 12	R\$ 2,79	R\$ 55,80
63	200	UN	Borracha branca: macia e de fácil apagabilidade	R\$ 0,31	R\$ 62,00
67	50	UN	Caderno protocolo de correspondências: capa dura; folhas numeradas; mínimo de 100 folhas	R\$ 9,34	R\$ 467,00
69	10	UN	Índice telefônico: capa dura; com espiral; formato 150 x 210 mm; com no mínimo 80 folhas	R\$ 24,63	R\$ 246,30
70	100	UN	Livro ata: capa dura na cor preta; costurado; folhas numeradas; com 100 folhas	R\$ 10,28	R\$ 1.028,00
75	300	UN	Bastão para cola quente	R\$ 0,42	R\$ 126,00
80	5000	UN	Envelope kraft - dimensões: 240 x 340 mm	R\$ 0,33	R\$ 1.650,00
96	2000	M	TNT, diversas cores	R\$ 1,18	R\$ 2.360,00

Valor Total: R\$ 9.667,90 (nove mil seiscentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 181/2017.
- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 167/2017 e seus anexos.
- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Luis Kaminski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Luis Kaminski - ME
CONTRATADA

Testemunha:

ATA 182/2017

Publicação Nº 1455796

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 182/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Recier Jose Gregorio – ME, inscrita no CNPJ/MF 81.413.759/0001-06, com sede na Rua Presidente Kennedy, nº 149, centro, cidade de General Carneiro, Estado do Paraná, CEP: 84.660-000, Telefone (42) 3552-1924, neste ato representada pelo Senhor Recier Jose Gregorio, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 167/2017, Processo Licitatório 242/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	300	ROLO	Fita adesiva 48 mm x 45 m; transparente	R\$ 2,77	R\$ 831,00
2	300	ROLO	Fita adesiva 12 mm x 30 m; transparente	R\$ 0,84	R\$ 252,00
3	300	ROLO	Fita adesiva 12 mm x 40 m; transparente	R\$ 0,89	R\$ 267,00
12	50	CX	Clips nº 12/0; galvanizado; caixa com 12 unidades	R\$ 6,30	R\$ 315,00
17	70	UN	Pasta catálogo: formato A4; com bolsa e visor na parte da frente; com 4 colchetes; com 50 envelopes (plásticos); capa na cor preta	R\$ 9,19	R\$ 643,30
18	35	UN	Pasta sanfonada plástica: formato A4; com 31 divisórias; transparente; fechamento com elástico; deverá acompanhar mini adesivos coloridos para identificação	R\$ 19,80	R\$ 693,00
23	30	CX	Grampo para grampeador 23/8: galvanizado; caixa com 5.000 unidades	R\$ 9,66	R\$ 289,80
24	20	UN	Perfurador de papel com 2 furos: para 25 folhas	R\$ 7,80	R\$ 156,00
25	30	UN	Placa de isopor: dimensões: 50 cm x 1 m; espessura: 30 mm	R\$ 4,80	R\$ 144,00
28	250	FLS	Folha de cartolina neon: dimensões 50 x 66 cm; cores neon diversas	R\$ 0,59	R\$ 147,50
30	15	PCT	Papel cartão duplex A4: formato A4; fosco; 10 cores; pacote com 20 folhas	R\$ 23,30	R\$ 349,50
35	80	UN	Prancheta escritório: confeccionada em acrílico resistente; transparente; com prendedor de metal	R\$ 9,78	R\$ 782,40
41	40	CX	Caneta marca texto amarela: tinta superfluorescente, de máxima durabilidade; com 2 espessuras de traço; caixa com 12 unidades	R\$ 27,76	R\$ 1.110,40
42	40	CX	Caneta marca texto rosa: tinta superfluorescente, de máxima durabilidade; com 2 espessuras de traço; caixa com 12 unidades	R\$ 27,76	R\$ 1.110,40
43	40	CX	Caneta marca texto laranja: tinta superfluorescente, de máxima durabilidade; com 2 espessuras de traço; caixa com 12 unidades	R\$ 27,76	R\$ 1.110,40
60	50	UN	Corretivo líquido: à base de água; atóxico; secagem rápida; excelente cobertura que dispensa retoques; frasco com 18 ml	R\$ 1,87	R\$ 93,50
64	100	CX	Alfinete para mapa: com cabeças plásticas coloridas; cores diversas; caixa com 50 unidades	R\$ 2,97	R\$ 297,00
88	10	PCT	Olhos de boneca para confecção de artesanatos: pacote com 50 pares	R\$ 4,80	R\$ 48,00
89	30	ROLO	Elástico fino: rolo com 10 metros	R\$ 4,80	R\$ 144,00
90	20	CX	Lápis de cor aquarela para pintura facial: caixa com 6 cores	R\$ 18,40	R\$ 368,00
95	250	M	Bordado inglês 10 cm: cores diversas	R\$ 4,99	R\$ 1.247,50
Valor Total: R\$ 10.399,70 (dez mil trezentos e noventa e nove reais e setenta centavos).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 182/2017.
- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 167/2017 e seus anexos.
- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Recier Jose Gregorio, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Recier Jose Gregorio – ME
CONTRATADA

Testemunha:

ATA 183/2017

Publicação Nº 1455800

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 183/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Máxima Atacadista EIRELI, inscrita no CNPJ/MF 26.716.048/0001-94, com sede na Rua Adolfo Konder, nº 279, São Rafael, cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89.295-000, Telefone (47) 3644-6300, neste ato representada pelo Senhor José Senilton Kohlbeck, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 167/2017, Processo Licitatório 242/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
6	25	CX	Clips nº 5; galvanizado; caixa com 100 unidades	R\$ 3,58	R\$ 89,50
7	100	CX	Clips nº 1/0; galvanizado; caixa com 100 unidades	R\$ 2,02	R\$ 202,00
8	100	CX	Clips nº 2/0; galvanizado; caixa com 100 unidades	R\$ 1,65	R\$ 165,00
9	100	CX	Clips nº 4/0; galvanizado; caixa com 50 unidades	R\$ 1,65	R\$ 165,00
10	100	CX	Clips nº 6/0; galvanizado; caixa com 25 unidades	R\$ 1,70	R\$ 170,00
11	100	CX	Clips nº 8/0; galvanizado; caixa com 25 unidades	R\$ 2,25	R\$ 225,00
21	5	UN	Grampeador de mesa 23/8: para 100 folhas	R\$ 79,90	R\$ 399,50
26	300	FLS	Folha de E.V.A: dimensões: 60 x 40 cm; espessura: 2mm; cores diversas	R\$ 0,99	R\$ 297,00
33	25	PCT	Papel vergê 180g: formato A4; pacote com 50 folhas; cores diversas	R\$ 16,00	R\$ 400,00
36	35	UN	Tesoura 19,5 cm: produzida em liga metálica, aço inox, de excelente qualidade; com cabo anatômico de alta resistência	R\$ 11,20	R\$ 392,00
47	15	CX	Lápis preto nº 2: de excelente qualidade para uso geral; produzido com madeira plantada; traço escuro com excelente apagabilidade; formato redondo; caixa com 144 unidades	R\$ 52,00	R\$ 780,00
49	40	CX	Tinta guache: tinta lavável (não mancha); cores vivas e miscíveis; frasco inquebrável com tampa de rosca; caixa com 6 frascos de 15 ml cada	R\$ 5,45	R\$ 218,00
54	20	UN	Pincel escolar chato nº 16	R\$ 2,09	R\$ 41,80
55	30	CX	Cola colorida com glitter: material não tóxico; cores com glitter; possui bico aplicador; caixa com 6 frascos de 25 g cada	R\$ 8,00	R\$ 240,00
56	150	UN	Cola branca em bastão: atóxica; lavável; secagem rápida, bastão com 22 g	R\$ 4,40	R\$ 660,00
58	35	CX	Canetinha hidrográfica: ponta média; tinta lavável; caixa com 12 cores	R\$ 7,30	R\$ 255,50
65	150	UN	Bloco autoadesivo: dimensões 76 x 76 mm; com 100 folhas; cores diversas	R\$ 3,15	R\$ 472,50
66	200	UN	Bloco autoadesivo: dimensões 38 x 50 mm; com 4 blocos de 100 folhas cada; cores diversas	R\$ 6,90	R\$ 1.380,00
68	200	UN	Caderno pequeno com espiral: capa flexível; pautado; com 48 folhas	R\$ 1,77	R\$ 354,00
71	25	FRA	Tinta para carimbo preta: composição química especial; tinta à base de água; frasco com 42 ml	R\$ 7,35	R\$ 183,75
72	15	FRA	Tinta para carimbo azul: composição química especial; tinta à base de água; frasco com 42 ml	R\$ 7,35	R\$ 110,25
73	15	FRA	Tinta para carimbo vermelha: composição química especial; tinta à base de água; frasco com 42 ml	R\$ 7,35	R\$ 110,25
82	2	CX	Etiquetas adesivas: dimensões: 63,5 x 31 mm; 27 etiquetas por folha; cor branca; caixa com 100 folhas	R\$ 61,40	R\$ 122,80
83	2	CX	Etiquetas adesivas: dimensões: 33,9 x 101,6 mm; 14 etiquetas por folha; caixa com 100 folhas	R\$ 61,40	R\$ 122,80
85	3	CX	Papel carbono azul: formato A4; caixa com 100 folhas	R\$ 41,75	R\$ 125,25

86	25	UN	Tesoura escolar: produzida em liga metálica, aço inox, de excelente qualidade; com cabo anatômico de alta resistência	R\$ 2,25	R\$ 56,25
87	100	CX	Percevejos: caixa com 100 unidades	R\$ 2,30	R\$ 230,00
91	50	ROLO	Fita de cetim 7 mm: cores diversas; rolo com 10 metros	R\$ 6,40	R\$ 320,00
Valor Total: R\$ 8.288,15 (oito mil duzentos e oitenta e oito reais e quinze centavos).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 183/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 167/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor José Senilton Kohlbeck, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Máxima Atacadista EIRELI
CONTRATADA

Testemunha:

ATA 184/2017

Publicação Nº 1455801

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 184/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Solo Comercial EIRELI, inscrita no CNPJ/MF 11.102.277/0001-41, com sede na Avenida Frederico Lambertucci, nº 863, Fazendinha, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.330-000, Telefone (41) 3249-1040, neste ato representada pelo Senhor Andrei Castro Vilha, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 167/2017, Processo Licitatório 242/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
38	50	CX	Caneta esferográfica azul: ponta média (1,0 mm); corpo plástico cristal transparente, sextavado, com orifício na lateral; com tampa removível antiasfixiante; tampa na cor da tinta; haste para adaptação ao bolso; esfera de tungstênio; nome do fabricante e código de barras impressos no corpo da caneta; ponta metálica; fabricação nacional; caixa com 50 unidades	R\$ 50,90	R\$ 2.545,00
39	20	CX	Caneta esferográfica preta: ponta média (1,0 mm); corpo plástico cristal transparente, sextavado, com orifício na lateral; com tampa removível antiasfixiante; tampa na cor da tinta; haste para adaptação ao bolso; esfera de tungstênio; nome do fabricante e código de barras impressos no corpo da caneta; ponta metálica; fabricação nacional; caixa com 50 unidades	R\$ 50,90	R\$ 1.018,00
40	20	CX	Caneta esferográfica vermelha: ponta média (1,0 mm); corpo plástico cristal transparente, sextavado, com orifício na lateral; com tampa removível antiasfixiante; tampa na cor da tinta; haste para adaptação ao bolso; esfera de tungstênio; nome do fabricante e código de barras impressos no corpo da caneta; ponta metálica; fabricação nacional; caixa com 50 unidades	R\$ 50,90	R\$ 1.018,00
50	30	KIT	Tinta facial para maquiagens artísticas: kit com 10 cores	R\$ 14,20	R\$ 426,00

76	10	UN	Quadro branco: acompanha suporte para apagador; moldura em alumínio; dimensões: 1,20 m x 0,90 cm	R\$ 148,25	R\$ 1.482,50
77	10	UN	Apagador para quadro branco: feltro 100% lã; ótima apagabilidade e durabilidade	R\$ 4,03	R\$ 40,30
78	10	UN	Quadro para avisos: moldura em alumínio, dimensões: 1,20 m x 0,90 cm	R\$ 120,50	R\$ 1.205,00
81	15	ROLO	Barbante algodão cru 4/8 fios: rolo com 915 metros	R\$ 12,35	R\$ 185,25
Valor Total: R\$ 7.920,05 (sete mil novecentos e vinte reais e cinco centavos).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 184/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 167/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Andrei Castro Vilha, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Solo Comercial EIRELI
CONTRATADA

Testemunha:

ATA 185/2017

Publicação Nº 1455808

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 185/2017

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Mecânica Marjovan Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 79.318.010/0001-20, com sede na Rua Manoel Estevão, N.º 415, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-3300, neste ato representada pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 170/2017, Processo Licitatório 249/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	10	Filtro de motor PSL 714	TECFIL	R\$ 22,80	R\$ 228,00
03	20	Filtro de Ar AP 7108	TECFIL	R\$ 43,30	R\$ 866,00
05	10	Filtro de motor PL 364	TECFIL	R\$ 13,80	R\$ 138,00
07	10	Filtro de motor PSL 300	TECFIL	R\$ 87,00	R\$ 870,00
09	10	Filtro de Ar AP 5461	TECFIL	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
11	20	Filtro de motor PSL 962	TECFIL	R\$ 22,80	R\$ 456,00
13	10	Filtro de motor PSL 283	WEGA	R\$ 63,50	R\$ 635,00
15	20	Filtro de Ar ARS 9839	TECFIL	R\$ 83,00	R\$ 1.660,00
17	10	Filtro de Ar AP 9834	TECFIL	R\$ 55,40	R\$ 554,00
19	20	Filtro de Combustível Refil PEC 3022	TECFIL	R\$ 45,50	R\$ 910,00
21	20	Filtro separador de água R120 30MB	TECFIL	R\$ 62,30	R\$ 1.246,00
23	10	Filtro de Ar XL 2110	TECFIL	R\$ 57,00	R\$ 570,00
25	10	Filtro de motor MAHLE OC 26	TECFIL	R\$ 17,50	R\$ 175,00
26	10	Filtro de Ar CA 282A	WEGA	R\$ 37,99	R\$ 379,90

Valor Total: R\$ 9.887,90 (nove mil oitocentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 185/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no

Edital de Pregão Presencial nº 170/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Marcos Cesar Szyminovicz, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 11 de dezembro de 2017.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Mecânica Marjovan Ltda – EPP
CONTRATADA
Testemunha:

ATA 186/2017

Publicação Nº 1455809

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 186/2017

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Lubrifil Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 15.144.160/00001-81, com sede na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, N.º 2485, São Bernardo, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3524-7948, neste ato representada pelo Senhor Carlos Henrique Agustini, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 170/2017, Processo Licitatório 249/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	10	Filtro de Combustível PSC 999	TECFIL	R\$ 41,80	R\$ 418,00
04	20	Filtro de Ar AS 805	TECFIL	R\$ 29,60	R\$ 592,00
06	20	Filtro de Combustível FC 161	TECFIL	R\$ 6,60	R\$ 132,00
08	10	Filtro de Combustível PSC 72/2	TECFIL	R\$ 11,90	R\$ 119,00
10	20	Filtro separador de água PSD 960/1	TECFIL	R\$ 46,70	R\$ 934,00
12	20	Filtro de Combustível PSC 499	TECFIL	R\$ 39,90	R\$ 798,00
14	10	Filtro de Combustível PSC 75	TECFIL	R\$ 35,90	R\$ 359,00
16	10	Filtro de motor PL 519	TECFIL	R\$ 19,50	R\$ 195,00
18	20	Filtro de motor Refil PEL 2002	TECFIL	R\$ 28,90	R\$ 578,00
20	10	Filtro de Ar ASR 839	TECFIL	R\$ 37,90	R\$ 379,00
22	10	Filtro separador de água PSD 460/1	TECFIL	R\$ 41,40	R\$ 414,00
24	10	Filtro de Ar ARS 9837	TECFIL	R\$ 104,20	R\$ 1.042,00

Valor Total: R\$ 5.960,00 (cinco mil novecentos e sessenta reais).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 186/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 170/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Carlos Henrique Agustini, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 11 de dezembro de 2017.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Lubrifil Ltda – EPP
CONTRATADA

Testemunha:

CANCELAMENTO DO CONTRATO 135/2017

Publicação Nº 1455668

**CANCELAMENTO DE CONTRATO
CONTRATO 135/2017**

Considera-se CANCELADO o contrato nº 135/2017, datado de 20 de junho de 2017, entre o Município de Porto União e Ana Cardoso - EPP, inscrito no CNPJ número 01.265.365/0001-00, visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 059/2017, Modalidade de Tomada de Preços 004/2017.

Porto União SC, 30 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 032/2017 - FAS

Publicação Nº 1455691

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 032/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de 1.200 (um mil e duzentos) pacotes de leite em pó para atendimento às famílias beneficiárias da Assistência Social.
Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 009/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 033/2017 - FAS

Publicação Nº 1455692

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 033/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e Catarinense Comércio de Alimentos Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de 1.200 (um mil e duzentas) cestas básicas completas para atendimento às famílias beneficiárias da Assistência Social.
Valor: R\$ 84.666,68 (oitenta e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 009/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Catarinense Comércio de Alimentos Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 034/2017 - FAS

Publicação Nº 1455680

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 034/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Marilda Salete Luz – ME.
Objeto: Aquisição de móveis para gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 008/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Marilda Salete Luz – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 035/2017 - FAS

Publicação Nº 1455681

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 035/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Gustavo Wietzke – ME.
Objeto: Aquisição de móveis para gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 5.290,00 (cinco mil duzentos e noventa reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 008/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Gustavo Wietzke – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 036/2017 - FAS

Publicação Nº 1455682

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 036/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e M. Mobile EIRELI – EPP.
Objeto: Aquisição de móveis para gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 008/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
M. Mobile EIRELI – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 037/2017 - FAS

Publicação Nº 1455684

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 037/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Ekomob Comércio Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de móveis para gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 11.075,00 (onze mil e setenta e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 008/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Ekomob Comércio Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 038/2017 - FAS

Publicação Nº 1455686

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 038/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Farias e Farias Comércio de Móveis Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de móveis para gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 008/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Farias e Farias Comércio de Móveis Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 039/2017 - FAS

Publicação Nº 1455688

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 039/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Móveis Andriei Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de móveis para gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 6.890,00 (seis mil oitocentos e noventa reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 008/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Móveis Andriei Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 040/2017 - FAS

Publicação Nº 1455697

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 040/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Recier José Gregório – ME.
Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escolar para manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo para Crianças e Adolescentes.
Valor: R\$ 6.612,78 (seis mil seiscentos e doze reais e setenta e oito centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Recier José Gregório – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 041/2017 - FAS

Publicação Nº 1455700

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 041/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski – ME.
Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escolar para manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo para Crianças e Adolescentes.
Valor: R\$ 5.885,25 (cinco mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Luis Kaminski – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 042/2017 - FAS

Publicação Nº 1455704

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 042/2017 - FAS
Partes: Município de Porto União e Luiz Ângelo Dalgallo – EPP.
Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escolar para manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo para Crianças e Adolescentes.
Valor: R\$ 5.251,20 (cinco mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Luiz Ângelo Dalgallo – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 043/2017 - FAS

Publicação Nº 1455745

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 043/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e áudio visual para manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 11.130,00 (onze mil cento e trinta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 044/2017 - FAS

Publicação Nº 1455747

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 044/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e Dalgallo Music Center Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Dalgallo Music Center Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 045/2017 - FAS

Publicação Nº 1455748

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 045/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e áudio visual para manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 14.419,00 (quatorze mil quatrocentos e dezenove reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 046/2017 - FAS

Publicação Nº 1455750

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 046/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e Luiz Fernando Cunha Grenier – EPP.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e áudio visual para manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 4.125,00 (quatro mil cento e vinte e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Luiz Fernando Cunha Grenier – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 047/2017 - FAS

Publicação Nº 1455753

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 047/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e Concórdia Sistemas Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF
Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Concórdia Sistemas Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 048/2017 - FAS

Publicação Nº 1455754

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 048/2017 – FAS
Partes: Município de Porto União e Nuvembit Informática EIRELI – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de áudio visual para manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – IGDBF.
Valor: R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Nuvembit Informática EIRELI – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 108/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455833

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 108/2017 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e A. M. Muller EIRELI.
Objeto: Execução de muro de contenção do Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, incluindo material e mão de obra.
Valor: R\$ 87.155,54 (oitenta e sete mil cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Tomada de Preços 015/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 04 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
A. M. Muller EIRELI.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 305/2017

Publicação Nº 1455730

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 305/2017
Partes: Município de Porto União e Móveis Andriei Ltda – ME.
Objeto: aquisição de móveis sob medida para estruturação da Unidade de Saúde da Área Industrial.
Valor: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 163/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 27 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Móveis Andriei Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 310/2017

Publicação Nº 1455736

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 310/2017
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza para manutenção do Programa de Integração Social AABB Comunidade.
Valor: R\$ 31.314,25 (trinta e um mil trezentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 164/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 04 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 311/2017

Publicação Nº 1455738

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 311/2017
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza para manutenção do Programa de Integração Social AABB Comunidade.
Valor: R\$ 28.444,25 (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 164/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 04 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Mercado Kosera Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 312/2017

Publicação Nº 1455740

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 312/2017
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza para manutenção do Programa de Integração Social AABB Comunidade.
Valor: R\$ 29.319,85 (vinte e nove mil trezentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 164/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 04 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Supermercado Dukelli Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 313/2017

Publicação Nº 1455669

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 313/2017
Partes: Município de Porto União e Adão Rodrigues Lirio.
Objeto: Contratação de um artista para representar o Papai Noel na Vila do Papai Noel.
Valor: R\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais).
Vigência: 120 (cento e vinte) dias.
Base legal: Dispensa de Licitação 021/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Adão Rodrigues Lirio.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 314/2017

Publicação Nº 1455715

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 314/2017
Partes: Município de Porto União e Metzler & Cia Ltda.
Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero Km, Marca GM/Chevrolet, Modelo SPIN 1.8 LTZ, Ano de fabricação 2017, Modelo 2018.
Valor: R\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 162/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Metzler & Cia Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 316/2017

Publicação Nº 1455804

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 316/2017
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da Companhia de Bombeiro Militar de Porto União.
Valor: R\$ 9.548,91 (nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 168/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Supermercado Dukelli Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 317/2017

Publicação Nº 1455805

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 317/2017
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da Companhia de Bombeiro Militar de Porto União.
Valor: R\$ 23.134,62 (vinte e três mil cento e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 168/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 318/2017

Publicação Nº 1455806

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 318/2017

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da Companhia de Bombeiro Militar de Porto União.

Valor: R\$ 10.242,22 (dez mil duzentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 168/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de dezembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Mercado Kosera Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 319/2017

Publicação Nº 1455828

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 319/2017

Partes: Município de Porto União e Décio Pacheco Construções.

Objeto: Execução de pavimentação Asfáltica de trecho da Rua Alemanha, (trecho entre a Rua Miguel Honesko e Rua Polônia) bairro Bela Vista, com área de 1.394,41 m2 incluindo material e mão de obra.

Valor: R\$ 183.548,68 (cento e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Tomada de Preços 011/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Décio Pacheco Construções.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 320/2017

Publicação Nº 1455756

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 320/2017

Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde.

Valor: R\$ 8.990,60 (oito mil novecentos e noventa reais e sessenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 321/2017

Publicação Nº 1455757

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 321/2017

Partes: Município de Porto União e Gustavo Wietzke – ME.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde.

Valor: R\$ 4.638,00 (quatro mil seiscentos e trinta e oito reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Gustavo Wietzke – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 322/2017

Publicação Nº 1455758

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 322/2017
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde.
Valor: R\$ 1.371,00 (um mil trezentos e setenta e um reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 323/2017

Publicação Nº 1455760

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 323/2017
Partes: Município de Porto União e Luiz Fernando Cunha Grenier – EPP.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde.
Valor: R\$ 29.074,00 (vinte e nove mil e setenta e quatro reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Luiz Fernando Cunha Grenier – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 324/2017

Publicação Nº 1455768

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 324/2017
Partes: Município de Porto União e Concórdia Sistemas Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde.
Valor: R\$ 15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 165/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Concórdia Sistemas Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 106/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455645

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 106/2017 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 046/2017 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Fenix Informática e Telefonia Ltda - ME.
CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 6.727,00 (seis mil setecentos e vinte e sete reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 20% (vinte por cento) dos itens 02 e 04 do presente contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 27 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 107/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455649

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 107/2017 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 082/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e W.F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda - ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 02/12/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 109/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455652

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 109/2017 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 084/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 110/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455655

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 110/2017 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 085/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 306/2017

Publicação Nº 1455656

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 306/2017
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 093/2015
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 28 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 307/2017

Publicação Nº 1455658

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 307/2017
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 033/2017
Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 7.312,50 (sete mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos itens 02 e 03 do presente contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 29 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 308/2017

Publicação Nº 1455661

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 308/2017
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 155/2016
Partes: Município de Porto União e Liderança Construções Ltda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 30 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 309/2017

Publicação Nº 1455662

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 309/2017
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 076/2016
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 03 (três) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 30 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 315/2017

Publicação Nº 1455664

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 315/2017
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 076/2016
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 5.143,89 (cinco mil cento e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 325/2017

Publicação Nº 1455665

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 325/2017
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 132/2017
Partes: Município de Porto União e VML Comércio de Veículos, Peças e Serviços EIRELI – EPP.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE ENTREGA

Prorroga-se por mais 35 (trinta e cinco) dias o prazo de entrega do objeto do aludido contrato superior, a contar de 23/12/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 11 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 326/2017

Publicação Nº 1455666

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 326/2017
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 100/2016
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 43.872,57 (quarenta e três mil oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 11 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2017

Publicação Nº 1456121

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Justificativa de Dispensa De Licitação
Processo Licitatório nº 255/2017
Dispensa de Licitação n.º 022/2017

Caracterização da Situação: O Município necessita efetuar a contratação de programa à prestação de serviços na área da saúde e assim

melhorar a capacidade e eficiência do SUS, assegurando assistência médica especializada, mediante consultas e exames de média e alta complexidade para os munícipes de Porto União, conforme os procedimentos/consultas previstas na Resolução 10/2017, limitado aos valores indicados pelo Contratado conforme orçamento aprovado em Lei, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado / CISAMURC.

Descrição do Objeto: O objeto da presente dispensa é justamente a contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado / CISAMURC.

Razão da Escolha: A razão da escolha recaiu sobre o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado / CISAMURC, inscrito no CNPJ 03.887.256/0001-50, uma vez que o mesmo foi criado para esta finalidade.

Do Preço: O valor total a ser pago pelo Município ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado / CISAMURC será de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) até 31 de dezembro de 2018.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União
Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 2106 – Alta Complexidade Saúde
Modalidade 3393-103 – Aplicações Diretas
Cód. 188
Complemento 33903999 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Justificativa: O caso in concreto trazido no presente processo enquadra-se no art. 24, inciso XXVI, da Lei n.º 8.666/93.

Porto União, 13 de dezembro de 2017.
MIGUEL CHOKAILO NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 046/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 018/2017

Publicação Nº 1455679

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 222/2017 – Registro de Preços
Pregão Eletrônico 018/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
ILG Comercial Ltda – ME,
Savimed Comércio de Produtos Médicos Ltda – ME,
Maycon Will EIRELI – EPP,
Suprema Comércio & Distribuição EIRELI,
Center Nutri Floripa Comércio de Produtos para Saúde EIRELI e
LFP Comércio de Produtos para Saúde - EIRELI
Porto União SC, 27 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2017 - FAS

Publicação Nº 1455689

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 013/2017 - FAS
Pregão Presencial 008/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Marilda Salete Luz – ME,
Gustavo Wietzke – ME,
M. Mobile EIRELI – EPP,
Ekomob Comércio Ltda – EPP,
Farias e Farias Comércio de Móveis Ltda – EPP e
Móveis Andriei Ltda – ME.
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2017 - FAS

Publicação Nº 1455694

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 014/2017 – FAS
Pregão Presencial 009/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP e
Catarinense Comércio de Alimentos Ltda - EPP
Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2017 - FAS

Publicação Nº 1455708

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 015/2017 - FAS
Pregão Presencial 010/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Recier José Gregório – ME,
Luis Kaminski – ME e
Luiz Ângelo Dalgallo – EPP.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 162/2017

Publicação Nº 1455724

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 237/2017
Pregão Presencial 162/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Metzler & Cia Ltda.
Porto União SC, 06 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 163/2017

Publicação Nº 1455734

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 238/2017.
Pregão Presencial 163/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Móveis Andriei Ltda – ME.
Porto União SC, 27 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 164/2017

Publicação Nº 1455743

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 239/2017
Pregão Presencial 164/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Mercado Koseira Ltda – ME,
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP e
Supermercado Dukelli Ltda – EPP.
Porto União SC, 04 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 165/2017 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1455778

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 240/2017 – Multientidade.
Pregão Presencial 165/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME,
Gustavo Wietzke – ME,
Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME,
Luiz Fernando Cunha Grenier – EPP,
Concórdia Sistemas Ltda – EPP,
Dalgallo Music Center Ltda – EPP e
Nuvembit Informática EIRELI – ME.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 167/2017

Publicação Nº 1455803

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 242/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 167/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Fenix Informática e Telefonia Ltda – ME,
Luiz Angelo Dalgallo – EPP,
Luis Kaminski – ME,
Recier Jose Gregorio – ME,
Máxima Atacadista EIRELI e
Solo Comercial EIRELI.
Porto União SC, 05 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 168/2017

Publicação Nº 1455807

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 243/2017
Pregão Presencial 168/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP,
Supermercado Dukelli Ltda – EPP e
Mercado Koseira Ltda – ME.
Porto União SC, 07 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 170/2017

Publicação Nº 1455810

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 249/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 170/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Mecânica Marjovan Ltda – EPP
Lubrifhil Ltda – EPP
Porto União SC, 11 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 011/2017

Publicação Nº 1455831

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 244/2017
Tomada de Preços 011/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Décio Pacheco Construções.
Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 015/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455834

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 051/2017 - EDUCAÇÃO
Tomada de Preços 015/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
A. M. Muller EIRELI.
Porto União SC, 04 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 166/2017

Publicação Nº 1455813

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 241/2017
Pregão Presencial 166/2017
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que a sessão deu-se deserta.
Porto União SC, 28 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 169/2017

Publicação Nº 1455814

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 247/2017
Pregão Presencial 169/2017
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 01 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 004/2017

Publicação Nº 1455815

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 059/2017
Tomada de Preços 004/2017
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de novembro de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 005/2017 - FAS

Publicação Nº 1455817

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 016/2017 - FAS
Tomada de Preços 005/2017
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.
Porto União SC, 07 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 013/2017

Publicação Nº 1455822

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 246/2017
Tomada de Preços 013/2017
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserto.
Porto União SC, 04 de dezembro de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 36/2017 DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE POUSO REDONDO

Publicação Nº 1456077

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

RESOLUÇÃO Nº 36/2017

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de POUSO REDONDO

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 10 de agosto de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº1362/1995, de 20 de setembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Redondo– CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

POUSO REDONDO, 10 de agosto de 2017.

Maikel Verdi

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 37/2017 “DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO- FINANCEIRA DOS RECURSOS FEDERAIS RECEBIDOS POR MEIO DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS, EXERCÍCIO DE 2016 DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS.

Publicação Nº 1456081

Resolução Nº 37/2017

“Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo

Sintético Anual da Execução Físico- Financeira dos recursos federais recebidos por meio do fundo Nacional de Assistência Social-FNAS, Exercício de 2016 do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 28 de setembro do ano de 2017, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS e pela Lei municipal nº 1362/95 de 20 de setembro de 1995, que institui o CMAS de Pouso Redondo, resolve:

Art. 1º Aprovar com ressalvas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro dos Serviços/Programas do Sistema Único de Assistência Social- SUAS; da Gestão do Sistema Único de Assistência Social- IGD/SUAS e do Incentivo à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD/PBF, referente aos recursos federais recebidos no exercício de 2016 por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o município de Pouso Redondo;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 28 de setembro de 2017.

MAIKEL VERDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 38/2017 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DA ENTIDADE "ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA".

Publicação Nº 1456083

Resolução Nº 38/2017

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da Entidade "ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA".

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS e pela Lei municipal nº 1362/95 de 20 de setembro de 1995, que institui o CMAS de Pouso Redondo, e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária, realizada em 23 de novembro do ano de 2017, CONSIDERANDO a Resolução MDS/CNAS 109/2009, que Tipifica os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais; CONSIDERANDO a Resolução CNAS 14/2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO que o artigo 13, inciso VI da Lei Municipal 1362/95, estabelece que compete ao CMAS, inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o comprovante de inscrição da entidade:

"ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA" Que oferta o SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 23 de novembro de 2017.

MAIKEL VERDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 39/2017 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PERÍODO 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO.

Publicação Nº 1456086

Resolução Nº 39/2017

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social período 2018-2021 do município de Pouso Redondo.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS e pela Lei municipal nº 1362/95 de 20 de setembro de 1995, que institui o CMAS de Pouso Redondo, e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária, realizada em 23 de novembro do ano de 2017, CONSIDERANDO que o artigo 13, inciso II, estabelece que compete ao CMAS, aprovar o Plano Municipal de Assistência Social; CONSIDERANDO a necessidade de organizar, regular e nortear a execução da Política Municipal de Assistência Social, no quadriênio de 2018 a 2021, na perspectiva do SUAS, em consonância com as diretrizes legais da Política Nacional de Assistência Social.

RESOLVE:

Artigo 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social referente ao período 2018/2021.

Artigo 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 23 de novembro de 2017.

MAIKEL VERDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 51/2017 - SAUDE

Publicação Nº 1456007

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC
CONTRATO Nº. 51/2017
PROCESSO COMPRA DIRETA Nº 141/2017
CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTIVEL B.B. LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
DO VALOR: R\$ 6.000,00
DA VIGENCIA: 08/12/2017 à 31/12/2017.
Praia Grande, 13 de Dezembro de 2017.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 137/2017 - PMPG - ERRATA

Publicação Nº 1455629

ERRATA: ONDE LÊ-SE NA PUBLICAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO N.º 137/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 31/2017, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2017, PUBLICADO NA PÁGINA 794, NA EDIÇÃO N.º 2402 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 06/12/2017, LEIA-SE A PUBLICAÇÃO ABAIXO:
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
CONTRATO Nº. 137/2017 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 57/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017
CONTRATADA: TRANSPORTE SBARDELOTTO ME
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO
DO VALOR: R\$ 92.010,77.
DA VIGENCIA: 01/01/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 13 de Dezembro de 2017.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 138/2017 - PMPG - ERRATA

Publicação Nº 1455636

ERRATA: ONDE LÊ-SE NA PUBLICAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO N.º 138/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 31/2017, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2017, PUBLICADO NA PÁGINA 794, NA EDIÇÃO N.º 2402 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 06/12/2017, LEIA-SE A PUBLICAÇÃO ABAIXO:
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
CONTRATO Nº. 138/2017 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 58/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017
CONTRATADA: CLAUDINEI MACHADO EIRELI ME
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO
DO VALOR: R\$ 124.262,22.
DA VIGENCIA: 01/01/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 13 de Dezembro de 2017.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2017 - SAMAE

Publicação Nº 1455536

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE-AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO NOVO (ZERO KM) PARA USO DO SAMAE AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 27/12/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09:15 HORAS DO DIA 27/12/2017.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00H ÀS 13:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOÃO LUIZ CUSTODIO

DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 165/2017

Publicação Nº 1456725

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 165/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP
OBJETO:	Tem por objeto aquisição de equipamentos para atender o Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1150-0.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 4.605,00 (Quatro Mil e seiscientos e cinco reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	07/12/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 167/2017

Publicação Nº 1456731

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 167/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VMLX ELETRONICOS EIRELI - EPP
OBJETO:	Tem por objeto aquisição de equipamentos para atender o Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1150-0.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 738,00 (Setecentos e trinta e oito reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	07/12/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2017

Publicação Nº 1456738

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 170/2017

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
OBJETO:	O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; Gestão de Obras – G-Obras; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples; Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota; Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM; Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT; Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC.

VALOR:	Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue: 1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00 2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 930,00 3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00
VIGÊNCIA:	01/01/2018 à 31/12/2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2017

Publicação Nº 1456744

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 171/2017

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME
OBJETO:	A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito em sua proposta comercial em anexo de ESCOLA VIA NET® – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR confere a CONTRATANTE à licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de suporte, atualização e atendimento técnico conforme especificado neste Contrato, no “módulo pedagógico e biblioteca”, durante o ano de 2018.
VALOR:	O presente Contrato terá valor global de R\$ 5.664,96 (Cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), sendo o pagamento efetuado em 12 parcelas de R\$ 472,08 (Quatrocentos e setenta e dois reais e oito centavos), valor este que o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, mensalmente.
VIGÊNCIA:	01/01/2018 à 31/12/2018.

Presidente Nereu

PREFEITURA

ATO 002/PS/002/2017 DIVULGA LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTOS DOS CANDIDATOS DO EDITAL DE PS Nº 002/2017

Publicação Nº 1456274

ATO 002/PS/002/2017

DIVULGA LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Senhor Isamar de Melo, Prefeito de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada, constantes no ensalamento do Anexo I deste ato, para comparecerem no dia 17 de dezembro de 2017, para a realização da Prova Escrita Objetiva, no seguinte local e horário:

1.1 Local/Escola:

Escola de Educação Básica Tolentino Júnior
Rua Roberto Jungklaus, Nº 98 - Centro,
Presidente Nereu – SC, CEP: 89184-000

1.2 Horários:

Evento	Horários MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	8h52min
Início da resolução da prova.	9h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta dos cargos de nível Superior	12h00

PRESIDENTE NEREU, 13 de dezembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

ANEXO I – ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

Inseminador							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	745910	18/01/1984	Gilson De Souza	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
2	745738	23/07/1986	Renato Mauro Rech	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2

ATO 04/CP/001/2017 DIVULGA LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS DO EDITAL DE CP Nº 001/2017

Publicação Nº 1456266

ATO 004/CP/001/2017

DIVULGA LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Senhor Isamar de Melo, Prefeito de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada, constantes no ensalamento do Anexo I deste ato, para comparecerem no dia 17 de dezembro de 2017, para a realização da Prova Escrita Objetiva, no seguinte local e horário:

1.1 Local/Escola:

Escola de Educação Básica Tolentino Júnior
Rua Roberto Jungklaus, Nº 98 - Centro,

Presidente Nereu – SC, CEP: 89184-000

1.2 Horários:

Evento	Horários MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	8h52min
Início da resolução da prova.	9h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta dos cargos de nível Superior	12h00

PRESIDENTE NEREU, 13 de dezembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

ANEXO I – ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

Assistente Social - CRAS							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	722690	25/01/1995	Ana Paula Carvalho	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
2	750600	11/10/1988	Andressa Aparecida Loterio	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
3	736786	02/07/1971	ClaudeliceBelegante	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
4	735853	02/07/1986	GreiciEloange Furtado	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
5	717982	01/05/1982	Jóice Da Silva Prim	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
6	711155	01/10/1987	Lucas Severo Ramos	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
7	730247	20/03/1970	Maria Idevalde Silva De Melo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
8	714365	24/04/1966	Rosimara Piva Pereira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
9	722700	30/07/1989	Rosivane Sousa Dos Passo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
10	734484	08/08/1988	Suzana Franca Policarpo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
11	707985	28/01/1985	Vanessa Fronza De Matos	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
12	749593	08/05/1977	Zilma Dill	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
Auxiliar de Serviços Gerais							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	745919	29/07/1992	Ana Maria Linhares De Souza	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
2	730856	24/02/1987	Ana Paula Rebelo Knihs	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
3	750345	13/08/1971	Andrea Aparecida Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
4	714517	12/09/1999	Andriele Serverio Ricardo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
5	709451	25/07/1985	Ary Henrique Santos De Macedo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
6	706182	18/02/1965	Bernadete Pereira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
7	717287	04/03/1987	Clementina Martins Alexandre	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
8	726144	26/06/1994	Daiana Lima	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1

9	713265	24/01/1985	Dayane Pereira Dos Santos	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
10	718395	10/07/1977	Ediomar Faustino Machado	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
11	745431	14/03/1999	Elen Goedert	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
12	731048	14/11/1981	Eliane Kreuch	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
13	744064	27/03/1984	Giseli InesManiniTariga	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
14	751078	13/11/2000	Graziele De Melo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
15	751081	11/09/1998	Jaqueline Aparecida Elias	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
16	744590	31/12/1985	Jaqueline Marcilio	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
17	706992	02/08/1976	Leia Aparecida Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
18	744487	23/09/1979	Luciana Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
19	708908	02/04/1991	Luiza Rodrigues Padilha Casaril	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
20	739333	17/03/1982	Marciela Da Costa Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
21	745884	08/05/1963	Maria Helena Gebert Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
22	707482	25/02/1991	Maycka Aparecida Caetano	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
23	713844	01/11/1986	Neli Thayse De Menezes GriblerKraus	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
24	721237	03/10/1982	Nilza Aparecida Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
25	747774	13/01/1994	Priscila Gomes De Amaral	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
26	707461	04/04/1986	Rodrigo Constantino	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
27	711240	06/04/1981	Sandra Terezinha Mannrich	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
28	748734	11/11/1985	Silvana Ribeiro Dos Santos	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
29	706911	02/07/1978	Sonia Tonon	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
30	727056	06/06/1985	Taciana Maichain	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
31	710475	02/05/1998	Talia De Moura Clüerici	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1

Enfermeiro

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	751417	23/04/1996	Camila Daniele Francisco	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
2	733602	01/03/1984	Eliane Raquel Koerich	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
3	743971	19/07/1984	Julia Grazieli Soares	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
4	726580	06/02/1975	Luciana Mengarda	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
5	725778	15/01/1995	Matussa Dana Müller	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
6	721689	16/03/1982	Michelle Caroline Siqueira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
7	705988	27/06/1974	Regina Kipfer	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3

Engenheiro Florestal							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	723259	24/08/1978	Alessandro Francisco Zonta	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
2	738743	06/05/1987	Allan Antunes Alvarenga	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
3	711459	12/08/1987	Diego Leonardo Holk	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
4	733810	13/09/1988	Emanuel Forlin	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
5	714768	25/02/1994	Fernanda Sabrina Abreu	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
6	750876	11/05/1990	Gabriel Bichon Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
7	750349	05/01/1988	Galdino Haas Falkenbach	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
8	731260	23/05/1991	Henrique Knupfer Costa	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
9	743549	21/02/1996	Janaina Naiara SestariVendrami	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
10	725659	13/05/1992	Joao Vitor Frigeri	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
11	718432	11/07/1989	Kaue Augusto Oliveira Nascimento	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
12	737080	06/03/1993	Marcelli Veiga	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
13	739365	28/11/1992	Marco Antonio Bento	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
14	717355	27/11/1993	Mariana Bruschi Rodrigues	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
15	746634	25/01/1988	MeblyKuhnen Heinz	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
16	738921	11/03/1995	Nadia Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
17	738164	30/04/1979	OdirleiOrlindoHass	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
18	721449	15/09/1990	Pablo DenilsonLamin	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
19	710168	07/02/1991	Renata Conegatto Paim	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
20	730721	20/02/1992	Sandra Mara Krefta	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
21	732006	07/06/1983	Silvano Wathier	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3

Farmacêutico							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	722786	04/05/1989	Bruno Da Silva Felipe	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3

Nutricionista							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	748074	20/02/1989	Carine Dehlano	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
2	709718	03/05/1990	Edmilson Oliveira Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
3	750486	05/01/1993	Jessica Caratti Soares	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
4	707769	04/05/1986	Joseane Da Silva PelentirPeters	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4

5	711605	04/07/1986	KetlynChristyn Ramos Hennich	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
6	731144	21/04/1978	Naiana Malheiro	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
Operário Braçal							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	710377	16/09/1996	Cristiano Maichain	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
2	724623	24/08/1983	Dalton Antonio Belegante	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
3	742553	10/03/1985	Dirlei Da Rosa	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
4	742488	27/07/1963	Hilario Mannrich	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
5	747921	27/06/1976	Jairo Machado	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
6	707702	01/12/1993	Lauro Henrique Machado Pereira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
7	713754	08/07/1994	Leandro Zaguini	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
8	718373	30/05/1973	Luiz AurelioFranzen	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
9	748036	05/01/1996	Maicon Medeiros	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
10	739471	02/08/1994	Marcio Santos Kochanski	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
11	748662	13/11/1979	MarcioneiPlotegcker	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
12	744601	04/01/1987	Schumacher Ruminik Wolf	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
13	706209	03/07/1971	Silvio Cesar Lamin	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
Professor 20h							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	742245	29/01/1996	AdrieneKretschmar	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
2	706709	26/05/1985	Ana Paula Prim Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
3	742250	06/11/1996	Carla Kochanski	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
4	713771	13/08/1981	Cleyciane Da Silva Dantas	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
5	725417	14/10/1978	EvanildeDemetrio	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
6	713260	24/01/1996	Felipe Alves De Souza	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
7	726607	26/07/1988	Fernanda Ferreira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
8	712095	20/03/1977	Gesseli Rech Andrade	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
9	706423	01/11/1994	Giovana Stipp	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
10	733007	09/11/1982	Greicy Tamara Hamm	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
11	741612	06/07/1982	Izabel Cristina Santiago	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
12	750915	07/03/1973	Leonete teresinha sora sezerino	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
13	718393	04/09/1992	Leticia Kniess de Souza	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5

14	707161	29/11/1995	Marcos Aurelio Junior Pinto	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
15	750644	14/04/1976	Marlete Petri	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
16	708634	17/06/1986	Roseli Mannrich Resine	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
17	729493	27/08/1981	Simone Schussler	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5

Professor de Artes							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	726234	19/09/1974	Ercleia Becker Goedert	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
2	740856	17/05/1991	Jessica DematteFranzen	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3

Professor de Educação Física							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	735759	10/01/1997	Alan Junior Farias	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
2	741280	06/04/1979	Diana Beppler	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
3	751177	05/12/1976	Elenice Kurek	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
4	714156	05/12/1996	Jonatan Garcia	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
5	742906	06/11/1987	Juliana Ribeiro Da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
6	713831	02/03/1990	Luan Gustavo Bogo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4

Psicólogo - CRAS							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	727953	08/05/1981	Amanda Loureiro Neves	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
2	749157	26/09/1994	Andreza Iolanda Dolzan	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
3	720404	28/07/1992	Barbara Evers	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
4	739550	06/05/1988	Cleidi Mara Dos Santos	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
5	733502	05/05/1990	Crislaine Roza	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
6	734452	11/04/1989	Daniela Schmitz	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
7	742501	15/03/1984	Denilse Cunha	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
8	735176	09/04/1986	Deyse Maira Kluge	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
9	735460	02/10/1989	Emanuella Matos da Silva	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
10	723080	16/11/1987	Fernando Cardoso Bertoldo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
11	721289	26/09/1992	Jucimara Seifert	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
12	729030	03/04/1996	Julia Ferrari Hobus	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
13	736689	28/01/1970	Marcelo Laurentino	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
14	750671	17/01/1973	Marcia Correa Ribeiro	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4

15	714172	25/04/1990	Mariana Schmidt Goebel	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
16	730011	09/03/1983	Miriam Dumes Weiss	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
17	738676	17/09/1959	Osmar Caxoeira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
18	706015	04/09/1993	Tamara Furlan Capelin	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
19	711067	31/05/1990	Tuana Barbosa Maciel Borges	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
Técnico em Enfermagem							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	733636	04/09/1990	AlaneLeske	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
2	707233	20/06/1982	AldrinPausen Camilo	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
3	747659	17/10/1989	Alini BeckhauserPagoti De Sousa	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
4	717293	05/07/1988	Bruna Proencio	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
5	738910	11/09/1991	Carla Franciane Francisco	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
6	745939	14/10/1985	Catiane Aparecida Oliveira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
7	721028	20/12/1990	Cristiane Andrade Borges	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
8	706579	13/11/1983	Edineia Catia De Melo Back	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
9	718693	04/07/1984	JakelineKreuschKemper	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
10	709757	23/04/1998	JalisaJhulhiane Mafra	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
11	730839	29/03/1997	Leticia Da Cruz	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
12	727016	16/12/1989	Marciane Wolf	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
13	747824	09/08/1986	Priscila Aparecida Alves	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
14	730810	23/08/1979	Rozemeri Pereira	EEB João Tolentino Júnior	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 302, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457137

DECRETO Nº. 302, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 89.925,00 (Oitenta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0003.1.003 Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física da Saúde

MODALIDADE:	(55) 4.4.90.00.0.1.0078.0000-	Aplicações Diretas	R\$	89.925,00
FONTE DE RECURSO: 01.0078.0000 – Recurso Ampliação UBS				
TOTAL			R\$	89.925,00
TOTAL GERAL			R\$	89.925,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 89.925,00 (Oitenta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na Fontes de Recurso acima descrita.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA – SC, 13 de dezembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2017 - PM.

Publicação Nº 1455735

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: IB COMÉRCIO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS LTDA

Ata de Registro de Preços: 33/2017-PM

Processo Licitatório: 98/2017-PM

Pregão Presencial: 56/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de VASOS DE FLORES".

Data da Assinatura: 13/12/2017

Data da Publicação: 14/12/2017

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

Rio do Campo

PREFEITURA

492 PORTARIA Nº 492 DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR JOSÉ CORREIA

Publicação Nº 1457061

Portaria nº. 492, de 07 de dezembro de 2017.

“Designa membros para comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar nº 04/2017, em face do Servidor de iniciais J.C”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designa os servidores, Swen Sebold, Oficial Administrativo, lotado na Secretaria de Administração, matrícula nº 33751, Alexandre Sempkowski, Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria de Agricultura, matrícula nº 33765, Marilu Moser, Trabalhador de Pecuária Polivalente, lotado na Secretaria de Agricultura, matrícula nº 33485, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar em desfavor do Servidor “J.C”, matrícula nº 64203”, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, apurem a conduta do servidor pelo motivo de possível abandono de cargo, conforme previsto no Art. 210, da lei 960 de 09 de setembro de 1994.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 08 de janeiro de 2018 para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais no dias e horários de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

493 PORTARIA Nº 493 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ALICE ALVES

Publicação Nº 1457084

Portaria nº. 493, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora ALICE ALVES”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora ALICE ALVES, matrícula nº. 34287, nomeada pela Portaria nº. 432/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

494 PORTARIA Nº 494 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ANA PAULA DE MELLO

Publicação Nº 1457087

Portaria nº. 494, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora ANA PAULA DE MELLO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora ANA PAULA DE MELLO, matrícula nº. 34290, nomeada pela Portaria nº. 468/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

495 PORTARIA Nº 495 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ÁUREA LIGIA TAMBOSI MANNRICH

Publicação Nº 1457090

Portaria nº. 495, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora ÁUREA LÍGIA TAMBOSI MANNRICH”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora ÁUREA LÍGIA TAMBOSI MANNRICH, matrícula nº. 34247, nomeada pela Portaria nº. 200/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

496 PORTARIA Nº 496 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA FERNANDA BEIGER

Publicação Nº 1457101

Portaria nº. 496, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora FERNANDA BEIGER”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora FERNANDA BEIGER, matrícula nº. 34263, nomeada pela Portaria nº. 272/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

497 PORTARIA Nº 497 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA GISELI HACKBARTH RIBEIRO

Publicação Nº 1457102

Portaria nº. 497, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora GISELI HACKBARTH RIBEIRO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora GISELI HACKBARTH RIBEIRO, matrícula nº. 34240, nomeada pela Portaria nº. 205/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

498 PORTARIA Nº 498 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA INAIR DERETTI

Publicação Nº 1457104

Portaria nº. 498, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Inair Deretti”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora INAIR DERETTI, matrícula nº. 34262, nomeada pela Portaria nº. 271/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

499 PORTARIA Nº 499 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA JAQUELINE KALESKI

Publicação Nº 1457106

Portaria nº. 499, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora JAQUELINE KALESKI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora JAQUELINE KALESKI, matrícula nº. 33341, nomeada pela Portaria nº. 387/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.
Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

500 PORTARIA Nº 500 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA JENIFFER RAMOS

Publicação Nº 1457110

Portaria nº. 500, de 08 de dezembro de 2017.
"Dispõe sobre a exoneração da servidora JENIFFER RAMOS".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora JENIFFER RAMOS, matrícula nº. 34249, nomeada pela Portaria nº. 198/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.
Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

501 PORTARIA Nº 501 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA JUSMARA BECKER

Publicação Nº 1457112

Portaria nº. 501, de 08 de dezembro de 2017.
"Dispõe sobre a exoneração da servidora JUSMARA BECKER".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora JUSMARA BECKER, matrícula nº. 34076, nomeada pela Portaria nº. 377/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.
Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

502 PORTARIA Nº 502 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARLI FLORENCIO RAMOS

Publicação Nº 1457113

Portaria nº. 502, de 08 de dezembro de 2017.
"Dispõe sobre a exoneração da servidora MARLI FLORENCIO RAMOS".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora MARLI FLORENCIO RAMOS, matrícula nº. 34242, nomeada pela Portaria nº. 202/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

503 PORTARIA N° 503 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA NEIVA KUCHLER CARARA

Publicação N° 1457116

Portaria nº. 503, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora NEIVA KUCHLER CARARA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora NEIVA KUCHLER CARARA, matrícula nº. 34246, nomeada pela Portaria nº. 208/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

504 PORTARIA N° 504 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA SANDRA ADRIANA DOS SANTOS MINETTO

Publicação N° 1457117

Portaria nº. 504, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora SANDRA ADRIANA DOS SANTOS MINETTO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora SANDRA ADRIANA DOS SANTOS MINETTO, matrícula nº. 34254, nomeada pela Portaria nº. 201/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

505 PORTARIA Nº 505 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA TEREZINHA TOMACHEVSKI

Publicação Nº 1457121

Portaria nº. 505, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora TEREZINHA TOMACHEVSKI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora TEREZINHA TOMACHEVSKI, matrícula nº. 34275, nomeada pela Portaria nº. 318/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

506 PORTARIA Nº 506 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA VALDETE NIENKOTTER MIRANDA

Publicação Nº 1457125

Portaria nº. 506, de 08 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora VALDETE NIENKOTTER MIRANDA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora VALDETE NIENKOTTER MIRANDA, matrícula nº. 34289, nomeada pela Portaria nº. 465/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

507 PORTARIA Nº 507 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA LUCIA ISRAEL

Publicação Nº 1457127

Portaria nº. 507, de 13 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Lucia Israel”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora LUCIA ISRAEL, matrícula nº. 34244, nomeada pela Portaria nº. 203/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 13 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

508 PORTARIA Nº 508 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE LUCIA APARECIDA ISRAEL

Publicação Nº 1457129

Portaria nº. 508, de 13 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a contratação de Lucia Aparecida Israel, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 004/2016, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar LUCIA APARECIDA ISRAEL, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Ensino infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 16 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 13 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

ARIEL TENFEN - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455566

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2017, firmado em 08/03/2017, com término previsto para 01/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ARIEL TENFEN, portador(a) do CPF nº 047.705.779-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 174 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/12/2017 e encerrando-se em 01/03/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ARIEL TENFEN

Contratado(a)

CARLA FRIEDRICH FERRARI - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455573

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2017, firmado em 14/11/2017, com término previsto para 21/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRIEDRICH FERRARI, portador(a) do CPF nº 928.233.000-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 21/12/2017 e encerrando-se em 21/01/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CARLA FRIEDRICH FERRARI

Contratado(a)

CENIRA TERTULIANO DE PAULA PEREIRA - 6º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455575

	6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2017, firmado em 12/05/2017, com término previsto para 18/12/2017.
<p>O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CENIRA TERTULIANO DE PAULA PEREIRA, portador(a) do CPF nº 890.007.499-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 236 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2017 e encerrando-se em 19/03/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.</p> <p>Rio do Sul, 01/12/2017.</p>	
ALEXANDRE MATOS PEREIRA Secretário Municipal de Administração e Fazenda	CENIRA TERTULIANO DE PAULA PEREIRA Contratado(a)

DECRETO Nº 6760, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455901

DECRETO Nº 6760, de 28 de novembro de 2017.

	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.
--	---

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Ordinária Municipal nº 4.801, de 09 de dezembro de 2008,

DECRETA

Art. 1º - Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas;

III - incentivar à inovação tecnológica;

IV – fomentar o desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo.

§ 1º - Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Direta do Município, os fundos especiais, as autarquias, e as fundações públicas, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º - Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estejam em situação regular junto à

Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º - O Microempreendedor Individual – MEI é modalidade de microempresa, sendo vedado impor restrições no que concerne à sua participação em licitações em função de sua natureza jurídica.

Art. 2º - Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo:

I – Poderá ser utilizada a licitação por item;

II - Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados à licitantes distintos.

§ 2º - Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no “caput”, em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo.

Art. 3º - Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou entidades contratantes:

I- terão por objetivo estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

II – deverão padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos;

III – deverão, na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região;

IV - sempre que possível, condicionar a contratação ao emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação.

Art. 4º - As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais.

§ 1º - As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º - A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 5º - Salvo razões preponderantes, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região.

Art. 6º - Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolvam produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

Art. 7º - Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 47).

Art. 8º - Para os fins do artigo anterior, os órgãos responsáveis pela licitação deverão celebrar convênios com as entidades referidas no “caput” para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação (Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, art. 47).

DO ENQUADRAMENTO

Art. 9º - Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - microempreendedor individual se dará nos termos do Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

V - sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 1º - O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 10 - Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado por este Decreto, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme modelo de declaração.

DA EXCLUSIVIDADE

Art. 11 - Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 12 - Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§1º - Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item. Assim, deve-se sempre observar os valores individualmente aplicando a exclusividade aos itens ou lotes que não excederem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 13 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§ 3º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 14 - A preferência de que trata o caput do artigo anterior será concedida da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que

porventura se enquadrem na hipótese dos §1º e 2º do art. 13, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §1º e 2º do art. 13, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§1º - No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§2º - Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será estabelecido pelo órgão ou pela entidade contratante e estará previsto no instrumento convocatório.

DO SISTEMA DE COTAS

Art. 15 - Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, ou apresentar risco à obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração Pública deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte.

§1º - O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§2º - O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º - Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º - Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 4º.

DA SUBCONTRATAÇÃO DAS MPES

Art. 16 - Nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços, a Administração Pública poderá estabelecer no instrumento convocatório a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I – o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;

II – que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III – que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no art. 2º;

IV – que a empresa contratada comprometa-se a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar inviabilidade de substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

§1º - Não será admitida a subcontratação para fornecimento de bens.

§2º - É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§3º - nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

Art. 17 - A empresa contratada responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Art. 18 - Se constar no instrumento convocatório a exigência de subcontratação, a Administração Pública deverá alertar quanto a inaplicabilidade deste instituto quando o licitante for microempresa e empresa de pequeno porte; consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei Federal 8.666/93; e consórcio composto parcialmente por microempresas

ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Art. 19 - São vedadas:

I – a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital;

II – a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;

III – a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

DA REGIONALIDADE

Art. 20 - Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I – local ou municipal: o limite geográfico do município;

II – regional: uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

- a) o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, a que pertence o próprio Município;
- b) o âmbito dos municípios, dentro do Estado, existentes dentro de um raio de distância, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município;
- c) outro critério superior aos limites geográficos do próprio Município, dentro do Estado, desde que justificado.

Art. 21 - Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

- a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;
- b) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Rio do Sul;
- c) não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Rio do Sul, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no caput, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região, conforme Art. 20, II;
- d) para a modalidade de pregão o limite previsto no caput, será verificado após a fase de lances verbais;
- e) nas licitações a que se refere o art. 16, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;
- f) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de vinte e cinco por cento estabelecido pela citada lei;
- g) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, limitado a dez por cento, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

DA REGULARIDADE FISCAL

Art. 22 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar desde logo toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º - Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

§2º - A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para fins de assinatura do contrato, à ser regulamentado pelo edital de licitação.

§3º - Para aplicação do disposto no §1º, como prazo para regularização fiscal, o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

§4º - A prorrogação do prazo previsto no §1º poderá ser concedida, a critério da Administração Pública.

§5º - A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os §1º a §4º.

§6º - A não regularização da documentação no prazo previsto nos §1º a §4º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

DA APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS

Art. 23 - Não se aplica ao dispositivo da exclusividade e subcontratação, quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente identificadas no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, ou onerar a proposta acima do valor de mercado, justificadamente no edital;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 - O disposto neste decreto aplica-se também, desde que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I - às sociedades cooperativas, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados (Lei federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, art. 34, conversão da MP nº 351, de 2007);

II - ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 3º-A, na redação da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).

Art. 25 - Poderá a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda baixar instruções complementares relativamente ao disposto neste Decreto.

Art. 26 - A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por este Decreto.

Art. 27 - Aplica-se supletivamente a este Decreto, a legislação federal pertinente.

Art. 28 - Este Decreto entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste Decreto aos processos com instrumentos convocatórios publicados antes da data de sua entrada em vigor.

Cumpra-se e publique.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/17

Publicação Nº 1456188

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Edson Nunes	Xxx.350.679-xx	149906
Jurandir Soares Pereira	Xxx.274.409-xx	151454
QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura	xx.733.490/0001-xx	167493 e 167491

Rio do Sul, 13 de Dezembro de 2017

LEONICE WITTE

Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ELISANDRA PEREIRA GROTH - 13º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455558

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, firmado em 13/08/2014, com término previsto para 04/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELISANDRA PEREIRA GROTH, portador(a) do CPF nº 002.515.870-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 331 / 2014, iniciando-se a prorrogação em 04/12/2017 e encerrando-se em 05/12/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 01/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ELISANDRA PEREIRA GROTH
Contratado(a)

GABRIELA DA SILVA - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455582

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 194/2017, firmado em 08/03/2017, com término previsto para 01/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) GABRIELA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 089.000.879-59, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 194/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 194 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/12/2017 e encerrando-se em 01/03/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 01/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

GABRIELA DA SILVA
Contratado(a)

GRAZIELE FERNANDA BRITO -4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455589

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2017, firmado em 08/03/2017, com término previsto para 01/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRAZIELE FERNANDA BRITO, portador(a) do CPF nº 006.919.969-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 184 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/12/2017 e encerrando-se em 01/03/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 01/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

GRAZIELE FERNANDA BRITO

Contratado(a)

INDIARA VANESSA CLAUDIANO DAL WITT - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455591

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2017, firmado em 08/03/2017, com término previsto para 01/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INDIARA VANESSA CLAUDIANO DAL WITT, portador(a) do CPF nº 064.640.529-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 180 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/12/2017 e encerrando-se em 01/03/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 01/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

INDIARA VANESSA CLAUDIANO DAL WITT

Contratado(a)

MARIA NELI SCHELTER- 8º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455559

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 12/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 22/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA NELI SCHELTER, portador(a) do CPF nº 927.488.139-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 12/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 12 / 2015, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2017 e encerrando-se em 06/04/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MARIA NELI SCHELTER

Contratado(a)

PORTARIA 1495/DGP

Publicação Nº 1455587

PORTARIA Nº 1495/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a READEQUAÇÃO, a partir 23/11/2017 até 25/05/2018, da servidora municipal JANE LAURENTINO SEZERINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, devendo a servidora não trabalhar com crianças MENORES de quatro anos, conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA 1496/DGP

Publicação Nº 1455590

PORTARIA Nº 1496/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1145/DGP, de 05/09/2017, pelo período de 28/11/2017 até 25/02/2018, ao servidor municipal GILBERTO JULIO VICENTE ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1497/DGP

Publicação Nº 1455593

PORTARIA Nº 1497/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 14/11/2017 até 13/12/2017, o servidor municipal DIORGENES ROBERTO XAVIER DE LIZ ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1498/DGP

Publicação Nº 1455596

PORTARIA Nº 1498/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 13/11/2017 até 12/03/2018, o servidor municipal ODALVIO LUIZ FINARDI ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1499/DGP

Publicação Nº 1455597

PORTARIA Nº 1499/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 13/11/2017 até 11/01/2018, o servidor municipal VALMIR DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1500/DGP

Publicação Nº 1455600

PORTARIA Nº 1500/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 09/01/2018 09/03/2018 a servidora DEBORA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1509/DGP

Publicação Nº 1455603

PORTARIA Nº1509/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 28/11/2017 até 27/03/2018 a servidora ELISABETH APARECIDA BERNARDO FRONZA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 684/DGP

Publicação Nº 1455574

PORTARIA Nº 0684/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 31/05/2017 29/07/2017 a servidora NEIMARA BURG, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 687/DGP

Publicação Nº 1455547

PORTARIA Nº 0687/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0521/RH, de 24/04/2017, pelo período de 16/05/2017 até 14/06/2017, a servidora municipal NADIA APARECIDA ERKMANN AGOSTINI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

RESOLUÇÃO N º 050 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456709

RESOLUÇÃO Nº 050, 08 de Dezembro de 2017.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. REGINA BAZZANI KRETZER."

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º-Homologar a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Sra. REGINA BAZZANI KRETZER, brasileira, casada, portadora da C.I. n. 1.039.799 SSP/SC e inscrita no CPF n. 477.911.369-53, residente e domiciliada na Rua Brasil, 129, Sumaré, Rio do Sul, SC., no cargo de Professora, nível C-3, com proventos integrais e paridade partir de 01/12/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e artigo 40, § 5º, da Constituição Federal.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Novembro de 2017 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 08 de Dezembro de 2017.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO N º 051 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456712

RESOLUÇÃO Nº 051, 08 de Dezembro de 2017.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. ROSELITA SEBOLD."

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º-Homologar a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. ROSELITA SEBOLD, divorciada, portadora da C.I. n. 579.762-4 e inscrita no CPF n. 668.193.779-91, residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, 1176, apto 12 – A, bairro Laranjeiras, Rio do Sul, SC., no cargo de Cirurgiã Dentista, nível H-1, com proventos integrais a última remuneração e paridade a partir de 01/12/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Novembro de 2017 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 08 de Dezembro de 2017.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO N º 052 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456714

RESOLUÇÃO Nº 052, 08 de Dezembro de 2017.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE AO SR. VALDEMIRO AGOSTINHO DE JESUS".

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º-Homologar a aposentadoria voluntária por idade ao Sr. VALDEMIRO AGOSTINHO DE JESUS, brasileiro, casado, portador da C.I. n. 800.564-8 SSP/SC, e inscrito no CPF n. 218.139.069-04, residente e domiciliado na Rua Nova Trento, 898, cx. 01, Bairro Santana, Rio do Sul, SC., baseando-se no disposto no Artigo 40º, § 1º, III, b, da Constituição Federal, no cargo de Carpinteiro, nível D-1, com proventos proporcionais, e sem paridade, a partir de 01/12/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 40º, § 1º, III, b, da Constituição Federal.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Novembro de 2017 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 08 de Dezembro de 2017.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO N º 053 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456718

RESOLUÇÃO Nº 053, 08 de Dezembro de 2017.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. SUELI APARECIDA RIBEIRO KUMMER."

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º-Homologar a aposentadoria voluntária por e tempo de contribuição à Sra. SUELI APARECIDA RIBEIRO KUMMER, brasileira, casada, portadora da C.I. n. 3.930.925 SSP/SC e inscrita no CPF n. 456.456.479-04, residente e domiciliada na Rua Georg Lucas, 474, Bairro Jardim América, Rio do Sul, SC., no cargo de Cirurgiã Dentista, nível H-1, com proventos integrais a última remuneração e paridade a partir de 01/12/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Novembro de 2017 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 08 de Dezembro de 2017.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESUMO DO ADITIVO Nº 02/069 2017

Publicação Nº 1457095

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 069/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017

OBJETO: COMBUSTÍVEL PARA FROTA RODOVIÁRIA DA MUNICIPALIDADE.

Ao primeiro (01) dia do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO R4 LTDA., estabelecida na Av. Ivo Silveira, 47, Bairro Santa Galo, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-053 inscrita no CNPJ sob o nº 03.283.593/0001-39, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu representante, Sr. Romulo Vinicius de Barba, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 056/2017, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, passando a vigência dos seguintes valores:

ITEM 01					
Fornecedor: Posto R4 Ltda.					
Preço cotado para o Item: R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos)					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			PREÇO UNITÁRIO		
Óleo Diesel Comum			3,16		
ITEM 03					
Fornecedor: Posto R4 Ltda.					
Preço cotado para o Item: R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos)					

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo Diesel S10	3,26

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RÔMULO VINICIUS DE BARBA
Rede de Postos R4 Ltda.

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SARA ROSANI VIEIRA MAYER - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455595

	4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2017, firmado em 08/03/2017, com término previsto para 01/12/2017.
<p>O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SARA ROSANI VIEIRA MAYER, portador(a) do CPF nº 897.663.000-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto</p> <p>Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência</p> <p>Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 202 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/12/2017 e encerrando-se em 01/03/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação</p> <p>Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.</p> <p>Rio do Sul, 01/12/2017.</p>	
ALEXANDRE MATOS PEREIRA Secretário Municipal de Administração e Fazenda	SARA ROSANI VIEIRA MAYER Contratado(a)

TERESINHA PEREIRA - 8º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1455562

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 10/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 22/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TERESINHA PEREIRA, portador(a) do CPF nº 683.827.669-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 10/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 10 / 2015, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2017 e encerrando-se em 06/04/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 11/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

TERESINHA PEREIRA
Contratado(a)

Romelândia

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA SELETIVO 02/2017

Publicação Nº 1455898

CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERÍODO DE FÉRIAS

A Secretaria de Educação do Município de Romelândia abre Chamada Pública para Professores interessados em atuar na Creche, JEITINHO DE SER, no período de férias, regendo-se a seleção conforme normas abaixo estabelecidas:

I - A Chamada Pública destina-se apenas aos Professores classificados no Processo Seletivo Edital nº 02/2017, com uma carga horária de 40 horas semanais, e mais reserva técnica de 20 horas semanais.

II – A chamada pública nada interferirá na classificação do processo seletivo referente edital 02/2017.

III - A contratação do Professor nesta chamada pública não interferirá na sua classificação no processo seletivo Edital nº 02/2017 para o ano letivo de 2018, que seguirá chamada normal, iniciando com o primeiro classificado, independente de ter sido contratado através da presente chamada pública.

IV - A contratação será pelo período compreendido de 03 de janeiro a 03 de fevereiro de 2018.

V - A Inscrição deverá ser efetuada na Secretaria de Educação no período de 14 e 15 de dezembro de 2017, das 7:30hs às 11:30hs e 13:30hs às 17:30hs de 2017 mediante preenchimento de formulário próprio fornecido pela Secretaria, com assinatura do candidato, sendo que as informações prestadas no formulário de inscrição são de exclusiva responsabilidade do candidato.

VI – A escolha se dará no dia 19 de dezembro de 2017 às 7:30 horas às 9:00 horas na Secretaria de Educação.

VII - O candidato selecionado que no momento da convocação não aceitar a vaga ou não comparecer no dia e horário designado será desclassificado da Chamada Pública.

VIII – A classificação se dará:

1º Pela nota do teste seletivo do edital 02/2017.

2º Participação do PNAIC 2017

3º Tempo de serviço Municipal

Romelândia – SC, 13 de dezembro de 2017.

Sérgio Dorindo Meneghini
Secretário de Educação

PREGÃO 51/2017

Publicação Nº 1456495

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2460/2017
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2017

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preço, para CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 04/01/18. Romelândia (SC), 13/12/2017. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 148/2017

Publicação Nº 1455529

DECRETO Nº 148 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.616/2017 de 12/12/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento de 2017 do Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso, conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 3350.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1102.000000

RED: 55

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a saber:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1102.000000

RED: 11

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Salto Veloso - SC, 13 de dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 149/2017

Publicação Nº 1456019

DECRETO Nº149/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.584/2016 de 05/09/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 60.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 118

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 120

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 119

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 05 de Dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 150/2017

Publicação Nº 1456020

DECRETO Nº150/2017 – DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.584/2016 de 05/09/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3171.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.200,00

Fonte: 1100.00000

RED: 102

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3372.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.200,00

Fonte: 1100.00000

RED: 106

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 05 de Dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 151/2017

Publicação Nº 1456021

DECRETO Nº 151 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.030 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Modalidade de Aplicação: 3190.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1138.000000

RED: 56

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Salto Veloso - SC, 13 de dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 152/2017

Publicação Nº 1456022

DECRETO Nº 152 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.029 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

Modalidade de Aplicação: 3390.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1138.000000

RED: 17

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Salto Veloso - SC, 13 de dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.616 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455533

LEI Nº 1.616 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento de 2017 do Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso, na seguinte programação de despesa:

03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO

2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

33500000 – Fonte 1102 – TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso, totalizando R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) a saber:

03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO

2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

33900000 – Fonte 0100 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Código Reduzido - 11

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 12 de dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 264/2017

Publicação Nº 1457157

DECRETO Nº 264/2017

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado horário especial de atendimento em todas as repartições municipais nos dias 22 de dezembro de 2017 e 29 de dezembro de 2017, os quais terão expediente das 07:00 horas às 13:00 horas.

Art. 2º. No dia 02 de janeiro de 2018 o atendimento será das 13:00 horas as 19:00 horas.

Art. 3º No período em que perdurar o horário especial de atendimento será disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão para encaminhamento dos pacientes com necessidades médicas a hospitais da região.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso/SC, 13 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

LEI MUNICIPAL Nº. 1362/2017

Publicação Nº 1457151

LEI Nº 1362 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos				
28	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.1.037000 Construção de quadra escolar completa				
112	0301	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades dos serviços urbanos				
69	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
127	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.273,71

65	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
155120040.2.034000 Manutenção dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
72	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.800,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
138	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.426,29

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos reais), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das Atividades do Depto de Administração				
15	0100	3.3.93.00.00.0000	Aplicações Diretas Dec de Op. Entre órgãos	2.800,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.1.04100 Construção de Núcleo Escolar Completa				
113	0301	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.273,71
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.058000 Manutenção das atividades do CRAS				
94	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.426,29
95	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.056000 Manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
92	0100	3.2.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 13 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LEI MUNICIPAL Nº. 1363/2017

Publicação Nº 1457152

LEI Nº 1363 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes

120.00.00.00.00 Receitas de Contribuições

1230.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
75	0108	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 13 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LEI MUNICIPAL Nº.1361/2017

Publicação Nº 1457148

LEI Nº 1361 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Cria o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Terezinha do Progresso e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Cria o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Terezinha do Progresso destinado à captação a aplicação de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal da Infância e Adolescência a quem compete a sua administração.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 13 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

Publicação Nº 1456746

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 96/2017
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:30 horas do dia 27 de dezembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, e-mail: compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 14 de Dezembro de 2017.
Derli Furtado
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2017

Publicação Nº 1456759

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 99/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 27 de dezembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Aquisição de produtos químicos para manutenção das atividades da Estação de Tratamento de Água do município de Santa Terezinha do Progresso - SC.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, e-mail: compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 14 de Dezembro de 2017.
Derli Furtado
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 597/2017

Publicação Nº 1457136

DECRETO Nº 0597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DECRETO Nº 1463/2016 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1837, de 22 de maio de 2007,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1463, de 27 de setembro de 2016, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

II - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Michele Lino D'Oliveira Luiz Schlogl - Titular
- b) Karina Ivana Keil - Suplente

VI - Defesa Civil:

- a) Jari Pereira - Titular
- b) Maria Eneir Correa Schpak - Suplente

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 598/2017

Publicação Nº 1457140

DECRETO Nº 0598, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DECRETO Nº 1298/2016 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMAD

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3082/2012,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1298, de 06 de abril de 2016, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

VIII – Representante da Gerência Estadual de Educação:

Marilei Méri Schloegl Fianco – Titular

Valmor Fernandes – Suplente

(...)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

ERRATAS 14/12

Publicação Nº 1456140

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 2749/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 15 de outubro de 2017" leia-se "4 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2750/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 16 de outubro de 2017" leia-se "8 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2751/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 17 de outubro de 2017" leia-se "9 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2752/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 18 de outubro de 2017" leia-se "9 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2753/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 19 de outubro de 2017" leia-se 11 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2754/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 20 de outubro de 2017" leia-se "13 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2755/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 21 de outubro de 2017" leia-se "14 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2756/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 22 de outubro de 2017" leia-se "16 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2757/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 23 de outubro de 2017" leia-se "16 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2758/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 24 de outubro de 2017" leia-se "18 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2759/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 25 de outubro de 2017" leia-se "18 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2760/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 26 de outubro de 2017" leia-se "21 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2761/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 27 de outubro de 2017" leia-se "25 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2762/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 28 de outubro de 2017" leia-se "26 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2763/2017, no DOM nº 2405, de 11 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "a partir de 29 de outubro de 2017" leia-se "30 de novembro de 2017".

Na publicação da Portaria nº 2740/2017, no DOM nº 2402, de 6 de dezembro de 2017, pág. 850, no local que se lê "Portaria nº 2707" leia-se "Portaria nº 2708".

LEI Nº 3865/2017

Publicação Nº 1456446

LEI Nº 3865, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO BENTO DO SUL, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS, DIRETRIZES E DEFINIÇÕES

Artigo 1o – A preservação do patrimônio histórico do Município de São Bento do Sul é dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo único – O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico do Município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim.

Artigo 2o – O patrimônio histórico do Município de São Bento do Sul é constituído por bens móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.

Artigo 3o – Para os efeitos de aplicação desta lei, fica estabelecida como definição de entorno, as áreas envoltórias em um raio de 50 (cinquenta) metros do imóvel tombado.

Artigo 4o – O município procederá o tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio histórico segundo os procedimentos e regulamentos desta lei, através do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico (COMPAH).

Artigo 5o – Ficam instituídos os seguintes livros de Tombo Municipal destinados à inscrição dos bens que o COMPAH considerar de interesse de preservação para o Município:

I – Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológicas, etnográficas e popular;

II – Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e arquitetônico.

III – Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluem na categoria de artes aplicadas, nacionais, estrangeiras e obras de arte históricas;

IV – Livro do Tombo das Artes Populares, os bens relacionados com manifestações folclóricas, musicais e características de épocas e regiões do Município.

Artigo 6o – As edificações com mais de 50 (cinquenta) anos, não poderão sofrer intervenções de qualquer natureza sem a prévia autorização do Município, sendo que a não observância deste disposto implicará nas sanções previstas no artigo 31 e seguintes.

Artigos 7o – O COMPAH deverá no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por igual período, emitir decisão sobre os pedidos de demolição, reforma, ampliação e tombamento, de imóveis com mais de 50 (cinquenta) anos, quando provocada.

Parágrafo único – Para aferir a idade dos imóveis poderão ser utilizados documentos públicos ou particulares, fotografias, relatos ou qualquer outro elemento que possa atestar a idade do imóvel.

CAPÍTULO II

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Artigo 8o – Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, de caráter deliberativo e consultivo, integrante do Departamento de Cultura.

§1o – O conselho será composto pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul na condição de Presidente, pelo Diretor do Departamento de Turismo, na condição de Secretário, pelo Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, e por mais 02 (dois) integrantes do quadro efetivo da administração pública municipal, lotados nas Secretarias Municipais de Educação, Planejamento e Urbanismo e Fundação Cultural a serem designados pelo prefeito, além de outros 04 (quatro) membros nomeados pelo Prefeito Municipal por indicação do Diretor Presidente da Fundação Cultural.

§2o – Entre os 04 (quatro) membros nomeados pelo Prefeito deverá haver 01 (um) historiador com formação completa em nível superior em história, 01 (um) arquiteto pós-graduado em preservação do patrimônio histórico e na sua falta um arquiteto devidamente inscrito no órgão de classe e os demais deverão ser escolhidos por seu notório conhecimento nas áreas de cultura, artes e história de São Bento do Sul, dentre membros da sociedade civil municipal.

§3o – O exercício das funções de Conselheiro é considerado de relevante interesse público e não poderá ser remunerado, devendo o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico se reunir mensalmente para deliberar sobre os pedidos de demolição, reforma, ampliação e tombamento.

§4o – O Conselho elaborará o seu regimento interno no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da posse de seus Conselheiros.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE TOMBAMENTO

Artigo 9o – O processo de tombamento será instaurado por iniciativa:

- a) Do Município;
- b) Do proprietário;
- c) Do COMPAH;
- d) De qualquer do povo.

§1º – Nos casos das alíneas "a", "b", "c" deste artigo, o requerimento será dirigido à Secretaria de Planejamento e Urbanismo, quando se tratar do livro do tombo histórico, sendo que a partir da data do protocolo o imóvel não poderá sofrer qualquer intervenção sob pena das sanções previstas no artigo 31 da presente lei.

§ 2º – Na hipótese da alínea "d", o requerimento será igualmente dirigido à Secretaria de Planejamento e Urbanismo, quando versar sobre bem imóvel, sendo que o protocolo não impede qualquer modificação no imóvel, a não ser que haja deliberação do COMPAH em sentido contrário, caso em que incorrerão as sanções previstas no artigo 31 e seguintes.

§3º – Os requerimentos de tombamento, exceto os enquadrados no livro do tombo histórico, serão protocolados na Fundação Cultural.

Artigo 10 – O pedido de tombamento será instruído com documentação e descrição para individualização do bem, sendo de responsabilidade do requerente a identificação exata da coisa tombada não podendo ser anônima.

Artigo 11 – Nas hipóteses das alíneas "a", "c" e "d" do artigo 9º, o proprietário será notificado pelo Correio, através de aviso de recebimento (AR) para, no prazo de 20 (vinte) dias, oferecer impugnação.

Parágrafo único – Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra o proprietário, a notificação far-se-á por edital, publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios e ao menos duas vezes em jornal de circulação diária no município.

Artigo 12 – Aos imóveis localizados no entorno de bens imóveis tombados aplica-se o disposto nos artigos 6º e 7º.

Artigo 13 – Instaurado o processo de tombamento, passam a incidir sobre os bens as limitações ou restrições administrativas próprias do regimento de preservação de bem tombado, até decisão final.

Artigo 14 – Decorrido o prazo, havendo ou não impugnação, o processo será encaminhado ao COMPAH para julgamento.

Parágrafo único – O prazo final para julgamento, a partir da data de entrada do processo no COMPAH, será de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por igual período, se necessárias medidas externas.

Artigo 15 – Na decisão do COMPAH que determinar o tombamento deverá constar:

I – Descrição do bem.

II – Fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro Tombo.

III – Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações.

IV – As limitações impostas ao entorno do bem tombado, quando necessário.

V – No caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do município.

VI – No caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Artigo 16 – A decisão do COMPAH que determina a inscrição definitiva do bem no Livro do Tombo será publicada no Diário Oficial dos Municípios, oficiada ao registro de imóveis para as respectivas averbações nos bens imóveis e ao registro de Títulos e Documentos para os bens móveis.

Parágrafo único – Havendo restrições impostas aos bens do entorno será oficiado o registro de imóveis para as averbações das matérias respectivas.

Artigo 17 – Se a decisão do COMPAH for contrária ao tombamento, imediatamente serão suspensas as limitações impostas pelo artigo 6º da presente lei.

CAPÍTULO IV

PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS

Artigo 18 – Cabe ao proprietário do bem tombado a sua proteção e conservação, segundo os preceitos de determinações desta lei e do COMPAH.

Artigo 19 – O bem tombado não poderá ser descaracterizado.

§ 1º – A restauração, reparação, conservação ou alteração do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do COMPAH, cabendo a Fundação Cultural e Secretaria de Planejamento e Urbanismo a conveniente orientação e acompanhamento de sua execução.

§ 2º – A inobservância do parágrafo primeiro ensejará a aplicação das sanções previstas no artigo 31 e seguintes da presente lei.

Artigo 20 – As construções, demolições, paisagismo no entorno do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento. Em caso de dúvida ou omissão deverá ser ouvido o COMPAH.

Artigo 21 – Ouvido o COMPAH, a Secretaria de Planejamento e Urbanismo em conjunto com Departamento de Cultura, poderá determinar ao proprietário a execução de obras imprescindíveis à conservação do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término.

Artigo 22 – Se o proprietário do bem tombado não cumprir o prazo fixado para início da obra, a Prefeitura Municipal executará, lançando em dívida ativa o montante expendido, procedendo com os expedientes de cobrança.

Parágrafo único – A execução por parte da prefeitura dependerá da existência de recursos específicos para este fim.

Artigo 23 – As obras de que trata o artigo anterior poderão ser dispensadas de pagamento se o proprietário comprovar não poder fazê-lo sem comprometer o próprio sustento e não tiver outro imóvel além do tombado.

Artigo 24 – O Poder Municipal pode limitar o uso do bem tombado, e ou de sua vizinhança, quando houver risco de dano, ainda que importe em cassação de alvará.

Artigo 25 – Os bens tombados de propriedade do município podem ser entregues com permissão de uso a particulares, sendo estabelecidas premissas para o uso e preservação pelo COMPAH.

Artigo 26 – No caso de extravio ou furto de bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao COMPAH, no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 27 – O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado ao Departamento de Cultura pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Artigo 28 – No caso de alienação onerosa, o Município tem preferência para adquirir o bem tombado, em igualdade de condições com terceiros.

Artigo 29 – Nas hipóteses dos artigos 27 e 28, não sendo de conhecimento do município a alienação, poderá o Município, depositando o preço, haver para si o bem tombado, se o requerer no prazo de cento e oitenta dias a contar da alienação, sob pena de decadência.

Artigo 30 – O Poder Público Municipal, concederá os seguintes benefícios aos proprietários de bens imóveis tombados:

a) Isenção de IPTU;

b) Isenção de ISSQN nos casos em que ocorrer a reparação, conservação e reforma de edifícios, nos termos da Lei Complementar Federal nº 116/2003;

c) Isenção de ITBI.

Parágrafo único – Os benefícios previstos neste artigo serão condicionados à preservação e restauração do bem tombado devendo o mesmo estar em ótimo estado de conservação e pintura.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Artigo 31 – Nas hipóteses em que ocorrer intervenção de qualquer natureza em imóveis com mais de 50 (cinquenta) anos, sem prévia autorização do Município, incidirá multa de 100 (cem) salários mínimos;

§ 1º – Nos casos de demolição parcial, total, ou ainda modificações que impliquem na perda ou desaparecimento do valor histórico, cultural, arqueológico, artístico ou natural, a multa será majorada para o valor comercial da edificação antes da demolição, valor este a ser fixado por avaliador oficial do Município.

§ 2º – Nas situações previstas no parágrafo 1º, o infrator ainda será compelido a proceder com a reconstrução nos mesmos moldes da construção original.

§ 3º – A multa poderá ser cancelada caso o COMPAH delibere pela inexistência dos critérios para tombamento.

Artigo 32 – Qualquer intervenção sem autorização do Município em imóveis tombados, implicará em multa de 100 (cem) salários mínimos, além de reconstrução para restabelecer o estado anterior do imóvel.

Parágrafo único – Se houver demolição total e/ou parcial no imóvel tombado, a multa será majorada para o valor comercial da edificação antes da demolição, valor este a ser fixado por avaliador oficial do Município, além de ser compelido a proceder com a reconstrução do imóvel nos mesmos moldes da construção original.

Artigo 33 – Os imóveis com averbações nos termos do artigo 16, deverão submeter-se aos critérios dos artigos 6º e 7º, caso venham a sofrer intervenção.

Parágrafo único – O descumprimento do caput implicará ao infrator as sanções previstas no artigo 32.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34 – Os setores responsáveis pela concessão de alvarás de funcionamento e sanitário não poderão fornecê-los sem antes verificar se o imóvel possui mais de 50 (cinquenta) anos de edificação.

Parágrafo único – No caso dos imóveis com mais de 50 (cinquenta) anos, a emissão dos alvarás ficará condicionada ao parecer favorável do COMPAH.

Artigo 35 – A aplicação da multa não desobriga à conservação, restauração ou reconstrução do bem tombado.

Artigo 36 – Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem

observância do entorno ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retiradas.

Parágrafo único – Se o responsável não o fizer no prazo determinado pelo departamento de Cultura e Secretaria de Planejamento e Urbanismo, o Poder Público o fará e será ressarcido pelo responsável.

Artigo 37 – Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano ao bem tombado, responderá pelos custos de restauração ou reconstrução.

Artigo 38 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se subsidiariamente o Código de Obras nº 1677/2006 no que couber.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 3866/2017

Publicação Nº 1456447

LEI Nº 3866, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O NÚCLEO DE APOIO À VIDA DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO para a consecução de finalidades de interesse público com o Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul – NAVISBS, inscrita no CNPJ sob nº 28.691.936/0001-25.

§ 1º O Termo de Colaboração de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que é parte integrante desta Lei.

§ 2º A contrapartida da entidade beneficiada será realizada através do atendimento gratuito à população visando à prevenção do suicídio, por meio do número de telefone 188.

§ 3º O presente acordo de cooperação não envolve repasse de recursos financeiros.

Art. 2º O Acordo de Cooperação de que trata esta lei atenderá, na integralidade, o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

MINUTA DE INSTRUMENTO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O NÚCLEO DE APOIO À VIDA – NAVISBS

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n. 86.051.398/0001-00, com sede e foro na Rua Jorge Lacerda n. 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito MAGNO BOLLMANN, portador do RG n. 543.185 e do CPF n. 019.658.839-15, e do outro lado o NÚCLEO DE APOIO À VIDA DE SÃO BENTO DO SUL, ligado ao Centro de Valorização à Vida – CVV, associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 28.691.936/0001-25, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 230, sala 302, CEP 89.280-178, São Bento do Sul/SC, neste ato representada pelo Vice-Presidente, Sr. Ângelo Celeski, brasileiro, advogado, portador do RG nº 47939796 e inscrito no CPF sob nº 317.936.229-49, residente e domiciliado na cidade de São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e com as disposições contidas nos autos do processo administrativo nº 7848/2017, além das normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto à mútua cooperação entre o Município de São Bento do Sul e o Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul visando a prevenção do suicídio na cidade, competindo ao Município de São Bento do Sul ceder, a título de comodato, o espaço público adequado ao desenvolvimento do trabalho, na forma do Plano de Trabalho apresentado no processo administrativo nº 7948/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 – Este Termo terá como gestor do NÚCLEO DE APOIO À VIDA DE SÃO BENTO DO SUL o(a) SR(A). _____, portador(a) do CPF nº _____, o(a) qual se responsabiliza, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na cooperação.

2.2 – O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL nomeia como gestor do presente Termo de Cooperação o(a) SR(A). _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, conforme Portaria nº _____.

2.3 – O responsável pela gestão do Acordo de Cooperação poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar

informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Termo de Cooperação. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, despesas com o local cedido para o desenvolvimento do trabalho, comunicação, publicidade, etc., correrão por conta do Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul. Os serviços decorrentes do presente termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS COOPERADOS

4.1 – SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL:

- Disponibilizar ao Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul uma sala no piso superior do Centro Cultural Dr. Genésio Tureck ou em outro local adequado para que a entidade desenvolva as atividades de interesse público;
- Dar publicidade ao presente Termo de Cooperação através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;
- Fiscalizar o presente Termo de Cooperação, nos exatos moldes da Lei nº 13.019/14;
- Comunicar formalmente ao Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

4.2 – SÃO OBRIGAÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO À VIDA DE SÃO BENTO DO SUL:

- Utilizar-se do local cedido pelo Município de São Bento do Sul com a finalidade única de prestar o serviço disposto no Plano de Trabalho apresentado no Processo Administrativo nº 7948/2017, com o objetivo de prevenir o suicídio;
- Promover o pagamento pontual das despesas decorrentes da utilização e manutenção do espaço cedido pelo Município de São Bento do Sul;
- Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do Termo de Cooperação original antes do término e com a devida justificativa;
- Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social, legislação trabalhista, responsabilização civil e quaisquer outras eventualmente decorrentes deste Termo de Cooperação;
- Dispor de corpo técnico necessário para atender voluntariamente a população;
- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município de São Bento do Sul e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do serviço, sem nenhuma responsabilidade do Município de São Bento do Sul;
- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo Município de São Bento do Sul, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Quanto à necessidade de prestar contas ao Município de São Bento do Sul, o Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul deverá observar o disposto na Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação é de 3 (três) anos, podendo ser alterado na forma do artigo 55 da Lei nº 13.019/14, bem como poderá ser rescindido a qualquer tempo pelas partes com aviso prévio que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, sem quaisquer ônus ao Município de São Bento do Sul e ao Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

ÂNGELO CELESKI

Presidente Interino do Núcleo de Apoio à Vida de São Bento do Sul

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

LEI Nº 3867/2017

Publicação Nº 1456449

LEI Nº 3867, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ACRESCE DISPOSITIVO NA LEI Nº 2.427, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica crescido o § 3º no artigo 1º da Lei nº 2.427, de 12 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

“§ 3º Os serviços previstos no subitem 07.02 da lista de serviços anexa à Lei nº 1.398, de 27 de setembro de 2005, serão isentos do pagamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN quando se tratar de programas, projetos e empreendimentos promovidos, exclusivamente, pelo órgão responsável pelo setor de habitação de interesse social do município.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 3868/2017

Publicação Nº 1456450

LEI Nº 3868, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 3855, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE DENOMINA DE LEÔNIDAS RUDNICK, RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do Art. 1º da Lei 3855, de 11 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica denominada de Leônidas Rudnick, Rua do Município, com extensão de 195,00 metros por 12,00 metros de largura, lateral da Rua Max John, Bairro Bela Aliança, conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2811/2017

Publicação Nº 1457142

PORTARIA Nº 2811, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA AUTENTICAR FOTOCÓPIAS DE DOCUMENTOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, a servidora SAMARA DE SIQUEIRA MAROS, ocupante do cargo de Recepcionista, matrícula nº 36736, a autenticar fotocópias de documentos dos Editais de Chamada Pública do Fundo Municipal de Saúde, cujos originais são apresentados na Secretaria Municipal de Saúde, registrando na cópia dos referidos documentos que confere com o original.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA DE SAÚDE SOBRE 2º QUADRIMESTRE DE 2017**

Publicação Nº 1456035

E D I T A L

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que o Secretário Municipal de Saúde, Senhor Manuel Rodriguez Del Olmo, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Relatório do 2º Quadrimestre de 2017.

Data: 08 de Dezembro de 2017

Hora: 15:00 hs

Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 04 de Dezembro de 2017.

Edimar Geraldo Salomon

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Jaime Pedro Ferreira de Lima

Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 152/2017

Publicação Nº 1456757

DECRETO N.º 152 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 4º, Parágrafo Primeiro, Inciso I da Lei Municipal n.º 1797/2016 de 06 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte a ser distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Desenvolvimento do Ensino e do Conhecimento	4
Atividade	Manutenção das Atividades Educacionais do Ensino Fundamental	2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(77)	Aplicação Direta - 3.1.90	01.0018 – Transferências do FUNDEB
Valor Total R\$:		100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2017 na destinação de Recursos DR nº 01.0018 – Transferências do FUNDEB no valor de R\$- 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 08 de Dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO PREFE N. 054 DE 13/12/2017

Publicação Nº 1455849

CONTRATO N. 054/2017

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017

CONTRATO PREFE n. 0054 DE 13/12/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2018

DESCRIÇÃO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE Santa Catarina, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

CPF/CNPJ: 09.427.503/0001-12

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2018

DECRETO Nº 257 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456226

DECRETO Nº 257 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016 e Lei Municipal nº Lei Nº 1810, de 20 de Outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no Orçamento de 2017 da Prefeitura Municipal na seguinte programação de despesa:

Para a Programação de Despesa:

Órgão: 07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 06.181.1009.2.041 – Manutenção do Corpo de Bombeiros

Modalidade de Aplicação: 3330.00.00.00.00.00 – Transferência à Estados e ao Distrito Federal: R\$ 100.000,00

Das Programações de Despesas:

Órgão: 07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.451.1.009.1.014 – Pavimentação de Vias Públicas

Modalidade de Aplicação: 4490.00.00.00.00.00 – 48 - Aplicações Diretas:
R\$ 60.000,00

Órgão: 07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.1009.2.013 – Manutenção das Atividades da Sec. De Transportes Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3190.00.00.00.00.00 – 54 - Aplicações Diretas:
R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

DECRETO Nº 259, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456148

DECRETO Nº 259, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui e regulamenta o uso da nota fiscal eletrônica no Município de São Domingos.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente o art. 100, VI e o art. 145, III; e pelo art. 30 da Lei Complementar 09, de 22 de dezembro de 2003; e:

- Considerando que a legislação tributária é composta pelas leis, decretos e normas complementares, nos termos do art. 96 do Código Tributário Nacional;
- Considerando que a nota fiscal é obrigação tributária acessória, destinada a fiscalização da obrigação principal;
- Considerando que as obrigações acessórias podem ser definidas pela legislação tributária como um todo, nos termos do art. 113, §2º do Código Tributário Nacional;
- Considerando a necessidade de modernização da escrita fiscal e instituição da nota fiscal eletrônica; e
- Considerando que o art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 09, de 22 de dezembro de 2003, determina que cabe a regulamento definir a forma da escrita fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de São Domingos, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital ou senha de acesso do emitente e autorização de uso fornecida pelo Setor de Fiscalização e Tributação do Município.

CAPÍTULO I**DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

Art. 2º São obrigados a emitir a NFS-e todos os contribuintes estabelecidos ou cadastrados como contribuintes de ISSQN no Município de São Domingos, exceto os que tenham autorização para emissão de notas conjugada de ICMS e ISS.

Parágrafo único. Os contribuintes que ainda possuam bloco de notas ou formulários impressos devem, até o prazo máximo de 1º de fevereiro de 2018, efetuar seu cadastramento para emissão da nota fiscal eletrônica e apresentar ao fisco municipal todos os blocos de nota e/ou formulários em sua posse.

CAPÍTULO II**DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e****Seção I****Do Acesso pelo Contribuinte**

Art. 3º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º Para obter acesso ao sistema de que trata este Decreto, os contribuintes deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.saodomingos.sc.gov.br.

Art. 5º Depois do cadastramento o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e apresentá-lo à Secretaria da Fazenda, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 6º Após a solicitação de acesso e comprovação, pela Secretaria da Fazenda, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativaperante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterà as seguintes funções:

I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II**Do Acesso pela Administração Fazendária**

Art. 10 O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterà dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11 A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao Diretor do Departamento de Fiscalização de Tributos ou a quem ele

delegar por ato legal, a qual conterà as seguintes funções:

I – Habilitar e desabilitar usuários;

II – Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III – Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 12 Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPITULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICANFS-e

Art. 13 A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas FísicasCPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa JurídicaCNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas FísicasCPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa JurídicaCNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado conforme os fatos geradores previstos na lei municipal;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de São Domingos, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei tributária.

c) retenção de ISS na fonte;

d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;

g) número e data do Recibo Provisório de ServiçosRPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º A NFS-e conterà, no cabeçalho, as expressões "Município de São Domingos" e "Nota Fiscal Eletrônica de ServiçosNFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§4º A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 14 A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.saodomingos.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços devidamente cadastrados pelo Município.

Parágrafo Único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15 As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria da Fazenda.

Art. 16 Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17 Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Art. 18 É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e no setor de tributos, até o limite de duas notas por mês, devendo recolher o ISSQN referente a cada nota fiscal em guia própria do Município.

Parágrafo único. O fisco pode liberar o acesso para emissão da nota fiscal eletrônica para a pessoa física, nos mesmos moldes que os demais contribuintes.

Art. 19 A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

Art. 20 Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais – NFS-e.

Art. 21 A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico <http://www.saodomingos.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a

operação.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 22 Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

Art. 23 Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º A Carta de Correção Eletrônica – CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS

Art. 24 Nos casos previstos na legislação, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I – identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III – numeração sequencial;

IV – série;

V – a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25 O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26 O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos neste Decreto.

§ 1º O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§ 3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividade, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal da Fazenda, a critério do contribuinte.

§ 6º Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria da Fazenda disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico www.saodomingos.sc.gov.br.

Art. 27 – A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será definida mediante Decreto.

Art. 28 Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação tributária.

§ 4º Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§ 5º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas.

Art. 29 Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal da Fazenda (“on-line”).

Art. 30 O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, pela Legislação Estadual – RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II – as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente – RICMS/SC;

III – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Art. 31 As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Art. 32 A partir da vigência desta legislação, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta norma.

§ 1º Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

§ 2º As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

Art. 33 A partir da vigência desta legislação, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços RPS.

Art. 34 É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo único - Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 35. No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

CAPÍTULO V

Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC

Art. 36 Fica instituída a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC”, de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 37 As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados neste Decreto.

Art. 38 A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária.

Art. 39 A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I – CPF/CNPJ do prestador;

II – endereço do prestador e do tomador;

III – CPF/CNPJ do tomador;

IV – e-mail do tomador;

V – o valor dos serviços prestados;

VI – o enquadramento na lista de serviços; e

VII – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

CAPÍTULO VI

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 40 A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41 Para efeito deste Decreto, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria da Fazenda pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 42 No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

I – mudança de endereço; e

II – mudança de ramo de atividade.

Art. 43 A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 08 de dezembro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda - Designada

DECRETO Nº 263, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456854

DECRETO Nº 263, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795, de 24/11/16;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional pelo superávit financeiro e adiciona o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), na seguinte programação de despesa:

07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
06.181.1009.2.039 – Manutenção das Atividades da Polícia Civil				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	129	03.0000	2.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) da Fonte de 03.0000 – recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 11 de Dezembro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda - Designada

São Francisco do Sul

PREFEITURA

18 - ATA REUNIÃO CONSELHO ADMINISTRATIVO 06 12 2017

Publicação Nº 1456300

Ata da 18ª Reunião do Conselho Administrativo do IPRESF
Reunião Ordinária – 18/2017

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (06/12/2017), às 10:30, na Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do
9	Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-A; reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircelha dos Santos, Roberson Alberto
10	Maciel, Eduarda Alcione da Silva Kirchhoff da Rocha, Maximilian ScharImitzel e Ausência do Conselheiro Antônio Mário Pereira; Na ordem do dia
11	consta análise e votação da Política de Investimentos, apontamentos das análises dos relatórios financeiros dos meses Julho, agosto e setembro
12	de 2017, e por solicitação da Gestão do Ipresf, processo de contribuições e dos repasses efetuados pela Samae. O Conselheiro Roberson, inicia
13	com a apresentação do Relatório da Política de Investimentos em auxílio ao Comitê de Investimentos, com a presença da Sra. Luciane Janaina
14	Cardoso Romão presidente do Comitê de Investimentos, o assunto é extremamente complexo, elaborado pela empresa de consultoria contrata-
15	da SMI Consultoria e Investimentos, após a apresentação de todos os itens, este conselho aprova por unanimidade, com o devido documento
16	em anexo. Em seguida, foram apresentados os relatórios das Prestação de Contas dos meses, Julho, agosto e o mês de setembro/2017, mês de
17	Julho analisado pela Conselheira Eduarda, questionados algumas contas contábeis com valores expressivos, solicitados de imediatos os esclare-
18	cimentos dos apontamentos ao responsável pela contabilização (Sr. Luciano – Contador) o qual explanou e elucidou-as, a Conselheira questiona
19	sobre os índices dos percentuais que estão muito próximos aos limites dos valores orçados. Observa a necessidade do ajuste da alíquota patronal
20	para equalizar os itens apontados. Em análise o mês de agosto analisado pelo Conselheiro Max, sem ressalvas, para o mês de setembro está
21	em posse do Conselheiro Antônio Mario, que será apresentado na próxima reunião devido a sua ausência. Foi sugerido a criação de um relatório
22	para análise das informações GERAIS do Ipresf, apontados por todos Conselheiros, será analisado a construção e apresentação de RELATÓRIO
23	GERENCIAL pela conselheira Beatris, para próxima reunião. A Conselheira Beatris inicia a explanação da necessidade da emissão de Resolu-
24	ção para "Compensação de valores" para equalizar a situação da SAMAE, apurados valores pagos da contribuição do servidor e patronal de 04
25	(quatro) servidores não efetivos desta autarquia para o IPRESF, e valores referente ao Auxílio Doença pagos pelo IPRESF a 01 servidor, solicita a
26	análise e aprovação para emissão de RESOLUÇÃO. Assim, devido a necessidade de mais tempo para analisar a necessidade da Gestão do Ipresf
27	e pela Ausência de 01 (um) Conselheiro a Presidente, Sra. Eduarda, convocou todos para reunião extraordinária no próximo dia 13 de dezembro,
28	quarta-feira, às 10:00, para que seja cumprida a pauta desta reunião. Nada mais havendo a ser acrescentado, a reunião foi dada por encerrada
29	às 12:45. Assim, eu Beatris Dircelha dos Santos, secretária deste Conselho, digitei a presente ata, que segue em três vias para providências.
30	
31	
32	
33	
34	

Eduarda Alcione da S. K. da Rocha PRESIDENTE	1	Beatris Dircelha dos Santos SECRETÁRIA
---	---	---

Antônio Mário Pereira CONSELHEIRO	Roberson Alberto Maciel CONSELHEIRO
Maximilian ScharImitzel CONSELHEIRO	Luciane Janaína Cardoso Romão Presidente Comitê de Investimentos
Luciano Moreira da Silva Contador – IPRESF Visitante	Visitante

DECRETO Nº 2.751/2017

Publicação Nº 1456076

DECRETO Nº 2.751, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
INSTITUI PONTO FACULTATIVO EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DE NATAL E DE ANO NOVO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 59, inciso VI, e artigo 84, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Ponto Facultativo, em virtude das festividades de Natal e de Ano Novo, nos dias 21, 22, 26, 27, 28 e 29 de Dezembro de 2017, nas Repartições Públicas Municipais, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvados os serviços considerados de caráter essencial, tais como: coleta de lixo e plantão da Secretaria Municipal dos Balneários e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. São também considerados serviços de caráter essencial os Centros de Atendimento ao Turista, localizados no Centro Histórico, Enseada e Rocio Grande, Museu Histórico, Museu de Arte Sacra e o Parque Ecológico Municipal 'Celso Amorim Salazar Pessoa'.

Art. 2º Os órgãos administrativos responsáveis pelos serviços considerados de caráter essencial deverão manter escalas de modo que seja assegurada a prestação ininterrupta dos mesmos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 13 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

CALENDÁRIO RECESSO 2017

20/12/2017	4ª Feira	Último dia de expediente de 2017
21/12/2017	5ª Feira	Ponto Facultativo
22/12/2017	6ª Feira	Ponto Facultativo
23/12/2017	Sábado	
24/12/2017	Domingo	
25/12/2017	2ª Feira	Feriado Nacional
26/12/2017	3ª Feira	Ponto Facultativo
27/12/2017	4ª Feira	Ponto Facultativo
28/12/2017	5ª Feira	Ponto Facultativo
29/12/2017	6ª Feira	Ponto Facultativo
30/12/2017	Sábado	
31/12/2017	Domingo	
1º/01/2018	2ª Feira	Feriado Nacional
02/01/2018	3ª Feira	Primeiro dia de expediente de 2018

ERRATA PP 112-2017

Publicação Nº 1456017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Serviços de transmissão de dados, voz e vídeo por fibra óptica interligando diversas unidades de governo a rede mundial de computadores (INTERNET), contemplando a administração direta e indireta.

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, o Termo de Referência, Anexo I do edital em epígrafe, sofreu alterações. O novo Termo de Referência estará disponível no site da Prefeitura: www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

Devido essas alterações a data de abertura do certame que estava prevista para 14/12/2017 às 10h, fica prorrogada para 19/12/2017 às 08h30.

São Francisco do Sul, 13 de dezembro de 2017.

Julio Eloi da Silva
Secretário Municipal de Administração

LICENCAS_REQUERIDAS_SMMA_NOVEMBRO_2017_

Publicação Nº 1456787

A secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Francisco do Sul, em cumprimento ao § 1º, do art. 10 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterado pelo art. 20 da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, vem, por meio do Boletim oficial do Município, dar publicidade aos pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão, referente ao mês de novembro de 2017.

LICENÇAS AMBIENTAIS REQUERIDAS – SMMA/Novembro 2017

Protocolo	Data de abertura	Empreendedor	Requerente	Tipo de Licença	Atividade/Empreendimento
18749/2017	01/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Corte de vegetação
18887/2017	01/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Corte de vegetação
18893/2017	01/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Corte de vegetação
9239/2017	06/11/2017	Luiz Arnaldo Martins	Luiz Arnaldo Martins	AuS	Corte de vegetação
19519/2017	09/11/2017	Soraya Lopes Ledoux Schmidt	Soraya Lopes Ledoux Schmidt	AuS	Corte de vegetação
14110/2017	10/11/2017	Renato Antonio Trierweiler	Renato Antonio Trierweiler	AuS	Corte de vegetação
18463/2017	10/11/2017	Ari Meneghetti	Ari Meneghetti	CCA	Unidades habitacionais
18822/2017	10/11/2017	JM Gerenciadora de Hotelaria Guaratuba LTDA	JM Gerenciadora de Hotelaria Guaratuba LTDA	DA	Escritório
19758/2017	10/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Corte de vegetação
19668/2017	10/11/2017	Marileis Gema Bavaresco	Marileis Gema Bavaresco	AuA	Lavanderia
19757/2017	10/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Corte de vegetação
18897/2017	10/11/2017	José Koprowski	José Koprowski	AuS	Limpeza de terreno
19492/2017	10/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuA	Temporada Verão
18669/2017	10/11/2017	Edwirges Szczepanik de Lara	Edwirges Szczepanik de Lara	CCA	Unidades habitacionais
14544/2017	10/11/2017	Edson Carmo Barbosa da Silva	Edson Carmo Barbosa da Silva	CCA	Unidades habitacionais
19413/2017	10/11/2017	Alisson Cassio de Souza - ME	Alisson Cassio de Souza - ME	AuA	Stammtisch 2017
20514/2017	21/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Corte de árvore
19943/2017	21/11/2017	Thayane Letícia dos Passos Persike	Thayane Letícia dos Passos Persike	AuA	evento da praia
19930/2017	21/11/2017	Evelise Tavares Alves	Evelise Tavares Alves	AuS	Corte de árvore
19955/2017	21/11/2017	Osvaldo Pereira	Osvaldo Pereira	AuS	Corte de árvore
19614/2017	21/11/2017	Imoveis BR LTDA	Imoveis BR LTDA	Cerinf	Certidão Ambiental
9658/2017	27/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de Árvore de Risco
19757/2017	27/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de Árvore de Risco
20514/2017	27/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de Árvore de Risco
18296/2017	20/10/2017	Abecker Incorporações LTDA - ME	Abecker Incorporações LTDA - ME	CCA	Unidades habitacionais
20024/2017	27/11/2017	Luiz Domingos Breda	Luiz Domingos Breda	-	Vistoria
20703/2017	27/11/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de Árvore de Risco
19756/2017	27/11/2017	Hata Armazens e Logistica LTDA	Hata Armazens e Logistica LTDA	LAP	Terminal Retroportuário
19755/2017	27/11/2017	Hana Armazens e Serviços LTDA	Hana Armazens e Serviços LTDA	LAP	Terminal Retroportuário
20694/2017	27/11/2017	Auto Posto Roldan LTDA	Auto Posto Roldan LTDA	LAO	Auto Posto de Combustível
20367/2017	27/11/2017	Allan Calil	Allan Calil	AuA	Evento na Praia

EGENDA:

SEINFRA: Secretaria de Infraestrutura e Planejamento

AUC: Autorização para Corte
 PMSFS: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul
 DA: Dispensa de Licenciamento Ambiental
 Específica: 1) Limitado ao período da atividade ou execução do empreendimento. 2) Até sua normatização.
 CCA: Cadastro de Conformidade Ambiental
 LAI: Licença Ambiental de Instalação
 LAP: Licença Ambiental Prévia
 LAO: Licença Ambiental de Operação

LICENCAS_REQUERIDAS_SMMA_OUTUBRO_2017

Publicação Nº 1456783

A secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Francisco do Sul, em cumprimento ao § 1º, do art. 10 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterado pelo art. 20 da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, vem, por meio do Boletim oficial do Município, dar publicidade aos pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão, referente ao mês de Outubro de 2017.

LICENÇAS AMBIENTAIS REQUERIDAS – SMMA/Outubro 2017

Protocolo	Data de abertura	Empreendedor	Requerente	Tipo de Licença	Atividade/empreendimento
16516/2017	02/10/2017	Ayrton de Carvalho Bastos	Ayrton de Carvalho Bastos	AuS	Poda de vegetação
16645/2017	02/10/2017	Timbro (SC) Comércio Exterior LTDA	Timbro (SC) Comércio Exterior LTDA	DA	Sala comercial
16647/2017	02/10/2017	Timbro Comércio Exterior LTDA	Timbro Comércio Exterior LTDA	DA	Sala comercial
16648/2017	02/10/2017	Timbro Distribuidora LTDA	Timbro Distribuidora LTDA	DA	Sala comercial
16699/2017	02/10/2017	Adriano Santos da Silva	Adriano Santos da Silva	AuA	Evento na praia
16918/2017	02/10/2017	PMSFS	PMSFS	AuA	Feira do Produtor
17300/2017	13/10/2017	Paulo Roberto Correa	Paulo Roberto Correa	AuA	Rancho de Pesca
17368/2017	13/10/2017	Felipe de Carvalho	Felipe de Carvalho	CCA	Renovação de CCA - Unividade habitacionais
4751/2017	13/10/2017	José Dorval Costa	José Dorval Costa	AuA	Transporte de madeira
12827/2017	13/10/2017	Aldo Germano Franco	Aldo Germano Franco	CCA	unidades habitacionais
14841/2017	13/10/2017	Giulliano Paolo Canello	Giulliano Paolo Canello	CCA	unidades habitacionais
16188/2017	13/10/2017	Carlos Roberto da Silva Marinho	Carlos Roberto da Silva Marinho	CCA	unidades habitacionais
17111/2017	13/10/2017	Alexandre da Silva Pereira	Alexandre da Silva Pereira	CCA	unidades habitacionais
17252/2017	13/10/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de vegetação
17915/2017	16/10/2017	Stockargo Terminal de Cargas LTDA	Stockargo Terminal de Cargas LTDA	AuS	Supressão de Vegetação Exótica
17652/2017	10/10/2017	Ivone C. de Oliveira Barreni	Ivone C. de Oliveira Barreni	AuS	Limpeza de Terreno
juntada 510/2017	12/09/2017	Fernanda Bernardes Leal Nunes	Fernanda Bernardes Leal Nunes	Cancelamento de CCA	Cancelamento de CCA 92/2013
17911/2017	16/10/2017	Carlos Alberto Ferreira Dias	Carlos Alberto Ferreira Dias	Diversas	Remoção de lixeira - Panificadora São Francisco
16737/2017	17/10/2017	Iraci Albano	Iraci Albano	AuS	Limpeza de Terreno
17944/2017	17/10/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Limpeza de Terreno
17976/2017	17/10/2017	Rafaella Empreiteira e Incorporadora LTDA - EPP	Rafaella Empreiteira e Incorporadora LTDA - EPP	DA	Desmembramento
18437/2017	17/10/2017	PMSFS	PMSFS	AuS	Limpeza de Terreno
18094/2017	18/10/2017	Zport Operadores Portuários LTDA	Zport Operadores Portuários LTDA	LAP	Misturadora

EGENDA:

SEINFRA: Secretaria de Infraestrutura e Planejamento

AUC: Autorização para Corte

PMSFS: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

DA: Dispensa de Licenciamento Ambiental

Específica: 1) Limitado ao período da atividade ou execução do empreendimento. 2) Até sua normatização.

CCA: Cadastro de Conformidade Ambiental

LAI: Licença Ambiental de Instalação

LAP: Licença Ambiental Prévia

LAO: Licença Ambiental de Operação

LICENCIAS_EMITIDAS_SMMA_NOVEMBRO_2017_

Publicação Nº 1456791

A secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Francisco do Sul, em cumprimento ao § 1º, do art. 10 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterado pelo art. 20 da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, vem, por meio do Boletim oficial do Município, dar publicidade aos pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão, referente ao mês de novembro de 2017.

LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS – SMMA/novembro de 2017

Data de Emissão	Número da Licença	Validade	Processo	Parecer Técnico	Empreendedor	Requerente	Tipo da Licença	Código da Atividade
01/11/2017	061/2017	01/02/2018	17944/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
05/11/2017	050/2017	05/11/2021	12716/2017	1358/2017	Viação Verdes Mares Ltda	Viação Verdes Mares Ltda	LAO	Tanque autônomo de combustível
05/11/2017	051/2017	05/11/2021	15415/2016	198/2015	Praticagem São Francisco S/S LTDA	Praticagem São Francisco S/S LTDA	LAO	Tanque autônomo de combustível
06/11/2017	063/2017	06/02/2018	19239/2017	-	Luiz Arnaldo Martins	Luiz Arnaldo Martins	AuS	Poda de árvore
06/11/2017	056/2017	31/02/2018	3512/2015	1361/2017	PMSFS	PMSFS	AuA	Feira do Produtor Franciscense
09/11/2017	064/2017	09/02/2018	18893/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
10/11/2017	003/2017	10/02/2018	14110/2016	-	Renato Antonio TYrierweiler	Renato Antonio TYrierweiler	AuS	Transporte de árvores
10/11/2017	005/2017	10/02/2018	14110/2016	-	Renato Antonio TYrierweiler	Renato Antonio TYrierweiler	AuS	Supressão de Vegetação
10/11/2017	015/2017	10/11/2018	17976/2017	1370/2017	Rafaella Empreiteira e Incorporadora Ltda	Rafaella Empreiteira e Incorporadora Ltda	DA	Desmembramento
14/11/2017	057/2017	15/11/2017	3512/2015	1435/2017	Insano Academia LTDA	Insano Academia LTDA	AuA	Evento na praia
17/11/2017	074/2017	17/11/2019	18463/2017	1436/2017	Ari Meneghetti	Ari Meneghetti	CCA	Condomínio comercial
17/11/2017	075/2017	17/11/2019	17368/2017	1460/2017	Felipe de Carvalho	Felipe de Carvalho	CCA	Condomínio comercial
17/11/2017	053/2017	17/11/2021	6254/2017	1459/2017	Auto Posto Tambores Ltda - EPP	Auto Posto Tambores Ltda - EPP	LAO	Comércio de combustíveis
20/11/2017	003/2017	20/02/2018	19519/201	-	Soraya Lopes Ledoux Schimdt	Soraya Lopes Ledoux Schimdt	AuS	Remoção de árvores mortas
20/11/2017	058/2017	31/03/2018	19492/2017	1361/2017	PMSFS	PMSFS	AuA	Temporada verão
20/11/2017	069/2017	11/05/2018	6651/2016	618/2017	Thyago Moretti Pollnow	Thyago Moretti Pollnow	CCA	Lavação de veículos
20/11/2017	012/2017	20/11/2019	16648/2017	1235/2017	Timbro Distribuidora Ltda	Timbro Distribuidora Ltda	DA	Atividades administrativas
20/11/2017	013/2017	20/11/2019	16645/2017	1236/2017	Timbro Distribuidora Ltda	Timbro Distribuidora Ltda	DA	Atividades administrativas
20/11/2017	014/2017	20/11/2019	16647/2017	1237/2017	Timbro Distribuidora Ltda	Timbro Distribuidora Ltda	DA	Atividades administrativas
22/11/2017	004/2017	22/02/2018	4751/2017	-	José Dorval Costa	José Dorval Costa	AuS	Transporte de árvores
22/11/2017	059/2017	22/11/2018	19744/2017	1483/2017	PMSFS	PMSFS	AuA	Sistema de drenagem
23/11/2017	052/2017	23/11/2018	15679/2017	1434/2017	Claudio Leiva Gomes Ltda.	Claudio Leiva Gomes Ltda.	LAP	Reciclagem de resíduos

24/11/2017	062/2017	24/02/2018	9658/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
24/11/2017	065/2017	24/02/2018	20514/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
24/11/2017	076/2017	17/11/2019	18296/2017	1475/2017	Abecker Incorporação Ltda	Abecker Incorporação Ltda	CCA	Unidades habitacionais
24/11/2017	077/2017	17/11/2019	12827/2017	1260/2017	Germano Franco	Germano Franco	CCA	Unidades habitacionais
24/11/2017	078/2017	24/11/2019	15053/2017	1085/2017	Heitor Schumacer e outros	Heitor Schumacer e outros	CCA	Unidades habitacionais
24/11/2017	054/2017	24/11/2021	17104/2016	1529/2017	Comunidade Terapêutica Abrigo Divina Misericórdia	Comunidade Terapêutica Abrigo Divina Misericórdia	LAO	Reciclagem de resíduos
24/11/2017	055/2017	24/11/2018	18094/2017	1540/2017	Zport Operadores Portuários LTDA	Zport Operadores Portuários LTDA	LAP	Misturadora
27/11/2017	066/2017	27/02/2018	19757/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
27/11/2017	060/2017	09/12/2017	19413/2017	1541/2017	Alisson Cassio de Souza	Alisson Cassio de Souza	AuA	Evento na praia
27/11/2017	061/2017	22/12/2017	19943/2017	1543/2017	Thayane Leticia dos Passos Persike	Thayane Leticia dos Passos Persike	AuA	Evento na praia
27/11/2017	016/2017	27/11/2019	19668/2017	1542/2017	Marielis Gema Bavaresco	Marielis Gema Bavaresco	DA	Lavanderia de roupas
30/11/2017	001/2017	30/02/2018	3512/2015		MD&AP Fértil Ltda	MD&AP Fértil Ltda	AuC	Corte de árvores
30/11/2017	017/2017	30/11/2019	16124/2017	1574/2017	JM Gerenciadora de Hotelaria Guaratuba LTDA	JM Gerenciadora de Hotelaria Guaratuba LTDA	DA	Lavanderia de roupas

SEINFRA: Secretaria de Infraestrutura e Planejamento

AUC: Autorização para Corte

PMSFS: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

DA: Dispensa de Licenciamento Ambiental

Específica: 1) Limitado ao período da atividade ou execução do empreendimento. 2) Até sua normatização.

CCA: Cadastro de Conformidade Ambiental

LAP: Licença Ambiental Prévia

LAI: Licença Ambiental de Instalação

LICENCIAS_EMITIDAS_SMMA_OUTUBRO_2017

Publicação Nº 1456789

A secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Francisco do Sul, em cumprimento ao § 1º, do art. 10 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterado pelo art. 20 da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, vem, por meio do Boletim oficial do Município, dar publicidade aos pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão, referente ao mês de outubro de 2017.

LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS – SMMA/Outubro de 2017

Data de Emissão	Número da Licença	Validade	Processo	Parecer Técnico	Empreendedor	Requerente	Tipo da Licença	Código da Atividade
02/10/2017	051/2017	02/01/2018	11152/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
02/10/2017	052/2017	02/01/2018	11148/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
02/10/2017	009/2017	02/10/2019	16660/2017	1195/2017	Dois Irmãos Ferreira Comercio de Gás Ltda	Dois Irmãos Ferreira Comercio de Gás Ltda	DA	Atividades administrativas
02/10/2017	045/2017	06/07/2019	3001/2015	-	Geovane Mathias Lopes Clara	Geovane Mathias Lopes Clara	LAO	Comércio de Combustíveis

04/10/2017	003/2017	04/01/2018	17432/2016	-	ZANCHET MON-TAGENS LTDA.	ZANCHET MONTA-GENS LTDA.	AuS	Supressão de Vege-tação
04/10/2017	001/2017	04/01/2018	17622/2015	-	Marco Aurélio Simões	Marco Aurélio Simões	AuS	Supressão de Vege-tação
04/10/2017	002/2017	04/01/2018	17619/2015	-	Marco Aurélio Simões	Marco Aurélio Simões	AuS	Supressão de Vege-tação
05/10/2017	053/2017	05/01/2018	10951/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
05/10/2017	054/2017	05/01/2018	16185/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
05/10/2017	055/2017	05/01/2018	16424/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
05/10/2017	056/2017	05/01/2018	16922/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
05/10/2017	010/2017	05/10/2019	16124/2017	1177/2017	G2W Engenharia LTDA	G2W Engenharia LTDA	DA	Atividades administra-tivas
06/10/2017	051/2017	06/10/2020	13325/2016	1210/2017	Guilherme da Silva Oliveira	Guilherme da Silva Oliveira	AuA	Rancho de pesca
06/10/2017	046/2017	03/07/2019	13669/2017	1187/2017	Água de São Francisco do Sul LTDA	Água de São Fran-cisco do Sul LTDA	LAO	Estação de Tratamento de Água
09/10/2017	052/2017	12/10/2020	16797/2017	1217/2017	Anne Elise Varela	Anne Elise Varela	AuA	Evento
11/10/2017	001/2017	11/01/2018	17652/2017	-	Ivone C. de Olivei-ra Barreni	Ivone C. de Oliveira Barreni	AuS	Remoção de árvore morta
11/10/2017	063/2017	11/10/2019	15850/2017	1215/2017	Michael do Prado	Michael do Prado	CCA	Unidades habitacionais
11/10/2017	011/2017	11/10/2019	15636/2017	1212/2017	Saveiros Ca-muyranos Servi-ços Maritimos S/A	Saveiros Camuyra-nos Serviços Mariti-mos S/A	DA	Armazenamento de produtos não perigosos
11/10/2017	047/2017	11/10/2020	17420/2017	1221/2017	Munch Participa-ções Societárias e Administradora de Bens LTDA.	Munch Participa-ções Societárias e Administradora de Bens LTDA.	LAI	Unidades Habitacionais
16/10/2017	004/2017	16/01/2018	17915/2017	-	STOCKARGO TERMINAL DE CARGAS LTDA.	STOCKARGO TER-MINAL DE CARGAS LTDA.	AuS	Supressão de Vege-tação
16/10/2017	064/2017	16/10/2019	13513/2017	1061/2017	Claudio Bernardo Koaski	Claudio Bernardo Koaski	CCA	Atividades de solda
18/10/2017	065/2017	18/10/2019	1758/2015	610/2017	Cristina de Paula Lima	Cristina de Paula Lima	CCA	Lavação de veículos
19/10/2017	048/2017	19/10/2021	3940/2017	467/2017	Posto Agricopel Ltda	Posto Agricopel Ltda	LAO	Comércio de combustíveis
20/10/2017	053/2017	21/10/2017	16699/2017	1261/2017	Adriano Santos da Silva	Adriano Santos da Silva	AuA	Evento
20/10/2017	066/2017	20/10/2019	13238/2015	1043/2017	Leatrice Pavan	Leatrice Pavan	CCA	Unidades habitacionais
20/10/2017	067/2017	20/10/2019	13208/2015	1058/2017	Diego Gabriel da Costa	Diego Gabriel da Costa	CCA	Unidades habitacionais
23/10/2017	054/2017	23/10/2020	14746/2017	1267/2017	Jose Alfredo de Oliveira	Jose Alfredo de Oliveira	AuA	Rancho de pesca
25/10/2017	057/2017	25/01/2018	15892/2017	-	Luciana Censi Elias	Luciana Censi Elias	AuS	Poda de árvore
25/10/2017	068/2017	27/01/2018	826/2015	79/2017	Ludigo Engenha-ria e Construções Ltda	Ludigo Engenharia e Construções Ltda	CCA	Unidades habitacionais
25/10/2017	070/2017	27/01/2018	826/2015	79/2017	Ludigo Engenha-ria e Construções Ltda	Ludigo Engenharia e Construções Ltda	CCA	Unidades habitacionais
26/10/2017	055/2017	23/10/2020	18750/2017	1309/2017	PMSFS	PMSFS	AuA	Remoção de bobina
26/10/2017	049/2017	26/10/2021	14872/2017	1308/2017	INCORPORADORA FRANCESCHET LTDA	INCORPORADORA FRANCESCHET LTDA	LAO	Unidades Habitacionais
27/10/2017	058/2017	27/01/2018	15892/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore

27/10/2017	059/2017	27/01/2018	17252/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
27/10/2017	060/2017	27/01/2018	18437/2017	-	PMSFS	PMSFS	AuS	Poda de árvore
27/10/2017	071/2017	27/10/2019	13046/2017	998/2017	Tarcizio Tontini	Tarcizio Tontini	CCA	Hotelaria
27/10/2017	072/2017	27/10/2019	14841/2017	1292/2017	Giulliano Paolo Canello	Giulliano Paolo Canello	CCA	Unidades habitacionais
27/10/2017	073/2017	27/10/2019	16188/2017	1298/2017	Carlos Roberto Marinho	Carlos Roberto Marinho	CCA	Unidades habitacionais

SEINFRA: Secretaria de Infraestrutura e Planejamento

AUC: Autorização para Corte

PMSFS: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

DA: Dispensa de Licenciamento Ambiental

Específica: 1) Limitado ao período da atividade ou execução do empreendimento. 2) Até sua normatização.

CCA: Cadastro de Conformidade Ambiental

LAP: Licença Ambiental Prévia

LAI: Licença Ambiental de Instalação

PORTARIA Nº 14.634/2017

Publicação Nº 1457108

PORTARIA nº 14.634, de 7 de dezembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 147, da Lei Complementar nº 8/2003, e o Decisório Final no Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2017, instaurado pela Portaria nº 14.363, de 28 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º ADVERTIR a servidora OLINDA PEREIRA LINHARES, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, com matrícula nº 230006, inscrita no CPF sob o nº 291.788.439-87, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, com infração prevista no artigo 126, I, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 7 de dezembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.635/2017

Publicação Nº 1457111

PORTARIA nº 14.635, de 8 de dezembro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de analisar e julgar os documentos referentes ao Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 016/2017 – Enfermeiro:

I – Titulares:

- ARISTEU MIGUEL PARTICA – Agente de Obras e Serviços;
- ALEXANDRE DO ROSÁRIO – Técnico em Segurança do Trabalho;
- MERY ELISA SIQUEIRA JACINTHO FERREIRA – Auxiliar Executivo.

II – Suplente:

- CIBELY KÜHL – Assistente Executivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 8 de dezembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PP 117-2017

Publicação Nº 1456014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 117/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.448 de 30 de agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 do dia 09 de janeiro de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. O presente edital tem por objeto a aquisição de materiais para o trator da gerencia de agricultura, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 09 de janeiro de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 08h30 do dia 09 de janeiro de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: imediato.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	11005 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável – Gerencia de Agricultura
Projeto Atividade	2019– Manutenção das Atividades Operacionais da Gerencia de Agricultura
Vínculo do Recurso	100000 – Recursos Ordinários
Elemento de Despesa	44905240 – Maquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Minuta de Contrato

Anexo VII – Modelo de retirada do Edital

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São

Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosulsc.gov.br, link PREGÕES E LICITAÇÕES, ou www.diariomunicipal.sc.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 117/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 117/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada de cada item, características e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

a) serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa

da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada por funcionário autorizado pela Gerência de Agricultura, comprovando a entrega do objeto.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;

- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 14 de dezembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de implementos agrícolas para o trator da Gerência de Agricultura.

2. OBJETIVO / FINALIDADE

Adquirir materiais necessários para o trator da Gerência de Agricultura.

3. JUSTIFICATIVA

Contratação de Empresa para aquisição de implementos agrícolas necessários para atender aos agricultores da região de São Francisco do Sul – Santa Catarina. Os implementos serão incorporados a estrutura do trator desta Gerência de Agricultura.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE ÚNICO						
Item	Qtde	Descrição dos Produtos	Um	Pr. Unit.	Pr. Total	
1	1	Grade 32 Discos em X Hidráulica (potência necessária 75cv)	Un	8.823,33	8.823,33	
2	1	Subsolador 5 Hastes (potência necessária 75cv)	Un	5.533,33	5.533,33	
VALOR TOTAL MÉDIO			R\$14.356,67			

5. FORMA DE PAGAMENTO

Em até 30 dias, após o recebimento dos materiais com apresentação da nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

6. FORMA DE ENTREGA

Conforme solicitação da Gerência de Agricultura.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

Imediato.

8. LOCAL DE ENTREGA

Gerência de Agricultura - Rua Barão do Rio Branco, 217, Centro, São Francisco do Sul – SC, CEP 89240-000.

Rogério Lourenço Strege
Gerente de Agricultura

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade

RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 117/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017, cujo objeto é a aquisição de materiais para o trator da gerencia de agricultura, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 117/2017

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 117/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 117/2017 que a Proponente
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de
....., Estado , na Rua/Av (endereço completo), não
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VII
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET
PREGÃO Nº 117/2017

Senhor Licitante,
Visando comunicação futura entre o Fundo Municipal de Saúde e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega
do edital e remeter ao Setor de Licitação por meio do e-mail: licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br
A não remessa do recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como
de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____
C.N.P.J. nº _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____
Pessoa para contato: _____
Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.
Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

PP 118-2017

Publicação Nº 1456016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
LICITAÇÃO Nº 118/2017

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.118 de 30 de março de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 horas do dia 10 de janeiro de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de jogos de chapas de ardósia para o Cemitério Municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até 08h30 do dia 10 de janeiro de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08h30 do dia 10 de janeiro de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Entrega única, em até 15 (quinze) dias após a homologação do processo.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: O Prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias após a homologação do processo e deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, à Rua Dom Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635, bairro Acaraí, São Francisco do Sul – SC.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1501 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Gerência de Obras
Projeto Atividade	1026 – Manutenção De Convênio de Trânsito com a Polícia
Elemento de Despesa	33903024 – Material para manutenção bens imóveis
Vínculo do Recurso	1390000 – Fundo Especial de Petróleo

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Idoneidade e de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital.

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 118/2017

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO N° 118/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

14. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo

recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA ENTREGA

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será o vencedor convocado proceder a entrega dos itens licitados.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I – Entregar os itens licitados conforme sua proposta ofertada no dia do certame e Termo de Referência (Anexo I) do edital;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado em uma única vez, após a entrega de toda mercadoria, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;

- e) cometer fraude fiscal;
- f) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à empresa licitante, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a licitante praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) pela inadequabilidade do (s) objeto (s) ou produto (s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) pela inexecução total da entrega ou por infração de qualquer outro item do edital não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) pela recusa em entregar o objeto, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) as penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) as multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Licitante.

22.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.6. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância

aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 14 de dezembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de jogos de chapas de ardósias para o Cemitério Público Municipal do Município de São Francisco do Sul, consignado ao orçamento de 2018.

2. OBJETIVO/FINALIDADE

Manutenção e prevenção de gavetas mortuárias do Cemitério Público Municipal do município de São Francisco do Sul.

3. JUSTIFICATIVA

Há necessidade constante do fornecimento desse material para dar continuidade de manutenção, prevenção de possíveis avarias e construção de novas caixas (Gavetas) para os sepultamentos no Cemitério Público Municipal de São Francisco do Sul e dar assistência para os outros cemitérios sendo eles o da Villa da Glória e o dos Balneários.

4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Os valores unitários dos lotes estimados para a aquisição pretendida deverão obedecer à planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência – Item 5 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, tendo como base a média obtida em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

LOTE Único – Aquisição Chapas Ardósias

Item	Especificações	Und.	Quantidade	Média unitária	Média dos Orçamentos
01	Jogo com 05 peças rachada dois lados pedra natural 0,90 x 0,55 x 0,03cm	PÇS	350	R\$ 105,00	R\$ 36,015. 00
02	Peça Pedra usinada lixada 0,80 x 0,60 x 0,03cm	PÇS	350	R\$ 18,67	R\$ 6.533,33

Valor Total do Lote Único – R\$ 43.283,33 (Quarenta e três mil duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

OBSERVAÇÃO: todos os itens do lote único deverão conter indicação individualizada e características dos materiais que estejam sendo cotado, que deverá estar de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

6. LOCAIS PARA ENTREGA

- Secretaria Municipal de Obras, localizada na Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 - Bairro Acaraí, São Francisco do Sul;

7. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

A mercadoria deverá ser entregue de imediato, na sede da Secretaria de Obras, localizada na Rua Dom Fernando & Trejo, nº 635, Acaraí, após a solicitação da Assessoria Administrativa da Secretaria de Obras.

8. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em uma única vez, após a entrega de toda a mercadoria, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira
Secretário Municipal de Obras

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(es) do(s) outorgante(s) Sr(a) , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr (a) , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 118/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017, cujo objeto é Aquisição de jogos de chapas de ardósias para o Cemitério Municipal do Município, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 118/2017

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições

estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 118/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 118/2017 que a Proponente
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de
....., Estado , na Rua/Av (endereço completo), não
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**ATA DA 18ª REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF**

Publicação Nº 1456123

Ata da 18ª Reunião do Conselho Administrativo do IPRESF
Reunião Ordinária – 18/2017

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (06/12/2017), às 10:30, na Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do
9	Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-A; reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircelha dos Santos, Roberson Alberto
10	Maciel, Eduarda Alcione da Silva Kirchchoff da Rocha, Maximilian ScharImitzel e Ausência do Conselheiro Antônio Mário Pereira; Na ordem do dia
11	consta análise e votação da Política de Investimentos, apontamentos das análises dos relatórios financeiros dos meses Julho, agosto e setembro
12	de 2017, e por solicitação da Gestão do Ipresf, processo de contribuições e dos repasses efetuados pela Samae. O Conselheiro Roberson, inicia
13	com a apresentação do Relatório da Política de Investimentos em auxílio ao Comitê de Investimentos, com a presença da Sra. Luciane Janaina
14	Cardoso Romão presidente do Comitê de Investimentos, o assunto é extremamente complexo, elaborado pela empresa de consultoria contrata-
15	da SMI Consultoria e Investimentos, após a apresentação de todos os itens, este conselho aprova por unanimidade, com o devido documento
16	em anexo. Em seguida, foram apresentados os relatórios das Prestação de Contas dos meses, Julho, agosto e o mês de setembro/2017, mês de
17	Julho analisado pela Conselheira Eduarda, questionados algumas contas contábeis com valores expressivos, solicitados de imediatos os esclare-
18	cimentos dos apontamentos ao responsável pela contabilização (Sr. Luciano – Contador) o qual explanou e elucidou-as, a Conselheira questiona
19	sobre os índices dos percentuais que estão muito próximos aos limites dos valores orçados. Observa a necessidade do ajuste da alíquota patronal
20	para equalizar os itens apontados. Em análise o mês de agosto analisado pelo Conselheiro Max, sem ressalvas, para o mês de setembro está
21	em posse do Conselheiro Antônio Mario, que será apresentado na próxima reunião devido a sua ausência. Foi sugerido a criação de um relatório
22	para análise das informações GERAIS do Ipresf, apontados por todos Conselheiros, será analisado a construção e apresentação de RELATÓRIO
23	GERENCIAL pela conselheira Beatris, para próxima reunião. A Conselheira Beatris inicia a explanação da necessidade da emissão de Resolu-
24	ção para "Compensação de valores" para equalizar a situação da SAMAE, apurados valores pagos da contribuição do servidor e patronal de 04
25	(quatro) servidores não efetivos desta autarquia para o IPRESF, e valores referente ao Auxílio Doença pagos pelo IPRESF a 01 servidor, solicita a
26	análise e aprovação para emissão de RESOLUÇÃO. Assim, devido a necessidade de mais tempo para analisar a necessidade da Gestão do Ipresf
27	e pela Ausência de 01 (um) Conselheiro a Presidente, Sra. Eduarda, convocou todos para reunião extraordinária no próximo dia 13 de dezembro,
28	quarta-feira, às 10:00, para que seja cumprida a pauta desta reunião. Nada mais havendo a ser acrescentado, a reunião foi dada por encerrada
29	às 12:45. Assim, eu Beatris Dircelha dos Santos, secretária deste Conselho, digitei a presente ata, que segue em três vias para providências.
30	
31	
32	
33	
34	

Eduarda Alcione da S. K. da Rocha PRESIDENTE	1	Beatris Dircelha dos Santos SECRETÁRIA
---	---	---

Antônio Mário Pereira CONSELHEIRO	Roberson Alberto Maciel CONSELHEIRO
Maximilian ScharImitzel CONSELHEIRO	Luciane Janaína Cardoso Romão Presidente Comitê de Investimentos
Luciano Moreira da Silva Contador – IPRESF Visitante	Visitante

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

Publicação Nº 1456120

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017**

A Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, Estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, onde o objeto é a "AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL".

DATA DE ABERTURA: 27/12/2017 às 09h00min.

LOCAL: Sede da Fundação IPRESF, sito a Rua Barão do Rio Branco, 377, sala 200 – Centro. São Francisco do Sul – SC.

O edital completo estará disponível nos sites: www.saofranciscodosul.sc.gov.br, www.ipresf.com.br ou para retirada na sede do IPRESF.

São Francisco do Sul - SC, 14 de dezembro de 2017.

Beatris Dircelha dos Santos

Diretora Presidente

Portaria nº 13.798 01/02/2017

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 004/IPRESJB/2017

Publicação Nº 1455929

Extrato do Contrato nº 004/IPRESJB/2017

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de São João Batista – IPRESJB; Contratada: KRAUSE Consultores Associados S/S Ltda ME – CNPJ nº 03.448.633/0001-55; Processo Licitatório 004/IPRESJB/2017 – Pregão Presencial nº 003/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - IPRESJB; Valor global: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais); Item orçamentário / Projeto: (2) 3.3.90.35.01.00.00.00.00; Data da assinatura: 13/12/2017; Vigência: 12 meses.

EXTRATO DO CONTRATO 140/PMSJB/2017

Publicação Nº 1455551

Extrato do Contrato nº 140/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 152/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 012/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CARLOS RICARDO VICENTAINER, CENTRO, COM CERCA DE 130,00 METROS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 148.813,22 (cento e quarenta e oito mil oitocentos e treze reais e vinte e dois centavos); Dotação orçamentária: BADESC – (Contrato de Empréstimo nº 2015031301); Data da assinatura: 12/12/2017; Vigência: 22/01/2018 a 22/01/2018

EXTRATO DO CONTRATO 141/PMSJB/2017

Publicação Nº 1455553

Extrato do Contrato nº 141/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 152/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 012/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA DOMINGOS LÚCIO FARIAS, CENTRO, COM CERCA DE 240,00 METROS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 333.966,25 (trezentos e trinta e três mil novecentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos); Dotação orçamentária: BADESC – (Contrato de Empréstimo nº 2015031301); Data da assinatura: 12/12/2017; Vigência: 22/01/2018 a 21/07/2018

EXTRATO DO CONTRATO 142/PMSJB/2017

Publicação Nº 1455554

Extrato do Contrato nº 142/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 152/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 012/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA DAVI HAMES, TAJUBA II, COM CERCA DE 65,00 METROS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 77.432,47 (setenta e sete mil quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos); Dotação orçamentária: BADESC – (Contrato de Empréstimo nº 2015031301); Data da assinatura: 12/12/2017; Vigência: 22/01/2018 a 21/02/2018

EXTRATO DO CONTRATO 174/PMSJB/2017

Publicação Nº 1455710

Extrato do Contrato nº 143/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina SEBRAE/SC – CNPJ nº 82.515.859/0001-06; Processo Licitatório 174/PMSJB/2017 – Dispensa nº 009/PMSJB/2017; Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DA CADEIA PRODUTIVA DA MODA E AO INCREMENTO DE

SUA COMPETITIVIDADE; Valor global: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); Item orçamentário / Projeto: (117) 3.3.90.35.01.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 13/12/2017; Vigência: 31/12/2018.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/SISAM/2017

Publicação Nº 1456251

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 010/SISAM/2017

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Extração de Areia Coleoni LTDA – CNPJ nº 02.420.815/0000-55; Processo Licitatório 007/SISAM/2017 - Convite 001/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado até 31/03/2018; Data da assinatura: 13/12/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/SISAM/2017

Publicação Nº 1456254

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 027/SISAM/2017

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Joel da Silva 02220368939 – CNPJ nº 17.787.900/0001-23. Processo Licitatório 022/SISAM/2017 - Convite 008/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado até 08/06/2018; Data da assinatura: 13/12/2017.

LEI MUNICIPAL 3.776, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456360

LEI MUNICIPAL 3.776, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 43.200,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

08 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

15 – FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES

15.01 – FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES

27.813.0003.1.027 – Construção e Reparo em Equipamentos Esportivos

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

27.813.0003.2.026 – Manutenção da FUBE

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 13 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.777, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456361

LEI MUNICIPAL 3.777, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 202.540,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 202.540,00 (duzentos e dois mil, quinhentos e quarenta reais), conforme abaixo especificado:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0.1.82.6 – Aplicações Diretas

Valor- R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

0401 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.008- Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 104.540,00 (cento e quatro mil quinhentos e quarenta reais)

06 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

0601- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.695.0007.2.086 – Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

14- ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.845.0000.0.101 – Contribuições ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

28.122.0000.0.107 – Pagamento de Precatórios

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

3.1.91.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 1.000,00 (um mil reais)

08.243.0005.2.057 – Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.0.1.82.6 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

04.122.0001.2.004 – Modernização Administrativa

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor- R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais)

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

0401 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.122.0002.2.018 – Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

12.306.0002.2.013 – Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

12.361.0002.2.014 – Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0.1.01.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

06 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

0601- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.661.0007.2.094 – Realização de Eventos Promocionais

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

0701 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.092 – Funcionamento e Manutenção da Intendência

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

14- ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.122.0000.0.102 – Contribuições a Entidades Municipalistas

3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.0 – Transferência a Entidades Privadas s/fins Lucrativos

Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

28.843.0000.0.1.00 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

4.6.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 500,00 (quinhentos mil reais)

17 – FUNJUVE**1701 – FUNJUVE**

13.392.0008.2.097 – Manutenção da Diretoria de Cultura

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

13.392.0008.2.098 – Funcionamento e manutenção da FUNJUVE

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

13.392.0008.2.096 – Fanfarra Municipal

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 13 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.778, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456363

LEI MUNICIPAL 3.778, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o reforço de crédito adicional especial na Lei Orçamentária para 2017 no valor de R\$ 112.700,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar o crédito adicional especial no valor de R\$ 112.700,00 (cento e doze mil e setecentos reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

08 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.302.0004.2.239 – Manutenção do Hospital

3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 112.700,00 (cento e doze mil e setecentos reais)

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

08 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.1.047 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.241.0005.2.052 – Atendimento à Pessoa Idosa

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)

08.243.0005.2.054 – Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

3.1.91.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias

Valor – R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

08.243.0005.2.055 – Proteção Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
3.1.91.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias
Valor – R\$ 16.500,00 (dezesesse mil e quinhentos reais)
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
08.244.0005.2.058 – Funcionamento e Manutenção do FMAS
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
08.244.0005.2.062 – Benefícios Eventuais
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
08.244.0005.1.070 – Habitação de Interesse Social
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
10 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
08.243.0005.2.053 – Funcionamento e Manutenção do FIA
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas
Valor – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 13 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE FMAS 02.17 CREDENCIAMENTO CASA LAR

Publicação Nº 1456905

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 16/2017
Inexigibilidade de Licitação nº. 002/2017
Credenciamento

O Município de São João do Oeste, SC, com sede administrativa na Rua Encantado, 66, Centro, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público o presente edital para CREDENCIAMENTO nos termos da Lei Municipal nº 1.613 de 16 de dezembro de 2014, de instituições para prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelo serviços prestados, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de São João do Oeste, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina”.

A licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993. As informações completas poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, pelo telefone (049)-3195.2000, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, 13 de dezembro de 2017.

FERNANDO BISIGO. Prefeito Municipal.

TP 10.17 COLETA DE LIXO

Publicação Nº 1457029

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 010/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para contratação de serviços de recolha, transporte e destino final do lixo domiciliar urbano, com recolhas no perímetro urbano de São João do Oeste, Linha Beato Roque e Linha Cristo Rei.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 09:00 horas do dia 02.01.2017 e julgamento no mesmo dia e horário, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. Maiores informações e junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo e-mail, compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 14 de dezembro de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 110 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456899

DECRETO Nº 110 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1.822, de 13 de dezembro de 2017;

Art. 1º - Fica determinado a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 626.492,37 (seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), com as seguintes classificações:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas R\$ 225.992,37

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

12.361.0128.2036 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

12.365.0128.2032 – Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas R\$ 41.427,21

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 194.572,79

12.365.0128.1037 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 626.492,37

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0122.1067 – Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

06.181.0124.2012 – Manutenção e Estruturação da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.123.2007 – Contribuição a Entidades Municipalistas

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins

Lucrativos R\$ 1.801,00

0401 – SECRETARIA DE FINANÇAS

28.843.0000.0061 – Serviços da Dívida Interna

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.1030 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.365.0128.1037 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 41.427,21

12.361.0128.1038 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.361.0128.1066 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para o Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 19.142,37

12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 6.850,00

12.361.0128.2031 – Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

12.363.0128.2033 – Manutenção e Auxílio ao Ensino Profissional

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins

Lucrativos R\$ 1.000,00

12.364.0128.2034 – Manutenção e Auxílio ao Ensino Superior

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins

Lucrativos R\$ 1.000,00

0601 – SEC. MUNIC. DE PLANEJ., CULT., TUR., E MEIO AMBIENTE

18.541.0131.2043 – Manutenção do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

23.695.0132.2044 – Manutenção e Desenvolvimento do Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 38.179,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 – Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

08.244.0126.2015 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

04 – FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

08.241.0126.2018 – Apoio a Pessoa Idosa

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

06.181.0124.1011 – Monitoramento de Ruas

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais

4.4.71.00.00.00.00.00.0080 – Transfer. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.173,53

4.4.93.00.00.00.00.00.0080 – Aplicação Direta Decorrente de

Operações entre Órgãos R\$ 1.000,00

26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 61.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 23.151,26

3.3.71.00.00.00.00.00.0080 – Transfer. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.1047 – Aquisição de Veículos e Patrulhas Agrícolas Mecanizadas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.268,00

22.661.0134.2049 – Manutenção e Incentivo ao Setor de Indústria e Comércio

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 626.492,37

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

13 de dezembro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 111 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456901

DECRETO Nº 111 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1.823, de 13 de dezembro de 2017;

Art. 1º - Fica determinado a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no

valor de R\$ 130.149,94 (cento e trinta mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 130.149,94

TOTAL R\$ 130.149,94

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.1028 – Aquisição de Veículos para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 101.694,55

10.301.0127.1065 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 2.589,76

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.3.93.00.00.00.00.00.0085 – Aplicação Direta Decorrente de

Operações entre Órgãos R\$ 15.000,00

10.304.0127.2025 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 5.609,58

10.305.0127.2026 – Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

28.846.0000.0063 – Encargos Gerais do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 2.256,05

TOTAL R\$ 130.149,94

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

13 de dezembro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 112 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456902

DECRETO Nº 112 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1.824, de 13 de dezembro de 2017;

Art. 1º - Fica determinado a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 73.359,91 (setenta e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 73.359,91

TOTAL R\$ 73.359,91

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente a seguintes dotação orçamentária:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 73.359,91

TOTAL R\$ 73.359,91

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
13 de dezembro de 2017.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.823 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456895

LEI Nº 1.823 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde, no valor de até R\$ 130.149,94 (cento e trinta mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 130.149,94

TOTAL R\$ 130.149,94

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.1028 – Aquisição de Veículos para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 101.694,55

10.301.0127.1065 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 2.589,76

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.3.93.00.00.00.00.00.0085 – Aplicação Direta Decorrente de

Operações entre Órgãos R\$ 15.000,00

10.304.0127.2025 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 5.609,58

10.305.0127.2026 – Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

28.846.0000.0063 – Encargos Gerais do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 2.256,05

TOTAL R\$ 130.149,94

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
13 de dezembro de 2017.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.822 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456893

LEI Nº 1.822 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de até R\$ 626.492,37 (seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), com as seguintes classificações:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas	R\$ 225.992,37
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas	R\$ 38.000,00
12.361.0128.2036 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas	R\$ 26.500,00
12.365.0128.2032 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas	R\$ 41.427,21
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas	R\$ 194.572,79
12.365.0128.1037 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 626.492,37

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0122.1067 – Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
06.181.0124.2012 – Manutenção e Estruturação da Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.123.2007 – Contribuição a Entidades Municipalistas	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 1.801,00

0401 – SECRETARIA DE FINANÇAS

28.843.0000.0061 – Serviços da Dívida Interna	
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.1030 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
12.365.0128.1037 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas	R\$ 41.427,21
12.361.0128.1038 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
12.361.0128.1066 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para o Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas	R\$ 19.142,37
12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas	R\$ 6.850,00
12.361.0128.2031 – Manutenção da Secretaria de Educação	
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas	R\$ 5.500,00
12.363.0128.2033 – Manutenção e Auxílio ao Ensino Profissional	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 1.000,00
12.364.0128.2034 - Manutenção e Auxílio ao Ensino Superior	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 1.000,00

0601 – SEC. MUNIC. DE PLANEJ., CULT., TUR., E MEIO AMBIENTE

18.541.0131.2043 – Manutenção do Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 23.695.0132.2044 – Manutenção e Desenvolvimento do Turismo
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 38.179,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 – Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00
 08.244.0126.2015 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

04 – FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

08.241.0126.2018 – Apoio a Pessoa Idosa
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

06.181.0124.1011 – Monitoramento de Ruas
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
 26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais
 4.4.71.00.00.00.00.00.0080 – Transfer. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.173,53
 4.4.93.00.00.00.00.00.0080 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 1.000,00
 26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 61.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 23.151,26
 3.3.71.00.00.00.00.00.0080 – Transfer. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.1047 – Aquisição de Veículos e Patrulhas Agrícolas Mecanizadas
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.268,00
 22.661.0134.2049 – Manutenção e Incentivo ao Setor de Indústria e Comércio
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 626.492,37

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
 13 de dezembro de 2017.
 MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
 Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02

Publicação Nº 1456992

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2017

Objeto: registrar preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para aquisição de equipamentos e material permanente, nos termos da reprogramação da PROPOSTA Nº 11364.800000/1150-01, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial o descritivo e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo - I) do edital de Pregão Presencial nº 16/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

DETENTOR DA ATA: VMLX ELETRONICOS EIRELI – ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 46.822,00

Processo Licitatório nº. 016/2017 – Pregão Presencial.
São João do Sul, 25 de setembro de 2017
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03

Publicação Nº 1456995

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2017

Objeto: registrar preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para aquisição de equipamentos e material permanente, nos termos da reprogramação da PROPOSTA Nº 11364.800000/1150-01, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial o descritivo e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo - I) do edital de Pregão Presencial nº 16/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

DETENTOR DA ATA: GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 24.703,00.

Processo Licitatório nº. 16/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 25 de setembro de 2017

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04

Publicação Nº 1456997

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2017

Objeto: registrar preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para aquisição de equipamentos e material permanente, nos termos da reprogramação da PROPOSTA Nº 11364.800000/1150-01, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial o descritivo e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo - I) do edital de Pregão Presencial nº 16/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

DETENTOR DA ATA: HAYA INFORMÁTICA LTDA – EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 5.330,00.

Processo Licitatório nº. 16/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 25 de setembro de 2017

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05

Publicação Nº 1456998

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2017

Objeto: registrar preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e ESF's do município de São João do Sul/SC, conforme demanda, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 23/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

DETENTOR DA ATA: FAROL MEDICAMENTOS - COMERCIO ATACADISTA - EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 488.265,24.

Processo Licitatório nº. 23/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 16 de novembro de 2017
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06

Publicação Nº 1457001

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2017

Objeto: registrar preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e ESF's do município de São João do Sul/SC, conforme demanda, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 23/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

DETENTOR DA ATA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 44.990,26.

Processo Licitatório nº. 23/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 16 de novembro de 2017

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07

Publicação Nº 1457003

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2017

Objeto: registrar preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de MATERIAL GRÁFICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ESF'S MUNICIPAIS, conforme demanda, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 24/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

DETENTOR DA ATA: GRAFICA MAMPITUBA LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 35.096,00.

Processo Licitatório nº. 23/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 16 de novembro de 2017

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16-A

Publicação Nº 1456935

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16-A/2017

Objeto: registrar preços p/ futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) para prestação de serviço e fornecimento de peças e materiais para manutenção das máquinas pesadas e equipamentos das Secretarias Municipais de Obras e Serviços e Agricultura e Pesca, conforme demanda e disponibilidade orçamentária, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, (Anexo I), do edital de Pregão Presencial nº 31/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: NAZAMAK PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 205.300,00

Processo Licitatório nº. 31/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 08 de junho de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16-B

Publicação Nº 1456938

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16-B/2017

Objeto: registrar preços p/ futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) para prestação de serviço e fornecimento de peças e materiais para manutenção das máquinas pesadas e equipamentos das Secretarias Municipais de Obras e Serviços e Agricultura e Pesca, conforme demanda e disponibilidade orçamentária, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, (Anexo I), do edital de Pregão Presencial nº 31/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: METALURGICA MATTOS LTDA – ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 89.240,00

Processo Licitatório nº. 31/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 08 de junho de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19

Publicação Nº 1456941

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19/2017

Objeto: registro de preços para futura(s) e eventual(is) fornecimento, por empresa especializada, de óleos lubrificantes, graxas lubrificantes, aditivos e filtros para manutenção da frota municipal de veículos do município de São João do Sul/SC, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 46/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 107.474,83

Processo Licitatório nº. 46/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 06 de outubro de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20

Publicação Nº 1456944

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2017

Objeto: registro de preços para futura(s) e eventual(is) fornecimento de peças e serviços de mecânica e elétrica para manutenção dos veículos do transporte escolar desta municipalidade, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I) do edital de Pregão Presencial nº 52/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: JCV DIESEL, PEÇAS E SEERVIÇOS EIRELI ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 234.750,00

Processo Licitatório nº. 52/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 14 de novembro de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21

Publicação Nº 1456947

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2017

Objeto: registro de preços p/ futura(s) e eventual(is) fornecimento(s) de ferramentas em geral, material de manutenção de bens móveis e imóveis, equipamento de proteção e segurança, bem como equipamentos e materiais diversos, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I) e as demais condições constantes no edital e demais anexos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 53/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: COMERCIAL DE AGROFERRAGENS QUADROS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 49.913,50

Processo Licitatório nº. 53/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 23 de novembro de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22

Publicação Nº 1456949

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2017

Objeto: registro de preços p/ futura(s) e eventual(is) fornecimento(s) de recargas de gás liquefeito de petróleo em botijões P13 e cilindros P45 para as escolas de ensino fundamental e infantil, Centro Administrativo Municipal, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Centro de Referência da Assistência Social e demais Secretarias Municipais, obedecidos as condições constantes no Termo de Referência – Anexo I e demais anexos e as demais condições constantes no edital e demais anexos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 54/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: LENI DE OLIVEIRA ALVES 02163199940

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 35.550,00

Processo Licitatório nº. 54/2017 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 23 de novembro de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.824 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456897

LEI Nº 1.824 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde, no valor de até R\$ 73.359,91 (setenta e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 73.359,91

TOTAL R\$ 73.359,91

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente a seguintes dotação orçamentária:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais

4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 73.359,91

TOTAL R\$ 73.359,91

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

13 de dezembro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA PLANTÃO CEI

Publicação N° 1456780

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA N° 30/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL N° 4.398/2016
QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo N°001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 18 de dezembro de 2017 Segunda- Feira às 14h30min no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada para o PLANTÃO DO CEI NELO SOUZA e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

05- VAGAS PARA PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS:

LOCAL: CEI NELO SOUZA

BAIRRO: CENTRO

VAGA EXCEDENTE PARA O PLANTÃO EM JANEIRO DE 2018

TURNOS: MATUTINO

05- VAGA PARA PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS:

LOCAL: CEI NELO SOUZA

BAIRRO: CENTRO

VAGA EXCEDENTE PARA O PLANTÃO EM JANEIRO DE 2018

TURNOS: VESPERTINO

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

- *Graduação na área;
- *Cursando na área;
- *Áreas afins pela vaga pretendida

Critérios de Desempate:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Pós Graduação em Educação Infantil;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Jader Geisler de Moura
Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 419/2017

Publicação Nº 1455642

DECRETO Nº 419/2017

“QUE REGULAMETA O ARTIGO 211 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.562/2003 E ESTABELECE O VALOR DA UFRM”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado o Artigo 211 da Lei Municipal Nº 2.562/2003 “Institui o Código Tributário do Município de São Joaquim”, de 30/12/2003 e estabelece o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal que corresponderá a R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos), que será atualizado anualmente no primeiro dia útil do exercício, com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulados nos últimos 12 (doze) meses da primeira quinzena de Novembro do exercício anterior.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 341/2016, de 14/12/2016, e produzirá os seus efeitos legais a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Dezembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 640/2017

Publicação Nº 1455650

PORTARIANº 640/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - MAILSON BORGES DE JESUS, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 01/12/2017 à 30/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Dezembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Dezembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 641/2017

Publicação Nº 1455651

PORTARIANº 641/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – GABRIEL DE SOUZA CAMARGO, ocupante do Cargo de Odontólogo, por ½ (meio) período vespertino do dia 04/12/2017, para tratamento de saúde de sua filha. – FRANCIELE APARECIDA CESCONETO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/12/2017. – ELAINE CRISTINA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 05/12/2017, para tratamento de saúde de sua filha. – BENTA DE FATIMA FURTADO, ocupante do Cargo de Técnica Administrativa, por 01 (um) dia, no dia 05/12/2017. – MARIA BEATRIZ S. AMARAL MACIEL, ocupante da Função de Agente Comunitária de Saúde, a contar do dia 05/12/2017 e o retorno de acordo com o INSS. – TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora – 40 Horas, por ½ (meio) dia, no dia 05/12/2017. – PAOLA DA SILVA MACIEL, ocupante da Função de Enfermeira (ESF), por 02 (dois) dias, a contar do dia 05/12/2017. – CATIA RAQUEL NUNES DUARTE, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 05/12/2017. – MICHELI ROSANI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 05/12/2017. – LUCIANI PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 05/12/2017. – CLARA APARECIDA FORMIGA, ocupante do Cargo de Professora – 20 Horas, por 01 (um) dia, no dia 05/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Dezembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 642/2017

Publicação Nº 1455660

PORTARIANº 642/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia no dia 05/12/2017, para tratamento de saúde de sua mãe. – DEBORA APARECIDA BUENO DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dias, no dia 05/12/2017. – ELIZETE HUGEN NUNES, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 06/12/2017. – EDIMARA MARTINS, ocupante da Função de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/12/2017. – JAQUELINE CUSTODIO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/12/2017. – LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 06/12/2017. – ELAINE CRISTINA RODRIGUES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/12/2017. – ANDRE SOUZA SPOLTI, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agrícolas, por 01 (um) dia, no dia 06/12/2017, para tratamento de saúde de sua esposa. – SILVANA FLORÊNCIO E SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 07/12/2017. – DAYANE OLIVEIRA DE BRIDA, ocupante do Cargo de Assistente Social, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 07/12/2017. – RISOLETE DE FATIMA DA SILVA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora – 20 Horas, por 01 (um) dia, no dia 07/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Dezembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 643/2017

Publicação Nº 1455663

PORTARIANº 643/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária: - LÉIA DE SOUZA SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 06/12/2017 até o dia 10/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Dezembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Dezembro de 2017.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 644/2017

Publicação Nº 1455667

PORTARIANº 644/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – JANETE CECHINEL PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 29/11/2017, e o retorno de acordo com o INSS. – ADILSON NUNES DOS SANTOS FILHO, ocupante do Cargo de Motorista, por 07 (sete) dias, a contar do dia 04/12/2017. – JAQUELINE CUSTODIO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/12/2017. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 07/12/2017, para tratamento de saúde de sua mãe. – ALEXANDRE NUNES CHIODELLI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 07/12/2017. – TUISA PADILHA LIMA RISSI, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 07/12/2017. – TRINDADE DE MATOS GUEDES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2017. – JOELMA APARECIDA DA LUZ, ocupante da Função de Professora – 20 Horas, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2017. – MONICA VELHO SOUZA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2017. – SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 11/12/2017. – CLAUDIA DA SILVA FLORES, ocupante do Cargo de Professora – 30 Horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 11/12/2017. – JAIR JOSÉ DIAS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerazis, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 032/2017

Publicação Nº 1456585

1 – RELATÓRIO:

Como relatório fático dos autos, utilizo-me daquele apresentado pelo conselheiro relator, dispensando replicá-lo. E com a devida vênia, divirjo do relator e passo a fundamentar meu voto nos termos que seguem.

É o relatório necessário

2 – VOTO:

O recurso em análise não pode ser conhecido porque há inovação recursal. Explico:

O pedido inicial, firmado pela Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina à fl. 02 dos autos, é simples e reto: “revisão de cálculo da coleta de lixo devido a coleta ser feita por empresa contratada pela mesma”. E para fundamenta-lo, pedido juntou os documentos de fls. 03/67.

Em decisão fundamentada, a Secretaria Municipal da Receita, com base no inciso III do § 1º do art. 340 da Lei Complementar nº 21/2005 – Código Tributário Municipal, decidiu por aplicar a alíquota reduzida de 1,68% da URM/m² ao à taxa de lixo da requerente e, assim, deferiu por completo seu pedido.

Inconformada, a requerente apresentou recurso a este conselho, pedindo: (a) a concessão de efeito suspensivo ao presente Recurso Voluntário tornando o crédito tributário inexigível até o seu julgamento, conforme elenca o artigo 145 e seguintes do Código Tributário Municipal; (b) a alteração do enquadramento para atividade comercial em função da utilização da área edificada da atividade desenvolvida na CEASA/SC, tendo em vista que são apenas realizadas operações comerciais, e não industrial; (c) a não cobrança da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos pelo Município de São José/SC, vez que a CEASA/SC é a responsável pela coleta e destinação final dos resíduos sólidos produzidos, bem como pelos custos decorrentes do serviço; (d) sucessivamente, caso a municipalidade insista na cobrança da referida taxa, que preste o serviço de coleta e destinação final dos resíduos sólidos produzidos nas dependências da CEASA/SC; (e) sucessivamente, que seja aplicado o desconto máximo permitido pela Lei Complementar 49/2009.”.

Ocorre que com o deferimento do pedido inicial, não há o que a parte recorrer da decisão de primeira instância de fls. 68/70, tampouco não lhe é permitido inovar em sede recursal, aduzindo novos e inúmeros pedidos para além daquele que iniciou o processo em estudo e, como já afirmado, foi deferido.

Neste sentido é a mais recente jurisprudência do e. Tribunal de Justiça catarinense:

AÇÃO ANULATÓRIA COM PEDIDO DE DANOS MORAIS. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO QUE APLICOU PENA DE MULTA (R\$ 800,00) AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA. CONTRATAÇÃO TERCEIRIZADA DE ASSESSOR JURÍDICO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR. PROCESSUAL CIVIL. TESE RECURSAL DE QUE A DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS NÃO OBSERVOU A TIPIFICAÇÃO DO ART. 109 DO REGIMENTO INTERNO DO TCE/SC. QUESTÃO NÃO ANTES SUSCITADA NOS AUTOS. INOVAÇÃO RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO NO PONTO. [...] (TJSC, Apelação Cível n. 0500437-57.2013.8.24.0010, de Braco do Norte, rel. Des. Carlos Adilson Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 28-11-2017). APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, COM PEDIDO DE CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES RESTRITIVAS JUNTO AOS CADASTROS DO SPC E SERASA. DÍVIDA ORIUNDA DE NOTA DE CRÉDITO RURAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). RECURSO DO BANCO RÉU. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, AO ARGUMENTO DE NÃO COMPROVAÇÃO PELO AUTOR DO PAGAMENTO DA DÍVIDA NEGATIVADA. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM A TESE CENTRAL DO MÉRITO RECURSAL. ANÁLISE CONJUNTA. ALEGADA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA QUE DEU ENSEJO ÀS ANOTAÇÕES RESTRITIVAS. TESE DE DEFESA QUE ENVOLVE MATÉRIA DE FATO, NÃO ARGUIDA NA PEÇA DE CONTESTAÇÃO. PRECLUSÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. EXEGESE DOS ARTS. 336, 341, 342 E 1.014, TODOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECLAMO NÃO CONHECIDO NO PONTO. [...] (TJSC, Apelação Cível n. 0300485-83.2017.8.24.0034, de Itapiranga, rel. Des. Tulio Pinheiro, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 23-11-2017).

Assim, o recurso não pode ser conhecido.

3- DISPOSITIVO:

Do exposto, apresento voto divergente no sentido de NÃO RECEBER o recurso apresentado por CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CEASA/SC em razão da inovação recursal havida, o que é impedido no ordenamento jurídico vigente.

É como voto.

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 032/2017

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 5.455/2017:

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 288ª Sessão, POR UNANIMIDADE DOS CONSELHEIROS APTOS A VOTAR, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO RODRIGO JOÃO MACHADO, em NÃO RECEBER o recurso apresentado por CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CEASA/SC em razão da inovação recursal havida, o que é impedido no ordenamento jurídico vigente.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram o Relator Sérgio Murilo da Silva, os conselheiros José Mateus Hoffmann, Sr. Rodrigo João Machado, Sra. Valmor dos Santos Junior.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra a Sra. Francisco A. L. Campos, na qualidade de representante da Fazenda Pública.

São José, 21 de novembro de 2017.

JUNIOR SPIES

Presidente

RODRIGO JOÃO MACHADO Conselheiro – Voto Divergente	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
FRANCISCO A. L. CAMPOS Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

ACÓRDÃO Nº 032/2017

Publicação Nº 1456547

1 – RELATÓRIO:

Como relatório fático dos autos, utilizo-me daquele apresentado pelo conselheiro relator, dispensando replicá-lo. E com a devida vênia, divirjo do relator e passo a fundamentar meu voto nos termos que seguem.

É o relatório necessário

2 – VOTO:

O recurso em análise não pode ser conhecido porque há inovação recursal. Explico:

O pedido inicial, firmado pela Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina à fl. 02 dos autos, é simples e reto: “revisão de cálculo da coleta de lixo devido a coleta ser feita por empresa contratada pela mesma”. E para fundamentá-lo, pediu juntou os documentos de fls. 03/67.

Em decisão fundamentada, a Secretaria Municipal da Receita, com base no inciso III do § 1º do art. 340 da Lei Complementar nº 21/2005 – Código Tributário Municipal, decidiu por aplicar a alíquota reduzida de 1,68% da URM/m² ao à taxa de lixo da requerente e, assim, deferiu por completo seu pedido.

Inconformada, a requerente apresentou recurso a este conselho, pedindo: (a) a concessão de efeito suspensivo ao presente Recurso Voluntário tornando o crédito tributário inexigível até o seu julgamento, conforme elenca o artigo 145 e seguintes do Código Tributário Municipal; (b) a alteração do enquadramento para atividade comercial em função da utilização da área edificada da atividade desenvolvida na CEASA/SC, tendo em vista que são apenas realizadas operações comerciais, e não industrial; (c) a não cobrança da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos pelo Município de São José/SC, vez que a CEASA/SC é a responsável pela coleta e destinação final dos resíduos sólidos produzidos, bem como pelos custos decorrentes do serviço; (d) sucessivamente, caso a municipalidade insista na cobrança da referida taxa, que preste o serviço de coleta e destinação final dos resíduos sólidos produzidos nas dependências da CEASA/SC; (e) sucessivamente, que seja aplicado o desconto máximo permitido pela Lei Complementar 49/2009.”.

Ocorre que com o deferimento do pedido inicial, não há o que a parte recorrer da decisão de primeira instância de fls. 68/70, tampouco não lhe é permitido inovar em sede recursal, aduzindo novos e inúmeros pedidos para além daquele que iniciou o processo em estudo e, como já afirmado, foi deferido.

Neste sentido é a mais recente jurisprudência do e. Tribunal de Justiça catarinense:

AÇÃO ANULATÓRIA COM PEDIDO DE DANOS MORAIS. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO QUE APLICOU PENA DE MULTA (R\$ 800,00) AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA. CONTRATAÇÃO TERCEIRIZADA DE ASSESSOR JURÍDICO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR. PROCESSUAL CIVIL. TESE RECURSAL DE QUE A DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS NÃO OBSERVOU A TIPIFICAÇÃO DO ART. 109 DO REGIMENTO INTERNO DO TCE/SC. QUESTÃO NÃO ANTES SUSCITADA NOS AUTOS. INOVAÇÃO RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO NO PONTO. [...] (TJSC, Apelação Cível n. 0500437-57.2013.8.24.0010, de Braco do Norte, rel. Des. Carlos Adilson Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 28-11-2017). APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, COM PEDIDO DE CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES RESTRITIVAS JUNTO AOS CADASTROS DO SPC E SERASA. DÍVIDA ORIUNDA DE NOTA DE CRÉDITO RURAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). RECURSO DO BANCO RÉU. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, AO ARGUMENTO DE NÃO COMPROVAÇÃO PELO AUTOR DO PAGAMENTO DA DÍVIDA NEGATIVADA. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM A TESE CENTRAL DO MÉRITO RECURSAL. ANÁLISE CONJUNTA. ALEGADA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA QUE DEU ENSEJO ÀS ANOTAÇÕES RESTRITIVAS. TESE DE DEFESA QUE ENVOLVE MATÉRIA DE FATO, NÃO ARGUIDA NA PEÇA DE CONTESTAÇÃO. PRECLUSÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO RECURSAL. EXEGESE DOS ARTS. 336, 341, 342 E 1.014, TODOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECLAMO NÃO CONHECIDO NO PONTO. [...] (TJSC, Apelação Cível n. 0300485-83.2017.8.24.0034, de Itapiranga, rel. Des. Tulio Pinheiro, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 23-11-2017).

Assim, o recurso não pode ser conhecido.

3- DISPOSITIVO:

Do exposto, apresento voto divergente no sentido de NÃO RECEBER o recurso apresentado por CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CEASA/SC em razão da inovação recursal havida, o que é impedido no ordenamento jurídico vigente.

É como voto.

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 032/2017

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 5.455/2017:

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 288ª Sessão, POR UNANIMIDADE DOS CONSELHEIROS APTOS A VOTAR, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO RODRIGO JOÃO MACHADO, em NÃO RECEBER o recurso apresentado por CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CEASA/SC em razão da inovação recursal havida, o que é impedido no ordenamento jurídico vigente.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram o Relator Sérgio Murilo da Silva, os conselheiros José Mateus Hoffmann, Sr. Rodrigo João Machado, Sra. Valmor dos Santos Junior.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra a Sra. Francisco A. L. Campos, na qualidade de representante da Fazenda Pública.

São José, 21 de novembro de 2017.

JUNIOR SPIES

Presidente

RODRIGO JOÃO MACHADO Conselheiro – Voto Divergente	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
FRANCISCO A. L. CAMPOS Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2017

Publicação Nº 1456109

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8536/2017
PROCESSO DE COMPRAS Nº 569/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA ARGAMASSADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NA RUA LEOPOLDO SCHIELSLER NO BAIRRO SÃO LUIZ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELLI ME;
- FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELLI EPP;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- VINICIUS FOEDERT ME.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELLI ME;
- FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELLI EPP;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- VINICIUS FOEDERT ME.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 45.052,60 (quarenta e cinco mil, cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

2ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 47.174,02 (quarenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e dois centavos).

3ª Classificada: ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP: R\$ 50.777,72 (cinquenta mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos).

4ª Classificada: ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME: R\$ 52.411,47 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e sete centavos).

5ª Classificada: VINICIUS GOEDERT ME: R\$ 56.967,76 (cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).

6ª Classificada: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI EPP: R\$ 62.518,13 (sessenta e dois mil, quinhentos e dezoito reais e treze

centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 13 de dezembro de 2017.

Cláudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
	Iriberto Antônio M. Júnior	
	Membro da CPL	

CONTRATO/CT: Nº 108/2017

Publicação Nº 1456106

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 108/2017 – IN 029/2017 – Processo 754/2017 – Proc. Adm. 10121/2017 - Contratado: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS. OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CBC (COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS) PARA O FORNECIMENTO DE MUNIÇÕES DE ARMA DE FOGO PARA A GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.. Valor: R\$ 35.106,00 (trinta e cinco mil, cento e seis reais). Data da Assinatura do Contrato: 29 de novembro de 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2017

Publicação Nº 1456778

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 042/2017
PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 19 de dezembro, às 11h, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	3.403/2014
Recorrente	CELINA LENA HAUPTLI PEREIRA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	TADEU PEDRO VIEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos , e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24h antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 12/12/2017.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PORTARIA - SA- N.º 1397/2017

Publicação Nº 1456401

P O R T A R I A- SA - N.º 1397/17

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso IV da Lei Orgânica Municipal do Município de São José – SC.

RESOLVE:

I – Ficam compostas as Comissões que coordenarão a avaliação de Desempenho Funcional em Estágio Probatório, respeitando a Instrução normativa nº 001/2009 e demais legislações pertinentes.

II – Comissão Central de Avaliação de Desempenho em Estágio:

Mário Antônio Vieira

Vera Suely de Andrade

Ramon de Souza Campos Martins

Bianca Esther Silveira Nienkoetter Tavares

III – Subcomissão de Apoio de Apuração de Avaliação de Desempenho Funcional em Estágio Probatório:

a) Secretaria de Administração

Elizabete Hilesheim dos Santos

Kety Teresinha da Silva Trierveiler

b) Secretaria de Educação

Jenair Maria Patrício

Carla Lúcia Nascimento

c) Secretaria de Receita

Charles Augusto Tapia

Katia Regina Prim

d) Fundação Educacional

Ana Cristina de Oliveira da Silva Hoffmann

Rosilene Rosini

e) Secretaria de Finanças

Salete Wessler Hinckel

f) Controle Interno e Auditoria

Gustavo Duarte do Valle Pereira

g) Secretaria de Infraestrutura

Lucirene Lemos de Souza

Valdenir Vitor de Souza

h) Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Silvana Correa Machado

i) Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Valdenir Pauli

Geraldo Hermenegildo da Rosa

j) Fundação Municipal d Cultura e Turismo

Angela Gonçalves

l) Secretaria de Assistência Social

Juliana Belli Vieira

Cleidiamar Aparecida Furlanetto

m) Procuradoria Geral

Sandro José da Silva

Ilson Elias

n) Secretaria de Serviços Públicos

Caio Rogério Nihnig

Tatiane Cunha Pacheco de Souza

o) Secretaria de Saúde

Geovana Stedile

Fabricia Martins Silva

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, em especial a Portaria –SA – Nº 1374/2016, retroagindo seus efeitos a 24 de Outubro de 2017.

V - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 12 de Dezembro de 2017.

VERA SUELY DA SILVA

Secretária de Administração

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 103/2017

Publicação Nº 1456880

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 103/2017 – Processo nº 523/2017 – Proc. Adm. 7497/2017. Fornecedor: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO, COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 92.000,00 – noventa e dois mil reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 286/2010-07

Publicação Nº 1456085

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 286/2010-07 – DL 043/2010 – Processo 269/2010 – Proc. Adm. 11103/2017 – Locador: Gilberto Gerlach. Objeto: LOCAÇÃO DE 01(UM) IMÓVEL, SITUADO À RUA PADRE MACÁRIO, Nº 10, CENTRO HISTÓRICO, SÃO JOSÉ/SC, PARA ABRIGAR A SEDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no parágrafo único do art. 56 da Lei nº 8.245/1991 c/c art. 57 da Lei nº 8.666/1993, e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo nº 11.103/2017, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 286/2010 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 30/11/2017. DO VALOR: O valor do Contrato permanecerá inalterado no valor anual de R\$ 60.320,88 (sessenta mil, trezentos e vinte reais e oitenta e oito centavos), conforme declaração do locador anexa ao processo (fl. 33). Data da assinatura: 07 de dezembro de 2017

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 294/2017/SF

Publicação Nº 1455683

DECRETO Nº. 294/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.050,10 (seis mil e cinquenta reais e dez centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"49"3.3.90.30.00.00.1.0054 Material de Consumo R\$4.000,00

"50"3.3.90.30.00.00.1.0055 Material de Consumo R\$2.050,10

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 6.050,10 (seis mil e cinquenta reais e dez centavos), Recursos Convênio Polícia Militar e Polícia Civil, Fonte 1.0054 e 1.0055, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"58"4.4.90.52.00.00.1.0054 Equipamentos e Material Permanente R\$4.000,00

"59"4.4.90.52.00.00.1.0055 Equipamentos e Material Permanente R\$2.050,10

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.brCharlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 296/2017/SF

Publicação Nº 1457060

DECRETO Nº. 296/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

"1"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos de

Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

“4”3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 297/2017/SF

Publicação Nº 1457062

DECRETO Nº. 297/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

“251”3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 298/2017/SF

Publicação Nº 1457063

DECRETO Nº. 298/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"23"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$660,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"22"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$660,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 299/2017/SF

Publicação Nº 1457064

DECRETO Nº. 299/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.029 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"124"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), Recursos Impostos e Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.029 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"120"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$16.000,00

"121"3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 300/2017/SF

Publicação Nº 1457065

DECRETO Nº. 300/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$11.000,00 (onze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"126"3.3.90.39.00.00.1.0022 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$11.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Convênio Estado - Educação, Fonte 1.0022 no valor de R\$11.000,00 (onze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 301/2017/SF

Publicação Nº 1457066

DECRETO Nº. 301/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.608,20 (um mil seiscentos e oito reais e vinte centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API

"401"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.608,20

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.608,20 (um mil seiscentos e oito reais e vinte centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API

"400"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$1.608,20

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 302/2017/SF

Publicação Nº 1457067

DECRETO Nº. 302/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$19.000,00 (dezenove mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"150"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$19.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do FUNDEB 40%, Fonte 1.0019 no valor de R\$19.000,00 (dezenove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 303/2017/SF

Publicação Nº 1457068

DECRETO Nº. 303/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"147"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$8.400,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do FUNDEB 40%, Fonte 1.0019 no valor de R\$8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 304/2017/SF

Publicação Nº 1457069

DECRETO Nº. 304/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"32"3.3.50.43.00.00.1.0002 Subvenções Sociais R\$4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), Recursos de Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"34"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$1.500,00

"39"3.3.90.46.00.00.1.0002 Auxílio - Alimentação R\$2.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 305/2017/SF

Publicação Nº 1457070

DECRETO Nº. 305/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$47.000,00 (quarenta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

"224"3.3.90.39.00.00.1.0017 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$47.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos da Contribuição para custeio de iluminação pública - COSIP, Fonte 1.0017 no valor de R\$47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 306/2017/SF

Publicação Nº 1457071

DECRETO Nº. 306/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL

"106"3.3.90.14.00.00.1.0001 Diárias – Civil R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Recursos Impostos e Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL

"107"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 307/2017/SF

Publicação Nº 1457072

DECRETO Nº. 307/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"56"3.3.90.39.00.00.1.0056 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), Recursos SSP-3 - Município, Fonte 1.0056, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"51"3.3.90.30.00.00.1.0056 Material de Consumo R\$4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 308/2017/SF

Publicação Nº 1457073

DECRETO Nº. 308/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"35"3.3.90.52.00.00.1.0002 Material de Distribuição Gratuita R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), Recursos de Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"34"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 309/2017/SF

Publicação Nº 1457074

DECRETO Nº. 309/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00

(três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

05 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.016 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

"95"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

05 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.016 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

"96"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 310/2017/SF

Publicação Nº 1457075

DECRETO Nº. 310/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"147"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do FUNDEB 40%, Fonte 1.0019 no valor de R\$3.000,00 (três mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 311/2017/SF

Publicação Nº 1457076

DECRETO Nº. 311/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.023 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL

“154”3.3.90.30.00.00.1.0060 Material de Consumo R\$17.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Fonte 1.0060 no valor de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 312/2017/SF

Publicação Nº 1457077

DECRETO Nº. 315/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“65”3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas R\$2.950,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 313/2017/SF

Publicação Nº 1457079

DECRETO Nº. 313/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.000,00

(seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"64"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"65"3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas R\$6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de dezembro de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 314/2017/SF

Publicação Nº 1457081

DECRETO Nº. 314/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO
01 GABINETE DO PREFEITO
2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO
"3"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$3.400,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de dezembro de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 315/2017/SF

Publicação Nº 1457082

DECRETO Nº. 315/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"65"3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas R\$2.950,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 316/2017/SF

Publicação Nº 1457083

DECRETO Nº. 316/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.681/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL – VAL DO MAG - FUNDEB

"113"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$150.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"142"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$140.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), Recursos Fundeb 40%, Fonte 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"123"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$10.000,00

"125"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR\$280.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6138/2017

Publicação Nº 1457089

DECRETO Nº 6.138, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“FIXA O VALOR DA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o artigo 1º da Lei Municipal nº. 3.492, de 11 de março de 2008 fixou o IGPM como índice para atualização anual da UFRM;

CONSIDERANDO que o índice IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo aos últimos 12 (doze) meses foi negativo, (-0,86%);

CONSIDERANDO que o parágrafo único, do Art. 1º da Lei Municipal nº 3.492, de 11 de março de 2008, alterado pela Lei Municipal nº 3.751, de 17 de agosto de 2010 prevê a manutenção dos mesmos valores da UFRM em caso de índice negativo;

DECRETA:

Art. 1º. Permanece fixado em R\$ 101,46 (cento e um reais e quarenta e seis centavos), o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal para o exercício de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de Janeiro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 07 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6139/2017

Publicação Nº 1457092

DECRETO Nº. 6.139, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso VIII, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a pedido, a partir de 07 de dezembro de 2017, a servidora pública municipal MAIKELI MAXINI MUHL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3089, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6140/2017

Publicação Nº 1457094

DECRETO Nº 6.140, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de PARTE DO LOTE URBANO Nº169 (cento e sessenta e nove reais), com a área de 864,00m² (oitocentos e sessenta e quatro metros quadrados), situado à esquina das Ruas Santo Antonio e Jorge Lacerda, no Município de São José do Cedro – SC, e PARTE DO LOTE URBANO Nº 170 (cento e setenta), com área de 264,00 m², localizado na Rua Santo Antonio, perfazendo uma área total de 1.128,00m², com uma edificação em alvenaria com dois pavimentos com área total de 1.400,00 m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, sob o nº 1.358, e PARTE DO LOTE URBANO Nº 170 (cento e setenta), com área de 725,00 m², sem benfeitorias, localizado na Rua Santo Antonio, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, sob o nº 5.973, de propriedade de MARIA GLACI LINK, CPF 256.236.809-68, para que sejam desmembradas as áreas conforme as dimensões e confrontações a seguir:

IMÓVEL PRIMITIVO 1:

PARTE DO LOTE URBANO Nº169(cinquenta e seis), com a área de 864,00m² (oitocentos e sessenta e quatro metros quadrados), situado à esquina das Ruas Santo Antonio e Jorge Lacerda, e PARTE DO LOTE URBANO Nº 170 (cento e setenta), com área de 264,00 m², localizado na Rua Santo Antonio, perfazendo uma área total de 1.128,00m², com uma edificação em alvenaria com dois pavimentos com área total de 1.400,00 m², com as seguintes confrontações:

NOROESTE, com restante do mesmo lote urbano nº 170, medindo 48,00 metros;

SUDOESTE, com o lote urbano nº174, medindo 23,50 metros;

SUDESTE, com a Rua Jorge Lacerda, medindo 48,00 metros; e

NORDESTE, com a Rua Santo Antonio, medindo 23,50 metros, fechando assim o perímetro;

IMÓVEL PRIMITIVO 2:

PARTE DO LOTE URBANO Nº 170 (cento e setenta), com área de 725,00 m², sem benfeitorias, localizado na Rua Santo Antonio, com as seguintes confrontações:

NOROESTE, com o lote urbano nº 171, medindo 50,00 metros;

SUDOESTE, com o lote urbano nº174, medindo 14,50 metros;

SUDESTE, com o restante do mesmo lote urbano nº 170, medindo 50,00 metros; e

NORDESTE, com a Rua Santo Antonio, medindo 14,50 metros, fechando assim o perímetro;

ÁREA REMANESCENTE DA MATRÍCULA Nº 1358:

PARTE DO LOTE URBANO Nº169 – A (cento e sessenta e nove A), com a área de 684,00m² (seiscentos e oitenta e quatro metros quadrados), situado à esquina das Ruas Santo Antonio e Jorge Lacerda, e PARTE DO LOTE URBANO Nº 170-B (cento e setenta B), com área de 209,00 m² (duzentos e nove metros quadrados), localizado na Rua Santo Antonio, perfazendo juntos uma área de 893,00m², com uma edificação em alvenaria com dois pavimentos com área total de 1.400,00 m², com as seguintes confrontações:

NOROESTE, com parte do lote urbano nº170-A, medindo 38,00 metros;

SUDOESTE, com parte do lote urbano nº169-B e 170-C, medindo 23,50 metros;

SUDESTE, com a Rua Jorge Lacerda, medindo 38,00 metros; e

NORDESTE, com a Rua Santo Antonio, medindo 23,50 metros;

ÁREA REMANESCENTE DA MATRÍCULA Nº5.973

PARTE DO LOTE URBANO Nº 170-A (cento e setenta A), com área de 696,00 m² (seiscentos e noventa e seis metros quadrados), situado na Rua Santo Antonio, PARTE DO LOTE URBANO Nº 170-C, com 55,00m² (cinquenta e cinco metros quadrados), situado nos fundos do lote urbano nº 169-A e 170-B, PARTE DO LOTE URBANO Nº 169-B, com área de 180,00m²(cento e oitenta metros quadrados), situado na Rua Jorge Lacerda, Município de São José do Cedro, perfazendo juntos uma área de 931,00m² (novecentos e trinta e um metros quadrados) sem acessões, com as seguintes confrontações:

NOROESTE, com o lote urbano nº 171, medindo 48,00 metros;

NORDESTE: com a Rua Santo Antonio, medindo 14,50 metros;

SUDESTE: com parte do lote urbano nº 170-B, medindo 38,00 metros;

NORDESTE, com Parte dos lotes urbanos nº 169-A e 170-B, medindo 23,50 metros;

SUDESTE, com a Rua Jorge Lacerda, medindo 10,00 metros; e

SUDOESTE, com o lote urbano nº174, medindo 38,00 metros; fechando assim o perímetro;

ÁREA DESMEMBRADA - DOAÇÃO:

PARTE DO LOTE URBANO Nº170-D, com área de 29,00m2, situado na Rua Santo Antonio, São José do Cedro – SC, com as seguintes confrontações:

NOROESTE, com a Rua Santo Antonio, medindo 2,00 metros;
NORDESTE, com a Rua Santo Antonio, medindo 14,50 metros;
SUDESTE, com a Rua Santo Antonio, medindo 2,00 metros; e
SUDOESTE, com o lote urbano nº170-A, medindo 14,50 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº295/2017/SF

Publicação Nº 1457059

DECRETO Nº. 295/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"36"3.3.90.36.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$1.000,00

"37"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.165/2017

Publicação Nº 1456013

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº165/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº165/2017, Edital de Pregão Nº165/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIÊNE E LIMPEZA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA DELEGACIA DE POLICIA DE FRONTEIRA (POLICIA CIVIL)

DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 29/12/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4680/2017

Publicação Nº 1457088

LEI Nº 4.680, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA, CAMPUS DE BAGÉ/RS, COM A FINALIDADE DE CONCESSÃO DE VAGAS DE ESTÁGIO.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Autoriza o Município de São José do Cedro a firmar Convênio com a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus de Bagé/RS, para concessão de vagas de estágio e tem por objetivo o cumprimento da matriz/grade curricular dos graduandos da UNIPAMPA, nos seus respectivos campi e unidades administrativas, conforme cláusulas expressas no Convênio.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4681/2017

Publicação Nº 1457085

LEI Nº 4.681, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL – VAL DO MAG - FUNDEB

"113"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$150.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"142"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$140.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), Recursos Fundeb 40%, Fonte 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"123"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$10.000,00

"125"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR\$280.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e ObrasPublicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.brCharlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 676/2017

Publicação Nº 1457047

PORTARIA Nº 676/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Anelise Teresinha Schabbach Cavalheiro, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem ESF, Matrícula 2567, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017, para serem gozadas no período de 14 de dezembro de 2017 a 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 677/2017

Publicação Nº 1457048

PORTARIA Nº 677/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Iraci Francke Wolfart, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 1320, referente ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014, para serem gozadas no período de 13 de dezembro de 2017 a 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 13 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2017 - PR Nº 034/2017 - FMS

Publicação Nº 1457115

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/12/2017, às 10h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 14 de dezembro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE TERMO DE FOMENTO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2017.

Publicação Nº 1455963

EDITAL DE TERMO DE FOMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, torna público o presente Chamamento Público destinado a selecionar Organização da Sociedade Civil - OSC sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, consoante às condições estatuídas neste Edital, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e na Resolução nº 005, de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/SLO - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Chamamento Público se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de até 02 (duas) propostas com valor máximo individual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a consecução de Atividade de Fomento das Organizações da Sociedade Civil - OSCs, sem fins lucrativos, que atendam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Município de São Lourenço do Oeste - SC, mediante ações relativas a:

1.1.1 - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

1.1.2 - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

1.1.3 - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

1.1.4 - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

1.1.5 - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

1.1.6 - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

1.1.7 - O Município de São Lourenço do Oeste apoiará o desenvolvimento das atividades com equipe técnica de acompanhamento das ações.

1.2 - As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente edital de Chamamento Público e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo III, quantificando os recursos financeiros pretendidos, dentro dos limites fixados no presente edital.

1.3 – Fica vedada a participação em rede/grupo de Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

1.4 – Não será exigida contrapartida da OSC selecionada.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 – Os recursos financeiros destinados a este Chamamento Público são da ordem de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) oriundos do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, inscrito no CNPJ sob nº 21.454.264/00014-95 destinados ao pagamento de até 02 (duas) propostas. Os recursos obedecem à disponibilidade do orçamento previsto e se aprovado na forma do Projeto de Lei encaminhado a Câmara Municipal para o exercício de 2018:

Órgão	11. Secretaria de Assistência Social
Unidade	02.Fundo Municipal da Infância e Adolescência-FIA
Funcional	08.243.4509.2.030 Manutenção das atividades do FIA
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.0000000003.0000 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Recurso	0009

2.2 – As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste Chamamento Público serão realizadas tendo em conta:

2.2.1 – a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo do(s) bem(s), inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, manutenção, de investimento e de pessoal;

2.2.2 – a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal na inadimplência da organização da sociedade civil, em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução;

2.2.3 – o pagamento da remuneração de profissionais contratados pela organização da sociedade civil para operacionalização do(s) bem(s) recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.

2.2.4 – a vedação de utilizar o(s) bem(s), provenientes da parceria objeto deste Chamamento Público para finalidade alheia ao seu objeto;

2.2.5 – Fica vedada a utilização dos recursos previstos no item 2.1 desta cláusula para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização dos objetivos previstos na proposta e no plano de trabalho, sempre em consonância com as ações previstas nos itens 1.1.1 a 1.1.7 da cláusula primeira deste edital.

2.2.6 – Fica veda a utilização dos recursos previstos no item 2.1 desta cláusula em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Para participar deste Edital, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

3.1.1 – objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

3.1.2 – que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

3.1.3 – escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

3.2 – As organizações da sociedade civil sem fins lucrativos devem possuir:

3.2.1 – no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.2.2 – experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

3.2.3 – capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

3.3 – Apenas poderão participar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos sediadas ou com representação atuante e reconhecida no Município de São Lourenço do Oeste há no mínimo um ano, e que comprovem atuação nas atividades objeto deste edital e que estejam devidamente inscritas no Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE CREDENCIAMENTO

4.1 – O credenciamento será gratuito e ficará disponível no período de 30 (trinta) dias após a publicação deste Chamamento Público, devendo ser realizada diretamente via protocolo oficial junto a Secretaria Municipal de Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo, localizada no Paço Municipal, sito a rua Duque de Caxias n. 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, na forma do Anexo II.

4.2 – Cada proponente poderá apresentar somente uma proposta para a seleção. Na hipótese de haver mais de um credenciamento por proponente, todos os projetos apresentados por esse proponente serão inabilitados.

4.3 – Caso seja detectada o credenciamento do mesmo projeto por proponentes diferentes, todos serão inabilitados.

4.4 – O credenciamento do proponente implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Chamamento Público, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.5 – Poderão participar deste Chamamento Público os proponentes que enviarem todos os seguintes documentos:

4.5.1 – plano de trabalho, conforme modelo (Anexo III) além do Anexo VII e Cartão CNPJ;

4.5.2 – termo de credenciamento, conforme modelo (Anexo II);

4.5.3 – cópia autenticada do estatuto da instituição e, caso tenha sido atualizado, cópia da atualização;

4.5.4 – cópia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;

4.5.5 – cópias autenticadas de identidade e CPF do dirigente ou representante legal da entidade;

4.5.6 – relação nominal dos dirigentes com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas;

4.5.7 – comprovante de que possui no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível em: receita.fazenda.gov.br;

4.5.8 – comprovação de, no mínimo, um ano de realização de atividades semelhantes ao objeto, por meio de apresentação de relatório de atividades na área de atuação, o qual pode ser comprovado com atestados, depoimentos, cópias de cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, entre outras formas de registro das ações desenvolvidas;

4.5.9 – declaração da não ocorrência de vedações (Anexo IV);

- 4.5.10 – comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
- 4.5.11 – Cópia Inscrição no CMDCA de São Lourenço do Oeste – SC,
- 4.6 – Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos ao credenciamento depois de finalizado.
- 4.7 – Não serão aceitos credenciamentos que não se apresentem de acordo com os prazos e exigências do presente Edital.
- 4.8 – O envio da documentação incompleta implica a automática inabilitação do credenciamento.
- 4.9 – O ônus ocasionado com a participação neste Chamamento Público, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.
- 4.10 – O material apresentado para fins de credenciamento em nenhuma hipótese será restituído ao proponente, independentemente do resultado da seleção.

CLAUSULA QUINTA – DOS ENVELOPES

5.1 – O credenciamento será efetuado mediante o envio dos seguintes envelopes, que deverão estar lacrados e identificados:

5.2 – ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO: deverá conter o item 4.5.1 e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 004/2017

Nome do Proponente:

CNPJ:

5.3 – ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO: deverá conter o disposto nos itens 4.5.2 ao 4.5.11 e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 004/2017

Nome do proponente:

CNPJ:

- 5.4 – Os documentos descritos no item 4.5 deverão ser apresentados em única via, redigidos com clareza, todas as folhas rubricadas e serem assinados pelo representante legal da OSC proponente;
- 5.5 – Os envelopes, serão protocolados junto a Secretaria Municipal de Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo, localizada no Paço Municipal, sito a rua Duque de Caxias n. 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, até às 13h00min do dia 15 de janeiro de 2018.
- 5.6 – Não serão consideradas as propostas enviadas por fac-símile (FAX) ou e-mail;
- 5.7 – Os envelopes poderão ser enviados por correspondência postal no endereço acima, com Aviso de Recebimento, e serão considerados desde que recebidos pelo Município dentro do prazo estipulado no item 5.5.
- 5.8 – Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública federal.
- 5.9 – Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento, declarações falsas ou não comprovadas e no envio de documentos, isentando o Município de São Lourenço do Oeste de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 5.10 – Serão desclassificados os proponentes que não enviarem os dois envelopes e atenderem os requisitos conforme disposto neste edital.

CLAUSULA SEXTA – DO PLANO DE TRABALHO

6.1 – Deverá constar no Plano de Trabalho entregue pelo proponente:

- 6.1.1 – descrição do objeto de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
- 6.1.2 – descrição dos objetivos do projeto identificando as ações que devem ser cumpridas para obtenção do objeto;
- 6.1.3 – informações relativas à capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto;
- 6.1.4 – informações curriculares sobre a equipe que trabalhará na execução do objeto;
- 6.1.5 – cronograma de execução de metas, Plano de aplicação dos recursos;
- 6.1.6 – o prazo para execução das atividades é o final do exercício do ano de 2018.
- 6.1.7 – solicitações de alterações no Plano de Trabalho deverão ser encaminhadas via ofício protocolado no Município, correios ou meio similar.
- 6.1.8 – não serão consideradas solicitações referentes a incremento financeiro ou à alteração do objeto do Plano de Trabalho.
- 6.1.9 – cabe ao gestor da parceria a apreciação e o deferimento das solicitações recebidas.

CLAUSULA SETIMA – DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 7.1 - A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente Chamamento Público, tendo sido constituída por decreto publicado em meio oficial, na forma do artigo 2º, inc. X, da Lei 13.019/2014.
- 7.2 - Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do Chamamento Público.
- 7.3 - A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento previsto no item anterior, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.
- 7.4 - Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.
- 7.5 - A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

CLAUSULA OITAVA – DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 8.1 – Este Chamamento Público prevê a realização de sessão pública para rubrica dos envelopes e divulgação dos resultados desta seleção.
- 8.2 – A abertura da sessão pública, que acontecerá no setor de licitações da Prefeitura de São Lourenço do Oeste, dar-se-á no dia

16/01/2018, às 8:30 h.

8.3 – Os envelopes do Plano de Trabalho e da Documentação serão rubricados pela Comissão de Seleção, que em seguida avaliará as propostas apresentadas.

8.4 – A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento da tabela abaixo, com a seguinte metodologia de pontuação: Pontuação Máxima por Item:

1. NUMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS ANO BASE 2016 (apresentar declaração Anexo VII)	PONTOS	
(A) QUARENTA OU MAIS	10	
(B) DE TRINTA A TRINTA E NOVE	5	
(C) ATE VINTE E NOVE	3	
2. TEMPO DE CADASTRO CNPJ	PONTOS	
(A) 03 ANOS 01 DIA A 04 ANOS OU MAIS	10	
(B) 02 ANOS E 01 DIA A 03 ANOS	5	
(C) 01 A 02 ANOS	3	
3. VALOR DA PROPOSTA	PONTOS	
(A) PROPOSTA DE R\$ 0,00 ATÉ R\$ 3.999,99	10	
(B) PROPOSTA DE R\$ 4.000,00 ATÉ R\$ 6.999,99	5	
(C) PROPOSTA DE R\$ 7.000,00 ATÉ R\$ 15.000,00	3	
PONTUAÇÃO MÁXIMA:	30 PONTOS	

8.5 – A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

8.6 – O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiadores, local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.

8.7 – Serão eliminadas aquelas propostas:

8.7.1 – que recebam nota “zero” no critério de julgamento;

8.7.2 – que estejam em desacordo com o Edital;

8.8 – As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela acima, avaliadas pelos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

8.9 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento “1”. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento “2” e “3”. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade decidida por sorteio.

8.10 – Da sessão será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

8.11 – A sessão poderá ser suspensa para julgamento das propostas e para verificação da documentação, tendo reinício em até 05 (cinco) dias úteis após a suspensão, em horário a ser definido pela Comissão de Seleção.

CLAUSULA NONA – DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 – Selecionadas as organizações da sociedade civil, cujas propostas tenham sido atribuídas as maiores notas, suas documentações serão verificadas por meio de comissão designada para este fim, com decisão embasada em parecer.

9.2 – Será inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previstos neste Chamamento Público ou apresentá-los fora do prazo de validade consentido.

9.3 – Concluído os trabalhos, o resultado da seleção das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes selecionados será divulgado no site do Município de São Lourenço do Oeste - SC, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

9.4 – Constará na publicação o nome dos projetos selecionados, nome das respectivas organizações da sociedade civil, município dos proponentes, notas finais obtidas nas avaliações e habilitação ou inabilitação.

9.5 – Da referida sessão, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

9.6 – Ocorrendo o julgamento e a verificação de documentos concomitantemente, poderá ser lavrada uma única ata circunstanciada.

CLAUSULA DECIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – A contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação oficial dos resultados do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que qualquer entidade participante interponha recurso administrativo.

10.2 – Somente serão acolhidos recursos administrativos referentes à inabilitação documental;

10.3 – Caso não haja inabilitados, com a concordância expressa dos proponentes, poderá haver a desistência do prazo de recurso previsto neste item, com a continuidade imediata do procedimento.

10.4 – Os recursos deverão ser protocolados no Município de São Lourenço do Oeste, ou encaminhados, via Correios observado o prazo previsto no item 10.1.

10.5 – O recurso será dirigido à Comissão de Seleção que se manifestará em até 5 (cinco) dias úteis. Caso não haja provimento do recurso a manifestação deverá ser submetida para apreciação da autoridade superior.

10.6 – O recurso que não trouxer expressa a devida justificativa será indeferido.

10.7 – Os recursos que tenham por finalidade encaminhar documentação complementar, não entregue no prazo previsto para credenciamento, serão automaticamente indeferidos.

10.8 – Os casos omissos serão resolvidos, com fundamento na legislação pertinente vigente, em primeira instância pela Comissão de Seleção.

10.9 – O não-conhecimento de recurso não impede a administração pública de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

10.10 – Na hipótese de inabilitação de proponente previamente selecionado, aquele imediatamente mais bem classificado poderá ser convidado a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ele apresentada.

10.11 – Caso o proponente convidado nos termos do item 10.8 aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação de sua documentação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Transcorrido o prazo de interposição dos recursos, ou em caso de desistência, este Chamamento Público será homologado pelo Prefeito Municipal e será divulgado no site do Município de São Lourenço do Oeste, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para a qual não caberá recurso.

11.2 – A homologação não gera, para a organização da sociedade civil selecionada, direito à celebração da parceria, nem ao valor total nela prevista, sendo que o mesmo está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

11.3 – É de total responsabilidade dos proponentes acompanhar a atualização das informações.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

12.1 – Para celebração do Termo de Fomento é imprescindível a observância aos arts. 33 a 38 da Lei n. 13.019/2014, bem como dos seguintes itens:

12.1.1 – Designação do gestor da parceria, servidor que se responsabilizará pelo gerenciamento administrativo, incluindo prazos, pagamentos e prorrogações, e pela fiscalização da execução do objeto da parceria.

12.1.2 – Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, que realizará acompanhamento técnico e financeiro dos Planos de Trabalho.

12.1.3 – Parecer jurídico;

12.1.4 – Cumprimento de todas as etapas deste Chamamento Público;

12.1.5 – Inexistência de pendências documentais ou ajustes referentes à proposta de parceria.

12.1.6 – Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverão ser sanados os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou a sua exclusão.

12.1.7 – O proponente selecionado celebrará, com o Município de São Lourenço do Oeste, Termo de Fomento que disporá sobre as obrigações e os prazos para conclusão dos trabalhos objeto deste edital.

12.1.8 – O proponente selecionado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, para proceder à assinatura do Termo.

12.1.9 – A assinatura do Termo está condicionada à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente.

12.1.10 – A convocação será feita mediante notificação da proponente.

12.1.11 – Transcorrido o prazo previsto no item 12.1.8 sem que o Termo tenha sido firmado, o Município poderá convocar o próximo proponente, obedecida a ordem de classificação.

12.1.12 – O Termo de Fomento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive à Lei n. 13.019/2014, sendo vedado:

12.1.13 – alterar o objeto do Termo de Fomento;

12.1.14 – utilizar, ainda que em caráter de emergência, quando for o caso, os bens para finalidade diversa da estabelecida no instrumento.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

13.1 – O repasse dos recursos está condicionado à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente selecionado.

13.1.1 – o proponente selecionado que apresentar pendências quanto aos quesitos mencionados no item 13.1 terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento de notificação, para sua regularização.

13.1.2 – a não resolução das pendências, em conformidade com o item 13.1.1, acarretará na perda de direito à cessão dos bens, quando for o caso.

13.2 – O recurso financeiro será liberado em uma única parcela, após a edição de lei municipal autorizativa para realização do repasse.

CLAUSULA DECIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

14.1 – O proponente se responsabilizará por qualquer direito autoral que por ventura incidir sobre sua proposta, e se responsabilizará por eventuais reivindicações sobre usos não autorizados.

14.2 – Em todo material de divulgação caso produzido, gerados pela parceria, deverão constar:

14.2.1 – a expressão: “Projeto com o apoio do Município de São Lourenço do Oeste”.

14.2.2 – as logomarcas que serão disponibilizadas pelo Município.

14.3 – O proponente deverá assegurar-se de que o espaço em que será desenvolvida a atividade do Plano de Trabalho possui condições de segurança e salubridade adequadas à realização das ações de acordo com a legislação estadual/municipal.

14.4 – Para as entidades que possuem local fixo e pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades, adotar procedimentos e medidas de segurança para as pessoas que frequentam o espaço, conforme a legislação local, com respectivo fornecimento de alvarás autorizativos ou equivalentes.

14.5 – Para as entidades que não possui local pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades ou cujas atividades sejam realizadas em locais aleatórios itinerantes ou afins, adotar procedimentos para a obtenção das autorizações públicas exigidas para o desenvolvimento de atividades de acesso ao público, conforme a legislação local.

CLAUSULA DECIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1 – As contas deverão ser prestadas conforme disposto no Termo de Fomento e em consonância com a Lei Federal n. 13.019/2014 e regras da IN TC 14/12, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

15.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados obtidos, até o período de que trata a prestação de contas.

15.3 – É facultado ao gestor da parceria promover diligências destinadas a esclarecer ou confirmar as informações prestadas pelos profissionais ou, ainda solicitar documentos complementares aos mencionados neste Chamamento Público.

15.4 – A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular utilização dos recursos financeiros no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência.

15.5 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além do relatório de execução do objeto.

15.6 – O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

15.7 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, conforme descrito no Termo de Fomento.

15.8 – A prestação de contas deverá ser protocolada no Município dentro do prazo estipulado no item 15.4.

15.9 – Caberá ao Gestor da Parceria emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria.

15.10 – A prestação de contas deverá ser publicada no endereço eletrônico oficial das entidades selecionadas e do Município ou outros meios que possam dar publicidade aos atos.

CLAUSULA DECIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei n. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

16.1.2 – Advertência;

16.1.3 – Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

16.1.4 – Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

16.1.5 – As sanções estabelecidas nos subitens 16.1.2 e 16.1.3 são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

16.1.6 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.1.7 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

16.1.8 – A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

16.1.9 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.1.10 – As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992.

CLAUSULA DECIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.2 – A documentação que contenha vício de qualquer natureza ou inobservância de qualquer vedação deste Chamamento Público acarretará na desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

17.3 – Os casos omissos serão encaminhados à apreciação e apurados pelas Comissões competentes, cabendo ao Prefeito Municipal a decisão terminativa.

17.4 – A entidade selecionada autoriza o Município a divulgar, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, o seu nome, suas imagens e informações acerca das atividades relacionadas ao projeto selecionado, para divulgação das ações e políticas daqueles entes da administração e para fins educacionais e culturais.

17.5 – Até a assinatura do Termo de Fomento, poderá a Comissão de Seleção desclassificar as propostas das entidades participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Chamamento Público, respeitado o contraditório.

17.6 – Cabe ao Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a assinatura do Termo de Fomento, designar oficialmente a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do inciso XI, art. 2º, da Lei n. 13.019/2014.

17.7 – Esclarecimentos acerca do conteúdo desta chamada pública poderão ser obtidos exclusivamente através do Departamento de Compras e Licitações do município.

17.8 – Integram este Chamamento Público, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Cronograma;

Anexo II – Credenciamento;

Anexo III – Plano de Trabalho;

Anexo IV – Declaração de Não Ocorrência de Vedações;

Anexo V – Declaração de Ciência

Anexo VI – Minuta do Termo de Fomento

Anexo VII – Declaração de crianças atendidas ano Base 2016

17.9 – O Foro competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente Chamamento Público ou da parceria dele decorrente será o da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

São Lourenço do Oeste (SC), 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO	14/12/2017
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO	15/12/2017 a 15/01/2018(30 dias)
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	16/01/2018
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E ORDENAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E DA HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO DOS PROPONENTES	16/01/2018
PERÍODO DE PROTOCOLO DE RECURSOS REFERENTES À INABILITAÇÃO	17/01/2018 a 22/01/2018* (5 dias)
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS	23/01/2018*
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS	24/01/2018*

* Datas previstas. Podem ser superiores ou inferiores.

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ao Município de São Lourenço do Oeste

Comissão de Seleção

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0004/ 2017

Pelo presente, o Sr. (a), representante legal da, CPF, residente na, vem solicitar credenciamento para receber recursos públicos que serão destinados ao objeto do Termo de Fomento. Igualmente, informo que a proposta apresentada cumpre as disposições legais e esta de acordo com o Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0004/ 2017, estando ciente e de acordo com todas as condições estipuladas em suas cláusulas.

Local, data.

Nome do Representante
CPF

ANEXO III

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Proponente:	CNPJ:
Endereço:	
E-mail:	Telefone:
Nome do Representante:	CPF:
Endereço:	Município: UF: CEP:
E-mail:	Telefone:

2 – PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do projeto/atividade: indicar o nome do projeto a ser executado;

Início/fim e prazo de execução: indicar o prazo para execução total das atividades e cumprimento das metas;

Público alvo: indicar o público que será beneficiado pela parceria;

Objeto/finalidade da parceria: descrever o produto final da parceria;

Objetivos/Resultados esperados: descrever o que vai ser realizado identificando as ações que devem ser cumpridas para a obtenção de seu objeto.

Descrição da Realidade: descrever com clareza e sucintamente o diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas.

Relatório de Atividades: informações que comprovem a capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto – dados relativos aos últimos 12 meses;

Capacidade técnica: descrever a capacidade técnica para desenvolvimento do objeto e profissionais envolvidos na sua consecução.

Nome do Projeto/Atividade:
Data de início da execução:
Data de fim da execução:
Prazo de execução:
Público alvo:
Objeto/finalidade:
Objetivos/Resultados esperados:
Descrição da realidade:
Relatório de Atividades:
Capacidade técnica

3 – RECURSOS FINANCEIROS

Valor do Repasse Proposto	
---------------------------	--

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

O cronograma de execução de metas permite visualizar a descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar e/ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.

Meta: indicar como meta os elementos que compõem o objeto;

Descrição: relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase;

Etapa/fase: indicar cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta;

Forma de execução: meios para atingir as metas estabelecidas;

Parâmetros de aferição: refere-se à qualificação e quantificação física do produto de cada meta, etapa ou fase;

Unidade: indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa ou fase; Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida;

Duração (início/término): refere-se ao prazo previsto para início e término da implementação de cada meta, etapa ou fase.

EXECUÇÃO DE METAS						
DESCRIÇÃO	ETAPA/FASE	FORMA DE EXECUÇÃO	PARÂMETROS DE AFERIÇÃO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO

5 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

* O plano de aplicação refere-se à utilização dos recursos financeiros em diversas espécies de gastos

Descrição: relacionar os elementos característicos de cada meta, se constitui material, serviço ou obra);

Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada descrição;

Despesas correntes: custeio de manutenção das atividades, como despesas com pessoal, bens de consumo, serviços, manutenção, ou seja, não compõem expansão das suas atividades; Marcar com um "X";

Despesas de capital: relacionadas a aquisição de máquinas, equipamentos, imóveis, realização e obras. Para a formação de bem capital e expansão das atividades; Marcar com um "X";

Valor unitário: registrar o valor unitário de cada descrição;

Valor total: registrar o valor total de cada descrição;

Total geral: registrar o somatório dos valores atribuídos.

DESPESAS							
DESCRIÇÃO	MATERIAL/SERVIÇO/OBRA	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

TABELA RESUMO

VALOR GLOBAL	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL

Recurso: Valor global da parceria;

Despesas correntes: valor total gasto com despesas correntes;

Despesas de capital: valor total gasto com despesas de capital;

6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

DESPESA:	CORRENTE
ANO:	2018
MÊS	REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
TOTAL	

DESPESA:	CAPITAL
ANO:	2018
MÊS	REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
TOTAL	

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Nome do representante

CPF

6. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE REFERENTE AO PALNO DE TRABALHO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 137, DE 21 DE JANEIRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA

APROVADO

REPROVADO

Em caso de reprovação apresentamos a justificativa/motivo:

São Lourenço do Oeste - SC,.... de de 2017.

Presidente CMDCA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES

Ao Município de São Lourenço do Oeste

Comissão de Seleção

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0004/ 2017

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins de comprovação junto à concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta proposta:

É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos.

Não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento municipal, para aplicação na forma prevista no Termo de Fomento.

Declaro ainda que a entidade proponente não se enquadra em nenhuma das vedações abaixo:

Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;

Entidades integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras);

Instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal;

Entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade:

Entidades privadas que possuam dentre seus dirigentes membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; ou servidores públicos vinculados a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

Órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais;

Entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:

Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Nome do representante/CPF

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Ao Município de São Lourenço do Oeste

Comissão de Seleção

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 004/2017

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que estou ciente das exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 004/2017, da legislação de regência, bem como da necessária obtenção de alvarás e licenças exigidas pelos órgãos municipais e pelo Corpo de Bombeiros, e demais legislações pertinentes, quando houver necessidade.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Nome do representante/ CPF

ANEXO VI

MINUTA TERMO DE FOMENTO Nº 00---/2018

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado partícipe e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o n. __, com sede em __, representada por __, CPF __ __, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 – Este Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 004/2017, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, cujo objetivo é a seleção de até 02 (duas) proposta para a consecução de Atividade de Fomento a OSC que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Município de São Lourenço do Oeste - SC, detalhado no Plano de Trabalho anexo.
- 1.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

- 2.1.1 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
- 2.1.2 – Registrar os atos de celebração, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;
- 2.1.3 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
- 2.1.4 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) máquinas e equipamentos cedidos pela administração pública, quando for o caso;
 - d) relatórios apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;
 - e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.
- 2.1.5 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;
- 2.1.6 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de cessão dos equipamentos da parceria celebrada;
- 2.1.7 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- 2.1.8 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos equipamentos/máquinas envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

- 3.1.1 – informar ao Município de São Lourenço do Oeste todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;
- 3.1.2 – divulgar, na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- a) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
 - b) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;
 - c) descrição do objeto da parceria;
 - d) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
 - e) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
 - f) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- 3.1.3 – responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 3.1.4 – responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
- 3.1.5 – prestar contas da boa e regular utilização dos recursos ou dos bens no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o

final de sua vigência;

3.1.6 – manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3 – São obrigações do Gestor:

4.3.1 – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

4.3.2 – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.3.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

4.3.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação

4.3.5 – comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.

4.3.6 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

4.3.7 – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens, quando for o caso;

4.3.8 – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 – Este Termo de Fomento terá vigência até 31 de dezembro de 2018, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$000,00 (.....) (conforme plano de trabalho da OSC), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento com a seguinte dotação orçamentaria:

Órgão	11. Secretaria de Assistência Social
Unidade	02.Fundo Municipal da Infância e Adolescência-FIA
Funcional	08.243.4509.2.030 Manutenção das atividades do FIA
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.0000000003.0000 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Recurso	0009

6.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 01(uma) parcela, sendo em até 30 dias após a edição de lei autorizativa para realização do repasse.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

7.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

7.2.1 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

7.3 – O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de utilização, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

a) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

b) relatório de execução de serviços do equipamento ora cedido.

7.4 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

7.4.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

7.4.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

7.5 – Para fins de avaliação quanto a eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

- a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
- b) os impactos econômicos ou sociais;
- c) o grau de satisfação do público alvo;
- d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.6 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (noventa) dias a partir do término do exercício, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

7.6.1– O prazo referido no item 7.6 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

7.6.2 – O disposto no item 7.6.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

7.7 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

7.7.1 – aprovação da prestação de contas;

7.7.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

7.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

7.8.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

7.8.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

7.8.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

7.8.4 – omissão no dever de prestar contas;

7.8.5– descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

7.8.6 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

7.8.7 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

7.9.1 – O prazo referido no item 7.9 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

7.9.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.10 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS BENS

8.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os bens cedidos ou produzidos, quando for o caso, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

9.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

9.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

9.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

10.1.1 – advertência;

10.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Lourenço do Oeste, do controle interno e externo correspondentes

aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

12.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

São Lourenço do Oeste (SC), ____/____/____.

Município de São Lourenço do Oeste OSC

Rafael Caleffi

Prefeito Municipal

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Visto e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, em ____ de _____ de 2018:

ELISABETH REDIVO

OAB/SC 21.317

Procuradora Geral do Município

ANEXO VII

Declaração de crianças atendidas ano Base 2016

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que atendemos crianças no ano base 2016 conforme exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 004/2017, conforme comprovantes em anexo.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Nome do representante/CPF

LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456469

LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera a Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 9º da Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 9º
.....

XXVI - Agente de Limpeza;

XXVII - Agente de Serviços Gerais-Braçal;

XXVIII - Merendeira;

XIX - Atendente de Farmácia.

..... ”. (NR)

Art. 2º Os Anexos I, V e VII, da Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II e III, respectivamente, desta Lei Complementar.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 207, de 13 de dezembro de 2017)

“ANEXO I

(Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005)

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E RESPECTIVO

GRUPO OCUPACIONAL

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	NÍVEL	CÓDIGO
OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL BÁSICO - NOB

	AGENTE DE LIMPEZA	1	297
	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-BRAÇAL	4	298
	MERENDEIRA	1	299
OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO ADMINISTRATIVO – NAT

	ATENDENTE DE FARMACIA	5	300
.....

.....” (NR)

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 207, de 13 de dezembro de 2017)

“ANEXO V - DESCRIÇÃO DOS CARGOS CRIADOS PELA PRESENTE LEI COMPLEMENTAR

(Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005)

OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL BÁSICO - NOB

.....

3-B. AGENTE DE LIMPEZA

3-B.1. Carga horária semanal: 40 horas;

3-B.2. Condições para ingresso: concurso de prova (escrita);

3-B.3. Habilitação para o exercício do cargo: ensino fundamental I;

3-B.4. Vagas: 66;

3-B.5. Descrição das atribuições:

3-B.5.1. Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas de prédios públicos municipais, locais e espaços públicos a serem indicados pela Administração Pública Municipal, compreendendo os jardins, pátios e garagens de veículos;

3-B.5.2. Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;

3-B.5.3. Demais atividades pertinentes à natureza dos serviços, conforme solicitação da Administração Pública Municipal.

3-C. AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-BRAÇAL

3-C.1. Carga horária semanal: 40 horas;

3-C.2. Condições para ingresso: concurso de prova (escrita);
3-C.3. Habilitação para o exercício do cargo: ensino fundamental I;
3-C.4. Vagas: 10;
3-C.5. Descrição das atribuições:
3-C.5.1. Manutenção geral e de limpeza no Viveiro Municipal;
3-C.5.2. Desempenhar atividades de conservação seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;
3-C.5.3. Serviços de jardinagem, canteiros entre outros compreendendo: sementeira, transplante de mudas, poda, preparação e conservação do solo de praças e jardins públicos; irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para produção de mudas;
3-C.5.4. Serviços de Auxílio à Manutenção de Vias;
3-C.5.5. Limpeza e manutenção de praças, logradouros públicos e afins.
3-C.5.6. Demais atividades pertinentes à natureza dos serviços, conforme solicitação da Administração Pública Municipal, por seu responsável.

3-D. MERENDEIRA

3-D.1. Carga horária semanal: 40 horas;
3-D.2. Condições para ingresso: concurso de prova (escrita);
3-D.3. Habilitação para o exercício do cargo: ensino fundamental I;
3-D.4. Vagas: 22;
3-D.5. Descrição das atribuições:
3-D.5.1. Receber e seguir as instruções necessárias ao desempenho das atividades no preparo de alimentação;
3-D.5.2. Receber os alimentos destinados à Merenda Escolar;
3-D.5.3. Controlar os gastos e estoques de produtos;
3-D.5.4. Armazenar alimentos de forma a conservá-los em perfeito estado de consumo;
3-D.5.5. Preparar o alimento de acordo com a receita, de forma a estarem prontos nos horários estabelecidos;
3-D.5.6. Organizar os utensílios e todo o material necessário à boa distribuição da merenda;
3-D.5.7. Servir os alimentos na temperatura adequada;
3-D.5.8. Cuidar da limpeza e manutenção do material e locais destinados à preparação, estocagem e distribuição;
3-D.5.9. Controlar o consumo e fazer os pedidos de gás na época oportuna;
3-D.5.10. Tratar com delicadeza as crianças;
3-D.5.11. Distribuir a Merenda, por igual a todas as crianças, incentivando-as comer de tudo, sem deixar sobras;
3-D.5.12. Higienizar utensílios, equipamentos e dependências do serviço de alimentação;
3-D.5.13. Demais atividades pertinentes à natureza dos serviços, conforme solicitação da Secretaria de Educação.

OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO ADMINISTRATIVO - NAT

4. TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO

4.4. Vagas: 58.

7. TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

7.4. Vagas: 14.

8-B. ATENDENTE DE FARMÁCIA

8-B.1. Carga horária semanal: 40 horas;
8-B.2. Condições para ingresso: concurso de provas (escrita);
8-B.3. Habilitação para o exercício do cargo: ensino médio completo e curso de atendente de farmácia, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
8-B.4. Vagas: 02
8-B.5. Descrição das atribuições:
8-B.5.1. Aviar e interpretar prescrições, receitas e modificações medicamentosas;
8-B.5.2. Dispensação de medicamentos de acordo com a prescrição e de modo a evitar desperdícios;
8-B.5.3. Identificar e orientar sobre as diversas vias de administração, doses e horários, controle e conservação de medicamentos e correlatos;
8-B.5.4. Exercer as tarefas de limpeza e organização do ambiente de trabalho, observando as boas práticas no armazenamento e dispensação de medicamentos;
8-B.5.5. Recebimento, conferência e armazenamento dos medicamentos;
8-B.5.6. Reposição de medicamentos e produtos, verificando data de validade;
8-B.5.7. Dar baixa dos medicamentos dispensados ou inutilizáveis de acordo com o sistema implantado;
8-B.5.8. Descartar corretamente medicamentos impossibilitados de dispensa;
8-B.5.9. Auxiliar o farmacêutico no que diz respeito aos serviços farmacêuticos;
8-B.5.10. Zelar pela ética profissional dos prescritos da área de saúde e usuários do serviço;

8-B.5.11. Registrar entrada (notas fiscais) e saída dos medicamentos;
8-B.5.12. Fracionar medicamentos para o fornecimento em doses individuais.” (NR)

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO III
(Lei Complementar nº 207, de 13 de dezembro de 2017)

“ANEXO VII
(Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005)

QUADRO RESUMO DE VAGAS

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	VAGAS
OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL BÁSICO - NOB

	AGENTE DE LIMPEZA	66
	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-BRAÇAL	10
	MERENDEIRA	22
OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO ADMINISTRATIVO - NAT

	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	14

	ATENDENTE DE FARMÁCIA	02
.....

.....” (NR)

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.362, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455855

LEI Nº 2.362, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a aquisição de bem imóvel da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir o lote urbano número 14, da quadra número 03, série “B”, com área superficial de 750 m² e benfeitoria em alvenaria com área construída de 119,02 m², situado na Travessa São Pedro, nº 695, no centro desta cidade de São Lourenço do Oeste/SC, de propriedade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com as confrontações descritas na matrícula de nº 1.832, do Ofício de Registro de Imóveis do Município e Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único desta Lei.

§ 1º A aquisição de que trata o caput, será realizada mediante processo de dispensa de licitação, na forma do artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º O bem imóvel previsto no caput será destinado à extensão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A alienação será realizada no valor de R\$ 575.075,62 (quinhentos e setenta e cinco mil, setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), conforme Laudo Técnico de Avaliação nº 005/2017, expedido pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município e o Ofício nº 1158/2017 com a proposta de valor mínimo, expedido pela proprietária, constantes no Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. O pagamento do valor constante do caput dar-se-á em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a publicação do extrato da Dispensa de Licitação relativo à alienação do imóvel no Diário Oficial da União (DOU), a ser concretizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.362, de 13 de dezembro de 2017)

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DA MATRÍCULA DE Nº 1.832 DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO E OFÍCIO Nº 1158/2017 DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.363, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455864

LEI Nº 2.363, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial, por superávit financeiro, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
11.02 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

11.02.08.243.4509.2.030.3.3.50.00.00.00.00.03.0009	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
--	------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.364, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456073

LEI Nº 2.364, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para Associação Comunitária de Santo Antônio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro para a Associação Comunitária de Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 03.803.407/0001-45, para o exercício financeiro de 2018, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a finalidade de ampliação do Centro Multiuso Santo Antônio.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento municipal do próximo exercício financeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.365, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456080

LEI Nº 2.365, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder o uso de veículo e equipamentos agrícolas a organizações da sociedade civil, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar cessão de uso de veículo e equipamentos agrícolas, às entidades a seguir mencionadas:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 80.622.376/0001-77: veículo transformado para 11 lugares, com acessibilidade, com plataforma elevatória, marca Renault, chassi 93YMAF4XELL990188, ano de fabricação/modelo: 2017/2018, registrado no patrimônio do Município sob o nº 20702;

II - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner Município de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 03.883.258/0001-71: plantadeira agrícola para plantio direto de arrasto, com comando hidra 3 linhas, capacidade mínima de 60 kg de semente, 280 kg para adubo, modelo 4005 5/3, ano de 2017, cor vermelho e amarelo, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20.696;

III - Associação de Máquinas de Linha Nova Farroupilha, inscrita no CNPJ sob o nº 24.216.742/0001-17: plantadeira agrícola para plantio direto de arrasto, com comando hidra 3 linhas, capacidade mínima de 60 kg de semente, 280 kg para adubo, modelo 4005 5/3, ano de 2017, cor vermelho e amarelo, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20697.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.366, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456090

LEI Nº 2.366, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui o aluguel social como garantia de moradia, por tempo determinado, em virtude de perda total do domicílio por desabamento, incêndio e desocupação do local por riscos eminentes e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o aluguel social, no valor mensal de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), consistente na garantia de moradia por tempo determinado de até 4 (quatro) meses, prorrogáveis por igual período em virtude de perda total do domicílio por desabamento, incêndio, desocupação do local por riscos eminentes comprovados mediante laudo da defesa civil ou Corpo de Bombeiros.

Parágrafo único. O auxílio aluguel social será concedido na forma de pagamento ao locador ou imobiliária locatária.

Art. 2º São critérios para receber o auxílio aluguel social:

I - vivenciar perda de moradia conforme previsto no art. 1º;

II - possuir renda familiar per capita igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo nacional vigente na data do requerimento;

III - residir no município de São Lourenço do Oeste - SC há no mínimo 02 anos;

IV - estudo socioeconômico.

Art. 3º São documentos essenciais para concessão do auxílio aluguel social:

I - documento que comprovante a perda de moradia nos termos do artigo 1º, emitido por órgãos competentes de acordo com as especificidades de cada situação;

II - comprovante de residência no Município de São Lourenço do Oeste, por meio de recibos de conta de água, luz, telefone, IPTU ou Folha Resumo do Cadastro Único familiar;

III - documentos pessoais do requerente, sendo eles CPF e RG;

IV - estudo sócio econômico.

Parágrafo único. Caso não tenha tais comprovantes em seu nome, tais documentos deverão estar acompanhados por declaração do proprietário com firma reconhecida em cartório ou contrato de locação também com registro em cartório.

Art. 4º Será admitida troca de titularidade do beneficiário em virtude impedimento legal ou óbito, desde que comprovado documentalmente e mediante Parecer Social.

Art. 5º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento municipal em execução de cada exercício.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.367, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456105

LEI Nº 2.367, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.935 de 06 de maio de 2011, a qual fixa índice oficial para recomposição de vencimentos e subsídios e para reajuste de contratos administrativos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo segundo do artigo primeiro da Lei Municipal 1.935, de 06/05/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

§ 2º. A recomposição dos vencimentos e subsídios será repassada a partir do mês de março do ano subsequente ao de referência.” (NR)

Art. 2º Para cobrir as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal respectivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.368, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456112

LEI Nº 2.368, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a ratificação das alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Com amparo no art. 12, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 1.736, de 19 de março de 2008.

Art. 2º A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.369, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456117

LEI Nº 2.369, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Município a aderir, na condição de associado, ao Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como a firmar Protocolo de Intenções que também ratifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de São Lourenço do Oeste - SC autorizado a ingressar no Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo, o qual fica ratificado para todos os fins que se fizerem necessários.

Art. 2º Os recursos necessários para atender as obrigações decorrentes do ingresso no consórcio serão oriundos da respectiva dotação

orçamentária consignada no orçamento em curso, no exercício em vigor.

Art. 3º Aplica-se à relação jurídica entre o Município e o CIMCATARINA, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.369, de 13 de dezembro de 2017)

CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, OFÍCIO SOLICITANDO O INGRESSO NO CONSÓRCIO e DOCUMENTO A RESPEITO DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.370, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1456700

LEI Nº 2.370, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera a Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a permitir o uso do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, estabelece regras gerais acerca de sua utilização, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º

§ 2º O Instituto Cultural de São Lourenço poderá utilizar, para as suas atividades, a área destinada a Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, bem como a área do pavimento térreo, desde que estas não estejam sendo utilizadas para outras atividades autorizadas pelo chefe do Poder Executivo.

§ 3º Ao Instituto Cultural de São Lourenço caberá a administração e a manutenção do Teatro Professor Arno Ignácio Etges”. (NR)

“Art. 7º

§ 1º Compete ao Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, na conformidade com a estrutura organizacional da Secretaria, designar a gerência ou a diretoria que prestará apoio logístico para o pleno funcionamento dos espaços do Centro de Eventos.

§ 2º A responsabilidade pela administração e funcionamento do Teatro Professor Arno Ignácio Etges será exercida pelo Instituto Cultural de São Lourenço”. (NR)

“Art.10

XII - apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data do evento, na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, ou, na hipótese de uso exclusivo do Teatro Professor Arno Ignácio Etges e eventuais serviços inerentes, no Instituto Cultural de São Lourenço, cópia do documento de arrecadação, devidamente autenticado pela instituição bancária, referente ao valor pactuado pela utilização;

..... ”. (NR)

“Art. 13

§ 1º Os requerimentos de que trata o caput deste artigo, acompanhados da documentação comprobatória, deverão, obrigatoriamente, ser analisados pelo Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, ou, pelo Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, a depender dos espaços pretendidos, que, mediante parecer fundamentado, poderão deferir a solicitação, submetendo-a ao Prefeito Municipal, que procederá à sua efetivação por meio de decreto de permissão de uso.

..... ”. (NR)

Art. 2º A Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo legal:

“Art. 8º-A. As competências de que trata o art. 8º serão plenamente exercidas pelo Instituto Cultural de São Lourenço no que se refere à administração e funcionamento do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, sendo que a arrecadação decorrente das permissões de uso do local será repassada à autarquia, para fins de manutenção do Teatro.

Parágrafo único. Quando as solicitações de uso requeridas por terceiros abrangem espaços administrados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano em conjunto com o Teatro Professor Arno Ignácio Etges, serão aprovadas pelo Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, pelo Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e encaminhadas ao Prefeito Municipal para que proceda à outorga das permissões de uso". (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

São Lourenço do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 005 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455965

Resolução CMDCA nº. 005 de 12 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a destinação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, fundamentado na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações pela Lei nº 2.004, de 23 de maio de 2012; e nos Decretos nº 5.423/2016 e nº 5.622/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Reunião Ordinária do dia 12 de dezembro de 2017, registrada em Ata nº 010/2017 do CMDCA;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90;

Considerando a Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações pela Lei nº 2.004, de 23 de maio de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e outros;

Considerando a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º. Destinar os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, no montante de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de até 02 (duas) propostas com valor máximo individual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a consecução de Atividade de Fomento das Organizações da Sociedade Civil - OSCs, sem fins lucrativos, que atendam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Município de São Lourenço do Oeste - SC, para a realização das seguintes ações:

- I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e
- VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º O repasse dos recursos de que trata o artigo 1º será realizado por intermédio de edital de chamamento público e termo de fomento, conforme o rito disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e mediante aprovação das propostas vencedoras, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de dezembro de 2017.

Sonia Maria Nezzi
Presidente CMDCA/SLO

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA DE EDITAL 75/2017.

Publicação Nº 1456755

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo “MENOR PREÇO”, por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de peças, ferramental, assessórios e serviços de mecânica, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:00 horas do dia 28/12/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e atualizações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 13 de dezembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 284/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1455767

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 284/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de implantação de Sistema Educacional, com fornecimento de material pedagógico, nos termos da Lei Nacional de diretrizes e bases, visando o atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas de Educação Infantil 4 e 5 anos, e do Ensino Fundamental 1º ao 5º ano, de acordo com o anexo I – Termo de Referência do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 27 de dezembro de 2017.

Abertura: 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 13 de dezembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROC 285/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1456850

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 285/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 42/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Contratação de empresa para serviços de encadernações com espiral, capa transparente na frente e preta no verso, de trabalhos realizados pelos alunos da Pré-Escola do Ensino Fundamental das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: LOURDES MARIA GNATTA – ME. Valor Total de R\$ 2.900,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 13 de dezembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**REVOGAÇÃO EDITAL 22/2017**

Publicação Nº 1455979

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

REVOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que TORNA NULA A PUBLICAÇÃO sob o número do ato 1450626, publicado em 08/12/2017 no diário oficial dos municípios e REVOGA O EDITAL DO PREGÃO nº 22/2017, por interesse público e conveniência, ante a necessidade de readequação orçamentária.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, n. 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 13 de dezembro de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

REVOGAÇÃO EDITAL 23/2017

Publicação Nº 1455982

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

REVOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que TORNA NULA A PUBLICAÇÃO sob o número do ato 1450628, publicado em 08/12/2017 no diário oficial dos municípios e REVOGA O EDITAL DO PREGÃO nº 23/2017, por interesse público e conveniência, ante a necessidade de readequação orçamentária.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, n. 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 13 de dezembro de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº167/2017

Publicação Nº 1456018

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº167/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos ordinários nas dotações abaixo identificadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.04.122.0002.2.002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do prefeito e Vice-Prefeito R\$ 4.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004-2.015 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008-2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 700,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 700,00

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006-2.027 – Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 59.2017

Publicação Nº 1455812

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.202 e 203

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 59.2017

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos nº 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, V, da Lei nº 8.666/1993, “quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”; dispensável é a licitação com a empresa RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI (SANEBAN) CNPJ 09.278.438/0002-91 para a locação de Sanitário Químico não cotado no pregão 57.2017, para o encontro e exposição de carros antigos que acontecerá no dia 17 de dezembro de 2017 neste Município.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais)

Item	Qtidade	REF.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	Locação/ diária	Sanitário químico portátil para portadores de necessidades especiais, com telas superiores para circulação de ar e trinco com indicação de Livre/Ocupado, com transporte ao local solicitado e Retirada da mesma, fornecimento de produtos químicos, desinfetantes, neutralizador de odores e papel higiênico (no mínimo 04 (quatro) rolos por cabine). Com retirada dos efluentes, higienização, manutenção e sucção no final do evento.	325,00	325,00
02	04	Locação/ diária	Sanitário químico portátil, sendo masculino e feminino, com cabine em polietileno de alta densidade, com piso antiderrapante, superfície de paredes lisas, telas superiores para circulação de ar e trinco com indicação de Livre/Ocupado, com transporte ao local solicitado e Retirada da mesma, fornecimento de produtos químicos, desinfetantes, neutralizador de odores e papel higiênico (no mínimo 04 (quatro) rolos por cabine). Com retirada dos efluentes, higienização, manutenção e sucção no final do evento.	91,25	365,00

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contratam-se a Empresa acima descrita, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.278.438/0002-91, estabelecida na Rua São Leopoldo, nº32 – Barra do Aririu, Palhoça/SC CEP: 88.135-104.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
- g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica.

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de dezembro de 2017

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 199/2017

Publicação Nº 1457124

LEI COMPLEMENTAR Nº199/2017

ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N. 090/2010.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar n. 090/2010, que trata da estrutura organizacional da Câmara de Vereadores de Schroeder.

Parágrafo único. As funções gratificadas que tratam esta Lei Complementar passam a ser divididas em subníveis.

Art. 2º Os critérios de enquadramento para cada subnível serão definidos por ato do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 3º As tabelas remuneratórias e distribuição de vagas definidas na Lei Complementar nº. 090/2010 passam a ser as constantes no Anexo I da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 13 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I

ANEXO II REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

A	R\$ 680,15		
FG-1		B	R\$ 1.020,23
		C	R\$ 1.360,31
A	R\$ 1.105,26		
FG-2		B	R\$ 1.657,89
		C	R\$ 2.210,52
		A	R\$ 1.530,35
FG-3		B	R\$ 2.295,53
		C	R\$ 3.060,71
		A	R\$ 2.210,50
FG-4		B	R\$ 3.315,75
C	R\$ 4.421,00		

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
-------	------------

1	R\$ 1.105,26
2	R\$ 1.530,35
3	R\$ 1.870,43
4	R\$ 2.321,04

GABINETE DA PRESIDÊNCIA			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Assessor Jurídico	01	4	FG-4
Controlador	01	4	FG-4
Assessor Legislativo	01	3	FG-4
Assessor de Imprensa	01	2	FG-4
Diretor Geral	01	3	FG-3
Chefe de Gabinete	01	2	FG-2
Assessor Parlamentar	01	2	FG-1

LEI Nº 2.326/2017

Publicação Nº 1457146

LEI Nº.2.326/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2017, no valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 – CHEFIA DE GABINETE			
04.243.3012.2.433 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens fixas – pessoal civil	10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes dos cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.71.70.00.00	00.01.0000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	10.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº2.254/2016 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 13 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.319/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457119

PORTARIA Nº 7.319/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ana Paula da Silva, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 13 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.320/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1457120

PORTARIA Nº 7.320/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 4.337/2017, de 12 de dezembro de 2017, que autoriza a contratação emergencial de Médico (a) para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Kheli Perez Campos para exercer o cargo de Médica - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 13 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.321/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457099

PORTARIA Nº 7.321/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

FIXA HORÁRIO DE ATENDIMENTO DOS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL GIRASSOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fixar o horário de atendimento do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, localizado na Rua Guilherme Zastrow, 87, a saber:

Horário de Entrada	Horário de Saída
06h	18h

Art. 2º Para atendimento educacional à criança considera-se a declaração de trabalho atualizada apresentada pelos pais/responsáveis no ato da matrícula e conforme as disposições contidas no Regimento Interno e PPP do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº4.575/2012, de 17 de maio de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 13 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.322/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1457100

PORTARIA Nº7.322/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

FIXA HORÁRIO DE ATENDIMENTO DOS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL "PRIMEIROS PASSOS".

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fixar o horário de atendimento do Centro de Educação Infantil Municipal "Primeiros Passos", localizado na Rua Marguerita Tomaselli nº. 110 - Bairro Tomaselli, a saber:

Horário de Entrada	Horário de Saída
06h	18h

Art. 2º Para atendimento educacional à criança considera-se a declaração de trabalho apresentada pelos pais/responsáveis no ato da matrícula e conforme as disposições contidas no Regimento Interno e PPP do Centro de Educação Infantil Municipal "Primeiros Passos".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 13 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Seara

PREFEITURA

DECRETO N° 1357

Publicação N° 1456472

DECRETO N° 1357, de 13 de dezembro de 2017

Formaliza Termo de Credenciamento n° 007/2017 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento n° 007/2017, Processo de Licitação n° 153/2017, Modalidade de Inexigibilidade n° 011/2017, de 07 de dezembro de 2017,
DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 07 de dezembro de 2017, fica CREDENCIADO o Sr. Rui Afonso Müller, para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório n° 153/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n° 011/2017, datado em 07 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 13 de dezembro de 2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

DECRETO N° 1358

Publicação N° 1456476

DECRETO N° 1358, de 13 de dezembro de 2017

Formaliza Termo de Credenciamento n° 008/2017 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento n° 008/2017, Processo de Licitação n° 154/2017, Modalidade de Inexigibilidade n° 012/2017, de 07 de dezembro de 2017,
DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 07 de dezembro de 2017, fica CREDENCIADA a Sra. Leondina Cofcewicz, para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório n° 154/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n° 012/2017, datado em 07 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 13 de dezembro de 2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 55/2017

Publicação Nº 1456739

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 55/2017

Convoca aprovado em concurso público para nomeação, posse e exercício, nos termos do Edital do Concurso Público nº. 001/2015. O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do capítulo IX – do Provimento de Vagas do Edital de Concurso Público nº. 001/2015,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocada para admissão imediata, considerando-se para tal o período de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento da interessada, respeitada a ordem de classificação, a candidata aprovada no Concurso Público nº. 001/2015, para a vaga constante no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º A convocada por este Edital, deverá comparecer até o dia 12 de janeiro de 2018, no Departamento de Recursos Humanos, sito a Av. Anita Garibaldi, 371, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:30 horas.

Parágrafo único. A bem do serviço público e considerando as demandas das atividades administrativas, o início das atividades, preferencialmente deverá ocorrer em 02/01/2018.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no presente artigo, poderá requerer diretamente ao titular da Secretaria de Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

ANEXO - I

CARGO – ADJUNTO ADMINISTRATIVO:

Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
275631	Tais Cristina Dreon	3º

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

LEI Nº 1950

Publicação Nº 1456695

LEI Nº 1950, 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA 2018-2021 para o Município de Seara/SC e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso I do art. 216 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Seara para o período de 2018 a 2021 □ PPA 2018/20121 em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2018/2021 é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orienta a definição de prioridades e auxilia na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2018/2021 terá como diretrizes:

I – a garantia dos direitos humanos e a universalização das ações de governo;

II – a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos;

III – a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV – o aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência;

V – o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VI – a garantia do equilíbrio das contas públicas; e

VII – o estímulo e a valorização da educação, da promoção à saúde, da assistência social, a geração de emprego e renda, a afirmação dos direitos e da justiça social e do arrimo dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2018/2021 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programa e Programa de Gestão, Manutenção e Serviços da Ação Governamental, assim definidos:

I – Programa: que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços da Ação Governamental: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. Integram o PPA 2018/2021 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Art. 6º O Programa, instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos é composto por Diagnóstico, Objetivos, Indicadores, Ações, Valor Global, Valor por Meta Financeira, Produto e Categoria de Programação.

§ 1º Diagnóstico é a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades.

§ 2º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas e tem como atributos:

I – Órgão Responsável: órgão cujas atribuições que mais contribuem para a implementação do objetivo;

II – Meta: medida do alcance do objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III – Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 3º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 4º Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução de programa.

§ 5º O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

§ 6º O Valor da Meta Financeira é um parâmetro financeiro, estabelecido por Programa, especificado pelas esferas Fiscal e da Seguridade, que permitirá identificar, no PPA 2018/2021, empreendimento, quando seu custo total superar aquele valor.

§ 7º Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa.

§ 8º A categoria de programação de que trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, com vinculação em cada fonte de recurso.

Art. 7º Integram o PPA 2018/2021 os seguintes anexos:

I – Anexo I: Relação Agrupada das Receitas Planejadas (consolidado);

II – Anexo II: Resumo das Receitas por Fonte de Recursos (consolidado);

III – Anexo III: Resumo por Programas por Macro objetivos;

IV – Anexo IV: Relatório das Ações por Órgão e Ano – Vinculado e Ordinário;

V – Anexo V: Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades, Operações Especiais (consolidado);

VI – Anexo VI: Resumo das Despesas por Fonte de Recursos (consolidado).

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2018/2021 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas, cada ação orçamentária estará vinculada a uma única iniciativa, exceto as ações padronizadas.

§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e iniciativas constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2018/2021 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

ASPECTOS GERAIS

Art. 11. A gestão do PPA 2018/2021 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I – dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II – dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2018/2021.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2018/2021.

Art. 12. A alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Poder Executivo, através de projetos de lei específicos.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas e incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas e valores, sempre que tais modificações não requeiram mudanças no orçamento do Município.

Art. 14. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 15. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 16. A gestão do PPA 2018/2021 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas, Objetivos e Iniciativas.

Art. 17. O Poder Executivo manterá sistema de informações para apoio à gestão do Plano, que será atualizado permanentemente e abrangerá a execução financeira dos Programas e Iniciativas, o alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará de forma estruturada e organizada na internet, através do site oficial do Município, informação sobre a implementação e o acompanhamento do PPA 2018/2021, e, de forma consolidada, anualmente.

Seção II

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 18. O monitoramento do PPA 2018/2021 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da Administração Pública Municipal.

Art. 19. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 20. Anualmente o Executivo Municipal realizará a avaliação em audiência pública, por ocasião da revisão anual do PPA e da elaboração da Lei de Diretrizes – LDO e Lei Anual – LOA.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. São prioridades da administração pública municipal os Programas definidos nas leis de diretrizes orçamentárias.

Art. 22. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2018 a 2021, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 23. Considera-se revisão do PPA 2018/2021 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3º Considera-se alteração de Programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas e Metas.

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I – alterar o Valor Global do Programa;

II – incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III – adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV – incluir, excluir ou alterar Metas.

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I – Indicador;

II – Valor de Referência;

III – Meta de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;

IV – Órgão Responsável; e

V – Iniciativa sem financiamento orçamentário.

Art. 24. O levantamento das necessidades foi elaborado tendo em vista o Plano de Governo da Administração, analisadas, avaliadas e votadas em audiências públicas com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. nº 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e as prioridades de cada exercício serão estabelecidas também em audiência pública, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 25. Os projetos e obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Art. 26. A lei orçamentária anual englobará, apenas para efeitos de contabilização, em estrutura única os orçamentos da Prefeitura Municipal, os fundos municipais, visando facilitar as rotinas contábeis.

§ 1º Fica excluído do disposto do presente artigo o Fundo Municipal de Saúde que terá orçamento próprio e individualizado.

2º Os Fundos Municipais continuam a existir legalmente, possuindo contabilização da despesa, na condição de órgãos orçamentários da Unidade Gestora Central e contas bancárias específicas aos respectivos fundos.

Art. 27. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Seara-SC, 13 de dezembro de 2017
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

LEI Nº 1951

Publicação Nº 1456699

LEI Nº 1951, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 - LDO/2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso II do art. 216 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Seara para 2018, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV – as disposições para as transferências;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios aos servidores, empregados;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VIII – as disposições sobre transparência; e
- IX – as disposições finais.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018 e memória de cálculo, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF serão identificadas nos anexos a serem remetidos junto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA/2018, devidamente compatibilizados com os Programas constantes do PPA de 2018/2021 e respectivos anexos.

Art. 3º As metas fiscais previstas no art. 2º da presente Lei, a demonstração e avaliação do seu cumprimento serão demonstradas trimestralmente em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF e no mês julho na forma estabelecida no art. 4º da Lei nº 1.332, de 26 de julho de 2005, que cria a Conferência Municipal para Assuntos Orçamentários, e dá outras providências.

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 serão aquelas definidas e apresentadas nos demonstrativos de que trata o art. 2º desta Lei e tendo com base o estabelecido na Lei do Plano Plurianual – PPA 2018/2021.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no caput do presente artigo, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018 o Poder Executivo deverá compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º Os Anexos de metas fiscais de receitas e de despesas conterà no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – função: o maior nível de agregação das diversas áreas que competem à administração pública municipal, o que caracteriza da melhor forma possível às ações de governo na proposta orçamentária, utilizando-se as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e alterações posteriores;

II – subfunção: representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto das competências da administração pública municipal o que caracteriza da melhor forma possível à identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, utilizando-se as subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão;

III – programa: é o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – projeto: é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo. Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 serão os que foram previamente aprovados no Plano Plurianual 2018/2021;

V – atividade: é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo. As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício de 2018 serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal, e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente, cujo produto final será a manutenção das ações governamentais extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

VI – operação especial: agregam as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII – órgão orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional utilizada para quantificar e expressar as características do produto;

IX – subtítulo: o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

X – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII – execução orçamentária: o empenhamento e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

XIV – concedente: o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários; e,

XV – conveniente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, com os quais a administração pública municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

XVI – Parcerias: As parcerias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil – OSC terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de:

a) termo de fomento: quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

b) acordo de cooperação: quando não envolver transferência de recurso financeiro.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, e esta com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de funcionamento na forma da Portaria nº 350, de 18 de junho de 2010 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art. 167, VI da Constituição Federal, será identificada no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, com vinculação em cada fonte de recurso.

§ 3º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 4º Os orçamentos dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores será constituído de:

- I – mensagem;
- II – texto da lei;
- III – receitas por categorias econômicas;
- IV – demonstrativo da evolução da receita;
- V – resumo geral da despesa – consolidação;
- VI – demonstrativo da evolução da despesa;
- VII – natureza das despesas segundo a categoria econômica;
- VIII – classificação da despesa segundo funcional programática;
- IX – programa de trabalho por órgão e unidade orçamentária;
- X – demonstrativo de funções, subvenções e programas por projetos atividades;
- XI – demonstrativo de funções, subvenções e programas conforme o vínculo;
- XII – demonstrativos das despesas por órgãos e funções;
- XIII – sumário geral das receitas por fontes e despesas por funções de governo;
- XIV – quadro das dotações por órgãos de governo e da administração;
- XV – programa de trabalho referente realizações de obras e prestações de serviços;
- XVI – campo de atuação das unidades orçamentárias;
- XVII – quadro demonstrativo das receitas e respectivas legislações;
- XVIII – quadro demonstrativo da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2015 e 2016 estimadas para 2017 e projetada para 2018, 2019 e 2020, instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifique os resultados pretendidos;
- XIX – quadro demonstrativo da dívida fundada interna em 31 de dezembro de 2016 e a projeção de desembolso para os de 2018 a 2020;
- XX – quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da proposta orçamentária à Câmara Municipal;
- XXI – quadro demonstrativo consolidado da composição do ativo financeiro e passivo financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da proposta orçamentária à Câmara Municipal;
- XXII – quadro demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2014 a 2016;

§ 1º O Fundo Municipal de Saúde que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura Municipal e por Unidades Gestoras e Órgãos com orçamento e contabilidade própria.

§ 3º O quadro demonstrativo da despesa de que trata este artigo fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza da Despesa/Modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria nº 163, de 4 de maio de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e alterações posteriores admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal na mesma categoria de programação conforme definido no § 2º do art. 5º desta Lei.

§ 4º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária prevista neste artigo e de que trata o art. 22, parágrafo único, I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, conterá:

- I – demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;
- II – demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa.

Art. 7º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura, conforme abaixo descrito:

I – Prefeitura Municipal de Seara;

II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

IV – Fundo Municipal de Saúde;

V – Fundo Municipal de Assistência Social;

VI – Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 8º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, por projeto ou atividade, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, e os grupos de natureza de despesa conforme a seguir discriminado:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras;

VI – amortização da dívida.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como os de maior nível de classificação institucional.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

§ 1º O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas receitas especificadas no Orçamento da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, representados nos demonstrativos previstos no art. 6º da presente lei.

§ 3º As receitas próprias diretamente arrecadadas pelos Fundos, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à contrapartida de operações de créditos.

§ 4º Os Fundos, com exceção ao previsto no § 2º do presente artigo, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal.

§ 5º O Prefeito Municipal poderá, por ato próprio, delegar o gerenciamento dos Fundos previstos no parágrafo anterior a titular do órgão no qual o Fundo esteja vinculado.

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018 deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal a fim de observar o princípio da publicidade e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações.

§ 1º Na elaboração ou na execução da proposta orçamentária prevista neste artigo, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas em seus demonstrativos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 2º Além das metas e prioridades a que se refere o art. 2º desta Lei, serão selecionadas outras, em audiências públicas, conduzidos pelo Poder Executivo Municipal, a serem realizadas com os segmentos comunitários do Município.

Art. 11. No projeto de Lei Orçamentária poderá ser incluída a programação constante das propostas de alteração do Plano Plurianual 2018/2021, que tenham sido objeto de projetos de leis específicas.

Art. 12. No projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas conforme os preços vigentes à época da elaboração do orçamento.

Art. 13. Na programação orçamentária não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 14. As receitas próprias diretamente arrecadadas pelos Fundos, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à contrapartida de operações de crédito.

Art. 15. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência vinculada aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante equivalente em até 0,5 % (meio por cento) da receita corrente líquida.

Art. 16. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Seção II Dos Débitos Judiciais

Art. 17. A Lei Orçamentária de 2018 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§ 1º Os precatórios que serão incluídos nos termos do caput deste artigo são aqueles encaminhadas até 20 de julho de 2017 ao Setor Jurídico do Município, e que tenham as seguintes especificações:

I – número da ação originária;

II – data do ajuizamento da ação originária;

III – número do precatório;

IV – tipo de causa julgada, com especificação precisa do objeto da condenação transitada em julgado;

V - data da autuação do precatório;

VI – nome do beneficiário e número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

VII – valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago;

VIII – data do trânsito em julgado;

IX – identificação da Vara ou Comarca de origem; e

X – natureza do valor do precatório, se referente ao objeto da causa julgada, a honorários sucumbenciais fixados pelo Juiz da Execução ou a honorários contratuais.

§ 2º A atualização de valores de requisitos, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, previsto no exercício de 2018, nos termos § 12 do art. 100 da Constituição Federal será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 3º Procedimentos para pagamento dos precatórios, além do disposto nos §§ 1º e 2º do presente artigo obedecerão as normas especificadas na Resolução CNJ de nº 115, de 29 de junho de 2010 que dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário e alterações posteriores.

§ 4º Em se tratando Requisições de Pequenos Valores – RPVs, fica fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para o respectivo pagamento, que deverá ser realizado em conta de depósito judicial à disposição do respectivo juízo, respeitadas os limites previstos no art. 87 do ADCT e nas leis específicas que regem a matéria.

Seção III Das Diretrizes para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 18. Os orçamentos fiscais e da seguridade social abrangerão os Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos e Órgãos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 1º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no inciso XI do caput do art. 167 e nos art. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do orçamento da seguridade social;

II – do Orçamento Fiscal; e

III - de receitas próprias dos Fundos que integram exclusivamente o orçamento da seguridade social; e

IV – das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de Órgãos e Fundos.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que tratam a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 195 da Constituição, no projeto de lei orçamentária de 2018 e na respectiva Lei, não se sujeitarão à desvinculação e terão a destinação prevista no inciso XI do art. 167 da Constituição Federal.

§ 3º As receitas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Art. 19. As despesas de custeio realizadas à conta de recursos do Tesouro Municipal, exceto com pessoal e encargos sociais, não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes no orçamento de 2017, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas prioridades definidas no Plano Plurianual 2018/2021.

§ 1º Havendo incremento real de receita corrente líquida o aumento previsto no presente artigo poderá ser incrementado nos mesmos índices.

§ 2º Exclui-se do previsto no presente artigo, se, mediante demonstrativo de impacto financeiro, for comprovado que as despesas de custeio tiverem aumentos dos produtos/serviços superiores ao incremento real de receita corrente líquida.

Seção IV

Das Diretrizes para o Limite de Despesas do Poder Legislativo Municipal

Art. 20. Na elaboração do orçamento do Poder Legislativo Municipal, nos termos no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal, será observado o limite de 7 % (sete por cento) relativo ao somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizadas no exercício de 2017, incluídas todas as despesas de custeio administrativo e operacional, de investimentos, de pessoal ativo e encargos sociais.

Parágrafo único. Os recursos, acrescidos dos créditos suplementares e especiais, serão entregues em conformidade com o art. 145 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 21. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2017, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 22. Os saldos financeiros dos recursos colocados à disposição do Poder Legislativo Municipal não comprometidos, com o devido empenhamento da despesa, na forma do parágrafo único do art. 20 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Municipal até o dia 31 de dezembro de 2018, para efeito de encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo único. Havendo anulação de despesas empenhadas do exercício anterior, o valor dos saldos financeiros dessas despesas serão recolhidos aos cofres do Município até o final do mês da data de sua anulação.

Seção V

Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 23. As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na forma e detalhamento descritos no Plano Plurianual 2018/2021 e nesta Lei.

Parágrafo único. Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores as emendas que contrariem o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 143 da Lei Orgânica Municipal.

Seção VI

Cronograma de Desembolso Mensal e da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 24. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 25. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará ao Poder Legislativo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as:

I – atividades do Poder Legislativo constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2018; e

II - custeadas com recursos de doações e convênios;

§ 2º A exclusão das despesas de que trata o inciso I do § 1º deste artigo aplica-se integralmente no caso de a estimativa, ser igual ou superior àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido projeto, no caso de a estimativa atualizada ser inferior.

§ 3º O Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o caput deste artigo, editará ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 4º A execução das despesas primárias discricionárias dos Poderes Executivo e Legislativo, decorrente da abertura de créditos suplementares e especiais e da reabertura de créditos especiais, no exercício de 2018, fica condicionada aos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos nos termos deste artigo, exceto quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios financeiros e não financeiros, apurado de acordo com o § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 5º Adoção do mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, recairá para as seguintes despesas abaixo:

I – redução dos investimentos programados e obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II – eliminação de despesas com serviços extraordinários;

III – eliminação de possíveis gratificações temporárias concedidas a servidores;

IV - redução de até 30 % (trinta por cento) dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras e serviços públicos e;

V – redução de dotação de material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 6º Para fins da verificação de que trata o § 5º deste artigo, considerar-se-ão as receitas de acordo com as respectivas fontes de origem e aplicação de recursos, aplicando-se a limitação de empenhamento nas respectivas dotações até normalidade da arrecadação.

§ 7º É facultado à Administração, observada a relevância da ação ou do serviço público, utilizar recursos de fontes ordinárias para financiar dotações oriundas de recursos vinculados.

§ 8º Ocorrendo o disposto no § 7º deste artigo e verificado conjuntamente, que o não cumprimento da arrecadação das respectivas fontes poderá afetar o equilíbrio financeiro, aplicar-se-á a limitação conforme os incisos I a V do § 5º deste artigo.

§ 9º É facultada a aplicação da limitação de empenho para aquelas fontes de recursos, cuja execução da despesa esteja condicionada estritamente à arrecadação da respectiva receita ou cuja liberação dos recursos esteja vinculada à aprovação dos bens ou serviços adquiridos pelo órgão repassador.

§ 10. Independente da verificação do estabelecido no caput deste artigo, a qualquer tempo, o Poder Executivo poderá estabelecer limitação de empenho, de forma geral ou individualizada por Órgão, objetivando atender prioridades da Gestão da Administração.

Seção VII

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. Os orçamentos fiscais e da seguridade social, as classificações das dotações previstas no art. 8º, poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução.

Art. 27. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares, especiais e extraordinários serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, também em meio magnético, preferencialmente de forma consolidada.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I, II e III do art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é até 30 de novembro de 2018, com exceção do estabelecido no

inciso III do art. 41 da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que poderá ser a qualquer tempo.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares, especiais e extraordinários, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2017, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2018;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação.

§ 6º Para fins do disposto no § 5º deste artigo, será publicado, junto com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2018, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2017.

§ 7º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deste artigo deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 8º Os projetos de lei referentes a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal, benefícios aos servidores e seus dependentes, sentenças judiciais e dívida, serão encaminhados ao Poder Legislativo no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento, pela Secretaria Municipal da Fazenda, contendo as disposições dos §§ 1º e 4º do presente artigo.

§ 9º Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Poder Legislativo, serão considerados automaticamente autorizados com a sanção e publicação da respectiva lei e automaticamente abertos com a publicação do competente Decreto do Poder Executivo.

§ 10. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Art. 28. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2018 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização específica do Poder Legislativo.

Art. 29. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio do Poder Executivo até 15 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput será 28 de fevereiro de 2018, quando se tratar do Orçamento de Investimento.

Art. 30. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 2º do art. 5º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao novo Órgão.

Art. 31. Na execução orçamentária do exercício de 2018 o Poder Executivo Municipal, poderá:

I – remanejar o saldo das dotações de despesas nos termos do § 3º do art. 6º da presente Lei.

II – suplementar dotação orçamentária com saldos insuficientes, utilizando-se recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, os provenientes de excesso de arrecadação, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados por lei e o produto de operações de crédito autorizado, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo Municipal realizá-las.

III – abrir crédito suplementar com os recursos previstos no § 2º do art. 68 da presente Lei.

§ 1º O remanejamento previsto no inciso I do presente artigo e a suplementação utilizando-se os recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e do excesso de arrecadação poderá ser efetuado mediante Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O remanejamento e a abertura de créditos suplementares ou especiais ou suplementações não previstas no § 1º do presente artigo será efetuado mediante lei específica.

Art. 32. Durante a execução orçamentária o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadra nas prioridades para o exercício de 2018.

Seção VIII

Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 33. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I – despesas com obrigações constitucionais ou legais da Prefeitura e seus Órgãos;

II – pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei Complementar nº 30, de 16 de dezembro de 2008;

III – ações de prevenção a desastres classificadas e aprovada pela Defesa Civil;

IV – dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde educação classificada na Lei Orçamentária de 2018;

V – investimentos e inversões financeiras; e

VI – despesas contratualmente assumidas no âmbito do Orçamento de Investimento.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2018 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2018 no Poder Legislativo e da execução prevista neste artigo serão ajustados por Decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2018, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 20% (vinte por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do caput poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da proposta orçamentária ou incluídas e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2018 não excederá os limites estabelecidos nas metas da Lei Orçamentária Anual – LOA.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I – o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II – a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III – a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel da Administração Pública Municipal;

IV – a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V – o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI – a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII – a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 38. Mediante atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração e criação de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título.

Art. 39. No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão o limite estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF.

Art. 40. No exercício de 2018, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e,

III – for observado o limite previsto no art. 39 desta Lei.

§ 1º A comprovação da existência de dotação prévia e suficiente para o atendimento da despesa prévia prevista no inciso I do caput do presente artigo ocorrerá no ato da contratação mediante processo da estimativa do impacto financeiro se essa for necessária ou através de documento específico que será anexo aos assentos pessoais do servidor admitido.

§ 2º Excetua-se do disposto do inciso I do presente artigo a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 30, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 41. No exercício de 2018, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 39, desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta, do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no “caput” deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 42. O Poder Executivo, por intermédio da gerência de recursos humanos, publicará até 30 de setembro de 2018, a denominação e os quantitativos de cargos ocupados e vagos, efetivos, temporários e comissionados, integrantes dos diversos quadros de pessoal dos órgãos da administração direta.

Art. 43. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 44. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas nos plano de cargos da Administração Pública de Seara, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais e ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34” – “Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização”.

Art. 45. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF:

I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão em 20 % (vinte por cento) dos cargos preenchidos; e

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 46. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no “caput”, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 47. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária para a sanção do Prefeito Municipal, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção do Prefeito à lei orçamentária, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até 100 % (cem por cento) das dotações relativas aos novos projetos;

II – de até 60 % (sessenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento;

III – de até 20 % (vinte por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;

IV – dos restantes 40 % (quarenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento; e

V – dos restantes 80 % (oitenta por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante Decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no § 2º, a troca das fontes de recursos condicionada constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

Art. 48. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

Parágrafo único. Também não se consideram renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF as isenções parciais ou totais de juros e multas em programas de recuperação fiscal aprovados por lei específica desde que mantida a correção monetária da receita.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VIII

DAS TRANSFERÊNCIAS

Seção I

Das Transferências para o Setor Privado

Subseção I

Das Subvenções Sociais

Art. 50. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da legislação vigente.

§ 1º Entidades beneficentes de assistência social são àquelas que detenham certificação emitida por Conselho Municipal de Assistência Social e/ou Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, ou outros órgãos competentes à nível Estadual ou Federal, nos termos da legislação própria.

§ 2º Os repasses deverão ser realizados por unidade gestora com atribuições legais afetas à área social, saúde ou educação.

§ 3º A certificação de que trata o § 1º poderá ser substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Para as Transferências para o Setor Privado aplica-se as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as

organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento, e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999 e normas regulamentares do Município.

§ 5º A transferência de recursos devem atender as disposições do art. 51 da presente Lei.

Subseção II

Dos Termos de Contribuições Correntes, de Capital, Colaboração e Fomento

Art. 51. A transferência de recursos somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2018;

III – sejam selecionadas por ato de autorização do dirigente da unidade orçamentária transferidora, desde que atendam a lei específica disciplinando a forma e os critérios de concessão; ou,

IV – que atenda os dispositivos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e normas regulamentares do Município.

§ 1º A transferência de recursos a título de contribuição corrente e capital, não autorizada nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, na forma estabelecida no inciso III do presente artigo, o qual conterá o critério de seleção, o objeto, o prazo do termo ou instrumento congênere e a justificativa para a escolha da entidade.

§ 2º A transferência de recursos a título de Colaboração e Fomento previstos no inciso IV do caput deste artigo será realizado através de Chamamento Público ou por inexigibilidade de Chamamento Público na forma dos arts. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 que estabelecerá critérios e indicadores padronizados a serem seguidos especialmente quanto às seguintes características:

I – objetos;

II – metas;

III – métodos;

IV – custos;

V – plano de trabalho;

VI – indicadores, quantitativos e qualitativos, de avaliação de resultados.

§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º aplica-se aos casos de termos ou instrumento congênere cujas despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2018.

Subseção III

Das Transferências Correntes e dos Termos de Colaboração e Fomento

Art. 52. As Transferências Correntes, previstas no § 2º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, e os Termos de Colaboração e Fomento estabelecido pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, atendam ao disposto no art. 50 desta Lei e sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica.

II – de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e atendam ao disposto no art. 50 desta Lei;

III – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento de qualquer modalidade ou a prática do desporto amador e de recreação, desde que seja formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais e seja demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

IV – de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no art. 50 desta Lei e cujas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

V – voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VI – voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público;

VII – voltadas a colaboração e fomento para atendimento as disposições do art. 5º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. As transferências dos recursos devem atender as disposições do art. 51 da presente Lei.

Subseção IV

Disposições Gerais

Art. 53. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 50 a 52 desta Lei, a transferência de recursos, a entidade privada sem fins lucrativos, depende da justificação pelo órgão concedente e ainda de:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação físicas necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente; e

c) realização de obras físicas em entidades sem fins lucrativos.

II – identificação do beneficiário e do valor transferido nos respectivos termos de subvenções sociais, auxílios e contribuições financeiras, cooperação, fomento ou instrumento congênere;

III – execução na modalidade de aplicação 50 – transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV – compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VI – publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII – comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pela concedente;

VIII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor da concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX – apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, do Estado, do Município, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

X – demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades;

XI – manifestação prévia e expressa do setor técnico do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

XII – atendimento a Instrução Normativa – IN 14/2012 e alterações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e das normas específicas do Município e do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal;

XIII – para fomento do desenvolvimento econômico e rural previstos nos arts. 159 e 162 da Lei Orgânica Municipal; e

XIV – para a colaboração e fomento o atendimento as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e normas regulamentares do Município.

Parágrafo único. A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente político de Poder Municipal, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os

casos em que a nomeação decorra de previsão legal ou que sejam beneficiados:

I – os Conselhos Municipais devidamente aprovados por leis específicas;

II – as associações de entes federativos, limitada a aplicação dos recursos à capacitação e ao treinamento de seu pessoal; ou

III – as demais vedações previstas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e normas regulamentares do Município.

Art. 54. É facultativa a exigência de contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 50, 51 e 52 desta Lei, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social e atendam ao disposto no art. 50 desta lei.

CAPÍTULO IX DA TRANSPARÊNCIA

Art. 55. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal divulgarão e manterão atualizada, na página do Município, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos dos arts. 50 a 52, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

IV – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do termo ou instrumento congênere;

VI – órgão transferidor; e

VII – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 56. Os Poderes do Município atenderão integralmente as disposições da Lei Federal de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, da Lei Federal de nº 131, de 27 de maio de 2009 e Lei Municipal de nº 1722 de 29 de maio de 2013.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. A execução da Lei Orçamentária de 2018 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública Municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Poder Legislativo Municipal.

Art. 58. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Art. 59. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF:

I – entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse a 10 (dez) vezes, o limite do inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária de 2018, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

III – os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2018 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 60. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa ou inexigibilidade.

Art. 61. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 62. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 63. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício

subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 64. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual e outros Entes da Federação através de seus órgãos da administração direta ou direta descentralizada para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 65. Comprovado interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 66. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles provenientes de intempéries e passivos contingentes, constantes em anexo da LOA.

§ 1º Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal, poderá por ato próprio, utilizar o excesso de arrecadação, o superávit financeiro do exercício de 2017 ou encaminhar projeto de lei a Câmara Municipal de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos ou despesas de custeio, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 67. O orçamento do Município, para o exercício de 2018 contemplará recursos para a reserva de contingência, destinadas atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, conforme estabelecido na forma do art. 15 desta Lei.

Parágrafo único. É admitida a utilização dos recursos da dotação Reserva de Contingência após a data de 30 de outubro de 2018, para outra finalidade, desde que atendidos os passivos contingentes e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Art. 68. Os projetos e atividades priorizados na lei orçamentária para 2018 com dotações vinculadas de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, serão executados e utilizados a qualquer título, quando devidamente firmado e processados, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido nos termos do art. 8º, § único e art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos das receitas, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

§ 3º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo, nos termos do art. 8º, § único e art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 13 de dezembro de 2017
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

PORTARIAS 012/2017 A 016/2017 - FMES

Publicação Nº 1456730

Portaria nº. 012/2017. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,
Exonerar a pedido, Rodrigo Antônio Coelho Vaz Martins, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Esportes, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Municipal de Esportes de Seara, Lei Complementar nº 005/2001, a partir de 15 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

RICARDO MOISES HOCH

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes de Seara – FMES

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 013/2017. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,
Exonerar a pedido, Mateus Fellippe, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Municipal de Esportes de Seara, Lei Complementar nº 005/2001, a partir de 15 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

RICARDO MOISES HOCH

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes de Seara – FMES

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 014/2017. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Exonerar a pedido, Naia Mattiello, do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Atividades Esportivas, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Municipal de Esportes de Seara, Lei Complementar nº 005/2001, a partir de 15 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

RICARDO MOISES HOCH

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes de Seara – FMES

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 015/2017. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Exonerar a pedido, Ana Paula Bergmann, do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Atividades Esportivas, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Municipal de Esportes de Seara, Lei Complementar nº 005/2001, a partir de 15 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

RICARDO MOISES HOCH

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes de Seara – FMES

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 016/2017. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Marlisete Siqueira, contratada em caráter temporário para exercer a função de Servente, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Municipal de Esportes de Seara, Lei Complementar nº 005/2001, a partir de 15 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

RICARDO MOISES HOCH

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes de Seara – FMES

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

PORTARIAS 023/2017 A 038/2017 - FCS

Publicação Nº 1456720

Portaria nº. 023/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Exonerar, Gisela Margarida Germendorff Plaumann, do cargo de provimento em comissão de Diretor do Museu Municipal, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 024/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,
Exonerar a pedido, Fabiane Lecardelli, do cargo de provimento em comissão de Diretor Cultural, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 025/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,
Exonerar a pedido, Edeltraudt Pierozan, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo Financeiro, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 026/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,
Demitir a pedido, Ana Paula Dias Pesamosca, contratada em caráter temporário para exercer a função de Servente, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 027/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,
Demitir a pedido, Fabiana Maria dos Santos, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor de Dança de Rua, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 028/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,
Demitir a pedido, Suelen Cristina dos Santos, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor de Dança Popular, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 029/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Gabrieli Maroso dos Santos, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor de Ballet Clássico, Jazz, Dança Contemporânea e Sapateado, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 030/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Anderson Luis Lemes da Silva, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Violão, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 031/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Marciano Gonçalves de Oliveira, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Canto Coral e Técnica Vocal, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 032/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Alex Junior Antunes de Lima, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Violino e Violoncelo, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 033/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Gilvandro Antonio Canossa, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Guitarra e Contrabaixo, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 034/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Aires Elias Mausolf, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Percussão, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 035/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Gustavo Luiz Oliveira Guimarães, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Banda, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 036/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Fernando José Battisti, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Violão, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 037/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Gevair Cleiton Michaelsen, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Teclado e Acordeon, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 038/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto da Entidade, resolve,

Demitir a pedido, Gilberto Canossa, contratado em caráter temporário para exercer a função de Professor de Viola, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, a partir de 16 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de dezembro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

PORTARIAS 493/2017 E 494/2017

Publicação Nº 1456715

Portaria nº. 493/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Marcia Cleide Rizzi, matrícula 220702, contratada em caráter temporário para exercer a função de Servente Interno, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 07 a 21 de dezembro de 2017, mediante remuneração pelo Município e a partir de 22 de dezembro de 2017, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 494/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 110 da Lei Complementar nº. 18/2003, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Lucineia Neodete Patzlaff, matrícula - 214401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, conforme atestado médico, no período de 06 de dezembro de 2017 a 04 de abril de 2018. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO CONTRATO Nº 9/2017

Publicação Nº 1455723

Contrato nº 9, de 12 de dezembro de 2017 – Termo de Aditamento nº 2/2017, ao Contrato nº 1/2016. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE VE-READORES DE SEARA – Contratante e a empresa EDITORA BELOS MONTES LTDA ME – Contratada, CNPJ nº 04.348.476/0001-79. Objeto: acresce uma página e meia ao objeto do contrato. Valor: R\$ 1.931,71.

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

Publicação Nº 1455850

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para fins de Execução de Serviços de Engenharia de Limpeza Pública, na área do Perímetro Urbano e Bairro industrial, no Município de Serra Alta/SC, compreendendo: Coleta de Lixo Domiciliar, Comercial e da Saúde (Unidades de Saúde – PSF), Transporte e Disposição Final dos Resíduos Coletados.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28 de Dezembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 28 de Dezembro de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 101/2017

Publicação Nº 1455515

PORTARIA Nº 101/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AGUSTINHO BRANCO DE LIMA DO CARGO DE PROFESSOR II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. AGUSTINHO BRANCO DE LIMA, portador do CPF nº. 018.405.759-05, RG nº. 13R 2.646.808 SSP/SC, do Cargo de Professor II, lotado junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 102/2017

Publicação Nº 1455516

PORTARIA Nº 102/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE BIANCA CEREJO DO CARGO DE AGENTE EDUCATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art.

40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. BIANCA CEREJO, portadora do CPF nº. 074.053.219-76, RG nº. 4.970.297 SSP/SC, do Cargo de Agente Educativa, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 11, do Grupo 1-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 103/2017

Publicação Nº 1455517

PORTARIA Nº 103/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI DO CARGO DE PROFESSORA I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI, portadora do CPF nº. 088.309.809-19, RG nº. 6.053.115 SSP/SC, do Cargo de Professora I, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 104/2017

Publicação Nº 1455518

PORTARIA Nº 104/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FABIANA PARIZOTTO DO CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. FABIANA PARIZOTTO, portadora do CPF nº. 074.812.679-10, RG nº. 5.839.166 SSPDC/SC, do Cargo de Professora de Educação Física, lotada junto à Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 105/2017

Publicação Nº 1455519

PORTARIA Nº 105/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE GABRIELA CARLA STRAPAZZON DO CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. GABRIELA CARLA STRAPAZZON, portadora do CPF nº. 091.362.069-62, RG nº. 5.543.353 SSPDC/SC, do Cargo de Professora de Educação Física, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 106/2017

Publicação Nº 1455520

PORTARIA Nº 106/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE IVANI TOMAZELLI GERMINIANI DO CARGO DE PROFESSORA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. IVANI TOMAZELLI GERMINIANI, portadora do CPF nº. 987.388.369-04, RG nº. 1.279.208 SSP/SC, do Cargo de Professora II, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 107/2017

Publicação Nº 1455521

PORTARIA Nº 107/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE JANETE PETRY CERISOLI DO CARGO DE SEGUNDA PROFESSORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. JANETE PETRY CERISOLI, portadora do CPF nº. 014.831.769-32, RG nº. 2.436.483 SSP/SC, do Cargo de Segunda Professora, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 61, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 108/2017

Publicação Nº 1455522

PORTARIA Nº 108/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE JOCIELI SPEROTTO DO CARGO DE SERVENTE DE ESCOLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. JOCIELI SPEROTTO, portadora do CPF nº. 091.653.359-02, RG nº. 6.095.489 SSPDC/SC, do Cargo de Servente de Escola, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 11, do Grupo 1-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 109/2017

Publicação Nº 1455524

PORTARIA Nº 109/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE LIONE MARIA BIEZUS FICAGNA DO CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. LIONE MARIA BIEZUS FICAGNA, portadora do CPF nº. 502.587.530-72, RG nº. 4.704.689 SSP/SC, do Cargo de Professora de Educação Física, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 110/2017

Publicação Nº 1455525

PORTARIA Nº 110/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE LOVANI TEREZINHA BARON DO CARGO DE PROFESSORA I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. LOVANI TEREZINHA BARON, portadora do CPF nº. 558.132.409-34, RG nº. 12R 1.833.403 SSI/SC, do Cargo de Professora I, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 111/2017

Publicação Nº 1455527

PORTARIA Nº 111/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE MARILEI LUBENOW SENHOR DO CARGO DE PROFESSORA I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. MARILEI LUBENOW SENHOR, portadora do CPF nº. 039.964.169-62, RG nº. 4.589.624 SSP/SC, do Cargo de Professora I, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 112/2017

Publicação Nº 1455528

PORTARIA Nº 112/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE MARILEI LUBENOW SENHOR DO CARGO DE PROFESSORA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. MARILEI LUBENOW SENHOR, portadora do CPF nº. 039.964.169-62, RG nº. 4.589.624 SSP/SC, do Cargo de Professora II, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 113/2017

Publicação Nº 1455530

PORTARIA Nº 113/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER DO CARGO DE PROFESSORA I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art.

40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER, portadora do CPF nº. 039.711.359-51, RG nº. 4.402.953 SSPDC/SC, do Cargo de Professora I, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 114/2017

Publicação Nº 1455531

PORTARIA Nº 114/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PEDRO DE SOUZA DO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. PEDRO DE SOUZA, portador do CPF nº. 021.226.499-09, RG nº. 3.839.111 SSP/SC, do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotado junto à Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, Nível 13, do Grupo 1-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 115/2017

Publicação Nº 1455532

PORTARIA Nº 115/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE RUDINARA ELISA MARINI DO CARGO DE AGENTE EDUCATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. RUDINARA ELISA MARINI, portadora do CPF nº. 081.478.159-48, RG nº. 5.543.168 SSP/SC, do Cargo de Agente Educativa, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 11, do Grupo 1-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 116/2017

Publicação Nº 1455534

PORTARIA Nº 116/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN DO CARGO DE PROFESSORA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN, portadora do CPF nº. 811.727.619-49, RG nº. 2.433.487-1 SSP/SC, do Cargo de Professora II, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 117/2017

Publicação Nº 1455535

PORTARIA Nº 117/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS DO CARGO DE PROFESSORA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS, portadora do CPF nº. 084.358.699-03, RG nº. 6.095.861 SSP/SC, do Cargo de Professora II, lotada junto à Secretaria Assistência Social, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 118/2017

Publicação Nº 1455537

PORTARIA Nº 118/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SIMONIA STEFFENS DO CARGO DE SERVENTE DE ESCOLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. SIMONIA STEFFENS, portadora do CPF nº. 023.372.670-59, RG nº. 7110671241 SSP/RS, do Cargo de Servente de Escola, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 11, do Grupo 1-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 119/2017

Publicação Nº 1455538

PORTARIA Nº 119/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SIMPLÍCIA MARIA DA CUNHA DO CARGO DE SEGUNDA PROFESSORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. SIMPLÍCIA MARIA DA CUNHA, portadora do CPF nº. 575.676.119-53, RG nº. 1.491.530 SSPDC/SC, do Cargo de Segunda Professora, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 61, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 120/2017

Publicação Nº 1455540

PORTARIA Nº 120/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE TATIANA MAHL DO CARGO DE AGENTE EDUCATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. TATIANA MAHL, portadora do CPF nº. 087.540.709-96, RG nº. 4.791.213 SSPDC/SC, do Cargo de Agente Educativa, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 11, do Grupo 1-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 121/2017

Publicação Nº 1455541

PORTARIA Nº 121/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE TAYNARA CRISTINA LAZARETI DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 29 de dezembro de 2017, a Sra. TAYNARA CRISTINA LAZARETI, portadora do CPF nº. 102.219.389-90, RG nº. 5.543.048 SSP/SC, do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada junto à Secretaria de Saúde, Nível 11-A, do Grupo 1-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 122/2017

Publicação Nº 1455542

PORTARIA Nº 122/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE VALDIR FUCHS DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art.

40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. VALDIR FUCHS, portador do CPF nº. 477.130.979-53, RG nº. 1.494.365 SSPDC/SC, do Cargo de Operador de Máquinas, lotado junto à Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, Nível 32, do Grupo 3-SOP, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 123/2017

Publicação Nº 1455544

PORTARIA Nº. 123/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE DAIANE CECATTO, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE DE ESCOLA, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006 e,

CONSIDERANDO que a servidora contratada por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público está em período de gestação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº 016/2017, de 09 de fevereiro de 2017, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Daiane Cecatto
CPF:	091.653.379-48
RG:	5.543.026 SSP/SC
CARGO:	Servente de Escola
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	1-SEG
NÍVEL:	11
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a prorrogação da contratação pelo motivo da servidora estar em período de gestação.
VIGÊNCIA:	Até término da Licença Maternidade.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006, e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 124/2017

Publicação Nº 1455545

PORTARIA Nº. 124/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR I, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006 e,

CONSIDERANDO que a servidora contratada por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público está em período de gestação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº 025/2017, de 09 de fevereiro de 2017, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Elizandra Kominkiewicz Wrzesinski
CPF:	061.172.179-19
RG:	4.971.671 SSP/SC
CARGO:	Professor I
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	6-MAG
NÍVEL:	62
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a prorrogação da contratação pelo motivo da servidora estar em período de gestação.
VIGÊNCIA:	Até término da Licença Maternidade.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006, e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 125/2017

Publicação Nº 1455546

PORTARIA Nº. 125/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE JAQUELINE PELENTIR VIEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006 e,

CONSIDERANDO que a servidora contratada por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público está em período de gestação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº 009/2017, de 09 de fevereiro de 2017 e Errata nº 005/2017, de 14 de fevereiro de 2017, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Jaqueline Pelentir Vieira
CPF:	070.871.419-61
RG:	4.283.411 SSP/SC
CARGO:	Professora II
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	6-MAG
NÍVEL:	62
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a prorrogação da contratação pelo motivo da servidora estar em período de gestação.
VIGÊNCIA:	Até término da Licença Maternidade.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006, e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI
Secretário de Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 063/2017

Publicação Nº 1457022

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 078/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 063/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO A CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, O TREINAMENTO E SERVIÇOS TÉCNICOS.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 28 de dezembro de 2017

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 28 de dezembro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 13 de dezembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1456332

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº095/2017 REGISTRO DE PREÇO

Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 095/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) MILTON E MARLON LAVAÇÃO LTDA ME, representada neste ato por Marlon Minosso Dalla Costa;

2) BORRACHARIA NWS LTDA ME, representada neste ato por Nestor Vier;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 e 2 a empresa BORRACHARIA NWS LTDA ME com o valor total de R\$ 52.952,00 (cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais) e para os itens 3, 4, 5 e 6 sagrou-se vencedor a empresa MILTON E MARLON LAVAÇÃO LTDA ME com o valor total de R\$ 50.583,00 (cinquenta mil quinhentos e oitenta e três reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 13/12/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 13 de Dezembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

MILTON E MARLON LAVAÇÃO LTDA ME

BORRACHARIA NWS LTDA ME

PORTARIA Nº. 628, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. "DECLARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1456527

PORTARIA Nº. 628, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DECLARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 25, inciso I, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara inexigível a licitação para efetuar os serviços de instalação e operacionalização de 7 (sete) geradores de solo do sistema de anti-granizo em diversas comunidades do interior do Município de Tangará, no valor total de R\$ 115.023,25 (cento e quinze mil e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), na empresa ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA-ME.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 645 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017. RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1456535

PORTARIA Nº. 645 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.

RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas, no Inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que o servidor recebeu alta do auxilio doença, requerido através do Instituto Nacional de Serviço Social INSS.

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar o retorno ao trabalho do Servidor LUIZ PAULUK, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de jardineiro – nível 03 – CLASSE c, a partir de 01/01/2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 01/01/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 646 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017. RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1456537

PORTARIA Nº. 646 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.

RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas, no Inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que a servidora recebeu alta do auxilio doença, requerido através do Instituto Nacional de Serviço Social INSS.

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar o retorno ao trabalho da Servidora BEATRIZ APARECIDA CHERUBINI, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de professor de educação básica i – CLASSE a, a partir de 01/01/2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 01/01/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 647 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1456558

PORTARIA Nº. 647 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora MARIANGELA CHIESA FONTANA, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de ASSESSORA DE SECRETÁRIO – NÍVEL CC 24, no período de 27/12/2017 a 15/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 27/12/2017, revogadas

as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 128/2017

Publicação Nº 1456454

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 128/2017, a qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE PINUS E EUCALIPTO SERRADO (PRANCHAS, VIGA, TABUAS, RIPAS, MADEIRA QUADRADA) PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E AGRICULTURA. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 10/01/2018, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 13 de Dezembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 227/2017

Publicação Nº 1457091

PORTARIA Nº. 227/2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. CLAIR JOSÉ BACKES, Motorista, efetivo, Matrícula nº. 583/17, relativo ao período aquisitivo de Janeiro/Dezembro de 2016, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 14 de Dezembro de 2017 à 02 de Janeiro de 2018, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de dezembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 228/2017

Publicação Nº 1457093

PORTARIA Nº. 228/2017.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR IV INGLÊS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. KATIA DOS SANTOS BELTRAME, do cargo Temporário de PROFESSOR IV INGLÊS, cadastrada sob a matrícula nº. 581/01, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, a partir de 14/12/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de dezembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/FMAS/2017

Publicação Nº 1455526

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 023/FMAS/2017 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/FMAS/2017

Objeto: Aquisição de cestas básicas, a serem distribuídas para famílias carentes deste município, do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA ME, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 167.220,00 (Cento e sessenta e sete mil, duzentos e vinte reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/FME/2017 - PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 027/FME/2017

Publicação Nº 1455580

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 029/FME/2017 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/FME/2017

Objeto: Aquisição de alimentos, material de limpeza, higiene e utensílios para os Ginásios de Esportes e Fundação, da Fundação Municipal de Esportes, do Município de Tijucas/SC, para o ano de 2018.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA ME, foi vencedora dos itens: 01, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38 e 39, no valor de R\$. 4.144,50 (Quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: MALU MAURICIO ME, foi vencedora dos itens: 06, 15, 31 e 32, no valor de R\$. 4.144,50 (Quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: TIAGO SEBASTIAN REBELO EPP, foi vencedora dos itens: 02, 24 e 37, no valor de R\$. 3.349,00 (Três mil, trezentos e quarenta e nove reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 133/PMT/2017

Publicação Nº 1455720

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 173/PMT/2017 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 133/PMT/2017

Objeto: Serviço de sonorização, iluminação de palco e som de veículo móvel para os eventos da Secretaria Municipal de Cultura,

Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: HYATAN HYURY FAGUNDES ME,

foi vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, no

valor de R\$ 483.100,00 (Quatrocentos e oitenta e três mil e cem reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO SETIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 046/PMT/2014

Publicação Nº 1455964

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 046/PMT/16 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/PMT/14 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/PMT/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: MORAES E SANTOS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA – ME

OBJETO: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COMPREENDENDO: REPAROS NA REDE PLUVIAL COM REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO, LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO E LIMPEZA E REPARO DE VIAS PÚBLICAS, COMPREENDENDO SERVIÇOS DE RETIRADA DE AREIA, CAPINAÇÃO E ROÇAGENS MANUAIS, PINTURAS DE MEIO - FIO E POSTES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EM VIAS PÚBLICAS.

PRAZO PRORROGADO: APARTIR DE 01/01/2018 À 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/CI/CMT/2017

Publicação Nº 1457103

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/CI/CMT/2017

REGULAMENTA PROCEDIMENTOS GERAIS PARA O CONTROLE E GERENCIAMENTO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS.

A Controladoria Interna da Câmara Municipal de Tijucas/SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Municipal nº 2672, de 22 de fevereiro de 2017, RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa visa garantir o controle e gerenciamento dos veículos próprios e/ou locados que compõem, ou vierem a compor, a frota da Câmara Municipal de Tijucas.

Parágrafo Único. O objetivo é padronizar, uniformizar, controlar e disciplinar a identificação, guarda, conservação e utilização dos veículos e ainda regulamentar o uso.

I - a Direção Geral será responsável pelo gerenciamento da frota, não usurpando o poder da Presidência em decidir sobre o controle e o gerenciamento da frota de veículos do Poder Legislativo, a revelia da presente instrução, o que acarretará a assunção, pela Presidência, de todas as responsabilidades legais quanto ao controle e prestação de contas sobre o uso dos veículos pertencentes a frota;

II - os veículos da frota serão “plotados” com o brasão do município de Tijucas e com identificação da Câmara Municipal, inclusive os locados, se existir.

Art. 3º Os veículos da frota somente podem ser utilizados para o desenvolvimento das atividades e execução de serviço público de interesse do Poder Legislativo, sendo proibida a utilização para fins particulares.

Art. 4º A solicitação para uso de veículos deverá ser efetuada, preferencialmente, com antecedência de 24 horas, informando-se data, horário, itinerário, tipo de serviço e permanência no local de destino.

Parágrafo Único. A Direção Geral organizará a agenda por ordem de solicitações e prioridade, assim como a forma de solicitação de uso, se por meio físico (criação de formulário para solicitação de uso) ou meio digital (por e-mail).

CAPÍTULO II

DO GERENCIAMENTO E CONTROLE DA FROTA DE VEÍCULOS

Art. 5º O controle de entrada e saída dos veículos será realizado a cada deslocamento, com a identificação do motorista, devidamente habilitado e autorizado a dirigir, de forma a registrar os destinos e demais dados necessários ao controle da frota.

Art. 6º O deslocamento dos veículos será efetuado mediante autorização da Direção Geral (Anexo I), devendo constar no registro de

movimentação, Diário de Bordo (Anexo II), o nome do veículo, a placa, nome do condutor, data e hora de saída e chegada, destino e quilometragem de saída e chegada.

Art. 7º Dentro de cada veículo constará um Diário de Bordo que deverá ser preenchido pelo condutor do veículo sempre que for utilizá-lo, e deverá ser entregue, preenchido e assinado, até o dia 05 (cinco) de cada à Direção Geral para controle e publicidade no portal da transparência ou site da Câmara Municipal.

§ 1º. Os condutores deverão efetuar a verificação diária dos veículos sob sua responsabilidade, comunicando quaisquer falhas ou defeitos verificados, efetuando o registro de observação no Diário de Bordo.

§ 2º. De posse das informações do parágrafo anterior, a Direção Geral poderá providenciar o imediato ajuste, conserto e/ou manutenção.

Art. 8º Os dados e informações constantes do diário de bordo, planilha de controle dos gastos mensais com abastecimento, assim como outros gastos com manutenção, serão registrados pela Direção Geral, permitindo identificar o custo de manutenção de cada veículo e do quilômetro rodado.

Art. 9º Nenhum veículo deslocar-se-á sem a documentação legal, sem estar em perfeito estado de funcionamento e manutenção e sem seguro.

Art. 10 Encerrada a circulação ou não havendo itinerários agendados, os veículos serão recolhidos à garagem da Câmara Municipal de Tijucas.

Art. 11 A condução dos veículos somente será realizada por motorista profissional habilitado e ocupante de cargo de provimento efetivo ou servidor devidamente habilitado, para atendimento do interesse público, nos termos do item 11 do prejulgado 984 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

Parágrafo Único. Para fins do disposto no caput, considera-se habilitado o servidor detentor de Carteira Nacional de Habilitação, devendo atender, na condução de veículos, as determinações do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Art. 12. Em caso de colisão dos veículos, o condutor deverá permanecer no local do acidente até a realização de perícia, bem como comunicar à Direção Geral da Câmara sobre o sinistro e registrar ocorrência na Delegacia de Polícia.

§ 1º Será instaurada, quando necessário, sindicância ou processo administrativo disciplinar, caso o acidente resulte em dano ao erário ou a terceiros, com o fito de apurar as responsabilidades.

§ 2º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) do condutor, este responderá pelos danos causados, pelas avarias e quaisquer prejuízos resultantes do acidente e, configurando a ocorrência de dano ao erário público municipal, será instaurado processo de Tomada de Contas Especial, visando o ressarcimento ao erário.

§ 3º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) de terceiro envolvido, a Câmara oficiará ao condutor ou proprietário do veículo, para o devido ressarcimento dos prejuízos causados.

CAPÍTULO III

DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS

Art. 13 O pagamento de multas advindas de infrações de trânsito cometidas por servidores quando da condução de veículos de propriedade do Município é de inteira responsabilidade da Câmara.

Parágrafo Único. Compete, ainda, adotar as medidas necessárias visando ao ressarcimento da despesa ao erário por parte do responsável pela infração.

Art. 14 A Direção Geral encaminhará os Autos de Infrações ao condutor, para que apresente a defesa prévia e recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI).

Art. 15 O condutor que dispensar a defesa prévia e assumir diretamente a responsabilidade da infração e o ônus da mesma, efetuará o ressarcimento da multa através de pagamento em parcela única ou parcelado, mediante instrumento legal cabível.

Parágrafo Único. O pagamento parcelado poderá ser efetuado de acordo com os seguintes procedimentos:

I - o condutor infrator de qualquer norma de trânsito fica responsável pelo pagamento da multa objeto da notificação de autuação, podendo, se quiser, autorizar o desconto mensal do parcelamento em sua folha de pagamento, respeitando o valor limite para desconto de acordo com a legislação municipal;

II - caso assim decida, o condutor infrator se compromete pelo pagamento da multa notificada, assinando um termo de acordo, autorizando o desconto em folha de pagamento.

Art. 16 Os procedimentos citados no artigo 15 serão conduzidos pela Direção Geral e, no caso do inciso I, do parágrafo único do referido artigo, será encaminhado ao Setor de Pessoal e Folha de Pagamento.

Art. 17 O condutor que se recusar a pagar o Auto de Infração, depois de asseguradas todas as garantias dos princípios do contraditório e da ampla defesa (defesa prévia e recursos JARI), que lhe são cabíveis, e tiver contra si a caracterização de infração, responderá a processo administrativo e a processo administrativo disciplinar, a fim de se apurar as responsabilidades em decisões definitivas.

Art. 18 No que diz respeito ao ônus dos recursos que forem indeferidos pela JARI, quanto à quitação dos Autos de Infração, aplica-se o disposto no artigo 17.

CAPÍTULO IV DO ABASTECIMENTO

Art. 19 O abastecimento deverá ser realizado em Posto de Combustível credenciado e vencedor de processo licitatório, e o combustível deverá ser compatível com o lícitado.

Art. 20 Havendo necessidade de abastecimento, o condutor do veículo solicitará autorização de abastecimento (Anexo III) a Direção Geral.

§ 1º A Direção Geral solicitará ao Setor competente a emissão de Autorização de Fornecimento (AF), conforme descrito no pedido de abastecimento.

§ 2º A Direção Geral entregará a AF ao condutor do veículo, que se deslocará até o Posto de Combustível, entregará a autorização ao responsável, que abastecerá o veículo e solicitará assinatura, no relatório gerencial emitido pelo estabelecimento, ao condutor do veículo.

Art. 21 De posse da AF, o Posto contratado deverá emitir a nota fiscal do combustível e encaminhar ao Setor de Compras da Câmara, para pagamento.

CAPÍTULO V DA TROCA DE ÓLEO

Art. 22 A troca de óleo e/ou do filtro deverá ser realizada em estabelecimento credenciado e vencedor de processo licitatório, e o óleo e/ou filtro deverá ser compatível com o lícitado.

Art. 23 Havendo necessidade de troca de óleo e/ou do filtro, o condutor do veículo solicitará autorização de troca de óleo e/ou do filtro (Anexo IV) a Direção Geral.

§ 1º A Direção Geral solicitará ao Setor competente a emissão de AF, conforme descrito no pedido de troca de óleo e/ou do filtro.

§ 2º A Direção Geral entregará a AF ao condutor do veículo, que se deslocará até o estabelecimento credenciado, entregará a autorização ao responsável, que efetuará a troca de óleo e/ou do filtro do veículo e solicitará assinatura, no relatório gerencial emitido pelo estabelecimento, ao condutor do veículo.

Art. 24 De posse da AF, o estabelecimento contratado deverá emitir a nota fiscal da troca de óleo e/ou do filtro e encaminhar ao Setor de Compras da Câmara, para pagamento.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 A manutenção dos veículos, seja pela aquisição de peças ou de serviços, será realizada seguindo-se a legislação vigente de compras e contratos administrativos (Lei Federal 4320/1964, 8666/1993, 10520/2002 e outras) e instrução normativa própria.

Art. 26 Além da regulamentação prevista na presente instrução normativa, os veículos locados serão objeto de normatizações previstas em contrato próprio entre a Câmara Municipal e o particular que vencer o processo licitatório para o fim deste artigo.

Art. 27 Compete a Direção Geral:

- I - fiscalizar e controlar o abastecimento dos veículos da frota da Câmara Municipal de Tijucas;
- II - fiscalizar o cumprimento desta Instrução Normativa, bem como outros dispositivos legais concernentes a matéria.

Art. 28 Compete ao Motorista e Condutores dos veículos:

- I - zelar pelo bom funcionamento do veículo, mantendo-o limpo e organizado;
- II - informar a Direção da Câmara sobre o vencimento da documentação do veículo;
- III - preencher o Diário de Bordo existente no interior do veículo e entregá-lo semanalmente a Direção.

Art. 29 Os anexos I, II, III e IV são partes integrantes desta instrução normativa.

Art. 30 Os casos não previstos nesta instrução serão dirimidos pelas unidades envolvidas e responsáveis por este instrumento.

Art. 31 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas, 14 de dezembro de 2017.

GUSTAVO LEMOS SOUZA Controlador Interno	MARIANA FERREIRA DO AMARAL Diretora Geral
RHAMMYSES LINHARES Gerente Administrativo	

ANEXO I
MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

ORDEN DE TRÁFEGO E AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VEÍCULO OFICIAL EM SERVIÇO

FINALIDADE DA SAÍDA:			
Veículo Solicitado: ()	FIESTA - MJH 2609		Motorista:
()	COBALT - QIG 0038		CNH:
			Destino:
			Nº Autorização: /20XX
			Assinatura do Motorista
DATA SAÍDA:	//	HORÁRIO DE SAÍDA:	
DATA CHEGADA:	//	HORÁRIO PREVISTO DA CHEGADA:	
KM INICIAL: KM FINAL:		KM RODADOS:	
NOME DOS PASSAGEIROS		ASSINATURA DO PASSAGEIRO	ASSINATURA CHEFIA IMEDIATA
01			
02			
03			
04			
Autorizado em: //		Carimbo e assinatura:	

ANEXO II
MODELO DE DIARIO DE BORDO

DATA: // VEÍCULO E PLACA:

DIA	NOME DO MOTORISTA	DESTINO	HORA SAÍDA	KM SAÍDA	HORA CHEGADA	KM CHEGADA	OCORRÊNCIA SIM-PREENCHER FORMULARIO EM ANEXO		ASSINATURA MOTORISTA
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	
							SIM	NÃO	

[illegible]

OCORRÊNCIAS

[illegible]

ANEXO III
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ABASTECIMENTO

ANEXO IV
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE TROCA DE ÓLEO E/OU FILTRO

PORTARIA 67/2017

Publicação Nº 1456031

PORTARIA N.º 067/2017/CMT, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

SUSPENDER os efeitos da Portaria n.º 013/2016/CVT.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 68/2017

Publicação Nº 1456032

PORTARIA N.º 068/2017/CMT, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

DEFINIR o período de 20 de dezembro de 2017 a 05 de janeiro de 2018 como recesso legislativo, não havendo qualquer tipo de expediente nas dependências desta Câmara.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente 2017

JUAREZ SOARES
Presidente 2018

PORTARIA 69/2017

Publicação Nº 1456033

PORTARIA N.º 069/2017/CMT, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta, na Câmara Municipal de Tijucas, mecanismo de representação do usuário de serviços públicos e o sistema de ouvidoria, contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na Administração Pública Municipal de Tijucas/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º REGULAMENTAR a Ouvidoria da Câmara Municipal de Tijucas/SC, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios da legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos Agentes da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário, e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

Parágrafo Único. A presente norma se destina à consecução das premissas criadas pela Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho 2017, submetendo-se em todas suas disposições e efeitos, assim como nas prerrogativas parlamentares previstas na Lei Orgânica.

Art. 2º A Ouvidoria visa à garantia do direito de representação do usuário, para fins de fiscalização dos atos que importem em negligência

ou abuso do cargo, emprego ou função pública, na administração pública do Município de Tijucas.

Parágrafo Único. O usuário comunicará o fato que julgou ser negligente ou abusivo, com todas as suas circunstâncias, a qualificação máxima possível do agente público municipal causador do fato e testemunhas, quando houver.

Art. 3º A Ouvidoria será chefiada pelo Ouvidor, designado pelo Presidente da Câmara dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo da Câmara.

Art. 4º Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal:

I – receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores da Administração Pública Municipal, direta e indireta, e daquelas entidades referidas no art. 1º desta lei;

II – receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;

III – diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV – manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V – elaborar e divulgar, trimestralmente e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria da Câmara Municipal junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI – promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VII – organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

§ 1º A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção do denunciante.

§ 2º A Ouvidoria manterá os seguintes canais para relacionamento com a sociedade no desenvolvimento de suas atividades:

I – serviço telefônico;

II – formulário eletrônico, no site da Câmara Municipal;

III – formulário impresso e espaço especialmente designado junto às instalações da Câmara Municipal para preenchimento e protocolo;

§ 3º O denunciante, receberá cópia de sua denúncia devidamente protocolada, conforme o meio escolhido para fazê-la.

Art. 5º A atuação da Ouvidoria da Câmara Municipal de Tijucas/SC fica circunscrita ao Poder Legislativo e seus organismos.

§ 1º Quando a representação popular recair sobre órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Tijucas/SC, a Ouvidoria deverá encaminhar a representação ao Presidente da Câmara Municipal de Tijucas/SC, que designará um Vereador como Auditor para apuração e investigação dos fatos, apontando, ao final, alguma solução, utilizando-se o seguinte critério de seleção:

I – iniciando-se em ordem alfabética de nome dos Vereadores e, após o ciclo completo, reiniciando-se na mesma sequência;

II – a designação de Vereador como Auditor, obedecerá às regras de impedimento, nos casos em que se tratar de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, devendo o Presidente da Câmara, após obtenção de parecer da Assessoria Jurídica, promover despacho fundamentado que justifique as razões do impedimento.

§ 2º O Vereador-Auditor poderá solicitar orientação técnica aos órgãos da Câmara Municipal de Tijucas/SC.

§ 3º A Assessoria Parlamentar do Vereador-Auditor deverá prestar assessoria administrativa, operacional e técnica no desenvolvimento da investigação e apuração dos fatos.

§ 4º A apuração dos fatos indicará quais soluções adotadas pelo Poder Executivo para resolução da situação, podendo culminar com o encaminhamento da investigação ao Ministério Público, Polícia Civil, Tribunal de Contas ou outros órgãos constituídos de investigação e controle.

§ 5º A Ouvidoria manterá em seus arquivos, além das apurações, investigações e soluções sobre sua responsabilidade, àqueles mencionados no § 1º.

Art. 6º A Ouvidoria da Câmara Municipal de Tijucas/SC poderá emitir instrumentos e normatizações destinados ao cumprimento de suas atividades.

Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ELÓI PEDRO GERALDO

Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 02/2017 DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E ESTABELECE AS NORMAS GERAIS RELATIVAS À ATIVIDADE TRIBUTÁRIA DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 1455454

LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2017

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E ESTABELECE AS NORMAS GERAIS RELATIVAS À ATIVIDADE TRIBUTÁRIA DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

LIVRO I
DAS NORMAS GERAIS TRIBUTÁRIAS

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Código Tributário do Município de Timbé do Sul e estabelece as normas gerais relativas à atividade tributária de sua competência, dispondo sobre os fatos geradores, os sujeitos passivos, as bases de cálculo, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança, o fisco, o recolhimento de tributos municipais, estabelecendo a aplicação de penalidades, a concessão de isenção, as reclamações, os recursos e definindo as obrigações de acessórias e as responsabilidades dos sujeitos passivos, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar e em observância aos mandamentos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, das Leis Complementares Federais pertinentes a normas gerais de direito tributário, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Orgânica do Município.

TÍTULO II
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DAS NORMAS GERAIS

Art. 2º A legislação tributária compreende as leis, os decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e suas relações jurídicas no Município.

Parágrafo único - São normas complementares as leis e decretos:

- I – circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e demais disposições normativas expedidas pelo órgão competente, quando compatíveis com a legislação tributária que se destinem a complementar;
- II – as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas;
- III – as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas, desde que não contrários à legislação tributária;
- IV – os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estado ou Municípios.

Art. 3º Somente a lei pode estabelecer:

- I – a instituição ou extinção de tributos;
 - II – a majoração ou redução de tributos;
 - III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal;
 - IV – a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;
 - V – a cominação de penalidade para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos ou para outras infrações nela definidas;
 - VI – a hipótese de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, bem como a redução ou dispensa de penalidades.
- § 1º Equipara-se a majoração do tributo a modificação de sua base de cálculo que importe em torná-lo mais ou menos oneroso.
- § 2º Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Art. 4º A legislação tributária do Município observará:

- I – as normas constitucionais vigentes;
- II – as normas gerais de direito tributário e leis complementares;
- III – as disposições deste código e das leis subsequentes.

Art. 5º Nenhuma ação ou omissão será punida como infração da legislação tributária, a não ser que esteja definida por lei tributária vigente, à data de sua prática, nem lhe será cominada penalidade não prevista em lei tributária.

Art. 6º A lei tributária poderá cominar penalidade genérica para as ações ou omissões à legislação tributária, quando às quais, não sejam previstas penalidades específicas.

Art. 7º A lei tributária poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - O conteúdo e o alcance dos atos restringem-se aos das leis em função das quais hajam sido expedidos.

CAPÍTULO II DA VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I DA VIGÊNCIA NO ESPAÇO

Art. 8º A legislação tributária municipal obrigará em todo o território do Município de Timbe do Sul ou, fora dele nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade e nos convênios de que participe o Município.

SEÇÃO II DA VIGÊNCIA NO TEMPO

Art. 9º Salvo disposições em contrário, entram em vigor:

I – na data de sua publicação, as leis e os decretos;

II – na data neles prevista, os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estados ou Municípios;

III – no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, os dispositivos de lei que:

a) instituem, majorem, ou definem novas hipóteses de incidência de tributos;

b) extinguem ou reduzem isenções, não concedidas por prazo certo e nem em função de determinadas condições, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

Art. 10 Salvo quando se destinar expressamente à vigência temporária, a lei tributária somente será modificada ou revogada, no todo ou em parte, expressa ou implicitamente, por outra lei de igual natureza.

CAPÍTULO III DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

Art. 11 A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.

Parágrafo Único. Fatos geradores pendentes são aqueles que se iniciaram, mas ainda não se completaram pela inexistência de todas as circunstâncias materiais necessária e indispensáveis à produção de seus efeitos ou desde que não tenham constituída a situação jurídica em que eles assentaram.

Art. 12 A lei aplica-se ao ato ou fato pretérito:

I – em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluídas de penalidades a infração dos dispositivos interpretados;

II – tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixa de defini-lo como infração;

b) quando deixa de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e que não tenha implicado falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

Art. 13 Somente nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei, poderá ser dispensada a aplicação da legislação tributária vigente.

Parágrafo único - O silêncio, a omissão ou a obscuridade da legislação tributária não constituirão motivo bastante para que as autoridades deixem de aplicá-la ou se escusem de despachar, decidir ou sentenciar em casos de sua competência.

Art. 14 O chefe do Poder Executivo suspenderá a aplicação da legislação tributária, declarada inconstitucional por decisão irrecorrível do Poder Judiciário, inclusive com relação a fatos ou atos pretéritos ou presentes, até que modificada ou revogada definitivamente.

CAPÍTULO IV DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 15 A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste capítulo.

Art. 16 Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária, utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

I – a analogia;

II – os princípios gerais de direito tributário;

III – os princípios de direito público;

IV – a equidade.

§ 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 17 Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 18 A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado estabelecidos, expressa ou implicitamente, pelas Constituições Federal e Estadual e por leis que possam definir a competência tributária municipal.

Art. 19 Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- I – suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- II – outorga da isenção ou concessão de reduções;
- III – dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 20 A lei tributária que define infrações ou lhe comina penalidades, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- I – a capitulação legal do fato;
- II – a natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III – a autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV – a natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

TÍTULO III DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 Obrigação Tributária é a relação jurídica de direito público, que ocorre entre a Fazenda Municipal e as pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, subordinadas a legislação tributária ou as quais estas seja aplicável.

Parágrafo único - A obrigação tributária é de natureza pessoal, ainda que seu cumprimento seja assegurado por garantia real.

Art. 22 A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 23 Além das instituídas nesta lei, constituem obrigações tributárias acessórias:

- I – apresentação de declarações e guias, nas épocas próprias, emissão de documentos fiscais previstos neste Código e escrituração, em livros próprios, dos fatos geradores de obrigação tributária principal;
- II – conservação e apresentação ao fisco, quando solicitado, de qualquer documento que, de algum modo, se refira a operação ou situação que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em livro ou documento de natureza fiscal;
- III – prestação, sempre que solicitada, de informações e esclarecimentos que, a critério do fisco, sejam referentes a fato gerador da obrigação.

Parágrafo único - A concessão de isenção não elide a obrigatoriedade do atendimento ao disposto neste artigo.

CAPÍTULO II DO FATO GERADOR

Art. 24 Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência:

- I – tratando-se de imposto, o estado de fato ou a sua situação jurídica definidos pela lei tributária como dando origem, por si ou por seus resultados, efetivos ou potenciais, ao direito da Fazenda Municipal constituir seu crédito fiscal;
- II – tratando-se de taxa, qualquer estado de fato ou situação jurídica que demonstre ter o Município exercido atos de polícia, ou ter o contribuinte se utilizado, efetiva ou potencialmente, do serviço público específico e divisível que constitua o fundamento de sua instituição;
- III – tratando-se de contribuição de melhoria, qualquer estado de fato ou situação jurídica que demonstre execução de obra pública, definida em leis tributária como dando origem ao direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito fiscal correspondente;
- IV – tratando-se de penalidade pecuniária, qualquer ação ou omissão definida em lei tributária como infração.

Art. 25 Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 26 Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

- I – tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que se produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;
- II – tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Art. 27 Para os efeitos do inciso II do artigo anterior, salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

- I – sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;
- II – sendo resolutória a condição, desde momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 28 A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

- I – da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como a natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
- II – dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III DO SUJEITO ATIVO

Art. 29 Sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de Timbe do Sul.

CAPÍTULO IV DO SUJEITO PASSIVO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

Art. 31 Sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 32 Salvo disposições de lei em contrário as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas aos dispositivos da Fazenda Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Art. 33 Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um devedor, cada um obrigado à dívida toda.

Art. 34 São solidariamente obrigadas:

I – as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II – as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo único - A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 35 São efeitos da solidariedade:

I – o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II – a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III – a interrupção de prescrição em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

SEÇÃO II DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 36 A capacidade tributária passiva decorre do fato de se encontrar a pessoa nas condições previstas na legislação tributária como dando lugar à obrigação tributária, independentemente:

I – da capacidade civil das pessoas naturais;

II – de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III – de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

SEÇÃO III DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 37 Salvo eleição pelo contribuinte ou responsável, considera-se domicílio tributário:

I – tratando-se de pessoa física, o lugar onde reside, e não sendo este conhecido, o lugar onde se encontre a sede habitual de suas atividades ou negócios;

II – tratando-se de pessoas jurídicas de direito privado ou as firmas individuais, o lugar da sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, e de cada estabelecimento;

III – tratando-se de pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º É lícito à Fazenda Municipal recusar o domicílio eleito que impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.

CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I DA DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 38 Através de dispositivo de lei, a responsabilidade pelo crédito tributário fiscal pode ser atribuída, a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO II

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 39 Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referente a tais bens, ou a contribuição de melhoria sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando constar do título à prova de sua quitação.

Parágrafo único - No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 40 São pessoalmente responsáveis:

I – o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II – o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III – o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Parágrafo único - A responsabilidade mencionada nos incisos II e III alcança os juros de mora, multa e correção monetária, excluídas as penalidades de caráter individual.

Art. 41 A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob forma de firma individual.

Art. 42 A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I – integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II – subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 06 (seis) meses, a contar da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 43 O disposto nesta seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição, à data dos atos nela referido, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos à obrigações tributárias surgidas até a referida data.

SEÇÃO III**DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS**

Art. 44 Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que foram responsáveis:

I – os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II – os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III – os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV – o inventariante pelos tributos devidos pelo espólio;

V – o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles em razão do seu ofício;

VII – os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único - O disposto neste artigo só se aplica às penalidades de caráter moratório.

Art. 45 São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – as pessoas referidas no artigo anterior;

II – os mandatários, prepostos ou empregados;

III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV**DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES**

Art. 46 A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 47 A responsabilidade é pessoal do agente:

I – quanto as infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II – quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III – quanto às infrações que decorreram direta ou exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 44, contra aquelas por quem respondam;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregados;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 48 A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido

dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 50 As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão, os seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem a sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 51 O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensados, a sua efetivação ou as respectivas garantias, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei.

CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DO LANÇAMENTO

Art. 52 Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão de crédito fiscal na legislação tributária municipal.

Art. 53 O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ampliando os poderes de investigação das autoridades municipais, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidades a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 54 O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo;

II – recurso de ofício;

III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 61.

Art. 55 A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto ao fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Art. 56 A emissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação tributária, nem, de qualquer modo, lhe aproveita.

Art. 57 Os lançamentos, assim como suas alterações, serão comunicados aos contribuintes:

I – por notificação direta;

II – por edital afixado no mural da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores;

III – por publicação em jornal com circulação no Município.

SEÇÃO II DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 58 O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - lançamento por declaração;

II – lançamento de ofício;

III - lançamento por homologação.

SUBSEÇÃO I DO LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO

Art. 59 O lançamento por declaração é efetuado com base no Cadastro Fiscal ou na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um

outro, na forma da legislação Tributária Municipal, presta à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§ 3º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade competente.

Art. 60 Quando o cálculo de tributo tenha por base ou o tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar, aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

SUBSEÇÃO II DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Art. 61 O lançamento é efetuado e revisto de ofício pelo órgão fazendário pelos seguintes casos:

I - quando assim determinar a legislação tributária;

II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa, legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela Fazenda Municipal e se recuse a presta-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquele órgão;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo 62;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar a aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal.

SUBSEÇÃO II DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO

Art. 62 O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade municipal competente, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores a homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º É fixado em 5 (cinco) anos o prazo para a homologação contados da ocorrência do fato gerador.

§ 5º Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63 Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I – a moratória;

II – o depósito de seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos desta lei;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

Parágrafo único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dela consequentes ou dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.

SEÇÃO II DA MORATÓRIA

Art. 64 O Município poderá conceder moratória, em caráter geral e individual, suspendendo a exigibilidade de créditos tributários e fiscais, mediante despacho do Prefeito, desde que autorizada em Lei específica.

Parágrafo único - A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do Município ou à determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 65 A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual, especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – o prazo de duração do favor;

II – as condições da concessão do favor em caráter individual;

III – sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual;

d) área de sua aplicabilidade.

Art. 66 A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único - A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Art. 67 A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora e correção monetária:

I – com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computam para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode correr antes de prescrito o referido direito.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 68 Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão de depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 61 e seus parágrafos 1º e 4º;

VIII – a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 77;

IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X – a decisão judicial passada e julgada.

Parágrafo único - A extinção total ou parcial do crédito não impede a posterior verificação da exatidão de sua constituição nos termos dos artigos 53 e 61.

SUBSEÇÃO I

DO PAGAMENTO

Art. 69 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional.

Art. 70 O pagamento deverá ser efetuado em estabelecimento bancário devidamente credenciado.

Parágrafo único - A critério do órgão competente e mediante provocação do contribuinte, poderá ser permitido o pagamento em local distinto do mencionado neste artigo.

Art. 71 É lícito ao Poder Executivo delegar atribuições a estabelecimentos bancários ou não sediados ao Município, para receber tributos ou notificar por aviso bancário.

Art. 72 O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo tributo ou a outros.

Art. 73 A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 74 Quando não expressamente fixado na legislação tributária, o termo final do prazo para pagamento do crédito fiscal coincidirá com o 30º (trigésimo) dia subsequente à data da ocorrência do fato gerador.

Pagamento único - A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Art. 75 O crédito tributário e fiscal não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de:

I – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II – multa moratória nos termos dos artigos 390 e 294 desta lei;

III – correção monetária, nos termos do artigo 396 desta lei.

Art. 76 Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo, relativo ao mesmo ou diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, será determinada a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem enunciada:

I – em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria e, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II – primeiramente, às constituições de melhoria, depois, às taxas, e, por fim, aos impostos;

III – na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV – na ordem crescente dos montantes.

Art. 77 A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I – de recusa de recebimento ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III – de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda.

§ 3º Julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito, acrescido de juros de mora, correção monetária e das penalidades cabíveis.

SUBSEÇÃO II DAS RESTITUIÇÕES

Art. 78 O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 79 A restituição de tributos que comporte, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 80 A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 81 O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II, do art. 78, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art. 78, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Parágrafo único - A extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o parágrafo 1º, do art. 150 do Código Tributário Nacional, observado igualmente, o disposto no inciso III do art. 62 desta Lei.

Art. 82 Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

SUBSEÇÃO III DO PAGAMENTO PARCELADO

Art.83 Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos nesta subseção.

Art. 84 Poderá ser parcelado, a requerimento do contribuinte, o crédito tributário e fiscal, não quitado até o seu vencimento, que:

I – inscrito ou não em dívida ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado;

II – tenha sido objeto de notificação ou atuação;

III – denunciado espontaneamente pelo contribuinte.

Art. 85 O parcelamento poderá ser concedido, em até 12 (doze) parcelas mensais.

Parágrafo único - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 1,00 UFM (uma unidade fiscal monetária).

Art. 86 O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos no art. 396 desta Lei, até a data da formalização do parcelamento

Art. 87 Ao montante apurado na forma do artigo anterior, serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada mês de parcelamento.

Art. 88 O atraso no pagamento de qualquer parcela importará na sua atualização monetária e fluência de juros pelos mesmos índices e forma previstos no art. 95 desta lei.

Art. 89 O inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas importará no imediato cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se a dívida aos valores originais e abatendo-se as parcelas pagas, atualizadas de acordo com o índice utilizado para atualização do tributo.

§ 1º Em se tratando de crédito já inscrito em Dívida Ativa, proceder-se-á a imediata cobrança judicial do remanescente.

§ 2º Em se tratando de crédito cuja cobrança esteja ajuizada e suspensa, dar-se-á prosseguimento imediato à ação de execução fiscal

Art. 90 O parcelamento de crédito tributário e fiscal, quando ajuizado, deverá ser precedido do pagamento das custas e honorários advocatícios.

Parágrafo Único - Deferido o parcelamento, o procurador do Município solicitará a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento.

Art. 91 O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou fiscal, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

Parágrafo único. A simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea.

Art. 92 Tratando-se de parcelamento de crédito denunciado espontaneamente, referente a impostos cuja forma de lançamento seja por homologação ou declaração, esta deverá ser promovida pelo órgão após a quitação da última parcela.

Art. 93 É permitido o reparcelamento mediante o pagamento de 10% (dez por cento) do saldo devedor na primeira parcela e apresentação de garantia, conforme determinem as normas regulamentares.

§ 1º O reparcelamento somente poderá ser concedido para débitos já inscritos em dívida ativa.

§ 2º A dívida reparcelada poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, sendo vedada a aplicação dos descontos previstos na Sub Seção IV deste Capítulo.

Art. 94 O pagamento parcelado será prometido mediante garantia dada pelo devedor à Fazenda Municipal ou confissão de débito firmada pelo mesmo.

SUBSEÇÃO IV

DO PARCELAMENTO ANTES DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Art. 95 O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderá ser concedido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais.

Parágrafo único - As parcelas deverão respeitar o valor mínimo fixado em normas regulamentares, economicamente viável para o Município.

Art. 96 As penalidades aplicadas por descumprimento de obrigação principal relativa aos tributos municipais sofrerão redução inversamente proporcional ao número de meses do parcelamento, de acordo com a tabela abaixo, denominada de "Tabela de Redução de Multa".

QUANTIDADE DE MESES DE PARCELAMENTO	PORCENTAGEM REDUÇÃO (%)
À VISTA	90
02 – 06	70
07 – 12	50
13 – 18	40
19 – 24	30
25 – 30	25
31 – 36	20

Art. 97 É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor de parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no caput, serão antecipadas as parcelas, de forma decrescente, a partir da última vincenda.

Art. 98 Não serão objeto de redução as multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória.

Art. 99 As multas aplicadas em decorrência desta lei, poderão ser parceladas em até 05 (cinco) vezes, respeitado o valor mínimo fixado em regulamento, economicamente viável para o Município, vedado o reparcelamento.

SUBSEÇÃO V

DO PARCELAMENTO APÓS A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Art. 100 O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal após a inscrição em dívida ativa poderá ser concedido em até 36 (trinta e seis) meses, aplicando-se, no que couber, o disposto na subseção IV deste Capítulo, inclusive a "Tabela de Redução de Multa".

SUBSEÇÃO VI

DA COMPENSAÇÃO

Art. 101 O Poder Executivo poderá permitir compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo único - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o seu montante não deverá sofrer redução maior que o valor correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês, pelo tempo que decorrer a data de compensação e a do vencimento, salvo desconto espontâneo ofertado pelo sujeito passivo.

**SUBSEÇÃO VII
DA TRANSAÇÃO**

Art. 102 Fica o Chefe do Poder Executivo, mediante despacho em processo de curso regular, autorizado a celebrar transação com o sujeito passivo de obrigação tributária que, mediante concessões mútuas, importe em fim do litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.

**SUBSEÇÃO VIII
DA REMISSÃO**

Art. 103 Legislação específica pode autorizar a autoridade administrativa a conceder remissão total ou parcial do crédito tributário, condicionada à observância de pelo menos um dos seguintes requisitos:

- a) comprovação de que a situação econômica do sujeito passivo não permita a liquidação de seu débito;
- b) constatação de erro ou ignorância excursáveis do sujeito passivo quanto a matéria de fato;
- c) diminuta importância de crédito tributário e fiscal;
- d) considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.

**SUBSEÇÃO IX
DA DECADÊNCIA**

Art. 104 O direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I – da data da ocorrência do fato gerador, quando se tratar de lançamento por homologação ou declaração; salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação;

II - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

III - da data em que se torna definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**SUBSEÇÃO X
DA PRESCRIÇÃO**

Art. 105 A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Art. 106 A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita pelo devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

V – pelo pedido de parcelamento do débito, por parte do devedor.

**CAPÍTULO V
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO****SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 107 Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído ou dela conseqüente.

**SEÇÃO II
DA ISENÇÃO**

Art. 108 Isenção é a exclusão do crédito tributário mediante dispensa legal, que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 109 A isenção será sempre concedida por despacho da autoridade competente em requerimento interposto pelo interessado no qual fique provado o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei.

Art. 110 A isenção pode ser restrita a determinada região do Município em função de condições a ela peculiares.

Art. 111 Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

- I - as taxas e às contribuições de melhoria;
- II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 112 A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observando o disposto na alínea "b", inciso III do artigo 9º.

Art. 113 Tratando-se de tributo por período certo de tempo, o despacho da autoridade competente será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para qual o interessado deixar de promover a continuidade de reconhecimento da isenção.

Parágrafo único - O referido despacho não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 67, podendo ser casada a qualquer tempo, na forma da legislação urgente, salvo quando concedida por prazo determinado.

SEÇÃO III DA ANISTIA

Art. 114 A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

- I – aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos atos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
- II – as infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 115 A anistia pode ser concedida:

- I – em caráter geral;
- II – limitadamente:
 - a) as infrações da legislação relativa a determinado tributo;
 - b) as infrações punidas com penalidades pecuniárias até 200% (duzentos por cento) da U.F.M. (Unidade Fiscal Monetária), conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
 - c) a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares;
 - d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que o conceder, ou cuja fixação seja atribuída à autoridade administrativa pela mesma lei.

Art. 116 A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Chefe do Poder Executivo, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

Parágrafo único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 67.

CAPÍTULO VI DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 117 A enumeração das garantias atribuídas neste capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único - A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 118 Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 119 Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Municipal por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

SEÇÃO II DAS PREFERÊNCIAS

Art. 120 O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho e os que possuem caráter alimentar.

Art. 121 A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial ou extrajudicial, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único - O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

- I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios;
III - Município.

Art. 122 São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes do processo competente, mandando reservar bens suficientes a extinção total do crédito e seus acréscimos, se a mesma não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto a natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Municipal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de recuperação judicial e extrajudicial.

Art. 123 São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventários ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do “de cujus” ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único - Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 124 São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigível no decurso da liquidação.

Art. 125 Não será concedida concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, sem que o requerente faça prova da quitação de todos os tributos relativos a sua atividade.

Art. 126 Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio ou as suas rendas.

Art. 127 Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhuma repartição municipal celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova de quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

TÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO ÚNICO DA FISCALIZAÇÃO

Art. 128 A aplicação da legislação tributária municipal será fiscalizada privativamente pelos integrantes do grupo fiscal, lotados na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Tributação, ou por quem for especialmente designado para tal fim pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e empresas prestadoras deste tipo de serviço, mediante contrato.

Parágrafo único - A fiscalização será extensiva às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade ou isenção de caráter pessoal, e implicará a obrigatória prestação de assistência técnica ao contribuinte ou responsável.

Art. 129 A legislação tributária, observado o disposto nesta lei, regulará, em caráter geral ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Art. 130 O cumprimento da legislação tributária municipal será fiscalizado por servidores públicos nomeados para o exercício da função, na forma da lei.

Parágrafo único - A fiscalização sujeita todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal, e compreende o acesso ao domicílio tributário do fiscalizado, o exame de mercadorias, arquivos, livros e documentos fiscais, contábeis ou comerciais, dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ficando estes obrigados a exhibi-los.

Art. 131 Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exhibi-los.

Parágrafo único - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.

Art. 132 A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.

§ 1º Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º O Termo de Início de Fiscalização fixará o prazo da mesma, que será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.

§ 3º A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 4º O disposto no §3º não se aplica à fiscalização efetuada durante a prestação de serviço de transporte, em que é obrigatório o porte do documento fiscal que deverá ser apresentado incontinenti à autoridade fazendária.

§ 5º O disposto no § 3º não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do imposto.

Art. 133 Os bens e documentos que constituam prova material da infração contra o sistema tributário do Município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.

§ 1º A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributáveis ou em trânsito.

§ 2º A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 134 Da apreensão será lavrado termo em que conste:

I - local, dia e hora da apreensão;

II - identificação do detentor dos bens e documentos e das testemunhas, se houver;

III - descrição dos bens e documentos apreendidos;

IV - indicação do local onde ficarão depositados;

V - assinatura e identificação do depositário;

VI - assinatura e identificação do agente fiscal responsável pela apreensão.

§ 1º O agente fiscal poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente, o próprio infrator.

§ 2º Cópia do termo de apreensão será entregue ao depositário e ao detentor dos bens e documentos apreendidos, contra recibo no original.

§ 3º A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 135 Durante o processo de fiscalização, os documentos apreendidos poderão, a requerimento do interessado, ser-lhes devolvidos, a juízo da autoridade administrativa.

Parágrafo único - Ao final do processo de fiscalização, os documentos serão devolvidos ao contribuinte, salvo tratar-se de comprovação de fraude ou dolo.

Art. 136 Os bens apreendidos poderão ser restituídos a requerimento do interessado.

Art. 137 O prazo para retirada de bens apreendidos é de 60 (sessenta) dias a contar:

I - da decisão definitiva em processo administrativo ou judicial;

II - do deferimento de pedido de restituição.

Art. 138 Esgotado o prazo estabelecido sem manifestação do interessado, os bens serão levados à hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.

§ 1º Os bens de fácil deterioração ou depreciação poderão ser levados à hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º A juízo da autoridade administrativa, bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.

Art. 139 Até 30 (trinta) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao proprietário se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do Município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.

Art. 140 Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas, cooperativas de crédito e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 141 Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividade.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo, os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça;

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 142 Para atuar com maior precisão e segurança, a Fazenda Pública poderá:

I - trocar informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, bem como de outros municípios, na forma que se estabelecer em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitada.

II – requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 143 Ao descumprimento das obrigações constantes desta Seção, aplicam-se as penalidades previstas neste código, no que couber.

TÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES

Art. 144 Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou acessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.

§ 1º A conceituação tributária de infração independe da intenção do agente e da efetividade, natureza e extensão do fato, mas depende do conhecimento real ou presumido da sua prática, por parte do agente ou responsável.

§ 2º As infrações serão apuradas mediante procedimento fiscal, na forma do disposto na legislação tributária.

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

SEÇÃO I ESPECIES DE PENALIDADES

Art. 145 As infrações serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as seguintes cominações:

I – multa;

II – cassação de sistemas ou controles especiais, estabelecidos em benefício do sujeito passivo.

§ 1º As penalidades mencionadas neste artigo, serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.

§ 2º Sendo a lei omissa, a multa será de 20% (vinte) por cento do valor do tributo, devidamente atualizado, quando este não for recolhido dentro do prazo.

§ 3º O descumprimento de qualquer obrigação acessória para a qual não haja previsão de penalidade específica implicará na aplicação de multa de 50% (cinquenta) por cento do valor do tributo, sem prejuízo da exigência do tributo com todos os acréscimos legais.

SEÇÃO II DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM O MUNICÍPIO

Art. 146 Além das penalidades cominadas na Seção I, os contribuintes em débito com o Município não poderão:

I – participar de qualquer modalidade de licitação;

II – celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos de administração indireta;

Parágrafo único - No caso de contribuintes em débito com o Município e desde que haja requerimento expresso do sujeito passivo, fica o Secretário Municipal da Fazenda autorizado a efetuar a compensação com créditos próprios líquidos e certos.

CAPÍTULO III DO PROCESSO FISCAL

SEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

Art. 147 Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município.

Art. 148 Assim como qualquer pessoa, o agente fazendário incluído ou não no grupo de fisco, representará contra toda ação ou omissão contrária à disposição desta lei, para solicitar:

I – sugestão de contribuinte a regime especial de fiscalização;

II – cancelamento de regime em contrato especial estabelecido em benefício do contribuinte;

III – suspensão de licença;

IV – cancelamento ou suspensão de isenção;

V – interdição de estabelecimento.

Art. 149 A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor, acompanhada de provas ou indicando os elementos destas, mencionando os meios ou circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 150 Recebida a representação, o órgão competente determinará as diligências para apuração da veracidade do fato denunciado, para fim de notificação, autuação, cominação de penalidade ou de encaminhamento ao chefe do Poder Executivo ou, ainda, arquivamento da representação.

SEÇÃO II DA NOTIFICAÇÃO

Art. 151 O sujeito passivo será cientificado através de notificação, sobre o lançamento dos tributos municipais.

Art. 152 A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial, será preenchida sem rasuras ou emendas, e conterá:

I – nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II – descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;

III – indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV – data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante;

V – intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início.

Parágrafo único - A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita e nem prejudica.

Art. 153 As vias de notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda, ao órgão encarregado do recolhimento;

III – a terceira, presa ao bloco, para arquivamento no fisco.

Art. 154 Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado ou testemunhas, a ele se dará ciência do auto fiscal por correspondência, com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 155 São competentes para notificar os integrantes do grupo do fisco devidamente credenciados.

Art. 156 Vencido o prazo fixado na notificação sem que o contribuinte tenha cumprido a exigência fiscal, ou contra ela tenha interposto reclamação, ou sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será lavrado o auto de infração para os devidos fins.

SEÇÃO III DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 157 Sempre que for constatado violação a legislação tributária, por ação ou omissão, ainda que não importe em evasão de receita, lavrar-se-á o auto de infração.

Art. 158 O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido sem rasuras ou emendas, e conterá:

I – nome, domicílio tributário e endereço do sujeito passivo;

II – descrição clara e precisa da infração, com referência às circunstâncias pertinentes;

III – capitulação do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido e sua respectiva penalidade;

IV – data da emissão, identificação e assinatura do autuante;

V – intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VI – a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto idôneo, ou registro, pelo notificante, das razões que o impediram.

§ 1º O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.

§ 2º Quando da entrega do auto de infração ao autuado houver a recusa à colocação da assinatura por parte deste último, este fato constará no corpo do auto de infração, devendo o autuante proceder a entrega da mesma mediante a aposição da assinatura de duas testemunhas.

SEÇÃO IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 159 As intimações ao sujeito passivo serão feitas por uma das seguintes formas:

I – pessoalmente, mediante assinatura do sujeito passivo, de seu representante legal ou de preposto idôneo;

II – por carta registrada com aviso de recebimento (AR);

III – por edital de notificação publicado no boletim oficial do Município, quando não for possível a intimação na forma dos incisos I e II.

§ 1º Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.

§ 2º Considera-se feita a intimação:

I – se pessoal, na data da assinatura;

II – se por carta, na data indicada pelo correio no AR;

III – se por publicação em jornal, circulação local ou região, explicitando endereço e local inserto;

IV – se por edital, 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do boletim oficial do Município.

§ 3º Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.

Art. 160 Aplica-se o disposto nesta seção a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO CONTENCIOSO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 161 Considera-se processo contencioso todo aquele que versar sobre a aplicação da legislação tributária municipal, ou seja:

- I – as contestações;
- II – as reclamações;
- III – as defesas;
- IV – os recursos;
- V – as consultas.

§ 1º As falhas do processo não constituirão motivo de nulidade sempre que existam, no mesmo, elementos que permitam supri-las, sem cerceamento do direito de defesa do interessado.

§ 2º A apresentação de processo à autoridade incompetente não induzirá caducidade ou perempção, devendo a petição ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente.

Art. 162 Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses, e, sob essa forma, serão instruídos e julgados.

Art. 163 Nenhum processo ficará em poder do funcionário por mais de 10 (dez) dias, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único - Quando a natureza do assunto exigir maior prazo para exame e elucidação, o retardamento deverá ser convenientemente justificado.

Art. 164 Os processos com a nota "URGENTE" terão preferência sobre todos os demais, de forma que sua instrução e julgamento se faça com a maior brevidade possível.

Parágrafo único - A nota "URGENTE" será aposta na capa do processo, à direita no canto superior, e só será considerada, se rubricado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 165 Serão canceladas do processo, por qualquer funcionário que participar de sua instrução, as expressões por ele consideradas des-cortesias ou injuriosas.

SEÇÃO II

DAS CONTESTAÇÕES

Art. 166 É facultado ao denunciado contestar representação pela qual se solicite qualquer das penalidades prevista nesta lei.

SEÇÃO III

DAS RECLAMAÇÕES

Art. 167 É lícito ao sujeito passivo da obrigação tributária principal reclamar de lançamento ou de notificação contra ele expedido.

§ 1º A reclamação será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância, facultada a juntada de provas.

§ 2º Serão consideradas permitas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 168 É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a emissão ou exclusão de lançamento.

Art. 169 As reclamações terão efeito suspensivo, quanto à cobrança dos tributos e demais penalidades lançadas ou notificadas, desde que preenchidas as formalidades legais.

SEÇÃO IV

DAS DEFESAS

Art. 170 É lícito ao autuado apresentar defesa ao auto de infração contra ele lavrado.

§ 1º A defesa será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância.

§ 2º Não se conhecerá de defesa apresentada fora do prazo legalmente concedido para tanto.

Art. 171 Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá todas as provas que pretende produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas.

SEÇÃO V

DOS RECURSOS

Art. 172 Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação, caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 173 O prazo para apresentação de recurso será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 174 O recurso será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.

Art. 175 É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 176 Interposto recurso, o processo será encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá tomar conhecimento,

excepcionalmente, determinando o levantamento de perempção, nos casos em que tenha ocorrido por motivo alheio à vontade dos interessados.

Art. 177 Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será, obrigatoriamente, encaminhada pela autoridade julgadora de primeira instância, ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo.

SUBSEÇÃO I DAS ESPÉCIES DE RECURSOS

Art.178 São facultados os seguintes recursos perante o Conselho Municipal de Contribuintes:

- I – recurso ordinário;
- II – pedido de esclarecimento;
- III – pedido de reconsideração.

SUBSEÇÃO II DO RECURSO ORDINARIO

Art. 179 Das decisões do julgador de processos fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:

- I – pelo sujeito passivo;
 - II – pelo julgador de processos fiscais, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública e de valor médio lançado do imposto IPTU do exercício, multiplicado por 5 (cinco) vezes do valor do débito.
- § 1º O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o julgador de processos fiscais não o tenha interposto, terá o recurso por havido, se presentes os seus pressupostos.
- § 2º Mesmo perempto, será o recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário impugnado.
- § 3º A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no inciso II deste artigo.
- § 4º Do recurso em face de decisão que não conhecer da reclamação apresentada, o Conselho Municipal de Contribuintes apreciará exclusivamente as causas que motivaram o não conhecimento.
- § 5º Reformada a decisão nos termos do § 4º, os autos serão remetidos à Unidade de Julgamento Singular para apreciação do mérito.

Art. 180 Durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, pessoalmente ou através de seu procurador, e o representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, permitidas réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.

Art. 181 Cada Conselheiro pode, durante a sessão:

- I – pedir vistas do processo;
- II – propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 182 As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente do conselho o voto de desempate.

Art. 183 A tramitação do processo no Conselho Municipal de Contribuintes far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno, observado o seguinte:

- I – será dado vista do processo ao representante da Fazenda, que deverá manifestar-se sobre a matéria, por escrito;
 - II – os processos serão distribuídos por sorteio, ao relator;
 - III – o relator ou o representante da Fazenda poderão solicitar ao Presidente as diligências que julgarem necessárias;
 - IV – as pautas de julgamento serão afixadas no mural público da Prefeitura, com a intimação obrigatória do contribuinte na forma do artigo 159, observando-se a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- § 1º As partes poderão apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento.
- § 2º Da apresentação de razões e documentos na forma do parágrafo anterior, será dada oportunidade à parte contrária, para, querendo, manifestar-se por escrito.

SUBSEÇÃO III DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Art. 184 Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:

- I – for omissa, contraditória ou obscura;
 - II – deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.
- § 1º O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.
- § 2º Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.

SUBSEÇÃO IV DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 185 A Assessoria Jurídica do Município, o Secretário Municipal da Fazenda ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias,

contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Municipal de Contribuintes, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.

§ 1º A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Municipal de Contribuintes quando:

I – violar literal disposição de lei;

II – for contrária à prova dos autos;

III – contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

IV – se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;

V – for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;

VI – fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.

§ 2º Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.

§ 3º No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.

§ 4º Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.

SEÇÃO VI

DAS CONSULTAS

Art. 186 Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, desde que protocolada antes do início da ação fiscal e com obediência às normas adiante estabelecidas.

Art. 187 A consulta será formulada através de petição dirigida ao responsável pelo órgão competente, com apresentação clara e precisa de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato e com a indicação dos dispositivos legais aplicados, instruída, se necessário, com os documentos.

Art. 188 Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte responsável relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta, até o 20º (vigésimo) dia subsequente à data da ciência da resposta.

Art. 189 O prazo para a resposta à consulta formulada será de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único - Poderá ser solicitada a emissão de parecer e realização de diligências, hipóteses em que o prazo referido no artigo será interrompido, começando a fluir no dia em que o resultado das diligências ou pareceres forem recebidos pela autoridade competente.

Art. 190 Não produzirá efeito a consulta formulada:

I – por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionam com a matéria consultada;

II – por quem estiver sendo intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III – quando o fato já tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta, ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

IV – quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da legislação tributária;

V – quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável pela autoridade julgadora.

Parágrafo único - Nos casos previstos neste artigo, a consulta será declarada ineficaz e determinado o arquivamento.

Art. 191 Quando a resposta à consulta for no sentido da exigibilidade de obrigação, cujo fato gerador já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o seu cumprimento, fixando o prazo de 10 (dez) dias.

Art. 192 O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração de eventual crédito tributário, efetuando seu pagamento, cujas importâncias serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do interessado.

Art. 193 Não cabe pedido de reconsideração ou recurso de decisão proferida em processo de consulta.

Art. 194 A solução dada à consulta terá efeito normativo, quando adotada em circular expedida pela autoridade fiscal competente.

SEÇÃO VII

DO JULGAMENTO DO PROCESSO CONTENCIOSO

Art. 195 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária serão decididos, administrativamente, em duas instâncias:

I – a primeira, singular;

II – a segunda, colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o Secretário Municipal de Administração e Finanças, ou cargo equivalente, e, em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

§ 2º Ao contribuinte ou sujeito passivo, acusado ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 196 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 197 As decisões administrativas serão incompetentes para:

I – declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;

II – dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária principal.

SUBSEÇÃO I DO JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 198 O Secretário Municipal de Administração e Finanças, ou função correlata, proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada, e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior, sempre que determinada a baixa do processo de diligência.

Art. 199 Ao interessado se comunicará a decisão proferida em primeira instância:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento (AR);

III – por edital, afixado no local próprio do Paço Municipal.

Parágrafo único - A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 200 O Secretário de Administração e Finanças é impedido de julgar:

I – quando tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – quando for sócio, quotista ou acionista do notificado ou autuado.

III – quando estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até o terceiro grau.

Parágrafo único - Impedido o Secretário de Administração e Finanças para decidir, competirá à assessoria jurídica.

Art. 201 Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso, como se julgada procedente a ação fiscal ou improcedente a reclamação ou defesa, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 202 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após passadas em julgado.

SUBSEÇÃO II DO JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA E DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Art. 203 O Conselho Municipal de Contribuintes, com as atribuições de dirimir, na área administrativa, conflitos surgidos entre o contribuinte e a municipalidade, versando sobre tributos municipais, terá suas decisões em segunda instância, definitivas e irrecorríveis, observados os prazos e disposições previstas nesta lei e demais normas atinentes à espécie.

Parágrafo único - As decisões do Conselho, serão tomadas em caráter coletivo e encaminhadas ao chefe do Poder Executivo, a quem caberá a decisão final.

Art. 204 O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) representantes dos contribuintes, 2 (dois) da Prefeitura Municipal e de 1 (um) representante do Poder Legislativo aprovado pelo plenário, todos nomeados pelo chefe do Poder Executivo, com mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado, observados, sempre, os parágrafos deste artigo. Da mesma forma, serão nomeados um suplente para cada Conselheiro e um para Presidente, convocados para servirem nas faltas ou impedimentos dos titulares.

§ 1º. Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão indicados pelas seguintes entidades representativas:

I – 02 representantes da Assessoria/Procuradoria-Geral do Município;

II – 02 representantes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

III – 02 representantes indicados pelos Movimentos Sociais e população;

IV – 02 representantes indicados pela CDL;

V – 02 representantes indicados pelo poder legislativo.

§ 2º. Os representantes da Prefeitura Municipal, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão escolhidos dentre servidores municipais versados em assuntos fazendários.

Art. 205 A posse dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes realizar-se-á perante o chefe do Poder Executivo Municipal, mediante termo lavrado em livro próprio.

Art. 206 Perde o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas, sem motivo justificado.

Parágrafo único - Em se tratando de conselheiro representante da Prefeitura, o fato constituirá falta de exação no cumprimento do dever e, será registrado em sua ficha funcional. Igual disposição se aplica ao Presidente.

Art. 207 A função de conselheiro ou de presidente será considerado como relevante serviço prestado à municipalidade.

Art. 208 Poderá ser criado no Conselho Municipal de Contribuintes, o cargo de secretário geral, nomeado pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 209 Compete ao secretário geral do Conselho Municipal de Contribuintes, além das atribuições que decorram do exercício da função:

I – dirigir, orientar e fiscalizar os serviços da secretaria do Conselho;

II – assessorar o presidente, solicitando todas as providências necessárias ao bom andamento dos trabalhos;

III – abrir vistas dos processos à Fazenda Municipal, logo que entregues pelos conselheiros relatores;

IV – exercer, quanto aos serviços e funcionários da secretaria do conselho, as atribuições comuns aos chefes de departamento.

Art. 210 O Conselho Municipal de Contribuintes só poderá deliberar, quando presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

§ 2º Deverão declarar-se impedidos de participar de julgamento, os conselheiros que:

I – hajam participado, a qualquer título, no processo ou em diligência que nele seja debatido ou lhe tenham dado origem;

II – sejam sócios, quotistas, acionistas ou interessados do recorrente, como de direção ou do conselho fiscal;

III – sejam parentes do recorrente, até o terceiro grau.

§ 3º Os processos de recursos serão encaminhados aos conselheiros mediante distribuição, garantida a igualdade numérica.

§ 4º O relator restituirá, no prazo de até 20 (vinte) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório e o parecer.

§ 5º Quando, a requerimento do relator, for realizada qualquer diligência, terá esse, novo prazo de 10 (dez) dias, para completar os estudos, contados da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 6º Fica automaticamente destituído da função de membro do conselho, o relator que reter processos além dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação do prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator alegar, comprovadamente, em requerimento dirigido, tempestivamente, ao presidente do conselho, a necessidade da dilatação.

§ 7º O presidente do conselho comunicará a destituição ao chefe do Poder Executivo, a fim de que seja providenciada a nomeação de novo conselheiro ou suplente.

Art. 211 O conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento, neste caso, o relator lançará a decisão no processo, com o visto do presidente, prosseguindo-se imediatamente.

Art. 212 Enquanto o processo estiver em diligência, ou em estudo com o relator, poderá o recorrente requerer ao presidente, a juntada de documentos, a bem de seus interesses, desde que isso não protele o andamento do processo.

Art. 213 A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo redator, até 8 (oito) dias após o julgamento. Se o relator for vencido, o presidente designará, para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º As decisões serão enfileiradas em volumes, para distribuição os interessados.

Art. 214 O presidente mandará organizar e publicar, em edital até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

I – data da entrada no protocolo do conselho;

II – data do julgamento em primeira instância;

III – maior volume, se coincidirem os dois elementos anteriores de precedência.

Parágrafo único - Terão preferência absoluta, para inclusão na pauta de julgamento, os processos que tiverem aposição da nota "URGENTE".

Art. 215 Após proferida a decisão definitiva, o conselho encaminhará comunicação da mesma à Secretaria de Administração e Finanças, para as providências de execução.

Parágrafo único - Ficarão arquivadas no conselho, a petição e todas as peças que lhe disserem respeito.

Art. 216 É facultado ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I – sugerir ao chefe do Poder Executivo Municipal, justificadamente, a dispensa de penalidades, pela aplicação do princípio da equidade;

II – comunicar irregularidade ou falta funcional verificada no processo, na instância inferior;

III – propor medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos;

IV – sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

Art. 217 O conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou injuriosas, proferidas por qualquer das partes.

Art. 218 A decisão do Conselho Municipal de Contribuintes será comunicada ao recorrente, de acordo com o disposto no art. 213.

Art. 219 O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto nesta lei, por regulamento e pelo Regimento Interno, a ser baixado pelo Conselho, após aprovação do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único - Enquanto não implantado o Conselho Municipal de Contribuintes, as decisões de segunda instância serão proferidas pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VIII

DAS DILIGENCIAS E PERICIAS

Art. 220 O órgão julgador determinará, de ofício ou a requerimento, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias, designando desde logo o perito e o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º O requerimento de diligência ou perícia deve indicar os motivos que a justifiquem e serão realizadas na forma prevista em regulamento, correndo por conta do requerente o seu custo.

§ 2º Deferida a perícia, o sujeito passivo e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 221 Será indeferida a realização de perícia ou diligência quando:

I – forem considerados suficientes os elementos presentes nos autos para a formação do convencimento;

II – seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;

III – a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;

IV – a verificação for impraticável;

V – requerida em segunda instância e não provada a ocorrência de fato novo.

§ 1º A decisão que indeferir o pedido de diligência ou de perícia deverá ser fundamentada, especificando as razões do indeferimento.

§ 2º Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe apreciar pedido de revisão da decisão que indeferir, em primeira instância, a diligência ou a perícia.

§ 3º O pedido a que se refere o parágrafo anterior será apreciado na forma determinada pelo Regimento Interno do Conselho.

SEÇÃO IX

DA EFICÁCIA DAS DECISÕES

Art. 222 São definitivas as decisões:

I – de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;

II – de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.

Parágrafo único - Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso ordinário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

Art. 223 O prazo para cumprimento das decisões definitivas será de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único - Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

CAPÍTULO V

DA DÍVIDA ATIVA

Art. 224 Constitui dívida ativa municipal a proveniente de crédito, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único - A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 225 A inscrição será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

Parágrafo único - O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 226 Sempre que os débitos não forem pagos em tempo hábil e não houver reclamação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.

Parágrafo único - O aviso da inscrição em dívida ativa deverá ser comunicada ao sujeito passivo, ainda que no ato do lançamento.

Art. 227 Compete, privativamente, à assessoria jurídica do Município a cobrança judicial da dívida ativa municipal.

§ 1º Recebida pela assessoria jurídica, a certidão de dívida ativa, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a respeito do crédito respectivo, salvo nos casos em que houver autorização expressa.

§ 2º Cumpre ao órgão fazendário cooperar com a assessoria jurídica do Município para garantir eficiência na cobrança judicial da dívida ativa, devendo prestar as informações solicitadas por esta ou pelo Poder Judiciário.

Art. 228 O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III – a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV – a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;

V – a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;

VI – o número do processo administrativo, da notificação de lançamento ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo único - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro digital ou físico e a folha onde está a inscrição.

Art. 229 A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 230 A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.

§ 1º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

CAPÍTULO VI

DA CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 231 A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único - A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 5 (cinco) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 232 Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 233 As certidões emitidas terão prazo de validade de 90 (noventa dias) dias.

Parágrafo único - As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas de forma gratuita.

Art. 234 Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 235 A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos, sem prejuízo dos danos que causar a terceiro.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber

CAPÍTULO VII

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS

Art. 236 O agente fiscal que, em função do cargo ou exercício, tendo conhecimento da infração da legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto competente, será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Municipal, desde que a omissão e a responsabilidade sejam apuradas, enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal.

§ 1º Igualmente será responsável a autoridade ou funcionário que deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários, ou quando o fizer fora dos prazos estabelecidos, ou mandar arquivá-los antes de findos, sem causa justificada e não fundamentado o despacho na legislação vigente à época da determinação do arquivamento.

§ 2º A responsabilidade, no caso deste artigo, é pessoal e independente o cargo ou função exercidos, sem prejuízo e outras sanções administrativas e penais cabíveis.

Art. 237 Nos casos do artigo anterior e seus parágrafos, ao responsável e, se mais de um houver, independentemente uns dos outros será cominada a pena de multa de valor igual à metade da aplicável ao contribuinte, responsável ou infrator, sem prejuízo da obrigatoriedade do recolhimento do tributo, se esse já não tiver sido recolhido.

§ 1º A pena prevista neste artigo será imposta pelo responsável da unidade administrativa de finanças, por despacho no processo administrativo que apura a responsabilidade do funcionário, a quem serão assegurados amplos direitos de defesa.

§ 2º Na hipótese do valor da multa e tributos deixados de arrecadar por culpa do funcionário ser superior a 10 (dez por cento) do total percebido mensalmente por ele, a título de remuneração, o responsável pela unidade administrativa de finanças determinará o recolhimento parcelado, de modo que de uma só vez não seja recolhida importância excedente àquele limite.

Art. 238 Não será de responsabilidade do funcionário a omissão que praticar ou o pagamento do tributo cujo recolhimento deixar de promover em razão de ordem superior, devidamente provada, ou quando não apurar infração em face das limitações da tarefa que lhe tenha sido atribuída pelo superior imediato.

Parágrafo único - Não se atribuirá responsabilidade ao funcionário, não tendo cabimento aplicação de penalidade pecuniária ou de outra, quando se verificar que a infração consta de livros ou documentos fiscais a eles não exigidos, e, por isso, já tenha lavrado auto de infração por embaraço à fiscalização.

Art. 239 Consideradas as circunstâncias especiais em que deixou de promover a arrecadação de tributos, conforme em regulamento, o responsável pela unidade administrativa de finanças, após a aplicação da multa, poderá dispensa-lo do pagamento desta.

CAPÍTULO VIII

DA EXECUÇÃO FISCAL

Art. 240 A execução fiscal poderá ser promovida contra:

I – o devedor;

II – o fiador;

III – o espólio;

IV – a massa;

V – o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não tributárias, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

VI – os sucessores a qualquer título.

§ 1º O síndico, o comissário, o liquidante, o inventariante e o administrador, nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se, antes de garantidos os créditos da Fazenda Pública Municipal, alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados, respondem, solidariamente, pelo valor desses bens, ressalvado o disposto nesta lei.

§ 2º A dívida ativa da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.

§ 3º Os responsáveis poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.

Art. 241 A petição inicial indicará apenas:

I – o juiz a quem é dirigida;

II – o pedido;

III – o requerimento para citação.

§ 1º A petição inicial será instruída com a certidão da dívida ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

§ 2º A petição inicial e a certidão de dívida ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

§ 3º A produção de provas pela Fazenda Pública Municipal independe de requerimento na petição inicial.

§ 4º O valor da causa será o da dívida constante na certidão, com os encargos legais.

Art. 242 Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na certidão da dívida ativa, o executado poderá:

I – efetuar depósito em dinheiro, a ordem do juízo, em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;

II – oferecer fiança bancária;

III – nomear bens à penhora;

IV – indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.

§ 2º Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.

§ 3º A garantia da execução, por meio do depósito em dinheiro ou fiança bancária, produz os mesmos efeitos da penhora.

§ 4º Somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

§ 5º A fiança bancária obedecerá às condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 6º O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

Art. 243 Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 244 Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

Art. 245 A discussão da dívida ativa da Fazenda Pública Municipal só é admissível em execução, na forma da Lei Federal nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, salvo as hipóteses de mandato de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

Parágrafo único - A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa a desistência do recurso acaso interposto.

Art. 246 A Fazenda Pública Municipal não será sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independe de preparo ou de prévio depósito.

Parágrafo único. Se vencida, a Fazenda Pública Municipal ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.

Art. 247 O processo administrativo corresponde à inscrição de dívida ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública Municipal será mantido na repartição competente, dele se extraíndo as cópias autenticadas ou certidões que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.

Parágrafo único - Mediante requisição do juiz à repartição competente, com dia e hora previamente marcados, poderá o processo administrativo ser exibido, na sede do juízo, pelo funcionário para esse fim designado, lavrando o serventuário termo da ocorrência, com indicação, se for o caso, das peças a serem transladadas.

LIVRO II DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 248 O Sistema Tributário Municipal é regido:

I – pela Constituição Federal;

II – pelo Código Tributário Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966;

III – pelas demais leis complementares federais, instituidoras de normas gerais de direito tributário, desde que, conforme prescreve o § 5º do art. 34 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, compatíveis com o novo Sistema Tributário Nacional;

IV – pelas resoluções do Senado Federal;

V – pelas leis ordinárias federais, pela Constituição Estadual e pelas leis complementares e ordinárias estaduais, nos limites das respectivas competências;

VI – pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 249 Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 250 A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.

CAPÍTULO I DA COMPETENCIA TRIBUTÁRIA

Art. 251 O Município de Timbe do Sul poderá instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 252 Compõem o sistema tributário do Município:

I – impostos;

a) sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

b) sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia bem como cessão de direitos e sua aquisição – ITBI;

c) sobre as vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel – IVVC;

d) sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN;

II – taxas decorrentes do efetivo ato do poder de polícia administrativa:

a) de licença para instalação e localização -TLL;

b) de licença para funcionamento - TLF;

c) de licença para funcionamento em horário especial - TFHE;

d) de licença para o exercício da atividade de comércio eventual ou temporada - TACET;

e) de licença para execução de obras e instalações particulares - TLEOIP;

f) de licença para a publicidade -TP;

g) de licença para ocupação de áreas - TLOA;

h) de licenciamento ambiental - TLA.

III – taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao sujeito passivo ou posto à sua disposição:

a) de limpeza pública-TLP;

b) de conservação de ruas e logradouros públicos TCRLP;

c) de coleta de lixo ordinário - TCLO

d) de embarque - TE;

e) de esgotamento sanitário TES;

f) de contribuição para custeio do serviço de iluminação pública-COSIP

IV – contribuição de melhoria.

CAPÍTULO II

DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 253 Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores, ocorrido antes da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – instituir impostos sobre:

a) patrimônio ou serviços, da União e do Estado;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais e periódicos;

e) autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio aos serviços, vinculados as suas finalidades essenciais ou à delas decorrentes.

§ 1º A vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços, da União e do Estado:

I – não se aplica ao patrimônio e aos serviços:

a) relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados;

b) em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário;

II – não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

III – aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios da União e do Estado, bem como aos inerentes aos seus objetivos, não sendo extensiva ao patrimônio e aos serviços:

a) de suas empresas públicas;

b) de suas sociedades de economia mista; a) de suas delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos.

§ 2º A vedação para o Município instituir impostos sobre templos de qualquer culto, compreende somente o patrimônio e os serviços

relacionados com as suas finalidades essenciais.

§ 3º A vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei:

I – compreende somente o patrimônio relacionado com as finalidades essenciais das entidades mencionadas;

II – aplica-se, exclusivamente, aos serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas, bem como os diretamente relacionados com os objetivos das entidades mencionadas, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos;

III – está subordinada à observância, por parte das entidades mencionadas, dos seguintes requisitos:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

§ 4º Na falta de cumprimento do disposto nos incisos I, II e III, “a”, “b” e “c”, do § 3º. ou do § 6º, deste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 5º A vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público:

I – refere-se, apenas, ao patrimônio e aos serviços, vinculado as suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

II – não se aplica ao patrimônio e aos serviços:

a) relacionados não com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados;

b) em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário;

III – não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 6º A vedação para o Município instituir impostos sobre o patrimônio ou os serviços das entidades mencionadas no inciso V deste artigo, não exclui a tributação, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensas da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros:

I – é vedado estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

TÍTULO II

DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E INCIDENCIA

Art. 254 O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana –IPTU, incide sobre a propriedade, a posse ou o domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do Município ou em áreas a ela equiparadas por lei. Parágrafo único - O fato gerador do imposto ocorre no 1º (primeiro) dia de cada exercício financeiro.

Art. 255 O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:

a) sem edificação;

b) em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição ou modificação.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual existe edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 256 Para os efeitos deste imposto, entendem-se como zona urbana aquelas definidas na legislação municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º O imposto incide, também, sobre o imóvel, que embora não localizado na zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

§ 2º O imposto incide, também, sobre a área que possuem atividade urbana mesmo localizada na área rural.

Art. 257 Também são consideradas zonas urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelo órgão competente, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior.

Art. 258 O imposto incide, também, sobre o bem imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Art. 259 A incidência do imposto independe:

I – da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;

II – do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentadoras ou administrativas ao bem imóvel.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 260 São contribuintes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel, nos termos definidos nesta Lei.

Parágrafo único - São também contribuintes o promitente comprador, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, Estado ou Município ou a qualquer outras pessoas isentas ou imunes.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 261 A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é o valor venal do imóvel, no tempo em que se materializar o fato gerador.

§ 1º Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, formoseamento ou comodidade.

§ 2º Da aplicação dos critérios de apuração da base de cálculo, previstos nesta seção, não poderá resultar valor venal superior ao valor real do imóvel.

§ 3º A administração tributária fará a apuração do valor venal da propriedade predial e territorial urbana através de elementos e dados por ela conhecidos, especialmente pelos dados existentes no cadastro imobiliário.

Art. 262 Considera-se para efeito do cálculo do imposto:

I - no caso do terreno, o valor venal do solo;

II - no caso de prédio, o valor venal do solo e da edificação em conjunto.

Art. 263 O valor venal do terreno (Vvt), construído ou não, resulta da multiplicação de sua área total tributável (Atrib), pelo valor do metro quadrado do lote padrão (Vmq), constante da Tabela IV e pelos fatores de correção das Tabelas I-A à I-I, aplicáveis conforme as circunstâncias peculiares do imóvel, de acordo com a seguinte fórmula:

§ 1º Os elementos ou fatores de correção empregados na fórmula são:

- a) Atrib: área tributável;
- b) Vmq: valor do metro quadrado do lote padrão da seção a que pertence o imóvel, Tabela IV;
- c) Fser: fator de serviços;
- d) Fprof: fator de profundidade;
- e) Fsit: fator de situação na quadra;
- f) Ftop: fator de topografia;
- g) Fped: fator de pedologia;
- h) : fator de ocupação;
- i) : fator de utilização;
- j) : fator de limitação.

§ 2º A área tributável () é calculada de acordo com a Tabela I-A.

a) os terrenos que tiverem área superior ao produto do dobro da testada padrão pelo dobro da profundidade máxima padrão, ou seja, possuírem área superior a 2.100,00 m² (dois mil e cem metros quadrados), terão os fatores de profundidade iguais a unidade, nos demais casos o fator de profundidade é calculado em conformidade com a Tabela I-B;

b) no cálculo do valor venal de terrenos, nos quais tenham sido edificadas unidades autônomas, além dos fatores de correção aplicáveis em conformidade com as circunstâncias, utilizar-se-á como parâmetro para o cálculo a medida da fração ideal com que cada um dos condôminos participa na propriedade condominial;

c) nos casos que houver mais de uma edificação no lote, será definida, para efeito de definição do valor de cada uma no respectivo imóvel, a fração ideal de terreno, proporcionalmente a área construída das mesmas, considerando-se os fatores de correção aplicáveis ao terreno onde as mesmas estão construídas.

§ 3º O valor do metro quadrado do lote padrão referido no parágrafo anterior é:

- a) o do trecho do logradouro relativo a frente efetiva da localização do imóvel ou, havendo mais de uma, o que possuir o maior valor unitário;
- b) o do trecho do logradouro correspondente à servidão de passagem, no caso de terreno encravado;
- c) os logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (Tabela IV), terão seus valores unitários fixados por uma comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário.

§ 4º O lote padrão para efeito de cálculo dos fatores de profundidade e testada possui área de 450,00 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com testada de 15,00m (quinze) metros e profundidade de 30,00 (trinta) metros.

- a) o fator de profundidade (Fprof) é calculado conforme condições e expressões definida na Tabela I-B, respectivamente;
- b) a profundidade equivalente do terreno, para efeito de aplicação do fator de profundidade, é obtida mediante a divisão da área total pela testada principal constante no cadastro imobiliário.
- c) a profundidade do lote padrão terá um intervalo onde o fator de profundidade se igualará à unidade quando a profundidade equivalente do lote avaliado estiver nele contido.
- d) A profundidade mínima do lote padrão é de 25,00 (vinte e cinco) metros e a profundidade máxima do lote padrão é 35,00 (trinta e cinco) metros.

§ 5º O fator de situação na quadra (Fsit) é definido na Tabela I-C, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 6º O fator de topografia (Ftop) é definido na Tabela I-D, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 7º O fator de tipo de pedologia (Fped) é definido na Tabela I-E, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 8º O fator de ocupação (Focu) é definido na Tabela I-F, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 9º O fator de utilização (Futi) é definido na Tabela I-G, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 10 O fator de tipo de limitação (Flim) é definido na Tabela I-H, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 11 O fator de serviços (Fser) é obtido pela multiplicação dos índices definidos na Tabela I-I, conforme as características do trecho do logradouro relativo à frente efetiva da localização do imóvel.

Art. 264 O valor venal da construção (Vvc) resulta do produto da área construída (Ac) pelo valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (Vmqc), pelo fator do tipo de alinhamento (Fali), pelo fator do tipo de situação da construção (Fsit), pelo fator do tipo de situação da unidade construída (Fsiuc), pelo fator do estado de conservação (Fcon) e pelo fator do tipo de categoria da construção (Fcat) conforme a fórmula:

§ 1º A área construída (Ac) é a constante do cadastro imobiliário.

§ 2º O valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (Vmqc) é obtido em função do tipo de edificação constante no cadastro imobiliário e a Tabela II-A, observando setor de localização do imóvel, define os valores unitários de referência.

§ 3º O fator estrutura da edificação (Fest) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário e a Tabela II-E define seus valores.

§ 4º O fator do tipo de alinhamento (Fali) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário e a Tabela II-B define seus valores.

§ 5º O fator do tipo de situação da construção (Fsit) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário e a Tabela II-C define seus valores.

§ 6º O fator do tipo de situação da unidade construída (Fsiuc) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário e a Tabela II-D define seus valores.

§ 7º O fator do estado de conservação (Fcon) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário e a Tabela II-F define seus valores.

§ 8º O fator do tipo de categoria da construção (Fcat) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário e a Tabela III define seus valores.

§ 9º Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário.

§ 10 Os percentuais para majoração ou minoração dos valores unitários de referência poderão ser gravados por lote no cadastro imobiliário, quando a constatação da distorção for específica, ou por trecho de logradouro, quando a constatação da distorção se der para todos os imóveis de um ou dos dois lados do trecho.

§ 11 Os percentuais gravados para majoração ou minoração dos valores de referência perderão efeito quando:

- a) características dos imóveis ou dos trechos de logradouros utilizadas nos procedimentos de avaliação sofrerem alterações;
- b) forem revisados os modelos de avaliação e valores unitários de referência; e
- c) se entender que o uso dos percentuais esteja distorcendo os valores dos imóveis.

§ 12 A gravação dos percentuais de que trata o paragrafo segundo deste artigo, só poderá ser feito por funcionário(s) da Administração Municipal autorizado(s).

§ 13 Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário. (já dito no § 9)

§ 14 Os ajustes de que trata o paragrafo anterior somente poderão ser realizados após parecer da comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário.

§ 15 O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será calculado através da multiplicação do Valor Venal do imóvel pela alíquota correspondente no artigo 269.

Art. 265 Os valores venais apurados na Tabela II-A e Tabela IV do anexo único desta lei, serão reduzidos conforme Tabela IV, item c, conforme já discriminados nas respectivas tabelas.

Parágrafo único - As unidades imobiliárias não contempladas com a relação de seções e logradouros da Tabela IV, serão utilizadas os valores do logradouro mais próximos

Art. 266 Os imóveis localizados na zona rural serão avaliados de acordo com a Tabela V.

Art. 267 O Poder Executivo Municipal editará mapas contendo:

- I – valores do metro quadrado do terreno, segundo sua localização e existência de equipamentos urbanos;
- II – valores do metro quadrado da edificação, segundo o tipo e o padrão;
- III – fatores de correção e os respectivos critérios de aplicação.

Art. 268 Os valores dos tributos, constantes nas tabelas e mapas, estão convertidos em U.F.M. (Unidade Fiscal Monetária).

Parágrafo único - O lançamento dos tributos poderá ser efetuado diretamente em U.F.M.

SEÇÃO IV DA ALÍQUOTA

Art. 269 As alíquotas a serem aplicadas sobre o valor venal serão as seguintes:

- I – no caso de terreno sem ocupação: 0,30% (zero vírgula trinta por cento);
- II – no caso de bem imóvel com edificação: 0,20% (zero vírgula vinte por cento); e
- III – no caso de apartamento e-ou unidades conjugadas: 0,20% (zero vírgula vinte por cento)."

SEÇÃO V

DA INSCRIÇÃO

Art. 270 A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada imóvel que o sujeito passivo seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção.

Parágrafo único - São sujeitos a uma só inscrição, requerida com a apresentação de planta ou croqui:

- I – as glebas sem qualquer melhoramento;
- II – as quadras indivisas das áreas arruadas.

Art. 271 Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel, abstraindo-se a descrição contida no respectivo título.

Art. 272 O Cadastro Imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

Art. 273 O sujeito passivo é obrigado a promover a inscrição em formulário especial, no qual, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarará:

- I – seu nome e conjuge;
- II – número anterior do registro de imóvel, do registro do título relativo ao terreno;
- III – localização, dimensão, área e confrontações do terreno;
- IV – uso que efetivamente está sendo dado ao terreno;
- V – informações sobre o tipo de construção, se existir;
- VI – indicação da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil e do número do seu competente registro;
- VII – se tratar de posse, indicação do título que a justifique, se existir;
- VIII – endereço para entrega de avisos de lançamento e notificações;
- IX – informações sobre o tipo de construção, se existir, entre os quais:
 - a) área do pavimento térreo;
 - b) número de pavimentos;
 - c) data da conclusão da construção;
 - d) número e natureza dos cômodos.

Art. 274 O sujeito passivo é obrigado a promover a sua inscrição dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da :

- I – convocação eventualmente feita pela Prefeitura;
- II – demolição ou perecimento das edificações existentes;
- III – conclusão ou ocupação da edificação;
- IV – aquisição ou promessa da compra de bem imóvel, total, desmembrada ou ideal;
- V – posse de bem imóvel exercido a qualquer título.

Art. 275 A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades por não terem sido efetuadas pelo sujeito passivo ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 276 Os proprietários ou responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até no mês de novembro de cada exercício, no cadastro fiscal imobiliário, relação dos lotes que no ano anterior ou em curso tenham sido alienados, definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome e endereço do comprador, o número do lote da quadra, a fim de que seja feita devida alteração no cadastro imobiliário.

Art. 277 O contribuinte omissor será inscrito de ofício, observando-se o disposto no art. 275.

Parágrafo único - Equipara-se ao contribuinte omissor o que prestar informações falsas, com erros ou omissões,

Art. 278 A retificação de inscrição ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.

**SEÇÃO VI
DO LANÇAMENTO**

Art. 279 O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, será procedido de ofício pela autoridade fazendária, no início de cada exercício financeiro, com base nos dados constantes no cadastro imobiliário do Município.

§ 1º O lançamento poderá ser feito para cada unidade imobiliária autônoma.

§ 2º Poderão, a critério da administração pública, ser lançados junto com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, outros tributos municipais.

§ 3º Se verificada no cadastro imobiliário a falta de dados necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, nos casos de reforma ou modificação do uso sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante procedimento fiscal.

Art. 280 O lançamento do imposto será anual e distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo ou de propriedade do mesmo contribuinte.

**SEÇÃO VII
DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO**

Art. 281 O imposto será lançado em nome do sujeito passivo que consta do cadastro imobiliário, levando-se em consideração a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

Art. 282 O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, em jornal de grande circulação local, publicação em site da municipalidade, contendo:

I – a notificação do lançamento;

II – a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;

III – o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal;

IV – o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III.

§ 1º Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.

§ 2º A presunção referida no parágrafo anterior é relativa e poderá ser ilidida, pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal da Fazenda em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.

§ 3º A regra prevista nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao cadastro imobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

§ 4º Nos casos de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição do promitente comprador.

§ 5º O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 6º Na hipótese, o lançamento será feito:

a) quando pró indiviso, em nome de qualquer dos co-proprietários;

b) quando pró diviso, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 283 Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto de ofício.

§ 1º O pagamento da obrigação tributária, objeto de lançamento anterior, será considerado como pagamento parcial ou total devido pelo contribuinte em consequência da revisão de que trata este artigo.

§ 2º O lançamento complementar resultante de revisão não invalida o lançamento anterior.

Art. 284 Tratando-se de edificações construídas durante o exercício, o imposto será lançado a partir do exercício seguinte àquele que seja expedido o alvará de uso ou similar ou que as construções sejam parcial ou totalmente ocupadas.

Art. 285 Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o imposto será devido até o final do exercício, devendo ser alterado para o exercício seguinte.

Art. 286 Na possibilidade da obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários da base de cálculo do imposto, o valor venal será arbitrado e o lançamento efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo de outras cominações ou penalidade.

SEÇÃO VIII

DA ARRECADAÇÃO

Art. 287 O imposto será pago integral ou parceladamente, segundo determinação do calendário fiscal que será fixado e alterável por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 288 Nenhuma parcela será paga sem a prévia quitação da antecedente.

Art. 289 O pagamento será efetuado através de documento de arrecadação de receitas municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I - em um só pagamento, antes do vencimento da primeira parcela, será concedida, ao contribuinte, uma redução de até 20% (vinte por cento), sobre o total do tributo, conforme decreto municipal;

II - de forma parcelada, em até 12 (doze) parcelas, com vencimentos mensais e subsequentes no mesmo dia do primeiro vencimento, respeitados os valores mínimos fixados pelo Poder Executivo, em decorrência de economia processual.

Art. 290 O pagamento do imposto não implica reconhecimento pela Prefeitura, para qualquer fim, da legitimidade da propriedade, do domínio ou da posse do bem imóvel.

SEÇÃO IX

DA REVISÃO DO LANÇAMENTO

Art. 291 Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no § 1º do inciso IV do artigo 282, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para reavaliação.

§ 1º Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar reclamação, na forma disciplinada nesta lei.

§ 2º O pedido de revisão contra o lançamento do IPTU de que trata o caput deste artigo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

SEÇÃO X

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 292 Ao contribuinte que não cumprir ao disposto nos artigos 273 e 274, será imposta a multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor anual do imposto.

Parágrafo único - A referida penalidade será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

Art. 293 O não cumprimento ao disposto no artigo 276 acarretará a penalidade equivalente a 3 (três) U.F.M. por parcelamento.

Art. 294 A falta de pagamento de qualquer tributo no prazo legal, sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I – correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação da variação da U.F.M. Municipal;

II – multa de 2,0% (dois por cento) de 01 a 30 dias de atraso;

III – multa de 4,0% (quatro por cento) de 31 a 60 dias de atraso;

IV – multa de 6,0% (seis por cento) de 61 a 90 dias de atraso;

V – multa de 8,0% (oito por cento) de 91 a 120 dias de atraso;

VI – multa de 10,0% (dez por cento) de 121 dias após de atraso, sobre o valor corrigido monetariamente;

VII – juros de 1,0% (um por cento) ao mês, não cumulativos, incidentes sobre o valor corrigido;

VIII – multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto, corrigido monetariamente, sempre que o agente fiscal constatar fraude, dolo ou simulação nos documentos, com intuito de não recolher ou reduzir o valor do tributo devido.

Art. 295 A inscrição do crédito da Fazenda Municipal não quitado far-se-á com as cautelas previstas no capítulo que trata da dívida ativa, nesta lei.

SEÇÃO XI DAS ISENÇÕES

Art. 296 Desde que cumpridas as exigências legais, fica isento do imposto o bem imóvel:

I – pertencente a particular, quando cedido gratuitamente em sua totalidade, para uso exclusivo da União, do Estado ou do Município e suas Autarquias;

II – que possuir cobertura vegetal e que seja destinado a reserva ecológica;

III – de propriedade de associações culturais, desportivas, beneficentes e religiosas e que seja por elas ocupado em sua totalidade, para a prática de suas finalidades, desde que se enquadrem nos seguintes requisitos:

a) não atribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação do seu resultado;

b) mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

c) sejam declaradas de utilidade pública Federal, Estadual ou Municipal;

IV – cujo proprietário titular, mediante comprovação com certidão de registro de imóveis, seja deficiente físico e-ou mental, comprovadamente impossibilitado de laborar e possua um único imóvel, comprovado mediante certidão de registro de imóveis, destinado a sua habitação e de sua família, obedecido o seguinte:

a) que tenha remuneração mensal familiar de até 1 (um) salário mínimo ou seu sucedâneo;

b) que seu imóvel seja constituído por um terreno de até 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) de área e com até 80,00 m² (oitenta metros quadrados) de área construída.

V – cujo proprietário seja tutor ou responsável legal por deficiente físico e-ou mental, comprovadamente impossibilitado de laborar e possua um único imóvel, comprovado mediante certidão de registro de Imóveis, destinado a sua habitação e de sua família, obedecido o seguinte:

a) não possua participação societária, ou seja proprietário de empresa com fins lucrativos.

b) que embora localizado na zona urbana, seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

VI - cujo proprietário seja aposentado ou pensionista, possua um único imóvel, destinado a sua residência e de seus dependentes, que seja constituído por um terreno de até 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) de área e com até 80,00 m² (oitenta metros quadrados) de área construída, comprovado mediante certidão de registro de Imóveis, que a renda familiar seja de até 01 (um) salário mínimo vigente, e não possua outras fontes de renda; devendo apresentar os seguintes documentos:

a) requerimento;

b) declaração de que não possua outra fonte de renda além da aposentadoria;

c) documentos que façam prova do alegado, declaração do INSS, quando for o caso, e documentos comprobatórios da propriedade do imóvel;

d) declaração de que não possui mais de um imóvel em seu nome, seja ele urbano ou rural.

§ 1º A isenção prevista nos incisos IV e V será efetivada em caráter individual, por despacho do Secretário Municipal de Administração e Finanças, ou pessoa por ele nomeada, em requerimento previamente analisado por assistente social, do quadro de servidores de carreira do Município, lotada na secretaria de saúde.

§ 2º Nos requerimentos citados no inciso V e § 1º, o contribuinte deverá fazer prova do preenchimento das condições e dos requisitos previstos para a concessão do benefício, juntando cópias dos documentos de identidade e cadastro de pessoa física, atestados médicos, bem como quaisquer documentos que façam prova do alegado, declaração do INSS, quando for o caso, e documentos comprobatórios da propriedade do imóvel para o qual se requer a isenção do imposto.

§ 3º No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista nos incisos IV e V, poderá ser determinada a suspensão do requerimento para períodos subseqüentes, enquanto forem satisfeitas as condições exigidas para a sua concessão.

§ 4º O despacho que conceder a isenção prevista nos incisos IV e VI, não gera direito adquirido.

§ 5º Para fins de apuração do disposto no § 3º, poderá o Secretário Municipal de Administração e Finanças, ou pessoa por ele designada, a qualquer tempo, exigir novamente a apresentação dos documentos elencados no § 2º.

§ 6º No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista nos incisos IV e V, poderá o Secretário Municipal de Administração e Finanças, ou pessoa por ele nomeada, com fundamento nos documentos comprobatórios e no parecer da assistente social, remir as dívidas do imóvel objeto do requerimento, relativas ao período em que, comprovadamente, o beneficiário preencher os requisitos.

§ 7º Para os efeitos dos incisos IV e V deste artigo, independe a residência do titular sobre o imóvel, desde que esta condição seja resultado da patologia ou deficiência que lhe obrigue a ser acompanhado por outra pessoa.

§ 8º Entende-se por renda familiar para apuração constante no inciso VI, a renda percebida pelo proprietário e seu cônjuge;

§ 9º Não se aplica isenção ao aposentado ou pensionista que tiver filhos casados, morando no mesmo imóvel;

§ 10º Entende-se por mesmo imóvel a residência contruída no terreno que é postulado a isenção, destinado a moradia do aposentado e/ou pensionista.

VII – a parcela dos imóveis com restrição para urbanização, segundo a legislação sobre planejamento físico do Município.

VIII – o imóvel total ou parcial considerado de preservação histórica, conforme legislação específica;

IX – o patrimônio das Associações de Pais e Professores (APP) dos estabelecimentos escolares devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, das Associações de Moradores, das Associações de Bairros, dos Centros Comunitários e das Associações de Pais e Funcionários (APF), sem fins lucrativos, desde que utilizados em suas finalidades essenciais, mediante comprovação de titularidade comprovado por certidão de registro de imóveis ;

X– a parcela dos imóveis que estiver localizada em área reservada para futura execução de obras públicas, sendo que, enquanto as mesmas não forem concluídas, ou não tiverem o seu cancelamento da execução confirmado, a alíquota incidente sobre o remanescente será aquela aplicada a terrenos edificadas.

Art. 297 As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de documentos das exigências para a sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perder o benefício fiscal no exercício seguinte.

§ 1º A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção, poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação se referir àquela documentação.

§ 2º As isenções não alcançaram a segunda moradia, sobre o imóvel, ocupada por terceiros ou familiares.

§ 3º A isenção será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfaça ou deixe de cumprir os requisitos para a concessão do benefício, cobrando-se o crédito atualizado monetariamente, acrescido de juros de mora e multa por infração de 20% do valor do imposto, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO - ITBI

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 298 Integra o Sistema Tributário Municipal o Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição – ITBI.

Art. 299 O imposto de que trata este capítulo tem como fato gerador:

I – a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

II – a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III – a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 300 A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - a compra e venda de imóveis pura ou condicional e de atos equivalentes;

II - a dação em pagamento;

III - a permuta;

IV - o mandato em causa própria, ou com poderes equivalentes, para a transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o caso de o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel;

V - a arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;

VI - remição;

VII - as divisões de patrimônio comum ou partilha, quando for atribuído a um dos cônjuges, separado ou divorciado, valor dos bens imóveis acima da respectiva meação;

VIII - as divisões para extinção de condomínio de bem imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;

IX - o usufruto, a enfiteuse e a subenfiteuse;

X - as rendas expressamente constituídas sobre bem imóvel;

XI - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XII - a cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda com registro na matrícula do imóvel;

XIII - a cessão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio;

XIV - a cessão de direito real de uso;

XV - a cessão de direitos a usucapião;

XVI - a cessão de direitos a usufruto;

XVII - a cessão de direitos à sucessão;

XVIII - a acessão física quando houver pagamento de indenização;

XIX - aquisição por título definitivo.

§ 1º Será devido novo imposto quando as partes resolverem a retratação do contrato que já houver sido celebrado.

§ 2º O imposto ainda incidirá sobre todos os demais atos onerosos, translativos de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e constitutivos de direitos reais sobre bens imóveis e demais cessões de direitos a eles relativos.

Art. 301 A incidência do imposto alcança as mutações patrimoniais que se seguem:

- I - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante desta for a compra de bens e direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
- II - transferência do patrimônio de pessoa jurídica, para o de qualquer um dos seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- III - tornas ou reposições que ocorram: a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiro receber dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que a parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis.
- IV - instituição de fideicomisso.

§ 1º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no Inciso I do caput deste artigo, mais de 50 % (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos imediatamente subsequentes à aquisição, decorrer de transações nela mencionadas;

§ 2º Caso a pessoa jurídica adquirente inicie suas atividades após a aquisição ou há menos de dois anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida na alínea anterior levando-se em conta os três primeiros anos subsequentes à data da aquisição.

Art. 302 Será devido novo imposto:

- I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;
- II - no pacto de melhor comprador;
- III - na retrocessão;
- IV - na retrovenda.

§ 1º Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

- I - permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;
- II - permuta de bens imóveis por qualquer outros bens situados fora do território do Município;
- III - a transação em que seja reconhecido o direito que implique transmissão de imóveis ou direitos a ele relativos.

SEÇÃO II

DAS IMUNIDADES E DA NÃO-INCIDÊNCIA

Art. 303 O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a ele relativos, quando:

- I – o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações;
- II – o adquirente for partido político, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;
- III – efetuadas para a sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- IV – decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
- V - nas divisões para extinção de condomínio de bem imóvel, atribui-se a cada condômino fração igual sobre o todo.

§ 1º As instituições de educação e assistência social deverão observar os seguintes requisitos:

- I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de rendas a título de lucro ou participação no resultado;
- II – aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- III – manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

SEÇÃO III

DO RECONHECIMENTO DAS EXONERAÇÕES TRIBUTARIAS

Art. 304 É obrigatória a comprovação da exoneração tributária do ITBI, emitida pela Fazenda Municipal, para a lavratura de escritura pública e-ou registro no ofício competente.

Art. 305 O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo corrigido monetariamente desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou informação falsa.

SEÇÃO IV

DAS ISENÇÕES

Art. 306 São isentas do imposto:

- I – a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da sua propriedade;
- II – a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;
- III – a transmissão em que alienante seja o Poder Público;
- IV – a indenização de bem feitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;
- V – a transmissão decorrente de investidura;
- VI – a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;
- VII – as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;

SEÇÃO V

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 307 O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Art. 308 Nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento,

o transmitente e o cedente, conforme o caso.

SEÇÃO VI DA BASE DE CÁLCULO

Art. 309 A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou então o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município, se o valor venal for maior.

§ 1º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

§ 2º Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da fração ideal.

§ 3º Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

§ 4º Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 5º Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 6º No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 7º No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

§ 8º Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra-nua estabelecido pelo órgão federal competente, poderá o Município atualiza-lo monetariamente.

§ 9º A impugnação do valor fixado com base de cálculo do imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

SEÇÃO VII DAS ALÍQUOTAS

Art. 310 O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido com base de cálculo nas seguintes alíquotas:

I – transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação, em relação a parcela financiada 0,5% (meio por cento);

II – demais transmissões – 2% (dois por cento).

SEÇÃO VIII DO PAGAMENTO

Art. 311 O imposto será pago até a data do fato translativo, exceto nos seguintes casos:

I – na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da assembleia ou da escritura em que tiverem lugar aqueles atos;

II – na arrematação ou na adjudicação em praça ou em leilão, dentro de 30 (trinta dias), contados da data em que tiver sido assinado o auto ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso pendente;

III – na acessão física, até a data do pagamento da indenização;

IV – nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 312 Nas promessas ou compromissos de compra e venda, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

§ 1º Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Art. 313 Não se restituirá o imposto pago:

I – quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura;

II – aquele que venha perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

Art. 314 O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I – anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II – nulidade do ato jurídico;

III – rescisão do contrato de desfazimento da arrematação. com fundamentos na legislação em vigor.

Art. 315 A guia para pagamento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente conforme dispuser regulamento.

SEÇÃO IX DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 316 O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente da Prefeitura os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regulamento.

Art. 317 Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais, sem que o imposto devido tenha sido pago.

Art. 318 Os tabeliães e escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarem.

Art. 319 Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto, são obrigados a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

SEÇÃO X DAS PENALIDADES

Art. 320 O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeita a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto.

Art. 321 O não pagamento do imposto nos prazos não fixados nesta Lei sujeita o infrator a multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo único. Igual penalidade será aplicada aos serventuários que descumprirem o previsto no art. 292.

Art. 322 A omissão ou inexistência fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado.

Parágrafo único - Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração e seja conivente ou auxiliar a inexistência ou omissão praticada.

Art. 323 O crédito tributário não liquidado na época própria fica sujeito a atualização monetária.

Art. 324 Aplicam-se, no que couberem, os princípios, normas e demais disposições do Código Tributário Municipal relativos à Administração Tributária.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DA INCIDENCIA

Art. 325 Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 326 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista prevista no artigo 348, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

§ 2º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas apenas, completando o alcance do direito existente.

§ 3º A caracterização do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista constante no artigo 348.

§ 4º Para fins de enquadramento na lista de serviços:

I – o que vale é a natureza, a “alma” do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

II – o que importa é a essência, o “espírito” do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

§ 5º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 6º Ressalvadas as exceções expressas na lista prevista no artigo 348, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 7º O imposto de que trata esta lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 8º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

§ 9º Ocorrendo a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza não compreendidos no art. 155, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, definidos na lista de serviços, nasce a obrigação fiscal para com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, independentemente:

I – da validade, da invalidade, da nulidade, da anulabilidade, da anulação do ato, efetivamente praticado;

II – da legalidade, da ilegalidade, da moralidade, da imoralidade, da licitude e da ilicitude da natureza do objeto do ato jurídico ou do malogro de seus efeitos.

Art. 327 O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único - Não se enquadram ao disposto do inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que

o pagamento seja feito por residente no exterior.

SEÇÃO II DO LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 328 O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, abaixo relacionadas, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 5º do art. 326 desta lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços prevista no artigo 348;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços prevista no artigo 348;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços prevista no artigo 348;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços prevista no artigo 348;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços prevista no artigo 348;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços prevista no artigo 348;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços prevista no artigo 348;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços prevista no artigo 348;

XI – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços prevista no artigo 348;

XII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços prevista no artigo 348;

XIII – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços prevista no artigo 348;

XIV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços anexa;

XV – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços prevista no artigo 348;

XVI – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços prevista no artigo 348;

XVII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços prevista no artigo 348;

XVIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços constante no art. 348;

XIX - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01, da lista de serviços prevista no artigo 348;

XX - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09, da lista de serviços prevista no artigo 348;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços prevista no artigo 348;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços prevista no artigo 348.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município:

I – no caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços prevista no artigo 348, em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

II – no caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços prevista no artigo 348, em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 2º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

SUBSEÇÃO ÚNICA DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR

Art. 329 Considera-se estabelecimento prestador:

I – o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II – o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

SEÇÃO III DO SUJEITO PASSIVO

Art. 330 Sujeito passivo do imposto é o contribuinte ou o responsável, na forma prevista nesta lei.

SUBSEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 331 Contribuinte é o prestador do serviço sujeito à incidência do imposto.

SUBSEÇÃO II DO RESPONSÁVEL

SETOR I DO RESPONSÁVEL POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 332 O Município atribui, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º São responsáveis, por substituição tributária total, pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária:

a) de serviço prestado por contribuinte que não esteja regularmente cadastrado como contribuinte do Município ou não tenha emitido nota fiscal de prestação de serviço;

b) dos serviços descritos nos subitens 1.01: 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.06, 1.07, 1.08, 3.02, 3.03, 3.04, 4.02, 4.03, 4.17, 4.21, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 9.02, 9.03, 10.01, 10.02, 10.03, 10.04, 10.05, 10.07, 10.08, 11.02, 14.01, 14.02, 14.05, 14.06, 17.05, 17.06, 17.07, 17.08, 17.09, 17.19, 17.22, 19.01, 20.01, 20.02, 20.03, 26.01e 37.01 da lista de serviços prevista no artigo 348.

III – as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando contratarem a prestação de serviços sujeitos à incidência do imposto;

IV – as distribuidoras de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização, em relação às vendas subseqüentes realizadas pelas entidades esportivas autorizadas ou empresas contratadas, exploradoras de casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanentes;

V – os administradores de bens e negócios de terceiros, em relação aos serviços de venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios, realizados em casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanentes;

VI – as empresas prestadoras dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual e planos de saúde, em relação aos serviços de saúde e assistência médica, descritos no item 4 da lista de serviços prevista no artigo 348;

VII – as agências de propaganda, em relação aos serviços prestados por terceiros, quando contratados por conta e ordem de seus clientes;

VIII – as empresas incorporadoras e construtoras, em relação aos serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de bens imóveis, descritos no subitem 10.05 da lista de serviços;

IX – as empresas seguradoras, em relação aos serviços dos quais resultem:

a) remunerações a título de pagamentos em razão do conserto, restauração ou recuperação de bens sinistrados;

b) remunerações a título de comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários, pela venda de seus planos;

c) remunerações a título de pagamentos em razão de inspeções e avaliações de risco para cobertura de contrato de seguros e de prevenção e gerência de riscos seguráveis.

§ 2º O disposto nos incisos II “b”, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço sujeitar-se a pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada.

§ 3º A responsabilidade a que se refere este artigo somente será elidida nos seguintes casos:

I – quando o prestador dos serviços, agindo com o propósito de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento, prestar informações falsas ao responsável induzindo-o a erro na apuração do imposto devido;

II – na concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em qualquer espécie de ação judicial.

III – a pessoa jurídica prestadora dos serviços descritos nos subitens 4.03, 4.17, 4.22, 5.02, 15.01 a 15.08 e 22.01 da lista de serviços.

IV – Enquadram-se no regime de responsabilidade tributária por substituição total, previsto no § 1º do art. 332, as pessoas físicas tomadoras de serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista de serviços.

V – Não se enquadram no regime de responsabilidade tributária por substituição total, em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquanto prestadora de serviços, as empresas e as entidades elencadas no subitem 22.01 da lista de serviços, bem como as que se encontram em regime de estimativa.

VI – A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, por estádios, por teatros, por salões e por congêneres, em relação aos eventos realizados.

SETOR II DA RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA

Art. 333 São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido e não retido, os órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas Autarquias e Fundações.

SETOR III DA RETENÇÃO DO IMPOSTO NA FONTE

Art. 334 Estão sujeitos à retenção do imposto na fonte os serviços prestados aos órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas Autarquias e Fundações.

Parágrafo único - Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto.

Art. 335 As entidades mencionadas no artigo anterior deverão fornecer, em duas vias, aos prestadores dos serviços o Comprovante de Retenção do Imposto na Fonte. (CRIF), em modelo aprovado pela Prefeitura Municipal.

§ 1º O comprovante de que trata este artigo deverá ser fornecido ao prestador no momento do pagamento do serviço.

§ 2º Havendo, por parte do tomador de serviço, a retenção do ISSQN, substitui, totalmente, a responsabilidade tributária do prestador de serviço.

§ 3º Não havendo, por parte do tomador de serviço, a retenção e o recolhimento do ISSQN, não excluem, parcial ou totalmente, a responsabilidade tributária do prestador do serviço.

§ 4º Os responsáveis pela retenção, estão obrigados pelo recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

Art. 336 A base de cálculo para apuração, retenção e recolhimento do ISSQN, será a seguinte:

I – sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, será calculada através, de 1/12 (um doze avos) da multiplicação da Unidade Fiscal Municipal (UFM) com a Alíquota Correspondente (ALC), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN RETIDO NA FONTE} = (\text{UFM} \times \text{ALC}) : 12$$

II – sobre as demais modalidades de prestação de serviços, será calculada através da multiplicação do Preço do Serviço (PS) com a Alíquota Correspondente (ALC), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN RETIDO NA FONTE} = \text{PS} \times \text{ALC}$$

III – na da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pelo prestador de serviço no período, serão deduzidos os valores retidos na fonte e recolhidos pelos tomadores de serviços.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 337 A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Entende-se por preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de condição.

§ 2º Na falta de preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça do prestador.

§ 3º Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços prevista no artigo 348 forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabo de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no Município.

§ 4º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas previstas no artigo 348, em função da formação escolar ou profissional.

§ 5º A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, que não tenha, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional.

§ 6º Quando a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte não for o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, tendo, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN será determinada, mensalmente, levando-se em conta o preço do serviço.

§ 7º O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

Art. 338 Os contribuintes prestadores dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços, quando empregarem materiais que se incorporarem à obra permanentemente, poderão deduzi-los na base de cálculo do ISSQN devido, desde que apresentada à documentação exigida no artigo 339.

§1º Consideram-se materiais para efeitos do caput deste artigo, aqueles produzidos pelo prestador no local da prestação do serviço e os fornecidos por terceiros, que sejam indispensáveis para a realização do serviço e que se incorporarem à obra de forma definitiva.

§2º Os materiais e mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços não poderão integrar o preço do serviço lançado na nota fiscal, devendo ser emitida nota fiscal de venda, porque caracterizado como circulação de mercadoria sujeita ao ICMS Estadual, conforme previsto nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do artigo. 348.

Art. 339 Para ter direito à dedução da base de cálculo do ISSQN, do valor dos materiais empregados na obra-serviço, conforme previsto no artigo anterior, o contribuinte deverá:

I - discriminar no corpo da nota fiscal de serviços, ou anexar à mesma, memorial descritivo contendo a relação dos materiais empregados na obra-serviço, com a especificação da quantidade, espécie, valor, empresa fornecedora, número e data de emissão das notas fiscais respectivas;

II - apresentar as primeiras vias das notas fiscais de compra de materiais empregados na obra-serviço, que tenham como destinatário a empresa contribuinte;

III - informar o endereço do local da prestação dos serviços e os dados do tomador do serviço;

IV - apresentar projetos e memoriais descritivos assinados por engenheiro e-ou arquiteto, quando se tratar de obras sujeitas a expedição de alvará pela municipalidade;

V - registrar o valor dos materiais empregados na obra-serviço em seus livros comerciais-fiscais conta específica de "material aplicado", relativa a cada obra em andamento;

§ 1º Não sendo (serão) as aceitos recibos, orçamentos ou outros documentos não fiscais.

§ 2º Não serão aceitas notas fiscais danificadas ou com rasuras que impeçam a clareza na identificação de quaisquer um de seus itens.

§ 3º Tornando-se difícil a verificação do preço dos materiais aplicados à obra ou os elementos apresentados forem considerados inidôneos, a Fiscalização Municipal poderá utilizar como critério para dedução o mesmo percentual previsto no artigo 344.

Art. 340 Os contribuintes prestadores dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do artigo 348, por ocasião da emissão da nota fiscal eletrônica, poderão optar pela dedução de 60% (sessenta por cento) do valor total da nota, incluindo serviços e materiais, sem a necessidade de qualquer comprovação.

Art. 341 As normas estabelecidas nesta lei aplicam-se também às empresas domiciliadas em outros municípios que executarem, neste Município, os serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviço do artigo 348.

§ 1º Subempreitada:

I – é a terceirização total ou parcial de um serviço global previsto na lista de serviços prevista no artigo 348;

II – é a terceirização de uma ou de mais de uma das etapas específicas de um serviço geral previsto na lista de serviços prevista no artigo 348.

§ 2º O preço do serviço ou a receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

§ 3º Os sinais e os adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

§ 4º Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

§ 5º A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

§ 6º As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

§ 7º Na falta do preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, poderá ser fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

SUBSEÇÃO ÚNICA DO ARBITRAMENTO

Art. 342 Sempre que forem omissos ou não mereçam fé às declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal.

Art. 343 A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto:

I – a contribuintes que promovam prestações semelhantes;

II – ao próprio sujeito passivo, relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores;

III – no estabelecimento, com base no movimento das operações apuradas em período de tempo determinado, mediante acompanhamento. Parágrafo único - O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios, inclusive despesas necessárias à manutenção do estabelecimento ou a efetivação das prestações.

Art. 344 O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

I – a identificação do sujeito passivo;

II – o motivo do arbitramento;

III – a descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo;

IV – as datas inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenham desenvolvido as atividades;

V – os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade fazendária;

VI – o valor da base de cálculo arbitrado, correspondente ao total das prestações realizadas em cada um dos períodos considerados;

VII – o ciente do sujeito passivo ou, se for o caso, a indicação de que este se negou a opor o ciente.

Parágrafo único - Os critérios a que se refere o inciso V deste artigo serão estabelecidos em regulamento.

Art. 345 Acompanham o Termo de Arbitramento a cópia dos documentos que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificados.

Art. 346 Não se aplica o disposto nesta subseção quando o fisco dispuser de elementos suficientes para determinar o valor real das prestações.

Art. 347 É assegurado ao contribuinte o direito de contestar a avaliação do valor arbitrado, na forma e prazos previstos nesta lei.

SEÇÃO V DA LISTA DE SERVIÇOS E DA ALÍQUOTA

Art. 348 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será pago tendo como base alíquota proporcional expressa em percentagem sobre o preço dos serviços, como estabelece a lista de serviços a seguir:

LISTA DE SERVIÇOS			
Item	Subitem	Descrição	Alíquota
01.		Serviços de informática e congêneres.	
01.	01.	Análise e desenvolvimento de sistemas.	4%

01.	02.	Programação.	4%
01.	03.	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	4%
01.	04.	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	4%
01.	05.	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	4%
01.	06.	Assessoria e consultoria em informática.	4%
01.	07.	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	4%
01.	08.	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	4%
01.	09.	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	4%
02.		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
02.	01.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	4%
03.		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
03.	01.	(VETADO PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 116).	-
03.	02.	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%
03.	03.	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%
03.	04.	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%
03.	05.	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%
04.		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
04.	01.	Medicina e biomedicina.	4%
04.	02.	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	4%
04.	03.	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%
04.	04.	Instrumentação cirúrgica.	3%
04.	05.	Acupuntura.	3%
04.	06.	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%
04.	07.	Serviços farmacêuticos.	4%
04.	08.	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%
04.	09.	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%
04.	10.	Nutrição.	3%
04.	11.	Obstetrícia.	4%
04.	12.	Odontologia.	3%
04.	13.	Ortótica.	3%
04.	14.	Próteses sob encomenda.	3%
04.	15.	Psicanálise.	3%
04.	16.	Psicologia.	3%
04.	17.	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%
04.	18.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
04.	19.	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%
04.	20.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
04.	21.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%
04.	22.	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	4%
04.	23.	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	4%
05.		Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
05.	01.	Medicina veterinária e zootecnia.	4%
05.	02.	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%
05.	03.	Laboratórios de análise na área veterinária.	3%
05.	04.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
05.	05.	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%
05.	06.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
05.	07.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
05.	08.	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	4%
05.	09.	Planos de atendimento e assistência médico veterinária.	4%
06.		Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	

06.	01.	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%
06.	02.	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
06.	03.	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%
06.	04.	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%
06.	05.	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%
06.	06.	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%
07.		Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
07.	01.	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	4%
07.	02.	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação e construção de rodovias, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	5%
07.	03.	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%
07.	04.	Demolição.	3%
07.	05.	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
07.	06.	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%
07.	07.	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%
07.	08.	Calafetação.	3%
07.	09.	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%
07.	10.	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	
07.	11.	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%
07.	12.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	
07.	13.	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%
07.	14.	(VETADO PALA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 116).	3%
07.	15.	(VETADO PALA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 116).	3%
07.	16.	Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%
07.	17.	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%
07.	18.	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%
07.	19.	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%
07.	20.	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%
07.	21.	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%
07.	22.	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%
08.		Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
08.	01.	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%
08.	02.	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%
09.		Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
09.	01.	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	4%

09.	02.	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	4%
09.	03.	Guias de turismo.	3%
10.		Serviços de intermediação e congêneres.	
10.	01.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	4%
10.	02.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	4%
10.	03.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	4%
10.	04.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	4%
10.	05.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	4%
10.	06.	Agenciamento marítimo.	4%
10.	07.	Agenciamento de notícias.	4%
10.	08.	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	4%
10.	09.	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%
10.	10.	Distribuição de bens de terceiros.	3%
11.		Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.	01.	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	4%
11.	02.	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	4%
11.	03.	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	4%
11.	04.	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	4%
12.		Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.	01.	Espectáculos teatrais.	5%
12.	02.	Exibições cinematográficas.	5%
12.	03.	Espectáculos circenses.	5%
12.	04.	Programas de auditório.	5%
12.	05.	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%
12.	06.	Boates, táxi-dancing e congêneres.	5%
12.	07.	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.	08.	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%
12.	09.	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%
12.	10.	Corridas e competições de animais.	5%
12.	11.	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%
12.	12.	Execução de música.	5%
12.	13.	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.	14.	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%
12.	15.	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%
12.	16.	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%
12.	17.	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%
13.		Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.	01.	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	4%
13.	02.	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	4%
13.	03.	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	4%
13.	04.	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.	4%
14.		Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.	01.	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.	02.	Assistência Técnica.	3%
14.	03.	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.	04.	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%

14.	05.	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5%
14.	06.	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.	07.	Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.	08.	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.	09.	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.	10.	Tinturaria e lavanderia.	3%
14.	11.	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.	12.	Funilaria e lanternagem.	3%
14.	13.	Carpintaria e serralheria.	3%
14.	14.	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%
15.		Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.	01.	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.	02.	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.	03.	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.	04.	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.	05.	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.	06.	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%
15.	07.	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.	08.	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.	09.	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.	10.	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.	11.	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.	12.	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%

15.	13.	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.	14.	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.	15.	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.	16.	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.	17.	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.	18.	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16.		Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.	01.	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5%
16.	02.	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5%
17.		Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.	01.	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.	02.	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	3%
17.	03.	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.	04.	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.	05.	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%
17.	06.	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%
17.	07.	Franquia (franchising).	3%
17.	08.	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%
17.	09.	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
17.	10.	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.	11.	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.	12.	Leilão e congêneres.	3%
17.	13.	Advocacia.	3%
17.	14.	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.	15.	Auditoria.	3%
17.	16.	Análise de Organização e Métodos.	3%
17.	17.	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.	18.	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2%
17.	19.	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.	20.	Estatística.	3%
17.	21.	Cobrança em geral.	3%
17.	22.	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%
17.	23.	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%
17.	24.	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.	3%

18.		Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%
18.	01.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%
19.		Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.	01.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%
20.		Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.	01.	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%
20.	02.	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%
20.	03.	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%
21.		Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.	01.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%
22.		Serviços de exploração de rodovia.	
22.	01.	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%
23.		Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.	01.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	4%
24.		Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.	01.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%
25.		Serviços funerários.	
25.	01.	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	4%
25.	02.	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
25.	03.	Planos ou convênio funerários.	4%
25.	04.	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%
25.	05.	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%
26.		Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	
26.	01.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	5%
27.		Serviços de assistência social.	
27.	01.	Serviços de assistência social.	3%
28.		Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.	01.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%
29.		Serviços de biblioteconomia.	
29.	01.	Serviços de biblioteconomia.	3%
30.		Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.	01.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%
31.		Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.	01.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32.		Serviços de desenhos técnicos.	
32.	01.	Serviços de desenhos técnicos.	3%
33.		Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.	01.	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%
34.		Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.	01.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%
35.		Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.	01.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%
36.		Serviços de meteorologia.	

36.	01.	Serviços de meteorologia.	3%
37.		Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.	01.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
38.		Serviços de museologia.	
38.	01.	Serviços de museologia.	3%
39.		Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.	01.	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40.		Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.	01.	Obras de arte sob encomenda.	3%

SUBSEÇÃO ÚNICA DOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

Art. 349 O imposto devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o percentual será fixo ou variável por mês, vinculado a Unidade Fiscal Municipal – UFM, estabelecido em função da formação escolar ou profissional exigida para o exercício da atividade, de acordo com a lista de serviços constante no artigo 347 e de acordo com as seguintes categorias:

I – sobre serviços prestados por profissionais de nível fundamental o valor do imposto é de 75% (setenta e cinco por cento) da UFM vigente, ao mês;

II – sobre serviços prestados por profissionais de nível médio o valor do imposto é de 120% (cem por cento) da UFM vigente, ao mês;

III – sobre serviços prestados por profissionais de nível superior o valor do imposto é de 215% (cento e cinquenta por cento) da UFM vigente, ao mês;

IV – sobre serviços prestados por profissionais vinculados a entidades de classe o valor do imposto é de 215% (cento e cinquenta por cento) da UFM vigente, ao mês.

§ 1º Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

§ 2º Não descaracteriza o caráter pessoal do serviço o auxílio ou ajuda de terceiros que não contribuam para a sua produção.

§ 3º O serviço prestado por profissional vinculado à entidade de classe independe da escolaridade do prestador.

SEÇÃO VI DA APURAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 350 O imposto será apurado.

I – mensalmente, pelo próprio sujeito passivo, quando proporcional à receita bruta;

II – de ofício, quando fixo ou devido por estimativa e arbitramento fiscal.

SUBSEÇÃO ÚNICA DA ESTIMATIVA FISCAL

Art. 351 A critério da autoridade administrativa, o imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa da base de cálculo quando:

I – se tratar de estabelecimento de caráter temporário ou provisório;

II – se tratar de estabelecimento de rudimentar organização;

III – o nível de atividade econômica recomendar tal sistemática;

IV – se tratar de estabelecimento cuja natureza da atividade imponha tratamento fiscal especial.

§ 1º O imposto calculado na forma deste artigo será lançado para um exercício financeiro, ou proporcionalmente ao número de meses, na hipótese do início da atividade ocorrer no decurso do exercício de referência.

§ 2º O contribuinte que optar pelo pagamento do imposto na forma prevista neste artigo deverá apresentar, no prazo fixado em ato normativo próprio, declaração prévia manifestando o seu interesse.

§ 3º A declaração a que se refere o parágrafo anterior será preenchida com base nos registros contábeis do contribuinte, conforme dispuser o ato normativo próprio.

§ 4º Na ausência de dados contábeis, o contribuinte poderá utilizar os dados informados à Receita Federal em cumprimento a legislações específicas, relativas ao Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

§ 5º O contribuinte que estiver recolhendo o imposto na forma prevista neste artigo deverá, até 30 (trinta) dias após o encerramento do período de apuração, apresentar uma Guia de Informação Fiscal – GIF de ajuste, confrontando os valores recolhidos por estimativa com os apurados regularmente em sua escrita, observado o seguinte:

I – se constatado que o valor recolhido foi inferior ao que seria efetivamente devido, recolher a importância apurada, no prazo de 30 (trinta) dias após a apuração;

II – se constatado que o valor recolhido foi superior ao que seria efetivamente devido, compensar a importância com o montante a recolher no período seguinte.

§ 6º O pagamento e a compensação prevista no §5º, I e II deste artigo, extinguem o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 7º No primeiro ano de atividade, a estimativa será efetuada com base em dados presumidos, informados pelo contribuinte, sujeitando-se ao ajuste de que trata o parágrafo anterior.

§ 8º A estimativa será por período anual, exceto na hipótese do § 7º deste artigo em que corresponderá ao período previsto de funcionamento.

Art. 352 A autoridade fiscal que proceder ao enquadramento do contribuinte no regime de que trata esta subseção levará em conta, além das informações declaradas na forma prevista no artigo anterior, os seguintes critérios:

I – o volume das prestações tributadas obtidas por amostragem;

- II – o total das despesas incorridas na manutenção do estabelecimento;
- III – a aplicação de percentual de margem de lucro bruto, previsto em regulamento;
- IV – outros dados apurados pela administração fazendária que possam contribuir para a determinação da base de cálculo do imposto.

Art. 353 A inclusão do contribuinte no regime previsto nesta subseção não o dispensa do cumprimento das obrigações acessórias.

SEÇÃO VII DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 354 O imposto será pago:

- I – por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes do Município;
 - II – quando fixo, em até 05 (cinco) parcelas nos prazos definidos pela legislação municipal;
 - III – quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador;
 - IV – quando retido na fonte ou por substituição tributária até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência;
 - V – nos demais casos sob o preço dos serviços prestados, apurados mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência.
- Parágrafo único - Poderá ser autorizado, em caráter especial e mediante despacho do titular do órgão fazendário do Município que os estabelecimentos temporários e os contribuintes estabelecidos em outros Estados ou Municípios que prestem serviços dentro dos limites territoriais do Município de Timbe do Sul, recolham o imposto devido no prazo e na forma definidos no respectivo despacho.

Art. 355 É dever do sujeito passivo apurar e declarar o imposto de acordo com o período de apuração, mediante Guia de Informação Fiscal ou meio magnético, conforme dispuser o regulamento, observado o disposto no art. 350, § 5º.

Art. 356 O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pela mão-de-obra na construção civil deverá ser recolhido, durante a execução da obra.

§ 1º A falta de indicação, por parte do sujeito passivo, da base de cálculo que trata o “caput” deste artigo, implicará na aceitação tácita da base de cálculo por estimativa, encontrada através da utilização da tabela de valores unitários de construção fixada e atualizada mensalmente pelo órgão fazendário.

§ 2º A liberação da carta de “habite-se” fica condicionada a comprovação do pagamento total do imposto devido na forma deste artigo.

Art. 357 Não se subordinam às regras do artigo anterior os contribuintes pessoas jurídicas, que estiverem cadastrados na Prefeitura Municipal como prestadores de serviços, no ramo da construção civil e desde que venham recolhendo seus tributos com normalidade.

SEÇÃO VIII DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Art. 358 O lançamento do imposto será efetuado de ofício, pela autoridade administrativa:

- I – quando o valor do imposto, apurado e declarado pelo sujeito passivo, em Guia de Informação Fiscal – GIF ou arquivo eletrônico, não corresponder à realidade.
- II – quando o valor do imposto for levantado e apurado em ação fiscal.

Parágrafo único. - Sobre o crédito tributário constituído na forma deste artigo, incidirão os juros moratórios e as multas previstas na legislação tributária.

Art. 359 A inscrição em dívida ativa dos créditos tributários declarados em guia de informações fiscais, independe de nova notificação de lançamento ao sujeito passivo.

SEÇÃO IX DOS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 360 Os livros e demais documentos fiscais necessários à fiscalização, lançamento, recolhimento e controle das operações sujeitas à incidência do imposto, serão os previstos no regulamento.

Parágrafo único – O regulamento é o conjunto de normas e orientações, elaborado pelo Poder Executivo, que tem como objeto organizar os livros e documentos fiscais.

SEÇÃO X DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 361 Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes (CMC), as pessoas físicas ou jurídicas que:

- I – prestem serviços sujeitos à incidência do imposto;
- II – sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso I, responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários.

Parágrafo único - Excepcionados os casos previstos em regulamento, será exigida inscrição independente para cada estabelecimento.

Art. 362 As prestações de serviços devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos fixados em regulamento.

Parágrafo único - O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade dos mesmos.

Art. 363 Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, os livros fiscais previstos em

regulamento.

Parágrafo único - Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria de Administração e Finanças, as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

SEÇÃO XI

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 364 Competem ao órgão fazendário do Município a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Parágrafo único - A fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos agentes do fisco.

Art. 365 Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão requisitar o auxílio da força pública estadual sempre que forem vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 366 No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo único - No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço a ação fiscal.

Art. 367 Considerar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 368 Presumir-se-á prestação de serviço tributável não registrada, quando se constatar:

I – o suprimimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II – a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III – a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

IV – a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil;

V – a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI – o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII – a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada;

VIII – a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurado mediante a leitura do equipamento.

§ 1º Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º Não produzirá os efeitos previstos no parágrafo anterior a escrita contábil, quando:

I – contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II – os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III – os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV – o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exhibir seus livros e documentos para exame.

SEÇÃO XII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SUBSEÇÃO I

DAS INFRAÇÕES

Art. 369 Constitui infração toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte de pessoa física ou jurídica, de obrigações tributárias, positivas ou negativas, previstas na legislação.

Parágrafo único - A conceituação tributária de infração independe da intenção do agente e da efetividade, natureza e extensão do fato, mas depende do conhecimento real ou presumido da sua prática, por parte do agente ou responsável.

Art. 370 As infrações serão apuradas mediante procedimento fiscal, na forma do disposto na legislação tributária.

SUBSEÇÃO II

DOS INFRATORES

SETOR ÚNICO

DA AUTORIA, CO-AUTORIA E CUMPLICIDADE

Art. 371 Autor da infração é a pessoa física ou jurídica que, tendo ou não interesses pessoais, diretos ou indiretos, na prática da infração, ou em seus efeitos, praticar, pessoal e diretamente, a ação ou omissão definida na legislação tributária como infração, ou a fizer praticar em seu próprio proveito, por mandatário, representante, preposto, dependente ou terceiro, ou por pessoa jurídica de que detenha administração

ou controle.

Art. 372 Co-autor é a pessoa física ou jurídica que:

- I – tendo ou não interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração ou em seus efeitos, concorre efetivamente, por ação ou omissão, para sua prática, ou maneira especial à sua existência material à sua consumação, ou à prática ou realização de seus efeitos;
- II – tendo interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração ou em seus efeitos, e conhecendo ou devendo conhecer a sua prática por outrem, deixa de tomar imediatamente qualquer providência razoavelmente eficaz para impedi-la ou repará-la.

Art. 373 Cúmplice é a pessoa física ou jurídica, que, tendo ou não interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração, ou em seus efeitos:

- I – concorre efetivamente, por ação ou omissão, para sua prática, de maneira útil mas não essencial à sua existência material, à sua consumação, ou à realização de seus efeitos;
- II – concorre efetivamente, por ação ou omissão, para diferir ou impedir, total ou parcialmente, a sua descoberta;
- III – adquire, consome, utiliza, conserva em seu poder, aliena, em proveito próprio ou alheio, bens, valores ou mercadorias que saiba ou deva saber constituírem objeto ou produto de infração consumada ou em curso de consumação.

Art. 374 Extingue-se a punibilidade:

- I – pelo falecimento do agente em todos os casos em que a responsabilidade for de natureza pessoal.
 - II – pelo decurso do prazo de cinco anos, a contar da data em que tenha sido consumada ou tentada a infração;
- Parágrafo único - Reputa-se consumada a infração, quando praticado o último dos atos que a constituem.

SEÇÃO XIII

DAS PENALIDADES

SUBSEÇÃO I

DAS ESPÉCIES

Art. 375 São penalidades tributárias passíveis de aplicação cumulativa:

- I – sujeitas ao regime especial de fiscalização;
- II – cancelamento de regimes ou controles especiais estabelecidos em benefício de contribuinte;
- III – multas.

SUBSEÇÃO II

DA APLICAÇÃO E GRADUAÇÃO

Art. 376 São competentes para aplicar penalidades:

- I – o Secretário de Administração e Finanças, quanto às referidas nos incisos I, II e III do artigo anterior;
- II – o Prefeito Municipal, quanto às referidas no inciso III, do artigo anterior.

§ 1º A competência conferida ao fiscal de tributos, no que se refere às multas, é restrita às de mora e às variáveis.

§ 2º O Secretário de Administração e Finanças proporá ao chefe do Poder Executivo, no próprio despacho que aplicar penalidades e quando cabível, a aplicação de penas que digam respeito à suspensão, o cancelamento de isenções e interdição de estabelecimentos.

Art. 377 A determinação da pena ou das penas aplicáveis, bem como a fixação, dentro dos limites legais, da quantidade da pena aplicável, atenderá:

- I – aos antecedentes do infrator;
- II – aos motivos determinantes da infração;
- III – à gravidade das consequências efetivas ou potenciais da infração;
- IV – às circunstâncias atenuantes e agravantes e constantes do processo.

§ 1º São circunstâncias agravantes, quando não constituam ou qualifiquem a infração:

- I – a sonegação, a fraude e o conluio;
- II – a reincidência;
- III – ter o infrator recebido do contribuinte de fato, antes do procedimento fiscal, o valor do tributo sobre que versar a infração, quando esta constituir na falta de pagamento no prazo legal;
- IV – o fato do tributo não lançado, ou lançado a menor, referir-se à operação cuja tributação já tenha sido objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo contribuinte;
- V – a inobservância das instruções escritas, baixadas pela Administração Municipal;
- VI – a clandestinidade do ato, operação ou estabelecimento, a inexistência de escrita fiscal e comercial, e a falta de emissão de documentos fiscais, quando exigidos;
- VII – o emprego de artifício fraudulento, como meio para impedir ou diferir o conhecimento da infração.

§ 2º São circunstâncias atenuantes:

- I – o lançamento regular das operações tributárias nos livros fiscais ou comerciais, com base em documentos legalmente constituídos;
- II – a comprovada ignorância ou incompreensão da legislação fiscal;
- III – ter o infrator, antes do procedimento fiscal, procurado, de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração, prejudiciais ao fisco;
- IV – qualquer outra atitude que faça presumir, inequivocamente, ter o infrator agido de boa fé.

Art. 378 Não se computarão, para efeito de graduação da pena, as penalidades de qualquer natureza, previstas, quanto ao mesmo fato, pela lei criminal.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto neste artigo, por igual, às penalidades de qualquer natureza, impostas em razão ao mesmo fato, por outra pessoa de direito público.

Art. 379 Sonegação é toda a ação ou omissão dolosa tendente a impedir, ou diferir, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

I – da ocorrência do fato gerador da obrigação principal, da natureza ou circunstâncias materiais;

II – das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

Art. 380 Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou diferir, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do tributo devido, ou a evitar ou retardar o seu pagamento.

Art. 381 Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando a qualquer dos efeitos referidos nos artigos 379 e 380.

Art. 382 Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações, pela mesma pessoa física ou jurídica, aplicam-se, cumulativamente, no grau correspondente, as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

§ 1º Se idênticas às infrações, e sujeitas à pena de multas fixas, aplica-se, no grau correspondente, a pena cominada para uma delas, aumentada de 10% (dez por cento) para cada repetição de falta, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma só infração se tratasse.

§ 2º Se a pena cominada for proporcional ao valor do tributo, a sua aplicação incidirá sobre o total do tributo a que se referem às infrações, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma única infração se tratasse.

§ 3º Quando se tratar de infração continuada, em relação à qual tenham sido lavradas diversas notificações, representações em autos de infração, serão eles reunidos em um só processo, para imposição da pena.

§ 4º Não se considera infração continuada, a repetição de falta já arrolada em processo fiscal de cujo início o infrator tenha sido cientificado.

Art. 383 Sujeitam-se às mesmas penalidades que o infrator, os co-autores e cúmplices.

SEÇÃO XIV

DA SUJEIÇÃO AO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 384 O contribuinte que houver cometido infração punida com multa elevada ao grau máximo, ou quando se recusar a fornecer ao fiscal de tributos os esclarecimentos, por ele solicitado, poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização.

Art. 385 O regime especial consistirá no acompanhamento de suas atividades pelo fiscal de tributos, por prazo não inferior a 10 (dez) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único - Será permitida a manutenção do regime especial por prazo superior ao fixado neste artigo, desde que persistam os motivos que o determinaram.

Art. 386 Considera-se sonegado à Fazenda Municipal, o montante da diferença apurada no confronto entre a soma de operações tributáveis realizadas no período do regime especial, e a realizada nos períodos que integraram os doze meses imediatamente anteriores.

Art. 387 O Secretário de Administração e Finanças ou pessoas com poderes para tanto, no próprio ato que impuser a penalidade prevista nesta seção, estabelecerá as obrigações acessórias a serem observadas durante a vigência do regime especial.

SEÇÃO XV

DO CANCELAMENTO DE REGIMES OU

CONTROLES ESPECIAIS ESTABELECIDOS EM BENEFÍCIO DO CONTRIBUINTE

Art. 388 Os regimes ou controles especiais, estabelecidos com fundamento da legislação tributária, em benefício do contribuinte, serão cancelados sempre que por eles cometida infração revestida de circunstâncias agravantes, ou recusada a prestação de esclarecimentos solicitados pelo fiscal de tributos, ou ainda, embaraçada, iludida, dificultada ou impedida a ação deste.

Parágrafo único - O ato que cancelar o benefício fixará prazo para o cumprimento normal das obrigações cuja prestação for dispensada.

SEÇÃO XVI

DAS MULTAS

SUBSEÇÃO I

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 389 As infrações da legislação tributária municipal sujeitam o infrator a multas moratórias, variáveis e fixas, as quais serão aplicadas de ofício, mediante emissão de Auto de Infração ou Notificação Fiscal, nos casos de lançamento de ofício, ou no momento do pagamento do tributo, quando denunciado espontaneamente.

SUBSEÇÃO II

DA MULTA MORATÓRIA

Art. 390 Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator, para ressarcir o Município pelo retardamento verificado no cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º A multa de mora será computada sobre créditos tributários lançados pela Fazenda Municipal, a partir do termo final do prazo concedido para pagamento, ou quando verificado o recolhimento espontâneo.

§ 2º A multa de mora será aplicada conforme artigo 294, desta lei.

SUBSEÇÃO III DAS MULTAS VARIÁVEIS

Art. 391 As multas variáveis serão exigidas de ofício, quando a infração configurar não pagamento do tributo devido ao Tesouro Municipal.

§ 1º As multas variáveis serão calculadas sobre o valor do tributo atualizado.

§ 2º A multa variável decorrente da ação fiscal será aplicada sobre o crédito fiscal atualizado, de acordo com os percentuais seguintes:

I – por falta de recolhimento de tributo regularmente lançado: 50% (cinquenta por cento);

II – quando houver sonegação ou fraude: 200% (duzentos por cento);

III – quando não for observada a retenção na fonte pelo substituto: 150% (cento e cinquenta por cento);

IV – quando for efetuada a retenção na fonte e não for procedido o recolhimento pelo substituto: 200% (duzentos por cento);

V – nos demais casos: 100% (cem por cento).

Art. 392 Serão elevadas ao dobro as multas variáveis:

I – quando constatado o emprego de artifício fraudulento;

II – quando o contribuinte for reincidente;

III – quando o infrator tiver recebido, do contribuinte de fato, o valor do tributo não recolhido.

Art. 393 Não se sujeitam às penalidades previstas no art. 394, os infratores que, espontaneamente, antes de iniciado o procedimento fiscal, promovam o recolhimento dos tributos acrescidos das multas moratórias previstas no art. 395.

Parágrafo único - O pagamento espontâneo de tributos, sem o pagamento concomitante das multas moratórias, sujeita o infrator ao pagamento de multas variáveis equivalentes às fixadas no “caput” deste artigo.

SUBSEÇÃO IV DAS MULTAS FIXAS

Art. 394 Multas fixas são as aplicadas por infração a dispositivos da legislação tributária que refiram obrigações tributárias acessórias.

Art. 395 As multas fixas obedecerão à seguinte graduação:

I – de 22 (vinte e duas) UFM's, nos casos em que o infrator:

a) iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes de concessão desta;

b) promover inscrição no Cadastro Fiscal fora do prazo;

c) deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

d) manter em atraso a escrituração dos livros fiscais;

e) não possuir Livro de Registro e Controle de Pagamento do ISSQN;

II – de 30 (trinta) UFM's, nos casos em que o infrator:

a) não promover sua inscrição no cadastro de rendas mobiliárias;

b) deixar de remeter às repartições municipais, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido pela legislação tributária;

c) deixar de apresentar, no prazo para tanto concedido, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de bases imponíveis de tributos municipais;

d) deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida na legislação tributária.

III – de 100 (cem) UFM's, nos casos em que o infrator::

a) apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas à tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária;

b) deixar de emitir notas-faturas fiscais de serviços, nas operações de prestação de serviços;

c) emitir documentos de prestação de serviços regulamentados ou não pela legislação municipal, sem a devida autorização, desde que não registrados em sua escrituração, por documento.

d) imprimir notas-faturas fiscais de serviços sem a devida autorização, por documento.

IV – de 120 (cento e vinte) UFM's, nos casos em que o infrator negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embarrasar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos auditores fiscais;

Parágrafo único - Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas nesta subseção serão elevadas em dobro.

SEÇÃO XVII DOS JUROS MORATÓRIOS

Art. 396 Os créditos vencidos da Fazenda Municipal, constituído ou não, de qualquer natureza, estarão sujeitos a incidência de juros a partir do primeiro dia, após o vencimento do débito, de 1% (um por cento) mês.

SEÇÃO XVIII DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Art. 397 A correção monetária será calculada:

I – no ato de recebimento do imposto, quando efetuado espontaneamente;

II – na notificação, pelo notificante, quando de sua expedição;

III – no momento da inscrição da dívida.

§ 1º As multas serão aplicadas sobre as importâncias corrigidas.

§ 2º Nos casos de que trata o inciso III, a correção monetária incidirá sobre o valor da correção anterior.”

TÍTULO III
DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO
DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 398 Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regulado pelo Município, de seu poder de polícia, ou a utilização efetiva, ou potencial, de serviço público municipal específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único - Nenhuma taxa terá base de cálculo ou fato gerador idêntico aos que correspondam a qualquer imposto integrante do sistema tributário nacional.

Art. 399 Considera-se poder de polícia a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, a disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividade econômica dependentes de concessão ou autorização do Poder Público ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependente de prévia licença.

Art. 400 Os serviços públicos a que se refere o art. 398 consideram-se:

I - utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando usufruídos por ele a qualquer título;

b) potencialmente, quando sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II - específico, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis por parte de cada um de seus usuários.

Art. 401 As taxas de licença são as descritas no artigo 252.

CAPÍTULO II
DA TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO – TLL

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E INCIDENCIA

Art. 402 A Taxa de Licença para Instalação e Localização – TLL, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município.

Parágrafo único - Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 403 A incidência e o pagamento da Taxa de Licença Para Instalação e Localização independem:

I – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II – de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III – de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV – da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V – do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 404 Sujeito passivo da Taxa de Licença para Instalação e Localização são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 405 A Taxa de Licença para Instalação e Localização à pessoa jurídica, será cobrada pelo Município de acordo com os valores constantes na tabela abaixo.

AGRICULTURA, PECUÁRIA, SERVIÇOS RELACIONADOS		
CODIGO	DESCRIÇÃO	QDADE. UFM/TLL
01.11-3-01	Cultivo de arroz	8,8
01.11-3-02	Cultivo de milho	8,8
01.11-3-03	Cultivo de trigo	8,8

01.11-3-99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	8,8
01.12-1-01	Cultivo de algodão herbáceo	8,8
01.12-1-02	Cultivo de juta	8,8
01.12-1-99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	8,8
01.13-0-00	Cultivo de cana-de-açúcar	8,8
01.14-8-00	Cultivo de fumo	8,8
01.15-6-00	Cultivo de soja	8,8
01.16-4-01	Cultivo de amendoim	8,8
01.16-4-02	Cultivo de girassol	8,8
01.16-4-03	Cultivo de mamona	8,8
01.16-4-99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	8,8
01.19-9-01	Cultivo de abacaxi	8,8
01.19-9-02	Cultivo de alho	8,8
01.19-9-03	Cultivo de batata-inglesa	8,8
01.19-9-04	Cultivo de cebola	8,8
01.19-9-05	Cultivo de feijão	8,8
01.19-9-06	Cultivo de mandioca	8,8
01.19-9-07	Cultivo de melão	8,8
01.19-9-08	Cultivo de melancia	8,8
01.19-9-09	Cultivo de tomate rasteiro	8,8
01.19-9-99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	8,8
01.21-1-01	Horticultura, exceto morango	8,8
01.21-1-02	Cultivo de morango	8,8
01.22-9-00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	8,8
01.31-8-00	Cultivo de laranja	8,8
01.32-6-00	Cultivo de uva	8,8
01.33-4-01	Cultivo de açaí	8,8
01.33-4-02	Cultivo de banana	8,8
01.33-4-03	Cultivo de caju	8,8
01.33-4-04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	8,8
01.33-4-05	Cultivo de coco-da-baía	8,8
01.33-4-06	Cultivo de guaraná	8,8
01.33-4-07	Cultivo de maçã	8,8
01.33-4-08	Cultivo de mamão	8,8
01.33-4-09	Cultivo de maracujá	8,8
01.33-4-10	Cultivo de manga	8,8
01.33-4-11	Cultivo de pêssego	8,8
01.33-4-99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	8,8
01.34-2-00	Cultivo de café	8,8
01.35-1-00	Cultivo de cacau	8,8
01.39-3-01	Cultivo de chá-da-índia	8,8
01.39-3-02	Cultivo de erva-mate	8,8
01.39-3-03	Cultivo de pimenta-do-reino	8,8
01.39-3-04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	8,8
01.39-3-05	Cultivo de dendê	8,8
01.39-3-06	Cultivo de seringueira	8,8
01.39-3-99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	8,8
01.41-5-01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	8,8
01.41-5-02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	8,8
01.42-3-00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	8,8
01.51-2-01	Criação de bovinos para corte	12,0
01.51-2-02	Criação de bovinos para leite	12,0
01.51-2-03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	12,0
01.52-1-01	Criação de bufalinos	12,0
01.52-1-02	Criação de eqüinos	12,0
01.52-1-03	Criação de asininos e muare	12,0
01.53-9-01	Criação de caprinos	12,0
01.53-9-02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	12,0
01.54-7-00	Criação de suínos	8,8
01.55-5-01	Criação de frangos para corte	8,8
01.55-5-02	Produção de pintos de um dia	8,8
01.55-5-03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	8,8
01.55-5-04	Criação de aves, exceto galináceos	8,8
01.55-5-05	Produção de ovos	12,0

01.59-8-01	Apicultura	5,0
01.59-8-02	Criação de animais de estimação	5,0
01.59-8-03	Criação de escargô	4,5
01.59-8-04	Criação de bicho-da-seda	4,5
01.59-8-99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	5,0
01.61-0-01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	12,0
01.61-0-02	Serviço de poda de árvores para lavouras	12,0
01.61-0-03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	12,0
01.61-0-99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	12,0
01.62-8-01	Serviço de inseminação artificial em animais	12,0
01.62-8-02	Serviço de tosquiamento de ovinos	12,0
01.62-8-03	Serviço de manejo de animais	1,20
01.62-8-99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	12,0
01.63-6-00	Atividades de pós-colheita	8,8
01.70-9-00	Caça e serviços relacionados	8,8
PRODUÇÃO FLORESTAL		
02.10-1-01	Cultivo de eucalipto	8,0
02.10-1-02	Cultivo de acácia-negra	8,0
02.10-1-03	Cultivo de pinus	8,0
02.10-1-04	Cultivo de teca	8,0
02.10-1-05	Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	8,0
02.10-1-06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	8,0
02.10-1-07	Extração de madeira em florestas plantadas	8,0
02.10-1-08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	8,0
02.10-1-09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	8,0
02.10-1-99	Produção de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	8,0
02.20-9-01	Extração de madeira em florestas nativas	8,0
02.20-9-02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	8,0
02.20-9-03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	8,0
02.20-9-04	Coleta de látex em florestas nativas	8,0
02.20-9-05	Coleta de palmito em florestas nativas	8,0
02.20-9-06	Conservação de florestas nativas	8,0
02.20-9-99	Coleta de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas nativas	8,0
PESCA E AQUICULTURA		
03.11-6-01	Pesca de peixes em água salgada	8,0
03.11-6-02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	8,0
03.11-6-03	Coleta de outros produtos marinhos	8,0
03.11-6-04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	8,0
03.12-4-01	Pesca de peixes em água doce	8,0
03.12-4-02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	8,0
03.12-4-03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	8,0
03.12-4-04	Atividades de apoio à pesca em água doce	8,0
03.21-3-01	Criação de peixes em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-02	Criação de camarões em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	8,0
03.22-1-01	Criação de peixes em água doce	8,0
03.22-1-02	Criação de camarões em água doce	8,0
03.22-1-03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	8,0
03.22-1-04	Criação de peixes ornamentais em água doce	8,0
03.22-1-05	Ranicultura	8,0
03.22-1-06	Criação de jacaré	8,0
03.22-1-07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	8,0
03.22-1-99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	8,0
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL		
05.00-3-01	Extração de carvão mineral	107,0
05.00-3-02	Beneficiamento de carvão mineral	107,0
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		
06.00-0-01	Extração de petróleo e gás natural	107,0
06.00-0-02	Extração e beneficiamento de xisto	107,0
06.00-0-03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	107,0
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS		

07.10-3-01	Extração de minério de ferro	107,0
07.10-3-02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	107,0
07.21-9-01	Extração de minério de alumínio	107,0
07.21-9-02	Beneficiamento de minério de alumínio	107,0
07.22-7-01	Extração de minério de estanho	107,0
07.22-7-02	Beneficiamento de minério de estanho	107,0
07.23-5-01	Extração de minério de manganês	107,0
07.23-5-02	Beneficiamento de minério de manganês	107,0
07.24-3-01	Extração de minério de metais preciosos	107,0
07.24-3-02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	107,0
07.25-1-00	Extração de minerais radioativos	107,0
07.29-4-01	Extração de minérios de nióbio e titânio	107,0
07.29-4-02	Extração de minério de tungstênio	107,0
07.29-4-03	Extração de minério de níquel	107,0
07.29-4-04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	107,0
07.29-4-05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	107,0
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
08.10-0-01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-02	Extração de granito e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-03	Extração de mármore e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-05	Extração de gesso e caulim	107,0
08.10-0-06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	53,0
08.10-0-07	Extração de argila e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-08	Extração de saibro e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-09	Extração de basalto e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	107,0
08.10-0-99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	53,0
08.91-6-00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	107,0
08.92-4-01	Extração de sal marinho	107,0
08.92-4-02	Extração de sal-gema	107,0
08.92-4-03	Refino e outros tratamentos do sal	107,0
08.93-2-00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	107,0
08.99-1-01	Extração de grafita	107,0
08.99-1-02	Extração de quartzo	107,0
08.99-1-03	Extração de amianto	107,0
08.99-1-99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	107,0
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS		
09.10-6-00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	107,0
09.90-4-01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	107,0
09.90-4-02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	107,0
09.90-4-03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	107,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS		
10.11-2-01	Frigorífico - abate de bovinos	107,0
10.11-2-02	Frigorífico - abate de eqüinos	107,0
10.11-2-03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	107,0
10.11-2-04	Frigorífico - abate de bufalinos	107,0
10.11-2-05	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	107,0
10.12-1-01	Abate de aves	107,0
10.12-1-02	Abate de pequenos animais	107,0
10.12-1-03	Frigorífico - abate de suínos	107,0
10.12-1-04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	107,0
10.13-9-01	Fabricação de produtos de carne	107,0
10.13-9-02	Preparação de subprodutos do abate	107,0
10.20-1-01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	107,0
10.20-1-02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	107,0
10.31-7-00	Fabricação de conservas de frutas	107,0
10.32-5-01	Fabricação de conservas de palmito	107,0
10.32-5-99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	107,0
10.33-3-01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	107,0
10.33-3-02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	107,0
10.41-4-00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	107,0

10.42-2-00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	107,0
10.43-1-00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	107,0
10.51-1-00	Preparação do leite	8,0
10.52-0-00	Fabricação de laticínios	107,0
10.53-8-00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	107,0
10.61-9-01	Beneficiamento de arroz	27,0
10.61-9-02	Fabricação de produtos do arroz	107,0
10.62-7-00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	107,0
10.63-5-00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	107,0
10.64-3-00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	107,0
10.65-1-01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	107,0
10.65-1-02	Fabricação de óleo de milho em bruto	107,0
10.65-1-03	Fabricação de óleo de milho refinado	107,0
10.66-0-00	Fabricação de alimentos para animais	107,0
10.69-4-00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	107,0
10.71-6-00	Fabricação de açúcar em bruto	107,0
10.72-4-01	Fabricação de açúcar de cana refinado	107,0
10.72-4-02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	107,0
10.81-3-01	Beneficiamento de café	107,0
10.81-3-02	Torrefação e moagem de café	107,0
10.82-1-00	Fabricação de produtos à base de café	107,0
10.91-1-01	Fabricação de produtos de panificação industrial	107,0
10.91-1-02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	7,00
10.92-9-00	Fabricação de biscoitos e bolachas	107,0
10.93-7-01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	107,0
10.93-7-02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	107,0
10.94-5-00	Fabricação de massas alimentícias	107,0
10.95-3-00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	107,0
10.96-1-00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	107,0
10.99-6-01	Fabricação de vinagres	107,0
10.99-6-02	Fabricação de pós alimentícios	107,0
10.99-6-03	Fabricação de fermentos e leveduras	107,0
10.99-6-04	Fabricação de gelo comum	107,0
10.99-6-05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	107,0
10.99-6-06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	107,0
10.99-6-07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	107,0
10.99-6-99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	107,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS		
13.11-1-00	Preparação e fiação de fibras de algodão	107,0
13.12-0-00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	107,0
13.13-8-00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	107,0
13.14-6-00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	107,0
13.21-9-00	Tecelagem de fios de algodão	107,0
13.22-7-00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	107,0
13.23-5-00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	107,0
13.30-8-00	Fabricação de tecidos de malha	107,0
13.40-5-01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	107,0
13.40-5-02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	107,0
13.40-5-99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	107,0
13.51-1-00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	107,0
13.52-9-00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	107,0
13.53-7-00	Fabricação de artefatos de cordoaria	107,0
13.54-5-00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	107,0
13.59-6-00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	107,0
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS		
14.11-8-01	Confecção de roupas íntimas	8,0
14.11-8-02	Facção de roupas íntimas	8,0
14.12-6-01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	8,0
14.12-6-02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8,0
14.12-6-03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8,0
14.13-4-01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	8,0
14.13-4-02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	8,0
14.13-4-03	Facção de roupas profissionais	8,0
14.14-2-00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	8,0

14.21-5-00	Fabricação de meias	8,0
14.22-3-00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	8,0
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS		
15.10-6-00	Curtimento e outras preparações de couro	8,0
15.21-1-00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	8,0
15.29-7-00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	8,0
15.31-9-01	Fabricação de calçados de couro	8,0
15.31-9-02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	8,0
15.32-7-00	Fabricação de tênis de qualquer material	8,0
15.33-5-00	Fabricação de calçados de material sintético	8,0
15.39-4-00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	8,0
15.40-8-00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	8,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA		
16.10-2-01	Serrarias com desdobramento de madeira	10,0
16.10-2-02	Serrarias sem desdobramento de madeira	10,0
16.21-8-00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	10,0
16.22-6-01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	10,0
16.22-6-02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	10,0
16.22-6-99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	8,0
16.23-4-00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	8,0
16.29-3-01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	8,0
16.29-3-02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	8,0
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL		
17.10-9-00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	39,0
17.21-4-00	Fabricação de papel	39,0
17.22-2-00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	39,0
17.31-1-00	Fabricação de embalagens de papel	39,0
17.32-0-00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	39,0
17.33-8-00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	39,0
17.41-9-01	Fabricação de formulários contínuos	39,0
17.41-9-02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	39,0
17.42-7-01	Fabricação de fraldas descartáveis	39,0
17.42-7-02	Fabricação de absorventes higiênicos	39,0
17.42-7-99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	39,0
17.49-4-00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	39,0
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES		
18.11-3-01	Impressão de jornais	15,0
18.11-3-02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	15,0
18.12-1-00	Impressão de material de segurança	15,0
18.13-0-01	Impressão de material para uso publicitário	15,0
18.13-0-99	Impressão de material para outros usos	15,0
18.21-1-00	Serviços de pré-impressão	15,0
18.22-9-01	Serviços de encadernação e plastificação	15,0
18.22-9-99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	15,0
18.30-0-01	Reprodução de som em qualquer suporte	15,0
18.30-0-02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	15,0
18.30-0-03	Reprodução de software em qualquer suporte	15,0
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS		
19.10-1-00	Coquerias	18,0
19.21-7-00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	18,0
19.22-5-01	Formulação de combustíveis	18,0
19.22-5-02	Refinamento de óleos lubrificantes	18,0
19.22-5-99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	18,0
19.31-4-00	Fabricação de álcool	18,0
19.32-2-00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS		
20.11-8-00	Fabricação de cloro e álcalis	18,0
20.12-6-00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	18,0
20.13-4-00	Fabricação de adubos e fertilizantes	18,0
20.14-2-00	Fabricação de gases industriais	18,0
20.19-3-01	Elaboração de combustíveis nucleares	18,0
20.19-3-99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	18,0

20.21-5-00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	18,0
20.22-3-00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	18,0
20.29-1-00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	18,0
20.31-2-00	Fabricação de resinas termoplásticas	18,0
20.32-1-00	Fabricação de resinas termofixas	18,0
20.33-9-00	Fabricação de elastômeros	18,0
20.40-1-00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	18,0
20.51-7-00	Fabricação de defensivos agrícolas	18,0
20.52-5-00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	18,0
20.61-4-00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	18,0
20.62-2-00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	18,0
20.63-1-00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	18,0
20.71-1-00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	18,0
20.72-0-00	Fabricação de tintas de impressão	18,0
20.73-8-00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	18,0
20.91-6-00	Fabricação de adesivos e selantes	18,0
20.92-4-01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	18,0
20.92-4-02	Fabricação de artigos pirotécnicos	18,0
20.92-4-03	Fabricação de fósforos de segurança	18,0
20.93-2-00	Fabricação de aditivos de uso industrial	18,0
20.94-1-00	Fabricação de catalisadores	18,0
20.99-1-01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	18,0
20.99-1-99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		
21.10-6-00	Fabricação de produtos farmoquímicos	18,0
21.21-1-01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	18,0
21.21-1-02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	18,0
21.21-1-03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	18,0
21.22-0-00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	18,0
21.23-8-00	Fabricação de preparações farmacêuticas	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHAS E DE MATERIAL PLÁSTICO		
22.11-1-00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	18,0
22.12-9-00	Reforma de pneumáticos usados	18,0
22.19-6-00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	18,0
22.21-8-00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	18,0
22.22-6-00	Fabricação de embalagens de material plástico	18,0
22.23-4-00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	18,0
22.29-3-01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	18,0
22.29-3-02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	18,0
22.29-3-03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	18,0
22.29-3-99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
23.11-7-00	Fabricação de vidro plano e de segurança	18,0
23.12-5-00	Fabricação de embalagens de vidro	18,0
23.19-2-00	Fabricação de artigos de vidro	18,0
23.20-6-00	Fabricação de cimento	18,0
23.30-3-01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	18,0
23.30-3-02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	18,0
23.30-3-03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	18,0
23.30-3-04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	18,0
23.30-3-05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	18,0
23.30-3-99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	18,0
23.41-9-00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	18,0
23.42-7-01	Fabricação de azulejos e pisos	18,0
23.42-7-02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	18,0
23.49-4-01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	18,0
23.49-4-99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	18,0
23.91-5-01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	18,0
23.91-5-02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	18,0
23.91-5-03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	18,0
23.92-3-00	Fabricação de cal e gesso	18,0
23.99-1-01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	18,0
23.99-1-02	Fabricação de abrasivos	18,0
23.99-1-99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	18,0

METALURGIA		
24.11-3-00	Produção de ferro-gusa	18,0
24.12-1-00	Produção de ferroligas	18,0
24.21-1-00	Produção de semi-acabados de aço	18,0
24.22-9-01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	18,0
24.22-9-02	Produção de laminados planos de aços especiais	18,0
24.23-7-01	Produção de tubos de aço sem costura	18,0
24.23-7-02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	18,0
24.24-5-01	Produção de arames de aço	18,0
24.24-5-02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	18,0
24.31-8-00	Produção de tubos de aço com costura	18,0
24.39-3-00	Produção de outros tubos de ferro e aço	18,0
24.41-5-01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	18,0
24.41-5-02	Produção de laminados de alumínio	18,0
24.42-3-00	Metalurgia dos metais preciosos	18,0
24.43-1-00	Metalurgia do cobre	18,0
24.49-1-01	Produção de zinco em formas primárias	18,0
24.49-1-02	Produção de laminados de zinco	18,0
24.49-1-03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	18,0
24.49-1-99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	18,0
24.51-2-00	Fundição de ferro e aço	18,0
24.52-1-00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
25.11-0-00	Fabricação de estruturas metálicas	18,0
25.12-8-00	Fabricação de esquadrias de metal	18,0
25.13-6-00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	18,0
25.21-7-00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	18,0
25.22-5-00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	18,0
25.31-4-01	Produção de forjados de aço	18,0
25.31-4-02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	18,0
25.32-2-01	Produção de artefatos estampados de metal	18,0
25.32-2-02	Metalurgia do pó	18,0
25.39-0-01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	18,0
25.39-0-02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	18,0
25.41-1-00	Fabricação de artigos de cutelaria	18,0
25.42-0-00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	18,0
25.43-8-00	Fabricação de ferramentas	18,0
25.50-1-01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	18,0
25.50-1-02	Fabricação de armas de fogo e munições	18,0
25.91-8-00	Fabricação de embalagens metálicas	18,0
25.92-6-01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	18,0
25.92-6-02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	18,0
25.93-4-00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	18,0
25.99-3-01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	18,0
25.99-3-02	Serviços de corte e dobra de metais	18,0
25.99-3-99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS		
26.10-8-00	Fabricação de componentes eletrônicos	18,0
26.21-3-00	Fabricação de equipamentos de informática	18,0
26.22-1-00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	18,0
26.31-1-00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	18,0
26.32-9-00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	18,0
26.40-0-00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	18,0
26.51-5-00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	18,0
26.52-3-00	Fabricação de cronômetros e relógios	18,0
26.60-4-00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	18,0
26.70-1-01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	18,0
26.70-1-02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	18,0
26.80-9-00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	18,0
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS		
27.10-4-01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	18,0
27.10-4-02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	18,0
27.10-4-03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	18,0
27.21-0-00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	18,0

27.22-8-01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	18,0
27.22-8-02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	18,0
27.31-7-00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	18,0
27.32-5-00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	18,0
27.33-3-00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	18,0
27.40-6-01	Fabricação de lâmpadas	18,0
27.40-6-02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	18,0
27.51-1-00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	18,0
27.59-7-01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	18,0
27.59-7-99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	18,0
27.90-2-01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	18,0
27.90-2-02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	18,0
27.90-2-99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
28.11-9-00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	18,0
28.12-7-00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	18,0
28.13-5-00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	18,0
28.14-3-01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	18,0
28.14-3-02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	18,0
28.15-1-01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	18,0
28.15-1-02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	18,0
28.21-6-01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	18,0
28.21-6-02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	18,0
28.22-4-01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	18,0
28.22-4-02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	18,0
28.23-2-00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	18,0
28.24-1-01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	18,0
28.24-1-02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	18,0
28.25-9-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	18,0
28.29-1-01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	18,0
28.29-1-99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	18,0
28.31-3-00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	18,0
28.32-1-00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	13,0
28.33-0-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	18,0
28.40-2-00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	18,0
28.51-8-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	18,0
28.52-6-00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	18,0
28.53-4-00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	18,0
28.54-2-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	18,0
28.61-5-00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	18,0
28.62-3-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	18,0
28.63-1-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	18,0
28.64-0-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	18,0
28.65-8-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	18,0
28.66-6-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	18,0
28.69-1-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	18,0
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS		
29.10-7-01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	30,0
29.10-7-02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	30,0
29.10-7-03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	30,0
29.20-4-01	Fabricação de caminhões e ônibus	30,0
29.20-4-02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	30,0
29.30-1-01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	30,0

29.30-1-02	Fabricação de carrocerias para ônibus	30,0
29.30-1-03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	30,0
29.41-7-00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	30,0
29.42-5-00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	30,0
29.43-3-00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	30,0
29.44-1-00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	30,0
29.45-0-00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	30,0
29.49-2-01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	30,0
29.49-2-99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	30,0
29.50-6-00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	30,0
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES		
30.11-3-01	Construção de embarcações de grande porte	30,0
30.11-3-02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	30,0
30.12-1-00	Construção de embarcações para esporte e lazer	30,0
30.31-8-00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	30,0
30.32-6-00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	30,0
30.41-5-00	Fabricação de aeronaves	30,0
30.42-3-00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	30,0
30.50-4-00	Fabricação de veículos militares de combate	30,0
30.91-1-01	Fabricação de motocicletas	30,0
30.91-1-02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	30,0
30.92-0-00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	30,0
30.99-7-00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	30,0
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS		
31.01-2-00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	10,0
31.02-1-00	Fabricação de móveis com predominância de metal	10,0
31.03-9-00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	10,0
31.04-7-00	Fabricação de colchões	10,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS		
32.11-6-01	Lapidação de gemas	10,0
32.11-6-02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	10,0
32.11-6-03	Cunhagem de moedas e medalhas	10,0
32.12-4-00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	10,0
32.20-5-00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	10,0
32.30-2-00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	10,0
32.40-0-01	Fabricação de jogos eletrônicos	10,0
32.40-0-02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	10,0
32.40-0-03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	10,0
32.40-0-99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	10,0
32.50-7-01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	10,0
32.50-7-02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	10,0
32.50-7-03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	10,0
32.50-7-04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	10,0
32.50-7-05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	10,0
32.50-7-06	Serviços de prótese dentária	10,0
32.50-7-07	Fabricação de artigos ópticos	10,0
32.50-7-09	Serviço de laboratório óptico	10,0
32.91-4-00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	10,0
32.92-2-01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	10,0
32.92-2-02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	10,0
32.99-0-01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	10,0
32.99-0-02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	10,0
32.99-0-03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	10,0
32.99-0-04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	10,0
32.99-0-05	Fabricação de aviamentos para costura	10,0
32.99-0-06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	10,0
32.99-0-99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	10,0
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
33.11-2-00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	8,0
33.12-1-02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	8,0
33.12-1-03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	8,0

33.12-1-04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	8,0
33.13-9-01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	8,0
33.13-9-02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	8,0
33.13-9-99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	8,0
33.14-7-01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	8,0
33.14-7-02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	8,0
33.14-7-03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	8,0
33.14-7-04	Manutenção e reparação de compressores	8,0
33.14-7-05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	8,0
33.14-7-06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	8,0
33.14-7-07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	8,0
33.14-7-08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	8,0
33.14-7-09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	8,0
33.14-7-10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	8,0
33.14-7-11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	8,0
33.14-7-12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	8,0
33.14-7-13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	8,0
33.14-7-14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	8,0
33.14-7-15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	8,0
33.14-7-16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	8,0
33.14-7-17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	8,0
33.14-7-18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	8,0
33.14-7-19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	8,0
33.14-7-20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	8,0
33.14-7-21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	8,0
33.14-7-22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	8,0
33.14-7-99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	8,0
33.15-5-00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	8,0
33.16-3-01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	18,0
33.16-3-02	Manutenção de aeronaves na pista	18,0
33.17-1-01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	18,0
33.17-1-02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	18,0
33.19-8-00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	18,0
33.21-0-00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	18,0
33.29-5-01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	13,0
33.29-5-99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	13,0
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES		
35.11-5-01	Geração de energia elétrica	18,0
35.11-5-02	Atividades de coordenação e controle de operação de geração e transmissão de energia elétrica	18,0
35.12-3-00	Transmissão de energia elétrica	18,0
35.13-1-00	Comércio atacadista de energia elétrica	18,0
35.14-0-00	Distribuição de energia elétrica	18,0
35.20-4-01	Produção de gás; processamento de gás natural	18,0
35.20-4-02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	18,0
35.30-1-00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	18,0
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		
36.00-6-01	Captação, tratamento e distribuição de água	13,0
36.00-6-02	Distribuição de água por caminhões	13,0
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS		
37.01-1-00	Gestão de redes de esgoto	13,0
37.02-9-00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	13,0
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS		
38.11-4-00	Coleta de resíduos não-perigosos	13,0
38.12-2-00	Coleta de resíduos perigosos	13,0
38.21-1-00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	13,0
38.22-0-00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	13,0
38.31-9-01	Recuperação de sucatas de alumínio	13,0
38.31-9-99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	13,0
38.32-7-00	Recuperação de materiais plásticos	13,0

38.39-4-01	Usinas de compostagem	13,0
38.39-4-99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	13,0
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS		
39.00-5-00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	13,0
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		
41.10-7-00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,0
41.20-4-00	Construção de edifícios	15,0
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA		
42.11-1-01	Construção de rodovias e ferrovias	15,0
42.11-1-02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	15,0
42.12-0-00	Construção de obras de arte especiais	15,0
42.13-8-00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	15,0
42.21-9-01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	15,0
42.21-9-02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	15,0
42.21-9-03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	15,0
42.21-9-04	Construção de estações e redes de telecomunicações	15,0
42.21-9-05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	15,0
42.22-7-01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	15,0
42.22-7-02	Obras de irrigação	15,0
42.23-5-00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	15,0
42.91-0-00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	15,0
42.92-8-01	Montagem de estruturas metálicas	15,0
42.92-8-02	Obras de montagem industrial	15,0
42.99-5-01	Construção de instalações esportivas e recreativas	15,0
42.99-5-99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	15,0
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO		
43.11-8-01	Demolição de edifícios e outras estruturas	15,0
43.11-8-02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	15,0
43.12-6-00	Perfurações e sondagens	15,0
43.13-4-00	Obras de terraplenagem	15,0
43.19-3-00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	15,0
43.21-5-00	Instalação e manutenção elétrica	15,0
43.22-3-01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	8,0
43.22-3-02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	15,0
43.22-3-03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	15,0
43.29-1-01	Instalação de painéis publicitários	15,0
43.29-1-02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre	15,0
43.29-1-03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	15,0
43.29-1-04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	15,0
43.29-1-05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	15,0
43.29-1-99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	15,0
43.30-4-01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	15,0
43.30-4-02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	15,0
43.30-4-03	Obras de acabamento em gesso e estuque	15,0
43.30-4-04	Serviços de pintura de edifícios em geral	15,0
43.30-4-05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	15,0
43.30-4-99	Outras obras de acabamento da construção	15,0
43.91-6-00	Obras de fundações	15,0
43.99-1-01	Administração de obras	15,0
43.99-1-02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	15,0
43.99-1-03	Obras de alvenaria	15,0
43.99-1-04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	15,0
43.99-1-05	Perfuração e construção de poços de água	15,0
43.99-1-99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	15,0
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
45.11-1-01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	15,0
45.11-1-02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	15,0
45.11-1-03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	15,0
45.11-1-04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	15,0
45.11-1-05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	15,0
45.11-1-06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	15,0

45.12-9-01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	15,0
45.12-9-02	Comércio sob consignação de veículos automotores	15,0
45.20-0-01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	10,0
45.20-0-02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	10,0
45.20-0-03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	8,0
45.20-0-04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	8,0
45.20-0-05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	6,0
45.20-0-06	Serviços de borracharia para veículos automotores	4,0
45.20-0-07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	6,0
45.20-0-08	Serviços de capotaria	6,0
45.30-7-01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	6,0
45.30-7-02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	6,0
45.30-7-03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	6,0
45.30-7-04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	6,0
45.30-7-05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	6,0
45.30-7-06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	6,0
45.41-2-01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	6,0
45.41-2-02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	6,0
45.41-2-03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	6,0
45.41-2-04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	6,0
45.41-2-05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	6,0
45.42-1-01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	6,0
45.42-1-02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	6,0
45.43-9-00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	6,0
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
46.11-7-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	13,0
46.12-5-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	13,0
46.13-3-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	13,0
46.14-1-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	13,0
46.15-0-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	13,0
46.16-8-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	13,0
46.17-6-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	13,0
46.18-4-01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	13,0
46.18-4-02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	13,0
46.18-4-03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	13,0
46.18-4-99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	13,0
46.19-2-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	13,0
46.21-4-00	Comércio atacadista de café em grão	10,0
46.22-2-00	Comércio atacadista de soja	10,0
46.23-1-01	Comércio atacadista de animais vivos	10,0
46.23-1-02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	10,0
46.23-1-03	Comércio atacadista de algodão	10,0
46.23-1-04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	10,0
46.23-1-05	Comércio atacadista de cacau	10,0
46.23-1-06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	10,0
46.23-1-07	Comércio atacadista de sisal	10,0
46.23-1-08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.23-1-09	Comércio atacadista de alimentos para animais	10,0
46.23-1-99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	10,0
46.31-1-00	Comércio atacadista de leite e laticínios	10,0
46.32-0-01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	10,0
46.32-0-02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	10,0
46.32-0-03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.33-8-01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	10,0
46.33-8-02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	10,0
46.33-8-03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	10,0
46.34-6-01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	10,0
46.34-6-02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	10,0

46.34-6-03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	10,0
46.34-6-99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	10,0
46.35-4-01	Comércio atacadista de água mineral	10,0
46.35-4-02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	10,0
46.35-4-03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.35-4-99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	10,0
46.36-2-01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	10,0
46.36-2-02	Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos	10,0
46.37-1-01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	10,0
46.37-1-02	Comércio atacadista de açúcar	10,0
46.37-1-03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	10,0
46.37-1-04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	10,0
46.37-1-05	Comércio atacadista de massas alimentícias	10,0
46.37-1-06	Comércio atacadista de sorvetes	10,0
46.37-1-07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	10,0
46.37-1-99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	10,0
46.39-7-01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	10,0
46.39-7-02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.41-9-01	Comércio atacadista de tecidos	10,0
46.41-9-02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	10,0
46.41-9-03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	10,0
46.42-7-01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	10,0
46.42-7-02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	10,0
46.43-5-01	Comércio atacadista de calçados	10,0
46.43-5-02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	10,0
46.44-3-01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	10,0
46.44-3-02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	10,0
46.45-1-01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	10,0
46.45-1-02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	10,0
46.45-1-03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	10,0
46.46-0-01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	10,0
46.46-0-02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	10,0
46.47-8-01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	10,0
46.47-8-02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	10,0
46.49-4-01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	10,0
46.49-4-02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	10,0
46.49-4-03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	10,0
46.49-4-04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	10,0
46.49-4-05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	10,0
46.49-4-06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	10,0
46.49-4-07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	10,0
46.49-4-08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	10,0
46.49-4-09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.49-4-10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	13,0
46.49-4-99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	13,0
46.51-6-01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	13,0
46.51-6-02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	13,0
46.52-4-00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	13,0
46.61-3-00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	13,0
46.62-1-00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	13,0
46.63-0-00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	13,0
46.64-8-00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	13,0
46.65-6-00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	13,0
46.69-9-01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	13,0
46.69-9-99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	13,0
46.71-1-00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	10,0
46.72-9-00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	10,0
46.73-7-00	Comércio atacadista de material elétrico	10,0
46.74-5-00	Comércio atacadista de cimento	10,0

46.79-6-01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	10,0
46.79-6-02	Comércio atacadista de mármore e granitos	10,0
46.79-6-03	Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	10,0
46.79-6-04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	10,0
46.79-6-99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	10,0
46.81-8-01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	13,00
46.81-8-02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	13,00
46.81-8-03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	13,00
46.81-8-04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	13,00
46.81-8-05	Comércio atacadista de lubrificantes	13,00
46.82-6-00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	13,00
46.83-4-00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	13,00
46.84-2-01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	13,00
46.84-2-02	Comércio atacadista de solventes	13,00
46.84-2-99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	13,00
46.85-1-00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	13,00
46.86-9-01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	13,00
46.86-9-02	Comércio atacadista de embalagens	13,00
46.87-7-01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	13,00
46.87-7-02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	13,00
46.87-7-03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	13,00
46.89-3-01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	13,00
46.89-3-02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	13,00
46.89-3-99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediário não especificados anteriormente	13,00
46.91-5-00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	13,00
46.92-3-00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	13,00
46.93-1-00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	13,00
COMÉRCIO VAREJISTA		
47.11-3-01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	13,0
47.11-3-02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	13,0
47.12-1-00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	10,0
47.13-0-01	Lojas de departamentos ou magazines	8,0
47.13-0-02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	8,0
47.13-0-03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	8,0
47.21-1-02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	8,0
47.21-1-03	Comércio varejista de laticínios e frios	8,0
47.21-1-04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	8,0
47.22-9-01	Comércio varejista de carnes - açougues	8,0
47.22-9-02	Peixaria	8,0
47.23-7-00	Comércio varejista de bebidas	8,0
47.24-5-00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	8,0
47.29-6-01	Tabacaria	8,0
47.29-6-02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	8,0
47.29-6-99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	8,0
47.31-8-00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	10,0
47.32-6-00	Comércio varejista de lubrificantes	8,0
47.41-5-00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	8,0
47.42-3-00	Comércio varejista de material elétrico	8,0
47.43-1-00	Comércio varejista de vidros	8,0
47.44-0-01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	8,0
47.44-0-02	Comércio varejista de madeira e artefatos	8,0
47.44-0-03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	8,0
47.44-0-04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	8,0
47.44-0-05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	7,0
47.44-0-06	Comércio varejista de pedras para revestimento	5,0
47.44-0-99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	5,0
47.51-2-01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	5,0
47.51-2-02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	5,0
47.52-1-00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	5,0
47.53-9-00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	5,0
47.54-7-01	Comércio varejista de móveis	10,0

47.54-7-02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	10,0
47.54-7-03	Comércio varejista de artigos de iluminação	10,0
47.55-5-01	Comércio varejista de tecidos	10,0
47.55-5-02	Comercio varejista de artigos de armarinho	10,0
47.55-5-03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	10,0
47.56-3-00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	10,0
47.57-1-00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	10,0
47.59-8-01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	10,0
47.59-8-99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	10,0
47.61-0-01	Comércio varejista de livros	5,0
47.61-0-02	Comércio varejista de jornais e revistas	5,0
47.61-0-03	Comércio varejista de artigos de papelaria	5,0
47.62-8-00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	5,0
47.63-6-01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	5,0
47.63-6-02	Comércio varejista de artigos esportivos	5,0
47.63-6-03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	13,0
47.63-6-04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	13,0
47.63-6-05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	13,0
47.71-7-01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	13,0
47.71-7-02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	13,0
47.71-7-03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	13,0
47.71-7-04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	13,0
47.72-5-00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	13,0
47.73-3-00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	13,0
47.74-1-00	Comércio varejista de artigos de óptica	13,0
47.81-4-00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	13,0
47.82-2-01	Comércio varejista de calçados	7,5
47.82-2-02	Comércio varejista de artigos de viagem	7,5
47.83-1-01	Comércio varejista de artigos de joalheria	7,5
47.83-1-02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	7,5
47.84-9-00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	7,5
47.85-7-01	Comércio varejista de antiguidades	8,0
47.85-7-99	Comércio varejista de outros artigos usados	8,0
47.89-0-01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	8,0
47.89-0-02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	8,0
47.89-0-03	Comércio varejista de objetos de arte	8,0
47.89-0-04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	8,0
47.89-0-05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	8,0
47.89-0-06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	8,0
47.89-0-07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	8,0
47.89-0-08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	8,0
47.89-0-09	Comércio varejista de armas e munições	8,0
47.89-0-99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	8,0
TRANSPORTE TERRESTRE		
49.11-6-00	Transporte ferroviário de carga	20,0
49.12-4-01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	20,0
49.12-4-02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	20,0
49.12-4-03	Transporte metroviário	20,0
49.21-3-01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	20,0
49.21-3-02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	20,0
49.22-1-01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	20,0
49.22-1-02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	20,0
49.22-1-03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	20,0
49.23-0-01	Serviço de táxi	7,5
49.23-0-02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	8,0
49.24-8-00	Transporte escolar	8,0
49.29-9-01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	13,0
49.29-9-02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	13,0
49.29-9-03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	13,0
49.29-9-04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	13,0
49.29-9-99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	13,0

49.30-2-01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	13,0
49.30-2-02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	7,5
49.30-2-03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	13,0
49.30-2-04	Transporte rodoviário de mudanças	8,0
49.40-0-00	Transporte dutoviário	13,0
49.50-7-00	Trens turísticos, teleféricos e similares	13,0
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO		
50.11-4-01	Transporte marítimo de cabotagem - carga	20,0
50.11-4-02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	20,0
50.12-2-01	Transporte marítimo de longo curso - carga	20,0
50.12-2-02	Transporte marítimo de longo curso - passageiros	20,0
50.21-1-01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	20,0
50.21-1-02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	20,0
50.22-0-01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	20,0
50.22-0-02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	20,0
50.30-1-01	Navegação de apoio marítimo	20,0
50.30-1-02	Navegação de apoio portuário	20,0
50.91-2-01	Transporte por navegação de travessia, municipal	20,0
50.91-2-02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	20,0
50.99-8-01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	20,0
50.99-8-99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	20,0
TRANSPORTE AÉREO		
51.11-1-00	Transporte aéreo de passageiros regular	20,0
51.12-9-01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	20,0
51.12-9-99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	20,0
51.20-0-00	Transporte aéreo de carga	20,0
51.30-7-00	Transporte espacial	20,0
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES		
52.11-7-01	Armazéns gerais - emissão de warrant	20,0
52.11-7-02	Guarda-móveis	20,0
52.11-7-99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	20,0
52.12-5-00	Carga e descarga	20,0
52.21-4-00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	20,0
52.22-2-00	Terminais rodoviários e ferroviários	13,0
52.23-1-00	Estacionamento de veículos	13,0
52.29-0-01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	13,0
52.29-0-02	Serviços de reboque de veículos	13,0
52.29-0-99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	13,0
52.31-1-01	Administração da infra-estrutura portuária	18,0
52.31-1-02	Operações de terminais	18,0
52.32-0-00	Atividades de agenciamento marítimo	18,0
52.39-7-00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	18,0
52.40-1-01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	18,0
52.40-1-99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	18,0
52.50-8-01	Comissaria de despachos	13,0
52.50-8-02	Atividades de despachantes aduaneiros	13,0
52.50-8-03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	13,0
52.50-8-04	Organização logística do transporte de carga	13,0
52.50-8-05	Operador de transporte multimodal - OTM	13,0
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA		
53.10-5-01	Atividades do Correio Nacional	18,0
53.10-5-02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	18,0
53.20-2-01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	18,0
53.20-2-02	Serviços de entrega rápida	13,0
ALOJAMENTO		
55.10-8-01	Hotéis	8,0
55.10-8-02	Apart-hotéis	8,0
55.10-8-03	Motéis	8,0
55.90-6-01	Albergues, exceto assistenciais	8,0
55.90-6-02	Campings	8,0
55.90-6-03	Pensões (alojamento)	8,0
55.90-6-99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	8,0

ALIMENTAÇÃO		
56.11-2-01	Restaurantes e similares	8,0
56.11-2-02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	7,5
56.11-2-03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	7,5
56.12-1-00	Serviços ambulantes de alimentação	7,5
56.20-1-01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	7,5
56.20-1-02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	7,5
56.20-1-03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	7,5
56.20-1-04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	7,5
EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO		
58.11-5-00	Edição de livros	8,0
58.12-3-00	Edição de jornais	8,0
58.13-1-00	Edição de revistas	8,0
58.19-1-00	Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	8,0
58.21-2-00	Edição integrada à impressão de livros	8,0
58.22-1-00	Edição integrada à impressão de jornais	8,0
58.23-9-00	Edição integrada à impressão de revistas	8,0
58.29-8-00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	8,0
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA		
59.11-1-01	Estúdios cinematográficos	8,0
59.11-1-02	Produção de filmes para publicidade	8,0
59.11-1-99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	8,0
59.12-0-01	Serviços de dublagem	8,0
59.12-0-02	Serviços de mixagem sonora em produção audio visual	8,0
59.12-0-99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	8,0
59.13-8-00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	8,0
59.14-6-00	Atividades de exibição cinematográfica	8,0
59.20-1-00	Atividades de gravação de som e de edição de música	8,0
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO		
60.10-1-00	Atividades de rádio	18,0
60.21-7-00	Atividades de televisão aberta	18,0
60.22-5-01	Programadoras	18,0
60.22-5-02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	18,0
TELECOMUNICAÇÕES		
61.10-8-01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	20,0
61.10-8-02	Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT	20,0
61.10-8-03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	20,0
61.10-8-99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	20,0
61.20-5-01	Telefonia móvel celular	20,0
61.20-5-02	Serviço móvel especializado - SME	20,0
61.20-5-99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	20,0
61.30-2-00	Telecomunicações por satélite	20,0
61.41-8-00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	20,0
61.42-6-00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	20,0
61.43-4-00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	20,0
61.90-6-01	Provedores de acesso às redes de comunicações	20,0
61.90-6-02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	20,0
61.90-6-99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	20,0
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
62.01-5-00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	8,0
62.02-3-00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	8,0
62.03-1-00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	8,0
62.04-0-00	Consultoria em tecnologia da informação	8,0
62.09-1-00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	8,0
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO		
63.11-9-00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	8,0
63.19-4-00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	8,0
63.91-7-00	Agências de notícias	8,0
63.99-2-00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	8,0
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		
64.10-7-00	Banco Central	60,0
64.21-2-00	Bancos comerciais	60,0

64.22-1-00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	60,0
64.23-9-00	Caixas econômicas	60,0
64.24-7-01	Bancos cooperativos	60,0
64.24-7-02	Cooperativas centrais de crédito	60,0
64.24-7-03	Cooperativas de crédito mútuo	60,0
64.24-7-04	Cooperativas de crédito rural	60,0
64.31-0-00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	60,0
64.32-8-00	Bancos de investimento	60,0
64.33-6-00	Bancos de desenvolvimento	60,0
64.34-4-00	Agências de fomento	60,0
64.35-2-01	Sociedades de crédito imobiliário	60,0
64.35-2-02	Associações de poupança e empréstimo	60,0
64.35-2-03	Companhias hipotecárias	60,0
64.36-1-00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	60,0
64.37-9-00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	13,0
64.38-7-01	Bancos de câmbio	60,0
64.38-7-99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente.	60,0
64.40-9-00	Arrendamento mercantil	60,0
64.50-6-00	Sociedades de capitalização	60,0
64.61-1-00	Holdings de instituições financeiras	60,0
64.62-0-00	Holdings de instituições não-financeiras	60,0
64.63-8-00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	60,0
64.70-1-01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	60,0
64.70-1-02	Fundos de investimento previdenciários	60,0
64.70-1-03	Fundos de investimento imobiliários	60,0
64.91-3-00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	60,0
64.92-1-00	Securitização de créditos	60,0
64.93-0-00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	60,0
64.99-9-01	Clubes de investimento	60,0
64.99-9-02	Sociedades de investimento	60,0
64.99-9-03	Fundo garantidor de crédito	60,0
64.99-9-04	Caixas de financiamento de corporações	60,0
64.99-9-05	Concessão de crédito pelas OSCIP	60,0
64.99-9-99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	60,0
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
65.11-1-01	Seguros de vida	60,0
65.11-1-02	Planos de auxílio-funeral	60,0
65.12-0-00	Seguros não-vida	60,0
65.20-1-00	Seguros-saúde	60,0
65.30-8-00	Resseguros	60,0
65.41-3-00	Previdência complementar fechada	60,0
65.42-1-00	Previdência complementar aberta	60,0
65.50-2-00	Planos de saúde	60,0
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
66.11-8-01	Bolsa de valores	122,0
66.11-8-02	Bolsa de mercadorias	122,0
66.11-8-03	Bolsa de mercadorias e futuros	122,0
66.11-8-04	Administração de mercados de balcão organizados	122,0
66.12-6-01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	122,0
66.12-6-02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	122,0
66.12-6-03	Corretoras de câmbio	122,0
66.12-6-04	Corretoras de contratos de mercadorias	122,0
66.12-6-05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	122,0
66.13-4-00	Administração de cartões de crédito	122,0
66.19-3-01	Serviços de liquidação e custódia	122,0
66.19-3-02	Correspondentes de instituições financeiras	122,0
66.19-3-03	Representações de bancos estrangeiros	122,0
66.19-3-04	Caixas eletrônicos	122,0
66.19-3-05	Operadoras de cartões de débito	122,0
66.19-3-99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	122,0
66.21-5-01	Peritos e avaliadores de seguros	60,0
66.21-5-02	Auditoria e consultoria atuarial	60,0
66.22-3-00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	60,0

66.29-1-00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	60,0
66.30-4-00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	60,0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
68.10-2-01	Compra e venda de imóveis próprios	10,0
68.10-2-02	Aluguel de imóveis próprios	10,0
68.10-2-03	Loteamento de imóveis próprios	10,0
68.21-8-01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	10,0
68.21-8-02	Corretagem no aluguel de imóveis	10,0
68.22-6-00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	10,0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
69.11-7-01	Serviços advocatícios	10,0
69.11-7-02	Atividades auxiliares da justiça	10,0
69.11-7-03	Agente de propriedade industrial	10,0
69.12-5-00	Cartórios	10,0
69.20-6-01	Atividades de contabilidade	10,0
69.20-6-02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	10,0
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL		
70.20-4-00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	10,0
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS		
71.11-1-00	Serviços de arquitetura	10,0
71.12-0-00	Serviços de engenharia	10,0
71.19-7-01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	10,0
71.19-7-02	Atividades de estudos geológicos	10,0
71.19-7-03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	10,0
71.19-7-04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	10,0
71.19-7-99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	10,0
71.20-1-00	Testes e análises técnicas	10,0
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		
72.10-0-00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	10,0
72.20-7-00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	10,0
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO		
73.11-4-00	Agências de Publicidade	18,0
73.12-2-00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	18,0
73.19-0-01	Criação de estandes para feiras e exposições	18,0
73.19-0-02	Promoção de vendas	18,0
73.19-0-03	Marketing direto	7,5
73.19-0-04	Consultoria em publicidade	8,0
73.19-0-99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	8,0
73.20-3-00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	8,0
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		
74.10-2-01	Design	8,0
74.10-2-02	Decoração de interiores	13,0
74.20-0-01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	13,0
74.20-0-02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	13,0
74.20-0-03	Laboratórios fotográficos	13,0
74.20-0-04	Filmagem de festas e eventos	13,0
74.20-0-05	Serviços de microfilmagem	13,0
74.90-1-01	Serviços de tradução, interpretação e similares	13,0
74.90-1-02	Escafandria e mergulho	13,0
74.90-1-03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	13,0
74.90-1-04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	13,0
74.90-1-05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	13,0
74.90-1-99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	13,0
ATIVIDADES VETERINÁRIAS		
75.00-1-00	Atividades veterinárias	18,0
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS		
77.11-0-00	Locação de automóveis sem condutor	13,0
77.19-5-01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	13,0
77.19-5-02	Locação de aeronaves sem tripulação	13,0
77.19-5-99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	13,0
77.21-7-00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	8,0
77.22-5-00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	8,0
77.23-3-00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	8,0

77.29-2-01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	8,0
77.29-2-02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	8,0
77.29-2-03	Aluguel de material médico	8,0
77.29-2-99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	8,0
77.31-4-00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	8,0
77.32-2-01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	8,0
77.32-2-02	Aluguel de andaimes	8,0
77.33-1-00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	8,0
77.39-0-01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	18,0
77.39-0-02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	18,0
77.39-0-03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	18,0
77.39-0-99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	18,0
77.40-3-00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	18,0
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		
78.10-8-00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	13,0
78.20-5-00	Locação de mão-de-obra temporária	13,0
78.30-2-00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	13,0
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS		
79.11-2-00	Agências de viagens	13,0
79.12-1-00	Operadores turísticos	13,0
79.90-2-00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	13,0
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO		
80.11-1-01	Atividades de vigilância e segurança privada	13,0
80.11-1-02	Serviços de adestramento de cães de guarda	13,0
80.12-9-00	Atividades de transporte de valores	18,0
80.20-0-00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	13,0
80.30-7-00	Atividades de investigação particular	13,0
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		
81.11-7-00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	13,0
81.12-5-00	Condomínios prediais	13,0
81.21-4-00	Limpeza em prédios e em domicílios	8,0
81.22-2-00	Imunização e controle de pragas urbanas	8,0
81.29-0-00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	8,0
81.30-3-00	Atividades paisagísticas	8,0
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS		
82.11-3-00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	13,0
82.19-9-01	Fotocópias	8,0
82.19-9-99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	13,0
82.20-2-00	Atividades de teleatendimento	13,0
82.30-0-01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	13,0
82.30-0-02	Casas de festas e eventos	13,0
82.91-1-00	Atividades de cobranças e informações cadastrais	13,0
82.92-0-00	Envasamento e empacotamento sob contrato	13,0
82.99-7-01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	13,0
82.99-7-02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	13,0
82.99-7-03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	8,0
82.99-7-04	Leiloeiros independentes	18,0
82.99-7-05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	18,0
82.99-7-06	Casas lotéricas	18,0
82.99-7-07	Salas de acesso à internet	18,0
82.99-7-99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	18,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		
84.11-6-00	Administração pública em geral	18,0
84.12-4-00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	18,0
84.13-2-00	Regulação das atividades econômicas	18,0
84.21-3-00	Relações exteriores	18,0
84.22-1-00	Defesa	18,0
84.23-0-00	Justiça	18,0
84.24-8-00	Segurança e ordem pública	18,0
84.25-6-00	Defesa Civil	18,0
84.30-2-00	Seguridade social obrigatória	18,0
EDUCAÇÃO		
85.11-2-00	Educação infantil - creche	8,0

85.12-1-00	Educação infantil - pré-escola	8,0
85.13-9-00	Ensino fundamental	8,0
85.20-1-00	Ensino médio	8,0
85.31-7-00	Educação superior - graduação	8,0
85.32-5-00	Educação superior - graduação e pós-graduação	8,0
85.33-3-00	Educação superior - pós-graduação e extensão	8,0
85.41-4-00	Educação profissional de nível técnico	8,0
85.42-2-00	Educação profissional de nível tecnológico	8,0
85.50-3-01	Administração de caixas escolares	8,0
85.50-3-02	Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares	8,0
85.91-1-00	Ensino de esportes	8,0
85.92-9-01	Ensino de dança	8,0
85.92-9-02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	8,0
85.92-9-03	Ensino de música	8,0
85.92-9-99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	8,0
85.93-7-00	Ensino de idiomas	8,0
85.99-6-01	Formação de condutores	8,0
85.99-6-02	Cursos de pilotagem	8,0
85.99-6-03	Treinamento em informática	8,0
85.99-6-04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	8,0
85.99-6-05	Cursos preparatórios para concursos	8,0
85.99-6-99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	8,0
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA		
86.10-1-01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	6,0
86.10-1-02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	6,0
86.21-6-01	UTI móvel	6,0
86.21-6-02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	6,0
86.22-4-00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	6,0
86.30-5-01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	6,0
86.30-5-02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	6,0
86.30-5-03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	6,0
86.30-5-04	Atividade odontológica.	6,0
86.30-5-06	Serviços de vacinação e imunização humana	8,0
86.30-5-07	Atividades de reprodução humana assistida	8,0
86.30-5-99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	8,0
86.40-2-01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	8,0
86.40-2-02	Laboratórios clínicos	8,0
86.40-2-03	Serviços de diálise e nefrologia	8,0
86.40-2-04	Serviços de tomografia	8,0
86.40-2-05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	8,0
86.40-2-06	Serviços de ressonância magnética	8,0
86.40-2-07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	8,0
86.40-2-08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	13,0
86.40-2-09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	13,0
86.40-2-10	Serviços de quimioterapia	13,0
86.40-2-11	Serviços de radioterapia	13,0
86.40-2-12	Serviços de hemoterapia	13,0
86.40-2-13	Serviços de litotripsia	13,0
86.40-2-14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	13,0
86.40-2-99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	13,0
86.50-0-01	Atividades de enfermagem	13,0
86.50-0-02	Atividades de profissionais da nutrição	13,0
86.50-0-03	Atividades de psicologia e psicanálise	13,0
86.50-0-04	Atividades de fisioterapia	13,0
86.50-0-05	Atividades de terapia ocupacional	13,0
86.50-0-06	Atividades de fonoaudiologia	13,0
86.50-0-07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	13,0
86.50-0-99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	13,0
86.60-7-00	Atividades de apoio à gestão de saúde	13,0
86.90-9-01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	13,0
86.90-9-02	Atividades de banco de leite humano	13,0
86.90-9-03	Atividade de acupuntura	13,0
86.90-9-04	Atividade de podologia	13,0
86.90-9-99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	13,0

ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES		
87.11-5-01	Clínicas e residências geriátricas	8,0
87.11-5-02	Instituições de longa permanência para idosos	8,0
87.11-5-03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	8,0
87.11-5-04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	8,0
87.11-5-05	Condomínios residenciais para idosos	8,0
87.12-3-00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	8,0
87.20-4-01	Atividades de centros de assistência psicossocial	8,0
87.20-4-99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	8,0
87.30-1-01	Orfanatos	8,0
87.30-1-02	Albergues assistenciais	8,0
87.30-1-99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	8,0
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO		
88.00-6-00	Serviços de assistência social sem alojamento	8,0
ATIVIDADES ARTÍSTICA, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS		
90.01-9-01	Produção teatral	8,0
90.01-9-02	Produção musical	8,0
90.01-9-03	Produção de espetáculos de dança	8,0
90.01-9-04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	8,0
90.01-9-05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	8,0
90.01-9-06	Atividades de sonorização e de iluminação	8,0
90.01-9-99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente	8,0
90.02-7-01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	8,0
90.02-7-02	Restauração de obras-de-arte	8,0
90.03-5-00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	8,0
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL		
91.01-5-00	Atividades de bibliotecas e arquivos	8,0
91.02-3-01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	8,0
91.02-3-02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	8,0
91.03-1-00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	8,0
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3-01	Casas de bingo	8,0
92.00-3-02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	8,0
92.00-3-99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	8,0
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3-01	Casas de bingo	7,5
92.00-3-02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	7,5
92.00-3-99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	7,5
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER		
93.11-5-00	Gestão de instalações de esportes	13,0
93.12-3-00	Clubes sociais, esportivos e similares	13,0
93.13-1-00	Atividades de condicionamento físico	13,0
93.19-1-01	Produção e promoção de eventos esportivos	13,0
93.19-1-99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	13,0
93.21-2-00	Parques de diversão e parques temáticos	13,0
93.29-8-01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	13,0
93.29-8-02	Exploração de boliches	13,0
93.29-8-03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	13,0
93.29-8-04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	13,0
93.29-8-99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	13,0
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1-00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	13,0
94.12-0-00	Atividades de organizações associativas profissionais	13,0
94.20-1-00	Atividades de organizações sindicais	13,0
94.30-8-00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	13,0
94.91-0-00	Atividades de organizações religiosas	13,0
94.92-8-00	Atividades de organizações políticas	13,0
94.93-6-00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	13,0
94.99-5-00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	13,0
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1-00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	13,0

94.12-0-00	Atividades de organizações associativas profissionais	13,0
94.20-1-00	Atividades de organizações sindicais	13,0
94.30-8-00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	13,0
94.91-0-00	Atividades de organizações religiosas	13,0
94.92-8-00	Atividades de organizações políticas	13,0
94.93-6-00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	13,0
94.99-5-00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	13,0
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS		
95.11-8-00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	13,0
95.12-6-00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	13,0
95.21-5-00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	13,0
95.29-1-01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	13,0
95.29-1-02	Chaveiros	13,0
95.29-1-03	Reparação de relógios	13,0
95.29-1-04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	13,0
95.29-1-05	Reparação de artigos do mobiliário	13,0
95.29-1-06	Reparação de jóias	13,0
95.29-1-99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	13,0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS		
96.01-7-01	Lavanderias	13,0
96.01-7-02	Tinturarias	13,0
96.01-7-03	Toalheiros	13,0
96.02-5-01	Cabeleireiros	13,0
96.02-5-02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	13,0
96.03-3-01	Gestão e manutenção de cemitérios	13,0
96.03-3-02	Serviços de cremação	13,0
96.03-3-03	Serviços de sepultamento	13,0
96.03-3-04	Serviços de funerárias	13,0
96.03-3-05	Serviços de somatoconservação	13,0
96.03-3-99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	13,0
96.09-2-02	Agências matrimoniais	13,0
96.09-2-03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	13,0
96.09-2-04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	13,0
96.09-2-05	Atividades de sauna e banhos	13,0
96.09-2-06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	13,0
96.09-2-99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	13,0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
97.00-5-00	Serviços domésticos	13,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS		
99.00-8-00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	13,0

§ 1º Para os bares e similares, localizados no Município, cuja receita líquida não ultrapasse a 3 (três) salários mínimos percebidos mensalmente e que sirvam exclusivamente para subsistência da família do proprietário, será aplicado o redutor de 50% (cinquenta por cento) no produto final do referido cálculo.

§ 2º A taxa será cobrada de uma só vez para cada estabelecimento, ainda que seja de um mesmo contribuinte, cobrando-se consequentemente, taxa distinta para cada filial.

§ 3º No caso de atividades diversas no mesmo local, sem delimitação física do espaço ocupado pelas mesmas, e exploradas pelo mesmo contribuinte, a taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal, acrescido de 10 (dez) por cento desse valor para cada uma das demais.

§ 4º Para os estabelecimentos que não registrarem a existência de empregados será considerado o número de sócios para efeito da cobrança da taxa.

§ 5º Para os estabelecimentos enquadrados na atividade agropecuária, quando de propriedade de condomínio ou associações de moradores, a taxa terá uma redução de 50% (cinquenta por cento).

§ 6º A base de cálculo é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do poder de polícia, dimensionado para cada licença requerida ou concedida, conforme o caso, e a taxa aplicada em quantidade de Unidade Municipal de Referência Fiscal – UFM, conforme tabelas constantes neste artigo.

§ 7º Para o cálculo da Taxa de Licença para localização, Instalação e Funcionamento serão aplicados fatores corretivos, relativos à área em m² (metros quadrados) e a localização do estabelecimento, conforme tabela a seguir.

TABELA I

TABELA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO		
COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QDADE. UFM- TLL-TLF

Micro Empreendedor Individual (MEI), Micro Empresa, EPP e Ltda	Até 50,00m ²	0,60
	De 50,01 m ² a 100,00 m ²	0,80
	De 100,01 m ² a 200,00 m ²	0,90
	De 200,01 m ² a 300,00 m ²	1,00
	De 300,01 m ² a 500,00 m ²	1,20
	De 500,01 m ² a 1000,00 m ²	1,50
	De 1000,01 m ² em diante	2,00

Fator Bairro para Calculo Alvará da Tabela I

Bairros-localidades	Valor (%)
Centro (Setor 01)	1,00
São Luiz (Setor 04) e Floresta (Setor 08)	0,80
Nossa Senhora das Graças (Setor 02)	0,90
Urussanguinha (Setor 06) e Floresta (Setor 09)	0,70
Marchesine (Setor 07)	0,60
Localidades rural	0,60

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ALVARA

Alvara = Alíquota CNAE * UFM * FATOR BAIRRO * FATOR METRAGEM § 8º A classificação de Micro Empreendedor, Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte e Empresa Normal, obedece a Tabela definida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), órgão competente para apreciar os valores por categoria.

SUBSEÇÃO ÚNICA DOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

Art. 406 O imposto devido em razão da taxa de licenciamento para exercício de atividade sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o percentual será fixado anualmente, vinculado a Unidade Fiscal Municipal – UFM, estabelecido em função da formação escolar ou profissional exigida para o exercício da atividade, de acordo com as seguintes categorias:

- I – Sobre atividade por profissionais de nível fundamental o valor do imposto é de 50% (cinquenta por cento) da UFM vigente, ao mês;
- II – Sobre atividade por profissionais de nível médio o valor do imposto é de 75% (setenta e cinco por cento) da UFM vigente, ao mês;
- III – Sobre atividade por profissionais de nível superior o valor do imposto é de 100% (cem por cento) da UFM vigente, ao mês;
- IV – Sobre atividade por profissionais vinculados a entidades de classe o valor do imposto é de 100% (cem por cento) da UFM vigente, ao mês.

§ 1º Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

§ 2º Não descaracteriza o caráter pessoal do serviço o auxílio ou ajuda de terceiros que não contribuam para a sua produção.

§ 3º O serviço prestado por profissional vinculado à entidade de classe independe da escolaridade do prestador.

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 407 A Taxa de Licença para Instalação e Localização é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Parágrafo único - A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 20% do seu valor anual.

Art. 408 Para efeitos de artigo anterior, considera-se estabelecimentos distintos:

- I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II – os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 409 A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulários próprios com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo único - Procedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades,

Art. 410 A inscrição só se completará após concedido o Alvará de Licença.

Parágrafo único - Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento.

Art. 411 O alvará poderá ser cassado e determinado o fechamento do estabelecimento a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir

as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Art. 412 O alvará poderá ser, a critério do órgão competente e em despacho fundamentado, concedido, a título precário, por período não superior a 12 (doze) meses, não cabendo prorrogação do caso.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 413 A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 414 A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e-ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 415 O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 416 A Taxa de Licença para Instalação e Localização – TLL, será recolhida antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao controle da polícia administrativa.

Parágrafo único - A taxa de licença para instalação e localização – TLL, será arrecadada da seguinte forma:

I – integral, quando concedida no período de 1º de janeiro a 31 de março;

II – Será proporcional de 1/12 (um doze avos) quando concedida no período de março a dezembro do exercício.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 417 O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao controle de polícia do Município e depender de prévia licença, sem efetuar a sua inscrição, ficará sujeito às penalidades constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII DAS ISENÇÕES

Art. 418 São isentos das taxas de licença para instalação e localização - TLL:

I – os cegos e mutilados que exercerem comércio ou atividades em escalas inferiores a 2 (dois) salários mínimos mensais;

II – os templos de qualquer culto;

III – as sociedades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

§ 1º Os citados no inciso III deste artigo recolherão à Fazenda Municipal o valor do preço público.

§ 2º O pedido de isenção deverá ser requerido ao órgão competente.

CAPÍTULO III DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO – TLF

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E INCIDENCIA

Art. 419 A Taxa de Licença para Funcionamento – TLF, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

Parágrafo único - Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 420 A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 421 Sujeito passivo da Taxa de Licença para Funcionamento são todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município de Timbe do Sul.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 422 A Taxa de Licença para Funcionamento será calculada de acordo com a tabela abaixo, considerando-se sempre a atividade principal, sendo devida anualmente, a partir do exercício seguinte ao início da operação, por ocasião da necessária renovação do alvará de localização.

AGRICULTURA, PECUÁRIA, SERVIÇOS RELACIONADOS		
CODIGO	DESCRIÇÃO	QDADE. UFM- TLF
01.11-3-01	Cultivo de arroz	8,8
01.11-3-02	Cultivo de milho	8,8
01.11-3-03	Cultivo de trigo	8,8
01.11-3-99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	8,8
01.12-1-01	Cultivo de algodão herbáceo	8,8
01.12-1-02	Cultivo de juta	8,8
01.12-1-99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	8,8
01.13-0-00	Cultivo de cana-de-açúcar	8,8
01.14-8-00	Cultivo de fumo	8,8
01.15-6-00	Cultivo de soja	8,8
01.16-4-01	Cultivo de amendoim	8,8
01.16-4-02	Cultivo de girassol	8,8
01.16-4-03	Cultivo de mamona	8,8
01.16-4-99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	8,8
01.19-9-01	Cultivo de abacaxi	8,8
01.19-9-02	Cultivo de alho	8,8
01.19-9-03	Cultivo de batata-inglesa	8,8
01.19-9-04	Cultivo de cebola	8,8
01.19-9-05	Cultivo de feijão	8,8
01.19-9-06	Cultivo de mandioca	8,8
01.19-9-07	Cultivo de melão	8,8
01.19-9-08	Cultivo de melancia	8,8
01.19-9-09	Cultivo de tomate rasteiro	8,8
01.19-9-99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	8,8
01.21-1-01	Horticultura, exceto morango	8,8
01.21-1-02	Cultivo de morango	8,8
01.22-9-00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	8,8
01.31-8-00	Cultivo de laranja	8,8
01.32-6-00	Cultivo de uva	8,8
01.33-4-01	Cultivo de açaí	8,8
01.33-4-02	Cultivo de banana	8,8
01.33-4-03	Cultivo de caju	8,8
01.33-4-04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	8,8
01.33-4-05	Cultivo de coco-da-baía	8,8
01.33-4-06	Cultivo de guaraná	8,8
01.33-4-07	Cultivo de maçã	8,8
01.33-4-08	Cultivo de mamão	8,8
01.33-4-09	Cultivo de maracujá	8,8
01.33-4-10	Cultivo de manga	8,8
01.33-4-11	Cultivo de pêssego	8,8
01.33-4-99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	8,8
01.34-2-00	Cultivo de café	8,8
01.35-1-00	Cultivo de cacau	8,8
01.39-3-01	Cultivo de chá-da-índia	8,8
01.39-3-02	Cultivo de erva-mate	8,8
01.39-3-03	Cultivo de pimenta-do-reino	8,8
01.39-3-04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	8,8
01.39-3-05	Cultivo de dendê	8,8
01.39-3-06	Cultivo de seringueira	8,8
01.39-3-99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	8,8
01.41-5-01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	8,8
01.41-5-02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	8,8
01.42-3-00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	8,8
01.51-2-01	Criação de bovinos para corte	12,0
01.51-2-02	Criação de bovinos para leite	12,0
01.51-2-03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	12,0
01.52-1-01	Criação de bufalinos	12,0
01.52-1-02	Criação de eqüinos	12,0
01.52-1-03	Criação de asininos e muare	12,0

01.53-9-01	Criação de caprinos	12,0
01.53-9-02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	12,0
01.54-7-00	Criação de suínos	8,8
01.55-5-01	Criação de frangos para corte	8,8
01.55-5-02	Produção de pintos de um dia	8,8
01.55-5-03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	8,8
01.55-5-04	Criação de aves, exceto galináceos	8,8
01.55-5-05	Produção de ovos	12,0
01.59-8-01	Apicultura	5,0
01.59-8-02	Criação de animais de estimação	5,0
01.59-8-03	Criação de escargô	4,5
01.59-8-04	Criação de bicho-da-seda	4,5
01.59-8-99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	5,0
01.61-0-01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	12,0
01.61-0-02	Serviço de poda de árvores para lavouras	12,0
01.61-0-03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	12,0
01.61-0-99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	12,0
01.62-8-01	Serviço de inseminação artificial em animais	12,0
01.62-8-02	Serviço de tosquiamento de ovinos	12,0
01.62-8-03	Serviço de manejo de animais	1,20
01.62-8-99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	12,0
01.63-6-00	Atividades de pós-colheita	8,8
01.70-9-00	Caça e serviços relacionados	8,8
PRODUÇÃO FLORESTAL		
02.10-1-01	Cultivo de eucalipto	8,0
02.10-1-02	Cultivo de acácia-negra	8,0
02.10-1-03	Cultivo de pinus	8,0
02.10-1-04	Cultivo de teca	8,0
02.10-1-05	Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	8,0
02.10-1-06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	8,0
02.10-1-07	Extração de madeira em florestas plantadas	8,0
02.10-1-08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	8,0
02.10-1-09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	8,0
02.10-1-99	Produção de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	8,0
02.20-9-01	Extração de madeira em florestas nativas	8,0
02.20-9-02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	8,0
02.20-9-03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	8,0
02.20-9-04	Coleta de látex em florestas nativas	8,0
02.20-9-05	Coleta de palmito em florestas nativas	8,0
02.20-9-06	Conservação de florestas nativas	8,0
02.20-9-99	Coleta de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas nativas	8,0
PESCA E AQUICULTURA		
03.11-6-01	Pesca de peixes em água salgada	8,0
03.11-6-02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	8,0
03.11-6-03	Coleta de outros produtos marinhos	8,0
03.11-6-04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	8,0
03.12-4-01	Pesca de peixes em água doce	8,0
03.12-4-02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	8,0
03.12-4-03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	8,0
03.12-4-04	Atividades de apoio à pesca em água doce	8,0
03.21-3-01	Criação de peixes em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-02	Criação de camarões em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	8,0
03.21-3-99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	8,0
03.22-1-01	Criação de peixes em água doce	8,0
03.22-1-02	Criação de camarões em água doce	8,0
03.22-1-03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	8,0
03.22-1-04	Criação de peixes ornamentais em água doce	8,0
03.22-1-05	Ranicultura	8,0
03.22-1-06	Criação de jacaré	8,0
03.22-1-07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	8,0
03.22-1-99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	8,0

EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL		
05.00-3-01	Extração de carvão mineral	107,0
05.00-3-02	Beneficiamento de carvão mineral	107,0
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		
06.00-0-01	Extração de petróleo e gás natural	107,0
06.00-0-02	Extração e beneficiamento de xisto	107,0
06.00-0-03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	107,0
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS		
07.10-3-01	Extração de minério de ferro	107,0
07.10-3-02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	107,0
07.21-9-01	Extração de minério de alumínio	107,0
07.21-9-02	Beneficiamento de minério de alumínio	107,0
07.22-7-01	Extração de minério de estanho	107,0
07.22-7-02	Beneficiamento de minério de estanho	107,0
07.23-5-01	Extração de minério de manganês	107,0
07.23-5-02	Beneficiamento de minério de manganês	107,0
07.24-3-01	Extração de minério de metais preciosos	107,0
07.24-3-02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	107,0
07.25-1-00	Extração de minerais radioativos	107,0
07.29-4-01	Extração de minérios de nióbio e titânio	107,0
07.29-4-02	Extração de minério de tungstênio	107,0
07.29-4-03	Extração de minério de níquel	107,0
07.29-4-04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	107,0
07.29-4-05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	107,0
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
08.10-0-01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-02	Extração de granito e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-03	Extração de mármore e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-05	Extração de gesso e caulim	107,0
08.10-0-06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	53,0
08.10-0-07	Extração de argila e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-08	Extração de saibro e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-09	Extração de basalto e beneficiamento associado	107,0
08.10-0-10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	107,0
08.10-0-99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	53,0
08.91-6-00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	107,0
08.92-4-01	Extração de sal marinho	107,0
08.92-4-02	Extração de sal-gema	107,0
08.92-4-03	Refino e outros tratamentos do sal	107,0
08.93-2-00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	107,0
08.99-1-01	Extração de grafita	107,0
08.99-1-02	Extração de quartzo	107,0
08.99-1-03	Extração de amianto	107,0
08.99-1-99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	107,0
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS		
09.10-6-00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	107,0
09.90-4-01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	107,0
09.90-4-02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	107,0
09.90-4-03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	107,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS		
10.11-2-01	Frigorífico - abate de bovinos	107,0
10.11-2-02	Frigorífico - abate de eqüinos	107,0
10.11-2-03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	107,0
10.11-2-04	Frigorífico - abate de bufalinos	107,0
10.11-2-05	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	107,0
10.12-1-01	Abate de aves	107,0
10.12-1-02	Abate de pequenos animais	107,0
10.12-1-03	Frigorífico - abate de suínos	107,0
10.12-1-04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	107,0
10.13-9-01	Fabricação de produtos de carne	107,0
10.13-9-02	Preparação de subprodutos do abate	107,0

10.20-1-01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	107,0
10.20-1-02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	107,0
10.31-7-00	Fabricação de conservas de frutas	107,0
10.32-5-01	Fabricação de conservas de palmito	107,0
10.32-5-99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	107,0
10.33-3-01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	107,0
10.33-3-02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	107,0
10.41-4-00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	107,0
10.42-2-00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	107,0
10.43-1-00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	107,0
10.51-1-00	Preparação do leite	8,0
10.52-0-00	Fabricação de laticínios	107,0
10.53-8-00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	107,0
10.61-9-01	Beneficiamento de arroz	27,0
10.61-9-02	Fabricação de produtos do arroz	107,0
10.62-7-00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	107,0
10.63-5-00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	107,0
10.64-3-00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	107,0
10.65-1-01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	107,0
10.65-1-02	Fabricação de óleo de milho em bruto	107,0
10.65-1-03	Fabricação de óleo de milho refinado	107,0
10.66-0-00	Fabricação de alimentos para animais	107,0
10.69-4-00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	107,0
10.71-6-00	Fabricação de açúcar em bruto	107,0
10.72-4-01	Fabricação de açúcar de cana refinado	107,0
10.72-4-02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	107,0
10.81-3-01	Beneficiamento de café	107,0
10.81-3-02	Torrefação e moagem de café	107,0
10.82-1-00	Fabricação de produtos à base de café	107,0
10.91-1-01	Fabricação de produtos de panificação industrial	107,0
10.91-1-02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	5,00
10.92-9-00	Fabricação de biscoitos e bolachas	107,0
10.93-7-01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	107,0
10.93-7-02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	107,0
10.94-5-00	Fabricação de massas alimentícias	107,0
10.95-3-00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	107,0
10.96-1-00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	107,0
10.99-6-01	Fabricação de vinagres	107,0
10.99-6-02	Fabricação de pós alimentícios	107,0
10.99-6-03	Fabricação de fermentos e leveduras	107,0
10.99-6-04	Fabricação de gelo comum	107,0
10.99-6-05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	107,0
10.99-6-06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	107,0
10.99-6-07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	107,0
10.99-6-99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	107,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS		
13.11-1-00	Preparação e fiação de fibras de algodão	107,0
13.12-0-00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	107,0
13.13-8-00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	107,0
13.14-6-00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	107,0
13.21-9-00	Tecelagem de fios de algodão	107,0
13.22-7-00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	107,0
13.23-5-00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	107,0
13.30-8-00	Fabricação de tecidos de malha	107,0
13.40-5-01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	107,0
13.40-5-02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	107,0
13.40-5-99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	107,0
13.51-1-00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	107,0
13.52-9-00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	107,0
13.53-7-00	Fabricação de artefatos de cordoaria	107,0
13.54-5-00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	107,0
13.59-6-00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	107,0
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS		
14.11-8-01	Confecção de roupas íntimas	8,0

14.11-8-02	Facção de roupas íntimas	8,0
14.12-6-01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	8,0
14.12-6-02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8,0
14.12-6-03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8,0
14.13-4-01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	8,0
14.13-4-02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	8,0
14.13-4-03	Facção de roupas profissionais	8,0
14.14-2-00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	8,0
14.21-5-00	Fabricação de meias	8,0
14.22-3-00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	8,0
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS		
15.10-6-00	Curtimento e outras preparações de couro	8,0
15.21-1-00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	8,0
15.29-7-00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	8,0
15.31-9-01	Fabricação de calçados de couro	8,0
15.31-9-02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	8,0
15.32-7-00	Fabricação de tênis de qualquer material	8,0
15.33-5-00	Fabricação de calçados de material sintético	8,0
15.39-4-00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	8,0
15.40-8-00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	8,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA		
16.10-2-01	Serrarias com desdobramento de madeira	10,0
16.10-2-02	Serrarias sem desdobramento de madeira	10,0
16.21-8-00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	10,0
16.22-6-01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	10,0
16.22-6-02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	10,0
16.22-6-99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	8,0
16.23-4-00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	8,0
16.29-3-01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	8,0
16.29-3-02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	8,0
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL		
17.10-9-00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	39,0
17.21-4-00	Fabricação de papel	39,0
17.22-2-00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	39,0
17.31-1-00	Fabricação de embalagens de papel	39,0
17.32-0-00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	39,0
17.33-8-00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	39,0
17.41-9-01	Fabricação de formulários contínuos	39,0
17.41-9-02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	39,0
17.42-7-01	Fabricação de fraldas descartáveis	39,0
17.42-7-02	Fabricação de absorventes higiênicos	39,0
17.42-7-99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	39,0
17.49-4-00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	39,0
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES		
18.11-3-01	Impressão de jornais	15,0
18.11-3-02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	15,0
18.12-1-00	Impressão de material de segurança	15,0
18.13-0-01	Impressão de material para uso publicitário	15,0
18.13-0-99	Impressão de material para outros usos	15,0
18.21-1-00	Serviços de pré-impressão	15,0
18.22-9-01	Serviços de encadernação e plastificação	15,0
18.22-9-99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	15,0
18.30-0-01	Reprodução de som em qualquer suporte	15,0
18.30-0-02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	15,0
18.30-0-03	Reprodução de software em qualquer suporte	15,0
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS		
19.10-1-00	Coquerias	18,0
19.21-7-00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	18,0
19.22-5-01	Formulação de combustíveis	18,0
19.22-5-02	Rerrefino de óleos lubrificantes	18,0
19.22-5-99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	18,0
19.31-4-00	Fabricação de álcool	18,0

19.32-2-00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS		
20.11-8-00	Fabricação de cloro e álcalis	18,0
20.12-6-00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	18,0
20.13-4-00	Fabricação de adubos e fertilizantes	18,0
20.14-2-00	Fabricação de gases industriais	18,0
20.19-3-01	Elaboração de combustíveis nucleares	18,0
20.19-3-99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	18,0
20.21-5-00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	18,0
20.22-3-00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	18,0
20.29-1-00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	18,0
20.31-2-00	Fabricação de resinas termoplásticas	18,0
20.32-1-00	Fabricação de resinas termofixas	18,0
20.33-9-00	Fabricação de elastômeros	18,0
20.40-1-00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	18,0
20.51-7-00	Fabricação de defensivos agrícolas	18,0
20.52-5-00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	18,0
20.61-4-00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	18,0
20.62-2-00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	18,0
20.63-1-00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	18,0
20.71-1-00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	18,0
20.72-0-00	Fabricação de tintas de impressão	18,0
20.73-8-00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	18,0
20.91-6-00	Fabricação de adesivos e selantes	18,0
20.92-4-01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	18,0
20.92-4-02	Fabricação de artigos pirotécnicos	18,0
20.92-4-03	Fabricação de fósforos de segurança	18,0
20.93-2-00	Fabricação de aditivos de uso industrial	18,0
20.94-1-00	Fabricação de catalisadores	18,0
20.99-1-01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	18,0
20.99-1-99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		
21.10-6-00	Fabricação de produtos farmoquímicos	18,0
21.21-1-01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	18,0
21.21-1-02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	18,0
21.21-1-03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	18,0
21.22-0-00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	18,0
21.23-8-00	Fabricação de preparações farmacêuticas	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHAS E DE MATERIAL PLÁSTICO		
22.11-1-00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	18,0
22.12-9-00	Reforma de pneumáticos usados	18,0
22.19-6-00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	18,0
22.21-8-00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	18,0
22.22-6-00	Fabricação de embalagens de material plástico	18,0
22.23-4-00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	18,0
22.29-3-01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	18,0
22.29-3-02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	18,0
22.29-3-03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	18,0
22.29-3-99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
23.11-7-00	Fabricação de vidro plano e de segurança	18,0
23.12-5-00	Fabricação de embalagens de vidro	18,0
23.19-2-00	Fabricação de artigos de vidro	18,0
23.20-6-00	Fabricação de cimento	18,0
23.30-3-01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	18,0
23.30-3-02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	18,0
23.30-3-03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	18,0
23.30-3-04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	18,0
23.30-3-05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	18,0
23.30-3-99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	18,0
23.41-9-00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	18,0
23.42-7-01	Fabricação de azulejos e pisos	18,0
23.42-7-02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	18,0
23.49-4-01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	18,0

23.49-4-99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	18,0
23.91-5-01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	18,0
23.91-5-02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	18,0
23.91-5-03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	18,0
23.92-3-00	Fabricação de cal e gesso	18,0
23.99-1-01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	18,0
23.99-1-02	Fabricação de abrasivos	18,0
23.99-1-99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	18,0
METALURGIA		
24.11-3-00	Produção de ferro-gusa	18,0
24.12-1-00	Produção de ferroligas	18,0
24.21-1-00	Produção de semi-acabados de aço	18,0
24.22-9-01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	18,0
24.22-9-02	Produção de laminados planos de aços especiais	18,0
24.23-7-01	Produção de tubos de aço sem costura	18,0
24.23-7-02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	18,0
24.24-5-01	Produção de arames de aço	18,0
24.24-5-02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	18,0
24.31-8-00	Produção de tubos de aço com costura	18,0
24.39-3-00	Produção de outros tubos de ferro e aço	18,0
24.41-5-01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	18,0
24.41-5-02	Produção de laminados de alumínio	18,0
24.42-3-00	Metalurgia dos metais preciosos	18,0
24.43-1-00	Metalurgia do cobre	18,0
24.49-1-01	Produção de zinco em formas primárias	18,0
24.49-1-02	Produção de laminados de zinco	18,0
24.49-1-03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	18,0
24.49-1-99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	18,0
24.51-2-00	Fundição de ferro e aço	18,0
24.52-1-00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	18,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
25.11-0-00	Fabricação de estruturas metálicas	18,0
25.12-8-00	Fabricação de esquadrias de metal	18,0
25.13-6-00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	18,0
25.21-7-00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	18,0
25.22-5-00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	18,0
25.31-4-01	Produção de forjados de aço	18,0
25.31-4-02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	18,0
25.32-2-01	Produção de artefatos estampados de metal	18,0
25.32-2-02	Metalurgia do pó	18,0
25.39-0-01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	18,0
25.39-0-02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	18,0
25.41-1-00	Fabricação de artigos de cutelaria	18,0
25.42-0-00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	18,0
25.43-8-00	Fabricação de ferramentas	18,0
25.50-1-01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	18,0
25.50-1-02	Fabricação de armas de fogo e munições	18,0
25.91-8-00	Fabricação de embalagens metálicas	18,0
25.92-6-01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	18,0
25.92-6-02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	18,0
25.93-4-00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	18,0
25.99-3-01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	18,0
25.99-3-02	Serviços de corte e dobra de metais	18,0
25.99-3-99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS		
26.10-8-00	Fabricação de componentes eletrônicos	18,0
26.21-3-00	Fabricação de equipamentos de informática	18,0
26.22-1-00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	18,0
26.31-1-00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	18,0
26.32-9-00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	18,0
26.40-0-00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	18,0
26.51-5-00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	18,0
26.52-3-00	Fabricação de cronômetros e relógios	18,0
26.60-4-00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	18,0

26.70-1-01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	18,0
26.70-1-02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	18,0
26.80-9-00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	18,0
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS		
27.10-4-01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	18,0
27.10-4-02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	18,0
27.10-4-03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	18,0
27.21-0-00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	18,0
27.22-8-01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	18,0
27.22-8-02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	18,0
27.31-7-00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	18,0
27.32-5-00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	18,0
27.33-3-00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	18,0
27.40-6-01	Fabricação de lâmpadas	18,0
27.40-6-02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	18,0
27.51-1-00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	18,0
27.59-7-01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	18,0
27.59-7-99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	18,0
27.90-2-01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	18,0
27.90-2-02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	18,0
27.90-2-99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	18,0
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
28.11-9-00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	18,0
28.12-7-00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	18,0
28.13-5-00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	18,0
28.14-3-01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	18,0
28.14-3-02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	18,0
28.15-1-01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	18,0
28.15-1-02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	18,0
28.21-6-01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	18,0
28.21-6-02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	18,0
28.22-4-01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	18,0
28.22-4-02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	18,0
28.23-2-00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	18,0
28.24-1-01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	18,0
28.24-1-02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	18,0
28.25-9-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	18,0
28.29-1-01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	18,0
28.29-1-99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	18,0
28.31-3-00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	18,0
28.32-1-00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	13,0
28.33-0-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	18,0
28.40-2-00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	18,0
28.51-8-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	18,0
28.52-6-00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	18,0
28.53-4-00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	18,0
28.54-2-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	18,0
28.61-5-00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	18,0
28.62-3-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	18,0
28.63-1-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	18,0
28.64-0-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	18,0
28.65-8-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	18,0
28.66-6-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	18,0

28.69-1-00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	18,0
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS		
29.10-7-01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	30,0
29.10-7-02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	30,0
29.10-7-03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	30,0
29.20-4-01	Fabricação de caminhões e ônibus	30,0
29.20-4-02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	30,0
29.30-1-01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	30,0
29.30-1-02	Fabricação de carrocerias para ônibus	30,0
29.30-1-03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	30,0
29.41-7-00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	30,0
29.42-5-00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	30,0
29.43-3-00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	30,0
29.44-1-00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	30,0
29.45-0-00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	30,0
29.49-2-01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	30,0
29.49-2-99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	30,0
29.50-6-00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	30,0
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES		
30.11-3-01	Construção de embarcações de grande porte	30,0
30.11-3-02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	30,0
30.12-1-00	Construção de embarcações para esporte e lazer	30,0
30.31-8-00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	30,0
30.32-6-00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	30,0
30.41-5-00	Fabricação de aeronaves	30,0
30.42-3-00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	30,0
30.50-4-00	Fabricação de veículos militares de combate	30,0
30.91-1-01	Fabricação de motocicletas	30,0
30.91-1-02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	30,0
30.92-0-00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	30,0
30.99-7-00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	30,0
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS		
31.01-2-00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	10,0
31.02-1-00	Fabricação de móveis com predominância de metal	10,0
31.03-9-00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	10,0
31.04-7-00	Fabricação de colchões	10,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS		
32.11-6-01	Lapidação de gemas	10,0
32.11-6-02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	10,0
32.11-6-03	Cunhagem de moedas e medalhas	10,0
32.12-4-00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	10,0
32.20-5-00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	10,0
32.30-2-00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	10,0
32.40-0-01	Fabricação de jogos eletrônicos	10,0
32.40-0-02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	10,0
32.40-0-03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	10,0
32.40-0-99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	10,0
32.50-7-01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	10,0
32.50-7-02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	10,0
32.50-7-03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	10,0
32.50-7-04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	10,0
32.50-7-05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	10,0
32.50-7-06	Serviços de prótese dentária	10,0
32.50-7-07	Fabricação de artigos ópticos	10,0
32.50-7-09	Serviço de laboratório óptico	10,0
32.91-4-00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	10,0
32.92-2-01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	10,0
32.92-2-02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	10,0
32.99-0-01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	10,0
32.99-0-02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	10,0

32.99-0-03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	10,0
32.99-0-04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	10,0
32.99-0-05	Fabricação de aviamentos para costura	10,0
32.99-0-06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	10,0
32.99-0-99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	10,0
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
33.11-2-00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	8,0
33.12-1-02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	8,0
33.12-1-03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	8,0
33.12-1-04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	8,0
33.13-9-01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	8,0
33.13-9-02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	8,0
33.13-9-99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	8,0
33.14-7-01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	8,0
33.14-7-02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	8,0
33.14-7-03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	8,0
33.14-7-04	Manutenção e reparação de compressores	8,0
33.14-7-05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	8,0
33.14-7-06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	8,0
33.14-7-07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	8,0
33.14-7-08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	8,0
33.14-7-09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	8,0
33.14-7-10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	8,0
33.14-7-11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	8,0
33.14-7-12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	8,0
33.14-7-13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	8,0
33.14-7-14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	8,0
33.14-7-15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	8,0
33.14-7-16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	8,0
33.14-7-17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	8,0
33.14-7-18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	8,0
33.14-7-19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	8,0
33.14-7-20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	8,0
33.14-7-21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	8,0
33.14-7-22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	8,0
33.14-7-99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	8,0
33.15-5-00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	8,0
33.16-3-01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	18,0
33.16-3-02	Manutenção de aeronaves na pista	18,0
33.17-1-01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	18,0
33.17-1-02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	18,0
33.19-8-00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	18,0
33.21-0-00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	18,0
33.29-5-01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	13,0
33.29-5-99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	13,0
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES		
35.11-5-01	Geração de energia elétrica	18,0
35.11-5-02	Atividades de coordenação e controle de operação de geração e transmissão de energia elétrica	18,0
35.12-3-00	Transmissão de energia elétrica	18,0
35.13-1-00	Comércio atacadista de energia elétrica	18,0
35.14-0-00	Distribuição de energia elétrica	18,0
35.20-4-01	Produção de gás; processamento de gás natural	18,0
35.20-4-02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	18,0
35.30-1-00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	18,0
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		
36.00-6-01	Captação, tratamento e distribuição de água	13,0
36.00-6-02	Distribuição de água por caminhões	13,0
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS		
37.01-1-00	Gestão de redes de esgoto	13,0

37.02-9-00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	13,0
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS		
38.11-4-00	Coleta de resíduos não-perigosos	13,0
38.12-2-00	Coleta de resíduos perigosos	13,0
38.21-1-00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	13,0
38.22-0-00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	13,0
38.31-9-01	Recuperação de sucatas de alumínio	13,0
38.31-9-99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	13,0
38.32-7-00	Recuperação de materiais plásticos	13,0
38.39-4-01	Usinas de compostagem	13,0
38.39-4-99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	13,0
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS		
39.00-5-00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	13,0
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		
41.10-7-00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,0
41.20-4-00	Construção de edifícios	15,0
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA		
42.11-1-01	Construção de rodovias e ferrovias	15,0
42.11-1-02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	15,0
42.12-0-00	Construção de obras de arte especiais	15,0
42.13-8-00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	15,0
42.21-9-01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	15,0
42.21-9-02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	15,0
42.21-9-03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	15,0
42.21-9-04	Construção de estações e redes de telecomunicações	15,0
42.21-9-05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	15,0
42.22-7-01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	15,0
42.22-7-02	Obras de irrigação	15,0
42.23-5-00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	15,0
42.91-0-00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	15,0
42.92-8-01	Montagem de estruturas metálicas	15,0
42.92-8-02	Obras de montagem industrial	15,0
42.99-5-01	Construção de instalações esportivas e recreativas	15,0
42.99-5-99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	15,0
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO		
43.11-8-01	Demolição de edifícios e outras estruturas	15,0
43.11-8-02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	15,0
43.12-6-00	Perfurações e sondagens	15,0
43.13-4-00	Obras de terraplenagem	15,0
43.19-3-00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	15,0
43.21-5-00	Instalação e manutenção elétrica	15,0
43.22-3-01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	8,0
43.22-3-02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	15,0
43.22-3-03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	15,0
43.29-1-01	Instalação de painéis publicitários	15,0
43.29-1-02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre	15,0
43.29-1-03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	15,0
43.29-1-04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	15,0
43.29-1-05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	15,0
43.29-1-99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	15,0
43.30-4-01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	15,0
43.30-4-02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	15,0
43.30-4-03	Obras de acabamento em gesso e estuque	15,0
43.30-4-04	Serviços de pintura de edifícios em geral	15,0
43.30-4-05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	15,0
43.30-4-99	Outras obras de acabamento da construção	15,0
43.91-6-00	Obras de fundações	15,0
43.99-1-01	Administração de obras	15,0
43.99-1-02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	15,0
43.99-1-03	Obras de alvenaria	15,0
43.99-1-04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	15,0

43.99-1-05	Perfuração e construção de poços de água	15,0
43.99-1-99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	15,0
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
45.11-1-01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	15,0
45.11-1-02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	15,0
45.11-1-03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	15,0
45.11-1-04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	15,0
45.11-1-05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	15,0
45.11-1-06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	15,0
45.12-9-01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	15,0
45.12-9-02	Comércio sob consignação de veículos automotores	15,0
45.20-0-01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	10,0
45.20-0-02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	10,0
45.20-0-03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	8,0
45.20-0-04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	8,0
45.20-0-05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	6,0
45.20-0-06	Serviços de borracharia para veículos automotores	4,0
45.20-0-07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	6,0
45.20-0-08	Serviços de capotaria	6,0
45.30-7-01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	6,0
45.30-7-02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	6,0
45.30-7-03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	6,0
45.30-7-04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	6,0
45.30-7-05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	6,0
45.30-7-06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	6,0
45.41-2-01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	6,0
45.41-2-02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	6,0
45.41-2-03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	6,0
45.41-2-04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	6,0
45.41-2-05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	6,0
45.42-1-01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	6,0
45.42-1-02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	6,0
45.43-9-00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	6,0
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
46.11-7-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	13,0
46.12-5-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	13,0
46.13-3-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	13,0
46.14-1-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	13,0
46.15-0-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	13,0
46.16-8-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	13,0
46.17-6-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	13,0
46.18-4-01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	13,0
46.18-4-02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	13,0
46.18-4-03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	13,0
46.18-4-99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	13,0
46.19-2-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	13,0
46.21-4-00	Comércio atacadista de café em grão	10,0
46.22-2-00	Comércio atacadista de soja	10,0
46.23-1-01	Comércio atacadista de animais vivos	10,0
46.23-1-02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	10,0
46.23-1-03	Comércio atacadista de algodão	10,0
46.23-1-04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	10,0
46.23-1-05	Comércio atacadista de cacau	10,0
46.23-1-06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	10,0
46.23-1-07	Comércio atacadista de sisal	10,0
46.23-1-08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.23-1-09	Comércio atacadista de alimentos para animais	10,0
46.23-1-99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	10,0
46.31-1-00	Comércio atacadista de leite e laticínios	10,0

46.32-0-01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	10,0
46.32-0-02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	10,0
46.32-0-03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.33-8-01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	10,0
46.33-8-02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	10,0
46.33-8-03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	10,0
46.34-6-01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	10,0
46.34-6-02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	10,0
46.34-6-03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	10,0
46.34-6-99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	10,0
46.35-4-01	Comércio atacadista de água mineral	10,0
46.35-4-02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	10,0
46.35-4-03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.35-4-99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	10,0
46.36-2-01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	10,0
46.36-2-02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	10,0
46.37-1-01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	10,0
46.37-1-02	Comércio atacadista de açúcar	10,0
46.37-1-03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	10,0
46.37-1-04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	10,0
46.37-1-05	Comércio atacadista de massas alimentícias	10,0
46.37-1-06	Comércio atacadista de sorvetes	10,0
46.37-1-07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	10,0
46.37-1-99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	10,0
46.39-7-01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	10,0
46.39-7-02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.41-9-01	Comércio atacadista de tecidos	10,0
46.41-9-02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	10,0
46.41-9-03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	10,0
46.42-7-01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	10,0
46.42-7-02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	10,0
46.43-5-01	Comércio atacadista de calçados	10,0
46.43-5-02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	10,0
46.44-3-01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	10,0
46.44-3-02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	10,0
46.45-1-01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	10,0
46.45-1-02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	10,0
46.45-1-03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	10,0
46.46-0-01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	10,0
46.46-0-02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	10,0
46.47-8-01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	10,0
46.47-8-02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	10,0
46.49-4-01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	10,0
46.49-4-02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	10,0
46.49-4-03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	10,0
46.49-4-04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	10,0
46.49-4-05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	10,0
46.49-4-06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	10,0
46.49-4-07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	10,0
46.49-4-08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	10,0
46.49-4-09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,0
46.49-4-10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	13,0
46.49-4-99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	13,0
46.51-6-01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	13,0
46.51-6-02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	13,0
46.52-4-00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	13,0
46.61-3-00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	13,0
46.62-1-00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	13,0
46.63-0-00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	13,0

46.64-8-00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	13,0
46.65-6-00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	13,0
46.69-9-01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	13,0
46.69-9-99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	13,0
46.71-1-00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	10,0
46.72-9-00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	10,0
46.73-7-00	Comércio atacadista de material elétrico	10,0
46.74-5-00	Comércio atacadista de cimento	10,0
46.79-6-01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	10,0
46.79-6-02	Comércio atacadista de mármore e granitos	10,0
46.79-6-03	Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	10,0
46.79-6-04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	10,0
46.79-6-99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	10,0
46.81-8-01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	13,00
46.81-8-02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	13,00
46.81-8-03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	13,00
46.81-8-04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	13,00
46.81-8-05	Comércio atacadista de lubrificantes	13,00
46.82-6-00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	13,00
46.83-4-00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	13,00
46.84-2-01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	13,00
46.84-2-02	Comércio atacadista de solventes	13,00
46.84-2-99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	13,00
46.85-1-00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	13,00
46.86-9-01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	13,00
46.86-9-02	Comércio atacadista de embalagens	13,00
46.87-7-01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	13,00
46.87-7-02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	13,00
46.87-7-03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	13,00
46.89-3-01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	13,00
46.89-3-02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	13,00
46.89-3-99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediário não especificados anteriormente	13,00
46.91-5-00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	13,00
46.92-3-00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	13,00
46.93-1-00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	13,00
COMÉRCIO VAREJISTA		
47.11-3-01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	13,0
47.11-3-02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	13,0
47.12-1-00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	10,0
47.13-0-01	Lojas de departamentos ou magazines	8,0
47.13-0-02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	8,0
47.13-0-03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	8,0
47.21-1-02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	8,0
47.21-1-03	Comércio varejista de laticínios e frios	8,0
47.21-1-04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	8,0
47.22-9-01	Comércio varejista de carnes - açougues	8,0
47.22-9-02	Peixaria	8,0
47.23-7-00	Comércio varejista de bebidas	8,0
47.24-5-00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	8,0
47.29-6-01	Tabacaria	8,0
47.29-6-02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	8,0
47.29-6-99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	8,0
47.31-8-00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	10,0
47.32-6-00	Comércio varejista de lubrificantes	8,0
47.41-5-00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	8,0
47.42-3-00	Comércio varejista de material elétrico	8,0
47.43-1-00	Comércio varejista de vidros	8,0
47.44-0-01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	8,0
47.44-0-02	Comércio varejista de madeira e artefatos	8,0
47.44-0-03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	8,0

47.44-0-04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	8,0
47.44-0-05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	7,0
47.44-0-06	Comércio varejista de pedras para revestimento	5,0
47.44-0-99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	5,0
47.51-2-01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	5,0
47.51-2-02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	5,0
47.52-1-00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	5,0
47.53-9-00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	5,0
47.54-7-01	Comércio varejista de móveis	10,0
47.54-7-02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	10,0
47.54-7-03	Comércio varejista de artigos de iluminação	10,0
47.55-5-01	Comércio varejista de tecidos	10,0
47.55-5-02	Comercio varejista de artigos de armarinho	10,0
47.55-5-03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	10,0
47.56-3-00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	10,0
47.57-1-00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	10,0
47.59-8-01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	10,0
47.59-8-99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	10,0
47.61-0-01	Comércio varejista de livros	5,0
47.61-0-02	Comércio varejista de jornais e revistas	5,0
47.61-0-03	Comércio varejista de artigos de papelaria	5,0
47.62-8-00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	5,0
47.63-6-01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	5,0
47.63-6-02	Comércio varejista de artigos esportivos	5,0
47.63-6-03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	13,0
47.63-6-04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	13,0
47.63-6-05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	13,0
47.71-7-01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	13,0
47.71-7-02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	13,0
47.71-7-03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	13,0
47.71-7-04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	13,0
47.72-5-00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	13,0
47.73-3-00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	13,0
47.74-1-00	Comércio varejista de artigos de óptica	13,0
47.81-4-00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	13,0
47.82-2-01	Comércio varejista de calçados	7,5
47.82-2-02	Comércio varejista de artigos de viagem	7,5
47.83-1-01	Comércio varejista de artigos de joalheria	7,5
47.83-1-02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	7,5
47.84-9-00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	7,5
47.85-7-01	Comércio varejista de antiguidades	8,0
47.85-7-99	Comércio varejista de outros artigos usados	8,0
47.89-0-01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	8,0
47.89-0-02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	8,0
47.89-0-03	Comércio varejista de objetos de arte	8,0
47.89-0-04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	8,0
47.89-0-05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	8,0
47.89-0-06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	8,0
47.89-0-07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	8,0
47.89-0-08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	8,0
47.89-0-09	Comércio varejista de armas e munições	8,0
47.89-0-99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	8,0
TRANSPORTE TERRESTRE		
49.11-6-00	Transporte ferroviário de carga	20,0
49.12-4-01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	20,0
49.12-4-02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	20,0
49.12-4-03	Transporte metroviário	20,0
49.21-3-01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	20,0
49.21-3-02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	20,0
49.22-1-01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	20,0
49.22-1-02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	20,0
49.22-1-03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	20,0

49.23-0-01	Serviço de táxi	7,5
49.23-0-02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	8,0
49.24-8-00	Transporte escolar	8,0
49.29-9-01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	13,0
49.29-9-02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	13,0
49.29-9-03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	13,0
49.29-9-04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	13,0
49.29-9-99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	13,0
49.30-2-01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	13,0
49.30-2-02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	7,5
49.30-2-03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	13,0
49.30-2-04	Transporte rodoviário de mudanças	8,0
49.40-0-00	Transporte dutoviário	13,0
49.50-7-00	Trens turísticos, teleféricos e similares	13,0
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO		
50.11-4-01	Transporte marítimo de cabotagem - carga	20,0
50.11-4-02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	20,0
50.12-2-01	Transporte marítimo de longo curso - carga	20,0
50.12-2-02	Transporte marítimo de longo curso - passageiros	20,0
50.21-1-01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	20,0
50.21-1-02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	20,0
50.22-0-01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	20,0
50.22-0-02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	20,0
50.30-1-01	Navegação de apoio marítimo	20,0
50.30-1-02	Navegação de apoio portuário	20,0
50.91-2-01	Transporte por navegação de travessia, municipal	20,0
50.91-2-02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	20,0
50.99-8-01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	20,0
50.99-8-99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	20,0
TRANSPORTE AÉREO		
51.11-1-00	Transporte aéreo de passageiros regular	20,0
51.12-9-01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	20,0
51.12-9-99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	20,0
51.20-0-00	Transporte aéreo de carga	20,0
51.30-7-00	Transporte espacial	20,0
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES		
52.11-7-01	Armazéns gerais - emissão de warrant	20,0
52.11-7-02	Guarda-móveis	20,0
52.11-7-99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	20,0
52.12-5-00	Carga e descarga	20,0
52.21-4-00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	20,0
52.22-2-00	Terminais rodoviários e ferroviários	13,0
52.23-1-00	Estacionamento de veículos	13,0
52.29-0-01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	13,0
52.29-0-02	Serviços de reboque de veículos	13,0
52.29-0-99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	13,0
52.31-1-01	Administração da infra-estrutura portuária	18,0
52.31-1-02	Operações de terminais	18,0
52.32-0-00	Atividades de agenciamento marítimo	18,0
52.39-7-00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	18,0
52.40-1-01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	18,0
52.40-1-99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	18,0
52.50-8-01	Comissaria de despachos	13,0
52.50-8-02	Atividades de despachantes aduaneiros	13,0
52.50-8-03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	13,0
52.50-8-04	Organização logística do transporte de carga	13,0
52.50-8-05	Operador de transporte multimodal - OTM	13,0
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA		
53.10-5-01	Atividades do Correio Nacional	18,0
53.10-5-02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	18,0
53.20-2-01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	18,0

53.20-2-02	Serviços de entrega rápida	13,0
ALOJAMENTO		
55.10-8-01	Hotéis	8,0
55.10-8-02	Apart-hotéis	8,0
55.10-8-03	Motéis	8,0
55.90-6-01	Albergues, exceto assistenciais	8,0
55.90-6-02	Campings	8,0
55.90-6-03	Pensões (alojamento)	8,0
55.90-6-99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	8,0
ALIMENTAÇÃO		
56.11-2-01	Restaurantes e similares	8,0
56.11-2-02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	7,5
56.11-2-03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	7,5
56.12-1-00	Serviços ambulantes de alimentação	7,5
56.20-1-01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	7,5
56.20-1-02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	7,5
56.20-1-03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	7,5
56.20-1-04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	7,5
EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO		
58.11-5-00	Edição de livros	8,0
58.12-3-00	Edição de jornais	8,0
58.13-1-00	Edição de revistas	8,0
58.19-1-00	Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	8,0
58.21-2-00	Edição integrada à impressão de livros	8,0
58.22-1-00	Edição integrada à impressão de jornais	8,0
58.23-9-00	Edição integrada à impressão de revistas	8,0
58.29-8-00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	8,0
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA		
59.11-1-01	Estúdios cinematográficos	8,0
59.11-1-02	Produção de filmes para publicidade	8,0
59.11-1-99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	8,0
59.12-0-01	Serviços de dublagem	8,0
59.12-0-02	Serviços de mixagem sonora em produção audio visual	8,0
59.12-0-99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	8,0
59.13-8-00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	8,0
59.14-6-00	Atividades de exibição cinematográfica	8,0
59.20-1-00	Atividades de gravação de som e de edição de música	8,0
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO		
60.10-1-00	Atividades de rádio	18,0
60.21-7-00	Atividades de televisão aberta	18,0
60.22-5-01	Programadoras	18,0
60.22-5-02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	18,0
TELECOMUNICAÇÕES		
61.10-8-01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	20,0
61.10-8-02	Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT	20,0
61.10-8-03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	20,0
61.10-8-99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	20,0
61.20-5-01	Telefonia móvel celular	20,0
61.20-5-02	Serviço móvel especializado - SME	20,0
61.20-5-99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	20,0
61.30-2-00	Telecomunicações por satélite	20,0
61.41-8-00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	20,0
61.42-6-00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	20,0
61.43-4-00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	20,0
61.90-6-01	Provedores de acesso às redes de comunicações	20,0
61.90-6-02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	20,0
61.90-6-99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	20,0
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
62.01-5-00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	8,0
62.02-3-00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	8,0
62.03-1-00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	8,0
62.04-0-00	Consultoria em tecnologia da informação	8,0

62.09-1-00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	8,0
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO		
63.11-9-00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	8,0
63.19-4-00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	8,0
63.91-7-00	Agências de notícias	8,0
63.99-2-00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	8,0
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		
64.10-7-00	Banco Central	60,0
64.21-2-00	Bancos comerciais	60,0
64.22-1-00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	60,0
64.23-9-00	Caixas econômicas	60,0
64.24-7-01	Bancos cooperativos	60,0
64.24-7-02	Cooperativas centrais de crédito	60,0
64.24-7-03	Cooperativas de crédito mútuo	60,0
64.24-7-04	Cooperativas de crédito rural	60,0
64.31-0-00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	60,0
64.32-8-00	Bancos de investimento	60,0
64.33-6-00	Bancos de desenvolvimento	60,0
64.34-4-00	Agências de fomento	60,0
64.35-2-01	Sociedades de crédito imobiliário	60,0
64.35-2-02	Associações de poupança e empréstimo	60,0
64.35-2-03	Companhias hipotecárias	60,0
64.36-1-00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	60,0
64.37-9-00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	13,0
64.38-7-01	Bancos de câmbio	60,0
64.38-7-99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente.	60,0
64.40-9-00	Arrendamento mercantil	60,0
64.50-6-00	Sociedades de capitalização	60,0
64.61-1-00	Holdings de instituições financeiras	60,0
64.62-0-00	Holdings de instituições não-financeiras	60,0
64.63-8-00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	60,0
64.70-1-01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	60,0
64.70-1-02	Fundos de investimento previdenciários	60,0
64.70-1-03	Fundos de investimento imobiliários	60,0
64.91-3-00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	60,0
64.92-1-00	Securitização de créditos	60,0
64.93-0-00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	60,0
64.99-9-01	Clubes de investimento	60,0
64.99-9-02	Sociedades de investimento	60,0
64.99-9-03	Fundo garantidor de crédito	60,0
64.99-9-04	Caixas de financiamento de corporações	60,0
64.99-9-05	Concessão de crédito pelas OSCIP	60,0
64.99-9-99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	60,0
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
65.11-1-01	Seguros de vida	60,0
65.11-1-02	Planos de auxílio-funeral	60,0
65.12-0-00	Seguros não-vida	60,0
65.20-1-00	Seguros-saúde	60,0
65.30-8-00	Resseguros	60,0
65.41-3-00	Previdência complementar fechada	60,0
65.42-1-00	Previdência complementar aberta	60,0
65.50-2-00	Planos de saúde	60,0
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
66.11-8-01	Bolsa de valores	122,0
66.11-8-02	Bolsa de mercadorias	122,0
66.11-8-03	Bolsa de mercadorias e futuros	122,0
66.11-8-04	Administração de mercados de balcão organizados	122,0
66.12-6-01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	122,0
66.12-6-02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	122,0
66.12-6-03	Corretoras de câmbio	122,0
66.12-6-04	Corretoras de contratos de mercadorias	122,0
66.12-6-05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	122,0
66.13-4-00	Administração de cartões de crédito	122,0
66.19-3-01	Serviços de liquidação e custódia	122,0

66.19-3-02	Correspondentes de instituições financeiras	122,0
66.19-3-03	Representações de bancos estrangeiros	122,0
66.19-3-04	Caixas eletrônicos	122,0
66.19-3-05	Operadoras de cartões de débito	122,0
66.19-3-99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	122,0
66.21-5-01	Peritos e avaliadores de seguros	60,0
66.21-5-02	Auditoria e consultoria atuarial	60,0
66.22-3-00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	60,0
66.29-1-00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	60,0
66.30-4-00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	60,0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
68.10-2-01	Compra e venda de imóveis próprios	10,0
68.10-2-02	Aluguel de imóveis próprios	10,0
68.10-2-03	Loteamento de imóveis próprios	10,0
68.21-8-01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	10,0
68.21-8-02	Corretagem no aluguel de imóveis	10,0
68.22-6-00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	10,0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
69.11-7-01	Serviços advocatícios	10,0
69.11-7-02	Atividades auxiliares da justiça	10,0
69.11-7-03	Agente de propriedade industrial	10,0
69.12-5-00	Cartórios	10,0
69.20-6-01	Atividades de contabilidade	10,0
69.20-6-02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	10,0
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL		
70.20-4-00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	10,0
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS		
71.11-1-00	Serviços de arquitetura	10,0
71.12-0-00	Serviços de engenharia	10,0
71.19-7-01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	10,0
71.19-7-02	Atividades de estudos geológicos	10,0
71.19-7-03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	10,0
71.19-7-04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	10,0
71.19-7-99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	10,0
71.20-1-00	Testes e análises técnicas	10,0
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		
72.10-0-00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	10,0
72.20-7-00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	10,0
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO		
73.11-4-00	Agências de Publicidade	18,0
73.12-2-00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	18,0
73.19-0-01	Criação de estandes para feiras e exposições	18,0
73.19-0-02	Promoção de vendas	18,0
73.19-0-03	Marketing direto	7,5
73.19-0-04	Consultoria em publicidade	8,0
73.19-0-99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	8,0
73.20-3-00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	8,0
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		
74.10-2-01	Design	8,0
74.10-2-02	Decoração de interiores	13,0
74.20-0-01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	13,0
74.20-0-02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	13,0
74.20-0-03	Laboratórios fotográficos	13,0
74.20-0-04	Filmagem de festas e eventos	13,0
74.20-0-05	Serviços de microfilmagem	13,0
74.90-1-01	Serviços de tradução, interpretação e similares	13,0
74.90-1-02	Escafandria e mergulho	13,0
74.90-1-03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	13,0
74.90-1-04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	13,0
74.90-1-05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	13,0
74.90-1-99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	13,0
ATIVIDADES VETERINÁRIAS		
75.00-1-00	Atividades veterinárias	18,0

ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS		
77.11-0-00	Locação de automóveis sem condutor	13,0
77.19-5-01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	13,0
77.19-5-02	Locação de aeronaves sem tripulação	13,0
77.19-5-99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	13,0
77.21-7-00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	8,0
77.22-5-00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	8,0
77.23-3-00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	8,0
77.29-2-01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	8,0
77.29-2-02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	8,0
77.29-2-03	Aluguel de material médico	8,0
77.29-2-99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	8,0
77.31-4-00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	8,0
77.32-2-01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	8,0
77.32-2-02	Aluguel de andaimes	8,0
77.33-1-00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	8,0
77.39-0-01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	18,0
77.39-0-02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	18,0
77.39-0-03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	18,0
77.39-0-99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	18,0
77.40-3-00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	18,0
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		
78.10-8-00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	13,0
78.20-5-00	Locação de mão-de-obra temporária	13,0
78.30-2-00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	13,0
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS		
79.11-2-00	Agências de viagens	13,0
79.12-1-00	Operadores turísticos	13,0
79.90-2-00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	13,0
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO		
80.11-1-01	Atividades de vigilância e segurança privada	13,0
80.11-1-02	Serviços de adestramento de cães de guarda	13,0
80.12-9-00	Atividades de transporte de valores	18,0
80.20-0-00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	13,0
80.30-7-00	Atividades de investigação particular	13,0
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		
81.11-7-00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	13,0
81.12-5-00	Condomínios prediais	13,0
81.21-4-00	Limpeza em prédios e em domicílios	8,0
81.22-2-00	Imunização e controle de pragas urbanas	8,0
81.29-0-00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	8,0
81.30-3-00	Atividades paisagísticas	8,0
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS		
82.11-3-00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	13,0
82.19-9-01	Fotocópias	8,0
82.19-9-99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	13,0
82.20-2-00	Atividades de teleatendimento	13,0
82.30-0-01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	13,0
82.30-0-02	Casas de festas e eventos	13,0
82.91-1-00	Atividades de cobranças e informações cadastrais	13,0
82.92-0-00	Envasamento e empacotamento sob contrato	13,0
82.99-7-01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	13,0
82.99-7-02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	13,0
82.99-7-03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	8,0
82.99-7-04	Leiloeiros independentes	18,0
82.99-7-05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	18,0
82.99-7-06	Casas lotéricas	18,0
82.99-7-07	Salas de acesso à internet	18,0
82.99-7-99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	18,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		
84.11-6-00	Administração pública em geral	18,0
84.12-4-00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	18,0
84.13-2-00	Regulação das atividades econômicas	18,0

84.21-3-00	Relações exteriores	18,0
84.22-1-00	Defesa	18,0
84.23-0-00	Justiça	18,0
84.24-8-00	Segurança e ordem pública	18,0
84.25-6-00	Defesa Civil	18,0
84.30-2-00	Seguridade social obrigatória	18,0
EDUCAÇÃO		
85.11-2-00	Educação infantil - creche	8,0
85.12-1-00	Educação infantil - pré-escola	8,0
85.13-9-00	Ensino fundamental	8,0
85.20-1-00	Ensino médio	8,0
85.31-7-00	Educação superior - graduação	8,0
85.32-5-00	Educação superior - graduação e pós-graduação	8,0
85.33-3-00	Educação superior - pós-graduação e extensão	8,0
85.41-4-00	Educação profissional de nível técnico	8,0
85.42-2-00	Educação profissional de nível tecnológico	8,0
85.50-3-01	Administração de caixas escolares	8,0
85.50-3-02	Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares	8,0
85.91-1-00	Ensino de esportes	8,0
85.92-9-01	Ensino de dança	8,0
85.92-9-02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	8,0
85.92-9-03	Ensino de música	8,0
85.92-9-99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	8,0
85.93-7-00	Ensino de idiomas	8,0
85.99-6-01	Formação de condutores	8,0
85.99-6-02	Cursos de pilotagem	8,0
85.99-6-03	Treinamento em informática	8,0
85.99-6-04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	8,0
85.99-6-05	Cursos preparatórios para concursos	8,0
85.99-6-99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	8,0
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA		
86.10-1-01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	6,0
86.10-1-02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	6,0
86.21-6-01	UTI móvel	6,0
86.21-6-02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	6,0
86.22-4-00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	6,0
86.30-5-01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	6,0
86.30-5-02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	6,0
86.30-5-03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	6,0
86.30-5-04	Atividade odontológica.	6,0
86.30-5-06	Serviços de vacinação e imunização humana	8,0
86.30-5-07	Atividades de reprodução humana assistida	8,0
86.30-5-99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	8,0
86.40-2-01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	8,0
86.40-2-02	Laboratórios clínicos	8,0
86.40-2-03	Serviços de diálise e nefrologia	8,0
86.40-2-04	Serviços de tomografia	8,0
86.40-2-05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	8,0
86.40-2-06	Serviços de ressonância magnética	8,0
86.40-2-07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	8,0
86.40-2-08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	13,0
86.40-2-09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	13,0
86.40-2-10	Serviços de quimioterapia	13,0
86.40-2-11	Serviços de radioterapia	13,0
86.40-2-12	Serviços de hemoterapia	13,0
86.40-2-13	Serviços de litotripsia	13,0
86.40-2-14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	13,0
86.40-2-99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	13,0
86.50-0-01	Atividades de enfermagem	13,0
86.50-0-02	Atividades de profissionais da nutrição	13,0
86.50-0-03	Atividades de psicologia e psicanálise	13,0
86.50-0-04	Atividades de fisioterapia	13,0
86.50-0-05	Atividades de terapia ocupacional	13,0
86.50-0-06	Atividades de fonoaudiologia	13,0

86.50-0-07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	13,0
86.50-0-99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	13,0
86.60-7-00	Atividades de apoio à gestão de saúde	13,0
86.90-9-01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	13,0
86.90-9-02	Atividades de banco de leite humano	13,0
86.90-9-03	Atividade de acupuntura	13,0
86.90-9-04	Atividade de podologia	13,0
86.90-9-99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	13,0
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES		
87.11-5-01	Clínicas e residências geriátricas	8,0
87.11-5-02	Instituições de longa permanência para idosos	8,0
87.11-5-03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	8,0
87.11-5-04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	8,0
87.11-5-05	Condomínios residenciais para idosos	8,0
87.12-3-00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	8,0
87.20-4-01	Atividades de centros de assistência psicossocial	8,0
87.20-4-99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	8,0
87.30-1-01	Orfanatos	8,0
87.30-1-02	Albergues assistenciais	8,0
87.30-1-99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	8,0
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO		
88.00-6-00	Serviços de assistência social sem alojamento	8,0
ATIVIDADES ARTÍSTICA, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS		
90.01-9-01	Produção teatral	8,0
90.01-9-02	Produção musical	8,0
90.01-9-03	Produção de espetáculos de dança	8,0
90.01-9-04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	8,0
90.01-9-05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	8,0
90.01-9-06	Atividades de sonorização e de iluminação	8,0
90.01-9-99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente	8,0
90.02-7-01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	8,0
90.02-7-02	Restauração de obras-de-arte	8,0
90.03-5-00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	8,0
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL		
91.01-5-00	Atividades de bibliotecas e arquivos	8,0
91.02-3-01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	8,0
91.02-3-02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	8,0
91.03-1-00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	8,0
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3-01	Casas de bingo	8,0
92.00-3-02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	8,0
92.00-3-99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	8,0
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3-01	Casas de bingo	7,5
92.00-3-02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	7,5
92.00-3-99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	7,5
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER		
93.11-5-00	Gestão de instalações de esportes	13,0
93.12-3-00	Clubes sociais, esportivos e similares	13,0
93.13-1-00	Atividades de condicionamento físico	13,0
93.19-1-01	Produção e promoção de eventos esportivos	13,0
93.19-1-99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	13,0
93.21-2-00	Parques de diversão e parques temáticos	13,0
93.29-8-01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	13,0
93.29-8-02	Exploração de boliches	13,0
93.29-8-03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	13,0
93.29-8-04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	13,0
93.29-8-99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	13,0
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1-00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	13,0
94.12-0-00	Atividades de organizações associativas profissionais	13,0

94.20-1-00	Atividades de organizações sindicais	13,0
94.30-8-00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	13,0
94.91-0-00	Atividades de organizações religiosas	13,0
94.92-8-00	Atividades de organizações políticas	13,0
94.93-6-00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	13,0
94.99-5-00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	13,0
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1-00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	13,0
94.12-0-00	Atividades de organizações associativas profissionais	13,0
94.20-1-00	Atividades de organizações sindicais	13,0
94.30-8-00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	13,0
94.91-0-00	Atividades de organizações religiosas	13,0
94.92-8-00	Atividades de organizações políticas	13,0
94.93-6-00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	13,0
94.99-5-00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	13,0
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS		
95.11-8-00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	13,0
95.12-6-00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	13,0
95.21-5-00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	13,0
95.29-1-01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	13,0
95.29-1-02	Chaveiros	13,0
95.29-1-03	Reparação de relógios	13,0
95.29-1-04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	13,0
95.29-1-05	Reparação de artigos do mobiliário	13,0
95.29-1-06	Reparação de jóias	13,0
95.29-1-99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	13,0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS		
96.01-7-01	Lavanderias	13,0
96.01-7-02	Tinturarias	13,0
96.01-7-03	Toalheiros	13,0
96.02-5-01	Cabeleireiros	13,0
96.02-5-02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	13,0
96.03-3-01	Gestão e manutenção de cemitérios	13,0
96.03-3-02	Serviços de cremação	13,0
96.03-3-03	Serviços de sepultamento	13,0
96.03-3-04	Serviços de funerárias	13,0
96.03-3-05	Serviços de somatoconservação	13,0
96.03-3-99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	13,0
96.09-2-02	Agências matrimoniais	13,0
96.09-2-03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	13,0
96.09-2-04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	13,0
96.09-2-05	Atividades de sauna e banhos	13,0
96.09-2-06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	13,0
96.09-2-99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	13,0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
97.00-5-00	Serviços domésticos	13,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS		
99.00-8-00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	13,0

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 423 A Taxa de Licença para Funcionamento é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Art. 424 Para efeitos de artigo anterior, considera-se estabelecimentos distintos:

- I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II – os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 425 A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulários próprios com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo único - Procedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades,

Art. 426 A inscrição só se completará após concedido o alvará de licença.

Parágrafo único - Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento.

Art. 427 O alvará poderá ser cassado e determinado o fechamento do estabelecimento a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Art. 428 O alvará poderá ser, a critério do órgão competente e em despacho fundamentado, concedido, a título precário, por período não superior a 12 (doze) meses, não cabendo prorrogação do caso.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 429 A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 430 A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e-ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 431 O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 432 A taxa de licença para funcionamento - TLF, será recolhida antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao controle da polícia administrativa.

Parágrafo único - A taxa de licença para instalação e localização – TLF será arrecadada da seguinte forma:

I – integral, quando concedida no período de 1º de janeiro a 31 de março;

II – será proporcional de 1/12 (um doze avos) quando concedida no período de março a dezembro do exercício.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 433 O contribuinte que exercer quaisquer atividade ou praticar quaisquer atos sujeitos ao controle de polícia do Município e, e que depender de prévia licença, sem efetuar a sua inscrição, ficará sujeito às penalidades constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII DAS ISENÇÕES

Art. 434 São isentos das taxas de licença para funcionamento - TLF:

I – os cegos e mutilados que exercerem comércio ou atividades em escalas inferiores a 2 (dois) salários mínimos mensais;

II – os templos de qualquer culto;

III – as sociedades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

§ 1º Os citados no inciso III deste artigo recolherão à Fazenda Municipal o valor do preço público.

§ 2º O pedido de isenção deverá ser requerido ao órgão competente.

CAPÍTULO IV DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL – TFHE

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 435 O fato gerador da taxa é a fiscalização a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda manter seu estabelecimento em funcionamento fora do horário normal.

Parágrafo único - Considera-se horário normal o período correspondente, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30 min às 18h e, nos sábados, das 08h às 12h.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 436 Contribuinte da taxa é todo aquele enquadrado no artigo anterior, que desejar exercer atividade fora o horário comercial.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 437 A base de cálculo da taxa é o custo dispendido pela Administração Municipal na verificação das normas regulamentares, e será calculado da seguinte forma:

Base: Unidade Fiscal Monetária.

01. Antecipação de Horário

01.01. Ao dia	24,0%
01.02. Ao mes	120,0%
01.03. Ao ano	240,0%

Prorrogação do Horário

02. Das 18:00 horas até às 22:00horas

02.02. Ao dia	24,0%
02.03. Ao mês	120,0%
02.04. Ao ano	240,0%

03. Além das 22:00horas

03.01. Ao dia	24,0%
03.02. Ao mês	120,0%
03.03. Ao ano	240,0%

SEÇÃO IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 438 A Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial – TFHE, é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Art. 439 Para efeitos do artigo anterior, considera-se estabelecimentos distintos:

- I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II – os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 440 A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulários próprios com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo único - Procedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades,

Art. 441 A inscrição só se completará após concedido o alvará de licença.

Parágrafo único. Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento.

Art. 442 O alvará poderá ser cassado e determinado o fechamento do estabelecimento a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Art. 443 O alvará poderá ser, a critério do órgão competente e em despacho fundamentado, concedido a título precário, por período não superior a 12 (doze) meses, não cabendo prorrogação do caso.

Art. 444 A licença será concedida sob forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO

Art. 445 A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 446 A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e-ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 447 O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

SEÇÃO VI
DA ARRECADAÇÃO

Art. 448 A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o calendário fiscal editado anualmente por ato do chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 449 O contribuinte que iniciar suas atividades, sem prévia licença na Prefeitura, ficará sujeito às penalidades constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII

DA ISENÇÃO E DA IMUNIDADE

Art. 450 Ficam desobrigados da observância do horário fixado neste capítulo, mediante autorização, por requerimento dirigido ao órgão competente e com despacho do chefe do Poder Executivo, os estabelecimentos abaixo relacionados, desde que não tenham atividades estranhas aos ramos especificados, e que obedeçam à legislação vigente:

I – padarias, confeitarias, bombonieres, casas de chá, cafés, cigarrarias, sorveterias, churrascarias, bilhares, cinemas, restaurantes e hotéis;

II – açougues, peixarias, verdureiras e casa de frutas;

III – barbearias, engraxatarias, bancas de jornais e revistas;

IV – tinturarias, oficinas em geral, vulcanizadoras, postos de gasolina e de lavagem de veículos, borracheiros, agências funerárias, garagens e estúdios fotográficos;

V – supermercados, fiabrerias, mercearias, casas de gênero alimentício, produtores e comerciantes de gelo ou de produtos que devam ser conservados em câmara fria, e industriais;

VI - impressão e distribuição de jornais;

VII – serviços de transportes coletivos;

VIII – institutos de educação e assistência social;

VIX – hospitais e congêneres.

Art. 451 São isentos da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial – TFHE:

I – os cegos e mutilados que exercem atividades em escala igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos mensais;

II – os templos de qualquer culto.

CAPÍTULO V

DA TAXA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO

EVENTUAL OU TEMPORÁRIA – TACET

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 452 A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária – TACET, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município.

Art. 453 Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporário poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.

§ 1º Considera-se atividade eventual ou temporária aquela exercida em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.

§ 2º É considerado também como eventual ou temporária a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 454 Contribuinte da taxa é todo aquele enquadrado no artigo anterior, que desejar exercer atividade por período determinado no município.

SEÇÃO III

DA BASE DE CALCULO

Art. 455 A base de cálculo é o custo dispendido pela Administração para a fiscalização e será calculada na forma do disposto na tabela abaixo.

TABELA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE OU EVENTUAL

Atividade	ao dia (UFM)	ao mês (UFM)
04 – Alimentos preparados, inclusive refrigerantes	6,0	3,0
05 – Aparelhos eletrodomésticos	6,0	4,4
06 – Armarinhos e miudezas	6,0	3,0
07 – Artefatos de couro	6,0	4,0
08 – Artigos carnavalescos	6,0	3,0
09 – Artigos para fumantes	6,0	4,4
10 – Artigos de papelaria	6,0	3,4
11 – Artigos religiosos	6,0	3,0
12 – Artigos de toucador	6,0	4,4

13 – Automóveis	6,0	7,0
14 – Artigos de jogos de azar	6,0	8,0
15 – Bebidas alcoólicas	10,0	8,0
16 – Brinquedos e artigos comerciais	10,0	8,0
17 – Confeções	10,0	6,0
18 – Fogos de artifício	10,0	6,0
19 – Frutas	6,0	4,4
20 – Gêneros e produtos alimentícios	6,0	4,0
21 – Jóias e relógios	6,0	6,0
22 – Louças, ferragens, e artefatos de plástico, de borracha, escovas e similares	6,0	6,0
23 – Malhas, meias, gravatas e lenços	6,0	6,0
24 – Peles, pelicas, plumas e confeções de luxo	6,0	7,0
25 – Tecidos	6,0	6,4
26 – Outros	6,0	6,0

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 456 A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária - TACET, é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Art. 457 A licença de que trata este capítulo terá duração máxima de 90 (noventa) dias, devendo a atividade obedecer as disposições nesta lei, após este prazo.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 458 A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 459 A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e-ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 460 O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 461 A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o calendário fiscal editado anualmente por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 462 A Taxa de que trata este capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 455 desta lei e respectivo regulamento.

Art. 463 A taxa é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, da seguinte forma:

I – total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;

II – pela metade, se a atividade iniciar no segundo semestre.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 464 O contribuinte que iniciar suas atividades, sem prévia licença na Prefeitura, ficará sujeito às penalidades constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII DA ISENÇÃO E DA IMUNIDADE

Art. 465 São isentos da Taxa de Licença para Exercício da Atividade de Comercio Eventual ou Temporária - TACET:

I - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - todos os que exercerem atividade em escala ínfima.

Parágrafo único - A isenção será concedida mediante requerimento dirigido ao órgão competente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano, sob pena de perda do benefício para o exercício seguinte.

CAPÍTULO VI

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO E INSTALAÇÕES DE OBRAS PARTICULARES - TLEOIP

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR

Art. 466 A taxa de licença para execução de obras e instalações particulares, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia na atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda construir, reconstruir, reformar, reparar ou demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, assim como proceder ao parcelamento do solo, à colocação de tapumes ou andaimes e, quaisquer outras obras e imóveis, no território do município.

§ 1º Nenhuma construção, reconstrução, reforma com acréscimo, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.

§ 2º A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

§ 3º A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

§ 4º A licença poderá ser prorrogada, mediante requerimento do interessado.

§ 5º No caso do parágrafo anterior, a taxa será devida em 30% (trinta por cento) do valor atualizado.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASIVO

Art. 467 Sujeito passivo da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizarem obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 468 A base de cálculo é o valor dispendido pela Administração Municipal na verificação das normas regulamentares e será calculada na forma do disposto na tabela abaixo.

Aprovação e Licença para construção Civil e Serviços de Engenharia

DISCRIMINAÇÃO	Porcentagem Sobre a UFM
27. Construções:	
27.01. Aprovação de projetos e concessão de alvarás de construção, por metro quadrado de área construída	7,5%
.....	1,00%
27.02. Habite-se, por metro quadrado construído	
28. Modificação ou ampliação e regularização:	
28.01. Aprovação do projeto de concessão de alvarás de construção, por metro quadrado de área construída	6,00%
.....	
29. Aprovação de Loteamentos:	
29.01. Aprovação do ante-projeto, por área de lotes (m²)	0,09%
29.02. Aprovação do projeto, por área de lotes (m²)	0,20%
29.03. Modificação do projeto aprovado, por área de lotes (m²)	0,09%
30. Desmembramentos, remembramentos e desdobro:	
30.01. Autorização desmembramento, remembramento e desdobro (m²)	0,60%
31. Alinhamento:	
31.01. Na zona urbana	100%
31.02. Na sede dos distritos e zona rural	120%
31.03. Em terrenos de esquina	140%

Execução de Obras de Construção Civil

Cálculo do Valor da mão de obra para aplicação da alíquota correspondente (ISS).

TIPO	ESTRUTURA	UNIDADE	UFM X m²
32. Residencial	32.01. Alvenaria	m²	15,15
	32.02. Mista ou Madeira	m²	11,40
33. Comércio-Serviços	33.01. Alvenaria	m²	12,54
	33.02. Mista ou Madeira	m²	10,26
34. Industrial	34.01. Alvenaria	m²	12,54
	34.02. Mista ou Madeira	m²	10,26
35. Especial	35.01. Alvenaria	m²	12,54
	35.02. Mista ou Madeira	m²	10,26
36. Piscinas	36.01. Fiberglas	m²	12,54
	36.02. Alvenaria	m²	10,26

37. Consertos e Reparos	37.01. Fachadas	Pavimentos	12,54
	37.02. Telhados	m ²	11,40
	37.03. Outros	m ²	11,40

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 469 A da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distinto, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 470 A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 471 A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e-ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 472 O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 473 A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o calendário fiscal editado anualmente por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 474 A taxa de que trata este capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 468 desta lei.

Art. 475 A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

§ 1º Em casos especiais, devidamente consubstanciados e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O parcelamento a que se refere o paragrafo anterior não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 476 A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 468 desta lei, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Art. 477 Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII DA ISENÇÃO E DA IMUNIDADE

Art. 478 Não cabe isenção ou imunidade, referente a taxa de licença e imposto, mencionado no art 468.

CAPÍTULO VII DA TAXA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE – TP

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E INCIDENCIA

Art. 479 A Taxa de Licença para Publicidade –TP, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia da Administração Pública Municipal, de vigilância em razão da exploração, utilização ou veiculação dos meios de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.

Parágrafo único - Para efeito de incidência da taxa, considera-se publicidade, toda e qualquer divulgação de mensagens de natureza publicitária ou comercial, mensagens indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos ou estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, indicativos de atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte e mobiliários em geral.

Art. 480 São considerados veículos de publicidade sujeitos à taxa:

I - os letreiros,

II - os anúncios publicitários em forma de outdoors, painéis, faixas, banners, balões, som, panfletagem.

Art. 481 Considerar-se-á ocorrido o fato gerador da Taxa de Licença para Publicidade:

I - na data do início da veiculação da publicidade;

II - na data em que se der qualquer alteração;

III - em 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes, em se tratando de publicidade realizada por intermédio de instrumentos ou suportes de caráter permanente.

Parágrafo único - Considera-se permanente toda veiculação publicitária que pelas suas características, destinação ou intuito de exibição, seja de duração superior a 90 (noventa) dias.

Art. 482 A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Publicidade independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASIVO

Art. 483 O sujeito passivo responsável pelo pagamento de taxa é a pessoa, física ou jurídica, que explora a publicidade.

Parágrafo único - Respondem solidariamente pelo pagamento da taxa, as pessoas a quem interesse a publicidade, bem como as que para a sua efetivação concorrerem.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 484 A base de cálculo é o custo dispendido com o exercício regular do poder de polícia administrativa, e será calculada de conformidade com os valores descritos abaixo.

Parágrafo único - Fica sujeito a um acréscimo de 20% (vinte por cento) o valor do tributo devido por licença para publicidade referente a bebidas alcoólicas e de 40% (quarenta por cento) para fumo e seus derivados.

38. VALORES PARA TAXA DE PUBLICIDADE

Unidade fiscal Monetária

38.01. Publicidade através de anúncios, letreiros, placas, indicativas de profissão, arte ou ofício, distintivos, embarques e assemelhados, colocados na parte interna ou externa de edificações ou estabelece cimentos, por unidade, por semestre ou fração 2,0 UFM

38.02. Publicidade de terceiros na parte interna ou externa de veículos por unidade de anúncios e por semestre ou fração 1,0 UFM

38.03. Publicidade conduzida por pessoa e exibida em vias públicas, por unidade e por dia 2,0 UFM

38.04. Publicidade em prospecto, por espécie distribuída e por dia 1,6 UFM

38.05. Exposição de produtos e propaganda feita em estabelecimento de terceiros ou em locais de frequência pública, por mês ou fração .. 3,5 UFM

38.06. Publicidade feita através de 'outdoor', por exemplar e por semestre ou frac 9,0 UFM

38.07. Publicidade através de auto falante em local fixo, por mês ou fração7,0 UFM

38.08. Publicidade através de auto falante, em veículos, por mês ou fração e por veículo 15,0 UFM

SEÇÃO IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 485 A Taxa de Licença de Publicidade - TLP é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Art. 486 A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

§ 1º A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e-ou de conformidade com o constatado no local.

§ 2º O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

§ 3º O requerimento da licença deverá ser instruído com a descrição da posição, das cores, dos dizeres, das alegorias e outras características do meio de publicidade, bem como o local a ser exposto ou executado.

§ 4º A publicidade escrita fica sujeita à revisão do órgão competente.

§ 5º Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento, a autorização do proprietário.

Art. 487 Nos instrumentos de divulgação e comunicação deverão constar, obrigatoriamente:

I – número de inscrição do interessado no cadastro fiscal;

II – número de identificação de licença fornecida pelo órgão competente.

Art. 488 As placas indicativas de estabelecimentos de qualquer natureza, quando luminosas, são isentas da taxa de publicidade, podendo

proporcionar redução da taxa de licença de funcionamento, de acordo com o disposto em Regulamento próprio.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 489 A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o calendário fiscal editado anualmente por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 490 A taxa de que trata esta seção será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 481 desta lei.

Art. 491 A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

§ 1º Em casos especiais, devidamente consubstanciados, e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do chefe do Poder Executivo.

§ 2º O parcelamento a que se refere o parágrafo anterior, não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 492 A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 483 deste Código, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Art. 493 Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII DA ISENÇÃO

Art. 494 São isentos da Taxa de Licença de Publicidade - TLP:

I – os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;

II – hospitais, ambulatorios, casas de saúde e prontos-socorros;

III – os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

IV – as indicações de profissional liberal fixadas nas respectivas residências, escritórios ou consultórios;

V – as tabuletas indicativas de sítio, granjas ou fazendas;

VI – os nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias, que nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou pela conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, logradouros públicos, ou ainda, o plantio e proteção de árvores;

VII – as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;

VIII – os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de radiodifusão, televisão e cinemas;

IX – os cartazes destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes ou desportivos;

X – os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

XI – os indicativos localizados no imóvel do próprio estabelecimento, interna ou externamente, e que sirvam como identificador de seu nome e de suas atividades ou produtos.

§ 1º Na hipótese do inciso VI, a isenção da Taxa de Licença para Publicidade, restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos cestos, em placas, letreiros ou grades, de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 1,0 m² (um metro quadrado), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º A isenção será concedida em processo regular, mediante requerimento do interessado, que deverá ser renovado, anualmente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VIII DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS – TLOA

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 495 A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que ocupe vias e-ou logradouros públicos com veículos, barracas, tabuleiros, mesas, aparelhos ou qualquer outro móvel ou utensílio para fins comerciais, industriais ou de prestação de serviço.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASIVO

Art. 496 O sujeito passivo é a pessoa que ocupe área nas vias e-ou logradouros públicos.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 497 A base de cálculo da taxa é o custo dispendido com o exercício regular do poder de polícia administrativa e será calculada na forma

do disposto na tabela abaixo.

DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS

Base: Unidade Fiscal Monetária

ATIVIDADES	Por dia	Por mês	Por ano
39. Alimentos preparados, inclusive sucos, refrescos e refrigerantes;			
39.01. Trailer	1,5	3,00	5,00
39.02. Quiosque e barracas	1,5	3,00	5,00
39.03. Carrinhos, tabuleiros, balaies, e similares	1,5	2,00	4,00
40. Frutas, verduras e flores;			
40.01. Barracas, quiosques e trailers	1,0	3,00	5,00
40.02. Tabuleiros	1,0	2,00	3,00
40.03. Cestos, balaies e assemelhados	1,0	2,00	3,00
40.04. Veículos de tração animal	1,0	2,00	3,00
40.05. Veículos automotores	1,0	4,00	13,00
40.06. Jornais e revistas	1,0	3,00	4,00
40.07. Tecidos e Confecções	1,0	4,00	9,00
40.08. Joias e outros artigos de luxo	1,0	5,00	11,00
40.09. Utensílios de uso doméstico	1,0	3,00	9,00
40.10. Brinquedos, armarinhos e miudezas e outros artigos;			
40.11. Barracas	1,0	5,00	7,00
40.12. Outros	1,0	3,00	6,00
40.13. Gêneros e produtos alimentícios	1,0	3,00	7,00

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 498 A Taxa de Ocupação de Áreas – TLOA, é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 499 Ao comerciante que satisfazer as exigências regulamentares, será concedido alvará contendo as características essenciais de sua inscrição a ser apresentado, quando solicitado.

Art. 500 Quando o comércio de que trata este capítulo se referir a duas ou mais modalidades específicas, na tabela própria, o tributo será calculado pela taxação mais elevada, acrescendo-se 10% (dez por cento) sobre a taxação referente a cada uma das restantes modalidades.

Art. 501 Na hipótese de pagamento anual, a critério do órgão competente, poderá o mesmo ser decomposto em parcelas mensais corrigidas monetariamente quando do seu efetivo pagamento.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 502 A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o calendário fiscal editado anualmente por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 503 A Taxa de que trata este capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 497 desta lei.

Art. 504 A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

§ 1º Em casos especiais, devidamente consubstanciados, e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do chefe do Poder Executivo.

§ 2º O parcelamento a que se refere o paragrafo anterior, não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 505 A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 497 desta lei, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Art. 506 Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII DA ISENÇÃO

Art. 507 São isentos da Taxa de Ocupação de Áreas – TLOA:

I – os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;

II – hospitais, ambulatorios, casas de saúde e prontos-socorros;

III – os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do alvará de licença, nos termos da legislação própria;

IV – as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;

Parágrafo único - A isenção será concedida em processo regular, mediante requerimento do interessado, que deverá ser renovado, anualmente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO IX

DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - TLA

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 508 A Taxa de Licença Ambiental tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização dos estabelecimentos, atividades e habitações para efeito de verificação do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

Parágrafo único - A cobrança da taxa de que trata o caput obedecerá legislação específica.

TÍTULO IV

DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 509 As taxas de utilização de serviços tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Parágrafo único - Considera-se o serviço público:

I – utilizado pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postas a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II – específico, quando possa ser destacado em unidades autônomas de intervenção de utilidade ou de autônomas de intervenção de utilidade ou de necessidade pública;

III – divisível, quando suscetível de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 510 As taxas inseridas neste capítulo, são as constantes do art. 252.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 511 O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de bem imóvel lindeiro à via pública ou logradouro público abrangido pelo serviço prestado.

Parágrafo único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso, por ruas ou passagens particulares, entradas de vias ou assemelhados, à via ou logradouros públicos.

Art. 512 O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes, de acordo com os critérios específicos de cada taxa.

Art. 513 As taxas de serviços podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recibos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

CAPÍTULO II

DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA- TLP

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 514 A taxa tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição e tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de limpeza pública:

I – de varrição, de lavagem e de capinação de determinadas vias e de determinados logradouros públicos;

II – de limpeza de determinadas valas e de determinadas galerias pluviais;

III – de limpeza e desobstrução de determinados bueiros e de determinadas caixas de ralo;

IV – desinfetação de locais insalubres;

V – roçada e limpeza de terrenos baldios.

Art. 515 A especificidade do serviço de limpeza pública está caracterizada na utilização:

I - efetiva ou potencial, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

II - individual e distinta de determinados integrantes da coletividade;

III - que não se destina ao benefício geral e indistinto de todos os integrantes da coletividade.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 516 O sujeito passivo da taxa, é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de limpeza pública, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 517 A base de cálculo das taxas de serviço público é o custo do serviço.

Art. 518 O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes de acordo com o disposto abaixo:

41. Roçadas e limpeza de terrenos baldios	0,15 UFM-m ²
42. Limpeza de entulhos	
42.1. Caminhão truck	2,00 UFM-caminhão
42.2. Caminhão toco	1,40 UFM-caminhão

SEÇÃO IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 519 A Taxa de Limpeza Pública – TLP é devida quando há necessidade de executar as atividades previstas nos incisos de I à V do art. 514, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Art. 520 Será lançado após intimação do contribuinte para que execute os serviços art 514, e não executado no prazo de 15 (quinze) dias.

SEÇÃO VI

DA ARRECADAÇÃO

Art. 521 A taxa será arrecadada junto com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, de conformidade com o calendário fiscal editado anualmente por ato do chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 522 A pessoa que deixar de pagar a taxa prevista de capítulo será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Art. 523 Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO VIII

DA ISENÇÃO

Art. 524 A Taxa de Limpeza Pública – TLP, não incide sobre:

I – as demais vias e os demais logradouros públicos onde o serviço público de varrição, de lavagem e de capinação não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município;

II – as demais valas e as demais galerias onde o serviço público de limpeza não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município;

III – os demais bueiros e as demais caixas de ralo onde o serviço público de limpeza não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município.

CAPÍTULO III

DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS – TCRLP

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 525 A taxa tem como fato gerador a utilização efetiva ou possibilidade de utilização pelo contribuinte, de serviços municipais de

conservação de ruas, praças, jardins, parques, caminhos, avenidas e outras vias de logradouros, dotados de pelo menos um dos seguintes melhoramentos:

I – pavimentação de qualquer tipo;

II – guias e sarjetas.

Art. 526 O fato gerador da TCRLP ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro, data da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento em determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários ou de contratados.

Art. 527 A Taxa de Serviço de Conservação de Ruas e Logradouros Público – TSCRLP, não incide sobre as demais vias e os demais logradouros públicos onde o serviço público de conservação de calçamento não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município.

Art. 528 A especificidade do serviço de conservação de calçamento está caracterizada na utilização:

I - efetiva ou potencial, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;

II - individual e distinta de determinados integrantes da coletividade;

III - que não se destina ao benefício geral e indistinto de todos os integrantes da coletividade.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 529 O sujeito passivo da Taxa de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TCRLP, é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 530 O montante da obrigação principal referente à taxa de conservação de vias e logradouros públicos será calculado pela multiplicação de 10% (dez por cento) da UFM (Unidade Fiscal Monetária), e para os setores tributários de 1 (um) a 4 (quatro) multiplicado pelo número de metros da testada da propriedade territorial.

§ 1º Para a setores tributários 5 (cinco) e 9 (nove) será de 8% (oito por cento), multiplicado pelo número de metros da testada da propriedade.

§ 2º Para as demais setores tributários será de 6% (seis por cento), multiplicado pelo número de metros de testada da propriedade.

§ 3º A taxa será acrescida de 50% (cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, por garagem, posto de serviço de veículo, supermercado e similar.

SEÇÃO IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 531 A Taxa de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TCRLP será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, conforme descrito no art. 525.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Art. 532 O lançamento da Taxa de Serviço de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TCRLP, será efetuado em conjunto com o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e com os lançamentos das demais Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis - TSPEDs, ocorrerá até o último dia útil do mês de dezembro.

SEÇÃO VI

DA ARRECADAÇÃO

Art. 533 A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o calendário fiscal editado anualmente por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 534 A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

§ 1º Em casos especiais, devidamente consubstanciados, e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do chefe do Poder Executivo.

§ 2º O parcelamento a que se refere o parágrafo anterior, não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

SEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 535 A pessoa que não quitar os valores lançados previstas no artigo 518 desta lei, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

SEÇÃO VIII

DA ISENÇÃO

Art. 536 Não caberá isenção das taxas, descritas neste capítulo.

CAPÍTULO IV**DA TAXA DE COLETA DE LIXO ORDINARIO – TCLO****SEÇÃO I****DO FATO GERADOR**

Art. 537 A Taxa de Coleta de Lixo Ordinário – TCLO, tem por fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição:

I – coleta e transporte dos resíduos sólidos e pastosos;

II – transbordo dos resíduos sólidos e pastosos;

III – deposição final dos resíduos sólidos e pastosos.

§ 1º Para os efeitos deste artigo entende-se como lixo ordinário os resíduos sólidos e pastosos produzidos em economias residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos, com exceção dos resíduos que por seu volume, composição ou peso, necessitam de transporte específico, provenientes de:

I – processos construção civil ou demolições;

III – serviços de saúde;

IV – limpeza de jardins e similares.

§ 2º Os resíduos excetuados no §1º poderão ser coletados pelo Município mediante tarifa específica a ser fixada por ato do chefe do Poder Executivo.

§ 3º Não será exigida a taxa de que trata o presente capítulo na hipótese do contribuinte realizar comprovadamente, ao seu encargo, os serviços por ela remunerados.

§ 4º Para fins de aplicação do disposto no § 1º, caberá ao contribuinte a obrigação de apresentar ao Poder Público os documentos comprobatórios da contratação ou da execução do serviço.

SEÇÃO II**DO SUJEITO PASSIVO**

Art. 538 Contribuinte da taxa de coleta de lixo ordinário é o proprietário do imóvel ou da economia, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, onde município com regularidade necessária, mantenha os sérvios referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III**DA BASE DE CÁLCULO**

Art. 539 A base de calculo é o custo do serviço, utilizado ou colocado a disposição do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, podendo ser lançada separadamente ou conjunto com os outros tributos, conforme tabela abaixo.

Tipo de Imóvel atendido	UFM
Imóveis residenciais, apartamentos (Centro, Bairro São Luiz, Bairro Belmiro e Bairro Floresta)	3,92
Imóveis comerciais (Centro, Bairro São Luiz, Bairro Belmiro e Bairro Floresta)	3,42
Imóveis residenciais, apartamentos (Urussanguinha, Marchesini e Pedreira)	1,93
Imóveis comerciais (Centro, Bairro São Luiz, Bairro Belmiro e Bairro Floresta)	1,71

SEÇÃO IV**DA INSCRIÇÃO**

Art. 540 A Taxa de Coleta de lixo ordinária – TCLO, será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, conforme descrito no art. 539

SEÇÃO V**DO LANÇAMENTO**

Art. 541 A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário, podendo ser lançada separadamente ou em conjunto com outros tributos.

SEÇÃO VI**DA ARRECADAÇÃO**

Art. 542 O lançamento da taxa será anual, sendo paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com o calendário fiscal fixado por ato do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único - Nos casos em que houver solicitação de habite-se, a taxa será lançada proporcionalmente aos meses restantes até o final

do exercício financeiro, à partir da data da efetivação da expedição do habite-se..

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 543 A pessoa que realizar atividades previstas no artigo 537 deste Código, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

SEÇÃO VIII DA ISENÇÃO

Art. 544 Não cabe, de modo algum, isenção da taxa.

CAPÍTULO V DA TAXA DE EMBARQUE – TE

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 545 A taxa tem como fato gerador a prestação de serviços relativos à manutenção das instalações de estação rodoviária, terminal de passageiros.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 546 Sujeito passivo da taxa é o usuário das instalações referidas no artigo anterior.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 547 A base de cálculo da taxa é o custo do serviço que será cobrado, de acordo com as tabelas existentes, a serem sancionadas por ato do chefe do Poder Executivo, podendo ser estipuladas de conformidade com os órgãos federais e estaduais competentes e-ou conveniados.

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 548 A Taxa de Embarque - TE será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, conforme descrito no art. 545.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 549 A taxa será lançada no ato da aquisição do bilhete de passagem junto às empresas concessionárias dos serviços de transporte.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 550 A taxa será paga às empresas concessionárias dos serviços de transporte, na condição de responsáveis, no ato da aquisição do respectivo bilhete de passagem.

Parágrafo único - O valor da taxa arrecadada no mês pelas empresas concessionárias responsáveis, será integralmente recolhido à municipalidade até o 10º (décimo) dia do mês seguinte àquele em que se efetivar o pagamento.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 551 A não observância do disposto no artigo anterior acarretará a aplicação de multa de 100% (cem por cento) do valor originário.

Art. 552 São válidas para a taxa as demais disposições contidas na presente lei.

SEÇÃO VIII DA ISENÇÃO

Art. 553 Não cabe, de modo algum, isenção da taxa.

CAPÍTULO VI DA TAXA DE ESGOTAMENTO SANITARIO - TES

Art. 554 A Taxa de Esgotos Sanitários - TES, é a coleta, transporte e o tratamento do esgoto sanitário gerado pelos proprietários, titulares do domínio útil, possuidores e ocupantes de imóveis edificadas, bem como os demais imóveis utilizados em atividade comercial ou produtiva, situados neste Município, será instituída por legislação própria, quando da conclusão da implantação da rede de coleta e transporte e o

tratamento do esgoto gerado pelos munícipes.

CAPÍTULO VII
DA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO PARA
CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR

Art. 555 Fica instituída no Município de Timbe do Sul a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo único - O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 556 É fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, o consumo de energia elétrica por pessoa física ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território deste Município.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 557 O sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à Cooperativa de Eletrificação Rural Sul Catarinense Ltda (CERSUL), distribuidora de energia elétrica no território deste Município, ou a distribuidora-concessionária que venha substituí-la ou sucedê-la.

SEÇÃO III
DA BASE DE CALCULO

Art. 558 A base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela CERSUL ou a distribuidora-concessionária que venha substituí-la ou sucedê-la.

Art. 559 Os valores de contribuição são diferenciados conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em kWh (quilowatt-hora), conforme a tabela abaixo.

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO. kWh-MÊS	VALORES R\$
INDUSTRIAL	Até 300	5,0%
	De 301 até 500	5,0%
	De 501 até 1000	5,0%
	De 1001 até 2000	5,0%
	Acima de 2001	5,0%
COMERCIAL	Até 200	5,0%
	De 201 a 300	5,0%
	De 301 até 400	5,0%
	De 401 até 500	5,0%
	De 501 até 600	5,0%
	De 601 até 1.000	5,0%
	Acima de 1.001	5,0%
RESIDENCIAL	Até 50	Isento
	De 51 até 100	5,0%
	De 101 até 150	5,0%
	De 151 até 200	5,0%
	De 201 até 500	5,0%
	Acima de 501	5,0%
RESIDENCIAL RURAL	Até 70	Isento
	De 71 até 100	2,0%
	De 101 até 200	2,0%
	De 201 até 300	2,0%
	Acima de 301	2,0%

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO. kWh-MÊS	VALORES R\$
PODER PÚBLICO	Até 300	5,0%
	De 301 até 500	5,0%
	De 501 até 1.000	5,0%
	Acima de 1.001	5,0%
CONSUMO PRÓPRIO	Até 300	5,0%
	De 301 até 500	5,0%
	De 501 até 1.000	5,0%
	Acima de 1.001	5,0%
SERVIÇO PÚBLICO	Até 300	5,0%
	De 301 até 500	5,0%
	De 501 até 1.000	5,0%
	Acima de 1.001	5,0%

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 560 A inscrição da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, será lançada quando da autorização de ligação da energia elétrica da edificação pela companhia de energia e pela emissão do habita-se.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 561 A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º O Município de Timbe do Sul firmará convênio ou contrato com a CERSUL ou a distribuidora-concessionária a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º O convênio ou contrato a que se refere o paragrafo anterior deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela CERSUL ou a distribuidora-concessionária que substituí-la ou sucedê-la ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a CERSUL ou a distribuidora-concessionária, relativos aos serviços supra citados.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 562 Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único - Para o Fundo supra citado deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta lei.

Art. 563 O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação.

Art. 564 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Cooperativa de Eletrificação Rural Sul Catarinense Ltda. – CERSUL, ou a distribuidora-concessionária que substituí-la ou sucedê-la, convênio ou contrato a que se refere o art. 555 da presente lei.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 565 O montante devido e não pago da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP a que se refere o “caput” deste artigo será inscrito em dívida ativa 60 (sessenta) dias após à verificação da inadimplência;

§ 1º Servirá como título hábil para a inscrição em dívida ativa:

I – a comunicação por escrito do não pagamento efetuada pela CERSUL ou a distribuidora-concessionária, devendo conter os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II – a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III – outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 2º Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

SEÇÃO VIII DAS ISENÇÕES

Art. 566 Estão isentos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP:

I – os consumidores da classe residencial urbana com consumo de até 70 kWh (setenta quilowatt-hora) por mês;

II – os consumidores da classe residencial rural com consumo de até 80 kWh (oitenta quilowatt-hora) por mês;
 III – os consumidores da classe residencial rural que não são servidos por iluminação pública, independente do seu consumo;
 IV – os consumidores cadastrados no Programa Bolsa Família do Governo Federal.

§ 1º Os consumidores da classe residencial rural com consumo superior a 80 kWh (oitenta quilowatt-hora) por mês e que são servidos por iluminação pública são contribuintes da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, conforme sua faixa de consumo constante no art. 559 desta lei.

§ 2º A determinação da classe-categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou o órgão regulador que vier a substituí-la.

CAPÍTULO VIII

Da Taxa de Expediente – TE

SEÇÃO I

FATO GERADOR

Art. 567 A Taxa de Expediente – TE, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, na emanção de atos pela Administração Municipal, bem como a apresentação de papéis e documentos às Repartições do Município.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 568 São contribuintes da Taxa de Expediente - TE, os que figurarem no respectivo ato administrativo, nele tiver interesse ou dele obtiverem qualquer benefício, ou os houverem requerido.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 569 A Taxa de Expediente será calculada através do rateio, divisível, proporcional, diferenciado separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica.

§ 1º Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos na prestação do serviço público, tais como:

I – custos com pessoal, abrangendo salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;

II – custo operacional com água, luz, telefone, combustível e outros;

III – custo de expediente com caneta, lápis, régua, papel e outros;

IV – custo de equipamento com informática, mesa, cadeira e outros;

V – custo de manutenção com assessoria, consultoria, treinamento e outros;

VI – demais custos.

§ 2º O custo das atividades prevista no paragrafo anterior deste artigo será de acordo com a tabela abaixo:

SERVIÇOS	UFM
43. ALVARÁS	
43.1. Para funcionamento do elevador	0,85
43.2. Para funcionamento de Casas de Diversão	0,85
43.3. De licença concedida ou transferida	0,85
43.4. De qualquer natureza	0,85
44. ATESTADOS	0,85
44.1. De vistoria	0,85
44.2. De habite-se	0,85
44.3. De qualquer outra natureza	0,85
45. APROVAÇÃO DE ARRUAMENTO OU LOTEAMENTO, CADA ATO APROVADO TOTAL OU PARCIALMENTE, ARRUAMENTO, ESMEMBRO- MENTO OU LOTEAMENTO DO TERRENO	0,85
46. DE BAIXAS, TRANSFERÊNCIAS, OU QUAISQUER OUTRAS ALTERAÇÕES NOS CADASTROS IMOBILIÁRIOS, DE PRODUTOS, INDUS- TRIAIS, DE COMERCIANTES E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.	0,85
47. CARTÃO DE INSCRIÇÃO	0,85
47.1. Expedição de cartão de inscrição	0,85
47.2. Expedição de Carnê do IPTU	0,85
48. CERTIDÕES	
48.01. Certidão negativa de tributos, por pessoa	isento
48.02. Certidão de tempo de serviço, por pessoa	0,85
48.03. Certidões diversas, por um só ato ou fato administrativo, e por pessoa	0,85
48.04. Por pessoa que exceder ao primeiro	0,85
48.05. Por ato ou fato que acrescer	0,85
48.06. Certidões de Dívida Ativa	0,85
49. CÓPIAS DE PLANTAS	
49.01. Por cópias até 0,50 m²	0,85

SERVIÇOS	UFM
49.02. Pelo excedente, por 0,10 m²	0,85
50. EMOLUMENTOS	
50.01. Termos lavrados em livro fiscal, por livro	0,85
50.02. Rubrica de folhas de livros fiscal, por folha	0,85
50.03. Registro de título de habilitação profissional	0,85
50.04. Laudo de avaliação de bens imóveis	0,85
51. REQUERIMENTO	0,85
51.01. De licença para construção	0,85
51.02. De vistoria	0,85
51.03. De habite-se	0,85
51.04. De proposta	0,85
51.05. De contestação à representação	0,85
51.06. De defesa, quando não conhecido o valor da obrigação	0,85
51.07. Outros não especificados	0,85
52. TÍTULOS DE PERPETUIDADE DE SEPULTURA, JAZIGOS, CARNEIROS, MAUSOLÉU OU OSSUÁRIO	0,85
53. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,85
54. PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,85
55. TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,85
56. TAXA DE CEMITÉRIO	
56.01. sepultamento, ou inumação de cadáver	0,85
56.02. exumação	0,85
56.03. placa	0,85
56.04. urna até cinco (5) anos	0,85
56.05. urna perpétua	0,85
56.06. concessão de catacumbas	0,85
56.07. perpétuas	0,85

§ 3º Os serviços prestados pelas fundações mantidas e instituídas por lei, serão cobrados na forma prevista no caput deste artigo e nos termos da lei, atendidas a complexidade e as peculiaridades dos serviços de cada entidade.

§ 4º Considera-se serviço toda atividade não tributável e cuja prestação onere os cofres públicos e-ou deprecie o seu patrimônio.

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 570 A Taxa de Expediente – TE, será lançada, quando da solicitação por parte do contribuinte da emissão de documentos conforme descrito no art. 569.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 571 A Taxa de Expediente - TE, será lançada, no ato da contraprestação do serviço pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total - CT com a Respectiva Atividade Pública Específica previsto do § 2º. do art. 569.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 572 A taxa será arrecadada no ato da contraprestação do serviço pela municipalidade.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 573 A não observância do disposto no artigo anterior acarretará a aplicação de multa de 100% (cem por cento) do valor originário.

SEÇÃO VIII DAS ISENÇÕES

Art. 574 São isentos da Taxa de Expediente – TE:

I - os atestados e certidões fornecidas à servidores municipais;

II - os requerimentos apresentados à servidores municipais, quando envolva assuntos de interesse funcional.

TÍTULO V DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 575 A contribuição de melhoria é devida nos casos de efetivo benefício ao imóvel da propriedade privada, em decorrência de obras públicas executadas pela Administração Municipal direta ou indiretamente.

§ 1º Quando resultante de convênio com a União e/ou entidades federais ou estaduais, só será objeto da taxa de contribuição de melhoria o saldo não coberto pelas transferências conveniadas.

§ 2º O valor do crédito tributário decorrente da contribuição de melhoria não poderá ser superior ao custo total da obra.

§ 3º No custo total da obra serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, administração, execução e financiamento, inclusive os respectivos encargos.

§ 4º Os elementos referidos no "caput" deste artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo.

Art. 576 As obras públicas que justifiquem a cobrança de contribuições de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I – ordinário: quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração Municipal;

II – extraordinário: quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos interessados.

Art. 577 Para efeito de incidência, as seguintes obras públicas podem ser objeto de contribuição de melhorias:

I – abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de vias e logradouros públicos;

II – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III – construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive de todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV – serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, transportes, comunicações em geral ou suprimento de gás, funicularos, ascensores e instalações de comodidades públicas;

V – proteção contra secas, inundações, erosão e de saneamento e drenagem em geral, diques, desobstrução de canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI – Construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações de plano de aspecto paisagístico.

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 578 O fato gerador da contribuição de melhoria é a execução de obras públicas, beneficiadora dos bens imóveis de propriedade particular.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 579 O sujeito passivo da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

§ 1º Os bens imóveis indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a que caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos.

Art. 580 A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel ainda após a transmissão.

SEÇÃO III

DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Art. 581 Para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, serão definidos suas zonas de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis nela localizados.

Art. 582 Tanto as zonas de influência como os índices de hierarquização de benefício serão aprovados pelo chefe do Poder Executivo com base em proposta elaborada por uma comissão.

§ 1º A comissão, a que se refere este artigo, será designada previamente por ato do chefe do Poder Executivo para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto.

§ 2º A comissão deverá ser representada, no mínimo por:

I – 02 (dois) representantes da Administração Municipal;

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo;

III – 02 (dois) representantes da comunidade.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 583 A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo total da obra, apurado através dos seguintes procedimentos:

I - testada de cada imóvel;

II - individualização, com base na área territorial do logradouro de cada faixa;

III - obtenção da área territorial de cada faixa dos imóveis nela localizados;

IV - cálculo da contribuição de melhoria relativa a cada imóvel, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $V_o = \{(((T \times (L-2)) \times V_m^2)) \times P\}$, sendo:

V_o = valor da obra de cada imóvel particular;

T = testada de cada imóvel;

L = largura total do logradouro;

Vm² = valor do m² da obra orçada;

P = custo da obra a ser ressarcido não superior a 60% (sessenta por cento).

SEÇÃO V DA INSCRIÇÃO

Art. 584 O órgão competente da Prefeitura Municipal deverá publicar edital contendo os seguintes elementos:

I – memorial descritivo da obra e o seu custo total;

II – determinação da parcela do custo a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;

III – delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis;

IV – relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;

V – valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

§ 1º O disposto nesta lei aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

§ 2º Os valores que se refere este artigo serão lançados em UFM (Unidade Fiscal Monetária), ou seu sucedâneo.

Art. 585 Os titulares dos imóveis beneficiados terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único - A impugnação deverá ser dirigida ao órgão fazendário através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo-fiscal, e não terá efeito suspensivo na cobrança do tributo.

SEÇÃO VI DO LANÇAMENTO

Art. 586 Executada a obra, na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á lançamento referente a esses imóveis.

Art. 587 A notificação do lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I – identificação do sujeito passivo e o valor da contribuição de melhoria cobrada;

II – modalidade e local do pagamento;

III – prazo para reclamação.

Parágrafo único - Num prazo de 30 (trinta) dias após a notificação, o sujeito passivo poderá apresentar reclamação por escrito contra:

I – erro na localização da área do imóvel;

II – valor da contribuição de melhoria;

III – número de prestações.

Art. 588 Os requerimentos de impugnação, reclamação e quaisquer outros recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, nem terão o efeito de obstar a Prefeitura Municipal na prática dos atos necessários ao lançamento e a cobrança da contribuição de melhoria.

SEÇÃO VII DA ARRECADAÇÃO

Art. 589 A contribuição de melhoria será paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – no prazo de 30 (trinta) dias, após a notificação, em parcela única, com 12% (doze por cento) de desconto;

II – o pagamento parcelado, que não excederá a 12 (doze) prestações, deverá ser requerido dentro de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento, se aplicara as infrações e penalidades conforme art. 292;

III – decorrido 60 (sessenta) dias da data da notificação, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos, devendo ser o mesmo inscrito em dívida ativa para fins de execução judicial.

SEÇÃO VIII DAS ISENÇÕES

Art. 590 São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I – o imóvel edificado de propriedade de conselhos comunitários, associações de moradores e de templos de qualquer culto, desde que declarados de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

II – o imóvel edificado único, destinado a moradia de seu proprietário, quando este apresentar renda familiar inferior a 1 (um) salários mínimo.

Parágrafo único - A isenção deverá ser requerida e instruída com as devidas provas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento.

SEÇÃO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 591 Fica o chefe do Poder Executivo, em nome do Município, autorizado a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TÍTULO VI

DOS PREÇOS PÚBLICOS**CAPÍTULO UNICO****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 592 Para serviços cuja natureza não compete a cobrança de taxas expressar-se-á em Valor de Prestação de Serviços (VPS), indexado à UFM (Unidade Fiscal Monetária), estabelecido por ato do chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os serviços prestados pelas funções mantidas e instituídas por lei, serão cobrados na forma prevista no caput deste artigo e nos termos da lei, atendidas a complexidade e as peculiaridades dos serviços de cada entidade.

§ 2º Considera-se serviço toda atividade não tributária e cuja prestação onere os cofres públicos e-ou deprecie o seu patrimônio.

TÍTULO VII**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAIS**

Art. 593 Ficam obrigadas a inscrever-se no cadastro fiscal deste Município as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem qualquer atividade comercial, industrial, agropecuária, prestadora de serviços, profissionais, sociais ou associações civis, instituições ou outras que desenvolvam qualquer atividade lucrativa ou não, ainda que isentas, imunes ou não incidentes.

Art. 594 As multas fixas são aplicáveis por infração a dispositivos da Legislação Tributária denominadas "OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACES-SÓRIAS", obedecendo a seguinte graduação:

I – de 1 (um) a 3 (três) UFM's (Unidade Fiscal Monetária), quando o contribuinte:

- a) iniciar qualquer atividade ou praticar ato sujeito ao poder de polícia Administrativa antes da concessão desta;
- b) promover inscrição no cadastro fiscal fora do prazo;
- c) deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gra-vados;
- d) manter em atraso a escrituração dos livros fiscais;
- e) não possuir livro de registro e controle de pagamento do ISSQN.

II – o contribuinte pagará de 2 (duas) a 6 (seis) UFM's (Unidade Fiscal Monetária), quando:

- a) omitir dados ou destruir documentos indispensáveis a fixação de estimativas fiscais e-ou apuração do imposto;
- b) emitir notas-faturas de prestação de serviços regulamentadas pela legislação municipal, sem autorização;
- c) imprimir notas-faturas de prestação de serviços regulamentadas pela legislação municipal, sem autorização;
- d) negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco;
- e) apresentar livros, documentos ou declarações relativos aos bens e atividades sujeitos à tributação, com omissões ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária;
- f) deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida na legislação tributária.

Art. 595 A falta de pagamento de qualquer tributo no prazo legal, sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I – correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação da variação da UFM Municipal;

II – multa de:

- a) 2,0% (dois por cento) de 01 a 30 dias de atraso;
- b) 4,0% (quatro por cento) de 31 a 60 dias de atraso;
- c) 6,0% (seis por cento) de 61 a 90 dias de atraso;
- d) 8,0% (oito por cento) de 91 a 120 dias de atraso;
- e) 10,0% (dez por cento) de 121 dias após de atraso, sobre o valor corrigido monetariamente;

III – juros de 1,0% (um por cento) ao mês, não cumulativos, incidentes sobre o valor corrigido;

IV – multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto, corrigido monetariamente, sempre que o agente fiscal constatar fraude, dolo ou simulação nos documentos, com intuito de não recolher ou reduzir o valor do tributo devido."

Art. 596 O sujeito passivo que, após esgotados todos os meios previstos na Legislação, não regularizar a sua situação, mesmo em vias de cobrança judicial, terá o seu estabelecimento interditado por um período de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - Findo o prazo previsto neste artigo o estabelecimento será interditado definitivamente.

Art. 597 Os prazos fixados nesta lei serão contínuos excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal, na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Verificada no Município a existência de situação anormal declarada como situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, poderá prorrogar ou suspender os prazos previstos neste Código.

§ 3º A aplicação do disposto no paragrafo anterior deste artigo não acarretará na restituição de quantia paga a título de tributo ou acréscimo legal recolhido antes do início de vigência do ato de prorrogação ou suspensão, ou de tributo recolhido dentro do período de vigência do ato, mas realizado antes do prazo final nele estabelecido.

Art. 598 O contribuinte, por ocasião da expedição do alvará de funcionamento pelo Município, obrigar-se-á depositar no Departamento de Tributação, cópia da Declaração de Informações Econômico-Fiscais – DIEF, ou seu sucedâneo, referente ao exercício anterior.

Parágrafo único - A inobservância ao disposto neste artigo importará na aplicação da multa de 1 (uma) UFM (Unidade Fiscal Monetária).

Art. 599 Os imóveis não residenciais terão tratamento diferenciado, consoante a produção de lixo gerado, pela atividade industrial, comer-cial, prestadora de serviço e hospitalar mensurada em tabela fixada por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 600 Fica criada neste Município a Unidade Fiscal Monetária – UFM.

Parágrafo único - A UFM (Unidade Fiscal Monetária) referida neste artigo é fixada em R\$ 20,46 (vinte reais, quarenta e seis centavos) valor

referente a novembro de 2017, sendo reajustada, mensalmente, pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC (IBGE) ou outro que lhe vier a substituir.

Art. 601 Os valores monetários que não tem como base monetária a UFM (Unidade Fiscal Monetária) e constam da presente lei, serão utilizados por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 602 O chefe do Poder Executivo fica autorizado a parcelar os débitos dos contribuintes oriundos de tributos e preços públicos em até 06 (seis) parcelas, exceto contribuição de melhoria, devidamente autorizadas.

Art. 603 Fica suspensa a cobrança da alíquota progressiva, enquanto não for regulamentado a norma prevista pelo Plano Diretor.

Art. 604 Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar cobrança de honorários advocatícios quanto da execução judicial de créditos inscritos em dívida ativa.

Art. 605 O valor venal atribuído ao imóvel para efeitos de ITBI (Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição), será a avaliação, conforme Tabela IV para imóveis urbanos e Tabela V para imóveis rurais.

Art. 606 A planta genérica de valores, para efeito de apuração do valor venal do metro quadrado do terreno, será alterada e atualizada por ato do chefe do Poder Executivo até o limite do índice oficial da correção monetária verificada no período.

Art. 607 Integram a presente lei os mapas e tabelas anexos.

Parágrafo único - As tabelas a que se refere este artigo são atualizadas por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 608 O chefe do Poder Executivo fica autorizado a baixar todos os atos necessários à execução da presente Lei.

Art. 609 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 610 Ficam revogadas a Leis ordinárias nº 583/1990; nº 585/1990, nº 841/95, nº 1.022/99, nº 1.107/01, nº 1.174/2002; nº 1.203/2003, nº 1.332/05, nº 1.403/07; nº 1.410/07, nº 1.690/13, nº 1.691/13, nº 1.732/14, nº 1.824/17, nº 1.859/2017 e Lei Complementar nº 01/2013.

Timbe do Sul-SC, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TABELA I-A

FATOR DE REDUÇÃO DE ÁREA PARA CÁLCULO DA ÁREA TRIBUTAVEL (Ftrib)

ÁREA DO LOTE (m²)		Fator	Área Reduzida	Área Acumulada
De 0,00	Até 2.100,00	0%	2.100,00	2.100,00
De 2.100,01	Até 5.000,00	35%	1.885,00	3.985,00
De 5.000,01	Até 10.000,00	50%	2.500,00	6.485,00
De 10.000,01	Até 25.000,00	70%	4.500,00	10.985,00
De 25.000,01	Até 40.000,00	80%	3.000,00	13.985,00
De 40.000,01	Até qualquer valor	90%	-	-

O limite da primeira faixa corresponde ao produto do dobro da testada do lote padrão pelo dobro da profundidade máxima do lote padrão, ou seja, 2.100,00 m².

Exemplos: 1) Imóvel urbano com área de 7.500,00m²;

Cálculo: $(7.500,00 - 5000,00) * 50\% + 3.985,00 = 5.235,00\text{m}^2$.

2) Imóvel urbano com área de 55.000,00m².

Cálculo: $(55.000,00 - 40.000,00) * 90\% + 13.985,00 = 15.485,00\text{m}^2$

TABELA I-B

FÓRMULAS PARA O CÁLCULO DO FATOR DE PROFUNDIDADE (Fprof)

Condição Expressão

à

à

à

à

à

à

onde:

	: Fator de profundidade
	: Profundidade mínima do lote padrão (25m)
	: Profundidade máxima do lote padrão (35m)
	: Profundidade equivalente (s-t)
	: Área do lote
t	: Testada principal do lote

TABELA I-C

10.42. FATOR DE SITUAÇÃO NA QUADRA (FSit)

Código	SITUAÇÃO	FS
93	Meio de Quadra	1,0
94	Esquina ou + de 1 frente	1,1
95	Vila	0,9
96	Encravado	0,7
97	Gleba	1,0

TABELA I-D

10.43. FATOR DE TOPOGRAFIA (Ftop)

Código	TOPOGRAFIA	FT
98	Plana	1,0
99	Aclive	0,9
01	Declive	0,7
02	Irregular	0,8

TABELA I-E

10.44. FATOR DE PEDOLOGIA (FPed)

Código	PEDOLOGIA	FP
03	Inundável	0,8
04	Normal - Firme	1,0
05	Alagado-Brejo	0,6
06	Combinação dos demais	0,7

TABELA I-F

09.34. FATOR DE OCUPAÇÃO (FOcu)

Código	OCUPAÇÃO	Fator
65	Não construído	1,05
66	Ruínas	1,00
67	Demolição	1,00
68	Construção Paralisada	1,05

69	Construção em Andamento	1,05
70	Construído	0,90

TABELA I-G

09.36. FATOR DE UTILIZAÇÃO (Futi)

Código	UTILIZAÇÃO	Fator
74	Terreno sem Uso	1,00
75	Residencial	1,05
76	Serviço Público	1,00
77	Industrial	1,15
78	Religioso	1,00
79	Comércio-Serviços	1,10
80	Agropecuária	0,90

TABELA I-H

09.37. FATOR DE LIMITAÇÃO (FLim)

Código	LIMITAÇÃO	Fator
81	Cerca	1,05
82	Muro	1,08
83	Grade	1,10
84	Madeira	1,05
85	Sem	1,00

TABELA I-I

FATOR DE SERVIÇOS DA SEÇÃO (Fser)

1-GALERIAS PLUVIAIS	2-GUIAS E SARJETAS	3-COLETA DE LIXO	4-LIMPEZA PÚBLICA	5-ESGOTO E SANEAMENTO	6-ILUMINAÇÃO PÚBLICA	7-CONSERVAÇÃO E CALÇAMENTO	7.1. Sem Pavimentação	7.2. Pedra Irregular	7.3. Lajota Sextavada	7.4. Asfalto	8-REDE DE ÁGUA	9-REDE TELEFÔNICA
1,02	1,01	1,02	1,02	1,03	1,02	-	0,90	1,00	1,05	1,10	1,03	1,01

Obs. O fator de serviços (Fser) é obtido pela multiplicação dos índices que caracterizam a seção. No caso da seção não possuir determinada característica adota-se o valor 1,00 (um) para a característica ausente.

TABELA II-A

12.45. VALOR DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO (Vmqc)

DISTRITO 01 - SETOR 01

DISTRITO 01 - SETOR 02

DISTRITO 01 - SETOR 03

DISTRITO 01 - SETOR 04

DISTRITO 01 - SETOR 05

CODIGO	Tipo da Construção	Valores em UFM-m²
07	Casa	32,58
08	Construção Precária	7,33

09	Apartamento	34,30
10	Loja ou Sala Comercial	27,50
11	Galpão	18,00
12	Telheiro	18,00
13	Indústria	32,58
14	Especial	8,00

DISTRITO 01 - SETOR 06

DISTRITO 01 - SETOR 07

DISTRITO 01 - SETOR 08

CODIGO	Tipo da Construção	Valores em UFM-m²
07	Casa	26,00
08	Construção Precária	4,10
09	Apartamento	24,50
10	Loja ou Sala Comercial	18,82
11	Galpão	11,76
12	Telheiro	11,76
13	Indústria	26,00
14	Especial	6,72

TABELA II-B

12.47. FATOR ALINHAMENTO (Fali)

Código	LIMITAÇÃO	Fator
15	Alinhada	1,00
20	Recuada	0,90

TABELA II-C

12.48. FATOR SITUAÇÃO (Fsit)

Código	SITUAÇÃO	Fator
17	Isolada	1,00
18	Conjugada	0,90
19	Geminada.	0,80

TABELA II-D

12.49. FATOR SITUAÇÃO DA UNIDADE (Fsiuc)

Código	SITUAÇÃO DA UNIDADE	Fator
20	Frente	1,00
21	Fundo	0,85
22	Mais de uma frente	1,10
23	Sobre Loja	0,80
24	Subsolo	0,70
25	Galeria	0,90

TABELA II-E

12.50. FATOR ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO (Fest)

Código	ESTRUTURA	Fator
--------	-----------	-------

26	Alvenaria	1,05
27	Madeira	0,60
28	Metálica	1,00
29	Concreto	1,10
30	Mista	0,80

TABELA II-F

12.58. FATOR ESTADO DE CONSERVAÇÃO (Fcon)

Código	ESTRUTURA	Fator
67	Nova-Ótima	1,10
68	Boa	1,00
69	Regular	0,90
70	Mau	0,80

TABELA III

FATOR DE CATEGORIA (Fcat)

			1	2	3	4	5	6	7	8	9
		Material	Casa de alvenaria	Casa de madeira	Construção Precária	Apartamento	Loja ou Sala Comercial	Galpão	Te-lheiro	Fabrica	Especial
12.50. ESTRUTURA	26	Alvenaria	10	8	2	10	10	9	9	11	8
	27	Madeira	0	4	2	0	0	8	8	8	5
	28	Metálica	10	10	2	10	10	9	11	11	8
	29	Concreto	10	10	8	10	10	9	11	11	8
	30	Mista	10	8	3	10	10	9	10	11	8
12.51. COBERTURA	31	Palha-Zinco	6	2	2	6	6	6	6	6	6
	32	Cimento amianto	8	6	2	8	8	8	8	8	8
	33	Telha de Barro	8	8	4	8	8	8	8	8	8
	34	Laje-Telha de Concreto	10	0	5	10	10	10	8	10	10
	35	Mista	9	6	3	9	9	8	8	8	10
	36	Metálica especial	10	10	5	10	10	10	8	10	10
12.52. PAREDES	37	Sem	0	0	0	0	0	0	0	5	0
	38	Taipa	8	5	2	8	8	5	0	3	5
	39	Alvenaria	10	0	4	10	10	10	0	10	10
	40	Concreto	10	0	4	10	10	10	0	10	10
	41	Madeira	0	10	3	0	0	8	0	8	8
	42	Misto	8	8	4	8	8	8	0	10	9
12.53. FORRO	43	Sem	0	0	0	0	0	6	0	6	9
	44	Madeira	8	8	4	8	8	8	8	8	8
	45	Estuque	5	0	0	5	5	5	0	5	5
	46	Laje	10	0	5	10	10	10	0	10	10
	47	Chapas	10	10	5	10	10	10	10	10	10
	48	Mista	10	8	4	10	10	8	0	8	8

12.54. REVESTIMENTO FA- CHADA PRINCIPAL	49	Sem	5	0	0	5	5	5	0	5	5
	50	Reboco	8	0	4	8	8	8	0	8	8
	51	Pedra - Material Cerâmico	5	0	4	5	5	10	0	10	10
	52	Madeira	4	8	4	4	4	6	0	6	8
	53	Especial	5	10	4	5	5	10	0	10	10
	54	Estrutura de concreto	5	0	3	5	5	8	0	10	8
12.55 INSTALAÇÃO SANI- TÁRIA	55	Sem	0	0	0	0	0	3	0	0	5
	56	Externa	4	4	2	4	4	5	0	5	7
	57	interna	8	8	5	8	8	10	0	6	9
12.56 INSTALAÇÃO ELÉ- TRICA	58	Sim	4	4	2	4	4	6	5	5	7
	59	Não	2	2	0	2	2	3	5	0	4
12.57 PISO	60	Terra batida	0	0	0	0	0	5	5	5	5
	61	Cimento	8	4	2	8	8	9	9	8	8
	62	Cerâmico- Mosaico	10	8	4	10	10	10	8	10	10
	63	Misto	8	9	5	8	8	10	8	10	10
	64	Tábuas	6	10	4	6	6	10	8	10	10
	65	Taco	10	10	4	10	10	10	8	10	10
	66	Material plástico	10	10	4	10	10	12	10	12	10
13.58 REVESTIMENTO INTERNO	73	Sem	0	0	0	0	0	5	5	5	6
	74	Reboco	10	4	2	10	10	9	10	6	8
	75	Mat. Cerâmico	10	6	4	10	10	10	11	10	8
	76	Massa	10	7	5	10	10	10	11	10	8
	77	Madeira	12	8	4	12	12	8	11	10	8
	78	Mista	8	8	4	8	8	8	11	10	8
13.59 ESQUADRIAS	79	Sem	0	0	0	0	0	5	5	5	5
	80	Rústica	8	4	2	8	8	3	12	8	12
	81	Madeira	12	6	4	12	12	5	11	10	11
	82	Ferro	12	9	5	12	12	5	11	10	11
	83	Alumínio	10	8	4	10	10	4	11	10	11
	84	Especial	13	8	4	13	13	4	11	10	11
	85	PVC	13	7	3	13	13	4	11	10	11
	86	Mista	10	8	4	10	10	7	13	12	13
13.60 PISINA	71	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	72	Sim	10	2	2	10	10	7	12	2	5
MULTIPLICADOR MÁXIMO			100	90	50	100	100	100	80	100	100

Obs. O fator da categoria (Fcat) é obtido dividindo-se a soma de pontos obtido pela construção dividido pelo total da categoria.

TABELA IV

VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE PADRÃO
PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DO TERRENO (Vmq)

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2)
				UFM
1	450	D	Rua Felipe Napoli	8,30
1	450	E	Rua Felipe Napoli	8,30

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2)
				UFM
1	860	D	Rua Felipe Napoli	6,69
1	860	E	Rua Felipe Napoli	6,69
1	1550	D	Rua Felipe Napoli	5,02
1	1550	E	Rua Felipe Napoli	5,02
1	2500	D	Rua Felipe Napoli	3,34
1	2500	E	Rua Felipe Napoli	3,34
2	370	D	Rua Basilio Tomazi	4,18
2	370	E	Rua Basilio Tomazi	4,18
3	164	D	Rua Antonio Pizzolo	4,18
3	164	E	Rua Antonio Pizzolo	4,18
3	230	D	Rua Antonio Pizzolo	4,18
3	230	E	Rua Antonio Pizzolo	4,18
4	182	D	Rua Henrique Benhardt	5,02
4	182	E	Rua Henrique Benhardt	5,02
4	248	D	Rua Henrique Benhardt	4,18
4	248	E	Rua Henrique Benhardt	4,18
5	182	D	Rua Angelo Rovaris	7,53
5	182	E	Rua Angelo Rovaris	7,53
5	334	D	Rua Angelo Rovaris	6,69
5	334	E	Rua Angelo Rovaris	6,69
5	410	D	Rua Angelo Rovaris	5,85
5	410	E	Rua Angelo Rovaris	5,85
6	960	D	Rua Professora Carolina Duarte Fernandes	6,69
6	960	E	Rua Professora Carolina Duarte Fernandes	6,69
6	580	D	Rua Professora Carolina Duarte Fernandes	5,02
6	580	E	Rua Professora Carolina Duarte Fernandes	5,02
7	320	D	Rua Pedro Panatta	6,00
7	320	E	Rua Pedro Panatta	6,00
7	490	D	Rua Pedro Panatta	5,85
7	490	E	Rua Pedro Panatta	5,85
8	450	D	Rua Pedro Zilli	7,52
8	450	E	Rua Pedro Zilli	7,52
8	1000	D	Rua Pedro Zilli	4,19
8	1000	E	Rua Pedro Zilli	4,19
9	170	D	Rua Paulo Franscisco	4,94
9	170	E	Rua Paulo Franscisco	4,94
9	560	D	Rua Paulo Franscisco	4,23
9	560	E	Rua Paulo Franscisco	4,23
10	225	D	Rua Jose Panatta	6,69
10	225	E	Rua Jose Panatta	6,69
10	360	D	Rua Jose Panatta	6,69
10	360	E	Rua Jose Panatta	6,69
10	460	D	Rua Jose Panatta	5,85

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2)
				UFM
10	460	E	Rua Jose Panatta	5,85
11	360	D	Rua Guerino Pessetti	6,69
11	360	E	Rua Guerino Pessetti	6,69
12	103	D	Rua Pio Damiani	5,02
12	103	E	Rua Pio Damiani	5,02
12	235	D	Rua Pio Damiani	5,85
12	235	E	Rua Pio Damiani	5,85
12	520	D	Rua Pio Damiani	5,85
12	520	E	Rua Pio Damiani	5,85
13	330	D	Rua 316	2,51
13	330	E	Rua 316	2,51
14	100	D	Servidão Marcelo Pizzolo	4,18
14	100	D	Servidão Marcelo Pizzolo	4,18
14	590	D	Servidão Marcelo Pizzolo	3,34
14	590	D	Servidão Marcelo Pizzolo	3,34
15	170	D	Rua Canuto Pelozzato	7,52
15	170	E	Rua Canuto Pelozzato	7,52
16	182	D	Rua Luiz Scott	7,52
16	182	E	Rua Luiz Scott	7,52
16	248	D	Rua Luiz Scott	5,85
16	248	E	Rua Luiz Scott	5,85
17	170	D	Rua Professora Olga Maistrini Fontanella	6,69
17	170	E	Rua Professora Olga Maistrini Fontanella	6,69
18	170	D	Rua Quintino Marchesini	6,69
18	170	E	Rua Quintino Marchesini	6,69
19	370	D	Rua Carlos Savi	7,52
19	370	E	Rua Carlos Savi	7,52
19	662	D	Rua Carlos Savi	6,69
19	662	E	Rua Carlos Savi	6,69
19	850	D	Rua Carlos Savi	5,02
19	850	E	Rua Carlos Savi	5,02
20	380	D	Rua Zelindo Savi	7,52
20	380	E	Rua Zelindo Savi	7,52
20	730	D	Rua Zelindo Savi	5,85
20	730	E	Rua Zelindo Savi	5,85
20	1267	D	Rua Zelindo Savi	4,18
20	1267	E	Rua Zelindo Savi	4,18
21	330	D	Rua Prefeito Aristides Jose Bom	7,52
21	330	E	Rua Prefeito Aristides Jose Bom	7,52
21	410	D	Rua Prefeito Aristides Jose Bom	5,85
21	410	E	Rua Prefeito Aristides Jose Bom	5,85
22	292	D	Rua Hercilio Maffioletti	1,67
22	292	E	Rua Hercilio Maffioletti	1,67

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2)
				UFM
23	250	D	Rua Guilherme Mondardo	7,52
23	250	D	Rua Guilherme Mondardo	7,52
24	85	D	Servidão Wilson Pittigliniani	5,85
24	85	E	Servidão Wilson Pittigliniani	5,85
25	100	D	Rua Irene Braz Napoli	4,18
25	100	E	Rua Irene Braz Napoli	4,18
26	150	D	Rua Elviro Savi	7,52
26	150	E	Rua Elviro Savi	7,52
26	280	D	Rua Elviro Savi	7,52
26	280	D	Rua Elviro Savi	7,52
26	380	D	Rua Elviro Savi	6,68
26	380	E	Rua Elviro Savi	6,68
27	170	D	Rua Hercilio Fontanella	7,52
27	170	E	Rua Hercilio Fontanella	7,52
28	182	D	Rua Angelo Luiz Zanelatto	6,68
28	182	E	Rua Angelo Luiz Zanelatto	6,68
28	248	D	Rua Angelo Luiz Zanelatto	5,85
28	248	E	Rua Angelo Luiz Zanelatto	5,85
29	180	D	Rua Antonio Willian Savi	6,68
29	180	E	Rua Antonio Willian Savi	6,68
29	490	D	Rua Antonio Willian Savi	5,85
29	490	E	Rua Antonio Willian Savi	5,85
30	630	D	Rua Aristides Manoel Goulart	5,85
30	630	E	Rua Aristides Manoel Goulart	5,85
30	920	D	Rua Aristides Manoel Goulart	5,85
30	920	E	Rua Aristides Manoel Goulart	5,85
31	230	D	Rua Vereadora Melida Sauer Mezzari	5,85
31	230	E	Rua Vereadora Melida Sauer Mezzari	5,85
31	800	D	Rua Vereadora Melida Sauer Mezzari	5,02
31	800	E	Rua Vereadora Melida Sauer Mezzari	5,02
32	2000	D	Rua 322	2,50
32	2000	E	Rua 322	2,50
33	150	D	Servidão 01	3,50
33	150	E	Servidão 01	3,50
35	550	D	Rua Antonio Biava	6,68
35	550	E	Rua Antonio Biava	6,68
57	90	D	Rua Valdir Alessio	1,67
57	90	E	Rua Valdir Alessio	1,67
58	140	D	Rua Cid Cordeiro	5,85
58	140	E	Rua Cid Cordeiro	5,85
58	240	D	Rua Cid Cordeiro	5,02
58	240	E	Rua Cid Cordeiro	5,02
68	140	D	Avenida Vicente Dal Pont	5,85

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2)
				UFM
68	140	E	Avenida Vicente Dal Pont	5,85
68	240	D	Avenida Vicente Dal Pont	5,85
68	240	E	Avenida Vicente Dal Pont	5,85
72	205	D	Travessa Flavio Pizzolo	5,02
72	205	E	Travessa Flavio Pizzolo	5,02
72	225	D	Travessa Flavio Pizzolo	2,50
72	225	E	Travessa Flavio Pizzolo	2,50
174	740	D	Avenida Ana Dulce Savi Napoli	3,76
174	740	E	Avenida Ana Dulce Savi Napoli	3,76
175	295	D	Avenida Manfredi Napoli	4,60
175	295	E	Avenida Manfredi Napoli	4,60
175	490	D	Avenida Manfredi Napoli	3,76
175	490	E	Avenida Manfredi Napoli	3,76
176	180	D	Rua Pedro Savi	4,60
176	180	E	Rua Pedro Savi	4,60
176	370	D	Rua Pedro Savi	3,76
176	370	E	Rua Pedro Savi	3,76
177	220	D	Rua Luiz Pezente	4,60
177	220	E	Rua Luiz Pezente	4,60
177	410	D	Rua Luiz Pezente	3,76
177	410	E	Rua Luiz Pezente	3,76
178	260	D	Rua Arnaldo Rovaris	4,60
178	260	E	Rua Arnaldo Rovaris	4,60
178	450	D	Rua Arnaldo Rovaris	3,76
178	450	E	Rua Arnaldo Rovaris	3,76
179	330	D	Rua Alvaro Valentin Pessetti	4,60
179	330	E	Rua Alvaro Valentin Pessetti	4,60
179	530	D	Rua Alvaro Valentin Pessetti	3,76
179	530	E	Rua Alvaro Valentin Pessetti	3,76
180	220	D	Rua Adelar Pizzolo	4,60
180	220	E	Rua Adelar Pizzolo	4,60
180	570	D	Rua Adelar Pizzolo	4,18
180	570	E	Rua Adelar Pizzolo	4,18
181	370	D	Rua Hector Bernhardt	4,60
181	370	E	Rua Hector Bernhardt	4,60
182	370	D	Rua Oldair Burigo	3,76
182	370	E	Rua Oldair Burigo	3,76
183	135	D	Rua Benta Euzebio Rafael	4,60
183	135	E	Rua Benta Euzebio Rafael	4,60
224	125	D	Rua Hilario Savi	3,34
224	125	E	Rua Hilario Savi	3,34
232	220	D	Rua Valdir Panatta	2,50
232	220	E	Rua Valdir Panatta	2,50

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2)
				UFM
289	1150	D	Rua Santo Antonin	3,80
289	1150	E	Rua Santo Antonin	3,80
301	205	D	Rua Olindo Carminatti	3,34
301	205	E	Rua Olindo Carminatti	3,34
301	300	D	Rua Olindo Carminatti	2,51
301	300	E	Rua Olindo Carminatti	2,51
306	350	D	Rua Zeferino Crepaldi	4,18
306	350	E	Rua Zeferino Crepaldi	4,18
306	1190	D	Rua Zeferino Crepaldi	2,51
306	1190	E	Rua Zeferino Crepaldi	2,51
331	240	D	Rua João Conti	5,02
331	240	E	Rua João Conti	5,02
390	108	D	Rua João Turossi	1,67
390	108	E	Rua Rua João Turossi	1,67
404	312	D	Rua Antonio Savi	7,52
404	312	E	Rua Antonio Savi	7,52
404	681	D	Rua Antonio Savi	6,68
404	681	E	Rua Antonio Savi	6,68
404	900	D	Rua Antonio Savi	5,02
404	900	E	Rua Antonio Savi	5,02
406	150	D	Rua 320	5,02
406	150	E	Rua 320	5,02
416	190	D	Rua 317	2,50
416	190	E	Rua 317	2,50
416	400	D	Rua 317	2,09
416	400	E	Rua 317	2,09
417	216	D	Rua 318	2,09
417	216	E	Rua 318	2,09
417	317	D	Rua 318	2,09
417	317	E	Rua 318	2,09
418	280	D	Rua 319	2,09
418	280	E	Rua 319	2,09
419	108	D	Rua Atilio Zilli	2,50
419	108	E	Rua Atilio Zilli	2,50
420	108	D	Rua Olavo Silvestre	2,50
420	108	E	Rua Olavo Silvestre	2,50
421	150	D	Rua Pedro Maffioletti	2,50
421	150	E	Rua Pedro Maffioletti	2,50
422	200	D	Rua Teodoro Izodoro da Rosa	2,50
422	200	E	Rua Teodoro Izodoro da Rosa	2,50
423	95	E	Rua 321	2,09
423	95	E	Rua 321	2,09
424	734	D	Rua 323	2,09

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m2)
				UFM
424	734	E	Rua 323	2,09

a)

As unidades imobiliárias não contempladas com a relação supra, serão utilizadas os valores do logradouro mais próximos.

b) Para calculo do ITBI urbano, a base de calculo valor venal, tabela IV.

c) Para calculo do IPTU, o valor venal do imóvel da tabela III, dar-se-a da seguinte forma:

Ano exercicio 2018, 80% do valor venal;

Ano exercicio 2019, 90% do valor venal;

Ano exercicio 2020 em diante, 100% do valor venal.

TABELA V

VALOR DO HECTARE DO TERRENO RURAL

SEÇÃO TRIBUTÁRIA	VALOR R\$ o ha
01 – ÁREA DE PRIMEIRA	15.420,00
02 – ÁREA DE SEGUNDA	9.790,00
03 – ÁREA DE TERCEIRA (ALTA DECLIVIDADE)	4.350,00
04 – ÁREA DE VARZEA NÃO SISTEMATIZADA	28.370,00
05 – ÁREA DE VARZEA SISTEMATIZADA	39.300,00
06 – ÁREA PARA SERVIDÃO FLORESTAL (RESERVA LEGAL)	4.070,00

OBS: Valores atualizados pela tabela de referencia terreno rurais EPAGRI (ITCMD)

d) Legenda tabela V

d.1) Área de primeira – alta produtividade (provarzea, plantio enxuto)

d.2) Área de segunda – media produtividade (fumo, eucalipto)

d.3) Área de terceira – morros sem mata nativa, potreiro e baixa produtividade

d.4) Área de várzea não sistematizada – não possui irrigação

d.5) Área de várzea sistematizada – plantio arroz irrigado

d.6) Área para servidão florestal – reserva legal

LEI Nº 1.883/2017 DEFINE NOVO PERÍMETRO URBANO E REGULAMENTA A DESCRIÇÃO DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Publicação Nº 1455503

LEI Nº 1.883, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DEFINE NOVO PERÍMETRO URBANO E REGULAMENTA A DESCRIÇÃO DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º Esta lei define o novo Perímetro Urbano do Município de Timbé do Sul e regulamenta a descrição dos bairros do Município.

Art. 2º Considera-se área urbana do Município de Timbé do Sul o espaço territorial definido pelo perímetro da sede urbana cujo mapa de localização está no anexo 01.

Art. 3º Integram o Município de Timbé do Sul, os seguintes Bairros:

I – Centro;

II – São Luiz;

III – Belmiro;

IV – Floresta;

V – Urussanguinha;

VI – Nossa Senhora das Graças;

VII – Pedreira;

VIII – Marchesini.

Art. 4º As delimitações do Perímetro Urbano Sede, estão escritas em coordenadas UTM da Projeção Universal Transversal de Mercator, sob o Datum SIRGAS 2000, conforme descrito abaixo:

I – Perímetro Urbano Sede:

Perímetro Urbano da Sede do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 4.525.911,28 m² ou 452,5911ha(quatro milhões, quinhentos vinte e cinco mil, novecentos e onze metros quadrados, vinte e oito décimos quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-01, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.811.990,514 m Norte e 611.160,031 m Leste. Deste seguindo com distância de 755,697 m e azimute plano de 123°16'05", chega-se ao ponto P-162, coordenada UTM 6.811.575,972 m Norte e 611.791,880 m Leste. Deste seguindo com distância de 360,666 m e azimute plano de 123°17'04", chega-se ao ponto P-02, coordenada UTM 6.811.378,040 m Norte e 612.093,381 m Leste. Deste seguindo com distância de 261,130 m e azimute plano de 182°42'12", chega-se ao ponto P-03, coordenada UTM 6.811.117,201 m Norte e 612.081,065 m Leste. Deste seguindo com distância de 210,130 m e azimute plano de 122°05'36", chega-se ao ponto P-04, coordenada UTM 6.811.005,559 m Norte e 612.259,084m Leste. Deste seguindo com distância de 92,816 m e azimute plano de 105°00'27", chega-se ao ponto P-05, coordenada UTM 6.810.981,525 m Norte e 612.348,734 m Leste. Deste seguindo com distância de 236,399 m e azimute plano de 94°46'02", chega-se ao ponto P-06, coordenada UTM 6.810.961,878 m Norte e 612.584,315 m Leste. Deste seguindo com distância de 116,408 m e azimute plano de 101°39'14", chega-se ao ponto P-07, coordenada UTM 6.810.938,363 m Norte e 612.698,324 m Leste. Deste seguindo com distância de 104,392 m e azimute plano de 97°21'26", chega-se ao ponto P-08, coordenada UTM 6.810.924,995 m Norte e 612.801,857 m Leste. Deste seguindo com distância de 38,925 m e azimute plano de 68°40'28", chega-se ao ponto P-09, coordenada UTM 6.810.939,151 m Norte e 612.838,116 m Leste. Deste seguindo com distância de 215,068 m e azimute plano de 50°45'42", chega-se ao ponto P-10, coordenada UTM 6.811.075,192 m Norte e 613.004,691 m Leste. Deste seguindo com distância de 33,869 m e azimute plano de 61°16'11", chega-se ao ponto P-148, coordenada UTM 6.811.091,472 m Norte e 613.034,390 m Leste. Deste seguindo com distância de 128,463 m e azimute plano de 61°44'57", chega-se ao ponto P-11, coordenada UTM 6.811.152,277 m Norte e 613.147,551 m Leste. Deste seguindo com distância de 121,590 m e azimute plano de 80°12'09", chega-se ao ponto P-12, coordenada UTM 6.811.172,968 m Norte e 613.267,368 m Leste. Deste seguindo com distância de 226,244 m e azimute plano de 66°05'35", chega-se ao ponto P-13, coordenada UTM 6.811.264,655 m Norte e 613.474,201 m Leste. Deste seguindo com distância de 120,884 m e azimute plano de 175°18'11", chega-se ao ponto P-14, coordenada UTM 6.811.144,177 m Norte e 613.484,100 m Leste. Deste seguindo com distância de 31,091 m e azimute plano de 47°43'47", chega-se ao ponto P-15, coordenada UTM 6.811.165,090 m Norte e 613.507,106 m Leste. Deste seguindo com distância de 71,710 m e azimute plano de 66°18'17", chega-se ao ponto P-16, coordenada UTM 6.811.193,908 m Norte e 613.572,771 m Leste. Deste seguindo com distância de 189,056 m e azimute plano de 177°22'33", chega-se ao ponto P-17, coordenada UTM 6.811.005,050 m Norte e 613.581,427 m Leste. Deste seguindo com distância de 97,128 m e azimute plano de 267°44'54", chega-se ao ponto P-18, coordenada UTM 6.811.001,234 m Norte e 613.484,375 m Leste. Deste seguindo com distância de 171,493 m e azimute plano de 182°57'51", chega-se ao ponto P-19, coordenada UTM 6.810.829,970 m Norte e 613.475,507 m Leste. Deste seguindo com distância de 130,863 m e azimute plano de 184°31'30", chega-se ao ponto P-20, coordenada UTM 6.810.699,515 m Norte e 613.465,183 m Leste. Deste seguindo com distância de 138,319 m e azimute plano de 283°51'32", chega-se ao ponto P-21, coordenada UTM 6.810.732,647 m Norte e 613.330,890 m Leste. Deste seguindo com distância de 237,735 m e azimute plano de 200°42'55", chega-se ao ponto P-22, coordenada UTM 6.810.510,282 m Norte e 613.246,797m Leste. Deste seguindo com distância de 61,494 m e azimute plano de 150°02'28", chega-se ao ponto P-23, coordenada UTM 6.810.457,004 m Norte e 613.277,506 m Leste. Deste seguindo com distância de 500,799 m e azimute plano de 91°28'42", chega-se ao ponto P-24, coordenada UTM 6.810.444,083 m Norte e 613.778,138 m Leste. Deste seguindo com distância de 508,473 m e azimute plano de 181°11'50", chega-se ao ponto P-25, coordenada UTM 6.809.935,722 m Norte e 613.767,514 m Leste. Deste seguindo com distância de 16,605 m e azimute plano de 284°36'09, chega-se ao ponto P-26, coordenada UTM 6.809.939,908 m Norte e 613.751,446 m Leste. Deste seguindo com distância de 185,927 m e azimute plano de 202°27'02", chega-se ao ponto P-27, coordenada UTM 6.809.768,073 m Norte e 613.680,443 m Leste. Deste seguindo com distância de 35,424 m e azimute plano de 180°17'13", chega-se ao ponto P-28, coordenada UTM 6.809.732,649 m Norte e 613.680,266 m Leste. Deste seguindo com distância de 185,592 m e azimute plano de 96°46'40", chega-se ao ponto P-29, coordenada UTM 6.809.710,746 m Norte e 613.864,561 m Leste. Deste seguindo com distância de 734,342 m e azimute plano de 181°03'02", chega-se ao ponto P-30, coordenada UTM 6.808.976,528 m Norte e 613.851,095 m Leste. Deste seguindo com distância de 128,435 m e azimute plano de 264°33'16", chega-se ao ponto P-31, coordenada UTM 6.808.964,340 m Norte e 613.723,240 m Leste. Deste seguindo com distância de 651,367 m e azimute plano de 2°18'00", chega-se ao ponto P-32, coordenada UTM 6.809.615,182 m Norte e 613.749,381 m Leste. Deste seguindo com distância de 166,286 m e azimute plano de 280°52'32", chega-se ao ponto P-33, coordenada UTM 6.809.646,556 m Norte e 613.586,082 m Leste. Deste seguindo com distância de 102,746 m e azimute plano de 288°58'34", chega-se ao ponto P-34, coordenada UTM 6.809.679,967 m Norte e 613.488,919 m Leste. Deste seguindo com distância de 135,411 m e azimute plano de 180°56'08", chega-se ao ponto P-35, coordenada UTM 6.809.544,574 m Norte e 613.486,708 m Leste. Deste seguindo com distância de 191,103 m e azimute plano de 275°08'26", chega-se ao ponto P-36, coordenada UTM 6.809.561,697 m Norte e 613.296,373 m Leste. Deste seguindo com distância de 337,269 m e azimute plano de 287°33'56", chega-se ao ponto P-37, coordenada UTM 6.809.663,483 m Norte e 612.974,830m Leste. Deste seguindo com distância de 298,035 m e azimute plano de 287°32'38", chega-se ao ponto P-38, coordenada UTM 6.809.753,322 m Norte e 612.690,658 m Leste. Deste seguindo com distância de 123,504 m e azimute plano de 297°02'38", chega-se ao ponto P-39, coordenada UTM 6.809.809,476 m Norte e 612.580,658 m Leste. Deste seguindo com distância de 134,693 m e azimute plano de 208°18'55", chega-se ao ponto P-40, coordenada UTM 6.809.690,899 m Norte e 612.516,770 m Leste. Deste seguindo com distância de 86,317 m e azimute plano de 349°16'25", chega-se ao ponto P-41, coordenada UTM 6.809.775,708 m Norte e 612.500,705 m Leste. Deste seguindo com distância de 70,993 m e azimute plano de 312°55'41", chega-se ao ponto P-42, coordenada UTM 6.809.824,059 m Norte e 612.448,723 m Leste. Deste seguindo com distância de 98,178 m e azimute plano de 294°44'01", chega-se ao ponto P-43, coordenada UTM 6.809.865,137 m Norte e 612.359,552 m Leste. Deste seguindo com distância de 194,717 m e azimute plano de 298°59'34", chega-se ao ponto P-44, coordenada UTM 6.809.959,516 m Norte e 612.189,236 m Leste. Deste seguindo com distância de 113,881 m e azimute plano de 312°50'21", chega-se ao ponto P-45, coordenada UTM 6.810.036,949 m Norte e 612.105,731 m Leste. Deste seguindo com distância de 47,721 m e azimute plano de 202°06'12", chega-se ao ponto P-46, coordenada UTM 6.809.992,735 m Norte e 612.087,775 m Leste. Deste seguindo com distância de 80,593 m e azimute plano de 175°29'38", chega-se ao ponto P-47, coordenada UTM 6.809.912,391 m Norte e 612.094,107 m Leste. Deste seguindo com distância de 121,208 m e azimute plano de 156°21'54", chega-se ao ponto P-48, coordenada UTM 6.809.801,350 m Norte e 612.142,700 m Leste. Deste seguindo com distância de 96,611 m e azimute plano de 181°05'01", chega-se ao ponto P-49, coordenada UTM 6.809.704,757 m Norte e 612.140,873 m Leste. Deste seguindo com distância de 75,653 m e azimute plano de 228°08'01", chega-se ao ponto P-50, coordenada UTM 6.809.654,267 m Norte e 612.084,534 m Leste. Deste seguindo com distância de 64,004 m e azimute plano de 236°16'32", chega-se ao ponto P-51, coordenada UTM 6.809.618,732 m Norte e 612.031,301 m Leste. Deste seguindo com distância de 141,236 m e azimute plano de 197°07'13", chega-se ao ponto P-52, coordenada UTM 6.809.483,754 m Norte e 611.989,724 m Leste. Deste seguindo com distância de 33,796 m e azimute plano de 166°46'43",

chega-se ao ponto P-53, coordenada UTM 6.809.450,853 m Norte e 611.997,453 m Leste. Deste seguindo com distância de 41,521 m e azimuth plano de 227°45'48", chega-se ao ponto P-54, coordenada UTM 6.809.422,943 m Norte e 611.966,712 m Leste. Deste seguindo com distância de 46,216 m e azimuth plano de 269°02'36", chega-se ao ponto P-55, coordenada UTM 6.809.422,171 m Norte e 611.920,502 m Leste. Deste seguindo com distância de 96,585 m e azimuth plano de 207°47'28", chega-se ao ponto P-56, coordenada UTM 6.809.336,727 m Norte e 611.875,469m Leste. Deste seguindo com distância de 111,239 m e azimuth plano de 181°56'06", chega-se ao ponto P-57, coordenada UTM 6.809.225,551 m Norte e 611.871,713 m Leste. Deste seguindo com distância de 104,188 m e azimuth plano de 190°21'17", chega-se ao ponto P-58, coordenada UTM 6.809.123,061 m Norte e 611.852,986 m Leste. Deste seguindo com distância de 129,047 m e azimuth plano de 198°19'01", chega-se ao ponto P-59, coordenada UTM 6.809.000,552 m Norte e 611.812,430 m Leste. Deste seguindo com distância de 109,343 m e azimuth plano de 283°59'37", chega-se ao ponto P-60, coordenada UTM 6.809.026,992 m Norte e 611.706,333 m Leste. Deste seguindo com distância de 26,044 m e azimuth plano de 237°22'23", chega-se ao ponto P-61, coordenada UTM 6.809.012,950 m Norte e 611.684,398 m Leste. Deste seguindo com distância de 18,582 m e azimuth plano de 261°09'41", chega-se ao ponto P-62, coordenada UTM 6.809.010,095 m Norte e 611.666,037 m Leste. Deste seguindo com distância de 115,067 m e azimuth plano de 270°06'25", chega-se ao ponto P-63, coordenada UTM 6.809.010,310 m Norte e 611.550,970 m Leste. Deste seguindo com distância de 21,759 m e azimuth plano de 263°22'21", chega-se ao ponto P-64, coordenada UTM 6.809.007,799 m Norte e 611.529,357 m Leste. Deste seguindo com distância de 77,112 m e azimuth plano de 251°48'57", chega-se ao ponto P-65, coordenada UTM 6.808.983,734 m Norte e 611.456,096 m Leste. Deste seguindo com distância de 46,578 m e azimuth plano de 256°21'29", chega-se ao ponto P-66, coordenada UTM 6.808.972,749 m Norte e 611.410,832 m Leste. Deste seguindo com distância de 87,449 m e azimuth plano de 16°12'42", chega-se ao ponto P-67, coordenada UTM 6.809.056,721 m Norte e 611.435,247 m Leste. Deste seguindo com distância de 40,272 m e azimuth plano de 87°29'00", chega-se ao ponto P-68, coordenada UTM 6.809.058,489 m Norte e 611.475,480 m Leste. Deste seguindo com distância de 66,102 m e azimuth plano de 46°35'21", chega-se ao ponto P-69, coordenada UTM 6.809.103,916 m Norte e 611.523,500 m Leste. Deste seguindo com distância de 77,068 m e azimuth plano de 70°56'38", chega-se ao ponto P-70, coordenada UTM 6.809.129,079 m Norte e 611.596,345 m Leste. Deste seguindo com distância de 88,924 m e azimuth plano de 49°37'39", chega-se ao ponto P-71, coordenada UTM 6.809.186,679 m Norte e 611.664,091 m Leste. Deste seguindo com distância de 60,387 m e azimuth plano de 122°07'23", chega-se ao ponto P-72, coordenada UTM 6.809.154,569 m Norte e 611.715,233 m Leste. Deste seguindo com distância de 65,016 m e azimuth plano de 69°21'37", chega-se ao ponto P-73, coordenada UTM 6.809.177,487 m Norte e 611.776,076 m Leste. Deste seguindo com distância de 185,419 m e azimuth plano de 4°09'19", chega-se ao ponto P-74, coordenada UTM 6.809.362,418 m Norte e 611.789,512 m Leste. Deste seguindo com distância de 12,972 m e azimuth plano de 276°34'47", chega-se ao ponto P-75, coordenada UTM 6.809.363,905 m Norte e 611.776,626 m Leste. Deste seguindo com distância de 187,985 m e azimuth plano de 11°44'20", chega-se ao ponto P-76, coordenada UTM 6.809.547,958 m Norte e 611.814,871 m Leste. Deste seguindo com distância de 18,725 m e azimuth plano de 100°46'04", chega-se ao ponto P-77, coordenada UTM 6.809.544,459 m Norte e 611.833,267 m Leste. Deste seguindo com distância de 120,391 m e azimuth plano de 2°28'37", chega-se ao ponto P-78, coordenada UTM 6.809.664,738 m Norte e 611.838,470 m Leste. Deste seguindo com distância de 33,418m e azimuth plano de 115°50'43", chega-se ao ponto P-79, coordenada UTM 6.809.650,170 m Norte e 611.868,546 m Leste. Deste seguindo com distância de 56,436 m e azimuth plano de 18°23'13", chega-se ao ponto P-80, coordenada UTM 6.809.703,725 m Norte e 611.886,348 m Leste. Deste seguindo com distância de 84,189 m e azimuth plano de 113°43'51", chega-se ao ponto P-81, coordenada UTM 6.809.669,844 m Norte e 611.963,418 m Leste. Deste seguindo com distância de 254,622 m e azimuth plano de 4°08'31", chega-se ao ponto P-82, coordenada UTM 6.809.923,801 m Norte e 611.981,809 m Leste. Deste seguindo com distância de 135,051 m e azimuth plano de 288°46'17", chega-se ao ponto P-83, coordenada UTM 6.809.967,260 m Norte e 611.853,942 m Leste. Deste seguindo com distância de 34,151 m e azimuth plano de 186°26'46", chega-se ao ponto P-84, coordenada UTM 6.809.933,325 m Norte e 611.850,108 m Leste. Deste seguindo com distância de 57,928 m e azimuth plano de 279°22'51", chega-se ao ponto P-85, coordenada UTM 6.809.942,767 m Norte e 611.792,955 m Leste. Deste seguindo com distância de 19,385 m e azimuth plano de 184°39'25", chega-se ao ponto P-86, coordenada UTM 6.809.923,446 m Norte e 611.791,381 m Leste. Deste seguindo com distância de 46,652 m e azimuth plano de 288°32'22", chega-se ao ponto P-87, coordenada UTM 6.809.938,280 m Norte e 611.747,149 m Leste. Deste seguindo com distância de 57,223 m e azimuth plano de 175°41'57", chega-se ao ponto P-88, coordenada UTM 6.809.881,218 m Norte e 611.751,441 m Leste. Deste seguindo com distância de 60,016 m e azimuth plano de 294°39'34", chega-se ao ponto P-89, coordenada UTM 6.809.906,258 m Norte e 611.696,898 m Leste. Deste seguindo com distância de 44,598 m e azimuth plano de 353°35'58", chega-se ao ponto P-90, coordenada UTM 6.809.950,578 m Norte e 611.691,926 m Leste. Deste seguindo com distância de 37,912 m e azimuth plano de 286°07'30", chega-se ao ponto P-91, coordenada UTM 6.809.961,108 m Norte e 611.655,506 m Leste. Deste seguindo com distância de 15,674 m e azimuth plano de 191°48'09", chega-se ao ponto P-92, coordenada UTM 6.809.945,765 m Norte e 611.652,300 m Leste. Deste seguindo com distância de 59,467 m e azimuth plano de 320°18'47", chega-se ao ponto P-93, coordenada UTM 6.809.991,528 m Norte e 611.614,325 m Leste. Deste seguindo com distância de 58,246 m e azimuth plano de 220°14'04", chega-se ao ponto P-94, coordenada UTM 6.809.947,062 m Norte e 611.576,703 m Leste. Deste seguindo com distância de 77,074 m e azimuth plano de 311°57'12", chega-se ao ponto P-95, coordenada UTM 6.809.998,588 m Norte e 611.519,384 m Leste. Deste seguindo com distância de 33,283 m e azimuth plano de 302°54'21", chega-se ao ponto P-96, coordenada UTM 6.810.016,669 m Norte e 611.491,441 m Leste. Deste seguindo com distância de 38,661 m e azimuth plano de 353°15'11", chega-se ao ponto P-97, coordenada UTM 6.810.055,062 m Norte e 611.486,899 m Leste. Deste seguindo com distância de 79,958 m e azimuth plano de 308°01'46", chega-se ao ponto P-98, coordenada UTM 6.810.104,322 m Norte e 611.423,916 m Leste. Deste seguindo com distância de 19,459 m e azimuth plano de 191°02'06", chega-se ao ponto P-99, coordenada UTM 6.810.085,223 m Norte e 611.420,192 m Leste. Deste seguindo com distância de 46,199 m e azimuth plano de 292°56'32", chega-se ao ponto P-100, coordenada UTM 6.810.103,232 m Norte e 611.377,647 m Leste. Deste seguindo com distância de 16,236 m e azimuth plano de 352°53'58", chega-se ao ponto P-101, coordenada UTM 6.810.119,343 m Norte e 611.375,640 m Leste. Deste seguindo com distância de 16,534 m e azimuth plano de 302°45'08", chega-se ao ponto P-102, coordenada UTM 6.810.128,288 m Norte e 611.361,735 m Leste. Deste seguindo com distância de 16,655 m e azimuth plano de 15°15'09", chega-se ao ponto P-103, coordenada UTM 6.810.144,356 m Norte e 611.366,116 m Leste. Deste seguindo com distância de 121,407 m e azimuth plano de 296°48'55", chega-se ao ponto P-104, coordenada UTM 6.810.199,125 m Norte e 611.257,765 m Leste. Deste seguindo com distância de 109,610 m e azimuth plano de 286°43'38", chega-se ao ponto P-105, coordenada UTM 6.810.230,672 m Norte e 611.152,793 m Leste. Deste seguindo com distância de 20,727 m e azimuth plano de 186°16'49", chega-se ao ponto P-106, coordenada UTM 6.810.210,069 m Norte e 611.150,526 m Leste. Deste seguindo com distância de 34,972 m e azimuth plano de 249°22'50", chega-se ao ponto P-107, coordenada UTM 6.810.197,753 m Norte e 611.117,794 m Leste. Deste seguindo com distância de 55,611 m e azimuth plano de 339°30'41", chega-se ao ponto P-108, coordenada UTM 6.810.249,846 m Norte e 611.098,329 m Leste. Deste seguindo com distância de 76,235 m e azimuth plano de 284°47'15", chega-se ao ponto P-109, coordenada UTM 6.810.269,304 m Norte e 611.024,619 m Leste. Deste seguindo com distância de 61,594 m e azimuth plano de 12°17'52", chega-se ao ponto P-110, coordenada UTM 6.810.329,485

m Norte e 611.037,739 m Leste. Deste seguindo com distância de 85,650 m e azimuth plano de 297°49'19", chega-se ao ponto P-111, coordenada UTM 6.810.369,460 m Norte e 610.961,990 m Leste. Deste seguindo com distância de 58,814 m e azimuth plano de 226°34'40", chega-se ao ponto P-112, coordenada UTM 6.810.329,033 m Norte e 610.919,273 m Leste. Deste seguindo com distância de 146,845 m e azimuth plano de 291°10'06", chega-se ao ponto P-113, coordenada UTM 6.810.382,060 m Norte e 610.782,336 m Leste. Deste seguindo com distância de 115,806 m e azimuth plano de 12°54'37", chega-se ao ponto P-114, coordenada UTM 6.810.494,939 m Norte e 610.808,210 m Leste. Deste seguindo com distância de 206,949 m e azimuth plano de 310°48'10", chega-se ao ponto P-115, coordenada UTM 6.810.630,171 m Norte e 610.651,557 m Leste. Deste seguindo com distância de 45,845 m e azimuth plano de 190°36'33", chega-se ao ponto P-116, coordenada UTM 6.810.585,110 m Norte e 610.643,117 m Leste. Deste seguindo com distância de 136,536 m e azimuth plano de 282°19'21", chega-se ao ponto P-117, coordenada UTM 6.810.614,248 m Norte e 610.509,726 m Leste. Deste seguindo com distância de 8,111 m e azimuth plano de 359°05'16", chega-se ao ponto P-118, coordenada UTM 6.810.622,358 m Norte e 610.509,597 m Leste. Deste seguindo com distância de 149,475 m e azimuth plano de 303°36'11", chega-se ao ponto P-119, coordenada UTM 6.810.705,083 m Norte e 610.385,101 m Leste. Deste seguindo com distância de 30,042 m e azimuth plano de 41°48'41", chega-se ao ponto P-120, coordenada UTM 6.810.727,475 m Norte e 610.405,130 m Leste. Deste seguindo com distância de 51,537 m e azimuth plano de 20°33'49", chega-se ao ponto P-121, coordenada UTM 6.810.775,727 m Norte e 610.423,232 m Leste. Deste seguindo com distância de 292,634 m e azimuth plano de 91°38'19", chega-se ao ponto P-122, coordenada UTM 6.810.767,359 m Norte e 610.715,746 m Leste. Deste seguindo com distância de 71,287 m e azimuth plano de 98°21'23", chega-se ao ponto P-123, coordenada UTM 6.810.756,999 m Norte e 610.786,276 m Leste. Deste seguindo com distância de 104,568 m e azimuth plano de 108°24'29", chega-se ao ponto P-124, coordenada UTM 6.810.723,979 m Norte e 610.885,494 m Leste. Deste seguindo com distância de 110,792 m e azimuth plano de 149°12'35", chega-se ao ponto P-125, coordenada UTM 6.810.628,803 m Norte e 610.942,208 m Leste. Deste seguindo com distância de 69,893 m e azimuth plano de 113°31'10", chega-se ao ponto P-126, coordenada UTM 6.810.600,911 m Norte e 611.006,295 m Leste. Deste seguindo com distância de 60,426 m e azimuth plano de 58°28'01", chega-se ao ponto P-127, coordenada UTM 6.810.632,513 m Norte e 611.057,798 m Leste. Deste seguindo com distância de 46,575 m e azimuth plano de 29°29'52", chega-se ao ponto P-128, coordenada UTM 6.810.673,050 m Norte e 611.080,731 m Leste. Deste seguindo com distância de 101,800 m e azimuth plano de 336°53'57", chega-se ao ponto P-129, coordenada UTM 6.810.766,688 m Norte e 611.040,790 m Leste. Deste seguindo com distância de 114,438 m e azimuth plano de 320°46'14", chega-se ao ponto P-130, coordenada UTM 6.810.855,334 m Norte e 610.968,416 m Leste. Deste seguindo com distância de 185,646 m e azimuth plano de 313°14'16", chega-se ao ponto P-131, coordenada UTM 6.810.982,507 m Norte e 610.833,169 m Leste. Deste seguindo com distância de 101,637 m e azimuth plano de 296°08'50", chega-se ao ponto P-132, coordenada UTM 6.811.027,296 m Norte e 610.741,934 m Leste. Deste seguindo com distância de 193,580 m e azimuth plano de 331°27'21", chega-se ao ponto P-133, coordenada UTM 6.811.197,346 m Norte e 610.649,434 m Leste. Deste seguindo com distância de 240,480 m e azimuth plano de 286°39'22", chega-se ao ponto P-134, coordenada UTM 6.811.266,274 m Norte e 610.419,044 m Leste. Deste seguindo com distância de 113,095 m e azimuth plano de 4°56'08", chega-se ao ponto P-135, coordenada UTM 6.811.378,950 m Norte e 610.428,774 m Leste. Deste seguindo com distância de 20,000 m e azimuth plano de 84°51'55", chega-se ao ponto P-136, coordenada UTM 6.811.380,740 m Norte e 610.448,694 m Leste. Deste seguindo com distância de 54,833 m e azimuth plano de 76°45'13", chega-se ao ponto P-137, coordenada UTM 6.811.393,304 m Norte e 610.502,069 m Leste. Deste seguindo com distância de 350,769 m e azimuth plano de 358°50'30", chega-se ao ponto P-138, coordenada UTM 6.811.744,001 m Norte e 610.494,978 m Leste. Deste seguindo com distância de 380,620 m e azimuth plano de 79°30'24", chega-se ao ponto P-139, coordenada UTM 6.811.813,320 m Norte e 610.869,233 m Leste. Deste seguindo com distância de 146,223 m e azimuth plano de 179°14'13", chega-se ao ponto P-140, coordenada UTM 6.811.667,110 m Norte e 610.871,180 m Leste. Deste seguindo com distância de 266,541 m e azimuth plano de 104°15'36", chega-se ao ponto P-141, coordenada UTM 6.811.601,455 m Norte e 611.129,508 m Leste. Deste seguindo com distância de 390,255 m e azimuth plano de 4°29'09", chega-se ao ponto P-01, coordenada UTM 6.811.990,514 m Norte e 611.160,031 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 5º As delimitações dos Bairros, estão escritas em coordenadas UTM da Projeção Universal Transversal de Mercator, sob o Datum SIRGAS 2000, conforme descrito abaixo:

I – Bairro Centro:

Perímetro Urbano do Bairro Centro do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 1.024.453,16m² ou 102,4453 ha(um milhão, vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e tres metros quadrados, dezesseis decímetros quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-161, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.811.150,944 m Norte e 611.765,941 m Leste. Deste seguindo com distância de 1.505,13 m, pelo eixo da Rodovia BR 285, sentido Timbé do Sul/Turvo, chega-se ao ponto P-146, coordenada UTM 6.810.383,609 m Norte e 613.024,984 m Leste. Deste seguindo pelo eixo da Rodovia BR 285, sentido Time do Sul/Turvo, com distância de 80,900 m e azimuth plano de 108°21'45", chega-se ao ponto P-145, coordenada UTM 6.810.358,124 m Norte e 613.101,765 m Leste. Deste seguindo com distância de 68,446 m e azimuth plano de 215°28'37", chega-se ao ponto P-144, coordenada UTM 6.810.302,384 m Norte e 613.062,040 m Leste. Deste seguindo com distância de 410,863 m e azimuth plano de 182°02'50", chega-se ao ponto P-143, coordenada UTM 6.809.891,783 m Norte e 613.047,364 m Leste. Deste seguindo com distância de 239,545 m e azimuth plano de 197°37'32", chega-se ao ponto P-37, coordenada UTM 6.809.663,483 m Norte e 612.974,830m Leste. Deste seguindo com distância de 298,035 m e azimuth plano de 287°32'38", chega-se ao ponto P-38, coordenada UTM 6.809.753,322 m Norte e 612.690,658m Leste. Deste seguindo com distância de 123,504 m e azimuth plano de 297°02'38", chega-se ao ponto P-39, coordenada UTM 6.809.809,476 m Norte e 612.580,658 m Leste. Deste seguindo com distância de 134,693 m e azimuth plano de 208°18'55", chega-se ao ponto P-40, coordenada UTM 6.809.690,899 m Norte e 612.516,770m Leste. Deste seguindo com distância de 86,317 m e azimuth plano de 349°16'26", chega-se ao ponto P-41, coordenada UTM 6.809.775,708 m Norte e 612.500,705 m Leste. Deste seguindo com distância de 70,993m e azimuth plano de 312°55'39", chega-se ao ponto P-42, coordenada UTM 6.809.824,059 m Norte e 612.448,723 m Leste. Deste seguindo com distância de 98,178 m e azimuth plano de 294°44'02", chega-se ao ponto P-43, coordenada UTM 6.809.865,137 m Norte e 612.359,552 m Leste. Deste seguindo com distância de 194,718 m e azimuth plano de 298°59'33", chega-se ao ponto P-44, coordenada UTM 6.809.959,516 m Norte e 612.189,236 m Leste. Deste seguindo com distância de 113,881 m e azimuth plano de 312°50'22", chega-se ao ponto P-45, coordenada UTM 6.810.036,949 m Norte e 612.105,731 m Leste. Deste seguindo com distância de 37,247 m e azimuth plano de 311°29'12", chega-se ao ponto P-169, coordenada UTM 6.810.061,623 m Norte e 612.077,829m Leste. Deste seguindo com distância de 37,247 m e azimuth plano de 131°29'12", chega-se ao ponto P-45, coordenada UTM 6.810.036,949 m Norte e 612.105,731m Leste. Deste seguindo com distância de 85,819 m e azimuth plano de 311°29'14", chega-se ao ponto P-149, coordenada UTM 6.810.093,800 m Norte e 612.041,443 m Leste. Deste seguindo com distância de

165,103 m e azimute plano de 307°06'35", chega-se ao ponto P-150, coordenada UTM 6.810.193,414 m Norte e 611.909,777m Leste. Deste seguindo com distância de 114,032 m e azimute plano de 313°04'15", chega-se ao ponto P-151, coordenada UTM 6.810.271,287 m Norte e 611.826,475m Leste. Deste seguindo com distância de 191,940 m e azimute plano de 320°14'35", chega-se ao ponto P-152, coordenada UTM 6.810.418,844 m Norte e 611.703,724 m Leste. Deste seguindo com distância de 148,061 m e azimute plano de 300°27'55", chega-se ao ponto P-153, coordenada UTM 6.810.493,913 m Norte e 611.576,105 m Leste. Deste seguindo com distância de 24,446 m e azimute plano de 279°38'46", chega-se ao ponto P-154, coordenada UTM 6.810.498,009 m Norte e 611.552,004 m Leste. Deste seguindo com distância de 64,974 m e azimute plano de 33°21'22", chega-se ao ponto P-157, coordenada UTM 6.810.552,280 m Norte e 611.587,729 m Leste. Deste seguindo com distância de 50,986 m e azimute plano de 125°42'59", chega-se ao ponto P-158, coordenada UTM 6.810.522,516 m Norte e 611.629,125 m Leste. Deste seguindo com distância de 166,639 m e azimute plano de 35°32'19", chega-se ao ponto P-159, coordenada UTM 6.810.658,114 m Norte e 611.725,984 m Leste. Deste seguindo com distância de 14,605 m e azimute plano de 47°26'02", chega-se ao ponto P-160, coordenada UTM 6.810.667,993 m Norte e 611.736,740 m Leste. Deste seguindo com distância de 483,832 m e azimute plano de 3°27'36", chega-se ao ponto P-161, coordenada UTM 6.811.150,944m Norte e 611.765,941 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – Bairro São Luiz:

Perímetro Urbano Bairro São Luiz do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 690.412,74 m² ou 69,0412 há (seiscentos e noventa mil, quatrocentos e doze metros quadrados, setenta e quatro decímetros quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-01, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.811.990,514 m Norte e 611.160,031 m Leste. Deste seguindo com distância de 755,697 m e azimute plano de 123°16'05", chega-se ao ponto P-162, coordenada UTM 6.811.575,972 m Norte e 611.791,880 m Leste. Deste seguindo com distância de 425,819 m e azimute plano de 183°29'33", chega-se ao ponto P-161, coordenada UTM 6.811.150,944 m Norte e 611.765,941m Leste. Deste seguindo com distância de 483,833 m e azimute plano de 183°27'36", chega-se ao ponto P-160, coordenada UTM 6.810.667,993 m Norte e 611.736,740 m Leste. Deste seguindo com distância de 14,604 m e azimute plano de 227°26'01", chega-se ao ponto P-159, coordenada UTM 6.810.658,114 m Norte e 611.725,984m Leste. Deste seguindo com distância de 166,639 m e azimute plano de 215°32'19", chega-se ao ponto P-158, coordenada UTM 6.810.522,516 m Norte e 611.629,125 m Leste. Deste seguindo com distância de 50,986 m e azimute plano de 305°42'59", chega-se ao ponto P-157, coordenada UTM 6.810.552,280 m Norte e 611.587,729 m Leste. Deste seguindo com distância de 64,974 m e azimute plano de 213°21'21", chega-se ao ponto P-154, coordenada UTM 6.810.498,009 m Norte e 611.552,004 m Leste. Deste seguindo com distância de 186,924 m e azimute plano de 279°38'47", chega-se ao ponto P-155, coordenada UTM 6.810.529,331 m Norte e 611.367,723 m Leste. Deste seguindo com distância de 150,696 m e azimute plano de 288°42'46", chega-se ao ponto P-156, coordenada UTM 6.810.577,678 m Norte e 611.224,993 m Leste. Deste seguindo com distância de 172,937 m e azimute plano de 303°28'08", chega-se ao ponto P-128, coordenada UTM 6.810.673,050 m Norte e 611.080,731 m Leste. Deste seguindo com distância de 199,434 m e azimute plano de 36°57'18", chega-se ao ponto P-165, coordenada UTM 6.810.832,419 m Norte e 611.200,628 m Leste. Deste seguindo com distância de 17,743 m e azimute plano de 125°48'52", chega-se ao ponto P-164, coordenada UTM 6.810.822,037 m Norte e 611.215,016 m Leste. Deste seguindo com distância de 732,679 m e azimute plano de 5°30'15", chega-se ao ponto P-163, coordenada UTM 6.811.551,337 m Norte e 611.285,292 m Leste. Deste seguindo com distância de 163,647 m e azimute plano de 287°50'01", chega-se ao ponto P-141, coordenada UTM 6.811.601,455 m Norte e 611.129,508 m Leste. Deste seguindo com distância de 390,254 m e azimute plano de 4°29'09", chega-se ao ponto P-01, coordenada UTM 6.811.990,514 m Norte e 611.160,031 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

III – Bairro Belmiro:

Perímetro Urbano do Bairro Belmiro do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 564.437,11m² ou 56,4437 ha(quinhetos, sessenta e quatro mil, quatrocentos, trinta e sete metros quadrados, onze decímetro quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-139, definido pela coordenada SIRGAS 20006.811.813,320 m Norte e 610.869,233m Leste. Deste seguindo com distância de 146,223 m e azimute plano de 179°14'13", chega-se ao ponto P-140, coordenada UTM 6.811.667,110 m Norte e 610.871,180 m Leste. Deste seguindo com distância de 266,541 m e azimute plano de 104°15'36", chega-se ao ponto P-141, coordenada UTM 6.811.601,455 m Norte e 611.129,508 m Leste. Deste seguindo com distância de 163,647 m e azimute plano de 107°50'01", chega-se ao ponto P-163, coordenada UTM 6.811.551,337 m Norte e 611.285,292m Leste. Deste seguindo com distância de 732,678 m e azimute plano de 185°30'15", chega-se ao ponto P-164, coordenada UTM 6.810.822,037 m Norte e 611.215,016 m Leste. Deste seguindo com distância de 17,743 m e azimute plano de 305°48'48", chega-se ao ponto P-165, coordenada UTM 6.810.832,419 m Norte e 611.200,628m Leste. Deste seguindo com distância de 199,434 m e azimute plano de 216°57'18", chega-se ao ponto P-128, coordenada UTM 6.810.673,050 m Norte e 611.080,731m Leste. Deste seguindo com distância de 101,801 m e azimute plano de 336°53'58", chega-se ao ponto P-129, coordenada UTM 6.810.766,688 m Norte e 611.040,790m Leste. Deste seguindo com distância de 114,438 m e azimute plano de 320°46'14", chega-se ao ponto P-130, coordenada UTM 6.810.855,334 m Norte e 610.968,416m Leste. Deste seguindo com distância de 185,647 m e azimute plano de 313°14'16", chega-se ao ponto P-131, coordenada UTM 6.810.982,507 m Norte e 610.833,169m Leste. Deste seguindo com distância de 101,636 m e azimute plano de 296°08'50", chega-se ao ponto P-132, coordenada UTM 6.811.027,296 m Norte e 610.741,934m Leste. Deste seguindo com distância de 193,580 m e azimute plano de 331°27'20", chega-se ao ponto P-133, coordenada UTM 6.811.197,346 m Norte e 610.649,434m Leste. Deste seguindo com distância de 240,480 m e azimute plano de 286°39'22", chega-se ao ponto P-134, coordenada UTM 6.811.266,274 m Norte e 610.419,044m Leste. Deste seguindo com distância de 113,095 m e azimute plano de 4°56'08", chega-se ao ponto P-135, coordenada UTM 6.811.378,950 m Norte e 610.428,774m Leste. Deste seguindo com distância de 20,000 m e azimute plano de 84°51'50", chega-se ao ponto P-136, coordenada UTM 6.811.380,740 m Norte e 610.448,694m Leste. Deste seguindo com distância de 54,834 m e azimute plano de 76°45'15", chega-se ao ponto P-137, coordenada UTM 6.811.393,304 m Norte e 610.502,069m Leste. Deste seguindo com distância de 350,769 m e azimute plano de 358°50'30", chega-se ao ponto P-138, coordenada UTM 6.811.744,001 m Norte e 610.494,978m Leste. Deste seguindo com distância de 380,620 m e azimute plano de 79°30'20", chega-se ao ponto P-139, coordenada UTM 6.811.813,320 m Norte e 610.869,233 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

IV – Bairro Floresta:

Perímetro Urbano do Bairro Floresta do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 552.790,88m² ou 55,2790 ha(quinhetos, cinquenta e

dois mil, setecentos e noventa metros quadrados, oitenta e oito decímetros quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-162, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.811.575,972 m Norte e 611.791,880 m Leste. Deste seguindo com distância de 360,666 m e azimute plano de 123°17'04", chega-se ao ponto P-02, coordenada UTM 6.811.378,040 m Norte e 612.093,381m Leste. Deste seguindo com distância de 261,130 m e azimute plano de 182°42'12", chega-se ao ponto P-03, coordenada UTM 6.811.117,201 m Norte e 612.081,065m Leste. Deste seguindo com distância de 210,130 m e azimute plano de 122°05'36", chega-se ao ponto P-04, coordenada UTM 6.811.005,559 m Norte e 612.259,084m Leste. Deste seguindo com distância de 92,816 m e azimute plano de 105°00'27", chega-se ao ponto P-05, coordenada UTM 6.810.981,525 m Norte e 612.348,734m Leste. Deste seguindo com distância de 236,399 m e azimute plano de 94°46'02", chega-se ao ponto P-06, coordenada UTM 6.810.961,878 m Norte e 612.584,315m Leste. Deste seguindo com distância de 116,409 m e azimute plano de 101°39'15", chega-se ao ponto P-07, coordenada UTM 6.810.938,363 m Norte e 612.698,324m Leste. Deste seguindo com distância de 104,392 m e azimute plano de 97°21'26", chega-se ao ponto P-08, coordenada UTM 6.810.924,995 m Norte e 612.801,857m Leste. Deste seguindo com distância de 38,924 m e azimute plano de 68°40'25", chega-se ao ponto P-09, coordenada UTM 6.810.939,151 m Norte e 612.838,116m Leste. Deste seguindo com distância de 215,068 m e azimute plano de 50°45'42", chega-se ao ponto P-10, coordenada UTM 6.811.075,192 m Norte e 613.004,691m Leste. Deste seguindo com distância de 33,868 m e azimute plano de 61°16'12", chega-se ao ponto P-148, coordenada UTM 6.811.091,472 m Norte e 613.034,390m Leste. Deste seguindo com distância de 707,925 m e azimute plano de 180°45'41", chega-se ao ponto P-146, coordenada UTM 6.810.383,609 m Norte e 613.024,984m Leste. Deste seguindo com distância de 1.505,130 m, seguindo pelo eixo da Rodovia BR 285, sentido Timbé do Sul/Serra da Rocinha, chega-se ao ponto P-161, coordenada UTM 6.811.150,944 m Norte e 611.765,941 m Leste. Deste seguindo com distância de 425,819 m e azimute plano de 3°29'33", chega-se ao ponto P-162, coordenada UTM 6.811.575,972m Norte e 611.791,880 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

V – Bairro Urussanguinha:

Perímetro Urbano do Bairro Urussanguinha do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 297.876,62m² ou 29,7876(duzentos noventa e sete mil, oitocentos, setenta e seis metros quadrados, sessenta e dois decímetros quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-13, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.811.264,655 m Norte e 613.474,201 m Leste. Deste seguindo com distância de 120,884 m e azimute plano de 175°18'10", chega-se ao ponto P-14, coordenada UTM 6.811.144,177 m Norte e 613.484,100m Leste. Deste seguindo com distância de 31,091 m e azimute plano de 47°43'42", chega-se ao ponto P-15, coordenada UTM 6.811.165,090 m Norte e 613.507,106m Leste. Deste seguindo com distância de 71,710 m e azimute plano de 66°18'18", chega-se ao ponto P-16, coordenada UTM 6.811.193,908 m Norte e 613.572,771m Leste. Deste seguindo com distância de 189,056 m e azimute plano de 177°22'33", chega-se ao ponto P-17, coordenada UTM 6.811.005,050 m Norte e 613.581,427m Leste. Deste seguindo com distância de 97,127 m e azimute plano de 267°44'54", chega-se ao ponto P-18, coordenada UTM 6.811.001,234 m Norte e 613.484,375m Leste. Deste seguindo com distância de 171,493 m e azimute plano de 182°57'51", chega-se ao ponto P-19, coordenada UTM 6.810.829,970 m Norte e 613.475,507m Leste. Deste seguindo com distância de 130,863 m e azimute plano de 184°31'30", chega-se ao ponto P-20, coordenada UTM 6.810.699,515 m Norte e 613.465,183m Leste. Deste seguindo com distância de 138,320 m e azimute plano de 283°51'32", chega-se ao ponto P-21, coordenada UTM 6.810.732,647 m Norte e 613.330,890m Leste. Deste seguindo com distância de 237,735 m e azimute plano de 200°42'55", chega-se ao ponto P-22, coordenada UTM 6.810.510,282 m Norte e 613.246,797m Leste. Deste seguindo com distância de 61,495 m e azimute plano de 150°02'28", chega-se ao ponto P-23, coordenada UTM 6.810.457,004 m Norte e 613.277,506 m Leste. Deste seguindo com distância de 112,480 m e azimute plano de 271°28'43", chega-se ao ponto P-147, coordenada UTM 6.810.459,906 m Norte e 613.165,063m Leste. Deste seguindo com distância de 119,859 m e azimute plano de 211°52'39", chega-se ao ponto P-145, coordenada UTM 6.810.358,124 m Norte e 613.101,765 m Leste. Deste seguindo com distância de 80,900 m e azimute plano de 288°21'43", chega-se ao ponto P-146, coordenada UTM 6.810.383,609 m Norte e 613.024,984m Leste. Deste seguindo com distância de 707,925 m e azimute plano de 0°45'41", chega-se ao ponto P-148, coordenada UTM 6.811.091,472 m Norte e 613.034,390m Leste. Deste seguindo com distância de 128,463 m e azimute plano de 61°44'58", chega-se ao ponto P-11, coordenada UTM 6.811.152,277 m Norte e 613.147,551m Leste. Deste seguindo com distância de 121,590 m e azimute plano de 80°12'08", chega-se ao ponto P-12, coordenada UTM 6.811.172,968 m Norte e 613.267,368m Leste. Deste seguindo com distância de 226,244 m e azimute plano de 66°05'34", chega-se ao ponto P-13, coordenada UTM 6.811.264,655m Norte e 613.474,201 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

VI – Bairro Nossa Senhora das Graças:

Perímetro Urbano do Bairro Nossa Senhora das Graças do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 684.899,69m² ou 454,599,87 ha (seiscentos, oitenta e quatro mil, oitocentos, noventa e nove metros quadrados, sessenta e nove decímetros quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-147, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.810.459,906 m Norte e 613.165,063 m Leste. Deste seguindo com distância de 112,480 m e azimute plano de 91°28'42", chega-se ao ponto P-23, coordenada UTM 6.810.457,004 m Norte e 613.277,506 m Leste. Deste seguindo com distância de 500,799 m e azimute plano de 91°28'42", chega-se ao ponto P-24, coordenada UTM 6.810.444,083 m Norte e 613.778,138m Leste. Deste seguindo com distância de 508,472 m e azimute plano de 181°11'50", chega-se ao ponto P-25, coordenada UTM 6.809.935,722 m Norte e 613.767,514m Leste. Deste seguindo com distância de 16,604 m e azimute plano de 284°36'07", chega-se ao ponto P-26, coordenada UTM 6.809.939,908 m Norte e 613.751,446m Leste. Deste seguindo com distância de 185,927 m e azimute plano de 202°27'02", chega-se ao ponto P-27, coordenada UTM 6.809.768,073 m Norte e 613.680,443m Leste. Deste seguindo com distância de 35,424 m e azimute plano de 180°17'11", chega-se ao ponto P-28, coordenada UTM 6.809.732,649 m Norte e 613.680,266m Leste. Deste seguindo com distância de 185,592 m e azimute plano de 96°46'40", chega-se ao ponto P-29, coordenada UTM 6.809.710,746 m Norte e 613.864,561m Leste. Deste seguindo com distância de 734,341 m e azimute plano de 181°03'03", chega-se ao ponto P-30, coordenada UTM 6.808.976,528 m Norte e 613.851,095m Leste. Deste seguindo com distância de 128,435 m e azimute plano de 264°33'17", chega-se ao ponto P-31, coordenada UTM 6.808.964,340 m Norte e 613.723,240m Leste. Deste seguindo com distância de 651,367 m e azimute plano de 2°18'00", chega-se ao ponto P-32, coordenada UTM 6.809.615,182 m Norte e 613.749,381m Leste. Deste seguindo com distância de 166,286 m e azimute plano de 280°52'32", chega-se ao ponto P-33, coordenada UTM 6.809.646,556 m Norte e 613.586,082m Leste. Deste seguindo com distância de 102,747 m e azimute plano de 288°58'35", chega-se ao ponto P-34, coordenada UTM 6.809.679,967 m Norte e 613.488,919m Leste. Deste seguindo com distância de 135,411 m e azimute plano de 180°56'08", chega-se ao ponto P-35, coordenada UTM 6.809.544,574 m Norte e 613.486,708m Leste. Deste seguindo com distância de 191,104 m e azimute plano de 275°08'26", chega-se ao ponto P-36, coordenada UTM 6.809.561,697 m Norte e 613.296,373m Leste. Deste seguindo com distância de

337,269 m e azimute plano de 287°33'56", chega-se ao ponto P-37, coordenada UTM 6.809.663,483 m Norte e 612.974,830m Leste. Deste seguindo com distância de 239,546 m e azimute plano de 17°37'33", chega-se ao ponto P-143, coordenada UTM 6.809.891,783 m Norte e 613.047,364 m Leste. Deste seguindo com distância de 410,863 m e azimute plano de 2°02'49", chega-se ao ponto P-144, coordenada UTM 6.810.302,384 m Norte e 613.062,040m Leste. Deste seguindo com distância de 68,447 m e azimute plano de 35°28'37", chega-se ao ponto P-145, coordenada UTM 6.810.358,124 m Norte e 613.101,765m Leste. Deste seguindo com distância de 119,859 m e azimute plano de 31°52'39", chega-se ao ponto P-147, coordenada UTM 6.810.459,906m Norte e 613.165,063 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

VII –Bairro Pedreira:

Perímetro Urbano do Bairro Pedreira do Município de Timbé do Sul/SC, com área de 538.728,68m² ou 53,8728 há (quinhentos, trinta e oito mil, setecentos, vinte e oito metros quadrados e sessenta e oito décimos), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-121, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.810.775,727 m Norte e 610.423,232 m Leste. Deste seguindo com distância de 292,634 m e azimute plano de 91°38'19", chega-se ao ponto P-122, coordenada UTM 6.810.767,359 m Norte e 610.715,746 m Leste. Deste seguindo com distância de 71,287 m e azimute plano de 98°21'23", chega-se ao ponto P-123, coordenada UTM 6.810.756,999 m Norte e 610.786,276m Leste. Deste seguindo com distância de 104,568 m e azimute plano de 108°24'27", chega-se ao ponto P-124, coordenada UTM 6.810.723,979 m Norte e 610.885,494m Leste. Deste seguindo com distância de 110,792 m e azimute plano de 149°12'36", chega-se ao ponto P-125, coordenada UTM 6.810.628,803 m Norte e 610.942,208m Leste. Deste seguindo com distância de 69,894 m e azimute plano de 113°31'11", chega-se ao ponto P-126, coordenada UTM 6.810.600,911 m Norte e 611.006,295m Leste. Deste seguindo com distância de 60,426 m e azimute plano de 58°28'01", chega-se ao ponto P-127, coordenada UTM 6.810.632,513 m Norte e 611.057,798m Leste. Deste seguindo com distância de 46,574 m e azimute plano de 29°29'53", chega-se ao ponto P-128, coordenada UTM 6.810.673,050 m Norte e 611.080,731m Leste. Deste seguindo com distância de 172,937 m e azimute plano de 123°28'08", chega-se ao ponto P-156, coordenada UTM 6.810.577,678 m Norte e 611.224,993 m Leste. Deste seguindo com distância de 150,696 m e azimute plano de 108°42'46", chega-se ao ponto P-155, coordenada UTM 6.810.529,331 m Norte e 611.367,723m Leste. Deste seguindo com distância de 186,924 m e azimute plano de 99°38'47", chega-se ao ponto P-154, coordenada UTM 6.810.498,009 m Norte e 611.552,004m Leste. Deste seguindo com distância de 24,447 m e azimute plano de 99°38'43", chega-se ao ponto P-153, coordenada UTM 6.810.493,913 m Norte e 611.576,105m Leste. Deste seguindo com distância de 148,061 m e azimute plano de 120°27'55", chega-se ao ponto P-152, coordenada UTM 6.810.418,844 m Norte e 611.703,724m Leste. Deste seguindo com distância de 191,940 m e azimute plano de 140°14'36", chega-se ao ponto P-151, coordenada UTM 6.810.271,287 m Norte e 611.826,475 m Leste. Deste seguindo com distância de 114,033 m e azimute plano de 133°04'15", chega-se ao ponto P-150, coordenada UTM 6.810.193,414 m Norte e 611.909,777 m Leste. Deste seguindo com distância de 165,103 m e azimute plano de 127°06'36", chega-se ao ponto P-149, coordenada UTM 6.810.093,800 m Norte e 612.041,443m Leste. Deste seguindo com distância de 48,572 m e azimute plano de 131°29'12", chega-se ao ponto P-169, coordenada UTM 6.810.061,623 m Norte e 612.077,829m Leste. Deste seguindo com distância de 37,587 m e azimute plano de 208°38'14", chega-se ao ponto P-168, coordenada UTM 6.810.028,634 m Norte e 612.059,815m Leste. Deste seguindo com distância de 30,017 m e azimute plano de 195°13'17", chega-se ao ponto P-167, coordenada UTM 6.809.999,670 m Norte e 612.051,934m Leste. Deste seguindo com distância de 85,725 m e azimute plano de 175°51'37", chega-se ao ponto P-166, coordenada UTM 6.809.914,169 m Norte e 612.058,122m Leste. Deste seguindo com distância de 80,890 m e azimute plano de 290°53'08", chega-se ao ponto P-170, coordenada UTM 6.809.943,007 m Norte e 611.982,547m Leste. Deste seguindo com distância de 19,220 m e azimute plano de 182°12'07", chega-se ao ponto P-82, coordenada UTM 6.809.923,801 m Norte e 611.981,809 m Leste. Deste seguindo com distância de 135,051 m e azimute plano de 288°46'18", chega-se ao ponto P-83, coordenada UTM 6.809.967,260 m Norte e 611.853,942m Leste. Deste seguindo com distância de 34,151 m e azimute plano de 186°26'46", chega-se ao ponto P-84, coordenada UTM 6.809.933,325 m Norte e 611.850,108m Leste. Deste seguindo com distância de 57,928 m e azimute plano de 279°22'51", chega-se ao ponto P-85, coordenada UTM 6.809.942,767 m Norte e 611.792,955m Leste. Deste seguindo com distância de 19,385 m e azimute plano de 184°39'26", chega-se ao ponto P-86, coordenada UTM 6.809.923,446 m Norte e 611.791,381m Leste. Deste seguindo com distância de 46,653 m e azimute plano de 288°32'23", chega-se ao ponto P-87, coordenada UTM 6.809.938,280 m Norte e 611.747,149m Leste. Deste seguindo com distância de 57,223 m e azimute plano de 175°41'55", chega-se ao ponto P-88, coordenada UTM 6.809.881,218 m Norte e 611.751,441m Leste. Deste seguindo com distância de 60,016 m e azimute plano de 294°39'33", chega-se ao ponto P-89, coordenada UTM 6.809.906,258 m Norte e 611.696,898m Leste. Deste seguindo com distância de 44,598 m e azimute plano de 353°35'57", chega-se ao ponto P-90, coordenada UTM 6.809.950,578 m Norte e 611.691,926m Leste. Deste seguindo com distância de 37,912 m e azimute plano de 286°07'34", chega-se ao ponto P-91, coordenada UTM 6.809.961,108 m Norte e 611.655,506m Leste. Deste seguindo com distância de 15,674 m e azimute plano de 191°48'09", chega-se ao ponto P-92, coordenada UTM 6.809.945,765 m Norte e 611.652,300m Leste. Deste seguindo com distância de 59,467 m e azimute plano de 320°18'49", chega-se ao ponto P-93, coordenada UTM 6.809.991,528 m Norte e 611.614,325m Leste. Deste seguindo com distância de 58,246 m e azimute plano de 220°14'03", chega-se ao ponto P-94, coordenada UTM 6.809.947,062 m Norte e 611.576,703m Leste. Deste seguindo com distância de 77,074 m e azimute plano de 311°57'12", chega-se ao ponto P-95, coordenada UTM 6.809.998,588 m Norte e 611.519,384m Leste. Deste seguindo com distância de 33,283 m e azimute plano de 302°54'20", chega-se ao ponto P-96, coordenada UTM 6.810.016,669 m Norte e 611.491,441m Leste. Deste seguindo com distância de 38,661 m e azimute plano de 353°15'11", chega-se ao ponto P-97, coordenada UTM 6.810.055,062 m Norte e 611.486,899m Leste. Deste seguindo com distância de 79,959 m e azimute plano de 308°01'46", chega-se ao ponto P-98, coordenada UTM 6.810.104,322 m Norte e 611.423,916m Leste. Deste seguindo com distância de 19,459 m e azimute plano de 191°02'00", chega-se ao ponto P-99, coordenada UTM 6.810.085,223 m Norte e 611.420,192m Leste. Deste seguindo com distância de 46,200 m e azimute plano de 292°56'33", chega-se ao ponto P-100, coordenada UTM 6.810.103,232 m Norte e 611.377,647 m Leste. Deste seguindo com distância de 16,236 m e azimute plano de 352°53'57", chega-se ao ponto P-101, coordenada UTM 6.810.119,343 m Norte e 611.375,640m Leste. Deste seguindo com distância de 16,534 m e azimute plano de 302°45'11", chega-se ao ponto P-102, coordenada UTM 6.810.128,288 m Norte e 611.361,735m Leste. Deste seguindo com distância de 16,655 m e azimute plano de 15°15'04", chega-se ao ponto P-103, coordenada UTM 6.810.144,356 m Norte e 611.366,116m Leste. Deste seguindo com distância de 121,407 m e azimute plano de 296°48'56", chega-se ao ponto P-104, coordenada UTM 6.810.199,125 m Norte e 611.257,765m Leste. Deste seguindo com distância de 109,610 m e azimute plano de 286°43'37", chega-se ao ponto P-105, coordenada UTM 6.810.230,672 m Norte e 611.152,793m Leste. Deste seguindo com distância de 20,727 m e azimute plano de 186°16'45", chega-se ao ponto P-106, coordenada UTM 6.810.210,069m Norte e 611.150,526m Leste. Deste seguindo com distância de 34,972 m e azimute plano de 249°22'49", chega-se ao ponto P-107, coordenada UTM 6.810.197,753 m Norte e 611.117,794m Leste. Deste seguindo com distância de 55,611 m e azimute plano de 339°30'41",

chega-se ao ponto P-108, coordenada UTM 6.810.249,846 m Norte e 611.098,329m Leste. Deste seguindo com distância de 76,235 m e azimuth plano de 284°47'15", chega-se ao ponto P-109, coordenada UTM 6.810.269,304 m Norte e 611.024,619m Leste. Deste seguindo com distância de 61,595 m e azimuth plano de 12°17'55", chega-se ao ponto P-110, coordenada UTM 6.810.329,485 m Norte e 611.037,739m Leste. Deste seguindo com distância de 85,650 m e azimuth plano de 297°49'19", chega-se ao ponto P-111, coordenada UTM 6.810.369,460 m Norte e 610.961,990m Leste. Deste seguindo com distância de 58,814 m e azimuth plano de 226°34'40", chega-se ao ponto P-112, coordenada UTM 6.810.329,033 m Norte e 610.919,273m Leste. Deste seguindo com distância de 146,846 m e azimuth plano de 291°10'06", chega-se ao ponto P-113, coordenada UTM 6.810.382,060 m Norte e 610.782,336m Leste. Deste seguindo com distância de 115,806 m e azimuth plano de 12°54'37", chega-se ao ponto P-114, coordenada UTM 6.810.494,939 m Norte e 610.808,210 m Leste. Deste seguindo com distância de 206,949 m e azimuth plano de 310°48'10", chega-se ao ponto P-115, coordenada UTM 6.810.630,171 m Norte e 610.651,557m Leste. Deste seguindo com distância de 45,845 m e azimuth plano de 190°36'31", chega-se ao ponto P-116, coordenada UTM 6.810.585,110 m Norte e 610.643,117m Leste. Deste seguindo com distância de 136,536 m e azimuth plano de 282°19'20", chega-se ao ponto P-117, coordenada UTM 6.810.614,248 m Norte e 610.509,726m Leste. Deste seguindo com distância de 8,111 m e azimuth plano de 359°05'19", chega-se ao ponto P-118, coordenada UTM 6.810.622,358 m Norte e 610.509,597m Leste. Deste seguindo com distância de 149,475 m e azimuth plano de 303°36'12", chega-se ao ponto P-119, coordenada UTM 6.810.705,083 m Norte e 610.385,101m Leste. Deste seguindo com distância de 30,043 m e azimuth plano de 41°48'42", chega-se ao ponto P-120, coordenada UTM 6.810.727,475 m Norte e 610.405,130m Leste. Deste seguindo com distância de 51,536 m e azimuth plano de 20°33'50", chega-se ao ponto P-121, coordenada UTM 6.810.775,727m Norte e 610.423,232 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

VIII – Bairro Marchesini:

Perímetro Urbano do Bairro Marchesini do Município de Timbó do Sul/SC, com área de 172.157,22m²(cento, setenta e dois mil, cento, cinquenta e sete mil, vinte e dois decímetros quadrados), com a seguinte descrição de perímetro: Partindo do ponto P-169, definido pela coordenada SIRGAS 2000, 6.810.061,623 m Norte e 612.077,829 m Leste. Deste seguindo com distância de 37,247 m e azimuth plano de 131°29'12", chega-se ao ponto P-45, coordenada UTM 6.810.036,949 m Norte e 612.105,731m Leste. Deste seguindo com distância de 47,721 m e azimuth plano de 202°06'10", chega-se ao ponto P-46, coordenada UTM 6.809.992,735 m Norte e 612.087,775m Leste. Deste seguindo com distância de 80,593 m e azimuth plano de 175°29'38", chega-se ao ponto P-47, coordenada UTM 6.809.912,391 m Norte e 612.094,107m Leste. Deste seguindo com distância de 121,208 m e azimuth plano de 156°21'55", chega-se ao ponto P-48, coordenada UTM 6.809.801,350 m Norte e 612.142,700m Leste. Deste seguindo com distância de 96,610 m e azimuth plano de 181°05'01", chega-se ao ponto P-49, coordenada UTM 6.809.704,757 m Norte e 612.140,873m Leste. Deste seguindo com distância de 75,653 m e azimuth plano de 228°08'02", chega-se ao ponto P-50, coordenada UTM 6.809.654,267 m Norte e 612.084,534m Leste. Deste seguindo com distância de 64,004 m e azimuth plano de 236°16'32", chega-se ao ponto P-51, coordenada UTM 6.809.618,732 m Norte e 612.031,301m Leste. Deste seguindo com distância de 141,236 m e azimuth plano de 197°07'13", chega-se ao ponto P-52, coordenada UTM 6.809.483,754 m Norte e 611.989,724m Leste. Deste seguindo com distância de 33,797 m e azimuth plano de 166°46'48", chega-se ao ponto P-53, coordenada UTM 6.809.450,853 m Norte e 611.997,453m Leste. Deste seguindo com distância de 41,521 m e azimuth plano de 227°45'48", chega-se ao ponto P-54, coordenada UTM 6.809.422,943 m Norte e 611.966,712m Leste. Deste seguindo com distância de 46,216 m e azimuth plano de 269°02'34", chega-se ao ponto P-55, coordenada UTM 6.809.422,171 m Norte e 611.920,502m Leste. Deste seguindo com distância de 96,585 m e azimuth plano de 207°47'29", chega-se ao ponto P-56, coordenada UTM 6.809.336,727 m Norte e 611.875,469m Leste. Deste seguindo com distância de 111,239 m e azimuth plano de 181°56'06", chega-se ao ponto P-57, coordenada UTM 6.809.225,551 m Norte e 611.871,713m Leste. Deste seguindo com distância de 104,187 m e azimuth plano de 190°21'18", chega-se ao ponto P-58, coordenada UTM 6.809.123,061 m Norte e 611.852,986m Leste. Deste seguindo com distância de 129,047 m e azimuth plano de 198°19'01", chega-se ao ponto P-59, coordenada UTM 6.809.000,552 m Norte e 611.812,430m Leste. Deste seguindo com distância de 109,342 m e azimuth plano de 283°59'36", chega-se ao ponto P-60, coordenada UTM 6.809.026,992 m Norte e 611.706,333m Leste. Deste seguindo com distância de 26,045 m e azimuth plano de 237°22'27", chega-se ao ponto P-61, coordenada UTM 6.809.012,950 m Norte e 611.684,398m Leste. Deste seguindo com distância de 18,582 m e azimuth plano de 261°09'42", chega-se ao ponto P-62, coordenada UTM 6.809.010,095 m Norte e 611.666,037m Leste. Deste seguindo com distância de 115,067 m e azimuth plano de 270°06'25", chega-se ao ponto P-63, coordenada UTM 6.809.010,310 m Norte e 611.550,970m Leste. Deste seguindo com distância de 21,758 m e azimuth plano de 263°22'23", chega-se ao ponto P-64, coordenada UTM 6.809.007,799 m Norte e 611.529,357m Leste. Deste seguindo com distância de 77,112 m e azimuth plano de 251°48'56", chega-se ao ponto P-65, coordenada UTM 6.808.983,734 m Norte e 611.456,096m Leste. Deste seguindo com distância de 46,578 m e azimuth plano de 256°21'32", chega-se ao ponto P-66, coordenada UTM 6.808.972,749 m Norte e 611.410,832m Leste. Deste seguindo com distância de 87,449 m e azimuth plano de 16°12'43", chega-se ao ponto P-67, coordenada UTM 6.809.056,721 m Norte e 611.435,247m Leste. Deste seguindo com distância de 40,272 m e azimuth plano de 87°29'02", chega-se ao ponto P-68, coordenada UTM 6.809.058,489 m Norte e 611.475,480m Leste. Deste seguindo com distância de 66,102 m e azimuth plano de 46°35'22", chega-se ao ponto P-69, coordenada UTM 6.809.103,916 m Norte e 611.523,500m Leste. Deste seguindo com distância de 77,069 m e azimuth plano de 70°56'36", chega-se ao ponto P-70, coordenada UTM 6.809.129,079 m Norte e 611.596,345m Leste. Deste seguindo com distância de 88,923 m e azimuth plano de 49°37'40", chega-se ao ponto P-71, coordenada UTM 6.809.186,679 m Norte e 611.664,091m Leste. Deste seguindo com distância de 60,387 m e azimuth plano de 122°07'23", chega-se ao ponto P-72, coordenada UTM 6.809.154,569 m Norte e 611.715,233m Leste. Deste seguindo com distância de 65,016 m e azimuth plano de 69°21'36", chega-se ao ponto P-73, coordenada UTM 6.809.177,487 m Norte e 611.776,076m Leste. Deste seguindo com distância de 185,418 m e azimuth plano de 4°09'20", chega-se ao ponto P-74, coordenada UTM 6.809.362,418 m Norte e 611.789,512m Leste. Deste seguindo com distância de 12,972 m e azimuth plano de 276°34'57", chega-se ao ponto P-75, coordenada UTM 6.809.363,905 m Norte e 611.776,626m Leste. Deste seguindo com distância de 187,985 m e azimuth plano de 11°44'19", chega-se ao ponto P-76, coordenada UTM 6.809.547,958 m Norte e 611.814,871m Leste. Deste seguindo com distância de 18,726 m e azimuth plano de 100°46'09", chega-se ao ponto P-77, coordenada UTM 6.809.544,459 m Norte e 611.833,267m Leste. Deste seguindo com distância de 120,391 m e azimuth plano de 2°28'37", chega-se ao ponto P-78, coordenada UTM 6.809.664,738 m Norte e 611.838,470m Leste. Deste seguindo com distância de 33,418 m e azimuth plano de 115°50'39", chega-se ao ponto P-79, coordenada UTM 6.809.650,170 m Norte e 611.868,546m Leste. Deste seguindo com distância de 56,436 m e azimuth plano de 18°23'14", chega-se ao ponto P-80, coordenada UTM 6.809.703,725 m Norte e 611.886,348m Leste. Deste seguindo com distância de 84,189 m e azimuth plano de 113°43'51", chega-se ao ponto P-81, coordenada UTM 6.809.669,844 m Norte e 611.963,418m Leste. Deste seguindo com distância de 254,622 m e azimuth plano de 4°08'31", chega-se ao ponto P-82, coordenada UTM 6.809.923,801 m Norte e 611.981,809m Leste. Deste seguindo com distância de 19,220 m e azimuth plano de 2°12'02", chega-se ao ponto P-170, coordenada UTM

6.809.943,007 m Norte e 611.982,547m Leste. Deste seguindo com distância de 80,890 m e azimuth plano de 110°53'09", chega-se ao ponto P-166, coordenada UTM 6.809.914,169 m Norte e 612.058,122m Leste. Deste seguindo com distância de 85,725 m e azimuth plano de 355°51'38", chega-se ao ponto P-167, coordenada UTM 6.809.999,670 m Norte e 612.051,934m Leste. Deste seguindo com distância de 30,017 m e azimuth plano de 15°13'17", chega-se ao ponto P-168, coordenada UTM 6.810.028,634 m Norte e 612.059,815m Leste. Deste seguindo com distância de 37,587 m e azimuth plano de 28°38'14", chega-se ao ponto P-169, coordenada UTM 6.810.061,623 m Norte e 612.077,829 m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 6º Faz parte integrante desta lei o mapa do perímetro urbano da sede e dos bairros.

Art. 7º O mapas de perímetro integrante desta lei, é composto na escala 1:5.000.

Art. 8º Ficam revogadas as Leis nº 36/1971, nº 589/1991, nº 896/1996; nº 1.324/2005; nº 1.438/2007; nº 1.461/2008; nº 1.450/2008; nº 1.472/2009; nº 1.515/2010 e nº 1.528/2010, nº 1.636/2012.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbe do Sul/SC, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

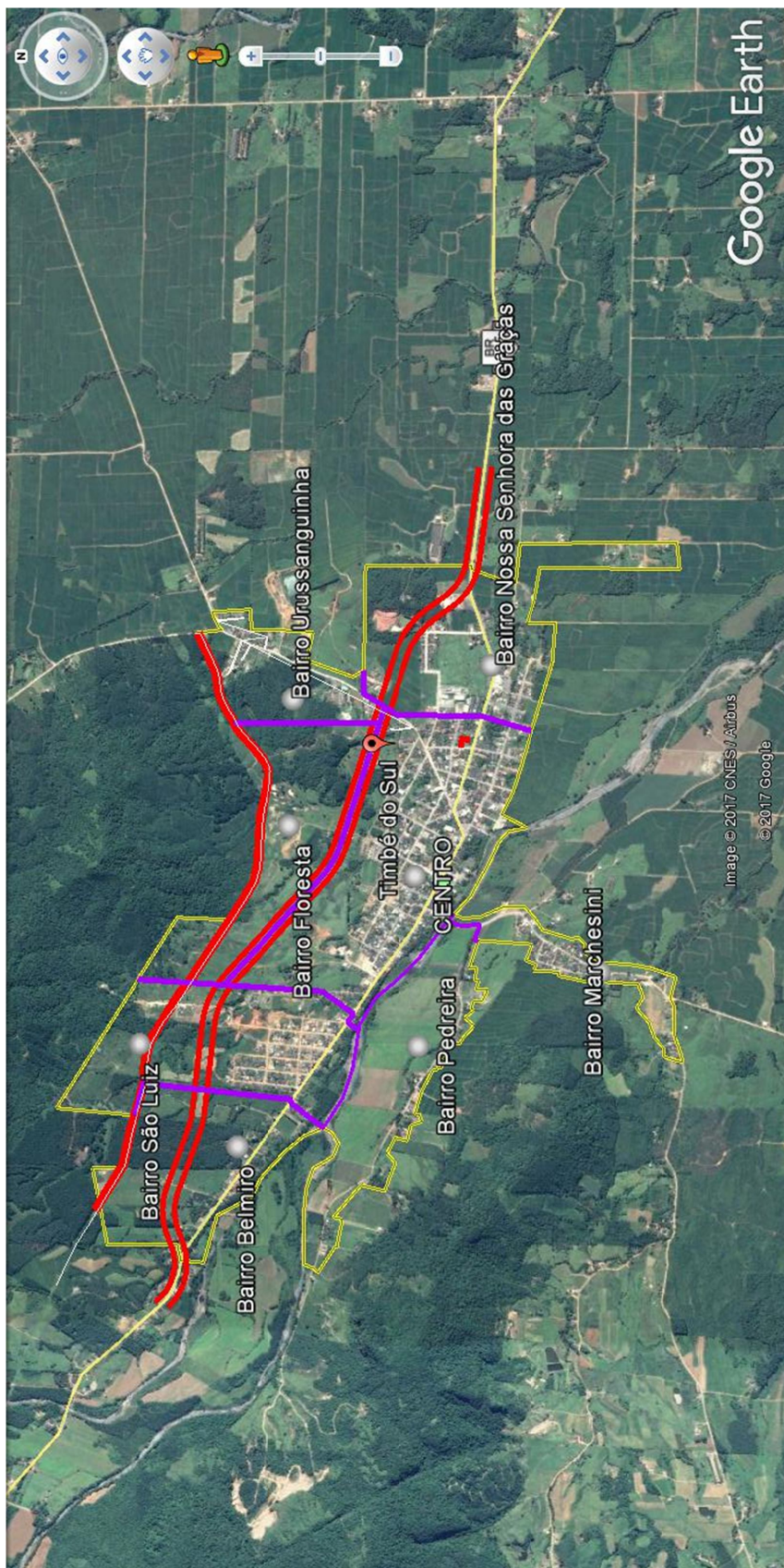
Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

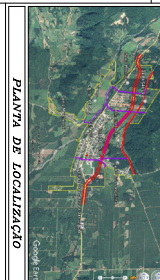
Secretario de Administração e Finanças

LEI Nº 1.883/2017 ANEXO I

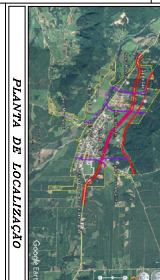
Publicação Nº 1455504

FOTO GOOGLE EARTH - TIMBÉ DO SUL
PERIMETRO URBANO E BAIRROS**EXECUTANTE: J.A Serviços de Engenharia Eireli Me**Fone: (48) 3537-1513 / (48) 99637-4979 / (48) 99156-1449
Meleiro/SC

Publicação Nº 1455505



Publicação Nº 1455508



Timbó

PREFEITURA

ATA LICITAÇÃO DESERTA - CONCORRÊNCIA N.º 72 2017 PMT

Publicação N° 1457050

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA CONCORRÊNCIA N.º 72/2017 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS - PMT
LICITAÇÃO DESERTA

Às oito horas e cinco minutos, do décimo terceiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete (13/12/2017), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n° 55, de 27 de janeiro de 2017, sob a presidência da Sra. Lourdes Moser, estando presentes os membros Moacyr Cristofolini Jr. e Ângela Preuss, para proceder a sessão de abertura dos trabalhos para recebimento/abertura dos envelopes do Processo Licitatório – Concorrência 72/2017 – PMT, que tem por objeto a Alienação de Imóveis.

Aberta a sessão, às 08:05h, constatou-se que nenhuma empresa e nenhum particular se fizeram presentes e nem enviaram/protocolaram os envelopes de Documentação/Habilitação e Proposta de Preços, razão pela qual a Comissão decidiu aguardar por mais 10min.

Às 08:15h, sem que houvessem interessados em participar dessa Concorrência, a Comissão declarou a LICITAÇÃO DESERTA.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pelos presentes, encaminhando-se os autos à autoridade instauradora do certame para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 28 2017 SAMAE - FORNECIMENTO VEÍCULO (MINI VAN)

Publicação N° 1457051

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2017 SAMAE

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de veículo, (mini van), tipo passeio, com cinco lugares, novo, sem uso, especificado no anexo I (termo de referência) para atender às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE (repetição parcial do pregão presencial n.º 21/2017, com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h10min do dia 11 de janeiro de 2018. ABERTURA: dia 11 de janeiro de 2018 às 08h15min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 13 de dezembro de 2017

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

AVISO PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 107 2016 PMT - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Publicação N° 1457052

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA COBRANÇA DOS TRIBUTOS E / OU OUTROS EMOLUMENTOS/RECEITAS/VALORES DEVIDOS À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL (ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA) E RECEBIMENTO E TRATAMENTO DE DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO DO SAMAE, NO PADRÃO FEBRABAN

O Município de Timbó informa que o prazo do credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários para cobrança dos tributos e /ou outros emolumentos/receitas/valores devidos à azenda pública municipal (administração direta e indireta) e recebimento e tratamento de documentos de arrecadação do SAMAE, no padrão Febraban, de acordo com o disposto no item 1.2 do edital, fica prorrogado até 31/12/2018. A entrega do envelope contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência (até 31/12/2018). Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site www.timbo.sc.gov.br, link de Licitações.

Timbó, 13 de dezembro de 2017
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 168.2017 FCT

Publicação Nº 1457054

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 168/2017 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, LUIZ ANTONIO ARTZ 04169742958, CNPJ nº. 29.220.008/0001-45, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 21/12/2017.

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 13 de dezembro de 2017.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS Nº. 2016.001 E 2016.002 PMT

Publicação Nº 1457056

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016/001 E 2016/002
PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº. 14.576.552/0001-57, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 21/12/2017.

HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 13 de dezembro de 2017.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.068 - SAMAE

Publicação Nº 1457057

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/068
AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
AUTORIZADO: DRJ Radiocomunicações LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2018.
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017.
JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente do SAMAE

RESOLUÇÃO N.º 01/2017-CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Publicação Nº 1455988

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI

RESOLUÇÃO N.º 01/2017

DISPÕE E NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI) PARA COMPOR A MESA DIRETORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Conforme a lei LEI Nº 2200, de 17 de outubro de 2003 que dispõe sobre a política municipal do idoso, cria o conselho municipal do idoso, e dá outras providências. Diante disso a composição da mesa diretora ficou:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a seguinte composição da mesa diretora vigente até outubro de 2019

Presidente: Adriane Claudia Bertoldi Zanella

Vice-presidente: Inês Klaumann

Primeiro Secretário: Marcia Withoeft Mellies

Segundo Secretário: Waldemar Gebauer

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor após sua publicação

Adriane Claudia Bertoldi Zanella

Presidente do Conselho Municipal do Idoso (CMI)

Gestão 2017 – 2019

RESOLUÇÃO Nº11 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455837

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ

Criado pela Lei Municipal Nº 1.713/94

Avenida Sete de setembro, 595 – Centro – CEP 89120 - 000

Timbó - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº11 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social de 2017 para o exercício de 2018 a 2021, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Timbó/SC, em Reunião extraordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 1713, de 19 de dezembro de 1994, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social,

CONSIDERANDO ser condição aos municípios para o repasse de recursos, a efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Art. 30.

CONSIDERANDO as orientações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012, em seu capítulo III;

CONSIDERANDO o processo participativo, no qual deve ser elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de reuniões com a equipe técnica da gestão municipal, representação do conselho municipal de assistência social, realização de grupos focais, com usuários e trabalhadores;

Considerando que o Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 na perspectiva do SUAS, o qual deve ser elaborado a cada 4 anos;

Considerando que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social - 2018 a 2021, sendo que foi aprovado com a ressalva na questão do recurso financeiro, portanto o Conselho entende que os recursos serão insuficientes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Angel Pawlack

Presidente do Conselho Municipal Assistência Social (CMAS)

Gestão 2017 – 2019

CÂMARA MUNICIPAL**Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 13/2017**

Publicação Nº 1456393

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei Complementar n.º 13/2017 – Altera a Lei Complementar nº. 389, de 21 de setembro de 2010, a qual regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), às empresas de pequeno porte (EPP) e aos microempresários individuais (MEI) de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Martinho de Souza Filho

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar a Lei Complementar n.º 389/2010, que regulamenta o tratamento diferenciado dado às micro e pequenas empresas de acordo.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 08 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa despachou-o a esta Comissão no dia 12 de dezembro, em Sessão Ordinária, conforme art. 126 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 13 de dezembro, esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, onde foi solicitada orientação da Assessoria Jurídica que se manifestou de maneira favorável a aprovação do Projeto. Após a oitiva da Assessoria Jurídica, a Comissão elaborou o parecer que ora segue.

Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal determina, em seu art. 30, inciso I, que cabe exclusivamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local. Do mesmo modo, a Lei Orgânica Municipal em seu art. 15, incisos I e II atribui à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre o sistema tributário municipal. Assim, é de competência exclusiva do Município a elaboração de lei que tenha por objeto modificar o Código Tributário Municipal.

No presente caso, a proposição em comento visa adequar a legislação relativa às micro e pequenas empresas às modificações trazidas pela Lei Complementar n.º 157/2016, que alterou as normas gerais relativas ao Imposto sobre serviços (ISS), em especial no que diz respeito à instituição de alíquota mínima de 2% para o tributo o que, por conseguinte, conduz a impossibilidade de se estabelecer valor fixo mensal a título do tributo.

Analisando a proposição, verifica-se que as alterações pretendidas estão em consonância com a legislação federal que trata da matéria, não sendo nada mais do que o atendimento a um comando normativo federal, que determinou aos municípios adotarem as regras trazidas pela Lei Complementar Federal n.º 157/2016, razão pela qual se faz necessário a adequação da legislação municipal como ora é pretendido. Deste modo, verificando-se que o respectivo projeto está de acordo com as normas constitucionais, preenchendo os requisitos legais exigidos, não há óbices à sua tramitação nesta Casa Legislativa.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Complementar n.º 13/2017. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.
Rubens Borchardt Martinho de Souza Filho
Presidente Relator

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 79/2017

Publicação Nº 1456405

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 79/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Jordânia.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Martinho de Souza Filho

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Jordânia

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 11 de dezembro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, dia 12 de dezembro em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 13 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

Também compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, deliberar sobre o sistema tributário municipal, nos termos do inciso II do art. 15 da Lei Orgânica Municipal.

Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei visa autorizar a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Jordânia.

A Contribuição de Melhoria está prevista no inciso III do art. 145 da Constituição Federal e nos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional (Decreto Lei n.º 195/1967), e possui como fato gerador a valorização imobiliária oriunda de obra realizada pelo Poder Público. Também está prevista no Código Tributário Municipal.

Apesar de haver previsão legal já referida, entendem os Tribunais pátrios ser obrigatória a edição de lei específica autorizando, para cada obra, a cobrança de contribuição de melhoria para. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA AUTORIZANDO A COBRANÇA DO TRIBUTO. EDITAL QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À SUA INSTITUIÇÃO. VÍCIO, ADEMAIS, NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. CONSIDERAÇÃO DO CUSTO DA OBRA SEM LEVAR EM CONTA A EFETIVA VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. INEXIGIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE ESTADUAL. "A contribuição de melhoria é tributo cujo fato impositivo decorre da valorização imobiliária que se segue a uma obra pública, ressoando inequívoca a necessidade de sua instituição por lei específica, emanada do Poder Público construtor, obra por obra, nos termos do art. 150, I, da CF/88 c/c art. 82 do CTN, uma vez que a legalidade estrita é incompatível com qualquer cláusula genérica de tributação. (Precedentes: REsp 739.342/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/2006, DJ 04/05/2006; REsp 444.873/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2005, DJ 03/10/2005)" (REsp 927.846/RS, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 03/08/2010, DJe 20/08/2010). (TJSC, Apelação Cível n. 2015.058486-3, de Braço do Norte, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 29-03-2016).

Assim, não basta a simples instituição da Contribuição de Melhoria através do Código Tributário Municipal de maneira genérica, deve haver para cada caso concreto a edição de lei específica autorizando a cobrança do tributo em questão.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 79/2017.

Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.
Rubens Borchardt Martinho de Souza Filho
Presidente Relator

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 80/2017

Publicação Nº 1456407

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 80/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, e fornecimento de merenda escolar na forma que dispõe.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Rubens Borchardt

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de subvenção à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, bem como o fornecimento de merenda escolar.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de outubro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa o despachou a esta Comissão no mesmo dia em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

O art. 127 da Lei Orgânica de Timbó estabelece que o Município auxiliará em programas de assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente.

Entretanto, visando à lisura e a transparência das subvenções concedidas pela municipalidade a entidades beneficentes, é de extrema importância o respeito à legislação que regulamenta a concessão de tais subvenções, sob pena de se caracterizarem infrações não toleradas pelas autoridades, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A Lei Orgânica do Município de Timbó estabelece competir à Câmara Municipal a autorização de concessão de auxílio ou subvenções (inciso VI do art. 15), o que, entretanto, não dispensa o cumprimento de demais requisitos legais.

A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos encontra amparo na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Estadual nº 5.867/81. Ademais, a Constituição Federal, no inciso VIII do art. 167, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), dispõem que a destinação de recursos a entidades privadas dependerá também do atendimento às condições estabelecidas nas Leis Orçamentárias do Município ou através de créditos adicionais (artigo 26 da LRF).

As despesas em relação à execução da Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2017, segundo constam nos §§ 1.º e 2.º do artigo 1º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

No que diz respeito à prestação de contas, segundo §2.º do art. 2.º e § 3.º do art. 3.º do projeto, a APAE deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei, inclusive quantificando os benefícios recebidos em seus balancetes mensais e anuais.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 80/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt Martinho de Souza Filho

Presidente/Relator Membro

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 81/2017

Publicação Nº 1456410

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 81/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades de entidades deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator do Parecer: Vereador Rubens Borchardt

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que pretende conceder auxílio financeiro para a manutenção de entidades culturais do Município de Timbó.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro, tendo sido distribuído a essa Comissão no mesmo dia, em

Sessão Ordinária, pelo Presidente da Mesa Diretora.

No dia 13 de dezembro essa comissão teve o presente como pauta em sua reunião ordinária, quando exarou o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Da emenda pela Comissão

Pelo que se observa do Projeto em questão, existe uma incorreção no texto do inciso II do art. 1.º da proposição. Consta no referido dispositivo que o endereço da Sociedade São Roque é Rua Pomeranos s/n.º, Bairro Pomeranos, quando na verdade a Sociedade está localizada na Rua Pomeranos s/n.º, Bairro São Roque. Sendo assim, se faz necessária a apresentação de emenda modificativa visando corrigir o dispositivo referido de modo a inserir o endereço correto da Sociedade São Roque.

b) Do mérito

No que tange à técnica legislativa, com a adoção da emenda supra, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998, respeitado, portanto, o §5º do art. 101 do Regimento Interno.

A Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 215 estipula ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura e apoiar e incentivar a difusão das manifestações culturais.

Sendo assim, o Município de Timbó através da Lei Complementar 171 de 24 de março de 2000, criou a Fundação Cultural de Timbó. A citada Lei prevê no inciso VIII do art. 2º, que a Fundação terá como finalidade colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimentos de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais

No caso ora em análise, o acima exposto será efetivado através da concessão de auxílio financeiro. O auxílio é matéria que depende de autorização legislativa para ser levada a efeito, conforme a disposição prevista no inciso VI do art. 15 da Lei Orgânica do Município.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Prejulgado 1532, se posicionou de maneira favorável ao repasse de auxílios a sociedades desportivas, recreativas e culturais.

Portanto, a apresentação deste Projeto atende aos preceitos legais e constitucionais conforme o todo exposto, devendo o mesmo seguir o seu trâmite regimental.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 81/2017.

Esse é o voto.

III - CONCLUSÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt Martinho de Souza Filho

Presidente/Relator Membro

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 82/2017

Publicação Nº 1456412

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 82/2017– Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades culturais por entidades deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator do Parecer: Vereador Martinho de Souza Filho

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó a conceder auxílio financeiro para manutenção de atividades culturais por entidades deste município.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no mesmo dia em Sessão Ordinária, conforme art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de dezembro a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Das emendas pela Comissão e pelos Vereadores

Pelo que se observa da proposição em questão, será concedido auxílio financeiro à Banda "Municipal Acordes Celestes", conforme preceitua o inciso IV de seu art. 1.º. Todavia, o nome correto da beneficiária em questão é "Banda Musical Acordes Celestes", conforme podemos observar do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas que vai em anexo. Assim, se faz necessária a elaboração de emenda modificativa no sentido de corrigir a situação em comento.

b) Da análise e do mérito pelo Relator

No que tange à técnica legislativa, com a adoção da emenda supra, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998, respeitado, portanto, o §5º do art. 101 do Regimento Interno.

A Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 215 estipula ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura e apoiar e incentivar a difusão das manifestações culturais.

Sendo assim, o Município de Timbó através da Lei Complementar 171 de 24 de março de 2000, criou a Fundação Cultural de Timbó. A citada Lei prevê no inciso VIII do art. 2º, que a Fundação terá como finalidade colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimentos de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais.

No caso ora em análise, o acima exposto será efetivado através da concessão de auxílio financeiro. O auxílio é matéria que depende de autorização legislativa para ser levada a efeito, conforme a disposição prevista no inciso VI do art. 15 da Lei Orgânica do Município.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Prejulgado 1532, se posicionou de maneira favorável ao repasse de auxílios a sociedades desportivas, recreativas e culturais.

Portanto, a apresentação deste Projeto atende aos preceitos legais e constitucionais conforme o todo exposto, devendo o mesmo seguir o seu trâmite regimental.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 82/2017.

Esse é o voto.

III - CONCLUSÃO**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt Martinho de Souza Filho

Membro Relator

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 83/2017

Publicação Nº 1456414

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 83/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator do Projeto: Vereador Rubens Borchardt

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende autorizar a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó - CEUTI.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 13 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa o despachou a esta Comissão no mesmo dia em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de dezembro, esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

Inicialmente cabe ressaltar que CEUTI possui reconhecimento de Utilidade Pública, tanto Municipal, através da Lei nº. 512/70, quanto Estadual através da Lei nº. 4.755/72.

Sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto, em se tratando de concessão de subvenção social, verifica-se que o presente atende

aos requisitos demonstrados no Prejulgado 1211 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especificamente os preceitos do art. 16 da Lei Federal 4.320 de 1964.

Quanto à atuação prioritária dos Municípios no ensino fundamental, conforme §2º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, há de se ressaltar que o Município atua prioritariamente suas receitas dos impostos para com a educação infantil e fundamental. Por tal, a autorização de concessão que é objeto do presente projeto não acarretará problemas quanto ao mínimo constitucional prevista no art. 212 da Constituição Federal.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão opina pela tramitação do Projeto de Lei nº 83/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt
Presidente/Relator

Martinho de Souza Filho
Membro

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 84/2017

Publicação Nº 1456415

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 84/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Rubens Borchardt

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa o despachou a esta Comissão no mesmo dia em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

O art. 125 da Lei Orgânica de Timbó estabelece que todos tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um dever do Poder Público e da Comunidade, promover ações para defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para tanto, autoriza à Administração Pública a promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, bem como adotar medidas necessárias para proteger a flora e a fauna em todo o seu território.

Entretanto, visando à lisura e a transparência das subvenções concedidas pela municipalidade a entidades beneficentes, é de extrema importância o respeito à legislação que regulamenta a concessão de tais subvenções, sob pena de se caracterizarem infrações não toleradas pelas autoridades, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A Lei Orgânica do Município de Timbó estabelece competir à Câmara Municipal a autorização de concessão de auxílio ou subvenções (inciso VI do art. 15), o que, entretanto, não dispensa o cumprimento de demais requisitos legais.

A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos encontra amparo na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Estadual nº 5.867/81. Ademais, a Constituição Federal, no inciso VIII do art. 167, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), dispõem que a destinação de recursos a entidades privadas dependerá também do atendimento às condições estabelecidas nas Leis Orçamentárias do Município ou através de créditos adicionais (artigo 26 da LRF).

As despesas em relação à execução da Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2018, segundo consta no art. 2.º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

No que diz respeito à prestação de contas, segundo o §3.º do art. 1.º, a entidade beneficiária deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei, inclusive quantificando os benefícios recebidos em seus balancetes mensais e anuais.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 84/2017. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt	Martinho de Souza Filho
Presidente/Relator	Membro

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 85/2017

Publicação Nº 1456423

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 85/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Martinho de Souza Filho

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de subvenção social à Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa o despachou a esta Comissão no mesmo dia em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de dezembro a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

É competência da Câmara de Vereadores a autorização para concessão de auxílios e subvenções conforme inciso VI do art. 15 da Lei Orgânica Municipal.

Do conteúdo do projeto, verificamos que se trata de auxílio de caráter social, o que configura sua condição assistencial, atendendo-se, portanto, as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme seu prejulgado 1211.

Verificamos que as despesas para execução desta Lei, que se trata de auxílio de caráter social, possuem dotação própria prevista no Orçamento Programa para 2018.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública pela Lei nº 2.096, de 28 de junho de 2000. Em conformidade com a legislação vigente pode ela ser alvo de transferências financeiras, devendo, contudo, submeter-se à prestação de contas, o que está previsto no projeto.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária n.º 85/2017. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt	Martinho de Souza Filho
Presidente	Relator

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 86/2017

Publicação Nº 1456425

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 86/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades da ACIMVI deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Rubens Borchardt

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Empresarial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI deste município.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa o despachou a esta Comissão no mesmo dia em Sessão Ordinária, conforme dispõe art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de dezembro essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

A Lei Orgânica do Município de Timbó estabelece competir à Câmara Municipal a autorização de concessão de auxílio ou subvenções (inciso VI do art. 15), o que, entretanto, não dispensa o cumprimento de demais requisitos legais.

Visando à lisura e a transparência das subvenções concedidas pela municipalidade a entidades beneficentes, é de extrema importância o respeito à legislação que regulamenta a concessão de tais subvenções, sob pena de se caracterizarem infrações não toleradas pelas autoridades, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos encontra amparo na Lei nº 4.320/64 e na Lei Estadual nº 5.867/81. Ademais, a Constituição Federal, no inciso VIII do art. 167, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), dispõem que a destinação de recursos a entidades privadas dependerá também do atendimento às condições estabelecidas nas Leis Orçamentárias do Município ou através de créditos adicionais (artigo 26 da LRF).

As despesas em relação à execução da Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2018, segundo consta do artigo 2º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

No que diz respeito à prestação de contas, segundo o §3.º do art. 1.º, a Associação deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei, inclusive quantificando os benefícios recebidos em seus balancetes mensais e anuais.

Sendo assim, esse Relator entende não haver óbices à tramitação da proposição nas demais comissões permanentes desta Casa.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei n.º 86/2017.

Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt

Martinho de Souza Filho

Presidente/Relator

Membro

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 87/2017

Publicação Nº 1456658

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Projeto de Lei [classificação] Nº 87/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas às entidades deste município.

Iniciativa do Projeto: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Relator: Martinho de Souza Filho

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Martinho de Souza Filho

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes a conceder auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas a entidades deste Município.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa o despachou a esta Comissão no mesmo dia, em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de dezembro a presente Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no § 3º do inciso II do artigo 217, determina que é dever do Estado fomentar a prática desportiva e incentivar o lazer como forma de promoção social.

Sendo assim, o Município de Timbó através da Lei nº 1.443, de 19 de janeiro de 1993, criou a Fundação Municipal de Esportes. A citada Lei prevê no inciso VII do art. 2º, que a Fundação terá como objetivo executar a política de esportes, recreação e lazer, tendo como uma das prioridades a celebração de convênios, contratos, acordos e termos de compromisso ou protocolo com pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, para a realização de seus objetivos.

No caso ora em análise, o acima exposto será efetivado através da concessão de auxílio financeiro. O auxílio é matéria que depende de autorização legislativa para ser levada a efeito, conforme a disposição prevista no inciso VI do art. 15 da Lei Orgânica do Município.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Prejulgado 1532, se posicionou que é possível o Município repassar auxílios à sociedade desportiva e recreativa como forma de incentivo ao esporte local, devendo ser autorizada por lei específica, atendendo às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no orçamento anual ou em seus créditos adicionais, condicionada a apresentação das prestações de contas e à observância das atividades dos entes beneficiados.

Portanto, a apresentação deste Projeto atende aos preceitos legais e constitucionais conforme o todo exposto, devendo o mesmo seguir o seu trâmite regimental.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela legalidade do Projeto de Lei nº 87/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2017

Rubens Borchardt

Presidente

Martinho de Souza Filho

Relator

Portaria nº 40/2017

Publicação Nº 1456283

Portaria Nº 040/2017

Antecipa o pagamento da remuneração aos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, "d", do Regimento Interno,

Considerando que os dias previstos para pagamento da remuneração aos servidores e vereadores da Câmara Municipal – 25 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2018, serão feriados, Resolve:

Art. 1º Realizar o pagamento da remuneração aos servidores e vereadores da Câmara Municipal, relativo ao mês de dezembro de 2017, no dia 22 de dezembro, sexta-feira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 13 de dezembro de 2017.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Portaria nº 41/2017

Publicação Nº 1456281

Portaria Nº 041/2017

Concede férias ao servidor Joel Ricardo Raiter, contador na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 38, III, "b", do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 80 e 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 09/01/2016 à 08/01/2017, ao servidor Joel Ricardo Raiter, contador na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º O servidor fruirá das férias concedidas por este ato no período de 27/12/2017 a 05/01/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 13 de dezembro de 2017.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2342

Publicação Nº 1456110

DECRETO Nº 2.342/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

FIXA PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA COBRANÇA DO IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Complementar 80/2014:

DECRETA:

Art. 1º. Fica Definida a Planta Genérica de Valores para cobrança do IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano, no exercício de 2017, conforme setorização descrita abaixo:

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR I – A – R\$ 29,69

RUAS:

Tirol A
Prefeito José Waldomiro Silva
Monsenhor João Reitmeier
Av.Antônio Carlos Altenburger A
Pedro Nelcido Kaffer
Videira – A
Oscar Rodrigues da Nova
Presidente Kennedy
Av. Afonso Dresch
Anita Garibaldi- A
Karl Neuhauser
Rudolf Rofner
Notburga Reiter
Maestro Johan Miterer
Johann Anrain

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR I – B – R\$ 23,56

RUAS:

Av.Antônio Carlos Altenurget – B
Brasílio Celestino de Oliveira
Dos Pioneiros – A
Gardina Knolseisen
Gisela Thaler
José Bonifácio
São Vicente de Paulo – A
Tirol - B

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR I - C – R\$ 21,46

RUAS:

Anita Garibaldi – B
Frei Belmiro Brondani
Gaspar Coutinho
Oscar Von Hohenbruch
Videira B
Jacob Reiter
Rua Germano Praxmarer
Videira - B

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR II – A – R\$ 19,39

RUAS:

29 de Abril
Anton Altenburger
Rua Franz Kandler
Antônio Concatto
Caçador
Caron
Dos Imigrantes
Dos Passeios
Dos Pioneiros B
Edvino Behrend
Francisco Lindner
Franz Pointl
Frederico Gregório Koroll
Fredolino Rambo
Fritz Kafmann
Gabriela Grander
Ijair Pessin
Ivo D'Aquino
Jacob Käffer
João Belarmino Grando
João Constante Piaia
José Kandler
Lúcia Klotz
Rudolf Margreiter
São Vicente de Paulo- B
Domingos Perondi
Hubert Felder
Rodovia dos Pioneiros
Pedro Caron
Agust Felder
Armando Victor Torri
Ernst Klotz
Michael Moser

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR II – B – R\$ 14,99

RUAS:

Alpina
André Pernlochner
Av.Antônio Carlos Altenburger – D
Dileto A. Dalla Costa
Felix Schwertner
João Schöll
Margarete Volk
Ministro Andreas Thaler
Thomas Kranz
Da Independência
Da Liberdade

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR II –C – R\$ 11,00

RUAS:

13 de Outubro
Berta Schöll
Dos Pioneiros C
Ivo D'Aquino- B
Luiz Grubber
Johan Rohrer
Hubert Felder
Travessa José N. Bohn

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR III - A – R\$ 10,68

RUAS:

Circular – A

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR III - B – R\$ 9,41

RUAS :
Jacob Eberl
Karl Unterberger Georg Anrain

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR III - C – R\$ 6,78

RUAS:

André Gwiggner
Circular – B
Dona Rosina
Ludwig Brugger
Peter Gwiggner
Divino F. Ansiliero
Josef Unterberger
Hubert Felder
Henrique Packer
Ferdinando Knolseisen
Severino Caron
Antônio Pattis
Maria Hass
Rua Geraldo Behrend
Rua Benito Durli
Rua Victório Verginio Concatto
Rua Naide Sauthier
Rua Osvaldo Karloh
Rua Luiz Carlos Trevisol
Rua Edson Seibel
Rua Nelson Angelim Batistella

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR IV – R\$ 7,08

I – Terrenos localizados no Loteamento Pôr do Sol
II – Terrenos localizados no Loteamento Bem Morar
III – Terrenos do Distrito Industrial

VALOR DO METRO QUADRADO DA ÁREA CONSTRUÍDA:

I – construção residencial/ comercial em alvenariaR\$ 86,15
II – construção residencial/ comercial mistaR\$ 64,57
III – Construção residencial/ comercial em, madeira R\$ 43,02
IV – Galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços R\$ 21,42

Parágrafo único. O valor mínimo para cobrança do IPTU será de R\$ 64,19 (sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
12 de dezembro de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2343

Publicação Nº 1456830

DECRETO Nº 2.343/2017 de 13/12/2017
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 325.865,45 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei 1.963/2017 de 13 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 325.865,45 (trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

07– SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

02- SERVIÇOS DE ESPORTES

2218 – Despesas com Atividades Esportivas

(86) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.00.0000 R\$ 24.500,00

09– SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01- EXTENSÃO RURAL

2017 – Agricultura e Promoção Rural

(99) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.00.0000 R\$ 5.500,00

06– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – ENSINO INFANTIL

2201 – Ensino Infantil Recursos Próprios

(48) 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 50.865,45

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

2203- Ensino Fundamental Próprios

(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 70.000,00

04– SECRETARIA DE SAÚDE

01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2104- Manutenção Fundo de Saúde

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 R\$ 175.000,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

2002 – Manutenção do Gabinete

(2) 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 20.000,00

(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 10.000,00

03– SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0001 – Precatórios e Ações de Pequenas causas

(21) 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 3.916,09

(22) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 16.339,94

2408 – Contribuição AMMOC

(14) 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 575,96

06– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

2011- Transporte Escolar Ensino Fundamental

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 100.000,00

2012 – Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental

(73) 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 42.000,00

(74) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 20.000,00

07– FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA TREZE TÍLIAS

01- SERVIÇOS DE CULTURA

2015 – Despesas com atividades Culturais

(82) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 35.000,00

08– SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

01- SERVIÇOS DE TURISMO

2016 - Despesas com programas de Turismo

(90) 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 14.000,00

2050 - Tirolerfest

(93) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 6.733,46

2209- Construção da Concha Acústica

(135) 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 R\$ 30.000,00

09– SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01- EXTENSÃO RURAL

1024 – Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
(98) 4.4.90.00.00.00.00.01.00.0000 R\$ 18.300,00

12– CONSELHO TUTELAR
01- CONSELHO TUTELAR
2316 – Manutenção do Conselho Tutelar
(117) 3.1.90.00.00.00.00.01.00.0000 R\$ 9.000,00

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA 1963

Publicação Nº 1456108

LEI MUNICIPAL Nº 1.963/2017

De 13 de Dezembro de 2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS NA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município autorizada a promover a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 325.865,45 (trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

07– SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
02- SERVIÇOS DE ESPORTES
2218 – Despesas com Atividades Esportivas
(86) 3.1.90.00.00.00.00.01.00.0000 R\$ 24.500,00

09– SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01- EXTENSÃO RURAL
2017 – Agricultura e Promoção Rural
(99) 3.1.90.00.00.00.00.01.00.0000 R\$ 5.500,00

06– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 – ENSINO INFANTIL
2201 – Ensino Infantil Recursos Próprios
(48) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 50.865,45
02 – ENSINO FUNDAMENTAL
2203- Ensino Fundamental Próprios
(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 70.000,00

04– SECRETARIA DE SAÚDE
01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2104- Manutenção Fundo de Saúde
(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 R\$ 175.000,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO
01 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
2002 – Manutenção do Gabinete
(2) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 20.000,00
(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 10.000,00

03– SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0001 – Precatórios e Ações de Pequenas causas

(21) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000	R\$ 3.916,09
(22) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	R\$ 16.339,94
2408 – Contribuição AMMOC	
(14) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000	R\$ 575,96

06– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

2011- Transporte Escolar Ensino Fundamental

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001	R\$ 100.000,00
--	----------------

2012 – Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental

(73) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001	R\$ 42.000,00
(74) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001	R\$ 20.000,00

07– FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA TREZE TÍLIAS

01- SERVIÇOS DE CULTURA

2015 – Despesas com atividades Culturais

(82) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	R\$ 35.000,00
--	---------------

08– SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

01- SERVIÇOS DE TURISMO

2016 - Despesas com programas de Turismo

(90) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000	R\$ 14.000,00
--	---------------

2050 - Tirolerfest

(93) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	R\$ 6.733,46
--	--------------

2209- Construção da Concha Acústica

(135) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000	R\$ 30.000,00
---	---------------

09– SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01- EXTENSÃO RURAL

1024 – Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas

(98) 4.4.90.00.00.00.00.01.00.0000	R\$ 18.300,00
--	---------------

12– CONSELHO TUTELAR

01- CONSELHO TUTELAR

2316 – Manutenção do Conselho Tutelar

(117) 3.1.90.00.00.00.00.01.00.0000	R\$ 9.000,00
---	--------------

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,

13 de dezembro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA 1964

Publicação Nº 1457133

LEI MUNICIPAL Nº 1.964/2017

De 14 de Dezembro de 2017

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS AMARP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do Município de Treze Tílias, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio de Peixe – CIS - AMARP nos termos do protocolo de intenções, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
14 de dezembro de 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

ADITIVO 181/2017 PMTC

Publicação Nº 1455881

Aditivo Nº.: 181/2017 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 034/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA-ME

Valor : 00.00

Vigência : Início: 31/12/2017 Término: 31/12/2018

Licitação : Processo Nº.: 11/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DIGITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS.

Trombudo Central, 13 de Dezembro de 2017

ADITIVO 182/2017 PMTC

Publicação Nº 1455882

Aditivo Nº.: 182/2017 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 033/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

Valor : 7.456,20

Vigência : Início: 31/12/2017 Término: 31/12/2018

Licitação : Processo Nº.: 27/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, LOCAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO E APRESENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS.

Trombudo Central, 13 de Dezembro de 2017

ADITIVO 183/2017 PMTC

Publicação Nº 1455883

Aditivo Nº.: 183/2017 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 178/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: FABIO MULLER & CIA LTDA.

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 31/12/2017 Término: 27/05/2018

Licitação : Processo Nº.: 114/2017

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE VALOR VISANDO BENEFICIO ASSISTENCIAL (ALUGUEL SOCIAL) PARA FAMÍLIA DA Sra. ANA PAULA SILVEIRA DIAS, CONFORME RELATORIOS EM ANEXO.

Trombudo Central, 13 de Dezembro de 2017

ATA DE REGISTRO 180/2017 PMTC

Publicação Nº 1455880

Ata de Registro Nº.: 180/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA

Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 08/12/2017 Término: 08/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, ATRAVÉS DE PINTURA MANUAL E MECÂNICA PARA REALIZAÇÃO EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL - SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
Trombudo Central, 13 de Dezembro de 2017

CONTRATO 179/2017 PMTC

Publicação Nº 1455879

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 179/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: ZLUHAN & CIA LTDA

Valor : 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 30/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E AMBIENTALIZAÇÃO COM FORNECIMENTO DOS ELEMENTOS DECORATIVOS, PARA O EVENTO DE DANÇA A SER REALIZADO PELO GRUPO KORPPUS STUDIO DANCE DIAS 16 E 17/12/2017 COMO ENCERRAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Trombudo Central, 13 de Dezembro de 2017

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CANCELAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2017

Publicação Nº 1456474

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL

AVISO DE CANCELAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2017

Comunicamos o cancelamento da Concorrência Pública nº 1/2017, cujo objeto foi a Aquisição de imóvel (terreno), no perímetro urbano do Município, com área mínima de 1.000,00 m², para futura instalação da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, que teria como data de abertura o dia 18/12/2017 as 14:00 horas.

Justificativa: A decisão pelo cancelamento se dá pela Lei Municipal nº 1998, de 12/12/2017, que Autoriza o Poder Executivo Municipal, a proceder cessão de uso gratuito de terreno, para a construção da sede própria da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Trombudo Central, 13 de dezembro de 2017.

EDSON LUIZ MORAIS

Presidente da Câmara

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4681/2017

Publicação Nº 1457126

PORTARIA Nº. 4.681/2017
Em 13 de Dezembro de 2017

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº. 1328/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: JANETE REMPEL BIEGER, JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN e SUSANE FREIBERGER, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão Municipal para análise das solicitações para concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito, encaminhadas pelas empresas, no Programa de Incentivos para a Indústria, Comércio e Prestadoras de Serviço do Município – PRÓ EMPRESA, criado pela Lei Municipal nº. 1328/2017, de 13 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Dezembro de 2017

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 249/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 156/2017 DATA EMISSÃO 14/12/2017

Publicação Nº 1456451

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 249/2017

Pregão Presencial nº: 156/2017

Data Emissão 14/12/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega conforme a demanda, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014 Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h30min do dia 28 de Dezembro de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de sementes, mudas de flores, Folhagens destinados para o embelezamento dos jardins, principais ruas, praça e manutenção de locais públicos, nesta Municipalidade de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

O licitante vencedor deverá entregar os materiais e produtos, objeto desta licitação, na Garagem da Prefeitura Municipal, estabelecida na Rua 25 de Julho, Centro, no Município de Tunápolis em até 8(oito) dias após a emissão da autorização de fornecimento, de acordo com as solicitações e o cronograma de entrega elaborado pela Setor de Obras e Urbanismo, sem a exigência de quantidade mínima e sem a cobrança de custos adicionais.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h30min do dia 28 de Dezembro de 2017 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 14/12/2017
RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 135/2017

Publicação Nº 1457053

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 135/2017

O TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS DE TUNÁPOLIS E A SICOOB CREDITAPIRANGA-COOPERATIVA DE CRÉDITOS DE LIVRA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA, NO PROGRAMA DE INCENTIVOS PARA A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTADORAS DE SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - PRÓ EMPRESA.

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a SICOOB CREDITAPIRANGA-COOPERATIVA DE CRÉDITOS DE LIVRA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA, estabelecida na Rua do Comércio, 248, Centro na cidade e Município de Itapiranga, inscrita no CNPJ sob n. 78.483.310/00001-00, representada neste ato pelo Diretor Administrativo Sr. Norberto Lengert, brasileiro, portador do CPF n. 990.942.239-53 residente e domiciliado na cidade e Município de Itapiranga, e doravante denominada CONTRATADA a INSTITUIÇÃO FINACEIRA E/OU COOPERATIVA, celebram o presente CONTRATO de co-participação, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Cumprimento da Lei 1328/2017 de 13 de outubro de 2017 do programa de incentivos para a Indústria, Comércio e Prestadoras de Serviço do Município de Tunápolis - Pró Empresa, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito devidamente credenciadas junto ao Município, será regido pelos ditames da presente lei, visando apoiar todas as empresas estabelecidas no Município sem limite de faturamento anual, tendo sua atividade comprovada, atendidas em ordem de prioridade as seguintes empresas:

1º – empresas estabelecidas e com atividade comprovada no Município de no mínimo 03 (três) anos;

2º - empresas estabelecidas e com atividade comprovada no Município de no mínimo 02 (dois) anos;

3º- empresas estabelecidas e com atividade comprovada no Município de no mínimo 01 (um) ano;

1.2 A Administração Municipal irá credenciar as Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito, subsidiando diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 1,35% (um ponto trinta e cinco reais). Sendo este percentual o máximo que o Órgão Financiador poderá cobrar das empresas.

1.3 As empresas poderão financiar 15% (quinze por cento) do seu valor adicionado do exercício imediatamente anterior, e/ou 100% (cem por cento) do valor do ISS recolhido no ano anterior à concessão de incentivo, tendo como limite máximo os seguintes valores financiados:

I – para Indústrias até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II – para Comércio até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

III- Prestador de Serviço (exceto MEI) até 15.000,00 (quinze mil reais).

- Para as empresas em início de atividade, com até um ano de existência, o valor máximo do financiamento é de até 33% (trinta e três por cento) do total investido no empreendimento, respeitados os limites estabelecidos no artigo anterior.

- O valor financiado poderá ser utilizado na sua totalidade para investimentos, como aquisição de máquinas, construções ou equipamentos, ou a empresa poderá utilizar 40% (quarenta por cento) do valor para Capital de Giro, exigindo-se ainda a comprovação de contrapartida de 10% (dez por cento) da empresa para os valores correspondentes aos investimentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

Para a consecução dos objetivos do presente CONTRATO, o MUNICÍPIO, nos estritos termos da Lei a que se refere a cláusula anterior, compromete-se à:

I) Receber o protocolo dos pedidos das empresas interessadas;

II) Requerer das empresas que anexem ao pedido um plano de trabalho dos investimentos e ou despesas de custeio;

III) Solicitar que as empresas apresentem os seguintes documentos:

a) Relatório do faturamento dos últimos 12 (doze) meses devidamente assinado pela Contabilidade responsável da empresa e do gerente ou representante legal da mesma;

b) Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte (CNPJ);

c) Contrato Social com a última alteração consolidada;

d) Prova de Regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal;

e) Prova de Regularidade relativa com a Seguridade Social (FGTS);

f) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da Lei.

IV) Constituir comissão para análise das solicitações encaminhadas pelas empresas, composta de no mínimo 3(três) servidores municipais.

V) Expedir, no caso da empresa ser aprovada pela comissão, Certidão de Aptidão da Municipalidade, definindo o valor máximo conforme VA gerado pela empresa no ano anterior à solicitação do benefício, sendo que esta Certidão deverá ser encaminhada à INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA conveniada;

VI) Conceder o subsídio para a mesma empresa com um intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

VII) Subsidiar os juros com taxas pré-fixadas, das empresas aprovadas pelo MUNICÍPIO e pela INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA, sendo que o prazo não ultrapassará 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo Segundo: A INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA compromete-se à:

I) Analisar a Certidão de Aptidão expedida pelo MUNICÍPIO, da Empresa que requerer o financiamento, reservando-se o direito de conceder

ou não o financiamento;

II) Se eventualmente ocorrer atraso de pagamento das parcelas mensais, a cobrança dos juros pelo atraso deverá ser feita diretamente à empresa beneficiada;

III) Não admitir novo financiamento com prazo inferior a 24 (vinte e quatro meses).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO

A COOPERATIVA DE CRÉDITOS DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA SICOOB CREDITAPIRANGA SC/RS, apresentou proposta e fica desta forma credenciada com um percentual de 1,35 (um virgula trinta e cinco por cento) ao mês fixo capitalizado pelo sistema price, taxa de juros a ser aplicada por mês às empresas do programa PRÓ EMPRESA.

O Município efetuará o pagamento mensalmente dos encargos financeiros junto à INSTITUIÇÃO E/OU COOPERATIVA, através de débito em conta específica para este ato e em conformidade com a relação das empresas conveniadas entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Qualquer divulgação das atividades decorrentes deste contrato deverá sempre fazer menção à cooperação ora acordada. A publicidade dos atos praticados em função deste Convênio deverá restringir-se a caráter educativo, técnico-científico ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato de credenciamento entra em vigor na data da sua assinatura e se estenderá até o limite permitido pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

Por iniciativa de qualquer uma das partes convenientes e com a anuência de ambas, o presente contrato poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alterações, desde que razões de natureza legal, administrativa ou técnica assim aconselhem, preservando-se sempre os objetivos expressos na Cláusula Primeira, bem como poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, desde que o proponente notifique o outro partícipe, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, resguardado às empresas já beneficiadas com o financiamento o direito ao prazo já fixado, com todas as vantagens previstas neste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução deste contrato, quando não for possível uma solução consensual, fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga-SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim justas e acordadas, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, nomeadas e subscritas.

Tunápolis, 07 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

COOP DE CRÉ DE LIVRE ADM DE ASSOC ITAPIRANGA

Contratados

Testemunhas:

1) _____

Cleverson Inácio Kerkoff

CPF: 918.368.409-34

2) _____

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

Turvo

PREFEITURA

NOTIFICACAO DE REPASSE 17/2017

Publicação Nº 1455584

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES Nº 17/2017

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Contrato de repasse nº: 1023338-99/2015

- SICONV: 819270/2015

Objeto: Pavimentação e drenagem pluvial no município de Turvo

Origem dos Recursos: Ministério das Cidades

Valor da parcela: R\$ 65.280,36

Data do repasse da parcela: 01/12/2017

Turvo/SC, 13 de Dezembro de 2017

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 05/2018

Publicação Nº 1456180

Estado de Santa Catarina
MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 05/2018
Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 05/2018
Tipo: TÉCNICA E PREÇO GLOBAL
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE/SC, PARA O ANO DE 2018.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 16 de janeiro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 13 de dezembro de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 3606/2017

Publicação Nº 1456465

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.606, de 11 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, JOSÉ VITOR VAUCHER SOUTO, ocupante do cargo de Monitor Desportivo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3607/2017

Publicação Nº 1456492

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.607, de 11 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, TEONILA CONTE VICENZI, ocupante do cargo de Monitor Desportivo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3608/2017

Publicação Nº 1456498

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.608, de 11 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, ELENIR GRODERS CUOCHINSKI, ocupante do cargo de professor 1 – Educação infantil 20 horas semanais, nomeado através do decreto 2.453/2014 e Professor Adjunto para educação Especial, 20 horas semanais, nomeada através do decreto 2.796/2015 lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2018 à 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3609/2017

Publicação Nº 1456504

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.609, de 11 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, FABIANE ENDERLE, ocupante do cargo de Professor 1 – Educação Infantil, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3610/2017

Publicação Nº 1456508

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.610, de 11 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, IVANI MOTERLE, ocupante do cargo de Professor 1 – Educação Infantil, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3611/2017

Publicação Nº 1456512

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.611, de 11 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, JURACI DE MORAIS MATIELLO, ocupante do cargo de Professor Adjunto, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3612/2017

Publicação Nº 1456518

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.612, de 11 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, KELLY BRESOLIN PEGORINI, ocupante do cargo de Professor de Linguagem Artística Natural, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3613/2017

Publicação Nº 1456531

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.613, de 11 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARISTELA BRUXEL SERAFINI, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3614/2017

Publicação Nº 1456534

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.614, de 11 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MONICA APARECIDA TESSARO NOVELLO, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 15/10/2016 à 14/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3615/2017

Publicação Nº 1456538

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.615, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ELIANE DANIEL PERTUSATTI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, 40 horas semanais, nomeada pelos decretos municipais 1717/2000 e 742/2011, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2018 à 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3616/2017

Publicação Nº 1456543

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.616, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, EVANDRA CASONATTO DAL BERTO, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3617/2017

Publicação Nº 1456545

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.617, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, FRANCIELI PEGURINI BENETTI, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3618/2017

Publicação Nº 1456551

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.618, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, HELENA JACINTO ROQUE, ocupante do cargo de Professor 3 Ensino Fundamental, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3619/2017

Publicação Nº 1456556

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.619, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARIZETE APARECIDA AMARO CASSARO, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3620/2017

Publicação Nº 1456562

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.620, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SILIANE M A CUOCHINSKI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, 40 horas semanais, nomeada pelos decretos municipais 1.678/2000 e 2.455/2014, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2018 à 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3621/2017

Publicação N° 1456567

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.621, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SILVANE BIANCHET FAVERO, ocupante do cargo de Professor de Sala Informatizada, 30 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

DECRETO N. 3622/2017

Publicação N° 1456573

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.622, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VANDERLEIA TONIAL SIGNOR, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

DECRETO N. 3623/2017

Publicação Nº 1456578

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.623, de 13 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ADILES TEREZINHA OSTROWSKI, ocupante do cargo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3624/2017

Publicação Nº 1456602

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.624, de 13 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, DIONE ANA COLLA, ocupante do cargo de Secretário Municipal, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2016 à 31/05/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3625/2017

Publicação Nº 1456607

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.625, de 13 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, GILBERTO FIORESE, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 07/10/2016 à 06/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3626/2017

Publicação Nº 1456610

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.626, de 13 de dezembro 2017.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARCIA FATIMA ZORZETTO, ocupante do cargo de Professor de Artes, 30 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3627/2017

Publicação Nº 1456614

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.627, de 13 de dezembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SIRLEI ZARDO TRENTIN, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de dezembro 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

LEI MUNICIPAL N. 1.098 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455955

LEI MUNICIPAL Nº 1.098, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a ratificação das alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 771/2008.

Art. 2º A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste,
em 13 de dezembro de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

Urubici

PREFEITURA

CONTRATO N° 060/2017

Publicação N° 1456218

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
EXTRATO CONTRATO N° 060/2017
PROCESSO LICITATÓRIO N° 078/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 059/2017

Objeto: Aquisição de ventiladores de parede, conforme termo de referência no Anexo 01 do edital para atender ao termo de compromisso do PAR n° 3.677, para as escolas e creches da rede municipal de ensino. Contratado: Artedânio Silva Vieira EPP. CNPJ: 28.358.842/0001-39. Valor/item: R\$ 219,00 (duzentos e dezenove reais) para o item 01. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

EDITAL 086/2017

Publicação N° 1456147

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2017
INEXIGIBILIDADE N° 015/2017

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público a todos os interessados que estão abertos, a partir da publicação deste, as inscrições para o CREDENCIAMENTO de profissional leiloeiro, para a realização leilão de bens móveis inservíveis sob a administração deste, conforme as disposições do edital e de acordo com as condições previstas no Anexo I. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

RESULTADO DA TP 007/2017

Publicação N° 1456223

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO LICITATÓRIO N° 082/2017
TOMADA DE PREÇO N° 007/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em Construção Civil, para execução de reforma da cobertura do prédio da Prefeitura, com fornecimento de material e mão de obra, nas especificações, quantidades e condições discriminadas no memorial descrito e projeto técnico, anexos do presente edital. DECLARADO DESERTO. Cumpridas as formalidades, publique-se o resultado, para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli-Prefeito Municipal

Urupema

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 043/2017 - PMU

Publicação Nº 1456769

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 04/01/2018, às 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor por item, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de combustível óleo diesel S10, óleo diesel comum, arla 32 e tanque de armazenamento e bombas de abastecimento (em regime de comodato) para instalação na garagem municipal da Prefeitura de Urupema -SC, para o ano de 2018. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 8h00min as 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou pelo site <http://www.cidademaisfriadoBrasil.com.br/>

Urupema, 14 de Dezembro de 2017.
EVANDRO FRIGO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

AVISO EDITAL 78 2017 PMU DL 06 2017

Publicação Nº 1456687

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Processo licitatório nº. 78/2017

Dispensa de licitação nº 06/2017

Data: 13/12/2017

Conforme Art. 24, X, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Objeto: locação de imóveis para funcionamento:

a) CMEI Agenir Nichele: R\$ 4.980,00/mês

b) NAES (Núcleo Avançado de Ensino Supletivo), EJA (Educação de jovens e adultos) e IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina): R\$ 2.970,00/mês

Contratado: IMOBILIÁRIA SERAFIN. CNPJ 81.369.878/0001-09.

VALOR ANUAL GLOBAL: R\$ 95.400,00

LUIS GUSTAVO CANCELLIER – Prefeito Municipal

EDITAL PL 77 2017 PMU DL 05 2017

Publicação Nº 1456708

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Processo licitatório nº. 77/2017

Dispensa de licitação nº 05/2017

Data: 13/12/2017

Conforme Art. 24, X, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Objeto: locação de jazida para retirada de saibro.

Contratado (superficiário): Adolfo Manoel Moraes. CPF 455.323.979-53.

Valor mensal: R\$ 1.665,56

Valor global: R\$ 11.658,92

LUIS GUSTAVO CANCELLIER – Prefeito Municipal

EDITAL PL 79 2017 PMU PR 59 2017

Publicação Nº 1456298

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017/PMU

Objeto: Aquisição parcelada de combustível para o exercício do ano de 2018. Entrega dos envelopes: até as 08h30 dia 28/12/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 08h30 dia 28/12/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES, situação “aberta”. Outras informações através do e-mail urussangalicita-cao@urussanga.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3465-1188.

Vargeão

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456743

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a aprovação do Plano Plurianual de Assistência Social – 2018/2021, do município de Vargeão - SC e dá outras providências.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

Considerando o artigo 3º da lei municipal 1.540/2013 o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS - os Planos de Assistência Social – PAS é instrumentos impulsionadores de novas e planejadas práticas interventivas. E para sua consolidação, condiciona a transferência de recursos financeiros federais para estados e municípios, à implementação do Conselho, Fundo e Plano

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Vargeão, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art 1º Aprovar o Plano Plurianual de Assistência Social do município de Vargeão, em reunião ordinária realizada no dia 13 de dezembro do corrente, registrada a aprovação em ata de Nº 006/2017 deste Conselho, tendo em vista o mesmo estar de acordo com o preconizado na legislação LOAS e NOB/SUAS.

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, 13 de dezembro de 2017.

Lenice de Matos Lando

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social de Vargeão – SC

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 855/2017

Publicação Nº 1456131

DECRETO MUNICIPAL Nº 855/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece Expediente Interno nas Repartições Públicas Municipais.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município...

DECRETA:

Art 1st. Fica estabelecido calendário de recesso e expediente interno para o final de 2017 e início de 2018, nas Repartições Públicas Municipais, tendo em vista as providências necessárias para o encerramento e abertura do exercício:

I. Gabinete do Prefeito e Secretaria de Adm. e Finanças: expediente interno de 18 a 22 de dezembro de 2017. Recesso de 26 de dezembro de 2017 até 05 de janeiro de 2018.

II. Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria de Agricultura: Recesso de 18 de dezembro de 2017 até 05 de janeiro de 2018.

III. Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social: Recesso de 26 de dezembro de 2017 até 05 de janeiro de 2018.

IV. Secretaria de Educação: Recesso de 22 de dezembro de 2017 até 29 de dezembro de 2017. Férias de 02 a 31 de janeiro de 2018.

V. SAMAE: expediente interno de 18 a 22 de dezembro de 2017. Recesso de 26 de dezembro de 2017 até 05 de janeiro de 2018.

§ 1st - Em razão da tipicidade dos serviços executados, as atividades da Secretaria Municipal de Saúde funcionarão em regime de plantão.

§ 2nd - Os serviços essenciais de atendimento à população ficam autorizados a fazer escala de servidores para seu perfeito funcionamento, inclusive o Departamento de Licitações.

§ 3rd - Servidores que atuam na vigilância dos prédios públicos manterão suas atividades normais.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 05 de dezembro de 2017.
Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO MUNICIPAL Nº 856/2017

Publicação Nº 1456130

DECRETO MUNICIPAL Nº 856/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 751/2016...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90.00.00.00.03.0037.49 R\$ 1.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0037.49 – Outras Transf. do FNDE conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 08 de dezembro de 2017.
Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto

no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2017

Publicação N° 1456633

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

Processo Licitatório n° 30/2017 - Edital de Pregão Presencial n° 27/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustíveis, lubrificantes e gás de cozinha. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 13h30min do dia 28/12/2017, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 13h00min às 19h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Milena Andersen Lopes Becher - Prefeita Municipal.

Videira**PREFEITURA****DECISÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 1456313

DECISÃO

Vistos etc.

Vieram os autos conclusos para decisão no que tange a dispensa de licitação para permuta de lotes do Loteamento Linha Bonita, referentes as casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal através do Projeto Habitacional Minha Casa Minha Vida, faixa II, em razão de fato superveniente que impossibilitou a edificação das moradias em face de grande declividade em discordância as regras de financiamento estabelecida pela Instituição Financeira.

Houve aprovação unânime do Conselho Municipal e parecer jurídico constatando a viabilidade legal do instrumento jurídico utilizado de dispensa de licitação.

Desta forma, acolho o parecer da Procuradoria-Geral de Videira e amparado em decisão unânime proferida pelo colegiado do Conselho Municipal de Habitação, conforme Ata n. 02/2017 AQUIESÇO à dispensa de licitação para o fim de serem permutados os lotes 01, 02, 03, 19 e 20 da quadra "G", do Loteamento Linha Bonita financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF) pelos lotes área 1 – matrícula n. 35.692; área 2 – matrícula 35.693; área 3 – matrícula 35.694; área 4 – matrícula 35.695 e área 5 – matrícula 35.696, dentro da área remanescente da mesma gleba, viabilizando a continuidade do projeto Habitacional

Dê-se ciência a Secretaria de Planejamento e a Comissão.

Remeta-se os autos ao Departamento de Expediente para publicação no DOM/SC.

Videira, 13 de dezembro de 2.017.

DORIVAL CARLOS BORGA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 14.660/17

Publicação Nº 1455732

DECRETO Nº 14660/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAS	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
R\$ 10.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	
R\$ 10.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.661/17

Publicação Nº 1455717

DECRETO Nº 14661/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

18 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.076 – Manutenção da Fundação de Esportes	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0378.000000 – Aplicações Diretas	12.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 12.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

18 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		
01 – Fundação Municipal de Esportes		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0378.000000 – Aplicações Diretas 12.000,00	15.000,00	
TOTAL DA ANULAÇÃO		R\$ 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.662/17

Publicação Nº 1455739

DECRETO Nº 14662/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 347.200,00 (Trezentos e quarenta e sete mil e duzentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração		
02 – Encargos Especiais		
2.017 – Contribuição ao PASEP		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	120.000,00	
03 – Secretaria Municipal de Administração		

02 – Encargos Especiais		
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida		
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	227.200,00	
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES		347.200,00

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.663/17

Publicação Nº 1455737

DECRETO Nº 14663/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
01 – Administração	
2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
R\$ 35.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
01 – Administração	
2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	
R\$ 35.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.664/17

Publicação Nº 1455742

DECRETO Nº 14664/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.000000 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.000012 – Aplicações Diretas	9.444,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.000000 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0066.000016 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0066.000016 – Aplicações Diretas	5.000,00
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0049.000000 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	194.444,00

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2017 dos recursos vinculados à Saúde e da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000012 – Aplicações Diretas	3.360,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.666/17

Publicação Nº 1456453

DECRETO Nº 14.666/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Declara a vacância de cargo que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 100, VI, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Declarar vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em virtude do falecimento da sua titular CLEUDES PEDROSO DE QUADROS, ocorrido em 10 de dezembro de 2017, conforme Certidão de Óbito registrada no Cartório de Registro Civil, matrícula nº 10794601552017 400021154000759978.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de dezembro de 2017, data do falecimento da servidora.

Videira, 12 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.665/17

Publicação Nº 1456433

DECRETO Nº 14.665/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Presidente e Membros para os Conselhos Administrativo e Fiscal do INPREVID.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 023/2002 e, ainda, à vista do contido no Processo Administrativo nº 32173/17,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, como presidente do INPREVID, o seguinte Servidor:

- Presidente: VILSO VANZ

Art. 2º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Administrativo do INPREVID, os seguintes membros:

I - Conselho Administrativo:

a) Titular Inativo: VOLNEI GRANETTO (inativo)
Suplente Inativo: JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

b) Titular: LEONICE FÁTIMA CROTTI TESTOLIN
Suplente: ALINE ZAGO REOLON

c) Titular: TANIA REGINA CESCO
Suplente: MARCIA REGINA VANZ

d) Titular: IZABEL APARECIDA BALBINOTT
Suplente: KALYNE DANIELEWICZ

e) Titular: KAROLINA BORSATTI
Suplente: JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS

f) Titular: CLAUDIA BERTOTTO
Suplente: ALVAIR LIRIO BARZOTTO

g) Titular: WOLMAR ERDMANN
Suplente: LUCÉLIA GRUTZMACHER

Art. 3º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Fiscal do INPREVID, os seguintes membros:

I - Titular: ILVA FARINA

Suplente: SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT

II - Titular: EZEQUIEL WEGNER

Suplente: LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL

III - Titular: CRISTINA KLOCK

Suplente: RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 14.487/17.

Videira, 12 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.667/17

Publicação Nº 1456824

DECRETO Nº 14.667/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.510/17, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.330.000,00 (Hum milhão, trezentos e trinta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

21 – Instituto de Previdência de Videira		
01 – Instituto de Previdência de Videira		
2.078 – Manutenção do INPREVID		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400.0 – Aplicações Diretas	20.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200.0 – Aplicações Diretas	1.300.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0400.0 – Aplicações Diretas	10.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	1.330.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2017 dos recursos vinculados ao INPREVID.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente o Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.668/17

Publicação Nº 1456825

DECRETO Nº 14.668/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.511/17, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 348.000,00 (Trezentos e quarenta e oito mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	348.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	348.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	348.000,00	
TOTAL DA ANULAÇÃO	348.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 115/17

Publicação Nº 1455618

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 115/17

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para a qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. BRUNA DA FONSECA	ASSISTENTE SOCIAL

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 11 de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 034/2017

Publicação Nº 1455799

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 034/2017

GENTIL GAEDKE, Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100, da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 5º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e no item "c", do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
AMILCAR DA SILVA CORREA	08.674.388/0001-18	13115/2017	12/12/2017
ANILDO ANZANELLO	13.424.526/0001-40	13905/2017	12/12/2017
ANTONIO JOSE VIEIRA	595.925.409-34	8183/2017	12/12/2017
ANTONIO LOPES	447.426.819-91	9182/2017	12/12/2017
CAPITULINO DIAS DOS SANTOS	015.952.109-20	20992/2016	12/12/2017
DEONILDO JOAO PELLIN – ESPÓLIO	076.244.509-25	10825/2016	12/12/2017
GILMAR MARQUES DE OLIVEIRA	346.110.379-91	19859/2015	12/12/2017
HELIO ANTONIO DE MATTOS	693.587.299-53	8682/2017	12/12/2017
JACKSON RODRIGO PADILHA	059.622.609-88	19772/2016	12/12/2017
JOSE IONEIDE VERONEZI	053.514.709-00	12511/2017	12/12/2017
JOSIANE MARIA ZANCANARO	558.778.509-20	10774/2017	12/12/2017
JULIA DMYTERKO DALLAGNOL – ESPÓLIO	313.646.169-04	11963/2016	12/12/2017
JUREMA MARIA DE OLIVEIRA	516.058.999-68	7671/2017	12/12/2017
MARIA HERTA RIBEIRO DOS SANTOS – ESPÓLIO	558.047.219-68	9538/2017	12/12/2017
MARIA LUIZA DE GODOY	558.285.589-00	10334/2017	12/12/2017
MOISES GONZAGA PENSO	489.095.489-91	13382/2017	12/12/2017
PAULINO DA SILVA – ESPOLIO	284.038.359-49	4487/2016	12/12/2017
RICARDO ANDRES PIZETTA	051.946.949-61	13476/2017	12/12/2017
SANDRA IARA BAVARESCO SANDRI	825.025.529-15	9885/2017	12/12/2017
TERESINHA DOS SANTOS	732.332.779-20	9633/2017	12/12/2017
VILSON DOS SANTOS	348.099.459-87	4147/2017	12/12/2017

Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira/SC, 12 de dezembro de 2017.

Gentil Gaedke
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

LEI Nº 3.510/17

Publicação Nº 1456819

LEI Nº 3.510/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.330.000,00 (Hum milhão, trezentos e trinta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

21 – Instituto de Previdência de Videira		
01 – Instituto de Previdência de Videira		
2.078 – Manutenção do INPREVID		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400.0 – Aplicações Diretas	20.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200.0 – Aplicações Diretas	1.300.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0400.0 – Aplicações Diretas	10.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	1.330.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2017 dos recursos vinculados ao INPREVID.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

LEI Nº 3.511/17

Publicação Nº 1456820

LEI Nº 3.511/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 348.000,00 (Trezentos e quarenta e oito mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	348.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		348.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	348.000,00	
TOTAL DA ANULAÇÃO		348.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PARECER DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1456307

Comunicação Interna SPLAN n. 395/2017

Interessada: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Assunto: Permuta de terreno – Loteamento Popular Linha Bonita

DA PROCURADORIA GERAL:

1. Relatório

Através da Lei Autorizativa n.º 158, de 29 de abril de 2015, o Município deflagrou com o escopo de suprir demanda habitacional, mediante parceria com a Caixa Econômica Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, onde não houve dispêndio de recursos públicos e o Município figura na condição de mediador interveniente, para feitura de 124 (cento e vinte e quatro) unidades habitacionais. Houve a dispensa de chamada pública para a contratação da empresa que efetivou o trabalho de construção, através de parecer jurídico n. 272/2015 e decisão do Chefe do Poder Executivo publicado no DOM/SC, edição n. 2004, pág. 1049/1050 em 30 maio de 2016.

Efetivada a triagem de famílias que se encaixariam no Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, nos moldes legais, e devidamente autorizada pela Lei n. 158/2015 a alienação onerosa dos 124 (cento e vinte e quatro) lotes urbanos do Loteamento Popular Linha Bonita, objeto da Matrícula n. 28.691, do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira-SC, procedeu os ulteriores termos para efetivação da construção das residências dos mutuários escolhidos no formato do programa.

Ocorre que, conforme laudo técnico apresentada pela empresa Palmas Engenharia e Construções Ltda., durante a execução dos serviços de terraplanagem da obra supracitada, foram detectadas grandes diferenças entre as curvas de nível existentes no levantamento plani altimétrico feito pelo Município e entregue a mencionada empresa, assim, em virtude da grande altura que atingiu as obras de aterro necessárias para se atingir o coeficiente de segurança exigido pelas normas pertinentes, tornando os lotes 01; 02; 03; 19 e 20 da quadra G, inúteis aos fins a que se destinavam por apresentarem declividade superior as características definidas pela Caixa Econômica Federal, para substituição e atingimento ao fim social, foi elaborado um desmembramento de cinco lotes a saber: área 1 – matrícula n. 35.692; área 2 – matrícula 35.693; área 3 – matrícula 35.694; área 4 – matrícula 35.695 e área 5 – matrícula 35.696, dentro da área remanescente da mesma gleba para permutar estas áreas sem prejuízo aos mutuários, possibilitando a edificação desses terrenos.

Os imóveis já foram avaliados em tempo oportuno e adquiridos pelos mutuários através dos trâmites legais afetos ao Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, faixa II.

2. ANÁLISE JURÍDICA

É importante ressaltar que se trata de caso permuta pura e simples sem qualquer alteração da situação fática no tocante a dispensa de licitação já se consumada para a escolha da empresa que realiza as edificações e dos mutuários já escolhidos.

As leis administrativas geralmente indicam expressamente as alienações que dependem de licitação e as que são dispensadas de procedimento dessa natureza. Em regra, toda venda de bens da Administração se sujeita à licitação, sendo afastada tal formalidade, em algumas hipóteses, em face do objeto ou das pessoas a que se destina, sendo esse o caso em questão.

A permissibilidade legal, como ênfase na situação fática jurídica, encontra respaldo legal na dispensabilidade da licitação como ocorreu na forma original de aquisição. Hely Lopes Meirelles tratando da matéria, leciona que “não exige licitação pela impossibilidade de sua realização, uma vez que a determinação do objeto da troca não admite substituição ou competição licitatória”, o que ocorre no caso é a inexigibilidade de concorrência, pois a permuta destina-se a pessoas certas, que em face de questões técnicas, tiveram os imóveis a eles alienados inviabilizados a edificação, o que caracteriza a inviabilidade da competição.

Nesse sentido o pronunciamento de Raul Armando Mendes e Oswaldo Aranha Bandeira de Mello: “A dispensa se justifica porque o contrato é com pessoa certa ou determinada, inviabilizando juridicamente o certame”, consideram-se casos impossíveis de licitação os em que se cogita de atividade em razão de atributo pessoal com que se vai fazer acordo, isto é, diz respeito a aquisição de bens por permuta, notadamente tendo como objeto de troca um imóvel advindo de Projeto Habitacional, que proporcionará e viabilizará a construção das moradias ainda a ser construída, como o instrumento necessário para atingimento do fim comu e de interesse público.

Conclusão

Ante o exposto, diante da situação de fática apresentada, entende essa Procuradoria-Geral que pode ser aplicada a dispensa d concorrência no presente caos, conforme preceitua o Art. 17, “c”, da Lei nº 8.666/93, pela efetiva impossibilidade de competição.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PROCURADOR GERAL

PORTARIA Nº 1180/17

Publicação Nº 1455762

PORTARIA nº 1180/17

Suspende prazo de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o servidor Ademar de Almeida Filho encontra-se afastado das atividades por motivo de saúde,

RESOLVE

Art. 1º Suspende, pelo período de 4 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, o prazo de conclusão do Processo de Sindicância nº 20022/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de dezembro de 2017.

Videira, 4 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1189/17

Publicação Nº 1455752

PORTARIA nº 1189/17
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 32617/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor MAURI WILSON RODRIGUES JUNIOR, Profissional de Educação Física, a partir de 1º de fevereiro de 2018 até 1º de maio de 2018, referente ao quinquênio de 26 de setembro de 2011 até 25 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Videira, 11 de novembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1190/17

Publicação Nº 1455749

PORTARIA Nº 1190/17

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 32741/2017,

RESOLVE

Art. 1º Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor LUIZ CARLOS GARBIN, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, correspondente ao período compreendido entre 1º de abril de 1990 até 30 de junho de 1994, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1191/17

Publicação Nº 1455755

PORTARIA Nº 1191/17

Altera a Portaria nº 1476/03

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 32560/2017,

RESOLVE

Art. 1º Fica alterada a Portaria nº 1476/03 quanto aos seus efeitos, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 22 de dezembro de 2003.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1192/17

Publicação Nº 1455759

PORTARIA nº 1192/17

Substitui Presidente e Membro da Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1553/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor RODOLFO PIRES FILHO, para exercer as funções de Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 0941/17, em substituição à servidora LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO.

Art. 2º Designar o servidor PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO, para exercer as funções de membro da Comissão de Processo Disciplinar, em substituição ao servidor MÁRIO PEDRO FONTANELLA.

Art. 3º A Comissão de Processo Disciplinar, fica assim constituída: RODOLFO PIRES FILHO, PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO e FRANCIELI APARECIDA VIZOLLI DE SOUZA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1193/17

Publicação Nº 1455746

PORTARIA nº 1193/17

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 071/2017, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º a 30 de dezembro de 2017, o gozo de férias da servidora REGIANE APARECIDA JULIANOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, referente ao período aquisitivo de 4 de março de 2017 até 3 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1194/17

Publicação Nº 1455763

PORTARIA nº 1194/17

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 12839/2017, atrelado ao Processo Administrativo nº 0970/2017, nomeada pela Portaria nº 0734/17.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Parágrafo Único do art. 279, da Lei Complementar nº 130/12;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 8 de dezembro de 2017, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 12839/2017, atrelado ao Processo Administrativo nº 0970/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a 8 de dezembro de 2017.

Videira, 11 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1195/17

Publicação Nº 1455764

PORTARIA nº 1195/17

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 13717/2017, nomeada pela Portaria nº 0667/17.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Parágrafo Único do art. 279, da Lei Complementar nº 129/12;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 12 de dezembro de 2017, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 13717/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017.

Videira, 11 de dezembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2017 - PMV

Publicação Nº 1456385

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 137/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FAIXAS EM LONA, BANNERS DIVERSOS E OUTDOOR (IMPRESSÃO E APLICAÇÃO) PARA USO NA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, OBRAS, PROGRAMAS E PROJETOS DO MUNICÍPIO, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, GABINETE, E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 15/01/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DA TP Nº 01/2017- FMS

Publicação Nº 1455870

ESTADO DE SANTA CATARINA

município DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017-FMS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO (PAME), LOCALIZADO NA RUA ANTÔNIO FERLIN, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 253,19M², CONFORME PROJETO BÁSICO, restando HABILITADAS as empresas Concretos Farroupilha Ltda, Rodrigues & da Silva Ltda – EPP, Palazzo Construtora Ltda ME, Materbras Materiais de Construção Eireli – ME e Construtora Branger Ltda. Diante da desistência expressa do prazo recursal do julgamento da habilitação de todas as empresas participantes, passou-se para a abertura e análise das propostas, restando vencedora a empresa Abreu e Abreu Serviços Eirelli ME por apresentar o menor preço de R\$ 117.836,19 (Cento e dezessete mil, oitocentos e trinta e seis reais, e dezenove centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 12 de Dezembro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 04/2017- PMV

Publicação Nº 1455914

ESTADO DE SANTA CATARINA

município DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DO CE-MEI CLAUDIO BALESTRIN, LOCALIZADO NA RUA JOÃO NOVELLO, BAIRRO SANTOS DUMONT, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 408,52M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda EPP vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 48.372,99 (quarenta e oito mil trezentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 13 de Dezembro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO 205/2017 - PMV

Publicação Nº 1456822

Termo Aditivo nº 205/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 71/207

Processo: DL nº 09/2017- PMV

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº 71/2017, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 31/12/2018.

Data: 13/12/2017.

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 089/2017

Publicação Nº 1456303

DECRETO N.º 089/2017
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, atualizada pela Lei n.º 8.883 de 08.06.94.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de licitações:

- VALDELI JOSE SEBASTIAO - Presidente.

- JAIR WIPPEL - Secretário.

- BRENO VILHALBA PAMPLONA - Membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

	BENTO FRANCISCO SILVY Prefeito Municipal
--	--

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº055/11

PORTARIA Nº 253/2017

Publicação Nº 1455549

PORTARIANº 253/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: DENY ELEN DOS SANTOS

Cargo: PROFESSOR NIVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 190/2017, de 28 de julho de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 254/2017

Publicação Nº 1455556

PORTARIANº 254/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: EDUARDO DECARLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratado pela Portaria nº 052/2017, de 10 de fevereiro de 2017, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, exonerado a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 255/2017

Publicação Nº 1455560

PORTARIANº 255/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GRACIELI MONDINI

Cargo: PROFESSOR NIVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 128/2017, de 08 de junho de 2017, com carga horária de 15 (quinze) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 256/2017

Publicação Nº 1455563

PORTARIANº 256/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MAICON MARCELO FOSSA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratado pela Portaria nº 055/2017, de 10 de fevereiro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 257/2017

Publicação Nº 1455572

PORTARIANº 257/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: NOELI SEPKA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 053/2017, de 10 de fevereiro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 258/2017

Publicação Nº 1455578

PORTARIANº 258/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PATRICIA HOBOLD ZALASKO

Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 049/2017, de 10 de fevereiro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 259/2017

Publicação Nº 1455592

PORTARIANº 259/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TAIS MENEGHELLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 209/2017, de 05 de setembro de 2017, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 260/2017

Publicação Nº 1455598

PORTARIANº 260/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VERA LUCIA TIBES DE MELLO

Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 064/2017, de 14 de fevereiro de 2017, com carga horária de 15 (quinze) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 261/2017

Publicação Nº 1455616

PORTARIANº 261/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ZENITA IGNACZUK

Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 050/2017, de 10 de fevereiro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 262/2017

Publicação Nº 1455613

PORTARIANº 262/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO

Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 187/2017, de 26 de julho de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 263/2017

Publicação Nº 1455619

PORTARIANº 263/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALINE MARIA VENDRAMI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 237/2017, de 16 de novembro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 12 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 045/2017

Publicação Nº 1456816



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
 Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
 Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 1 / 10

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.27/2017

Pregão Nº 45/2017

Validade: 14/12/2018

13 de dezembro de 2017, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES.**, em um prazo que se estende 14/12/2018 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 101508 - CELIA REGINA W. SANI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ADESIVO INSTANTÂNEO INCOLOR LÍQUIDO DE 1ª QUALIDADE, QUE PERMITE ADESÕES SUMAMENTE RÁPIDAS E RESISTENTES EM SUPERFÍCIES, COMO: METAIS, PLÁSTICOS, BORRACHA E MATERIAIS POROSOS 20G TIPO SUPERCIANO.	UN	TEK BOND	20	7,80	156,00
73	PAPEL CONTACTO PRETO, ROLO C 25MT 1ªQUALIDADE	ROLO	VMP	4	85,00	340,00
Total do Fornecedor:						496,00
Fornecedor: 101516 - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	ARQUIVO MORTO PAPELÃO (350X135X240)	UN	DELCRIS	50	1,40	70,00
8	CADERNO BROCHURA UNIVERSITARIO 96 FOLHAS FORMATO 200MMX275MM FOLHAS BRANCAS, CAPA DURA	UN	PANAMERICANA	2.000	4,44	8.880,00
12	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR PRETA - 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	CARIMBRAS	200	0,35	70,00
13	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERDE 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	RADEX	50	1,95	97,50
14	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA 1ª QUALIDADE RECARREGÁVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	RADEX	100	1,95	195,00
15	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE - COR VERMELHA 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	CARIMBRAS	200	0,35	70,00
16	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR AZUL, 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	CARIMBRAS	1.500	0,35	525,00
18	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR AZUL 1ª QUALIDADE RECARREGÁVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	RADEX	50	1,95	97,50
19	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR PRETA -	UN	RADEX	200	1,95	390,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-EHKS-250880671 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

13/12/2017 17:04

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
 Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
 Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 2 / 10

Fornecedor: 101516 - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	1º QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL					
32	COLA BRANCA ESCOLAR MINIMO 100G, NAO TOXICA, PLASTICA LAVAVEL, COM BICO RESISTENTE 1ª QUALIDADE	UN	PIRATININGA	100	1,02	102,00
34	COLA GLITTER ESCOLAR C/ 12 CORES VARIADAS, ATOXICA, SOLUVEL EM AGUA COMP: RESINA DE PVA, GLITTER E CONSERVANTE BENZOTIAZOL DE 1ª QUALIDADE	UN	PIRATININGA	10	8,90	89,00
35	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML NAO TOXICA, INODORO, COBRIR NA 1ª APLICACAO, NAO RESSECA, CX C/ 12 UNIDADES.	CAIXA	RADEX	1	9,15	9,15
43	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 48MMX45M, 1ª QUALIDADE	UN	FSP	20	1,90	38,00
61	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 C/5000	CAIXA	RAFA	10	2,10	21,00
67	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AMARELA	PACOTE	REIPEL	10	6,80	68,00
68	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AZUL ESCURA	PACOTE	REIPEL	10	6,80	68,00
69	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR BRANCA	PACOTE	REIPEL	10	6,80	68,00
70	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR PRETA	PACOTE	REIPEL	10	6,80	68,00
71	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERDE	PACOTE	REIPEL	10	6,80	68,00
72	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERMELHA	PACOTE	REIPEL	10	6,80	68,00
80	PAPEL DOBRADURA COR AMARELA	UN	VMP	60	0,23	13,80
81	PAPEL DOBRADURA COR AZUL	UN	VMP	60	0,23	13,80
82	PAPEL DOBRADURA COR ROSA	UN	VMP	60	0,23	13,80
83	PAPEL DOBRADURA COR VERDE	UN	VMP	60	0,23	13,80
84	PAPEL DOBRADURA COR VERMELHO	UN	VMP	60	0,23	13,80
88	PAPEL KRAFT NATURAL, 80G, BOBINA C/ 14 KG DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO: 1,00 X 200 M.	BOBINA	SAFRA	1	55,00	55,00
103	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR AZUL.	UN	RADEX	7	23,00	161,00
104	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200ML, COR PRETA.	UN	RADEX	10	23,00	230,00
105	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR VERMELHA.	UN	RADEX	7	23,00	161,00
Total do Fornecedor:						11.738,15
Fornecedor: 103268 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	ALFINETE PARA MAPA REDONDO COLORIDO CX 50 UN	CAIXA	JOCAR	4	2,13	8,52
3	APONTADOR COM LAMINA DE ACO TEMPERADO ESPECIAL MATERIAL	UN	LEONORA	300	0,15	45,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
 Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
 Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 3 / 10

Fornecedor: 103268 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	RESISTENTE DE 1º QUALIDADE.					
7	BORRACHA BRANCA MACIA COMUM, TAMANHO APROXIMADO 32X23X7MM, EM BORRACHA CARGAS, OLEO MINERAL, ACELERADOR E ESSENCIA, PRODUTO NAO TOXICO, 1º QUALIDADE	UN	RED BOR	1.000	0,16	160,00
17	CANETA HIDROGRAFICA 12 CORES 1º QUALIDADE	UN	LEONORA	20	2,02	40,40
21	CARTOLINA 150G 50X66 COR AMARELA	UN	BIGNARD	200	0,33	66,00
22	CARTOLINA 150G 50X66 COR AZUL	UN	BIGNARD	200	0,33	66,00
23	CARTOLINA 150G 50X66 COR BRANCA	UN	BIGNARD	300	0,33	99,00
24	CARTOLINA 150G 50X66 COR VERDE	UN	BIGNARD	200	0,33	66,00
25	CARTOLINA DUPLEX NA COR AMARELA	UN	PREMIATA	100	0,55	55,00
26	CARTOLINA DUPLEX NA COR AZUL	UN	PREMIATA	100	0,55	55,00
27	CARTOLINA DUPLEX NA COR PRETA	UN	PREMIATA	100	0,55	55,00
28	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERDE	UN	PREMAITA	100	0,55	55,00
29	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERMELHA	UN	PREMAITA	100	0,55	55,00
33	COLA BRANCA ESCOLAR 40 GRAMAS, NAO TOXICA, LAVAVEL BICO RESISTENTE, 1ª QUALIDADE.	UN	FRAMA	500	0,54	270,00
36	ESTILETE RETRATIL PROFISSIONAL LAMINA EM ACO CARBONO COM PONTAS RENOVAVEIS E TRATAMENTO E ANTIFERRUGEM, SISTEMA DE TRAVA AUTOMATICA, CORPO EM PLASTICO RESISTENTE LAMINA LARGA.	UN	JOCAR	10	1,05	10,50
39	EXTRATOR DE GRAMPO ESPÁTULA GALVANIZADO	UN	CAVIA	10	0,62	6,20
42	FITA ADESIVA TRANSPARENTE MINIMA DE 12MMX40M ROLO GRANDE - 1º QUALIDADE	UN	EUROCEL	20	0,65	13,00
44	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AMARELA C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
45	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL CLARO C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
46	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL ESCURO C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
47	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR BRANCA C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
48	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR DE PELE C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
49	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR LARANJA C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
50	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR PRETA C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
51	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR ROSA C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
52	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
53	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE LIMA C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
54	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHA ESCURA C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
55	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHO CLARO C/10	UN	MILLY	10	8,50	85,00
56	GIZ DE CERA, CAIXA C/12 UNIDADES, 1ª QUALIDADE, FABRICADO COM CERA DE ALTA QUALIDADE, DE FORMATO	CAIXA	PIRATININGA	50	1,06	53,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-EHKSG-25080671 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

13/12/2017 17:04

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
 Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
 Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 10

Fornecedor: 103268 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	ANATOMICO					
57	GIZ ESCOLAR BRANCO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	14	1,95	27,30
58	GIZ ESCOLAR COLORIDO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	14	2,63	36,82
62	LAPIS DE COR APONTADO PARA USO ESCOLAR E PROFISSIONAL OTIMA TRANSFERENCIA DE COR PARA O PAPEL COM GRANDE COBERTURA CORES VIVAS E BRILHANTES FACIL DE PONTAR SUPER RESISTENTE FEITO DE MADEIRA CAIXA GRANDE COM 12 UNIDADES 1º QUALIDADE.	CAIXA	EBRAS ECOLE	500	2,60	1.300,00
64	MARCA TEXTO CORES VARIADAS.	UN	JOCAR	12	0,78	9,36
65	MASSINHA PARA MODELAR 90 G C/6 UNIDADES 1º QUALIDADE	CAIXA	LEONORA	150	1,14	171,00
66	PAPEL BRANCO MONOLUCIDO, 60G, BOBINA DE 08 KG.	BOBINA	TRENTON	6	78,00	468,00
74	PAPEL CONTACTO TRANSPARENTE, ROLO COM 25 METROS, 1ª QUALIDADE.	ROLO	PLAVITEC	4	38,50	154,00
75	PAPEL CREPOM C/10 COR AMARELA	PACOTE	VMP	10	4,58	45,80
76	PAPEL CREPOM C/10 COR BRANCA	PACOTE	VMP	10	4,58	45,80
77	PAPEL CREPOM C/10 COR LARANJA	PACOTE	VMP	10	4,58	45,80
78	PAPEL CREPOM C/10 COR VERDE	PACOTE	VMP	10	4,58	45,80
79	PAPEL CREPOM COM 10 NA COR AZUL	PACOTE	VMP	10	4,58	45,80
89	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR AMARELA.	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00
90	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR AZUL.	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00
91	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR ROSA.	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00
92	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR VERDE.	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00
95	PERCEVEJO LATONADO COM 100 UNIDADES	CAIXA	BRW	20	1,35	27,00
96	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA AZUL 1ª QUALIDADE C/12 FABRICACAO NACIONAL	CAIXA	J.STAMP	2	15,36	30,72
97	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR PRETA	CAIXA	J.STAMP	2	15,36	30,72
98	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERDE	CAIXA	J.STAMP	2	15,36	30,72
99	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERMELHA	CAIXA	J.STAMP	2	15,36	30,72
102	PRENDEDOR PRETO PARA PAPEL 19MM COM 12 UNIDADES	CAIXA	BRW	2	1,67	3,34
106	REGUA ESCOLAR FABRICADA EM POLIPROPILENO 30CM DE COMPRIMENTO CRISTAL.	UN	WALEU	600	0,40	240,00
109	TINTA FACIAL NAO TOXICA, C/ 6 UNIDADES DE 15 ML NAS CORES: AMARELO, VERDE, VERMELHO, AZUL, PRETA E BRANCA DE 1ª QUALIDADE.	CAIXA	ROSTINHO PINTADO	5	15,30	76,50
110	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AZUL, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	12,10	84,70
111	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AMARELO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	12,10	84,70

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-EHKSG-250880671 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

13/12/2017 17:04



**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
 Unica: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
 Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
 Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 5 / 10

Fornecedor: 103268 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
112	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, BRANCO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	12,10	84,70
113	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, PRETO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	12,10	84,70
114	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA, VERDE, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	12,10	84,70
115	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, VERMELHO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	12,10	84,70
Total do Fornecedor:						6.552,02
Fornecedor: 103284 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
63	LAPIS PRETO COM GRADUACAO Nº02 EM FORMATO REDONDO, MACIO E RESISTENTE, APONTADO, 1º QUALIDADE	UN	MAKE	1.000	0,15	150,00
100	PINCEL PARA TINTA Nº 12 DE 1ª QUALIDADE	UN	LEO E LEO	100	0,73	73,00
101	PRANCHETA MDF A4 BRANCA C/ PREND.METÁLICO	UN	W1000	2	2,70	5,40
Total do Fornecedor:						228,40
Fornecedor: 107646 - ADL COMERCIAL EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
38	ETIQUETA ADESIVA ESCOLAR 53X80 MM C/ PAUTA C/ TARJA PT 10 UN	PACOTE	REFLEX	100	3,20	320,00
Total do Fornecedor:						320,00
Fornecedor: 848239 - PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	BALÃO COMUM, PRODUZIDO EM LÁTEX COM DIMENSÕES DE POLEGADAS (23 CENTÍMETROS) DE CORES VARIADAS, PACOTE COM 50 UNIDADES DE 1º QUALIDADE	PACOTE	JOY	50	5,00	250,00
6	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSA PARA PISTOLA GRANDE	UN	CLASSE	2	18,89	37,78
9	CADERNO 1/4 BROCHURA 60 FOLHAS BRANCAS CAPA DURA	UN	PANAMERICANA	1.000	2,55	2.550,00
10	CADERNO CALIGRAFIA 1/4 PEQUENO DE 40 A 48 FOLHAS	UN	PANAMERICANA	20	0,89	17,80
11	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA 200 FOLHAS BRANCAS UMA MATERIA	UN	PANAMERICANA	50	6,87	343,50
20	CANETA PARA RETROPROJETOR CORES VARIADAS, PONTA FINA 1,0MM, 1ª QUALIDADE	UN	JOCAR	30	1,30	39,00
30	CLIPS NR.0 GALVANIZADO C/ 500GRAMAS	CAIXA	XR	10	5,45	54,50
31	CLIPS NR.8/0 GALVANIZADO C/500 GRAMAS	CAIXA	XR	10	5,45	54,50
40	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 25X50 1º QUALIDADE	UN	ADELBRAS	50	2,45	122,50
41	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 50X50 PESO 245GG 1º QUALIDADE	UN	ADELBRAS	30	4,58	137,40
59	GRAMPEADOR PARA GRAMPO26/6 MEDIO - ESTRUTURA METALICA, APOIO PLASTICO, PARA GRAMPEAMENTO MINIMO DE 20 FOLHAS GRAMATURA 15 GR/M2	UN	CLASSE	5	5,99	29,95
60	GRAMPEADOR MODELO ALICATE, COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATE 30 FOLHAS.	UN	CLASSE	2	23,00	46,00
85	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA	CAIXA	OFF PAPER	3	9,40	28,20

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-EHKS-250880671 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

13/12/2017 17:04

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
 Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
 Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 6 / 10

Fornecedor: 848239 - PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	COM 50FLS NA COR PALHA					
86	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS, NA COR SALMAO	CAIXA	OFF PAPER	10	9,40	94,00
87	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR BRANCA	CAIXA	OFF PAPER	3	9,40	28,20
93	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS.	PACOTE	PRINTPAPIRO	300	14,70	4.410,00
94	PASTA SUSPENSÃO KRAFT 170G HASTE PLÁSTICA CX 50 UN	CAIXA	TIMPEL	5	40,00	200,00
107	TESOURA ESCOLAR, LÂMINA EM AÇO INOX 5". CABO EM POLIPROPILENO, LÂMINA SEM PONTA.	UN	JOCAR	150	0,89	133,50
108	TESOURA MULTIUSO P/ DESTRO 24 CM CORES DIVERSAS EM AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, ANATOMICO E VERSATIL, 1ª QUALIDADE.	UN	JOCAR	2	3,80	7,60
116	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROSA	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
117	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR LARANJA	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
118	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROXA	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
119	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AMARELA	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
120	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AZUL	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
121	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR BRANCA	ROLO	KARI	4	42,80	171,20
122	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERDE	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
123	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERMELHA	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
124	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M ROLO COM 50 METROS COR PRETO	ROLO	KARI	2	42,80	85,60
Total do Fornecedor:						9.440,43

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 28.775,00** (vinte e oito mil e setecentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 14/12/2018, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-EHKSG-250880671 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

13/12/2017 17:04



**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
 Unica: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
 Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
 Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 7 / 10

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 45/2017**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 45/2017** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2018	
64	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
333903014000000	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
01190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
2018	
65	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
333903014000000	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
01360000	TSalário Educação

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES****Compras e Contratos****Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 8 / 10

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 9 / 10

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES. Nº. 45/2017, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 13 de dezembro de 2017.

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI
WACHHOLZ
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

CELIA REGINA W. SANI ME
CONTRATADA

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
CONTRATADA

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 57 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata
Registro de Preço: 27 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de
Preço: 57 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 10 / 10

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
CONTRATADA

JLM COMERCIO DE PRODUTOS
ALIMENTICIOS LTDA ME
CONTRATADA

ADL COMERCIAL EIRELI
CONTRATADA

PERFORMANCE COMERCIO & SERVICOS
EIRELI - ME
CONTRATADA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 45-2017

Publicação Nº 1456812

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número -
Minuta - Licitação: 57 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 1 / 5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Aquisição de Bens
45/2017
Processo Administrativo: 57/2017

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 45/2017, o(s) participante(s):

101508 - CELIA REGINA W. SANI ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ADESIVO INSTANTÂNEO INCOLOR LÍQUIDO DE 1ª QUALIDADE, QUE PERMITE ADESÕES SUMAMENTE RÁPIDAS E RESISTENTES EM SUPERFÍCIES, COMO: METAIS, PLÁSTICOS, BORRACHA E MATERIAIS POROSOS 20G TIPO SUPERCIANO.	UN	TEK BOND	20	R\$7,80	R\$156,00
73	PAPEL CONTACTO PRETO, ROLO C 25MT 1ªQUALIDADE	ROLO	VMP	4	R\$85,00	R\$340,00
Total do Fornecedor:						R\$496,00

101516 - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	ARQUIVO MORTO PAPELÃO (350X135X240)	UN	DELCRIS	50	R\$1,40	R\$70,00
8	CADERNO BROCHURA UNIVERSITARIO 96 FOLHAS FORMATO 200MMX275MM FOLHAS BRANCAS, CAPA DURA	UN	PANAMERICA	2.000	R\$4,44	R\$8.880,00
12	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR PRETA - 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	CARIMBRAS	200	R\$0,35	R\$70,00
13	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERDE 1º QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	RADEX	50	R\$1,95	R\$97,50
14	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA1º QUALIDADE RECARREGÁVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	RADEX	100	R\$1,95	R\$195,00
15	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE - COR VERMELHA 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	CARIMBRAS	200	R\$0,35	R\$70,00
16	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR AZUL, 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	CARIMBRAS	1.500	R\$0,35	R\$525,00
18	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR AZUL1º QUALIDADE RECARREGÁVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	RADEX	50	R\$1,95	R\$97,50
19	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR PRETA - 1ºQUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	RADEX	200	R\$1,95	R\$390,00
32	COLA BRANCA ESCOLAR MINIMO 100G, NAO TOXICA, PLASTICA LAVAVEL, COM BICO RESISTENTE 1ª QUALIDADE	UN	PIRATININGA	100	R\$1,02	R\$102,00
34	COLA GLITTER ESCOLAR C/ 12 CORES VARIADAS,ATOXICA, SOLUVEL EM AGUA COMP: RESINA DE PVA,GLITTER E CONSERVANTE BENZOTIAZOL DE 1ª QUALIDADE	UN	PIRATININGA	10	R\$8,90	R\$89,00
35	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML NAO TOXICA, INODORO, COBRIR NA 1ª APLICACAO, NAO RESSECA, CX C/ 12 UNIDADES.	CAIXA	RADEX	1	R\$9,15	R\$9,15
43	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 48MMX45M, 1ª QUALIDADE	UN	FSP	20	R\$1,90	R\$38,00
61	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 C/5000	CAIXA	RAFA	10	R\$2,10	R\$21,00
67	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AMARELA	PACOTE	REIPEL	10	R\$6,80	R\$68,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO561201-006-RVQVYR-250877060 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

13/12/2017 16:04

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número -
 Minuta - Licitação: 57 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 2 / 5

101516 - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
68	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AZUL ESCURA	PACOTE	REIPEL	10	R\$6,80	R\$68,00
69	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR BRANCA	PACOTE	REIPEL	10	R\$6,80	R\$68,00
70	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR PRETA	PACOTE	REIPEL	10	R\$6,80	R\$68,00
71	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERDE	PACOTE	REIPEL	10	R\$6,80	R\$68,00
72	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERMELHA	PACOTE	REIPEL	10	R\$6,80	R\$68,00
80	PAPEL DOBRADURA COR AMARELA	UN	VMP	60	R\$0,23	R\$13,80
81	PAPEL DOBRADURA COR AZUL	UN	VMP	60	R\$0,23	R\$13,80
82	PAPEL DOBRADURA COR ROSA	UN	VMP	60	R\$0,23	R\$13,80
83	PAPEL DOBRADURA COR VERDE	UN	VMP	60	R\$0,23	R\$13,80
84	PAPEL DOBRADURA COR VERMELHO	UN	VMP	60	R\$0,23	R\$13,80
88	PAPEL KRAFT NATURAL, 80G, BOBINA C/ 14 KG DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO: 1,00 X 200 M.	BOBINA	SAFRA	1	R\$55,00	R\$55,00
103	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR AZUL.	UN	RADEX	7	R\$23,00	R\$161,00
104	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200ML, COR PRETA.	UN	RADEX	10	R\$23,00	R\$230,00
105	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR VERMELHA.	UN	RADEX	7	R\$23,00	R\$161,00
				Total do Fornecedor:		R\$11.738,15

103268 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
2	ALFINETE PARA MAPA REDONDO COLORIDO CX 50 UN	CAIXA	JOCAR	4	R\$2,13	R\$8,52	
3	APONTADOR COM LAMINA DE ACO TEMPERADO ESPECIAL MATERIAL RESISTENTE DE 1º QUALIDADE.	UN	LEONORA	300	R\$0,15	R\$45,00	
7	BORRACHA BRANCA MACIA COMUM, TAMANHO APROXIMADO 32X23X7MM, EM BORRACHA CARGAS, OLEO MINERAL, ACELERADOR E ESSENCIA, PRODUTO NAO TOXICO, 1º QUALIDADE	UN	RED BOR	1.000	R\$0,16	R\$160,00	
17	CANETA HIDROGRAFICA 12 CORES 1º QUALIDADE	UN	LEONORA	20	R\$2,02	R\$40,40	
21	CARTOLINA 150G 50X66 COR AMARELA	UN	BIGNARD	200	R\$0,33	R\$66,00	
22	CARTOLINA 150G 50X66 COR AZUL	UN	BIGNARD	200	R\$0,33	R\$66,00	
23	CARTOLINA 150G 50X66 COR BRANCA	UN	BIGNARD	300	R\$0,33	R\$99,00	
24	CARTOLINA 150G 50X66 COR VERDE	UN	BIGNARD	200	R\$0,33	R\$66,00	
25	CARTOLINA DUPLEX NA COR AMARELA	UN	PREMIATA	100	R\$0,55	R\$55,00	
26	CARTOLINA DUPLEX NA COR AZUL	UN	PREMIATA	100	R\$0,55	R\$55,00	
27	CARTOLINA DUPLEX NA COR PRETA	UN	PREMIATA	100	R\$0,55	R\$55,00	
28	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERDE	UN	PREMAITA	100	R\$0,55	R\$55,00	
29	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERMELHA	UN	PREMAITA	100	R\$0,55	R\$55,00	
33	COLA BRANCA ESCOLAR 40 GRAMAS, NAO TOXICA, LAVAVEL BICO RESISTENTE, 1ª QUALIDADE.	UN	FRAMA	500	R\$0,54	R\$270,00	
36	ESTILETE RETRATIL PROFISSIONAL LAMINA EM ACO CARBONO COM PONTAS RENOVAVEIS E TRATAMENTO E ANTIFERRUGEM, SISTEMA DE TRAVA AUTOMATICA, CORPO EM PLASTICO RESISTENTE LAMINA LARGA.	UN	JOCAR	10	R\$1,05	R\$10,50	
39	EXTRATOR DE GRAMPO ESPÁTULA GALVANIZADO	UN	CAVIA	10	R\$0,62	R\$6,20	
42	FITA ADESIVA TRANSPARENTE MINIMA DE 12MMX40M ROLO GRANDE - 1º QUALIDADE	UN	EUROCEL	20	R\$0,65	R\$13,00	

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número -
 Minuta - Licitação: 57 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 3 / 5

103268 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
44	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AMARELA C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
45	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL CLARO C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
46	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL ESCURO C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
47	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR BRANCA C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
48	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR DE PELE C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
49	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR LARANJA C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
50	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR PRETA C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
51	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR ROSA C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
52	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
53	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE LIMA C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
54	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHA ESCURA C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
55	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHO CLARO C/10	UN	MILLY	10	R\$8,50	R\$85,00
56	GIZ DE CERA, CAIXA C/12 UNIDADES, 1ª QUALIDADE, FABRICADO COM CERA DE ALTA QUALIDADE, DE FORMATO ANATOMICO	CAIXA	PIRATININGA	50	R\$1,06	R\$53,00
57	GIZ ESCOLAR BRANCO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	14	R\$1,95	R\$27,30
58	GIZ ESCOLAR COLORIDO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	14	R\$2,63	R\$36,82
62	LAPIS DE COR APONTADO PARA USO ESCOLAR E PROFISSIONAL OTIMA TRANSFERENCIA DE COR PARA O PAPEL COM GRANDE COBERTURA CORES VIVAS E BRILHANTES FACIL DE PONTAR SUPER RESISTENTE FEITO DE MADEIRA CAIXA GRANDE COM 12 UNIDADES 1ª QUALIDADE.	CAIXA	EBRAS ECOLÉ	500	R\$2,60	R\$1.300,00
64	MARCA TEXTO CORES VARIADAS.	UN	JOCAR	12	R\$0,78	R\$9,36
65	MASSINHA PARA MODELAR 90 G C/6 UNIDADES 1ª QUALIDADE	CAIXA	LEONORA	150	R\$1,14	R\$171,00
66	PAPEL BRANCO MONOLUCIDO, 60G, BOBINA DE 08 KG.	BOBINA	TRENTON	6	R\$78,00	R\$468,00
74	PAPEL CONTACTO TRANSPARENTE, ROLO COM 25 METROS, 1ª QUALIDADE.	ROLO	PLAVITEC	4	R\$38,50	R\$154,00
75	PAPEL CREPOM C/10 COR AMARELA	PACOTE	VMP	10	R\$4,58	R\$45,80
76	PAPEL CREPOM C/10 COR BRANCA	PACOTE	VMP	10	R\$4,58	R\$45,80
77	PAPEL CREPOM C/10 COR LARANJA	PACOTE	VMP	10	R\$4,58	R\$45,80
78	PAPEL CREPOM C/10 COR VERDE	PACOTE	VMP	10	R\$4,58	R\$45,80
79	PAPEL CREPOM COM 10 NA COR AZUL	PACOTE	VMP	10	R\$4,58	R\$45,80
89	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR AMARELA.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
90	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR AZUL.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
91	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR ROSA.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
92	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR VERDE.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
95	PERCEVEJO LATONADO COM 100 UNIDADES	CAIXA	BRW	20	R\$1,35	R\$27,00
96	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA AZUL 1ª QUALIDADE C/12 FABRICACAO NACIONAL	CAIXA	J.STAMP	2	R\$15,36	R\$30,72
97	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR PRETA	CAIXA	J.STAMP	2	R\$15,36	R\$30,72
98	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERDE	CAIXA	J.STAMP	2	R\$15,36	R\$30,72
99	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERMELHA	CAIXA	J.STAMP	2	R\$15,36	R\$30,72
102	PRENDEDOR PRETO PARA PAPEL 19MM COM 12 UNIDADES	CAIXA	BRW	2	R\$1,67	R\$3,34
106	REGUA ESCOLAR FABRICADA EM POLIPROPILENO	UN	WALEU	600	R\$0,40	R\$240,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número - Minuta - Licitação: 57 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 4 / 5

103268 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
	30CM DE COMPRIMENTO CRISTAL.					
109	TINTA FACIAL NAO TOXICA, C/ 6 UNIDADES DE 15 ML NAS CORES: AMARELO, VERDE, VERMELHO, AZUL, PRETA E BRANCA DE 1ª QUALIDADE.	CAIXA	ROSTINHO PINTADO	5	R\$15,30	R\$76,50
110	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AZUL, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	R\$12,10	R\$84,70
111	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AMARELO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	R\$12,10	R\$84,70
112	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, BRANCO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	R\$12,10	R\$84,70
113	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, PRETO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	R\$12,10	R\$84,70
114	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA, VERDE, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	R\$12,10	R\$84,70
115	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, VERMELHO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRATININGA	7	R\$12,10	R\$84,70
Total do Fornecedor:						R\$6.552,02

103284 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
63	LAPIS PRETO COM GRADUACAO Nº02 EM FORMATO REDONDO, MACIO E RESISTENTE, APONTADO, 1º QUALIDADE	UN	MAKE	1.000	R\$0,15	R\$150,00
100	PINCEL PARA TINTA Nº 12 DE 1ª QUALIDADE	UN	LEO E LEO	100	R\$0,73	R\$73,00
101	PRANCHETA MDF A4 BRANCA C/ PREND.METÁLICO	UN	W1000	2	R\$2,70	R\$5,40
Total do Fornecedor:						R\$228,40

107646 - ADL COMERCIAL EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
38	ETIQUETA ADESIVA ESCOLAR 53X80 MM C/ PAUTA C/ TARJA PT 10 UN	PACOTE	REFLEX	100	R\$3,20	R\$320,00
Total do Fornecedor:						R\$320,00

848239 - PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	BALÃO COMUM, PRODUZIDO EM LÁTEX COM DIMENSÕES DE POLEGADAS (23 CENTÍMETROS) DE CORES VARIADAS, PACOTE COM 50 UNIDADES DE 1ª QUALIDADE	PACOTE	JOY	50	R\$5,00	R\$250,00
6	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSA PARA PISTOLA GRANDE	UN	CLASSE	2	R\$18,89	R\$37,78
9	CADERNO 1/4 BROCHURA 60 FOLHAS BRANCAS CAPA DURA	UN	PANAMERICA	1.000	R\$2,55	R\$2.550,00
10	CADERNO CALIGRAFIA 1/4 PEQUENO DE 40 A 48 FOLHAS	UN	PANAMERICA	20	R\$0,89	R\$17,80
11	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA 200 FOLHAS BRANCAS UMA MATERIA	UN	PANAMERICA	50	R\$6,87	R\$343,50
20	CANETA PARA RETROPROJETOR CORES VARIADAS, PONTA FINA 1,0MM, 1ª QUALIDADE	UN	JOCAR	30	R\$1,30	R\$39,00
30	CLIPS NR.0 GALVANIZADO C/500GRAMAS	CAIXA	XR	10	R\$5,45	R\$54,50
31	CLIPS NR.8/0 GALVANIZADO C/500 GRAMAS	CAIXA	XR	10	R\$5,45	R\$54,50
40	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 25X50 1º QUALIDADE	UN	ADELBRAS	50	R\$2,45	R\$122,50
41	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 50X50 PESO 245GG 1º QUALIDADE	UN	ADELBRAS	30	R\$4,58	R\$137,40
59	GRAMPEADOR PARA GRAMPO26/6 MEDIO - ESTRUTURA METALICA, APOIO PLASTICO, PARA GRAMPEAMENTO MINIMO DE 20 FOLHAS GRAMATURA 15 GR/M2	UN	CLASSE	5	R\$5,99	R\$29,95
60	GRAMPEADOR MODELO ALICATE, COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATE 30 FOLHAS.	UN	CLASSE	2	R\$23,00	R\$46,00
85	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR PALHA	CAIXA	OFF PAPER	3	R\$9,40	R\$28,20
86	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS, NA COR SALMAO	CAIXA	OFF PAPER	10	R\$9,40	R\$94,00
87	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR BRANCA	CAIXA	OFF PAPER	3	R\$9,40	R\$28,20

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número -
Minuta - Licitação: 57 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 5 / 5

848239 - PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
93	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS.	PACOTE	PRINTPAPIRC	300	R\$14,70	R\$4.410,00
94	PASTA SUSPENSAS KRAFT 170G HASTE PLASTICA CX 50 UN	CAIXA	TIMPEL	5	R\$40,00	R\$200,00
107	TESOURA ESCOLAR, LÂMINA EM AÇO INOX 5". CABO EM POLIPROPILENO, LÂMINA SEM PONTA.	UN	JOCAR	150	R\$0,89	R\$133,50
108	TESOURA MULTIUSO P/ DESTRO 24 CM CORES DIVERSAS EM AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, ANATOMICO E VERSATIL, 1ª QUALIDADE.	UN	JOCAR	2	R\$3,80	R\$7,60
116	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROSA	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
117	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR LARANJA	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
118	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROXA	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
119	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AMARELA	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
120	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AZUL	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
121	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR BRANCA	ROLO	KARI	4	R\$42,80	R\$171,20
122	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERDE	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
123	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERMELHA	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
124	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M ROLO COM 50 METROS COR PRETO	ROLO	KARI	2	R\$42,80	R\$85,60
Total do Fornecedor:					R\$9.440,43	

Valor Total: 28.775,00

Vitor Meireles, 13 de dezembro de 2017

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2017

Publicação Nº 1455993

AVISO DE LICITAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0110/2017, do tipo menor preço por Item, tendo como objeto Aquisição de 06 (seis) exaustores com capacidade de 45.000m³/h, carcaça em chapa de aço carbono com grade de proteção em ambos os lados, hélice com pás de alumínio ou inox, consumo Máximo de energia de 1400kw/h, com ruído inferior a 80 decibéis, destinados à instalação no pavilhão central do parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 17 de janeiro de 2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 13 de dezembro 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL 0103/2017

Publicação Nº 1456011

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0103/2017, tendo como objeto Aquisição de Equipamentos e Soluções para serem utilizados em Backup de Dados do município de Xanxerê - SC conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, em virtude de nenhuma empresa ter protocolado envelopes. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 24/01/2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 12 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 296/2017

Publicação Nº 1455944

DECRETO Nº AM 296/2017

CREDENCIA MONITORES DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015, Lei AJG 3797 de 20 de novembro de 2015 e Decretos Municipais nº AJG 109/2015; AJG 128/2015; AJG 205/2015; AJG 155/2016; AM 100/2017;

Considerando o disposto no Ofício nº 0292, de 08 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo LtdaME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionado, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Patricia Maier Sutil Santana 109.527.909-20 6.146.385
Indianara Alves dos Santos 074.067.199-57 5.854.616
Fernanda Gonzaga 042.587.139-88 4.164.241
Ana Paula Martins Vieira 075.123.709-46 5.413.639
Cintia Davi Barbosa 093.267.949-89 5.540.541.0

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 11 de dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 297/2017

Publicação Nº 1455951

DECRETO Nº AM 297/2017

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS NO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar nº AM 2880/05 "Código Tributário Municipal" e Lei Complementar nº AM 3072/08;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o "CALENDÁRIO FISCAL" para recolhimento de Tributos Municipais no Exercício de 2018, conforme abaixo especificado:

a) IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO e TAXAS CORRESPONDENTES:**- Pagamento em cota única:**

Vencimento em 16.02.2018 – com desconto de 15% sobre o item IPTU;

Vencimento em 16.03.2018 – com desconto de 10% sobre o item IPTU;

Vencimento em 13.04.2018 – com desconto de 05% sobre o item IPTU.

- Pagamento parcelado:

Em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas sem descontos, sendo:

1ª parcela – vencimento em 16.02.2018;

2ª parcela – vencimento em 16.03.2018;

3ª parcela – vencimento em 13.04.2018;

4ª parcela – vencimento em 18.05.2018;

5ª parcela – vencimento em 15.06.2018;

6ª parcela – vencimento em 13.07.2018;

7ª parcela – vencimento em 17.08.2018;

8ª parcela – vencimento em 14.09.2018.

b) TLL (TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO); TFF (TAXA DE FISCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO); TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; FUNREBOM.**- Pagamento em cota única:**

Vencimento em 30.05.2018 – sem desconto;

- Pagamento parcelado:

Em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas sem descontos, sendo:

1ª parcela – vencimento em 30.05.2018;

2ª parcela – vencimento em 29.06.2018;

3ª parcela – vencimento em 31.07.2018.

c) ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – AUTÔNOMOS.**- Pagamento em cota única:**

Vencimento em 30.05.2018 – sem desconto.

- Pagamento parcelado:

Em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas sem descontos, sendo:

1ª parcela – vencimento em 30.05.2018;

2ª parcela – vencimento em 29.06.2018;

3ª parcela – vencimento em 31.07.2018.

d) ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – HOMOLOGADO

Vencimento no dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do faturamento.

Art. 2º Os demais tributos municipais deverão ser recolhidos de conformidade com o estabelecido no Código Tributário Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 298/2017

Publicação Nº 1455954

DECRETO Nº AM 298/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.885/2016, de 14.12.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquantamil reais), na seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2019 – Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.2019.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2019 – Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.2019.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EDITAL 001/2017 – LISTAGEM DE CONTRIBUÍNTES COM PENDÊNCIAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ 13/12/2017

Publicação Nº 1456036

EDITAL 001/2017 – LISTAGEM DE CONTRIBUÍNTES COM PENDÊNCIAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ 13/12/2017

NOME	TRIBUTOS	CÓD/INSC.	NOTIFICAÇÃO DE 2017
ACRISIO MORLIN	IPTU	18175	4646/2017
ADAGIR LUIZ COSTELLA	IPTU	6997	3263/2017
ADELINO PAVONI DE ANDRADE ESPOLIO	IPTU	6512	4319/2017
ADENIR DE MARTINI	IPTU	17697	4289/2017
ADILSON TREVISOL	RECDI	107996	2112/2017
ADRIANE LORENZON DA COSTA EIRELI ME	TFF	641343	3249/2017
AIMIRIN PROPAGANDA LTDA ME	ISS e TFF	54722	1761/2017
ALBINO GREGOLIN	IPTU	6405	4264/2017
ALBINO GREGOLIN	IPTU	6406	4265/2017
ALCINDO ALBERTO BELLEI	IPTU	6863	4088/2017
ALDERICO FROAZZA ME	TFF	35952	1721/2017
ALDUINO ATILIO FONTANIVE	IPTU	5646	3591/2017
ALEX SANDRO CEREZA	ALVC	2265	2096/2017
ALEXANDRA REGINA CRACO EIRELI ME	TFF	641056	296/2017
ALTAIR ADEMIR DA SILVA	IPTU	14688	4211/2017
AMALIA PAULINA OPENKOSKI	IPTU	13745	1075/2017

AMILCAR MARTINS	ALVH – REDCI	2036	3797/2017 3796/2017
AMILTON MARITNS	RECDI	107213	2102/2017
ANA C FAGUNDES DA SIVLA	IPTU	10874	2431/2017
ANA MARIA CARDOSO	N.AV.		2035/2017
ANDERSON FERRONATTO	TFF	639299	1961/2017
ANDERSON LUIZ MANTELLI	RECDI	106552	1204/2017
ANDREI JOSE GIACOMAZZI	IPTU	6492	3361/2017
ANOAR MARTINI	IPTU	8359	3960/2017
ANTONIO ASSUMPCÃO ME	TFF	639977	3003/2017
ANTONIO FERREIRA MACHADO ESPOLIO	IPTU	13647	4583/2017
ANTONIO MARICAL ESPOLIO	IPTU	3948	2715/2017
ANTONIO MARICAL ESPOLIO	IPTU	3955	2718/2017
ANTONIO TRAMONTINA	IPTU	9806	4391/2017
AUTO POSTO S LTDA	TFF	74402	5163/2017
AUTO POSTO S LTDA	IPTU	16967	5162/2017
BRASFIL COMERCIO DE PEÇAS LTDA	TFF	30362	4182/2017
BRS METAL MECANICA LTDA ME	TFF	640239	2583/2017
C S A TRANSPORTES LTDA	TFF	55952	860/2017
CANDIDO COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME	TFF e ISS	640867	3782/2017
CAROLINE ARUS	IPTU	18090	3426/2007
CELITO PANDOLFI	IPTU	6663	4281/2017
CELSO LUIZ BORGES ESPOLIO	IPTU	15928 -15931-15936- 15932 15937	5139/2017-5140/2017 5145/2017 -5141/2017 5146/2017
CLAIR SUZIN	IPTU	9601 E 9617	3123/2017 -3124/2017
CLAITON RIQUETTA	RECDI	106264	2079/2017
CLARO S A	TFF	639539	980/2017
CLAUDIR RUBAS ME	IPTU	8764	4816/2017
CLEUSA AQUINO COSTA	TFF	24241	1502/2017
COACH10 TREINAMENTO PROFISSIONAL EIRELI ME	TFF	74002	2868/2017
CONCREXAP SERV. DE CONCRETAGEM LTDA	IPTU	6540	4916/2017
CONKET LTDA ME	TFF e ISS	62332	3866/2017
CONSTRUNIVEL ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TFF e ISS	78852	3192/2017
CONSTRUTORA SARTORI E ZORTEA LTDA	RECDI	108908	2059/2017
COOPERATIVA AGRICOLA RURAL CATARINENSE EM LIQUIDAÇÃO	ISS e TFF	28782	1692/2017
COOPERATIVA MISTA DE DESEN. REGIONAL	IPTU IPTU	11265 11266	2206/2017 2207/2017
CRISTIANO DA SILVA	IPTU	13704	999/2017
CRISTIANO ROBERTO TUBIN	TFF	641595	1274/2017
DAGORT CONSTRUTORA E INC.	RECDI	106475 29373	1820/2017 1819/2017
DALCIR FRANCISCO DE RAMOS	ALVC	2177	4423/2017
DALL IGNA TRANSP. E COM DE CONFECÇÕES LTDA	TFF	76002	1840/2017
DANIEL SIGNOR	N.AV.		1968/2017
DANIELA FATIMA DALA RIVA	IPTU	6240	2145/2017
DANIELA GIBIKOSKI	IPTU	9150	4828/2017
DEIGO HOCH	IPTU	8310	3897/2017
EDEMILSO SCUSEL DE ANDRADE	RECDI	107066	2100/2017
EDENEI TROIAN TERRAPLANAGEM ME	TFF	71142	1825/2017
EDITE TEREZINHA ZAWADSKI ME	TFF	641366	2073/2017
ELDER FRANCISCO OTOVICZ	IPTU	18650	4415/2017
ELIANEMAR CONFECÇÕES LTDA	TFF	17652	2966/2017
ELZA GREINER	IPTU IPTU IPTU	14041 14043 14044	2765/2017 2766/2017 2767/2017
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SOLAR LTDA ME	TFF	72792	2634/2017
ERNESTINA FRANCISCA DE CAMARGO ESPOLIO	IPTU	4995	5122/2017
ESPEDITO JOSE BEBBER ME	TFF e ISS	29402	3617/2017
EUCLIDES VALENTINI	IPTU	15945	1035/2017
EVANDRO ALMEIDA	TFF	639167	3046/2017

EVANDRO JOSE LUSSANI	RECDI	109006	2122/2017
EVANDRO NUNES ME	TFF	640105	2831/2017
EVERSON NECKLE ME	TFF e ISS	71322	1826/2017
FABIANO PINZETTA	IPTU	11489	4926/2017
FABIO DA SILVA ALVES	RECDI	108257	2115/2017
FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI LTDA ME	RECDI	108748	2121/2017
FERNANDO OMAR SIMON MADERA	RECDI	107486	2106/2017
FERNANDO SBARAINI	IPTU	18677	4416/2017
FLAVIO KOBIL	IPTU	4612 4613	1175/2017 1176/2017
FLORA Z BORDIGNON PANZERA	IPTU	3585	1618/2017
FLORAÃO & HAVENSTEIN TRANSPORTES LTDA ME	TFF	60812	1791/2017
FLORINDO COSTA	TFF	50571	2624/2017
GARIBALDI BUENOS	IPTU	9817	4278/2017
GDS METALURGICA E FUNILARIA LTDA ME	TFF	641912	2593/2017
GENTIL COSTELLA ESPOLIO	IPTU	3462	1336/2017
GERCI ASSIS DOS SANTOS	IPTU	5742	3575/2017
GILBERTO E ARIBERTO SANTANA	IPTU IPTU	1848 13670	2651/2017 2663/2017
GILMAR ALVES DA ROCHA	IPTU	9967 9966	1582/2017 1581/2017
GILMAR ALVES DA SILVA	RECDI	106457	3094/2017
GILMAR EVANGELISTA ESPOLIO	IPTU	2058	1019/2017
GILMAR LUIZ MARTINELLI	IPTU	5833	3470/2017
GILMAR RODRIGUES	IPTU	10744	5123/2017
GIORDANI E GIORDANI LTDA	IPTU	841	2567/2017
GUIOMAR PEREIRA COSNTRUTORA LTDA ME	TFF	68402	3188/2017
HELENA AUGUSTINHA ESPOLIO	IPTU	8965	4488/2017
HELIO PAGNUSSATT	IPTU	9224	4925/2017
HERMES TIMOTEO GONZAGA	IPTU	4171	1197/2017
HUGO LEANDRO DA SILVA	IPTU	18397	2252/2017
IDANIR ZEFERINO SILVEIRA	TFF – IPTU	55491 – 11442	5096/2017 -5095/2017
IDELCI SALETE GAIO DOS SANTOS	TFF	66711	1097/2017
ILITALIA INDUSTRIA E COMERCIO IMP E EXPORT. LTDA	TFF	30142	5160/2017
INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LG LTDA	RECDI	109193	5161/2017
INOCENTE BENETTI	IPTU	9214	4864/2017
IRACEMA ZENATTI	IPTU	4970	5111/2017
IRINEU ROBERTO ROVANI	IPTU	832	2461/2017
IRIO PIOVESAN JUNIOR	RECDI	108157-2311	2135/2017 -2136/2017
IRMA ANTONIA DE BORTOLLI	IPTU	14111	1093/2017
ITALIA IND E COM DE TUBOS E CONEXÕES LTDA	TFF	58322	5156/2017
IVO ANSELMO HOCH	IPTU	8309	3941/2017
IVO JOÃO ZOLET ESPOLIO	IPTU	12500	4271/2017
J.C.E METALURGICA E PRE MOLDADOS LTDA ME	TFF	41492	974/2017
J.E TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME	TFF	641481	987/2017
JACIR PASQUALINO FAVERO	IPTU	17875	2324/2017
JACIR PRATELLA	IPTU	9117	4805/2017
JACIR ZATTA ME	TFF	30512	5157/2017
JAIME KOFF	ALVC	2331	2098/2017
JAIME ROQUE NUNNENMACHER	IPTU	103	2320/2017
JAIR BORTONCELLO	IPTU	3130	2038/2017
JANDIR PEROTTO	IPTU	8985	5050/2017
JANETE MARIA FRIGO	IPTU	11616	4209/2017
JEAN C CARDOSO CARNEIRO	RECDI	106713	2093/2017
JENECI GEMINIANO DOS SANTOS	IPTU	5774 - 5552	3579/2017 – 3578/2017
JHONATAN DE OLIVEIRA	IPTU	18664	4421/2017
JOÃO ANTONIO CARVALHO SERAGLIO	IPTU	18449	2256/2017
JOÃO MANOEL MARTINS	IPTU	6647	3296/2017
JOÃO MARIA MORAES ME	TFF	72632	5127/2017
JOÃO TESTA	IPTU	15381	2148/2017
JOÃO VITELMO MARINHO DE MELLO	TFF	32181	1072/2017
JOSE ALVES DA CRUZ	IPTU	4958	5136/2017

JOSE LUIZ ZAMBIASI	IPTU	18202, 18223 18222, 1884718180, 18211, 18209	4721//2017, 4726/2017, 4725/2017,4722/2017, 4720/2017, 4724/2017, 4723/2017
JOSIANE DA SILVA TIECHER	ALVC	2333	2101/2017
JUCIELI KOVALESKI	RECDI	107888	2108/2017
JUCILEI SALETE ROSSONI	N.AV.		2113/2017
JULIANO AUGUSTO SCHUCKES ME	TFF	79172	3411/2017
JULIO CESAR QUARESMA VIDAL	TFF	641648	2087/2017
JURANDIR DE OLIVEIRA	IPTU	8963	4494/2017
KELEN CRISTINA TORTELLI	IPTU	144	2272/2017
KELEN MARIA DELGADO	IPTU	10457	4235/2017
KELLY MARCIO BATTISTON	RECDI	108919	2030/2017
LAERTE P J P LANZARINI	IPTU	13542	4857/2017
LED ENGENHARIA LTDA ME	TFF	639163	2572/2017
LENOIR JOSE GRANDO	IPTU	11806	4307/2017
LEODIR ANTONINHO MARCHIORO	IPTU	13537 13538	4870/2017 4871/2017
LH DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ISS TFF	640243	4927/2017
LIBANOR JOSE MIORELLI	IPTU	3614	2710/2017
LIMA RECICLAGEM DE PLASTICOS LTDA ME	TFF	64812	4631/2017
LOREDI LOSS	IPTU	159	2292/2017
LOSS & PEREIRA LTDA	TFF	56262	2389/2017
LUCIMAR DE SOUZA NUNES ME	TFF	640711	2027/2017
LUCIVANE VAZ SEMINOTTI TRANSPORTES ME	TFF	640881	913/2017
LUIZ CARLOS CARLET ESPOLIO	IPTU	13706	1041/2017
LUIZ CARLOS FERRONATTO	IPTU	1516	2453/2017
LUIZ CARLOS MOTTER	IPTU	6225	3856/2017
LUIZ CIVIDINI E OUTROS	IPTU	13547 9216	4832/2017 4830/2017
LUMINOSOS XANXERE LTDA ME	TFF	70262	2867/2017
LURDES FRANCIOSI DE AOUZA GOSCH	IPTU	11453	5149/2017
LURDES LIMA DE OLIVEIRA ESPOLIO	IPTU	10759	3096/2017
MARCELA CRISOSTOMO PADRENOSSO	IPTU	18173	4779/2017
MARCIA MARIA TACA ME	TFF	66322	3636/2017
MARCOS ANTONIO TONIOLLI EIRELI ME	TFF	80922	1117/2017
MARIA A DA SILVA SIQUEIRA	IPTU	14097	1089/2017
MARIA LUIZA BERNARDI	IPTU	7993	3976/2017
MARIA LUIZA FERREIRA BALDESSAR	IPTU	8483	4836/2017
MARIA NATALINA BRAUEN	IPTU	19835	2403/2017
MARIA SALETE INACIO	TFF	63141	1579/2017
MARILETE DOS SANTOS MELATI	IPTU	16333	1094/2017
MARIO ROMANO	IPTU	4493	1240/2017
MARIOSAN RIBEIRO ALVES	IPTU	16314	4288/2017
MARISA TEREZINHA BAGATINI	IPTU	5544	3554/2017
MARISETE FONTANA ME	TFF	58102	3631/2017
MARITANIA VALCARENGUI PAULINO DOS SANTOS	IPTU	3899	3431/2017
MEDCLIN CLINICA DE VIDEO END E ULTRA SONOGRAFIA LT	TFF	24072	1663/2017
MERCILDO ANASTACIO GRUNITZKI	IPTU	4095	3313/2017
METALURGICA IDEAL M M LTDA ME	IPTU	12769	4917/2017
MILTON ANTONIO MINETTO	IPTU	1006	2758/2017
MULTI SOL SOLAR LTDA ME	TFF	76302	1835/2017
N M TRANPOSRTES LTDA EPP	TFF	8432	1891/2017
NADIA MARIA TURRA	IPTU	9231	4867/2017
NELVI LUIZ CESCO	IPTU	2179	936/2017
NEREU RONAVI	IPTU	12877	2480/2017
NERI LEMES	IPTU	16582	1064/2017
NETXAN SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	TFF	61522	1793/2017
NETXAN TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME	TFF	31522	1688/2017
NEUDI PELIZZA	IPTU	13928	2474/2017
NILO PAZZINATTO JUNIOR	TFF	68012	1818/2017
NIVANOR FRANCISCO CESCO	IPTU	2180	918/2017

NOVA AUTOMOTIVA LTDA ME	TFF	65422	3405/2017
NUTRI-PRIME CONS. EM NUTRIÇÃOANIMAL LTDA	TFF	63072	1801/2017
ODIMAR GUEZ	IPTU	10510	4390/2017
OSMAR NERES DE OLIVEIRA E OUTRO	IPTU	4959	5106/2017
OZP LTDA	IPTU	18002	5159/2017
PASSARINI & FILHOS LTDA	IPTU	4761, 4764	1708/2017 -1709/2017
PATRICIA RAQUEL GASPERIN	FUNREBOM	108449	3903/2017
PAULO BATISTA MAZIERO	ALVC	2260	2097/2017
PÁULO CESAR GUIOTTO	IPTU	18278- 18277	4512/2017 -4511/2017
PAULO CESAR VICINI	IPTU	2422	811/2017
PAULO HENRIQUE EMMERICH ME	TFF	20462	3623/2017
PAULO ROBERTO TONIAL ME	TFF e ISS	639959	3425/2017
PAULO SEBASTIÃO DA LUZ	IPTU	15102	5121/2017
PAULO SERGIO DEBASTIANI	IPTU	18207	4727/2017
PEDRO LUIZ MATTE	IPTU	4071	3334/2017
PERICLES JONAS CLOSS	ALVC	2245	2074/2017
PRIMALESTE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA	TFF	71002	1786/2017
PRISCILA LAZZAROTTO	RECDI	106076	4406/2017
	IPTU	18627	4407/2017
PROMOPARTY IND COM E DISTRIB DE PARTES AUTO-MOT.	IPTU	9371	3417/2017
RAMY FARIAS BENTO	RECDI	106271	2083/2017
REJANE TEREZINHA FEGUEIRO PAVAN	RECDI	105640	3443/2016
RENATO L LOUREIRO ME	TFF	55642	2552/2017
REPRESNETAÇÕES DE PERFUMARIA E COSMETICOS JX LTDA	TFF	639547	3001/2017
ROCKER TRANSPORTES LTDA ME	TFF	64632	4533/2017
RODOALI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	TFF e ISS	56082	858/2017
RODRIGO DE DEUS DA SILVA	IPTU	13081	4992/2017
ROSIANE LOPES PACHECO	RECDI – ISS	103782	3785/2017
ROVANI COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA ME	TFF	60642	1790/2017
RT ADMINISTRADORA DE IMOVEIS	IPTU	12146	1977/2017
RUTE DE OLIVEIRA CARNEIRO	IPTU	4511	998/2017
SABRINA S DO NASCIMENTO	N.AV		4928/2017
SALVADOR ANTONIO CALEGARI	IPTU	19363	2322/2017
SALY JOSE SCHEIS EIRELI ME	TFF	640009	3427/2017
SANDRA MARA PESCADOR	IPTU	12475	1195/2017
SANDRA MARA POSSAN	ALVC	2165	2879/2017
SANDRA REGINA BENTO GOUVEIA	IPTU	13371	4619/2017
SAUVIDA CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA	TFF	26252	3170/2017
SEARA ALIMENTOS S/A	IPTU	14199	4760/2017
SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	IPTU	8957	4462/2017
SERGIO NEDIO GONZAGA	IPTU	11829	2527/2017
SIDIANE FERRASSO	RECDI	108879	1286/2017
SULPLASTICOS COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	TFF	43392	4166/2017
TACCA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	ISS	68252	1794/2017
TARCISO NORO HAMILTON	IPTU	17882	2406/2017
TAT SOM LTDA	TFF	33152	5158/2017
TEREZINHA MACIEL	IPTU	2045	1046/2017
TRANSALGADO TRANS. E LOCAÇÃO LTDA ME	TFF	34832	3172/2017
TRANSPORTES IMBU LTDA ME	TFF	50442	1732/2017
TRANSPORTES J. TEIXEIRA LTDA ME	TFF	640456	910/2017
VALDECIR SOFFIATTI	ALVC	2339	2099/2017
VALDEMAR CANFILR LEITE	IPTU	6843	4266/2017
VALENTIN SEBASTIÃO CORREA	IPTU	4048	2712/2017
VALMIR CERUTTI	IPTU	14419	4507/2017
VALMIR CERUTTI	IPTU	14417	4506/2017
VALMIR GALVÃO	RECDI	106329	2085/2017
VALMOR MORAES	TFF	640944	5155/2017
VANDERLEI RODRIGUES	IPTU	11443	5124/2017
VANZIM COM DE IMOVEIS E PARTICIPAÇÕES LTDA	IPTU	17646	2863/2017
VERA FINKLER EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	IPTU	18380	2253/2017

VERDE VALE RESD. INCORP.TLD	IPTU	19513 -19521	2250/2017-2251/2017
VICTOR HUGO ARGENTI	RECDI	104671	1382/2017
VILMAR SUTIL	RECDI	106084	3806/2017
VILSON VARONI	IPTU	7817	3940/2017
VINICIUS PAULO TREVISAN	RECDI	107890	2110/2017
WILLI ROBERT SOBOTKA	IPTU	6842	4385/2017
XANXERE TUR LTDA	TFF	47822	1695/2017

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0083/2015

Publicação Nº 1455659

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0083/2015

Contratante: Município de Xanxerê

Contratada: Imobiliária Xancasa Ltda

Objeto: Locação de uma sala comercial destinada ao SINE.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, contados a partir de 14/12/2017 vigorando até 13/12/2018.

Xanxerê-SC, 13 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0066/2016

Publicação Nº 1455690

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0066/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Setep Construções S/A.

Objeto: Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária, da Rua Visconde de Cairu, Bairro Vista Alegre, com extensão de 528,70m, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 820172/2015 – Operação 1025199-58/2015 - Ministério das Cidades/Caixa.

Fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato Originário para até 30/03/2018, contados a partir de 01/12/2017 conforme requerimento anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 30 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 0100/2017

Publicação Nº 1455844

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0149/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Jucar Esportes e Papelaria Ltda EPP.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente, limpeza e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 22.619,90

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0150/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Celi Produtos de Aço Ltda EPP.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de móveis e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 15.930,00

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0151/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Mercado Ká e Ká Ltda ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente, limpeza, móveis e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 47.768,46

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0152/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Telecopy Equipamentos Ltda EPP.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente, móveis e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 72.579,20

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0153/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Ivandra Trevisan Bertoletti ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 6.500,08

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0154/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente e limpeza para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 36.208,90

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0155/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: SCS Comércio Ltda EPP.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente, limpeza e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 65.746,65

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0156/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Jackson Neimar Pedrassani ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de móveis e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 28.389,87

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0157/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Absoluto Distribuidora Ltda EPP.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente e limpeza para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 26.006,80

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0158/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Polimpessos Serviços Gráficos Ltda ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de impressos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 41.420,00

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0159/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 23.248,50

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0160/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Agroter Agropecuária e Ferragem Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de ferragens e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 33.144,76

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0161/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Maxi Móveis e Papelaria Ltda ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de expediente e equipamentos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 10.840,09

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0162/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: HB Sul Comércio de Alimentos Ltda ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 21.341,00

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0163/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Vinicius Roncaglio ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de impressos para suprir as necessidades de diversos setores de diversas secretarias.

Valor total: R\$ 6.900,00

Vigência: 01 ano a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 0015/2017

Publicação Nº 1456029

2 Alteracao Pregao 0015

"SEGUNDA ALTERAÇÃO DE EDITAL"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0162/2017

EDITAL nº 0015/2017

Modalidade: "PREGÃO ELETRÔNICO"

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está alterando Edital de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, Em virtude da alteração no ANEXO I do Edital.

DO OBJETO: Aquisição de Materiais de Laboratório e Material Odontológico destinados ao atendimento dos pacientes que fazem uso da rede de Atenção Básica do município de Xanxerê – SC, Conforme Edital e seus Anexos.

DA ALTERAÇÃO - Ficam alteradas as especificações do Item 20 (Analisador Bioquímico) do Anexo I do Edital, passando a vigorar a presente alteração:

ALTERAÇÃO DO ANEXO I

Item	Especificação	Quantidade	Marca	Preço Máximo R\$	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
	<p>ANALISADOR BIOQUÍMICO TOTALMENTE AUTOMÁTICO E RANDÔMICO</p> <p>O Equipamento deverá conter as seguintes características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Analisador automático bioquímico, com velocidade de pipetagem de, no mínimo, 150 testes fotométricos por hora, ou mais; · Mínimo de 35 ou mais posições simultâneas com refrigeração para reagentes, com chave de liga e desliga separada, permitindo desligar o equipamento e manter a refrigeração dos reagentes ativa; · Mínimo de 60 posições, ou mais, simultâneas, de cubetas de reação; · Sistema automático que lave e seque as cubetas de incubação para reação; · 30 ou mais posições simultâneas para amostras de pacientes, que possibilitem o uso de <input type="checkbox"/> micro tubos <input type="checkbox"/> ou tubos primários para amostras de pacientes e ou calibradores e ou controles; · Deve possuir sensor na agulha pipetadora de amostras/reagentes, que indique com alerta sonoro e em tela, no caso de falta de amostras e ou de falta de reagentes; · A agulha pipetadora deve conter ainda, sensor anti-impacto que evite a quebra da mesma em caso de toque em local indevido. · Deverá aceitar amostras de urgência para que, mesmo quando houver uma rotina em andamento, o equipamento priorize a amostra de urgência, liberando o resultado desta assim que terminado o teste e, posteriormente, retomar a rotina que estava em andamento, sem descontinuar. Tudo de forma automática; · Possuir Leitor de código de barras embutido (internamente), incorporado ao rotor de amostras, permitindo ao operador do equipamento adicionar tubos primários, em ordem aleatória. · Permitir interfaceamento com o software operacional do laboratório, utilizando o leitor interno de código de barras para amostras; · Software operacional em português; · Software operacional com opção para que se determine, determinar uma pré-diluição automática das amostras, calibradores ou controles a serem processadas, para que estas ocorram sempre automaticamente para os testes assim protocolados. · Software operacional com opção para que se determine uma pós-diluição automática de amostra que, ao ser processada, aponte resultado que tenha excedido a linearidade máxima que foi cadastrada na digitação da programação do reagente da técnica. O equipamento deverá liberar o resultado do teste desta amostra já com o devido cálculo compensatório para a pós-diluição executada. Tudo de forma automática. · Software operacional com opção de Armazenamento de resultados de exames realizados e completo banco de dados para controle de qualidade; · A seringa de pipetagem deverá ser confeccionada com embolo/estoper em cerâmica de alta resistência, possibilitando precisão de aspiração a partir de 1µL de amostras; 					
20	<ul style="list-style-type: none"> · Possuir sensor nos reservatórios de água e de esgoto que evite, com alerta sonoro e em tela, falta de água ou transbordamento do esgoto durante a rotina; · Possuir filtros de onda com, pelo menos, 10 comprimentos de onda diferentes, sendo obrigatório abranger o range de: 340 até 800nm; · Controle de qualidade (CQ) com gráficos de LEVEY-JENNINGS e regra de WESTGARD; · Sistema totalmente "aberto" com possibilidade de o usuário definir o perfil de trabalho, para qualquer marca de reagentes, do mercado, com capacidade para, no mínimo 200 programações, ou mais, de técnicas (reagentes) diferentes simultaneamente; · Equipamento deverá ser entregue com CPU (computador operacional); monitor; Mouse e Teclado adequados ao modelo; · Garantia de, no mínimo, 12 meses, incluindo assistência técnica e científica no local de instalação. · Registro na Anvisa/MS; 	01		79.412,50		

DATA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:



RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 07h30min do dia 15/01/2018.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: será às 07h31min do dia 15/01/2018.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h31min do dia 15/01/2018.

LOCAL: Site www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Edital acima citado.

Xanxerê-SC, 12 de dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 071/2017

Publicação Nº 1456193

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SUMÁRIO

TÍTULO I

DA FINALIDADE, ABRANGÊNCIA E OBJETIVOS GERAIS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA (Art. 1º ao Art. 5º)

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (Art. 6º ao Art. 9º)

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (Art. 10 e Art. 11)

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (Art. 12 e Art. 13)

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (Art. 14 e Art. 15)

CAPÍTULO II

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL (Art. 16 e Art.17)

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Art. 18)

SEÇÃO I

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (Art. 19)

SEÇÃO II

DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Art. 20 ao Art. 27)

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA (Art. 28)

CAPÍTULO V

DO DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FÍSICO TERRITORIAL (Art. 29 ao Art.31)

SEÇÃO I

DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL (Art. 32 ao Art. 38)

SEÇÃO II

DO MACROZONEAMENTO URBANO (Art. 39 ao Art. 48)

SEÇÃO III

DO ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO (Art. 49)

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (Art. 50)

CAPÍTULO ÚNICO

DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E SUA TRANSFERÊNCIA (Art. 51 e Art. 52)

SEÇÃO II

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR (Art. 53 ao Art. 55)

SEÇÃO III

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO (Art. 56 ao Art. 59)

SEÇÃO IV

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS (Art. 60 ao Art. 63)

SEÇÃO V

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS (Art. 64)

SEÇÃO VI

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO (Art. 65)

SEÇÃO VII

DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA (Art. 66)

Seção VIII

DO DIREITO DE SUPERFÍCIE (Art. 67 ao Art. 69)

Seção IX

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO (Art. 70 ao Art. 73)

Seção X

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (Art. 74 e Art. 75)

SEÇÃO XI

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (Art. 76 ao Art. 78)

TÍTULO IV

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E GESTÃO DEMOCRÁTICA (Art. 79 ao Art. 85)

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (Art. 86 ao Art. 90)

ANEXO I – Mapa do Macrozoneamento Municipal

ANEXO II – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal

ANEXO III – Mapa do Macrozoneamento Urbano do Distrito Linha das Palmeiras

LEI COMPLEMENTAR Nº 071, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) de Xavantina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I

DA FINALIDADE, ABRANGÊNCIA E OBJETIVOS GERAIS

DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Lei, com fundamento na Constituição Federal, em especial no que estabelecem os artigos 30 e 182; na Lei Federal nº. 10.257/01 - Estatuto da Cidade, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município, institui o Plano Diretor Municipal de Xavantina e estabelece as normas, os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal aplica-se a toda extensão territorial do Município de Xavantina.

Art. 3º O Plano Diretor Municipal é parte integrante do processo de planejamento municipal e o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e os planos, programas e projetos setoriais incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Art. 4º Integram o Plano Diretor Municipal, instituído por esta Lei, as seguintes leis:

I - do Uso e Ocupação do Solo;

II - do Parcelamento do Solo;

III - do Perímetro Urbano;

IV - do Sistema Viário;

V - do Código de Obras;

VI - do Código de Posturas.

Art. 5º Outras leis poderão vir a integrar o Plano Diretor Municipal, desde que cumulativamente:

I - mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjuntos de leis componentes do PDM;

II - tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;

III - definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e o das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DO

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 6º A política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:

I - a função social da cidade e da propriedade;

II - justiça social e redução das desigualdades sociais;

III - preservação e recuperação do ambiente natural;

IV - sustentabilidade;

V - gestão democrática e participativa.

Art. 7º O Município de Xavantina adota um modelo de política e desenvolvimento territorial, incorporando como princípio a promoção e a exigência do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade com o objetivo de garantir:

I - a melhoria da qualidade de vida da população de forma a promover a inclusão social e a solidariedade humana, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do município;

II - o desenvolvimento territorial, a justa distribuição das riquezas e a equidade social;

III - o equilíbrio e a qualidade do ambiente natural, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;

IV - a otimização do uso da infraestrutura instalada evitando sua sobrecarga ou ociosidade;

V - a redução dos deslocamentos entre a habitação e o trabalho, o abastecimento, a educação e o lazer;

VI - a democratização do acesso à terra e à moradia digna, possibilitando a acessibilidade ao mercado habitacional para a população de baixa renda e coibindo o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

VII - a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;

VIII - a participação da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos compatíveis com o interesse público e com as funções sociais da cidade;

IX - a implantação da regulação urbanística fundada no interesse público.

Art. 8º Sustentabilidade é o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Art. 9º O Município utilizará os instrumentos previstos nesta Lei e demais legislações para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 10. A propriedade cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - suprimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, o acesso universal aos direitos sociais e ao

desenvolvimento econômico;

II - compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, com os equipamentos e os serviços públicos disponíveis;

III - compatibilidade do uso da propriedade com a conservação dos recursos naturais, assegurando o desenvolvimento econômico e social sustentável do município;

IV - compatibilidade do uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários.

Art. 11. A função social da propriedade deverá atender aos princípios de ordenamento territorial do município, expressos neste Plano Diretor Municipal e no Estatuto da Cidade, com o objetivo de assegurar:

IV - o acesso à terra urbanizada e moradia adequada a todos;

V - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e de transformação do território;

VI - a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;

VII - a proteção, preservação e recuperação do ambiente natural e construído;

VIII - a adequada distribuição de atividades, proporcionando uma melhor densificação urbana da ocupação da cidade, de forma equilibrada com relação ao meio ambiente, à infraestrutura disponível e ao sistema de circulação, de modo a evitar a ociosidade ou a sobrecarga dos investimentos aplicados na urbanização;

IX - a qualificação da paisagem urbana e natural e a preservação do patrimônio ambiental;

X - a conservação e a recuperação dos potenciais hídricos do município, em especial os mananciais de abastecimento de água potável, superficiais e subterrâneos;

XI - a descentralização das atividades econômicas, proporcionando melhor adensamento populacional e a reestruturação de bairros, periferias e agrupamentos urbanos;

XII - a recuperação de áreas degradadas ou deterioradas, visando a melhor qualidade de vida para a população, através da qualificação e da melhoria das condições ambientais e de habitabilidade.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 12. São diretrizes gerais que norteiam a Política de Desenvolvimento Municipal:

XII - minimizar os custos da urbanização;

XIII - assegurar a preservação dos valores ambientais e culturais;

XIV - assegurar a participação do cidadão na gestão do desenvolvimento;

XV - assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana e rural;

XVI - melhorar a qualidade de vida da população;

XVII - criar mecanismos que possibilitem a inclusão social.

Art. 13. A Política de Desenvolvimento Municipal será composta pelas seguintes vertentes:

XVII - proteção e preservação ambiental;

XVIII - serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental;

XIX - desenvolvimento socioeconômico;

XX - desenvolvimento institucional e gestão democrática;

XXI - desenvolvimento físico territorial.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A política de proteção e preservação ambiental deverá garantir o direito de cidades sustentáveis fazendo referência à formulação e à implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável, definidos na agenda 21, respeitando a legislação e a competência federal e estadual pertinente.

Art. 15. A política de proteção e preservação ambiental será pautada pelas seguintes diretrizes:

XXI - compatibilizar usos e conflitos de interesse entre áreas agrícolas e de preservação ambiental;

XXII - recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos municipais, bem como as áreas de matas nativa e reserva legal (Lei Federal nº. 12.651/2012);

XXIII - incentivar o uso adequado de fontes naturais e a utilização de fontes alternativas de energia;

XXIV - compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento;

XXV - preservar os reservatórios de água, naturais e artificiais, destinados à garantia da funcionalidade das estruturas drenantes, mantida a vazão adequada através de manutenção periódica;

XXVI - criar os instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento, controle e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente do Município;

XXVII - desenvolver programas para atingir os 12,00m² (doze metros quadrados) de área verde por habitante, acessíveis a toda a população, exigidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

XXVIII - criar política de controle da exploração prejudicial através da sensibilização e educação ambiental;

XXIX - monitorar e controlar o uso dos solos urbano e rural, a poluição do ar, do solo, da água, principalmente dos mananciais e dos recursos hídricos;

XXX - criar e implantar Áreas de Valor Ambiental.

Parágrafo único. A reserva legal, conforme previsto na Lei nº. 12.651/2012 deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas no Código Florestal, além da Resolução 369/06 do CONAMA das áreas de preservação permanentes que forem de interesse público.

CAPÍTULO II

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 16. A política de serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental deverá garantir o direito de acesso, das comunidades urbanas e rurais, à infraestrutura mínima, aos serviços públicos e aos sistemas de saneamento ambiental, como meio de promover o bem-estar da população, assim como a qualidade de vida e a saúde pública.

Art. 17. A política de serviços públicos, infraestrutura e saneamento ambiental será pautada pelas seguintes diretrizes:

XXX - aprimorar a gestão e o planejamento, garantindo o bom funcionamento e atendimento do saneamento básico, através de política

sustentável;

XXXI - garantir o abastecimento de água tratada a população do Município de Xavantina;

XXXII - garantir a implantação de sistemas de coleta e/ou tratamento de esgoto sanitário;

XXXIII - reestruturar o serviço de coleta diferenciada e de separação na origem, visando à coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos;

XXXIV - incentivar e apoiar a formação de cooperativas que atuem de forma complementar e integradas, nas diferentes etapas dos processos do sistema de limpeza urbana;

XXXV - melhorar a coleta e destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos;

XXXVI - garantir acessibilidade e mobilidade nas áreas urbanas e rurais, promovendo a pavimentação, readequação e manutenção adequada das vias urbanas e estradas rurais;

XXXVII - ampliar e manter os sistemas de drenagem superficial, as capacidades de escoamento e regularização de vazões dos rios, córregos e estruturas hidráulicas que compõem o sistema de drenagem;

XXXVIII - promover a recuperação paisagística do cenário urbano;

XXXIX - assegurar o fornecimento de energia elétrica e a adequada iluminação dos logradouros públicos;

XL - Incrementar os serviços de comunicação no Município.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Art. 18. A política de desenvolvimento social e econômico de Xavantina será articulada à proteção do meio ambiente, à redução das desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população.

SEÇÃO I

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 19. A política de desenvolvimento econômico será pautada nas seguintes diretrizes:

XL - incrementar o uso da informação e do conhecimento, incentivando e possibilitando a inovação tecnológica;

XLI - ampliar a atuação do governo local na área de atração de empreendimentos e captação de novos investimentos;

XLII - ampliar a frota de patrulha mecanizada Municipal para promover assistência aos produtores rurais;

XLIII - compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;

XLIV - promover a melhoria da qualificação profissional da população;

XLV - fortalecer, dinamizar e buscar a sustentabilidade da agricultura, tornando-a mais diversificada, rentável, competitiva;

XLVI - apoiar e incentivar os pequenos ou médios produtores;

XLVII - orientar e capacitar o sistema produtivo local a atender as demandas por bens e serviços e introduzir atividades de maior potencial e dinamismo econômicos sustentáveis;

XLVIII - promover o fortalecimento do setor de comércio e serviços com o objetivo de incrementar a geração de emprego e renda;

XLIX - fomentar o setor turístico, compatibilizando os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município.

SEÇÃO II

DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 20. Constituem-se elementos básicos das políticas sociais:

XLIX - educação;

L - saúde;

LI - cultura, esporte e lazer;

LII - assistência social;

LIII - habitação;

LIV - segurança pública;

LV - defesa civil;

LVI - serviços funerários e cemitérios.

Art. 21. A política municipal de educação será pautada nas seguintes diretrizes:

LVI - promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população;

LVII - estimular e garantir a permanência do aluno na escola, oferecendo-lhe infraestrutura física, equipamentos, recursos materiais básicos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino e ao pleno atendimento da população;

LVIII - estimular o ensino pré-profissionalizante e profissionalizante nas áreas de vocação do Município;

LIX - implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de educação, assim como infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades do setor;

LX - ampliar o desenvolvimento da Merenda Escolar referente à aquisição, produção e armazenamento e distribuição para as escolas, com a preservação da qualidade;

LXI - oportunizar a educação infantil e o ensino fundamental, mesmo para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e para as crianças, jovens e adultos e pessoas com deficiências, garantindo a todos o direito do conhecimento;

LXII - adequar o sistema de transporte escolar e universitário, garantindo o acesso da população ao estudo fundamental, médio e universitário;

LXIII - intensificar no Município a política de melhoria de recursos humanos em educação;

LXIV - aperfeiçoar o Projeto Pedagógico para a Escola Pública Municipal, com o efetivo compromisso de atender aos interesses sociais da comunidade e ao aluno nos seus aspectos psíquico e social.

Art. 22. A política municipal de saúde será pautada nas seguintes diretrizes:

LXIV - implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de saúde;

LXV - adequar os edifícios públicos do setor às suas variadas necessidades;

LXVI - investir nos recursos humanos;

LXVII - reforçar as ações de vigilância epidemiológica e sanitária;

LXVIII - direcionar a oferta de serviços e equipamentos à problemática e às necessidades específicas do Município;

LXIX - ampliar a frota do setor de saúde para assegurar o atendimento e transporte aos pacientes.

Art. 23. A política municipal de assistência social será pautada nas seguintes diretrizes:

LXIX - atender a população em situação de vulnerabilidade e risco;

LXX - aprimorar gestão e planejamento, garantindo as políticas públicas de assistência social e envolver a população através de organizações;

LXXI - assegurar instalações físicas e equipamentos apropriadas e necessários para o exercício das atividades da assistência social.

Art. 24. A política municipal de habitação de interesse social será pautada nas seguintes diretrizes:

LXXI - promover política adequada à habitação de interesse social;

LXXII - criar/reservar estoques de áreas urbanas para implantação de programas habitacionais de interesse social respeitando zonas especiais de interesse social (ZEIS) demarcadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo;

LXXIII - promover a toda população moradia digna, ou seja, com qualidade construtiva, com custo justo, provida de infraestrutura, com acesso a fonte de trabalho e aos serviços públicos básicos de educação, saúde, cultura e segurança.

Art. 25. A política municipal de cultura, esporte e lazer será pautada nas seguintes diretrizes:

LXXIII - promover política adequada e assegurar instalações físicas apropriadas para o exercício das atividades do setor da Cultura;

LXXIV - estimular a formação, produção e difusão de áreas como artesanato, teatro, dança, música, literatura, artes plásticas, vídeo, fotografia e carnaval entre outras;

LXXV - recolher informações sobre os aspectos culturais do município e fazer circular as informações, projetos, propostas de cada segmento cultural entre todas as áreas da cultura;

LXXVI - incentivar projetos de cultura juntamente ao Sistema Educacional.

LXXVII - ampliar e diversificar a oferta de espaços públicos de lazer/ recreação/esporte através de um planejamento global que contemple o levantamento de todos os espaços possíveis de utilização para o esporte e o lazer, a fim de dimensionar e orientar a instalação dos equipamentos necessários para atender à demanda existente no Município;

LXXVIII - dar ao esporte e ao lazer dimensão educativa, com implementação de pedagogia que promova nas pessoas o espírito comunitário e o sentimento de solidariedade, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar a postura discriminatória da sociedade;

LXXIX - ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas;

LXXX - envolver os diferentes segmentos da Sociedade Civil organizada, particularmente as entidades mais representativas da indústria e do comércio, visando sua colaboração com o Executivo Municipal na administração e conservação dos espaços e equipamentos bem como na promoção de programas, eventos, competições esportivas, cursos e seminários.

Art. 26. A política municipal de segurança pública e defesa civil será pautada nas seguintes diretrizes:

LXXX - implementar política de descentralização e participação comunitária no sistema de segurança pública;

LXXXI - desenvolver ações visando à alteração dos fatores geradores de insegurança e violência;

LXXXII - promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município;

LXXXIII - garantir condições adequadas de segurança e proteção ao cidadão e ao patrimônio público e privado;

LXXXIV - promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, de maneira funcional, eficiente e integrada entre os órgãos agentes;

LXXXV - implementar plano de ação de caráter defensivo, contemplando medidas preventivas e recuperativas.

Art. 27. A política municipal dos serviços funerários e cemitérios será pautada nas seguintes diretrizes:

LXXXV - promover melhorias e fiscalização nos equipamentos de serviços funerários municipais;

LXXXVI - intensificar e aperfeiçoar o programa de sepultamento de interesse de famílias necessitadas;

LXXXVII - reavaliar e aperfeiçoar os instrumentos legais referentes aos procedimentos e serviços de sepultamento.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL e gestão Democrática

Art. 28. O Desenvolvimento Institucional e a Gestão Democrática têm como objetivo acompanhar e implementar as diretrizes elencadas no Plano Diretor Municipal de Xavantina, e de melhorar os serviços públicos e o atendimento à população, tendo como princípios:

LXXXVII - incentivar e fortalecer a participação popular;

LXXXVIII - implantar o Sistema de Planejamento Integrado;

LXXXIX - promover a modernização administrativa e institucional de Xavantina;

XC - promover modernização tributária na Prefeitura para melhorar a arrecadação fiscal e consequentemente os serviços públicos;

XCI - garantir o treinamento, reciclagem e a melhoria da qualidade e da produtividade do seu quadro técnico;

XCII - readequar sistema de informação e de Planejamento;

XCIII - adequar a estrutura física da Prefeitura Municipal, visando suprir ou minimizar as necessidades tecnológicas e estruturais do Poder Público Municipal;

XCIV - garantir a formação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, incentivando a participação no acompanhamento e implantação do PDM.

CAPÍTULO V

DO DESENVOLVIMENTO e Ordenamento FÍSICO TERRITORIAL

Art. 29. A política de desenvolvimento e ordenamento físico territorial envolve as regiões do município como um todo e suas características particulares para o processo de planejamento territorial, considerando a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e os equipamentos comunitários e os de controle do meio ambiente.

Art. 30. A política de desenvolvimento e ordenamento físico territorial será pautada nas seguintes diretrizes:

XCIV - identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização;

XCV - delimitar áreas urbanas garantindo o cumprimento da função social da propriedade;

XCVI - garantir a estruturação e readequação do sistema viário municipal e das vias urbanas.

Parágrafo único. As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento, conforme contido na Lei nº. 9.785/99.

Art. 31. Constituem-se elementos básicos da política de desenvolvimento Físico Territorial:

XCVI - Macrozoneamento Municipal;

XCVII - Macrozoneamento Urbano;
XCVIII - Ordenamento do Sistema Viário Básico.

SEÇÃO I

DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Art. 32. O Macrozoneamento Municipal envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto a área urbana quanto a rural e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental, pelos núcleos de agrupamentos rurais em estruturação, pela divisão das bacias hidrográficas, pelo sistema viário rural e pelas atividades predominantemente ligadas à produção primária.

Art. 33. O Macrozoneamento Municipal é composto das seguintes Macrozonas:

XCVIII - Macrozona de Produção Rural

XCIX - Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental - APPs;

C - Macrozona de Controle Ambiental;

CI - Eixo de Produção Industrial;

CII - Macrozona Urbana.

Art. 34. A Macrozona de Produção Rural é destinada às atividades rurais ligadas a produção primária - agropecuárias ou agroindustriais no espaço rural. Ainda podem ser desenvolvidas atividades relacionadas ao turismo no espaço rural. São diretrizes desta Macrozona:

CII - compatibilizar o uso e a ocupação agropecuária com a proteção ambiental;

CIII - estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas;

CIV - incentivar o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável e ambientalmente equilibrada;

CV - promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural;

CVI - melhorar a infraestrutura básica e social; comunicação, mobilidade e saneamento na área rural;

CVII - estimular as culturas em cada microbacia segundo a identificação das potencialidades para cada solo, promovendo o ordenamento do uso e ocupação do solo rural;

CVIII - estimular práticas e culturas orgânicas.

Art. 35. A Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental - APPs (Áreas de Preservação Permanente) compreende as faixas de preservação ao longo dos cursos d'água e ao redor das nascentes do Município, sendo essas áreas não edificáveis. As intervenções nestas áreas restringem-se a correções nos sistemas de escoamento de águas pluviais, de infraestrutura, de saneamento básico, de combate à erosão e atividades ligadas a pesquisa e à educação ambiental, seguindo a legislação ambiental federal pertinente, com as seguintes diretrizes:

CVIII - garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;

CIX - estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis;

CX - estimular a formação de corredores de biodiversidade;

CXI - observar as determinações do CONAMA através da Resolução 369/06.

Parágrafo Único. Nas áreas identificadas como remanescentes florestais nativos pode ocorrer a supressão da vegetação mediante licença do órgão ambiental (FATMA).

Art. 36. A Macrozona de Controle Ambiental compreende as áreas com atividades que possam gerar algum tipo de risco ambiental. São suas diretrizes:

CXI - estabelecer normas de controle ambiental local;

CXII - garantir qualificação da área para utilização pública após vida útil definida;

CXIII - definir ações de recuperação imediata, em casos de conflitos ambientais.

Art. 37. O Eixo de Produção Industrial é composto das áreas/lotes ao longo da Rodovia SC-155, conforme Anexo I, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de atividades agroindustriais e industriais, estando sujeitas à legislação ambiental e à anuência da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) e do Poder Executivo Municipal para sua implantação, tendo como diretrizes:

CXIII - estimular atividade de geração de emprego e renda para os pequenos produtores rurais;

CXIV - fomentar a implantação de agroindústrias no Município;

CXV - apoiar a instalação de parques industriais;

CXVI - minimizar impactos antrópicos e ambientais, diminuindo as possibilidades de risco à saúde da população e de riscos ambientais;

CXVII - priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão de obra local em diferentes níveis de formação;

CXVIII - respeitar faixa de domínio da rodovia para locação dos estabelecimentos com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.

Parágrafo Único. Na hipótese da execução de obras novas exigirem a utilização da faixa de domínio, o licenciamento e a expedição de alvará somente será concedida pela Prefeitura Municipal mediante a apresentação de expressa anuência ou manifestação positiva do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA.

Art. 38. A Macrozona Urbana é a porção do território municipal destinada a concentrar as funções urbanas, definida pelo perímetro urbano e tendo como suas diretrizes:

I - otimizar a infraestrutura urbana instalada;

II - condicionar o crescimento urbano à capacidade de oferta de infraestrutura urbana;

III - orientar o processo de expansão urbana;

IV - permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas;

V - garantir o desenvolvimento da gestão da política urbana;

VI - permitir o acesso democrático aos equipamentos urbanos e à infraestrutura urbana.

SEÇÃO II

DO MACROZONEAMENTO URBANO

Art. 39. O Macrozoneamento Urbano é composto das seguintes Macrozonas:

VI - Macrozona de Ocupação Consolidada;

VII - Macrozona de Ocupação Prioritária;

VIII - Macrozona Produtiva;

IX - Macrozona Industrial;

X - Macrozona de Controle Ambiental;

XI - Macrozona Especial de Interesse Social;

XII - Macrozona Especial de Interesse Institucional;
XIII - Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental;
XIV - Macrozona de Expansão Urbana.

Art. 40. A Macrozona de Ocupação Consolidada compreende as áreas já consolidadas da malha urbana e constitui a maior parte da área residencial da sede urbana. Ficam permitidas nesta Macrozona a ocupação residencial controlada e por atividades produtivas voltadas às atividades de lazer, cultura e esporte que não sejam incômodas, tendo como diretrizes:

XIV - controlar a ocupação através da taxa de ocupação, índice de aproveitamento e taxa de permeabilidade, restringindo assim a impermeabilização do solo;

XV - estimular e orientar a utilização de materiais que favorecem a permeabilidade do solo nas calçadas, faixas de rolamento e praças;

XVI - controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;

XVII - melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana;

XVIII - garantir melhor aproveitamento da infraestrutura existente;

XIX - garantir ventilação com bom espaçamento entre os edifícios.

Art. 41. A Macrozona de Ocupação Prioritária caracteriza-se por áreas desocupadas no perímetro urbano, muitas vezes subutilizadas, mas providas ou próximas de infraestrutura instalada. Tal Macrozona tem prioridade de ocupação (parcelamento ou edificação para fins urbanos) sobre a Macrozona de Expansão Urbana e tem por objetivo o aumento de oferta de lotes para uso residencial ou para atividades produtivas de baixo impacto, bem como a busca por melhoria da qualidade de circulação e vizinhança.

§1º Nestas áreas, poderá incidir os instrumentos Edificação ou Utilização/Parcelamento Compulsórios, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo e de Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública como forma de obrigar os proprietários fazer cumprir a função social da propriedade.

§1º Poderá ser aplicado o Direito de Preempção sobre tais áreas, havendo Lei Complementar Municipal específica para tanto, assim como no caso dos instrumentos anteriormente citados.

§2º Lei específica definirá os prazos e condições para o Parcelamento Compulsório e seu descumprimento ensejará a incidência do IPTU Progressivo no Tempo.

§3º As áreas delimitadas como Macrozona de Ocupação Prioritária são as demarcadas no mapa de Macrozoneamento Urbano e deverão ser delimitadas em lei municipal específica para a aplicação dos instrumentos descritos nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo e são suas diretrizes:

a) ampliação da oferta de lotes urbanos em áreas dotadas de infraestrutura para fins residências e implantação de atividades produtivas;

b) aplicação do instrumento de parcelamento compulsório para fins residenciais, atendendo o coeficiente de aproveitamento mínimo definido;

c) definição do prazo para cumprimento do instrumento, posterior a esse prazo passa a valer o IPTU Progressivo no Tempo;

d) aplicação de IPTU Progressivo no Tempo em áreas já parceladas, não ocupadas ou subutilizadas que não estão à venda;

e) aplicação do Direito de Preempção em áreas já parceladas não ocupadas ou subutilizadas.

Art. 42. A Macrozona Produtiva caracteriza-se pela instalação de atividades de produção econômicas de pequeno, médio e grande porte, destinadas, predominantemente, ao exercício de atividades comerciais, de serviços e industriais em geral, tendo como diretrizes:

XIX - controlar as atividades industriais, comerciais e de serviços no que se refere ao impacto no ambiente natural e construído das malhas urbanas;

XX - respeitar os níveis de segurança, sossego e qualidade de vida da população;

XXI - controlar a ocupação através dos índices urbanísticos definidos para as áreas, tais como coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilidade;

XXII - controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;

XXIII - incentivar o uso semipúblico das propriedades e a interação entre espaços públicos e privados;

XXIV - valorizar estas áreas paisagisticamente.

Art. 43. A Macrozona Industrial consiste nas áreas onde já há instalações industriais e os locais propícios a expansão destes, contidos no perímetro urbano. Tem como diretrizes:

XXIV - controlar a ocupação através de coeficientes de aproveitamento e taxa de permeabilidade;

XXV - controlar as atividades industriais restringindo aquelas de grande impacto.

Art. 44. A Macrozona de Controle Ambiental compreende a área do atual Cemitério Municipal. Tem como diretrizes:

XXV - desenvolver e implantar o plano de gestão ambiental, conforme a Resolução 335/03 do CONAMA e o licenciamento Ambiental;

XXVI - garantir manutenção permanente e promover a revitalização e readequação ambiental e paisagística do local e entorno;

XXVII - disciplinar sua ocupação de maneira a causar o menor impacto urbanístico, visual e ambiental.

Art. 45. A Macrozona Especial de Interesse Social compreende as áreas de ocupação irregular que necessitam de regularização fundiária e de adequação ao cumprimento da função social da propriedade, assim como novas áreas para a implantação de loteamentos e/ou conjuntos habitacionais de interesse social. Tem como diretrizes:

XXVII - promover a regularização fundiária;

XXVIII - melhorar as condições urbanísticas e de infraestrutura.

Art. 46. Macrozona Especial de Interesse Institucional compreende áreas de interesse público, identificadas no mapa de macrozoneamento urbano, com a finalidade de prover à população áreas verdes, de esportes, de lazer, de recreação, de educação e outros estabelecimentos de utilidade pública.

Art. 47. A Macrozona de Recuperação e Preservação Ambiental compreende as Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao longo dos cursos d'água inseridos na malha da Sede Urbana, tendo como objetivo promover a recuperação e preservação dos cursos hídricos, assim como da massa vegetativa. São suas diretrizes:

I - desenvolver e implantar o plano de adequação e gestão ambiental;

II - promover manutenção permanente e revitalização paisagística do local;

XXIX - respeitar uma faixa non edificandi de 15,00m (quinze metros) da margem dos cursos da água.

Art. 48. A Macrozona de Expansão Urbana caracteriza-se pelas áreas contíguas ao perímetro urbano, identificadas como passíveis de urbanização futura, em respeito ao art. 3º, da Lei Federal nº. 6766 de 1979 e suas atualizações, segundo a qual somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definida por lei municipal, bem como em áreas que não sejam:

- I - terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II - terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- III - terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) e nunca superior a 55% (cinquenta e cinco por cento), conforme estabelece a Lei de Parcelamento do Solo;
- IV - terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- V - área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

§ 1º Esta Macrozona tem como diretrizes:

- XXIX - garantir reserva de área para futura expansão da ocupação urbana;
 - XXX - garantir continuidade das vias nos próximos loteamentos principalmente as vias arteriais e coletoras;
 - XXXI - garantir a reserva de área pública para instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;
 - XXXII - garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
 - XXXIII - observar a infraestrutura mínima exigida na Lei Municipal de Parcelamento do Solo.
- § 2º Somente será admitido o parcelamento do solo nesta área para fins urbanos, após parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), que deverá analisar, entre outros fatores, a conveniência e a oportunidade do empreendimento.

SEÇÃO III

DO ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Art. 49. Para fins deste Plano Diretor Municipal, o sistema viário é o conjunto de vias e logradouros públicos e o conjunto de rodovias que integram o Sistema Viário Urbano e Sistema Viário Municipal, tendo como diretrizes para seu ordenamento:

- XXXIII - induzir o desenvolvimento pleno da área urbana e rural do Município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano e rural;
- XXXIV - adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;
- XXXV - hierarquizar as vias urbanas e rurais, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar segurança e conforto;
- XXXVI - eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;
- XXXVII - adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas com deficiências;
- XXXVIII - garantir acessibilidade universal nas vias e nos espaços públicos;
- XXXIX - assegurar a faixa non aedificandi e a faixa de domínio ao longo das estradas municipais e rodovias;
- XL - garantir a continuidade das vias existentes, no momento de implantação de novos loteamentos.

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 50. O Município de Xavantina adotará, para o desenvolvimento e a gestão do planejamento territorial, os instrumentos de política urbana, dentre outros, os abaixo transcritos que se fizerem necessários, especialmente os previstos na Lei Federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, em consonância com as diretrizes da política nacional do meio ambiente:

XL - Instrumentos de Planejamento:

- e) Lei do Plano Diretor Municipal;
- f) Plano Plurianual (PPA);
- g) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- h) Lei de Orçamento Anual (LOA);
- i) Planos, programas e projetos elaborados em nível local.

XLI - Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos:

- a) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- b) desapropriação;
- c) servidão e limitações administrativas;
- d) tombamento e inventários de imóveis, conjuntos e sítios urbanos ou rurais;
- e) concessão de direito real de uso;
- f) concessão de uso especial para fim de moradia;
- g) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- h) usucapião especial de imóvel urbano, coletivo ou individual;
- i) direito de preempção;
- j) operações urbanas consorciadas;
- k) outorga onerosa do direito de construir;
- l) transferência do direito de construir;
- m) direito de superfície;
- n) outorga onerosa de alteração de uso;
- o) regularização fundiária;
- p) assistência técnica e jurídica para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- q) relatórios de impacto ambiental e de impacto de vizinhança;
- r) termo de ajustamento e conduta;
- s) fundo de desenvolvimento municipal;
- t) sistema municipal de informações.

XLII - Instrumentos Tributários e Financeiros:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- b) contribuição de melhoria;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- d) tributos municipais diversos;
- e) taxas e tarifas públicas específicas.

XLIII - Instrumentos de Democratização da Gestão:

- a) conselhos municipais;

- b) fundos municipais;
- c) audiências e consultas públicas;
- d) gestão orçamentária participativa;
- e) conferências municipais.

CAPÍTULO ÚNICO

DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E SUA TRANSFERÊNCIA

Art. 51. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas, onde o coeficiente básico possa ser ultrapassado, conforme disposições dos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos no Plano Diretor Municipal ou lei especial para tal fim.

Parágrafo único. O exercício do direito de construir adicional, adquirido através da outorga onerosa do direito de construir, é estabelecido a partir do coeficiente de aproveitamento de cada Macrozona ou unidade territorial onde será utilizado, não podendo ultrapassar o coeficiente máximo determinado para a área em questão.

Art. 52. O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado:

XLIII - nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido para as respectivas zonas, unidades, área de operação urbana consorciada ou área de projeto especial;

XLIV - nas Macrozonas, parte delas ou unidades territoriais destas, nas áreas de operação urbana consorciada e nas áreas de projetos especiais, pelo estoque de direito de construir adicional.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará através Decreto os critérios e condições de aplicação da outorga onerosa, bem como a área em que este instrumento poderá ser aplicado.

SEÇÃO II

da transferência do direito de construir

Art. 53. O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo, por limitações urbanísticas relativas à proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Ambiental definidas pelo Poder Público, inclusive tombamento, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável desse imóvel, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas as disposições instituídas em legislação específica.

Art. 54. A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas a melhoramentos viários, equipamentos públicos, programas habitacionais de interesse social e programas de recuperação ambiental.

Art. 55. O potencial construtivo transferível de um terreno é determinado em metros quadrados de área computável, e equivale ao resultado obtido pela multiplicação do coeficiente de aproveitamento básico da zona ou setor onde está localizado o imóvel pela área do terreno atingida por limitações urbanísticas ou a ser indenizada.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará através de lei específica os critérios e condições de transferência de potencial construtivo.

SEÇÃO III

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 56. O Poder Executivo Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o Município necessitar de áreas para:

- f) regularização fundiária;
- g) execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- h) constituição de reserva fundiária;
- i) ordenamento e direcionamento do desenvolvimento urbano;
- j) implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários;
- k) criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- l) criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental;
- m) proteção de áreas de interesse histórico, cultural, turístico ou paisagístico.

Art. 57. As áreas, onde incidirá o direito de preempção, serão delimitadas por lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal sempre que houver necessidade do Município utilizar o direito de preempção para a consecução dos objetivos da política urbana e para as finalidades previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. Os imóveis colocados à venda, nas áreas de incidência do direito de preempção, deverão ser, necessariamente, oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, pelo prazo de cinco anos, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 58. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel, localizado em área delimitada, para o exercício do direito de preempção dentro do prazo de 30 dias, a partir da homologação da lei que o delimitou.

§3º Havendo terceiros interessados na compra de imóvel integrante da área referida no caput, o proprietário deverá comunicar imediatamente, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Poder Executivo Municipal sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

§4º declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos:

- m) proposta de compra, apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;
- n) endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;
- o) certidão atualizada de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente;
- p) declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. 59. Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, o Poder Executivo Municipal poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.

SEÇÃO IV**DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS**

Art. 60. Lei municipal específica definirá as áreas em que incidirá a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para a implementação da referida obrigação.

Art. 61. Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido na Lei de Uso de Ocupação do Solo.

Art. 62. O proprietário será notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

Parágrafo único. A notificação far-se-á:

p) por funcionário da Prefeitura ao proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, a quem tenham poderes de gerência geral ou administração;

q) por edital quando frustrada, por 3 (três) vezes, a tentativa na forma prevista no inciso anterior.

Art. 63. Os prazos a que se refere o art. 56 não poderão ser inferiores a:

XLIV - 1 (um) ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto na Prefeitura;

XLV - 2 (dois) anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§4th Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a lei municipal específica a que se refere o art. 56 poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o projeto como um todo.

§5th A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização, sem interrupção de quaisquer prazos.

SEÇÃO V**DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS**

Art. 64. Lei municipal específica poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§5th Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização do ambiente.

§6th A lei específica que aprovar a operação consorciada deverá constar, no mínimo:

r) definição da área a ser atingida;

s) programa básico da ocupação da área;

t) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

u) finalidade da operação;

v) estudo prévio de impacto de vizinhança;

w) contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios;

x) forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

SEÇÃO VI**DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO**

Art. 65. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na seção IV, o Município procederá a aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

§6th O valor da alíquota a ser aplicado, a cada ano, é fixado no Código Tributário Municipal ou em lei específica, e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

§7th Caso as obrigações de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

Parágrafo único. O poder executivo regulamentará através de lei específica os critérios e condições de aplicação do IPTU progressivo no tempo, bem como a área em que este instrumento poderá ser aplicado.

SEÇÃO VII**DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 66. Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, nos termos do artigo 8º da Lei nº. 10.257/01 – Estatuto da Cidade.

Seção VIII**Do Direito de Superfície**

Art. 67. O Direito de Superfície poderá ser exercido em todo o território municipal, nos termos da legislação federal pertinente.

Parágrafo único. Fica o Executivo municipal autorizado a:

x) exercer o Direito de Superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários;

y) exercer o Direito de Superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

Art. 68. O Poder Público poderá conceder onerosamente o Direito de Superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Art. 69. O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua Administração Direta ou Indireta, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta Lei.

SEÇÃO IX**DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO**

Art. 70. O Poder Público Municipal poderá aplicar o instrumento do Consórcio Imobiliário além das situações previstas no artigo 46 do Estatuto da Cidade para viabilizar empreendimentos de Habitação de Interesse Social nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

§7th Considera-se Consórcio Imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio do qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal o seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§8th A Prefeitura poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

§9th O proprietário que transferir seu imóvel para a Prefeitura nos termos deste artigo receberá, como pagamento, unidades imobiliárias

devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 71. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no §2º do artigo 8º do Estatuto da Cidade.

Art. 72. O Consórcio Imobiliário aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar nos termos desta Lei, quanto àqueles por ela não abrangidos, mas necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas nesta Lei.

Art. 73. Os Consórcios Imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação pactuadas entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

SEÇÃO X

Da regularização fundiária

Art. 74. A promoção da regularização urbanística e fundiária nos assentamentos e construções precárias no Município será apoiada em ações de qualificação ambiental e urbana e de promoção social, podendo para tanto o Executivo Municipal aplicar os seguintes instrumentos:

XLV - concessão do direito real de uso;

XLVI - concessão de uso especial para fins de moradia;

XLVII - assistência técnica urbanística, jurídica e social, em caráter gratuito para a hipótese de usucapião especial de imóvel urbano;

XLVIII - desapropriação.

Art. 75. O Executivo Municipal, visando equacionar e agilizar a regularização fundiária deverá articular os diversos agentes envolvidos nesse processo, tais como os representantes do:

XLVIII - Ministério Público;

XLIX - Poder Judiciário;

L - Cartórios de Registro;

LI - Governo Estadual;

LII - Grupos sociais envolvidos.

§9th O Município buscará celebrar convênio com a Ordem dos Advogados ou com entidades sem fins lucrativos que possam coordenar proposições das ações de regularização fundiária para população de baixa renda.

§10th O poder executivo regulamentará através de lei específica os critérios e condições de aplicação dos instrumentos de regularização fundiária, bem como a área em que estes instrumentos serão aplicados.

SEÇÃO XI

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 76. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas, situadas em área urbana, que dependerão de prévia elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Executivo municipal.

Parágrafo único. As atividades definidas como Polo Gerador de Tráfego, Polo Gerador de Risco, Gerador de Ruído Diurno e Gerador de Ruído Noturno estão incluídas entre as que dependerão de elaboração do EIV e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

Art. 77. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo na análise, no mínimo, as seguintes questões:

LII - adensamento populacional;

LIII - equipamentos urbanos e comunitários;

LIV - uso e ocupação do solo;

LV - valorização imobiliária;

LVI - geração de tráfego e demanda por transporte público;

LVII - ventilação, iluminação e poluição sonora;

LVIII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis, para consultas no órgão competente do Poder Público Municipal, para qualquer interessado.

Art. 78. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e aprovação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.

TÍTULO IV

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 79. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM), com a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanísticos e ambientais, integrantes ou decorrentes deste Plano, em obediência às prioridades nele estabelecidas.

§10th O FDM será administrado pelo Poder Executivo Municipal.

§11th O plano de aplicação de recursos financeiros do FDM será aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento (CDM), homologado pelo Prefeito Municipal e encaminhado, anualmente, para aprovação da Câmara Municipal.

Art. 80. O FDM será constituído de recursos provenientes de:

LVIII - dotações orçamentárias e créditos adicionais suplementares a ele destinados;

LIX - repasses ou dotações de origem orçamentária da União ou do Estado;

LX - empréstimos de operações de financiamento internos ou externos;

LXI - contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas;

LXII - acordos, contratos, consórcios e convênios;

LXIII - retornos e resultados de suas aplicações;

LXIV - recursos oriundos da aplicação dos instrumentos de indução do desenvolvimento municipal;

LXV - outras receitas destinadas ao fundo.

Art. 81. Os recursos do FDM serão aplicados em:

LXV - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária;

LXVI - estruturação e gestão do transporte coletivo público;

LXVII - ordenamento e direcionamento do desenvolvimento territorial, incluindo infraestrutura, drenagem e saneamento;

LXVIII - implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes;

LXIX - proteção de áreas de interesse histórico, cultural, turístico ou paisagístico;

LXX - criação de unidades de conservação e proteção de áreas de interesse ambiental.

Art. 82. Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva que será o órgão responsável pelo acompanhamento, controle da implementação e gestão do Plano Diretor Municipal de Xavantina, composto de 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, sendo: 3 (três) representantes da administração pública e 4 (quatro) representantes da sociedade civil.

Art. 83. O Conselho terá como principais atribuições:

LXX - examinar a viabilidade dos projetos e criar indicadores de desempenho institucional;

LXXI - estabelecer prioridades na aplicação dos recursos do FDM;

LXXII - acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor Municipal ou opinar sobre projetos de leis urbanísticas a serem encaminhados à Câmara Municipal;

LXXIII - organizar e promover a conferência da cidade;

LXXIV - orientar e acompanhar o desenvolvimento do sistema de informações municipal;

LXXV - analisar e aprovar projetos de empreendimentos de impactos significativos, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação;

LXXVI - promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município;

LXXVII - deliberar sobre casos omissos da legislação pertinente à gestão territorial.

Art. 84. Fica facultado ao Conselho de Desenvolvimento (CDM) promover a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas de sua agenda, bem como estudos sobre a definição de convênios na área de desenvolvimento urbano sustentável e da propriedade urbana. Parágrafo único. A participação popular deverá ser assegurada à população através do referendo, plebiscito, consultas e audiências públicas, assembleias, conferências, iniciativa popular em projeto de lei e os conselhos de políticas e serviços públicos.

Art. 85. O Conselho deverá ser constituído pelo Prefeito, por Decreto, em até 60 (sessenta) dias após a aprovação desta Lei.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86. Os projetos regularmente protocolados anteriormente à data de publicação desta Lei serão analisados de acordo com a legislação vigente à época do seu protocolo.

Parágrafo único. Os projetos de que trata este artigo poderão, a pedido do interessado, ser examinados conforme as disposições desta Lei.

Art. 87. Fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias após a aprovação desta Lei, para o Poder Legislativo Municipal apreciar e deliberar os projetos de leis complementares listadas abaixo:

LXXVII - Lei de Uso e Ocupação do Solo;

LXXVIII - Lei do Parcelamento do Solo;

LXXIX - Lei do Perímetro Urbano;

LXXX - Lei do Sistema Viário;

LXXXI - Código de Obras;

LXXXII - Código de Posturas.

Parágrafo único. Ficam mantidas, até a revisão, as legislações atuais pertinentes ao Código de Obras, de Posturas e a de Uso e Ocupação do Solo, ou outras que não contrariam esta Lei.

Art. 88. Fazem parte integrante desta Lei os mapas constantes dos Anexos I, II e III, assim como as Fases II, III, IV e V do PDM de Xavantina, contendo, respectivamente, Diagnóstico; Prognóstico – Diretrizes, Estratégias e Ações; Proposições para a Legislação Básica Municipal; Plano de Ação e Investimentos, além do caderno com o Processo Participativo.

Art. 89. O prazo de validade do Plano Diretor Municipal é estabelecido em 10 (dez) anos, devendo ser revisado a cada 5 (cinco) anos ou sempre que o Município julgar necessário, quanto aos resultados da aplicação de suas diretrizes e instrumentos e das modificações ocorridas no espaço físico, social e econômico do município, procedendo-se as atualizações e adequações que se fizerem necessárias.

Art. 90. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 13 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO I - MAPA DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

ANEXO II - MAPA DO MACROZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL

ANEXO III - MAPA DO MACROZONEAMENTO URBANO DO DISTRITO LINHA DAS PALMEIRAS

DECRETO 136/2017 REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1455552

DECRETO Nº 136, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inservíveis os bens móveis que especifica, de propriedade do Município de Xavantina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, combinado com o art. 17 da lei 8666/93 e alterações posteriores, e, considerando erro formal anterior, e:

- a) que os bens móveis abaixo relacionados não dispõem mais condições plenas de uso, para o fim que se destinam;
 - b) que seus custos operacionais são antieconômicos para serem utilizados nas atividades públicas a que se destinam;
 - c) quando não todos, grande parte deles já estão totalmente sucateados e inservíveis;
 - d) que sua alienação é de interesse público, pois ainda viabilizam obtenção de valores residuais e com a sua permanência no Patrimônio Municipal viriam a se exaurir à medida que o tempo passa;
 - e) que, com a arrecadação da receita proveniente da alienação, a mesma será aplicada nos termos do art. 44 da LC 101/2000, de 04 de maio de 2000, podendo assim recompor bens móveis com baixo custo operacional,
- Art. 1º Ficam considerados inservíveis para uso pela administração, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do patrimônio do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina combinado com o art. 11 e inciso II do art. 12 da Lei Orgânica Municipal:

Lote	Nome do Bem Imóvel
1	FORD FIESTA SE HATCH 1.6, 2012/2013, PL.: MKJ-0967 (SC), CH.: 3FAKP4EK3DM124262 (ref: 1938)
2	TRATOR DE PNEUS NEW HOLLAND TL 75 E 4x4, 2002, SÉRIE: 24CB00923 (ref: 1937)
3	TRATOR DE PNEUS BUDNY BDY 8540 4x4, 2015, SÉRIE: 109006 (ref: 2193)
4	TRATOR DE PNEUS BUDNY BDY 8540 4x4, 2015, SÉRIE: 850004 (ref: 2210)
5	CARREGADEIRA DE PNEUS CASE W18 4x4, 1984, SÉRIE: 6958200 (ref: 2158)
6	TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50 15C, 1989, CAP: 13500, SÉRIE: B4516 (1992)
7	TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D41 E, 1998, CAP: 14000, SÉRIE: D41E6-B21003 (ref: 1987)
8	CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 1717, 2005/2005, PL.: MFL-4842 (SC), CH.: 9BFYTNEF05BB49162 (ref: 1943)
9	COMPRESSOR DE AR HOLMAN 175 (ref: 1976)
10	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS SÓLIDOS (ref: 1935)
11	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS CREMASCO CUSTON 930 C II (ref: 1910)
12	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA PECUS (ref: 1924)
13	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS CREMASCO CUSTON 930 C II (Ref.: 1927)
14	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA PECUS 9004 SUPER (ref: 1928)
15	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA PECUS 9004 SUPER
16	SUCATA DE 2 ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA
17	TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LÍQUIDOS MEPEL 822085 (ref:1932)
18	TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LÍQUIDOS MEPEL 822076 (ref:1918)
19	TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LÍQUIDOS MEPEL (ref: 1921)
20	CARROCERIA BASCULANTE METÁLICA
21	SUCATA DE INFORMÁTICA, MÓVEIS E OUTROS (diversos: mesa, cadeira, armário, balcão, impressora, monitor, teclado, etc.)
22	SUCATA FERROSA (aprox. 1.500kg)

Art. 2º A Comissão, no seu ato de avaliação, deverá estabelecer o valor mínimo de alienação a ser procedido através de licitação na forma estabelecida pelo inciso II do artigo 17 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com inciso II do artigo 12 da Lei Orgânica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 04 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017

Publicação Nº 1456726

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017

Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vaga, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 002, de 09 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá outras providências e considerando o inciso I do art. 2º da Lei nº 782/2002, que dispõe sobre a contratação de pessoal temporário para atender necessidade de excepcional interesse público e dá outras providências e,

- a) considerando a necessidade de atendimento integral a população na área da saúde, sendo necessária a contratação temporária, em caráter emergencial, de técnicos para suprir as necessidades de profissionais titulares em seus afastamentos legais;
- b) considerando que, por necessidade de afastamento imediato em função de maternidade, existe a necessidade de concessão de tal licença para a ocupante do cargo de Auxiliar de Odontólogo.
- c) considerando que não existe cadastro de reserva em vigor;
- d) considerando que há a necessidade de contratação imediata para complementação da Equipe da Saúde da Família sob pena de perda de repasse de recursos públicos provenientes do SUS/FNS normal de contratação;

Torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal, a serem admitidos, de forma emergencial e temporária, a fim de atuar na Administração Pública Municipal, no Serviço de Saúde Bucal.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através de PROVA DE TÍTULOS regida pelas normas deste Edital e pelas demais disposições vigentes, sendo executado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com sede administrativa situada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina/SC.

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 01 a 15 de dezembro de 2017, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina/SC, endereço eletrônico: www.xavantina.sc.gov.br e telefone (49) 3454-3100.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período previsto no subitem 1.2 deste edital:

1.3.1. Acessar o site www.xavantina.sc.gov.br no Link TRANSPARÊNCIA>CONCURSOS> PROCESSO SELETIVO 002/2017.

1.3.2. Baixar e ler na íntegra o Edital, preencher a ficha de inscrição (Anexo I), na qual declara automaticamente estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.2.1 Os interessados poderão também obter a ficha (Anexo I) pessoalmente no endereço estabelecido no item 1.2, deste edital. O Edital completo somente poderá ser obtido no site estabelecido no item 1.3.1 deste Edital.

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato deverá apresentar documentação de habilitação para o cargo (ficha de inscrição, ficha para prova de títulos e títulos).

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e entregá-lo pessoalmente no endereço estabelecido no item 1.2 deste edital, seguindo as instruções;

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a entrega no endereço estabelecido no item 1.2 deste edital, com o recibo de protocolo.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição estabelecido nos item 1.3 e seus subitens (1.3.1 à 1.3.4) e item 1.9 deste Edital implicará a não efetivação da inscrição.

1.6. As inscrições serão homologadas da data provável de 18 de Dezembro de 2017. O candidato deverá conferir no site www.xavantina.sc.gov.br a publicação da lista das inscrições deferidas e indeferidas.

1.7. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do dia seguinte da homologação para entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças pelo telefone (49) 3454-3100 e comunicar o ocorrido ou apresentar recurso escrito;

1.8. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição com certificação de recebimento/protocolo pelo setor responsável.

1.9. Em caso de dados incorretos ou incompletos o candidato terá sua inscrição indeferida.

1.10. As inscrições são para preenchimento de vaga em caráter temporário para substituição de servidor efetivo legalmente afastado ou por falta de preenchimento por concurso público;

1.11. O cargo, a vaga, a carga horária e remuneração prevista para o presente Edital, são:

Cargo	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento
Auxiliar de Odontólogo	01	40 horas	R\$ 1.705,22

1.12. São condições para a inscrição:

1.12.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do art. 12 da Constituição Federal.

1.12.2. Ter na data da contratação, idade mínima de 18 anos, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.12.3. Comprovar, mediante documento hábil, a habilitação para o exercício do cargo nos termos do item 2.1 e seus subitens do presente Edital.

1.12.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

1.12.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado;

2. DOS CARGOS E DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA DO REGIME DE TRABALHO E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

2.1. O cargo e a respectiva habilitação mínima exigida, condições de trabalho e atribuições do cargo são a constante na tabela a seguir.

2.1.1. Auxiliar de Odontólogo

Cargo: Auxiliar de Odontólogo

Habilitação: Portador de Diploma de Ensino Médio com habilitação para o exercício do cargo nos termos da legislação em vigor.

Atribuições do Cargo:

I – realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;

II – realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

III – executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, de equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;

IV – auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas;

V – realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;

VI – acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;

VII – aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;

VIII – processar filme radiográfico;

IX – selecionar moldeiras;

X – preparar modelos em gesso;

XI – manipular materiais de uso odontológico; e

X – participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria.

3. DAS PROVAS

3.1. O Processo Seletivo será de PROVA DE TÍTULOS.

3.1.1. A prova de títulos para o cargo estabelecido no subitem 2.1.1 terá peso de 100 % (cem por cento) e se dará mediante os seguintes critérios:

3.1.2. Considera-se títulos e experiência comprovada na área de saúde apenas os descritos no item abaixo devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios relativos a cada titulação no ato da inscrição.

3.1.2.1. Para os Auxiliares de Odontólogo

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
1. Cursos		
a) Certificados, diplomas ou equivalente relativo a participação em curso de formação e aperfeiçoamento, na área de atuação ou em atividade específica ou similar relacionada às atribuições do cargo, para cada 10 horas ou 10 horas/aulas de curso.	0,20	5,00
b) Tempo de Serviço na atividade de professor na área específica de atuação (considerando 1 mês completo).	0,016	2,00
2. Cursos Técnicos e de Graduação		
a) Curso Técnico na área de Odontologia/Saúde Bucal.	-----	2,00
b) Curso Técnico na área de Saúde Pública.	-----	1,50
c) Cursos de Graduação na área de Saúde.	-----	3,00
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		10,00

3.1.2.1.1. Os certificados/diplomas e similares de cursos de treinamento, formação e instrução cuja carga horária é definida em dias, considera-se para cada dia uma carga horária de 6 (seis) horas.

3.1.2.1.2. A nível de cursos técnico e de graduação previsto nas alíneas "a", "b" e "c" do item 2 do quadro previsto no subitem 3.1.2.1 deste Edital somente será considerado um diploma/certificado, o de maior pontuação, desconsiderando os demais.

3.1.3. Na avaliação de títulos somente serão reconhecidos como documentos válidos aqueles que atendam os seguintes critérios:

Cursos Técnicos e Graduação: Cursos de Técnicos e de Graduação somente serão aceitos os especificados nas alíneas "a" e "b" e "c" do item 2 do quadro previsto no subitem 3.1.2.1 deste Edital com certificado/diploma de conclusão emitido por instituições devidamente credenciadas, não sendo aceito qualquer tipo de atestado ou declaração de conclusão de curso.

Tempo de Serviço. Serviço no exercício da atividade inerente ao cargo da área específica de atuação, comprovado através de carteira de trabalho e previdência social – CTPS, ato de nomeação ou designação e contrato de trabalho realizado tanto no serviço público como privado.

Cursos de Aperfeiçoamento: Certificados, diplomas ou equivalente relativo à participação em curso de aperfeiçoamento, conclave, encontros, eventos e outros relativo à atividade específica ou similar relacionada à atividade específica de atuação. Não serão computados como curso de aperfeiçoamento horas ou horas aulas específicas obtidas em Cursos Técnicos e de Graduação constante da respectiva grade curricular.

3.1.4. Os documentos previstos nos subitens 3.1.2.1, a ficha da prova de títulos prevista no anexo II do presente Edital deverá ser entregue em envelope lacrado no qual constará externamente os seguintes dados:

Prefeitura Municipal de Xavantina/SC

Edital de Processo Seletivo Público nº 002/2017

Comprovante da Prova de Títulos e Tempo de Serviço

Nome _____

Inscrição nº _____ (para uso do Município)

3.1.5. Os documentos previstos nos subitens 3.1.2.1 deverão ser originais ou cópia autenticada em cartório ou por servidor responsável pela inscrição.

3.1.6. A ficha de prova de títulos deverá conter a assinatura do candidato e do responsável pela inscrição.

3.1.7. Os candidatos que não entregarem no ato da inscrição o envelope especificado no item anterior serão automaticamente desclassificados do processo seletivo.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. A classificação dos candidatos se dará da seguinte forma:

4.1.1. A classificação para o cargo do subitem 2.1.1 dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos na prova de títulos e tempo de serviço estabelecido no item 3.1.2.1.

4.1.2. Os pontos serão obtidos pela aplicação da seguinte fórmula:

$TP = PT + PTS$

TP = Total de Pontos

PT = Pontos de Títulos (alíneas "a" do item 1 e "a", "b" e "c" do item 2 do quadro do subitem 3.1.2.1 deste edital)

PTS = Pontos do Tempo de Serviços (alínea "b" do item 1 do quadro do subitem 3.1.2.1 deste edital)

4.1.3. Para as médias dos pontos serão consideradas até duas casas decimais após a vírgula.

4.1.4. No caso de empate entre dois ou mais candidatos serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

4.1.4.1. O que tiver maior pontuação na somatória dos títulos do item 2 (alíneas a, b e c) do quadro constante no item 3.1.2.1 deste Edital.

4.1.4.2. O que tiver a maior quantidade de horas de curso de aperfeiçoamento (alínea "a" do item 1 do quadro constante subitem 3.1.2.1 deste Edital).

4.1.4.3. O que possuir maior tempo de serviço como professor na área específica de atuação e correlato (alínea "b" do item 1 do quadro constante subitem 3.1.2.1 deste Edital)

4.1.4.4 Se persistir o empate para os subitens 4.1.4.1, 4.1.4.2 e 4.1.4.3 será aplicado ainda os seguintes critérios:

4.1.4.4.1. Ao que possuir a maior idade.

4.1.4.4.2. Quem tiver maior número de filhos menores de 18 anos.

4.1.4.5. Persistindo o empate haverá sorteio em sessão pública.

5. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

5.1. O quadro de vagas será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da Administração.

5.1.1 Os candidatos aprovados, além da vagas estabelecidas no item 1.11 do presente Edital são considerados como cadastro de reserva, podendo serem chamados no prazo de vigência do presente Edital, por ordem de classificação, em caso de vacância de cargos.

5.2. O candidato que não assumir no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da data da convocação, automaticamente será desclassificado, sendo chamado o próximo candidato da lista, salvo pedido de prorrogação do prazo.

5.2.1. O pedido de prorrogação deve ser requerido ao Secretário Municipal da Administração e Finanças no prazo estabelecido no presente subitem (5.2) não podendo ultrapassar a 10 (dez) dias corridos.

5.2.2. Mediante o interesse da Secretaria Municipal da Administração poderá deferir ou indeferir o requerimento mencionado no subitem anterior (5.2.1).

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação pertinente.

6.2. A falsidade ou inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

6.3. A Prefeitura Municipal de Xavantina/SC não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado.

6.4. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

6.5. A Prefeitura Municipal de Xavantina/SC não se responsabiliza por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas será seguida a listagem classificatória.

6.6. A validade do presente Processo Seletivo será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua homologação.

6.7. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação constantes do Anexo III do presente Edital.

6.8. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do Processo Seletivo, obedecido as normas constante no item 5.2 e seus subitens do presente Edital.

6.9. A homologação do resultado final do Processo Seletivo será divulgada na data de 22 de Dezembro de 2017 no endereço eletrônico: www.xavantina.sc.gov.br, podendo ser efetuada por cargo e/ou individualmente, a critério da Prefeitura Municipal de Xavantina/SC.

6.10. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido por Comissão Responsável pelo Processo Seletivo a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

6.11. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as necessidades da Prefeitura Municipal de Xavantina/SC.

6.12. Ao assumir a vaga, o candidato deverá desenvolver as atividades em consonância as atribuições do cargo.

6.13. Os candidatos classificados pelo presente Processo Seletivo serão admitidos sob o regime estatutário, vinculado ao Direito Administrativo instituído pela Lei Complementar nº 002, de 09 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

6.14. Os candidatos classificados e contratados são integrantes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

6.15. Todos os benefícios previdenciários serão custeados pelo Regime Geral de Previdência Social

6.15.1. Fazem parte do presente Edital os seguintes Anexos:

6.15.1.1. Anexo I – Requerimento de Inscrição.

6.15.1.2. Anexo II – Ficha para a Prova de Títulos

6.15.1.3. Anexo III – Documentos Necessários para Admissão.

6.16. O processo Seletivo será conduzido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Setor de Recursos Humanos, que executará todas as fases do processo, supervisionado pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo.

Xavantina/SC, em 30 de Novembro de 2017.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 30 de Novembro de 2017

Jaime Cezar Masiero

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I									
FICHA DE INSCRIÇÃO									
Nº INSCRIÇÃO									
(reservado exclusivamente para o setor de Departamento Pessoal)									
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017									
Cargo Pretendido									
Entidade									
Prefeitura Municipal de Xavantina/SC									
Nome do Candidato									
Endereço Completo (Rua, nº, bairro)						Cidade		UF	
CEP		Endereço Eletrônico - e-mail							
Telefone		Celular		Nome da Mãe				Data Nascimento	
CPF		Sexo	Nº RG			Órgão Exp.		Data de Expedição da RG	
DECLARO sob as penas do Art. 299 do Código Penal, que as informações constantes neste documento são expressões da verdade.									
Xavantina/SC, em ____ de ____ de 2017.									
Assinatura do Candidato									
Reservado para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças									
Xavantina/SC, em ____ de ____ de 2017									
Servidor Responsável									

ANEXO II

FICHA PARA A PROVA DE TÍTULOS

Nome do(a) Candidato(a): _____

Cargo: _____

Títulos – Somente serão considerados títulos os que atenderem o subitem 3.1.2.1 do presente Edital – Das Provas do Presente Edital.

FLS 01

ESPECIFICAÇÃO DS TÍTULOS	Nº de Horas/Ano Tempo Serviço
() Curso Técnico na área de Odontologia/Saúde Bucal	
() Curso Técnico na área de Saúde Pública	
() Curso de Graduação na área de Saúde	
() Outro (Diploma/Documento) – Especificar:	
() Certificados/Diplomas, Atestado de Tempo de Serviços e outros	Horas



1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	

OBS. Os Certificados/Diplomas e similares de cursos de treinamento, formação e instrução cuja carga horária é definida em dias, consideram-se para cada dia uma carga horária de 6 (seis) horas.

Xavantina/SC,de de 2017

Assinatura do Candidato Assinatura Responsável Inscrição

ANEXO II

FICHA PARA A PROVA DE TÍTULOS

Nome do(a) Candidato(a): _____

Cargo: _____

Títulos – Somente serão considerados títulos os que atenderem o subitem 3.1.2.1 do presente Edital – Das Provas do Presente Edital.

FLS 02

() Certificados/Diplomas Atestado de Tempo de Serviços e outros	Horas
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	

OBS. Os Certificados/Diplomas e similares de cursos de treinamento, formação e instrução cuja carga horária é definida em dias, consideram-se para cada dia uma carga horária de 6 (seis) horas.

Xavantina/SC,de de 2017

Assinatura do Candidato Assinatura Responsável Inscrição

ANEXO III

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO

Documentos que deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Setor de Recursos Humanos, cópias

juntamente com os originais para contrato:

- Carteira de Identidade
- CPF
- Título de Eleitor e Certidão Eleitoral de Regularidade
- Certificado de Reservista (quitação com as obrigações militares, somente para homem.)
- Cartão de PIS/PASEP
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- Certidão de nascimento dos Filhos (Menores)
- 01 foto 3X4 recente
- Número de conta salário no Banco do Brasil ou SICOOB
- Comprovante de escolaridade, conforme exigência para o cargo
- Declaração de Bens e fontes de renda, com a data de Admissão
- Antecedentes Criminais (Fórum ou www.tjsc.jus.br)
- Declaração de não acumulo de cargos, empregos ou funções públicas

Xavantina/SC 30 de Novembro de 2017

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2017

Publicação Nº 1456729

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2017

Processo Seletivo para preenchimento de vaga, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 002, de 09 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá outras providências e considerando o inciso I do art. 2º da Lei nº 782/2002, que dispõe sobre a contratação de pessoal temporário para atender necessidade de excepcional interesse público e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o presente Processo Seletivo de pessoal destinado a cadastro de reserva para preenchimento de cargos em caráter temporário para atuação na Administração Pública Municipal,

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através de PROVA ESCRITA regida pelas normas deste Edital e pelas demais disposições vigentes, sendo executado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina/SC.

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 14 de dezembro à 29 de dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Xavantina/SC, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina/SC, endereço eletrônico: www.xavantina.sc.gov.br e telefone (49) 3454.31.00.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período previsto no subitem 1.2 deste edital:

1.3.1. Acessar o site www.xavantina.sc.gov.br no Link TRANSPARÊNCIA/CONCURSOS/ EDITAL 003/2017

1.3.2. Baixar e ler na íntegra o Edital, preencher a ficha de inscrição (Anexo I), podendo optar em apenas 01 (um) cargo, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.2.1 Os interessados poderão também obter a ficha (Anexo I) pessoalmente no endereço estabelecido no item 1.2, deste edital. O Edital completo somente poderá ser obtido no site estabelecido no item 1.3.1 deste Edital.

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar em apenas de 01 (um) cargo, para tanto, o candidato deverá apresentar documentação de habilitação no ato da inscrição para a opção.

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e entregá-lo pessoalmente no endereço estabelecido no item 1.2 deste edital, seguindo as instruções;

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a entrega no endereço estabelecido no item 1.2 deste edital, com o recibo de protocolo.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição estabelecido nos item 1.3 e seus subitens (1.3.1 à 1.3.4) deste Edital implicará a não efetivação da inscrição.

1.6. Até o dia 30 de dezembro de 2017 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.xavantina.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do dia seguinte da homologação para apresentar o recurso, o qual deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Xavantina/SC junto a Secretaria de Administração e Finanças, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina/SC.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição.

1.8. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.9. Em caso de dupla inscrição, ou dados incorretos, o candidato terá sua inscrição indeferida.

1.10. As inscrições são para preenchimento de vaga em caráter temporário para substituição de servidor efetivo legalmente afastado ou por falta de preenchimento por concurso público;

1.11. O cargo, a vaga, a carga horária e remuneração prevista para o presente Edital, são:

Cargo	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento R\$
Atendente de Unidade	CR	40 horas	R\$ 1.350,36
Enfermeiro	CR	20 horas	R\$ 2.252,21
Engenheiro Agrônomo	CR	20 horas	R\$ 1.970,06
Fiscal Municipal	CR	40 horas	R\$ 2.745,28
Fiscal Sanitário	CR	40 horas	R\$ 1.794,77
Motorista	CR	40 horas	R\$ 1.587,13
Nutricionista	CR	20 horas	R\$ 2.413,53
Servente Interno	CR	40 horas	R\$ 1.354,76

*CR: Cadastro Reserva

1.12. São condições para a inscrição:

1.12.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do art. 12 da Constituição Federal.

1.12.2. Ter na data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.12.3. Comprovar, mediante documento hábil, a habilitação para o exercício do cargo nos termos do item 2.1 e seus subitens do presente Edital.

1.12.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

1.12.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada;

2. DOS CARGOS E DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA DO REGIME DE TRABALHO E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

2.1. O cargo e a respectiva habilitação mínima exigida, condições de trabalho e atribuições do cargo são a constante na tabela a seguir.

2.1.1 – Atendente de Unidade

Cargo: Atendente de Unidade
Habilitação: Conclusão do Ensino Fundamental
Atribuições do Cargo:
1. receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão;
2. receber e transmitir mensagens e ligações telefônicas;
3. requisitar, ao setor competente, os materiais de consumo necessários ao funcionamento dos departamentos;
4. outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos em Decreto.

2.1.2 – Enfermeiro(a) Padrão

Cargo: Enfermeiro Padrão
Habilitação: Possuir Diploma de conclusão do ensino superior em enfermagem, com registro no Conselho Regional competente

Atribuições do Cargo: Atuar no Programa da Saúde da Mulher, com as seguintes atribuições:

1. participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
 2. participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição;
 3. formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
 4. organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição;
 5. outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos em Decreto
6. Programa da Saúde da Mulher com atuação nas seguintes ações dentre outras:
- a) assistência ao Pré-Natal Normal Parto e Puerpério e Gestação de Alto-Risco;
 - b) planejamento Familiar;
 - c) controle à Mortalidade Materna;
 - d) prevenção de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e AIDS Adolescência e Mulher;
 - e) atendimento às Vítimas de Violência Sexual e Serviço de Atendimento ao Aborto Legal;
 - f)) climatério/Menopausa;
 - g) prevenção do Câncer Ginecológico;
 - h) detecção do Câncer de Mama;
 - i) atendimento Ginecológico.

2.1.3 – Engenheiro Agrônomo

Cargo: Engenheiro Agrônomo

Habilitação: Possuir Diploma de conclusão do ensino superior como engenheiro agrônomo, com registro no Conselho Regional competente.

Atribuições do Cargo:

1. Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior e executar trabalhos de engenharia agrônoma.
2. Outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos em Decreto

2.1.4 – Fiscal Municipal

Cargo: Fiscal Municipal

Habilitação: Conclusão do ensino médio e cursos de informática em processador de textos.

Atribuições do Cargo:

1. fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
2. verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes;
3. efetuar notificações e lançamentos de tributos;
4. aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais;
5. executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal;
6. outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos em Decreto.

2.1.5 – Fiscal Sanitarista

Cargo: Fiscal Sanitarista

Habilitação: Conclusão do Ensino Fundamental

Atribuições do Cargo:

1. realizar as atividades de fiscalização sanitária do município;
2. realizar cursos de ensinamentos visando demonstrar a importância da fiscalização sanitária;
3. participar das campanhas de saúde e educação;
4. aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais;
5. outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos em Decreto.

2.1.6 – Motorista**Cargo:** Motorista**Habilitação:** Alfabetizado, com carteira nacional de habilitação categoria C ou superior (art. 144, CTB);**Atribuições do Cargo:**

1. dirigir veículos oficiais, transportando materiais, equipamentos e pessoas com zelo;
2. zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
3. efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
5. outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos em Decreto.

2.1.7 – Nutricionista**Cargo:** Nutricionista**Habilitação:** Possuir Diploma de conclusão do ensino superior em nutricionista, com registro no Conselho Regional competente**Atribuições do Cargo:**

1. Elaborar cardápios dentro dos padrões exigidos pelo MEC
2. aplicar testes de aceitabilidade quando for introduzir novos alimentos;
3. verificar nas unidades educacionais o cumprimento do cardápio aprovado, a qualidade dos serviços oferecidos, a quantidade entregue e a aceitação por parte do alunado;
4. avaliar alunos portadores de patologias e encaminhar dieta adequada para atendimento de suas necessidades;
5. desenvolver e executar projetos de educação escolar e nutricional para serem aplicados à comunidade escolar;
6. articular-se com a equipe pedagógica da Rede Municipal de Ensino para planejamento de atividades de educação alimentar;
7. interagir com o Conselho de Alimentação Escolar no exercício das atividades de fiscalização, orientando o cumprimento das exigências do programa de Alimentação Escolar;
8. elaborar capacitações para manipuladores de alimentos;
9. orientar o correto armazenamento e o controle dos estoques de gêneros alimentícios e materiais de limpeza nas unidades educacionais;
10. capacitar estagiários de ensino médio para atividades de supervisão nas cozinhas das unidades educacionais;
11. acompanhar os trabalhos realizados pelos técnicos das empresas terceirizadas contratadas para o fornecimento da alimentação escolar transportada;
12. realizar atividades educativas na comunidade escolar, também extensiva às famílias dos alunos;
13. executar outras atividades afins e correlatas inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos no Decreto nº 131/2017.

2.1.8 – Servente Interno**Cargo:** Servente Interno**Habilitação:** Alfabetizado

Atribuições do Cargo:

1. executar serviços de edificações de obras públicas;
2. realizar pequenos reparos em obras do município;
3. realizar instalações elétricas em obras municipais;
4. outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos no Decreto nº131/2017.

3. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

3.1. O Processo Seletivo será de provas escritas.

3.2. A prova escrita será realizada no dia 14 de janeiro de 2018 com início às 8h00min e término às 11h30min, tendo como local Escola de Ensino Fundamental Deputado Massolini S/N (EEF- Medianeira) - Centro, Linha das Palmeiras - Xavantina/SC.

3.3. A duração da prova escrita será de até 3h00min (três horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

3.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de comprovante de inscrição e de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

3.4.1. Cédula de Identidade - RG;

3.4.2. Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

3.4.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

3.4.4. Certificado Militar;

3.4.5. Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

3.4.6. Passaporte.

3.5. Não será permitido ao candidato realizar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 3.4 (subitens 3.4.1 à 3.4.6).

3.6. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

3.7. A prova objetiva (escrita) desenvolver-se-á em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

3.7.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

3.7.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

3.8. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.

3.8.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

3.8.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

3.9. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

3.10. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

3.11. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

3.12. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

3.13. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

3.14. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

3.15. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

3.16. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

3.17.1. Qualquer evento em que haja supostas irregularidades na condução e realização das provas ou observações sobre a mesma, deverá ser realizado pelo candidato, na hora do encerramento da prova prevista no subitem 3.2 deste Edital, relatando a irregularidade para ser incerrida na ata prevista no subitem 3.16 deste Edital.

3.17.1.1 Após o encerramento das provas não caberá mais nenhuma consideração sobre a mesma, na forma prevista no presente inciso (3.17.1).

4. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

4.1. A prova escrita terá peso 10 (dez) com 30 questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

4.2.1. Para todos os Níveis de Escolaridade.

Conteúdo	Nº Questões	Valor por Questão	Total de Pontos
a) Língua Portuguesa	5 objetivas	0,33	1,50
b) Raciocínio Lógico (matemática)	5 objetivas	0,33	2,00
c) Conhecimentos Gerais/Atualidades	5 objetivas	0,33	1,50
d) Conhecimentos Específicos da Atribuição do cargo,	15 objetivas	0,33	10,00
Total de Questões	30	0,33	10,00

4.3. Os candidatos que obterem na prova escrita pontuações ou iguais inferiores 2 (dois) pontos serão desclassificados do presente Processo Seletivo.

4.4. Fica vedado inscrições em mais de um cargo.

4.4.1. Ocorrendo a hipótese estabelecida no subitem 4.4 deste Edital, as duas inscrições serão indeferidas.

4.5. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo II deste Edital.

4.6. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória dos pontos da prova escrita.

5. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

5.1. A prova escrita será individual, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se ao Setor Responsável do Processo Seletivo, prevista no item 11.2 deste Edital, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

5.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas escrita, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

5.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas e avaliação. Os candidatos deverão comparecer 0h30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas e avaliação, pois, no referido horário no início do horário estabelecido para o seu início, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

5.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizado na internet na página descrita no subitem 1.2 deste Edital.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Em todas as fases da classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

6.1.1. O maior somatório dos pontos constante nas alíneas "d", para os para os subitens 4.2.1 deste Edital;

6.1.2. A melhor pontuação da prova escrita;

6.1.3. Idade mais elevada;

6.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios estabelecidos nos subitem 6.1.1 à 6.1.3, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

7. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA ESCRITA

7.1. A prova escrita será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com peso (10) 100 % (cem por cento) previsto no subitem 4.1 deste Edital e terá caráter classificatório.

7.1.1. Fica desclassificado o candidato que não atender os pontos mínimos estabelecidos nos subitens 4.3 do presente Edital.

7.2. Os pontos da prova escrita serão obtidos com a aplicação da fórmula abaixo:

$(NAPE \times 0,5) = \text{Nota total do candidato, onde:}$

NAPE = Número de acertos na prova escrita

0,5 = Valor por questão acertada

9.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo, cuja decisão será publicada no site www.xavantina.sc.gov.br e Link TRANSPARÊNCIA/PUBLICAÇÕES/ PROCESSOS SELETIVOS.

10.2. Os demais recursos deverão ser apresentados mediante requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, protocolado no Departamento de Recursos Humanos, cuja decisão será publicada no site www.xavantina.sc.gov.br e Link PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/CONCUROS, interpostos 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da data de sua publicação e relativos:

9.2.1. Da homologação das inscrições;

9.2.2. Dos gabaritos divulgado no site previstos no subitem 9.1 deste edital;

9.2.3. Do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

9.3. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

9.4. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

9.5. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

9.6. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

9.7. Caberá à Comissão do Processo Seletivo decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

9.8. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

9.9. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

9.10. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

10. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

10.1. O quadro de vagas será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da Administração.

10.1.1. Todos os candidatos aprovados, são considerados como cadastro de reserva, podendo serem chamados no prazo de vigência do presente Edital, por ordem de classificação, em caso de vacância de cargos.

10.2. O candidato que não assumir no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da data partir da convocação, automaticamente será desclassificado, sendo chamado o próximo candidato da lista, salvo pedido de prorrogação do prazo.

10.2.1. O pedido de prorrogação deve ser requerido ao Secretário Municipal da Administração e Finanças no prazo estabelecido no presente subitem (10.2) não podendo ultrapassar a 10 (dez) dias corridos.

10.2.2. Mediante o interesse da Secretaria Municipal da Administração poderá deferir ou indeferir o requerimento mencionado no subitem anterior (10.2.1).

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação pertinente.

11.2. A falsidade ou inexactidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

11.3. A Prefeitura Municipal de Xavantina/SC não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.

11.4. Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.

11.5. O gabarito oficial será disponibilizado no site www.xavantina.sc.gov.br e Link DA TRANSPARÊNCIA/CONCURSOS, a partir das 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil subsequente à data da aplicação da prova.

11.6. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

11.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

11.8. A Prefeitura Municipal de Xavantina/SC não se responsabiliza por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas será seguida a listagem classificatória.

11.9. A validade do presente Processo Seletivo será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua homologação.

11.10. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação constantes do Anexo III do presente Edital.

11.11. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos habilitados em medicina do trabalho e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do Processo Seletivo, obedecido as normas constante no item 11 e seus subitens do presente Edital.

11.12. A homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Prefeitura Municipal de Xavantina/SC.

11.13. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido por Comissão Responsável pelo Processo Seletivo a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

11.14. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as necessidades da Prefeitura Municipal de Xavantina/SC.

11.15. Ao assumir a vaga, o candidato deverá desenvolver as atividades em consonância as atribuições do cargo.

11.16. Os candidatos classificados pelo presente Processo Seletivo serão admitidos sob o regime estatutário, vinculado ao Direito Administrativo instituído pela Lei Complementar nº 002, de 09 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

11.16.1. Os candidatos classificados e contratados são integrantes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

11.16.2 Todos os benefícios previdenciários serão custeados pelo Regime Geral de Previdência Social

11.17. Fazem parte do presente Edital os seguintes Anexos:

11.17.1. Anexo I – Requerimento de Inscrição.

11.17.3. Anexo II – Conteúdos Programáticos;

11.17.4. Anexo III – Documentos Necessários para Admissão.

11.18. O processo Seletivo será conduzido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Setor de Recursos Humanos, que executará todas as fases do processo, supervisionado pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo.

Xavantina/SC, de 13 de dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 13 de dezembro de 2017

Jaime Cezar Masiero
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I									
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO									
Nº INSCRIÇÃO (reservado exclusivamente para o setor de Departamento Pessoal):									
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 03/2017									
Cargo Pretendido									
Entidade									
Prefeitura Municipal de Xavantina/SC									
Nome do Candidato									
Endereço Completo (rua, nº, bairro)									
Cidade									
UF									
CEP									
Endereço Eletrônico - e-mail									
DDD-Telefone									
Celular									
Nome da Mãe									
Data Nascimento									
CPF									
Sexo									
Nº RG									
Órgão Exp.									
Data de Expedição da RG									
Pessoa com necessidade Especial (SIM) ou (NÃO)									
Pessoa com condições Especial (SIM) ou (NÃO)									
Deseja concorrer a vaga para portadores de necessidades especiais(SIM) ou (NÃO)									
Necessita de condições especiais para realizar a Prova(SIM) ou (NÃO)									
DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações constantes neste documento são expressões da verdade.									
Xavantina/SC, em ____ de ____ de 2017.									
Nome e assinatura do Candidato									
Reservado para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças									
Xavantina/SC, em ____ de ____ de 2017									
Nome (carimbo) e assinatura do Responsável									

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
(Subitem 2.1.6 e 2.1.8 do presente Edital)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS: ALFABETIZADOS

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
----------	----------------

<p>I – Português</p> <p>Ortografia, divisão silábica, pontuação, vogais, consoantes, artigo, substantivo masculino e feminino, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética.</p>	03 (três) Perguntas
<p>II – Matemática</p> <p>Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Regra de três. Juro simples. Sistema métrico decimal. Porcentagem.</p>	04 (quatro) Perguntas
<p>III – Conhecimento Geral</p> <p>História do Município: colonização, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais, cidadania, nacionalidade, direitos e deveres do cidadão, poderes da União, Estados e Municípios, Constituições Brasileiras, Símbolos Nacionais e Estaduais. Atualidade e acontecimentos do Município, Estado, País e Mundo</p>	03 (três) Perguntas

Xavantina/SC 13 de dezembro de 2017

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(Subitem 2.1.1 e 2.1.5 do presente Edital)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS: ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
<p>I – Português</p> <p>Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo. Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética. Semântica. Análise sintática.</p>	
<p>II – Matemática</p> <p>Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Regra de três. Juro simples. Sistema métrico decimal. Porcentagem. Geometria. Grandezas proporcionais e raciocínio lógico.</p>	05 (cinco) Perguntas
<p>III – Conhecimento Geral</p> <p>História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais, setores: primário, secundário e terciário. Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos, catarinenses ilustres, primeiros habitantes. História do Brasil. Espaço brasileiro, divisão regional, relevo, principais tipos climáticos, bacias hidrográficas, pesca, agropecuária, indústria, transportes, comércio (interno e externo), distribuição geográfica da população. Formação do povo brasileiro, sociedade brasileira, Estado brasileiro, cidadania, nacionalidade, objetivos nacionais, direitos e deveres do cidadão, poderes da União, Estados e Municípios, Constituições Brasileiras, Símbolos Nacionais e Estaduais. Atualidade e acontecimentos do Município, Estado, País e Mundo.</p>	05 (cinco) Perguntas

Xavantina/SC 13 de dezembro de 2017

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO IV

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(Subitem 2.1.2 e 2.1.4 do presente Edital)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS: ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
----------	----------------

<p>I – Matemática</p> <p>Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Expressões algébricas. Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Geometria. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações. Problemas. Funções e raciocínio lógico</p>	05 (cinco) Perguntas
<p>II - Português</p> <p>Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo. Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética. Semântica. Análise sintática. Figuras de sintaxe.</p>	05 (cinco) Perguntas
<p>III. Conhecimento Gerais</p> <p>História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais, setores: primário, secundário e terciário. Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos, catarinenses ilustres, primeiros habitantes, formação do Estado, República Juliana, acontecimentos históricos, questão do Contestado. História do Brasil e atualidade.</p>	05 (cinco) Perguntas

Xavantina/SC 13 de dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(Subitem 2.1.2 2.1.3 e 2.1.7 do presente Edital)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS: NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
<p>I. Português</p> <p>Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo. Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética. Semântica. Análise sintática. Figuras de sintaxe.</p>	05 (cinco) Perguntas
<p>II. Matemática</p> <p>Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Expressões algébricas. Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Geometria. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações. Problemas. Funções</p>	05 (cinco) Perguntas
<p>III. Conhecimento Gerais</p> <p>História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais, setores: primário, secundário e terciário. Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos, catarinenses ilustres, primeiros habitantes, formação do Estado, República Juliana, acontecimentos históricos, questão do Contestado. História do Brasil e atualidade.</p>	05 (cinco) Perguntas

Xavantina/SC 13 de dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO VI

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO POR CARGO

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
----------	----------------

I. Atendente de Unidade (subitem 2.1.1 do Edital).

Relações humanas no trabalho. Atendimento ao público. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Conhecimentos básicos da área de atuação como recepcionista. Uso do Office Open e suas diversas funcionalidades, internet, uso do correio eletrônico, conhecimento das diversas funcionalidades do Windows XP.

II. Enfermeiro 2.1.2 do Edital)

Ética, deontologia, bioética e legislação em enfermagem; noções de saúde coletiva e epidemiologia; nutrição e dietética em saúde; semiologia e semiotécnica em enfermagem; sistematização da assistência em enfermagem; processo de cuidar em enfermagem clínica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); Código de Ética do profissional de enfermagem, processo de cuidar em enfermagem cirúrgica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); processo de cuidar em enfermagem em doenças transmissíveis; processo de cuidar em enfermagem em emergências e urgências; processo de cuidar em enfermagem em saúde mental e psiquiatria; Enfermagem na assistência às doenças crônicas diabetes e hipertensão arterial. Dengue: prevenção e tratamento; administração e gerenciamento em saúde; saúde da família e atendimento domiciliar; biossegurança nas ações de enfermagem; enfermagem em centro de material e esterilização; programa nacional de imunização. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Seara. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

III. Engenheiro Agrônomo (subitem 2.1.3 do Edital)

Pedologia – Fertilidade do Solo – Nutrição Mineral de Plantas – Adubos e Adubações – Manejo e Conservação do Solo e da Água – Processos bioquímicos e organismos do solo – Relação solo - planta - água - atmosfera – Olericultura – Fruticultura Tropical – Culturas Anuais – Culturas Perenes – Sistemas Integrados de Cultivo – Fitopatologia Geral: Controle de doenças – Entomologia Geral: Controle de pragas – Controle de plantas daninhas – Recomendação e Aplicação de defensivos agrícolas – Forragicultura e Pastagens – Experimentação Agrícola – Agrometeorologia e Climatologia – Resíduos Sólidos Agropecuários e seus tratamentos – Ecologia e Agroecologia – Fisiologia Vegetal – Biotecnologia Agrícola – Sistemas de propagação de plantas – Extensão Rural – Irrigação e Drenagem

IV. Fiscal Municipal (subitem 2.1.4 do Edital),

01 – Decadência; 02- Prescrição; 03 - Anistia; 04 - Certidão Negativa; 05 - Auto de Infração; 06 –Notificação; 07 – Dívida Ativa; 08 – Lançamento de Tributos; 09 – Taxas pelo Poder de Polícia; 10 - Taxas pelos Serviços Públicos, 11 – Fiscalização; 12 – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN); 13 – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); - 14 - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); 15 – Crédito Tributário; 16 – Isenção ; 17 - Obrigação Tributária; 18 – Sujeito Passivo; 19 – Sujeito Ativo ; 20 – Processo Tributário Administrativo (Impugnação de Auto de Infração); 21 – Contabilidade: (Conceitos , balanço patrimonial, Lançamentos contábeis , Livros Fiscais e Contábeis, Plano de Conta, Pessoa Física, Pessoa Jurídica); 22 – CNPJ (Cadastro Geral de Pessoa Jurídica); 23 – Documento de Constituição de empresas; 24 – Declaração de Imposto de Renda; 25 – Crimes contra a ordem Tributária. 26 – Preços públicos. Código Tributário Municipal. Conceitos Básicos em Informática. Legislação Municipal do Plano Diretor Urbano (Código de Obras, Código de Posturas, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo). Infrações, notificações e autuações. Interpretação de plantas e projetos. Desenho técnico arquitetônico. Medições e levantamentos in loco de construções. Acessibilidade (Legislação e Normas Técnicas). Coordenadas geográficas e geoprocessamento. Métodos e técnicas construtivas (obras, passeios públicos e outros).

V. Fiscal Sanitarista (subitem 2.1.5 do Edital)

Processo: Saúde-Doença. Coeficientes avaliadores de saúde. Epidemiologia descritiva e metodologia epidemiológica. Endemia e epidemia. Sistema de Vigilância Epidemiológica e sua ação no controle de doenças. Saneamento do meio ambiente. Saúde e Nutrição. Biossegurança. Sistema Único de Saúde /Saúde Pública. Noções sobre Doenças infectocontagiosas e sexualmente transmissíveis mais comuns: prevenção e tratamento. Vigilância epidemiológica: Guia de Vigilância Epidemiológica (Dengue pag. 231 a 253 portal da ANVISA). Esterilização: Métodos Físicos e Químicos. Controle e Prevenção da Infecção Hospitalar. Lixo Hospitalar. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências: na íntegra. Lei Federal nº 6437/77 – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências, com atualizações: na íntegra. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

VI. Motorista (subitem 2.1.6 do Edital).

Sistema Nacional de Trânsito: das vias, dos veículos, do registro dos veículos, do licenciamento e da habilitação. Normas de Coleção e conduta: dos pedestres e condutores de veículos motorizados e conversões. Infrações de Trânsito: dos crimes de trânsito, das infrações e suspensão do direito de dirigir. Direção e Pilotagem Defensiva: condi adversa, elementos da direção defensiva, cinto de segurança, procedimentos de parada, colisões – como evitar, cuidados com os demais usuários, direção defensiva nas rodovias, congestionamentos X “estresse na direção”, aspectos de direção e procedimentos de parada. Noções de Primeiros socorros: primeiras providências, verificação das condições gerais das vítimas, parada cardiorrespiratória, estado de choque, desmaios, convulsões, hemorragia, fraturas, queimaduras, outros ferimentos, cuidados com a movimentação das vítimas. Meio ambiente: principais órgãos fiscalizadores, Código de Trânsito, Brasileiro, poluição, poluição atmosférica, poluição do ar, poluição hídrica, poluição do solo, poluição sonora, poluição visual, poluição luminosa, medidas para diminuir a poluição e principais gases emitidos pelos veículos. Convívio Social no Trânsito: o trânsito como uma questão social. Funcionamento do veículo: Funcionamento do Veículo: motor, do ciclo do motor, sistema de lubrificação, sistema de arrefecimento, sistema de transmissão, sistema de direção, sistema de freios, sistema de suspensão, sistema elétrico, pneus, escapamento, veículos novos, equipamentos obrigatórios, manuseio de uso do extintor de incêndio, e inspeção de segurança,

10 questões

10 questões

10 questões

10 questões

10 questões

VII. Nutricionista subitem (2.1.7 do Edital)

Nutrição Básica: Carboidratos, Proteínas, Lipídio, Vitaminas e Minerais – Digestão, Absorção, Transporte, Metabolismo, Excreção, Classificação, Função e Recomendações. Dietoterápica nas diversas patologias: cardiovasculares, renais, sistema digestório, trauma, seps, queimadura, diabetes mellitus, obesidade, desnutrição energética proteica. Nutrição em obstetrícia e pediatria. Aleitamento materno e Alimentação complementar. Técnica Dietética: conceito, classificação e características; pré – preparo e preparo dos alimentos. Administração em Serviços de Alimentação: Planejamento, Organização, Coordenação e Controle de Unidades de Alimentação e Nutrição. Contaminação de Alimentos: Veículos de Contaminação; Microrganismos. Contaminantes de Alimentos e Produtores de Toxoinfecções. Alteração de Alimentos: Causas de Alterações de Alimentos por Agentes Físicos, Químicos e por Microrganismos. Legislação Pertinentes a Alimentos e Serviços de Nutrição – Boas Práticas e Avaliação da Qualidade. Terapia Nutricional Enteral e Parenteral. Epidemiologia Nutricional- determinantes da desnutrição, obesidade, anemia e hipovitaminose A. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) – conceito, avaliação e diagnóstico nutricional nos ciclos de vida, distúrbios nutricionais. Promoção da Alimentação Saudável.

10 (questões)

10 questões

10 questões

VIII. Servente Interno (subitem 2.1.8 do Edital)

Serviços de limpeza Serviços de copa e cozinha. Manuseio e preparação de alimentos. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Estoque de produtos. Orientação e encaminhamento ao público em geral. Conservação de mobiliário. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Controle de entrada e saída de pessoas no órgão. Abertura e fechamento das dependências do órgão. Relacionamento Humano. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Telefones de emergência. Relações humanas no trabalho. Atribuições do cargo

Xavantina/SC, de 13 de dezembro de 2017

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

ANEXO VII

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO

Documentos que deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Setor de Recursos Humanos, cópias juntamente com os originais para contrato:

- Carteira de Identidade
- CPF
- Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição (1º e 2º turno)
- Certificado de Reservista (quitação com as obrigações militares, somente para homem.)
- Cartão de PIS/PASEP
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- Certidão de nascimento dos Filhos (Menores)
- 01 foto 3X4 recente
- Número de conta salário no Banco do Brasil
- Comprovante de escolaridade, conforme exigência para o cargo.
- Declaração de Bens e fontes de renda, com a data de Admissão
- Atestado de boa Conduta. (Antecedentes Criminais) – Fórum ou www.tjsc.jus.br
- Declaração de não acumulo de cargos, empregos ou funções públicas

Xavantina/SC 13 de dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. N° 125/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 034/2017

Publicação N° 1456835

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação: Processo Administrativo nº. 0125/2017- Dispensa de Licitação 034/2017.

Fundamentação: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

OBJETO: Aquisição de dois Motogerador de energia, à gasolina, de partida manual, utilizado para uso em ocorrências pelo Corpo de Bombeiros Militar de Xaxim/SC, do 3ª/14º BBM.

Valor: R\$ 6.161,00 (Seis mil e cento e sessenta e um reais).

Fornecedor: Alessi Agropecuária Ltda - ME

Xaxim/SC, 11 de Dezembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Associações

AMREC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL 036/2017

Publicação Nº 1456416

FAX nº 036/2017 – 06/12/2017

Senhores Prefeitos,

Vimos pelo presente, convida-los a participarem de uma importante Reunião com os prefeitos da AMREC, no dia 14/12/2017 (quinta-feira), às 16 horas, no Plenarinho da AMREC com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Movimento Econômico (Índices para 2018)
Apresentação – Ailson Piva
2. Proposta orçamentária para 2018
Apresentação – Jacimar A. Torres
3. Pagamento de Precatórios
Apresentação – Dr. Giovanni Dagostin Marchi
4. Assuntos Gerais

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente,

Ademir Magagnin José Roberto Madeira
Prefeito de Cocal do Sul Diretor Executivo
Presidente da AMREC

Consórcios

CIGA

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2017 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

Publicação Nº 1456910

DO

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2017

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

EDITAL Nº 01/2017

Douglas Fernando de Mello, Presidente do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna público que estarão abertas, a contar da data de publicação do Edital de Abertura, as inscrições para realização de Concurso Público que será efetivado mediante a coordenação técnico-administrativa da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC e destinado ao provimento de empregos públicos, os quais se sujeitam ao regime jurídico-administrativo celetista, consoante a Lei Federal nº 11.107/2005, o Decreto Federal nº 6.017/2007 e de acordo com o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto, ambos do CIGA, e em conformidade com o estatuído neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Concurso Público será composto de Prova Teórico-objetiva para todos os empregos públicos.

1.1 DO QUADRO DEMONSTRATIVO

Cód.	Emprego Público	Escolaridade exigida e outros requisitos	Vagas	Carga Horária Semanal (h)	Referência salarial inicial (R\$)
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO					
01	Analista de Sistemas	Certificado ou diploma de conclusão de Ensino Superior, reconhecido pelo Ministério da Educação.	02	40	5.882,00
02	Controlador Interno	Certificado ou diploma de conclusão de Ensino Superior, reconhecido pelo Ministério da Educação.	01	40	5.882,00
NÍVEL MÉDIO COMPLETO					
03	Técnico em Tecnologia da Informação	Certificado ou diploma de conclusão de Ensino Médio.	02	40	2.574,00

1.2 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Edital do Concurso Público	14/12/2017
Período de Inscrições pela internet, por meio do site www.fundatec.org.br	14/12 a 08/01/2018
Período para Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	14 a 18/12/2017
Publicação dos Programas e Referências	19/12/2017
Divulgação do Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	04/01/2018
Período de recurso do Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	27 a 29/12/2017
Divulgação do Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição após recurso	04/01/2018

Último dia para entrega do Laudo Médico dos candidatos inscritos nas cotas de Pessoas com Deficiência	09/01/2018
Último dia para entrega do Laudo Médico dos candidatos que solicitaram condições especiais para o dia de prova	09/01/2018
Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário	09/01/2018
Edital de Publicação das Inscrições Homologadas – Lista Preliminar de Inscritos	12/01/2018
Período de Recursos – Homologação das Inscrições	15 a 17/01/2018
Resultado da Homologação das Inscrições – Lista Definitiva	19/01/2018
Consulta da Sala de Realização de Prova no site da Fundatec	19/01/2018
Edital de Data, Hora e Local das Provas Teórico-Objetivas	19/01/2018
Divulgação da Densidade de Inscritos por Emprego Público	19/01/2018
Aplicação das Provas Teórico-Objetivas – Nível Superior – turno Manhã	28/01/2018
Aplicação das Provas Teórico-Objetivas – Nível Médio – turno Tarde	28/01/2018
Divulgação dos Gabaritos Preliminares	29/01/2018
Recebimento de Recursos Administrativos dos Gabaritos Preliminares	30/01 a 01/02/2018
Divulgação dos Gabaritos Definitivos	20/02/2018
Divulgação das Justificativas para Manutenção /Alteração dos Gabaritos Preliminares	20/02/2018
Consulta às Notas Preliminares da Prova Teórico-Objetiva	22/02/2018
Disponibilização das Grades de Respostas no site da Fundatec	22/02/2018
Recebimento de Recursos Administrativos das Notas Preliminares da Prova Teórico-Objetiva	23 a 27/02/2018
Consulta às Notas Definitivas da Prova Teórico-Objetiva	02/03/2018
Lista de Classificação para Homologação dos Candidatos em ordem alfabética	07/03/2018
Lista de Classificação para Homologação das Pessoas com Deficiência em ordem alfabética	07/03/2018
Lista de Classificação para Homologação dos Empregos Públicos em ordem de classificação	07/03/2018
Edital de Classificação Final	07/03/2018

Obs.: Todas as publicações serão divulgadas até as 23h59min, da data estipulada neste Cronograma, no site www.fundatec.org.br.

1.2.1 O Cronograma de Execução do Concurso Público poderá ser alterado pela Fundatec a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor, ou algo a reivindicar em razão de alguma alteração. Será dada publicidade caso venha a ocorrer.

1.3 DO QUADRO DE REALIZAÇÃO DE PROVAS – DATA PROVÁVEL

A ser divulgado, na data estipulada no Cronograma de Execução no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.dom.sc.gov.br), no site www.fundatec.org.br e no site do CIGA (www.ciga.sc.gov.br). É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização de prova e o comparecimento no horário determinado.

1.3.1 – DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

Data	Turno	Emprego Público
Data Provável conforme Item 1.2	Domingo – Manhã	Nível Superior Completo.
	Domingo – Tarde	Nível Médio Completo.

1.4 DOS BENEFÍCIOS

- Auxílios Refeição e Alimentação, no valor total de R\$ 1.127,34/mês;
- Auxílio Educação, sujeito à aprovação, de até R\$ 352,93/mês;
- Plano de Saúde, com auxílio-saúde de até R\$ 204,18/mês ao empregado titular e de até 102,09/mês por dependente;
- Gratificação por Titulação, com observância dos critérios estabelecidos no Estatuto do CIGA.

2. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

2.1 DAS VAGAS

2.1.1 Os candidatos aprovados para os empregos públicos serão chamados segundo as necessidades do CIGA para as vagas anunciadas no Edital e que vierem a surgir, que obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação final publicada no Edital de Encerramento, respeitado

o preenchimento por acesso de cota universal e por cota de pessoa com deficiência.

2.2 DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD

2.2.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no Concurso Público de que trata este Edital, podendo concorrer a 5% (cinco por cento) das vagas existentes e das futuras, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do emprego público pretendido e a deficiência de que possuírem, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

2.2.2 Quando do preenchimento da inscrição, o candidato deverá declarar a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, comprovando-a por meio de laudo médico.

2.2.2.1 Caso o candidato com deficiência necessite de condições especiais para a realização da Prova Teórico-objetiva, deverá formalizar o pedido por meio da ficha eletrônica de inscrição, informando as necessidades, e seguir o descrito no subitem 2.2.3 deste Edital.

2.2.2.2 A data de emissão do laudo deve ser posterior ao dia 14/12/2016.

O laudo médico que comprove a deficiência do candidato deverá:

- a) Ter sido expedido no prazo de, no máximo, um ano antes da publicação deste Edital;
 - b) Conter a assinatura do médico, carimbo e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina;
 - c) Especificar o grau ou o nível da deficiência;
 - d) Atender a todos os requisitos indicados no modelo Anexo III – Modelo de Laudo Médico;
 - e) Nos laudos médicos relativos à deficiência auditiva, deverá constar claramente a descrição dos grupos de frequência auditiva comprometidos;
 - f) Nos laudos médicos relativos à deficiência visual, deverá constar claramente a acuidade visual com a melhor correção, bem como a apresentação de campimetria visual;
 - g) Nos laudos médicos de encurtamento de membro inferior, deverá ser encaminhado laudo de escanometria.
- 2.2.3 Para o envio do laudo médico, conforme Anexo III, os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo:
- a) O candidato deverá acessar o site da Fundatec, onde estará disponível o link para entrega “Formulário Eletrônico – Laudo Médico e/ou Necessidades Especiais”, para upload dos documentos escaneados para avaliação.

b) Os documentos deverão ter tamanho máximo de 5 Megabytes e ter as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP, PDF, TNG e TIFF.

c) Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.

2.2.3.1 Os documentos deverão ser postados até às 18 horas do último dia previsto no período de entrega constante no Cronograma de Execução.

2.2.4 A inobservância do disposto no subitem 2.2.2.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais que indicar.

2.2.4.1 Não serão aceitos laudos médicos:

- a) Do candidato que não enviar conforme subitem 2.2.3;
- b) Arquivos corrompidos;
- c) Documentos ilegíveis e/ou com rasuras; e
- d) Em desacordo com o Edital de Abertura.

2.2.4.2 No período de homologação, os laudos não serão avaliados em sua particularidade, sendo assim, as pessoas com deficiência serão submetidas à Comissão Especial, conforme subitem 2.2.13, somente se admitidos.

2.2.5 Os laudos médicos terão valor somente para este Concurso Público, não sendo devolvidos aos candidatos.

2.2.6 As pessoas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais concorrentes no que se refere a conteúdo, avaliação, duração das provas, local, data e horário da respectiva realização.

2.2.7 A pessoa com deficiência que não declarar essa condição por ocasião da inscrição não poderá invocá-la futuramente em seu favor.

2.2.8 Não ocorrendo aprovação de candidatos na condição de pessoa com deficiência em número suficiente ao preenchimento das áreas a eles disponibilizados, as vagas serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem geral de classificação na área.

2.2.9 O grau de deficiência do candidato não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.

2.2.10 Os candidatos que tiverem suas inscrições homologadas como pessoa com deficiência e forem classificados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

2.2.11 A observância do percentual de vagas reservadas às pessoas com deficiência dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público e aplicar-se-á a todos os empregos públicos oferecidos.

2.2.12 Considerando o total de vagas imediatas oferecidas por área, tal reserva será preenchida na medida em que forem ampliadas as vagas, durante o prazo de validade.

2.2.13 A situação da Pessoa com Deficiência aprovada no Concurso Público será avaliada por Comissão Especial designada pelo CIGA, que terá decisão terminativa sobre o enquadramento do candidato como Pessoa com Deficiência e sobre a compatibilidade do tipo e grau da deficiência com as atribuições essenciais do emprego público pleiteado.

2.2.13.1 O não comparecimento do candidato em data que for solicitada a sua presença acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

2.2.13.2 Os candidatos deverão comparecer munidos com novo laudo médico, original, que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias da data da avaliação pela Comissão Especial.

2.2.13.3 Ao término do processo de avaliação realizada pela Comissão Especial, a mesma emitirá um parecer conclusivo, indicando, se for o caso, as condições de acessibilidade para o exercício das atribuições do emprego público pelo candidato.

2.2.13.4 Caso a avaliação conclua pelo não enquadramento do candidato como pessoa com deficiência, o mesmo passará a concorrer apenas pela ordem de classificação da lista de acesso Universal (classificação geral), e não mais pela lista de cotas de pessoa com deficiência.

2.2.13.5 Caso a avaliação prevista no item 2.2.13 conclua pela incompatibilidade entre a deficiência e o exercício das atribuições essenciais do emprego público, o candidato será eliminado do Concurso Público.

2.3 NECESSIDADES ESPECIAIS PARA O DIA DE REALIZAÇÃO DA PROVA

2.3.1 Caso o candidato necessite de condições especiais para a realização da Prova Teórico-objetiva, deverá formalizar o pedido por meio da

ficha eletrônica de inscrição, selecionando a(s) opção(ões) desejada(s), e encaminhar laudo médico que comprove a necessidade. Os documentos deverão ser encaminhados durante o período previsto no cronograma e execução, da forma prevista no subitem 2.2.3 deste Edital.

2.3.2 Caso o candidato necessite de condições especiais para a realização da Prova Teórico-objetiva, deverá formalizar o pedido por meio da ficha eletrônica de inscrição, selecionando a(s) opção(ões) desejada(s), e encaminhar laudo médico que comprove a necessidade. Os documentos deverão ser encaminhados durante o período previsto no cronograma e execução, da forma prevista no subitem 2.2.3 deste Edital.

2.3.3 Não será concedido tempo adicional para realização das provas ao candidato que solicitar atendimento especial, exceto aos casos que constem em laudo. Se houver necessidade de tempo adicional, a justificativa deverá conter parecer emitido por especialista da área da deficiência, mediante laudo médico. A Comissão de Concursos, da Fundatec, examinará a possibilidade operacional de atendimento à solicitação.

2.3.4 O candidato que utiliza prótese auditiva somente poderá permanecer com o aparelho durante a realização da prova se encaminhar o Laudo médico contendo a comprovação de que se faz necessária a utilização da prótese de forma contínua e que contenha o CID, data de emissão do laudo posterior ao dia 14/11/2017, assinatura do médico, carimbo e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina.

2.3.4.1 Caso o candidato que utiliza prótese auditiva não encaminhe o devido Laudo Médico, terá apenas o direito de usá-la no momento da leitura das instruções/orientações dadas pelos fiscais (5 minutos antes do início das provas), sendo que durante a realização da prova, deverá retirá-la.

2.3.5 Não será concedido o pedido de necessidades especiais para a realização da prova do candidato que descumprir quaisquer das exigências aqui apresentadas.

2.3.6 Os laudos médicos terão valor somente para este Concurso Público, não sendo devolvidos aos candidatos.

2.3.7 A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá entregar o atestado de amamentação, da forma prevista no subitem 2.2.3 deste Edital, durante o período determinado no Cronograma de Execução. Durante a realização da prova, deverá levar acompanhante, maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá realizar a prova. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo de prova da candidata. A Fundatec e o CIGA não se responsabilizarão por acompanhantes menores de idade durante a realização das provas.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período determinado no Cronograma de Execução, pela internet, no endereço www.fundatec.org.br.

3.2 O candidato poderá inscrever-se para o Concurso Público Nº 01/2017 do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, mediante a inscrição pela internet e o pagamento do valor correspondente, desde que atenda às exigências do emprego público, conforme especificado no item 1.1 deste Edital.

3.3 Procedimentos para Inscrições: Acessar o endereço www.fundatec.org.br, a partir do primeiro dia determinado no Cronograma de Execução e acessar Concurso Público Nº 01/2017 do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA. O candidato encontrará o Edital de Abertura e Inscrições Abertas, deverá ler o Edital na íntegra para conhecimento das normas reguladoras desse Concurso Público.

3.4 As inscrições serão submetidas ao sistema até as 23 horas e 59 minutos do último dia determinado no Cronograma de Execução. Durante o processo de inscrição, será emitido o boleto bancário com a taxa de inscrição, sendo que o pagamento deverá ser feito em qualquer banco até o dia do vencimento indicado no boleto. Após dois dias úteis bancários do pagamento, o candidato poderá consultar no endereço do site da Fundatec (www.fundatec.org.br) e confirmar o pagamento de seu pedido de inscrição.

3.5 Não serão considerados os pedidos de inscrição via internet que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.

3.6 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.6.1 O candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição poderá ter a sua inscrição cancelada, sendo eliminado do Concurso Público.

3.7 Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.8 O candidato inscrito terá exclusiva responsabilidade sobre as informações cadastrais fornecidas, sob às penas da lei.

3.9 O candidato transgênero que desejar requerer ser tratado pelo nome social durante a realização das provas e de qualquer outra fase presencial, deverá enviar cópia simples do CPF e do documento de identidade, juntamente com declaração digitada e assinada pelo candidato, autenticada em cartório, em que conste o nome social. Os documentos devem ser enviados para a Fundatec, via sedex, sito Rua Professor Cristiano Fischer, nº 2012, Partenon, Porto Alegre/RS, CEP: 91410-000.

3.9.1 As publicações referentes aos candidatos transgêneros serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

3.10 O candidato que desejar se inscrever pela cota de Pessoa com Deficiência – PCD, deverá no ato do preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, marcar a opção pela participação na referida cota de acesso, bem como observar os procedimentos complementares neste Edital, como forma de ter sua inscrição homologada. O não atendimento dos procedimentos complementares condicionará a homologação da inscrição sem direito à reserva de vagas na cota de PCD – Pessoa com Deficiência.

3.11 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento. A opção de emprego público não poderá ser trocada após a efetivação do pagamento do boleto bancário.

3.12.1 Havendo necessidade de alteração, o candidato deverá efetuar uma nova inscrição.

3.13 O candidato deverá identificar claramente na ficha de inscrição o nome do emprego público para o qual deseja concorrer, sendo de sua inteira responsabilidade o preenchimento correto.

3.14 O candidato poderá inscrever-se para mais de um emprego público, conforme quadro demonstrativo 1.1, desde que atenda às exigências de cada emprego público e as provas sejam realizadas em turnos diferentes, conforme Quadro de Realização das Provas, item 1.3.1.

3.14.1 Caso o candidato inscreva-se para mais de um emprego público, com provas realizadas no mesmo turno, a Fundatec homologará APENAS a última inscrição registrada no Sistema e devidamente confirmada por pagamento, as demais serão bloqueadas no sistema.

3.14.2 Caso o candidato realize mais de uma inscrição para o mesmo emprego público, apenas a última inscrição realizada e devidamente paga será homologada, as demais serão bloqueadas no sistema.

3.15 O candidato deverá ficar atento ao dia de vencimento do boleto bancário. O sistema de inscrições permitirá ao candidato reimprimir seu boleto bancário, com nova data de vencimento, sendo que o pagamento deverá ser efetuado impreterivelmente até o dia determinado no Cronograma de Execução. Não serão aceitos pagamentos efetuados posteriormente a esta data.

3.16 Não serão aceitos pagamentos com taxas inferiores às estipuladas pelo item 4 deste Edital.

3.16.1 Será cancelada a inscrição com pagamento efetuado por valor menor do que o estabelecido no item 4 deste Edital e as solicitações de inscrições cujos pagamentos forem efetuados após a data de encerramento das inscrições, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

3.17 Não haverá devolução do valor da taxa paga, exceto em casos como descrito no subitem 3.17.1.

3.17.1 Pagamentos em duplicidade (mesmo nº de boleto) somente serão devolvidos mediante solicitação do candidato. Haverá o desconto de R\$10,00 referente aos custos de tarifas bancárias.

3.18 Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior.

3.19 A opção pelo emprego público deve ser efetivada no momento da inscrição, sendo vedada ao candidato qualquer alteração posterior ao pagamento da taxa de inscrição.

3.19.1 Serão canceladas as inscrições pagas com cheque, agendamentos bancários e outros meios, sem a devida provisão de fundos. Não serão homologadas as inscrições cujos boletos não forem pagos.

3.20 É vedada a transferência do valor pago a título da taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.21 Caso haja algum erro ou omissão detectada (nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço etc.) ou mesmo ausência na Listagem Definitiva de inscritos, o candidato terá o prazo de 72 horas após a divulgação para entrar em contato com a Fundatec, mediante contatos disponíveis no site.

3.22 A Fundatec encaminha ao candidato e-mail meramente informativo, para o endereço eletrônico fornecido na ficha de inscrição, não isentando o candidato de buscar as informações nos locais informados no Edital. O site da Fundatec, www.fundatec.org.br, será fonte permanente de comunicação de avisos e editais, além das publicações realizadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.dom.sc.gov.br).

4. DO VALOR DAS INSCRIÇÕES

Valores das taxas de inscrição:

a) Nível Superior Completo: R\$ 90,00;

b) Nível Médio Completo: R\$ 60,00.

4.1 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1.1 Os candidatos amparados pela Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 poderão solicitar durante o período previsto no Cronograma de Execução a isenção da taxa de inscrição.

4.1.2 Para comprovar a condição de isento, o candidato deverá providenciar a inscrição provisória no site da FUNDATEC, e seguir o descrito abaixo:

4.1.2.1 Doadores de sangue:

a) O benefício desta lei será concedido às pessoas que:

I – tiverem doado sangue, no mínimo, três vezes no período de um ano, contados anteriormente à data da publicação do Edital do Concurso Público, para entidade coletora oficial ou credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

II – encaminharem documento expedido pela entidade coletora, discriminando o número de doações e data em que foram realizadas.

4.1.3 Após a inscrição, os candidatos deverão acessar o site da FUNDATEC, onde estará disponível o link para upload e protocolo dos comprovantes de Doação de Sangue.

4.1.3.1 Os documentos deverão ter tamanho máximo de 5 Megabytes (MB) e ter as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP, PDF, TNG e TIFF.

4.1.3.2 Somente serão aceitos documentos enviados pelo link disponibilizado no site da FUNDATEC. Qualquer outra forma de envio que não seja esta, será desconsiderada.

4.1.3.3 O preenchimento correto do formulário e a apresentação dos comprovantes são de inteira responsabilidade do candidato.

4.1.4 A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, no período previsto no Cronograma de Execução.

4.1.5 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do Concurso Público, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

4.1.6 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação;

c) não observar a forma estabelecida no subitem 4.1.3 deste Edital.

4.1.7 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou via e-mail.

4.1.8 Caso o candidato realize inscrição para mais de um emprego público, independente se as provas forem realizadas em dias/turnos distintos, será concedida isenção apenas para a última inscrição registrada no sistema, dentro do período de solicitação de isenção.

4.1.8.1 Não serão realizadas alterações após o deferimento da inscrição isenta.

4.1.9 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada no dia previsto no Cronograma de Execução.

4.1.10 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos poderão, durante o período de recurso informado no Cronograma de Execução, comprovar situação regular de isento, conforme Resultados dos Pedidos de Isenção a ser publicado no site da Fundatec.

4.1.11 Os candidatos que tiverem seus pedidos indeferidos deverão, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, acessar o endereço eletrônico www.fundatec.org.br e imprimir o boleto bancário para pagamento até o último dia previsto no Cronograma de Execução, conforme procedimentos descritos neste Edital.

4.1.12 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do Concurso Público.

4.1.13 Caso o candidato receba a isenção da taxa de inscrição, porém tenha efetuado o pagamento do boleto bancário antes do período previsto para a divulgação do Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, o valor referente a taxa paga não será devolvido.

5 DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

5.1 A Prova Teórico-objetiva de cada emprego público será eliminatória e classificatória, constituída de 40 (quarenta) questões, elaboradas com base nos Programa e Referências (a ser publicado na data prevista no Cronograma de Execução) e no Quadro Demonstrativo de Provas (Anexo II). O candidato terá 03 (três) horas para a resolução da prova e o preenchimento da Grade de Respostas.

5.2 As questões da Prova Teórico-objetiva serão de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

5.3 A Prova Teórico-objetiva para todos os empregos públicos será realizada no Município de Florianópolis/SC. Não havendo disponibilidade de locais suficientes ou adequados na localidade de realização das provas, estas poderão ser realizadas em outras localidades.

5.3.1 A divulgação de dia, locais e horários específicos de aplicação será feita no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.dom.sc.gov.br) e no site www.fundatec.org.br, referido no Cronograma de Execução. É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

5.4 O ingresso na sala de provas será permitido somente aos candidatos homologados que apresentarem documento de identidade: Cédula de Identidade ou Carteira expedida pelos Comandos Militares ou pelas Secretarias de Segurança Pública; pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Órgãos fiscalizadores de exercício profissional ou Conselho de Classe; Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação - modelo novo; Passaporte (no prazo de validade); Carteira Funcional do Ministério Público.

5.4.1 O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

5.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

5.4.3 Identificação especial: Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá:

a) apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial com data de expedição de, no máximo, 15 (quinze) dias antecedente à data de realização das provas;

a.1) Não serão aceitos boletins de ocorrência realizados eletronicamente;

b) preencher formulário de identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas;

b.1) poderá ser solicitado pela Coordenação local outros documentos para verificação da identidade do candidato;

c) permitir ser fotografado pela equipe responsável local, utilizando-se da foto somente para fins de identificação nesse certame;

d) encaminhar em até 5 (cinco) dias antes da publicação das Notas Preliminares da Prova Teórico-objetiva, cópia do documento de identidade, via sedex, para a Fundatec: Rua Professor Cristiano Fischer, nº 2012, Partenon – Porto Alegre/RS, CEP: 91410-000, com o assunto: Identificação Especial de (nome do candidato) referente ao Concurso do CIGA.

5.4.3.1 Não será permitido realizar a prova e/ou não terá corrigida a Grade de Respostas o candidato que descumprir quaisquer dos procedimentos determinados acima.

5.4.3.2 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador; e no caso do documento de identidade que estiver violado ou com sinais de violação.

5.4.3.3 A identificação especial será julgada pela Comissão do Concurso. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identificação original e/ou que a identificação especial não seja favorável pela Comissão de Concursos Fundatec, poderá ser eliminado automaticamente do Concurso Público em qualquer etapa.

5.6 Não será permitida a realização da prova aos candidatos não homologados.

5.6.1 No dia de realização da prova, não serão feitas avaliações de comprovantes de pagamentos de candidatos fora da Lista Definitiva de Inscritos, conforme previsto no Cronograma de Execução.

5.7 Os candidatos com diagnóstico de doença infecciosa/contagiosa, no dia de realização das provas, deverão apresentar atestado de liberação do médico para a Comissão de Concursos responsável do seu local de prova, atestando que pode frequentar lugares públicos e os cuidados a serem tomados durante a realização da Prova.

5.8 O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 01 hora, munido de documento de identidade, caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta de ponta grossa.

5.9 Não será permitida a entrada no prédio da realização das provas do candidato que se apresentar após dado o sinal sonoro indicativo de fechamento dos portões, que ocorrerá conforme horário divulgado no Edital de Data, Hora e Local. Só poderá ingressar na sala de provas, se acompanhado por fiscal da coordenação.

5.9.1 Em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, tampouco será aplicada prova fora do local e horário designado por Edital.

5.10 É garantida a liberdade religiosa dos candidatos inscritos neste Concurso Público. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste edital, previamente ao início da prova, aqueles que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados a se dirigirem a local a ser indicado pela Coordenação da Fundatec, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.

5.11 A Fundatec disponibilizará embalagem específica para guarda dos materiais e de todo e qualquer pertence pessoal, que será fornecida pelo fiscal de sala. É de total responsabilidade do candidato a guarda de TODOS os materiais nessa embalagem.

5.11.1 Para agilizar o processo de identificação, ao chegar na sala de prova, o candidato deverá ter em mãos o documento de identificação, seu celular deverá estar desligado, sua garrafa (transparente) sem rótulo e seus lanches em embalagem transparente, de acordo com o item 5.14 e seus subitens.

5.12 Ao entrar na sala de realização de prova, o candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material.

5.13 Nas salas de prova e durante a realização do certame, não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de pertence pessoal, tais como: carteira, óculos escuro, protetor auricular, relógio (qualquer tipo), papel (qualquer tipo), cartão de banco, chave com controle eletrônico, isqueiro, cigarro, dentre outros; aparelhos eletrônicos em geral, tais como telefone celular, tablets, notebook, máquina fotográfica, calculadora, controles em geral, dentre outros; aparelhos de comunicação, receptores ou transmissor de dados, fones de ouvido, gravadores ou similares; armas (de fogo e/ou branca). O candidato que estiver portando qualquer desses objetos durante a realização da prova será eliminado do Concurso Público.

5.13.1 Candidatos armados devem dirigir-se diretamente à Coordenação do local de prova.

5.13.2 Constatado que o candidato esteja portando consigo algum dos objetos citados no subitem 5.13, não caberá à equipe de aplicação qualquer inspeção detalhada do objeto.

5.13.3 É responsabilidade do candidato informar ao fiscal de sala o uso da prótese auditiva. O candidato que estiver utilizando o aparelho durante a realização da Prova, sem autorização da Coordenação, será eliminado do Concurso Público.

5.14 Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto, borracha, corretivo; qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, sucos, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas, etc.) que não seja fabricado com material transparente. Esses materiais serão recolhidos, caso estejam de posse do candidato.

- 5.14.1 Somente será permitido garrafa transparente e sem rótulo, bem como alimentos em embalagem/pote transparente.
- 5.14.2 Em cima da classe, o candidato deverá ter somente caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta de ponta grossa e documento de identificação.
- 5.15 Conforme itens constantes neste Edital, o candidato flagrado com algum objeto não permitido, durante a aplicação, será impossibilitado de continuar a realizar a prova.
- 5.16 Preferencialmente, os fiscais de sala distribuirão as Grades de Respostas em cima das classes/carteiras para organização da sala, determinando a localização de cada candidato de acordo com o código de carteira informado na lista de presença.
- 5.17 É responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identificação e o emprego público de sua opção, impressos na grade de respostas.
- 5.18 O candidato receberá o caderno de provas com o número de questões determinado no Anexo II. Detectada qualquer divergência, deverá comunicar ao fiscal e solicitar novo caderno de provas, sendo de sua responsabilidade essa confirmação.
- 5.19 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a Fundatec tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
- 5.20 O controle e o aviso do horário são de responsabilidade do fiscal de sala.
- 5.21 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, 01 hora após o início.
- 5.21.1 O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova, portando o caderno de provas, após 02 horas do início.
- 5.22 Ao término da prova, o candidato entregará ao fiscal da sala a Grade de Respostas devidamente preenchida. A não entrega da Grade de Respostas implicará em eliminação do candidato do certame.
- 5.22.1 Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas.
- 5.23 O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta de ponta grossa. O preenchimento da grade de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de acordo com as instruções específicas contidas neste Edital, na prova e na grade de respostas.
- 5.24 Em hipótese alguma haverá substituição da grade de respostas por erro ou desatenção do candidato.
- 5.24.1 Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas e nem as questões que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
- 5.24.2 É vedado ao candidato amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua grade de resposta
- 5.25 Ao final da prova, os 02 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Prova, atestando a idoneidade da fiscalização, retirando-se todos da sala ao mesmo tempo.
- 5.26 Será excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia com qualquer dos examinadores, executores, fiscais ou autoridades presentes;
 - b) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de celular ou de outro equipamento de qualquer natureza;
 - c) Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa da realização do certame;
 - d) Ausentar-se da sala sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído a prova e entregue a grade de respostas;
 - e) Recusar-se a entregar ou continuar a preencher o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
 - f) Descumprir as instruções contidas no caderno de provas e na grade de respostas;
 - g) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
 - h) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
 - i) Fumar no ambiente de realização das provas;
 - j) Manter em seu poder e/ou usar os itens/acessórios citados no subitem 5.13;
 - k) For surpreendido com materiais com conteúdo de prova.
- 5.27 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público, a Fundatec poderá proceder, como forma de identificação, a coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.
- 5.28 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou aos critérios de avaliação/classificação.
- 5.29 Em nenhum momento, durante a realização da prova, serão fornecidos documentos ou cópia de documentos referente ao processo de aplicação de prova para o candidato.
- 5.30 O Cronograma de Execução aponta a data provável de execução das provas, que poderá ser alterada por imperiosa necessidade, decidida pela Comissão de Concurso da Fundatec e pelo CIGA.
- 5.31 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências do local onde for aplicada a prova, exceto nos casos do subitem 2.3.7.
- 5.31.1 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.
- 5.32 A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade. Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico ou ao médico de sua confiança. A Equipe de Coordenação responsável pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.
- 5.33 A Fundatec e o CIGA não se responsabilizam por perdas, extravios ou danos que ocorrerem.
- 5.34 Qualquer irregularidade detectada ou situação inconveniente durante a realização da prova, o candidato poderá solicitar que o coordenador da Fundatec seja chamado para avaliação e resposta imediata. Qualquer manifestação posterior à aplicação da prova, não comunicada à coordenação da Fundatec, não poderá ser considerada motivo para impugnação do processo ou pedido de ressarcimento de despesas.
- 9. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE REVISÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DO GABARITO PRELIMINAR E NOTA PRELIMINAR DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA**
- 9.1 Os pedidos de revisão da homologação da inscrição, do gabarito preliminar e das notas preliminares da Prova Teórico-objetiva terão o prazo previsto no Cronograma de Execução.
- 9.2 Os recursos e pedidos de revisão deverão ser dirigidos por Formulário Eletrônico, que será disponibilizado no site www.fundatec.org.br e enviados a partir da 0 hora do primeiro dia previsto no Cronograma de Execução até as 23h59min do terceiro dia do referido cronograma,

obedecendo aos mesmos regramentos contidos neste Edital.

9.2.1 Para interpor recursos eletrônicos, o candidato deverá ter endereço eletrônico, e-mail, para confirmar o protocolo de recebimento.

9.2.2 Não serão considerados os recursos eletrônicos que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.

9.3 Os candidatos deverão fundamentar, argumentar com precisão lógica, com consistência, com concisão e instruir o recurso, devidamente, com material bibliográfico apropriado ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação precisa daquilo em que se julgar prejudicado.

9.3.1 Recursos e argumentações apresentados fora das especificações e do prazo estabelecidos neste Edital serão indeferidos.

9.3.2 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu recurso.

9.3.3 Recursos com teor idêntico/assemelhado ou ofensivo serão preliminarmente indeferidos.

9.3.4 O candidato não se identificar no corpo do recurso contra o gabarito preliminar da prova.

9.4 Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de publicação definitiva ou oficial.

9.5 Se houver alteração do gabarito preliminar da Prova Teórico-objetiva, por força de impugnações ou correção, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo.

9.6 Todos os recursos serão analisados e as justificativas da manutenção/alteração serão divulgadas no endereço eletrônico www.fundatec.org.br. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

9.7 Não serão aceitos recursos administrativos de revisão de gabarito e notas interpostos por fac-símile, telex, telegrama, e-mail ou outro meio que não o especificado neste Edital.

9.8 Os pontos relativos à questão eventualmente anulada, e em caso de alteração de gabarito preliminar de questão de prova, em virtude dos recursos interpostos, serão válidos para todos os candidatos que realizaram a prova, independentemente de terem ou não recorrido. Em hipótese alguma haverá alteração do quantitativo de questões de cada uma das partes da Prova Teórico-objetiva.

9.9 A Fundatec se reserva o direito de anular questões ou de alterar gabarito, independentemente de recurso, visto ocorrência de equívoco na formulação de questões ou respostas.

9.10 Constatada, pela FUNDATEC, irregularidade na publicação do gabarito de alguma questão após a publicação do gabarito definitivo, será publicado gabarito definitivo retificado, considerando a questão irregular como anulada independentemente de haver alternativa correta.

10. DA AVALIAÇÃO E DA APROVAÇÃO

10.1 Da Prova Teórico-objetiva

10.1.1 A Prova Teórico-objetiva constará de 40 (quarenta) questões objetivas.

10.1.2 Para todos os empregos públicos, o valor total da Prova Teórico-objetiva será de 100 pontos, sendo que cada questão valerá 2,5 (dois vírgula cinco) pontos, conforme Anexo II – Quadro Demonstrativo de Provas. Serão considerados aprovados aqueles que obtiverem nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

10.1.3 Os candidatos deverão acertar, no mínimo, 50% das questões eliminatórias da prova.

10.1.4 O candidato que não alcançar o número mínimo de acertos mencionados acima estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

10.1.5 A correção das Provas Teórico-objetivas será efetuada por meio de leitura digital da Grade de Respostas do candidato.

11. DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A aprovação na Prova Teórico-objetiva será pré-requisito para a classificação do candidato.

11.2 A classificação dos candidatos inscritos e aprovados por emprego público, conforme opção feita por eles no momento da inscrição, obedecerá ao disposto no item 10 e seus subitens.

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate na classificação dos candidatos, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios para todos os empregos públicos:

a) Ao candidato idoso, maior de sessenta (60) anos, conforme Lei Federal nº 10.741/2003, o primeiro critério de desempate será de idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada, nos termos do Art. 27, parágrafo único, da referida Lei.

b) maior pontuação na prova de Conhecimentos Específicos;

c) maior pontuação na prova de Língua Portuguesa;

d) maior pontuação na prova de Conhecimentos Gerais;

e) maior pontuação na prova de Informática;

f) maior pontuação na prova de Matemática;

g) maior idade.

12.2 Persistindo o empate, será realizado sorteio público, noticiado com antecedência de 03 (três) dias úteis, no site da FUNDATEC.

13. DO PROVIMENTO DOS EMPREGOS PÚBLICOS E DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

13.1 O processo destina-se ao preenchimento de vagas para os empregos públicos previstos no subitem 1.1, que vierem a vagar ou forem criadas dentro do prazo de validade previsto neste Edital, o qual passa a contar a partir da publicação do resultado final.

13.2 A convocação dos aprovados e classificados no Concurso Público de que trata este Edital, que observará, obrigatória e rigorosamente, a ordem classificatória, somente poderá ocorrer dentro do respectivo prazo de validade. Findo esse prazo, o candidato perde o direito à convocação. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seus dados cadastrais junto ao CIGA.

13.3 Os candidatos admitidos estarão subordinados ao Regime Jurídico da CLT.

13.4 A aprovação e classificação no Concurso Público de que trata este Edital não assegura a admissão e contratação do candidato, que somente será convocado para ingressar no Quadro de Pessoal do CIGA quando houver necessidade de preenchimento dos empregos públicos disponíveis e possibilidade desse preenchimento, dados os limites da despesa pública.

13.5 A convocação dos aprovados e classificados no Concurso Público de que trata este Edital, que observará, obrigatoriamente, a ordem classificatória, somente poderá ocorrer dentro do respectivo prazo de validade. Findo esse prazo, o candidato perde o direito a convocação. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seus dados cadastrais junto ao CIGA.

13.6 A convocação oficial do candidato para o processo de contratação será feita pelo CIGA, por meio de notificação pessoal, enviados ao endereço e dados pessoais fornecidos pelo candidato no ato da inscrição.

13.7 O candidato convocado para admissão deverá apresentar os seguintes documentos, no prazo fixado para a contratação, sob pena, com decorrente perda de todos os direitos, e imediata substituição do candidato subsequentemente classificado.

a) Comprovação de idade mínima de 18 (dezoito) anos, mediante apresentação da carteira de identidade;

- b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - c) Carteira de Trabalho (CTPS);
 - d) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
 - e) Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
 - f) Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
 - g) Exame médico, constando de inspeção clínica e exames complementares;
 - h) Fotografia recente, tamanho 3x4;
 - i) Prova da escolaridade mínima completa, da habilitação específica e do preenchimento dos demais requisitos exigidos no item 1.1 deste Edital para o emprego público pretendido.
 - j) Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações;
 - k) Certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos cinco anos;
 - l) Declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, seja cópia da declaração do imposto de renda ou conforme modelo fornecido pelo CIGA.
 - m) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, conforme modelo de declaração fornecido pelo CIGA;
 - n) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do modelo de declaração fornecido pelo CIGA;
 - o) Laudo médico original ou cópia autenticada, relativo à deficiência de que é portador, contendo o Código Internacional da Doença – CID (para as pessoas com deficiência), com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias antes da nomeação, conforme modelo no Anexo III, no caso de Pessoa com Deficiência;
 - p) Prova do atendimento das exigências da Lei Federal nº 7.853/89 e do Decreto Federal nº 3298/99, no caso de Pessoa com Deficiência;
- 13.7.1 Os candidatos que concorrem à reserva de vagas para PcD, até 15 (quinze) dias após a sua nomeação, deverão apresentar laudo médico original informando a espécie e o grau/nível da deficiência, bem como sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) emitido nos últimos 90 (noventa) dias, contados da contratação.
- 12.7.1.1 Ao laudo médico deverá ser anexado exame de audiometria para as pessoas com deficiência auditiva e exame de acuidade visual para as pessoas com deficiência visual. Apenas serão aceitos exames com data de realização inferior a 90 (noventa) dias, contados da contratação.
- 13.7.1.2 O laudo médico valerá somente para este Concurso Público, não será devolvido e não serão fornecidas cópias do documento.
- 13.7.1.3 O candidato PcD, após a convocação, será submetido à análise de Comissão específica, que emitirá parecer fundamentado sobre o enquadramento ou não da qualificação da deficiência, e, sobre a compatibilidade ou não com as atribuições essenciais do emprego público, conforme disposto no item 2.2.
- 13.8 A responsabilidade pela realização dos exames admissionais se dará pelo candidato aprovado no Concurso Público.
- 13.10 O candidato apresentar-se-á para admissão às suas expensas.
- 14. DA VALIDADE DO CONCURSO**
- 14.1 O Concurso Público em pauta tem o prazo de validade de 02 (dois) anos, contado da publicação dos respectivos resultados finais, facultada a prorrogação desse prazo por uma vez, por igual período, a critério do CIGA.
- 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 15.1 Todos os horários determinados por esse Edital e demais publicações posteriores, seguirão conforme horário de Brasília/DF.
- 15.2 Os Editais referentes ao Concurso Público serão divulgados e estarão disponíveis na Fundatec, na Rua Prof. Cristiano Fischer, nº 2012, em Porto Alegre/RS, e no site www.fundatec.org.br, bem como na sede do CIGA, sito à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, bairro Canto, Florianópolis/SC.
- 15.3 A Fundatec encaminha ao candidato e-mails meramente informativos, ao endereço eletrônico fornecido na ficha de inscrição, não isentando o candidato de buscar as informações nos locais informados no Edital. O site da Fundatec, www.fundatec.org.br, será fonte permanente de comunicação de avisos e editais.
- 15.4 O candidato terá até 2 (dois) dias úteis, após a divulgação das Justificativas para manutenção/alteração dos resultados, para manifestação ou questionamento dos pareceres publicados.
- 15.5 Será disponibilizada a consulta das Grade de Respostas no site da Fundatec, www.fundatec.org.br, mediante interposição de CPF e senha, no prazo de 30 dias, após a publicação das Notas Preliminares.
- 15.6 As inscrições de que tratam este Edital implicam conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e seu compromisso tácito de aceitar as condições da sua realização.
- 15.7 Os candidatos têm ciência de que, por se tratar de um Concurso Público, os dados pessoais (nome e número de inscrição) e resultados também serão públicos.
- 15.8 Será excluído do Concurso Público o candidato que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata. A inexistência das informações, irregularidades dos documentos ou não comprovação deles no prazo solicitado pelo CIGA, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.
- 15.9 O CIGA e a Fundatec não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este Concurso Público.
- 15.10 Qualquer ação judicial decorrente deste Concurso Público deverá ser ajuizada no Foro da Comarca de Florianópolis/SC, excluindo-se qualquer outro Foro.
- 15.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concursos da Fundatec em conjunto com a Comissão de Concursos do CIGA.
- 15.12 O candidato deverá manter seu endereço atualizado perante a Fundatec enquanto estiver participando do Concurso Público até a Classificação Final do Resultado das Provas Teórico-Objetivas. Após, os candidatos classificados deverão manter os dados de contato atualizados perante o CIGA pelo e-mail ciga@ciga.sc.gov.br ou pelo telefone 48-3321-5300. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
- 15.13 A aprovação e classificação final geram para o candidato apenas a expectativa de direito à admissão e contratação. O CIGA se reserva o direito de proceder as admissões, em número que atenda ao interesse e às suas necessidades, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes ou que vierem a ser criadas, respeitando o prazo de vigência deste Concurso Público. Nos empregos públicos em que há candidatos aprovados no Concurso Público anterior, em que o tempo de validade não tiver sido esgotado, haverá prevalência desses candidatos a serem chamados antes em relação aos candidatos classificados no presente Concurso Público.

15.14 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, nem de resultados, gabaritos, notas, classificação, convocações ou outras quaisquer relacionadas aos resultados provisórios ou finais das provas e do Concurso Público. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados.

15.15 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstâncias estas que serão mencionadas em Edital Retificativo.

15.16 As disposições e instruções contidas na página da internet, nas capas dos cadernos de provas, nos Editais e avisos oficiais divulgados pela Fundatec no site www.fundatec.org.br, ou em qualquer outro veículo de comunicação, constituirão normas que passarão a integrar o presente Edital.

15.17 Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a Fundatec e o CIGA da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

15.18 A Fundatec não fornecerá aos candidatos aprovados atestado ou certificado de participação ou classificação no Concurso Público.

15.19 Os documentos referentes a este Concurso ficarão sob a guarda da Fundatec até a publicação do resultado final do Concurso, sendo, posteriormente repassados CIGA, via ofício, que terá a guarda até 4 (quatro) anos após a divulgação final.

16. ANEXOS

Integram este Edital, como se nele transcritos estivessem, os seguintes Anexos:

a) Anexo I – ATRIBUIÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS;

b) Anexo II – QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROVAS;

c) Anexo III – MODELO LAUDO MÉDICO PARA CANDIDATO QUE DESEJA CONCORRER À RESERVA ESPECIAL DE VAGA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Presidente do CIGA

ANEXO I – ATRIBUIÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS

1. NÍVEL SUPERIOR

1.1 Analista de Sistemas

Atividades relacionadas com a análise dos sistemas, coordenando a implantação, propondo alterações, efetuando a manutenção necessária, com a finalidade de otimizar a área de processamento de dados.

1.2 Controlador Interno

Acompanhar, controlar, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais do Consórcio, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos servidores, controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a assinatura de Relatórios de Gestão Fiscal, junto com o Presidente do Consórcio, assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000); fazer a remessa ao Presidente e Diretor Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente. O Controlador Interno exercerá ainda funções de apoio à administração do CIGA, aos municípios consorciados, ou consórcios e associações e entidades parceiras do CIGA, bem como outras atividades afins.

2. NÍVEL MÉDIO

2.1 Técnico em Tecnologia da Informação

Participar do desenvolvimento de projetos, elaboração, implantação, manutenção, documentação e suporte de sistemas e hardware, bem como executar serviços programados.

ANEXO II – QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROVAS

Empregos Públicos	Componentes das Provas/ Caráter (*)	Nº de Questões	Pontos/ Questão	Nº Mínimo de Acertos p/ Componente	Nº mínimo de Pontos do total	Nº Pontos do total
Todos	Conhecimentos Específicos (E/C)	30	2,50	15	60,00	100,00
	Língua Portuguesa (C)	03	2,50	-		
	Matemática (C)	03	2,50	-		
	Informática (C)	02	2,50	-		
	Conhecimentos Gerais (C)	02	2,50	-		

(*) Caráter: (C) Classificatório (E/C) Eliminatório/Classificatório.

ANEXO III – MODELO LAUDO MÉDICO PARA CANDIDATO QUE DESEJA CONCORRER À RESERVA ESPECIAL DE VAGA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

INFORMAÇÕES GERAIS

O candidato deverá enviar o laudo para a FUNDATEC, na forma prevista especificada neste Edital. O laudo médico deverá estar em conformidade com as exigências do subitem 2.2.2.2 do Edital:

- a) Ter data de emissão de, no máximo, um ano antes da publicação deste Edital;
- b) Constar o nome e o número do Documento de Identificação do candidato;
- c) Descrever a espécie e o grau ou nível da deficiência, bem como a provável causa dessa deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10);
- d) O laudo deverá ser legível e conter o nome do médico, a assinatura, o número do CRM desse especialista na área de deficiência/doença do(a) candidato(a) e o carimbo; caso contrário, o laudo não terá validade.

MODELO – LAUDO MÉDICO:

O(a) candidato(a) _____

Documento de Identificação (RG) nº: _____, CPF nº _____, foi submetido (a), nesta data, a exame clínico sendo identificada a existência de DEFICIÊNCIA.

a) DEFICIÊNCIA FÍSICA ()

Qual? _____

b) DEFICIÊNCIA AUDITIVA ():

- () Surdez moderada;
- () Surdez acentuada;
- () Surdez severa;
- () Surdez profunda.

c) DEFICIÊNCIA VISUAL ():

- () Cegueira;
- () Visão subnormal;
- () Visão monocular.

d) DEFICIÊNCIA MENTAL ():

Qual? _____

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 10) DA PATOLOGIA: _____

Possível Causa: _____

Idade de início da doença: _____ Idade Atual: _____

Informar o grau ou nível da deficiência: _____

Data da emissão deste Laudo: _____.

Nome do médico/Especialidade/CRM/Carimbo

Extrato de Contrato n. 407 - Prefeitura Municipal de Massaranduba

Publicação Nº 1456000

EXTRATO DE CONTRATO Nº 407/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CNPJ: 83.102.483/0001-62

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 31/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.340,00 (onze mil e trezentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 408 - Município de Nova Itaberaba

Publicação Nº 1456003

EXTRATO DE CONTRATO Nº 408/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Nova Itaberaba

CONTRATANTE: Município de Nova Itaberaba

CNPJ: 95.990.131/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 409 - Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Publicação Nº 1456009

EXTRATO DE CONTRATO Nº 409/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

CNPJ: 01.511.659/0001-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 102/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.460,00 (dois mil e quatrocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 30 de novembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 410 - Prefeitura Municipal de Arroio Trinta

Publicação Nº 1456010

EXTRATO DE CONTRATO Nº 410/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Arroio Trinta

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arroio Trinta

CNPJ: 82.826.462/0001-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 03/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.435,00 (nove mil e quatrocentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 411 - Prefeitura Municipal de Caçador

Publicação Nº 1456012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 411/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Caçador

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caçador

CNPJ: 83.074.302/0001-31

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3ª TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 31.245,00 (trinta e um mil e duzentos e quarenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 412 - Câmara Municipal de Passos Maia

Publicação Nº 1456015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 412/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Passos Maia

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Passos Maia

CNPJ: 11.894.220/0001-22

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

RESOLUÇÃO CIGA N.º 127, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456917

Resolução CIGA n.º 127, de 14 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a criação de Comissão Especial para coordenar e fiscalizar todas as etapas do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

Considerando o disposto na Resolução n.º 116, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre a aplicação imediata de todas as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público, bem como do novo Estatuto, ambos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, publicada na Edição de n.º 2286 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em 30 de junho de 2017;

Considerando a deliberação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração (15ª e 16ª Reuniões Ordinárias), ambos do CIGA, de expansão do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, com a consequente realização de Concurso Público para o provimento de vagas de seu quadro de pessoal;

Considerando a autorização para contratação de instituição especializada para a organização/planejamento, elaboração e execução de Concurso Público para provimento de vagas do Quadro de Pessoal do CIGA, nos termos do parágrafo único do artigo 52 de seu Estatuto;

Considerando o poder geral de cautela da Administração, refletido na necessidade de instituir Comissão Especial, composta de empregados públicos, para coordenar e fiscalizar todas as etapas do Concurso Público a ser realizado pelo CIGA, consoante o disposto no artigo 52,

caput, de seu Estatuto;

Considerando as competências do Presidente do CIGA, que lhes são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Estatuto, notadamente o artigo 19, inciso IX, do Contrato de Consórcio Público, bem como os artigos 35, 37 e 52, todos do Estatuto;

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Senhor Douglas Fernando de Mello, Prefeito de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Constituir Comissão Especial, composta de empregados públicos do CIGA, para coordenar e fiscalizar todas as etapas do Concurso Público a ser realizado, consoante o disposto no artigo 52, caput, de seu Estatuto.

Art. 2.º. Designar os seguintes empregados públicos, que, sob a presidência do primeiro, promoverão o acompanhamento dos procedimentos referentes à realização do Concurso Público para admissão e contratação de empregados públicos pelo CIGA:

I) Morgana Arent Michels Bagini, Gerente Administrativa;

II) Marcello André Previdi, Analista de Sistemas; e

III) Renato Furtado Goudel, Técnico em T.I.

Art. 3.º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 4.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal de Lebon Régis

PRESIDENTE DO CIGA

CIMVI

LICITAÇÃO Nº 016/2017 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Publicação Nº 1455933

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – LICITAÇÃO Nº 016/2017

Aos treze dias de dezembro de dois mil e dezessete, às dez horas, na sede do CIMVI em Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designados pela Resolução CIMVI nº 189/17, sob a Presidência da Sra. Patricia Barbaresco, estando presente os membros André Moro da Silva e Arlete Regilene Scoz, o representante da empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, o Sr. Alexandre Carvalho e o representante da empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA, Sr. Rui Jan Dobner, para abertura dos envelopes de proposta da Licitação nº 016/2017 – Tomada de Preços.

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes contendo as Propostas de Preço, nada tendo sido contestado pelos representantes.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Proposta das empresas habilitadas no certame, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura dos envelopes de proposta, verificou-se que os preços apresentados pelas empresas foram os seguintes:

1ª Colocada - Adobe Engenharia Ltda EPP – Valor da Proposta: R\$546.736,80 (quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos);

2ª Colocada - Say Muller Serviços Ltda – Valor da Proposta: R\$607.971,50 (seiscentos e sete mil e novecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos);

3ª Colocada - Transólido Transporte de Resíduos LTDA ME – Valor da Proposta: R\$657.843,12 (seiscentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e quarenta e três reais e doze centavos);

Nesse sentido, da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, decide-se pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, haja vista que apresentou a melhor proposta (Menor Valor Global Anual), ou seja, R\$546.736,80 (quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

O representante credenciado da empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP fez a seguinte manifestação por escrito, a qual a Comissão registra a seguir:

- A empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP e a empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME não atenderam ao item 6.1 do Edital onde é exigido os valores em idioma nacional;

- A empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EP apresenta composição dos custos unitários como locação de equipamentos, conforme exigido no item 6.1.1 e 6.2 do Edital.

Por fim, ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta ata de abertura e julgamento das propostas para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea 'b' da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitações e pelos representantes das empresas licitantes, para os fins legais.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

PATRICIA BARBARESCO Presidente	ARLETE REGILENE SCOZ Membro	ANDRE MORO DA SILVA Membro
-----------------------------------	--------------------------------	-------------------------------

SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP
Sr. Alexandre Carvalho
ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP
Sr. Rui Jan Dobner

CIS/AMARP

RESOLUÇÃO 48/2017

Publicação Nº 1455902

Resolução nº 49/2017

Considerando que os municípios consorciados ao CISAMARP diminuem o uso deste consórcio no mês de dezembro;

Considerando que os prestadores na sua maioria entram em férias coletivas ou diminuem os agendamentos de consultas.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Sr. Luciano Paganini, Prefeito Municipal de Iomerê, usando das atribuições legais, contratuais e estatutárias;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o regime de férias coletivas aos funcionários do CISAMARP, no período de 26 de dezembro de 2017 até 04 de janeiro de 2018;

Art. 2º Determinar que seja informado o Ministério do Trabalho das férias coletivas;

Art. 3º Esta resolução entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 06 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI
Presidente CISAMARP

CIS/AMOSC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1456745

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administração nº 4/2017

Dispensa de Licitação nº 2/2017

Objeto: LICENÇA DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE

Base Legal: Art. 23, § 8º, 24, II e XXVI, da Lei nº 8.666/93

Contratada: CELK SISTEMAS LTDA ME

Valor anual: R\$ 15.600,00 (quinze mil reais).

Chapecó, 13 de dezembro de 2017.
Marciano Mauro Pagliarini
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 23/2017

Publicação Nº 1456747

RESOLUÇÃO Nº 23/2017

Inclui códigos no Edital de Credenciamento nº 01/2012 e na Tabela de Procedimentos Médicos do CIS-AMOSC, referente ao oferecimento de procedimentos oftalmológicos e punção aspirativa por agulha fina de tireoide (PAAF).

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito de Nova Itaberaba e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Estatuto Social, Considerando a demanda de novos exames/serviços relativos à especialidade de oftalmologia e a biópsia e a demanda existente nos municípios,
RESOLVE:

Art. 1º Ficam incluídos no Edital de Credenciamento nº 01/2012, os seguintes procedimentos, códigos e valores:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR R\$
RADIAÇÃO PARA CROSS-LINKING CORNEANO	04.05.05.040-2	1.250,00
CAPSULOTOMIA A YAG LASER	04.05.05.002-0	400,00
TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA OPTICA - OCT	4.15.01.14-4	150,00
BIÓPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE	02.01.01.047-0	250,00

Art. 2º Ficam incluídos os procedimentos, códigos e valores do quadro acima na Tabela de Procedimentos Médicos do CIS-AMOSC.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 13 de dezembro de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito de Nova Itaberaba e Presidente do CIS-AMOSC

CIS/AMURES**ATA Nº 12 / 2017 - COMISSÃO DE LICITAÇÃO CIS/AMURES**

Publicação Nº 1456805

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2017.

Aos dez de um dia do mês de Dezembro de dois mil e dezessete, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação e Credenciamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelas senhoras Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Denise Regina Alves e pelo senhor Alexandre de Sousa. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento das seguintes empresas: ANDREIA REGINA BAYER – ME, ÓTICA VISÃO LTDA – ME e VISIONE OFTALMOLOGIA LTDA - EPP. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e dezessete e Edital de Credenciamento de dois mil e dezessete, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresas citadas, procedeu-se o Extrato de Contrato de Credenciamento para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente Comissão de Licitação (Pregoeiro); Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Denise Regina Alves, Alexandre de Sousa (equipe de apoio).

GUILHERME RANGEL BIANCHINI
Presidente Comissão de Licitação CIS/AMURES

ALEXANDRE DE SOUSA
(Equipe de apoio)

DENISE REGINA ALVES
(Equipe de apoio)

NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO
(Equipe de apoio)

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO DEZEMBRO / 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1456801

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO ÓTICA VISÃO LTDA - ME. CIS/AMURES – 40/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: ÓTICA VISÃO LTDA - ME CNPJ: 17.867.568/0001-07, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para prestação de serviços em confecção de óculos. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 11 de Dezembro de 2017.
Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO DEZEMBRO / 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1456804

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO VISIONE OFTALMOLOGIA LTDA - EPP. CIS/AMURES – 41/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: VISIONE OFTALMOLOGIA LTDA - EPP CNPJ: 29.231.117/0001-68, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para atendimento de consultas, exames e procedimentos em oftalmologia. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 11 de Dezembro de 2017.
Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO DEZEMBRO / 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1456799

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO ANDREIA REGINA BAYER ME. CIS/AMURES – 39/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: ANDREIA REGINA BAYER ME CNPJ: 22.310.970/0001-26, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para prestação de serviços de consultas e exames em fonoaudiologia. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 11 de Dezembro de 2017.
Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

CISAM

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 18/2017

Publicação Nº 1455927

PORTARIA CISAM MO Nº – 018/2017 DE 13/12/2017

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Tathiane Michels (Matr.0006), ocupante do Cargo de Laboratorista, Nível 114, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/04/2016 à 03/04/2017, para serem fruídas no período de 18/12/2017 à 01/01/2018, de conformidade com o Art. 134, § 1º da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 13 de Dezembro de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidor

CIAPS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/004

Publicação Nº 1456494

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/004

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 542, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 09.687.900/0001-23, neste ato representado pela seu sócio administrador Sr. Deny Guazi Resende, com CPF: 157.774.486-15, estabelecida na Rua Deodoro, 181, sala 402, Centro, Florianópolis, CEP: 88.010-020, telefone: (48) 3251-0022 ou 3251-0023, denominada CONTRATADA, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convencionado a presente PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, com fundamento na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, em consonância com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto.

0.1. O presente termo de aditamento tem por objeto alterar a CLAUSULA SÉTIMA, INCISO III do contrato que passa a ter a seguinte redação "A fiscalização deste contrato será exercida pela servidora Etinéia Berkembrock Ceruti – CPF 049.066.219-61, coordenadora executiva, para acompanhar e controlar a execução do presente Contrato, receber os serviços, dentre outros, de acordo com o estabelecido no Art. 67 e parágrafos da Lei Federal 8.666/1993;

CLÁUSULA SEGUNDA – Da ratificação.

2.1. As cláusulas e condições contratuais não afetadas pela presente Adição permanecerão inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da publicação.

3.1. Este Termo Aditivo será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial do Município (DOM), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir de sua assinatura.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes abaixo.

Apiuna (SC), 06 dezembro de 2017.

CONTRATANTE Presidente do CIAPS	CONTRATADA PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
------------------------------------	--

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1456560

Resolução nº 61, de 12 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 9.577,63, no Orçamento-Programa do CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 28, de 16/12/2016 (Orçamento CIAPS 2017), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

Considerando, os pagamentos realizados no dia 06/12/2017 pela Prefeitura Municipal de Ascurra originários da Primeira Alteração do Contrato de Rateio Nº001.2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2017 no valor de R\$ 9.577,63 (nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) à conta do Excesso de Arrecadação, conforme segue:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 9.214,01
Vínculo: 100.01.17 - Rec Ordinário CIAPS Manut 2017	

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 363,62
Vínculo: 100.01.17 - Rec Ordinário CIAPS Manut 2017	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Apiúna - SC, em 12 de dezembro de 2017.

Lairton Antônio Possamai

Presidente do CIAPS em Exercício

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/004

Publicação Nº 1456517

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/004

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 542, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 09.687.900/0001-23, neste ato representado pela seu sócio administrador Sr. Deny Guazi Resende, com CPF: 157.774.486-15, estabelecida na Rua Deodoro, 181, sala 402, Centro, Florianópolis, CEP: 88.010-020, telefone: (48) 3251-0022 ou 3251-0023, denominada CONTRATADA, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convencionado a presente SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, com fundamento na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, em consonância com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto.

Nos termos do Inciso I da Clausula Terceira constitui objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, do contrato original celebrado entre as partes em 26 de outubro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da ratificação.

2.1. As cláusulas e condições contratuais não afetadas pela presente Adição permanecerão inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da publicação.

3.1. Este Termo Aditivo será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial do Município (DOM), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir de sua assinatura.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes abaixo.

Apiuna (SC), 11 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE Presidente do CIAPS Em Exercício	CONTRATADA PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
--	--